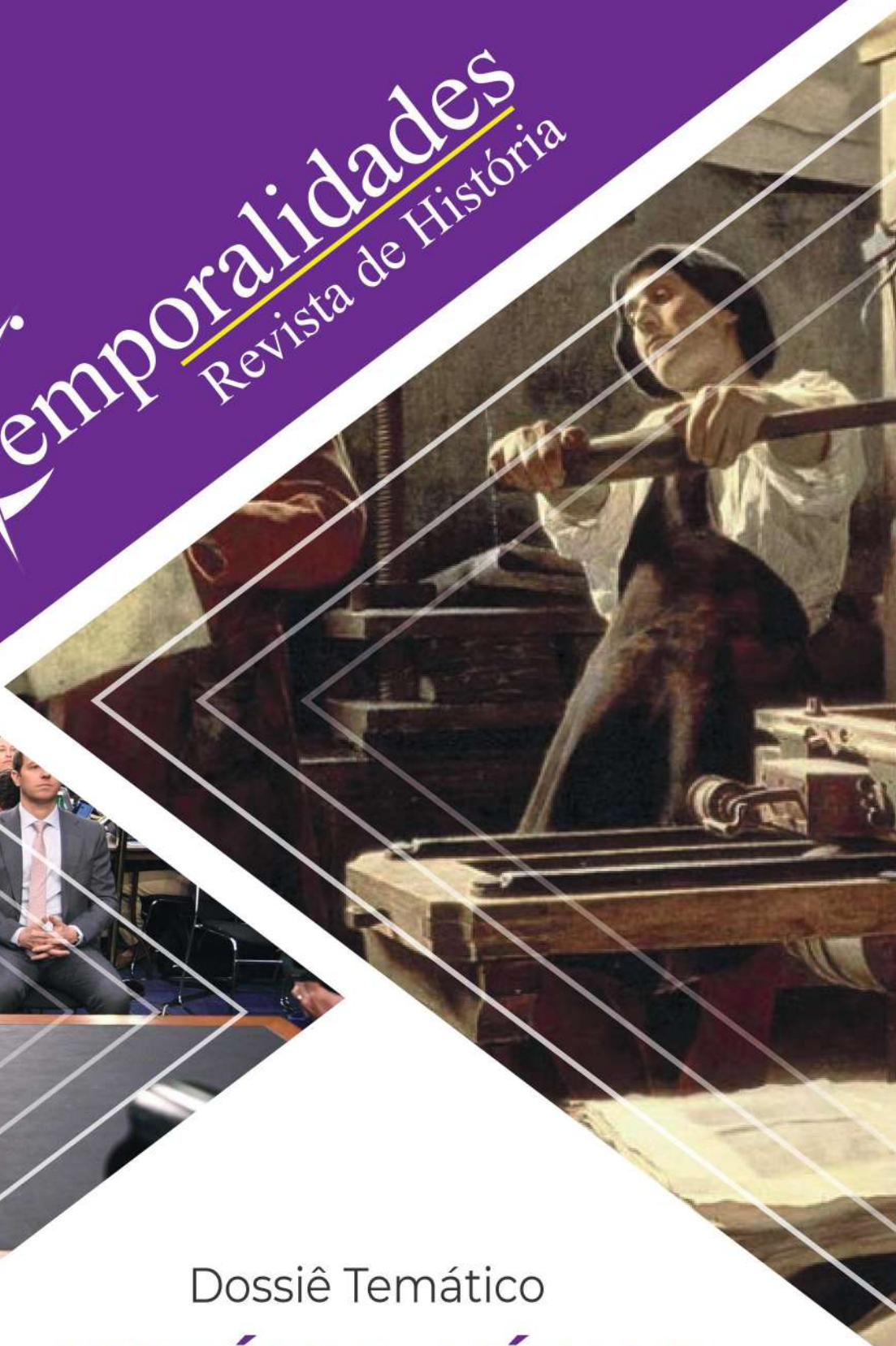
Edição 34.
Vol 12, nº 3
Set/Dez. 2020
ISSN: 1984-6150

Revista discente do programa de
Pós-Graduação em História da UFMG
www.fafich.ufmg/temporalidades

Temporalidades
Revista de História



Dossiê Temático

HISTÓRIA, MÍDIAS E CULTURAS POLÍTICAS

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 34, v. 12, n. 3 (Set./Dez. 2020) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2020.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades
http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com
homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2020.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Departamento de História
Chefe: Prof. Dr. Alexandre Almeida Marcussi

Colegiado de Pós-Graduação
Coordenador: Prof. Dr. Rafael Scopacasa

Editor Chefe
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2020/2021
Anna Karolina Vilela Siqueira
Bárbara De La Rosa Elia
Carla Drielly dos Santos Teixeira
Felipe Augusto Souza
Luiza Lima Dias
Samuel Antunes de Sousa

Conselho Editorial Consultivo Nacional
Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFG)
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Bruno Tadeu Salles (UEG)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Francismary Alves da Silva (UNIR)
George F. Cabral de Souza (UFPE)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional
Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão
Anna Karolina Vilela Siqueira
Bárbara De La Rosa Elia
Carla Drielly dos Santos Teixeira
Felipe Augusto Souza
Luiza Lima Dias
Samuel Antunes de Sousa

Diagramação
Samuel Antunes de Sousa

Capa
Saul Loeb, Staff Photographer for Agence France-Presse (AFP).
Tito Lessi, Bernardo Cennini stampatore nella sua bottega, 1906. Oléo sobre tela. 55,5x71,5cm;

Montagem por Felipe Augusto Souza

***Open Journal Systems*/Banco de Dados**
Carla Drielly dos Santos Teixeira

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da Temporalidades desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adebal de Andrade Júnior de Andrade Júnior (UFRJ)
Adrielli de souza costa (UNESP)
Alcilene Cavalcante de Oliveira (UFMG)
Alessandra Pinto Antunes do Vale (UFRRJ)
Alex Alvarez Silva (UFOB)
Alexandre Almeida Marcussi (UFMG)
Ana Carolina Vertelo (UFMG)
Ana Paula Squinelo (UFMS)
André Ricardo Nunes Martins (UNB)
André Rodrigues Freitas (Universidade Ceuma/MA)
Anna Cristina Rodopiano de Carvalho Ribeiro (USP)
Anna Flávia Arruda Barreto (UNA)
Anny Jackeline Torres Silveira (UFOP)
Alice Rosa de Sena Ferrari (PUC-SP)
Amanda Siqueira da Silva (Universidade de Passo Fundo – UPF)
Ana Lucia Santos Coelho (UFOP)
Adriana Soares Ralejo (UFRJ)
Arthur Marinho Silva Vargas (UFMG)
Barbara Caramuru Teles (UFSC)
Belchior Monteiro Lima Neto (UFES)
Bruna Reis Afonso (UFMG)
Bruno Cesar Pereira (UNICENTRO)
Bruno Conrado Demartini Antunes (UMESP)
Bruno Dias Santos (UNESP/ASSIS)
Bruno Martins Boto Leite (UFRPE)
Caio da Silva Batista (UFJF)
Camila Neves Figueiredo (UFMG)
Carmem Rodrigues (UFMG)
Carolina Dellamore Batista Scarpelli (UFMG)
Caroline Duarte Matoso (UFRGS)
Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL)
Clésio Barbosa Lemos Júnior (IFMG)
Cleyton Rodrigues dos Santos (USP)
Clovis Antonio Brighenti (UNILA)
Cristina Iuskow (UDESC)
Cristiano Pinheiro de Paula Couto (Universidade de Coimbra)
Dalton Sanches (UFOP)
Daniel Lopes Saraiva (UNIFESP)
Daniel Rocha (PUC/MG)
Daniel Tochetto (UFRGS)
Daniele Brocardo (UNIOESTE)
Danilo Mendes Piaia (USP)
David Antonio de Castro Netto (UEM)
Deivid Aparecido Costruba (UNESP/ASSIS)
Deivid da Costa Trindade (FURG)
Dermeval Marins Freitas (UFRRJ)
Dianina Raquel Silva Rabelo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)
Dmitri da Silva Bichara Sobreira (UFMG)
Douglas Souza Angeli (UFRGS)
Dsc Rundsthen Vasques de Nader (UFRJ)
Edson silva de lima (UNIRIO)
Edvaldo Costa Rodrigues (UFC)
Eliete Lucia Tiburski (UFRGS)
Erivan Cassiano Karvat (UFPR)
Fábio Chang de Almeida (UFRGS)
Felipe Castilho de Lacerda (USP)
Felipe Sette Martino Braga (PUC/MG)
Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro (USP)
Fernando Coelho (UFPR)
Flávia Cópio Esteves (UFF)
Flávia Rodrigues Lima da Rocha (UFAC)
Francisco de Souza Gonçalves (UERJ)
Franco Santos Alves da Silva (UFSC)
Gabriel Amato Bruno de Lima (UFMG)
Gabriel da Fonseca Onofre (UFF)
Gabriel Luz de Oliveira (UFOP)
Gabriela Isbaes (UNICAMP)
Gabriela Lodo (UNICAMP)
Geovano Moreira Chaves (UFGD)
Geovanni Rocha Junior (UFSC)
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz (UFMG)
Guilherme Dias (UFSM)
Gustavo Cunha Araujo (UFT)
Gustavo Silva de Moura (UFPI)
Heloísa Maria Teixeira (USP)
Henrique Moreira Mazetti (UFRJ)
Helyom Viana Telles (UFB)
Hugo Rodrigues Araújo (Universidade de Lisboa)
Igor B. Cardoso (UFMG)

Isabela Gomes Parucker (UNB)
Isabel Jungk (PUC/SP)
Israel Aquino (UFRGS)
Ítalo de Paula Casemiro (UFRJ)
Jaqueline de Jesus Hoiça (Universidade da Região de Joinville)
João Arthur Ciciliato Franzolin (Europa-Universität Flensburg)
João Rafael Chió Serra Carvalho (UFMG)
João Victor Jesus Oliveira Nogueira (UFMG)
João Paulo Rodrigues Pereira (Faculdade Dom Luciano Mendes)
Joachin Azevedo Neto (UPE)
Jose Adil Blanco de Lima (USP)
José Ferreira da Silva Jr. (UNICAMP)
João Carlos Furlani (UFES)
Júlia Alves Brasil (UFES)
João Davi Oliveira Minuzzi (UFSC)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
Kelvin Emmanuel Pereira da Silva (UFRGS)
Laila Thaís Correa e Silva (UNICAMP)
Laila Thaise Batista de Oliveira (UFS)
Leandro Haerter (IFSUL)
Leonardo Faggion Novo (UNICAMP)
Lucas Borba de Miranda (UFPE)
Luciana Massami Inoue (USP)
Luiz Carlos Bento (UFMS)
Loque Arcanjo Junior (UFMG)
Lyndon de Araújo Santos (UFMA)
Mailson Gonçalves (UFC)
Maria de Lourdes Pinheiro (UNICAMP)
Maria Isabela Mendonça dos Santos (UFF)
Márcia Helena Girardi Piva (USP)
Marcia Rodrigues Gonçalves (UFRGS)
Márcio Silveira Nascimento (UEA)
Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA)
Maria Letícia Silva Ticle (UFMG)
Mariana Rabelo de Farias (UFMG)
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (USP)
Marylu Alves de Oliveira (UFPI)
Michel Goulart da Silva (IFC)
Monique Lima de Oliveira (UNICAMP)
Natanael de Freitas Silva (UFRRJ)
Olívia Luiza Pilar de Souza (UFMG)
Otávio Erbereli Júnior (USP)
Paula Ricelle de Oliveira (CEFET/MG)
Paulo Vinícius Aprígio da Silva (UFRJ)
Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ)
Raick de Jesus Souza (UESB)
Rafael Afonso Gonçalves (USP)
Rafael de Farias Vieira (UFC)
Rafael Luz (UFPEL)
Raphael Almeida Dal Pai (UNIOESTE)
Raphael Guilherme Gonçalves de Carvalho (UFPR)
Raul Amaro de Oliveira Lanari (UNI-BH)
Rebeca Gontijo Teixeira (UFRRJ)
Rebeca Grilo de Sousa (UFRN)
Regina Maria Macedo Costa Dantas (UFRJ)
Renata Santos Maia (UFSC)
Roberta Fernandes dos Santos (USP)
Rodrigo Aparecido de Araujo Pedroso (USP)
Rozely Menezes Vigas Oliveira (UERJ)
Sérgio Marcelino da Motta Lopes (UNIVASF)
Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa (UNICAMP)
Taís Temporim de Almeida (UNICAMP)
Tania Regina De Luca (UNESP)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Tatiana Colasante (UFMA)
Tatiana Goncalves de Oliveira (Universidade Estadual do Piauí)
Tatiana Hora Alves de Lima (UFMG)
Thiago Lenz (UFPR)
Thiago Monteiro Bernardo (UFRJ)
Thiago Nunes Soares (Centro Universitário Brasileiro)
Vanessa Cristina Chucailo (Unirio)
Wellington Amarante Oliveira (UFU)
Willibaldo Ruppenthal Neto (UFPR)
Ygor Klain Belchior (UEMG)
Yuri Rosa de Carvalho (UFSM)
Orson Soares (UFRGS)
Xenya de Aguiar Bucchioni (UFPE)

SUMÁRIO

Editorial: "História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas"..... 13-18

Bárbara de La Rosa Elia; Carla Drielly Teixeira; Samuel Antunes de Sousa.

Dossiê

História, mídias e culturas políticas

Apresentação – História, mídias e culturas políticas 19-24

Áureo Busetto

Indústria Cultural e comunicação: Possibilidades de análise a partir da leitura de T. Adorno e M. Horkheimer/ Cultural Industry and Communication: Possibilities for Analysis from Theodor Adorno and M. Horkheimer 's Reading. 25-48

David Castro Neto

A influência das imagens e da arte na construção da cultura do consumismo a partir das concepções de Walter Benjamin e John Berger/ The influence of images and art in the construction of consumerism culture from the conceptions of Walter Benjamin and John Berger 49-65

Natalia Fioravanso Vieira Brizola

História da, na e por meio da publicidade: explorações metodológicas de um anúncio com Bolívar durante a Política da Boa Vizinhança / History of, in and through advertising: methodological explorations of an advertisement with Bolívar during the Good Neighbor Policy

.....66-95

Marina Helena Meira Carvalho

A crise de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas na revista Manchete / The 1954 crisis and the suicide of Getúlio Vargas in the magazine Manchete.....96-108

Antonio Robson de Freitas Rosalino

O Golpe Civil-Militar e os usos da fotografia na Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil - edições de 31.03.1964 e 02.04.1964 / The Civil-Military Coup and the uses of the photography in the *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* – March 31,1964 and April 02, 1964 issues.....109-138

Thomas Dreux Miranda Fernandes

Opinião e ideologia: uma análise da abordagem política e editorial de *O Globo* durante o impeachment de Fernando Collor / Opinion and ideology: an analysis of the political and editorial approach of *O Globo* during the impeachment of Fernando Collor 139-162

Pablo Silva Pimentel

A representação mítica de Juscelino Kubitschek em "Os anos JK", de Silvio Tendle / The mythical representation of Juscelino Kubitschek in "Os anos JK" by Silvio Tendler 163-174

André Ricardo Zimmermann Silva

A resistência do jornal *A Semana* a partir do caso dos jovens desaparecidos de Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985) / The resistance of the newspaper *A Semana* based on the case of missing young people from Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985) 175-192

Douglas Souza Angeli; Denise Silva e Souza; Rafaela Guimarães Pereira

Entre práticas e representações sociais: imprensa e relações de trabalho no Tempo Presente (Santa Catarina, 1980 – 1990) / Between practices and social representations: press and work relations in the present time (Santa Catarina, 1980 - 1990) 193-212

Geovanni Rocha Junior

O ideário contraditório da modernidade nos primeiros anos do jornal Dezenove de Dezembro na Província do Paraná (1854-1863): indícios para uma história das mulheres / The contradictory idea of modernity in the early years of the newspaper Dezenove de Dezembro in the Province of Paraná (1854-1863): evidence for a history of women.....213-235

Graciele Dellalibera de Mello

Entre o dito e o não dito: a participação feminina paraguaia durante a Guerra do Paraguai / Entre lo dicho y o lo no dicho: participación de mujeres paraguayas durante la Guerra de Paraguay 236-256

Paola Micotti

A deposição de Dilma Rousseff atráves dos *memes*: um olhar sobre a misoginia, machismo e sexismo / The deposition of Dilma Rousseff through memes: a look at misoginy, machism and sexism 257-279

Lorena Danielle Santos; Ivana Veloso

A representação da mulher negra em Amor de mãe: Camila e as possibilidades no "além" / The representation of black women in Amor de Mãe: Camila and possibilities on "beyond 280-300

Júlia Militão Siqueira

Histórias narradas em mídias: disputas de representação do passado indígena em ambientes digitais / Media narrated stories: representation disputes of indigenous past in digital environments 301-319

Sílvia Letícia Bezerra Santos

Cinema, gênero e história: representações do corpo e sexualização em Esquadrão Suicida / Cinema, gender and history: representations of the body and sexualization in Suicide Squad 320-337

Bruno César Pereira; Fernando Ribas

Visita ao Mato Sampaio: imprensa, "malocas" e representações (Porto Alegre – década de 1950) / Visita al Mato Sampaio: prensa, "malocas" e representaciones (Porto Alegre – década de 1950) 338-364

Vinicius Reis Furini

Televisão e crítica na imprensa: Visões sobre TV em debate nos anos 1960, Rio de Janeiro e São Paulo / Television and criticism in the press: Visions about TV on debate in 1960's, Rio de Janeiro and São Paulo.....365-388

Milena Azevedo de Menezes

Palestina e Israel: memórias em disputa em uma reportagem do Jornal Hoje / Palestine and Israel: disputed memories in a report by Jornal Hoje.....389-407

Juliana Ferreira de Carvalho

"Tudo é medíocre e feio na URSS": representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937) / "Everything is mediocre and ugly in the USSR": anti-communist representations in the Amazonas press (1935-1937) 438-436

Davi Monteiro Abreu

Artigos Livres

"There is no alternative": ataque ao bem viver, morte da alteridade e fim da história na atopia neoliberal / "There is no alternative": attack on the well living, death of otherness and end of history in neoliberal atopy.....437-459

Guilherme José Schons

A representação do escravo negro no Brasil, para alunos da educação básica de uma escola pública do Piauí / The representation of the black slave in Brazil, for basic education students from a public school in Piauí 460-482

Márcio Douglas de Carvalho e Silva; Bruno de Souza Silva

A resistência de uma universidade: análise da Co-missão de Sindicância da UFMG pós-golpe de 1964/ The resistence of a university: analysis of the Commission of Inquiry of UFMG after the 1964 coup 483-502

Guilherme Henrique Magalhães da Silva

A situação do patrimônio ferroviário da cidade de Corinto (MG) / The situation of the railway heritage in the city of Corinto (MG)

.....503-525

Douglas Lima; Henrique Vianna; José Eustáquio Paiva; René Lommez; Vanessa Couto

As representações das mulheres em Histórias de Heródoto / The representations of women in Herodotus' Histories 526-539

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho

As transformações geopolíticas e ideológicas da Alemanha na Segunda Guerra Mundial: as perseguições aos ciganos e o preconceito no pós-guerra /' Las transformaciones geopolíticas y el pensamiento Nazi en la II Guerra Mundial: las persecuciones de los gitanos (1939–1945).... 540-558

Caio Murilo Pereira; Beatriz Ramos da Cruz; Nicoli Ferreira de Mello; Taysa Rocio da Silva; Priscila Padilha de Lima

BNH perspectiva histórica da edificação de conjuntos habitacionais / BNH: historical perspective of housing state.

.....559-578

Luiz Soares Pessoa Junior

Bonde Elétrico e transformações urbanas no Recife / Electric Tram and urban transformations in Recife.....579-594

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque; Tales De Lima Pedrosa

Diálogo (necessário) entre o Ensino de História Indígena e Interculturaliesdade Crítica / Dialogue (necessary) between the Teaching of Indigenous History and Critical Interculturality 595-614

Leomar Oliveira Diniz

Dramaturgia da Gripe Espanhola em Campos dos Goytacazes (1918-1919) / Spanish Flu Dramaturgy in Campos dos Goytacazes (1918-1919).....615-643

Cassiane Souza dos Santos

Em nome de Colombo: exposições, estátuas e monumentos / In the name of Columbus: exhibitions, statues and monuments.....644-667

Leonardo Novo

Ensaio sobre os discursos identitários-imagéticos de São José dos Campos (SP): da fase sanatorial ao polo tecnológico / Essay on the identity and imaginary discourses of São José dos Campos (SP): from the sanatorial period to the technological pole.....668-689

Isabel Degen Alendes; Lidiane M. Maciel

Entre a estrutura e a mudança: breve discussão sobre o lugar das instituições de ciência no período imperial (1840-1880) / Between the *structure* and the *change*: brief discussion on the place occupied by the scientific institutions in the Empire of Brazil (1840-1880).....690-710

Millena Souza Farias

Entre o corpo e a farda: produção de subjetividade de mulheres policiais militares / Between the body and the uniform: production of subjectivity by female military police officers.....711-725

Daniela Cecilia Grisoski

Entre os costumes e o mercado: moeda, comércio e reciprocidades na teia do escravismo colonial (1790-1810) / Between practices and social representations: press and work relations in the present time (Santa Catarina, 1980 - 1990).....726-741

Philipe Moreira

Grafite enquanto memória cultural: um arquivo público identitário a ser explorado / Graffiti as a cultural memory: a public identity file to be explored 742-757

Vitoria Paschoal Baldin

Herança colonial, condição periférica e utopia ilustrada em A América Latina: males de origem, de Manoel Bomfim (1905) /Colonial heritage, peripheral condition and pictured utopia in *A América Latina: males de origem,* by Manoel Bomfim (1905) 758-786

Piero di Cristo Carvalho Detoni

Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945) / Mocidade Portuguesa: foundation, structure and actions of this Salazar's regime youth (1936-1945) 787-813

Marcos Maurício Costa Freitas

O "Livro intitulado Apprendiz Curioso" e o estudo em Portugal no século XVII / The "Livro intitulado Apprendis Curiozo" and the study of the stars in Portugal in the 17th century.....814-841

Francisco Alves da Fonseca Neto

O caminho da servidão e a carta de henry maksoud para hayek: um olhar a partir da história das ideias / *the road of serfdom* and Henry Maksoud's letter to Hayek: a look from the history of ideas 842-867

Fernando Coelho

O continente americano e o tempo profundo: uma perspectiva da interface entre história das ciências e história ambiental / The American continent and the deep time: a perspective of interface between history of science and history environmental.....868-880

Alciniane Lourenço; Fernandes Soares; Helena Miranda Mollo

O ensino de história e as TICS_análise de dissertações e teses publicadas no banco de teses da CAPES entre 2015 a 2017 / History teaching and TIC - analysis of dissertations and theses published in the capes these bank between 2015 and 2017.....881-895

Eliane dos Santos Macedo Oliveira

Os centros históricos de Cabo Verde e sua caracterização habitacional - da época colonial / The historic centers of Cape Verde and their housing characterization in the colonial era .....
.....896-918

Claudino Borges

Padrões culturais da sociedade estadunidense: observações a respeito de uma contra-análise dos conceitos estabelecidos no filme Beleza Americana / Cultural standards of us state society: observations about a con-analysis of the concepts established in the *American Beauty* movie.....
.....919-935

Jairo Carvalho do Nascimento; Diego Raian Aguiar Pinto

Patrimônio e narrativas museológicas: a cidade / Heritage and narratives: the city .....
.....936-952

Ivan Gomide Ramos Vaz

Reflexões sobre a migração para a princesinha do Atlântico / Reflections on migration to the Atlantic Princess.....953-973

Henrique Barreiros Alves; Juliana Gomes da Rocha Barreiros Alves

Uma análise da concepção de História em Guerra e Paz (1863 – 1869) de Liev Tolstói (1828 – 1910) / An analysis of Leo Tolstoy's conception of history in *War and Peace* (1863 – 1869) 974-1000

Erick Oliveira da Silva Santos

Resenhas

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019 1001-1005

Jaciel Rossa Valente

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019 1006-1010

Isaias Borja

PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair. (org.). Feminismos e Democracia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019 1011-1015

Nicoli Ferreira De Mello

TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. 3°edição. São Paulo: Autonomia Literária, 2018 1016-1020

Samuel Rocha Ferreira

Entrevistas

Entrevista com Cássia Rita Louro Palha 1021-1030

Entrevista com Wellington Amarante Oliveira 1031-1043

Editorial

"História, Mídias e Culturas Políticas"

Desde o primeiro momento em que o grupo atual de editores da **Revista Temporalidades** assumiu a gestão, foi consenso que a crise sanitária em ascensão, assim como os sucessivos ataques políticos desferidos pelo Governo Federal contra as universidades públicas, colocava a missão de estabelecer pontes mais atrativas à difusão, para além dos usuais espaços acadêmicos, do conhecimento produzido por historiadores profissionais.

A intenção sempre foi fazer frente e oposição à proliferação do negacionismo histórico que assombra nossa época. Para tanto, utilizamos as redes sociais e ampliamos presença especialmente no Instagram. Durante os últimos sete meses, promovemos quinzenalmente "*lives* temáticas" com a participação de historiadores e professores que trataram sobre diversos temas relativos à história. O propósito era manter diálogo com estudantes da graduação em História, durante o período de isolamento social provocado pela pandemia, mas também com o público, em geral. Todo esse conteúdo está disponível gratuitamente no IGTV do Instagram (@RevistaTemporalidades) e no YouTube (/TemporalidadesRevistadeHistoria).

A atenção que dedicamos na busca por encontrar meios atrativos, diretos e abrangentes de dialogar com um público mais amplo nos permitiu perceber a importância das mídias, especialmente das redes sociais, para a manutenção de laços sociais, acadêmicos e intelectuais durante a pandemia. Em sintonia com esses tempos, é com imensa alegria que lançamos o Dossiê temático "História, Mídias e Culturas Políticas".

Pautado pelo objetivo de reunir subsídios à reflexão e crítica sobre o universo da comunicação social, este Dossiê abriga uma série de artigos ocupados com a remontagem e a análise de fatos, acontecimentos e processos inscritos nas mais variadas mídias ao longo de diferentes períodos da história. Essa alteridade possui em comum as intersecções entre a história da mídia, a história política e a cultura contemporânea. Agradecemos aos autores que contribuíram com os artigos para a composição do dossiê. Agradecemos, especialmente, ao historiador, professor e pesquisador Dr. Áureo Busetto, pelo instigante texto que apresenta e introduz o tema desta edição.

Agradecemos à historiadora Dra. Cássia Rita Louro Palha e o historiador Dr. Wellington Amarante Oliveira pelas importantes e fundamentais entrevistas que nos concederam. Essas constituem manancial precioso para reflexões necessárias e urgentes ao tema deste Dossiê e das questões do contemporâneo que afetam o campo da comunicação social, em geral, e da televisão, em específico.

Agradecemos aos autores que contribuíram com a seção de Artigos Livres:

No artigo *"There is no alternative": ataque ao bem viver, morte da alteridade e fim da história na atopia neoliberal*, Guilherme José Schons propõe uma análise crítica sobre o processo neoliberal praticado nas últimas décadas, questionando a noção de atopia deste sistema e colocando em pauta processos de resistência popular capazes de propor alternativas a este modelo.

Em *A representação do escravo negro no Brasil, para alunos da educação básica de uma escola pública do Piauí*, Márcio Douglas de Carvalho e Silva e Bruno de Souza Silva, analisam a representação do negro do Brasil Colonial num trabalho realizado com estudantes do ensino médio.

Guilherme Henrique Magalhães da Silva, no artigo *A resistência de uma universidade: análise da Co-missão de Sindicância da UFMG pós-golpe de 1964*, busca compreender as tentativas de resistência e colaboração, bem como as perseguições ocorridas após o golpe civil-militar na Universidade Federal de Minas Gerais.

Os(as) autores(as) Douglas Lima, Henrique Vianna, José Eustáquio Paiva, René Lommez e Vanessa Couto, analisam em *A situação do patrimônio ferroviário da cidade de Corinto (MG)*, como se encontra o estado de conservação, bem como as medidas que têm sido tomadas para a preservação do Complexo Ferroviário da cidade de Corinto (MG).

O trabalho intitulado *As representações das mulheres em Histórias de Heródoto,* de Maria Alice Messias Conforti de Carvalho, investiga na obra de Heródoto os sentidos das representações femininas e o porquê destas não serem vistas com importância no "fazer História".

O artigo *As transformações geopolíticas e ideológicas da Alemanha na Segunda Guerra Mundial: as perseguições aos ciganos e o preconceito no pós-guerra*, escrito pelas(os) autoras(es) Caio Murilo Pereira, Beatriz Ramos da Cruz, Nicoli Ferreira de Mello, Taysa Rocio da Silva e Priscila Padilha de Lima, busca compreender por meio da análise do discurso e de textos do *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler, a perseguição aos ciganos entre os anos de 1939-1945.

Luiz Soares Pessoa Junior em *BNH perspectiva histórica da edificação de conjuntos habitacionais* investiga o que foi o Banco Nacional de Habitação, bem como as ações de políticas públicas firmadas no Brasil pós-golpe de 1964.

Bonde Elétrico e transformações urbanas no Recife é um artigo produzido por Mariana Zerbone Alves de Albuquerque e Tales De Lima Pedrosa, que trabalha a questão da reestruturação urbanística e as consequências destes processos nos hábitos do cotidiano, tendo como base a cidade de Recife (PE).

O trabalho *Diálogo (necessário) entre o Ensino de História Indígena e Interculturalidade Crítica* de Leomar Oliveira Diniz, por meio da análise do discurso de atividades realizadas em um estágio docente, busca compreender o debate escolar acerca de grupos autóctones.

O artigo *Dramaturgia da Gripe Espanhola em Campos dos Goytacazes (1918-1919)*, escrito por Cassiane Souza dos Santos, analisa a situação da cidade de Campos dos Goytacazes no momento da chegada da Gripe Espanhola no local, utilizando ricas fontes de mídia, registros de óbitos, documentos camarários, memórias e outros trabalhos produzidos sobre a região.

Leonardo Novo, no artigo *Em nome de Colombo: exposições, estátuas e monumentos,* analisa a representação da imagem de Cristóvão Colombo através de datas comemorativas acerca do 'descobrimento' da América, tendo como base acontecimentos recentes, onde foram derrubadas estátuas desta figura histórica.

No artigo *Ensaio sobre os discursos identitários-imagéticos de São José dos Campos (SP): da fase sanatorial ao polo tecnológico*, Isabel Degen Alendes e Lidiane M. Maciel, analisam as transformações históricas da cidade de São José dos Campos (SP), perpassando o processo de industrialização do município entre os séculos XX e XXI.

Milena Souza Farias em *Entre a estrutura e a mudança: breve discussão sobre o lugar das instituições de ciência no período imperial (1840-1880)* debate, tendo como base os autores Ilmar Mattos e Marshall Sahlins, a estruturação de instituições de ciência no Brasil no século XIX.

No artigo *Entre o corpo e a farda: produção de subjetividade de mulheres policiais militares*, Daniela Cecilia Grisoski problematiza a presença feminina na Polícia Militar do Paraná, analisando entrevistas realizadas com mulheres policiais atuantes na categoria e dialogando com autores(as) como Michel Foucault e Judith Butler.

Geovanni Rocha Junior em *Entre os costumes e o mercado: moeda, comércio e reciprocidades na teia do escravismo colonial (1790-1810)*, busca compreender a economia colonial no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX analisando a diversidade de moedas e mercadorias que circulavam pela região e observando a acumulação de riquezas angariada por diversos grupos neste período.

O artigo *Grafite enquanto memória cultural: um arquivo público identitário a ser explorado* de Vitoria Paschoal Baldin, apresenta o grafite enquanto uma possibilidade de entendimento da manifestação de indivíduos, compreendendo os diversos elementos culturais motivados nesta prática.

Herança colonial, condição periférica e utopia ilustrada em A América Latina: males de origem, de Manoel Bomfim (1905), escrito por Piero di Cristo Carvalho Detoni, analisa a obra de Manoel Bonfim compreendendo as dimensões do pensamento do autor, que detinha um propósito civilizatório para o Brasil, amparado num referencial iluminista.

O artigo *Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945),* de Marcos Maurício Costa Freitas, discute a criação e organização da juventude salazarista, base do Estado Novo português, analisando as características morais, religiosas e militares deste grupo.

Em *"Livro intitulado Apprendiz Curioso" e o estudo em Portugal no século* XVII, Francisco Alves da Fonseca Neto analisa os estudos dos astros no século XVII em Portugal, tendo como base uma importante publicação do período acerca desta temática, trabalhando com os modelos cosmológicos medievais e com a literatura filosófica clássica.

O artigo *O caminho da servidão e a carta de henry maksoud para hayek: um olhar a partir da história das ideias*, de Fernando Coelho, apresenta um estudo amparado na analise de cartas trocadas entre o empresário Henry Maksoud e o economista Friedrich August Hayek, com o objetivo de compreender a relação entre estes dois indivíduos e o interesse do primeiro em levar as ideias neoliberais do economista austríaco para o empresariado brasileiro.

O continente americano e o tempo profundo: uma perspectiva da interface entre história das ciências e história ambiental é um artigo produzido por Alciniane Lourenço Fernandes Soares e Helena Miranda Mollo, onde são observadas as nuances, através de uma análise de relatos oriundos da geologia, geografia e paleontologia, de cenários de viagens ocorridas no século XIX em regiões ao sul do continente sul-americano.

Em *O ensino de história e as TICS_análise de dissertações e teses publicadas no banco de teses da CAPES entre 2015 a 2017*, Eliane dos Santos Macedo Oliveira observa as produções científicas anexadas ao Banco de Teses da Capes, com o objetivo de compreender o ensino de História em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), perpassando os anos de 2015 a 2017.

O artigo *Os centros históricos de Cabo Verde e sua caracterização habitacional - da época colonial,* de Claudino Borges, propõe uma discussão sobre a evolução arquitetônica colonial dos centros históricos de Cabo Verde, observando a relação entre as estruturas habitacionais e as estruturas sociais firmadas no período colonial, que reverberam até o presente.

Em *Padrões culturais da sociedade estadunidense: observações a respeito de uma contra-análise dos conceitos estabelecidos no filme Beleza Americana*, os autores Jairo Carvalho do Nascimento e Diego Raian Aguiar Pinto, apresentam uma análise acerca do filme produzido pelo diretor Sam Mendes, Beleza Americana, compreendendo a crítica presente na obra em relação aos padrões culturais estadunidenses.

O artigo *Patrimônio e narrativas: a cidade*, de Ivan Gomide Ramos Vaz, propõe uma discussão acerca do olhar museológico sobre a qualificação de patrimônios em cidades, problematizando a participação de indivíduos 'especializados' no que se refere à questão patrimonial.

Em *Reflexões sobre a migração para a princesinha do Atlântico,* Henrique Barreiros Alves e Juliana Gomes da Rocha Barreiros Alves, analisam o desenvolvimento e os fluxos migratórios da cidade de Macaé, observando o imaginário social sobre o munícipio, que por conta de problemáticas relativas a condições de trabalho, foi tido como um não lugar.

O artigo *Uma análise da concepção de História em Guerra e Paz (1863 – 1869) de Liev Tolstói (1828 – 1910)*, escrito por Erick Oliveira da Silva Santos, traz reflexões acerca da ideia de História contida na obra do autor russo, trabalhando conceitos do historiador François Hartog.

Destarte, agradecemos aos que contribuíram com resenhas de livros para esta edição: Isaias Borja, que resenhou *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak; Jaciel Rossa Valente, que resenhou *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1*, de Laurentino Gomes; Nicoli Ferreira Mello, que resenhou *Feminismos e Democracia*, organizado por Joana Maria Pedro e Jair Zandoná; e Samuel Rocha Ferreira, que resenhou *Marx Selvagem*, de Jean Tible.

Desejamos uma excelente leitura a todas e todos, com votos de saúde, solidariedade e força para que persistamos no dever de construir e consolidar a democracia em nosso país.

Bárbara De La Rosa Elia

Carla Drielly dos Santos Teixeira

Samuel Antunes de Sousa

Dossiê Temático

História, mídias e culturas políticas

Apresentação

Áureo Busetto
Doutor em História
Universidade Estadual Paulista
a.busetto@unesp.br

Em 20 de janeiro de 2021, vemos o fim de um ciclo da política nacional-populista de direita azeitada pelo, agora, ex-presidente Donald J. Trump. Sem dúvida, um fato a trazer certo alívio aos defensores da democracia, quer estadunidenses quer no mundo. Entre outras mazelas derivadas de sua política interna e externa, o Governo Trump se notabilizou como um dínamo na produção e difusão, via redes sociais virtuais, das chamadas *fake news* - ou "fatos alternativos", segundo preferência manifestada por assessora daquele governo em seu início.

Notícias e dados falsos, mentirosos e manipulados difundidos por aquele governo sob a ótica de culturas políticas nutridas em odioso revisionismo e torpe negacionismo, vazados em termos de patriotadas, xenofobia, fundamentalismo cristão, machismo, posições antiecológicas e contrárias ao multilateralismo. Aliás, expediente que já tinha sido empregado por Trump quando da sua campanha eleitoral, cuja consecução contou com estratégias do uso e da manipulação de logaritmos, o que em muito possibilitou a ele ascender à Presidência. Dinâmica comunicacional a ser repetida por políticos em vários países com iguais naipes político-ideológicos ao de Trump, quer em processos eleitorais quer em suas presidências nacionais, como é o caso do atual presidente do Brasil. Assim, a oposição de políticos antidemocratas e reacionários ao fazer da televisão, rádio, jornais e revistas avançava em forma e substância. Como em tempos de guerra, a primeira vítima fora a verdade.

Mas o ineditismo histórico da campanha e do governo de Trump, assim como seus congêneres, não se encontra na oposição ferrenha de governantes à mídia – pelo menos contra aquela que busca atuar com relativa autonomia aos interesses do mando político. A história contemporânea mundial é prenhe de fatos/acontecimentos e processos de tal ordem, quer mediante ofensivas governamentais direta – quando da instalação de regimes totalitários ou ditatórias – quer indiretamente – por meio de jogos escusos a driblar

regramentos políticos democráticos; como são os casos recentes de Trump e do presidente brasileiro.

O inédito se encontra no fato de que os governantes na atual e mal-intencionada luta contra a imprensa autônoma não precisam se valerem de mídias congêneres operadas por veículos jornalísticos (jornal, revista, rádio e TV), posto as potencialidades de comunicação direta aberta pelas redes sociais virtuais. Essas a servirem de perfeita correia de transmissão às *fake news* e interpretações mais que enviesadas que são lançadas diuturnamente por diversos e plurais agentes sociais, individuais ou coletivos, aderidos a governos nacionais-populistas de direita emergidos ultimamente. Agentes sociais a agirem algumas vezes de forma anônima, porém, sempre interessados na defesa do *status quo*. Defesa reacionária a ser empreendia por conta de ressentimentos políticos ou socio-classistas às políticas e governos favoráveis à ampliação e consolidação dos Direitos Humanos; cujos princípios se encontram, no caso do Brasil, dispostos na Constituição Cidadã de 1988. Porém, centenas de milhares de incautos e incultos frequentadores desses ambientes virtuais acabam por se constituírem em redes capilares para a disseminação de inverdades, meias verdades, interpretações descabidas, irreais, odiosas, discriminatórias e preconceituosas; mas é preciso notar que esses são, de uma forma ou de outra, dotados de culturas políticas que os levam à adesão ou difusão de maniqueísmos simplistas e desfibrados de conhecimento científico e histórico. Situação a revelar, ademais, os limites e as qualidades da formação escolar da população em geral, em várias partes do mundo e sobremaneira no Brasil.

De qualquer forma, enorme contingente de usuários das redes sociais a servir, concomitantemente, à pretensa legitimidade popular de governantes nacional-populistas de direita e à deslegitimação do operar e fazer das mídias tradicionais (imprensa, rádio e TV) por grupos da direita extremada. E esses não pensam em termos de democratização da mídia, antes, impingi-la subserviência aos seus ditames ou a favorecer donos e concessionários de veículos de comunicação mais do que dispostos a atender aos seus reclames. Embora dentro da situação pandêmica mundial pareça crescer o número de usuários das redes sociais desconfiados e alertas com *fake news* e assertivas negacionistas. Isto a ocorrer por conta de consequências nocivas derivadas de posições e medidas descabidas tomadas por governantes nacional-populistas de direita em relação à proliferação do Covid-19. A objetividade dos fatos parece ter uma oportunidade de voltar a iluminar a escuridão de absurdos do passado remoto e que, agora, se querem redivivos.

É certo, também, que a expansão da internet e a proliferação das redes sociais virtuais tem permitido ampliar espaços que, além de se prestarem muito bem à disseminação do conhecimento e a profícuos debates, potencializaram meios de comunicação social à divulgação da pluralidade de vozes consonantes a culturas políticas identificadas com a defesa da ampliação e consolidação da democracia e dos Direitos Humanos, da adoção de uma economia sustentável e de proteção ambiental, da supressão de níveis alarmantes da desigualdade social, do vicejar e da manutenção de uma vida social inclusiva, com dinâmicas sociais livres de preconceitos e discriminações de gênero, raça e credo, do multilateralismo nas relações entre as nações e a harmonia dos povos. Fenômeno que não pode ser minorado, uma vez que na história contemporânea não foram poucas as causas e a pluralidade de vozes, fossem individuais fossem coletivas, a serem preteridas pela chamada grande e comercial mídia. Ocorrência apesar de essa apregoar e se dizer pautada pela objetividade e neutralidade no transmitir a informação; ideário a deitar raízes no início da chamada imprensa-empresa nos EUA na passagem do século XIX ao XX.

Quer por força de lei ou de costumes quer por dinâmicas necessárias a provar a sua autoproclamada neutralidade e objetividade com vistas à buscada credibilidade, órgãos da grande mídia comercial souberam contornar, dosar e manipular, por meio de maneirismo e técnicas próprias ao editar, a concessão de espaços em suas páginas, ondas radiofônicas e nas suas telinha de tevê a assuntos, temas, ideias e projetos segundo convergência ou divergência aos interesses dos seus proprietários (jornal e revista) ou concessionários (rádio e TV). Por fim, tal "arte" e/ou técnica pouco percebida pela população menos instruída levou à noção de que um fato/acontecimento somente existiria se focalizado pela mídia; essa, por sua vez, soube muito bem explorar a seu favor aquela falsa percepção popular, sobremaneira a televisão, escudada no poder do audiovisual e do "ao vivo". Como assevera Pierre Bourdieu, em seu pequeno livro militante sobre a televisão: mais do que ser, o importante é aparecer na TV; máxima bastante fidedigna ao período em que esse meio se manteve como soberano no universo da comunicação social.

Não por acaso partidos, causas, movimentos, organismos não governamentais na luta contra o *status quo*, segundo acepções desse em cada período, tiveram que lançar mãos, quando possível, da publicação de periódicos próprios, entretanto, comumente enfrentando obstáculos à manutenção consistente e distribuição abrangente deles. Caminho bem mais difícil quando se tratou da consecução de difundir ideias, projetos e ações de igual teor pelas ondas do rádio - quando possível limitando-se a rádios

comunitárias ou piratas - e impossível com relação à TV. Afinal, a operação dessas duas mídias sempre foram controladas pelo Estado, no entanto, controle diferenciado de país para país em virtude da efetivação de regramentos legais ou do monitoramento de governos mais ou menos afinados a preceitos democráticos, notadamente ao direito de acesso à informação e o da liberdade de expressão. A internet, em geral, e as redes sociais, em particular, diminuíram potencialmente – quer para o bem quer, infelizmente, para o mal, tal sorte de obstáculos, assim como poderes de proprietários e dirigentes daquelas mídias convencionais. Contudo, após a primeira década de expansão da internet, as expectativas positivas de que a humanidade tivesse alcançado um meio livre e democrático à comunicação social se arrefeceriam, uma vez que dados e informações vinham à tona revelando que a internet se encontrava, também, à mercê de interesses comerciais de grandes corporações do setor. Segredos e usos dos logaritmos iam se tornando conhecidos da população em geral.

Pautado pelo objetivo de reunir subsídios à reflexão e crítica do presente imediato do universo da comunicação social, o Dossiê *História, Mídias e Culturas Políticas*, publicado no recente número/volume da revista *Temporalidades*, traz a lume uma série de artigos ocupados com a remontagem e análises de fatos/acontecimentos e processos inscritos ao longo das trajetórias de variadas mídias, englobando recuos temporais diversos, sem, contudo, perderem de vista as intersecções entre a história da mídia e a história política e cultural contemporâneas. Nesse diapasão, o leitor encontrará nos artigos constantes no Dossiê elementos factuais e analíticos sobre as estruturas e dinâmicas das mídias ao longo dos tempos, os quais se constituem, sem dúvida, num fértil manancial ao conhecer e compreender históricos sobre permanências e mudanças, proximidades e distanciamentos, rupturas e inflexões no operar, difundir e, mesmo, consumir conteúdos midiáticos, algumas da nodais interrelações do domínio midiático com os demais a compor a sociedade que o engloba, bem como os relativos às possibilidades e aos obstáculos da grande mídia comercial conceder espaços a vozes plurais e causas diversas que, de antemão, foram e continuam sendo preteridas pelos donos e concessionários da grande e comercial mídia conforme seus interesses imediatos.

Assim, na abertura do Dossiê constam dois artigos ocupados em sistematizar e refletir acerca de elementos teóricos lançados por expoentes da Escola de Frankfurt, ambos os textos desenvolvendo tal objetivo a par do enfoque de outros teóricos a procederem críticas, tal como os frankfurtianos, à chamada indústria cultural. Segue-se artigo voltado

para o levantamento de questões metodológicas acerca da definição da propaganda, ao mesmo tempo, como objeto e fonte aos estudos históricos.

Os artigos constantes no segundo bloco guardam em comum estudos sobre as relações e participações de diferentes veículos de comunicação social em destacadas conjunturas da história política brasileira, tanto em tempos de crise – como a relativa ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, golpe civil-militar de 1964 e processo de impeachment do presidente Collor -, quanto da Ditadura Militar – com enfoque na cinebiografia de JK, da autoria de Silvio Tendler, a se contrapor as dos mandantes fardados, ou o empenho de jornal do interior mineiro na obtenção de esclarecimentos oficiais acerca do desaparecimento de três jovens durante o ocaso da Ditatura Militar -, ou período de transição desse regime discricionário para a redemocratização política – visto pela cobertura de jornal catarinense dedicada às transformações que se apresentavam ao mundo do trabalho no Brasil entre os anos 1980 e 1990, com denotado destaque ao debate na Sub Comissão do Trabalho da então Assembleia Constituinte.

No bloco seguinte se encontram artigos voltados a estudos sobre relações entre dinâmicas midiáticas e defesa de identidades culturais e da diversidade ao longo do tempo, muitos dessas relações atravessadas por dinâmicas políticas e/ou sob influências de conjunturas políticas. Assim, há artigos com enfoques em questões de gênero – dois abordando material de periódicos brasileiros sobre as mulheres no recuado século XIX, um terceiro com análise sobre memes difundido contra a presidente Dilma Rousseff, e completando o bloco, há artigo dedicado à crítica das representações sobre a mulher veiculadas no filme hollywoodiano *Esquadrão suicida*. E consta, ademais, artigo trilhando a interseção entre questões de gênero e raciais – com foco em personagem negra integrada à telenovela *Amor de mãe*, exibida pela Rede Globo e, ainda, a ser concluída. Acompanhado de outro artigo que joga luz sobre o emprego das infovias por comunidade de povos originários do Brasil. E, por fim, o bloco é fechado com artigo voltado à análise de material de jornal gaúcho dedicado à população socioeconomicamente vulnerável e discriminada no correr da década de 1950, em Porto Alegre.

O Dossiê é encerrado com dois artigos dedicados ao tema televisão. Um artigo com foco histórico sobre o meio no Brasil, posto remontar e analisar relações entre a imprensa e a TV na década de 1960, tomadas pelo prisma original da crítica televisiva em jornais e revistas que caminhava em direção à sua especialização, o que seria alcançada na década seguinte. E outro artigo pautado pela análise de material divulgados pelo telejornal *Hoje*, da

Rede Globo, a focalizar os setenta anos da criação de Israel, destacando elementos da matéria a reiterar certa memória sobre Israel e Palestina.

Que a leitura do Dossiê reforce em todos o sentimento da necessidade mais que urgente da democratização da mídia no Brasil. Boa Leitura.

Áureo Busetto – janeiro de 2020

Dossiê Temático

História, mídias e culturas políticas

Apresentação

Áureo Busetto
Doutor em História
Universidade Estadual Paulista
a.busetto@unesp.br

Em 20 de janeiro de 2021, vemos o fim de um ciclo da política nacional-populista de direita azeitada pelo, agora, ex-presidente Donald J. Trump. Sem dúvida, um fato a trazer certo alívio aos defensores da democracia, quer estadunidenses quer no mundo. Entre outras mazelas derivadas de sua política interna e externa, o Governo Trump se notabilizou como um dínamo na produção e difusão, via redes sociais virtuais, das chamadas *fake news* - ou "fatos alternativos", segundo preferência manifestada por assessora daquele governo em seu início.

Notícias e dados falsos, mentirosos e manipulados difundidos por aquele governo sob a ótica de culturas políticas nutridas em odioso revisionismo e torpe negacionismo, vazados em termos de patriotadas, xenofobia, fundamentalismo cristão, machismo, posições antiecológicas e contrárias ao multilateralismo. Aliás, expediente que já tinha sido empregado por Trump quando da sua campanha eleitoral, cuja consecução contou com estratégias do uso e da manipulação de logaritmos, o que em muito possibilitou a ele ascender à Presidência. Dinâmica comunicacional a ser repetida por políticos em vários países com iguais naipes político-ideológicos ao de Trump, quer em processos eleitorais quer em suas presidências nacionais, como é o caso do atual presidente do Brasil. Assim, a oposição de políticos antidemocratas e reacionários ao fazer da televisão, rádio, jornais e revistas avançava em forma e substância. Como em tempos de guerra, a primeira vítima fora a verdade.

Mas o ineditismo histórico da campanha e do governo de Trump, assim como seus congêneres, não se encontra na oposição ferrenha de governantes à mídia – pelo menos contra aquela que busca atuar com relativa autonomia aos interesses do mando político. A história contemporânea mundial é prenhe de fatos/acontecimentos e processos de tal ordem, quer mediante ofensivas governamentais direta – quando da instalação de regimes totalitários ou ditatórias – quer indiretamente – por meio de jogos escusos a driblar

regramentos políticos democráticos; como são os casos recentes de Trump e do presidente brasileiro.

O inédito se encontra no fato de que os governantes na atual e mal-intencionada luta contra a imprensa autônoma não precisam se valerem de mídias congêneres operadas por veículos jornalísticos (jornal, revista, rádio e TV), posto as potencialidades de comunicação direta aberta pelas redes sociais virtuais. Essas a servirem de perfeita correia de transmissão às *fake news* e interpretações mais que enviesadas que são lançadas diuturnamente por diversos e plurais agentes sociais, individuais ou coletivos, aderidos a governos nacionais-populistas de direita emergidos ultimamente. Agentes sociais a agirem algumas vezes de forma anônima, porém, sempre interessados na defesa do *status quo*. Defesa reacionária a ser empreendia por conta de ressentimentos políticos ou socio-classistas às políticas e governos favoráveis à ampliação e consolidação dos Direitos Humanos; cujos princípios se encontram, no caso do Brasil, dispostos na Constituição Cidadã de 1988. Porém, centenas de milhares de incautos e incultos frequentadores desses ambientes virtuais acabam por se constituírem em redes capilares para a disseminação de inverdades, meias verdades, interpretações descabidas, irreais, odiosas, discriminatórias e preconceituosas; mas é preciso notar que esses são, de uma forma ou de outra, dotados de culturas políticas que os levam à adesão ou difusão de maniqueísmos simplistas e desfibrados de conhecimento científico e histórico. Situação a revelar, ademais, os limites e as qualidades da formação escolar da população em geral, em várias partes do mundo e sobremaneira no Brasil.

De qualquer forma, enorme contingente de usuários das redes sociais a servir, concomitantemente, à pretensa legitimidade popular de governantes nacional-populistas de direita e à deslegitimação do operar e fazer das mídias tradicionais (imprensa, rádio e TV) por grupos da direita extremada. E esses não pensam em termos de democratização da mídia, antes, impingi-la subserviência aos seus ditames ou a favorecer donos e concessionários de veículos de comunicação mais do que dispostos a atender aos seus reclames. Embora dentro da situação pandêmica mundial pareça crescer o número de usuários das redes sociais desconfiados e alertas com *fake news* e assertivas negacionistas. Isto a ocorrer por conta de consequências nocivas derivadas de posições e medidas descabidas tomadas por governantes nacional-populistas de direita em relação à proliferação do Covid-19. A objetividade dos fatos parece ter uma oportunidade de voltar a iluminar a escuridão de absurdos do passado remoto e que, agora, se querem redivivos.

É certo, também, que a expansão da internet e a proliferação das redes sociais virtuais tem permitido ampliar espaços que, além de se prestarem muito bem à disseminação do conhecimento e a profícuos debates, potencializaram meios de comunicação social à divulgação da pluralidade de vozes consonantes a culturas políticas identificadas com a defesa da ampliação e consolidação da democracia e dos Direitos Humanos, da adoção de uma economia sustentável e de proteção ambiental, da supressão de níveis alarmantes da desigualdade social, do vicejar e da manutenção de uma vida social inclusiva, com dinâmicas sociais livres de preconceitos e discriminações de gênero, raça e credo, do multilateralismo nas relações entre as nações e a harmonia dos povos. Fenômeno que não pode ser minorado, uma vez que na história contemporânea não foram poucas as causas e a pluralidade de vozes, fossem individuais fossem coletivas, a serem preteridas pela chamada grande e comercial mídia. Ocorrência apesar de essa apregoar e se dizer pautada pela objetividade e neutralidade no transmitir a informação; ideário a deitar raízes no início da chamada imprensa-empresa nos EUA na passagem do século XIX ao XX.

Quer por força de lei ou de costumes quer por dinâmicas necessárias a provar a sua autoproclamada neutralidade e objetividade com vistas à buscada credibilidade, órgãos da grande mídia comercial souberam contornar, dosar e manipular, por meio de maneirismo e técnicas próprias ao editar, a concessão de espaços em suas páginas, ondas radiofônicas e nas suas telinha de tevê a assuntos, temas, ideias e projetos segundo convergência ou divergência aos interesses dos seus proprietários (jornal e revista) ou concessionários (rádio e TV). Por fim, tal "arte" e/ou técnica pouco percebida pela população menos instruída levou à noção de que um fato/acontecimento somente existiria se focalizado pela mídia; essa, por sua vez, soube muito bem explorar a seu favor aquela falsa percepção popular, sobremaneira a televisão, escudada no poder do audiovisual e do "ao vivo". Como assevera Pierre Bourdieu, em seu pequeno livro militante sobre a televisão: mais do que ser, o importante é aparecer na TV; máxima bastante fidedigna ao período em que esse meio se manteve como soberano no universo da comunicação social.

Não por acaso partidos, causas, movimentos, organismos não governamentais na luta contra o *status quo*, segundo acepções desse em cada período, tiveram que lançar mãos, quando possível, da publicação de periódicos próprios, entretanto, comumente enfrentando obstáculos à manutenção consistente e distribuição abrangente deles. Caminho bem mais difícil quando se tratou da consecução de difundir ideias, projetos e ações de igual teor pelas ondas do rádio - quando possível limitando-se a rádios

comunitárias ou piratas - e impossível com relação à TV. Afinal, a operação dessas duas mídias sempre foram controladas pelo Estado, no entanto, controle diferenciado de país para país em virtude da efetivação de regramentos legais ou do monitoramento de governos mais ou menos afinados a preceitos democráticos, notadamente ao direito de acesso à informação e o da liberdade de expressão. A internet, em geral, e as redes sociais, em particular, diminuíram potencialmente – quer para o bem quer, infelizmente, para o mal, tal sorte de obstáculos, assim como poderes de proprietários e dirigentes daquelas mídias convencionais. Contudo, após a primeira década de expansão da internet, as expectativas positivas de que a humanidade tivesse alcançado um meio livre e democrático à comunicação social se arrefeceriam, uma vez que dados e informações vinham à tona revelando que a internet se encontrava, também, à mercê de interesses comerciais de grandes corporações do setor. Segredos e usos dos logaritmos iam se tornando conhecidos da população em geral.

Pautado pelo objetivo de reunir subsídios à reflexão e crítica do presente imediato do universo da comunicação social, o Dossiê *História, Mídias e Culturas Políticas*, publicado no recente número/volume da revista *Temporalidades*, traz a lume uma série de artigos ocupados com a remontagem e análises de fatos/acontecimentos e processos inscritos ao longo das trajetórias de variadas mídias, englobando recuos temporais diversos, sem, contudo, perderem de vista as intersecções entre a história da mídia e a história política e cultural contemporâneas. Nesse diapasão, o leitor encontrará nos artigos constantes no Dossiê elementos factuais e analíticos sobre as estruturas e dinâmicas das mídias ao longo dos tempos, os quais se constituem, sem dúvida, num fértil manancial ao conhecer e compreender históricos sobre permanências e mudanças, proximidades e distanciamentos, rupturas e inflexões no operar, difundir e, mesmo, consumir conteúdos midiáticos, algumas da nodais interrelações do domínio midiático com os demais a compor a sociedade que o engloba, bem como os relativos às possibilidades e aos obstáculos da grande mídia comercial conceder espaços a vozes plurais e causas diversas que, de antemão, foram e continuam sendo preteridas pelos donos e concessionários da grande e comercial mídia conforme seus interesses imediatos.

Assim, na abertura do Dossiê constam dois artigos ocupados em sistematizar e refletir acerca de elementos teóricos lançados por expoentes da Escola de Frankfurt, ambos os textos desenvolvendo tal objetivo a par do enfoque de outros teóricos a procederem críticas, tal como os frankfurtianos, à chamada indústria cultural. Segue-se artigo voltado

para o levantamento de questões metodológicas acerca da definição da propaganda, ao mesmo tempo, como objeto e fonte aos estudos históricos.

Os artigos constantes no segundo bloco guardam em comum estudos sobre as relações e participações de diferentes veículos de comunicação social em destacadas conjunturas da história política brasileira, tanto em tempos de crise – como a relativa ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, golpe civil-militar de 1964 e processo de impeachment do presidente Collor -, quanto da Ditadura Militar – com enfoque na cinebiografia de JK, da autoria de Silvio Tendler, a se contrapor as dos mandantes fardados, ou o empenho de jornal do interior mineiro na obtenção de esclarecimentos oficiais acerca do desaparecimento de três jovens durante o ocaso da Ditatura Militar -, ou período de transição desse regime discricionário para a redemocratização política – visto pela cobertura de jornal catarinense dedicada às transformações que se apresentavam ao mundo do trabalho no Brasil entre os anos 1980 e 1990, com denotado destaque ao debate na Sub Comissão do Trabalho da então Assembleia Constituinte.

No bloco seguinte se encontram artigos voltados a estudos sobre relações entre dinâmicas midiáticas e defesa de identidades culturais e da diversidade ao longo do tempo, muitos dessas relações atravessadas por dinâmicas políticas e/ou sob influências de conjunturas políticas. Assim, há artigos com enfoques em questões de gênero – dois abordando material de periódicos brasileiros sobre as mulheres no recuado século XIX, um terceiro com análise sobre memes difundido contra a presidente Dilma Rousseff, e completando o bloco, há artigo dedicado à crítica das representações sobre a mulher veiculadas no filme hollywoodiano *Esquadrão suicida*. E consta, ademais, artigo trilhando a interseção entre questões de gênero e raciais – com foco em personagem negra integrada à telenovela *Amor de mãe*, exibida pela Rede Globo e, ainda, a ser concluída. Acompanhado de outro artigo que joga luz sobre o emprego das infovias por comunidade de povos originários do Brasil. E, por fim, o bloco é fechado com artigo voltado à análise de material de jornal gaúcho dedicado à população socioeconomicamente vulnerável e discriminada no correr da década de 1950, em Porto Alegre.

O Dossiê é encerrado com dois artigos dedicados ao tema televisão. Um artigo com foco histórico sobre o meio no Brasil, posto remontar e analisar relações entre a imprensa e a TV na década de 1960, tomadas pelo prisma original da crítica televisiva em jornais e revistas que caminhava em direção à sua especialização, o que seria alcançada na década seguinte. E outro artigo pautado pela análise de material divulgados pelo telejornal *Hoje*, da

Rede Globo, a focalizar os setenta anos da criação de Israel, destacando elementos da matéria a reiterar certa memória sobre Israel e Palestina.

Que a leitura do Dossiê reforce em todos o sentimento da necessidade mais que urgente da democratização da mídia no Brasil. Boa Leitura.

Áureo Busetto – janeiro de 2020

Temporalidades

Indústria Cultural e comunicação: Possibilidades de análise a partir da leitura de T. Adorno e M. Horkheimer.

Cultural Industry and Communication: Possibilities for Analysis from Theodor Adorno and M. Horkheimer 's Reading.

David Castro Neto
Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná

Recebido em: 13/11/20
Aprovado em: 13/01/21

Resumo: O objetivo deste texto é propor uma discussão teórica sobre as possibilidades de pesquisa na comunicação, tomando por base os textos de Theodoro Adorno e Max Horkheimer. A partir da discussão sobre a Indústria Cultural apontada pelos teóricos alemães, outros campos dos estudos culturais procuraram ampliar o escopo de análise, ora convergindo, ora divergindo das propostas da Escola de Frankfurt. Neste texto, além destas reflexões, apresentamos os debates sobre os Estudos Culturais Britânicos sob a liderança de Raymond Willians, dos novos estudos alemães de Vilém Flusser, Friedrich Kittler e Dietmar Kamper e, por fim, os trabalhos de Douglas Kellner, que procurou articular a corrente de Frankfurt com os Estudos Culturais Britânicos.

Palavras-chave: Indústria Cultural; Comunicação de massa; Propaganda

Resumen/Abstract: The purpose of this text is to propose a theoretical discussion on the possibilities of research in communication, based on the texts of Theodoro Adorno and Max Horkheimer. From the discussion on the Cultural Industry pointed out by German theorists, other fields of cultural studies sought to expand the scope of analysis, sometimes converging, sometimes diverging from the Frankfurt School's proposals. In this text, in addition to these reflections, we present the debates on British Cultural Studies under the leadership of Raymond Willians, the new German studies by Vilém Flusser, Friedrich Kittler and Dietmar Kamper and, finally, the works of Douglas Kellner, who sought to articulate Frankfurt current with British Cultural Studies.

Palabras clave/Keywords: Cultural Industry; Mass communication; Advertising

O essencial é saber ver, mas isso, triste de nós que trazemos a alma vestida,
isso exige um estudo profundo, aprendizagem de desaprender.
Eu prefiro despir-me do que aprendi,
eu procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram
e raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
desembrulhar-me e ser eu.
Alberto Caeiro – *O guardador de rebanhos*

Introdução

Para além da violência física, os regimes totalitários criaram uma arena de disputa política, a da comunicação, ou melhor, da comunicação de massa. Os usos políticos do cinema, do rádio e do sucesso da propaganda promoveram os primeiros questionamentos em torno das relações entre os meios de comunicação e a sociedade. Essa nova arena de disputas políticas expandiu-se para as mais diversas formas de entretenimento. Além do rádio e cinema, a televisão, a partir dos anos 1950, se consolida como veículo de comunicação de massa e, a partir de meados da década de 1980, a internet se coloca, também, como mais um veículo de informações.

Os teóricos reunidos na órbita da chamada Escola de Frankfurt foram os primeiros a se colocar tais questões. O pensamento de T. Adorno e Max Horkheimer, além Walter Benjamin (ainda que este intelectual não fosse diretamente ligado a Escola de Frankfurt), procurou entender como a comunicação de massa, ao invés de democratizar o acesso à cultura, estava, ao contrário, criando elementos que reforçariam a dominação ideológica.

A partir da crítica proposta pela Escola de Frankfurt, outras correntes teóricas surgiram para tentar explicar a relação do público com os meios de comunicação, ora se alinhando mais próximo aos alemães, ora mais distantes. Nosso objetivo neste texto ao tomar como ponto de partida o conceito de Indústria Cultural, cunhado por T. Adorno e M. Horkheimer, traçar um panorama de algumas correntes de análise dos meios de comunicação de massa capazes de oferecer suporte teórico e metodológico para a análise das fontes audiovisuais selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento.

Indústria Cultural e Comunicação

A Escola de Frankfurt inaugura os estudos sobre comunicação na cultura ocidental. Ao assumir a chefia do Instituto de Pesquisas Sociais, em 1931, Max Horkheimer procurou formular sua proposta de trabalho na explicação sobre a falência das técnicas e do progresso científico na redução das injustiças sociais e do que parecia um inevitável retorno às explicações místicas.

O contato com a sociedade americana ocorrido após a mudança do Instituto para os Estados Unidos, devido à ascensão de Hitler em 1933, revela aos autores uma sociedade de consumo em sua forma mais plena e, a partir de 1942, iniciam a redação da *Dialética do Esclarecimento*, publicado em 1947.

Os fragmentos filosóficos reunidos no livro tentam responder a algumas questões, entre elas o porquê de a humanidade, em vez de ingressar numa situação verdadeiramente humana, afundava-se num novo tipo de barbárie (totalitarismo), que se utilizava, entre outros elementos, do controle da cultura e da comunicação de massa por algum tipo de monopólio, seja centrado no Estado ou nos grandes conglomerados de mídia. Neste trabalho publicaram o paradigmático texto *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, que, de fato, inauguraria a relação entre comunicação, economia política e a psicanálise.

Como sugere Marcondes Filho (2011), inspirados por S. Freud, os autores apontam o mundo da natureza como o "reino da felicidade". O mito teria sido criado como um motor para desmistificar a natureza desconhecida e domesticá-la, via racionalização, trazendo, assim, a felicidade para os homens. De modo geral, esse era o projeto da Modernidade iluminista, uma nova razão libertaria o homem dos dogmatismos religiosos, dominaria a natureza e restituiria a liberdade sem opressão.

Como sabemos, a humanidade não restituiu a liberdade e a felicidade a si mesma. Segundo os frankfurtianos, à destruição de um mito (religioso) seguiu-se a construção de outro, o da razão instrumental. Esse novo mito seria responsável pelo processo de alienação produzido pelos próprios homens e, sob o manto da razão instrumental e do controle da natureza pela técnica, outros tipos de dominação surgiriam.

Como sintetiza Marcondes Filho (2011, p. 22):

> O mito da razão instrumental não contém fatos da natureza mas é uma criação eminentemente humana, é a nossa nova alienação. Ulisses seria o protótipo do burguês individual, que usa a razão instrumental para atingir suas metas. Ele sacrifica tudo o que deseja e valoriza e assim escapa do mundo mitologizado de sua viagem. Em vez de atingir um mundo esclarecido, de liberdade e autonomia (da natureza primeira ou da forma como preconizava Kant), ele volta para seu reino. Ulisses oprimido torna-se Ulisses opressor.

Assim, ao cunhar o conceito de indústria cultural, T. Adorno e M. Horkheimer revelariam outro tipo de dominação, a cultural, que estaria travestida na técnica. Como sugerem Kellner (2001) e Marcondes Filho (2011), o conceito é, na realidade, uma 'parodia' da ideia de uma grande cultura universal que surgiria com a expansão dos meios de comunicação de massa.

O conceito, ao contrário, demonstra: a) a cultura, ao ser invadida pela lógica do capitalismo, se transforma em mercadoria que deve ser constantemente consumida; b) toda a cultura produzida e veiculada pelos meios de comunicação de massa teria como objetivo a alienação ou a manutenção da alienação dos espectadores, adequação (que tenderia a uniformidade da cultura) e conformismo; c) toda a produção, racionalizada na técnica, agiria à mercê das vontades daqueles que são seus alvos (o público) e não na direção da emancipação cultural e/ou mitológica da realidade.

A indústria cultural formaria, portanto, um grande sistema que abraçaria todos os níveis da sociedade, conhecendo e prevendo todos os seus "movimentos". É nesse sentido que Adorno e Horkheimer afirmam que o "novo" não existe sem que tenha sido previsto e revisto, o que significa dizer que a trajetória dos produtos da mídia já está delimitada previamente para satisfazer uma audiência cada vez mais conhecida (especialmente com o avanço dos algoritmos e das redes sociais) e, portanto, conformada ao tipo de produto que consome.

Como aponta Marcondes Filho (2011, p. 26-27):

> A indústria cultural, em resumo, não se restringe a seus programas, ela constitui todo um clima tecnológico, social, cultural e estético, que fornece brilho e glamour ao cotidiano cinzento das pessoas. Ela sugere, assim, uma fuga do cotidiano desinteressante das pessoas, um escape que não obstante vai parar no mesmo lugar; ela sugere uma aproximação comunitária física e emocional das pessoas, como nas comunidades antigas, mas essa aproximação é fictícia, pois, diante dos meios eletrônicos, a troca não é mais entre situações singularmente vividas.

Desta maneira, para T. Adorno e M. Horkheimer cinema, televisão e rádio não seriam formas de arte, uma vez que não rompem com a realidade, mas a reafirmam e, numa análise radicalizada, se misturam com ela, fazendo com que o público reviva seu cotidiano mediatizado, sendo

constantemente reeducado para suportar a rotina de trabalho. Em várias passagens de seu texto, os autores citam o rádio como um instrumento de dominação, ora utilizado pelos nazistas, ora pela publicidade.

O que também chama a atenção nessa abordagem é o compromisso da indústria cultural com a não reflexão dos indivíduos e sua paulatina transformação numa espécie de Homer Simpson (caricato personagem da série do canal Fox). Nos estudos de T. Adorno sobre o jazz, é notória sua forte crítica à forma como a música estava sofrendo este processo. A repetição de notas, melodias e acordes levaria o público não a uma apreciação musical, mas a acostumar-se com esta forma de construção da música[1].

Sob o signo da razão instrumental, Adorno e Horkheimer observam na técnica o eixo central da dominação e da não libertação dos homens. Nesse sentido, o texto é repleto de críticas aos meios pelos quais as mensagens circulam e exercem seu poder sobre os indivíduos:

> O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (...) Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 100).

A evolução da tecnologia é vista como uma evolução das formas de dominação. Assim, o rádio, o cinema, a televisão e a internet conjugam, cada um a sua maneira, a fórmula "legitimação e hierarquização". Como sugerem Adorno e Horkheimer (1985), o rádio representava para os nazistas o que a imprensa representou para a reforma de Martin Lutero.

O público seria transformado num depositário de programas de entretenimento que não lhes oferecia mais do que o seu cotidiano midiatizado, transformado em algum tipo de drama, comédia ou qualquer outro gênero, assim, "ao serem reproduzidas, as situações desesperadas que estão

[1] No caso brasileiro, o processo foi mais lento, embora contínuo. De acordo com os trabalhos de Marcos Napolitano (2017), a formação do mercado fonográfico brasileiro acentua-se a partir dos anos 1960, focado numa crescente classe média que consumia estes produtos. No final dos anos 1980, quando este mercado está consolidado, observamos um formato padronizado de produtos culturais e um fechamento do mercado para composições que fujam dos padrões estabelecidos pela indústria cultural brasileira, criando a imagem de que a música brasileira empobreceu quando, na verdade, seu acesso é dificultado pelas mídias tradicionais que procuram não arriscar o investimento em artistas consagrados e em estilos musicais já estabelecidos. No aspecto mais amplo da formação da indústria cultural e capitalismo no Brasil, o trabalho pioneiro de Arruda (2004) merece destaque.

sempre a desgastar os espectadores em seu dia a dia tornam-se, não se sabe como, a promessa de que é possível continuar a viver" (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 132).

Dominação e consumo andariam lado a lado. T. Adorno seria um dos precursores da expressão "o meio é a mensagem", ou seja, o conteúdo torna-se irrelevante, pois seria absorvido sem uma atitude crítica, encantados com a técnica que o reproduz, numa eterna repetição, tanto de mercadorias, quanto de conteúdo:

> O carisma metafísico do Führer, inventado pela sociologia da religião, acabou por se revelar como a simples onipresença de seus discursos radiofônicos, que são uma paródia demoníaca da onipresença do espírito divino. (...) Nenhum ouvinte consegue mais apreender seu verdadeiro sentido, enquanto o discurso do Führer é, de qualquer modo, a mentira. (...) Um belo dia, a propaganda de marcas específicas, isto é, o decreto da produção escondido na aparência da possibilidade de escolha, pode acabar se transformando no comando aberto do Führer. Numa sociedade dominada pelos grandes bandidos fascistas, que se puseram de acordo sobre a parte do produto social a ser destinado às primeiras necessidades do povo, parecia enfim anacrônico convidar ao uso de um determinado sabão em pó. O Führer ordena de maneira mais moderna e sem maior cerimônia tanto o holocausto quanto a compra de bugigangas (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 132)

Embora tenham sofrido críticas pelo peso excessivo que a técnica teria sobre o indivíduo, o conceito de indústria cultural tem uma energia teórica atual. Como destaca Marcondes Filho (2011, p. 29), este seria "um dos conceitos mais decisivos do século 20", já que, a partir dele, passou a ser possível compreender as relações entre a política e a comunicação depois de Hitler e dos autoritarismos, e entender a relação consumidor/consumo no mundo após a década de 1950.

Douglas Kellner (2001, p. 44) realça justamente este aspecto teórico atual dos frankurtianos:

> a focagem crítica da cultura da mídia, a partir das perspectivas de mercadorização, reificação, ideologia e dominação, que constitui um modelo útil para corrigir as abordagens mais populistas e acríticas à cultura da mídia, que tendem a subjugar os pontos de vista críticos. Embora parcial e unilateral, a abordagem da Escola de Frankfurt fornece instrumental para criticar as formas ideológicas e aviltadas da cultura da mídia e indica os modos como ela reforça as ideologias que legitimam as formas de opressão. (...) Seus estudos dissecaram a interconexão entre cultura e comunicação nas produções que reproduziam a sociedade existente apresentando de modo positivo as normas e práticas sociais e legitimando a organização capitalista da sociedade.

Após esta sumária apresentação de alguns elementos do conceito de indústria cultural, nosso objetivo agora será apresentar outras trajetórias teóricas que também se debruçam na compreensão

da relação sociedade, meios de comunicação e cultura, se aproximando ou afastando dos frankfurtianos e que contribuíram para nossa pesquisa de doutoramento.

Guerras Teóricas: Os Estudos Culturais Britânicos, o estudo multiperspectívico de Douglas Kellner e a "Nova Crítica Alemã" contemporânea:

A Escola de Frankfurt desenvolveu suas perspectivas teóricas, de modo geral, entre os anos 1930 e 1950 e, assim, abriu possibilidades para o surgimento de outras possibilidades que ampliaram seu escopo de análise, ora pautadas pelo mesmo pressuposto teórico marxista, ora invertendo a lógica do seu raciocínio e localizando no sujeito a única possibilidade de conhecimento dos efeitos da mídia.

Outra vertente de análise da comunicação, também de inspiração marxista, tem início na Inglaterra durante os anos 1960, no *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies*, os *Estudos Culturais Britânicos* (ECB), e teve como seus principais expoentes Raymond Willians, Richard Hoggart e Stuart Hall.

Na base teórica dos ECB está a perspectiva de hegemonia e contra hegemonia de Antonio Gramsci. Ao contrário dos teóricos frankfurtianos, os ECB enxergam a cultura (e as práticas culturais) como um campo de intensa disputa, de resistência e de luta contra a dominação. Os ECB concentram-se na análise das estruturas e dos sistemas vigentes de dominação empreendidos pelas instituições e grupos que exercem seu poder, promovendo um domínio ideológico, via produções culturais.

Ao contrário dos frankfurtianos, os ECB teorizam sobre a possibilidade de ação dos sujeitos contra a dominação que lhes é imposta pela indústria cultural. De acordo com Kellner (2001, p. 49):

> Os estudos culturais, portanto, assim como a teoria crítica da Escola de Frankfurt, desenvolvem modelos teóricos do relacionamento entre a economia, o Estado, a sociedade, a cultura e a vida diária, dependendo, pois, das problemáticas da teoria social contemporânea. No entanto, também utilizam muito as teorias da cultura. O ponto crucial é que subvertem a distinção entre cultura superior e inferior – como a teoria pós-moderna e diferente da Escola de Frankfurt – e, assim, valorizam formas culturais como cinema, televisão e música popular, deixadas de lado pelas abordagens anteriores, que tendiam a utilizar a teoria literária para analisar as formas culturais ou para focalizar, sobretudo, ou mesmo apenas, as produções da cultura superior.

Raymond Willians, um dos principais teóricos dos ECB, de maneira diferente das perspectivas de T. Adorno e M. Horkheimer, não compreendia a evolução técnica imprimindo exclusivamente a dominação. Para Willians, a frase "o meio é a mensagem" não faria sentido. Seria necessário analisar, antes, as intencionalidades do emissor das mensagens e depois o meio pelo qual elas são transmitidas.

Ao discutir a televisão e as formas culturais, Willians (2014) recupera a evolução das técnicas de comunicação a partir da invenção da imprensa, telégrafo, telefone, cinema e televisão. Nessa abordagem sugere, ao menos, dois caminhos: 1) a evolução da técnica está umbilicalmente vinculada ao desenvolvimento das sociedades humanas e da sua produção de conhecimento; 2) os meios de comunicação não são neutros, mas estão impregnados com a intencionalidade daqueles que o utilizam.

Ao analisar os meios de comunicação de massa, Williams (2014) chama a atenção para o fato de que os novos meios de comunicação não criam uma sociedade nova, mas permitem que suas mensagens circulem de maneira cada vez mais ampla e diversificada. Desta maneira, a técnica não reinventa a sociedade na qual passa a circular as mensagens, ainda que a transforme. Porém, esta transformação é um processo que envolve também outros elementos. Em suma, abre a possibilidade de mensagens que já circulavam em outros meios (dos livros para o rádio; do rádio para a tv; da tv para a internet) expandirem o seu impacto para um público cada vez maior. Citamos, por exemplo, o caso do racismo. O racismo já existia antes da invenção do rádio e muito antes da televisão e da internet, contudo, os novos meios de comunicação ampliam e inovam as maneiras pelas quais é reforçado na sociedade.

Deste modo, Willians (1969, p. 314) entende que a questão não deveria assentar-se exclusivamente na técnica, que pode ser usada positivamente, mas na forma como o público é visto por aqueles que fazem uso da voz dos meios de comunicação, ou seja, o debate é sobre a transformação dos cidadãos em "massa"; este, sim, seria o verdadeiro perigo para a democracia:

> A ideia das massas é uma expressão dêsse (sic) conceito e a ideia de comunicação de massa, uma observação acêrca(sic) de seu funcionamento. Isso é que é o real perigo a democracia e não a existência de meios de transmissão múltipla eficientes e poderosos. Aquêle (sic) conceito é menos um produto da democracia do que sua negação, brotando daquele incerto mundo de sentimentos em que somos levados a viver. Onde se acolhe o princípio da democracia, mas se

> teme sua prática integral e ativa, o espírito é arrastado a uma aquiescência que, entretanto, não é completa, produzindo um estado de consciência insegura e tocada de uma ironia defensiva. É como se dissemos: "a democracia seria de todo aceitável, e é mesmo o que pessoalmente preferiríamos, não fôsse(sic) a qualidade atual do povo. Assim, seja por uma boa causa, se pudermos encontrá-la, seja por qualquer outra, tentaremos manter-nos a um nível de comunicação que nossa experiência e educação reconhecem ser inferior. Como as pessoas são o que são, é tudo que podemos fazer". Mas, ao mesmo tempo, cumpre reconhecer o fato de que, em tal caso, o que realmente fazemos é reduzir o valor de nossa própria experiência e adulterar a linguagem comum. (WILLIAMS, 1969, p. 314)

De modo geral, os meios de comunicação, ao se dirigirem para uma "massa de público" e não para os cidadãos, teriam, na verdade, o objetivo de bloquear o exercício pleno da cidadania, na medida em que universalizam ideais e valores restritos a determinada classe. Neste ponto, os ECB se aproximam dos textos da Escola de Frankfurt, já que ambos visualizam a manutenção de um status quo, via comunicação. Contudo, os ECB propõem um diálogo que permite a emancipação dos sujeitos, uma vez que estes possam se reconhecer e conhecer o tipo de mensagem de que estão sendo alvo.

Ao rejeitar o conceito de massa, concentram suas análises na cultura popular, ou no resgaste positivo desta cultura. Os ECB pretendem organizar uma resistência que tenha raiz na sociedade e modificar padrões de dominação (classe, gênero ou etnia), tornando os sujeitos conscientes. Em suma:

> O ponto-chave aqui é que as lutas focalizadas pelos estudos culturais críticos são contra a dominação e a subordinação. O que estamos preocupados em desenvolver não é qualquer luta e qualquer resistência, mas sim a luta contra a dominação e contra as relações estruturais de desigualdade e opressão ressaltadas pelos estudos culturais críticos (KELLNER, 2001, p. 49).

Aumentar o engajamento político, este seria o principal motor do desenvolvimento dos ECB e sua luta será no campo de ação da mídia. A partir da década de 1960, os ECB começam a notar que a cultura veiculada pela mídia começava a forjar identidades, maneiras de ver e agir no mundo, sendo fundamental, portanto, que o público tivesse instrumentos capazes de fazer a leitura da cultura produzida pelos meios de comunicação.

Outro ponto de relação entre os ECB e os frankfurtianos é este caráter "pedagógico" da indústria cultural. Seus programas teriam como objetivo principal adequar cada ouvinte a um padrão

específico de consumo. A grande diferença é que os ECB visualizam a possibilidade de realizar alguma intervenção política que desse voz a outros tipos de comportamento.

Sob a perspectiva frankfurtiana, a presença destes novos tipos seria transformada, também, em mercadoria, reforçando a dominação (este é o caso da música de protesto, por exemplo, na medida em que passa a integrar a indústria fonográfica, e torna o tema, digamos, da guerra do Vietnã, palatável ao ouvinte, retirando seu ingrediente contestador e relativizando a tragédia humanitária que a guerra significa). Para os ECB, a presença do diferente neste cenário representaria uma possibilidade de resistência.

Como pontua Kellner (2001, p. 55):

> Em outras palavras, o foco dos estudos culturais britânicos em qualquer momento foi mediado pelas lutas da conjuntura política da época, e seu principal trabalho foi então concebido na forma de intervenções políticas. Seus estudos de ideologia, dominação e resistência, e política cultural orientaram estudos culturais para a análise das produções, práticas e instituições culturais dentro das redes existentes de poder, mostrando como a cultura oferecia ao mesmo tempo forças de dominação e recursos para a resistência e a luta. Esse foco político intensificou a ênfase nos efeitos da cultura e no uso que o público fazia das produções culturais, o que possibilitou estudar de maneira extremamente produtiva o público e a recepção, assuntos que haviam sido negligenciados na maioria das abordagens textuais à cultura.

Entretanto, os teóricos herdeiros dos ECB tenderam a uma ênfase exacerbada no binômio texto/público e acabaram por marginalizar a lógica e a intencionalidade de tais textos, retirando de sua análise tanto a economia política quanto os sistemas de produção e circulação desta cultura. Essa constatação, segundo Kellner (2001), pode direcionar os estudos para certo fetichismo do público ou um fetichismo da resistência per se, sem que de fato, seja promovida uma análise a respeito de que tipo de resistência está em jogo ou se de fato ela existe.

Esse fetichismo do público, da resistência e da "diferença pela diferença", quando radicalizado, pode destruir o potencial explicativo dos ECB. É nesse sentido que Kellner (2001, p. 63) faz uma crítica contundente:

> Negligenciar a economia política, festejar o público e os prazeres do popular, deixar de lado questões de classe e ideologia e não analisar ou criticar a política dos textos culturais são maneiras de transformar os estudos culturais em apenas mais uma subdivisão acadêmica inofensiva e, em última análise, favorável, sobretudo à própria indústria cultural.

Desta maneira, Kellner (2001) recupera a crítica feita pela Escola de Frankfurt no contexto da indústria cultural para reafirmar que, se por um lado, os frankfurtianos reduziram todas as produções culturais ao nível da mercadoria, ideologia e instrumentos de dominação de classe, por outro, elucidaram as origens de todas as produções culturais no processo de produção e acumulação capitalista.

Com o objetivo de recuperar o vigor dos ECB e das análises a respeito do conceito de indústria cultural, o autor irá propor um modelo de análise pautado pelas várias perspectivas teóricas possíveis, evitando assim, o engessamento. A essa metodologia, Kellner (2001) chamou de "estudo cultural multiperspectívico".

O estudo multiperspectivíco de Douglas Kellner

Douglas Kellner, em sua obra *A cultura da mídia: Estudos Culturais, identidade e política entre o moderno e pós-moderno* propõe fazer uma análise daquilo que nomeou como "cultura da mídia" entre as décadas de 1980 e 1990, dando destaque aos mais diferentes produtos desta cultura, tais como os filmes (*Rambo* (1982), *Platoon* (1986), *Top Gun* (1986), a propaganda, produtos da televisão, como a série *Beavis and But-Head* (1993 – 1998) e alguns ícones da cultura pop daquele contexto, como a cantora Madonna.

Ao fazer o balanço entre as diferentes teorias que se debruçam sobre os produtos culturais provenientes da mídia, Kellner (2001) faz a sugestão de uma abordagem metodológica que não seja tão ortodoxa, como a feita pela Escola de Frankfurt, e nem tão centrada na relação texto/público, como a realizada pelos Estudos Culturais mais recentes.

A este modelo, o autor chama de estudo cultural multiperspectívico e, segundo sua própria definição:

> Em termos simples, um estudo cultural multiperspectívico utiliza uma ampla gama de estratégias textuais e críticas para interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais em exame. O conceito inspira-se no perspectivismo de Nietzsche, segundo o qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz, trazendo, portanto, em seu bojo, inevitavelmente, pressupostos, valores preconceitos e limitações (KELLNER, 2001, p. 129).

Para o autor, a leitura eficiente dos produtos da cultura de mídia depende do estabelecimento do constante diálogo com a sociedade que a produz, o que significa localizar quais são os debates nos quais estes produtos estão inseridos: sexo, sexualidade, gênero e classe social, por exemplo. Ao lado destes temas, aponta para a necessidade de diálogo entre teorias para ampliar o escopo explicativo das análises, ou seja, marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, feminismo, psicanálise, sociologia e antropologia poderiam, cada um a seu modo, fornecer elementos mais sólidos para que a desconstrução seja feita.

Desta maneira, de acordo com Kellner (2001), a análise de alguns produtos da mídia, como os filmes do tipo *Rambo*, *Top Gun* ou até mesmo *Instinto Selvagem*, torna-se deficitária sem que sejam incluídas questões políticas colocadas pelas reações ao movimento feminista e ao movimento pacifista dos anos 1960 e 1970.

Ao mesmo tempo, não é possível ignorar que outros produtos do cinema, tais como *Pecados de Guerra* (1989) ou *Questão de Honra* (1992) tinham como objetivo mobilizar o público contra o heroísmo conservador presente em *Rambo*, por exemplo. É esse contexto de intensas disputas que o autor chama de "guerras culturais entre liberais e conservadores" (KELLNER, 2001, p. 133).

Entendemos que a valorização desta teoria se dá pela sua perspectiva histórica, ou seja, o objetivo é manter o contato com a realidade da qual os produtos da mídia emergem. Em suma:

> a abordagem multiperspectívica poderá não ser de todo elucidativa se não situar adequadamente o texto no seu contexto histórico. Um texto é constituído por suas relações internas e pelas relações que mantém com sua situação social e histórica, e quanto mais relações estiverem expressas numa leitura crítica, melhor poderá ser a compreensão do texto. O método multiperspectívico deve necessariamente ser histórico e ler seus textos em termos de contexto social e histórico e pode também optar por ler a história à luz do texto (KELLNER, 2001, p. 131).

Pautado pelo conceito de hegemonia e contra-hegemonia de Antonio Gramsci, Kellner (2001) entende que a cultura, a sociedade e a política são terrenos em disputa por diferentes grupos que almejam ou a manutenção, ou a tomada do poder. A partir desta premissa, aponta que os produtos da mídia devem ser entendidos dentro deste conflito. A série de exemplos apontados pelo autor dá essa dimensão. Aos movimentos emancipatórios da década de 1960 e 1970 surgem filmes como *Woodstock* (1970) e *Easy Rider* (1969), que demonstram uma nova forma de vida, de visão de si,

desvinculada da série de normas dos anos 1950; entretanto, este embate tem o seu refluxo nos anos 1980 com o retorno do conservadorismo de Ronald Reagan e, no campo das produções culturais, filmes como *De Volta para o Futuro* (1985) e *Rambo* (1985) seriam a expressão cultural da idealização dos anos 1950 e do militarismo masculinista.

Assim, segundo Kellner (2001, p. 135):

> os filmes e outras formas de cultura da mídia devem ser analisados como textos ideológicos em contexto e relação, vendo alguns textos como reações radicais ou liberais mais progressistas às produções e às posições ideológicas de direita, em vez de, digamos, apenas rejeitar toda a cultura da mídia como reacionária e meramente ideológica, conforme costumam fazer certas teorias monolíticas de "ideologia dominante", como a teoria crítica clássica de Horkheimer e Adorno (1972), muitos althusserianos, algumas feministas e outros. Um estudo cultural contextualista lê os textos culturais em termos de lutas reais dentro da cultura e da sociedade contemporâneas, situando a análise ideológica em meio aos debates e conflitos sociopolíticos existentes, e não apenas em relação a alguma ideologia dominante supostamente monolítica ou algum modelo de cultura de massa simplesmente equiparada à manipulação ideológica ou à dominação per se.

Apoiado nas teses de Frederic Jameson, o autor sugere que a leitura dos produtos da mídia pode revelar tanto elementos que reafirmem a ideologia dominante, quanto elementos que a questionem ou, ainda, que apontem para a "perda" de sua essência no decorrer do desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas.

De acordo com Kellner (2001), a proposta de Frederic Jameson é encontrar os "momentos utópicos" presentes nos textos da cultura da mídia. Desta forma, os autores entendem que a ideologia pode ser vista como o deus romano Janus e suas duas faces: Se por um lado, reforça elementos de dominação com a perspectiva de naturalizá-los, também pode aponta aqueles que podem exercer a crítica[2].

Assim, é importante encontrar as relações que a ideologia (ou as ideologias) encontram com o público, e é nesse sentido que Kellner (2001) sugere a utilização de alguns conceitos do sociólogo Robert Wuthnow: horizonte social (aspectos reais do campo social que dão embasamento ao filme),

[2] Este é o caso, por exemplo, do filme Tubarão (1975) dirigido por Steven Spielberg. Se o filme inaugura um novo formato de cinema, com roteiro mais direto, diálogos menos profundos e com final previsível, também abre a possibilidade da crítica à ganância do personagem Larry Vaughn, prefeito da fictícia "Ilha Amity", que resiste ao fechamento da cidade, tendo em vista a temporada de verão e os lucros que isto proporcionaria à cidade.

campo discursivo (o que é colocado em jogo, ou em cena, pelos produtos culturais) e ação figuracional.

Tais conceitos ajudariam a compreensão do impacto que os produtos culturais podem ter nas sociedades em que circulam. Para Kellner (2001), estes produtos, para terem o efeito esperado, precisam ter pontos de contato com a experiência do público (esperanças, medos, expectativas de futuro, etc.), seja para reforçá-la ou negá-la. Em suma:

> A ideologia precisa ter alguns aspectos cognitivos e utópicos para atrair os indivíduos. Se a ideologia não passasse de mentira e mistificação, não teria poder sobre a experiência de vida, e, se não tivesse aspectos interessantes, não atrairia as pessoas. Portanto, os textos ideológicos muitas vezes têm algum conteúdo cognitivo e momento utópicos que os estudos culturais devem examinar e discutir. (...) A ideologia também apresenta como universais interesses que são específicos de grupos, como se fosse interesse de todos intervir em países estrangeiros e matar "inimigos" comunistas ou árabes. A ideologia torna positivas condições e forças negativas, como se fosse bom os americanos empregarem mercenários e agentes secretos para fazer seu serviço sujo (KELLNER, 2001, p. 147).

Quais as relações podem ser estabelecidas entre a televisão e a pós-modernidade? É com esta questão que Kellner (2001) inicia sua análise da televisão e da propaganda. Para o autor, a teoria da pós-modernidade vê a televisão exclusivamente como produtora de imagens que teriam preponderância sobre a narrativa, fascinando assim os espectadores.

Em outras palavras, para Kellner (2001, p. 303), o pós-modernismo, ao considerar inadequadas as interpretações tanto marxistas (de essência e aparência), de falsa consciência, quanto interpretações de inspiração freudiana, semiótica, de significado e significante, apontaria para a não profundidade e não multiplicidade de significados que alguma investigação possa oferecer.

Embora ressalte a possibilidade da televisão ser, de fato, um "mar de imagens sem sentido", o autor faz a contestação ao afirmar que existe um público fiel à programação da tevê (sejam as séries norte-americanas ou as novelas brasileiras); o público conhece seus atores, acompanha, vive e sofre as angústias de seus personagens. Outro fator importante apontado pelo autor é a preponderância cada vez maior da televisão nas decisões eleitorais[3]. Em suma:

[3] Embora não seja nosso objetivo, é importante apontar para a crescente sobreposição da internet enquanto meio de interferência eleitoral. A extensa rede de fakenews obscuramente patrocinada favorece a consciência imagética em detrimento da realidade. Esta compreensão varia muito com o nível de engajamento ideológico dos sujeitos e com sua capacidade de reconhecer a realidade para além do mundo das imagens que o cerca. Como contraponto a este poder das

> Contudo, é exagero dizer que, em si, o aparato televisivo solapa inexoravelmente o significado e afoga os significantes sem significados num hiperespaço plano e unidimensional sem profundidade, efeitos ou significações. Portanto, contrariando a noção pós-moderna de desintegração da cultura na imagem pura sem referentes, conteúdos ou efeitos – ruído puro, em última análise –, argumentaremos que a televisão e outras formas da cultura da mídia desempenham papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos (KELLNER, 2001, p. 304).

Assim, ao "resgatar" o poder das imagens da televisão no cotidiano das sociedades, Kellner (2001) propõe uma análise das imagens da publicidade em duas campanhas da década de 1980 e 1990, dos cigarros Marlboro e Virginia Slims.

O argumento central, apoiado em Roland Barthes, é que as imagens da publicidade são organizadas em torno de mitologias contemporâneas e têm por objetivo solucionar as contradições sociais (via consumo), fornecer modelos de identidade e enaltecer a ordem social vigente. Ao aplicar sua proposta metodológica, propõe a leitura dos anúncios em relação ao desenvolvimento da sociedade americana.

No caso dos cigarros Marlboro, o autor analisa a construção do "homem Marlboro" como sendo uma junção de masculinidade, harmonia com a natureza e satisfação do prazer ao fumar (anos 1980). A partir dos anos 1990, com a ascensão das políticas antitabagistas, algumas campanhas deixaram de veicular tanto o "homem Marlboro", quanto o próprio cigarro, fazendo uma relação "simples" e harmônica entre a natureza e o hábito de fumar.

A campanha da Virginia Slims (1983), dirigida especialmente para mulheres, apresentaria um novo tipo de mulher, socialmente equiparada ao homem e conquistando seu espaço na sociedade, inclusive o de fumar. A campanha de 1988 tinha tom "progressista" ao veicular a imagem das mulheres fumando em público, como símbolo de liberdade.

redes sociais e das fakenews, destacamos a pesquisa veiculada pelo IBGE (abril/2020), trazendo dados de 2018, aponta para uma exclusão digital já que 1 em cada 4 brasileiros não tem acesso a internet. Embora destaque aumento de 69.8% (2017) para 74.7% (2018) daqueles que tem acesso, em áreas rurais as pessoas sem acesso podem chegar a 53.5% e, em áreas urbanas, 20.6%. Longe de diminuir a importância das redes sociais para os debate político contemporâneo, entendemos que estes dados podem sugerir que, no Brasil, a televisão ainda concorre com as redes sociais, embora seja notório a perda de terreno, sobretudo quando pensamos no entretenimento e nos serviços de *streaming*.

Para Kellner (2001, p. 323), a publicidade seria mais um ingrediente de composição das identidades na sociedade pós-moderna, e, desta maneira, seus produtos oferecem a possibilidade de uma constante transformação dos sujeitos. Ao analisar a campanha da Virginia Slims, conclui:

> A publicidade funciona em parte gerando insatisfação e oferecendo imagens de transformação, de nova identidade pessoal. Este anúncio, em particular, promove a insatisfação com as imagens tradicionais e apresenta uma nova imagem de mulher mais poderosa, de um novo estilo de vida e de uma nova identidade para a fumante de Virginia Slims. Dessa maneira, as imagens associam os produtos anunciados com certas características socialmente desejáveis e transmitem mensagens referentes às vantagens simbólicas obtidas por aqueles que consomem o produto.

O retorno do "Homem Marlboro" nos anúncios da marca a partir do final da década de 1990 representaria insegurança das agências de propaganda no capitalismo moderno para com os gostos e com as identificações do consumidor. Essa "crise de identidade" seria característica da modernidade, sobretudo a partir dos anos 1980: fragmentação, transitoriedade e multiplicidade de imagens que se recusam a se solidificar numa cultura estável.

Acreditamos que as propostas de Douglas Kellner (2001) apresentam uma releitura interessante de, pelo menos, duas escolas de pensamento (tanto de frankfurtianos como dos estudos culturais britânicos), procurando aglutinar elementos valorativos das duas correntes e, ao mesmo tempo, propor uma metodologia que mantenha um constante diálogo com a sociedade ao aliar os discursos feministas, por exemplo, enquanto auxiliar de mapeamento da cultura de mídia.

Na sequência, faremos uma análise da nova "crítica alemã contemporânea" proposta por Ciro Marcondes Filho a partir da leitura do pensamento de Vilém Flusser, Friedrich Kittler e Dietmar Kamper.

A crítica alemã contemporânea

Parece ser difícil categorizar o pensamento de Vilém Flusser (pensador tcheco, radicado na Alemanha e viveu no Brasil durante 1940 – 1972). O autor transita pela filosofia de viés fenomenológico com grande inspiração em Heidegger, mas desenvolveu, também, estudos na área da linguagem e, principalmente na área da comunicação.

De acordo com Marcondes Filho (2011), a filosofia de Flusser direcionou-se para o entendimento (ou adequação) de um mundo globalizado e bombardeado por imagens. Menezes (2009) chega a comparar o momento histórico de Flusser com o de Platão: os dois viveram períodos de transição, o filósofo grego a 'tensão' entre a oralidade e a escrita, e o filósofo alemão a 'tensão' de um mundo escrito para um mundo das imagens.

A partir dessa constatação do "mundo das imagens", Flusser entendia que o mundo que concebíamos era 'apenas' aquilo que conseguimos construir a partir da quantidade de imagens que recebemos. Esta construção seria produto do avanço da técnica, a prensa, o telégrafo, o rádio, a televisão, o cinema e a internet, toda essa evolução retirou o vínculo estabelecido no contato humano. Todos estariam bem informados, todos com as mesmas informações, porém, as fronteiras entre tempo e espaço deixariam de existir.

De acordo com Menezes (2009), ao analisar o mundo das imagens a partir da fotografia (enquanto técnica), Flusser percebeu que vivemos num mundo mediado por imagens que, em última análise, desmaterializavam as coisas e os corpos. Neste sentido, o filósofo alemão entendeu que poderíamos viver num mundo "nulodimensional" (os meios digitais), já que as imagens agora são produzidas por máquinas e, radicalizando, seriam apenas uma organização de pixels, de algoritmos ou de dados transmitidos e lidos por computadores.

A essa nova dimensão da realidade, chama de terceira catástrofe do homem, que, agora, o levaria à um paradoxo: o homem seria um nômade sem corpo. Como afirma Menezes (2009, p. 06):

> Na terceira, sua casa fica inabitável, porque por todos os seus buracos entra o vento da informação (com suas imagens técnicas, transmitidas pelas tomadas de eletricidade). Esta o conduz a um nomadismo de novo tipo, no qual não é mais o corpo que viaja, navega ou caminha, mas o seu espírito (em latim spiritus, em grego pneuma, em hebraico ruach), seu vento nômade. Enquanto o homem gerado pela primeira catástrofe vivia no espaço-tempo do caminhar e de sua caça, uma referência móvel, o da segunda tinha uma referência fixa, sua terra e suas posses. O homem da terceira catástrofe retorna ao vento, a natureza fluida da informação e dos valores simbólicos.

Embora pareça descrente com o mundo em vias de desmaterialização, V. Flusser, ao contrário, pretende propor um tipo de filosofia que dialogue, quase ao mesmo tempo, com imagens, textos e linguagem, propondo o desafio de transitarmos entre o mundo dos meios digitais e o mundo do contato humano. Sua proposta incide na necessidade do resgate entre espaço, tempo e diálogo,

em outras palavras, (re)estabelecer a relação entre os indivíduos e entre os indivíduos e as coisas, resgatar a materialidade da realidade e, junto com ela, os vínculos entre os sujeitos.

Para Marcondes Filho (2011), o projeto de Flusser consiste em intensificar os diálogos entre os seres humanos, por meio das imagens, ampliando as possibilidades de participação democrática, uma vez que o acesso a novos meios de comunicação poderia proporcionar ampliação da consciência social. Entretanto, Marcondes Filho (2011, p. 238) faz uma dura crítica a este projeto. A "utopia dialógica de Flusser" estaria baseada num: "manifesto pela força criadora da imagem técnica, buscando a integração do infinitesimal disperso da sociedade, em suma, um retorno a uma sociedade constituída em torno de um novo consenso contra a cultura de massa e a favor de uma cultura humana da imagem".

Friedrich Kittler iniciou sua carreira acadêmica em teoria literária e com forte inclinação para os *media*. Focando seus estudos no século 19 e 20, localiza uma diferenciação. No dezenove, investiga a iniciação materna, a alfabetização e o estímulo à leitura da poesia da época como processo de substituição à sensibilidade corpórea e da relação da poesia com a mulher na Alemanha. O século 20, para Kittler, trouxe consigo o surgimento dos meios técnicos (gramofone, experimentos fonográficos) e as relações destes com o entretenimento.

Ao voltar-se para os desenvolvimentos técnicos contemporâneos, F. Kittler sustenta a ausência do que chama de componente libidinoso na comunicação entre computadores. Esta comunicação estaria sendo feita de maneira "asséptica" e desumanizada (os algoritmos). Para Marcondes Filho (2011), o principal interesse de Kittler é a técnica, ou melhor, os meios técnicos, os sistemas de gravação e reprodução da grafia, som e imagem, uma vez que tais registros transcendem a existência física daqueles que os produziram e imortalizam o caráter efêmero das pessoas.

A passagem de uma cultura escrita para uma cultura da imagem e do som seria o marco das principais guerras ocorridas no Ocidente: o rádio seria produto da Primeira Guerra Mundial; na Segunda Guerra Mundial, surgem a estereofonia e o toca fitas (1940). Em suma, o autor propõe três fases do desenvolvimento medial:

> 1ª fase, na Guerra Civil americana, surgiram as técnicas de armazenamento; na 2ª fase, a partir da 1ª Guerra Mundial, difundiram-se técnicas de transferência como o rádio e a televisão; na 3ª fase, a partir da 2ª Guerra Mundial, desenvolveu-se a técnica da computação. Kittler chega a mencionar que a bomba atômica e o

> computador são produtos dessa guerra, que ninguém os encomendou, mas ela tornou-os necessários. Não se tratava, desde o princípio, de meios de comunicação, mas de meios de guerra total (MARCONDES FILHO, 2011, p. 241).

Nessa linha raciocínio, traça um panorama das modificações sociais que foram proporcionadas pelas novas formas de comunicação. Gramofone e cinema atacam o monopólio da alfabetização geral em duas frentes: o filme desvaloriza a palavra ao colocar as imagens diante dos olhos do público, assumindo assim a função do imaginário, que durante todo o século dezenove fora chamado de "poesia", e o gramofone esvazia as palavras na medida em que submete o imaginário ao real.

As mídias contemporâneas destruiriam o monopólio do discurso em função de outros códigos imagéticos e a grande capacidade de armazenamento de dados em computadores, transformados num código binário, o famoso 0 e 1, representaria a vitória da matemática sobre o sistema da escrita, o fim de uma era de processamento de sinais (o alfabeto) e o controle da técnica sobre os homens.

De acordo com Marcondes Filho (2011, p. 262), para Kittler:

> depois do advento dos novos media (máquina de escrever, gramofone e filme), os homens decolaram da Terra e nunca mais retornaram. Não "se ouvem mais falando" (Derrida), nem se veem mais escrevendo, pois essas atividades foram agora desvinculadas pelos media. Estes já falam como os homens, ditam agora as ordens, a tecla enter institui verdades. O que era do homem – a morte, o vampiro, a comunicação – entra numa recursividade permanente e não morre jamais.

Dietmar Kamper, ao contrário de Kittler, não tem uma preocupação com a técnica em si, mas observa a transformação do mundo em um emaranhado de imagens, uma realidade que naufraga nas torrentes de imagens e um real que é, obrigatoriamente, transformado em imagem. A vitória das imagens sobre o corpo levou as sociedades a uma perda de sensibilidades. Imagens, padrões e signos, formando uma prisão na qual não só não teríamos reação, como também teríamos perdido a capacidade de reagir e destruir este mundo e retornar a realidade.

A partir deste raciocínio, D. Kamper determina a impossibilidade de reconhecer o presente, uma vez que nossa percepção está centrada no mundo das imagens. Os sentidos do olfato, tato e paladar estariam atrofiados, ou em vias de atrofiação, enquanto olhar e ouvir estariam hipertrofiados. Para Oliveira (2014), o que Dietmar Kamper sugere é a existência d'uma escadaria rumo a uma

abstração total. Cada degrau acima levaria a um nível maior de abstração e a um nível menor de vida e, no fim, a "bagagem" do viajante (matéria, fluidos, órgãos) iria ficando para trás.

Ainda de acordo com Oliveira (2014), Kamper sugere outro conceito de imaginário. Nesta perspectiva, o imaginário não seria um conjunto de representações que uma sociedade faz de si, como sugerem alguns autores das ciências sociais, mas, sim, seria um amontoado de ídolos, palavras e idiossincrasias. Em suma:

> O imaginário é a relação dos seres humanos com seus corpos. É resultado inesperado de um trabalho realizado no medo do sexo e da morte. Funciona como um escudo protetor. Estende-se na imagem-superfície e não no corpo-espaço. É tão intocável quanto as imagens que o constituem. É uma superfície ilimitada que encobre um núcleo finito e mortal até torná-lo irreconhecível. É um universo do espírito, aversivo e hostil ao corpo, a tudo o que provém do corpo. É um duplo daquilo que se entende até agora por realidade (Wirklichkeit), mas não real e sim virtual. Sua modalidade não é nem a necessidade nem a realidade, mas o possível. O que um dia já foi necessário ou real, agora virou possível. Consiste em restos de sonhos, nostalgias, esperanças, visões, mas também em dejetos de programas fracassados, conceitos, projetos. Um lixo histórico na reciclagem da cultura. Seu tempo é o futuro do pretérito. Tudo o que é terá sido. Neste sentido, ele tem seu futuro sempre no passado. O imaginário, do ponto de vista interno, nunca aconteceu. Por fora, nega sua origem. Jamais pode parar. Tem uma eternidade fatal que força seus prisioneiros à compulsão pela imagem. De modo ubíquo, pratica contra cada homem e cada mulher um body-building (formação corporal) no sentido amplo do termo. É sinal do tempo dos fantasmas oriundos do sonho capitalista da razão. (KAMPER, 2001, p. 93., *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 168)

De acordo com Marcondes Filho (2011), Dietmar Kamper atualiza o mito da caverna de Platão. O fogo seria substituído pelas imagens que, mesmo fornecendo imagens do mundo aos homens, não os socializa, ao contrário, aprisiona. A grande questão colocada por D. Kamper é que os homens não se sentem à vontade em deixá-la; o mundo das alegorias, das imagens ao invés dos corpos, ofereceria aos homens a superação do medo.

Inspirado em Lacan e na teoria da "fase do espelho", Kamper argumenta que as imagens se colocariam no lugar do primeiro mal vivido. Como sintetiza Marcondes Filho (2011, p. 275):

> na caverna orbital, as superfícies imagéticas escudam os corpos para excluir o medo que está atrás do espelho. As imagens protegem os homens e mulheres da dor. São telas que, ao mostrar imagens, escondem os corpos, a saber, os medos, as dores, os sofrimentos, que permanecem na parte de trás do espelho. Diz Kamper que os corpos estão "no exílio", além das imagens, e que as imagens obsessivas revelam, a contragosto, uma dor passada, transcorrida, que elas puderam, com sacrifício, manter em níveis de suportabilidade. Elas são, portanto, segundo ele,

> escudo defensivo, mas também alimento, pois, se de um lado as dores alimentam as imagens, por outro tornam-nas esquecidas até o desconhecimento. E este duplo, como os outros, caracteriza esta imanência imaginária. Quem permanece nas imagens fica no duplo: entre o céu e a terra, entre a morte a vida, fora do mundo.

A saída para romper com essa situação limite seria, para Kamper, o retorno ao humano, ao corpo e às suas sensações reais sem a necessidade da mediação das imagens. Uma espécie de olhar o mundo com seus próprios olhos. Sem os retoques da computação gráfica e sem as soluções mágicas das propagandas da televisão. A todo esse esforço, Kamper chama de imaginação. Como sustenta Oliveira (2014, p. 170):

> a imaginação é uma força corporal. Não provém de uma órbita externa e compulsiva (embora possa gerá-la e alimentá-la), mas da carne, da terra. Com Ziegler, Kamper afirma o homem como "coração do mundo", sua quintessência, mas somente sob a condição da passividade; é "o sentido da história", mas somente se desistir de ser o sentido de tudo. No caso dos humanos, imaginar é vital em todas as suas disposições e variações: sonho, devaneio, mimetismo, mito, magia e mesmo técnica.

A retomada da imaginação em oposição ao imaginário não se daria sem dor. A queda da escadaria de Kamper, segundo Oliveira (2014), sugere o rompimento do homem com a "segurança" que o mundo das imagens lhe oferece em direção à percepção, no abandono da busca obsessiva da razão, na abertura dos sentidos. Esse retorno ao corpo levaria também ao reconhecimento do outro, uma vez que, no imaginário o outro ou é indiferente ou seria um estranho, o terrível ou o inimigo.

Entre teorias, uma conclusão?

O objetivo principal deste texto foi realizar um sumário balanço dos debates a partir do conceito de indústria cultural cunhado por T. Adorno M. Horkheimer. Tomando como base a análise do conceito, buscamos construir um mapeamento de seus desdobramentos teóricos em outras correntes de análise, com destaque para a nova crítica alemã.

Ao revisitar o conceito criado nos anos 1940, conseguimos compreender que sua energia crítica ainda se mostra importante para entender a lógica das produções culturais, sobretudo porque seus desdobramentos mostraram-se fundamentais para outros vieses da crítica. Como afirma Marcondes Filho (2011) este foi, sem dúvida, um dos conceitos mais importantes do século 20.

Os ECB, por outro lado, levaram em consideração mais intencionalidade das produções culturais do que a técnica empregada, ou seja, seu caráter de manipulação, porém, vislumbraram uma perspectiva de libertação na medida em que os sujeitos podem ser capazes de fazer uma leitura emancipatória destes produtos culturais. Seus principais teóricos, com destaque para Raymond Williams, procuraram revitalizar o que consideraram como cultura popular e as possibilidades de resistência à dominação, na medida em que o público ganhe autonomia frente às produções culturais.

Uma das grandes diferenças é a posição das duas correntes no que diz respeito à técnica. Para T. Adorno e M. Horkheimer, a técnica (razão instrumental) não produziria nada além de dominação (o meio é a mensagem). R. Williams, por sua vez, ainda que concorde sobre a inexistência da neutralidade da técnica, procura refletir sobre sua intencionalidade, ou seja, a técnica não é a dominação por si mesma, mas depende dos usos daqueles que a operacionalizam.

Douglas Kellner apresenta uma proposta teórica mais ampla e, talvez, mais ousada, na medida em que pretende dialogar com a Escola de Frankfurt, com os ECB e com a crítica às correntes pós-modernistas. Sua proposta metodológica tem o objetivo de se manter em constante diálogo com as lutas sociais, com os discursos que tais lutas produzem (conservadores ou liberais) e como tais lutas são projetadas, por exemplo, no cinema, na televisão e na propaganda, ou seja, aquilo que chama de "cultura de mídia". A proposta se pretende mais abrangente e menos determinista, não apenas a técnica (Frankfurt) ou o fetichismo do público (ECB).

A chamada Nova Crítica Alemã não está necessariamente alinhada com os teóricos de Frankfurt. Suas preocupações concentram-se, sobretudo, com a questão, do mundo "imagetizado", afogado num sem número de imagens que ou impedem o reconhecimento da realidade ou constroem uma espécie de realidade alternativa, misturando imagens e fakenews (fenômeno muito comum nas redes sociais). Os sujeitos, portanto, desprovidos destes instrumentos de crítica, se tornariam incapazes de reconhecer o que é e o que não é real, sobretudo na medida em que pautam a construção da sua realidade a partir do mundo irreal das imagens, invertendo, portanto, a lógica, tornando a realidade irreal e realidade virtual (baseada nas construções imagéticas manipuladas) real.

Como conclusão, retomamos o poema de Alberto Caeiro, numa espécie de epígrafe deste texto. Sua poesia vai ao encontro deste propósito de descontruir a forma de enxergar o mundo proposta pelas vertentes teóricas levantadas aqui. O exercício de "desaprender", de "raspar a tinta

com que [os meios de comunicação] me pintaram os sentidos" seria, talvez, o exercício de retorno a si mesmo ("desembrulhar-me e ser eu"), numa tentativa, senão de romper com o "mundo das imagens", pelo menos aprender a dialogar com ele, de visualizá-lo sem o glamour hollywoodiano ou das redes sociais e, no fim, nos reencontrarmos com a realidade e com nós mesmos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento**. A embalagem do sistema**: **a publicidade no capitalismo brasileiro**. Bauru: Edusc, 2004.

CAIEIRO, Alberto. **O guardador de rebanhos**. São Paulo: Globus, 2011.

FONSECA, Jorge Guilherme Teixeira, et al. **Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas**. Estudos de Psicologia, ano 07, vol. 02, 2002.

KELLER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: **identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru: Edusc, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro**. O princípio da razão durante**: **Da Escola de Frankfurt à crítica alemã contemporânea: nova teoria da comunicação III: tomo II**. São Paulo: Paulus, 2011.

_____(org**). Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil**. São Paulo: Summus, 1985.

MENEZES, José Eugênio O. **Comunicação, espaço e tempo**: **Vilém Flusser e os processos de vinculação**. Comunicação Mídia e consumo. Vol. 06, n.15, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil. A vida cultural brasileira sob o Regime Militar (1964 a 1985). Ensaio histórico.** São Paulo: Intermeios, 2017.

OLIVEIRA, Danielle Naves. **Mudança de horizonte**: **Dietmar Kamper, um herege na cruzada do imaginário**. Esferas. Ano 03, nº 04, jan-junho de 2014.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade – 1780-1950**. SP: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. **Television: tecnology and cultural form**. London/NY: Routledge, 2004 [1974].

Temporalidades

A influência das imagens e da arte na construção da cultura do consumismo a partir das concepções de Walter Benjamin e John Berger

The influence of images and art in the construction of consumerism culture from the conceptions of Walter Benjamin and John Berger

Natalia Fioravanso Vieira Brizola
Mestranda em História
Universidade de Passo Fundo
natalia.fioravansovieira@gmail.com

Recebido em: 18/11/2020

Aprovado em: 21/12/2020

Resumo: Toda a história da humanidade foi marcada por períodos que apresentaram evoluções e avanços dentro de suas perspectivas de existência (Brizola, 2020). Da arte simbólica na pré-história, às imagens reproduzidas na modernidade, muitos foram os processos estabelecidos. Repensar e compreender tais processos, a partir dos pensamentos propostos por Walter Benjamin e John Berger, torna-se objetivo substancial deste breve estudo, com o intuito de promover a construção de uma visão e comportamento críticos diante da crescente e maciça disseminação de imagens, especialmente através da mídia, no cotidiano da vida social.

Palavras-chave: Imagens; mídia; consumismo

Abstract: The entire history of humanity has been marked by periods that presented evolutions and advances in their perspectives of existence. From the symbolic art in prehistory the images reproduced in the modernity, many processes were established. Rethink and understand these processes, based on the thoughts proposed by Walter Benjamin and John Berger, becomes a substantial goal of this brief study, with the purpose to promote the construction of a critical vision and behavior in the face of the increasing and massive dissemination of images, especially through the media, in everyday social life.

Keyword: Images; media; consumerism

No processo evolutivo da humanidade, desde os primórdios tempos das cavernas até a contemporaneidade, muitas transformações foram ocorrendo nas formas de viver, de pensar e de ver o mundo. As próprias manifestações da arte e seu sentido e o uso das imagens foram

sofrendo alterações no decorrer das civilizações. Da arte rupestre na Pré-História às tecnologias da arte contemporânea, as imagens antecedem a utilização da escrita para atingir seu objetivo – sejam eles de registros ritualísticos e místicos na pré-história ou de cunho publicitário na contemporaneidade. Neste objetivo último, está intrínseco o conceito de consumo, consequência do progresso e evolução dos meios.

Na Pré-História e mesmo nas Idades Antiga e Média, o uso das imagens tinha como fins exclusivos a religiosidade, crenças e rituais humanos. A arte em si e demais manifestações artísticas eram dotadas de um poder simbólico, sagrado, à medida em que aproximavam as pessoas de suas divindades. Com a transição do Renascimento para a Era Moderna, a arte assumiu o papel de expressar aquilo que as pessoas sentem ou o que gostariam de ser, hajam vistos os inúmeros retratos e paisagens confeccionados por pintores renomados, bustos e arcos construídos por não menos reconhecidos escultores, muitas vezes sob encomenda de senhores da alta classe, para reproduzir seus feitos e posses, no período romântico e renascentista, quando o homem era visto como o centro do universo, o senhor da ciência e da razão. As imagens representavam a beleza estética e a perfeição formal, como que correspondendo à vida que a sociedade da época deveras gostaria de ter. Conforme John Berger (1999), o retrato de um rosto pintado leva o espectador a buscar interpretações sobre a imagem. Essa é a prova de que as imagens exercem influência no ser humano, correspondendo à observação das pessoas, dos gestos, rostos e instituições, porque a sociedade é constituída por relações sociais e valores morais comparáveis.

As pinturas do Renascimento retratam com certa fidelidade esta afirmação, muitas vezes representando não só rostos ou pessoas mas também objetos ou coisas "conquistáveis" (grifo nosso). "Mandar pintar uma coisa e colocá-la numa moldura não é muito diferente de compra-la e coloca-la na sua casa" (BERGER, 1999, p. 85). Dessa forma, tornar-se-ia eternizado e visível a todos os visitantes o poder social e econômico do proprietário da obra, embora esse fato seja, por vezes, desconsiderado pelos historiadores e especialistas em arte.

Na obra, Os Embaixadores, de Hans Holbein (1497-1543), é nítida a presença de elementos compráveis, muitos representando viagens, ciência e conhecimento, o que, na época, só era acessível à alta classe e aos nobres, ou filhos destes. Ademais, a expressão dos rostos das figuras humanas desta obra, os embaixadores, denota a superioridade de ambos em relação às demais classes, expressando formalidade e confiança, haja visto o grau de conhecimento a partir

dos objetos representados. O olhar transmite a impessoalidade de quem não espera reciprocidade, apenas que sua presença instigue a admiração do espectador.

Imagem 1: Os Embaixadores, Hans Holbein, 1533.

Fonte 1: Modos de Ver. Disponível em https://www.ways-of-seeing.com/images/ch5_6.jpg. Acesso em 30/06/2020.

Imagem 2: O Almirante Ruyter no Castelo de Elmina, Emanuel de Witte, s/d

Fonte 2: Modos de Ver. Disponível em https://www.ways-of-seeing.com/images/ch5_30.jpg. Acesso em 30/06/2020.

Na segunda obra, O Almirante de Ruyter no Castelo de Elmina, de Emanuel de Witte (1617-1692), está nitidamente registrada a hierarquia social do período, onde um escravo negro ajoelha-se diante de seu senhor, que olha-o com superioridade e desdém.

Imagem 3: Lincolnshire Boi, George Stubbs, 1790.

Fonte 3: Modos de Ver. Disponível em https://www.ways-of-seeing.com/images/ch5_26.jpg. Acesso em 30/06/2020.

Na terceira obra em análise, o Lincolnshire Boi, de George Stubbs (1724-1806), evidencia-se o poder da posse daquilo que o dinheiro pode comprar: além dos objetos, os animais de criação, "cujo pedigree sublinha o status de seus proprietários" (BERGER, 1999, p. 101). É a afirmação da riqueza e da forma de vida da pessoa retratada.

A unidade da composição de uma pintura, segundo Berger, "contribui de modo fundamental para o poder da imagem que ela transmite" (BERGER, 1999, p. 15). No entanto, a carga emocional da pintura passa da emoção da composição da imagem para o campo da desinteressada apreciação da arte. "Uma pintura deve chamar o espectador, paralisá-lo e sustentar sua atenção, como se o espectador estivesse impossibilitado de mover-se, como se estivesse enfeitiçado" (FRIED, 1991, p. 92, apud MITCHELL, 2015, p. 174). No Renascimento, o uso da perspectiva centralizou a imagem no olho de quem vê: "é como o facho de luz de um farol, só que ao invés de a luz se mover para fora, são as aparências que se movem para dentro. As convenções chamaram isso de realidade" (BERGER, 1999, p. 18). Através da perspectiva, o espectador só poderia observar a imagem sob um posto de vista.

Com o surgimento da fotografia, essa visão mudou. As imagens correspondiam a cenas ou parte delas capturadas por uma lente. O que poderia ser visto nesta imagem dependia de onde e quando o manipulador da lente estava, ou seja, a captura da imagem era relativa à posição do fotógrafo no tempo e no espaço.

> Sou um olho. Um olho mecânico. Eu, a máquina, mostro a você um mundo de um a maneira que só seu posso vê-lo. Liberto-me por hoje e para sempre da imobilidade humana. Estou em constante movimento. Eu me aproximo e me separo dos objetos. Agacho-me debaixo deles. Movo-me onde se situa a fonte segura. Caio e me levanto com a queda e o levantar dos corpos. Isto sou eu, a máquina, manobrando entre movimentos caóticos, registrando um movimento após outro, nas combinações as mais complexas. Liberto das fronteiras do tempo e do espaço, coordeno qualquer um e todos os pontos do universo, onde quer que eu deseje que eles estejam. Meu caminho direciona-se no sentido de criar uma nova percepção do mundo. Dessa maneira explico, de uma forma nova, o mundo que é para você desconhecido (Vertog, 1923, apud Berger, 1999, p. 19).

De acordo com o pensamento de Berger (1999), uma imagem é a reprodução de uma cena que foi escolhida por alguém dentre tantas outras possíveis, incorporando, dessa forma, o seu modo de ver. Em contrapartida, a percepção do espectador em relação a essa imagem também dependerá do seu próprio modo de ver: "a maneira como vemos as coisas é afetada pelo que sabemos ou pelo que acreditamos" (BERGER, 1999, p. 10). Ainda complementando, o

modo como as pessoas olham é afetado também por uma série de conceitos aprendidos que vão desde a relação do belo até o status ou gosto pessoal.

Conforme Berger (1999), as fotografias, inicialmente, tinham como principal objetivo de uso "fazer aparecer" (grifo nosso) o que não era visivelmente perceptível aos olhos. Em outras palavras, permitiam ao espectador perceber detalhes das cenas capturadas que passariam despercebidos no tempo real do acontecimento. Com o tempo, passaram a representar a forma como o registrador da imagem vê determinada cena, evidenciando a consciência humana da individualidade. Dessa forma, por meio dos avanços tecnológicos ocorridos a partir de meados do século XIX e início do século XX, o uso das imagens no cotidiano das pessoas passou a ter outra significação.

Imagem 4: Caminho do Calvário, Pieter Bruegel, 1564.

Fonte 4: Acervo do Museu de História da Arte, Viena, Áustria. Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Pieter_Bruegel_d._%C3%84._007.jpg, acesso em 30/06/2020.

Na imagem acima, pode-se observar uma cena complexa, dotada de vários elementos, muitos deles, despercebidos num primeiro olhar. A partir do momento em que se captura um detalhe, faz-se perceber a existência dele na obra:

Imagem 5: Detalhe 1 da obra acima mencionada

Fonte 5: Caminho do Calvário, Bruegel, 1564. Imagem na íntegra disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Pieter_Bruegel_d._%C3%84._007.jpg. Acesso em 30/06/2020. Recorte da autora.

Ao se analisar o detalhe acima, evidencia-se a presença de elementos (corvos) que anteriormente seriam percebidos apenas através de um olhar mais atento aos pormenores da obra, da mesma forma que acontece com o recorte a seguir: embora o tema central da obra seja o caminho do Calvário, reportando ao ritual da crucificação de Cristo, amplamente difundido pelo cristianismo, a cruz e o ato de carregá-la estão imersos em um emaranhado de outros elementos, não tendo nenhum destaque que permita sua pronta identificação. Através do isolamento do fragmento, torna-se mais perceptível.

Imagem 6: Detalhe 2 da obra acima mencionada

Fonte 6: Caminho do Calvário, Bruegel, 1564. Imagem na íntegra disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Pieter_Bruegel_d._%C3%84._007.jpg. Acesso em 30/06/2020. Recorte da autora.

A seguir, pode-se visualizar uma imagem amplamente difundida no mundo, a qual adquire novo sentido e significado conforme o propósito de cada reprodução. Tal imagem

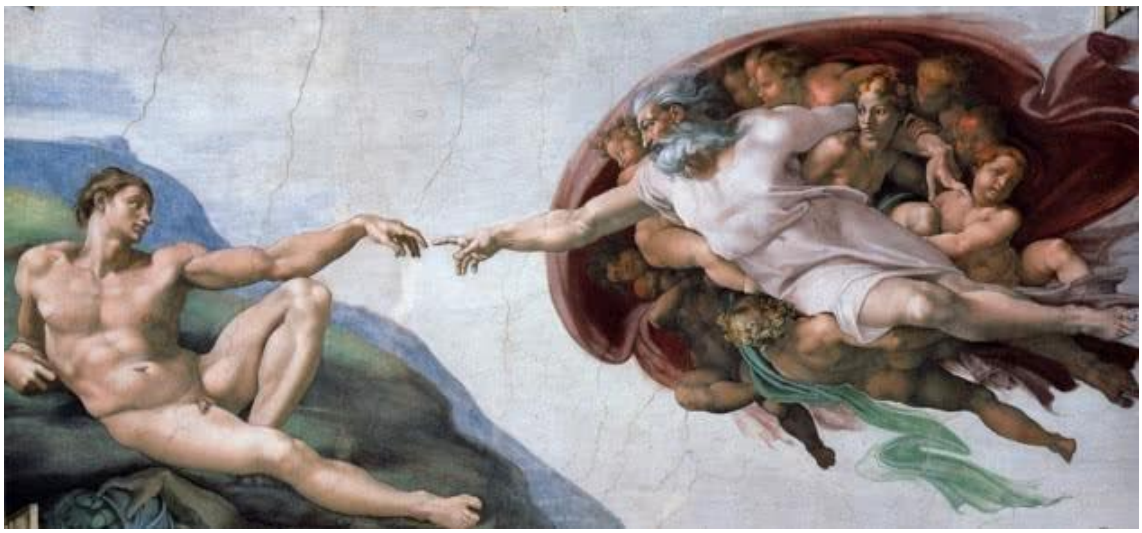
tornou-se conhecida mundialmente, devido ao fato de, em algum momento, ter sido capturada por uma lente e largamente reproduzida com os mais diversos fins. Da mesma forma, o espectador pode atribuir-lhe sentido conforme a sua percepção.

Imagem 7: O Gesto da Criação (Detalhe da obra A Criação de Adão), Michelangelo Buonarroti, 1511-1514

Fonte 7: A Criação de Adão (recorte). Disponível em https://static.todamateria.com.br/upload/ge/st/gestonacriacaodeadao-cke.jpg. Acesso em 30/06/2020.

O que muitos dos apreciadores da imagem desconhecem, no entanto, é a sua integralidade, constituindo parte do ambiente para o qual foi especialmente criada pelo seu autor. A obra na íntegra constitui uma das pinturas que compõem os afrescos da Capela Sistina, no Vaticano, produzida por Michelangelo Buonarroti, em 1511.

Imagem 8: A Criação de Adão, Michelangelo Buonarroti, 1511-1514



Fonte 8: Capela Sistina. Disponível em https://static.todamateria.com.br/upload/ac/ri/acriacaodeadao-0.jpg. Acesso em 30/06/2020.

Algumas obras de arte, até então dotadas de unicidade e aura própria, começaram a ser reproduzidas a partir do século XVIII, através da fotografia, o que permitiu fazer várias cópias da mesma imagem. De acordo com Benjamin (1975), entende-se por aura a relação de um objeto ou um fato histórico em relação ao sujeito homem, ou seja, o significado que determinado objeto ou acontecimento assume na vivência dos indivíduos, caracterizando a unicidade. A invenção da câmera fotográfica – e posteriormente a cinematográfica – mudou a forma de ver as pinturas. Antes dela, as imagens faziam parte das construções (igrejas, casas, palácios), constituindo sua vida interior. A unicidade das pinturas não permitia que fossem vistas em mais de um lugar, eram específicas de um espaço e de um tempo. "Quando uma câmera reproduz uma pintura, ela destrói a unicidade de sua imagem" (BERGER, 1999, p. 21).

Nesse contexto de uso da imagem reproduzida, o espectador não precisa mais se deslocar a uma galeria de arte para ter uma experiência estética com determinada obra, a imagem da pintura é que vai até ele, encurtando a distância entre obra de arte e observador. Dessa forma, em cada contexto em que a obra é inserida, adquire "nova aura" (grifo nosso) ou significação, dependendo da relação que se estabelece entre imagem-espectador-tempo-espaço. A reprodutibilidade de uma obra de arte faz com que seu significado não permaneça relacionado a ela própria, passando a ser transmissível, caracterizando uma informação. Conforme Berger (1999), quando uma pintura é reproduzida, seu significado é alterado, uma vez que a mesma

imagem – ou as cópias dela – podem ser utilizadas em vários locais e com distintas finalidades simultaneamente.

A fotografia, especialmente quando destinada a um grupo de espectadores em específico, ou seja a fotografia com cunho publicitário, assume o papel de persuadir o espectador. A imagem a seguir retrata o cartaz de recrutamento do exército americano para a Primeira Guerra Mundial. Conforme Mitchell (2015), a imagem interpela o espectador e paralisa com seu olhar penetrante e seu dedo que aponta ao espectador acusando-o, designando-o e comandando-o. Esse desejo é momentâneo, uma vez que seu objetivo final é fazer o espectador se alistar, lutar e a até morrer pelo seu país.

Imagem 9: Pôster do Tio Sam, cartaz de recrutamento militar dos Estados Unidos para a Primeira Guerra Mundial, 1917

Fonte 9: Estadão.com.br. Disponível em https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/7/1491361474576.jpg?xcd_image_optimization=false. Acesso em 13/11/2020.

A abrangência e a descentralização da imagem faz com que o "patriota artista norte-americano, vestindo as cores da bandeira, reproduzindo a si mesmo em milhões de impressões idênticas, adquira a fertilidade que é própria às imagens e aos artistas, chegando a todos os postos de alistamento espalhados pelo país" (MITCHELL, 2015, p. 175). Assim, se a pintura deve, como já mencionado anteriormente, paralisar o espectador e prender sua atenção, a fotografia também o pode fazer, com um efeito muito mais abrangente através da sua reprodutibilidade.

A cultura do consumo

Ao se observar uma imagem, deve-se considerar que ela possui – assim como os objetos – subjetividade e pessoalidade. Mitchell (2015), afirma que as imagens são marcadas por todos os estigmas próprios à animação e à personalidade: exibem corpos físicos e virtuais; comunicam-se literal ou figurativamente e possibilitam olhar através de um abismo que as demais linguagens não conseguem conectar. As obras de arte, durante muito tempo, ficaram restritas às altas classes de burgueses; "o interesse pela arte está intimamente relacionado a uma educação privilegiada" (BERGER, 1999, p. 26), ou seja, àqueles que tinham acesso ao conhecimento - a minoria. A reprodutibilidade da fotografia fez com que as grandes massas passassem a ter acesso às obras, porém, por um lado, desinteressadas e céticas no que diz respeito à compreensão da arte e por outro lado, na modernidade, agregando a ela reconhecimento e impressionabilidade à medida em que adquirir valor de mercado, através do cumprimento de seu objetivo publicitário ou mercantil. Bourdieu corrobora essa ideia ao afirmar que alunos desprovidos de capital cultural apresentam uma relação com as obras culturais veiculadas pela escola, que tende a ser interessada, enquanto indivíduos culturalmente privilegiados detém uma relação com as obras mediante a apreciação, elegância e facilidade verbal natural (Nogueira; Catani, 2007). Com base nessas concepções, pode-se afirmar que a apreciação das imagens pelas grandes massas se dá conforme o interesse de uma indústria cultural por trás delas. Assim, nessa "nova forma moderna de apreciação" (grifo nosso) as pessoas não mais se contentam em apenas observá-la ou admirá-la. Desejam possuir, mesmo que seja uma pequena réplica ou cópia, uma vez que, com a produção em série, já não importa mais se a referida obra ou imagem é original ou reproduzida e, por consequência, a reprodutibilidade das imagens adquire o poder de suprir necessidades ou desejos que as outras formas de linguagem não alcançam. De acordo com Mitchell (2015), as pessoas constroem fetiches e animosidades em relação aos elementos visuais, personificando-os – como Marx e Freud – e incorporando a vida destes à sua própria experiência humana.

Durante todo o tempo em que a arte representou rituais místicos ou quando assumiu função social agregada à cultura dominante, permaneceu inseparável da preservação. Os meios de reprodução tiraram essa autoridade da arte de ser preservada, transformando as obras em "efêmeras, insubstanciais e sem valor" (BERGER, 1999, p. 34). A seguir, visualiza-se a imagem da obra de arte talvez mais famosa de todos os tempos, a Monalisa de Da Vinci, cujo valor é imensurável e seria impossível tê-la como propriedade particular.

Imagem 10: Monalisa, Leonardo Da Vinci, 1503

Fonte 10: Museu do Louvre, Paris, França. Disponível em . https://pt.wikipedia.org/wiki/Mona_Lisa#/media/Ficheiro:Mona_Lisa,_by_Leonardo_da_Vinci,_from_C2RMF_retouched.jpg. Acesso em 30/06/2020.

As imagens das obras são tão difundidas, que as pessoas não se preocupam mais com a sua história, processo que Benjamin (1975) refere como perda da aura. Assim, constata-se – e isso não exige um profundo conhecimento sobre arte – que as pessoas, especificamente os consumidores em potencial, podem não ter condições financeiras para ir ao Museu do Louvre (França) apreciar a Monalisa de Da Vinci, mas é acessível a todos a aquisição de uma camiseta ou vestido com a reprodução da obra mencionada.

Imagem 11: Camiseta à venda na internet com estampa da Monalisa

Fonte 11: Elo 7 (site de vendas). Disponível em: https://www.elo7.com.br/camiseta-infantil-leonardo-da-vinci-monalisa/dp/111108D. Acesso em 30/06/2020.

"A aura das imagens imaginárias infiltra-se nas relações profissionais e cotidianas com imagens reais" (MITCHELL, 2015, p. 168). As imagens têm poder social e psicológico; a sociedade é caracterizada pelo espetáculo e simulacro: as imagens representam aquilo que as pessoas querem mostrar. Tal pressuposto é evidente nas sociedades modernas (largamente acentuado pelas mídias sociais), como também sempre esteve presente nas sociedades tradicionais de outrora. Universalmente, o consumismo pode ser interpretado como sinônimo de felicidade. Uma sociedade que consome é uma sociedade feliz. No entanto, as transformações sociais acarretadas por ele não são unicamente positivas. De acordo com Adorno, em sua *Dialética do Esclarecimento* (1947),

> o que se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalização da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada em si mesma (ADORNO, 1947, p. 114).

Assim, com o avanço tecnológico da reprodutibilidade, gerando maior oferta com menor custo, tornou-se preciso ampliar o mercado consumidor. Consubstancialmente, as obras passam a ser produzidas – pintura, fotografia e cinema, especialmente, mas também a música – com a intenção específica de serem reproduzidas, atendendo a determinados padrões para que isso seja possível. Entra em cena, então, a indústria midiática, a qual assume a função que até pouco era desempenhada pela pintura: a de apresentar ao espectador imagens sedutoras com o objetivo de fazer-lhes sentir a necessidade das mercadorias e produtos em suas vidas. Convencem-lhes de que as mesmas seriam transformadas com a aquisição de bens. O "ter" e o "possuir" se tornaram sinônimos de felicidade. Essa nova forma moderna de vida traz como uma de suas principais consequências o consumismo exacerbado. Parafraseando Trombetta "a publicidade, por assim dizer, rouba o amor que o comprador tem pela vida que vem levando e o oferece de volta pelo preço do produto" (TROMBETTA, 2011, p. 57-58). A arte e as representações imagéticas, por sua vez, tornam-se comerciais, principalmente no movimento da Pop Art, a partir da segunda metade do século XX, o que, de certa forma, é também afirmado por Bourdieu ao referir-se à hierarquia dos domínios e dos objetos – e aqui pode-se incluir as imagens – os quais "dominam os investimentos intelectuais pela mediação das estruturas das oportunidades (médias) de lucro material e simbólico que ela possa contribuir para definir" (BOURDIEU, 2007, p. 36).

O ser humano encontra-se na dialética relação do que é e do que gostaria de ser, ou melhor, do que tem ou do que desejaria possuir. Gostar de algo está mais relacionado com o padrão estabelecido pela maioria – aceitação social e disseminação da mídia – do que propriamente com sua qualidade técnica-visual, histórico-moral e, tampouco, com a real necessidade da aquisição.

> Quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as e, inclusive, suspendendo a diversão: nenhuma barreira se eleva contra o progresso cultural (ADORNO, 1947, p. 135).

A História – como também a Arte – trabalha continuamente na construção de uma relação entre o presente e o passado. Conforme Benjamin (1975, apud Trombetta, 2011), a produção da arte em massa (ou reproduzível), abriu caminho para novas concepções; em contrapartida, desvinculou o homem de seu passado, sua tradição e sua experiência. Essa "mistificação do passado e da arte" (grifo nosso), ou seja, atribuição de outra explicação a determinado fato ou obra, "priva o indivíduo de conhecer a história a que ele pertence"

(BERGER, 1999, p. 13), uma vez que a arte, através das imagens – pinturas ou fotografias - pode retratar o mundo de outrora. Francis Bacon, através do Novum Órganum - escrito no século XVII como nova ferramenta de raciocínio, anteriormente estudada por Aristóteles em IV a. C - propôs que o conhecimento científico deve ter os seguintes passos: observação, problematização, hipótese, prova, contraprova, teoria e lei. O autor ainda afirma que "Saber é poder" (BACON, 1620). O poder da informação, o poder da ciência, o poder da história e da arte é servir à vida coletiva. De acordo com Bourdieu, "o privilégio cultural torna-se patente quando se trata da familiaridade com obras de arte, a qual só pode advir da frequência regular ao teatro, ao museu ao a concertos (frequência que não é organizada pela escola, ou o é somente de maneira esporádica)" (Bourdieu, 2007, p. 45). Assim, não fica difícil compreender as causas que levam os estudantes na atualidade, não raras vezes, a não se familiarizarem em meio às estantes de uma biblioteca, não saber assistir criticamente um telejornal ou interpretar uma notícia divulgada através das mídias sociais.

Nesse paradigma, pode-se usar dos questionamentos levantados por MITCHELL (2015, p. 169): "Seria nossa tarefa, como críticos da cultura, desmistificar essas imagens, destruir ídolos modernos, expor os fetiches que escravizam os indivíduos, separar o verdadeiro do falso, o saudável do doentio ou as boas das más imagens?" Num ímpeto, dir-se-ia que sim, é função da arte e da história essa tarefa. Todavia, o poder de contestar o uso das imagens é tão fácil quanto inútil. Segundo o autor, "imagens são antagonistas políticas populares, pois é possível posicionar-se contrariamente a elas e, no entanto, no final das contas, tudo permanecerá praticamente idêntico" (MITCHELL, 2015, p. 170). As imagens e sua influência na vida das pessoas continuará existindo.

De acordo com Berger, "se a linguagem das imagens fosse usada de modo diferente, poderia, por meio do seu uso, conferir um novo tipo de poder" (BERGER, 1999, p. 35). Um povo que não conhece a sua história e por que não dizer, compreende a sua arte, é menos livre para fazer escolhas. Nas palavras de Bourdieu, as relações escolares são produtos de um sistema de classificação e tendem a se reproduzir no universo social do qual elas próprias são produtos (Bourdieu, 2007, p. 206). Em outras palavras, se a família ou a escola não oferecerem embasamento para a construção de conhecimentos mais eruditos acerca das representações imagéticas e suas apropriações, tampouco os indivíduos oriundos delas poderão concebê-los. Assim, é preciso desenvolver critérios como a relevância social e histórica de saberes que, além da erudição, sistematizem a criticidade e responsabilidade com o acesso e uso das imagens e das

ferramentas que possibilitam a sua disseminação. Da mesma forma, é crucial discernir a arte como ela própria da reprodução de imagens com fins estritamente comerciais ou políticos.

A sociedade vive hoje num mundo marcado pela insatisfação acelerada e por uma ansiedade muito grande. É aí que o consumismo e a indústria cultural midiática ganham força de suprir esse vazio causado pela modernidade. A cada dia se tem mais velocidade de comunicação, das relações, de mudanças de cenário e de conhecimento. "A imagem precede as palavras" (Berger, 1999, p. 09) e, de acordo com Cortella (2014), uma criança, antes de ser alfabetizada, já assistiu a milhares de horas de televisão; teve acesso a noticiários, programas científicos, novelas, filmes de violência e pornografia, publicidades, ou seja, um bombardeio de imagens. As plataformas digitais disponíveis na atualidade aceleram o processo de compartilhamento de imagens e a sucessão delas não permite observar, refletir e "sentir" as imagens. Aliás, segundo o autor, as próprias imagens [fotografias] estão deixando de ser objetos de contemplação para se tornarem objetos de reserva. A pessoa guarda [a imagem digital] mas não olha, tão somente pelo desejo de possuí-la. Dessa forma, falta-lhe a profundidade e o compilamento de informações, resumindo-se [a imagem] a um componente distrativo, quando seria necessário proceder um processo de reflexão e interpretação.

Pelo que foi exposto, conclui-se que o poder dominante das imagens é o que deve ser combatido e não a sua representação em si mesma. Parafraseando MITCHELL (2015, p. 171), "é tempo de puxar as rédeas dos argumentos acerca das consequências políticas da crítica à cultura visual e de moderar nossa retórica sobre o poder das imagens". A História e a Arte constituem componentes essenciais no processo de construir uma consciência histórica e visão crítica em torno do uso de imagens enquanto parcela constituinte da cultura do consumo e demonstração de força política. Não se pode julgar a cultura visual como errada, mas como parte de uma transformação notável não só nas expressões de arte e de representações imagéticas, como também no campo social e nos processos cotidianos. É fundamental, no entanto, buscar conhecer as transformações ocorridas nos períodos da humanidade, as quais acarretaram mudanças significativas nas formas de vida e nas sociedades, para, desse modo, constituir a base para a compreensão do surgimento e desenvolvimento da cultura consumista e a forma como as ferramentas midiáticas influenciam diretamente na relação das pessoas com ele. Por fim, a partir deste discernimento entre as imagens e seus objetivos ideológicos, é que se pode resistir às tecnologias de dominação exercidas pela cultura visual.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKEIMER, Max**. A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1947.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BERGER, John. **Modos de Ver**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Org. por NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. 9ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Escola e Docência:** novos tempos, novas atitudes. São Paulo, Cortez, 2014.

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? Trad. por Marianna Poyares. In: ALLOA, Emmanuel(Org.). **Pensar a Imagem.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 165-189.

NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio. Uma sociologia da produção do mundo escolar e cultural. In NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (org.). **Escritos de Educação**. 9ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 7-15.

TROMBETTA, Gerson L. **As "frestas" do tempo: sobre a concepção de história em Walter Benjamin**. Universidade de Passo Fundo, 2011

_____. **As promessas da mercadoria:** notas sobre a estética do consumo. Universidade de Passo Fundo, 2011.

Temporalidades

História da, na e por meio da publicidade: explorações metodológicas de um anúncio com Bolívar durante a Política da Boa Vizinhança

History of, in and through advertising: methodological explorations of an advertisement with Bolívar during the Good Neighbor Policy

Marina Helena Meira Carvalho
Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
marinahmc@yahoo.com.br

Recebido em: 22/11/2020

Aprovado em: 21/12/2020

Resumo: Este artigo explora possibilidades metodológicas para o uso de publicidades em pesquisas históricas. Discorremos brevemente sobre como a publicidade vem sendo utilizada na historiografia brasileira e também sobre quais metodologias já foram elaboradas especificamente para essa fonte. Nos apropriamos das análises de Tânia de Luca – que identificou três abordagens distintas empregadas nas pesquisas com periódicos – para pensarmos a publicidade. Através de uma mesma propaganda, demonstraremos o que se configuraria como uma história da, na e por meio da publicidade. Trata-se da publicidade da Bausch & Lomb veiculada na revista *Sele*ções de fevereiro de 1942 intitulada "O libertador que não se libertou", Simón Bolívar. Através da exploração das diferentes abordagens, perpassaremos por assuntos como a construção de um papel social para a publicidade na década de 1940, os usos da figura de Bolívar para atender aos interesses da Política da Boa Vizinhança e o projeto publicitário do *Office of Coordinator of Inter-American Affairs*. Concluímos que tais abordagens podem ser complementares.

Palavras-chave: História da publicidade; Política da Boa Vizinhança; usos do passado.

Abstract: This article aims to analyze the methodological possibilities for the use of advertising in historical researches. We briefly discuss how advertising has been used in Brazilian historiography and the repertoire of methodologies already developed for this source in specific. We engage with Tânia de Luca's study – which identifies three different approaches used in research with newspapers and magazines – to reflect on advertising. Analyzing Bausch & Lomb's advertisement published in the Reader's Digest magazine of February 1942, entitled "The liberator who did not free himself", Simón Bolívar, we will demonstrate what would be a history of, in and through advertising. Through the examination of different approaches, we will explore topics such as the construction of

a social role for advertising in the 1940s, the uses of the figure of Bolívar to serve the interests of the Good Neighbor Policy, and the Office of Coordinator of Inter-American Affairs' advertising project. We propose that such approaches can be complementary.

Keywords: Advertising history; God Neighbor Policy; uses of the past.

Introdução

O estudo da publicidade[1] tem ganhado cada vez mais espaço na historiografia, assim como as pesquisas sobre as mídias, como um todo. Talvez devido à própria relevância da mídia nos dias de hoje, suscitando, a partir do presente, novas perguntas ao passado. Apesar da crescente ocorrência do uso das publicidades como fontes, objetos ou simplesmente como ilustrações, poucos são os estudos cujo objetivo central é o desenvolvimento de metodologias para o seu uso pela historiografia. O que se difere do que ocorre em outras áreas da história da mídia. Existem muitos livros e artigos que se dedicam às possibilidades metodológicas de periódicos e cinema, por exemplo. Por vezes as publicidades são usadas empiricamente e sem devida reflexão sobre suas especificidades como fonte. Este artigo visa contribuir com essas questões, realizando uma problematização metodológica.

Ele é dividido em duas partes. Na primeira apresentaremos como a publicidade vem sendo utilizada na historiografia brasileira e qual repertório de metodologias já foram elaboradas especificamente para elas. Perpassaremos pelos escritos de três estudiosos: Denise de Sant'Anna, Ulpiano Bezerra de Meneses e Roland Barthes. Na segunda parte do artigo, nos apropriamos das análises de Tânia de Luca (2008) – que identificou três abordagens distintas empregadas nas pesquisas com periódicos – para pensarmos as publicidades. Propomos um exercício de leitura de uma única publicidade para demonstrar o que se configuraria como uma história da, na e por meio

[1] Nos anos 1940, alguns publicitários diferenciaram propaganda de publicidade em seus manuais. A propaganda seria o meio material e o plano organizado que visaria disseminar e convencer sobre determinada ideia ou produto. Já a publicidade seria o veículo da propaganda, o ato intelectual e material de se tornar público. Apesar do esforço de distinção, os próprios livros e artigos publicitários utilizavam-se dos dois termos – e também de anúncios comerciais – como sinônimos (CARVALHO, 2015, p. 60-64), opção que também tomamos neste artigo, uma vez que consideramos impossível separar o plano organizado visando convencimento da venda do ato de torná-lo público. Atualmente a conceituação de publicidade e propaganda diferencia-se da recorrente em 1940. Não se trata mais da separação entre o plano e o tornar-se público, mas sim, entre divulgação de ideias (propaganda) e de produtos (publicidade). Mas, ao venderem produtos, vendem-se também ideias. É possível utilizar, assim, tanto publicidade quanto propaganda para anúncios comerciais. (CERRI, 2005, nota 1)

da publicidade. Escolhemos uma propaganda da Bausch & Lomb publicada na revista *Sele*ções, em fevereiro de 1942, a qual representa – e interpreta – Simón Bolívar.

A história da publicidade seria uma abordagem interessada na introdução e difusão da propaganda comercial, no itinerário de agências e publicitários, nas práticas profissionais. Em nosso estudo de caso, dissertaremos sobre a difusão de agências nacionais e estrangeiras no Brasil da década de 1940, a formação de um campo profissional e a construção de um papel social para a publicidade. Essas condições contextuais não estão apenas à margem da peça publicitária, mas presentes em sua concepção. A história por meio da publicidade se detém nos anúncios comerciais enquanto fontes, partindo do pressuposto de que se é possível escrever a história a partir da publicidade, pois ela falaria sobre um determinado contexto sócio-histórico. Através da propaganda da Bausch & Lomb, problematizaremos a construção de uma consciência histórica a partir da figura de Bolívar. Veremos, com isso, a possibilidade de usarmos a publicidade como fonte histórica para entender o pan-americanismo e a Política da Boa Vizinhança. A história na publicidade, por último, diria respeito às análises das publicidades enquanto objeto de pesquisa, pensando em seu vocabulário político, nos interesses de seus elaboradores, na participação em projetos oficiais e nas intervenções na vida social. Aqui exploraremos o projeto publicitário do *Office of Coordinator of Inter-American Affairs* e a publicidade como difusora e contribuidora para a formulação da Política da Boa Vizinhança.

Utilizações da publicidade na História

O uso de publicidades pela historiografia ainda é relativamente recente. Digo relativamente, pois, em 1963 Gilberto Freyre já elencava os anúncios de jornais sobre escravizados fugitivos como fontes para analisar diversos aspectos da sociedade brasileira do século XIX (Luca, 2008, p.117). Entretanto, parece-nos que tal abertura de campo não foi acompanhada de muito entusiasmo nos anos seguintes, sendo ainda pequeno o número de estudos históricos que se dedicam à publicidade, seja como fonte ou como objeto. Mais numerosos são os trabalhos de história da publicidade, majoritariamente escrito por profissionais da própria área – como Pyr Marcondes (2002), Ricardo Ramos (1987), Renato Castelo Branco, Rodolfo Lima Martense, Fernando Reis (1990) e outros – ou produções institucionais, assinadas por associações publicitárias. A maioria tem um caráter memorialístico, muitas vezes mitológico, pois buscam origens, pioneiros e inventam tradições. Não

raro também é adotada uma perspectiva evolucionista da propaganda, apresentando as mudanças tecnológicas e de concepção como uma linearidade progressiva.

Com a virada cultural e reconhecendo as revistas como importantes veículos da modernidade, a publicidade começou a ser elencada como fonte para a história social, principalmente a história das mulheres e história da modernização das cidades. O início do século XX é o recorte preferido dessas análises brasileiras. Difere do que ocorreu nos Estados Unidos, onde a publicidade se configurou como fonte para análises da sociedade de consumo e da história do capitalismo. Ambas têm em comum a problematização e o estudo da modernidade e do progresso.

Mais recentemente, com o que ficou conhecido como renascimento da história política ou, como preferimos, a criação de uma abordagem cultural do político, surgiram pesquisas que lidavam com outra dimensão da publicidade. Talvez Ana Figueiredo (1998) seja uma das primeiras a utilizar publicidades no Brasil na escrita de uma história política. A autora analisa propagandas comerciais buscando compreender os elementos que compunham o imaginário das camadas médias urbanas e as motivações que as levaram a apoiar o golpe de 1964. A concepção que a fundamenta e que abre portas para futuros estudos é de que as publicidades ultrapassariam o objetivo de persuadir seu público-alvo à adquirir certa mercadoria ou serviço. Elas também acabariam por fazer "propaganda subjacente de uma opinião, um hábito ou um traço cultural geral." (FIGUEIREDO, 1998, p. 18-19, nota 3). Se elas propagam valores e ideias, elas são produções sociais contextualizadas, portanto, ricas fontes históricas.

Depois de Figueiredo, vários historiadores usaram a publicidade como fonte para história política como Mary Anne Junqueira (2000), Luiz Fernando Cerri (2002), Erica Monteiro (2010), Ana Maria Mauad (2001), Eliana Colussi & Valmíria Balbinot (2008), Raquel Cartoce (2017), Pauliane Rodrigues (2015), Alana Milcheski (2015), Alex dos Santos (2019), dentre outros. A multiplicação de historiadores, comunicólogos e outros profissionais interessados na publicidade pode ser observada com a criação da Rede ALCAR visando o "resgate da memória da imprensa e a construção da História da Mídia no Brasil" (QUEIROZ, 2008, p. 99). Desde 2003, a ALCAR promove o Congresso Nacional de História da Mídia, o qual possui o GT Publicidade e Propaganda, contribuindo para a formação de uma rede interdisciplinar de pesquisadores comprometidos não

apenas com a escrita da história da propaganda, mas também com o uso da publicidade como objeto ou fonte de pesquisa.

Diante da ascensão de uma nova tipologia de fonte, abrem-se não apenas novas questões e possibilidades de entendimento da história. Surgem também novos desafios teórico-metodológicos. Selecionamos três os textos cujo objetivo era pensar metodologicamente o uso das publicidades pela história[2]: o de Denise d Sant'anna, o de Ulpiano Bezerra de Meneses e o de Roland Barthes, os quais vamos explorar seguindo a ordem cronológica em que foram publicados no Brasil.

Metodologias para publicidade

Denise Bernuzzi de Sant'Anna (1997) aponta que as continuidades entre clichês, fórmulas de sucesso e palavras de ordem nas publicidades poderiam deixar a impressão errônea de que elas se situariam fora da história. Ao contrário, as imagens seriam experiências históricas que indicariam percepções e recepções culturais, além de condições técnicas de cada época e cultura. Com essa intenção, provoca os leitores a explorarem a representação imagética. Tanto fotos descontraídas quanto rígidas, por exemplo, indicariam poses, ideais de corpos e técnicas. Seria possível percebermos rupturas nas formas de se representar. Para isso, a autora ressalta a necessidade de entendermos a própria história da publicidade, da fotografia e da imprensa para pesquisarmos anúncios comerciais.

A autora discorre sobre a importância da observação e análise de cada um dos elementos da publicidade. Seria possível encontrarmos diversas narrativas num mesmo anúncio, ou seja, imagem e texto poderiam discordar entre si. Sant'Anna cita como exemplo uma publicidade que possui uma imagem urbana e vocabulário rural. Dessa forma, o pressuposto de que o texto ancoraria o sentido da imagem, um limitando os sentidos polissêmicos do outro deve ser matizado, pois nem sempre a publicidade abrigaria uma mensagem única e consensual, como mostra a autora.

Sant'Anna ressalta a necessidade de que cruzemos as publicidades com outros documentos. No estudo de caso que a autora faz para ilustrar a reflexão metodológica com anúncios de remédios em revistas e jornais brasileiros, ela aponta como possibilidade cotejá-los com bulas, manuais

[2] Ainda que exista número maior de pesquisadores que explorem publicidades como fontes ou objetos e alguns deles acabem por perpassar sobre os desafios metodológicos, poucos foram os trabalhos encontrados cujo foco é a metodologia em si, como ocorre com os três analisados neste artigo.

publicitários, revistas especializadas em saúde, etc. Isso ajudaria a evitar o problema de analisar cada anúncio nele mesmo ou de buscar em todos eles uma continuidade progressiva, uma modernidade evolutiva da sociedade brasileira e do mercado consumidor.

A própria seleção de que partes do mundo expor e ocultar na representação imagética diria sobre as transformações da prática de contemplar de uma determinada época e sociedade. Para isso, Sant'Anna endossa a concepção de que representações não se opõem às práticas sociais, muito pelo contrário, são elas mesmas construções sociais da realidade. As expectativas e receios seriam históricos, assim como os usos dos cinco sentidos. Essas mudanças, por sua vez, seriam perceptíveis nas análises das publicidades. Cita, como exemplo, a relação com os remédios: de se positivar os sacrifícios, o gosto ruim, em um primeiro momento, as publicidades passam a associar os cuidados corporais ao prazer físico. Bem como a espacialidade destinada ao produto anunciado, implícita nos anúncios: do ambiente privado, com embalagens de vidro e pesadas, à praticidade das cápsulas, que poderiam ser tomadas em qualquer local. Vale ressaltar que a historiadora não aborda essas mudanças como algo evolutivo e com ascendente melhora, mas sim como mudanças de concepções e práticas sociais.

A autora ressalta ainda que as informações contidas nas publicidades indicam para uma própria concepção do que seriam as publicidades, dizendo quais elementos elas deveriam conter para serem legitimadas em cada época e sociedade: endereço; nome do médico que desenvolveu o produto; premiações que o produto ganhou; aprovação do produto por alguma autoridade internacional; etc. A autora nos inspira a uma interessante chave de interpretação: entender como a publicidade era pensada em uma determinada época é essencial para analisar seus anúncios, para entendê-los como fontes históricas, produções sociais inseridas em uma sociedade.

Talvez o ponto central da autora seja considerar as mudanças nos anúncios através do tempo inseridas em transformações mais amplas: no âmbito da cultura e das práticas culturais. Para isso, propõe metodologias para que o historiador ultrapasse o óbvio: o anúncio de medicamento, além de falar da importância do remédio, fala da ligação cidade-campo, do desenvolvimento tecnológico, das embalagens. Publicado pela mesma revista, *Projeto História*, Ulpiano Bezerra de Meneses (2000) dará sequência às provocações aos pesquisadores que escolhem os anúncios como fonte.

Historiador especialista em cultura visual, o autor realiza um exercício de leitura de publicidade – ao escolher um anúncio de fogão a gás de 1913 – com o objetivo de propor uma metodologia para tal tipo de fonte. Tratando-se de um documento verbal e visual, portanto híbrido, não apenas os elementos textuais deveriam ser levados em conta.

A disposição gráfica do texto, os tipos, as sombras determinariam sentidos. Os dispositivos gráficos dão centralidade a quê? Qual o título, que dominará o sentido do que se quer produzir? Quais são as categorias de atributo? Qual a origem da empresa? Da mesma forma, a composição da imagem deveria ser cuidadosamente analisada pelo uso das técnicas escolhidas dentre o repertório possível em uma determinada época, os retoques, recortes, jogo de luz e sombra, fundo, formas, foco. Esse primeiro bloco constaria uma abordagem empírica e descritiva do texto e da imagem, separadamente.

Para pensar a interação entre eles, ponto central do artigo, Meneses propõe então três conjuntos de questões históricas: relativas à tecnologia, à existência de um sistema (invisível) e ao destinatário da mensagem. Em tecnologia, o autor explora como imagem e texto dissertam sobre os atributos tecnológicos do fogão representado na publicidade, bem como os atrela aos ideais de "progresso", "cozinha perfeita", "asseio", "economia" e "redução de esforço". Meneses ainda ressalta que imagem e texto permitem ao historiador levantar questões pertinentes à tecnologia, como a dificuldade de adaptação aos novos padrões de corporalidade (em substituição ao fogão a lenha), a necessidade de especialistas e a contextualização do que significaria "ter mais tempo livre" para aquela sociedade. Problematiza a própria noção de "progresso" empregada no texto do anúncio que, ao invés de se tratar de um processo linear, evolutivo, é uma transformação, substituição. Afinal, a proposta do anúncio era trocar o fogão externo, a lenha, pelo fogão a gás, no espaço doméstico.

O segundo passo seria a análise do sistema, ou seja, a contextualização das condições históricas e culturais que possibilitariam determinado produto ou serviço. Exemplifica com a relação entre o público e o privado, ou seja, com a articulação do fogão, doméstico, com uma rede externa, urbana, de gás. O último conjunto de questões sugeridos por Meneses diz respeito aos destinatários da publicidade. Os preços das prestações do fogão e do serviço de gás são elementos que o autor usa para inferir que o produto seria adquirido pelas camadas abastadas. Entretanto, ele também ressalta que o destinatário não seria apenas quem o compra, mas também quem o opera: as cozinheiras.

Argumenta então que as vantagens de poupar tempo e de comodidade apresentadas no anúncio estariam "fora do contexto social e cultural que deveriam operar" (MENESES, 2000, p. 117).

O autor ainda ressalta que esse não seria um trabalho de pesquisa, pois nesse tipo, deveríamos inserir as publicidades na série da qual fazem parte e, assim como Sant'Anna já havia abordado, cruzar com outros documentos. O artigo, de objetivo metodológico, dá importantes chaves de leitura para o pesquisador de publicidade, extrapolando indícios imediatos. Meneses sugere como metodologia uma análise descritiva e minuciosa, a qual analisa o máximo possível de aspectos de cada publicidade, levando em conta cada escolha técnica e gráfica, além do que se pode analisar de uma determinada sociedade a partir daquela peça (para ele, tecnologia, sistema e destinatário). Talvez seja inviável ao pesquisador que utiliza publicidades como fontes ou objetos dedicar tantas páginas para analisar minunciosamente os elementos da cultura visual de cada uma de suas peças, tal qual Meneses faz magistralmente em suas quinze páginas dirigidas a destrinchar um único anúncio. Em vez de nos prendermos nos conjuntos de análises por ele propostos, sugerimos ao pesquisador conhecê-los, interrogar sua fonte, e descobrir quais respostas ajudam a construir ou desconstruir suas hipóteses. Decerto, muitos contribuirão e outros não. Assim como o historiador seleciona quais os trechos de um certo documento escrito irá analisar, se deter, sem perder o todo de vista, acreditamos que o mesmo ocorre com a publicidade. Impossível esgotá-la, como também o é para qualquer outra fonte. Cabe ao historiador selecionar os aspectos que lhe serão relevantes, sem ignorar os demais.

A preocupação de Meneses é com a publicidade e o produto em suas relações com a sociedade. Na leitura de um elemento da cultura visual, a propaganda, seria possível indagarmos sobre outros elementos sociais, como sua concepção de tempo e progresso, as condições materiais e sistemas urbanos não explícitos na publicidade, mas que possibilitam a existência daquele produto e as relações sociais. Roland Barthes (2005) também relacionará o anúncio com a sociedade, mas de forma bem diferente, não mais como elemento da cultura visual, mas investigando-a como linguagem e em sua relação com o imaginário.

Traduzido para o português em 2005, o artigo do semiólogo Roland Barthes, publicado originariamente em 1968, o texto objetiva perceber como a publicidade, nascida do comércio e voltada para ele, "constitui, durante esse trajeto, um exercício geral do signo que supera sua origem e seu fim" (BARTHES, 2005, p. 100). Para isso, analisa não a finalidade da venda em si, mas a própria

publicidade como produção social. Como semiólogo, Barthes traz a principal preocupação aos sentidos da mensagem e à construção social desses sentidos e imagens.

O primeiro elemento o que o autor identifica como importante para a análise é a matéria que sustenta a publicidade, o suporte que o veicula: imprensa, cartaz, rádio, televisão, muro, *outdoor*. Chartier (2002, p.71) nos ensina que "não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir) e que não há compreensão de um escrito, seja qual for, que não dependa das formas nas quais ele chega ao seu leitor". Na mesma direção, Barthes havia apontado para a importância da análise da interação entre leitor e suporte para que se entendesse as camadas de significação que seriam atribuídas à mensagem, o que denomina de gesto cultural. Segundo ele, "esse gesto é feito da relação material, corporal quase, que o criador e o consumidor (não poderiam ser dissociados) mantêm com o objeto cultural, quando o traçam ou decifram" (BARTHES, 2005, p.100). A publicidade teria se tornado um gesto integrado, fazendo parte da nossa relação com o cotidiano e com o mundo. Mas, ainda dentro dessa integração cotidiana, o suporte em que ele é veiculado modificaria a sua forma de leitura. Quando a publicidade chega ao leitor pelo rádio, jornal ou (não citados pelo autor, mas também plausíveis de serem adicionados aqui) revistas, televisão ou computador, os olhos e ouvidos captariam o anúncio da mesma forma que o restante dos conteúdos que o margeiam. Barthes dá a esse gesto o nome de afogado, justamente por estar mergulhado e desaparecido no gesto familiar, doméstico, tranquilo, íntimo da leitura ou escuta das mídias. Nada romperia a continuidade do gesto, sendo recebido como uma informação semelhante às demais veiculadas por um suporte. Ao serem partes de um mesmo conjunto, publicidades e demais conteúdos estabeleceriam uma mesma relação com o público.

Diferentemente, o segundo gesto publicitário, o qual o autor não denomina, que seria o de contato com cartazes, muros, *outdoors*. De tamanho maior que o humano e na maioria das vezes com textos muito menores, ele traria algo cósmico, mágico, enigmático, bem diferente do gesto doméstico de se ler um jornal. Barthes atenta-nos, portanto, para a importância da análise do suporte da publicidade, que muda a forma de leitura e da relação corporal com a materialidade.

A seguir, Barthes pensa sobre a mensagem publicitária, ressaltando que a publicidade em si é uma linguagem, pois "impõe a seus enunciados uma estrutura original" (BARTHES, 2005, p.104). Toda publicidade conteria três mensagens diferentes, imbricadas e de leitura simultânea. A primeira,

literal ou denotada, aponta para os sentidos comuns, uma descrição mínima que pressupõe o conhecimento da estrutura linguística ou icônica, sem pensar nos sentidos abstratos. Essa se assemelha bastante à primeira leitura de Meneses, empírica e descritiva.

A segunda mensagem, associada ou conotada, refere-se aos segundos sentidos que se associam à primeira mensagem. Implicam conhecimentos culturais e disposições variáveis segundo os leitores: as ideias de sono, sonho, elegância, euforia, infância, etc. Barthes também considera a publicidade como fonte propícia para estudo do que Sant'Anna chama de expectativas, receios e cinco sentidos.

Essa segunda seria a principal das três mensagens, a que mais determinaria o sentido e articularia todo o anúncio. Rica em analogias, metáforas, metonímias e outras figuras de linguagem, exige um conhecimento cultural para ser inteligível e interpretável. A terceira mensagem, declarada ou referencial, direciona-se à marca e ao produto que exibe o que Barthes chama de uma "comunicação franca" pois explicita a finalidade da publicidade e seu sentido último: a venda.

Extrapolando o texto de Barthes, Bourdieu (1996, p. 87) ressaltaria que a marca e o produto encarnariam por si só o *status* de uma fala autorizada, o poder delegado do porta-voz da mensagem. Ou seja, para além do sentido explícito da venda, apontado por Barthes, o nome da marca e do produto carregariam consigo um grau de prestígio ou desprestígio da posição do anunciante e gerariam atos autorizados. Bourdieu aponta, então, que importante camada de sentido e legitimação de uma determinada publicidade derivaria da legitimidade da marca e do produto. Pensemos, por exemplo, que ao falar da Coca-Cola todo um histórico da marca e de sua aceitação social nos vem à mente, o que irá se somar aos demais sentidos presentes em uma publicidade (conotado e denotado, para Barthes). Acreditamos ser possível acrescentar tais reflexões na categoria "mensagem referencial" criada por Barthes, pois, a referência à marca e ao produto, ao mesmo tempo em que anunciam a intencionalidade de venda, atribuem camadas de sentido a partir da imagem da empresa anunciante.

A linguagem publicitária comunicaria não apenas o conjunto de atributos objetivos do produto anunciado, mas também a imagem que gostaria que os outros fizessem dele. O primeiro seria o de identificação. A publicidade criaria um imaginário tranquilizador e eufêmico da vida e um "esquema sociológico barato" (BARTHES, 2005, p.113) que permitiria às pessoas se reconhecerem

enquanto integrantes de uma sociedade, sentindo-se normais. Se Barthes aponta uma importante característica da publicidade, a identificação, ele ignora outro, que as peças publicitárias pretendem que se passe desapercebido: a exclusão do outro a partir da especificação de um público-alvo.

O segundo atributo ligado ao imaginário, conforme Barthes, seria a criação de uma espécie de "essência do objeto" (BARTHES, 2005, p.114) atributos que poderiam ser tradicionalmente atribuídos a eles, diríamos, as ideias, sentimentos e valores associados. Para o autor,

> Esses objetos não são simples elementos necessários ao realismo publicitário: por um lado, podem fazer sonhar, pois um objeto é sempre muito mais que sua função e, por outro lado, graças à sua diversidade e à euforia de sua apresentação, levam o leitor a verdadeiramente apropriar-se do mundo; o cenário que contribuem para constituir é uma "janela para o mundo", e isso explica o fato de, numa revista ilustrada, as páginas publicitárias, como sugerimos acima, serem lidas com o mesmo sentimento de informação como são lidas as páginas de notícia" (BARTHES, 2005, p. 113-114)

Isso significa que se, por um lado, as publicidades se utilizam de sentidos socialmente construídos, por outro, elas transformam a forma de relacionar com o mundo, possibilitam uma interpretação, seleção, ou, como diz o autor, a janela. Segundo Jacques Aumont (1995, p. 83). "A arte representativa imita a natureza, e essa imitação nos dá prazer em contrapartida e quase dialeticamente, ela influi na natureza, ou pelo menos na nossa maneira de vê-la".

Tomando a publicidade como uma janela para o mundo, não queremos dizer que ela seja espelho da realidade. Ao concebermos a publicidade como fonte que possibilita a leitura da vida social, não podemos confundi-las como panoramas de uma época. Elas são, sim, representações do real (SANTOS, 2007, p.2). Roland Marchand (1985, p. xviii), historiador norte-americano dedicado à análise de publicidades, oferece-nos uma concepção interessante. Muito mais que espelhos, as propagandas comerciais seriam como uma casa de espelhos, pois selecionam, enaltecem e distorcem determinados pontos, excluindo outros. Barthes, ao usar a metáfora da janela decerto não se esqueceu dos recortes e ângulos da paisagem que a janela possibilita, focando na questão do olhar sobre o mundo proposto pelo anúncio (a vista).

Por fim, Barthes assinala que a publicidade possui uma reserva de símbolos culturais, utilizando-se, constantemente, das "nossas" artes, literaturas, mitologias e passado, o que liga o tempo do leitor com os signos de seu país. Desenhando pertencimentos à determinada comunidade.

Apesar de apresentarem exercícios distintos de leitura, os quais variam o foco (em práticas sociais, na cultura visual/material ou em um estudo da linguagem integrada ao imaginário), os três autores veem a publicidade como produções sociais. E como já apontado por Lucien Febvre (1989, p. 249), "A História faz-se com [...] tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem...". A partir da publicidade, dessa forma, também é possível investigar uma série de questões sócio-históricas. E foi no questionamento de como utilizá-las como fontes que Sant'Anna, Meneses e Barthes se debruçaram. Nossa opção é de apropriação livre e seletiva dessas metodologias, as quais servem como guias para nossa exploração, mas não nos aprisionam. Servem, portanto, de inspiração e problematização para as pesquisas históricas com publicidade.

História da, na e por meio da publicidade

Muitos estudos sobre história da imprensa, dos periódicos, das revistas também servem de inspiração metodológica para explorar as propagandas. Primeiramente porque, tal qual Barthes explicita, o local em que o anúncio é veiculado interfere na forma em que será lido. O veículo também é uma camada de atribuição de sentidos às publicidades. Apropriando-nos da teoria de Roger Chartier (2002, p. 71), podemos concluir que a publicidade só existe mediante o suporte no qual ela é veiculada, sendo a materialidade do objeto essencial para sua compreensão.

Alguns historiadores já apontaram que os estudos que têm as revistas como objeto de pesquisa devem dar atenção às peças publicitárias. Maria Grillo (2010), por exemplo, ressalta a necessidade de que identifiquemos a relação da ornamentação e das publicidades com a revista. Tânia de Luca (2008), por sua vez, ao enumerar os elementos que devemos observar nos estudos de revistas, elenca dentre eles as relações que a revista manteve (ou não) com o mercado e a publicidade, bem como o uso/ausência de iconografias e propagandas comerciais. Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007) citam, ao pesquisar jornais e revistas, que o historiador deve também se atentar para os principais anunciantes, bem como os espaços ocupados pelas publicidades, as quais indicariam a ligação com determinados interesses empresariais. Basta lembrar que as publicidades financiam os projetos editoriais, os quais dependem, na maioria das vezes, de sua verba para sobreviverem.

A recíproca é verdadeira: quem estuda publicidade precisa atentar-se para os periódicos. E muitas vezes, as metodologias apresentadas para trabalhar jornais e revistas ajudam também para

pensarmos as publicidades. Nós nos apropriaremos da classificação "história dos, nos e por meio dos periódicos", de Tânia de Luca (2008), para pensarmos nas diferentes possibilidades de abordagem também para as propagandas comerciais: história das, nas e por meio das publicidades.

Realizaremos um esforço de leitura de uma peça publicitária, dos vidros ópticos Bausch & Lomb, para experimentarmos, então, essas diferentes abordagens. Ela foi publicada na revista *Sele*ções, exemplar de fevereiro de 1942, e recebe o título de "O libertador que não se libertou". A temática principal da publicidade é Simón Bolívar.

A imagem inicia e ocupa metade da página da publicidade. Publicada em duas cores, o contraste entre o fundo, todo preto, e a figura de Bolívar e do cavalo, branco com traçados pretos, dá destaque ao personagem histórico. Assim com as diagonais formadas pela imagem que se cruzam e centralizam-se em Bolívar. Ele, com capa esvoaçante, chapéu em uma das mãos e as rédeas do cavalo na outra, o qual está empinado. A figura é apresentada de lado, o cavalo olhando adiante e Bolívar para o espectador. A cena remete às poses de pinturas e esculturas históricas daqueles tidos como heróis nacionais. *Napoleão cruzando os Alpes* (Jacques-Louis David, 1805) é um exemplo clássico de tal pose.

Imagem 1: *O Libertador que não se libertou*

Fonte: *Seleções*, fevereiro de 1942. Acervo pessoal da autora**.**

Logo abaixo da figura, aparece o título, centralizado e em fonte grande: "O libertador que não se libertou". Segue um texto divido em duas colunas, semelhante a formatação de artigos de revistas. Proporcionaria, assim, um gesto familiar, afogado, ou seja, a relação estabelecida com a

publicidade seria a mesma estabelecida com os demais artigos da revista *Seleções*: de uma leitura informativa.

> Simón Bolívar, depois de ter formulado a sua famosa constituição dando liberdade aos seus compatriotas, viu-se obrigado a trabalhar sem tréguas, debelando incessantes revoltas. Como latino-americano típico, escravizou-se para benefício daqueles a quem tinha libertado.
>
> De maneira análoga, os homens de ciência, os educadores e os industriais latino-americanos que dedicam a vida a libertar seus concidadãos da ignorância, das enfermidades e das privações, encontram-se agora estorvados nas suas fainas por falta de instrumentos de óptica da qualidade Bausch & Lomb, que é a superior. Duma maneira característica, e não querendo sacrificar as suas elevadas normas, usando instrumentos e equipamentos de inferior qualidade, preferem esperar até que as nações aliadas dispensem as oficinas Bausch & Lomb das presentes exigências de produção urgente para a defesa.
>
> Os óculos de precisão de Bausch & Lomb ainda se encontram disponíveis. Os que usam instrumentos de óptica reconhecem que a entrega de tais instrumentos está sujeita a demoras inevitáveis. (*SELEÇÕES*, fevereiro de 1942)

Seguindo ao corpo do anúncio vem a logo da empresa, "Bausch & Lomb – Optical Co. – Rochester, N.Y., E.U.A, Fundada em 1853". E, no rodapé da publicidade, a empresa se define: "Instituição Científica Norte-Americana Produtora de Vidro Óptico e Instrumentos de Óptica para Fins Científicos, Educativos, de Investigação, de Indústria, e para Correção de Defeitos Visuais."

História da publicidade

No momento da publicação do anúncio da Bausch & Lomb, a propaganda no Brasil estava bastante consolidada e passava por um processo considerado como de profissionalização da área. Muito difícil estabelecer origens ou mitos fundacionais para a publicidade brasileira. Consta que pelo menos desde a chegada da Coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, e a permissão de funcionamento da imprensa no Brasil colônia, pode-se considerar que já existiam anúncios impressos, semelhantes aos atuais classificados. Antes disso, é possível considerar a existência de um uso oral da propaganda comercial, como também em panfletos não impressos.

O século XIX é marcado pela utilização de escritores consagrados para a produção desses anúncios, como Casimiro de Abreu, Lopes Trovão e Olavo Bilac, que produziam peças com rimas, fáceis de memorizar e muito populares. No final do século começam aparecer reclames ilustrados, principalmente por litogravuras, feitos também por artistas renomados. Ainda nessa época foi criada

uma empresa que realizava a corretagem de anúncios para os periódicos, a Publicidade e Comércio, em 1891, e no ano seguinte, o primeiro periódico que se tem notícia voltado para a área publicidade, *A Publicidade,* criado por Honório da Fonseca (REIS,1990, p. 55-69).

Com a virada do século, são lançadas várias revistas com impressão e com programação de anúncios em locais fixos, de páginas inteiras, com ilustrações apuradas e até em duas cores. Aprimoram-se os veículos de comunicação com a técnica de fotogravura. Nesse período, a publicidade recebe grande influência do modelo francês, manifestado principalmente pela estética do *art-nouveau.*

Considera-se 1914 como o ano de criação da primeira agência publicitária brasileira, a Eclética, em São Paulo. Após a Primeira Grande Guerra Mundial, já eram mais quatro: a Pettinati, a Edanéi, a de Valentim Harris, e a de Pedro Didier e Antônio Vaudagnoti. Nos anos 1920, surgem os "departamentos de propagandas" em grandes empresas, como foi o caso da Antártica, da Mesbla, da General Eletric, da General Motors e de vários laboratórios.

A publicidade brasileira vai se tornando uma área mais consolidada e institucionalizada, sendo percebida, por exemplo, pelo lançamento de algumas revistas dedicadas à área, ainda que de curta duração: *Argos Paranaense* (1921), *Êxitus* (1932), *Propaganda* (1932), *Propaganda* (1937). Em 1935, surgem aqueles que são os considerados os primeiros livros brasileiros sobre o segmento: *Processos da Propaganda*, de Lion Araújo e *Publicidade e Propaganda*, de Ernani Carvalho (CHUEIRI, 1990, p.269). A institucionalização ainda é ressaltada pela criação das associações publicitárias brasileiras, até então inexistentes. A Associação Brasileira de Propaganda (ABP) foi fundada em 16 de julho de 1937, com sede no Rio de Janeiro e em 29 de setembro do mesmo ano, é fundada em São Paulo a Associação Paulista de Propaganda (APP), que só recebe o atual nome – Associação dos Profissionais da Propaganda – em 1989. Alguns cursos de publicidade também começavam a ser ministrados, como o curso técnico da Associação Cristã de Moços-ACM, em 1941 ou o ofertado pela ABP em 1944, ou ainda o da APP, de 1945. O primeiro curso superior de propaganda, entretanto, data apenas de 1952, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MARCONDES, 2007).

A circulação de livros e revistas especializados, além da criação de cursos e a oferta de palestras para os publicitários, decerto foram muito importantes para a profissionalização da área. Convencionou-se atribuir, entretanto, a modernização e a profissionalização da publicidade brasileira

à chegada de agências norte americanas ao Brasil e ao aprendizado de suas técnicas. Muitos brasileiros buscavam essas agências para aprenderem na prática. Armando Morais Sarmento foi um desses.

> Depois de dois anos de trabalho árduo com a minha agência, resolvi aprender mais do que me proporcionavam a leitura e o curso por correspondência. Fiz o óbvio e me candidatei à Thompson e à Ayer por carta, oferecendo os meus serviços e confessando o meu grande motivo: eu queria aprender mais. Estava convencido, então, de que a experiência, os clientes, a organização, o acesso ao know-how de um mercado americano eram indispensáveis ao meu progresso e ao progresso da publicidade no Brasil. (SARMENTO, 1990, p.21)

As primeiras agências norte-americanas que chegaram ao Brasil foram J. Walter Thompson (1929), N.W. Ayer (1931) e McCann Erickson (1935). É curioso que sua entrada no Brasil coincida justamente com o período em que os Estados Unidos sofriam com o *crash* da Bolsa de Nova York. Provavelmente esse fato remete à tentativa de recuperação econômica norte-americana também se valer da expansão de suas influências e busca de novos mercados nas Américas.

Independentemente da origem da agência, seria errôneo classificar as peças publicitárias como nacionais ou estrangeiras. As agências nacionais se apropriavam de parâmetros, técnicas e modelos vindos dos Estados Unidos. Tais características legitimavam a publicidade dos anos 1930 e 1940. Muitas agências e publicitários adotavam, inclusive, pseudônimos americanos para serem reconhecidos como autoridades no assunto. Entretanto, as apropriações também eram inventivas, adaptando-se às realidades e temáticas locais. Percebemos o espaço da invenção dentro da imitação quando os brasileiros defendem em periódicos da área profissional o uso de técnicas norte-americanas para elaborarem resultados distintos dos apresentados naquele país. Muitos publicitários brasileiros faziam questão de se afirmarem como mais aptos para produzirem publicidades para a circulação nacional, pelo conhecimento e pertencimento cultural. As agências estrangeiras, por sua vez, possuíam brasileiros em seus quadros, alguns até mesmo na gerência. Não consideramos publicidades como nacionais ou estadunidenses pela origem da agência que a produziu, dado inclusive raramente recuperável, ou pela nacionalidade da companhia anunciante. Analisamos como constroem seu discurso identitário, como se apropriam de técnicas, temáticas e imaginários para produzirem suas representações. As concepções sobre publicidade circulavam, como já afirmamos, por meio de livros, revistas, agências internacionais e redes transnacionais que os próprios profissionais criavam, com intercâmbios e relações íntimas (CARVALHO, 2015). As peças

publicitárias tornavam-se, portanto, objetos de cultura híbrida. Por culturas híbridas, Néstor Garcia-Canclini (1998, p.348) refere-se às culturas que não estariam apenas ligadas às nações, etnias e classes, mas também aos cruzamentos socioculturais transnacionais, em que tradicional e moderno se misturam.

Não foi possível resgatar que agência ou publicitário idealizaram a peça sobre Bolívar, mas, como afirmado na própria, a companhia anunciante, Bausch & Lomb, é norte-americana. Assim como é a revista na qual circulava, *Sele*ções – uma versão em português da *Reader`s Digest*, criada para o mercado brasileiro. A peça publicitária está, inclusive, em seu primeiro exemplar, datado de fevereiro de 1942. Diferente da versão norte-americana, a brasileira contava com anúncios, os quais financiavam sua produção, diminuindo o preço o qual o leitor pagaria pelos exemplares. Os primeiros números da revista *Reader`s Digest* para a América Latina foram inclusive distribuídos gratuitamente e financiados por cidadãos norte-americanos. Isso porque a revista ganha as versões em português e em espanhol para atender demanda da Política da Boa Vizinhança, ou seja, ela estava empenhada na construção de uma imagem favorável aos Estados Unidos como forma de conquista de aliados.

A Política da Boa Vizinhança conforme pensada pelos Estados Unidos significava a união continental sob sua liderança, abandonando, teoricamente, práticas de intervencionistas, acenando com igualdade jurídica de todas as nações americanas, cooperação para o bem-estar continental, consultas periódicas para a solução de problemas, entre outras possibilidades (MOURA, 1980). Ela se firma pós o *crash* de 1929 e tem seu cerne em práticas culturais, políticas e comerciais – concebendo a América Latina como mercado para exportação dos produtos yankees além de fornecedora de matérias primas. Com a iminência da Segunda Guerra Mundial, a conquista de aliados tornava-se ainda mais essencial, para afastar as Américas da influência das nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Como percebemos, o anúncio da Bausch & Lomb também apela para a união das Américas, o que também será um elemento legitimador das publicidades durante a guerra, como veremos a seguir.

Por ora, resta-nos expor rapidamente uma última concepção sobre a publicidade, que não apenas irá margear essa peça, como vai interferir no próprio modo como ela é pensada e elaborada. Naqueles anos (décadas de 1930 e 1940), a concepção hegemônica é de que cultura deveria ter uma

finalidade utilitária. Isso não só no Brasil de Vargas, como em vários outros países com diferentes regimes, como é o caso dos Estados Unidos de Roosevelt e a Alemanha de Hitler. No caso da publicidade, sua utilidade é pensada principalmente em duas direções. A primeira delas é o fim educativo. Os publicitários seriam capazes de impulsionar a modernização da economia e o desenvolvimento do país (MARCHAND, 1985). Concomitantemente, poderiam guiar as massas, ensinando novos hábitos de consumo atrelados à higiene, à saúde, aos papéis de gênero, às práticas sociais, etc. O consumo torna-se chave de solução para vários problemas, possibilitando a civilização e educação do país (GENARO, 2012, p. 251; CARVALHO, 2015, p. 107-108). No caso da peça apresentada, é ensinado sobre um herói histórico, Simón Bolívar, bem como sobre a união das Américas. Ensinamentos, portanto, culturais e políticos.

A segunda direção diz respeito ao efeito causado pela publicidade. As técnicas publicitárias eram vistas, naquele momento, como importante forma de atingir as massas e direcioná-las. Assim, seriam úteis para serem empregadas não apenas para a venda de produtos, mas também para "conduzir o espírito público em determinada direção", "formar opinião" (Revista Publicidade, abril de 1943), com uma "consequente aceitação" (Revista Publicidade, agosto de 1944.). A propaganda é vista aí como fórmula certa de atingir seus objetivos. Diferentemente das concepções atuais das teorias da comunicação, a publicidade naqueles anos era tida como capaz de dominar o sentido. A intenção do autor se realizaria diretamente nas mentes dos consumidores, num sentido de manipulação mais literal possível, de moldar com as mãos, portanto, escolher seu formato. A manipulação pressupõe a passividade do sujeito, ignorando suas vivências prévias, as quais determinam seu olhar para o mundo, interpretações, apropriações, desvios de sentido e rejeições. Por isso, os estudiosos da comunicação atualmente rechaçam as concepções de nossas fontes.[3] Não podemos, entretanto, apenas ignorá-las, pois a forma em que as publicidades eram concebidas interferirão em como serão confeccionadas. Partindo dessa concepção, a peça do Bausch & Lomb é criada, ao que nos parece, intencionando a dominar sentidos do passado, mas também do presente. Veremos isso a seguir.

História por meio da publicidade

[3] Vale ainda ressaltar que mesmo as teorias sobre a comunicação da escola de Frankfurt só chegaram ao Brasil no final de década de 1960, quando saem as primeiras traduções (ORTIZ, 1986). Para maiores discussões sobre as teorias da comunicação, cf. HOHLFELDT *et al*, 2010; HORKHEIMER *et al*, 2002; GUARESCHI, 1981; BARBERO, 2009. HOHLFELDT *et al*, 1997, p. 46 *apud* HOHLFELDT *et al*, 2010, p. 155. CARVALHO, 2015, p. 63,64.

Ao afirmar que é possível fazer história por meio da imprensa, ou, mais especificamente, da publicidade, partimos do pressuposto que a forma e conteúdo do impresso dizem sobre uma determinada época, suas condições materiais, econômicas, sociais e até mesmo políticas. A publicidade por nós analisada interpreta o passado, o qual é a sua temática principal. A interpretação é uma forma de apropriação do passado, ou seja, é plausível de problematizarmos os usos do passado realizados por esse anúncio, os quais dizem muito mais sobre o presente (1942), do que sobre Bolívar (1783-1830).

Simón Bolívar é escolhido como temática central de uma propaganda de vidros ópticos, ganhando um grande retrato em pose heroica, o título e o primeiro parágrafo do texto. O restante do anúncio remete a ele de forma comparativa. Qual a leitura que a publicidade propõe desse personagem? Como aquele que teria aberto mão da própria liberdade para libertar seus compatriotas. Apesar do texto remeter-se diretamente aos feitos de Bolívar no que hoje é a Bolívia, uma vez que fala da "formulação da constituição" e de "compatriotas", esse personagem é tido como herói não apenas no processo de independência da Bolívia, como também de várias outras espanholas, como Venezuela, Colômbia e Equador. Sua atitude de sacrifício seria típica dos latino-americanos, segundo a peça.

Essa é a primeira peça de uma longa campanha da Bausch & Lomb que começa em fevereiro de 1942 e termina só em fevereiro do ano seguinte e apresenta vários outros personagens históricos latino-americanos: Martín, Santander, José Artigas, Antônio José de Sucre, José Martí, Miguel Larreinaga, José Bonifácio, Bernardo O'Higgins. Todos eles foram recuperados numa mesma chave de leitura: segundo o anúncio, eles teriam lutado pela liberdade, muitos associados à independência de seus países do domínio colonial europeu. Não seria a guerra contra o Eixo também uma guerra em que as Américas lutariam para manter sua independência diante de nações do Velho Mundo? De libertação? A entrada da Segunda Guerra Mundial seria justificada novamente pela luta pela liberdade. O Eixo escravizaria as Américas. Era preciso lutar para reafirmar a Doutrina Monroe, a América para os Americanos, ou seja, mantê-la agora longe da ameaça nazifascista.

Nessa lógica, Bolívar é associado aos latino-americanos contemporâneos nesta publicidade, os quais estariam se sacrificando em nome da defesa continental. O conceito de sacrifício aqui é alargado, porque remete-se ao ato de lidar com a privação de bens de consumo, no caso, os vidros

ópticos, utilizados agora na indústria da guerra. Tanto Bolívar quanto o público-alvo daquela publicidade, portanto, abdicariam de suas necessidades em nome da luta pela liberdade.

Segundo Maria Lígia Coelho Prado (1983; 2007), a figura de Bolívar e suas propostas políticas teriam passado por diversas apropriações ideológicas para atender a interesses específicos. Kátia Baggio (2020) pensa na historicidade e na transformação dessa própria construção histórica da figura de Bolívar: sua trajetória até a morte no exílio; a construção pelas histórias nacionais do século XIX e pelo próprio Bolívar de sua figura mitológica; as apropriações pelo pan-americanismo da Política da Boa Vizinhança; pelo latino-americanismo; até o uso pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez.

A publicidade o mostra como quem lutou pela liberdade, aliás um uso recorrente da figura de Bolívar. Diferentemente das cores de líder democrático com as quais Bolívar é pintado na publicidade (e naquele período), ele constituía-se como um líder autoritário que discorria acerca do medo do povo, o qual para ele deveria ser afastado da política, era a favor de cargos vitalícios e falava da ineficácia do modelo democrático. (PRADO, 1983) Ele teria inclusive governado como ditador.

No contexto estudado, a figura do Bolívar estava sendo apropriada correntemente como símbolo do pan-americanismo[4]. Ele teria sido, segundo essa interpretação, o precursor da união continental americana, ao lutar pela libertação das Américas, dita assim, de forma ampla. Essa é uma reconstrução histórica que se apropria inventivamente das propostas políticas de Bolívar. O mesmo defendia uma união da América hispânica. Segundo Bolívar, os países que compartilhavam de uma só origem, com língua, religião e costumes comuns deveriam ter só um governo, confederado. Defende, portanto, uma confederação hispano-americana. Entretanto, mesmo na América de colonização espanhola, havia variedades linguísticas e diversidade de práticas e tradições, as quais são

[4] O termo pan-americanismo foi cunhado pela imprensa norte-americana em meados de junho de 1889 referindo-se ao congresso que aconteceria em outubro daquele ano. A partir de então, ganhou grande difusão internacional. O pan-americanismo significava a solidariedade entre os países americanos, visando principalmente à promoção do comércio. Segundo Ricardo Salvatore, o projeto do pan-americanismo foi a consolidação da visão de estadistas e empresários da América Latina como um mercado para produtos norte-americanos, desenvolvida gradativamente entre o final do século XIX e início do XX. Derivaram-se, então, várias conferências pan-americanas, a maioria delas realizadas em países latino americanos, para buscar a união e solidariedade. Segundo Stuart, a primeira das Conferências Pan-americanas almejava, ao mesmo tempo, aumentar as relações com a América Latina e excluir política e economicamente as potências europeias do hemisfério. Geraria, com isso, a consolidação de sua hegemonia continental e a garantia do mesmo como sua zona preferencial de comércio. Sob a liderança norte-americana, todos os países americanos teriam articulação econômica, política e cultural, em torno de objetivos comuns. A Política da Boa Vizinhança apropriou-se do pan-americanismo, associando-o também à união das Américas contra um inimigo comum, o Eixo. (TOTA, 2000; CERVO, 2001; PECEQUILO, 2011; REIS, 2008)

ignoradas por Bolívar, assim como negros e indígenas eram excluídos de seus projetos políticos, coisa comum no século XIX (BAGGIO, 2020).

Brasil e Estados Unidos não estariam enquadrados nesse projeto sonhado e nunca concretizado de Bolívar. Entretanto, em ambos os países existiu um esforço de ressignificação do mesmo como patrono do pan-americanismo. Não à toa, ele foi escolhido para ser representado no anúncio da companhia norte-americana que circula no Brasil. A defesa seria uma causa comum: das empresas norte-americanas que voltariam suas indústrias para a produção de guerra; dos consumidores latino-americanos que deveriam suportar o sacrifício da escassez de produtos de primeira qualidade. O pan-americanismo não é explicitado, mas está ali, inclusive estabelecendo papéis: o que produz e equipa os exércitos para os defender acima daqueles que devem entender a ausência de determinado produto. Bolívar compartilharia a identidade com esses últimos, os quais se sacrificam.

Ao analisar anúncios que possuíam temáticas históricas, Luiz Fernando Cerri (2002) discorre como eles também compõe consciências históricas, que são significados construídos por grupos sobre si próprios no tempo e no espaço. Assim, os meios de comunicação em massa ofereceriam aprendizados sobre concepções históricas fora da sala de aula. Essas mensagens educativas não formais indicariam projetos pedagógicos, ideias de que a coletividade faria de si próprias e de seu passado, presente e futuro em determinado contexto sócio-histórico. Esse projeto pedagógico pode endossar ou não a história oficial. Isso porque, segundo o autor, ideias, valores e imagens não respondem somente à ideologia dominante de seu contexto, uma vez que mesmo que exista desestruturação de classes dominantes e da estrutura de poder anterior, modos anteriores não desaparecem. Diferentes consciências históricas existiriam numa mesma sociedade. Podemos acrescentar que os usos do passado podem atender, sincronicamente e diacronicamente, a diferentes interesses, oferecendo interpretações distintas. Não raro, historiadores contrapõem representações históricas da historiografia, com governamentais e produções midiáticas ou da literatura. As representações sobre a escravidão ou sobre a ditadura são bons exemplos disso. Como diria Chartier (1990), as representações são disputadas por diferentes grupos com divergentes apreensões do mundo, pois elas são organizadas e organizadoras das hierarquias e divisões sociais e pressupõem

concorrência e competições, poder e dominação. As publicidades, por sua vez, fariam parte dessa batalha representacional, no caso analisado, pela formação de sentidos históricos.

Segundo Cerri (2002, p.196), essas imagens formadas pela publicidade comporiam "uma consciência histórica que, como tal, é intrinsicamente identitária, como é histórica (no duplo sentido de datada e de algo que faz referência ao tempo histórico) toda identidade político-territorial". A publicidade, apesar de possuir uma interpretação a posteriori e interessada do passado, pretende-se passar como verdade histórica e não como leitura da mesma. Isso não quer dizer que o historiador considere essas concepções como homogêneas e o receptor como passivo, pois esse último reelabora a ideia que recebe "a partir do seu próprio universo interior" (CERRI, 2002, p.202).

Por meio do anúncio foi possível pensar como uma determinada época e sociedade realiza usos do passado, dizendo sobre o seu presente e sua concepção de futuro. A peça analisada interpreta Simón Bolívar atribuindo-lhe características ligadas à liberdade, explicitamente, e ao pan-americanismo, implicitamente. Relaciona-o com a (e o faz à luz da) conjuntura presente da Segunda Guerra Mundial e de aproximação brasileira dos Aliados. Em janeiro de 1942, portanto um mês antes da publicação desse anúncio, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, mas apenas em agosto daquele ano declarou guerra à Alemanha e Itália. A publicidade aponta, ainda, para uma perspectiva de futuro: as Américas unidas sob liderança dos Estados Unidos, o fim da guerra com vitória dos Aliados e o retorno de bens de consumo para os consumidores latino-americanos, então escassos, devido à guerra.

História na publicidade

Se na seção anterior analisamos como a publicidade se insere e participa do seu contexto histórico, lendo-a como possiblidade para pensar uma determinada época e sociedade, quando nos propormos a analisar a mesma peça por uma perspectiva da abordagem "história na publicidade" tomaremos a própria publicidade como objeto. Aqui nos deteremos nos interesses de sua confecção, no vocabulário político e social que utiliza (e ajuda a formular), em sua intervenção na vida social. Como essas fronteiras de abordagens não são fixas, precisaríamos saber sobre condições materiais e técnicas da época e concepções sobre a própria publicidade, coisas que já abordamos anteriormente.

Por que uma publicidade de vidros ópticos se interessaria em falar da Segunda Guerra Mundial? E por que, dentre o enorme repertório possível, escolhe fazê-lo pelo uso da figura histórica

de Bolívar? Parte dessas perguntas já foram respondidas. Primeiramente, falar da guerra seria um elemento legitimador em um momento em que o evento se tornava central na ordem do dia. Soma-se a isso o fato de que a publicidade explica a ausência dos produtos aos consumidores, sendo assim, uma propaganda institucional, daquelas que pretendem mais que o produto e a marca sejam lembrados do que mesmo incentivar a venda. A segunda pergunta em grande parte é respondida pelo contexto histórico que analisamos na seção anterior. Afinal, a publicidade além de vender, fala de ideias, valores, sonhos, desejos, expectativas, hábitos, traços da cultura... Ela representa elementos de imaginários sociais. E as consciências históricas fazem parte deles.

Entretanto, nossas perguntas são respondidas apenas parcialmente se não levarmos em conta os interesses dos publicitários, companhias anunciantes e sua ligação com políticas governamentais. Em agosto de 1940, o governo Roosevelt cria em parceria e após demanda do setor privado norte-americano o *Office for Coordination of Comercial and Cultural Relations between the American Republics*, que em 1941 passa a chamar-se *Office of Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Essa agência governamental tinha finalidades comerciais e políticas, além de promoção de ações culturais. Por isso, possuía várias ramificações que tratavam de questões de saúde, saneamento, produção de alimentos, comércio, comunicação, informação e relações culturais. (Cf. VALIM, 2017; MONTEIRO, 2010; RABELO, 2018; PRUTSCH, 2010; OLIVEIRA, 2000; MOURA, 1980; TOTA, 2000; MESQUITA, 2002; SALDIER, 2012)

Para além de conquistar mercados e se afirmar como potência nas Américas, o OCIAA tinha como objetivo afastar a influência dos países do Eixo na América-Latina e garantir que esses apoiassem os Aliados na Segunda Guerra Mundial, o que justifica sua subordinação ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Buscando a aproximação das Américas por meio da cultura, o OCIAA desenvolveu vários projetos que abarcavam produções cinematográficas (com Hollywood, Montion Picture, Walt Disney, Orson Wells), de revistas (como as versões *Seleções* em português e *Selecciones*, em espanhol, e *Em Guarda*), de peças teatrais (com as cantinas da *USO* e peças da Broadway), dentre outras, com o objetivo de promover uma boa imagem dos Estados Unidos na América Latina e vice-versa, além de consolidar a imagem do Eixo como inimigo comum, em uma época em que vários governos e atores políticos latino-americanos flertavam com o nazifascismo. (MOURA, 1980; TOTA, 2000) Após o Brasil entrar na guerra, o Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP), que era um órgão de censura e propaganda do Estado Novo, passa a contribuir com o OCIAA.

As publicidades não ficaram de fora dessa mobilização norte-americana. O OCIAA criou o *Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republic* (denominado a partir daqui de apenas *Advertising Project*), um projeto voltado para as publicidades que circulariam na América Latina (MONTEIRO, 2010; CARVALHO, 2015). O objetivo do projeto era explicar a escassez ou ausência de determinados produtos norte-americanos, garantindo mercados para o pós-guerra. As propagandas comerciais deveriam ainda auxiliar os consumidores a conservarem e substituírem os bens cujas indústrias estariam agora voltadas para a guerra. Deveria ser feita a promessa do retorno de produtos ainda melhores no pós-guerra, pois se valeriam das pesquisas e técnicas desenvolvidas durante o conflito. Esse sacrifício da espera, que seria a parcela do consumidor no esforço de guerra, aparece na peça "O libertador que não se libertou", bem como a explicação da ausência dos vidros ópticos.

O *Advertising Project* se inseria no âmago da Política da Boa Vizinhança, assim como as demais ações do OCIAA. Deveriam conter mensagens de amizade e união das Américas. A guerra era colocada como uma luta pela defesa, palavra empregada no anúncio da Bausch & Lomb aqui reproduzido, muitas vezes acrescidas do termo continental, hemisférica ou das Américas. A defensa já pressupõe o ataque, a ameaça do outro. E esse "outro" também deveria aparecer nas publicidades, enquanto inimigo comum, demonizado, mas fragilizado, porque a vitória era tida como certa. A luta contra o Eixo era representada como uma luta pela liberdade, como vimos no exemplo de anúncio analisado, mas também pela justiça e pela democracia, tidos como valores bases do *American way of life*.

O *Advertising Project* só foi oficializado em agosto de 1942, data posterior ao anúncio apresentado. Entretanto, desde 1941, o governo, companhias anunciantes e publicitários norte-americanos discutiam a formulação desse projeto, realizando, inclusive, pesquisas para pensar sua necessidade e sua implementação. Condizentes, inclusive, com os demais projetos do OCIAA e com a Política da Boa Vizinhança de forma mais ampla. Percebemos claramente que o anúncio apresentado segue exatamente as instruções daquele projeto, seu guia. Com isso inferimos, por um

lado, a presença dos publicitários na elaboração do projeto oficial e por outro que suas ideias já circulavam mesmo antes de ser oficializado.

O *Advertising Project* torna-se, dessa forma, um projeto que centraliza, orienta e controla a produção de publicidades nas Américas para que elas estejam de acordo com as concepções governamentais. Por isso, ele vai passar a sugerir *slogans* e frases de efeito – como "Américas Unidas Vencerão" – e demandar que as agências publicitárias enviem provas de seus clichês antes da publicação. Se o *Advertising Project* visa controlar sentidos nessa batalha representacional, ele não vai inventar a publicidade de guerra ligada à Política da Boa Vizinhança. Na Primeira Guerra Mundial, as agências já haviam experimentado tipo semelhante de publicidade institucional.

O *Advertising Project* é antes de tudo um esforço conjunto entre poderes públicos e companhias privadas para formalizar a prática publicitária como integrante do esforço de guerra; incentivar a maior participação de companhias nesse esforço, não deixando de anunciar na América-Latina mesmo que faltasse o produto; e tentar dominar a produção de sentidos acerca da Segunda Guerra Mundial. Com isso as publicidades não só difundem vocabulários políticos da Política da Boa Vizinhança como ajudam a construí-los. Esperavam intervir na vida social dos latino-americanos, mais especificamente no estudo de caso apresentado, dos brasileiros, e convencê-los a apoiarem os Aliados e se livrarem das influências do Eixo. Ao forjar esse passado comum de luta pela liberdade das Américas (ao contrário das concepções da América Latina como possuidora de veias autoritárias), o anúncio da Bausch & Lomb contribui para a criação de uma identidade histórica entre as Américas, que mais uma vez se comprovaria em sua pretendida união contra o nazifascismo.

(In)conclusões

Conforme demostrado em nosso estudo de caso, as histórias da, na e por meio da publicidade podem ser mobilizadas como abordagens complementares, oferecendo, a partir de ângulos distintos, uma visão mais complexa do objeto. As fronteiras entre tais abordagens são fluídas, apresentando alguns pontos em comum. A escolha de qual abordagem e quais metodologias usar depende de quais perguntas lançamos ao nosso *corpus* documental. Independentemente da escolha, entretanto, é importante que o historiador tenha ciência do leque de possibilidades e desafios de cada fonte.

Percebemos algumas convergências nas três referências metodológicas exploradas neste artigo. Primeiramente, Sant'Anna, Meneses e Barthes partem do pressuposto de que as publicidades são produções sociais e, como tal, dizem sobre determinada comunidade no tempo e espaço. Em segundo lugar, os três estudiosos pontuam o fato de que as propagandas comerciais são formadas por imagem e texto. Portanto, devemos nos atentar para os elementos de cada um deles e para a relação entre ambos no anúncio. Por último, eles ressaltam que o pesquisador deve buscar além do que a publicidade nos diz à primeira vista, do que é explícito, ultrapassando o sentido literal. Com isso, eles propõem que questionemos indícios, ligações do produto com a sociedade, sistemas invisíveis e sentidos conotados.

Nenhum deles acredita que representações se opõem às práticas sociais. Muito pelo contrário. Sant'Anna e Meneses pensam diversos elementos da sociedade através dos anúncios (concepção próxima à abordagem da história por meio da publicidade). Barthes pensa na relação entre publicidade e imaginário (próximo à história na publicidade, a qual acrescenta a contribuição para o vocabulário político e social). É possível se apropriar de elementos das metodologias propostas pelos três autores, independentemente da abordagem escolhida.

Em nosso estudo de caso, nós nos inspiramos neles: ao pensar a relação entre ideias sobre a publicidade e a própria peça resultante; ao cruzar o anúncio com outras fontes (documentos oficiais, revistas publicitárias, memórias); ao demonstrar a ligação da publicidade com as práticas sociais (tanto do *métier* publicitário quanto da Política da Boa Vizinhança); ao demostrar que as publicidades também representam expectativas (de união das Américas, de vitória e de garantia do mercado no pós-guerra) e receios (em relação ao Eixo); ao pensar que elementos legitimariam as publicidades em determinada época (como falar da Segunda Guerra Mundial, da união das Américas, usar as técnicas norte-americanas, seu caráter educativo); ao explorar elementos da cultura visual – o elemento central do anúncio (Bolívar), os atributos ou valores associados (liberdade), a origem da empresa (norte-americana), o destinatário (latino-americanos), o gesto cultural (afogado), as três mensagens, a função da publicidade de se reconhecer e identificar (como americanos).

O conhecimento das metodologias disponíveis para uso da publicidade pela história resulta na complexificação das pesquisas. Também inspira leituras menos ingênuas dos anúncios, considerando as especificidades, possibilidades, e dificuldades da fonte. Esperamos que as nossas

análises ajudem nesse sentido, ao problematizar as metodologias como ferramentas úteis aos historiadores, os quais cada vez mais se propõem a utilizar publicidades como fonte ou objeto de pesquisa.

Denominamos essa última parte de (in)conclusões, pois não oferecemos uma fórmula metodológica ao leitor. Ao contrário, esperamos ter deixado claro que ao se pesquisar publicidades é preciso se apropriar (e selecionar o que lhes sirvam) das propostas metodológicas existentes, ultrapassar uma leitura rasa baseada nos elementos explícitos e uma pitada de criatividade. Espero, sobretudo, tê-los motivado a explorar esse caminho, repleto de possibilidades e que ainda não ganhou a devida atenção. Nada mais justo que terminar um artigo sobre publicidade fazendo propaganda da área!

Referências bibliográficas:

AUMONT, Jacques. **A Imagem.** São Paulo: Papirus Editora, 1995.

BAGGIO, Kátia G. Usos de Simón Bolívar: passado e presente. Palestra na **II Semana de História da UFMG**, 2 a6 de março de 2020

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BARTHES, Roland. Sociedade, imaginação, publicidade. In: BARTHES Roland. **Inéditos.** V.3. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BRANCO, Renato Castelo; MARTESEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando(org). **História da propaganda no Brasil**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia**. Culturas híbridas**. Tradução Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ed. São Paulo: Ed USP, 1998

CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado**: publicidade e a ditadura militar brasileira (1968-1973). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Marina Helena Meira. **Right man com bossa**: as representações do Brasil e do American way of life nas propagandas comerciais em revistas de variedades brasileiras (1937-1945). Dissertação (mestrado).Belo Horizonte: UFMG, PPGHIS, 2015.

CERRI, Luiz Fernando. Ensino de História e Nação na propaganda do "Milagre econômico". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, nº 43, 2002, p. 195-224.

CERRI, Luiz Fernando. A política, a propaganda e o ensino de história**. Cad. Cedes**, Campinas, vol.25, nº67, p.319-331, set/dez 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina:** velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". In: **À Beira da Falésia** - A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002. p 71.

CHARTIER, Roger**. A História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHUEIRI, Carlos Roberto F. E, no princípio, era a verba... In: BRANCO, Renato C.; MARTENSEN, Rodolfo L.; REIS, Fernando (Org.). **História da Propaganda no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. p. 264-277.

COLUSSI, Eliana Lúcia; BALBINOT, Valmíria Antonia. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: "Povo desenvolvido é povo limpo." **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, nº28, p253-275, dez 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007

DAVID, Jacques-Louis. **Napoleão cruzando os Alpes**, 1805, pintura óleo sobre tela.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** Portugal: Presença, 1989.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargos Moraes. **"Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada":** Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora HUCITEC, História Social, USP, 1998.

GENARO, Thiago de Mello. **Práticas publicitárias:** linguagens, circuito e memória na produção de anúncios impressos no Brasil (1951-1965). 2012. 333 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GRILLO, Ma. del Carmen. "El estudio de revistas como objeto historiográfico para la historia de las redes intelectuales". **Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociale**s. Colima, Universidad de Colima, 2010, Publicación en CD-ROM.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1981.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2010.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.169-214.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande**- imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

LUCA, T. R. de . "História dos, nos e por meio dos periódicos." In: PINSKY, Carla(org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARCHAND, Roland. **Advertising the American Dream**: making way for modernity 1920-1940. California: University of California Press, 1985.

MARCONDES, Pyr. **70 anos APP**: a História de uma entidade presente. São Paulo: Associação de Profissionais de Propaganda, 2007.

MARCONDES, Pyr. **Uma História da Propaganda Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

MAUAD, Ana Maria. "A américa é aqui: um estudo sobre a influência cultural norte-americana no cotidiano brasileiro (1930-1960)". IN: TORRES, Sônia (org.) **Raízes e Rumos**: perspectivas intedisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O fogão da société anonyme du gaz. Sugestões para uma leitura histórica da imagem publicitária. **Projeto História**, São Paulo, (21), nov. 2000.

MESQUITA, A Política Cultural norte-americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das Seleções Reader's Digest 1940-1946. 2002. Dissertação (Mestrado em História das Relações Internacionais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MILCHESKI, Alana. **A publicidade na História**: análise da ideologia veiculada na revista Veja (1979-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. **A guerra como slogan**: visualizando o Avertising Project na propaganda comercial da Revista Seleções do Reader`s Digest (1942-1945). Revista Tempos Históricos, v. 14, p.154-173, 2010.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência:** A política externa brasileira de 1932 a 1945. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PECEQUILO, Cristina Soreanu**. As relações Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PRADO, Maria Ligia C.. "Bolívar em várias versões". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2007.

PRADO, Maria Ligia C.. "Bolívar, Bolívares". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1983.

PRUTSCH, Ursula. Americanization of Brasil or a pragmatic wartime alliance? The politics of Nelson Rockefekker's Office Inter-American Affar in Brazil during World War II. Passagens. **Revsita Internacional de História Política e Cultural Jurídica.** Rio De Janeiro, v2,n4, maio-agosto 2010.

QUEIROZ, Adolpho. Inventário Acadêmico e profissional da propaganda no Brasil**. Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo: PósCom-Metodista, ano 29, n. 49, p. 85-104, 2008.

RABELO, Fernanda Lima. A Hollywood da Boa Vizinhança: imagens do Brasil em documentários norte-americanos na Segunda Guerra. Jundaí: Paco Editorial, 2018.

RAMOS, Ricardo. **Do reclame à comunicação:** pequena História da propaganda no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Atual, 1987.

REIS, Fernando. "Sobre o colunismo publicitário e as publicações especializadas" In: BRANCO, Renato Castelo; MARTESEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando (org). **História da propaganda no Brasil.** São Paulo: T.A.Queiroz, 1990.

REIS, Mateus Fávaro. **Americanismo(s) no Uruguai:** os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969). Dissertação (mestrado) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, PPGHIS, 2008

Revista Publicidade (P&N), mensal, depositada no arquivo da Biblioteca Nacional, abril 1943 e agosto de 1944.

RODRIGUES, Pauline Blitzer. **Propaganda de guerra e publicidade**: expectativas para a (re)conversão econômica estadunidense no fim da Segunda Guerra Mundial (1944-1945). Dissertação (mestrado). Londrina: UEL, PPGHS, 2015.

SALDIER, Darlene J. **Americans all:** good neighbor cultural diplomacy in World War II. Austin: University of Texas Press, 2012.

SANT'ANNA, Denise Benuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. **Projeto História**, São Paulo (14), fev 1997.

SANTOS, Alex Filipe Gomes dos. Amazônia, propaganda e publicidade: o caso da fazenda da Volkswagen. **Faces da História**, v. 6, n. 2, p. 459-477, jul./dez. 2019.

SANTOS, Chrislerne Carvalho dos. História e propaganda: análise dos corpos femininos em imagens publicitáriass na década de 20. **Revista História Hoje**, v.3, p.1-29, 2007

SARMENTO, Armando Moraes. As agências estrangeiras trouxeram modernidade, as nacionais aprenderam depressa. In: BRANCO, Renato C.; MARTENSEN, Rodolfo L.; REIS, Fernando (Org.). **História da Propaganda no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. p. 20-24.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Temporalidades

A crise de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas na revista Manchete

The 1954 crisis and the suicide of Getúlio Vargas in the magazine Manchete

Antonio Robson de Freitas Rosalino
Graduando em História
Universidade Federal do Ceará
antoniorobsondefreitas@gmail.com

Recebido em: 15/11/2020

Aprovado em: 03/01/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar as imagens discursivas desenvolvidas pela revista *Manchete* na crise de 1954. Tal periódico deu cobertura para o atentado contra Carlos Lacerda e as edições publicadas no mês de agosto gestaram um discurso difamatório contra Vargas, reforçado pelo uso de diversas fotografias em suas páginas. Imprensa, Forças Armadas e partidos de oposição articularam-se para produção de uma crise no segundo mandato de Vargas, sendo que as acusações cedem lugar ao eco do lamento após o suicídio. Mais do que dar cobertura aos acontecimentos da crise, a *Manchete* tem o papel de agente ativo nos desdobramentos da crise de 1954

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Revista *Manchete*; Discurso.

Abstract: This article aims to problematize the discursive images developed by the magazine *Manchet*e in the crisis of 1954. This periodical covered the attack against Carlos Lacerda and the editions published in August will generate a defamatory speech against Vargas, reinforced by the use of several photographs on its pages. The Press, Armed Forces and opposition parties will articulate to produce a crisis during Vargas' second term, with the accusations giving way to an echo of the lament after the suicide. More than covering the events of the crisis, *Manchete* has the role of an active agent in the unfolding of the 1954 crisis.

Keywords: Getúlio Vargas; Magazine *Manchete*; Speech.

Introdução

"Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade
e saio da vida para entrar na história"
(Rio de Janeiro, 23/08/54 - Getúlio Vargas)

Com esta marcante mensagem de despedida, o presidente da República eleito democraticamente nas eleições de 1950, Getúlio Vargas, comete suicídio com um disparo de revólver no seu peito, na madrugada do dia 24 de agosto de 1954. O suicídio de Getúlio Vargas foi o desfecho de uma crise agravada pelo atentado contra Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional (partido de oposição ao governo de Getúlio durante o seu segundo mandato), no dia 5 de agosto de 1954, sendo que neste atentado a única pessoa que foi morta por tiros disparados por Alcino João do Nascimento foi o major da FAB (Força Aérea Brasileira) Rubens Vaz.

A imprensa teve uma participação muito importante nos desdobramentos dessa crise. Dentre os inúmeros veículos de comunicação que fizeram a cobertura desta crise, a revista *Manchete*, fundada em 1952 por Adolpho Bloch, também deu destaque para o clima tenso gerado pelo ambiente político após o dia 5 de agosto de 1954. De acordo com Gesner Duarte Pádua, a revista *Manchete*, ao longo de sua trajetória, se adaptou aos mais distintos momentos da história do Brasil na metade do século XX, de 1952 a 2000, sempre tentando estabelecer boas relações com os detentores do poder, alternando os seus interesses e ideias sempre de acordo com os grupos que ocupavam o poder (PÁDUA, 2013, p. 213). Tal periódico era publicado semanalmente e tinha uma concepção mais moderna, em comparação com outras publicações concorrentes, como O Cruzeiro. De acordo Ana Maria Marques, "a publicação tinha como fonte de inspiração a ilustrada parisiense *Paris Match* e utilizava, como principal forma de linguagem, o fotojornalismo." (MARQUES, 2012, p. 90). Além disso, o periódico contava com a colaboração de diversas figuras ilustres da literatura brasileira e suas páginas semanais eram caracterizadas por possuir fotografias de boa qualidade, textos concisos, abordagem de múltiplas temáticas, cobertura dos últimos acontecimentos e especiais (PÁDUA, 2013, p. 214).

Pensar os periódicos como objeto de reflexão do historiador consiste em problematizar as representações do mundo social que estão presentes nas páginas de cada publicação (CHARTIER, 1990). Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, a imprensa, como objeto de pesquisa do historiador, só começou a ganhar espaço nos escritos produzidos pela historiografia a partir da década de 1970, com o impacto da *Nouvelle Histoire* (LUCA, 2005, p. 111-118). Os discursos veiculados pela imprensa produzem uma narrativa que tem como objetivo ser "imparcial" em relação aos fatos, entretanto estes discursos estão vinculados a um conjunto de interesses. O filósofo francês Michel Foucault afirma o seguinte sobre a produção do discurso:

> [...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

De acordo com Jorge Ferreira, o segundo mandato de Getúlio Vargas no cargo máximo do Poder Executivo, de 1951 até 1954, foi afetado por uma série de problemas econômicos herdados do governo de Eurico Gaspar Dutra:

> Ao assumir a presidência da República, Vargas recebeu de seu antecessor, Eurico Dutra, um quadro de dificuldades econômicas, sobretudo com a retomada do processo inflacionário e o desequilíbrio financeiro no setor público. Assim, o projeto político de Vargas implicava, em um primeiro momento de seu governo; equilibrar as finanças públicas, debelando a inflação; a seguir, retomar o processo de crescimento econômico (FERREIRA, 2003, p. 305)

De acordo com Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, a crise de 1954 teve um cenário composto por diversos sujeitos em disputa pelo poder em meio a grande polarização ideológica da Guerra Fria em uma democracia restaurada há pouco tempo:

> [...] cada vez mais radicalmente de um lado, um presidente eleito e empossado com ampla adesão popular, senhor de grandes recursos clientelísticos e de um relativamente poderoso dispositivo parlamentar e, de outro, uma oposição ferrenha, herdeira de pesadas e ressentidas derrotas políticas em torno do qual alinhavam-se poderosos setores da sociedade civil e, cada vez mais, as forças armadas perigosamente cindidas pelas clivagens ideológicas da época. Tudo isso em meio a um cenário de grande polarização

> das relações internacionais, com o desenrolar da chamada Guerra Fria (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 23-24).

O historiador Jorge Ferreira vai apontar que os parlamentares da UDN e a grande imprensa vão querer desestabilizar o regime através da produção de uma imagem negativa sobre Getúlio Vargas. "A questão central era tirar Vargas da Presidência da República, não importando os custos" (FERREIRA, 2003, p. 307). O principal motivo pelo qual a imprensa colabora para produzir uma visão negativa sobre Vargas está relacionado ao controle e censura à imprensa durante o Estado Novo através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 27).

> Com grande espaço em toda a imprensa, a oposição difundia e manejava imagens que procuravam, ao mesmo tempo, desqualificar o governo e indignar e mobilizar contra ele a população. Caudilho, corrupto, desonesto, violento, imoral, entre outras imagens extremamente negativas, assim os conservadores se esforçaram para desmerecer o presidente (FERREIRA, 2003, p. 307)

Para exemplificar essa tentativa de apagamento de Getúlio Vargas pela imprensa, as campanhas eleitorais de 1950 ocorreram sem o mínimo anúncio pelos grandes veículos de comunicação de sua campanha política, mas Vargas conseguiu se eleger mesmo com a tentativa frustrada de promoção de um discurso que tornava ele mais próximo do ditador do Estado Novo do que de um candidato eleito democraticamente. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 28).

Inúmeros fatores contribuíram para o desfecho dramático do suicídio de Getúlio Vargas. Maria Celina de Araújo sintetizou, através de alguns tópicos, os fatores que contribuíram para a constituição de uma crise política ao longo do segundo governo de Vargas:

> - não havia, por parte das elites políticas, confiança na sinceridade de propósitos de Vargas no sentido de fazer respeitar a Constituição e as instituições políticas;
>
> - não havia, por parte do Governo, uma proposta partidária nem uma preocupação de legitimar os partidos enquanto recursos privilegiados de poder;
>
> - apesar da crise de confiança mútua entre partidos e Governo, este procura articular-se basicamente com as forças políticas conservadoras,

> relegando para segundo plano o fortalecimento dos partidos mais populares ou populistas, particularmente o PTB;
>
> - a UDN, principal alvo da conciliação buscada por Vargas, reage a essa tentativa de aproximação acionando seu poder de veto contra o Governo;
>
> - finalmente, a defesa dos interesses tidos como mais progressistas e mais comprometidos com uma política independente e nacionalista é levada a cabo pelo Governo, não através de compromissos partidários, mas pela criação de órgãos técnicos, dentre os quais merece destaque a Assessoria Econômica. (D'ARAUJO, 1992, p. 39-40)

O discurso da *Manchete*

O atentado contra o jornalista Carlos Lacerda no dia 5 de agosto de 1954, que acabou vitimando o major Rubens Vaz, acabou aumentando o mal-estar político. A Revista *Manchete* só vai mencionar tal fato na edição n.121, lançada no dia 14 agosto de 1954. A edição n. 120 lançada no dia 7 de agosto de 1954, dois dias após o atentando, publica uma entrevista acerca dos detalhes da vida de Alzira Vargas, filha do presidente e Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República nesse período (MANCHETE n. 120, 1954, p. 37-40)

Entretanto, na edição n. 121, em sua capa já estampa a foto de Carlos Lacerda e a crônica "A técnica do esquecimento", de Henrique Pongetti, já começa a insinuar a existência de possíveis laços entre a tentativa de assassinato e o Governo (MANCHETE n. 121, 1954, p. 3). As páginas seguintes irão expor Carlos Lacerda falando sobre o ocorrido e mostrará imagens do enterro de Rubens Vaz (MANCHETE n. 121, 1954, p. 4-7). Jorge Ferreira vai defender que desse momento em diante "aumentou a intensidade dos ataques ao presidente. Com habilidade, o militar foi transformado, naquele momento, no maior símbolo da luta contra o mal" (FERREIRA, 2003, p. 307-308). A partir dessa transmutação simbólica de Rubens Vaz, começam a circular boatos entre diversos grupos ligados ao poder (MANCHETE n. 121, 1954, p. 9).

Na próxima semana, a *Manchete* vai continuar cobrindo as repercussões do polêmico crime e a crônica "Hamlet no Catete", de Henrique Pongetti, vai comparar a figura de Getúlio Vargas com o príncipe Hamlet, protagonista de uma das mais famosas peças teatrais de

Shakespeare que é afligido por sua consciência por causa dos assassinatos que ele comete ao longo do enredo (MANCHETE n. 122, 1954, p. 3). Tal comparação acrescenta um tom de acusação mais forte, levando-se em consideração que a confissão do motorista Nelson Rodrigues evidenciou a participação no crime contra Lacerda de Climério Almeida, integrante da Guarda Presidencial (MANCHETE n. 121, 1954, p. 8).

Uma série de fotos mostrando pessoas lideradas por parlamentares de oposição realizando enérgicos protestos no centro do Rio de Janeiro e a reportagem "A nação inteira exige a punição dos criminosos" revela a habilidade que a oposição de Vargas conseguiu em alastrar o discurso em favor de sua renúncia (MANCHETE n. 122, 1954, p. 5-7). Ao analisar os discursos veiculados diariamente pelos jornais de oposição nessa época, Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman demonstram que:

> A partir daí, a mobilização dos recursos editoriais e ideológicos por parte dos principais jornais oposicionistas foi praticamente completa e definitiva. Todos os desdobramentos do incidente foram explorados por eles, desde o primeiro instante, no intuito de estabelecer a responsabilidade mais ou menos direta do presidente no episódio e assim forçar sua renúncia ou deposição (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 30)

Na mesma edição, também é dado destaque para as intensas buscas da Aeronáutica para encontrar Climério de Almeida, sendo o que mais chama a atenção é o forte armamento e o grande aparato militar (com cães farejadores, helicópteros, aeronaves e paraquedistas) em busca de uma única pessoa dentro da mata de Tinguá (MANCHETE n. 122, 1954, p. 8-9). A Força Aérea Brasileira vai se responsabilizar pelas investigações sobre o que aconteceu na rua Toneleros, e o "grupo encarregado das investigações, pela total liberdade de ação, ficou conhecido como "República do Galeão"" (FERREIRA, 2003, p. 308).

Na edição n. 122, ainda há uma reportagem intitulada de "87 "anjos" da guarda para um só Presidente", de Darwin Brandão, em que este autor traça a trajetória da relação de longos anos entre Gregório Fortunato e Getúlio, a dissolução da Guarda Presidencial por ordem de Getúlio, além de afirmar enfaticamente que ela seria formada por capangas com experiências em tiroteios e revoluções, em outros termos, pistoleiros (MANCHETE n. 122, 1954, p. 11-14)

Na seção "Política em preto e branco", de Pedro Gomes, as notícias "O atentado e o regime", escrita por volta de 12 de agosto, e "Os boatos e os fatos", falam sobre a tensão desde a tentativa de assassinato de Lacerda e sobre como as Forças Armadas estão se mobilizando acerca da crise. Em "Os boatos e os fatos" fica explícito como já se deu início, dentro das Forças Armadas, uma discussão sobre a imposição da renúncia através dos militares, ou seja, um golpe (MANCHETE n.122, 1954, p. 17). Tal como destaca Jorge Ferreira, as articulações para a promoção deste golpe já estavam sendo pensadas desde 11 de agosto de 1954:

> Nesse momento, a oficialização da FAB, se encontrava em estado de rebelião contra o presidente, exigindo sua renúncia. A Marinha, arma tradicionalmente hostil à Vargas, encampou a tese ao lado do Exército. Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três Forças discutiram livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência de Eduardo Gomes, ouviram de vários colegas de farda discursos inflamados de pregação do golpe (FERREIRA, 2003, p. 308)

É importante ressaltar que as Forças Armadas possuíam uma relação com Getúlio Vargas marcada por diversas fases, com aproximações e distanciamentos (CARVALHO, 2005, p. 102-117). Dentro do próprio meio militar, não existiam ideias hegemônicas compartilhadas por todos os que integravam esse conjunto. Um exemplo disso fica claro quando se observa as disputas entre os "nacionalistas" e os "antinacionalistas" dentro do Clube Militar (FILHO, 2003, p. 111-114). Sem falar que as relações com os militares haviam sofrido um desgaste desde fevereiro de 1954, mês em que foi divulgado o "Memorial dos coronéis", um documento expressando as insatisfações da média e baixa oficialidade (FILHO, 2003, p. 116-117).

A edição n. 123, vai trazer criar uma imagem mais sentimental de Getúlio Vargas. Os discursos com insinuações e acusações serão substituídos por um aspecto de lamentação diante do suicídio do chefe do Poder Executivo. Isso fica bem evidente na terceira página desta edição em que uma foto de Getúlio Vargas dentro do caixão é acompanhada pelo título "Desfecho trágico de uma carreira triunfante" (MANCHETE n. 123, 1954, p. 3). Nas páginas subsequentes, são exibidas uma ampla gama de fotografias de pessoas extremamente

emocionadas diante do ataúde de Vargas, personalidades políticas e membros da família Vargas realizando sua última despedida (MANCHETE n. 123, 1954, p. 4-7). A escolha dessas imagens vai de encontro ao que afirma Susan Sontag:

> A caçada de imagens mais dramáticas (como, muitas vezes, são definidas) orienta o trabalho fotográfico e constitui uma parte da normalidade de uma cultura em que o choque se tornou um estímulo primordial para o consumo e uma fonte de valor (SONTAG, 2003, n.p.)

Carlos Borges Júnior explica como as imagens se relacionam com a construção de narrativas e a produção de sentidos para os acontecimentos:

> Na produção de imagens, o jornalismo utiliza-se da linguagem-texto, fotografias, gravações, entre outras formas, para a construção de narrativas. Essas distintas formas de narrar possuem a função de possibilitar que as pessoas experienciem a singularidade do acontecimento noticioso, projetando ao pensamento múltiplas visualidades com as suas potências construtoras de sentidos e significações. (JÚNIOR, 2017, p. 112)

A seção "Os últimos instantes do Presidente Vargas" elabora uma narrativa detalhada do cenário crítico que se formou ao redor de Getúlio nas últimas semanas e cria uma imagem dramática do suicídio, além da reprodução integral de sua carta de despedida na página seguinte (MANCHETE n. 123, 1954, p. 8-10). Na mesma edição em que a capa do periódico ressalta a inesperada morte do presidente haverá também espaço para a apresentação de Café Filho como um político capacitado para ocupar o cargo máximo do Poder Executivo e que, assim como seu antecessor, tinha fortes laços com os sujeitos das classes populares (MANCHETE n. 123, 1954, p. 67-70).

Ao observar toda a veiculação de uma imagem negativa sobre Getúlio e uma súbita mudança de tom após sua morte, pode-se concordar com Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman quando postulam o seguinte:

> O curioso é observar que o suicídio determinou que seus adversários iniciassem imediatamente o retoque na imagem de Vargas. O perfil até então construído teve que ser refeito - não coincidia com os atos que agora se revelavam. O homem tinha também grandeza, patriotismo, honestidade e, para alguns era um estadista. Assim, com um intervalo de algumas horas, um novo retrato de Vargas começava a ser apresentada ao público. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 44)

A "Agitação nas ruas de Norte a Sul" expõe diversas fotografias que revelam a grande mobilização de trabalhadores nas ruas de várias cidades do Brasil em reação a morte de Getúlio (MANCHETE n.123, 1954, p.72-73). A grande agitação que se gerou pode ser pensada não somente como uma resposta a morte de um corpo físico, mas como a morte de um corpo que simbolizava e personificava o trabalhismo (MARCELINO, 2019, p. 79). Jorge Ferreira, no artigo "O carnaval da tristeza", demonstrou como o sentimento de indignação foi manifestado pelas multidões contra sedes de partidos, embaixadas, estabelecimentos comerciais e jornais (FERREIRA, 1994, p. 61-96). No dia 30 de agosto de 1954, a *Manchete* vai lançar uma edição extra com a cobertura do translado de Vargas até o Rio Grande do Sul e com detalhes sobre seu enterro no cemitério de São Borja (MANCHETE ed. Extra, 1954). O funeral de Getúlio Vargas pode ser interpretado não só como um acontecimento, mas também como uma liturgia cívica que está atrelada aos usos políticos e deliberados do passado juntamente com o âmbito do imaginário social (MARCELINO, 2011). Ainda nesta mesma edição especial, a revista faz um breve resumo de como a morte de Getúlio Vargas foi noticiada pelos mais relevantes veículos de comunicação internacionais (MANCHETE ed. Extra, 1954, p. 27).

Logo depois do lançamento de sua edição extra, a *Manchete* estampa na capa da edição de n. 124 a foto de Café Filho e a crônica "O homem do Brasil", de Henrique Pongetti, continua tecendo ofensas contra o presidente que faleceu e exalta a figura de Café Filho como um sujeito capaz de ocupar o cargo de Presidente da República, além de também fazer alusão a uma suposta ação da Providência que removeu Vargas e colocou Café Filho no seu lugar (MANCHETE n. 124, 1954, p. 3). Os elogios direcionados para Café Filho fazem parte da tentativa dos meios de comunicação de reduzir os impactos provocados pelo suicídio de Vargas. "A posse do vice-presidente garantiria o restabelecimento da ordem e da paz" (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 39).

A reportagem "Os inimigos de Vargas" trazem as manifestações de seus adversários políticos acerca do inesperado suicídio de Vargas, entretanto cabe ressaltar que o conteúdo dessa reportagem mais do que mostrar o tom de lamento dos sujeitos que discordavam Vargas evidencia uma tentativa de minimizar o atuante papel da oposição na construção da crise de 1954 (MANCHETE n. 124, 1954, p. 14-15). A *Manchete* dá continuidade na sua tentativa de

reformular a imagem de Vargas na mesma edição com a apresentação de diversas fotos de diferentes momentos de sua vida (MANCHETE, n. 124, 1954, p. 21-25). A relação entre as imagens e o tempo é explicitada por Carlos Borges Júnior:

> Nas imagens há tempo (cronologias, anacronias, temporalidades múltiplas). Basta que uma surja como centelha e traço luminoso, para que outras se desprendam do lugar em que estão e simplesmente apreçam em forma de acontecimento, colocando em relação eventos próximos ou distantes. O jornalismo registra esses eventos dialógicos de tempo e imagem em suas narrativas do presente (JÚNIOR, 2017, p. 112-113).

Considerações finais

Segundo Leandro A. Seawright, amparando-se nas reflexões desenvolvidas por Michel de Certeau, a História possui uma relação bastante íntima com a morte:

> A força de *Θάνατος*, *Thánatos*, a da morte, apresenta- se ao historiador que, como vivo, beira à morte e a concita ao desafio de remodelagem em sua escrita da História: não que dê a vida ao morto para além da linguagem, mas que dê o morto à narrativa por presente. Se para o historiador a escrita da História é uma escrita de mortos, ele mesmo incorre na estratégia do passado que propõe decifrar: é um moribundo que, segundo Certeau, invoca os espectros e os analisa – procede necropsia para jogar com metáforas, na "subversão dos mundos", na escrita sub- reptícia – "desse ponto de vista, o escritor é também o moribundo que tenta falar" (CERTEAU, 1998, p. 303 apud SEAWRIGHT, 2017, p. 386).

A tentativa de compreender como a *Manchete* participa da crise de 1954 é uma tarefa complexa em razão da mistura de interesses políticos com argumentos em suas páginas. Conforme apontam Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman:

> O que torna particularmente difícil a análise da atuação da imprensa no processo é justamente essa complexa e ao menos contraditória mescla de puro e simples facciosismo com um posicionamento ideológico democrático-liberal. Ou seja, a mescla de interesses e posições inegavelmente particulares, ou idiossincráticos, com preocupações, argumentos e interesses mais amplos, ou sistêmicos (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 45).

As edições da Revista *Manchete* analisadas ao longo do texto evidenciam como este periódico elaborou uma narrativa para crise de 1954. Através do uso de fotografias e textos, a *Manchete* tentou mobilizar seus leitores contra Getúlio Vargas por meio da afirmação de um

discurso que insinuou o interesse e a responsabilidade de Getúlio pelo atentado da rua Toneleros. Seja por meio do tom corrosivo presente nas crônicas de Henrique Pongetti ou por intermédio das reportagens com o uso de fotografias, a *Manchete* elaborou uma trama acusatória em que todos os caminhos apontavam para a direção de Getúlio Vargas.

A força política da oposição, as Forças Armadas e a imprensa aparecem nas páginas da revista diversas vezes. A imagem desses agentes não é exibida com uma conotação negativa na *Manchete*, mas sim como elementos louváveis que buscam justiça contra o crime cometido contra Carlos Lacerda e Rubens Vaz. As acusações que pesaram contra Vargas foram feitas sem nenhum receio de estarem equivocadas e amplificadas ao máximo possível com o propósito de desestabilizar seu governo.

Ao longo das semanas do mês de agosto de 1954, a *Manchete* mostrou seu pensamento alinhado aos grupos que possuíam interesses contrários aos de Vargas e colocou-se à disposição para divulgar e intensificar cada vez mais os argumentos desses grupos. O repentino suicídio de Vargas fez com que a *Manchete* mudasse a sua retórica acusatória para um discurso com um caráter de lamentação. Mais que o fim de um corpo material, a morte de Vargas representa o fim da vida de um símbolo trabalhista. O perecimento do presidente vai abalar a democracia recém-instalada no Brasil. O modo como a imprensa vai alterar a imagem construída em torno de Vargas após o suicídio não ameniza a força da ação de uma multidão de sujeitos revoltados contra o suicídio em várias cidades brasileiras.

Essa relevante mudança no modo de se expressar da *Manchete* deixa mais claro ainda a maneira como a revista gestou um forte discurso difamatório contra Getúlio Vargas, além de explicitar uma tentativa de diminuir sua participação na crise de 1954. Ao fazer a cobertura da agitação política e dos acontecimentos desse período, a *Manchete* deixa de ser somente um veículo de informações e passa a desempenhar um papel de agente ativo na constituição da crise de 1954.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954.** In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: **democracia, partidos e crise política.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

FERREIRA, Jorge. **As crises da República: 1954, 1955 e 1961**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **O carnaval da tristeza: os motins urbanos de 24 de agosto**. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

JÚNIOR, Carlos Borges. Linguagem e narrativa, jornalismo e literatura: a construção das imagens de Amazônia na revista Manchete da década de 1980. **Verso e Reverso**, v. 31, ed. 77, p. 111-124, 2017.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 120, 7 de agosto de 1954.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 121, 14 de agosto de 1954.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 122, 21 de agosto de 1954.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 123, 28 de agosto de 1954.

MANCHETE, Rio de Janeiro, ed. Extra, 30 de agosto de 1954.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 124, 4 de setembro de 1954.

MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 125-144, 2011.

MARCELINO, Douglas Attila. O lugar do "outro mundo" na percepção da nacionalidade: cartas e pedidos ao "São Tancredo". **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 77-99, feb. 2019.

MARQUES, Ana Maria. O envelhecimento na década de 80 e o tema na Manchete. **Projeto História**, São Paulo, 2012, v. 45, p. 87-11 2, 2012.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, p. 213-222, 2013

SEAWRIGHT, Leandro A. Teoria da História – a escrita, o lugar do morto e do assombro: diálogos com Michel de Certeau. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 375 - 401. maio/ago. 2017.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Temporalidades

O Golpe Civil-Militar e os usos da fotografia na *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* - edições de 31.03.1964 e 02.04.1964

The Civil-Military Coup and the uses of the photography in the *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* – March 31,1964 and April 02, 1964 issues

Thomas Dreux Miranda Fernandes
Doutorando em História
Universitá Degli Studi di Cagliari
thomas.dreux.fernandes@gmail.com

Recebido em: 14/11/2020
Aprovado em: 25/01/2021

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os usos da fotografia e compreender suas intenções dentro da construção narrativa jornalística nos periódicos *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* durante o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, tratando especificamente das edições publicadas nos dias 31.03.1964 e 02.04.1964. A análise se justifica na necessidade de compreensão dos diferentes usos das linguagens disponíveis e da construção narrativo-discursiva como uma forma de criar novos entendimentos sobre disputa discursiva e suas consequências na apreensão do que foi a Ditadura Civil-Militar e sua relação com parte da imprensa nacional. Para tanto, a partir de uma proposta de desconstrução analítica das imagens e tendo como base teórica o conceito de Dialogismo proposto por Mikhail Bakhtin/Volóchinov, foram observadas através de variações no uso da linguagem fotográfica algumas diferenças de abordagem entre as duas publicações.

Palavras-chave: Regime Civil-Militar; Fotografia; História da Imprensa; Dialogismo.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the uses of photography and understand the intentions of such use within the journalistic narrative construction in the newspapers *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil* during the 1964 civil-military coup in Brazil, dealing specifically with the issues published in the days March 31, 1964 and April 2, 1964. The analysis is justified by the need to comprehend the different uses of available languages and narrative-discursive construction as a way of creating new understandings about discursive dispute and its consequences in apprehending what was the Civil-Military Dictatorship and its relationship with part of the national press. Therefore, starting from a proposal of analytical deconstruction of the images and having as a theoretical basis the concept of Dialogism proposed by Mikhail Bakhtin / Volóchinov, some differences in approach between the two publications were observed through variations in the use of photographic language.

Palabras clave/Keywords: Civil-Military Regime; Photography; History of the Press; Dialogism.

Apresentação

Uma fotografia, diferente de um texto escrito, é uma mensagem que se apresenta de maneira aberta, ou seja, não há um conjunto de regras objetivas a serem seguidas tanto na sua produção quanto na sua leitura e interpretação. Seus limites são, assim, flexíveis em ambas as etapas do processo comunicativo. A fotografia se apresenta também como um código contínuo – os significados estão sempre em transformação e mudam a cada nova interação entre imagem e seu público leitor, proporcionando um constante movimento entre as possibilidades de leitura das imagens e os diversos repertórios, criando diferentes significações de uma mesma fotografia. (BONI, 2002, p.39). E é justamente a noção de interação e movimento constante que fundamenta a presente reflexão: Valentin Volóchinov (2018), membro do Círculo de Bakhtin, propõe que a significação no enunciado se constrói justamente a partir das diversas possibilidades de interação.

Um jornal, ao mesclar a linguagem imagética das fotografias com a linguagem verbal do texto, proporciona um encontro de códigos gramaticalizados e não gramaticalizados – um analfabeto não consegue ler uma manchete, porém lê uma fotografia. Ao fazer isso dá-se a interação necessária a ambas as formas de texto – verbal e visual – veremos adiante que a relação das fotografias com as legendas e demais textos é fundamental para que o leitor se localize e localize um evento dentro de determinado contexto histórico. Acrescentamos ainda uma camada de leitura da fotografia que a tornou tão útil e sedutora para a imprensa, enquanto ferramenta discursiva, a fotografia nasce no meio de um contexto científico-positivista e será usada como modo de declarar que se está dizendo a verdade, ou então, como representação física da verdade. Porém, ao mesmo tempo a fotografia pode ser usada para mentir. Paradoxalmente, é preciso reconhecer que é exatamente por causa do seu momento de nascimento que a fotografia se permite mentir, pois uma boa mentira só é boa quando parece ser crível. (MARRA, 2017).

Assim, o que propomos é tentar indicar e compreender qual o papel da fotografia na formulação discursiva dos periódicos *Folha de S.Paulo* e *Jornal do Brasil,* partindo da decomposição analítica da linguagem fotográfica utilizada nas imagens dos eventos ligados ao golpe civil-militar de 1964[1]. Destacando a importância da interação entre imagens e textos, e procurando, portanto,

[1] Para a realização da presente análise foram consultados os arquivos digitalizados do periódicos disponíveis em: https://acervo.folha.com.br/index.do e https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC . O arquivo do *Jornal do Brasil* possui a vantagem de estar disponibilizado de forma inteiramente gratuita e, na maioria dos casos, conservado com mais qualidade. Último acesso em: 25.01.2021.

sair do plano aparência do real indicada na superficialidade do discurso jornalístico e fotojornalístico, aprofundando-se em direção à essência desse discurso, ou seja, sua necessária relação com o contexto, horizonte social e realidade material. (FIORIN, 1988). O Regime Civil-Militar que se instalou no Brasil em 1964, teve em grande medida seus alicerces fundados em uma disputa narrativa que tomou como pontos centrais a chamada "ameaça comunista", a "defesa da democracia e liberdade" e o "amor aos valores do Brasil e dos brasileiros". Dentro dessa disputa, a participação dos grandes órgãos de imprensa ganhou relevância, especialmente em um contexto de crescimento do alcance da imprensa junto à opinião pública. Os anos 1960 viram nascer a força mobilizadora da televisão, os jornais impressos, contudo, ainda possuíam importância comunicacional consolidada também graças à fotografia e, no caso de alguns periódicos brasileiros, graças à aproximação ideológica ao regime, que trouxe, por sua vez, retribuições materiais significativas para a manutenção e crescimento de tais jornais. (DIAS, 2019, p.473). Por fim, é também importante destacar o fato de que uma proposta de análise histórica feita quase sessenta anos depois carregará consigo as particularidades de seu tempo e de seu horizonte social.

Objeto de Estudo

Na primeira metade do século XIX, quando Joseph Nicéphore Niépce, Louis Jacques Mandé Daguerre e Antoine Hercule Florence[2] tornaram possível a apreensão e impressão da realidade, escrevendo com a luz, a reprodução do mundo em imagens era ainda muito ligada à habilidade dos pintores e desenhistas. O ato de fotografar a realidade passou a carregar nas suas reproduções um pedaço dessa realidade através da continuidade química no papel e simbólica no imaginário de seus leitores (DUBOIS, 1993, p. 98). No início, as imagens dedicavam-se a retratos e cartões de visita – modalidades com muito espaço entre as classes sociais mais elevadas, criando uma espécie de auto representação da burguesia em ascensão - em seguida, dedica-se às imagens de viagens e documentação social. Exprimindo a vontade de narrar o mundo, surge, assim, uma estética que resume o pensamento da classe burguesa dominante. (GUADAGNINI, 2010).

Nascida, portanto, da síntese entre Ciência, Arte e Indústria, a fotografia foi possível graças ao contexto no qual surgiu - o século XIX reuniu as condições materiais, intelectuais e

[2] Niépce (1765-1833) em 1822, ao criar a heliografia foi o primeiro a imprimir uma imagem, porém com uma exposição de oito horas, Daguerre (1787-1851) realizou em 1839 a fixação da imagem em uma placa de cobre. Florence (1804-1879) nasceu na França, passou a maior parte da vida no Brasil, em 1833 imprimiu a imagem de uma câmera escura no papel. A descoberta isola da fotografia no Brasil foi reconhecida em 1976 no Instituto de Tecnologia de Rochester.

teleológicas para que a humanidade criasse tal suporte como ferramenta de apreensão e interpretação da realidade. Ainda no século XIX, a fotografia passou a fazer parte das publicações da imprensa[3]: os trabalhos de Roger Fenton na Guerra Criméia (1855), ao lado da cobertura de Matthew B. Brady na Guerra de Secessão nos EUA (1861-1864), são considerados eventos inaugurais do fotojornalismo. (FREUND, p.97). A partir daí, surgiram outras formas de fazer fotojornalismo, como demonstraram os trabalhos de denúncia social de Jacob Riis na década de 1880 - que, graças à invenção do flash, retratou as condições de vida de imigrantes europeus e hispânicos em Nova Iorque -, o documentarismo social de Thomas Annan em Glasgow, os registros de Paris feitos por Charles Marville antes da reforma urbana no século XIX ou ainda, nos anos 1900, as fotografias de Lewis Hine - expoente da "Straight Photography[4]" - denunciando o trabalho infantil em diferentes pontos dos EUA, com uma proposta de construção comunicativa clara, as imagens eram cenas compostas e vinham sempre acompanhadas de legendas. (GUADAGNINI, 2010).

Contudo, a grande alteração na prática cotidiana do fotojornalismo e na leitura das imagens se deu na década de 1920[5], mais precisamente em 1925 e 1927, quando foram lançadas as câmeras Ermanox e Leica, respectivamente. Para Freund (1993), tal mudança tecnológica deu ao fotojornalismo agilidade, versatilidade e descrição – características fundamentais para um maior alcance temático mas, sobretudo, para a realização de fotografias que não contassem com o consentimento do fotografado, possibilitando uma espécie de "roubo" do momento. Altera-se, portanto, a relação material entre o fotógrafo e o real, em outras palavras, através das novas câmeras fotográficas a interação do fotógrafo com o mundo no qual ele está inserido se alterou, e dessa forma, mudaram também o olhar e os registros produzidos. Nesse sentido, na Alemanha, Erich Salomon[6] inaugurou o fotojornalismo moderno (FREUND, 1993), o que se viu no início do século XX foi uma demonstração de uma escolha, da preferência por imagens imperfeitas, porém mais próximas do real justamente por sua capacidade de veridicção:

[3] Somente em 1904 um jornal diário publicou uma fotografia, tratou-se do periódico inglês *Daily Mirror*.
[4] Na primeira metade do século XX a "Fotografia Direta" nasce em oposição ao Pictorialismo e a ideia de manipulação das imagens e negativos. O objeto era reforçar as características da linguagem fotográfica como apreensão do real.
[5] Nos anos 1920 as imagens já eram usadas em diversos órgãos de imprensa, especialmente revistas: *Vu* (França), *Time Life* (EUA), *AIZ* (Alemanha). Destacando um novo patamar de objetividade tendo a fotografia como prova do real.
[6] Salomon (1886-1944), inaugura a "Fotografia Cândida em seu livro "Contemporâneos Célebres Fotografados em momentos inesperados" (1931), estilo que através de seus testemunhos do cotidiano consolidou o fotojornalismo.

> A força conceitual da fotografia, de toda fotografia, mas podemos acrescentar de forma mais determinante a força da fotografia de reportagem, está de fato no "corpo a corpo" […] e na sua capacidade de sugerir que alguém (o fotógrafo), em um determinado momento, se encontrava efetivamente de frente a tal sujeito e se relacionava com este, era uma testemunha e finalmente, de frente à imagem poderá dizer: "aconteceu". (GUADAGNINI, 2010, p. 65).

Robert Capa e Henri Cartier-Bresson[7]; na primeira metade do século XX, contribuíram, através da Agência Magnum criada em 1947, não só a dar velocidade, veridicção e dinamismo para a difusão de informações através de imagens, mas também a expressar uma ideia, um ideal através da fotografia.

O caso do fotojornalismo brasileiro carrega consigo um atraso nas atualizações técnicas que denuncia a dependência sistêmica do país desde o momento de sua independência. Já no final do século XIX, o objetivo das publicações era, antes de qualquer outra coisa, o lucro, afinal essa já era a fórmula para a sobrevivência. De acordo com Boni (2002, p.214), o *Jornal do Brasil* é um exemplo, pois nasceu como uma publicação monarquista e trocou de roupagem ideológica para continuar existindo. A primeira publicação jornalística brasileira que contou com fotografias foi a Revista *A Semana* publicada em 1900. Ainda que, nesse momento, não tenha atingido as publicações de massa, abriu-se o caminho para outros periódicos adotarem a fotografia enquanto forma de aprofundar a expressão. (KOSSOY, 2014, p.90). Em 1928, a Revista *O Cruzeiro,* representou um grande avanço em termos de linguagem fotográfica ao ir além do que estava sendo feito nos periódicos cotidianos, ou seja, ao invés de publicar apenas fotografias esparsas na edição, pela primeira vez na imprensa brasileira, passou-se a tentar construir uma narrativa documental com as fotografias publicadas. (BONI, 2002, p.223).

A presente reflexão, portanto, toma a fotografia como elemento central de análise dos enunciados por suas características expressivas que permitem diferentes usos e interpretações através de uma única imagem. Uma fotografia, por não estar inserida em uma estrutura formal de códigos como um texto verbal, pode ser lida e interpretada por qualquer individuo e de diferentes maneiras. (BONI, 2002). Assim, foram selecionados os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil,* pois, de um lado e, de acordo com Dias (2020), a partir da década de 1950 o diário paulista

[7] Pseudônimo de Enre Enrö Friedman (1913 – 1954), Capa cobriu os maiores conflitos armados da primeira metade do século XX trabalhou para a revista *Life* e fundou a Agência *Magnum* ao lado de David Saymour, George Rodger e Cartier Bresson (1908 – 2004), este último, célebre por criar o conceito de "momento decisivo" começou seu percurso iconográfico na pintura e nos anos 1930 migrou para a fotografia.

passou a se modernizar e aumentar sua representatividade no país e, do outro lado, o *Jornal do Brasil,* devido a sua estrutura e ao acolhimento editorial dado a fotografia, tinha uma atuação fundamental enquanto propulsor de um fotojornalismo brasileiro autoral. (ALVES, 2017)

Para tentar identificar semelhanças, coincidências e discordâncias na cobertura proposta por cada jornal e procurar entender o papel das fotografias na construção dos diferentes discursos, utilizaremos o método da Desconstrução Analítica (BONI, 2002), ao decompor a imagem fotográfica identificando as técnicas e elementos de linguagem fotográfica utilizados na construção das imagens, busca-se identificar a mensagem que se queria transmitir. É necessário destacar que tal proposta metodológica nasceu da tentativa de mapeamento da intencionalidade do fotógrafo ao realizar uma imagem, podendo gerar distorções e diminuir o tamanho da intencionalidade do órgão de imprensa, ou ainda subvalorizar o modo como a interação entre legendas, chapéus, manchetes e demais textos da página de um jornal servem como mediadores e guias para a realização das intencionalidades em termos de significação. Para tal, a proposta do presente artigo é aproximar a Desconstrução Analítica ao conceito de Dialogismo proposto em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e que está no subtexto da ideia da fotografia como um código aberto e contínuo. (VOLÓCHINOV, 2018).

Contexto político: João Goulart, 1964 e o golpe

Para uma compreensão mais abrangente do que foram os eventos de 1964, as personagens e seus comportamentos, propomos um pequeno percurso ao longo dos anos que precederam a tomada do poder por parte dos militares. O golpe civil-militar, iniciado pelas Forças Armadas brasileiras na noite do dia 31 de março de 1964, completou-se no dia seguinte e foi o resultado político institucional do aumento da tensão política e social - muitas vezes proposital por parte de alguns atores reacionários da sociedade brasileira - acumulada durante ao menos três anos, especialmente após a renúncia, em 1961, do então presidente Jânio Quadros (União Democrática Nacional – UDN) e a posse de seu vice, João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB[8]).

Em agosto de 1961, João Goulart estava em viagem diplomática na China quando recebeu a notícia de que Jânio Quadros havia renunciado. Nesse momento, o Brasil viveu uma primeira tentativa de tomada do poder por parte de setores conservadores da sociedade com a

[8] Na época votava-se separadamente para Presidente e Vice, podendo ser eleitos candidatos de partidos diferentes.

anuência e colaboração de parte dos militares, impedida, porém, pela "Campanha da Legalidade"[9] – apoiada fortemente pelo baixo escalão das Forças Armadas. (GOMES & FERREIRA,2014. p. 42). Uma vez no cargo, Jango dedicou-se às pautas trabalhistas, e também se colocou favorável ao direito à elegibilidade das patentes mais baixas das forças armadas, grupo que foi fundamental para que ele pudesse assumir o cargo. A reinvindicação pela possibilidade de participação nas eleições levou, em 1963, o movimento dos sargentos a uma sublevação e à tomada, por parte de seiscentos membros da Aeronáutica e Marinha, dos prédios do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), da Estação Central da Rádio Patrulha, do Ministério da Marinha, da Rádio Nacional e do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos no Rio de Janeiro[10]. (LAMARÃO, 2020)

O ano de 1964 foi o momento em que as Reformas de base entraram em discussão. Estas, além de alterações na organização administrativa, bancária, universitária e eleitoral, propunham uma robusta reforma agrária e a extensão do direito ao voto para analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, além da possibilidade de elegibilidade para todos os cidadãos. (GOMES & FERREIRA,2014). Ao longo dos anos e graças também ao apoio de determinados jornais de grande circulação nacional, construiu-se a noção de que João Goulart partilhava de um radicalismo ideológico que aproximava o Brasil de outras nações comunistas e que poderia levar o país a um possível regime comunista, embora suas propostas políticas fossem apenas de reforma social. Alguns dos grandes periódicos brasileiros, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa,* se colocaram favoráveis à tomada do poder pelos militares. (GOMES & FERREIRA,2014, p.42).

Nota-se aqui a importância do cenário internacional e da disputa que estava estabelecida entre os dois grandes blocos político-econômicos ao longo da Guerra-fria. De um lado, o bloco socialista-comunista, com grande destaque para a União Soviética e, de outro, os Estados Unidos, organizando o chamado bloco capitalista. A narrativa e construção do medo e perigo comunista que as instituições estadunidenses difundiram ao redor do planeta no pós-II Guerra Mundial

[9] Um golpe militar foi evitado naquele momento graças a ação política do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), que organizou a resistência, contando a princípio com o apoio de alguns poucos militares, especialmente do baixo escalão – sargentos, cabos, soldados, uma rádio gaúcha e parte da sociedade civil, com o tempo, e a formação da Rede de rádios pela legalidade, obteve o apoio de grande parte da população do Rio Grande do Sul e também do III Exército. Com isso o Congresso que lutava pela legalidade passou a ter mais força contra Junta Militar. Cabe destacar que a tensão fora enorme e chegou-se muito próximo de uma guerra civil, Jango optou por voltar ao Brasil de sua viagem à China, chegando a Porto Alegre.

[10] Cortou-se a comunicação com Brasília e com o resto do país, poucas horas depois o movimento foi debelado por forças do exército e seus participantes presos.

obteve resultados práticos fundamentais para a manutenção da hegemonia dos EUA, sobretudo no continente americano – no caso brasileiro, a aliança com os EUA se estabeleceu ainda durante o conflito mundial e contou entre outros acordos com contrato de cooperação militar entre as partes desde o início dos anos 1950[11] (GREEN & JONES, 2009).

De volta ao contexto brasileiro e ao mandato de João Goulart, o que se viu foi um crescente aumento da oposição, especialmente entre o empresariado, proprietários rurais, elites urbanas e parte dos militares, sobretudo os de alta patente. No dia 13 de março daquele ano, cerca de 150 mil pessoas se reuniram em comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual o então presidente da república anunciou de maneira oficial as reformas de base, a nacionalização de refinarias estrangeiras de petróleo e um plebiscito para a formulação de uma nova constituição (GOMES & FERREIRA,2014. p.270). A partir desse momento, militares, membros da UDN e agentes do governo dos EUA, com apoio de uma parcela importante da população[12], passaram a organizar a deflagração de um golpe de estado. O mês de março de 1964 foi chave para o agravamento das tensões e para a escolha da via autoritária por parte dos golpistas, que contaram com o apoio de parte da sociedade civil, confederações industriais e grupos da Igreja Católica, estes, logo após o comício da Central do Brasil, organizaram a Marcha da família com Deus pela Liberdade em São Paulo se opondo ao governo de Jango e tentando dar legitimidade aos opositores militares (LAMARÃO, 2020).

No espaço de poucas semanas, se desenrolou no Rio de Janeiro a Revolta dos Marinheiros. No dia 25 de março de 1964, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, era comemorado por cerca de dois mil marinheiros o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, ilegal naquele momento e apoiadora das reformas de base de Jango. O então ministro da Marinha, Silvio Mota, emitiu ordem de prisão e enviou um grupo de fuzileiros para o local – que, ao invés de prenderem os marinheiros, aderiram à revolta. Nota-se, portanto, a cisão que existia dentro das próprias Forças Armadas em torno do governo de João Goulart e suas propostas de reformas sociais para o país. Acrescentando água na fervura, o presidente da república emitiu ordem proibindo a invasão da sede do Sindicato. Silvio Mota, em reação, demitiu-se, os marinheiros, presos, deixaram o prédio somente no dia seguinte. Jango,

[11] A cooperação entre os dois países foi contínua nas décadas de 1950 e 1960, militares brasileiros de alta patente frequentavam escolhas militares nos EUA. Nos meses que antecederam ao golpe de 1964 foi organizado um conjunto de operações batizado de "Operação Brother Sam" que tinha por objetivo auxiliar os militares brasileiros.
[12] É importante ressaltar que neste momento os grupos políticos golpistas se declaravam democráticos, pois o movimento era, de acordo com seus executores, uma tentativa de frear um suposto golpe comunista no Brasil.

contudo, anistiou os revoltosos no dia 28 do mesmo mês, o que causou insatisfação nas altas patentes por quebra de hierarquia (LAMARÃO, 2020). Faltava, porém, o pretexto final para o golpe. No dia 30 de março de 1964, Jango, a convite, foi a festa de posse da nova diretoria da Associação de Sargentos e Suboficiais da Marinha no Rio de Janeiro. Em reportagem da Revista *O Cruzeiro,* publicada em 10 de abril de 1964, poucos dias após a consolidação do golpe, é apresentado um breve roteiro que foi a ida do presidente à reunião no Automóvel Clube carioca.

> Há alguns meses a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Ministério da Justiça (a que optou pelo serviço federal) convidara o Sr. João Goulart para se fazer presente à festa do 40.º aniversário da entidade, convite êste adiado, a pedido do próprio Sr. Goulart, para outra oportunidade. Sentindo, porém, o Presidente, que se avolumavam as críticas contra a sua orientação julgada "quebrantadora da hierarquia e disciplina militares", principalmente no caso dos marinheiros chefiados pelo Cabo José Anselmo, quis dar uma demonstração de força e prestígio junto aos escalões menores das Fôrças Armadas, aceitando a homenagem que lhe seria prestada pelos subalternos sediados na Guanabara, que aceitavam a sua orientação. (CARNEIRO, 1964)

Vê-se novamente e, nesse caso, colocado no próprio discurso de parte da imprensa, a cisão existente dentro das forças armadas. Este foi o último discurso de João Goulart. Partiu no dia seguinte o golpe e chegamos, assim, ao início da nossa análise do discurso fotográfico: no dia 31 de março, jornais de todo o Brasil relataram e retrataram a ida de João Goulart ao Clube Militar, assim como sua fala em seu último evento como presidente da república.

Decomposição analítica das fotografias

31/03/1964 – Folha de S. Paulo

A capa desta edição do jornal apresenta três fotos, distribuídas aproximadamente cada uma em um dos terços da página. Nos dedicaremos à fotografia colocada mais ao alto, ligeiramente maior que às demais. A imagem está colocada abaixo da manchete: "Os Clubes Naval e Militar tomam posição conjunta" e emoldurada pelo subtítulo: "Calma e exaltação" e pela legenda: "O presidente no Automóvel Clube do Rio, momentos antes de proferir violento discurso, ouviu com calma oito oradores", posicionada abaixo da fotografia.

A imagem, dividida em dois planos principais e com ângulo de tomada em leve mergulho[13], traz, no primeiro plano, João Goulart, colocado de modo quase centralizado, sutilmente deslocado à esquerda – refletindo, talvez, seu posicionamento político – além disso, é

[13] Trata-se do tipo de ângulo de tomada da fotografia no qual o fotógrafo coloca-se acima do tema ou objeto a ser fotografado, é muito usado quando o objetivo é desvalorizar o sujeito retratado.

possível identificar algumas garrafas, flores e microfones sobre a mesa. No momento do registro, o então presidente estava levemente cabisbaixo, olhando para baixo enquanto – e como indicado na legenda – ouvia o discurso de outro orador. Ao seu lado direito, é possível identificar um homem, provavelmente membro do Clube Militar, pois está fardado; do outro lado – à direita na imagem - há outro homem sentado, também levemente cabisbaixo No segundo plano da fotografia, atrás da mesa e, em pé, é possível visualizar e contar outros oito homens, alguns fardados outros não, todos muito próximos indicando a provável lotação do evento registrado.

Imagem 1: *Folha de S. Paulo* Edição N°12.707 de 31 de março de 1964

— Brasil continua

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

ANO XLIV ★ São Paulo — Terça-feira, 31 de março de 1964 ★ N.º 12.707

Brasil preocupa EUA

Os Clubes Naval e Militar tomam posição conjunta

Calma e exaltação

JG e a crise: Não permiti violencias

O Clube Militar e o Clube Naval marcaram para hoje, no Rio, reunião conjunta, em que tomarão uma posição comum em face dos ultimos acontecimentos.

As diretorias de ambas as entidades, deliberaram a sede do Clube Naval, na noite de ontem, cabendo o Rio no Nacional e dirigir-se-ão para o Clube Militar, que se dividiram em duas comissões permanente.

O presidente, no Automovel Clube do Rio, momentos antes de proferir violenta discurso, ouvia com calma alto oficiais

Plano para matar Arrais em Maceió

Folha de S. Paulo Edição N°12.707 de 31 de março de 1964. Disponível: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1440&anchor=4448415&origem=busca&originURL=. Último acesso: 13/11/2020.

É possível observar que o registro foi feito a uma distância de alguns metros da mesa em que estava o presidente e demais pessoas. Apesar do plano americano – reconhecido por ressaltar os elementos humanos na imagem construída - provavelmente a foto foi tirada através do uso de uma lente teleobjetiva, permitindo o enquadramento mais próximo dos indivíduos retratados e gerando um achatamento dos planos. Há um cuidado em relação ao enquadramento para que aqueles retratados no primeiro plano não sejam cortados - o orador, entretanto, teve parte de sua cabeça cortada da imagem, indicando a intenção do fotografo de enfatizar aqueles que estavam

sentados à mesa. Nessa mesma imagem, é possível observar que a nitidez focal não se altera muito nas diferentes partes da fotografia, com um ligeiro favorecimento ao primeiro plano no qual está o então presidente da república, reforçando o caráter documental da principal imagem da capa do jornal naquele dia.

Ao retratar o presidente da república de perto e com uma expressão pensativa, a fotografia permite a transmissão de uma noção ambígua: estava ele atento ao discurso de seu interlocutor e, simultaneamente, pensando no discurso que faria? É possível observar aqui uma identificação e interação fundamental entre a imagem e o trecho da legenda: "[...] momentos antes de proferir violento discurso, ouviu com calma oito oradores" – dado que, a partir da leitura da legenda, a imagem carrega, transmite e *pode significar* esse momento de espera do presidente antes de falar. A quantidade de pessoas reunidas atrás da mesa e daquele que profere um discurso no momento do registro denotam a importância daquele momento para o contexto no qual a foto foi registrada e publicada.

Assim, o discurso *violento* e a *calma* identificados no subtítulo e no texto da legenda da primeira fotografia, estariam retratados na expressão ambígua do presidente – novamente, a interação com a legenda e demais textos dispostos na capa do jornal é fundamental para a significação da imagem. É necessário destacar que as palavras *violento* e *calma* são, nos textos citados, as únicas carregadas de subjetividade e de juízo de valor por parte do periódico. Assim, tomando sempre o contexto da época como ponto de partida, é possível inferir que a *violência* imputada ao discurso pode ser consequência do momento instável de pré-golpe militar no qual o governo de João Goulart estava inserido e sabia que se aproximava, e que, nesse momento, Jango fez a escolha por um discurso que reforçava as diferenças entre seu governo e as intenções dos golpistas. Ao mesmo tempo, o uso do termo *calma* em relação às falas de oradores pertencentes ao clube militar e naval, pode indicar o fato de que tais grupos políticos eram parte do grupo de militares apoiadores de Jango, mas também às tentativas do presidente de frear as manifestações e insubordinações dos oficiais de baixa patente, como vimos acima.

Com isso, é possível afirmar que, do ponto de vista formal, a imagem propõe realizar o que pode ser chamado de "fotojornalismo objetivo" ou, ainda, pretende transmitir a ideia de documentar o evento muito mais do que interpretá-lo – construindo um enquadramento que visa colocar os personagens na cena de modo discursivamente direto, buscando reduzir ao máximo os ruídos enunciativos que a fotografia pode proporcionar. Além disso, a editoria do periódico

procurou expor os personagens, mas principalmente o presidente da república, de maneira sóbria. O subtítulo e a legenda, contudo, indicam o fato de que o discurso foi exaltado - porém - ele ouviu seus interlocutores com calma, a imagem apresenta assim uma figura ambígua, sem expressar nem a citada exaltação, tampouco extrema tranquilidade. Essa construção ajuda a promover a ideia de que o jornal *Folha de S. Paulo* está tentando retratar o fato de maneira distante, sem envolvimento político-ideológico, sem subjetividade. Entretanto, as expressões indicadas, *violento* e *calma,* ao ligarem-se à fotografia, acrescentam subjetividade e juízo de valor do periódico ao ocorrido.

31/03/1964 – Jornal do Brasil

Na capa da edição do *JB* de 31 de março de 1964 foi publicada apenas uma fotografia. A imagem foi disposta no alto e centro da página de maneira simétrica deixando espaço para textos nas laterais, localizada logo abaixo da manchete que destacava: "Clube Militar dá apoio ao Clube Naval". Imediatamente acima da imagem encontra-se o subtítulo "Reforma para sargentos", além disso, a legenda abaixo da foto informa: "O Presidente João Goulart falou longamente das reformas e disse que deseja disciplina nas Forças Armadas".

Em termos de linguagem fotográfica nota-se, dada a aproximação do objeto e achatamento dos planos, que a imagem foi produzida através do uso de lente teleobjetiva e disposta em Primeiro Plano ou *Close-Up*. Tal combinação técnica também contribui e faz uso da redução da profundidade de campo[14] – apresentando notável diferença focal entre o que está no centro da imagem em primeiro plano e as periferias e plano de fundo da foto – este é um recurso muito usado para enfatizar o objeto, isolá-lo do ambiente e destacar a fisionomia do sujeito retratado. Nessa imagem, João Goulart está colocado de modo centralizado no enquadramento – dedicado, graças ao Primeiro Plano, a seu rosto, capturado de maneira frontal em um leve ângulo de *contra mergulho*[15], revelando em detalhes sua expressão no momento em que discursava. São visíveis os elementos do momento em que Jango discursa: no primeiríssimo plano, ou seja, à frente do presidente, é possível identificar o microfone e também sua mão direita apontando. Ao fundo, é possível observar outras pessoas, entre eles, o que está imediatamente atrás do presidente, porta um chapéu militar. Destaca-se o fato de que a mão de João Goulart encobre

[14] Profundidade de campo trata-se basicamente da área que está nitidamente focalizada em uma imagem para além do ponto central focado. Depende de três fatores básicos: abertura do diafragma, distância focal e distância de tomada.
[15] Trata-se do tipo de ângulo de tomada da fotografia no qual o fotógrafo coloca-se abaixo do tema ou objeto a ser fotografado, é muito usado quando o objetivo é valorizar o sujeito retratado.

parcialmente o rosto de um de seus interlocutores a seu lado, retratado com os olhos fechados. O jogo de sombras, de grande destaque na fotografia em branco em preto, faz-se visível também no rosto do presidente da república, metade iluminado, e metade na sombra.

Imagem 2: *Jornal do Brasil* Ano LXXIII Edição N°75 de 31 de março de 1964

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Terça-feira, 31 de março de 1964

CORTESIA

Camponeses e fazendeiros em tiroteio (Pág. 12)

Clube Militar dá apoio ao Clube Naval

REFORMAS PARA SARGENTOS

O Presidente João Goulart falou longamente nas reformas e disse que deseja disciplina nas Fôrças Armadas

Goulart pede aos sargentos acato a seus superiores

Reincidência

Magalhães exige que a hierarquia seja respeitada

ACHADOS E PERDIDOS

Jornal do Brasil Ano LXXIII Edição N°75 de 31 de março de 1964 Disponível: https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR Último acesso: 13/11/2020.

O enquadramento aproximado e centralizado, recortado no rosto de João Goulart, revela a expressão do então presidente no momento em que discursava. São nítidas, portanto, suas expressões: testa e olhos franzidos são indicadores da veemência, irritação e, possivelmente, certa dose de nervosismo em sua fala. Da mesma forma, o punho cerrado e o dedo apontado transmitem a ideia de acusação ou, em outra leitura, de ordem-imperativa. Pode-se inferir, a partir do que foi exposto até o momento, que a imagem privilegia do ponto de vista estético-formal a emoção do orador no momento do discurso. Além disso, há um jogo com a subjetividade na recepção do leitor, dado que o jogo de luz e sombra carrega um aspecto sombrio, incerto, nebuloso quanto ao destino do presidente e da nação que pode ser inferido a partir de uma leitura dos cânones sígnico-imagéticos.

É importante sublinhar o fato de que novamente, assim como na capa do jornal *Folha de S. Paulo*, há uma interlocução entre a imagem e o que está descrito no subtítulo, legendas, mas principalmente com o contexto político do momento. As propostas de reformas sociais defendidas pela agenda política de Jango que foram tema de seu discurso – destacadas, inclusive, pelo subtítulo e legenda do periódico - eram também razão de polêmica entre apoiadores e opositores do governo: tal aspecto ajuda a explicar a noção de força ou nervosismo que a imagem carrega e que, no caso do periódico anterior, está retratado nas noções ambíguas apresentadas na interlocução de *calma* e *violência*. Neste caso, porém, a interlocução criada na construção do sentido do discurso do periódico pode reivindicar que a irritação e firmeza do presidente são resultado da dificuldade política de se realizar as pretendidas reformas, deixando a ambiguidade para a imagem, uma vez que a percepção das emoções dependerá do leitor e da interação que este irá realizar, a partir de seu repertório, com o que o jornal propõe..

Do ponto de vista formal, a fotografia escolhida para a capa desta edição do *Jornal do Brasil* joga com os códigos abertos da fotografia justamente por explorar não apenas as dimensões emocionais do indivíduo retratado - dado o momento do recorte do tempo e do espaço - mas também por propor a flexibilização da subjetividade do leitor, que navega entre a ideia de nervosismo ou firmeza de João Goulart de acordo com sua leitura do momento político social que o país atravessava. Há uma clara preferência por parte da editoria do periódico em sublinhar a pauta das reformas sociais propostas pelo presidente, em destaque não apenas no subtítulo e legenda, mas também no retratá-lo como orador e não como ouvinte. Há aqui, portanto, uma diferença fundamental em relação à *Folha de S. Paulo*, essa seria uma maneira de construção discursiva e narrativa de acordo com a linha editorial do *Jornal do Brasil,* talvez em concordância com as pautas políticas propostas por Jango ou ao menos em um sentido contrário ao movimento golpista que se articulava.

02/04/1964 – Folha de S. Paulo

Apesar da crescente agilidade da imprensa brasileira e suas possibilidades técnicas, os jornais diários ainda levavam algumas horas para absorver os fatos. Dessa forma, julgamos mais interessante fazermos um salto para o dia 02 de abril de 1964, momento no qual é possível perceber algumas das consequências do golpe perpetrado no dia anterior, especialmente na construção discursiva dos periódicos. Um aspecto que deve ser ressaltado e que serviu de critério para a escolha das páginas e fotografias analisadas neste item, é o fato de que a capa da *Folha de*

S.Paulo do dia 02/04/1964 não manteve bom estado de conservação no arquivo do periódico e na sua versão on-line, dificultando e praticamente impossibilitando a visualização das imagens. É interessante, contudo, observar quais foram as informações apresentadas nas manchetes, legendas e chapéus. Tal interação se mostra fundamental para a compreensão das razões da escolha das imagens que foram impressas na página n° 6 do *1°Caderno* do periódico naquela ocasião, assim como na comparação com o *Jornal do Brasil* como veremos adiante. Abro aqui um pequeno parêntese para tratar da citada dificuldade de conservação das imagens: o que vemos nesse caso é uma dificuldade técnica material de conservação das páginas, mas principalmente das imagens em preto e branco impressas. Pensar tal questão é central para termos sempre em mente a importância dos aspectos materiais necessários à realização das atividades intencionadas e o modo como isso altera a interação com o meio. No caso da presente análise, nos obriga a olhar para outras páginas da edição o que, a princípio, pode parecer negativo, uma vez que, em teoria, a capa reúne o que havia de mais importante a ser publicado naquele dia. Por outro lado, porém, nos permite observar outros aspectos da publicação que talvez, em uma primeira leitura, passasse desapercebido.

Imagem 3: *Folha de S. Paulo* Edição N°12.709 de 02 de abril de 1964

Folha de S. Paulo Edição N°12.709 de 02 de abril de 1964. Disponível: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1442&anchor=4420674&origem=busca&originURL=&pd=bdbafdd43e3b7e860ae6a73dcbaf566a Último acesso: 13/11/2020.

Passemos então ao *1° Caderno* daquele dia: na página n°6 estão reunidas 13 fotografias dos últimos dias com o seguinte título: "Fotos da crise". Emoldurando as três fotos horizontais diagramadas no meio da página estão 10 retratos de alguns dos principais personagens políticos do momento, apontando quais daqueles sujeitos ali retratados se colocaram a favor ou contrários ao movimento golpista. A nossa análise, porém, irá se dedicar apenas às fotos horizontais. Na primeira das três fotos colocadas horizontalmente no centro da página é possível observar, a partir de um plano médio apresentando uma interação equilibrada entre os sujeitos e o contexto - em um ângulo de contra-mergulho, realçando os elementos em cena –, quatro homens, um dos quais está abaixado, sobre um púlpito hasteando uma bandeira. Ao fundo, é possível observar um edifício que parece ter no mínimo dois andares devido a quantidade de janelas retratadas, além uma árvore grande no terço vertical esquerdo da imagem. O fotógrafo fez a escolha por uma

grande profundidade de campo, dado que não se vê grandes diferenças na nitidez focal nos diferentes planos e elementos da imagem, embora o segundo plano esteja um pouco menos nítido. Também é possível dizer que tal fotografia foi feita com uma lente teleobjetiva, não só pela aproximação dos sujeitos retratados mas também pelo visível achatamento de planos, característico desse tipo de lente. Destacamos outros dois aspectos centrais para a interpretação desta fotografia, o chapéu da foto: "Boato iça pendão" e a legenda: "O boato correu: JG renunciou. Logo as bandeiras brasileira e paulista foram hasteadas no Mackenzie". Estes dois elementos indicam a necessidade de leitura das informações escritas para a apreensão completa da razão da publicação daquela imagem, e sobretudo de sua relevância ao retratar indivíduos aleatórios hasteando tais bandeias na Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo, local que tornou-se célebre pelas reuniões de apoiadores ao regime civil-militar.

Logo abaixo, outra imagem também feita com lente teleobjetiva, aproximando os elementos e achatando os planos, enquadra em plano médio, ângulo normal e com profundidade de campo média, um grupo de aproximadamente vinte soldados no que parece ser a escadaria de uma praça – graças a essa escolha de distância focal média, garante-se o foco e a atenção no primeiro plano, desfocando levemente o fundo. Na foto, é notável o fato de que muitos dos soldados retratados estão olhando para o fotógrafo no momento do registro, alguns sorriem, uns parecem estar comendo, outros apenas observam e alguns outros ainda - especialmente no canto direito embaixo da foto - estão de capacete reforçando a ideia da possível proximidade de um combate. Novamente a interação com o texto escrito se faz fundamental para a compreensão da intenção discursiva do jornal e do como a fotografia foi usada nesse sentido, o chapéu indica: "Democracia: um ideal" e a legenda: "Sorrisos joviais maream a última 'boia' antes do embarque. Agora vão combater em nome da democracia". Neste caso, é notável o fato de que os soldados retratados vão, nas palavras do jornal, defender a democracia. Há aqui, portanto, uma concordância da escolha lexical e discursiva da *Folha de S.Paulo* com o discurso oficial das forças golpistas que depuseram João Goulart em nome de uma suposta ameaça comunista e consequente ruptura democrática, razão pela qual o movimento autoritário foi chamado por seus membros de "revolução". Além disso, nota-se também o aspecto genérico da imagem retratada e da cena construída com auxílio das legendas: não há qualquer indicação de onde a cena ocorreu e para onde aqueles soldados estariam indo, expondo a intenção do jornal de transmissão de uma ideia – "as forças armadas apoiam e defenderão a democracia" – e não de um fato concreto que tenha ocorrido em determinado lugar.

A última das três fotos analisadas é um plano geral interno em mergulho do que parece ser um ginásio, uma vez que é possível observar algumas traves de um gol do que provavelmente era uma quadra poliesportiva e uma grade de proteção no segundo plano. No primeiro plano, o registro feito com uma lente grande angular – aumentando o tamanho da cena registrada – consegue captar uma mesa com diversos papéis sobre, e um grande grupo de homens aglomerados, sobretudo no lado que estava de frente para o fotógrafo. Novamente a relação com o texto escrito é fundamental, revelando mais uma vez uma postura e intenção do jornal em transmitir a essência do momento, especialmente entre os apoiadores do golpe, além de promover a ideia de um possível combate a curto prazo, ainda que nesse caso sejam fornecidas informações mais especificas. O chapéu diz: "A ordem é mais gente" e a legenda: "Mais gente para a luta é a palavra de ordem. E o alistamento de voluntários foi aberto ontem no DEFE". O editorial da mesma edição reafirma a proposta discursiva apresentada nas imagens e nas suas interações com pequenos textos e legendas. Destaco um trecho final que, após defender a ação dos militares indicando-a como um movimento legal e de retomada da democracia, transmite a intencionalidade do jornal

> Assim se deve enxergar o movimento [golpista] que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecendo o primado da Constituição e do Direito. Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei. (EM DEFESA DA LEI…, 1964, p.3).

02/04/1964 – Jornal do Brasil

Ao contrário do que vimos na edição da *Folha de S. Paulo*, no caso do *Jornal do Brasil,* os arquivos estão bem preservados e é possível analisar as imagens, textos e legendas sem qualquer problema. Dito isso, indicamos que, das seis fotografias publicadas na capa da edição do dia 02 de abril de 1964, analisaremos em profundidade apenas uma. As razões para tal são a ausência de espaço para um aprofundamento analítico de todas as imagens e por julgarmos que essa imagem dialoga de maneira mais direta com o que já analisamos do jornal *Folha de S.Paulo,* na sua capa ou na página n°6 do *1° Caderno.* Assim, na capa desta edição, vamos nos deter à primeira foto que aparece ao alto e no canto esquerdo da página. Sem dúvida alguma é a fotografia de maior força expressiva da capa: publicada em preto e branco, nela se pode observar as silhuetas de dois

soldados, um colocado em primeiríssimo plano no canto direito da imagem em frente ao que parece ser um veículo militar, e o segundo soldado bem no meio no que se pode chamar de segundo plano, dado que ao fundo há ainda um terceiro plano onde se vê a entrada de um edifício. A fotografia, feita em plano médio - retratando os soldados em interação com a rua e a chuva que caía com força no momento do registro –, também apresenta uma pequena profundidade de campo, pois observa-se que o espaço de focagem nítido restringe-se principalmente ao soldado enquadrado no meio da imagem, no qual revela-se o uso de uma abertura maior do diafragma, necessário para a entrada suficiente de luz, dado que a fotografia foi feita durante à noite.

Imagem 4: *Jornal do Brasil* Ano LXXIII Edição N°77 de 02 de abril de 1964

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 2 de abril de 1964

Ano LXXIII — N.º 77

FIEL ATÉ DEBAIXO DA ÁGUA

VITÓRIA EST.Á NAS RUAS

GOULART RESISTE NO SUL E O CONGRESSO EMPOSSA MAZZILLI

O CAMINHO DA REVOLUÇÃO

Jornal do Brasil Ano LXXIII Edição N°77 de 02 de abril de 1964 Disponível: https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640402&printsec=frontpage&hl=pt-BR Último acesso: 13/11/2020

Além disso, a fotografia foi feita em um ângulo de contra-mergulho, colocando-se levemente abaixo da altura dos soldados. Normalmente esse recurso é usado para enfatizar o objeto retratado, mas acreditamos que, nesse caso, trata-se de um recurso técnico muito bem executado pelo fotógrafo Evandro Teixeira que procurou, através do ângulo de tomada e da composição contra luz - ressaltando o contraste do preto e branco -, indicar e enfatizar a

presença da forte chuva. Ao mesmo tempo em que a imagem é estática, pois os soldados estão parados, a chuva não foi completamente congelada pela velocidade do obturador, pois este não poderia estar ajustado de modo muito rápido para que entrasse a quantidade de luz adequada. Cria-se, assim, o efeito de cavalgadura, ou seja, deu-se movimento aos pingos de chuva, criando um forte efeito estético. Por fim, devemos destacar a enorme habilidade técnica do fotógrafo ao trabalhar com condições de iluminação limitadas, em meio à chuva e, a partir de tais condições materiais, construir uma noção de contraste e tonalidade que ajudam a reforçar alguns elementos do dia e do contexto político daquele momento no país. A imagem de um soldado na chuva, durante a noite, no meio da rua, rodeado por outros militares aponta, ao mesmo tempo, o respeito deste sujeito às ordens que lhe foram dadas e à hierarquia militar, assim como a excepcionalidade do evento – a tomada do poder político no país. É possível ainda considerar que Evandro Teixeira fez uma construção imagética e simbólica bastante sombria daquele momento, talvez expressando o que era a interpretação dele do fato e que passou pelos filtros institucionais da edição do jornal.

Ainda a respeito dessa foto, destacamos novamente a interação com o chapéu e a legenda. O primeiro diz: "Fiel até debaixo d'água", reforçando a hierarquia militar e seu papel na tomada do poder, especialmente se considerarmos que, como vimos acima, uma das principais justificativas para a deflagração do golpe dadas por seus executores foram revoltas e insubordinações das baixas patentes que apoiavam João Goulart e suas propostas de reformas sociais. Já a legenda diz: "Sozinho na chuva, um soldado do Exército controla a situação durante as comemorações da vitória". Neste caso, a interação é múltipla, com o contexto citado das turbulências geradas pelas baixas patentes e nesse momento, é o soldado que está "sozinho na chuva" defendendo o golpe realizado por seus superiores, ao mesmo tempo a interação trata da vitória de maneira mais objetiva e sem grandes detalhes. Cabe ainda destacar que, apesar da foto ao lado apresentar um aspecto mais alegre da vitória, essa foto, em específico, não apresenta nada que pareça merecer comemoração, indicando que o periódico não se opunha necessariamente à interpretação que o fotógrafo tinha feito daquele momento.

O enunciado fotográfico e o Dialogismo

Valentin Volóchinov[16], em 1929, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem,* busca indicar uma direção geral do pensamento marxista sobre a linguagem e quais devem ser seus pontos metodológicos fundamentais. Ao partir de uma síntese dialética entre a filosofia neokantiana da linguagem e a sociologia marxista, procura supera-las através da construção de uma teoria do enunciado concreto, criando um conceito unificador que se baseia na noção de que "[...] a interação discursiva é a realidade fundamental da linguagem". Para tal, Volóchinov aponta para a necessidade de construção de uma *filosofia do signo ideológico*, noção que toma o signo como o aspecto da linguagem que pode ser preenchido de ideologia com diferentes funções – para o autor, a ideologia é formada e formadora da consciência através da realidade material, ou seja, através do próprio signo ideológico[17]. Esse, por sua vez, se constitui através da interação social que constrói das representações, refratadas pelos interesses de classe, realizando uma síntese dialética da formação ideológica do signo. (VOLOCHINOV, 2018, p.98). Nesse sentido, o autor indica o fato de que o elemento da linguagem que cumpre o papel de signo, não só é determinado pelo real, mas também, ao refletir e refratar esse real, contribui para a formação do real, o que é para ele "O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade sígnica, isto é, *a luta de classes*". (VOLÓCHINOV, 2018, p.112).

Assim, encontramos elementos teórico-conceituais que ajudarão a compreender a origem do conceito de *Dialogismo* e o modo como as condições materiais do funcionamento da linguagem estabelecem um fundamento importante para refletirmos sobre os usos da linguagem e enunciados fotográficos na construção discursiva da imprensa. Volóchinov (2018) considera que cada período histórico e grupo social terão suas formas discursivas rotineiras de comunicação ideológica: "Portanto, a *classificação das formas do enunciado deve apoiar-se na classificação das formas de comunicação discursiva.* Já essas formas são inteiramente determinadas pelas relações de trabalho e pelo regime sociopolítico". E prossegue:

> Como sabemos, todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação. Portanto, *as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições próximas da sua*

[16] Para esclarecimentos sobre a autoria e contexto da obra, sugerimos a consulta do ensaio introdutório de Sheila Grillo, tradutora e filóloga, publicado junto à última edição em português de *Marxismo e Filosofia da Linguagem.*

[17] É necessário destacar que em 1929, momento de publicação da primeira edição de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* a obra *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*; escrita por Karl Marx e Friedrich Engels não havia sido publicada, algo que ocorreu apenas em 1933.

> *interação.* A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo. (VOLÓCHINOV, 2018, p.109).

Para o autor, diversas classes podem usar a mesma língua ou construção simbólica e, dessa forma, em todo signo ideológico irão se cruzar desejos e interesses multidirecionados. O signo se transforma assim em espaço da luta de classes. Os signos, portanto, enquanto *significação,* não podem ser retirados dessa disputa, pois é justamente o fato de estar onde está que o torna capaz de fazer uma interpretação social viva, carregando consigo a *dialética interna do signo*. Dessa forma, é necessário historicizar um enunciado e sua construção discursiva, de forma a nos mantermos próximos ao seu movimento ontológico, à sua participação e usos na luta de classes. O autor soviético indica de que maneira a participação da e na disputa social viva é o que mantém o movimento constante de formação da linguagem enquanto processo, e vai além, sublinha o fato de que o signo não é uma abstração, mas - como dissemos -, o real refletido ou refratado e é, ao mesmo tempo, parte do real. No trecho abaixo, o autor aponta para a diferença de interação com as alterações sociais a partir de uma perspectiva de classe que é dominante:

> Em condições normais da vida social, essa contradição contida em todo signo ideológico é incapaz de revelar-se em absoluto, pois na ideologia dominante o signo ideológico é sempre um pouco reacionário, em uma espécie de tentativa de estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social, ou seja, de enfatizar a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje. Isso determina a particularidade do signo ideológico de refratar e distorcer a realidade dentro dos limites da ideologia dominante. (VOLÓCHINOV, 2018, p.114).

Podemos considerar então que um periódico contribui para essa reflexão e refração da realidade material do contexto social em que está inserido de acordo com seus interesses de classe. No caso do período analisado, o posicionamento dos jornais em relação ao golpe civil-militar e a ideia de que este se colocava como uma defesa da democracia e dos ideais nacionais brasileiros são, em sua essência - ultrapassando a aparência democrática-ufanista - uma defesa do ponto de vista material das ambições da classe burguesa dominante em um momento que tais interesses se viram ameaçados pelas propostas reformistas de João Goulart. Nesse sentido, retomamos Fiorin (1988), que ao analisar o sentido construído nos discursos de João Castello Branco[18], aponta como se deu a narrativa completa do regime a partir da noção de que a luta existente no interior da sociedade fora algo implantado de fora para dentro:

[18] Primeiro general que ocupou o cargo de presidência da república no Brasil nos primeiros anos do regime-civil militar permanecendo no cargo entre (1964-1967).

> A "disciplina do trabalho" era necessária para aumentar a taxa de mais-valia, que levaria a uma acumulação maior, que propiciaria o desenvolvimento. Para conseguir a paz social, era preciso desencadear uma repressão muito grande. Para isso, era mister controlar o Aparelho Repressivo do Estado e, por isso, Goulart derrubado. A competência necessária para derrubar Goulart era o poder das armas. Isso, porém, o discurso oculta e substitui por uma hipotética vontade popular". (FIORIN, 1988, p.102).

Dessa forma, identificamos os enunciados jornalísticos, e o uso que é feito nestes do fotojornalismo como uma ampliação da noção monológica e fixa de determinados signos ideológicos que a classe dominante atribui aos elementos: *democracia, liberdade, pátria,* uma vez que - como vimos - dos periódicos analisados, a *Folha de S.Paulo* é de propriedade de uma família que naquele momento defendeu abertamente os interesses burgueses, e o *Jornal do Brasil* inseriu-se na lógica capitalista e entendeu, no início do século XX, a necessidade de adequação ideológica para a garantia de seus lucros e sua consequente existência material.

Neste ponto, passamos então a tratar da importância do conceito de *significação* no processo de construção do sentido procurando sintetizar o que é interno e externo ao sujeito – o que nos leva a aproximações com a noção de *intencionalidade* proposta por Boni (2002). Para Volóchinov (2018), a vivência interior e sua expressão exterior são resultados de uma mesma realidade, pois a *significação* é a expressão do signo com outras realidades. O signo material pode ser único, porém, o que ele significa não é uma realidade independente e isolável. Com isso, o autor procura demonstrar como as duas áreas se interligam apontando para essa síntese dialética que acontece quando o pensamento sai do contexto da consciência para o contexto da ideologia.

> Essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre o interior e o exterior, se realiza sempre reiteradamente na palavra, em cada enunciado, por mais insignificante que seja. Em cada ato discursivo, a vivência subjetiva é eliminada no fato objetivo da palavra-enunciado dita; já a palavra dita, por sua vez, é subjetivada no ato de compreensão responsiva, para gerar mais cedo ou mais tarde uma réplica responsiva. Como já sabemos, toda palavra é um pequeno palco em que as ênfases sociais multidirecionais se confrontam e entram em embate. Uma palavra nos lábios de um único individuo é um produto da expressão viva das forças sociais. (VOLÓCHINOV, 2018, p.140).

O que se vê, portanto, nesse constante movimento entre interior e exterior na formação do signo ideológico é a necessidade da interação com a realidade material, de forma que o mundo interior do indivíduo se adapte às possibilidades de expressão, sendo também capaz de subjetivar o que será a resposta material na realidade, consolidando o enunciado enquanto diálogo. No caso da análise aqui apresentada, estamos falando das seguintes alternativas de interação que se

refletem na expressão da imprensa, por exemplo: fotos em preto e branco, condições de impressão das imagens, seu arquivamento, o gênero jornalístico e a relação entre textos verbais e não-verbais. A interação entre essas duas formas de texto permitem, uma determinada formulação interior tanto por parte do repórteres de texto e editores quanto por parte dos fotógrafos. No caso da análise dos enunciados da imprensa, a própria interação fotografia-legenda é uma forma autônoma de enunciado e reforça a importância da interação com o texto escrito para todo tipo de imagem tanto a *documental-objetiva* quanto a *expressivo-interpretativa*. Tais aspectos modificarão a *avaliação* e formulação do sujeito – jornalista ou fotojornalista - que constrói o enunciado. Este sujeito, porém, através de sua responsividade, estará também alterando tal realidade material, sobretudo se considerarmos que a fotografia impressa, além de um suporte discursivo comunicacional, é também a continuação material química de um determinado evento. Seguindo o raciocínio de Volóchinov (2018), diferentes compreensões responsivas irão gerar diferentes alterações da realidade e consequentemente diferentes leituras e novas reações responsivas. Tal noção é potencializada através do suporte da fotografia, dado que este é composto de códigos abertos e contínuos que, como dissemos, está menos ou quase nada sujeito a coerções normativas. Nesse sentido, Volóchinov (2018) é preciso ao indicar o processo de interação:

> Todavia, a consciência como uma expressão material organizada (no material ideológico da palavra, do signo, do desenho, das tintas, do som musical etc.) é um fato objetivo e uma enorme força social. Entretanto, essa consciência não se encontra acima da existência nem pode determiná-la de modo constitutivo, pois a consciência é uma parte da existência, uma das suas forças e, portanto, possui a capacidade de agir, de desempenhar um papel no palco da existência. Enquanto a consciência permanece na cabeça daquele que pensa como um embrião verbal da expressão, ela é apenas uma parte muito pequena da existência, com um campo de ação reduzido. No entanto, quando ela passa todos os estágios da objetivação social e entra no campo de força da ciência, da arte, da moral, do direito, ela se torna uma força verdadeira, capaz até de exercer uma influencia inversa nas bases econômicas da vida social. [...] ela já era um pequeno acontecimento social, e não um ato individual interior, na forma primaria vaga de um pensamento e uma vivência instantâneos. (VOLOCHINOV, 2018, p.212).

Assim, chegamos à ideia central da obra, o conceito de Dialogismo que aponta para a interação entre enunciados como a realidade fundamental da língua. O enunciado, portanto, por mais elaborado e finalizado que esteja, é apenas um momento do discurso, da comunicação. Estamos sempre produzindo discurso a partir do que o nosso auditório nos disse, como esperamos que ele reaja e como socialmente avaliamos ser a melhor forma de interação

responsiva, ou seja, um enunciado é "apenas um momento da *constituição* ininterrupta e multilateral de uma dada coletividade social. [...] A comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta". (VOLÓCHINOV, 2018, p.219). Esse conceito e sua aplicação devem, no nosso caso, ser considerados no momento em que refletirmos sobre o processo de construção enunciativa de um jornal. Como vimos, existiam interesses a serem defendidos e estes deveriam ser enunciados a um determinado auditório em um determinado horizonte social. Ambos estavam repletos de pluralidades, contudo, a tentativa do discurso hegemônico dos periódicos – sobretudo a *Folha de S. Paulo* – lançando mão também das interações discursivas possíveis e necessárias com legendas e textos complementares nas páginas analisadas, era de construir uma realidade estanque, privada de transformações, colocando assim categorias como a ideia de democracia atrelada aos interesses da classe dominante e somente a ela, sem considerar que a essência da oposição não se dava entre democracia x comunismo mas, nesse caso, a oposição possível de ser aplicada ser capitalismo x comunismo. Porém, reforçamos, o interesse de classe dos periódicos não se mostrou ser o de expor as contradições históricas existentes naquele determinado momento, mas sim, modulando a sua enunciação de maneira monológica, defender uma determinada lógica social dominante. Dessa forma, acreditamos ser esse um ótimo exemplo do como considerando que "[...] a língua [aqui podemos indicar a enunciação fotojornalística] vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes" (VOLÓCHINOV, 2018, p.220). O golpe civil-militar é narrado como uma tentativa de vitória democrática nacionalista, não como uma reposta política autoritária ao risco de alteração da realidade material de uma parcela da população a partir de propostas de reformas sociais.

A fotografia mostrou-se útil por sua característica de exacerbação dos elementos constitutivos do enunciado e de síntese da constituição do sentido. Com isso, chegamos a outros conceitos que encaminham nossa reflexão para o fim e ajudam a compreender e completar o processo de síntese dialética proposto pelo autor. De acordo com Volóchinov (2018) além da situação histórica que o produz, é através dos *temas* que o sentido de totalidade do enunciado é expresso. "*O enunciado só possui um tema ao ser considerado um fenômeno histórico em toda a sua plenitude concreta.* É isso que constitui o tema do enunciado". (VOLÓCHINOV, 2018, p.228). O *sentido* é, portanto, histórico, e a linguagem pode ser usada para apreender uma experiência empírica, mas ela deve ser historicizada, mostrando que a linguagem não é uma manifestação metafísica, mas

está fundada no concreto, é dessa forma que acreditamos que deve ser vista a formulação do enunciado em um jornal. É preciso considerar também que, tendo a significação como uma potência de possibilidade de significado dentro de um tema, a sua realização material a partir do tema é central para o entendimento de que a compreensão também é dialógica, ou seja - compreender quer dizer já estar processando e criando a resposta que será dada - no caso de uma fotografia no jornal, compreendê-la pode querer dizer ler e entender o que está retratado e, a partir disso, reagir à leitura do que virá. *"Toda compreensão é dialógica.* A compreensão opõe-se ao enunciado, assim como uma réplica opõe-se a outra no diálogo [...] A significação *é um efeito da interação entre o falante e o ouvinte no material de um dado conjunto sonoro"* (VOLÓCHINOV, 2018, p.232).

Acima tratamos da modulação como elemento da defesa de um determinado ponto de vista ou interesse. De acordo com Volóchinov (2018), a escolha e ordem dos elementos significantes em um enunciado será determinada na avaliação e "Não existe um enunciado sem avaliação. Todo enunciado é antes de tudo uma orientação avaliativa. Por isso, em um enunciado vivo, cada elemento não só significa, mas também avalia". (VOLÓCHINOV, 2018, p.236). Portanto, todos os elementos de um enunciado, e aqui acrescentamos o enunciado fotográfico, são uma modulação do como e para quem se quer enunciar determinada expressão ideológica. E será essa base que tornará possível a compreensão e ampliação da existência sensível:

> Os novos aspectos da existência que passam a integrar o horizonte de interesses sociais e que são abordados pela palavra e pelo *pathos* humano não esquecem dos elementos da existência integrados anteriormente, mas entram em embate com eles, reavaliando-os, alterando o seu lugar na unidade do horizonte valorativo. Essa formação dialética se reflete na constituição dos sentidos linguísticos. Um sentido novo se revela em um antigo e por meio dele, mas com o objetivo de entrar em oposição e o reconstruir". (VOLÓCHINOV, 2018, p.238).

E será assim que o sentido se compõe e organiza, a partir dessa ampliação dialética do horizonte social, na qual o novo, através do já existente - que por sua vez é integrado - altera o já existente, ao mesmo tempo se opondo e renovando-o. Trata-se de um processo sem qualquer estabilidade, especialmente na significação. Na fotografia, observamos como diferentes técnicas e estilos foram alterando o fazer fotográfico ao longo da história e, sobretudo o modo como tais alterações estiveram ligadas a inovações tecnológicas e formas de percepção do mundo material. No caso do Fotojornalismo, o advento da fotografia a cores e, posteriormente, da fotografia digital, trará novos elementos materiais de linguagem e interação social que irão afetar o modo

como esta passou a ser usada na expressão ideológica burguesa através da imprensa. Esse é, contudo, um campo para novas reflexões. A análise aqui realizada traz um exemplo de aplicação prática de alguns conceitos - avaliação, significação e horizonte social - tomando como base a noção de que a linguagem e a expressão compõem e são, simultaneamente, alteradas pela realidade material/social na qual estão inseridas.

Considerações finais

Com a análise das fotografias publicadas na *Folha de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil,* pretendeu-se compreender qual foi o papel das fotografias e dos diferentes usos da linguagem fotográfica na construção discursiva a respeito do golpe civil-militar de 1964, buscando criar novos entendimentos sobre os fatos e a importância da disputa discursiva no contexto. Observou-se, portanto, que o jornal *Folha de S. Paulo* posicionou-se abertamente a favor do movimento golpista e seus realizadores, criticando, em seu editorial, as ações anteriores de João Goulart que teriam levado o país àquela situação em que o golpe autoritário era necessário. Para tal, foi feito um uso da fotografia e da linguagem fotográfica de maneira supostamente objetiva, modulando o discurso jornalístico aos cânones do jornalismo moderno, que se afirmava naquele período. Dessa forma, as fotografias, interagindo com legendas, chapéus e demais textos, procuraram consolidar o consenso de que o movimento golpista estaria realizando uma "revolução" em favor da democracia e da liberdade dos brasileiros, contra uma suposta ameaça comunista representada por Jango.

> O discurso "revolucionário" é a retórica da aliança das frações de classe, que se uniram para derrubar o governo constitucional de Goulart. Por suas lacunas e contradições o discurso revela o que deseja ocultar: que é o discurso da classe dominante e que as finalidades do movimento de março foram a contenção da participação política das classes subalternas e a dinamização da acumulação capitalista. (FIORIN, 1988, p.152)

O que observamos foi o fato de que, nesse momento histórico, os periódicos analisados, sobretudo a *Folha de S. Paulo*, atuaram como amplificadores do discurso golpista e reproduziram enunciados que representavam os interesses de classe dos executores do golpe, nesse contexto a fotografia serviu também como referencial de veridicção dos fatos e eventos retratados, porém, através do distanciamento proporcionado pela análise histórica, verifica-se que a fotografia também amplificou as lacunas de tal discurso interessado. Além disso, apontamos à necessidade de historicizar a produção do enunciado, pois este é um caminho para se compreender seus usos

ativos e socialmente vivos nas disputas cotidianas. Fiorin segue essa linha de pensamento ao indicar o aspecto monológico do discurso oficial do regime:

> O discurso "revolucionário", assim como o discurso religioso tradicional, é o discurso da "impotência política". Retirada a história da estória, sobra a ordem social como algo natural. O discurso visa a manutenção do *status quo*, quer impedir a transformação, inculcando o conformismo e a resignação, deseja que uns sujeitos se submetam a outros. A finalidade última do discurso é repetir sempre o mesmo, é reproduzir as relações de produção. (FIORIN, 1988, p.153).

Nesse sentido, o uso da fotografia enquanto meio, dentro de um processo dialógico, atua de maneira dialética no reforço do discurso monológico oficial. Ao mesmo tempo, porém, por se tratar de um suporte com códigos abertos e contínuos, nos ajuda justamente a perceber as lacunas e contradições que o enunciado revela, especialmente quando colocado em contato com a realidade material do período ou com outro periódico, como é o caso do *Jornal do Brasil* – transformando ativamente a realidade da nova leitura.

A análise do *Jornal do Brasil* revelou uma atuação pragmática e discursiva diferente frente aos mesmos eventos. Ainda que preso à lógica de defesa dos interesses de classe, tal jornal mostrou-se mais aberto e disposto a retratar os eventos, dando a João Goulart um aspecto mais humanizado, além de não condenar diretamente suas propostas de reformas sociais. A partir e graças a essa abordagem dos fatos, observou-se também um uso das fotografias na construção enunciativa de forma a permitir que as intencionalidades e interpretações dos fotógrafos aparecessem de maneira mais frequente, dado que em algumas das fotografias que tratamos os elementos da linguagem fotográfica carregam grande força expressiva e estética para o enunciado.

A fotografia talvez seja - por seu código aberto – uma das melhores expressões do que Volóchinov (2018) se propunha a pensar, a língua, a ideologia e o discurso, pois permite de maneira mais direta as reflexões e refrações que irão compor a significação do enunciado em uma via de mão dupla entre o enunciador e seu auditório. Em nossa análise, são notáveis os diferentes recortes e usos de um mesmo evento, abrangendo interesses de classe – representados na intencionalidade editorial dos jornais - e individuais - com maior ou menor subjetividade representados nas interpretações dos fotógrafos. Assim, destacamos importância de se entender as nuances dos enunciados a respeito do golpe civil-militar de 1964, a compreensão das ferramentas de enunciação utilizadas, suas interações e a consequente historicização que nos transportam do que permaneceu nos jornais como a aparência dos eventos históricos para a sua

essência material histórica.

Referências bibliográficas

ALVES, Fabiana Aline. **Fotojornalismo a força: a ̂ngulos e planos dos agentes políticos no regime militar brasileiro (1966-1975)** Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2017. 217p.

BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo.** Tese (Doutorado em Cie ̂ncias da Comunicação) – ECA/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARNEIRO, Gláucio. **Fala aos Sargentos: Princípio do Fim**. O Cruzeiro: Online. [s.l.]. 10.Abr.1964. Disponível em: < memoriaviva.com.Br/ocruzeiro/10041964/100464_1.htm > Acesso em 27 de outubro de 2020.

DIAS, André Bonsanto. **Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014.** *Opin. Publica* [online]. 2019, vol.25, n.3 [cited 2020-10-27], pp.472-494. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762019000300472&lng=en&nrm=iso>.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**; tradução Marina Appenzeller. Papirus, Campinas 1993.

EM DEFESA DA LEI. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 02 abr.1964. Editorial, p.3.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia.** 1 ed. São Paulo: Atual, 1988.

GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 1ª Edição.

GREEN, James & JONES Abigail, **Reinventando a história: Lincoln Gordon e as multíplas versões de 1964.** Rev. Bras. Hist. vol. 29. n° 57. Junho 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882009000100003&script=sci_arttext Último acesso em: 27 de outubro de 2020.

GUADAGNINI, Walter. **Una storia della fotografia del XX e del XXI secolo***,* Zanichelli, Bologna 2010.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo.** 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

LAMARÃO, Sergio. A revolta dos sargentos. In: CPDOC. **A trajetória política de João Goulart.** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos Último acesso: 10 de novembro de 2020.

_____. A revolta dos marinheiros. In: CPDOC. **A trajetória política de João Goulart.** Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros Último acesso em: 11 de novembro de 2020.

_____. A marcha para família com Deus pela liberdade. In: CPDOC. **A trajetória política de João Goulart.** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Último acesso: 11 de novembro de 2020.

MARRA, Claudio. **Che cos'è la fotografia**. Carocci editore. Roma, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin, 1895-1936. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** São Paulo: Editora 34, 2018. 2ª Edição.

Temporalidades

Opinião e ideologia: uma análise da abordagem política e editorial de *O Globo* durante o impeachment de Fernando Collor[1]

Opinion and ideology: an analysis of the political and editorial approach of *O Globo* during the impeachment of Fernando Collor

Pablo Silva Pimentel
Mestre em Ciência Política
Universidade Federal do Paraná
pablo.pimentel@ymail.com

Recebido em: 15/11/2020

Aprovado em: 09/12/2020

Resumo: Este artigo propõe uma análise sobre a atuação política do jornal *O Globo* a partir dos posicionamentos editoriais publicados durante o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello. Compreendendo o contexto que levou o fenômeno midiático "Collor" à Presidência e sua posterior queda, analisaremos como os editoriais produziram representações sobre o impeachment de 1992, relevando, em suas opiniões institucionais, como suas ideologias guiavam seu olhar sobre o processo em curso. Concluímos que *O Globo* não fez uma campanha ativa nem para depor Collor nem para defendê-lo, numa tentativa de dissociar a crise política protagonizada pelo presidente da sua condução econômica neoliberal.

Palavras-chave: Jornalismo político; O Globo; Fernando Collor.

Resumen/Abstract: This article proposes an analysis of the political performance of the newspaper O Globo based on the editorial positions published during the impeachment process of Fernando Collor de Mello. Understanding the context that brought the media phenomenon "Collor" to the Presidency and its subsequent fall, we will analyze how the editorials produced representations about the 1992 impeachment, highlighting, in their institutional opinions, how their ideologies guided their view on the ongoing process. We conclude that O Globo did not carry out an active campaign either to depose Collor or to defend him, in an attempt to dissociate the political crisis led by the president from his neoliberal economic conduct.

Palabras clave/Keywords: Political journalism; O Globo; Fernando Collor.

[1] O artigo é parte das reflexões e pesquisas realizadas durante o trabalho de dissertação de mestrado intitulado *"Não vai mesmo ter golpe": um estudo sobre os editoriais de O Globo nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)* que pode ser acessado em https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65967.

Introdução

No auge dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que averiguava o esquema de corrupção PC Farias e cuja investigação serviria como base para a denúncia de crime de responsabilidade contra Fernando Collor de Mello, o jornal *O Globo* – periódico do maior conglomerado de mídia do país –, no editorial publicado em 22 de agosto de 1992, sustentava que "[...] programa[va]-se um golpe contra as instituições democráticas, a pretexto de se punir o presidente da República nas práticas irregulares apuradas [...]" (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3). Essa declaração realizada através do editorial do jornal carioca – poucos dias antes da leitura do relatório da CPMI que responsabilizaria Fernando Collor por ter recebido vantagens econômicas indevidas (SALLUM JR, 2015) – acenava às declarações do então presidente de que um "sindicato do golpe" e uma "Central Única dos Conspiradores" planejavam derrubá-lo do poder.

No mês subsequente, a Câmara dos Deputados aprovava a abertura do impeachment contra o presidente Collor (29/09/1992) que foi afastado para que fosse possível o início dos trabalhos para o julgamento que seria realizado pelo Senado. No dia seguinte à votação da admissibilidade do processo de destituição pelo Parlamento, *O Globo* lançou editorial de primeira página intitulado "Renúncia agora" para apelar pela renúncia do presidente recém-afastado. O editorial argumentava que somente com a renúncia de Collor o país poderia – com um novo governo definitivo – voltar a avançar as reformas econômicas prometidas pela chapa vitoriosa na eleição presidencial de 1989. Reformas essas que, segundo o jornal, "[...] conduzir[ia] o país no caminho da modernização" (RENÚNCIA AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1). O jornal que denunciava uma conspiração contra o presidente, agora pedia sua renúncia.

Os posicionamentos editoriais do jornal *O Globo* sobre o processo de impeachment em questão demonstravam o interesse da empresa jornalística comandada pela família Marinho em atuar no debate público dialogando com os agentes políticos que estavam em torno das tomadas de decisão. Essas ações evidenciam a mobilização de *O Globo* como um ator político nesse episódio fulcral da vida política nacional dos anos noventa (PIMENTEL, 2019).

A pesquisadora Julie Firmstone, ao investigar a formulação da opinião editorial de jornais britânicos sobre a União Europeia na década passada, sustentou que "[...] os editoriais permitem que

os jornais acessem o sistema político, e vários jornalistas acreditam que as agendas políticas dos jornais podem e tiveram efeito sobre o processo político[2]" (FIRMSTONE, 2008, p. 224, tradução própria). Como exemplo, Robert Darnton (1975) afirma que o presidente estadunidense John F. Kennedy analisava diariamente como os jornais abordavam seu governo para melhor orientar sua agenda pública. No caso brasileiro, ao entrevistar editorialistas da *Folha de São Paulo,* os pesquisadores Mont'Alverne, Athanásio e Marques (2018, p. 409) receberam a seguinte opinião de um dos entrevistados:

> É sempre bastante prestigioso quando o jornal nota que uma opinião que ele emitiu foi acolhida. Acho que essa é a ambição de um editorial muitas vezes: orientar a tomada de decisão. Você está sempre dialogando, você está sempre sinalizando para onde você vai e os agentes estão sempre sinalizando como eles reagiram ao que você falou (...). Acho que todos os controladores da mídia brasileira têm pretensões políticas, de que a ideia que eles exprimem seja encampada, seja endossada por algum agente de fato, do jogo político (Entrevistado Anônimo, entrevista, 4 jun. 2017).

Mesmo que não mais se acredite de forma dogmática que o editorial influencie irremediavelmente e diretamente o público, seu impacto pode ser poderoso ainda que de forma indireta (ESPINOSA, 2002). Gomis (1988, pp. 18-19, tradução própria) afirma que:

> O editorial levanta problemas e sugere soluções; aprova ou desaprova o que as autoridades ou os vários grupos ou pessoas que influenciam a vida social e política fizeram; explica porque é bom ou ruim o que foi feito, que consequências isso pode ter; pergunta, inquire, pede a adoção de uma solução para um problema. Coleta e expressa opiniões vigentes no público que o lê, e com tudo isso contribui, como vimos antes, para a elaboração e adoção de soluções[3].

Mesmo que os editoriais advoguem representar o interesse público e comum, eles são instrumentos dos jornais para a realização de apelos aos tomadores de decisão em defesa dos interesses dos setores empresariais que representam (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015). Para tanto, o jornal produz uma reconstrução discursiva do mundo (BERGER; LUCKMANN, 2013),

[2] Texto original:" [...] editorials enable newspapers to access the political system, and several journalists believed that newspapers' political agendas can, and have, had an effect on the political process".

[3] Texto original: "El editorial plantea problemas y sugiere soluciones; aprueba o reprueba lo que han hecho las autoridades o los diversos grupos o personas que influyen em la vida social y política; explica por qué es bueno o es malo lo que se ha hecho, qué consecuencias puede tener; pregunta, inquiere, urge la adopción de una solución para un problema. Recoge y expresa opiniones vigentes en el público que lo lee, y con todo ello contribuye, según hemos visto antes, a la elaboración y adopción de soluciones".

atuando com o objetivo de situar o leitor sobre determinados acontecimentos, a partir de uma seleção de pautas e agendas.

A noção de reconstrução discursiva se relaciona com o conceito de *representações* de Roger Chartier (1990). Para este autor, o uso desse conceito como um instrumento metodológico faz com que seja possível apreender a internalização das disputas pelo poder de um determinado campo – remetendo aqui ao arcabouço teórico de Pierre Bourdieu (1989; 2007), especificamente as noções de *habitus* e *campo social*. Para Pacheco (2005, p. 4), a "[...] exteriorização da interiorização simbólica de tais lutas seria capaz de comandar atos". Desta forma, através do editorial jornalístico, é possível analisar as representações construídas nas complexas teias de relação entre opinião e ideologias[4] e, nesse sentido, mesmo as declarações aparentemente factuais dos jornais, quando relacionadas ao resto do texto e ao contexto sócio-político, têm implicações de natureza ideológica (VAN DIJK, 1995).

A partir dessa problemática, neste artigo, propomos uma análise dos posicionamentos editoriais de *O Globo* durante o processo de impeachment de Collor relacionando à atuação da imprensa no período e, da mesma forma, procurando compreender as razões dos posicionamentos da empresa jornalística no contexto amplo de profundas movimentações políticas e sociais que se sucederam.

Das utopias à queda: o fenômeno Collor

A imprensa brasileira é apontada pela literatura como um dos atores relevantes para a queda do ex-presidente Fernando Collor de Mello ao denunciar os escândalos de corrupção, principalmente após a entrevista de Pedro Collor à revista Veja em maio de 1992 (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; CONTI, 1999; FAUSTO NETO, 1994; PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015; WAISBORD, 1997, 2000). Os pesquisadores Carneiro, Lattman-Weltman e Ramos (1994) afirmam até que Collor perdeu o mandato presidencial sob a pressão das mesmas empresas jornalísticas que apoiaram sua ascensão à Presidência, por isso o título da obra em que analisam o papel do jornalismo nesse contexto é *A imprensa faz e desfaz um presidente*.

[4] Tomamos aqui o termo "ideologia" não no sentido de "falsa consciência" da tradição marxiana, mas de forma mais genérica para compreender os alinhamentos políticos e a agenda socioeconômica dos editoriais jornalísticos.

É importante lembrar que o governo Collor (1989-1992) foi o primeiro democraticamente eleito pelo voto direto após um longo tempo de Estado de exceção. Nesse período, havia a existência de algumas utopias sobre o caráter plebiscitário que, segundo sustentava Lamounier (1990) um novo governo eleito representaria. Para o autor, havia uma utopia mais estatizante – que reivindicava um papel ainda mais robusto do Estado na economia – e uma utopia neoliberal – que desejava retirar qualquer função empresarial ou regulatória do Estado.

O neoliberalismo, cujo conceito é foco de uma disputa de significados e debates acalorados (ANDRADE, 2019), é visto por Perry Anderson (1995) como uma forte reação teoria e política ao Estado de bem-estar. Pensado por um grupo de autores no pós-guerra – Sociedade de Mont Pèlerin – como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga, o ideário neoliberal pregava a manutenção de um "[...] Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas" (ANDERSON, 1995, p. 2). Para Andrade (2019), o neoliberalismo pode ser visto mais como um campo de debates do que um consenso de atuação política, porém seu conceito passou a designar a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo.

O grande impulso para implementação desse conjunto de políticas econômicas foi dado com o início dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido, em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980. Em especial, as medidas tomadas pela primeira ministra inglesa – como a contração da emissão monetária, a elevação das taxas de juros, diminuição drástica de impostos sobre os altos rendimentos, a abolição de controles sobre os fluxos financeiros, imposição de uma legislação anti-sindical e corte de gastos sociais – foram as mais ambiciosas experiências neoliberais, para Anderson (1995), em países do centro do sistema capitalista até meados dos anos noventa.

No Brasil, é possível identificar uma adesão maior de setores empresariais aos postulados liberalizantes e à crítica ao intervencionismo estatal após o lançamento do II PND no Governo Geisel (1974-1979), ainda durante a Ditadura civil-militar, numa campanha de crítica à política econômica encampada pelo plano, campanha essa contra o que foi chamado de "estatização", sinalizando o rompimento de setores da elite brasileira com os rumos da economia sob a batuta dos

militares, porém sem abrir mão do poder repressivo contra os movimentos sindicais (MACARINI, 2011).

Voltando ao contexto das utopias que permeavam as eleições que levaram Fernando Collor ao poder, Weyland (1993) afirma que os anos oitenta estavam se encerrando com uma enorme frustração da população brasileira com política nacional. A década em que houve uma grande depressão econômica associada a uma crise de hiperinflação terminou com a manutenção das mesmas elites no poder. Apesar dos movimentos pela redemocratização do país, essa decepção – conjugada a uma eleição presidencial direta que não ocorria há muito tempo – contribuiu na construção de um ambiente que favorecia possíveis discursos messiânicos para a consecução das utopias descritas por Lamounier (1990).

As maiores empresas jornalísticas brasileiras aderiram à utopia liberalizante que pregava a diminuição do Estado, uma maior abertura ao capital externo, a privatização das estatais e a quebra de monopólios e reservas de mercado (AZEVEDO 2006; CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; SALLUM JR., 2015). Os grandes investimentos na modernização das redações e dos parques gráficos entre os anos de 1970 e 1980 é um fator explicativo, segundo Azevedo (2006), para essa adesão ao ideal neoliberal. O autor ainda afirma que essas mudanças foram acompanhadas por agressivas políticas comerciais e de marketing que "[...] transformaram os antigos leitores em consumidores. Essas transformações foram realizadas sob a pressão de uma acirrada competição comercial entre os principais jornais de circulação nacional" (AZEVEDO, 2006, p. 40). Dessa forma, as disputas comerciais que geraram uma profunda necessidade do aprimoramento das tecnologias para produção jornalística e a relação próxima com setores do empresariado que desde o fim dos anos setenta aderiram às campanhas de desestatização fizeram com que os grupos empresariais de jornalismo se mobilizassem por uma maior abertura ao capital estrangeiro, pela redução das restrições às importações e pela superação da crise econômica representada pelos jornais à época como consequência da interferência do Estado na economia.

Em dissertação de mestrado, também afirmamos que "os grandes jornais tiveram um papel importante para difundir tanto a agenda liberal no Brasil, quanto, também, para a conformação de um ambiente propício a uma personalidade política messiânica" (PIMENTEL, 2019, p. 78).

> [...] as temáticas privilegiadas pela *mídia* foram habilmente incorporadas pelo discurso do candidato vitorioso e redirecionadas para o público. Assim, a condenação ao papel do Estado, não só como agente controlador da economia, mas também como gerador da própria crise, os motes da caça aos marajás, da austeridade, do enxugamento da maquina estatal, da modernização da economia e do suposto anacronismo das supostas propostas estatizantes da esquerda, foram repetidos a exaustão, com o respaldo de todo o noticiário, transformando-se, por fim, em verdades históricas necessárias e incontestáveis (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

É nesse contexto que Fernando Collor (PRN) encampou um discurso que encarnava o desejo de mudança e de modernidade ao mesmo tempo em que se transformou no único candidato capaz de materializar a utopia neoliberal, atraindo segmentos empresariais que temiam a eleição de candidatos como Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Weyland (1993, p. 8 tradução própria) afirma que "Collor explorou essa oportunidade de liderança carismática [e] [...] prometeu um "Novo Brasil" de moderação econômica, maior justiça social e governo limpo e eficiente[5]".

Essa compreensão explica a razão pela qual a maior parte da grande imprensa brasileira apoiou Collor – inclusive *O Globo* – principalmente no segundo turno contra Lula. Em editorial publicado no dia 21 de novembro de 1989, o jornal do maior conglomerado de mídia do país endossou Collor sustentando que ele seria o único candidato que realmente poderia combater o estado de coisas em que "[...] alguns se encastelam no Estado [...] e que vivem à sombra do Estado" (O DIVISOR DE ÁGUAS, *O Globo*, 21/11/1992). É possível afirmar então que Collor conseguiu, com sucesso, se posicionar como o modernizador do Estado brasileiro encarnando a utopia liberalizante agendada e sustentada pelas grandes empresas jornalísticas do país (AZEVEDO, 2006; LAMOUNIER, 1990).

Por uma pequena margem de votos, Collor venceu o segundo turno contra Lula (PT) e foi empossado presidente da República em março de 1990. Logo no início de seu mantado, Collor criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Sessenta e oito estatais seriam privatizadas, além de serem adotadas várias medidas de abertura às importações e à quebra de reserva de mercado.

[5] Texto original: "Collor exploited this opportunity for charismatic leadership. […] promised a "New Brazil" of economic moder- nity, greater social justice, and clean, efficient government."

Em uma primeira fase do governo Collor, planos de choque economicamente heterodoxos foram elaborados intencionando o controle da inflação (PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015). O Plano Collor I – lembrado pela polêmica do confisco de cadernetas de poupança – talvez seja o mais lembrado das medidas econômicas implementadas pela ministra Zélia Cardoso de Mello. Nesse primeiro período, Fernando Collor – lançando mão de vários decretos e medidas provisórias – governou sem uma coalizão partidária que lhe garantisse uma base no Congresso Nacional (SALLUM JR, 2015).

Os primeiros meses de governo pareciam corroborar um presidencialismo plebiscitário, uma vez que não houve, num primeiro momento, muitos empecilhos do Judiciário e do Parlamento em relação às propostas do Executivo (PIMENTEL, 2019). Porém, a queda da aprovação de Collor que partiu de 71% e passou a 36% depois de três meses (SALLUM JR; CASARÕES, 2011) associada à divulgação de escândalos de corrupção que envolveu ministros do governo e o início de uma nova legislatura fizeram com que o presidente tivesse que realizar uma reforma ministerial em fevereiro de 1992, abrindo mais espaço aos partidos em seu governo (SALLUM JR, 2015). Nessa segunda fase, Collor teve que conduzir a economia de forma mais ortodoxa através do ministro Marcilio Marques Moreira para assegurar o apoio do mercado.

Porém, a crise econômica aliada à crise política que se aprofundou por conta das denúncias de corrupção feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor – publicadas na revista *Veja* (FAUSTO NETO, 1994; WAISBORD, 1997) –, fizeram com que as tratativas de construção de uma base de apoio na Câmara malograssem, fazendo com que as reformas econômicas fossem travadas no Congresso. É a partir dessa conjuntura que se forma uma frente anti-Collor mobilizada no Parlamento por partidos como PT, PSDB e PMDB (SALLUM JR, 2015).

A partir de julho de 1992, a CPMI que averiguava as denúncias contra Paulo César Farias – tesoureiro da campanha de Collor à Presidência – passou a investigar diretamente uma possível relação do presidente com esquema de corrupção (PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015). Em entrevista para a revista *IstoÉ* – confirmada em depoimento à CPMI – o motorista Eriberto França

afirmou que o tesoureiro de Collor pagava as despesas da família presidencial, como a compra de um Fiat Elba e uma reforma na Casa da Dinda, residência do então presidente[6].

É após essas revelações que grandes protestos tomaram as ruas, tendo seu auge em agosto de 1992. Entre os manifestantes, ganharam destaque os "*caras pintadas*" – estudantes que pediam o impeachment do presidente com seus rostos pintados. Analisando as grandes mobilizações em prol do impeachment de Collor, Avritzer (2000, p. 191) afirma que a aliança entre a opinião pública e os movimentos sociais superou as "[...] forças patrimonialistas que o presidente mobilizou a seu favor". O autor sustenta que os protestos contra o então presidente foram a "primeira tentativa das forças políticas e movimentos sociais surgidos no final dos anos 1970 para influenciar a distribuição do poder no nível da sociedade política" (AVRITZER, 2000, p. 191).

Ao final da CPMI, um pedido de impeachment foi elaborado pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenère. Essa denúncia foi prontamente aceita pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), no dia 1º de setembro de 1992, que deu seguimento à tramitação do processo no Parlamento. Ao longo de todo o mês de setembro, os jornais cobriram as controvérsias em torno do rito de impeachment – haja vista que o STF julgou a compatibilidade da lei de crimes de responsabilidade de 1950 com a Constituição de 1988 (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994) – e a disputa parlamentar pelos votos favoráveis ou contrários à deposição de Collor.

No dia 29 de setembro de 1992, Fernando Collor foi afastado pela Câmara com 441 votos favoráveis à admissibilidade do impeachment, sendo apenas 38 votos contrários. O vice-presidente Itamar Franco assumiu então interinamente a Presidência. Itamar reorganizou seu ministério e articulou uma coalizão partidária promovendo uma gestão compartilhada de seu governo. Após dois meses, Collor foi condenado à perda do mandato no dia 30 de dezembro de 1992[7], em sessão do Senado presidida por Sydney Sanches, presidente do STF à época. Horas antes da votação dos senadores, Collor enviou uma breve carta de renúncia para evitar, sem sucesso, o seu julgamento político: "Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que nesta data e por este instrumento,

[6] Disponível em: <https://istoe.com.br/161904_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE/> acesso em 10 nov. 2020.

[7] Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/427000-ABERTURA-DO-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-COLLOR-COMPLETA-20-ANOS.html> acesso em 24 nov. 2018.

renuncio à presidência da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989[8]".

O sociólogo Brasílio Sallum Jr. (2015) considera que a mobilização pelo impeachment de Collor não diz respeito simplesmente a uma deposição pelo Parlamento de um presidente que foi acusado de corrupção. Para o autor, esse movimento pode ser explicado pela mobilização de frentes, tanto sociais quanto partidárias – chamadas de "esforço democratizante" que teve como pontos altos o movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a promulgação da Constituição cidadã (1988) – para que houvesse o estabelecimento definitivo de um Estado democrático.

Sallum Jr. sustenta que esse "esforço democratizante", desempenhado por movimentos sociais que surgiram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, apesar de suas contradições e tensões internas – representados por instituições da sociedade civil como a OAB e ABI, setores da imprensa brasileira, e partidos políticos de centro e de esquerda – ainda estava articulado durante o contexto da crise do Governo Collor e por isso foram atores centrais da sua queda (AVRITZER, 2000; SALLUM JR.; CASARÕES, 2011; SALLUM JR., 2015). Nesse sentido, o impeachment de 1992 pode ser analisado a partir dos movimentos de redemocratização do país e das perspectivas frustradas dessa transição para a democracia. Frustações essas advindas da forma autoritária de governar do Governo Collor marcada pelos grandes escândalos de corrupção.

Desfazendo um presidente: o jornalismo como ator político

Fernando Azevedo (2006) sustenta que a crise que gerou o impeachment de Collor foi um divisor de águas para as coberturas da política pelo jornalismo brasileiro. Nesse contexto, segundo Sallum Jr. (2015), os principais jornais do país foram afastando-se da órbita do governo e se aproximando de uma postura de oposição, atuando de forma decisiva na reversão das correlações de força, dialogando tanto com os agentes políticos, quanto com os movimentos sociais.

Nesse processo de deslocamento de posicionamentos, os jornais desempenharam um papel fundamental na inversão das representações que ajudaram a eleger Fernando Collor. Aquele que teria encarnado o símbolo da modernização e do combate à corrupção passou a ser representado como um "agente do particularismo e dos privilégios" um "anti-herói marajá e corrupto que deveria ser

[8]Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL242571-5601,00-IMPEACHMENT+DE+COLLOR+COMPLETA+ANOS.html> acesso em 09 nov. 2019.

cassado" (SALLUM JR, 2015, pp. 232-233). Da mesma forma, Azevedo (2006) afirma que a imprensa assumiu o papel de protagonista do impeachment ao agendar constantemente a crise do Governo, denunciando os escândalos para mobilizar a opinião pública.

O autor Anibal Pérez-Liñan (2007) – cientista político que é uma referência para a análise das condições históricas que contribuíram para os processos de impeachment na América Latina durante os anos noventa, como o de Fernando Collor – afirma que dentre essas condições estava o "[...] papel dos meios de comunicação de massa como um *watchdog* [cão de guarda] da moralidade pública[9]" (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 186, tradução própria). Ao delinear, na vidada do milênio, um panorama do desenvolvimento do jornalismo na América do Sul durante o século XX, Silvio Waisbord (2000) sustentou que foi a partir dos escândalos midiáticos de corrupção envolvendo o governo Collor que o jornalismo brasileiro teria realizado o papel de *watchdog* pela primeira vez na história da imprensa no Brasil. A constante cobertura dos escândalos revelados pelos jornais impactaram a opinião pública e colaboraram para o ambiente político que propiciou a abertura do processo de impeachment contra Collor (PÉREZ-LIÑAN, 2007; WAISBORD, 1997, 2000).

Vários editoriais dos grandes jornais brasileiros abordaram o impeachment, reforçando a percepção da atuação política da imprensa através de suas páginas de opinião institucional (PIMENTEL, 2019). Como exemplo, A *Folha de São Paulo* (FSP) – que desde a invasão da Polícia Federal a sua sede em 1990[10] não desfrutava de uma boa relação com Fernando Collor – publicou um editorial com críticas ferozes ao então presidente às vésperas da votação da admissibilidade do processo na Câmara.

> [...] a sociedade já proferiu o seu veredicto à altura do crime cometido contra à nação: Fernando Collor deve deixar a Presidência da República, por não ter observado o decoro e a dignidade inerentes à instituição. Espera-se agora dos 503 parlamentares daquela Casa que cumpram com sua obrigação moral e política: autorizar o processo de impeachment de um presidente que envergonha o Brasil. [...] de fracasso em fracasso, o desvario de Fernando Collor acabaria por conduzi-lo ao ponto em que se encontra, o único a que poderia chegar, ante a perspectiva humilhante de ver-se escorraçado do poder que conspurcou e não tem mais condições políticas de exercer. Cabe ao Congresso reconhecer esse fato; ou então mergulhará – com Collor e todas as instituições brasileiras – num abismo de ingovernabilidade, infâmia e execração (IMPEACHMENT, *Folha de S. Paulo,* 29/09/1992, p. 1).

[9] Texto original: "[...] the role of the mass media as a watchdog of public morality".
[10] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04.shtml> acesso em 10 nov. 2020.

FIGURA 1: PRIMEIRA PÁGINA DA FSP ABORDANDO A DERROTA DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.

FOLHA DE S.PAULO

VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT!

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje

FONTE: *Folha de S. Paulo*, 30/09/1992, p. 1.

No dia seguinte à votação na Câmara Federal, a *FSP* celebrou o resultado negativo para Collor como uma vitória da democracia (ver FIGURA 1). Já o jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) – apesar de apelar por uma renúncia de Collor –, em editorial publicado no dia 29 de setembro de 1992, demonstrou preocupação com uma possível "desordem social" caso o Parlamento não prosseguisse com o processo de impeachment.

> O que nos inquieta [...] é que homens tidos como responsáveis não hesitem em prever um estado de desordem social na hipótese de a Câmara dos Deputados, seguindo os trâmites da Constituição e o rito estabelecido por seu presidente e consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, não conceder, porque a diferença de votos for, a autorização que a imensa maioria da população aguarda. [...] Fomos e continuamos sendo a favor da renúncia do presidente da República. Acima de tudo, porém, quando vozes à esquerda e à direita ameaçam com o pior, é indispensável lembrar a todos que, ou se respeita a Constituição ou se abre o caminho para o arbítrio, cujas consequências todos conhecemos (RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO, *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 3).

FIGURA 2: PRIMEIRA PÁGINA DO OESP ABORDANDO A DERROTA DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.

O ESTADO DE S. PAULO

COLLOR FORA

Secretário do Senado entregará amanhã comunicação do afastamento do presidente e sua substituição por 180 dias pela vice Itamar

Resultado final da votação do pedido de impeachment

441 sim

38 não

1 abstenção

23 ausentes

Notas e Informações

Pela ética na política

Deputados se dão as mãos e cruzam os braços: Paulo Romano acabava de proferir o "sim" número 336

A Câmara dos Deputados aprovou ontem por 441 votos contra 38 e uma abstenção a autorização para que o presidente Fernando Collor seja processado por crime de responsabilidade no Senado. Collor prometeu acatar a decisão e recebeu amanhã do primeiro-secretário do Senado, Divaldo Carneiro (PSDB-BA), o comunicado para deixar a Presidência e passar o poder ao vice Itamar Franco. O voto decisivo foi dado, às 19h48, pelo deputado Paulo Romano (PFL-MG). O plenário, de pé, cantou o Hino da Independência. Os ministros entregaram carta coletiva de renúncia. Também se demitiram os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa. Itamar pediu "união, paz e trabalho". Em São Paulo e outras cidades, a votação foi seguida nas ruas. O presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, disse: "Agora, o País voltará a funcionar". As bolsas de valores subiram 7%.

FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 30/09/1992, p. 1.

Porém, o *Jornal do Brasil* apresentou uma abordagem editorial, a princípio, peculiar. Desde a CPMI de PC Farias, o jornal denunciava em seus editoriais que um golpe estaria sendo articulado contra Fernando Collor, mas com a proximidade da votação do impeachment na Câmara, o periódico passou a apoiar saída do presidente (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994). Em editorial publicado em junho de 1992, intitulado "Desejo Oculto", o jornal fazia um alerta à "consciência democrática", afirmando que o golpismo estava em marcha contra Collor por ter sido o arauto da "modernização econômica" do país. Em outras palavras, para o jornal, haveria um golpe motivado pela oposição à política econômica neoliberal em vigência.

> A lógica do golpismo não tem subterfúgios. Quem é capaz de admitir, sem base nos fatos, o afastamento do presidente da República não se sente constrangido em considerar o duplo efeito de extinguir a linha legal da sucessão. [...] A decisão de criar a CPI não se prestará a servir às intenções ocultas dos que não têm a coragem de se opor às reformas das quais o governo Collor se fez arauto. [...] A CPI está no começo, mas já disse a que veio. Prejulgou e quer apenas ficar de prontidão para o bote golpista que o vice Itamar Franco acaba de denunciar. A questão já é conosco, a sociedade, a opinião pública, a consciência democrática (DESEJO OCULTO,

> *JORNAL DO BRASIL*, 07/06/1992 *apud* CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

Pouco mais de três meses depois, o *Jornal do Brasil*, dando um "cavalo de pau" editorial, publicou uma peça opinativa elencando as razões pelas quais os parlamentares deveriam votar pelo prosseguimento do impeachment contra Collor, dentre elas, a fidelidade ao sentimento do povo brasileiro.

> [...] Em nome dos mais altos interesses da nação, o *Jornal do Brasil* espera que os congressistas sejam fiéis ao sentimento geral do povo brasileiro e votem pela admissibilidade do processo de impeachment do presidente da República. Politicamente, Fernando Collor de Mello, na verdade, não chegou a representar o início de uma nova fase na vida do país. Ele encerra o clico de degradação dos valores democráticos, germinados na escola de arbítrio, na certeza da impunidade e na atmosfera de censura que marcam o período ditatorial (RAZÕES PARA O SIM, *JORNAL DO BRASIL,* 29/09/1992 *apud* CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

Na próxima seção, analisaremos a abordagem editorial de *O Globo* entre os meses de setembro e dezembro de 1992, recorte temporal que corresponde ao processo parlamentar contra Collor.

Opinião e ideologia: a cobertura editorial de *O Globo*

Analisando os vinte e cinco editoriais do jornal publicados para abordar o impeachment de Collor, é possível perceber que em mais da metade dos mesmos são atacadas as estratégias de Collor para vencer o processo através de práticas consideradas fisiológicas. O que parece corroborar com a noção de que *O Globo* não queria se afastar do "esforço democratizante" que promovia o combate à corrupção, também fomentado pelos grandes jornais brasileiros (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; SALLUM JR, 2015; WAISBORD, 1997, 2000).

Grande parte desses editoriais foi publicada no mês de setembro, quando o processo estava ocorrendo na Câmara dos Deputados. No editorial do dia 05 de setembro, o jornal abriu as críticas às estratégias fisiológicas do governo Collor para barrar a possibilidade do impeachment afirmando que a liberação de verbas em troca de votos revelava a contradição do então presidente em praticar aquilo que se assemelhava a acusação contra ele para tentar provar sua inocência.

> O presidente Collor tem a prerrogativa de oferecer prestígio em troca de votos que o salvem do impeachment. [...] Mas as prerrogativas de quem batalha pelo mandato desaparecem, se 'prestígio' é eufemismo para a liberação descriteriosa de verbas; [Isso] exibe a terrível contradição de alguém que defende sua suposta inocência praticando atos do mesmo tipos daqueles que compõem a acusação (DIGNIDADE NO DESESPERO, *O Globo*, 05/09/1992, p. 1).

Nos editoriais que se seguiram no mesmo mês, *O Globo* cuidou em expor o que julgava configurar compra de votos de parlamentares contra o impeachment, como nos casos do deputado Tony Gel – na liberação de emenda para a construção de uma barragem em Caruaru – e na disponibilização de verba para compra de automóveis como ambulâncias.

> A aquisição do voto do deputado Tony Gel [...], deixa nu, em sua forma mais simples e aterradora, a estratégia usada pelo Palácio do Planalto para derrotar o impeachment. O voto de Gel custou exatamente a promessa de Cr$ 28,8 bilhões para a construção de uma barragem em Caruaru, no interior de Pernambuco, onde moram seus eleitores (VOTOS PELA TABELA, *O Globo*, 10/09/1992, p. 5).

> Nada aquece melhor o coração de um político do que ver seu nome e seu prestígio sobre rodas [...]. Isso explica a linha de montagem criada na Fundação Banco do Brasil para produzir votos contra o impeachment do presidente Collor. Foram, segundo uma listagem, Cr$ 17,8 bilhões, divididos em ambulâncias, kombis e as estrelas: reluzentes odontomóveis, a Cr$ 200 milhões cada um. [...] Pena que a eficiência no atendimento não esconda o gritando caráter fisiológico da frota de votomóveis (VOTOMÓVEL, *O Globo*, 24/09/1992, p. 10).

Apesar de o jornal tentar se sintonizar às críticas das práticas políticas realizadas pelos movimentos e instituições democráticas do período, impressiona que em sua cobertura editorial do impeachment, *O Globo* não tenha realizado uma abordagem específica sobre escândalos de corrupção contra Collor para discutir a denúncia e a base técnica do pedido de impeachment. Em outras palavras, por mais que o jornal tenha criticado o fisiologismo de Collor em sua luta pela salvação do mandato, não houve interesse pelos fatos que levaram diretamente ao impeachment de Collor (PIMENTEL, 2019).

Interessante que ao mesmo tempo em que o jornal condenava as práticas fisiológicas, um editorial do dia 26 de setembro fazia ressalvas à culpabilização exclusiva do presidente Collor. O texto opinativo intitulado "Fôlego na alma" sustentava que um "moralismo medíocre" ou uma hipocrisia seria praticada se o combate à corrupção se resumisse a saída do ex-presidente – um "band-aid moralista", segundo *O Globo* – e não a mudanças institucionais para combater as práticas fisiológicas (FÔLEGO NA ALMA, *O Globo,* 26/09/1992, p. 1). Após o mês de setembro de 1992, é possível perceber que a abordagem editorial sobre as práticas fisiológicas diminuiu subitamente a ponto de não ser mais discutida em dezembro, mês em que houve o julgamento de Collor no Senado.

Outro elemento interessante da cobertura editorial do impeachment de Collor por *O Globo* é que o jornal aparenta não pautar, de forma sistemática, soluções políticas para a crise em questão, algo estranho aos objetivos dos editoriais de promover apelos aos tomadores de decisão (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015; FIRMSTONE, 2019).

Entre os poucos editoriais, dois pediam que alguma coisa deveria ser feita sem especificar o quê e apenas um pediu a renúncia do então presidente.

> Com a decisão da Câmara, a situação muda radicalmente. Não há mais imponderáveis, e sim fatos: o presidente está apeado do poder, por até 180 dias ou definitivamente, a juízo do Senado Federal. [...] Neste momento, Fernando Collor talvez tenha uma última oportunidade de, por um gesto seu, que comece e termine na sua vontade pessoal, fazer algo pelo seu país, e tomar a decisão pela qual será lembrado. Chegou para ele a hora do ato politicamente mais inteligente, da defesa mais realista, da demonstração mais insofismável de patriotismo: a renúncia (RENÚNCIA, AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1).

O apelo enfático – porém bastante polido e quase laudatório – pela renúncia, não encontra eco nos editoriais dos meses seguintes, no sentido de ser realizada uma campanha em prol dessa saída política. Esse pedido de renúncia feito pela opinião editorial do jornal carioca foi publicado logo após a votação da admissibilidade na Câmara e a consequente derrota de Collor. *O Globo* não reiterou esse apelo, sendo a única vez que foi feito ao longo de todo o impeachment.

Durante o período, alguns posicionamentos editoriais até indicaram possíveis consequências do processo de impeachment para o país. Existiu uma dispersão dos tipos de consequências comentadas pelo jornal – evidenciada pela discussão ora de elementos negativos, ora de elementos

positivos derivadas da possível deposição de Collor. Essa característica da abordagem editorial pode sugerir a ausência de uma posição definitiva do jornal sobre os efeitos que o impeachment de Collor poderia provocar na política ou na economia nacional. Porém, entre os elementos que são discutidos por *O Globo*, destacamos a expectativa da possibilidade de que um novo governo pudesse levar à frente o projeto de "modernização econômica" prometida por Collor como nos trechos de editoriais transcritos a seguir.

> Em dois anos, um novo governo, se contar com o senso de dever e a visão histórica do Congresso e dos partidos, poderá conduzir o país no caminho da modernização – cumprindo a promessa que levou Collor ao poder (RENÚNCIA, AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1).

> A partir desse momento, o Governo Collor passa ao julgamento da História [...]. Enfim, o processo de democratização consolidado no Governo Sarney foi posto à prova, e mostrou-se eficaz. Isso significa capital. Internamente, confiança na classe política e nos dirigentes do país; no exterior, credibilidade e alguma boa vontade por parte de nossos interlocutores habituais. (O CAPITAL DO NOVO GOVERNO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 6.)

Para pensarmos em caminhos de interpretação para a compreensão das representações engendradas pelo jornal *O Globo* nesse processo, é preciso lembrar a influência de Roberto Marinho sobre os posicionamentos do jornal durante o período em que ele presidia as Organizações Globo. Em uma entrevista, Marinho descreveu como ele manejava o poder adquirido por seu conglomerado de mídia da seguinte forma: "Sim, eu uso o poder, mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país" (MARINHO, Roberto, 1987, tradução de LIMA, 2005). O patriarca da família Marinho, inclusive, assinava editoriais do jornal *O Globo* que abordavam acontecimentos relevantes da política brasileira. Da mesma forma, a proximidade de Marinho com o mundo político – inclusive como apoiador de Collor e sua agenda econômica – é um elemento importante para compreender a atuação de *O Globo* durante o processo de impeachment aqui abordado.

A partir desse quadro, sustentamos que durante o impeachment de Collor, *O Globo* estaria entre uma posição de apoio ao "esforço democratizante" – apontado por Sallum Jr. (2015) – ou na defesa do então presidente que promovia o que ele chamava de "modernização econômica" através das reformas de cunho neoliberal. Nesse sentido, a ausência de uma campanha para propor o

impeachment ou para defender a permanência de Collor na Presidência pode sinalizar uma possível preocupação do jornal em relação ao tom de sua abordagem do processo contra o então presidente. Uma possível incerteza em acabar provocando uma mudança da política econômica caso apoiasse de forma enfática a saída de Collor, ou de acabar se colocando contra o sentimento democratizante, materializado no movimento pela saída do então presidente, caso o jornal apoiasse a sustentação de Fernando Collor no poder (PIMENTEL, 2019).

Por conta dessa possível precaução, observamos que houve uma tentativa dos editoriais publicados pelo jornal *O Globo* de dissociar a crise política que envolvia o então presidente da plataforma econômica do governo Collor. Os títulos das peças opinativas dos dias 1 e 5 de setembro de 1992 – "O que não muda" e "Fora de questão" – já indicavam a mobilização da narrativa de que apesar do futuro político de Collor estar em julgamento, a política econômica defendida pelo jornal deveria ser deixada de fora do escrutínio dos parlamentares no processo de deposição do então presidente. No primeiro trecho de editorial a seguir, *O Globo* cabalmente desvinculava o personagem político em questão do seu próprio programa econômico, afirmando, inclusive que o mesmo não pertencia a Collor e sim ao momento histórico. O jornal sustentava que o chamado "programa de modernização" da economia seria a única opção possível para a sociedade brasileira.

> "Sem dúvida alguma, o presidente Collor mostrou sensibilidade política ao identificar os caminhos apontados pela história e ao buscar neles a sua bandeira. Mas não será furto de seus méritos lembrar que as políticas da modernidade não lhe pertencem, nem deveriam morrer no evento de um final abrupto de seu mandato. Algumas estratégias e posturas são partidárias; outras têm tal significado e abrangência que se situam em plano mais elevado. São suprapartidários; pertencem ao momento histórico, à Nação inteira. No caso da modernização, e no liberalismo passado a limpo e atualizado que ela representa, pode-se dizer que seu cenário é o mundo todo. [...] Seria um contra-senso, uma verdadeira fuga à realidade, imaginar neste momento que a filosofia da modernidade tem o seu destino no Brasil amarrado ao destino político de Fernando Collor. Essa associação indébita não pode ser suposta em nenhum de dois casos: nem como argumento a favor de votos contra o impeachment do presidente, nem com pretexto para fazer o país recuar a posturas e crendices ideológicas que já eram velhas quando o Muro de Berlim ainda estava de pé. [...] O atual programa de governo, em suas linhas gerais, representa mais que uma opção correta: ela é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto, transcende às pessoas e aos partidos" (O QUE NÃO MUDA, *O Globo*, 01/09/1992, p. 6).

Já no trecho transcrito a seguir, o texto editorial realizava uma crítica ferrenha contra movimentos políticos que além de defenderem a saída de Collor da Presidência, também criticavam o modelo econômico neoliberal encampado pelo ex-presidente.

> "No bojo da campanha pelo impeachment do presidente Collor, algumas correntes políticas têm-se aproveitado para ressuscitar bandeiras contra a privatização, numa tentativa de trazer insegurança para o mercado e tumultuar o processo. Não deverão ter qualquer êxito: o programa de privatização, assim como diversas outras iniciativas no campo econômico, nada têm com o impeachment, e muito menos com os escândalos que o trouxeram à luz. A opinião pública não confunde a política privatizante com episódios de tráfico de influência e outras formas de corrupção – só o fazem, com falsos argumentos, os eternos e renitentes defensores da estatização". (FORA DE QUESTÃO, *O Globo*, 05/09/1992, p. 06)

No próprio editorial em que o jornal pedia a renúncia do presidente, não havia uma adesão ou concordância com a denúncia de crime de responsabilidade que Collor teria cometido. A renúncia seria preferível, segundo o jornal, pela falta de condições políticas para ex-mandatário tocar a agenda de reformas econômicas que a empresa jornalística sustentava tão firmemente.

Esse aspecto da cobertura editorial de *O Globo* pode ser percebido, mais uma vez, através do texto do último editorial do jornal no ano de 1992. Na peça opinativa, o periódico afirmava que Itamar Franco e sua coalizão político-partidária teriam angariado um capital político que somente seria bem empregado se fosse preservado "[...] o projeto de modernização que levou a vitória eleitoral a chapa Fernando Collor-Itamar Franco". O jornal reiterava que a agenda liberalizante seria "[...] a única opção para a economia – principalmente para uma que precisa descontar mais de uma década de atraso" (O CAPITAL DO NOVO GOVERNO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 6).

Para concluir a análise sobre os posicionamentos editoriais de *O Globo*, podemos nos perguntar sobre o que aconteceu com a denúncia do jornal de que um golpe contra a democracia poderia estar em curso no país. Apesar de o periódico ter endossado – em editorial publicado em agosto de 1992 – as denúncias de Fernando Collor sobre a existência de uma conspiração, o editorial do dia 21 de novembro, de forma contraditória, refutou a intepretação de um golpe em curso. Interessante que esse editorial específico foi assinado pelo próprio Roberto Marinho.

> De um lado, ficou patente que não houve deposição do presidente por um 'golpe branco', mas simplesmente o seu afastamento do exercício da chefia do Executivo, nos termos constitucionais, para se poder efetuar com equilíbrio e lisura, sem pressões de qualquer natureza, a cabal apuração das responsabilidades indiciados

> nas graves irregularidades que vieram á luz (AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 21/11/1992, p. 1).

O jornal aparenta mudar sua concepção sobre um golpe contra Fernando Collor. Chama atenção o fato de que essa mudança editorial tenha sido feita somente em novembro de 1992, mais de um mês depois do afastamento de Collor pela Câmara dos Deputados. A intepretação de que a mobilização pelo impeachment de Collor foi conduzida por uma ampla coalizão e "esforço democratizante" parece deslegitimar a denúncia de Collor de que seu processo de impeachment teria sido antidemocrático, podendo, então, ser um indicativo para a mudança de abordagem desse tema na cobertura editorial de *O Globo*.

É importante relembrar que, em nossa interpretação, *O Globo* estava entre o sentimento da coalizão democratizante e o apoio ao presidente que aplicava o receituário neoliberal defendido pelo jornal. É interessante que no mesmo editorial em que se denunciava um golpe, *O Globo* tenha sugerido a existência de uma luta seletiva contra a corrupção se o relatório da CPMI em agosto responsabilizasse Collor. Para o jornal, se isso fosse confirmado, "[...] o combate à inflação, as tentativas de restauração econômica, os esforços de modernização econômica continuarão afundando nessa areia movediça de irregularidades institucionalizadas" (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3). Ou seja, o jornal parecia basear seus posicionamentos – se tratava de um golpe ou não –, mais a partir de seus interesses ideológicos e econômicos do que uma leitura coerente dos fatos políticos em questão.

Considerações finais: entre a democracia e o neoliberalismo

Tomando como ponto de partida o editorial em que *O Globo* acusava parlamentares da oposição – antes do início do processo de impeachment – de estarem tramando um golpe contra Collor, é perceptível a mudança do posicionamento editorial que chegou, logo depois, a pedir sua renúncia. Como observamos, o número de editoriais que discutiu a deposição parlamentar de Collor foi muito baixo, o que denota a falta de interesse do jornal em realizar uma campanha favorável – ou até mesmo contrária – ao impeachment. Somente em setembro de 1992, o jornal abordou um pouco mais o processo que ocorria no Congresso com o apoio das ruas. Porém, é necessário lembrar que não houve uma discussão sobre as bases da denúncia contra Collor através da opinião editorial do jornal. Além disso, *O Globo* não propôs uma campanha por uma solução política. Apenas um

editorial realizou um apelo pela renúncia de Fernando Collor, pedido esse que não foi reiterado nos editoriais publicados no prosseguimento do processo de impeachment.

É importante reafirmar que nos editoriais da empresa jornalística podem ser identificadas as marcas ideológicas do jornal (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996). Através dos posicionamentos editoriais podemos compreender as representações construídas, a partir de Roger Chartier (1990), na relação entre opinião e ideologia do jornal. É partir dessa perspectiva que mesmo as declarações aparentemente factuais podem ser desdobradas e remontadas a partir de uma análise discursiva, compreendendo a relação entre opinião e ideologia (VAN DIJK, 1995).

Nesse sentido, identificamos que a principal preocupação editorial de *O Globo* naquele contexto era a garantia da manutenção da política econômica que vinha sendo tocada por Collor. Para o jornal não se afastar do esforço democratizante e do sentimento do combate à corrupção, houve uma modificando sobre seu posicionamento em relação à saída de Collor, porém – para não prejudicar continuação da plataforma econômica do governo emparedado – realizou essa mudança de abordagem com um pequeno número de editoriais, não se posicionando sobre a validade da denúncia contra o presidente, nem fazendo uma campanha contra ele. Ou seja, ao mobilizar editoriais para denunciar as práticas fisiológicas do governo Collor, *O Globo* tentou manter-se alinhado ao combate à corrupção do período, sem buscar aprofundar uma discussão sobre a denúncia específica que levou o então presidente – que sustentava a política econômica defendida pelo jornal – ao processo de impeachment.

Da mesma forma, conseguimos perceber que nos mais importantes editoriais publicados para abordar o impeachment, a grande preocupação de *O Globo* sempre era a possível mudança da política econômica. No editorial de novembro de 1992, assinado por Roberto Marinho, e no qual se refutava a existência de um golpe, o jornal comemorava uma fala do ministro Fernando Henrique Cardoso que teria assegurado "a solidez das nossas instituições democráticas, evidenciada na solução da crise do impeachment, e, ao mesmo tempo, reiterou a decisão de manter a política econômica nacional nos novos paradigmas emergentes com o fim das ideologias" (AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 05/11/1992, p. 1).

Portanto, os editoriais de *O Globo*, nesse contexto, sugerem que tanto a motivação para denunciar um golpe contra Collor, quanto a motivação para o pedido da renúncia do então

presidente, realizado pelo jornal após a votação na Câmara e a posterior refutação de que havia um golpe foi a constante atuação política para que houvesse a manutenção da política econômica neoliberal (PIMENTEL, 2019). Ideário esse que, como discutimos anteriormente, era sustentado por setores das elites brasileiras que buscavam diminuir a intervenção do Estado na economia para assegurar o controle do capital, contudo, mantendo a dura coerção sobre os movimentos organizados dos trabalhadores – articulado desde o sistema repressivo ditatorial – como tem sido a praxe das políticas neoliberais. Portanto, os interesses, as crenças e as tendências ideológicas de *O Globo* são fatores explicativos para a compreensão de sua cobertura editorial do processo de impeachment de 1992.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Carly Batista. **Imprensa e eleições 1989: Razão e Sedução na opinião das elites**. Tese de doutorado, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1993.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 01, p. 211-239, 30 abr. 2019.

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989 – 2002): O neoliberalismo em questão**. Niterói: Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2012.

ARMAÑANZAS, Emiliana; NOCÍ, Javier Díaz. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión**. Universidad del País Vasco, 1996.

AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Mello. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

AZEVEDO, Fernando. Democracia e Mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. *In:* GOULART, J. O. (org) **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, p.239, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Él sentido práctico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

CARNEIRO, Alan Dias; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio Abreu. **A Imprensa faz e desfaz um Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DARNTON, Robert. Writing news and telling stories. **Daedalus** 104(2), 1975.

ESPINOSA, Pastora Moreno. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos** 9–10: pp. 225–238, 2002.

FAUSTO NETO, Antônio. A sentença dos *media*: o discurso antecipatório do *impeachment* de Collor. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J. L.; PORTO, D. (org.) **Brasil: comunicação, cultura & política**. Rio de Janeiro: Diadorim, pp. 328–55, 1994.

FIRMSTONE, Julie. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice** 2(2): pp. 212–229, 2008.

FIRMSTONE, Julie. Editorial Journalism and Newspapers' Editorial Opinions. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2019.

GOMIS, Lorenzo. **El medio media (La función política de la prensa)**. Barcelona: Mitre, 1988, pp. 18-19.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. *in* LAMOUNIER, B. (org) **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LIMA, Venâncio. Globo e Política: 'Tudo a ver', in Brittos, V. C.; BOLAÑO, C. (orgs.). **Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paulus, pp. 103-129, 2005.

MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. ***Rev. econ. contemp.*** **[online]**. 2011, vol.15, n.1, pp.30-61.

MONT'ALVERNE, Camila; ATHANÁSIO, Esther; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. The journalist between the profession and the newspaper's interests: Values and routines in the production of Folha de S. Paulo's editorials. **Brazilian Journalism Research** 14(2): 384–411, 2018.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC),** v. 12, pp. 121-137, 2015.

PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

PIMENTEL, P. **'Não vai mesmo ter golpe': Um estudo sobre os editoriais de O Globo nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016**). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2019.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

SALLUM JR. Brasilio. **O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JR, Brasilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, 82: pp. 163-200, 2011.

VAN DIJK, Teun A. Opinions and ideologies in editorials. In: **Paper for the 4th international symposium of critical discourse analysis, language, social life and critical thought**. Atenas, pp. 14–16, dezembro, 1995.

WAISBORD, Silvio. The Narrative of Exposés in South American Journalism. **International Communication Gazette** 59(3). SAGE Publications: pp. 189–203, 1997.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America**. Columbia: Columbia University Press, 2000.

WEYLAND, Kurt. The Rise and Fall of President Collor and its Impact on Brazilian Democracy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1993.

Temporalidades

A representação mítica de Juscelino Kubitschek em "Os anos JK", de Silvio Tendler

The mythical representation of Juscelino Kubitschek in "Os anos JK" by Silvio Tendler

André Ricardo Zimmermann Silva
Mestrando em História
Universidade Estadual Paulista
andre_zimmermen@hotmail.com

Recebido em: 13/12/2020

Aprovado em: 15/01/2021

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o documentário "*Os anos JK"* de Silvio Tendler e compreender a representação utilizada pelo diretor. Com o golpe civil militar, Juscelino seria colocado em ostracismo político até sua morte. Quatro anos após isso, no contexto de abertura política, o filme é lançado aos cinemas, resgatando a figura política que foi Kubitschek. Além de relatar o período do governo em si, o documentário também mostra todo o período democrático anterior e posterior a presidência de JK. Com um alto teor político e crítico, "*Os anos JK"* busca trazer a discussão da democracia e da ditadura e introduzir a uma nova geração, um momento anterior aonde existia o respeito a constituição e as instituições.

Palavras-chave: Juscelino Kubitschek; "Os anos JK"; Silvio Tendler.

Abstract: The article has as its objective to analyze the documentary "*Os anos JK"* by Silvio Tendler and to comprehend the utilized representation by the director. With the military civilian coup, Juscelino was thrown into political ostracism until his death. Four years later, in a political opening context, the movie was released in cinemas, rescuing the political figure that Kubitschek was. Besides reporting the government period itself, the documentary also shows all the democratic period before and after JK's presidency. With such a high political and critical content, "*Os Anos JK"* looks to bring the discussion of democracy and dictatorship and introducing it to a new generation, a period where there was respect to constitution and institutions.

Keywords: Juscelino Kubitschek; "Os anos JK"; Silvio Tendler.

Introdução

Juscelino Kubitschek foi um dos políticos populares da história do Brasil. Presidente do país entre os anos de 1956 e 1961, sua memória ainda é evocada e lembrada quando nos referimos aos anos 50 e as intensas transformações sociais, culturais e econômicas que ocorreram no Brasil. JK é, quase de modo unanime, lembrado de modo positivo, como alguém que fez o

país crescer, que elaborou e construiu a nova capital, que nascido em uma família pobre no interior de Minas Gerais, venceu na vida e se tornou presidente da república, que trouxe a indústria automobilística para o país, entre outras coisas. Sua imagem está consolidada na cultura como sinal de progresso, esperança e otimismo.

Em 1980, Juscelino ganharia sua primeira representação no formato audiovisual. Trata-se do documentário *"Os anos JK",* de Silvio Tendler, gravado e lançado na ditadura civil-militar, que foi grande opositora e perseguidora de JK. Nessa época, o governo estava promovendo uma serie de aberturas políticas, como a lei da anistia de 1979, com uma alta pressão da sociedade que demandava democracia. Esse clima político permitiu que o nome de JK e do seu governo voltasse a circular na vida nacional, reforçando-os na memória nacional, sobremaneira como um líder e governante democrático em franca comparação com a impopularidade e o autoritarismo dos governantes fardados. No próprio documentário, JK é representado em contraposição aos governos militares, como um líder tolerante e democrático. Aqui cabe fazer algumas perguntas: Qual a representação (CHARTIER,2002) de Juscelino que nos é mostrada em "Os anos JK"? Quais são os elementos principais da mesma? De que modo o documentário constrói a imagem de Juscelino?

Este artigo parte da hipótese de que o documentário se baseia na ideia e na representação mítica de JK para construir uma imagem do mesmo como contraponto ao regime autoritário vigente. O aspecto a ser destacado no mesmo será o de líder democrático que cumpria as normas constitucionais e respeitava o pluralismo democrático, algo que era ansiado pela população que desejava democracia e eleições diretas. Juscelino seria recuperado do ostracismo em que sua imagem vivia e entraria para a memória nacional como um exemplo de líder democrata e popular.

O Conceito de "mito" na representação de JK

Antes de entrar na análise proposta, é necessário explicar o conceito de mito JK que será utilizado neste artigo. Ele deriva da tese de Rosilene Dias Montenegro, "Juscelino Kubitschek: Mitos e Mitologias políticas do Brasil moderno" (MONTENEGRO, 2001) que trouxe uma nova interpretação sobre o político e sobre o símbolo que Juscelino se tornaria na posteridade. Montenegro tenta desvendar e compreender um mito político que evoca uma imagem de Brasil, democrático, moderno e no caminho do desenvolvimento econômico. A análise da autora é de extrema importância para este artigo, pois ela nos ajuda a entender como Kubitschek seria representado e qual imagem sua ficaria na memória nacional.

Para compreender o argumento principal de Montenegro, é necessário apresentar o conceito de mito utilizado na tese. Esse conceito é derivado do excelente livro *"Mitos e mitologias políticas",* do historiador francês Raoul Girardet. A obra se situa no terreno da história das ideias e conceitos políticos, buscando nas diferentes produções culturais da sociedade, alguns dos principais conceitos que moldariam o imaginário político, sendo eles: A conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade. Eles não são excludentes entre si e, muitas vezes, complementam-se e se tornam interdependentes entre si e nos discursos que os utilizam. Apesar de se basear no contexto europeu e, principalmente, francês, a simbologia construída por Girardet pode ser utilizada em outros contextos e realidades. O Juscelino mítico analisado na tese se baseia no segundo símbolo, o do salvador. Montenegro argumenta que este símbolo foi construído pelo próprio Kubitschek, nos seus discursos e na sua ação política, um mito do próprio presente e não uma representação feita após sua morte. A grande questão que a autora tenta responder é a mesma levantada por Girardet "em saber, como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta da transmutação do real e em sua absorção no imaginário" (GIRARDET, 1987, p.71). Por se tratar de um mito construído no presente e na atuação política do presidente, essa construção possui algumas especificidades, que dependem de fatores conjunturais ou de construções narrativas especificas. O modo como isso foi construído é descrito nessa passagem:

> Ora, é justamente a crença, o entusiasmo, que dá a configuração do imaginário desses anos. Já existia o sonho, o desejo de se melhorar de vida, mas não havia crença nessa possibilidade. JK consegue criar essa crença, reavivar esses sonhos, realizar esse imaginário, pelo menos em parte. Cabe perguntar o porquê? Como? A hipótese que levantamos é a de que o governo de JK, desde de sua origem, percebe na mobilização desses sentimentos, desejos e sonhos, caros as camadas populares e a sociedade de uma forma geral, o potencial mobilizador. E o rumo que o país deveria seguir para resolver seus problemas e realizar os sonhos de sua sociedade, era para Juscelino, o da modernização, da política de crescimento econômico a que denominou "desenvolvimentismo". Reforçava-se, assim, a mitologia da modernidade e colocava o imaginário em ação (MONTENEGRO, 2001, p.130-131)

Em relação ao aspecto de formação do mito e de como ele opera no imaginário popular, precisamos levar em consideração aspectos conjunturais e subjetivos. Montenegro destaca que existia uma concordância geral que o país precisa entrar na modernidade e que o desenvolvimento era uma realidade inexorável, tendo o desenvolvimentismo entrado no discurso político com a expectativa de realizar essa tarefa. Na época da presidência Kubitschek, existia uma efervescência de eventos políticos, econômicos e culturais, e ainda sendo uma democracia

política. Esses eventos possibilitaram a mobilização do imaginário da população e a construção de imagens nas camadas populares. A relação entre política, mito e imaginário é imanente, pois o "imaginário constitui um dos elementos instituidores do real." (MONTENEGRO, 2001, p.36) e se inter-relaciona com a política e o mito. Argumentando em outros termos, sem um imaginário capaz de realizar uma mobilização política eficiente, o mito político não é realizável e não se consolida na mentalidade.

A própria história de vida de Juscelino também foi mitificada, criando para si uma lógica única, a lógica da "história sagrada" que possui "uma ordenação lógica, cronológica, ascendente, que tem um objetivo inicial e final". Esse objetivo seria a realização de sua predestinação a atividade política e deste modo "o fim de sua vida não significa seu fim, ao contrário significa sua impressão definitiva na história política" (MONTENEGRO, 2001, p.99). Todos os fatos que ocorreram na vida de Kubitschek, a infância pobre em Diamantina, os estudos para se tornar médico, o ingresso na vida política e a escalada para a Presidência da República são construídos em uma "narrativa sem tensões entre o narrador e o narrado, sem questionamentos, sem lacunas". Todas as obras que contam sua história possuem um grande sentimento de apologia e, muitas vezes, uma nostalgia dos tempos dourados, onde existia esperança no desenvolvimento e no progresso dentro dos marcos da democracia. Em sua tese, Rosilene Dias Montenegro argumenta que o discurso construído pela história sagrada é o:

> "Discurso político ordenado numa narrativa mítica, que conta a vida do mito desde sua origem até sua transformação numa das figuras mais importantes do país. Uma narrativa que privilegia seu ingresso na política, alguns fatos marcantes antes da presidência da República, e, principalmente durante seu governo, em que se destaca sua atuação de maior líder político do país, à época. Sob a vertente da narrativa mítica, as biografias descrevem a história de um indivíduo que, vindo de origem pobre, passa todas as dificuldades e consegue se eleger presidente do país, administrar as diferenças, governar com habilidade e competência, e guiar seu povo para a realização de um tempo de gloria" (MONTENEGRO, 2001, p. 425-426)

Como destacado anteriormente, Juscelino foi o principal agente dessa construção simbólica mítica. Isso pode ser claramente percebido em suas autobiografias, que foram pensadas e elaboradas no exilio, quando Juscelino já vivia o ostracismo político imposto pela ditadura militar, tendo o espaço público negado. Essas autobiografias são "Meu caminho para Brasília". Inicialmente pensada para ser em quatro livros, somente três foram publicados "Experiência de humildade", volume I (1974); "A escalada política", volume II (1976), e "50 anos em 5", volume III (1978). O quarto volume, "Mil dias de exílio", nunca chegou a ser finalizado e somente o

primeiro volume foi publicado com o autor ainda em vida, devido as dificuldades impostas pela ditadura para a publicação. Pode-se se dizer que graças a essas dificuldades, os livros não conseguiram um destaque tão amplo e nunca chegaram a ser reeditados. Em um artigo, a professora Ana Maria Ribas destaca a identidade que Juscelino buscava construir de si mesmo nesses trabalhos:

> "o órfão aos dois anos e meio de idade; o "pobre menino descalço Nonô" da pequena cidade de Diamantina que galgou o mais alto cargo público da nação; a formação/educação exemplar do "grande homem" legada pela mãe Júlia Kubitschek, de ascendência tcheca e professora primária do interior mineiro; o adolescente seminarista estudioso; o jovem telegrafista audacioso; o médico urologista acadêmica e profissionalmente "brilhante"; o político por talento e vocação; o líder democrata pacificador e salvador; o exemplo de estadista da República contemporânea brasileira; o cidadão, ex-presidente da República (RIBAS, 2014, p. 27-28)

Repara-se que a imagem que Juscelino deseja imprimir de si é a do líder mítico, como foi destacado por Rosilene Montenegro. A mobilização de imagens e da imaginação são captadas por Juscelino também na redação de sua história de vida. Como destacado por Rosilene "A construção do mito JK passa fundamentalmente pela capacidade que ele teve, enquanto indivíduo e sujeito da história, de criar e difundir o sentimento de crença na sua figura" (MONTENEGRO, 2001, p. 428). Juscelino iria imprimir na sua vida, uma lógica muito comum entre aqueles que retratam a sua história e que será destaca mais adiante. Juscelino também foi o principal responsável por criar e estimular a mitologia política feita em torno de si. O principal objetivo das autobiografias é mostrar a trajetória do mito político contada por ele mesmo, narrar suas realizações de maneira grandiosa, a origem do grande líder, do chefe responsável por trazer a modernidade para o país e que conquistou todos objetivos de sua vida, não importando o quão difíceis eles eram.

Um fato importante para se destacar é que a representação mítica possui um alto elemento nostálgico, uma época aonde o tempo era harmonioso e único A narrativa criada pelo mito passa um sentimento de uma época boa, com crença no desenvolvimento e no progresso como motores para o futuro da nação. Juscelino seria o líder que deu ao Brasil a mentalidade de que podemos ser um grande país e que esse era o nosso destino, que transmitia a confiança necessária para atingirmos esse objetivo, que nos livrou de um sentimento de inferioridade que somente nos prejudicava e que deu os passos necessários para o caminho do sucesso nacional, uma nação desenvolvida e democrática. A saudade do líder também se traduz em saudade da época, aonde se tinha um presidente que "guiava o célere processo de industrialização e

desenvolvimento econômico, um tempo de democracia, de esperança, de confiança no futuro, de prosperidade" (MONTENEGRO,2001, p.433).

A imagem de JK na época de "Os anos JK" e a "Anistia Cultural"

Para se ter um melhor entendimento do documentário é necessário observar rapidamente em como estava a imagem de JK durante a ditadura militar. Em 1964, JK deu apoio ao golpe civil-militar, muito provavelmente por acreditar que a intervenção militar fosse temporária e a democracia parlamentar representativa fosse retomada brevemente. Mas tendo o regime militar decidido pela revogação daquelas eleições presidenciais, posto a eleição indireta do general Castello Branco em abril de 1964, JK foi acusado de corrupção e de ser apoiado por comunistas, tendo, assim, os seus direitos políticos cassados, além de se ver com vários Inquéritos Policiais Militares para responder aquelas acusações.[1] Depois, passou a viver no exterior e se aproxima de Carlos Lacerda e João Goulart, esse no exílio, quando da atuação na Frente Ampla, movimento que, formado no final de 1966 e ativo até às vésperas da decretação do AI-5, em dezembro de 1968, unia antigos opositores políticos contra o autoritarismo do regime militar e as investidas dele para o seu prolongamento[2].

Com o endurecimento do regime militar, a Censura impõe certo silêncio ao nome de JK e aos seus feitos políticos. Expediente cujo cume se deu pela imposição da ditadura militar à cobertura da mídia eletrônica ao funeral de JK, ocorrido em agosto de 1976, cuja morte em acidente automobilístico se dera com o ex-presidente já residindo novamente no Brasil. A Censura permitiu que noticiários radiofônicos e televisivos apenas emitissem breves notas - inclusive vetando o emprego de imagens pela TV - sobre o enterro de JK, no qual uma multidão esteve presente.[3] Antes ainda a Censura impediu, em 1975, que na trama da telenovela "Escalada", da autoria de Lauro Cesar Muniz e exibida no horário nobre pela Rede Globo, fosse mencionado o nome de Juscelino Kubistchek, uma vez que construção e inauguração de Brasília eram o ambiente em que atuavam o protagonista e vários outros personagens do folhetim eletrônico. Todavia, o avanço do processo de abertura política promovido pelo regime militar sob pressão da sociedade civil organizada que permitiu que o nome de JK e a memória sobre seu governo voltasse a circular na vida nacional, reforçando-os na memória coletiva. Essa volta da

[1] Para maiores detalhes da cassação de Juscelino Kubitschek: http://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-de-vida/13-cassacao-exilio-1964-1967. Acesso: 15/10/2020

[2] Essa informação, com uma breve analise, está contida em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-ampla. Acesso:15/10/2020

[3] Informações retiradas de: http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/5_enterro.html. Acesso:15/10/2020

circulação de seu nome a praça pública dá margem a uma interpretação de que a ditadura promoveria, de modo discreto e em conjunto com o processo de abertura política, uma certa "anistia" a imagem de Juscelino.

Além do próprio documentário sobre JK, dois outros exemplos servem para argumentar em favor dessa hipótese. Um ano após o documentário, no dia 12 de setembro de 1981, é inaugurado o Memorial JK. Localizado em Brasília e projetado por Oscar Niemayer, o acervo do memorial contém itens pessoais, fotografias do ex-presidente e de sua esposa, dona Sarah Kubitschek, ainda possui um auditório com o nome Marcia Kubitschek, filha do presidente, com capacidade para 310 pessoas que possui equipamentos de som e imagem. A construção do memorial foi apoiada pelo presidente militar General João Baptista de Figueiredo, o qual, além de se empenhar na doação do terreno para o memorial mesmo com críticas de chefes militares da chamada linha-dura, esteve na missa de inauguração,[4] atitudes que servem como prova da "anistia" do nome de Juscelino pela ditadura militar. No mesmo ano e sob o clima de luta pela redemocratização do Brasil, uma das escolas mais tradicionais de samba do Rio de Janeiro, a Mangueira, desfilou com samba enredo cantando a imagem de Juscelino Kubitschek, intitulado "De Nonô a JK", composto por Jurandir, Comprido e Arroz. A Mangueira mostrou no seu desfile a imagem de JK como líder popular, "mítico", progressista, exaltando seus feitos como presidente e a seu apreço pela música popular e o violão. A Mangueira obteve o quatro lugar na classificação geral do Carnaval carioca daquele ano, mas cantando o nome de JK para o público da avenida e aos milhões de brasileiros que acompanharam o desfile pela TV.

Os exemplos acima citados mostram que existia uma "recuperação" da memória e da imagem de JK, que foi banida para o ostracismo pelo governo militar. Em um país que ansiava por democracia e eleições diretas, a imagem de Juscelino, um presidente que respeitou a democracia e a constituição, era um perfeito contraponto crítico ao regime que vigorava no Brasil. E é nesse contexto que é produzido e lançado o documentário "Os anos JK", como se verá a seguir.

A Representação de Juscelino em "Os Anos JK"

Em 1980, JK ganharia sua primeira representação no formato audiovisual, no documentário "Os Anos JK - Uma Trajetória Política". Dirigido por Silvio Tendler, produzido

[4] Informações retiradas de: http://www.memorialjk.com.br/pt/.Acesso:15/10/2020

pela Terra Filmes, com financiamento da extinta Empresa Brasileira de Filmes S.A (Embrafilmes), órgão do governo federal para incentivo à cultura. Com sua produção sendo iniciada quatro anos antes de seu lançamento e tendo a narração de Othon Bastos, texto de Claudio Bojunga e depoimentos de personagens políticos que conviveram com Kubitschek, como o marechal Lott e Tancredo Neves [5], ele foi vencedor do prêmio especial do júri e do prêmio de melhor montagem no Festival de Gramado de 1980 e é uma das maiores bilheterias de um documentário brasileiro, junto com *"O fantástico mundo dos trapalhões"* e *"Jango",* que também foram produzidos por Tendler.

O objetivo principal do documentário é relembrar o presidente Juscelino e fazer um forte contraponto dele ao regime militar vigente, com um forte grau de crítica sobre o segundo. Juscelino representa a democracia, a tolerância, o pluralismo democrático, a possibilidade de desenvolvimento econômico nos parâmetros da democracia. Os militares representam o arbítrio, o desrespeito a democracia e aos direitos humanos básicos, a intolerância para com os opositores. Como mostrado pelo estudioso e crítico de cinema Jean Claude Bernadet (1981) que destaca, dentre outras cenas, o uso desse recurso pelo diretor do documentário quando ao enfocar a atitude do presidente JK com a Revolta de Aragarças. Assim, o crítico chama atenção que enquanto se ouve da narração: "Sua prudência e habilidade evitaram crise maior, a revolta é neutralizada e absorvida; há o contraponto com a exibição, no vídeo, de "imagens grotescas e sinistras dos presidentes militares", formando, assim, paralelos de comparação, que são utilizados em todo o documentário, para a análise histórica proposta pelo mesmo (BERNADET, 1981, p.32).

Para atingir o seu objetivo, Tendler se utiliza de rica documentação: [jornais] de época, depoimento de políticos e figuras de destaque que conviveram com JK, um repertorio amplo de imagens, um texto de narração**,** entre outros aspectos. Essa documentação permite ao diretor extrair alguns aspectos marcantes da personalidade do político Juscelino, como destacado pelo crítico Sérvulo Siqueira, esses aspectos são "o espirito da conciliação política, a capacidade de amenizar conflitos partidários, diluir tensões sociais, fazer concessões, conceder perdoes e, sobretudo, de manter viva – através de um constante otimismo – a chama do desenvolvimentismo e o carisma de seu condutor" (SIQUEIRA, 1981, p.68). Outro crítico, Paulo

[5] Informações retiradas de: OS Anos JK. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67261/os-anos-jk>. Acesso: 15/10/2020

Sergio Pinheiro, aponta que o filme mostra uma fase essencialmente conciliadora de JK, principalmente em momentos de tensão política, que são presentes na tradição política brasileira.

O documentário inicia-se com a promulgação da constituição de 1946 e com os deputados constituintes discursando em favor da mesma. Após isso, começa o destaque no personagem principal de Tendler, Juscelino Kubitschek. Utilizando-se da narrativa da "história sagrada", o narrador relata brevemente a carreira de JK numa lógica ascendente, passando pelos cargos de prefeito, governador e presidente (O primeiro mandato como deputado federal é omitido, muito provavelmente pelo pouco destaque do mesmo, não chegando a discursar para os seus pares) O destaque principal da obra é na presidência de Juscelino, mostrando o modo como o ex-presidente consegue manobrar a oposição de direita, que realizava revoltas, e a de esquerda, que organizava protestos em favor de uma maior atenção do governo as questões sociais. O desenvolvimentismo adotado por Kubitschek e a construção de Brasília também são discutidos por Tendler. Após o termino do mandato de Juscelino, o documentário relata o período de crise entre 1961-1964, nas presidências de Jânio Quadros e João Goulart, que termina com o golpe civil militar. O documentário termina exaltando JK em comparação aos governos fardados, que são o alvo principal da crítica do filme. É importante destacar que o documentário realiza críticas ao governo Kubitschek, como na construção de Brasília, aonde o narrador destaca uma demofobia das elites políticas para com as agitações sociais presentes no país.

Para entender a representação de JK destacada por Tendler é necessário salientar alguns aspectos chaves da obra. Como destacado por Marcia Paterman Brasil, a democracia é "a chave histórica que proporciona o fio condutor de sua representação" (BRASIL, 2008, p.44), ou seja, o documentário foi projetado como um filme que relata o período democrático brasileiro entre duas ditaduras. Outro aspecto relevante do mesmo é a questão da memória histórica, aonde uma figura política democrática é apresentada a uma nova geração que somente havia vivido no período ditatorial. Também existe um tom nostálgico, aonde "um tempo feliz que ficou no passado" (BRASIL, 2008, p.47) é apresentado ao espectador.

O que *"Os anos JK"* destaca do ex-presidente são seus valores, que seriam "a etapa do desenvolvimento econômico e mudanças sociais compatíveis com a garantia das liberdades democráticas" (BRASIL, 2008, p. 47). Sem abandonar o tom crítico e se posicionando politicamente durante todo o filme, Tendler mostra um Juscelino tolerante, que respeita as regras do jogo e a constituição e que busca trazer o desenvolvimento econômico. Nesse ponto que pode-se perceber claramente a representação mítica adotada na obra. Ao destacar as

características essencialmente positivas da figura pública Kubitschek, principalmente a de um líder democrata e tolerante, Tendler utiliza-se da representação mítica para criticar os governos militares vigentes e destacar a importância da democracia. Mesmo as críticas dirigidas ao ex-presidente estão mais focadas no modelo de desenvolvimento adotado do que na sua figura pública.

Em entrevista, o diretor discute o que queria destacar no seu documentário quando questionado sobre o porquê de trazer a figura histórica de Juscelino e João Goulart naquele contexto histórico:

> **Romulo Mattos**: E a opção por falar desses dois personagens naquele contexto de abertura política…
>
> **Sílvio Tendler**: Vem um pouco do lado histórico e do lado cinema. O lado histórico é que eu queria mostrar que, no Brasil, tinha havido uma democracia e que tinha funcionado. Os milicos diziam que não dava para ter desenvolvimento com democracia. Eu quis provar com *JK* que era possível ter desenvolvimento e democracia.[6]

A imagem de um governo JK excessivamente tolerante pode ser contrastada com alguns fatos que não são relatados pelo documentário. Denúncias de corrupção da gestão dele chegaram, como remonta Busetto (2016, p.138-140), às ondas do rádio e à telinha da TV, as quais eram emitidas pelo jornalista e, à época, deputado federal udenista Carlos Lacerda, os jornalistas Amaral Neto, Flávio Cavalcanti - esses integrados ao Clube da Lanterna, criado em 1953 para combater o getulismo e o trabalhismo, bem como o jornalista Hélio Fernandes e o humorista Millôr Fernandes; todos tendo sofrido censura nos meios eletrônicos por parte de membros do Governo JK. Outro exemplo nesse sentido é a sátira escrita e composta pelo comediante e musico Juca Chaves. "Presidente bossa nova" coloca em seu título a imagem presidencial misturada com o novo gênero musical que surgia então, a bossa nova. Na letra da canção, o musico destaca as qualidades de "Simpático, risonho e original" do presidente do Brasil, critica a quantidade de viagens realizadas pelo presidente brasileiro, inclusive a da comemoração do aniversário de 15 anos de sua filha no palácio de Versalhes, muitas delas realizadas do Rio de Janeiro para Brasília, o uso da máquina pública para fins particulares "Mandar parente a jato pro dentista", discute a imagem de Kubitschek, sendo ela extremamente midiática e se utilizando de artistas e personalidades para fazer média. O autor também parece ironizar a tendência de novidade nos últimos versos da música "Bossa nova, muito nova, nova mesmo, ultra nova". Ela

[6] Para ver a entrevista completa: http://blogjunho.com.br/entrevista-com-silvio-tendler-politica-e-cultura-de-esquerda-na-obra-de-um-cineasta-engajado/ . Acesso: 16/10/2020

foi composta quando Chaves tinha 16 anos, no ano de 1959, e o cantor conseguiu canta-la na presença de Juscelino que "acabou gostando da música", contudo "seu assessor, Geraldo Carneiro, mobilizou o Departamento de Censura para que proibisse a canção"[7], que não foi censurada devido a decisão judicial favorável ao cantor.

Nesse ponto, cabe-se realizar uma pergunta: Por que a imagem escolhida por Tendler seria a do JK mítico? Uma primeira resposta a essa pergunta já foi dada durante o artigo, a de que o documentário era uma crítica aos governos militares e que Juscelino surgia ali como um contraponto, um presidente democrático e que respeitava o jogo constitucional. Uma segunda resposta está ligada a uma questão geracional e, em certo sentido, "didática", que o documentário serviria para apresentar aos mais jovens, que não viveram aquele momento histórico, um período histórico diferente do atual e o legado de um de seus maiores líderes, a imagem "de um Brasil moderno que ele ufanisticamente ajudou a forjar no curso de seu exercício presidencial" (SIQUEIRA, 1981, p.67) e também de "refrescar a consciência da cidadania fazendo relembrar que a política Brasileira já viveu momentos de dignidade" (PINHEIRO, 1981, P.92). Existe também uma terceira resposta, a de que o mito representaria a esperança por dias melhores que viriam. Relembrando aqui Rosilene Montenegro, um dos fatores que foram necessários para a consolidação de Juscelino enquanto mito político foi a habilidade dele em traduzir as esperanças e expectativas que já existiam na população em ações e discursos políticos, a capacidade dele em mobilizar o imaginário e trazer um sentimento de esperança para o povo, principalmente ligado a questão do desenvolvimento econômico e a da democracia política.

Considerações finais

O presente artigo procurou demonstrar que o documentário "*Os anos JK"* de Silvio Tendler utilizou-se de uma representação mítica do ex-presidente para mostrar o período de seu governo e da vigência da democracia no país. Mostrou-se os principais componentes desse tipo de representação, de que modo ela é construída historicamente e como o mito está envolvido no próprio modo de se contar a história de vida e a trajetória política de Juscelino Kubitschek. Também foi destacado o período histórico de produção do documentário, de como estava a imagem de JK na cena pública na época de exibição do filme e da chamada "anistia cultural". Por fim, foi salientado os aspectos que permitiram mostrar a representação mítica da obra e os motivos em que a mesma foi utilizada.

[7] Correio Brasiliense 21/04/2013. Acesso em: 20/10/2020

Com a ditadura civil-militar, Juscelino seria jogado para o ostracismo público até sua morte, ocorrida em 1976. Após isso e com o início da abertura política promovida pelo regime, há um "regaste memorial" da figura do ex-presidente, muitas vezes destacando as virtudes políticas do mesmo em oposição ao governo, sempre em um tom altamente nostálgico. Isso permitiria que a imagem de Kubitschek adquirisse um tom mítico, sinônimo de um estadista progressista e democrático.

Nesse contexto cultural em que é elaborado o documentário de Tendler. Trazendo para o cinema uma discussão sobre o ex-presidente e sobre a democracia no Brasil. Apesar de possuir discordâncias com JK, a avaliação do diretor sobre o governo é positiva, pois Juscelino era alguém que personificava o espirito democrático e a tolerância. Com uma crítica bem mais centralizada aos governos militares, que representariam o arbítrio e a intolerância, Kubitschek consegue se destacar e se contrapor como um líder político avesso à repressão e ao não cumprimento das regras institucionais.

Referências bibliográficas

BERNARDET, Jean-Claude. **Os anos JK:** como fala a história. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 1, p. 32-36, dez. 1981.

BRASIL, Marcia Paterman. **História e utopia:** O documentário de Silvio Tendler. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2008.

BUSETTO, Áureo. **Um poligrafo na telinha:** O humor televisivo de Millôr Fernandes *(1959-1965).* ArtCultura**,** Uberlândia, v. 18, n. 32, p. 131-151, jan.-jun. 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** Entre práticas e representações. DIFEL, Algés, 2002

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1987.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek:** Mitos e mitologias do Brasil político moderno. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Cinema, historiografia e análise política.** Filme Cultura, n.38/39, ago-nov 1981.

RIBAS, Ana Maria. **O Juscelino Kubitschek da pena autobiográfica**: Entre a memória e o mito político. Rio de Janeiro: Revista Encontros, nº 22, p.22-48, 2014.

SIQUEIRA, Sérvulo. **De Getúlio a Juscelino**, o Brasil no cinema. Filme Cultura, n.37, jan-mar 1981.

Temporalidades

A resistência do jornal *A Semana* a partir do caso dos jovens desaparecidos de Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985)

The resistance of the newspaper *A Semana* based on the case of missing young people from Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985)

Denise Silva e Souza
Graduanda em História
Universidade do Estado de Minas Gerais
desilvasouza38@gmail.com

Rafaela Guimarães Pereira
Graduanda em História
Universidade do Estado de Minas Gerais
raguimaraesp@hotmail.com

Douglas Souza Angeli
Doutor em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
douglas.angeli@uemg.br

Recebido em: 22/11/2020

Aprovado em: 13/01/2021

Resumo: O presente artigo visa analisar a posição resistente do jornal de Divinópolis (MG) *A Semana* quando, em meio à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) pressiona as autoridades, por meio de publicações contínuas, para a resolução do caso de três jovens desaparecidos da Delegacia de Polícia local, em 1982. A situação se torna intolerável no momento em que os anos se passaram e o caso continuou sem solução. Portanto, percebe-se, através do conteúdo veiculado pelo semanário, uma forma de resistir e criticar à opressão e o regime a partir de suas próprias edições.

Palavras-chave: Resistência jornalística; Ditadura Civil-Militar; *A Semana*.

Abstract: This article aims to analyze the position of resistance of the newspaper of Divinópolis (MG) *A Semana* when, in the midst of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) pressures the authorities, through continuous publications, to solve the case of three young people people disappeared from the local police station in 1982. The situation becomes unbearable at a time when the years have passed and the case remains unsolved. Therefore, it is

perceived, through the content conveyed by the weekly, a way to resist and criticize oppression and the regime from its own editions.

Keywords: Journalistic resistance; Civil-Military Dictatorship; The Week.

Introdução

A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) iniciou-se com o golpe de 31 de março de 1964, apoiado por diversos setores conservadores da sociedade, aos quais se soma uma notável parcela da grande imprensa. Mesmo com censura e resistência de vários jornais do país, alguns jornalistas, inclusive, fizeram parte do aparelho burocrático da censura ou a apoiavam[1]. Destarte, foi um período marcado por presidentes autoritários e antidemocráticos que, com a justificativa do combate ao comunismo e à subversão, utilizaram de opressão, censura, tortura, desaparecimentos e demais meios violentos para se consolidarem no poder.

Ao abordar os efeitos da deposição de João Goulart no município de Divinópolis, interior de Minas Gerais, Renato João de Souza (2015) ressalta que a cidade se destacava no centro-oeste mineiro devido ao seu fervor econômico e cultural, ainda na década de 60. Dessa forma, a mesma chamou atenção do governo militar, que tentou acabar com movimentos de esquerda e oposição em Divinópolis na vigência do regime, causando prisões, mortes, tortura e, sobretudo, medo como forma de controle das massas[2]. Percebe-se, portanto, que mesmo sendo uma cidade interiorana, Divinópolis também sentiu os efeitos da ditadura logo em seu início, condizendo com as características a nível nacional[3].

Durante este período de agitação política e social, vários jornais divinopolitanos circulavam na cidade e, muitas vezes, suas notícias eram carregadas de caráter político e posições sociais bem definidas. Corgozinho, Pires e Catão (2015, p. 269), ao discorrem sobre o período da ditadura no município, assim como organizações sociais e jornalísticas da época, salientam que as concordâncias ou discordâncias da mídia divinopolitana ficam evidentes a partir do momento em que se observa quais, e como, as notícias são veiculadas. Para Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) o historiador deve romper com a ideia de que periódicos são menos confiáveis, pois todos os registros utilizados como fonte pelos historiadores possuem sua

[1] Esses personagens colaboradores e/ou simpatizantes do Estado Autoritário são estudados por Beatriz Kushnir (2001) em *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*.
[2] Souza (2015) aponta que no dia 01 de março de 1964 o líder do Partido Comunista de Divinópolis foi baleado em sua casa e faleceu no mesmo dia. Além disso o autor aponta a tortura e prisão de Celso Aquino e Aristides Salgado.
[3] Élio Gaspari (2002) ao analisar os primeiros meses após março de 1964 afirma que a embaixada americana afirmou que, no decorrer de poucas semanas após o golpe, cerca de 5 mil pessoas foram presas.

própria subjetividade. Além disso, o uso da imprensa tem sido mais recorrente nas produções historiográficas brasileiras, pois, assim como aponta Tania Regina de Luca (2011), os periódicos podem contribuir de forma muito intensa na compreensão de passados mais recentes, assim como possibilitam estudos dos mais variados temas e recortes.

O jornal *A Semana*, por sua vez, começou a ser produzido em 1943 e era publicado pela Paróquia de Divinópolis e distribuído internamente entre os franciscanos, mas, a partir do ano de 1946 as edições do jornal passaram a ser comercializadas livremente (CORGOZINHO; PIRES; CATÃO, 2015). Nesse contexto, os autores divinopolitanos Leonardo Lucas Pereira, Erivelta Diniz Duarte, Anderson Cardoso de Oliveira (2015) desenvolveram um estudo mais aprofundado sobre a relação entre os jornais franciscanos da cidade e a ditadura, e apontam que no mês de abril de 1984 o semanário passou a ser dirigido pelas suas três novas proprietárias: Maria Cândida Guimarães Aguiar, Maria Eloísa Antunes e Maria Aparecida Carvalho Carrilho[4]. Essas mulheres se engajaram politicamente e é notável no decorrer dos exemplares analisados alguns textos de oposição e crítica à ditadura, a repressão e violência policial e defesa da liberdade de expressão produzidos por elas.

São as edições entre os anos de 1982 e 1985 que foram selecionadas para análise nesta pesquisa e, mais especificamente, aquelas que abordam o desaparecimento dos três jovens: Jorge Amaro, Adilson Meira e Gilberto Carlos, que estavam presos na Delegacia de Polícia de Divinópolis, onde foram vistos com vida pela última vez. Durante três anos consecutivos, de 1983 a 1985, o semanário publicou majoritariamente em sua capa, a cobrança por respostas sobre o desaparecimento. Infelizmente, a partir das fontes não se obteve informações sobre o motivo da prisão dos jovens, mas, é certo afirmar que desapareceram antes de serem julgados[5].

O acontecido é datado de 1982, mas, nos jornais analisados de tal ano não é possível identificar o exemplar que o notifica, ou se o mesmo foi notificado naquele ano. Contudo, passados aproximadamente doze meses, o caso continuou sem solução e as investigações

[4] Maria Cândida Guimarãea Aguiar nasceu na cidade de Nova Serrana, Minas Gerais. Formou-se em filosofia e pedagogia pela atual Universidade do Estado de Minas Gerais. É também jornalista, tendo feito parte de forma voluntária de diversos periódicos, apesar de não ser formada para essa profissão. Na entrevista, da qual foram retiradas as informações apresentadas nessa nota, concedida a Cristiellen Sousa, Laryssa Costa e Maria Luiza Lopes (2017), Maria Cândida mostra se entender como uma mulher crítica em sua forma de escrita e contrária à censura. Sobre Maria Eloísa Antunes e Maria Aparecida Carvalho Carrilho não foi possível até a finalização desse artigo, encontrar mais referências bibliográficas com informações sobre as mesmas.

[5] A edição do *A Semana* do dia 11 de fevereiro de 1984 traz a seguinte frase junto a foto dos desaparecidos: "Antes de serem delinquentes são pessoas humanas, com direito a julgamento. É o que queremos para eles ou para seus eliminadores" (OS DESAPARECIDOS, 1984, capa). Através disso, é possível afirmar que os rapazes não chegaram e ser julgados.

paralisadas. A primeira edição identificada ao retratar o caso, é datada de 20 de agosto de 1983. Sua folha de rosto conta com a fotografia dos desaparecidos e a frase "Quem dá notícia destes três desaparecidos?" (QUEM dá notícia..., 1983, capa). Além disso, ao final da matéria o *A Semana* afirma que irá notificar o andamento das investigações semanalmente, desenvolvendo uma característica investigativa que procura por respostas incessantemente.

A partir desses elementos, o presente artigo busca responder à seguinte questão: "a ação de cobrança do jornal também é uma forma de resistência?". A escolha do *A Semana* em específico, se justifica pelo fato de que se trata de um jornal divinopolitano que, por ter sido publicado semanalmente, apresenta informações recorrentes do município. Portanto o estudo da resistência por meio de um jornal no interior de Minas Gerais se torna importante devido ao fato de abordar uma história regional, que para Janaina Amado (1990) contribui para o entendimento da história nacional, porém a partir de outras perspectivas. Por esta razão, tal abordagem apresenta um lado ainda pouco estudado no âmbito da historiografia, mas que também contribui para o estudo da história da ditadura no país como um todo. Já a opção por analisar o período entre 1982 e 1985 se explica por ter o caso de desaparecimento dos rapazes de Divinópolis ocorrido no ano de 1982, – momento em que já ocorria a abertura política - enquanto que as análises se limitam a 1985 por ter, naquele ano, sido finalizado o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Quem dá notícia destes três desaparecidos?

O período ditatorial possuiu diferentes presidentes e diferentes momentos de repressão, alguns mais intensos que outros. A partir do *Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais* é possível compreender que os desaparecimentos e mortes eram comuns na ditadura, já que reprimir e eliminar quem se opusesse ao governo se tratava de uma política de Estado (MINAS GERAIS, 2017). Nesse mesmo contexto, a autora Caroline Silveira Bauer (2014), ao analisar a repressão ditatorial e os desaparecimentos tanto no Brasil, quanto na Argentina, aponta que tal ação se justifica pela tentativa da instauração do medo como estratégia governamental. Aproximadamente 90 mil pessoas desapareceram durante as ditaduras latino-americanas somando-se Brasil, Chile, Uruguai e Argentina.

> A repressão política [...] emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares (GASPARI, 2002, p. 137).

O contexto de Divinópolis no mesmo período não é diferente, Souza (2015) faz ressalvas sobre o medo que a população da cidade possuía em relação ao regime, que se revelava em diversas instâncias, seja o temor de demissões, tortura, prisões ou até mesmo por desdobramentos na vida de seus familiares. Mas, esse sentimento não se configurava como ilusão da população, pois o município também foi alvo das perseguições e prisões em grande medida. Hannah Arendt (1989, p. 517) em *Origens do Totalitarismo* sublinha que "o terror é a essência do domínio autoritário". Dessa forma, o medo era um sentimento compartilhado em todo o Brasil, mesmo que sentido em intensidades e formas diferentes.

Os desaparecimentos também se tornaram uma realidade no interior de Minas Gerais, o caso dos três jovens desaparecidos sob tutela da Delegacia Regional de Divinópolis causou indignação e ganhou a capa de diversas edições do semanário *A Semana* circulantes no período. O desaparecimento é datado de 1982, ou seja, a Lei da Anistia já havia sido promulgada, em 1979, e o AI-5[6] não estava mais em vigor. O autor Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007) considera que durante os últimos anos da década de 1970 e os anos de 1980, toda a América Latina sentiu os efeitos de intensas movimentações que clamavam por redemocratização. Soma-se, ainda, amplos movimentos sociais que solicitavam a anistia, Diretas Já e a volta daqueles que foram exilados pelo regime (SILVA, 2007). A oposição e as críticas à ditadura militar nos periódicos começaram a ser mais expressivas, em um momento em que a repressão sobre as diferentes mídias já não fazia tanto efeito quanto antes, já que, como destaca Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa (2020) o fim do AI-5 marcou também o fim da censura aos jornais. Fato que permitiu a abertura para que diversos jornais publicassem incessantemente variados casos de desaparecidos no período do regime militar (LAPA; CABRAL, 1979).

Mesmo com a mudança do cenário e contestações e movimentos que inclinavam para a distensão, os militares ainda detinham o poder de torturar e matar. A partir desse pressuposto destaca-se que o desaparecimento dos jovens da Delegacia de Polícia não é um acontecimento único em todo o país, pois apesar dos ventos de mudança, o regime ainda era responsável pela repressão. O que justifica também uma posição, apesar de bem clara, cautelosa do jornal, uma característica adotada por diversos meios de comunicação no período em decorrência da ainda presente violência (ROSA, 2020).

[6] Ato Institucional que marcou o período de maior repressão por parte do Estado e instaurou a censura.

Ressalta-se ainda que o desaparecimento de Jorge, Adilson e Gilberto esteve nas capas – que para Luca (2011) é um local de destaque para periódicos semanais, como é o caso do *A Semana* – do semanário aqui estudado, porque o tempo passou e não foi dada continuidade às investigações, não se descobriu o responsável pelos desaparecimentos. Muito menos se soube onde estariam os jovens. Afinal, como o sequestro foi uma tática de detenção e promoção do terror nas ditaduras do Cone Sul, era fundamental, para o Estado, que a identidade dos executores ficasse no anonimato (BAUER, 2014). Em *História, política e mídia no Brasil em redemocratização*, Reinaldo Lindolfo Lohn (2016) complementa a informação anterior ao indicar que o não julgamento dos militares responsáveis pelas atrocidades no período, é o maior legado deixado pela ditadura.

Frente a essa situação, em tentativas de contestação do regime e busca por respostas e justiça, o jornal *A Semana* desempenha um papel tanto jornalístico quanto investigativo. Percebe-se portanto que, como a nível nacional, em Divinópolis o momento após a Anistia foi marcado pelos questionamentos dos desaparecimentos, que extrapolaram os limites familiares, convertendo-se numa "campanha nacional" (LAPA; CABRAL, 1979, p. 21). Assim, na edição de 29 de outubro de 1983, além de reportar que foi solicitada uma equipe de solução de homicídios para acompanhar o caso dos desaparecidos, o editorial contata diversos responsáveis pelo assunto que provavelmente dariam informações sobre o andamento do processo, mas foi em vão. Ainda foram questionadas as justificativas dadas para a paralisação das investigações que seria, inicialmente, a falta de verba (DESAPARECIDOS..., 1983, capa).

As tentativas de estabelecer o esquecimento, abordadas por Silva (2007) como uma tática contra a democracia são comuns, assim como as já pontuadas possibilidades de impunidades dos torturadores. Ademais, quando o regime militar não fazia questão de solucionar casos como estes, Bauer (2014) supõe que deixava-se evidente o reconhecimento da morte das pessoas desaparecidas. Esta situação fica clara na edição de 5 de novembro de 1983, quando o jornal reporta que um dos jovens, Jorge Amaro, até então desaparecido "apareceu carbonizado e amarrado, pés e mãos, com arame", portanto com indícios de tortura (OS DESAPARECIDOS..., 1983, capa). Tal descoberta muda os rumos das futuras edições do semanário, até porque os outros dois jovens ainda não tinham sido encontrados, deixando o editorial ainda mais disposto a denunciar e cobrar, pontuando sempre singelas críticas ao regime.

A edição de 17 de dezembro de 1983, por exemplo, aparece com uma forma mais apelativa de se expressar. A notícia dos jovens é colocada no topo da primeira página do jornal,

acima de qualquer outra reportagem. Além disso se apresenta mais chamativa, contendo a foto dos três jovens com as seguintes informações:

> Em S. Paulo, há uma semana, este homem esmagou uma jovem como se esmaga uma barata. Ele já foi localizado para inquérito e julgamento. Em Divinópolis, há um ano, estes homens esmagaram três jovens como se esmagam ratos. Não foram localizados até hoje (CUIDADO..., 1983, capa).

A forma de abordagem do leitor nesta edição, que se repete em outras, faz uma comparação tanto de Divinópolis com outras cidades, quanto do Brasil com outros países, como a Argentina por exemplo[7]. Acredita-se que tal método comparativo teve por objetivo causar a indignação dos leitores em relação ao que o jornal colocava como absurdo, a fim de convencê-los para que também buscassem respostas. Ou seja era uma tentativa de formação de opinião, e os jornais possuem grande responsabilidade no que tange à construção de um pensamento crítico, adiciona-se ainda o fato de que, como ressalta Luca (2011), o século XX foi marcado por um processo de modernização na produção de periódicos, fazendo com que localidades distantes conseguissem também ter acesso ao conteúdo. Tanto em decorrência do barateamento, quanto da maior velocidade do transporte. Ademais, para Reinaldo Lohn (2016) no período de abertura política, a imprensa assegurou o posicionamento público das massas em um contexto que, para o autor, os leitores ganhavam o título de opinião pública. E o *A Semana* usa desta perspectiva para fazer seu apelo.

Ainda na mesma edição, abaixo da inscrição citada, há uma frase com a letra maior e mais chamativa: "Cuidado: se o crime compensa, amanhã o esmagado ou o esmagador (qual o pior?) pode ser você, ou seu filho ou o seu irmão", deixando evidente que o desaparecimento sem respostas também é um crime (CUIDADO..., 1983, capa.). A partir dessa perspectiva, Élio Gaspari (2002) no livro *A ditadura envergonhada* analisa uma posição parecida a do semanário *A Semana*, mas se trata do jornal *Correio da Manhã*, e bem no início do período militar. Este fez publicações veementes sobre as torturas como forma de denúncia, e possuiu repercussão até no governo repressor. Dessa forma, considera-se que o *A Semana,* assim como o *Correio da Manhã*, buscava divulgar os desaparecimentos e morte não apenas como uma forma de encontrar o responsável, mas também como "uma pressão sobre o governo para que rompesse a silenciosa

[7] Em 4 de fevereiro de 1984 o semanário traz o questionamento, precedido também por uma comparação: "Na Argentina, começaram a aparecer os desaparecidos e seus eliminadores. E aqui em Divinópolis: até quando durará esta vergonha?" (OS DESAPARECIDOS, 1984, capa). Tal afirmação critica tanto o descaso para com o caso divinopolitano, quanto a ditadura brasileira. Visto que a Argentina em 1983 já estava passando por um processo de abertura política e, no Brasil, já era o ano de 1984 e a redemocratização era apenas um projeto.

cumplicidade que oferecia ao crime" (GASPARI, 2002, p. 146). Além disso, para Daniel Aarão Reis (2010) alguns jornalistas, junto a políticos e eclesiásticos, sempre usaram da coragem para fazer oposição ao regime, enquanto ele durou.

Quando se completou aproximadamente um ano sem respostas sobre o paradeiro dos outros dois jovens, ou do (s) responsável (eis) pelo desaparecimento dos mesmos, a publicação do *A Semana* da véspera do Natal de 1983 abordou o público fazendo uma relação entre a indignação que o caso provoca e a moral cristã. Ao fazer uma reflexão sobre as conexões entre imaginário social e o poder, Bronislaw Baczko (1985) considera que a mentalidade coletiva é um espaço de disputas e conflitos, e, para o autor, momentos de crise – como a década analisada – há a intensificação de imaginários que contrapõe, de alguma forma, o poder vigente. Como é o caso do semanário analisado, que visa tocar seu leitor a partir da veiculação não só de informações, mas também de símbolos:

> Os sinos de Natal dobram por delinquentes como estes sem direito a um julgamento. Os sinos de Natal dobram pelas angustiadas mães destes homens desaparecidos. Os sinos de Natal dobram por uma Comunidade que se debate insegura entre criminosos (SEM TÌTULO, 1983, capa).

Como o *A Semana* se trava de um semanário de origem católica, apresenta o questionamento da falta de respostas e o relaciona com uma festa tradicionalmente cristã, o Natal, e evoca as mães dos desaparecidos em um momento em que a imagem de Maria, mãe de Jesus, é associada diretamente. Ademais usa-se a expressão "delinquentes", não desconsiderando que os jovens poderiam ser também criminosos, já que estavam sob custódia da Delegacia Regional de Divinópolis quando desapareceram. Tal qual se observa, os símbolos são muito utilizados e, assim como menciona Baczko (1985), a persuasão dos imaginários coletivos está relacionada à sua veiculação, portanto os meios de comunicação em massa são essenciais. Para o autor quando "uma coletividade se sente agredida pelo seu exterior [...] ela põe em marcha, com meio de autodefesa, todo seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando suas acções" (BACZKO, 1985, p. 310). E esse ponto é facilmente percebido no momento em que o semanário faz diversas alusões relacionadas a fé católica a fim de, sobretudo, convencer o público leitor e até viabilizar sentimentos como misericórdia, comoção e/ou indignação.

Das fontes analisadas, aquelas a partir de 1984 possuem, geralmente, o mesmo caráter. Sempre no topo da folha inicial, com a foto dos três jovens e com uma frase ou pequeno texto relacionados ao caso. Textos esses que variam entre questionamentos ou trechos de falas de

importantes membros da Igreja Católica. Neste momento o *A Semana* se posiciona não só em relação ao caso, mas também ao regime, fazendo outras denúncias que envolvem os abusos policiais e situações carcerárias. Ao folhear o jornal não é difícil encontrar charges ou tirinhas que dão dicas de como reagir a uma violência policial, ou até mesmo notícias de cidadãos sendo vítimas dos agentes militares nos bairros divinopolitanos. Em alguns momentos essas notícias até compartilham a capa do semanário junto à questão dos jovens.

Na edição de 04 de fevereiro de 1984, o jornal reporta que as apurações sobre os desaparecimentos dos jovens poderiam começar, visto que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) de Divinópolis estaria agindo para isso (OS DESAPARECIDOS...,1984, capa). Em 11 de fevereiro o semanário retoma dizendo que as apurações começaram e que a CDH e o próprio jornal estariam empenhados em noticiar a população sobre o andamento do processo (OS DESAPARECIDOS..., 1984, capa). Porém, observa-se nas próximas edições que, mesmo com tais esforços, o caso continuou sem solução. A partir da análise destes desaparecimentos em específico, é visível as articulações da estrutura do governo opressor para mascarar a repressão de todas as formas, seja nas grandes capitais, ou pequenas cidades interioranas. Como sustenta Gaspari (2002), pelo fato de os governantes da época não considerarem a tortura como uma pauta da luta dos direitos humanos, quem a denunciasse e a confirmasse estaria, consequentemente, atacando o regime.

Esta é uma característica marcante da ditadura militar, sobretudo porque o Estado autoritário era responsável pelos desaparecimentos, então fazia questão de que tais casos não fossem resolvidos (LAPA; CABRAL, 1979). Tanto que, em várias reportagens do *A Semana* nota-se como o inquérito passa de um órgão a outro, de uma pessoa responsável a outra e ninguém é capaz de solucioná-lo. Essa situação é analisada por Lapa e Cabral (1979) que interpretam que essa era uma realidade da ditadura, principalmente em razão dos locais clandestinos de tortura e prisão, já que muitas vezes o preso era transportado de um lugar para outro sem que ninguém realmente soubesse onde ele estava.

Entre as edições do dia 31 de março a 12 de maio de 1984 o caso dos rapazes aparece com menos frequência na primeira página dos jornais. Mesmo assim, o semanário não deixa de relembrar o ocorrido, e o modelo adotado já há algumas semanas pelo *A Semana* é mantido, na tentativa de manifestar e gerar descontentamento. É possível perceber que tal intenção surte efeitos quando na edição do dia 14 de abril de 1984, sob o título "Sugestão/Desaparecidos", é veiculada uma frase sugerida por um leitor para ser utilizada na busca por respostas quanto ao

caso: 'Estou enviando sugestão para o próximo Quadro dos Desaparecidos: "Longe da Cruz, eu confio mais em um revólver, apóio o opressor com medo de perder privilégios, perco a identidade, não tenho mais irmãos..." de Neimar de Barros.' (CORRÊA, 1984, p.6)

Como informado, Jorge, um dos rapazes desaparecidos da Delegacia de Divinópolis, havia sido encontrado assassinado. Percebe-se, porém, que mesmo já sendo noticiado o assassinato, a imagem do rapaz é mantida juntamente com as fotos de Gilberto e Adilson, que continuavam desaparecidos. Certamente, isso ocorreu devido à necessidade de se investigar não só sobre quem seriam os responsáveis pelo sumiço dos rapazes, mas também a autoria do crime que levou um deles a morte. Entretanto, a partir da edição de 29 de junho de 1984, o jornal deixa de apresentar a foto de Jorge, e o "Quadro dos desaparecidos" – fotografias e frases de efeito envoltos por uma margem retangular – passa a apresentar apenas os rostos de Adilson e Gilberto (OS DESAPARECIDOS, 1984, capa).

Observa-se, a partir daí que se diminui a frequência com que o *A Semana* veicula o "Quadro dos Desaparecidos" ou informações sobre o caso dos desaparecimentos – essa diminuição já havia ocorrido antes, porém, apenas para publicações na primeira página do jornal, dessa vez, ela se fez no semanário como um todo. Merecem destaques, porém, as edições de 12 de outubro de 1984 e de 06 de julho de 1985. A primeira faz uma crítica a Carlos Fulgêncio que estava deixando o cargo de Secretário de Segurança sem dar satisfações sobre o paradeiro dos jovens desaparecidos em Divinópolis. Além disso, o jornal passa a cobrar, mesmo que nas entrelinhas, o comprometimento do novo secretário Bias Fortes: "Vejamos se poderemos confiar mais no novo Secretário Bias Fortes e se sua equipe cumpre o que trata" (OS DESAPARECIDOS, 1984, p. 8).

Quanto à versão já citada de 1985, destaca-se por ser a última – do período analisado (1982 a 1985) - em que se pode verificar notificação do caso dos rapazes divinopolitanos. Nela, o modelo "Quadro dos desaparecidos" não se altera. Porém, a frase que aparece ao lado da fotografia de Adilson e Gilberto é a do então prefeito de Divinópolis, Aristide Salgado dos Santos, que mostra ser favorável às investigações do caso e diz dar apoio a CDH da Câmara de Vereadores da cidade. (OS DESAPARECIDOS, 1985, p.2)

É interessante ressaltar que a escassez de publicações sobre o caso dos divinopolitanos desaparecidos, observada a partir da metade de 1984, coincide com um momento de transformações políticas. É visível a atmosfera de esperança que inunda as publicações do *A*

Semana no contexto de redemocratização[8]. Além disso, passaram a ser frequentes publicações de outras pautas ainda ligadas aos Direitos Humanos, como a cobrança pela reforma do presídio de Divinópolis[9] ou denúncias diversas sobre violência policial[10]. Isso leva a crer que esses fatos influenciaram na já comentada diminuição de notícias a respeito do desaparecimento aqui estudado, seja por ter se iniciado um período de abertura política, que não justificasse as cobranças antes realizadas, – o que não se sustenta fortemente por haver outras denúncias de atentado contra os Direitos Humanos – seja pelo surgimento de pautas mais urgentes naquele momento. Entretanto, essas são apenas suposições que não se objetiva aprofundar neste trabalho e carece de investigações futuras.

"Cadê os desaparecidos, hein?": a ação resistente do jornal *A Semana*

Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, uma das principais, e talvez a mais notável, formas de resistência se deu pela luta armada. Esta, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), se intensificou a partir de 1969 e era responsável por diversas ações como expropriações, - que financiavam os grupos envolvidos - resgate de presos políticos, assaltos a depósitos de armamentos e sequestros. Entretanto, sabe-se que nem toda oposição ao governo ditatorial se fez com o uso das armas. Portanto, para que se possa melhor entender esse fato, vale destacar a definição de resistência proposto por Heloisa Maria Murgel Starling et al. (2014, p. 342):

> O conceito de resistência aponta para a adoção de formas de defesa e de ação orientada por uma ideia central: um governo ditatorial, para funcionar, depende da colaboração ou pelo menos do consentimento – e da obediência – de boa parte da sociedade. Uma atuação no campo da resistência política tem como objetivo mobilizar a sociedade (ou mobilizar grupos dentro dela), de maneira concertada, em torno de três pontos principais: a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial.

Através desse conceito, pode-se, portanto, entender como *resistentes* também as ações de diversos grupos civis, como advogados, defensores dos Direitos Humanos, artistas no geral, sindicalistas, parlamentares, religiosos, familiares de vítimas, jornalistas, dentre outros, que mobilizaram esforços – sem o uso de armas - para disseminar informações e ideias, gerar conscientização e cobrar pelo fim das arbitrariedades, pelo respeito aos Direitos Humanos e trabalhistas, e por respostas sobre torturados, mortos e desaparecidos. Isso se fazia por meio de

[8] Um exemplo é o editorial que é publicado pelo semanário em 07 de setembro de 1985 sob o titulo de "Feliz Aniversario Liberdade". (FELIZ..., 1985, p.5)
[9] Pode-se citar a matéria "Reforma da cadeia, um caso de policia." (REFORMA...,1985, capa).
[10] Nesse caso, chama atenção a manchete "Vítima de violência policial procura Direitos Humanos". (VÍTIMA..., 1985, capa)

ações que iam desde a ida de delegacia em delegacia em busca de presos políticos, perpassando letras de canções e peças de teatro com críticas subentendidas, até a clara divulgação e oposição aos casos de violências e censuras aplicadas pelo Estado. É a essa resistência "não armada" que estão relacionadas as ações do jornal divinopolitano *A Semana*.

Como já dito anteriormente, o semanário foi insistente ao cobrar das autoridades respostas quanto ao desaparecimento de três jovens que estavam detidos na delegacia de Divinópolis. Durante os anos analisados (1982 a 1985) o *A Semana* mesmo que não apresentasse novas informações, não deixava de lembrar o caso dos rapazes, fosse por meio do "Quadro dos Desaparecidos" ou por frases curtas como "Cadê os desaparecidos, hein?" (CADÊ..., 1984, capa). Entende-se aqui que, tal insistência ocorrida mais intensamente no ano de 1983, foi uma forma de manter as autoridades alertas para a inconformidade não só do jornal, mas de toda a população quanto à violência policial e o desrespeito aos Direitos Humanos. As constantes notificações quanto ao caso, em um trabalho quase que investigativo, mostrava que a impunidade já não seria mais aceita.

Apesar de o caso ter ocorrido em 1982 e as cobranças constantes do *A Semana* ter se iniciado em 1983, momento considerado de afrouxamento das políticas ditatoriais, de acordo com Alves (1984), a abertura política se deu de forma controlada e as medidas tomadas nesse período mais tinha a função de desarticular a oposição e dar uma nova imagem aos membros do governo do que de promover o fim do regime militar. Incluso nisso estavam a Lei de Anistia (1979) e a Lei de Reforma Partidária (1979). Dessa forma, apesar do clima de reabertura, a ditadura persistiria por mais alguns anos. A Lei de Anistia dava perdão aos presos políticos, não ligados à luta armada, e aos torturadores que agiram anteriormente a promulgação da lei, mas não impedia que novas prisões e novos episódios de tortura e violência policial ocorressem. Até porque as forças policiais, ainda influenciadas pelas medidas e pelo aval do Estado, pareciam se sentir livres para agir e aplicavam a violência até mesmo por questões pessoais[11].

Por isso, o ato de cobrar investigações, como o realizado pelo *A Semana,* sobre situações de maus tratos pode se configurar como resistência não só porque enfrentava a violência e cobrava o respeito aos direito humanos, mas também porque buscava impedir que casos semelhantes voltassem a acontecer, mediante possibilidade de punições dos responsáveis.

Para além disso,

[11] É o caso do mecânico Jorge que foi, segundo ele, torturado em Divinópolis, por um sargento e um policial por não conseguir quitar uma dívida que havia contraído com esse mesmo sargento (MECANICO..., 1984, capa.).

> É fundamental que se diga que a recuperação da memória de tempos de recrudescimento da dominação possibilita a emergência de estratégias diversificadas de resistência, recurso básico para um país que a todo momento precisa estar alerta na luta pela democratização plena e pelo alcance de sua dignidade que, por sua vez, só pode ser atingida em padrões ampliados de justiça social para o seu povo. A possibilidade de acesso à informação certamente tem um papel central em todo esse processo (AQUINO, 1999, p. 257).

Nesse sentido, o *A Semana* também se mostrou efetivo. Isso porque, para a população do período aqui tratado, o jornal não apenas levou informação sobre o desaparecimento de Gilberto, Jorge e Adilson, como também despertou o olhar para os Direitos Humanos, o que, como expressa o fragmento acima, dava espaço para o surgimento de discordâncias, por parte da sociedade, frente aos casos de maus tratos, além de trazer (re)conhecimento dos próprios direitos[12]. Além disso, o semanário deixava explícito, através das publicações sobre os rapazes desaparecidos – e de outras notícias,[13] - seu desejo e luta por democracia, bem como marcou a história e memória da cidade de Divinópolis, apresentando recursos para a luta democrática naquele período, mas que podem ser consultados e utilizados até os dias atuais.

A ênfase com que o jornal tratou o desaparecimento dos rapazes e a forma como divulgaram o caso – uso de frases de efeito, reflexões bíblicas, comparações com situações semelhantes já solucionadas em outros estados e países, etc. – acabou por, além de informar, mobilizar a população em torno do ocorrido, o que pode ser observado em momentos em que o semanário abriu espaço para a opinião de leitores sobre o caso, como no já citado texto intitulado "Sugestão/desaparecidos" e como na edição do dia 18 de fevereiro de 1984. Nela, na primeira página, sob o título "Uma palavra livre muito especial", um (a) leitor (a), que prefere não se identificar, expressa sua posição contrária "aos abusos que tão frequentemente ocorrem" e parabeniza o jornal pela insistência quanto ao caso dos rapazes. É interessante perceber o cunho religioso que a mensagem traz: "Penso que a vida e obra de D. Bosco deveria ser impressa e distribuída gratuitamente com educadores, policiais, pais de família, etc." (UMA PALAVRA...,

[12] Além do caso dos rapazes, nos jornais publicados durante o período analisado percebe-se diversas outras denúncias de violência cometidas pela polícia. Observa-se também charges criticando os maus tratos, séries voltadas para a educação em Direitos Humanos e editoriais sobre o mesmo tema. Ver *A SEMANA*, 12 de outubro de 1984 (TEJE PRESO..., 1984, p.9) e o editorial "Brasil contra tortura" (BRASIL..., 1985, p.3).

[13] Quanto a isso veja, a posição a favor da democracia expressa pelo jornal quando noticia um atentado que sofreu em 1985. Na data do ataque o país já tinha como presidente José Sarney e já não estava em período ditatorial. Entretanto, em uma democracia a tão pouco (re)inaugurada e com necessidade de consolidação, posicionamentos democráticos como o apresentado pelo semanário se faziam (e se fazem) de grande importância (JORNAL..., 1985, capa).

1984, capa). Isso mostra a influência religiosa nos valores e pensamentos dos divinopolitanos, bem como o sucesso das estratégias do *A Semana* em atingir e mobilizar o público.

Aproveitando, certamente, o afrouxamento da censura no momento de abertura política, o jornal não só se fazia resistente como conseguia demonstrar a resistência de setores da sociedade. Afinal, além dos apoios explícitos enviados ao jornal por leitores, é possível perceber um apoio implícito, uma vez que, por tanto tempo e com tamanha frequência o caso dos desaparecidos se manteve nas páginas do semanário, certamente por haver concordância dos leitores. Caso contrário, a ação do *A Semana* não teria se sustentado.

Cabe ainda lembrar que, assim como afirma Corgozinho, Pires e Catão (2015, p.270), "a imprensa escrita, além de registrar acontecimentos cotidianos, possui desde os primórdios até a atualidade a capacidade de influenciar os próprios acontecimentos em curso, potencializando-os ou até mesmo neutralizando-os". Dentro disso, percebe-se que o *A Semana* contribuiu com a luta pelos direitos humanos, e pelo fim do regime militar visto que buscou compor o crescente grupo de resistência aos maus tratos e às decisões arbitrárias. Resistência essa que, como expressa Alves (1984, p. 217), passou a contar mais firmemente com a imprensa após o fim da censura prévia em 1978, pois, a partir daí, tal imprensa pôde assumir "importante papel na ampliação do tímido processo de liberalização." Além disso, o jornal foi capaz de formar opinião e, certamente, influenciar regiões vizinhas, devido à importância da cidade de Divinópolis já naquele momento.

Por fim, vale destacar a exposição que a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 260) faz quanto aos casos de desaparecimentos:

> A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da Liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana (...).

Assim, o semanário *A Semana* não só se opôs à impunidade em torno dos desaparecimentos como também mostrou importância na desconstrução de uma imagem de "país e governo perfeitos" que o regime militar vinha tentando construir com base na censura e repressão.

Considerações finais

A partir da análise de uma série de edições entre 1982 e 1985 do jornal *A Semana* e da realização de revisões bibliográficas, defende-se que a postura do semanário aqui estudado foi uma forma de resistência às violações dos Direitos Humanos e ao regime militar. Isso se deu

através da cobrança insistente, que partiu do jornal, por respostas das autoridades quanto ao paradeiro de três rapazes que desapareceram da delegacia de Divinópolis (MG) em 1982.

Apesar de a posição do semanário a favor dos Direitos Humanos ter sido analisada entre 1983 e 1985, momento em que a censura e retaliações por parte do Estado já não se faziam tão presentes, o *A Semana* se mostrou parte da resistência, sobretudo porque os meios de comunicação em massa, no período ditatorial (1964/1985), tinham como importância levar a "informação aos cidadãos sobre os fatos e acontecimentos que apresentavam relevância e, muitas vezes, interferência significativa na sua vida cotidiana, mas que eram distanciados social e geograficamente do ambiente desta mesma vivência" (FONSECA et al, 2017, p. 226). Por esta razão, denunciar, publicamente, atos do governo em tal período significava levar este conhecimento à população que, muitas vezes, ficavam à margem de tais assuntos devido à censura. Ademais, o *A Semana* não se limitou a fazer apenas esta cobrança, mas também denunciar outros abusos policiais, corrupção e situação carcerária crítica. Tais abusos denunciados não se referiam apenas ao território divinopolitano. Por vezes, o jornal explicitou casos de violência ocorridos em várias cidades próximas à Divinópolis[14], apresentando aos leitores um espaço mais amplo em que se desenhavam os desrespeitos aos Direitos Humanos e os excessos da Ditadura Militar e de seus desdobramentos.[15]

Diante disso, com base no caso dos jovens desaparecidos ou através das demais denúncias que veiculava, o *A Semana* não só levava informações sobre os fatos, como também alertava às autoridades sobre a inconformidade com as situações de violência policial e com o cenário político da época. Além disso, o jornal se esforçava para despertar a atenção da sociedade sobre os direitos que possuíam, impedindo, assim, que a desinformação deixasse espaços para desrespeito aos Direitos Humanos. Dessa forma, o semanário compunha o grupo dos que lutavam pela democracia e ainda buscava mobilizar a população para ingresso nessa mesma luta.

Por fim, vale ressaltar que o caso de desaparecimento aqui estudado, por ter ocorrido no interior de Minas Gerais, na cidade de Divinópolis, demonstra o alcance e disseminação das ações violentas cometidas pelo Estado durante a Ditadura Civil-Militar. Ou seja, a repressão não se limitou aos grandes centros nem se configurou como um aspecto pontual do regime. Do mesmo

[14] Sob a manchete "Abertura de IPM para apurar denúncia" o *A Semana* denunciou violência sofrida por um casal em Bom Despacho. (ABERTURA..., 1984, capa)

[15] Cabe lembrar que o *A Semana*, em 1983, já contava com 40 anos de existência. Ademais, o jornal teve origem em Divinópolis, cidade importante do centro-oeste mineiro, capaz de influenciar as regiões vizinhas, o que permite entender o alcance e a importância do jornal analisado.

modo, ao observar as medidas tomadas pelo jornal local *A Semana* em busca de resposta sobre o desaparecimento, permite entender que variadas formas de resistência e oposição se faziam presentes, deixando explícito o amplo esgotamento do regime no momento de abertura política.

Referências bibliográficas

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil:** 1964-1984. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: AMADO, J.; SILVA, M. A. (Org.). **República em migalhas:** História regional e local. São Paulo: Marco zero/CNPq, 1990, p. 7-15.

AQUINO, M. A.. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil:** Nunca Mais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, E. et al. **Anthropos-Homem.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAUER, C. S. **Brasil e Argentina:** ditaduras, desaparecimentos e política de memória. 2. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. Jornais editados em Divinópolis durante a primeira metade do séc. XX. In: CATÃO, L. P.; PIRES, J. R. F; CORGOZINHO, B. M. S. (Org.). **Divinópolis:** História e Memória – Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. v.2. p. 267-316.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador*:* conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FONSECA, Claudia Graça da. et al. Censura aos meios de comunicação de massa de Belo Horizonte, aos espetáculos artísticos e culturais e aos intérpretes. In: MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]:** Relatório. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 4. p.223-306 Disponível em: < http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais_Relatrio%20Final_2017.compressed.pdf > Acesso em: 26 set. 2020, 09:35:45.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 a Constituição de 1988. 2001. 428p. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280688>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LAPA, R; CABRAL R. **Desaparecidos políticos***:* Prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opção. Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In.: GONÇALVES, J. (org.). **História do Tempo Presente***:* oralidade, memória, mídia. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 59-99.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]:** Relatório. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 1. Disponível em: < http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais_Relatrio%20Final_2017.compressed.pdf > Acesso em: 19 out. 2020, 15:51:00.

PEREIRA, Leonardo Lucas; DUARTE, Erivelta Diniz; OLIVEIRA, Anderson Cardoso de. Sinos e Sirenes se beijaram: ideologias de franciscanos em Divinópolis nos jornais Santuários Santo Antônio, Sino e a Semana. In: CATÃO, L. P.; PIRES, J. R. F.; CORGOZINHO, B. M. S. (Org.). **Divinópolis:** História e Memória – Origens e Religião. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. v. 1. p. 397 – 454.

REIS, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. [on line] **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro,, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: 01 nov. 2020. 13:12:26.

ROSA, Amilcar Alexandre Oliveira da. Imprensa e sociedade em transição. In.: ANGELI, D. S.; VARGAS, J. M. (orgs.). **Contribuições recentes sobre História e Política:** uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 19-35. Disponível em: < https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_4c62d78867184557895dc66ec7d801c6.pdf> Acesso em: 04 nov. 2020, 10:32:56.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org) **Brasil Republicano – O tempo da ditadura:** regimes militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4. p. 243-282.

SOUSA, Cristiellen; COSTA, Laryssa; LOPES, Maria Luiza. O jornalismo pelo olhar de Maria Cândida. **Vertentes**, Divinópolos, Minas Gerais, 15 out. 2017. Disponível em: <https://medium.com/portalvertentes/o-jornalismo-pelo-olhar-de-maria-c%C3%A2ndida-b5bec3c3c6a059>. Acesso em: 11 jan. 2021, 14:30:38.

SOUZA, Renato João de. Repercussões do golpe Civil Militar de 1964 em Divinópolis. In: CATÃO, L. P.; PIRES, J. R. F.; CORGOZINHO, B. M. S; (Org.). **Divinópolis:** história e memória – Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. v.2. p. 115-316.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *et al.* A resistência da sociedade cível às graves violações de Direitos Humanos. In: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade** - Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. v. 2. p. 341-414.

Fontes

Arquivo Público Municipal de Divinópolis (MG)

CADÊ os desaparecidos, hein? **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 03 ago. 1984.

CORRÊA, L. Sugestão/Desaparecidos. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 6, 14 abr. 1984.

JORNAL "A Semana" sofre atentado. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 18 maio 1985.

MECÂNICO diz que apanhou da policia. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 12 maio 1984.

OS DESAPARECIDOS: começam as apurações. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 11 fev. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 11 fev. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 29 jun. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 8, 12 out. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 2, 6 jul. 1985.

QUEM dá noticia destes três desaparecidos? **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 20 ago. 1983.

TEJE PRESO: o que fazer? **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 9, 12 out. 1984.

UMA PALAVRA livre muito especial. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa,18 fev. 1985.

Centro de Memória Profª Batistina Corgozinho (CEMUD)

ABERTURA de IPM para apurar denúncia. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 14 jan. 1984.

BRASIL contra a tortura. **Jornal A Semana,** Divinópolis, MG, 11 dez. 1985. Editorial, p. 3.

CUIDADO: se o crime compensa, amanhã o esmagado ou o esmagador (qual o pior?) pode ser você, ou seu filho, ou seu irmão! **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 17 dez. 1983.

DESAPARECIDOS: Paralisadas as investigações. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 29 out. 1983.

FELIZ aniversário, liberdade! **Jornal A Semana,** Divinópolis, MG, 7 set. 1985. Editorial, p. 5.

OS DESAPARECIDOS: Estaca Zero. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 5 nov. 1983.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 04 fev. 1984.

OS DESAPARECIDOS: Apurações podem começar. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 04 fev. 1984.

REFORMA da cadeia, um caso de polícia. **Jornal A Semana,** Divinópolis, MG, capa, 09 mar. 1985.

SEM TÍTULO. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 24 dez. 1983.

VÍTIMA de violência policial procura Direitos Humanos. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 20 jul. 1985.

Temporalidades

Entre práticas e representações sociais: imprensa e relações de trabalho no Tempo Presente (Santa Catarina, 1980 – 1990)

Between practices and social representations: press and work relations in the present time (Santa Catarina, 1980 - 1990)

Geovanni Rocha Junior
Doutorando em História
Universidade do Estado de Santa Catarina
geovanni.rochajr@gmail.com

Recebido em: 24/04/2020

Aprovado em: 08/01/2021

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve interpretação histórica acerca das representações sociais formuladas em torno das relações de trabalho durante o processo de redemocratização brasileiro. As análises desta proposta foram desenvolvidas por meio de uma investigação abrangente realizada no jornal *Diário Catarinense*. Compreende-se que as práticas discursivas que circularam no periódico tiveram relevância no sentido de acomodar conflitos e reafirmar as projeções feitas por entidades empresariais e personagens que integravam o governo de Santa Catarina, sobretudo no que diz respeito ao interesse em delimitar as relações de trabalho aos padrões culturais do chamado "novo capitalismo". Na tentativa de sustentar o argumento apresentado, será acentuado a cobertura do meio de comunicação durante os debates travados na subcomissão de direitos dos trabalhadores da Assembleia Nacional Constituinte.

Palavras-chave: Imprensa; Trabalho; Tempo Presente.

Abstract: This article aims to present a brief historical interpretation of the social representations formulated around labor relations during the process of redemocratization in Brazil. The analyzes of this proposal were developed through an investigation carried out in the newspaper Diário Catarinense. It is understood that the discursive practices that circulated in the journal had a result in the sense of resolving conflicts and reaffirming the projections made by business entities and respect characters that were part of the Santa Catarina government, especially with regard to the interest in delimiting the standard work relationships aspects of the so-called "new capitalism". In an attempt to support the argument presented, the coverage of the media will be accentuated during the debates held in the subcommittee on workers' rights of the National Constituent Assembly.

Keywords: Press; Labor; Present Time.

Imprensa e relações de trabalho: aproximações possíveis

No dia 11 de novembro de 2017 a nova legislação trabalhista entrou em vigor no Brasil. Em Santa Catarina, o *Diário Catarinense* imediatamente lançou um editorial celebrando a medida. O texto, embora longo, carrega pontos importantes para a análise. A linha de opinião do *DC* inicia a narrativa alertando seus leitores sobre os possíveis descontentamentos que as novas leis trabalhistas podem provocar, principalmente no setor sindical e na Justiça do Trabalho. O grande desafio, segundo a opinião dos editores que representavam o grupo empresarial, seria alterar as relações de trabalho com taxas crescentes de desemprego. Mesmo assim, o texto reforça a expectativa para a "retomada do crescimento" e vislumbra "uma razão consistente para que as mudanças" sejam "encaradas como positivas e bem-vindas por brasileiros comprometidos com o futuro do país" (*DC*, 2017, p. 2). A aprovação da reforma trabalhista fundamentou-se no discurso de acabar com a informalidade, pois as novas medidas jurídicas pretensamente favoreceriam os empregadores, diminuindo encargos e viabilizando a contratação dos trabalhadores inseridos na informalidade. Porém a facilidade dos acordos, com prevalência do negociado sobre o legislado, limita consideravelmente o papel da Justiça do Trabalho na mediação dos conflitos. É um tanto errôneo pensar que as negociações entre patrões e trabalhadores sejam feitas de forma equitativa, supor isso significa rejeitar as tensões que atravessam os interesses do capital e do trabalho. Como é possível perceber, a imprensa faz projeções, cria um enredo para acomodar os fatos, elabora discursos e representações sociais em torno do tema. Os resultados da reforma trabalhista no Brasil ainda estão por ser melhor avaliados, mas é preciso encontrar a historicidade do processo que acarreta na desvalorização dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Torna-se indispensável, portanto, assumir uma perspectiva histórica para a avaliação de processos cuja densidade social não é perceptível sem levar em conta registros que, embora recentes, contam a trajetória de uma sociedade.

Este artigo tem como objetivo abordar como setores da imprensa catarinense, em especial o jornal *Diário Catarinense*, estruturam narrativas que não só acompanharam as transformações dos mundos do trabalho a partir da dinâmica estadual entre 1980 e 1990, mas também forneceram elementos discursivos capazes de dar respaldo a tomadas de decisão. As transformações então ocorridas nas relações de trabalho são parte indispensável da necessária compreensão do que está colocado nos dias de hoje e na construção de uma História do tempo presente. É preciso

compreender o que se passa a partir da tessitura do tempo histórico, levando em conta sua materialidade e abrangência. Por isso a necessidade de focalizar o final do século XX e os eventos e processos sociais e políticos que marcaram a sociedade brasileira.

Os impressos não noticiaram apenas os acontecimentos em andamento, eles tiveram papel decisivo na projeção de medidas legais ou práticas sociais que configuravam novas relações de trabalho. As ideias que compõem as páginas de um jornal não nascem do acaso. Elas circulam, retêm um lastro temporal, adquirem novos significados, se adequam às emoções do instante, são apropriadas de diferentes formas e por diferentes sujeitos, ganham projeções e fazem parte da realidade de determinado contexto político e social. Desse modo, é plausível deduzir que a imprensa acompanhou as transformações dos mundos do trabalho, constituindo-se como uma fonte privilegiada para se analisar as alternâncias das relações de trabalho em um período de efervescência dos conflitos sociais com o processo de redemocratização brasileiro. Como recorte temporal, entende-se que as décadas de 1980 e de 1990 foram palco de múltiplos acontecimentos. Em tal cenário, as classes trabalhadoras organizadas ocuparam as ruas, as greves eclodiram por toda parte, projetos políticos para a Nova República estiveram em disputa, assim como a incidência do desemprego e do avanço tecnológico sobre o trabalho. Os jornais impressos não foram agentes passivos, eles construíram tramas de acordo com uma visão de país, forjando projetos políticos e delimitando os assuntos publicados acerca das relações trabalhistas.

Para Tania Regina de Luca (2008, p. 119-140), o historiador "dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento", como acontece na investigação dos jornais. Esses "discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir". As informações dos impressos devem ser contextualizadas. A análise permite levar em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, que circulam nas publicações de cada veículo. Por meio da imprensa, podemos encontrar "dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões interna, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos". Seja na chamada imprensa

alternativa ou na grande imprensa, há a participação de "sujeitos sociais que, por intermédio da palavra impressa, expressam suas reivindicações, projeto, aspirações e leituras de mundo" (LUCA, 2016, p. 29).

Segundo Biroli e Miguel (2017, p. 8), as notícias dos jornais exercem um impacto sobre o público leitor, "que vai se situar a partir das representações sociais do mundo que recebe da mídia". Os discursos e as representações sociais não estão à parte da realidade, elas são peças importantes no ordenamento de qualquer sociedade. Evidentemente, a produção das informações começa a ser feita por jornalistas, são eles em certo momento que decidem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Mas existem outros componentes, pois o jornal não está alheio as disputas políticas e aos interesses editoriais e empresariais que estão ao seu redor.

Durante as décadas de 1980 e 1990, inserida em um tempo de transformações tecnológicas e organizacionais, a imprensa escrita passou a cultivar os ideais de imparcialidade que seriam devidos de práticas estritamente profissionais e alheias aos engajamentos a forças políticas organizadas. Ainda assim, como certifica Sônia Meneses (2014, p. 239), "ao pensarmos o processo que organiza essa produção, devemos considera-lo a partir de ações difusas que, embora sejam ordenadas em determinadas rotinas de trabalho e enquadramentos disciplinares, constroem conteúdos polissêmicos". O enredo de uma notícia "articula relações com o tempo que transpõem" o presente "e que pode se situar num movimento de distensão entre passado e futuro". Em Santa Catarina, o decurso da modernização dos veículos impressos, identificada pela adesão ao modelo das redações informatizadas, pela reforma da área gráfica, bem como pela profissionalização do jornalismo, veio acompanhado de contradições. Baldessar (2005, p. 213) destaca como pontos negativos de tal processo o crescimento do desemprego, os contratos temporários de trabalho e o rodízio nas empresas. Segundo a autora, a formação de novos profissionais colocou no mercado uma mão-de-obra reserva, permitindo ao "empresariado a opção pela contratação de profissionais recém formados, em detrimento de outros com mais idade e experiência. Esse procedimento" acirrou "a rotatividade" e reforçou "a manutenção de salários baixos".

É sob esse panorama que o *Diário Catarinense*, criado em 1986 pelo grupo RBS, fez a cobertura dos assuntos referentes às mudanças dos mundos do trabalho. As páginas das edições do jornal apresentam atores multifacetados, desde pessoas desempregadas, passando por trabalhadores

autônomos até chegar à ação sindical. Para o âmbito que interessa especificamente a este artigo, cabe ainda acentuar que o meio de comunicação durante a segunda metade da década de 1980 procurou pontuar a abertura de um novo tempo e tal fator incluía adequar as relações de trabalho à incipiente ideia da Nova República, que estava associada nos documentos pesquisados à defesa de um projeto de livre iniciativa privada. O artigo está dividido em duas partes. A primeira parte busca mapear alguns valores do chamado neoliberalismo a partir de um debate mais amplo. Já a segunda parte, procura verificar como os valores neoliberais se fazem notar nas projeções feitas pelo jornal *Diário Catarinense* acerca das relações de trabalho na Nova República.

A formação de valores neoliberais

A transformação do capitalismo com a ascensão do neoliberalismo é um componente central para interpelarmos as projeções da imprensa catarinense no que se refere à mudança das relações de trabalho (HARVEY, 2008, p. 12). Embora boa parte do processo tenha transcorrido nos países ditos de economia central, os desdobramentos dessas mudanças não tardaram a chegar a diferentes locais do mundo. É no contexto de crise econômica do início da década de 1970 que as ideias neoliberais encontraram espaço propício para oferecer alternativas ao momento de instabilidade. As indicações do "receituário" neoliberal aspiravam a desmantelar o Estado de bem-estar social vigente, sobretudo, na Europa Ocidental. Os arquitetos da doutrina viam como obstáculo as conquistas obtidas pelos trabalhadores diante do Estado, responsável por assegurar direitos sociais entre os quais incluía o acesso à saúde pública, educação, moradia e previdência.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe expectativas para a abertura de uma nova etapa na vida política e social em escala mundial. As expectativas eram movidas, principalmente, pelos desafios descortinados por um contingente enorme de mortos e de projetos políticos desastrosos, como o nazismo e o fascismo. As articulações nos anos seguintes a 1945 idealizaram uma espécie de consenso entre governos, empresários e classes trabalhadoras a fim de se evitar as hostilidades do contexto anterior que levou a deflagração do conflito bélico. Logo, um círculo "virtuoso" atinou suas engrenagens com os "gastos públicos elevados, tributação progressiva e aumentos salariais". O consenso produzido na Europa considerou a necessidade de se apoiar "economias planejadas e de algum tipo de Estado previdenciário" (JUDT, 2008, p. 337). A classe trabalhadora europeia, por sua

vez, beneficiou-se desse arranjo. Aos poucos os trabalhadores ganharam o status de consumidores, e as garantias firmadas asseguravam valorosos direitos sociais.

O historiador britânico Eric Hobsbawm chama as duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial de Era de Ouro do capitalismo. Para o autor, o crescimento econômico presenciado deve ser analisado por meio da reformulação do sistema, que conseguiu aproximar o liberalismo econômico da democracia social. Não por menos, a crise de 1929 e o nazismo apontavam o caminho perigoso que um liberalismo irrestrito de livre mercado poderia trazer. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 268), "todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização". Para alcançar esse propósito pouco importava a aplicação de um "sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados", desde que se evitasse o comunismo. As condições materiais dos trabalhadores europeus melhoraram, mas a vigência do Estado de bem-estar social só foi possível com o crescimento econômico pautado no consumo de massa. A harmonia do sistema dependia da manutenção de lucros estáveis às camadas produtoras, para isso havia a estrutura montada pelo Estado regulamentando a relação entre capital e trabalho. Cabe dizer ainda que o consenso do pós-guerra retinha um problema incisivo: o de não ameaçar o sistema capitalista e sua sobrevivência.

No âmbito sociocultural, o Estado-providência europeu projetou novos componentes, como é o caso do desenvolvimento tecnológico que transformou a vida cotidiana. A própria noção de tempo foi alterada, afetando a percepção das pessoas, principalmente as residentes nos perímetros urbanos. Ao mesmo passo, houve o aumento no acesso ao ensino superior, e também o crescimento da classe operária. No entanto, a experiência de um trabalhador, inserido na sociedade com pleno emprego e voltada ao consumo em massa, acabou por transformar a sua própria identificação com as redes de sociabilidades praticadas em períodos anteriores. "A televisão tornava desnecessário ir ao jogo de futebol, do mesmo modo como TV e vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema, ou os telefones substituíam as fofocas com amigos na praça ou na feira". Já os sindicalistas e os membros de partidos, "que outrora iam às assembleias locais ou reuniões políticas porque, entre outras coisas, isso era também uma espécie de diversão ou entretenimento, agora podiam pensar em formas mais

atraentes de passar o tempo, a não ser nos casos excepcionais dos militantes" (HOBSBAWM, 1995, p. 268).

A partir de 1973, o consenso estabelecido no mundo pós-guerra na Europa começou a ruir com a chamada crise do petróleo. Gradativamente a pobreza, o desemprego em massa e a sensação de instabilidade reapareceram nos países de economia central. A conjuntura de desequilíbrio econômico permitiu a manifestação das chamadas ideias neoliberais levantadas após 1945, mas que devido a vigência do Estado-providência acabaram relegadas a outro plano (HAYEK, 1990). Assim, os neoliberais defensores da liberdade individual e do livre mercado encontraram na crise econômica de 1973 as condições para serem ouvidos. Duas ideologias disputaram a narrativa para sanar os impasses econômicos da década de 1970. "Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas". Por outro lado, "os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem" (HOBSBAWM, 1995, p. 399). Para além da conflagração de ideias, a recessão tocou no ponto central do equilíbrio firmado nos anos anteriores. Ou seja, a relação entre Estado, trabalho e capital, não poderia ser a mesma com um índice de desemprego em evidente escalada.

A revolução tecnológica contribuiu para a substituição da mão-de-obra humana em detrimento das máquinas, uma vez que os empregos à medida que eram perdidos não tinham previsão de serem ocupados novamente. Uma nova divisão do trabalho se fez notar, na qual a industrialização dos países do terceiro mundo provocou o deslocamento das cadeias de produção para receber o trabalho com custos menores. A estrutura sindical dos países de economia central, combativa e em busca sempre de melhorias para as categorias nas quais representavam, foi diretamente afetada nas décadas de 1970 e 1980. O historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 404.), argumenta que o "declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas".

Para David Harvey (2000, p.136), a ruptura do sistema ocorreu em 1973, porém já na década de 1960 o autor aponta que havia sinais de desgaste do Estado de bem-estar vinculado ao modelo fordista de produção. Em primeiro lugar, devido às políticas de substituição de importações do terceiro mundo. Em segundo, devido ao poderio norte-americano que estava ameaçado pelo aumento da competição internacional. O que chama a atenção do autor, no entanto, é a contradição inerente ao próprio modelo fordista, entendido como rígido e inflexível para as mutações do capitalismo. "O único instrumento em resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável". No entendimento de Harvey, esse mecanismo concebeu "a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra". Entre as décadas de 1970 e 1980, o autor aponta para uma restruturação econômica do capitalismo em resposta a rigidez do fordismo. A mudança aconteceu com a acumulação flexível, caracterizada pelo "surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" (2000, p. 140). O que Harvey chama de acumulação flexível interferiu nos processos de trabalho e no padrão de consumo. O avanço tecnológico possibilitou aos empresários estreitar as margens de lucro, pois o avanço, aliado à crise, serviu como uma oportunidade para esse grupo obter proveitos em cima da fragilidade sindical, facilitando, assim, dentre outras medidas, o acolhimento das formas voláteis de trabalho. O emprego ordinário com uma jornada diária de atividades acabou cedendo lugar para fórmulas de trabalho parcial. Cada vez mais a tendência das empresas era optar por um setor qualificado, porém reduzido, que exercesse funções centrais dispondo de um contingente rotativo de funcionários com baixo custo.

Somado a tal fator, a tecnologia aumentou a velocidade das informações, comprimindo a relação de espaço/tempo. Conforme indica Bauman (2001, p. 136), na "modernidade leve" o tempo instantâneo do software desvaloriza o espaço. "No universo do software da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em 'tempo nenhum'; cancela-se a diferença entre longe e aqui". Na verdade, a tecnologia é componente primordial para a acumulação flexível do capital. As estruturas de poder moldaram-se a essa fase. Atualmente é muito difícil um funcionário avistar o topo da pirâmide hierárquica da empresa na qual trabalha, pois o controle sobre o trabalhador pode ser efetuado a partir de distâncias desprezíveis para os sistemas computacionais.

Portanto "os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo". Mas as benesses pressagiadas pelo avanço da globalização e da tecnologia garantiram a circulação de ideias, de informação e de capitais, mas não de pessoas. Boa parte da população mundial permaneceu confinada aos territórios nacionais, experimentando as adversidades da vida cotidiana (SASSEN, 2010, p. 158-178).

Segundo Hartog (2013, p. 147-148), "a crise de 1973, a inexorável escalada do desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, construído em torno da solidariedade e a partir da ideia de que amanhã será melhor do que hoje", junto com as respostas neoliberais, "mais ou menos desesperadas ou cínicas, que apostaram todas no presente, e somente nele", engendraram um clima de desilusão diante do futuro. Isso porque o simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os sujeitos mantêm com o tempo, mas como é possível idealizar uma percepção de futuro em um contexto onde prevalece o trabalho informal, temporário, intermitente e precário? Além do mais, o desemprego também "contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado" (HARTOG, 2013, p. 148). Para Richard Sennett (1999, p.13-33), uma das características do que o autor chama de novo capitalismo é o trabalho flexibilizado. Dessa maneira, o caráter pessoal dos indivíduos vem sendo afetado diretamente, tendo em vista que esses indivíduos não conseguem construir expectativas de longo prazo por meio das suas próprias experiências de vida, pois o novo modelo capitalista é pautado em relações de curto prazo, flexíveis, fragmentadas e não duráveis. Ainda segundo o autor, tal fenômeno trouxe outras formas de se conceber o tempo, cujas consequências são o esvaziamento dos sentidos e a perda da identidade social experimentada por trabalhadoras e trabalhadores em diversos ofícios. De certa maneira, o fortalecimento dos valores neoliberais foi fundamental para as projeções traçadas pelo *Diário Catarinense* durante a segunda metade da década de 1980.

Projetos em disputa: o futuro do trabalho na Nova República

Em junho de 1986, um novo plano industrial, proposto pelo governo federal, entrou em discussão. Interessado nos rumos do país sob o comando do presidente José Sarney, o *DC* promoveu uma mesa-redonda em sua sede para avaliar o quadro. Não por menos, o evento contou com a participação de notáveis empresários e foi coordenado por Acari Amorim, editor de economia

do jornal.[1] Em parecer feito por alguns líderes do setor privado catarinense, recomendava-se a aplicação do modelo econômico do estado, pautado na diversificação das zonas produtivas, para a nova política industrial do país. Além disso, "os participantes do encontro reconheceram" a tímida "atuação dos empresários de Santa Catarina fora de suas empresas e na política", consideraram tal fator contraproducente uma vez que isso dificultava a influência nas diretrizes nacionais (DIÁRIO CATARINENSE, 01/06/1986, p. 32). Talvez a fala mais emblemática tenha sido a de Marcondes de Mattos,[2] para quem o planejamento industrial deveria seguir cinco pontos: o fortalecimento da livre empresa, a conformação de um modelo econômico que garantisse maior absorção de mão-de-obra, a condução de um processo tecnológico, a fomentação das pequenas e médias empresas e o incentivo a desconcentração regional do crescimento econômico. Segundo Marcondes Mattos, o cenário social iria atravessar um período de transformações por causa do avanço tecnológico. Setores como o da construção civil precisariam atrair maior número de mão-de-obra, pois a evolução das máquinas era uma realidade e provocaria rapidamente a substituição do trabalho braçal em diversas áreas.

Uma das alternativas defendidas por Mattos previa "o fortalecimento das pequenas e médias empresas". Isso seria necessário "do ponto de vista social", tendo em conta que a geração de empregos configuraria um dos desafios durante os anos seguintes. Um processo paulatino de desconcentração tornava-se essencial, "saindo de São Paulo e beneficiando outras áreas do País; e a nível municipal, saindo das grandes cidades e indo para as pequenas cidades, como forma também de reduzir a pressão dos centros urbanos, conduzindo a um processo de maior absorção da mão-de-obra". Por fim, Mattos alertava que "o produto industrial deveria se endereçar mais para o mercado interno", ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos anos. Desse modo, as análises formuladas em um dos círculos empresariais catarinenses davam a entender que as previsões

[1] Marcaram presença na mesa-redonda realizada pelo Diário Catarinense em Florianópolis: Décio Moser, secretário da Indústria e Comércio de Santa Catarina; Francisco Mastella, presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina e diretor da Ceval-Hering; Fernando Marcondes de Mattos, presidente da Inplac S/A; Otair Becker, presidente da Cerâmica Oxford S/A; e por último, Nelson Pamplona, presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

[2] Empresário e membro do PFL. Notabilizou-se por sua atuação no setor de turismo, com a criação do Costão do Santinho. Em 1986 concorreu as eleições para o cargo de vice-governador na chapa composta com Vilson Pedro Kleinübing, acabou derrotado por Pedro Ivo Campos do PMDB. Foi Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina entre 1991 e 1992.

sobre o trabalho para as décadas seguintes recaiam justamente na falta de empregos (DIÁRIO CATARINENSE, 01/06/1986, p. 32).

Mas o futuro urgia com a chegada em definitivo da inovação tecnológica, e a indústria brasileira teria que passar por um processo de adaptação para acompanhar as ambições do novo tempo. Rapidamente as palavras "moderno" e "modernização" passaram a ser repetidas com entusiasmo pelos quatro cantos do recém criado veículo de comunicação catarinense, no sentido de acomodar as variadas dimensões cotidianas ao desenvolvimento técnico e científico de um novo período cuja característica principal requeria a integração da economia global.

As relações de trabalho e os conflitos sociais não ficaram de fora desse enredo. O *Diário Catarinense*, logo em sua segunda edição, dedicou a coluna editorial para fazer um balanço sobre as "greves e a nova realidade" (DIÁRIO CATARINENSE, 08/05/1986, p. 4). Como uma centelha se alastrando por um mar de pólvora, a Nova República começava agitada no território catarinense, a aspiração grevista no Sul do estado, por exemplo, preocupava governo e proprietários. Em 11 de maio de 1986, o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, esteve reunido com aproximadamente 300 representantes empresariais na cidade de Joinville. No encontro, discutiu-se os efeitos da reforma econômica do governo Sarney nas "relações entre o capital e o trabalho" e também o ímpeto dos conflitos grevistas oriundos das mobilizações feitas por sindicatos. O ministro aproveitou a ocasião para tecer duras críticas à legislação trabalhista brasileira, classificando a CLT como um conjunto de leis anacrônicas e ultrapassadas. Vejamos um trecho do editorial:

> Impossível negar que nossas leis trabalhistas estão em descompasso com os novos tempos, e que esta circunstância tem aberto caminho a muitas situações de conflito que uma legislação atualizada e, sobretudo, mais nítida poderia ter evitado. Os empresários catarinenses neste sentido são pioneiros, pois se há muito vêm reclamando uma atualização dos dispositivos legais trabalhistas em seus debates e manifestações, enquanto classe. Quando o ministro prega a libertação dos sindicatos da paternalista tutela estatal, herança do autoritarismo do Estado Novo, entra em sintonia exata com o mais avançado pensamento jurídico que se debruça sobre o problema trabalhista. (DIÁRIO CATARINENSE, 11/05/1986, p. 4)

O ministro Pazzianotto desaprovava a organização sindical nos moldes da estrutura herdada do varguismo. Atacar o sindicalismo naquela conjuntura significava combater as greves e as mobilizações das classes trabalhadoras organizadas. A livre negociação foi aludida pelo ministro como um "princípio salutar à desejável harmonia entre capital e trabalho". Assim, o veículo de

comunicação catarinense consentia com as ideias de Pazzianotto, valorizando o "pioneirismo" dos empresários da região, que "enquanto classe" traçavam mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho para marcar posicionamento contrário às greves que eclodiam em diferentes localidades do país, "atingindo tanto o setor privado de produção como os serviços públicos". Prontamente os agentes privados de Santa Catarina declaravam arcar com o ônus do "grevismo". Contudo, o ministro tratou de tranquilizar os empresários em Joinville, argumentando que "a partir do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, o país" passaria "a ter uma legislação trabalhista adequada aos objetivos maiores da paz social e de um desenvolvimento cujos benefícios se' estenderiam "à toda a sociedade" (DIÁRIO CATARINENSE, 11/05/1986, p. 4). De fato, havia uma luta de classes em torno das opções a respeito do trabalho travada durante as discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988. De um lado, parte da imprensa endossava as fileiras da livre iniciativa; do outro, os movimentos sociais e os sindicatos empenhavam-se em conquistar avanços sociais em meio a instabilidade econômica.

Os novos tempos da Nova República, no entender da linha editorial do *DC*, eram incompatíveis com a estrutura sindical corporativa. Dessa forma, as entidades classistas deveriam caminhar com seus próprios pés, seguindo um ideal de liberdade e autonomia. As relações de trabalho formaram, portanto, uma das linhas discutidas pelos deputados constituintes, mas ela possuía vínculos estreitos com outros assuntos. Para o impresso catarinense, "entre os grandes temas" debatidos na Assembleia Nacional estava o paradigma da escolha por um Estado atuante ou a redução de sua presença na economia. O *DC* culpava a "fúria estatizante que tomou conta do país, notadamente após 1964" pela dívida externa e pela "voragem inflacionária" do Plano Cruzado (DIÁRIO CATARINENSE, 08/12/1986, p. 4). A retomada do crescimento dependeria da aplicação de capital, mas os investidores receavam que as leis da Carta Magna se revestissem "de um ultranacionalismo obsoleto", no tempo em "que a interdependência econômica" era "aceita até nos países socialistas do Leste Europeu". Mas segundo os articulistas do jornal, alguns relatórios redigidos nas subcomissões da constituinte designavam teses que iam na contramão da "modernização da economia nacional". O *Diário Catarinense*, por conseguinte, fez a defesa de seu ponto de vista recorrendo aos exemplos dos países que adotaram o sistema de privatização. Para esse fim, canonizou a vertente conservadora inglesa representada na figura da primeira-ministra

Margareth Thatcher, em incontestável alinhamento aos preceitos políticos econômicos Ocidentais, que viriam a ser chamados de neoliberais (DIÁRIO CATARINENSE, 19/05/1987, p. 4).

Os sujeitos que se filiavam à corrente liberalizante diziam que no Brasil o empecilho às privatizações recaía sobre uma espécie de "empreguismo", gerador de déficits públicos e de endividamento externo. O chamado "capitalismo de Estado" dos governos militares teria criado uma "máquina burocrática, com enorme poder de corrupção" (DIÁRIO CATARINENSE, 18/05/1987, p. 4). Em Santa Catarina, atitudes como o decreto assinado pelo governador Pedro Ivo Campos, para iniciar a desestatização da economia, foram amplamente elogiadas. "Ao contrário de muitos membros de seu partido que integram o grupo *soi disant* 'progressista' do PMDB, felizmente nosso governador recusa-se a remar contra a maré da história", frisava o corpo editorial do jornal (DIÁRIO CATARINENSE, 16/08/1987, p. 4). No final de maio de 1987, as 24 subcomissões temáticas encerraram a primeira atividade da Assembleia Nacional Constituinte. Ficou perceptível na votação dos relatórios as demarcações da intervenção do Estado na economia. Longe da via socializante, de irreais influências "castrista" ou "maoísta", conforme dito em editorial do *DC*, os pareceres indicavam a opção por um tom moderado, preponderando o pensamento liberal do "primado da livre iniciativa e da economia de mercado".

Se no início da década de 1980, anterior à fundação do *DC*, o principal jornal do momento em Santa Catarina, *O Estado*, articulava críticas sutis aos governos militares, nos debates à volta da nova constituição federal a memória que se queria explorar era a dos equívocos na condução da política econômica por parte dos generais presidentes. Pouco importava os crimes cometidos nos porões da ditadura, a repressão e o arrocho imposto às classes trabalhadoras. O corpo editorial do *Diário Catarinense*, de maneira enfática, argumentava que para superar a ordem do atraso seria preciso celebrar um horizonte de alcance da iniciativa privada. O descrédito para com os militares incidia na ampliação dos setores estatais preenchidos por burocratas que tornava onerosa a máquina pública, asfixiando a "liberdade" das empresas privadas. A fim de acabar com a tendência estatizante e dar início ao processo modernizador, algumas questões de difícil concordância careciam de consensos na empreitada seguinte da Assembleia Nacional Constituinte, entre as quais estava o futuro das relações trabalhistas. O ensejo de modernização não ficou enclausurado às exigências do âmbito econômico, acima de tudo preparar as diretrizes de flexibilização das leis que regulamentavam as relações de

trabalho simbolizava para esse setor empresarial da imprensa catarinense a inserção do Brasil nos novos tempos. Rejeitava-se, de forma veemente, a "utopia que levaria à multiplicação do reprovável paternalismo estatal, nascido no Estado Novo", que até então comprometia "o desenvolvimento do país" com práticas clientelistas e corruptas (DIÁRIO CATARINENSE, 15/06/1987, p. 4).

Um dos legados dos governos de Getúlio Vargas, a de proteção aos trabalhadores, era a pedra no sapato dos agentes que reproduziam o discurso da modernização. Essa ideia antecipava um caminho impreterível à integração econômica, cujo sustentáculo seria a liberdade de mercado com mínima interferência estatal. O *DC* agia como porta-voz dos empresários de Santa Catarina, que seduzidos pelas idealizações da modernização começavam a ver com bons olhos a flexibilização das leis trabalhistas, assim como os limites de ação dos sindicatos que porventura tal mudança proporcionaria. Nesse sentido, os debates ocorridos em torno da nova constituição possibilitaram que os setores empresariais defendessem seus interesses, pois lançava-se as expectativas de como as instituições funcionariam após os anos de governo militar. Em julho de 1987, na subcomissão de direitos dos trabalhadores, desenrolou-se uma divergência muito interessante que ganhou o editorial do *Diário Catarinense* com o título *Legislação e devaneios sociais*:

> Pareceu muito sedutor aos integrantes daquela subcomissão dar à massa trabalhadora o presente agradabilíssimo de um 14º salário anual, estipular uma jornada de trabalho de 40 horas, garantir a estabilidade após 90 dias de serviço, assegurar alimentação gratuita aos empregados por conta das empresas e dar ao direito de greve um caráter irrestrito. Não lhes pareceu que tais concessões fossem demasia para a combalida empresa nacional, já a esta altura a braços com a recessão, a descapitalização e o endividamento. Para comtemplar o social, ignoram o econômico. E no desenvolvimento de uma utópica proteção ao trabalhador, desconhecem as debilidades de nossa estrutura empresarial, afora as dificuldades próprias da conjuntura presente.
>
> Tal como outras tantas matérias típicas da legislação ordinária, as quais estão sendo indevidamente tratadas no texto constitucional, as relações contratuais de trabalho estão sujeitas a uma óbvia interferência do tempo, dos avanços tecnológicos, dos diversos graus de desenvolvimento econômico e das incidências da conjuntura. Não é bom que seus princípios gerais se imobilizem numa legislação de bronze, como é a legislação constitucional, sempre difícil de emendar ou revogar. Basta ver os continuados avanços da legislação social brasileira, de 1930 aos dias atuais, para concluirmos que foi benéfico às relações laborais a circunstância de serem tratadas pela lei ordinária, e não pelas normas estáticas da Constituição.
>
> O crescimento do sindicalismo, em todo o mundo, também tem favorecido a preferência pela livre negociação dos contratos de trabalho, ao invés da fixação de

> normas cogentes de um poder de Estado que se arroga à condição de curador das classes trabalhadoras. Se é verdade que, em países subdesenvolvidos e em áreas onde prevalece baixa consciência de classe e um nível fraco de informação, o papel tutelar do Estado em relação aos trabalhadores é um postulado da socialdemocracia, também não é menos verdade que esta tutela pode ser perfeitamente dispensada, sempre que as classes assalariadas alcancem um alto nível de organização, como já acontece em grande parte do Brasil. (DIÁRIO CATARINENSE, 07/07/1987, p. 4)

A opinião do periódico refutava a estabilidade no emprego, os direitos das classes trabalhadoras e a "utópica proteção" aos assalariados. Comparava, ainda, o crescimento dos sindicatos brasileiros com os europeus, propondo inclusive a livre negociação dos contratos de trabalho. Fica evidente que de forma alguma as plataformas sociais e políticas podiam se sobrepor a ordem econômica. Na lógica da livre iniciativa sob os desígnios de uma cultura do novo capitalismo (SENNETT, 2008.), a reserva de mercado passa a ser justificada como algo corriqueiro, próprio do sistema. O mercado, portanto, seria o único agente regulador das demandas e dos salários pagos aos trabalhadores. No sentido defendido pelo corpo editorial do *DC* às vésperas da etapa decisiva da nova constituição, não se considerava a fragmentação das classes trabalhadoras no país, muito menos a realidade compartilhada por pessoas reféns da pobreza, exauridas pela falta de estabilidade e por índices inflacionários elevados. O discurso priorizava o ordenamento da livre iniciativa e os interesses de curto prazo do empresariado. O desemprego, conforme o arranjo econômico apreciado pelo *DC*, poderia ser compensando pelo fomento às micro e pequenas empresas. A organicidade da iniciativa privada chegava até o "desejo de independência pessoal", forjando valores no plano cultural através da vida de pequenos empreendedores. Argumentava-se que esse tipo de negócio abrangia 80% do "universo empresarial brasileiro". O número de empresas cadastradas nas Juntas Comerciais dizia respeito às pessoas que se dedicavam "ao pequeno comércio, à prestação de serviços, ao artesanato, à indústria, sem esperar pelas miríficas benesses da iniciativa estatal, cujos custos sociais, ordinariamente, ultrapassavam largamente os benefícios coletivos" (DIÁRIO CATARINENSE, 16/08/1987, p. 4). A valorização de uma sociedade composta por empreendedores transcendeu a narrativa dos jornais e incorporou o cotidiano da capital de Santa Catarina, conforme indica uma notícia de agosto de 1987, intitulada "Facilidades da vida moderna".

"Pequenos empresários oferecem serviços especiais, para dar mais comodidade à população", resumia a matéria. Ao lado do texto estava a foto de um motoboy, ilustrando a expansão do serviço

de Disque Pizza na cidade de Florianópolis. A capital dos turistas, do veraneio e dos variados sotaques, "tomou um banho de cosmopolitismo e passou a oferecer uma série de serviços de cidade grande" (DIÁRIO CATARINENSE, 23/08/1987, p. 8). Embora os produtos comercializados fossem caros, restringindo o consumo às camadas com maior poder aquisitivo, a procura atendia "o cotidiano de qualquer pessoa sozinha na administração da casa, família e negócios" (DIÁRIO CATARINENSE, 23/08/1987, p. 8). O proprietário do Disque Pizza, Edson José Mazzarotto, tratou de explicar como funcionava o serviço. Ao receber o pedido, entre 30 e 40 minutos a pizza chegava "quentinha à mesa do cliente", entregue "por um dos oito motoqueiros numa caixa aquecida com tijolos refratários". Lavar as roupas e assistir TV simultaneamente era outra vantagem da vida moderna que chegava em Florianópolis. Na rua marechal Guilherme, ganhou notoriedade um "laundry amplo, organizado, limpo como os melhores de Londres". O novo serviço encantava as classes médias da região, pois bastava adquirir uma ficha no valor de Cz$ 80,00 para lavar as roupas em uma "das 12 máquinas montadas na Argentina com peças inglesas". Já para a secagem na centrífuga a ficha também custava Cz$ 80,00. A operação demorava por volta de 1h, nesse tempo de espera os clientes assistiam televisão em cores, ou marcavam de se encontrar com os amigos, "e até namoros e flertes animavam a espera" (DIÁRIO CATARINENSE, 23/08/1987, p. 8).

Em uma sociedade na qual parcela expressiva dos trabalhadores exercitava a lógica do "se virar" com vínculos empregatícios precários, jogados na informalidade ou no trabalho autônomo, o enredo da livre iniciativa abriu brecha para que o pensamento dos "pequenos empreendedores" ganhasse corpo, configurando um dos obstáculos à organização de demandas associativas das classes trabalhadoras no tempo presente. Para alguns, ser um pequeno empresário correspondia à sensação de ter atingido o sucesso pessoal, com uma forma vantajosa de ganhar dinheiro e manter um padrão de vida razoável. Há nessa acepção um ditame meritocrático de desprezo às políticas sociais provenientes do Estado. Mas para a grande maioria, fazer parte dessa racionalidade correspondia a levar uma vida de dificuldades, como qualquer outro membro da classe trabalhadora, mas esses agentes não se viam pertencentes a tal classe.

Durante o processo de elaboração da Constituição, o *Diário Catarinense* fez a primeira investida sistemática em defesa da flexibilização das relações de trabalho. As pressões do meio de comunicação visavam pôr em prática um projeto de país traçado com base na livre iniciativa, que

previa a redução do papel do Estado no âmbito socioeconômico. Não importa que tal narrativa tenha sido derrotada em um primeiro momento, o interessante é verificar como essas ideias passaram a ocupar o espaço público, a partir disso elas adquiriram contornos mais nítidos no decorrer dos anos. Segundo Leonardo Avritzer (2016, p. 14), uma das características da democracia brasileira é a "participação institucionalizada" e esse aspecto se deu com a promulgação da Constituição de 1988. De acordo com o autor, a Assembleia Nacional Constituinte teve destaque por sua orientação participativa com a presença de setores importantes da sociedade civil, atuantes na redemocratização. Teria sido esse o "primeiro momento do processo de aprofundamento democrático que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social".

Em 5 de outubro de 1988, a Carta Constitucional foi finalmente promulgada. O *DC* cobriu o acontecimento com ressalvas, parecia não ter entusiasmo com o novo conjunto de leis. A matéria *Dualidade retrata o Brasil* transmitia aos leitores que a constituição havia sido "elaborada em meio à crise econômico-social sem precedentes, resultante de 20 anos de regime excepcional" (DIÁRIO CATARINENSE, 05/10/1988, p. 15). É sintomática a aparição da análise sobre as garantias asseguradas aos trabalhadores pela nova constituição na parte dos assuntos econômicos do jornal. Questões relacionadas ao trabalho saíram gradualmente dos espaços político e social para ficar limitados aos pareceres "economicistas". A disposição dos fatos na cobertura da promulgação da Constituição Cidadã mostra a insatisfação do veículo de imprensa com determinados pontos, classificados como falhos, em especial as concessões feitas aos assalariados. Dois anos depois, a linha de opinião do *DC* tinha mais a lamentar do que a celebrar:

> A Constituição Federal completou ontem o segundo aniversário de promulgação, sem que a data se prestasse a maiores comemorações. Contrasta fortemente o silêncio de agora com as ruidosas manifestações de júbilo daquele 5 de outubro de 1988, em que se anunciava ao País a plena vigência da Carta Cidadã. [...]
>
> Já mais de uma vez aqui apontamos as evidentes qualidades da Carta pela qual nos regemos. É ela inovadora, de vez que contempla temas inéditos no direito constitucional corrente, a exemplo da legislação ambiental. Um de seus grandes méritos foi o de resgatar o princípio da harmonia e da independência entre os poderes. Ao consagrar o direito de propriedade e o sistema de livre iniciativa, sintonizou com valores indissociáveis do regime democrático. Ampliou, ademais, os direitos e garantias individuais e coletivos a um grau que bem retrata a maturidade de política de um povo. [...]

> Nunca aqui calamos, por outro lado, sobre os seus defeitos. Transparece uma retrógrada xenofobia em vários de seus dispositivos. Em outros viu-se a greve erigida praticamente à categoria de direito absoluto. Da mesma sorte, verificou-se uma demasiada liberalidade no que respeita aos direitos sociais. Obra humana, a Constituição Federal não passou incólume pelo apelo da utopia, do irrealismo, do casuísmo. (DIÁRIO CATARINENSE, 06/04/1990, p. 4)

No trecho citado estão latentes as contradições da própria Constituição. Enquanto os apoiadores da livre iniciativa conseguiram emplacar as pautas para o funcionamento de uma economia capitalista, deliberada pela liberdade econômica; a mobilização da sociedade civil, particularmente dos trabalhadores e dos movimentos sociais, foi fundamental para que as propostas tocantes a redução da disparidade social e dos direitos trabalhistas estivessem sob a jurisdição constitucional (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 447-475). A desaprovação do corpo editorial do jornal reincidia no direito de greve, consequência imediata das "utopias" e do "irrealismo" por parte dos constituintes que apreciaram o tema. Dessa forma, em Santa Catarina o discurso de flexibilização manifesto no *Diário Catarinense* esteve ligado aos anseios do veículo de comunicação, sobretudo porque a empresa de jornalismo fazia a defesa aberta do projeto da livre iniciativa, cuja finalidade era pôr o país nos trilhos de um novo tempo, após a "herança estatizante" deixado nos governos militares.

Considerações finais

Conforme exposto anteriormente, setores do empresariado de Santa Catarina, por meio de representações e práticas sociais presentes nas páginas de um jornal, reivindicaram para si o protagonismo da crítica sistemática dirigida à CLT com o propósito de "atualizar" os dispositivos legais da legislação trabalhista ao "tempo" da Nova República. As representações sociais esboçadas sobre o futuro do trabalho abriram caminho para a consolidação de decisões políticas cujo resultado imediato foi a precarização das ocupações geradas no contexto de abertura econômica da década de 1990 no Brasil. A consolidação do enredo da livre iniciativa no espaço público trouxe insegurança e estabeleceu limites para se pensar o tempo em longo prazo. Em suma, as ideias da livre iniciativa associados ao ideário do neoliberalismo detém uma trajetória histórica e representa mais do que um conjunto de práticas uníssonas, haja vista que carrega um discurso que adquiriu vários adeptos e tornou-se hegemônico no senso comum. É preciso enfatizar que os "defensores do caminho neoliberal ocuparam posições de considerável influência na educação (universidades e muitos dos

chamados think-tanks), na mídia, nos conselhos empresariais e em instituições financeiras", além de terem atuado nas "instituições internacionais como o FMI e a OMC, que regulam as finanças e o comércio global" (HARVEY, 2007, p. 2). Conforme aponta Harvey, o neoliberalismo age para restaurar o poder de classe, mas para isso precisa "construir o consentimento". Por si só ele representa uma investida contra o trabalho organizado já que "as virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais" que não faziam parte do alcance sindical. Durante a década de 1980, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, essa linguagem que apostava na "liberdade de ação no mercado de trabalho" foi importante para "integrar valores neoliberais ao 'senso comum' de boa parte da força de trabalho". No Brasil da Nova República, ainda era preciso construir o consentimento, e a imprensa teve papel preponderante neste sentido.

As conjecturas feitas no *Diário Catarinense* em meio à elaboração da nova carta constitucional levaram em conta o projeto calcado na livre iniciativa, contendo conexões com os princípios neoliberais oriundos de um contexto mais amplo do cenário pós-guerra e da transformação do capitalismo no início da década de 1970. Parece ser minimamente plausível sugerir que os discursos de modificação das relações de trabalho no Brasil colidiram com a pulsante atuação dos atores da sociedade civil e de um movimento de trabalhadores organizados que teve seu apogeu nesse período histórico entre o final da década de 1970 e a primeira metade da década de 1990. A propósito, enquanto os movimentos sindicais nos países europeus sofriam duras derrotas impostas por governos neoliberais, em muitas partes do território brasileiro, devido às contingências históricas, houve um acirramento dos conflitos em torno do trabalho.

Referências bibliográficas:

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BALDESSAR, Maria José. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições – um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ática, 2000.

HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **INTERFACEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúdo do Trabalho e Meio Ambiente – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letas, 1995.

Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, 1986-1999.

Jornal O Estado. Florianópolis, 1980-1986.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a História. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regia de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In.: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas**: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano** vol.5. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Temporalidades

O ideário contraditório da modernidade nos primeiros anos do jornal Dezenove de Dezembro na Província do Paraná (1854-1863): indícios para uma história das mulheres

The contradictory idea of modernity in the early years of the newspaper Dezenove de Dezembro in the Province of Paraná (1854-1863): evidence for a history of women

Graciele Dellalibera de Mello
Doutoranda em Educação
Universidade Federal do Paraná
gracidemello@gmail.com

Recebido em: 12/11/2020
Aprovado em: 11/12/2020

Resumo: Esse artigo visa analisar o ideário contraditório construído acerca do papel de algumas mulheres nas páginas do primeiro periódico impresso na Província do Paraná, o *Dezenove de Dezembro*, ao longo de quase uma década. A recém emancipada província, buscando modernizar sua infraestrutura e o pensamento da população, tinha nas páginas do impresso variadas concepções sobre qual o caminho a ser indicado para as mulheres trilharem. Através de pesquisas efetuadas na Hemeroteca Digital Brasileira, foram localizadas em suas páginas as colunas que traziam discussões direcionadas às mulheres e temas que as circundavam, bem como foram apontados e analisados alguns indícios de sua participação social captados na mesma fonte. O objetivo é analisar tais discussões acerca do tratamento que deveria ser dado à mulher no período, observando possíveis ambiguidades e a influência da política, da literatura, da medicina e da moda. Ainda se pontuam as ações de algumas mulheres que, mesmo em um período que as direcionava ao recato e a domesticidade, fizeram o uso de certas brechas sociais, sendo que suas ações também acabaram sendo registradas nessa fonte.

Palavras-chave: Imprensa; Modernidade; Educação feminina.

Abstract: This article aims to analyze the contradictory ideas built on the role of some women in the pages of the first periodical printed in the Province of Paraná over almost a decade. The newly emancipated province had various conceptions on the pages of the press about the path to be indicated for women to follow, as it was seeking to modernize its infrastructure and the population's thinking. By researching the Brazilian Digital Periodical Library, some posts were located on its pages that brought discussions aimed at women and themes that surrounded them, as well as some signs of their social participation were observed and analyzed in the same source. The objective of this article

is to analyze such discussions about the treatment that should be given to women in the period, observing possible ambiguities and the influence of politics, literature, medicine and fashion. The actions of various women that made use of certain social gaps are punctuated in this article, even though they lived in a time that drove them into modesty and domesticity. Some of their actions were registered in this source.

Keywords: Press; Modernity; Female Education.

Introdução

A frase "bela, recatada e do lar" assombrou as brasileiras, no primeiro semestre de 2016, estampada em vários veículos de comunicação. Tal sentença ainda hoje ecoa em diversas discussões acerca das representações sociais das mulheres. Entre apoiadoras e revoltadas um fato se fez comum, o uso das redes sociais como um *outdoor* de ideias, tidas como modernas ou não, quanto ao lugar de livre escolha de cada mulher na sociedade do século XXI.

O que nem todas sabem é que essa ideia, também tida como moderna, começou a ser discutida na imprensa do século XIX, momento em que o lugar da mulher passava a ser construído socialmente como aquele de recato e domesticidade, reflexo das teorias que diferenciavam biologicamente homem e mulher (SOIHET, 2004).

Falar de modernização é perceber o conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais que caracterizaram os últimos séculos, sendo resultado de lutas e discussões, que antecederam a própria Revolução Francesa de 1789, contudo esse sentimento de mudança já era vivenciado anteriormente a esse momento maior de ruptura (BOBBIO, 1986). Nesse período de transformação e rompimentos com velhos preceitos, a imprensa recebe um grande sopro e são produzidos cerca de 1500 títulos novos, entre 1789 e 1800 (NOBLAT, 2002). Essa demanda na produção de impressos mostra que a sociedade moderna tornou evidente o fetichismo do *logos*, da comunicação, do discurso, ou seja, a necessidade de expressar que o pensamento deveria estar em renovação constante para acompanhar o fluxo veloz de reformas a serem realizadas (LEFEBVRE, 1969).

As rupturas, muitas vezes, são percebidas através de contradições ao que era tido anteriormente como regra vigente. Dado perceptível, por exemplo, no vocabulário utilizado na imprensa, onde buscando descrever novas formas de pensamento ainda se resvalava no

conservadorismo do período, ocasionando uma certa divergência sobre o que seria de fato novidade e/ou costume antigo nessa sociedade.

Nesse processo, a posição e o papel da mulher na sociedade também começaram a ser questionados, o que trouxe à tona uma série de discussões sobre como se daria sua participação na transformação desse antigo mundo em um mais civilizado. Tal fato é anunciado pela imprensa que se torna a principal forma de expressão e de formação da opinião pública porque não tinha concorrentes nesse período (PERROT, 1998).

De tal forma, analisar as disposições e funções das mulheres através da imprensa é ter em mente que a forma como elas eram vistas sempre variou de acordo com o período (SCOTT, 2012). O Brasil, no século XIX, teve uma produção considerável de impressos femininos e feministas, espaço marcado tanto pelas pautas de emancipação política, quanto pela manutenção da ordem vigente (DUARTE, 2017), ainda embasada pelo patriarcado, pela religião (MANOEL, 1996) e pelo determinismo biológico (SAFIOTTI, 2013). A imprensa teve então, jornais destinados às mulheres que foram elaborados por outras de seu gênero e aqueles que foram produzidos por homens (MELLO, 2018).

Muitas discussões que pendiam ao feminismo, na região do Paraná, somente teriam maior espaço nas discussões da imprensa ao final do século XIX, ou seja, após o período provincial. Tanto que numa busca pela Hemeroteca Digital, entre todos os periódicos produzidos e disponibilizados na região do Paraná, a palavra feminismo somente irá aparecer pela primeira vez em uma discussão no ano de 1893, nas páginas do jornal *A República* (O FEMINISMO, 22 de setembro, p. 1).

Entretanto, as discussões acerca das mulheres estavam presentes nos discursos, principalmente, daqueles dirigentes sociais que tiveram suas ações registradas pelos impressos. Desta forma, hoje sabemos que sua educação ocorria na família (ANJOS, 2015), com professores particulares (VASCONCELOS, 2005) ou ainda pela imprensa, se considerada numa concepção mais ampliada (PALLARES-BURKE, 1998). Está última abordagem é aquela que interessa na análise das fontes que embasam esta pesquisa. Pois, a imprensa como espaço complexo e variado de ideias, se mostrava como chave para entender a difusão de determinados comportamentos e hábitos em detrimento de outros e que variavam de acordo com o período. Portanto, visamos analisar o ideário, muitas vezes contraditório, sobre a posição e o papel da mulher em algumas das páginas do primeiro

periódico impresso na Província do Paraná, o jornal *Dezenove de Dezembro*[1] (1854), ao longo de seus primeiros anos de existência.

O periódico teve registrado em suas páginas algumas ações e ideias produzidas pelas figuras públicas do período, em geral homens, que buscando modernizar a infraestrutura e o pensamento que vigorava entre os moradores da nova província, registraram a dita história oficial. Entretanto, essa história contada pelos homens também trouxe indícios da história das mulheres, pois, muitas vezes, elas se misturavam (PERROT, 2017). Os indícios permitem analisar sistemas de pensamento, visando um entendimento acerca dos modos de vida, bem como das tradições entranhadas culturalmente (BURKE, 2004). Portanto, cabe ao historiador analisar e ressignificar tais fontes, elaborando uma nova narrativa que contemple a observação e análise da construção destes modelos sociais para as mulheres, bem como a possibilidade de apreender sua participação social, mesmo que de forma sutil, através de tal fonte.

O Dezenove de Dezembro

Em 1853, a quinta comarca de São Paulo, Curitiba e Paranaguá, ainda recebia as novidades do Brasil Império e do mundo via impressos de outras províncias. A emancipação da Província de São Paulo, sinalizou-se uma mudança nos rumos do pensamento político-social que tiveram impactos nos enunciados sobre a mulher, sua educação e instrução. Instrução que começava, timidamente, a ganhar espaço entre aqueles tidos como da elite, principalmente, em Paranaguá, que recebeu os primeiros colégios femininos particulares ainda em 1849 (MELLO, 2018).

O jornal *Dezenove de Dezembro* circulou durante 36 anos, entre 1854 e 1890. Cândido Martins Lopes, tipógrafo na cidade de Niterói, transferiu seu estabelecimento para Curitiba e fundou a Tipografia Paranaense. Lopes, era dono e editor do jornal, tendo como parceiro João Luiz Pereira que após sua morte em 1871, seguiu trabalhando para a viúva. Mais tarde, é o filho Jesuíno da Silva Lopes quem a assume[2].

[1] Nos anos de 1854 e 1855, foi intitulado *O Dezenove de Dezembro* e depois apenas *Dezenove de Dezembro*.
[2] Em 1885, Jesuíno da Silva Lopes e José F. Pinheiro, do jornal "Província do Paraná", juntaram-se na folha diária que passa a ser designada "*Dezenove de Dezembro*: órgão do partido liberal", o que não impediu que continuasse a publicar a parte oficial (5 de setembro, 1885, p. 1).

Em 1854, o presidente da recém criada Província do Paraná (1853), Zacarias de Góes e Vasconcelos, passou a divulgar nas páginas do jornal os atos governamentais do período. *O Dezenove de Dezembro*, que levava no nome a data da emancipação, estava alinhado com o governo que o mantinha (MIZUTA, 2013). Na primeira edição da coluna de nome *O Dezenove de Dezembro*, seu editor confirma a função de veículo oficial:

> O *Dezenove de Dezembro* não hesita, pois, um momento na vereda que deve trilhar: o patriotismo, tanto como seu próprio interesse, traça-lhe, em alto brado, o programa [...] informar o público do procedimento do governo da província, e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de seus atos oficiais, apontar e discutir com a devida circunspeção as medidas que mais consentânea foram ao engrandecimento da província, aceitando nesse sentido, para dar à luz da imprensa, escritos e informações de quem quer que esteja no caso de lh'os ministrar, abstendo-se completamente de questões políticas [...] diz-se alto e bom som, e acrescenta-se: sem jamais esposar os interesses e desabafos de um ou outro partido na província (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1º de abril, 1854, p. 1-2).

Ele justificou sua suposta abstenção política, mesmo sendo veículo do atual governo, para que pudesse ter um "vasto círculo de assinantes" (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1º de abril, 1854, p. 2). Entretanto, também alinhado ao plano do governo para modernização da região, no mesmo editorial avisa que a imprensa "[...] como todas as instituições e coisas humanas, tem um lado bom e outro mal" e no lado bom "[...] a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões de mór interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos, e serve de fanal ao poder" (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1º de abril, 1854, p. 1). Desta forma, tentando entender o que era o bom ou o mal para o dito progresso, Lopes e aqueles que faziam uso de seu impresso apresentaram e discutiram uma série de pensamentos e ações sociais, que englobavam as mulheres, nesse primeiro momento de elaboração da modernização da Província do Paraná.

Em 1854, era publicada uma edição semanal aos sábados, no ano de 1855 ela saía às quartas e em 1857, passou a ser publicado às quartas e aos sábados. Os artigos, em geral, não traziam assinaturas ou se traziam eram abreviadas, já aquelas vindas do governo eram assinadas pelos políticos do período. O periódico contava com 4 páginas divididas em: "Parte oficial", editorial "O Dezenove de Dezembro" e os "Anúncios". Verificaram-se colunas esporádicas que mais tarde vieram a se fixar definitivamente, como a "Editais", com comunicados do governo tal como

concursos, e a "Publicação pedida" com assuntos variados. O jornal ainda trazia dados de audiências de todos os órgãos governamentais, a partida e a chegada dos correios.

A "Parte oficial", organizada de forma a trazer informações sobre os atos políticos do governo provincial e imperial à população da nova província, se mostrou profícua quanto às estratégias de construção de comportamentos a partir dos direcionamentos sociais escolhidos para as diferentes parcelas da população a fim de "[...] servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" (CERTEAU, 1998, p. 46).

Na edição de número cinco, apresentou-se a coluna de literatura, a "Folhetim", que trazia romances e textos úteis e divertidos (MIZUTA, 2013). Em 1855, é criada a "Variedades" ou "Variedade" que apresentava textos orientados por preocupações de ordem instrutiva ou moral (CAROLLO, 1980). Esta coluna não era contínua, nem assinada e, em sua maioria, trazia trechos de artigos de outros jornais. Dentre seus variados temas: despotismo, a cultura do trigo, a condição da mulher em outros lugares do mundo, a origem dos brasões das armas, a influência do jogo na vida da população, entre outros. Assim, o periódico sofreu alterações quanto a suas colunas ao longo do período em que foi produzido[3].

Para tanto, pesquisando a incidência do termo mulher no periódico, através da busca da Hemeroteca Digital, fomos delineando as colunas onde este aparecia com maior frequência, de forma a relacionar os assuntos que se conectavam à elas. Em algumas colunas o termo era mais frequente no período em que estamos analisando e em outras apareciam esporadicamente.

Assim temos as mulheres aparecendo como parte das discussões do progresso da Província do Paraná na coluna "Parte oficial", "Variedades", "Folhetim" e nos "Anúncios".

As mulheres na literatura

O *Dezenove de Dezembro* não era um periódico feminino, como outros títulos que circulavam no período pelo território brasileiro. Entretanto, ele trata em muitos momentos de questões

[3] Na década de 1860 se verificam ainda a "Resenha Hebdomadária", com discussões políticas de ordem nacional, "Transcrição" com trechos extraídos de outros jornais e tratando de assuntos variados, em geral de ordem moral. Ainda se notam, vez ou outra, a "Comunicado", a "Crônica Judiciária" e "Teatro de Variedades". Na década de 1870, assuntos internacionais tem vez na coluna "Exterior", assuntos do cotidiano da província aparecem na "Noticiário" e na "Avisos" há publicidade do comércio. Na década de 1880, aparece a "Crônica teatral" e além da "Folhetim" temos a excepcional "Literatura" que trouxe dois textos de José de Alencar, "Cinco Minutos" apresentado em onze edições (1884) e "A Viuvinha" em treze edições consecutivas (1885).

pertinentes a este público. Assim, a palavra mulher aparece somente na 7ª edição do periódico, na coluna "Folhetim", portanto ligada a literatura.

Tratava-se da continuação de uma história, assim seguimos até encontrar o início de *Colomba. Romance da Córsega* (1840), do francês Prosper Merimee, na edição de número 2. Na história, miss Lídia viajava para Marselha com seu pai a fim de conhecer, "antiguidades novas, para à sua chegada alegrar os seus doutos compatriotas" (1854, p.1). Em sua aventura, narrada em 7 edições[4] e sem finalização, somos apresentados à alguns hábitos que se relacionavam a uma classe de mulheres mais abastadas.

Lídia teve a experiência de passar por lugares relacionados a cultura. Tentando guardar para si uma lembrança da viagem, fez um desenho:

> Um delicado esboceto da porta pelágica ou ciclope de Ligni, tirado por ela, e trazido com todo o cuidado na persuasão de que escapará ao olho voraz dos pintores, aparece-lhe de repente no álbum de lady Francis Fenwick, entre um soneto côxo e uma flor seca. Iluminada, para maior opróbio, a maldita porta ciclope com a mais bárbara prodigalidade de roxo-terra!...Miss Lidia deu o seu esboceto de presente à criada grave [...] (COLOMBA, 8 de abril, 1854, p. 1).

Na volta para casa, descobriu que não era a única que tivera tal ideia, sua amiga Francis também havia registrado com muita qualidade o mesmo ponto. Ambas visitaram as antiguidades de Marselha, cultivaram o hábito de desenhar e conheceram a escrita mais livre em relação aos sonetos (OLIVEIRA, 2017). Hábitos culturais dirigidos a uma classe de mulheres que tinha tanto tempo, quanto dinheiro para cultivá-los, a fim de abrilhantar as conversas no círculo de pessoas ilustradas, como registrado em relação a miss Lídia.

Assim é que a literatura do período também delineava modelos sociais que as mulheres deveriam seguir (VASCONCELOS, 2013). Havia até mesmo alguns tipos de literatura indicados para a instrução destas moças, onde incluíam-se "Fenelon, Rousseau, Mme. Beaumont, Mme de Genlis e Mme. de Remussat" (VASCONCELOS, 2005, p. 186).

Tal literatura é citada na abertura da coluna "Variedades", onde se utiliza um trecho do conto de fadas, "O príncipe espiritual", de Madame Leprince de Beaumont.

[4] Edições 02, 03, 04, 07, 09, 13 (1854).

> *J'aimerais mieux cent fois épouser une femme plus laide que moi, si cela était possible, que une stupide, avec la quelle je ne pourrais avoir une conversation raisannable*[5]. (A EDUCAÇÃO DAS JOVENS, 27 de agosto, 1856, p. 1)

A matéria é intitulada "A educação das jovens" e trata de discorrer sobre sua educação física e moral no país. A coluna não é assinada, podendo se tratar de uma cópia de outro jornal. Entretanto, na referência inicial, dirigindo-se ao belo sexo, parece fazer menção a escrita de um homem que, por sua vez, dita algumas regras sociais às leitoras:

> I - Enquanto outros dirigem ao belo sexo os seus álbuns galanteadores, o elegante figurino de Paris, algum número da graciosa Marmota[6] ou do Correio das Modas[7]; enquanto alguns espíritos se entretêm com chascos, epigramas, farsas indecentes, e até com peneiras nos olhos também; nós tomaremos outro turno; trataremos da – educação das jovens. O hábito de encarar a mulher como um ser antes digno de lástima do que de respeito, é velho. Não é maravilha que, no Brasil, se encontre em tão grande atraso a educação do belo sexo. Os regulamentos do governo sobre a instrução primária das meninas são eminentemente desprovidos de medidas tendentes a melhorar a sorte delas. Além de se não encontrar, fora das casas de caridade ou filantrópicas, estabelecimentos públicos de educação que admitam educandas internas, algumas escolas entretidas pelo governo dão apenas uma instrução que fica abaixo da medíocre! É tempo de dotar-se o país com estabelecimentos públicos mais regulares, destinados à grande metade do gênero humano. (A EDUCAÇÃO DAS JOVENS, 27 de agosto, 1856, p. 1).

O autor evidencia que tem como foco a discussão da educação das mulheres e não apenas a distração, tratando de se diferenciar dos demais periódicos destinados as mulheres. Assim, no restante da matéria que está dividida em duas colunas, ocupando o espaço de uma página inteira, ele descreve em VII partes o que deveria ser considerado importante frisar sobre sua educação.

> IV – Aprendemos muito de nossas mães, pouco de nossos pais, tudo de nossos preceptores. [...] Feliz o mancebo ou a donzela quando sabe aproveitar-se dos desvelos de uma mãe discreta, das práticas de um pai austero, das doutrinas de um preceptor ilustrado! Há muito pouco, entretanto, reduz-se os preceitos de uma educação. Requer-se, para o físico, saúde e força. Para o moral, os dotes do coração. Para o intelectual, espírito vivo, juízo reto e atilado, linguagem pura. O que ganhará com isso uma menina? O seu maior tesouro que é – a estima dos homens. (A EDUCAÇÃO DAS JOVENS, 27 de agosto de 1856, p. 2)

[5] "Eu preferiria uma centena de vezes casar com uma mulher mais feia do que eu, se possível, do que com uma estúpida, com quem eu não poderia ter um conversa razoável". (tradução livre)

[6] Jornal de variedades fundado pelo tipógrafo e editor Francisco de Paula Brito, em 1849 e seguindo até 1861, no Rio de Janeiro. Dentre seus assuntos a literatura, a moda, partituras musicais e assuntos relativos à moralidade (SIMIONATO, 2009).

[7] Periódico feminino de origem lisboeta (1807, Lisboa) e que teve uma versão editada no Rio de Janeiro (1852-1854), que buscava orientar as leitoras acerca de maneiras de agir da mulher (CRUZ E SENA, 2012). Trazia em suas páginas figurinos de moda, literatura, anedotas, entre outros assuntos de entretenimento.

O autor apresenta as chaves daquilo que acredita ser o necessário para a educação feminina. A educação física ou higiênica e a moral ou intelectual, ou seja, seu corpo e mente deveriam ser educados em prol do desenvolvimento da família.

> Para que haja bons cidadãos, cumpre que haja boas mães de família. É, pois, mister que, desde os tenros anos, aprendam a inspirar aos filhos o amor às instituições e às virtudes que as mantém. Para formar-se os costumes, importa saber desde o berço que a sociedade exige de nós obrigações, dando nos em recompensa certos direitos. (A EDUCAÇÃO DAS JOVENS, 27 de agosto de 1856, p. 2)

Assim, as mulheres são chamadas a ajudar na modificação de costumes presentes nessa sociedade, incutindo-lhes certas regras sociais que estas precisavam aprender também.

Portanto, começa a ser necessária a ampliação da, então, pequena rede de instrução pública ofertada ao gênero feminino que contava com apenas 1 cadeira do sexo feminino em Paranaguá no ano de 1853. De tal forma, o presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, demostrou sua preocupação com a educação feminina e em 1854 se encontrava nas páginas do *Dezenove de Dezembro* um edital para suprimento de cadeiras da instrução pública feminina (COLIN, 8 de abril, 1854, p. 4).

> Por ordem de S. Ex. o Sr. conselheiro presidente da província fica aberto o concurso para o provimento da cadeira de primeiras letras do sexo feminino das vilas de Castro, Guaratuba, e Príncipe, que se acham vagas. As pretendentes deverão apresentar seus requerimentos, com os necessários documentos, n'esta data, a fim de lhes ser marcado em tempo o dia do exame. – Secretaria do governo do Paraná em 7 de abril de 1854. Augusto Frederico Colin, secretário de governo. (COLIN, 8 de abril, 1854, p. 4)

A infraestrutura e a economia da capital, Curitiba, eram pouco desenvolvidas se comparadas à São Paulo e à corte. Paranaguá, era a outra cidade que desejava ser capital já que mantinha a rede das famílias mais abastadas da região. Dentre estas, algumas tinham fonte de renda ligada ao cultivo da erva-mate e ao comércio, dada sua ligação estratégica em um porto (ALVES, 2016). E alguns tinham renda do tráfico ilegal de escravizados (ALVES, 2017).

De tal forma, a modernização da infraestrutura e de hábitos e costumes dos moradores da província eram um ponto crucial para o aceite das novas instituições estabelecidas e suas leis. No entanto, o que significava modernizar os costumes em relação às mulheres?

Mulher: nem anjo, nem demônio

Percebe-se que não havia um consenso acerca de tal assunto, no entanto, conseguimos visualizar algumas discussões que pareciam ter um cunho moralizante em relação a um tratamento mais moderno para com as mulheres. Em quem se baseavam para delinear tais comportamentos? Algumas pistas são encontradas no discurso ambíguo da coluna "Variedades" (1858), permeado de incertezas acerca dos rumos que deveriam ser tomados em relação ao Outro, ou seja, a mulher.

Assim, um longo texto, assinado simplesmente por "Patria", se iniciou em 09 de outubro, continuou no dia 20 e foi finalizado em 23 do mesmo mês. O artigo do dia 20 trazia o título "Considerações sobre a mulher – definição física" e apresentava as semelhanças, corporal e psicológica, do homem e da mulher sendo que o corpo ou "a máquina" teria sido arquitetada da mesma forma e com peças e funções iguais (PATRIA, 20 de outubro, 1858, p. 3). Ainda se discute que não haveria nenhuma diferença na cabeça de ambos, entretanto, no mesmo texto o autor evidencia algumas ideias que seguem por um caminho oposto:

> O homem tem mais energia, coragem e egoísmo[...] espírito mais produtivo, mais reflexão e reserva [...]. Ella é mais terna, sensível, tímida e vaidosa [...] supersticiosa e mais tendente aos sentimentos de prazer e pena. Dotada de mais imaginação e artista por natureza [...]. (PATRIA, 20 de outubro, 1858, p. 3)

A contradição está presente na fala, anunciando primeiro a igualdade da mulher ao dizer que são dotadas das mesmas qualidades que os homens e depois as diferenciando em alguns requisitos. Portanto, segundo o autor, elas teriam mais imaginação e sensibilidade, ao mesmo tempo em que insinua que a mulher não era dotada das características assinaladas como masculinas, dentre estas a coragem.

Essa ambiguidade seria própria da modernidade, pois, as ideias buscavam o novo, porém ainda estavam conectadas com o antigo, seria um período em que se vivia no paradoxo e na contradição, tendo características revolucionárias e conservadoras que conviviam simultaneamente (BERMAN, 1986, p. 8-9). Contudo, não podemos esquecer que essa diferença biológica era endossada pela medicina do século XIX que pontuava como características femininas, "[...] a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais", assim como o predomínio da maternidade no que tange à sexualidade (SOIHET, 2004, p. 15).

O texto da coluna "Variedades" trazia uma dupla crítica a forma de tratamento dado à mulher, primeiro por poetas e depois por povos, tidos no discurso, como bárbaros. O autor reconsidera a ideia do "belo sexo"[8] ter sido considerado uma "obra prima da criação" ao mesmo tempo que nos mostra sua indignação com a forma de tratamento dado às mulheres em algumas regiões do mundo. Pela indicação do texto, o autor considerava que o tratamento dado à mulher na sociedade paranaense e/ou brasileira já era mais civilizado em relação aos demais citados (PATRIA, 20 de outubro, 1858, p. 3).

Esse mundo civilizado se daria em comparação àqueles outros que não atingiram tal privilégio, aludindo ao conceito de progresso único e universal da modernidade (KOSELLECK, 2012) e que hoje sabemos não ser tão uniforme e sim diverso, instável e de múltiplas interpretações se pensados a partir da pós-modernidade (EAGLETON, 1996).

> Porém julgamos não viver nos séculos quinze e dezesseis, em que os grandes panegiristas Valerio Maximo, Jacques Brantome, Plutarco e muitos outros encheram a França, Itália e Espanha de obras volumosas sobre mulheres virtuosas, fazendo crer da mesma sorte que as poesias italianas, romances franceses e espanhóis, que a mulher era um prodígio de perfeições, um aborto de beleza e uma divindade em vez de uma mulher honesta e virtuosa. [...] Eis porque não admitimos que a mulher em geral seja considerada um anjo: é ser demasiadamente injusto. Da mesma sorte reprovamos a barbaridade com que é tratada ainda atualmente na Tartária, em que vive presa por uma corrente; na China em que se lhe quebram os pés [...]. Está, portanto, demonstrado que não adoptamos o privilégio da força, mas sim o do direito; não professamos as doutrinas dos povos em que domina o paganismo, e abolindo o direito de vida e morte que entre eles o homem tem sobre a mulher [...]. (PATRIA, de 20 de outubro, 1858, p. 3)

O autor parecia não aceitar a ideia da mulher como um ser de perfeição, pelo qual homens enfrentaram até guerras, este preferiu sugerir que lhes seria útil a honestidade e a virtude. Ficou evidente seu incômodo com autores que ousaram delinear a mulher como ser estrategista, superior ao homem ou que "tentaram sustentar a superioridade do sexo sobre o nosso no que diz respeito à nobreza, coragem, talento, força e mais ainda tato e tino político" (PATRIA, 20 de outubro, 1858, p. 3). Acreditava que as mulheres não deveriam ser tratadas de forma cruel ao mesmo tempo que

[8] "A "idolatria do belo sexo" apenas iniciou com a divisão social entre classes trabalhadoras e ociosas: estas últimas puderam dedicar-se à práticas da beleza. [...] Temos, assim, inaugurada a modernidade e o ideal do "belo sexo", ou "a continuação da dominação masculina e da negação da mulher por outros meios", pois este ideal de beleza a tornará mulher-objeto e em nada acrescentará em termos de direitos a ela devidos. Com diz Lipovetsky, "aos homens a ciência e o poder (lembremos do "saber é poder" de F. Bacon) e às mulheres a ignorância e a submissão alcançadas através da domesticação estética". (TIBURI, 2002)

deveriam aceitar a direção e proteção dos homens, fator que ainda as deixava praticamente na posição de tuteladas.

A virtude era um requisito imprescindível como qualidade feminina, mas não apenas ela. A mulher deveria ser virtuosa, honesta e asseada, deveria "impressionar, atrair, e subjugar a imaginação e o coração do homem" (PATRIA, 20 de outubro, 1858, p. 3).

Segundo Oliveira e Zica (2015), virtude tem origem latina e estaria ligada ao apreço que os romanos tinham pelo universo masculino, sendo que em Plutarco, poeta citado como um dos autores que construiu a imagem das mulheres como virtuosas:

> A virtude é vista como única, pois se entende o conjunto das virtudes cardinais como algo unitário e, é a mesma porque tanto homens como mulheres podem dar demonstração de sua excelência. O que devemos lembrar é que dentro dos limites e das funções socioculturais do período em questão, a posse das mesmas gera comportamentos determinados: a mulher pode demonstrar sua temperança através de sua simplicidade no modo de vida [...]. Já o homem se mostra corajoso, quando enfrenta a luta e derrota o inimigo ou exerce sua sabedoria quando sabe ser comedido em relação ao luxo (SILVEIRA, 2006, p. 121-122).

Assim, a virtude para o homem teria ligação com ações praticadas no espaço público e a virtude da mulher estava relacionada com aquela realizada no âmbito familiar e privado, segundo nosso autor.

Um novo modelo de comportamento feminino começava a ser delineado pelos homens que estavam a cargo das matérias no jornal e, mesmo incitando dúvidas e contradições entre os próprios escritores, tal exemplo foi propagado entre seus leitores.

É perceptível que o próprio escritor do texto se confundia sobre o tratamento que se devia dar às mulheres, assim tentou refletir sobre como tratá-las, amparando-se no que já havia sido escrito anteriormente, filosofando sobre o certo e o errado e sobre mulheres que foram representadas na literatura, por exemplo.

A reflexão, estendida por três edições do jornal, deixa transparecer seu foco ainda no início da matéria, em 9 de outubro de 1858:

> [...] muitos escritores a tem pintado como um anjo e outros como um demônio, não se deixando com tudo de encontrar sempre o fundo da verdade em qualquer das duas opiniões. Não admitimos, porém, que um homem de letras tratando de

> um campo tão fértil como este, sobre o qual escrevemos, encare a mulher como a pior coisa do mundo [...]. (PATRIA, 9 de outubro, 1858, p. 2)

Ao discutir a questão de que a mulher não era nem anjo, nem demônio, o escritor explicitou que buscava respostas para as contradições que ele mesmo estava a explanar. O tratamento dado ao gênero feminino deveria ser equiparado ao projeto de modernidade requisitado na Província do Paraná e tais questões estavam a ser analisadas por mais ambíguas que parecessem.

O delineamento do corpo feminino como modernizador de hábitos

Outra referência as mulheres têm relação com a moda e aparece ainda no primeiro ano do *Dezenove de Dezembro,* num anúncio da loja de Tibúrcio Borges e Carneiro que traziam do Rio de Janeiro "[...] um completo e grande sortimento de fazendas modernas riquíssimas, que venderão por preços muito cômodos, em razão de terem sido compradas em casas inglesas", além de variados itens do vestuário feminino representados em litografia: sapatos, chapéus, flores e as luvas de *Jouvin* (BORGES; CARNEIRO, 8 de julho, 1854, p. 4). Estas últimas eram feitas a partir de uma matriz precisa de corte que permitia uma adequação maior a cada comprador (PAIVA, 2014).

Imagem 1: Anúncio da loja de BORGES & CARNEIRO, 1850.

Fonte: Jornal Dezenove de Dezembro.

Na imagem, podemos ver alguns dos itens citados no anúncio e que tratavam de disseminar novos costumes entre a população. Expostos no cesto e ao chão, tecidos e o que parecem partes de

vestidos com rendas nas pontas, nos expositores da esquerda temos um chapéu, um lenço rendado e que poderia ser montado por cima do peitilho que está logo à sua frente. Ao lado direito do cesto, outro chapéu ou touca aparece à mostra, ao seu lado o que nos parece ser um *pannier* que era um dos aparatos que dava volume as saias e tinha influência dos hábitos europeus trazidos com a corte portuguesa (SANTOS, 2015).

Na edição 19, o autor Americus apresentou na coluna "Folhetim" a chamada Revista Mensal com assuntos variados acerca da política e de costumes locais, de outras províncias e até mesmo internacionais, como de algumas disputas que envolviam a Rússia. Contudo, o tema da coluna era o progresso da província delineado através dos velhos e novos hábitos da população. Americus celebrava a instalação da primeira assembleia provincial do Paraná e os atos do presidente que: "[...] saudando esta brilhante época da nossa vida política, como a aurora da civilização do país, trazia um relatório com as necessidades da província e sugeria os meios para alcançá-los" (1854, p. 1).

O autor continuou a comemorar o "passo dado de um povo moderno" apontado as mudanças ocorridas através das vestimentas da população:

> Lançai distraidamente os olhos para a nossa capital de hoje, e comparai-a com a Curitiba d'outrora, e vereis a verdade do que levamos dito a popular de todos os lados. O estacionário caipira até agora constantemente escondido na crisálida do seu vasto poncho, como que rompendo com esse uso antigo de seus avós, já nem sempre assim se apresenta, como outrora, amortalhado na baeta e no pano como um urso informe (AMERICUS, 1854, p. 1).

O novo é colocado em oposição ao hábito antigo dos avós de usar o poncho ou de esconder o corpo, como diz Americus. Assim, a vestimenta da mulher também era colocada em debate, associando a moda e o corpo.

> A mesma mantilha preta, pesando constantemente sobre o corpo da mulher, desde o alto da cabeça até os pés, escondendo-lhe o rosto, as formas, e dando-lhe a sinistra aparência de um besouro, já vae sendo menos usada; e esperamos brevemente ver extinto este detestável uso, que faz desaparecer, como um negro casulo, as formas, às vezes elegantes, de um corpo de mulher. E a casaca o ligeiro paletó, o chapéu de seda, as luvas de *Jouvin*, as botas envernizadas; os delicados chapéus de *bloude*, as sedas transparentes, os mateletes de variadas cores e formas; os engraçados penteados à Ziparini, à Stuart, à fantasia: tudo isto em breve dará por terra, e repelirá para o campo, para as festas da aldeia, os ponchos e as mantilhas pretas, os capotes, e toda a sua rústica comitiva. (AMERICUS, 1854, p. 1)

A moda e seus formatos, ora chamados de elegantes, ora de engraçados, pareciam ser os responsáveis por colocar os curitibanos no caminho da civilização tão sonhada pelo autor. Outro ponto por ele observado é que os novos formatos da moda deixavam o corpo da mulher mais elegantes e aparentes aos olhos, já que não utilizariam mais o manto que antes servia para esconder suas formas.

O tratamento, a posição e o corpo da mulher foram sempre alvos de disputas da sociedade. A moda, muitas vezes, andava lado-a-lado com o projeto normatizador da Igreja e do Estado, desde os tempos de colônia (DEL PRIORE, 1990).

No século XIX, a aceleração dos ciclos da moda trouxe consigo o advento da efemeridade (XIMENES, 2011). Desta forma, uma peça do vestuário feminino foi alvo de disputas e apareceu em discussão na coluna "Variedades", na matéria "Saia-balão" (15 de outubro, 1859, p. 2). A peça levava esse nome pelo formato avantajado das laterais, ficando mais conhecida no universo da moda como crinolina[9].

O autor da coluna, não identificado[10], conta que poetas satíricos, folhetinistas e cartunistas ridicularizavam o adorno e que ele também não agradava aos homens da família das senhoras e senhoritas que a utilizavam. Apesar da imagem 1 pertencer ao "*Dezenove de Dezembro*", nesse período ainda era muito raro encontrar ilustrações em suas páginas. Portanto, trazemos uma ilustração londrina mostrando como tal vestimenta era vista por alguns dos homens do período.

[9] "No princípio da década de 1850, surgiram as primeiras crinolinas, feitas de crina de cavalo, que inutilizaram as várias camadas de anáguas. [...] Em meados da década de 1850, surgiu uma inovadora crinolina de armação, construída à base de oito arcos de metal ou de barbatanas de baleia. A repercussão foram os volumes incríveis que ampliaram a proporção dessas saias, que pareciam verdadeiras gaiolas ou jaulas [...]" (XIMENES, 2011, p. 59-60).

[10] Constando apenas como "Extr." ao final da matéria, acreditamos ser abreviatura de extraído.

Imagem 2: George Cruikshank para The Comic Almanack, 1850.

Fonte: The Comic Almanack. Disponível em: https://ufdc.ufl.edu/UF00078634/00016/22j?search=crinoline&search=crinoline, acesso em 10/11/2020.

O desenhista George Cruikshank (1792-1878) exagerou no tamanho da saia justamente para tratar da ridicularização do costume difundido.

Já para o autor da coluna a moda servia, nesse momento, para dar uma maior liberdade à mulher:

> Em suma, uma dama de braço dado é uma barcaça a reboque [...]. Era preciso livrá-las deste cativeiro e isentá-las desta sujeição pondo-as na rua...soltas. Não foi necessário nenhum código civil, bastou o código do bom tom, e um figurino para operar esta obra de redenção. (EXTR., 15 de outubro, 1859, p. 2)

A saia-balão tinha um caráter político de afastar os homens do lado das mulheres ou obrigá-los a lhes conduzir de forma diferenciada do que era tido como hábito na sociedade.

Essa matéria, diferente da outra, tinha opinião mais nítida quanto à posição das mulheres na sociedade e questionava o direito dos homens de intervirem na escolha da vestimenta das esposas e filhas. Não deixando de refletir sobre a metáfora de aprisionamento do corpo que a saia representava, o foco da análise recai sobre os termos que tem ligação com o discurso da modernidade: liberdade e civilização em oposição ao retrógrado, da sujeição e do poder.

> Os maridos, os manos e os primos, gente insuportável, que não pode viver sem mando e poder, conspiram-se contra esta moda de liberdade, de civilização, de independência e até de regeneração (EXTR., 15 de outubro de 1859, p. 2).

Ainda havia descrita na matéria uma disputa judicial em que o marido teria pedido o divórcio a sua esposa pelo uso da saia-balão. Algumas das queixas do marido eram: que ele não andaria atrás da mulher, "[...] o que é contra o senhorio, que exerce o marido sobre a mulher" e que ela teve o atrevimento de dizer ao "[...] seu marido e senhor que a traga pela mão" (Extr. 15 de outubro, 1859, p. 2). Nos reclames do marido se percebe a revolta em aceitar as mudanças de costumes inspiradas pelo vestuário.

Percebe-se a moda como um dos elementos propulsores da discussão que, para alguns, mostrava o início da ruína do velho mundo conhecido em favor de um que assustava e prometia mudar a conhecida distribuição dos papéis entre os gêneros na sociedade.

> Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (BERMAN, 1982, p. 8)

Da parte da mulher e de seu advogado, estes provariam que as avós já haviam usado vestimentas similares e que isso não as tornou menos "[...] tementes a deus e seus maridos" e que o "[...] Provará, que o homem nasceu para andar atrás da mulher, e não ao lado, nem de braço dado, como pretende o autor, criatura fóssil e rabugenta como se vê, do seu libelo" (Extr. 15 de outubro, 1859, p. 2-3). Novamente, o argumento é o apego que o marido tinha aos antigos costumes e que este necessitava se libertar para aproveitar o que o mundo civilizado tinha para lhe oferecer. E a oferta não era de todo ruim se o homem não fosse antiquado, segundo o advogado da mulher:

> Provará, que sendo a missão da mulher, neste mundo de delícias e encantos para o homem, de cuja sorte partilha, e cujas penas ameniza, não pode dever-lhe sujeição. Nestes termos e nos melhores do direito moderno, deve ser mantida a posse das saias armadas, e conservar-se na constância do matrimônio, sendo dispensada de dar o braço ao marido, por ser costume antiquado. (EXTR., 15 de outubro de 1859, p. 2- 3)

Ainda finaliza o autor dizendo que o caso estava para ser julgado por "[...] juiz solteiro, desses mesmos do bom tom" (EXTR., 15 de outubro, 1859, p. 3) indicativo de que o marido perderia,

tendo de arcar com as custas do processo. E nessa função educativa de formação da imprensa as novas ideias civilizadoras iam sendo disseminadas entre a população (PALLARES-BURKE, 1998).

Indícios de outras mulheres no *Dezenove de Dezembro*

Até o momento trouxemos discursos acerca do comportamento que as mulheres precisavam ter, das roupas que deveriam usar e da educação que necessitavam possuir, segundo o olhar dos outros. Entretanto, qual foi a voz ouvida destas senhoras por meio das páginas do *Dezenove de Dezembro*?

Se as senhoras da elite deveriam aprender a ler e a escrever, os anúncios de colégios particulares trouxeram a cena paranaense os nomes de algumas estrangeiras e outras conterrâneas que experimentaram ocupar espaços diferenciados. Caso de D. Carolina Taulois, esposa de um engenheiro francês contratado para trabalhar na província, e que tratou de abrir um colégio assim que se estabeleceu: "Ficou sobre a mesa da assembleia provincial, para ser lido amanhã, um projeto de lei concedendo a D. Carolina Taulois um auxílio de 600$000 para abrir nesta capital um colégio de meninas" (POST-SCRIPTUM, 5 de março, 1856, p. 4).

O colégio foi montado em Paranaguá, cidade portuária, pela dificuldade de subir a serra do mar em direção à capital. Suas professoras, mãe e filhas, se propunham a ensinar as meninas do Paraná o necessário para os papeis que desempenhariam como "mãe de família" (TAULOIS, JEANNE, CADEAC, 02 de abril, 1856, p. 3-4). Ainda em 1856, uma de suas filhas, Gabriele Jeanne, abre o Colégio Francês em Curitiba (COLEGIO FRANCEZ, 9 de julho, 1856, p. 4). E em 1858, a francesa, Madame Mariette, também oferece seus serviços de francês e bordados às famílias de Curitiba (MARIETTE, 11 de setembro, 1858, p. 4).

Encontramos nos anúncios do impresso o pedido para ama de leite que fosse alemã (PRECISA-SE, 5 de dezembro, 1855, p. 4) e outras tantas negras que fossem "[...] forra ou cativa, que tenha bom leite e que seja asseada" (AMA DE LEITE, 14 de novembro, 1860, p. 4). Estas últimas ainda apareciam nos anúncios sendo alugadas para trabalhar em casa de família pois: "[...]sabem lavar, engomar e cozinhar e mais serviços de uma casa, sendo uma delas para ama de leite, nova e sadia" (ALUGAM-SE, 10 de janeiro, 1863, p. 4).

Assim, percebemos que havia uma diferença entre aquelas mulheres a quem se destinavam a moda, por exemplo, entretanto, a moralização dos corpos era expandida para todas as classes junto com a cobrança do corpo sadio, que ganhou maior força ao final do século XIX. As escravizadas também eram registradas como fugitivas, portanto, nem sempre passivas nesse sistema que as aprisionava, como no anúncio de Francisco de Paula Guimarães, que descrevia a escravizada crioula Amancia (16 de setembro, 1854, p. 4).

Em 1855, por exemplo, temos dois anúncios muito chamativos acerca das diferentes mulheres e dos tratamentos diferenciados de acordo com a raça. O primeiro diz respeito a venda de uma escravizada "[...] de nome Joaquina, de nação, por preço cômodo" (VENDE-SE, 18 de abril, 1855, p. 4) e o outro se trata do anúncio do Jornal das Senhoras: "[...] que se publica na corte, e é redigido por uma senhora. Além dos seus excelentes e variados artigos, traz sempre figurinos das modas às mais modernas peças de músicas" (1855, 18 de abril, p. 4).

Assim, nas mesmas páginas podemos encontrar esta ambiguidade de uma província que tentava modernizar sua infraestrutura e pensamentos acerca de algumas mulheres e, ao mesmo tempo, ainda mantendo o "[...] imoral tráfico de carne humana, que hoje por vergonha das vergonhas se chama lícito" (REVISTA COMERCIAL, 27 de agosto, 1856, p.1). Este último trecho foi retirado da Revista Comercial, de Santos, e tratava do tráfico interno de escravos na cidade de Santos, aparecendo no editorial *O Dezenove de Dezembro*.

O mercado de impressos para mulheres também pareceu favorável ao próprio Cândido Lopes que chegou a criar *O Jasmin*, destinado a recreação e educação das jovens, sem participação feminina na elaboração e do qual temos apenas 5 edições do ano de 1857 disponibilizadas pela Hemeroteca Digital (MELLO, 2018). Em seu editorial de abertura disse que trabalharia com artigos interessantes, notícias curiosas e poesias, tudo dentro do respeito "a moral e a religião", bem como a "vida privada e o sagrado lar das famílias" e se propunha a aceitar produções literárias do público e, que de fato apareciam nas edições seguintes, sempre assinados com as iniciais dos nomes, o que não favoreceu a identificação de possíveis escritoras mulheres (PROSPECTO, 20 de setembro, 1857, p. 1).

Estes indícios mostraram que as ações das mulheres também nem sempre se encaixavam no comportamento de recato, domesticidades e de moralidade que a sociedade tentava incutir-lhes.

Conclusão

O progresso e o mundo civilizado foram parte dos discursos difundidos na imprensa, tal qual foram usados para se pensar o tratamento dado à mulher na sociedade provincial do Paraná, logo nos primeiros anos de sua formação. Junto a elaboração de uma infraestrutura política e social, as ideias acerca das mulheres começaram a aparecer entre as páginas do *Dezenove de Dezembro*.

O discurso encontrado na imprensa se apresentou como estratégia de intermédio e adaptação do tido como novo sobre o antigo, do civilizado sobre o rústico, da moda sobre os tradicionais ponchos e mantilhas. Nesse desejo de progresso encontramos algumas características ligadas à modernidade.

Assim, a discussão sobre as funções sociais das mulheres gerou conflitos e contradições, tanto quanto foram perpassados por discussões advindos da medicina, da política, da moda e da literatura.

Porém, também foi possível perceber que muitas das ideias acerca de uma maior participação da mulher se referiam aquelas da elite e que podiam ter acesso ao aprendizado, a leitura de impressos e a moda. O que não impossibilitou a captação das ações de outras mulheres nas páginas do periódico, permitindo um contraste entre as formas de tratamento dado às diferentes mulheres inseridas nesta sociedade.

Referências bibliográficas:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Ed. Martins Fontes. São Paulo:2000.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. **Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família.** Tese de Doutorado, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. **Políticos Paranaenses no período provincial (1853- 1889): a análise genealógica e a prosopográfica**. Repocs, v. 13, n. 25, jan./jun. 2016.

_____. **A família de Manoel Antonio Guimarães na composição do poder local em Paranaguá no século XIX**. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.1, p. 209-237, maio 2017.

BERMAN, Marshall. **Baudelaire: o modernismo nas ruas**. In: _____. Tudo o que é sólido desmancha no ar. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BURKE, Peter. **O testemunho das imagens**. In: Testemunha ocular: imagem e história. Trad. Vera M. X. dos Santos. Bauru, São Paulo:EDUSC, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª e. Brasília: UNB, 1998.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. Apêndice. **O Dezenove de Dezembro, Nota Informativa**. In: O DEZENOVE DE DEZEMBRO Edição fac-similar – Ano II. Curitiba: Paraná - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998,

CRUZ E ZICA, Matheus; OLIVEIRA, Patrícia Barros de. **Notas a partir da análise do léxico sobre modernidade, gênero e educação mobilizado na Paraíba oitocentista**. In: MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia (org.). Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – Séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. V. 3.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia.** Tese de doutorado, Setor de História, Universidade de São Paulo, 1990.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipaç**ão. Revista XIX: Artes e técnicas em transformação, v. 1, n. 4, 2017.

EAGLETON, T. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Modernidade – sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade**. In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O que é a Modernidade**. Introdução à modernidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MELLO, Graciele Dellalibera de. **As representações de gênero e a educação feminina no Paraná oitocentista (1849-1886).** Dissertação de mestrado, setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2018.

MIZUTA, Celina Midori M. **Informar, polemizar e denunciar: o papel educativo do jornal O Dezenove de Dezembro (1854-1857)**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2013.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 2ª edição. São Paulo. Contexto editora, 2002.

OLIVEIRA, Nicole Guim de. **Senhoras da palavra: a reivindicação da voz e do corpo nas obras de Maria Teresa Horta e Ana Luísa Amaral**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2017.

PAIVA, JULIANA. **História das luvas**. Site: The Big Fashion Theory, 2014. Disponível em https://thebigfashiontheory.wordpress.com/tag/historia/, acesso em 05/12/2020.

PALLARES-BURKE, M. L. **A imprensa periódica como empresa educativa no século XIX**. Caderno de Pesquisa, 1998.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M.S. Côrrea. – 2ª edição, 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. _____. Pisando no sexo frágil. In: Revista Nossa História, ano 1, n. 3, São Paulo, jan. 2004.

SANTOS, Georgia Maria de Castro. **A estética da moda de luxo da corte portuguesa no vestuário feminino no Rio de Janeiro do início do século XIX**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2015.

SILVEIRA, Mariana Duarte. **A imagem feminina na *Moralia*: heroísmo e outras virtudes**. Dissertação, Dep. De Letras, Universidade de São Paulo, 2006.

TIBURI. Márcia. **Toda beleza é difícil**. Esboço de crítica sobre as relações entre metafísica, estética e mulheres na filosofia. In. TIBURI, Márcia./MENEZES, Magali M. de./EGGERT, Edla. (Orgs.)As mulheres e a filosofia. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

VASCONCELOS, Maria Celi. **A casa e seus mestres: A educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Editora Gruphus, 2005.

Fontes

A EDUCAÇÃO DAS JOVENS. **Dezenove de Dezembro**, Variedades, 27 de agosto, 1856, p. 1.

ALUGAM-SE. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 10 de janeiro, 1863, p. 4.

AMA DE LEITE. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 14 de novembro, 1860, p. 4.

AMERICUS. **Dezenove de Dezembro**, Folhetim, 1854, p. 1.

ANÚNCIOS. **Dezenove de Dezembro**, 8 de julho, 1854, p. 4.

ANÚNCIOS. **Dezenove de Dezembro**, 5 de dezembro, 1855, p. 4.

ANÚNCIOS. **Dezenove de Dezembro**, 14 de novembro, 1860, p. 4.

BORGES; CARNEIRO. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 8 de julho, 1854, p. 4.

COLEGIO FRANCEZ. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 9 de julho, 1856, p. 4.

COLIN, Augusto Frederico. **Edital**. Dezenove de Dezembro, 7 de abril, 1854.

COLOMBA. **Dezenove de Dezembro**, Folhetim, 8 de abril de 1854, p. 1-2

EXTR. A saia-balão. Variedades. **Dezenove de Dezembro**, 15 de outubro, 1859, p. 2-3.

GUIMARÃES, Francisco de Paula. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 16 de setembro, 1854, p. 4.

JORNAL DAS SENHORAS. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 1855, 18 de abril, p. 4.

MARIETTE, Madame. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios 11 de setembro, 1858, p. 4.

O FEMINISMO. **A República**, 22 de setembro, 1893, p. 1.

PROSPECTO. **O Jasmin**, 20 de setembro de 1857, p. 1.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Dezenove de Dezembro**, 1º de abril, 1854, p. 1-2.

PATRIA. Considerações sobre a mulher – etimologia da palavra. Variedade. **Dezenove de Dezembro**, 15 de outubro, 1858, p. 2 e 3.

PATRIA. Considerações sobre a mulher – definição física. Variedade. **Dezenove de Dezembro**, 20 de outubro, 1858, p. 2 e 3.

PATRIA. Considerações sobre a mulher – definição física. Variedade. **Dezenove de Dezembro**, 23 de outubro, 1858, p. 3 e 4.

POST-SCRIPTUM. **Dezenove de Dezembro**, 5 de março, 1856, p. 4.

PRECISA-SE. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 5 de dezembro, 1855, p. 4

REVISTA COMERCIAL. **Dezenove de Dezembro**, Folhetim, 27 de agosto, 1856, p.1.

TAULOIS, Zoé F. CADEAC, Eugenie. JEANNE, Gabrielle. **Dezenove de Dezembro**, Regulamento do Colégio, 20 de março de 1856, p. 4.

VENDE-SE. **Dezenove de Dezembro**, Anúncios, 18 de abril, 1855, p. 4.

19 DE DEZEMBRO. **Dezenove de Dezembro**: órgão do partido liberal, 5 de setembro, 1885, p. 1.

Temporalidades

Entre o dito e o não dito: a participação feminina paraguaia durante a Guerra do Paraguai

Entre lo dicho y o lo no dicho: participación de mujeres paraguayas durante la Guerra de Paraguay

Paola Micotti
Graduanda em História
Universidade Federal de Uberlândia
paola.micotti@gmail.com

Recebido em: 15/11/2020

Aprovado em: 15/01/2021

Resumo: Pretende-se investigar e analisar a composição iconográfica da obra *Batalha de Campo Grande* (1871), colocando em foco o processo de "Outridade": a constituição da identidade nacional brasileira, bem como a construção do "outro" paraguaio. Considerando a representação feita pelo reconhecido pintor brasileiro Pedro Américo, construída unicamente com figuras masculinas, tanto nas forças paraguaias quanto brasileiras, inquieta-nos a ausência das mulheres paraguaias na pintura. Em contraposição à ausência no quadro, as mulheres paraguaias eram maioria da população do país antes, durante e depois da guerra. Buscamos compreender de que forma a categoria de gênero se fez presente na construção do "outro" e, assim, da própria constituição de um projeto de identidade brasileira. Desse modo, para nossa análise também utilizamos periódicos brasileiros contemporâneos à guerra (1864-1870), buscando contrapor as narrativas construídas sobre as mulheres paraguaias e sua participação no confronto militar.

Palavras-chave: imprensa; gênero; Paraguai.

Resumen/Abstract:
Se pretende investigar y analizar la composición iconográfica de la obra *Batalha de Campo Grande* (1871), centrándose en el proceso de "Outrity": la constitución de la identidad nacional brasileña, así como la construcción del "otro" paraguayo. Considerando la representación realizada por el reconocido pintor brasileño Pedro Américo, construida únicamente con figuras masculinas, tanto en fuerzas paraguayas como brasileñas, nos preocupa la ausencia de mujeres paraguayas en la pintura. En contraste con la ausencia en la junta, las mujeres paraguayas eran la mayoría de la población del país antes, durante y después de la guerra. Buscamos comprender cómo la categoría de género estuvo presente en la construcción del "otro" y, por tanto, la constitución misma de un proyecto de identidad brasileña. Así, para nuest ro análisis, también utilizamos revistas brasileñas contemporáneas a la guerra (1864-1870), buscando contrarrestar las narrativas construidas sobre las mujeres paraguayas y su participación en el enfrentamiento militar.

Palabras clave: prensa; género; Paraguay.

Introdução

Solano López, Dom Pedro II, Bartolomeu Mitre, Conde d'Eu, Duque de Caxias. Estes são os nomes relembrados quando nos referimos a grande parte da historiografia brasileira sobre a Guerra do Paraguai. As renovações historiográficas sobre o tema, marcadas por aspectos culturais e sociais, são definitivamente de grande importância. Mas, a produção historiográfica durante muito tempo, como nos alertou Margareth Rago (1992, p.81), resistiu à inclusão das mulheres nos acontecimentos históricos e na própria escrita da história. Mesmo com renovações, as mulheres e suas ações durante a guerra não tiveram seus protagonismos reconhecidos. Propomos, então, uma investigação sobre a atuação e representações envolvendo as mulheres paraguaias durante o conflito.

Posto isto, nossa discussão será composta por duas partes. Primeiramente, investigaremos a composição iconográfica da obra *Batalha de Campo Grande* (1871). A pintura foi produzida por Pedro Américo que selecionou a última batalha da guerra, na qual o Império saiu como vitorioso, para ser sua entrada no campo da arte brasileira. Para além da estética, o artista buscou "sintetizar" e apresentar o que acreditava ser essencial para a composição do quadro, bem como da própria narrativa sobre o acontecimento, como argumenta Maraliz Christo (2005, p.59). Desse modo, a pintura nos intriga, pois tanto no exército brasileiro, quanto no exército paraguaio somente há figuras masculinas. Em contraposição ao representado, o exército vencido era composto majoritariamente por mulheres e crianças nos anos finais da guerra.

Adentramos, assim, em nosso segundo momento, no qual buscamos analisar periódicos brasileiros contemporâneos ao conflito (1864-1870). A imprensa, como argumenta o historiador Marcelo Balaban, era um campo de batalha, no qual o objeto de disputa era a nação brasileira (2009, p.133). Dessa maneira, acreditamos que, continuando com fontes brasileiras, podemos compreender a construção do "outro" paraguaio e da própria nacionalidade brasileira. Para a "invenção" de uma Nação, como indicou Benedict Anderson (1993, p.24), é preciso partir de conceitos e invenções abstratas que produzam o que é "nosso" concretamente, se opondo ao que caracteriza outra comunidade imaginada. Em nosso caso, nos debruçaremos sobre construções do "outro" do outro: as mulheres paraguaias. A partir dos periódicos podemos discutir possíveis referencias para o campo artístico de Américo, bem como sobre a importância do debate público por meio da imprensa.

O historiador Jorge Coli (2005, p.19) argumenta sobre a maneira como a arte brasileira, de modo similar à ciência, buscava construir a nação e cultura brasileira. Buscava-se, por meio das pinturas, forjar um passado com a finalidade de se produzir uma narrativa sobre a história nacional. É neste sentido que a *Batalha de Campo Grande* (1871) está inserida. Procurando consolidar uma memória oficial sobre o evento recente na história brasileira, Pedro Américo produz a pintura sem a presença dos tidos como indesejáveis: mulheres e crianças paraguaias.

É preciso que interroguemos as imagens e, para essa tarefa, necessitamos nutrir nosso olhar com a cultura dos artistas, das referências e pensamentos de sua própria época, como o historiador Jorge Coli nos orienta (2005, p.17). Uma das motivações para concentrar nossas pesquisas na imprensa brasileira foi buscar os referenciais e os debates ocorridos no Brasil antes e durante a confecção do quadro de Américo, formando uma esfera intelectual e social de interlocuções e trocas que circulavam sobre o tema e que podem ter inspirado o pintor.

Sabe-se que as pinturas de Américo já foram muito revisitadas por historiadores e historiadores da arte, em diferentes contextos na historiografia interessada por suas obras. Contudo, como propomos nesse trabalho, intentaremos questioná-las a partir da lente do gênero e seus conceitos. Dessa maneira, também objetivamos compreender de que modo o gênero era uma categoria de análise, pensando a partir da argumentação de Joan Scott (1995, p.74). Nossa busca foi ao encontro de investigar os modos nos quais as mulheres entendiam e eram entendidas no mundo, bem como suas estratégias, seu cotidiano e suas vivências durante a guerra.

As pinceladas (e silêncios) de Pedro Américo

Importante tema para a arte brasileira do século XIX, a Guerra do Paraguai, também conhecida como Grande Guerra e Guerra da Tríplice Aliança, foi importante parte do processo de construção e consolidação dos Estados nacionais dos países envolvidos no conflito. Dentre as pinturas que nos indicam o conflito, a *Batalha de Campo Grande* (1871), produzida por Pedro Américo de Figueiredo e Mello, nos traz algumas reflexões sobre este evento histórico. A obra tem em seu centro a figura de Conde d'Eu, que puxa seu cavalo branco em movimento de proteção, sendo acobertado por outros membros do Exército. Abaixo do comandante-em-chefe das forças aliadas, um soldado paraguaio, caracterizado pela ausência de uniformes e pela exposição corporal ao ataque. Notam-se também, na margem inferior da tela, outros soldados paraguaios, caídos, quase nus e com

feições que se assemelham a imagens de guaranis. Representados de forma selvagem, os paraguaios são retratados como despreparados para o combate armado, fadados à derrota perante as forças militares que compunham o Exército Brasileiro.

Como nos indica Christo (2009, p.1156), apesar de Conde d'Eu ser a figura central da pintura, ele é retratado como um "manequim". O comandante-em-chefe, com seu uniforme aberto, necessita de proteção de outros membros do exército. A historiadora aponta para a tentativa de Américo em retratar o movimento caótico que era a guerra, concepção muito presenta na imprensa nacional (2005, p.205). Para além da figura do príncipe consorte, a própria escolha da batalha que foi pincelada chama a atenção da historiadora, bem como a nossa. A batalha representada ocorreu em 16 de agosto de 1869, sendo o último grande embate da guerra. O exército paraguaio que participou desta batalha era composto majoritariamente por mulheres e crianças. Todavia, não é possível visualizar estes sujeitos na tela de Américo.

Imagem 1: Pedro Américo de Figueiredo e Mello. *Batalha de Campo Grande* (1871).

Fonte: WikiArt. Disponível em: https://www.wikiart.org/pt/pedro-americo/batalha-do-campo-grande-1871 Acesso em: 11/11/2020.

Como indicado pela uruguaia María Inés de Torres (2013, p.16), a construção de uma identidade nacional implica na construção de um "Outro", em nossa análise, a mulher paraguaia. Trata-se de um processo "simbólico-político", uma construção sociocultural das diferenças, como analisou a pesquisadora (2013, p.17). A cultura letrada, bem como a iconográfica, são importantes fontes para compreender o processo de construção da identidade nacional, e também, analisar como a categoria de gênero se fez presente. Considerando a representação feita por Américo, construída unicamente com figuras masculinas, tanto nas forças paraguaias quanto brasileiras, inquieta-nos a ausência feminina nessa narrativa visual.

A historiadora Lilia Schwarz (2013, p.26), ao analisar as pinturas de Américo, indica que o artista realizava vastas investigações para a produção de suas obras. Buscando informações, dados e características, Pedro Américo produziu a partir da verossimilhança. Como investigou também Christo (2005, p.203), o artista teve em seu campo de referências sobre a guerra, a imprensa brasileira. Em oposição à versossimilhança forçada de Américo envolvendo a ausência feminina no quadro, as mulheres paraguaias participaram ativamente do conflito em variadas funções. Assim, procurando contrapor o quadro com outras fontes, investigamos produções intelectuais da época, entre elas notícias de jornais e folhetins que versaram sobre a presença de mulheres no campo de batalha, bem como nos "bastidores" do conflito. As mulheres paraguaias, diferentemente do que era previsto pelas leis da nação brasileira, foram entusiasmadas pelo próprio governo lopista a atuarem, direta ou indiretamente, durante a guerra. Dessa maneira, tornou-se possível discutir sobre as escolhas e silêncios do pintor, buscando compreender uma história do conflito vista debaixo, preocupada com a presença feminina ausente na obra de Américo.

O protagonismo feminino durante o confronto é normalmente negligenciado tanto pelas análises que (re)afirmam o grande número de baixas da população masculina paraguaia quanto por aquelas que ressaltam a atuação de e nomes de líderes políticos e militares no evento, tais como Dom Pedro II, Conde d'Eu, Solano Lopez, e Bartolomeu Mitre. Muitas das obras apontam a destruição da nação paraguaia no pós-guerra, deixando como rastro uma população restante formada majoritariamente por mulheres. Contudo, mesmo frente a dados como estes, historiadores brasileiros pouco se indagaram sobre a participação desses sujeitos durante o conflito. Somente marginalmente, distante de maiores atenções, as mulheres paraguaias foram indicadas pela historiografia brasileira. O historiador Francisco Doratioto, por exemplo, nos indica a proporção de um paraguaio para oito ou

nove mulheres paraguaias, no período inicial da guerra (2002, p.63). Porém, apesar de nos indicar este dado e dedicar alguma de suas páginas às paraguaias, não faz uma investigação aprofundada sobre a participação dessas mulheres durante o conflito. Destacamos que o historiador é uma de nossas principais referências sobre o tema, pois apresenta inovações historiográficas envolvendo a cultura e aspectos sociais do conflito. Todavia, seu foco não estava na participação feminina.

Dessa maneira, seja na pintura ou parte da historiografia nacional sobre o tema, há uma escolha, consciente ou não, pelo silenciamento em relação às mulheres paraguaias na guerra. Nossa pesquisa buscou nestas mulheres, elevá-las ao papel de sujeitos históricos, sem apreendê-las previamente como heroínas, mas entendendo suas diferenças, suas especificidades e papeis distintos. Ainda que sejam importantes para o esse estudo, pois ainda hoje a memória da guerra possui um "rosto" predominantemente masculino, não procuramos somente pelas mulheres que estavam no front e que pegaram em armas. Em contextos de conflitos, tarefas como lavar roupas, curar doentes, plantar e fornecer alimentos tornam-se ainda mais necessários e dificultosos. Assim sendo, esse trabalho empenha-se também em reafirmar o papel de outras mulheres na guerra: as sargentas, as pracinhas, as lavadeiras, as vivanderas, as agricultoras, as mães.

Amazonas, raparigas e o bello sexo americano: notícias sobre as paraguaias

A Guerra do Paraguai, como nos indica Doratioto (2002, p.18), foi de extrema importância para a formação dos países envolvidos no conflito. A construção de uma nação, como investigou Anderson, parte de invenções e formulações imaginadas para a criação de fronteiras socioculturais que deliminem e diferenciem as nações (1993, p.46). Torres (2013, p.16) também argumenta que na constituição de uma nação e sua identidade, há uma necessidade de criação de sujeitos opostos ao "Eu", o "Outro". A historiadora nos indica que a "invenção" da identidade nacional envolve um processo político e social, no qual a cultura letrada, como literatura e imprensa, são fatores essenciais para se imaginar a nação (2013, p.14). Nossas reflexões estão neste processo político-simbólico, direcionando-se para as construções e representações envolvendo as mulheres paraguaias.

Como analisou Homi K. Bhabha (1998, p.73), a partir das investigações de Frantz Fanon, a alteridade, produzida no seio do processo colonial, implica em representações que diferenciem os sujeitos por meio do artifício das identidades. O "Outro" deve representar o oposto, uma negação do que compõe a identidade do "Eu", como argumenta Bhabha (1998, p.79). Se, no contexto da guerra,

a nação paraguaia e os homens paraguaios representavam os inimigos, os "opostos" a serem combatidos, qual o entendimento que se tinha das mulheres paraguaias e como estas se posicionam neste processo? Pensando na maior parte da historiografia brasileira, bem como na pintura de Pedro Américo, o que leva ao silenciamento desses sujeitos? Esta vontade de calar é contemporânea ao conflito, parte da construção oficial sobre a guerra, ou ambos? E quando as fontes indicam essas mulheres, o que dizem? Como dizem? Quem produz essas fontes e por quais razões? Essas foram algumas das questões motivadoras de nossa pesquisa.

Dessa maneira, considerando a importancia da imprensa, buscamos nos periódicos brasileiros as ações das paraguaias durante a guerra que não são vistas no quadro de Américo. Ressaltamos que não é possível homogeneizar as ações, e nem as próprias mulheres da nação paraguaia. Como nos orienta a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha em seus estudos envolvendo gênero (1998, p.4), devemos nos distanciar de perspectivas historiográficas que produzam uma identidade única para as mulheres, e buscar pela pluralidade destes sujeitos históricos. Desta maneira, nos debruçamos sobre estudos que investigaram as diferentes mulheres paraguaias durante o contexto da guerra. Sobre os grupos sociais femininos na nação paraguaia, a historiadora Potthast (2006, p. 94) nos indica como principais as "residentas" e as "destinadas".

O primeiro grupo, as "residentas", acompanhavam o exército paraguaio apoiando a guerra e o governo, atuando diretamente nos conflitos armados. Alguns historiadores como Doratioto (2002, p.80), indicam que esta situação havia sido realizada de modo forçado. Acompanhadas por seus filhos, as "residentas" seguiam o exército paraguaio, e de acordo com Potthast (2006, p.93) eram responsáveis por variadas atividades como transporte, plantação, colheita e preparo dos alimentos, costura de roupas, entre outras. Sobre as "destinadas", a historiadora argumenta que essas mulheres tiveram como destino, acampamentos para os ditos traidores do governo do López (2006, p.96). Os traidores, torturados e condenados nos Tribunais de San Fernand, foram acusados de organizar uma suposta conspiração que objetivava retirar López do poder. As "destinadas" eram esposas, filhas, parentes distantes ou somente conhecidas dos conspiradores que, em sua maioria, pertenciam a elite paraguaia.

Buscando estas mulheres em fontes brasileiras, nos direcionamos a imprensa. Os periódicos brasileiros utilizados em nossa pesquisa estão disponíveis na plataforma Hemeroteca Digital

Brasileira, portal que faz parte da Fundação Biblioteca Nacional. Para nossas buscas, utilizamos de palavras-chave como "mulheres paraguayas" e "bello sexo americano" no recorte temporal de 1864-1870. Selecionamos e analisamos mais de 150 edições de periódicos produzidos em variadas províncias brasileiras. Neste artigo apresentaremos trechos destes periódicos que indicaram, comentaram e participaram do debate público nacional envolvendo as mulheres paraguaias. Apresentaremos periódicos de variadas origens, indicando como o debate público envolvendo as paraguaias estampou importantes jornais brasileiros de diferentes províncias. Neste artigo, não pretendemos analisar particularmente cada periódico, mas apresentar ao leitor algumas das representações, opiniões e discursos sobre as mulheres paraguaias.

Como argumenta a historiadora María Victoria Baratta (2015, p.3.), a imprensa, especialmente no contexto da guerra, era uma importante armada envolvendo as disputas no debate público dos países envolvidos. Os periódicos, para além de nos apresentar versões sobre as mulheres e suas estratégias durante a guerra, nos permitem compreender o processo de alteridade e, assim, a construção do "Eu" e do "Outro". Mesmo com tentativas de menosprezar as ações das mulheres paraguaias, a imprensa brasileira nos permite investigar as estretégias utilizadas e atividades realizadas por elas. Umas dessas estratégias utilizadas pelas mulheres durante o combate era transvestir-se de homem. Temos aqui um trecho do periódico *Correio Paulistano*, importante periódico da província de São Paulo, que comenta sobre essa prática:

> "Entre os soldados paraguaios mortos acharam três mulheres vestidas de homem, duas das quais eram muito moças. Seria o entusiasmo pátrio, ou seria antes alguma bárbara determinação de Lopez, que levou essas infelizes ao combate em que pereceram?" (CORREIO PAULISTANO, "Correspondência do Jornal do Commercio", São Paulo, 26 set. 1866, p.3.)[Grifo nosso].

Para além indicar que havia mulheres no campo de batalha, vestidas como homens, o trecho nos possibilita entender a visão do periódico sobre as paraguaias e o governo de López. A dúvida presente no trecho, colocando em xeque se a presença destas mulheres foi um ato voluntário ou alguma determinação feita pelo governo, manifesta desconfiança em relação ao patriotismo das paraguaias, bem como indica uma ação autoritária por parte do governo de López. Potthast (2001, p.83), ao investigar a participação feminina durante a guerra, argumenta sobre o impacto da propaganda governamental que mobilizava as paraguaias a auxiliarem o exército. No início da guerra, a maior parte das mulheres auxiliava nos "bastidores" do confronto, como enfermeiras, cozinheiras

ou no transporte. Todavia, como podemos notar pelo periódico, as paraguaias possivelmente também estavam atuando no front nos anos iniciais do conflito. A historiadora também argumenta sobre a ampliação dos trabalhos femininos seja no campo, seja no front a partir de 1868 (2006, p.94). Trazemos, de uma edição, dois trechos do periódico *O Mercantil*, de Santa Catarina. O primeiro é intitulado "Arrojo Paraguaio":

> "Em um dos jornais de Montevideo deparamos com a seguinte notícia que exuberantemente prova o arrojo de que são dotados os fanáticos paraguaios. Nada menos é do que o forçamento do bloqueio feito por nessas divisões de encouraçados, e da maneira seguinte:
>
> Uma canoa paraguaia tripulada por 10 homens atravessou o Rio e passou-se para a Humaitá, debaixo do fogo mais vivo que se lhe podia fazer. A margem oposta espera-a em uma proteção um regimento de mulheres." (O MERCANTIL, "Arrojo paraguaio", Santa Catarina, 24 mai. 1868, p.4.)"

O fanatismo paraguaio está, para o periódico, intimamente ligado às condições materiais e humanas do Exército Paraguaio. Notemos que se estabelece uma relação entre uma fuga, por meio de uma canoa, ou seja, não sendo a melhor forma de transporte, e o regimento feminino que espera os homens. O arrojo é formado por dez homens, somente, e um regimento de mulheres, e este aspecto é tido, pelo periódico, como um fanatismo do povo paraguaio. Fanatismo da população e, principalmente, do líder paraguaio Solano López. A seguir, outro trecho da mesma edição e página:

> "As mulheres paraguaias
>
> Novidade e ao mesmo tempo interesse despertarão as notícias desse teatro da guerra dá o Standard de Buenos-Aires, em seu número do domingo. Segundo o citado colega, a tenente coronel Margarida Ferreira e a capitã Anita Gil tem sob suas imediatas ordens, uma respeitável força de raparigas e mulheres, perfeitamente armada, que esta colocada no passo do Rio Tubiquari paradisputar a passagem ás forças aliadas.
>
> A brigadeira general Elyza Lynch com o corpo mais numeroso deste exército feminino, acha-se acampada no caminho que media o passo do Rio e uma pequena ilha no interior.
>
> No caminho da Villa Rica está a ala direita deste exército, comandada pela mãe do capitão Herrero, para que, em caso de necessidade opera de combinação com a coronel Margarida Ferreira que dispõe de um formoso corpo de intrépidas raparigas.
>
> Se isto é certo, com o assegura o Standard teríamos de ver renovados os tempos da antiga Esparta, e as mulheres de Cochabamba terão encontrado imitadoras. (O MERCANTIL, "As mulheres paraguaias", Santa Catarina, 24 mai. 1868, p.4)"

Este trecho, assim como o anterior, é carregado de informações importantes, principalmente sobre as "residentas". Somos apresentados a mulheres em posições de liderança, como tenente coronel, capitã, brigadeira. Potthast destaca que não fora encontrado nenhum exército feminino organizado por Elyza Lynch, esposa de Solano López, tratando-se apenas de rumores. Este trecho nos traz esta questão, seria um rumor de guerra ou Lynch havia formado um exército? Assim como Lynch, temos nomes como a capitã Anita Gil, e a tenente coronel Margarida Ferreira. De acordo com o trecho não são apenas algumas mulheres, mas um corpo, uma grande quantidade delas perfeitamente armadas. Outra relação que podemos estabelecer é a partir das "as mulheres de Cochabamba". Trata-se de uma referência às mulheres nativas do que se tornou a Bolívia, que lutaram contra os espanhóis pela independência.

A mesma notícia também aparece no *Correio Paulistano*; no periódico paulista, a notícia é acompanhada de mais dois trechos que citam as paraguaias. O primeiro, que é seguido da mesma notícia que lemos do *O Mercantil,* recebe como título "As Amazonas":

> "Em outro lugar transcrevemos da parte do editorial do "Echo do sul", jornal da cidade do Rio Grande, um escrito com aquele título digno de atenção, a ser verdadeiro o fato que menciona do armamento regular em larga escala das mulheres paraguaias para defesa da paz, sobre que de nossa parte nada podemos asseverar afinal de contas." (*Correio Paulista*, "As Amazonas", São Paulo, 17 jun. 1868, p.1.)

O periódico não afirma, tampouco nega a existência de mulheres paraguaias armadas, apenas ressalta como esta informação é digna de atenção e que transcrevem, em outra parte desta edição, uma notícia extraída do *Echo do Sul*. O trecho intitulado "As Amazonas", referenciado no trecho anterior, ocupa o final da primeira página e início da segunda:

> "As amazonas
> O coronel Margarida Ferreira e capitão Annita Gill, ambas do bello sexo, são oficiais que têm o comando no passo de Tebicuary, onde uma nova força respeitável, de moça e mulheres, está em armas para disputar aos aliados a passagem.
> É este teor das últimas noticias que recebemos do Paraguai*, e todas as pessoas bem informadas sabem que as noticias são exatas.*
> O general-brigadeiro Eliza Lynch, com a mor-parte do exército feminil, está acampado entre o Passo e uma pequena cidade.
> No caminho de Villa-Rica reuniu-se outra parte destas amazonas, debaixo do comando da mãe do capitão Herrero, para atacar o exercito no caso que este

> passasse do arroio, batendo-o o coronel Margarida Ferreira com as heroicas moças, e novas recrutas que estão se apresentando todos os dias ao chefe feminil.
> Das cartas e noticias que recebemos, devemos julgar que os homens do exercito paraguaio se acham muito reduzidos, e que aqueles que ficaram estão empregados para defender Humaitá, as posições de Timbó, o acampamento de Villa-Rica e a fortificação de Lambaré.
> O que chamamos de guerra de recursos, pois, ficou a cargo das mulheres do Paraguai, *e hoje é fora de dúvida que as tropas do norte, perto de Tranqueiro do Loreto, se compõem exclusivamente de mulheres.*
> Na verdade é triste e melancólico pensar-se que neste nosso século um povo se vê forçado a lançar a mão a este último recurso; que uma raça de entes como nós, se vê exterminada assim; que as mãe e filhas são arrancadas do seio da família para, substituindo os homens, assentar praça e encher os vácuos de um exército já gasto e destruído!
> É que ninguém supõe que nisto haja exageração.
> *Em Buenos Aires já não há jornal que não tivesse publicado este horrendo fato de que López está recrutando mulheres."* (CORREIO PAULISTANO, "As Amazonas", São Paulo, 17 jun. 1868, p.1-2.) [Grifo nosso]

O trecho nos permite fazer importantes reflexões. Primeiramente, nos é indicado que a participação de mulheres paraguaias no campo de batalha já é algo que não pode mais ser posto em dúvida. Trata-se de uma informação que circula entre os países envolvidos; o trecho destaca que em Bueno Aires não há um jornal no qual não se repercutisse as notícias sobre as paraguaias, nos apresentando a uma circulação das ideias e dos periódicos entre os países envolvidos no conflito. O trecho continua:

> "A diferença que possa haver é que nós estamos no caso de dar a notícia mais detalhada, porque temos informações mais exatas de fonte insuspeita, principalmente de estrangeiros que residem no lugar onde os acontecimentos estão se passando.
> Enquanto ao numero exato de mulheres em armas, não podemos dar, a vista de diversos dados entre as opiniões a respeito.
> Há muito tempo, há anos, que uma grande porção de trabalho forçado inerentes aquele lido tem sido feito pelas malfadadas filhas daquela terra, noutro tempo tão primoroso.
> Até tem sido o braço da frágil mulher o que lavra a terra para fazer os túmulos para os mortos! Tem sido a mulher que caminhou léguas e léguas para levar os despachos do tirano de distancia e distancia! Finalmente os vapores e navios no porto de Assunção têm sido carregados e descarregados pela mão tremula das mulheres daquela capital.
> Tudo que de valor ou merecimento possuíam estas pobres criaturas, tem sido arrancado da mão delas para prolongar a resistência.
> Há três anos que elas são lavradoras para tira da terra os mantimentos para os combatentes do outro sexo; das fibras de planta tecem vestimentas para aqueles: velaram as noites nos hospitais cuidando dos feridos e doentes; sofreram tudo e

> sacrificaram tudo, e agora com o poder satânico se acham puxadas para fazer face ao exército interior dos aliados.
> Seja obediência, seja fanatismo ou seja patriotismo, o que atrai para as colinas e vales a parte feminil da população paraguaia, aramada com espadas e espingardas para defender aquela terra; seja o que for, não desesperaríamos da causa da humanidade, *se fosse possível duvidar por um momento das simpatias do nosso povo em favor destas heroínas do Paraguai.*
> Se a nova fase da guerra se presta para a sátira; se o tanas despotismo de López, forçando as malfadas mulheres a sair de suas casas para defender uma causa mais pessoal do que nacional, está chamando contra ele as imprecações do mundo civilizado; também o heroísmo daquele povo que chora atrai uma admiração que enfeita a causa dele.
> Na história encontramos exemplos de amazonas muito valentes, mas devem se respeitar os séculos passados, e não temos exemplos de que um exercito interior, seja cristão ou pagão, formado de guerreiras*, tivesse marchado para bater-se com um exército superior de homens!*
> Por nossa parte reclamamos dos ministros estrangeiros que mandem para o Paraguaio uma comissão no intuito de indagar o estado real das coisas.
> Se, como consta, os aliados devem bater-se com estas moças e mulheres, para passar-se de Tebiquary, então toca a honra da Europa por um termo final a esta tremenda guerra; sim, os aliados mesmo, o generoso Brasil, deve reconhecer a impossibilidade de continuar-se nestas condições de hostilidades.
> Posto que fosse possível encontrar-se um exército tão mercenário para bater e extirpar estas pobres filhas do Paraguai, e se esse exército fosse bastante infeliz de ganhar o dia, então nem as riquezas todas de Mato Grosso, nem os troféus do Paraguai poderiam recompensar a honra machada por uma vitória tão malfadada.
> Ou se fossem continuar as hostilidades nestas circunstâncias; se para cumprir-se o tratado da tríplice-aliança, os aliados devem atacar e vencer filhos do país, então seja a guerra igual: *que mulheres marchem contra mulheres, e os homens contra homens*.
> Vivemos num século estranho e de raridades, e quando as mulheres tiverem acabado de lutar entre si, quando os homens já estiverem gastos, então *mandemos as crianças* e o general Tom Ponce e sua mulher sejam os chefes.
> (Extraído do Echo do Sul)." (CORREIO PAULISTANO, "As Amazonas", São Paulo, 17 jun. 1868, p.1-2.) [Grifo nosso]

Outro aspecto que nos chama atenção é a escolha pelo pronome masculino quando referenciam as paraguaias – *O coronel, O tenente, O general-brigadeiro.* Podemos pensar que há uma vontade, por parte do periódico, em ressaltar que estas posições no exército devem ser ocupadas por homens. Este aspecto também é notável quando há uma comparação entre o exército paraguaio, composto por mulheres, e o exército dos aliados, composto por figuras masculinas, ressaltando a superioridade deste último.

O título dado ao trecho também é importante, pois referencia as chamadas amazonas presentes na mitologia grega. Como nos indicou Simone de Beauvoir (1970, p.82), ao retomar os escritos de Heródoto sobre o tema, as amazonas participaram, com a mesma voracidade masculina,

de eventos sangrentos. A filósofa nos relembra que, para atuarem nas batalhas, as amazonas mutilavam seus seios, indicando uma negação da maternidade. Assim, podemos refletir que, para o periódico, as paraguaias poderiam estar buscando um papel de guerreiras semelhante ao dos homens. Contudo, para tal, precisaram renunciar alguns aspectos que faziam parte dos mecanismos de reprodução, enquanto os homens não precisariam. Mais uma vez, há uma especulação sobre a superioridade masculina.

Tratando-se das atividades realizadas por mulheres, o trecho nos indica batalhões paraguaios compostos exclusivamente por figuras femininas, liderados por Elisa Lynch. Para além, também há destaques para os papéis na sociedade paraguaia desde o início da guerra; as paraguaias realizavam, de acordo com o periódico, as atividades agrícolas, bem como atuavam como enfermeiras e costureiras. Mesmo que, por algum momento, o trecho nos indique algum ar de elogio ou admiração às atividades das paraguaias, o mesmo ressalta que não possível esquecer que são mulheres e, principalmente, paraguaias. Elas, na visão do periódico, estavam sendo manipuladas por López, dando continuidade a uma guerra movida pelos interesses pessoais do líder paraguaio em detrimento da defesa da nação. Neste trecho, assim como em outros analisados, o patriotismo e a liberdade das mulheres paraguaias são colocados como duvidosos. Há uma tentativa de desvalidar a moral pública do inimigo.

Victoria Baratta, investigando os debates presentes na imprensa argentina durante a guerra, nos indica a impopularidade na opinião pública envolvendo a união entre Argentina e o Império (2015, p.15). A guerra movida pelo Brasil produziu desconfiança dos outros países, mesmo entre os aliados. Para além de ser uma monarquia em meio a repúblicas, o Brasil era um país movido economicamente e socialmente pela escravidão. A historiadora argumenta que o Império era tido como um inimigo, e a guerra era considerada uma ação hipócrita. Como poderia um país escravista e governado por uma monarquia levar alguma liberdade para outros?

Trazemos um trecho do periódico *Diário de Belem: Folha Política, Noticiosa e Commercial,* da província do Pará, que novamente tentativa de desmoralizar o Paraguai e elogiar as ações do Império:

> "Para que se julgue do caráter republicano do Paraguai, envio uma escritura de compra de uma escrava, e a carta de liberdade da mesma, assim como bilhetes pedindo quantias para comprar servientas. Mostre a quem quiser ver estas provas de igualdade e fraternidade, e da liberdade e justiça, legenda das armas paraguaias." (DIARIO DE BELEM: FOLHA POLÍTICA, NOTICIOSA E COMMERCIAL, "Exterior", Pará, 19 fev. 1869, p.2.)

O trecho nos indica a compra de uma escrava paraguaia por brasileiros. A escritura da compra é acompanhada da carta de liberdade para a paraguaia. Temos, no trecho, uma representação da superioridade moral do Império em relação ao Paraguai. A "igualdade e fraternidade", "liberdade e justiça", e o sistema político repubicano que formavam a identidade paraguaia são desmoralizados, ao mesmo tempo em que há uma tentativa de distanciar o Império de sua imagem envolvendo a escravidão e a monarquia. Na representação, o Império escravista transforma-se em libertador. Como investigou Garcia (2018, p.123), circulava na imprensa paraguaia, caricaturas e notícias satirizando líderes e membros do exército brasileiro. O Império era associado à escravidão por meio de imagens de macacos, representações racista dos soldados negros brasileiros. Este trecho do *Diário de Belem* nos indica uma tentativa de inverter as opiniões, levando ao país paraguaio, uma representação de escravizador.

Em outra edição do *Correio Paulistano* somos apresentados a uma jovem chamada Maria Padilla que, supostamente, era uma coronela e comandava um grupo militar de mulheres chamado "Amazonas da Independência". Assim como os nomes de Annita Gill, Margarida Ferreira, não encontramos outras notícias sobre Maria Padilla para além das presentes no *Correio Paulistano*. Também não nos deparamos com outras notícias sobre o grupo "Amazonas pela Independência", apenas o mesmo trecho repercutido em outros periódicos:

> "Maria Padilla
> Lê-se na *Tribuna* de Montevidéu:
>
> Em Carapehuá existe um regimento de mulheres comandado por uma coronela chamada Maria Padilla, cuja história é tenebrosa e triste, como as impressões que deixou em seu coração. Tem 25 anos, é alta, branca e de uma formosura varonil, mas em seu rosto ha uma sombra que lhe da um aspecto misterioso: é o reflexo de um crime cometido em seus primeiros anos, para exercer uma vingança.
> Maria Padilla, tendo 20 anos, amou, com todo o fogo de uma alma virgem, a um individuo que não soube compreende-la e que acreditou fazer uma grande façanha roubando-lhe a honra sob promessa de casamento, abandonado e esquecendo depois a terna Maria nos braços de outra, com a qual contraiu matrimonio.
> Ao sentir-se ferida no mais profundo de sua alma, vendo desfeitas as suas ilusões entre o lutuoso porvir de sua desdita e o passado da sua desonra, seus olhos não derramaram uma lagrima: mas um pensamento, como uma centelha de morte, subiu do seu coração a cabeça, e desde esse momento a ideia de matar a seu partido amante acompanhou-a nos tristes instantes de sua misera vida.
> Sua felicidade tinha sido um sonho: nada lhe ficava sobre a terra; perdoar não podia: tinha amado muito; e ofuscada pelo ódio pensou em sua fúnebre vingança.
> Para seu amante, casada há pouco tempo, deslizavam-se as horas nos enlevos ardentes desse imenso amor, que chamam de lua de mel.

> No que mesmo pensava esse individuo era na infeliz Maria, que aguardava o momento oportuno de levar a cabo sua vingança.
> Era uma noite como qualquer outra: o traidor amante pulsava ao lado de seu terna esposa uma viola, acompanhando-o este com uma canção de amor, quando de repente se apresenta Maria Padilla e lhe dá tantas punhaladas como letras tem a palavra- perjuro.
> Ao ver cair o cadáver sangrento do seu antigo amante exclamou aterrada – Lhe teria perdoado minha vida, mas minha honra jamais!
> A viúva, entretanto, tinha desmaiado de susto; mas sendo vista por Maria, foi por esta assassinada, como o havia sido o seu difundo esposo, talvez para completar sua primeira ideia.
> Andou errante algum tempo nos bosques até que foi presa: a prisão não durou muito tempo, pois que foi perdoada e solta.
> Desde esse momento desapareceu e só tornou a aparecer na guerra do Paraguai, na qual tem prestado ao exército inimigo grandes serviços de valor e caridade, o que visto por López, que tinha a ideia de utilizar em sua defesa mulheres do Paraguai, a nomeou coronela do regimento n.1 de "Amazonas da Independência", que está em Carapehuá.
> É o caso de dizer-se se non é vero é bem trovato." (CORREIO PAULISTA, "Maria Padilla", São Paulo, 27 set. 1868, p.2.)

Ao analisar a cultura letrada e visual uruguaia no século XIX, Torres argumenta sobre como, nas representações, o sofrimento feminino está sempre relacionado a perda de um homem que lhe foi querido (2013, p.53). A partir desta analise da historiadora uruguaia podemos refletir sobre o trecho acima. De acordo com o periódico, a participação de Maria Padilla no exército paraguaio está associada com sua "desonra" e decepção amorosa. Sua ação no front não é fruto de seu patriotismo, mas de sua frustração. Há, assim, uma tentativa de vincular esta mulher desonrada à nação paraguai, e desvalorizar sua participação e o próprio Paraguai.

Outro periódico que nos indicou a participação de mulheres paraguaias no front foi *O Publicador,* periódico presente na província da Paraíba. O primeiro trecho que trazemos nos indica, novamente, batalhões femininos e a presença de Lynch como uma grande liderança:

> "Consta que Lopez organiza batalhões de mulheres, e que já tem alguns bem disciplinados, e que fazem fogo com bastante destreza.
> Dizem que Madame Linch é brigadeira, e que há coronelas, tenentas coronelas, capitãs, etc e etc.
> Se vier esta fama, será para ver-se um dia de combate a algazarra, que as amazonas devem fazer.
> Quando a mim hão de ser terríveis nos ataques a unhas e dentes.
> Se o governo lembra-se de criar também batalhões de mulheres para baterem as paraguaias, então creio, que viriam os amigos das brigas dos galos de duas Bretanhas para assistirem ao combate." (O PUBLICADOR, "Correspondência do Publicador", Paraíba, 16 jun.1868, p.2.)

As "residentas", como apontado anteriormente, não eram somente aquelas que pegavam em armas. Também eram mulheres que conectavam suas funções do período anterior ao conflito, com as necessidades que surgiam, atuando como cozinheiras, lavadeiras e também nos transportes. O apoio popular, descrito como fanático nos periódicos brasileiros, como argumenta Potthast era muito importante e fora estimulado pelo governo lopista (2001, p.83). Um dos exemplos envolvendo o apoio feminino está nas doações de jóias para o governo, no início espontâneas, e posteriormente, resultado de reuniões de autoridades locais. Não nos dedicamos aos periódicos paraguaios contemporâneos ao conflito, mas estes também eram utilizados para propaganda destinando-se em especial às mulheres das classes populares, como também nos apresentou Potthast (2006, p.96). Vejamos um trecho do periódico brasileiro *Pedro II,* presente na província do Ceará, que nos traz algumas reflexões:

> "Patriotismo das mulheres paraguaias
> Um dos correspondentes da Nacion Argentina no acampamento Tuyu-Cué, escreve o seguinte:
> (...) Havendo noticias de que em consequência de haver espalhado pelo campo a ideia as mulheres oferecerem joias ao supremo governo para os gastos da guerra, começou-se a vender clandestinamente algumas joias, dando-se assim uma prova escandalosa da má vontade de algum dos interesses particulares, e sabendo-se também que da capital mesmo se tem mandado fora joias, afim de serem vendidas ocultamente. "(PEDRO II, "Patriotismo das mulheres paraguaias", Ceará, 8 dez. 1867, p.2)

Este trecho nos possibilita uma análise em quatro pontos. O primeiro aspecto envolve o modo como o trecho ironiza o patriotismo das paraguaias, indicando que estão burlando ordens do governo, mas, também nos aponta que as doações existiam, sendo propagandeadas e divulgadas. Em um segundo momento, o correspondente também nos aponta para tentativas de observação e controle por parte do governo de López. O terceiro aspecto é que de, mesmo com a vigilância, existiam tentativas para ganho particular. Ou seja, estratégias que não estavam envoltas dos tentáculos do Estado paraguaio, ou da própria guerra, mas os sujeitos buscavam criar suas próprias formas de ganho. Por último, temos a circulação de ideias por meio dos periódicos. Não somente neste trecho, mas em variados outros, podemos notar como correspondências ou referencias históricas de outros países fazem parte da composição das ideias nos periódicos.

Como nos indicou Potthast (2001, p.77), a memória paraguaia sobre a guerra destacou as "residentas", optando pelo esquecimento quando falamos sobre as "destinadas". Sobre este último

grupo, notamos uma *ferida aberta* na memória nacional do Paraguai, pois se trata de mulheres tidas como inimigas da nação, traidoras do governo de Solano López que é tido como herói nacional. Em nossa pesquisa encontramos edições de periódicos em que, muito provavelmente, tem como foco as "destinadas". Trazemos um trecho do periódico *O Publicador,* da província da Paraíba, que nos aponta mulheres que foram degoladas porque foram consideradas como traidoras pelo governo paraguaio:

> "As próprias mulheres não têm sido poupadas ao furor do extermínio, de que se acha o dominado o ditador López.
> Dois prisioneiros feitos pela nossa vanguarda indicam o lugar em que ainda se podem encontrar os cadáveres de mulheres de todas as idades, mandadas degolar por meras suspeitas.
> Uma coisa chamou minha atenção e foi que em roda dos cadáveres encontrei pedaços de cambraia fina. Apanhei alguns pedaços ensanguentados para ver se encontrava alguma marca, porém felizmente não encontrei; deduza da qualidade das roupas que, se eram de paraguaias, pertenciam a pessoas muito notáveis; tenha-se bem presente isto, porque paraguaios com camisas daquela ordem não há." (O PUBLICADOR*, "*Paraguay*",* Paraíba, 14 out. 1868, p.2.)

Neste trecho há elementos que são importantes para nossa análise. Primeiramente, nos é indicado assassinatos de mulheres, de variadas idades, movidos pela desconfiança por parte do governo paraguaio. Outro ponto está na descrição dada às vestimentas destas mulheres. Trata-se de roupas de qualidade notável sendo, muito provavelmente, poses de mulheres da elite paraguaia. Este trecho relaciona-se com o debate historiográfico sobre as "destinadas", nos indicando membros da elite acusados de serem traidores, bem como as paraguaias sendo punidas por se relacionarem com os homens que participaram da suposta conspiração. Como Potthast (2006, p.97) analisou o grupo das "destinadas" era formado por mulheres que estavam desacostumadas ao trabalho braçal ou as longas caminhadas que tiveram de realizar.

Somos apresentados novamente as "destinadas" em outro periódico, *O Despertador,* da província de Santa Catarina. No trecho nos indica o assassinato, por decapitação, de mulheres paraguaias. O periódico também nos apresenta a um dos acampamentos formados pelas "destinadas", crianças e idosos, localizado em Espadín. Sobre as mulheres encontradas com vida há uma descrição de estado de miséria, marcadas pela fome e falta de forças:

> "Gurugualy, 28 de dezembro de 1869, (de noite).
> O bravo tenente coronel Moura acaba de chegar, tendo, com 30 homens, chegando a serra de Marayú, e passado, além disso, seis léguas adiante até atravessar o rio de Igatemy no passo de Espadín.

> Aqui encontrou cerca de mil mulheres em tal estado de miséria, que apenas 400 tiveram forças para levantar-se e acompanhar-nos, entre as quais algumas brasileiras e europeias, as outras ficaram ali completamente desfalecidas, esqueletos vivos, que quase não respiravam.
> O tenente-coronel encontrou montões de mulheres degoladas e laceadas pelos espiões de Lopez." (O DESPERTADOR, "Notícias da guerra", Santa Catarina, 25 jan. 1870, p.3.)

Nestas últimas linhas, retomemos a pintura de Pedro Américo. Sobre a Batalha do Campo Grande, episódio escolhido por Américo, encontramos algumas edições de periódicos que contribuem para nossa discussão. A primeira que destacamos é do periódico *Dezenove de Dezembro,* que também foi noticiado no periódico *O Cearense:*

> "Hoje vi entrar nesta cidade uns 300 prisioneiros dos tomados nos combates de 12 e 16. Fiquei horrorizado do aspecto que apresentavam esses *defensores* de López. Dois terços dessa gente compunham-se de pobres crianças menores de 14 anos, quase nus, magros e tão fracos que com dificuldades caminhavam. Alguns desses desgraçados vinham feridos de bala." (DEZENOVE DE DEZEMBRO, "Exterior", Paraná, 29 set. 1869, p.2.)[Grifo do periódico]

O trecho acima envolve a batalha do dia 16, indicando o horror do correspondente ao visualizar os prisioneiros paraguaios. Em seu depoimento, o correspondente nos apresenta aos membros do exército dos vencidos sendo dois terços destes, de acordo com o trecho, crianças. Para além de serem crianças, estavam em estado de miséria.

> "Logo que pararem em frente ao quartel general grande número de miseras mulheres paraguaias, que aqui se acham rodearam esse grupo de horror indescritível, procurando reconhecer no meio dele um filho ou parente próximo. Desculpo aos que não acreditam neste quadro, pois eu também se não visse custaria a crer que fosse verdadeiro. As estradas que cortam a serra estão, segundo asseguram pessoas do maior crédito, entre elas o general visconde do Herval, *juncadas de cadáveres de mulheres, crianças e velhos mortos à fome*!" (DEZENOVE DE DEZEMBRO, "Exterior", Paraná, 29 set. 1869, , p.2.) [Grifo nosso]

Continuando seu relato, o correspondente destaca novamente o horror do cenário pós-batalha. Vale ressaltar que o correspondente não indica uma atrocidade por parte dos brasileiros de cometerem o assassinato de crianças, mas de López por permitir o recrutamento destes membros. O trecho também nos apresenta a um grande número de mulheres em torno do quartel, muito provavelmente mães ou parentes dos combatentes paraguaios, buscando reencontrá-los. Desta maneira, em oposição ao que podemos visualizar na pintura de Américo, a imprensa comenta sobre as mulheres e crianças paraguaias presentes na Batalha de Campo Grande. Assim como os periódicos e jornais eram valiosas armas na construção da identidade nacional, as pinturas também

representavam importantes formas de formular a memória e escrever a história nacional. Na obra de Pedro Américo, os sujeitos indesejáveis para a história nacional, as mulheres e crianças paraguaias, não fizeram parte de sua narrativa visual.

Considerações finais

Em nossa discussão, buscamos apresentar algumas edições de periódicos brasileiros que noticiaram, comentaram e opinaram sobre a participação feminina paraguaia. Indicamos os periódicos com a finalidade de apresentar outra narrativa, oposta aos silenciamentos de Pedro Américo em seu quadro *Batalha de Campo Grande* (1871). Afirmar se a escolha do pintor foi consciente ou não, não fez parte de nossos objetivos. Para além de indicar a ausência na pintura, nossa intenção fora de procurar e analisar outras fontes brasileiras que nos apresentassem versões sobre as paraguaias. Buscamos a partir do não dito, o dito.

Como pensado por outros historiadores, para questionar a pintura, necessitamos nutrir nosso olhar da cultura, dos debates e referências do produtor da obra. Pedro Américo, em busca de verossimilhança para suas pintura, teve como parte de seu campo referencial, a imprensa brasileira. A partir dos periódicos foi possível compreender a discussão pública nacional em torno das paraguaias e suas ações. A imprensa no século XIX era um campo de disputas, bem como de construção da identidade nacional. Como buscamos apresentar, as paraguaias e sua nação foram tidas pelos periódicos, em oposição às construções feitas sobre o Brasil, como despreparadas para o combate e vítimas do fanatismo pelo governo de Solano López.

As representações utilizadas nos trechos selecionados nos indicam uma tentativa de desqualificar a defesa de López, e uma forma do Brasil se distanciar da imagem pública de monarquia movida pela escravidão. Como buscamos indicar, há momentos em que a imprensa brasileira optou por representar as paraguaias enquanto vítimas de um governo tirano, em outros, as indicam como nacionalistas cegas de amor pelo país paraguaio. De modo similar, a historiografia brasileira durante muito tempo insistiu nestes dois pontos ao analisarem a participação feminina. Em nossa discussão não partimos da dualidade entre heróis e vilões, agressores e vítimas. As paraguaias atuaram enquanto sujeitos históricos, marcados pela incerteza do futuro da guerra e pela necessidade de sobrevivência.

Outro importante aspecto está na circulação de ideias dentro do Império e entre os países envolvidos no conflito. Dentre as edições analisadas, é possível ter acesso a correspondências, cartas e informações presentes em diferentes localidades. Nossa escolha por apresentar periódicos das províncias teve como finalidade indicar como as mulheres paraguaias ocuparam parte do debate público brasileiro. Para além de apresentarem opiniões e representações em torno das paraguaias, a imprensa nos possibilitou reconhecer as atividades realizadas pelas mulheres dentro e fora do campo de batalha. Os periódicos nos indicaram algumas das condições nas quais as mulheres viviam, e suas estratégias para sobreviver no contexto da guerra.

Referências bibliográficas:

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ANDERSON, Benedict R. O'G. **Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** México: Fundo de Cultura Económica, 1993. 315 p.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis: A trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888).** Campinas: Editora Unicamp, 2009. 469 p.

BARATTA, María Victoria."¿Aliados o enemigos? Las representaciones de Brasil en el debate público argentino durante la Guerra del Paraguay, 1864-1870.". **Revista de História USP**, São Paulo, n.127, jan-jun, 2015, p.43-75.

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente, pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970

BHABHA, Homi K. "Interrogando a identidade" In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p.70-104.

COLI, Jorge. **Como estudar a arte brasileira do século XIX?**. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

CHRISTO, Maraliz de C. V., "A pintura de história no Brasil do século XIX: panorama introdutório", **Arbor,** vol. 185, n. 740, 2009, p.1147-1168.

_____**Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e "Tiradentes Esquartejado"**. 2005. 365p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. "De historiadoras. Brasileiras e Escandinavias. Loucura, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)", **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº5, 1998, pp.181- 215.

DE LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GARCIA, Gabriel Ignacio. "A construção da alteridade brasileiras nas imagens e discursos do jornal El Centinella (1867)". **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, vol. 5, n. 2, jul./dez., 2018, p.111-132.

POTTHAST, Barbara. Algo más que heroínas. Varias roles y memorias femeninas de la Guerra de la triple alianza. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 10, núm. 1, 2006, p. 89-104.

_____Residentas, destinadas y otras heroínas – El nacionalismo paraguayo y el rol de las mujeres em la Guerra de la Triple Alianza. IN: **Mujeres y naciones en América Latina. Problemas de inclusión y exclusión, Iberoamericana**, 2001.

RAGO, Margareth. A Mulher na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia L. (org.) - **Cultura Histórica em Debate** - SPEd. UNESP, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Batalha do Avaí. A beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo.** Rio de Janeiro: GMT Editores, 2013.

TORRES, María Inés de. **Lá nación tiene cara de mujer?: Mujeres y nación en el imaginaria letrado del Uruguay del siglo XIX**. -1ª ed – Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2013.

ZICMAN, Renée B. Historia através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.

Temporalidades

A deposição de Dilma Rousseff através dos *memes*: um olhar sobre a misoginia, machismo e sexismo

The deposition of Dilma Rousseff through memes: a look at misoginy, machism and sexism

Lorena Danielle Santos
Mestranda em História
Universidade Estadual de Montes Claros
lorenadanielleadm@hotmail.com

Ivana Veloso
Mestranda em História
Universidade Estadual de Montes Claros
yvavelosoalmeyda@gmail.com

Recebido em: 09/11/2020

Aprovado em: 03/01/2021

Resumo: Com o avanço da tecnologia e consequentemente do mundo digital, os *memes* virtuais têm demonstrado seu poder de influência nas mais diversas áreas da nossa sociedade, como por exemplo na esfera política. Nesse sentido, este trabalho propõe analisar a deposição da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, utilizando os *memes* enquanto fontes históricas. Para tanto, a análise centrou-se em três categorias, sendo elas: Machismo, Sexismo e Misoginia. A intenção é verificar quais foram as principais ideias empregadas, enquanto recurso argumentativo para a mobilização do maior número possível de brasileiros, por aqueles que diretamente se posicionaram contrários à continuação de Dilma Rousseff no cargo da presidência do país. Tendo tal contexto de crise política como ponto de partida, discutimos teoricamente a História das Mulheres, o gênero e a representação da mulher na mídia, sendo este último item portador de importância capital para a construção da pesquisa e análise dos *memes* que elencamos.

Palavras-chave: Memes; Dilma Rousseff; Poder.

Abstract: With the advancement of technology and, consequently, the digital world, the same virtual ones have demonstrated their power of influence in the most diverse areas of our society, such as, for example, in the political sphere. In this sense, this work proposes to analyze a deposition of the ex-president of Brazil, Dilma Vana Rousseff, using memes as historical sources. For this, a central analysis in three categories, namely: Machismo, Sexismo and Misogyny. The authentic intention was to verify which were the main ideas employed, in the argumentative resource for the mobilization of the largest possible number of Brazilians, by those who directly opposed the continuation of Dilma Rousseff in the position of president of the country. Taking this context of political crisis as a starting point, we theoretically discuss the History of Women, gender and representation of women in the media, the latter being an item of important capital

for the construction of research and we analyze the memes that elect the research and ditch the memes.

Keywords: Memes; Dilma Rousseff; Power.

História, gênero e a imagem da mulher na grande mídia

O campo de estudo da História das Mulheres que emergiu no final dos anos 1970 ainda está, paulatinamente, expandindo-se com suas pesquisas e abordagens que debruçam sobre temas relacionados à luta das mulheres ao longo dos anos e à sua atuação nas várias esferas sociais. Em diálogo com esse campo e dentro da esfera do político que, neste trabalho, analisaremos o contexto em que ocorreu o processo de *impeachment* da primeira mulher a se tornar presidente da nação brasileira: Dilma Rousseff. Eleita em 2010 e reeleita em 2014, Rousseff não completou o segundo mandato, pois em 31 de outubro de 2016 finalizou-se o processo de *impeachment* que a depôs do poder.

> O processo de impeachment teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção. Após a vitória de Dilma (51,64% dos votos), o candidato derrotado Aécio Neves (48,36%) liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora. Finalmente, a Câmara Federal acolheu, em setembro de 2015, a acusação formal sobre o crime de responsabilidade fiscal (as "pedaladas fiscais") associadas discursivamente a críticas sobre a paralisia econômica do País, à postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação com o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava Jato. Essa situação foi seguida por centenas de manifestações nas ruas, pró e contra *impeachment*, nutrindo o debate sobre os limites da crise política brasileira (BECKER et al., 2016, p. 99).

Nosso objetivo é analisar o referido contexto de crise política através dos *memes* da internet, que foram produzidos por usuários a favor do *impeachment* da então presidenta do Brasil. Para tanto, empregamos três categorias de análise: misoginia, machismo e sexismo. Além disso, discutiremos como a grande mídia tem se posicionado em relação às mulheres e as formas como elas são retratadas pelos meios de comunicação, tal como já foi observado por pesquisadoras como Amanda Rezende Lopes:

> As ideias de "ser mulher" e de "ser mulher na mídia" parecem estar sempre em condição de inferioridade e submissão. O feminino está associado, social e midiaticamente, a características e qualidades limitantes construídas por meio de desigualdades em relação ao sujeito homem e pela manutenção da opressão nas relações de gênero. Os códigos relativos às mulheres contribuem para a permanência de estereótipos no senso comum. O feminino é percebido como um conjunto de símbolos e regras reforçado através de mitos e imagens

> produzidos socialmente com sentido de eternização e estabelecimento de identidades fixas, fato que cria um distanciamento entre as múltiplas possibilidades e experiências femininas. Dessa forma, torna-se imprescindível o estudo e o debate sobre as questões de gênero e as representações midiáticas femininas (LOPES, 2017, p. 08).

Nesse sentido, geralmente quando as mulheres são expostas pela grande mídia, o que chama atenção é a forma como são apresentadas: via de regra, em situações de desigualdade de gênero. A mulher ainda é situada no âmbito do privado, isto é, do lar. É posta como inferior ao homem, incapaz de realizar determinadas tarefas e funções, especialmente na política, que diz respeito à esfera pública. Por outro lado, a imagem do homem não passa por essas mesmas situações em que as mulheres são retratadas, já que o homem é mostrado, geralmente, pelo perfil de um mentor (caso exemplar é o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apareceu em um discurso midiático nacional e hegemônico como o grande mentor de Dilma Rousseff durante suas gestões) tal como uma pessoa forte e habilidosa, mas também é apresentado como um aventureiro ou como intelectual capaz de desenvolver toda e qualquer atividade. Nesses termos, para Amanda R. Lopes:

> Os elementos diferenciadores, como a posição de submissão da mulher em relação ao homem e as delimitações de papéis distintos entre os gêneros (o cuidado com o lar e com a educação dos filhos como tarefa feminina e o trabalho e sustento da família como responsabilidade masculina, por exemplo), foram os mesmos que tornaram possível o surgimento da imprensa feminina com suas características próprias (LOPES, 2017, p. 08).

No cenário brasileiro, a imprensa feminina vai surgir durante a segunda metade do século XIX, em meio às transformações sociais que estavam ocorrendo, sobretudo depois que a família real portuguesa chegou ao Brasil (1808). Os assuntos abordados pelas revistas diziam respeito à poesia, culinária, moda e tudo mais que para os valores daquela época se aplicava ao universo das mulheres burguesas.

Entretanto, é preciso pontuar como atualmente os movimentos feministas têm avançado nas discussões e alcançado novos públicos através da sua atuação nos espaços virtuais. A era digital tem permitido que grupos oprimidos se organizem, como por exemplo, o transfeminismo (movimento de mulheres transexuais), possibilitando-lhes se expressarem socialmente, promoverem debates entre os internautas, bem como traçarem coletivamente novas estratégias políticas a serviço de combater o sem-número de violências que ainda sofrem todos os dias.

> A web traz a possibilidade de novas estratégias de atuação e intervenção política contra as desigualdades e as violências sofridas. A partir daí, é notado o

> crescimento de revistas femininas *on-line*, até mesmo declaradamente feministas ou voltadas para discussões de assuntos relativos ao movimento (LOPES, 2017, p. 09).

No que diz respeito à questão das representações sociais, convém discutirmos teoricamente os seus significados. Foi por volta dos anos de 1970, no âmbito da Nova História Cultural, que as representações sociais se tornaram objeto de estudo dos historiadores. Para Serge Moscovici (2007), tais representações são compostas por duas faces: a icônica e a simbólica. Além disso, são capazes de estabelecer relação entre uma ideia e uma imagem.

A historiadora Sandra J. Pesavento (2012) nos informa que as representações sociais não exigem veracidade, posto que sua força está na capacidade de mobilizar as pessoas, produzir reconhecimento e legitimidade social. Já para o historiador Roger Chartier, o conceito de representação está implicado nestes sentidos: "a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém" (CHARTIER, 1990, p. 20).

João Freire Filho (2005, p. 19), que parte das discussões de cultura da mídia de Douglas Kellner, argumenta que em relação ao foco das representações midiáticas é possível avaliar, entre outros pontos, como os gêneros e artefatos culturais podem funcionar para forjar a aceitação do *status quo* e a dominação social, mas que também podem encorajar os grupos subordinados a resistir à opressão contestando as estruturas de poder. Por meio desse aparato teórico, consideramos relevante a discussão sobre o conceito de representação social que os historiadores fazem, mas também destacamos a análise crítica da ideia de sub-representação:

> A análise crítica da sub-representação ou da representação distorcida de identidades sociais (classes, gêneros, orientações sexuais, raças, etnias, nacionalidades) se consolidou, desde a década de 1960, como um dos temas centrais da agenda dos estudos culturais e midiáticos. Tal inclinação teórica se harmoniza com a pauta de reivindicações dos novos movimentos sociais, notabilizados por uma preocupação profunda com a questão da identidade – o que ela significa, como é produzida e questionada (FREIRE FILHO, 2005, p. 20).

Consideramos que as mulheres ainda aparecem, de forma dominante através dos meios audiovisuais, portando representações distorcidas que influem na forma como as pessoas as enxergam, mas que tais representações também conseguem atuar no processo fluido de (re)formulação das identidades coletivas. Ao refletirmos acerca da imagem das mulheres na

mídia, visto que estas ainda fazem parte de um grupo marginalizado e oprimido em nossa sociedade (como ficou nítido nas manifestações durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff), consideramos o seguinte ponto:

> A chamada política de identidade se caracteriza pela afirmação e defesa da singularidade cultural dos grupos oprimidos ou marginalizados. Ativistas negros, feministas e homossexuais estenderam definitivamente o sentido do político para além de suas fronteiras convencionais – sem negligenciar as origens econômicas dos processos de exclusão e a importância das disputas tradicionais pelo acesso às riquezas materiais, ratificaram o caráter estratégico da representação nas diversas instâncias e instituições culturais (materiais didáticos, currículos escolares, meios de comunicação de massa) que afetam o modo como nós vemos e como somos vistos e tratados pelos outros (Kellner, 1995; Gripsrud, 2002; Silverstone, 2002) (FREIRE FILHO, 2005, p. 20).

Na contemporaneidade, as identidades culturalmente construídas têm sido regularmente contestadas pelas lutas políticas. Por essa razão, concordamos com Woodward (2000) sobre as representações serem de suma importância no processo de significados que produzem, já que são capazes de ofertar sentido às experiências que temos e que nos formam como sujeitos históricos. A referida autora, em sua argumentação, acrescenta:

> Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p. 18).

A partir desses princípios, Rachel Moreno (2017) em sua obra *A imagem da mulher na mídia*, traz importantes reflexões sobre a imagem da mulher sobretudo na internet. Porém, a autora ressalta que é justamente a televisão que ainda tem grande destaque de audiência, pois penetra mais facilmente os lares informando as pessoas, mas também entretendo e educando, em especial, as crianças, posto que "as mães acreditam estarem mais seguras no sofá de casa, em frente à TV, do que sujeitas aos perigos da rua, amplificados e multiplicados nos noticiários dos diversos meios de comunicação" (MORENO, 2017, p. 29). O fato é que muitos pais e familiares em nossa sociedade estão criando seus filhos por meio e através da presença contínua da internet e da televisão. Assim, as crianças estão crescendo diretamente inseridas no mundo virtual, sujeitas a serem excessivamente influenciadas por ele e pelas ideias e imagens que aparecem de forma dominante.

De volta ao contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, sobretudo durante as manifestações a favor de sua deposição, notamos como grande parte da população foi influenciada por aqueles que, através dos meios audiovisuais, julgaram e condenaram Rousseff como corrupta. Essas pessoas se engajaram nas redes sociais divulgando notícias na maioria das vezes sem a devida apuração das informações que tanto reproduziam para construírem suas narrativas. Mesmo assim, seguiam adiante no intuito principal de induzir o máximo de pessoas possível, contando com o imenso alcance de público da internet. Por essa razão que durante as manifestações pró-*impeachment*, se tornou uma tarefa fácil, embora também complexa, detectar a violência de gênero direcionada à Dilma Rousseff, especialmente quando partimos para análise do engajamento dos internautas nas redes sociais.

Além disso, sabemos que a grande mídia aborda fatalmente, como bem mencionado por Rachel Moreno (2017, p. 33), a espetacularização da violência, dando destaque àquela que atinge os indivíduos e seus interesses particulares. Por outro lado, essa mesma mídia pouco enfatiza sobre a exclusão social e a violência simbólica exercida "com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com a frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la" (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Moreno pontuou a violência de gênero muito presente no meio midiático. Quanto a isso, acrescentamos que as grandes coberturas midiáticas brasileiras feitas sobre o processo de *impeachment* de Rousseff, constituem um caso exemplar. No entanto, Rachel Moreno pondera:

> A violência de gênero aparece também, mas sempre isolada de seu contexto, ponderação, consequências – torna-se visível somente quando tem o potencial de atrair e prender a atenção -, personalizando-a, enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (como quando se exilou, por dias a fio, a história do sequestro de Eloá, no ABC paulista, mas os suicídios ou as tentativas de estupro no metrô não são noticiados) (MORENO, 2017, p. 34).

Pelo exposto, propomos fazer uma leitura sobre a violência de gênero direcionada à Dilma Rousseff através dos *memes* da internet que circularam e ganharam grande visibilidade nas redes sociais, reforçando o discurso criado em prol da legalidade jurídica dessa deposição política. Todos esses *memes* que analisaremos foram produzidos por vozes contrárias à Rousseff. Por essa razão, tinham como principal finalidade mobilizar outras centenas de pessoas a pensarem da mesma forma e a fazerem coro com aqueles que poderiam, efetivamente, depô-la do cargo. Pontuamos que a defesa de Rousseff ocorreu nos meios populares, sobretudo através do engajamento de mulheres feministas que a defenderam, não necessariamente porque apoiavam

sua política, mas porque se fizeram solidárias a uma mulher que estava sendo atacada de todas as formas possíveis.

A próxima parte do texto está dedicada a discutir e conceituar, academicamente, o gênero e as categorias de análise que empregaremos neste estudo: misoginia, machismo e sexismo.

Um estudo de gênero sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff

Quando tratamos das manifestações do *impeachment* de Dilma Rousseff e, consequentemente, sobre as expressões de ódio e repulsa pela sua imagem de mulher, seja através dos *memes* ou por outros canais de divulgação das mídias, é indispensável termos clareza sobre o conceito de gênero que ainda é tão incompreendido pelo senso comum.

Margareth Rago (1998), importante autora ligada ao estudo da situação das mulheres e das questões de gênero, em seu texto *Descobrindo historicamente o gênero*, busca definir esse conceito. Rago destaca alguns estudos realizados por ela, como também ressalta seu interesse em alargar as pesquisas sobre a história das mulheres e do gênero no Brasil, posto que historicamente as vozes das mulheres foram silenciadas. Então sobre o gênero, a autora argumenta que é uma "construção social e cultural das diferenças sexuais, categoria que trazia muito desconforto para todos nós pelo desconhecimento que a cercava" (RAGO, 1998, p. 89), evidenciando, assim, que foi diante da necessidade de discutir acerca do gênero que historiadores, sociólogos e antropólogos passaram a dar atenção para a sexualização do discurso historiográfico. Desde então, os movimentos feitos por mulheres passaram a reivindicar a o papel da mulher na história e a aquisição dos seus direitos. Foi nesse horizonte que as mulheres também começaram a adentrar nas universidades. Nesse ponto, Margareth Rago explicou:

> É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores (RAGO, 1998, p. 90).

A partir da história das mulheres que começou, dentro do espaço acadêmico, a se discutir mais sobre a categoria gênero, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990. Muitos estudiosos se debruçaram sobre o estudo do gênero como um novo campo do saber, ressaltando a ideia de que a divisão social seria mais importante do que a sexual, uma vez que as mulheres eram colocadas como inferiores e submissas aos homens. Mas por parte das mulheres ocorreu a reivindicação de uma nova linguagem capaz de traduzir suas experiências no tempo, mas que também fosse capaz "então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina" (RAGO, 1998, p. 92). Dessa forma, segundo Margareth Rago:

> A categoria do gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora, pois embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica. É claro que não estou me referindo apenas à importância dos estudos da sexualidade, como a história do amor, das práticas sexuais, da prostituição ou da homossexualidade. Muito mais do que isto, penso na dimensão sexual que constitui nossa subjetividade e que habita nossas práticas cotidianas, muito além das relações especificamente sexuais, como as entendemos. Uma partilha cultural que se tem até recentemente considerado como fundamental entre o universo masculino e o feminino, separando os corpos e opondo-os entre si. Ao mesmo tempo o desejo é pouco pensado e problematizado em nossos estudos, mesmo porque temos ainda operado com categorias pouco flexíveis que dão conta de algumas dimensões das relações sociais, muito mais racionais do que emocionais, psíquicas, intuitivas, sentimentais e afetivas, o que sem dúvida empobrece demais a experiência humana (RAGO, 1998, p. 92).

Já para Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), dar voz às mulheres e adentrá-las na história foi, de certa forma, uma maneira de reparar em parte a exclusão sofrida por elas em toda a história. Para essas autoras, agora não se trata mais de só reparar uma exclusão, mas sim de "buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 282).

Nesse sentido, assim como Rago (1998), Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) demonstram como o estudo das mulheres foi adentrando os temas da investigação histórica bem como em diversos encontros e eventos acadêmicos nos quais se discutiram tais questões. Para tanto, as autoras salientam que foi com o desenvolvimento de campos como o da História das Mentalidades e da História Cultural que houve o reforço da abordagem sobre o feminino e que, além disso, tais campos de pesquisa estabeleceram importantes parcerias acadêmicas onde se

apoiaram "em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto" (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

As autoras destacam que as transformações ocorridas na historiografia estiveram intrinsecamente ligadas aos movimentos feministas, principalmente a partir dos anos 1960. Tais mudanças tiveram um papel altamente decisivo no processo em que as mulheres se tornaram objetos de estudo e sujeitos da História, fazendo emergir o campo de estudo da História das Mulheres.

A partir dessas perspectivas e conectados aos acontecimentos recentes, muitos pesquisadores brasileiros desenvolveram estudos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff e a violência de gênero existente não apenas nas manifestações a favor da sua deposição, mas em toda a sua trajetória política. Afinal, Rousseff foi a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, um fato histórico que mesmo assim não foi muito enfatizado pela grande mídia nacional.

Neste espaço, destacamos a importância dos estudos do campo da História do Tempo Presente (HTP) em que muitos historiadores, em especial da esfera do político, têm se orientado para produzir investigações. A HTP, enquanto campo de estudo, surgiu no final da década de 1970, por meio de historiadores que estavam interessados em compreender os acontecimentos contemporâneos do século XX, como a Revolução Russa, as guerras mundiais e o Socialismo Real. Sobre isso, interessante é o posicionamento do historiador medievalista Jacques Le Goff, que assim escreveu:

> O presente me interessa antes de tudo como cidadão, como homem do presente, mas diante dos acontecimentos, dos fenômenos, dos problemas importantes, minha reação é de um historiador aluno de Marc Bloch. Esclarecer o presente pelo passado e o passado pelo presente (LE GOFF, 1999, p. 93).

Enfim, foi notório como Dilma Rousseff sofreu (e ainda sofre) preconceitos por ser mulher. Mas é isso que nos impulsiona a direcionar nosso olhar para entendermos outras nuances da sociedade brasileira como o preconceito, o sexismo, o conservadorismo e as consequências disso, que atingem todos os sujeitos históricos deste país em que "as mulheres ainda não estão inseridas de forma igualitária na política brasileira" (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 94). Além disso:

> A luta pela ampliação da participação efetiva das mulheres no cenário político parece ainda mais árdua e lenta do que a luta pelo voto feminino em si no Brasil. (BOITEUX, in PRONER et al., 2016, p. 262). Afinal, esta luta iniciou-se

> em 1910 e, apenas chegou ao fim com a concretização do direito ao sufrágio feminino garantido constitucionalmente em 1934. Ou seja, foram 24 anos de luta para a instituição do voto para as mulheres e, agora em 2016, 82 anos depois, ainda vivencia-se a participação ínfima da mulher dentro da política brasileira (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 94).

É necessário que se tenha uma maior representatividade das mulheres nas áreas sociais, sobretudo na política, para que elas possam ocupar tais espaços, combaterem as múltiplas violências que ainda sofrem, defenderem seus direitos já conquistados e avançarem nos desafios que representam barreiras para a concretização do papel conferido ao Estado Democrático de Direito.

Portanto, propomos aqui analisar uma série temática dos referidos *memes,* a partir das categorias de misoginia, machismo e sexismo. É preciso destacar que compreendemos ainda que uma imagem não é simplesmente uma mera ilustração e que nunca se situa de forma isolada. Por isso, o próprio pesquisador pode elaborar uma série de imagens ao estabelecer critérios como tema e estilo para analisá-las enquanto fonte (SCHMITT, 2007, p. 41).

Neste momento, discutiremos primeiro os significados das supracitadas categorias de análise. Começaremos tratando da misoginia que significa:

> O discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença (TIBURI, 2016, n.p apud SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 96).

Percebemos em diversos *memes* e também nas manifestações pró-*impeachment* de Rousseff, a violência de gênero que está impregnada no meio social, que junto da misoginia, ficou tão evidente durante o contexto que estamos discutindo. Ainda em relação à misoginia voltada para o governo de Dilma Rousseff, é preciso evidenciar:

> A misoginia presente no governo Dilma não se relaciona apenas com o fato desta ser diminuída como ser humano por meio de campanhas midiáticas que questionavam sua sexualidade ou intentavam oprimi-la pela sua condição de mulher. Em outras palavras, lutar pela erradicação da misoginia não se trata apenas de garantir um tratamento humano, conferindo à mulher a posição de sujeito merecedor de um "bem-estar". Trata-se, principalmente, de permitir que o gênero feminino possa atuar e participar ativa e efetivamente da sociedade, de forma plena e em todos os âmbitos: político, educacional, profissional, entre outros (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 97).

Outro aspecto próprio de uma sociedade patriarcal é o machismo que fere não somente as mulheres, mas que atinge também os homens, sobretudo nas questões emocionais mediante as relações afetivas. Cabe ainda ressaltar que a cultura do machismo em nosso país continua ofertando manutenção aos relacionamentos abusivos, que por vezes culminam na violência doméstica e nos casos de feminicídio: trata-se de homens que matam mulheres por serem mulheres. No que diz respeito a essa cultura machista, "Autores como Arrazola e Rocha (1996) caracterizam o machismo como uma ideologia que determina que os homens controlem o mercado, o governo e a atividade pública e que as mulheres sejam subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços público e privado" (BALBINOTTI, 2018, 247).

Quando pensamos em machismo, entendemos que este está associado à dominação do homem em relação à mulher. Em uma matéria do *site Uol*, sob o título *Violência contra a mulher: Machismo, sexismo e misoginia: quais são as diferenças*?[1], há o debate sobre esses três conceitos que estamos discutindo - machismo, sexismo e misoginia –, que estão relacionados às suas próprias especificidades, mas todos eles estão conectados à cultura patriarcal.

Além disso, a referida matéria definiu o machismo como estando inteiramente relacionado ao homem colocado como superior em relação à mulher. Portanto, no machismo a mulher é vista como inferior, seja por aspectos intelectuais, físicos ou culturais. Sobre a misoginia, ainda conforme a matéria, está relacionada ao ódio contra a mulher em que o homem expressa sentimentos cruéis através, inclusive, da repulsa.

Por fim, sobre o sexismo é argumentado que ele está voltado para a ideia de que o homem é melhor do que a mulher e mais competente do que ela. A mulher é vista como incapaz de exercer determinadas funções, como na política. Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso (2016, p. 683) afirmaram que o sexismo se associa às "manifestações que relacionam a mulher a papéis tipicamente associados ao feminino, como o cuidado com o ambiente doméstico (lavar a louça, limpar a casa) ou a preocupação com a beleza (plásticas, perda de peso) e xingamentos como vaca, safada, vagabunda" (STOCKER; DALMASO, 2016, p. 683).

Pelo exposto e à luz dessas categorias que analisaremos, a seguir, a série de *memes* que aborda os argumentos usados pelas vozes favoráveis ao *impeachment* da então presidenta Dilma

[1] Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/03/machismo-sexismo-e-misoginia-quais-sao-as-diferencas.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

Rousseff e que foram viralizados nas mais diversas redes sociais, alcançando um sem-número de brasileiros de distintas faixas etárias.

Por fim, quanto aos *memes*, que são releituras de imagens, vídeos ou textos, cabe ainda esclarecer que eles surgiram nas sociedades midiatizadas, enquanto um fenômeno cultural e não apenas são constantemente reproduzidos, mas também são reelaborados mediante as novas demandas de diferentes contextos, "ou seja, cada indivíduo utiliza o sentido do meme e o ressignifica continuamente em cada replicação a fim de compartilhar novos enunciados e adquirir um determinado capital social" (ARAUJO, 2012, p. 17). Além disso, aqueles que produzem os *memes* normalmente imprimem neles alguma característica que provoque o riso, seja através do humor, sarcasmo, piada, ironia ou deboche para que assim consigam obter uma circulação viral, isto é, para que tais *memes* se tornem um sucesso entre os internautas, como os que analisaremos a seguir.

Natalia Botelho Horta (2015), em sua dissertação de mestrado, trabalhou com o *meme* em uma perspectiva semiótica na busca de compreendê-lo como uma linguagem da internet. Concordamos e seguimos com suas orientações teórico-metodológicas neste estudo, uma vez que percebemos o *meme* como uma junção de linguagem verbal e não verbal que juntos constroem e dão sentido ao mundo.

As vozes contrárias à ex-presidenta Dilma Rousseff: uma análise dos *memes*

Como expomos, o *meme* se impôs na sociedade contemporânea e midiática como uma nova forma de comunicação que se pauta em imagens, textos e vídeos recriados e que são rapidamente compartilhados pelos internautas. O *meme* expressa uma ideia, uma visão de mundo, provoca debates e estimula as pessoas a expressarem suas opiniões sobre determinado tema. Normalmente contém uma carga humorística que contribui, indiscutivelmente, para a sua viralização.

No contexto em que ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, tornaram-se demasiados os *memes* produzidos em torno da questão. As opiniões estavam divididas e os *memes* deram visibilidade à tamanha polarização dos brasileiros que apoiavam a presidenta e os que torciam para a concretização do *impeachment*. Várias narrativas foram criadas e disputaram a opinião pública dos brasileiros. Como pontuamos, construímos metodologicamente

uma série temática de *memes* com o conteúdo direcionado ao discurso favorável à concretização do *impeachment*. Então vejamos:

Figura 1 – *Meme* Satanás expõe Dilma

Disponível em: https://m.gp1.com.br/noticias/internautas-publicam-memes-apos-maranhao-anular-votacao-394287.html. Acesso em: 24/10/2020.

O *meme* acima é uma postagem situada na plataforma do *Twitter*, uma rede social usada por grande parte dos internautas como uma espécie de *microblog*, servindo como espaço de comunicação e interação social. O perfil sob o nome de "Satanás" traz a foto de um gato preto, com chifres vermelhos e olhos brancos. A foto analisada em conjunto com o nome do perfil comunica, de certa maneira, o cômico. A postagem publicada diz: "O preço que cobrei da Dilma pela anulação do *impeachment* foram 54,5 milhões de almas". 93 perfis retuitaram essa postagem, ou seja, compartilharam a mensagem original do perfil @SenhorSatanás que continha, até então, 113 curtidas até às 13 horas do dia 9 de maio de 2016. Nesse contexto ocorreu a anulação da votação do processo de *impeachment* que estava definida para o dia 17 de abril, pelo presidente substituto da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão. Entretanto, após confronto com Renan Calheiros, presidente do Senado, a anulação foi derrubada e a votação continuou firmada para a data em que estava definida.

Outro aspecto da referida postagem que chama nossa atenção: o recurso que ela fez à esfera da religiosidade. O Brasil, Estado laico, é majoritariamente constituído por cristãos, posto que historicamente o Cristianismo firmou raízes profundas em nossa sociedade.

> Durante a colonização por parte principalmente de Portugal, foi estabelecida uma reeducação religiosa, em que missionários ensinavam aos nativos a religião católica. E a Igreja era a responsável por fazer uma —unidade nacional. Logo, a lei do Estado era considerada - e confundida - como a lei divina que deveria ser seguida [...] Com a independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, as

> relações Igreja/Estado construídas nos quase três séculos do Brasil Colônia continuaram basicamente intactas, sendo mantido o Regime do Padroado e a continuando a Igreja Católica envolvida nos assuntos supostamente imperiais exercendo forte influência no campo social e político (KALESKI, 2016, p. 10).

Dito isso, é possível inferir que tal postagem buscou provocar, especialmente nos internautas opositores da presidenta Dilma Rousseff, o riso e o deboche, bem como o rebaixamento da imagem pública de Rousseff. Afinal, pela análise da figura acima, há uma sugestão que a presidenta teria, em desespero, procurado meios imorais – nesse caso, o apelo a Satanás – para se preservar no poder. Essa mulher, incapaz de se manter sozinha, teve que fazer uma súplica a essa figura (masculina) mitológica de forte carga negativa, posto que em nossa sociedade Satanás serve como modelo vivo para conduta humana sobre o que não se deve ser e fazer. Entendemos o conceito de mito conforme definido por Eliade (1972, p. 11), para quem "o mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares". Satanás resolveu expor publicamente, através de sua rede social, o acordo: em troca de Rousseff conseguir, através dele, não sofrer o *impeachment,* ela teria que pagá-lo, não em dinheiro ou coisas materiais, mas com vidas: 54, 5 milhões de almas. Há o aspecto da crueldade. Verificarmos, em especial, também os ecos do sexismo empregados nessa mensagem que por vezes se reproduziu no espaço virtual.

Nesses termos, vele ressaltar que no imaginário ocidental as mulheres eram "diabolizadas por agir uma ordem tida por natural na medida em que subvertem as funções e papeis representados por homens e mulheres" (ANCHIETA, 2014, p. 16). Assim sendo, ainda de acordo com a autora, as mulheres não atendiam às normas sociais naturais definidas por Deus e pelos homens.

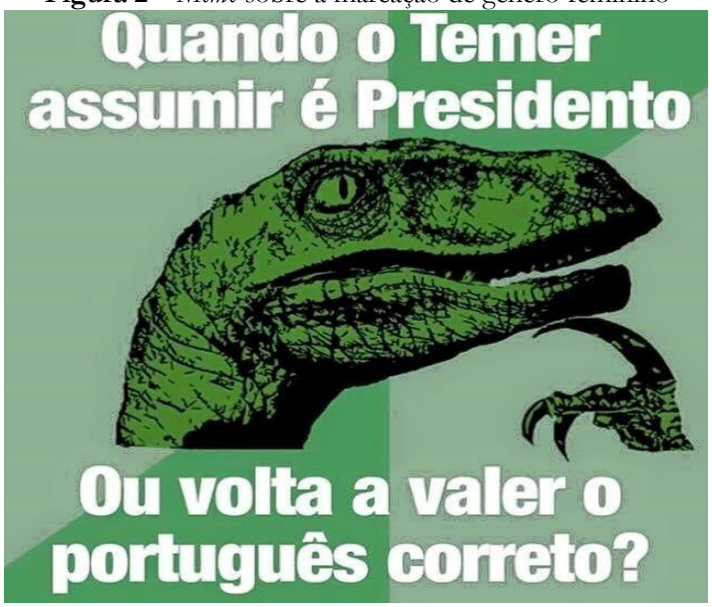
Em linhas gerais, Isabelle de Melo Anchieta (2014) ressaltou que as mulheres teriam sido vítimas passivas de estereótipos, onde muitas fizeram uso das suas imagens ao seu favor, onde algumas se tornaram celebridades, na qual conseguiram passar da possessão à santidade (seguindo a imagem de Maria Madalena).

Seguindo essa linha, é notável que as mulheres que faziam uso da imagem de Maria Madalena a seu favor buscavam associar a sua imagem com a de uma mulher santa, da Igreja. Já aquelas mulheres que relutavam em seguir as normas impostas pelos homens, eram vistas como diabólicas. Pensando no caso Dilma, foi comum a associação da sua imagem com a de uma bruxa, diabólica, por ter exercido um cargo que por muito tempo era associado à figura

masculina, onde foi possível notar em muitos *memes* essa associação e outros denotativos que a ligava ao viés diabólico. Assim, em relação à imagem de bruxa, Isabelle de Melo Anchieta (2014, p. 24) salientou que "a imagem da bruxa é uma transgressão dos papeis sociais. Tida por isso como fora da ordem: sobrenatural. Uma desordem de papeis entre homens e mulheres que gradualmente justificará a desordem social".

Vejamos o próximo *meme* elencado para verificação:

Figura 2 – *Meme* sobre a marcação de gênero feminino



Disponível em: https://www.tecmundo.com.br/politica/104721-memes-afastamento-presidente-dilma-rousseff-senado.htm. Acesso em: 25/10/2020.

O *meme* da figura 2 traz a imagem centralizada de um dinossauro com uma pata embaixo da mandíbula inferior, posição essa que remete à imagem da escultura *Pensador*, do francês Auguste Rodin, muito difundida em nossa sociedade. O dinossauro verde viralizou na internet e são demasiados os *memes* em que ele apareceu, como um pensador, realizando reflexões sobre os mais diversos temas sociais e cotidianos. Conquistou os usuários das redes sociais como o *Facebook*, outra rede social que permite o compartilhamento de imagens, mensagens, vídeos e conversas com amigos.

Sobre a "reflexão" desse *meme*, temos a mensagem provocativa que está escrita com letras grandes na cor branca que faz um contraste com o fundo chamando a atenção, dizendo: "Quando o Temer assumir é Presidento ou volta a valer o português correto?". Tal reflexão é pautada na ironia e busca suscitar o riso do público, afinal o que está em jogo é a flexão de

gênero do substantivo presidente. Neste caso, o termo "presidente" é substantivo de dois gêneros, que serve para designar "a" e "o" presidente. O fato é que Dilma Rousseff sancionou um decreto-lei, – a Lei de 3 de abril de 2012 – determinando o emprego obrigatório da flexão de gênero nos diplomas emitidos pelas instituições de ensino públicas e privadas. Houve divergência de opiniões entre os brasileiros, mas também um grande debate entre os estudiosos da gramática.

> Percebe-se que há divergência de opiniões entre renomados gramáticos, tais como Celso Cunha, que ressalta que o feminino (relativo à presidenta) ainda se apresenta com curso restrito no idioma, em se tratando do Brasil; Evanildo Bechara e Luís Antônio Sacconi admitem como corretas as duas formas; João Ribeiro afirma que "o uso de formar femininos em "enta" dos nomes em "ente", como presidenta, almiranta, infanta, tem-se pouco generalizado". Por último, citamos as palavras de Domingos Paschoal Cegalla, o qual revela que "presidenta" é a forma correta e dicionarizada, ao lado de presidente.[2]

Ou seja, isso se tornou polêmico e dividiu opiniões de especialistas. Percebemos que há controvérsias no que diz respeito ao "português correto" de que fala o referido *meme*, mas isso é ignorado na mensagem que passa o entendimento de que Dilma Rousseff, em ato de ignorância, fez mau uso do português, já que se pressupõe que o termo "presidenta" é equivocado. Esse pensamento, sem a devida crítica, foi veiculado nas redes sociais e atingiu centenas de brasileiros que foram influenciados a concluir que o emprego da palavra presidenta, além de incorreto, seria inadmissível vindo daquela que exercia a autoridade máxima da política brasileira. As capacidades mental, intelectual e psicológica de Dilma Rousseff foram insistentemente questionadas pelos seus opositores que, via de regra, utilizaram desses argumentos para rebaixar a presidenta no exercício de suas funções.

> Desde a primeira eleição da Dilma Rousseff, muito se ouviu a respeito de como ela ia liderar o país sendo que ela era uma mulher, e até mesmo quando o país começou a entrar em crise "isso tudo estava acontecendo porque ela era uma mulher". Assim como se escuta comentários do tipo "não sabe dirigir porque é mulher", "não pode julgar um caso direito porque é mulher", ou seja, nas tarefas mais simples do cotidiano se ouve essa justificativa que não se pode fazer determinada tarefa porque é "mulher". Os comentários machistas sobre a presidente aparecem nos mais diversos espaços (CARDOSO; SOUZA, 2016, p. 56).

É fato que a nossa sociedade permanece, em vários pontos, machista. Isso posto, ressaltamos que grande parte das múltiplas violências que as mulheres sofrem se tornou socialmente aceita, isto é, são violências que foram naturalizadas, como por exemplo aquela que

[2] Disponível em: https://www.portugues.com.br/gramatica/a-presidente-ou-presidenta-qual-das-formas-devemos-utilizar.html. Acesso em: 30 out. 2020.

apresenta seus corpos como fonte de entretenimento ou pauta de críticas, além de serem constantemente colocados por várias publicidades como disponíveis para assédios.

Ademais, é por meio das piadas que se aparentam inocentes e até mesmo neutras, que ocorre o reforço de preconceitos e discriminações que pesam, especialmente, sobre os ombros de grupos oprimidos, como ainda é o caso das mulheres. Dilma Rousseff experienciou isso de forma intensa, durante o processo de *impeachment*, como podemos ver também no *meme* exposto na figura 3:

Figura 3 – Piada ou discurso machista?

Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/483714816219479125/. Acesso em: 29/11/2020.

Pela análise do *meme* acima, podemos identificar a imagem de Dilma Rousseff com uma expressão facial de quem está gargalhando. Isso porque ao lado da sua fotografia, há uma mensagem verbal. Trata-se de uma piada, onde se lê: "De quantas mulheres precisamos para acabar com o Brasil?" embaixo da pergunta, temos a resposta: "Diuma". O possível humor da piada reside, portanto, no trocadilho feito entre as palavras "Diuma" e "Dilma". Isto é, para se acabar com o país, seria necessário apenas uma mulher, necessariamente essa mulher: a presidenta Rousseff.

Podemos detectar através das nossas categorias de análise, a violência de gênero expressa no sentimento de repulsa contra a mulher, muito visível na mensagem quando vista de modo crítico. Pelo pressuposto do enunciado, a mulher carrega em si o elemento de destruição. Para um país continental como o Brasil, nessa linha de raciocínio, bastaria a união de algumas mulheres para acabar com ele. Entretanto, para os opositores de Dilma Rousseff que (re) produziram tal *meme,* ela sozinha dispensaria tal união feminina, sendo capaz de fazer por conta

própria o estrago monumental. Percebemos, através da análise, que há o deboche, a ideia de superioridade e a crueldade direcionados para a então presidenta.

Por fim, nessa mesma linha encontramos outro *meme* que traz um diálogo entre Dilma Rousseff e aquele que é considerado um dos maiores empresários e comunicadores do Brasil na atualidade: Silvio Santos.

Figura 4 – Dilma desempregada?

Disponível em: https://www.tecmundo.com.br/politica/104721-memes-afastamento-presidente-dilma-rousseff-senado.htm. Acesso em: 31/11/2020.

Na parte superior da imagem, o que vemos é o rosto de Dilma Rousseff inclinado, estabelecendo dialogo com alguém que a olha. Há uma mensagem verbal que revela ao público do que se trata a conversa, pois lê-se o seguinte questionamento escrito em letras maiúsculas: "Se eu precisar de um emprego posso ser revendedora Jequiti?". Em seguida, temos uma imagem de Silvio Santos, que voltado para ela responde, em letras maiúsculas, a recusa expressa pelo curto e direto "não". Há também outros dizeres, com um destaque menor: "Tchau, querida", com o logotipo do *Facebook*. Diante disso, aparece, por fim, a imagem de Dilma Rousseff fazendo uma expressão de frustração e choro, como costumam fazer as crianças que não conseguem o que querem.

Pela análise do conteúdo desse *meme*, é visível que o humor pretendido se baseou na possibilidade tangível da deposição de Dilma Rousseff, que a colocaria na mesma situação de milhões de brasileiros: do desemprego. Sobre esse ponto, Giuliana Franco Leal (2011) fez uma pesquisa de campo com trabalhadores de São Paulo e com militantes de um movimento de trabalhadores desempregados, nas cidades de Campinas e do Rio de Janeiro, onde conseguiu constatar que "para os mais qualificados, o desemprego é vivido como uma "vergonha", enquanto, entre os menos qualificados, com trajetória de trabalhos precários, o desemprego é só mais um desafio de sobrevivência" (LEAL, 2011, p. 653). Diante disso, pelo *meme,* é possível inferir que o desemprego foi tido pela presidenta enquanto motivo de vergonha, o que fez com que ela, pela possibilidade de ficar desempregada, logo recorresse a um homem para ajudá-la. Silvio Santos, dono não só da popular rede de televisão aberta brasileira SBT, mas também dono de empresas como a citada Jequiti, que trabalha com cosméticos e perfumaria, objetivamente negou-lhe a oportunidade de ser revendedora e com isso ter garantida uma fonte de renda. Contudo, ao pensarmos a questão de gênero que perpassa o mercado de trabalho em nosso país, é preciso ressaltar:

> Dados do IBGE de 2017 apontam que o envolvimento das mulheres em atividades produtivas é menor que o dos homens; aquelas que participam do mercado de trabalho ocupam posições menos valorizadas socialmente e com remuneração média 28,8% inferior à dos homens, cerca de um terço ganhava até um salário mínimo; além disso, a desocupação é maior entre as mulheres, especialmente jovens, do que entre os homens; e quase metade daquelas ocupadas não possuía carteira assinada, trabalhando em atividades informais, por conta própria ou como auxiliares de familiares. Sobre as mulheres negras, a desigualdade tem ainda maior peso pela dupla discriminação enfrentada no mercado de trabalho, sua remuneração média é 70,5% menos que as mulheres brancas (CUTRIM; SEFAIR, 2019, p. 38).

Pelo exposto, fica claro como a divisão do trabalho em nosso país opera, menosprezando a realidade das mulheres em relação às suas atividades laborais junto às suas responsabilidades relacionadas aos afazeres domésticos que, ao final de tudo, implicam na chamada dupla jornada de trabalho que elas exercem. Ademais, ainda há uma forma de deboche com o fato de Rousseff buscar um emprego de revendedora de cosméticos, o que a sociedade machista associa a uma ocupação profissional tipicamente feminina, tal como os cuidados estéticos, que no mercado de beleza, esteve, desde há muito, direcionado apenas para as mulheres. Mas isso tem se transformado mediante a modificação da mentalidade social sobre os papéis de gênero, considerando também a imagem do homem a partir de um novo perfil consumidor, que emergiu recentemente:

> Segundo Garcia (2011) estamos acompanhando desde os anos 2000 uma gradativa mudança no perfil de consumo masculino, muitas vezes criticada como um comportamento de consumo feminino, mas que tem feito crescer as vendas de alguns produtos antes direcionados especificamente para o público feminino. Segundo o autor, os estudos empíricos ainda são muito incipientes e podem avançar mais, o que demonstra uma lacuna de pesquisa a ser explorada (MÁXIMO; LEITE, 2017, p. 2).

Retomando as categorias que estamos empregando para análise, percebemos também que elas aparecem escancaradas no *meme*, sobretudo nestes pontos: a mulher como a pessoa que se posiciona a partir de projeções mentais. Rousseff, no caso, ainda estava enfrentando o processo de deposição, mas adiantando o resultado favorável ao seu *impeachment,* logo se desesperou para a atitude de buscar um novo emprego. A busca não se deu como procura formal, a partir de uma entrega de currículo, por exemplo, mas se deu através de um questionamento que soou quase como um favor. O homem, Silvio Santos, considerado um líder e um chefe admirado por grande parte da sociedade brasileira, tem o poder de decidir sobre ajudá-la ou não. E ele decide, de forma direta. Ciente de que não receberia tal ajuda, então Rousseff apareceu frustrada e emotiva, como uma criança mimada – mas que por essa mentalidade apareceu como ela é: uma mulher.

Considerações finais

Por meio dos movimentos feministas nas sociedades ocidentais é que as mulheres conseguiram, ao longo do tempo, conquistar alguns direitos. Entretanto, os movimentos continuam, múltiplos e engajados, posto que ainda há muitos desafios para serem vencidos nas questões que se referem aos papéis de gênero, à cidadania e aos reconhecimentos sociais a serem redefinidos. Especialmente no Brasil em que, nos termos políticos, ainda há uma tímida representatividade, posto que muitos dos nossos partidos políticos continuam pagando multas por não cederem espaço para que as mulheres possam integrá-los e concorrerem a cargos políticos.

Nessa perspectiva, é indiscutível que Dilma Rousseff fez história já que ela foi a primeira mulher a ser eleita presidenta da República em nosso país. Foi reeleita, mas em seu segundo mandato enfrentou o processo de *impeachme*nt, que teve início oficialmente no final do ano de 2015 e foi concluído no ano seguinte. Todo o processo político da deposição da presidenta mobilizou a sociedade brasileira. O modo como dividiu opiniões ainda pode ser observado através do engajamento dos internautas nas redes sociais. Tanto pela atuação daqueles que a apoiaram, quanto especialmente daqueles que estavam convencidos e dispostos a convencer outros mais da necessidade urgente de derrubá-la do poder. Por meio dos *memes* virtuais

elencados, observamos que os que se posicionaram contrários à Dilma Rousseff produziram, por meio dessa linguagem da internet, discursos em grande parte pautados na desqualificação da sua imagem enquanto mulher. Houve um enfoque patriarcal que ecoou machismo, misoginia e sexismo em altos níveis e que teve grande alcance de público, devido à carga viral que é própria dos *memes*.

Em suma, percebemos a importância que as redes sociais têm assumido em nossa sociedade, sobretudo em um contexto de crise política. Assim, o espaço virtual capaz de dar visibilidade a uma diversidade de ideias e narrativas, foi insistentemente explorado por grande parte da sociedade brasileira que se manifestou sobre o processo político que enfrentou Dilma Rousseff. Pela análise dos argumentos das vozes contrárias sobre a presidenta continuar a exercer sua função, percebemos o quanto a nossa sociedade ainda precisa investir em uma educação transformadora, capaz de conscientizar as pessoas para que juntas assumam o compromisso de transformar a realidade concreta em que estamos inseridos, promovendo valores sociais de justiça, solidariedade e altruísmo para que, enfim, os grupos sociais que ainda são oprimidos, como as mulheres são, deixem de ser tratados efetivamente como inferiores, subumanos e objetos.

Referências Bibliográficas

ANCHIETA, Isabelle de Melo. **Imagens da Mulher no ocidente Moderno**. 2014. 39f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2014.

ARAÚJO, Juliana Xavier de. **Memes**: a linguagem da diversão na internet - análise dos aspectos simbólicos e sociais dos *rage comics*. 2012. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BECKER, C. et al. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Alaic – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 96-113, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARDOSO, Yasmim R. G.; SOUZA, Rafael B. R. Dilma, uma "presidente fora de si": o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45 – 65, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CUTRIM, Isadora Abreu; SEFAIR, Clara. A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: As Reformas, as Mulheres e a Cidade. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 3, n. 10, p. 30-45, 2019.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**, n. 28, p. 18-29, 2005.

HORTA, Natália Botelho. **O *Meme* como Linguagem da Internet**: uma perspectiva semiótica. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa De Pós-Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

KALESKI, Joanita. **Estado laico e a presença da religiosidade**. 2016. Disponível em: https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-2-edicao-4/2055-estado-laico-e-a-presenca-da-religiosidade/file. Acesso em: 25 out. 2020.

LEAL, Giuliana Franco. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Caderno CRH,** Salvador, v. 24, n. 63, p. 647-662, 2011.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 93-102.

LOPES, Amanda Rezende. **Representação da mulher na mídia**: um estudo sobre poder e felicidade femininos. 2017. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MÁXIMO, Aryane Ribeiro; LEITE, Ramon Silva. Novas Concepções de Gênero: O homem vaidoso e os tipos de consumidores metrossexuais. **CBR - Consumer Behavior Review**, v. 1, p. 62-79, out. 2017.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAGO, Margareth. "Descobrindo historicamente o gênero". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.

SALIBA, Maurício Gonçalves; SANTIAGO, Brunna Rabelo. Bailarinas não fazem política? Análise da violência de gênero presente no processo de impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, v. 21, n. 21, p. 91-105, dez. 2016.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da *Folha*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 24, n. 3, p. 679-690, setembro-dezembro/2016.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru-SP: Edusc, 2007.

WOODWARD, Katheryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Temporalidades

A representação da mulher negra em *Amor de mãe*: Camila e as possibilidades no "além"

The representation of black women in *Amor de Mãe*: Camila and possibilities on "beyond"

Júlia Militão Siqueira
Mestranda em Comunicação
Universidade Federal de Ouro Preto
julia.militao@aluno.ufop.edu.br

Recebido em: 16/11/2020
Aprovado em: 18/12/2020

Resumo: A partir das reflexões acerca da representação do negro na telenovela brasileira, o trabalho propõe construir uma análise crítica de cinco cenas da telenovela *Amor de Mãe*. Os desabafos de Camila e Lurdes, na quinta cena, serão o norte para pensarmos a construção da identidade e da diferença; a colonialidade do ser, envolta nas categorias de raça e gênero e as possibilidades no "além", propostas por Homi Bhabha (1998). Busca-se compreender a personagem Camila, professora de história em uma escola pública da periferia do Rio de Janeiro, como aquela que viabiliza a autorrecuperação e o empoderamento de seus alunos, que passam a se entender como sujeitos políticos, parte da construção de suas próprias histórias, reivindicando espaços e direitos. Além disso, o trabalho aponta para a importância das representações midiáticas, especialmente da telenovela, para a compreensão e problematização da realidade brasileira.

Palavras-chave: representação; negro; telenovela.

Abstract: Starting with all the reflections about black people in brasilians soap operas, this task proposes bild a critical analisys of five scenes of *Amor de Mãe*. The emotional outflow of Camila and Lurdes, in the fifth scene, will lead the way for us to think about construction of identity and difference; the coloniality of being, surronded by race and gender categories and all the "beyond" possibilities, proposed by Homi Bhabha (1998). Is sought understand the character Camila, history teacher in a public school at Rio de Janeiro's periphery, as the one who provides self-recovering and her students empowerment, who start to understand themselves as public personas, part of the construction of their own stories, reclaiming spaces and rights. Besides that, this task points to the importance of midiatics representation, especially of television soap operas, to comprehencion and problematization of Brasil's reality.

Keywords: representation; black people; soap opera

Introdução

Amor de Mãe, telenovela escrita por Manuela Dias, conta a história de três mulheres que vivem realidades distintas na cidade do Rio de Janeiro. Vitória Amorim (interpretada por Taís Araújo) é advogada do dono da PWA, empresa milionária de produção de plástico. Após alguns percalços na tentativa de ser mãe, desfruta a maternidade com a chegada de três filhos de uma vez: Sandro, Tiago e Sofia. Thelma (Adriana Esteves) é dona do restaurante português da família que está quase indo à falência. Viúva e mãe de Danilo (Chay Suede), a personagem, de classe média, esconde um grande segredo após viver o trauma de um incêndio que levou o marido à morte. Lurdes (Regina Casé) é nordestina e mãe de cinco filhos. Enquanto dava à luz a sua quarta criança, seu marido vende Domênico - o segundo filho - para uma traficante de crianças, Kátia (Vera Holtz), que o leva para o Rio de Janeiro. Desesperada, Lurdes junta todas as suas coisas e vai embora com os filhos atrás da criança perdida. No caminho, ela encontra Camila (Jéssica Ellen) abandonada na estrada e decide criá-la.

Camila é a personagem que trabalharemos neste artigo. Mulher negra, encontrada em uma estrada em Malaquitas - pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte - no seu primeiro dia de vida, a personagem cresce na periferia do Rio de Janeiro ao lado da mãe e dos três irmãos. Há 24 anos a família procura o irmão perdido pelas ruas cariocas. Recém formada em história, Camila passa a atuar como professora em uma escola pública do bairro do Passeio, na periferia do Rio de Janeiro. A professora utiliza o espaço da sala de aula com entusiasmo, trazendo discussões muito potentes sobre a história do Brasil. Protagoniza discursos extremamente relevantes para além da sala e das telas da TV, abordando a realidade do racismo, do machismo e da violência no Rio e no Brasil.

A ideia da trama é justamente mostrar as diferenças entre os três mundos em que vivem essas mulheres e mães que, apesar de estarem em uma mesma cidade, ocupando determinados espaços em comum, compartilham experiências completamente diferentes, assim como enfrentam desafios em níveis diversos.

Amor de Mãe aposta em um modelo diferente das demais ficções folhetinescas já exibidas. A linguagem, que se aproxima bastante do cinema, com planos detalhes, enquadramentos mais elaborados e certo abandono dos "closes" da telenovela, atribui um novo modelo para a trama, fato que pode ter até mesmo afastado a atenção do público consumidor de novelas. A telenovela se

apropria do modelo brasileiro de produção de maneira ousada ao apresentar realidades importantes sobre determinadas problemáticas da sociedade brasileira. Para alguns críticos, entretanto, essa realidade chega a ser explorada em excesso.

De acordo com Esther Hamburger (2011), desde a década de 60 as telenovelas construíram o "modo brasileiro", em oposição ao "novelão mexicano" e melodramático, com tramas "realistas, abertas ao diálogo coloquial, à filmagem em locação, às tensões sociais da vida contemporânea" (HAMBURGER, 2011, p. 68). No entanto, ainda que as referências de tempo e espaço garantam certa verossimilhança ao universo dos espectadores, as telenovelas brasileiras ainda se apoiam no pano de fundo do melodrama. Em *Amor de Mãe*, nos chama a atenção o fato de que a narrativa rompe com a dualidade padrão entre os personagens, fugindo da ideia de Bem x Mal ou Vilã x Mocinha. Assim, há uma aproximação ainda maior entre ficção e realidade, com experiências, traumas e problemas que o público vivencia cotidianamente.

Ao falar sobre a cultura da mídia, Douglas Kellner (2001) afirma que a mídia fornece o material que ajuda a construir o "tecido da vida cotidiana". Dessa forma, é por meio dela que as pessoas "constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de "nós" e "eles", fornecendo modelos de comportamento para cada sujeito." (KELLNER, 2001, p. 09). Nesse sentido, a mídia e, mais especificamente para a discussão proposta, a telenovela, é um meio através do qual os sujeitos se veem no mundo. Esses meios, de acordo com Kellner (2001), são fontes de uma "pedagogia cultural" que contribuem para ensinar determinadas maneiras de comportamento e ação. Com base nessas reflexões e, entendendo que os discursos são produzidos a partir de um ponto de vista hegemônico, ele propõe que a mídia seja analisada de maneira crítica.

Nesse sentido, a representação de Camila e de suas ações como uma mulher negra periférica, que busca utilizar todos os seus conhecimentos teóricos na prática do cotidiano e em uma educação transformadora, são analisados neste artigo. Como professora de história, Camila luta todos os dias, através de suas ações e discursos, contra a construção do pensamento colonial que insere a população brasileira e, especialmente, as alunas e alunos do ensino público da periferia, em um lugar de exclusão. A professora luta para que esses estudantes reconheçam as diversas possibilidades propostas no "além" das categorias estabelecidadas pelo discurso hegemônico das identidades.

No entanto, ao ver sua luta ser barrada de diversas formas ao longo da trama, por questões

estruturais de um Brasil que pouco investe na educação e, além disso, relacionadas às disputas territoriais e de poder em torno da escola, Camila desaba. É nesse desabafo que desaguamos.

Dessa forma, a partir de uma análise crítica da trajetória da personagem Camila na sala de aula até o momento da cena do capítulo 43[1], em que a personagem chora ao lado de sua mãe Lurdes, cansada de ter que lutar contra o racismo e o sexismo e de ter que continuar sendo forte todos os dias em uma sociedade tão desigual como a brasileira, o trabalho busca compreender as dimensões da construção da identidade e da diferença; a colonialidade do ser, envolta nas categorias de raça e gênero e as possibilidades no "além" na construção dos discursos da professora.

Assim, o trabalho reflete como *Amor de Mãe* remodela a forma de representar a mulher negra nas telenovelas e de que maneira os discursos da personagem são envolvidos por uma questão latente no cotidiano de mulheres negras. Qual é a importância do desabafo de Camila no contexto em que vivemos? De que forma o apagamento desses discursos na realidade e a marginalização dessas pessoas reverbera na voz da personagem em um espaço extremamente importante no Brasil, que é a telenovela das 21 horas?

Identidade, diferença e a representação do negro na telenovela

Pensar a realidade brasileira é pensar, também, nas telenovelas e nas representações que elas suscitam. Lopes (2003) afirma que sua penetração intensa na sociedade se deve ao fato dessas ficções alimentarem um repertório comum, "por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexo, raça e regiões diferentes se posicionam e se reconhecem umas às outras" (LOPES, 2003, p. 18). Assim, a telenovela é responsável por produzir uma "narrativa nacional", um recurso comunicativo capaz de revelar representações culturais que atuam no sentido de gerar visibilidade a certos assuntos e comportamentos. Essas representações contribuem para que os telespectadores criem o seu imaginário de si mesmos e dos outros.

Nesse sentido, Hamburger (2011) afirma que a novela pode ser considerada "protointerativa", pois possibilita a interação contínua com o telespectador, que passa a se relacionar com a narrativa, de modo que "estimula a formação de torcidas em torno de destinos desejados para as personagens" (HAMBURGER, 2011, p. 74). Além disso, essa rede de torcidas e comentários

[1] Cena do desabafo de Camila com a mãe, Lurdes. Capítulo 43, exibido no dia 13/01/2020. Ver: <https://cutt.ly/HhAkC3i>.

cotidianos constitui a base da audiência da novela e propicia que telespectadores sintetizem experiências públicas e privadas. (HAMBURGER, 2002, p. 483)

Vale lembrar que a televisão implica em representações que perpetuam diversas nuances de segregação. Com discussões que abordam experiências políticas, religiosas, históricas, culturais e sociais da própria realidade brasileira e a adoção de situações inspiradas no dia a dia, as telenovelas se tornaram "um dos mais importantes e amplos espaços de problematização do Brasil". (LOPES, 2009, p. 26)

Em consonância com essas reflexões, França e Simões (2007) afirmam que a construção social da realidade seria parte dessa "(inter)ação" do sujeito com o mundo, com os outros e consigo. No entanto, constituída por um conjunto de normas e valores, a mídia atua no sentido de legitimar determinados modos de ser e estar no mundo, identidades pelas quais os indivíduos se reconhecem e se inserem nas sociedades. Por isso, as representações são sempre significadas a partir de escolhas de produção, participando da constituição dos sujeitos e da vida social. (FRANÇA e SIMÕES, 2007, p. 55)

Ao discutir sobre as questões relacionadas à identidade e à diferença, Silva (2000) afirma que a identidade é auto-contida e auto-suficiente, ou seja, ela só tem como referência aquele que a produz, sendo atribuída a uma ideia de positividade. Em contrapartida, a diferença é aquilo que o Outro é, circunscrita em oposição à identidade. No entanto, nenhuma delas constitui o ponto de partida para a produção da outra. Ambas seriam mutuamente determinadas e interdependentes. (SILVA, 2000, p. 74-76)

Além disso, identidade e diferença não são simplesmente elementos da "natureza" mas são, na verdade, "atos de criação linguística" ativamente produzidas. Elas são criadas, ao longo da história, no contexto das relações sociais e culturais. Sendo assim, Silva (2000) afirma que, ao serem produzidas por meio da interação, identidade e diferença estão sujeitas a "vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente; são disputadas". (SILVA, 2000, p. 81)

Nesse sentido, as identidades são construídas por aqueles que detém o privilégio de significá-las e, por isso, a diferenciação é demarcada pelos processos de inclusão e exclusão, classificação e hierarquização, bem como por uma tentativa de fixar - ainda que não sejam fixas ou estáveis - "nós"

e “eles”, atribuindo-lhes determinadas posições.

> A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir ("estes pertencem, aqueles não"); demarcar fronteiras ("nós" e "eles"); classificar ("bons e maus"; "puros e impuros"; "desenvolvidos e primitivos"; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”). (SILVA, p. 81, 2000)

Essas identidades hegemônicas, produzidas por meio de oposições binárias, como masculino/feminino, branco/negro, hétero/homossexual, são, de acordo com Silva (2000, p. 84) “permanentemente assombradas pelo Outro, sem cuja existência ela não faria sentido”.

Silva (2000) afirma, ainda, que identidade e diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação. Sendo assim, é por meio das representações que elas adquirem sentido e passam a existir. E é por meio dos significados que elas produzem que damos sentido às experiências e nos reconhecemos.

Dessa forma, os sistemas de representação produzem as identidades e demarcam determinadas “posições-de-sujeito”, estabelecendo a partir de que lugar os indivíduos podem se posicionar e/ou agir dentro delas. É nesse sentido que pensamos, neste trabalho, as representações dos negros na telenovela brasileira. Ao refletirmos sobre cultura da mídia em Kellner (2001), pensando as telenovelas, faz-se necessário frisar as seguintes questões: se as telenovelas são agentes de construção e propagação de modelos identitários, que tipo de identidade elas produzem sobre os negros? Quais são os papeis destinados aos corpos negros e, mais especificamente, aos das mulheres negras?

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua[2] do IBGE, o número de pessoas declaradas negras no primeiro trimestre de 2020 chega a 56,4%, porcentagem consideravelmente maior do que a metade da população brasileira. No entanto, esta não é a realidade percebida nas ficções televisivas do país. Em um espaço temporal de 30 anos nas telenovelas veiculadas pela Rede Globo, maior produtora nacional, Campos e Feres Júnior (2015) perceberam que das 162 novelas que foram ao ar, entre 1984 e 2014, 91,3% dos personagens envolvidos nas

[2] Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) Contínua 2020 - População por cor ou raça.. Ver: <https://cutt.ly/ThAkNKF>.

tramas centrais eram brancos.

Ancorados no censo de 2010, que também apresenta uma maioria negra no Brasil, Campos e Feres Júnior (2015) afirmam que há uma sobrerrepresentação dos brancos nas telas da TV, enquanto a população preta e parda brasileira se encontra sub-representada, "na medida em que corresponde a apenas 8,6% dos atores e atrizes dos elencos". (CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2015, p. 06)

No início das produções ficcionais folhetinescas, as telenovelas se ancoravam em narrativas que abordavam histórias das elites e das classes médias brancas que viviam entre Rio de Janeiro e São Paulo. As tramas envolviam as problemáticas, os romances e o cotidiano dessas famílias. De acordo com Joel Zito Araújo (2004), as telenovelas foram desenvolvidas a partir de uma "estética sueca da tv brasileira", que só faziam por negar a identidade negra, alimentadas por uma cultura de preconceitos e rejeições.

Além disso, Campos e Feres Júnior (2015) afirmam que os personagens não brancos só eram explorados quando havia uma intenção clara da emissora em mostrar essa fatia da população. No entanto, grande parte dessas novelas, em que há maior número de negros no elenco, é ambientada "em espaços considerados subalternos, seja na geografia do país ou no ambiente urbano". (CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2015, p. 14). Dessa maneira, compreende-se que as narrativas reforçam diversos estereótipos dos negros e que, mesmo quando se fazem presentes, ocupam papeis que reproduzem identidades marcadas pelo discurso hegemônico, como escravos, favelados, pobres, traficantes, empregadas domésticas, etc. Sendo assim:

> Em conjunto, esses dados refletem uma certa narrativa nacional, que considera a negritude um fato do passado e próprio das esferas "atrasadas" do espaço social, como o campo e as favelas. Contra esses espaços está a cidade moderna e sudestina das décadas de 1990, na qual se ambientam as novelas que não se preocupam em tematizar a questão racial e, como resultado, se tornam majoritariamente brancas. (CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2015, p. 16)

À vista disso, ainda que as telenovelas brasileiras tenham se desenvolvido com o objetivo específico de representar o Brasil em suas diversas facetas, a participação de personagens negros e negras nos elencos sempre deixou a desejar. Por trás das câmeras, inclusive, Campos e Feres Júnior (2015) afirmam que nenhum dos escritores ou diretores principais das novelas que foram ao ar no período de tempo pesquisado eram negros. Donos dos discursos, da produção de sentidos, da caracterização dos personagens, essas pessoas brancas só fizeram por reforçar identidades

estereotipadas da população negra, a partir de olhares colonizados, enraizados em percepções extremamente racistas e excludentes.

O contato com as produções, direta ou indiretamente, corrobora na manutenção dos discursos produzidos a respeito da identidade negra. Para Bell Hooks (2019, p. 32) "socializadas no interior de sistemas educacionais supremacistas brancos e por uma mídia de massa racista, muitas pessoas negras são convencidas de que nossas vidas não são complexas e, portanto, não são dignas de reflexões e análises críticas sofisticadas". Existe, na mídia, uma naturalização das representações de raça e negritude que apoiam e mantém a opressão, a exploração e a dominação dessas pessoas.

Ao se tratar da representação das mulheres negras, entre as atrizes apontadas pela pesquisa de Campos e Feres Júnior (2015), que capta as tramas centrais das novelas ao longo de 30 anos, as mulheres consideradas pretas ou pardas seriam apenas três: Camila Pitanga, Taís Araújo e Juliana Paes. Dessa forma, as mulheres negras não são apenas sub-representadas, como também possuem uma representação de corpos unilateral e padrão. Importante salientar que esses corpos, além de ocuparem lugares subalternos, são marcados constantemente por um processo histórico e cultural de hiperssexualização.

Ainda que Campos e Feres Júnior (2015) afirmem que os dados de suas pesquisas detectem uma tendência à diversificação dos elencos, é possível perceber que as novelas brasileiras ainda são compostas por uma maioria de personagens brancos. Para hooks (2019), além da importância de que essas pessoas ocupem os espaços das produções e os elencos, é necessário "transferir as imagens, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transferir nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mau." (hooks, 2019, p. 37). É necessário ir além, é necessário acessar a dor, a realidade, os traumas e as injustiças cometidas contra a população negra ao longo da história para que, assim, ao ferir os nossos olhos, tomemos consciência e questionemos essas estruturas que definem a quem e de que forma é permitido o direito de viver e ser representado.

A construção do Outro

Ao compreendermos a noção da construção das identidades, que se dá a partir de uma lógica hierárquica, entendemos que os sujeitos não se constituem em relação ao mundo em sua

objetividade, mas, sim, em relação ao Outro. Esse Outro, que se dá pela diferença, é produzido por meio de categorizações. Entre elas estão as categorias de raça e de gênero.

Impossível pensar na construção dessas categorias sem associar aos estudos sobre a colonialidade do ser. A colonialidade é aquilo que sobrevive a partir das raízes formadas durante o processo histórico do colonialismo, e traduz as formas como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações se articulam entre si. De acordo com Maldonado-Torres (2007), respiramos a colonialidade cotidianamente.

Nos atemos, aqui, ao conceito de "colonialidade do ser", que traduz a forma como essa dimensão atinge a constituição das experiências dos sujeitos e de que maneira são instituídas as noções de ser e estar no mundo. Dessa maneira, as identidades foram estabelecidas pela subalternidade, em um processo profundo de desumanização do Outro. Ao desumanizar o sujeito colonizado, o colonizador passa a ter direito sobre ele. A partir daí, esse Outro se torna passível de ser morto.

O processo de desumanização se dá na construção de um ser Outro que seria entendido não só como inferior, mas como um ser destituído de capacidades racionais e afetivas. Maldonado-Torres (2007) aplica o exemplo da frase "penso, logo existo". A partir do momento em que o ser colonizador afirma que pensa e, por isso, existe, ele também conclui que o Outro não pensa e, consequentemente, não deveria existir.

A diferença, definida por meio de oposições binárias, implica os processos de inclusão e exclusão do "eu" e do "Outro", respectivamente. Nesse sentido, o negro e o feminino foram estabelecidos em um não-lugar. Ao impor a sua dominação sobre os outros povos, o colonizador não só afirmava a inferioridade da raça colonizada, como também, de acordo com Maldonado-Torres (2007) estabelecia o seu poder a partir da feminilização do ser dominado. As mulheres negras foram, nesse sentido, submetidas a um processo de dupla opressão.

Constituída por um longo processo de colonização e desumanização dos povos indígenas e africanos, a sociedade brasileira foi, bem como em toda a América Latina, herdeira das ideologias de classificação social (racial e sexual) das metrópoles ibéricas. Assim, de acordo com Lélia Gonzalez (2018, p. 326), essas sociedades "racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de

segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante".

Para interpretar o processo de formação das sociedades latino-americanas, Gonzalez (2018) utiliza o termo racismo por "denegação" ao afirmar que, enquanto sujeitos colonizados, ao negarmos a nossa ancestralidade, o racismo se volta justamente contra aqueles que são testemunhos vivos da mesma, excluindo-os. Sendo assim, a sociedade mantém negros e índios na condição de subordinados, desempenhando atividades dentro dos setores mais explorados.

Dentro das práticas institucionais cotidianas, a articulação entre racismo e sexismo exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Suas representações costumeiramente veiculadas na sociedade como a "mulata", a doméstica e a "mãe preta", decorrentes do período escravista, atribuía a essas mulheres negras, respectivamente, os seguintes papeis: objetos e mercadorias de troca, prestações de bens e serviços e, por fim, como a "mãe preta", o lugar da passividade diante das situações de violência (física e/ou sexual) e opressão. Nesse sentido:

> É justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZALEZ, 2018, p. 199)

Para além disso, Maldonado-Torres (2007) afirma que, como consequência desses processos de colonização, a existência do mundo colonial se torna infernal, pois leva consigo aspectos raciais e de gênero que são característicos da naturalização da "não-ética de guerra na modernidade". Isso significa dizer que para esses Outros, constituídos a partir da diferença, que vivem no inferno do mundo colonial, "a morte e a violação ocorrem como realidades e ameaças diárias. Mortandade e violação estão inscritas nas imagens dos corpos coloniais." (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 148)

Esse processo histórico e cultural que atribuiu aos negros uma identidade passível de ser violada, foi instituída através dos discursos hegemônicos que, almejando ainda mais poder, subjugaram esses corpos. A realidade brasileira, bem como a sua representação ficcional, segue reproduzindo as raízes de um sistema racista que exclui, humilha, violenta e mata negros diariamente.

De acordo o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil[3], publicado em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra tem 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que os brancos, representando 75,7% das vítimas. De acordo com o Atlas da Violência 2020[4], os casos de homicídio de pessoas negras aumentaram 11,5% em uma década. Ao mesmo tempo, entre o período avaliado, a taxa entre não negros apresentou queda de 12,9%.

Em relação ao recorte de gênero, somente em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no país[5]. O índice nacional foi de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, o que indica que uma mulher foi assassinada a cada duas horas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública[6], o Brasil registrou 648 casos de feminicídio somente no primeiro semestre de 2020, um aumento de 1,9% em relação aos primeiros meses de 2019. Os dados apresentados no Atlas da Violência de 2020 mostram que na década examinada houve uma redução de 11,7% na taxa de vítimas não negras, ao mesmo tempo em que a violência contra as mulheres negras subiu 12,4%.

Esses são apenas alguns dados que esclarecem a política de morte que assola a população negra do Brasil. Constituídos no lugar da diferença e da exclusão, os negros foram, ao longo da história, marginalizados, desconsiderados e apagados.

De acordo com Mbembe (2019), existe, em nossa contemporaneidade, um intenso desejo de controle da mobilidade, uma crença de que o mundo seria mais seguro se pudéssemos controlar os riscos e incertezas, ou seja, se as identidades pudessem ser fixadas e que, nesse sentido, os excluídos se sacrificassem em prol da segurança e bem estar daqueles que se encaixam nas normas. A liberdade, então, estaria atrelada à autorregulação dos corpos.

> Por causa da atual atrofia da imaginação utópica, o espírito do nosso tempo foi colonizado por imaginários apocalípticos e narrativas de desastres cataclísmicos e futuros desconhecidos. Mas que política as visões do apocalipse e da catástrofe engendram, se não uma política da separação, em vez de uma política da humanidade, de espécies começando a existir plenamente? Porque nós herdamos uma história em que a norma é o sacrifício recorrente de algumas vidas para a melhoria de outras, e porque estes são tempos de medos profundamente enraizados, incluindo o medo de um planeta dominado por outras pessoas de raças

[3] Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil IBGE (2019). Ver: <https://cutt.ly/3hAk0XN>.
[4] Atlas da Violência de 2020. Ver: <https://cutt.ly/ohGDaWc>.
[5] Dado publicado pelo Atlas da Violência de 2020. Ver: <https://cutt.ly/shAk9H5>.
[6] Referência extraída da matéria do Estado de Minas. Ver: <https://cutt.ly/MhAk30e>.

> diferentes; por tudo isso, a violência racial está amplamente codificada na linguagem da fronteira e da segurança. (MBEMBE, 2019, p. 02)

Assim, o sistema de controle sobre a mobilidade e a segurança identificariam determinadas pessoas como "possível ameaça, não apenas para si mesmas e sua própria segurança, mas também para a segurança dos demais" (MBEMBE, 2019, p. 05). Portanto, liberdade e segurança são também modelos de exclusão e, de acordo com Mbembe, "a ordem, nesse modelo, diz respeito à garantia de uma organização desigual das relações de propriedade". (MBEMBE, 2019, p.06)

No entanto, ainda que a construção das identidades e suas representações tenham grande impacto na forma como os sujeitos experienciam o mundo, Kathryn Woodward (2000) vai dizer que os significados produzidos a partir dos sistemas de representação não são fixos e estão sujeitos a deslizamentos. E é quando os sujeitos reconhecem a instabilidade das identidades, que vão muito além do que lhes foi imposto, que é possível compreender os interstícios e as possibilidades no movimento de "cruzar fronteiras", proposto por Silva (2000).

Assim como Chimamanda Adichie [7] nos impele a pensar sobre o perigo de uma história única, questionamos: existe uma verdade histórica única que possa ser recuperada? Havendo diferentes histórias, como romper com os sitemas de representação que reforçam uma construção única?

Camila e as possibilidades no "além"

Na telenovela *Amor de Mãe,* 24 anos após ser encontrada por Lurdes na estrada que correria de Malaquitas, interior do Rio Grande do Norte, ao Rio de Janeiro, Camila é apresentada à novela em sua cerimônia de formatura. Na cena[8], ao receber o diploma da graduação em história, Camila afirma: "A gente sabe que ser professor no Brasil é um ato de resistência. Ensinar é muito importante e muito difícil também. Eu fiz história pra ser professora, porque eu acredito que só a educação de qualidade pode realmente mudar o nosso país". Ovacionada com aplausos, Camila dedica o dia de sua formatura a sua mãe, dona Lurdes. Olhando para ela, enquanto a câmera reveza entre a reação de sua família e o seu discurso, Camila agradece por toda a dedicação da mãe na educação dos filhos, por todo o esforço e que ela só poderia estar ali, concluindo o ensino superior, graças a ela.

[7] Discurso de Chimamanda Adichie: "O perigo da história única". Ver: <https://cutt.ly/0hAlqoa>.
[8] Discurso de Camila na formatura. Ver: <https://cutt.ly/OhAle1E>.

No capítulo seguinte, é o primeiro dia de Camila como professora na escola pública do bairro do Passeio. Na cena 2[9], após passar pelo portão, a professora caminha pela entrada. A câmera se distancia e mostra o ambiente escolar, muito parecido com a grande maioria das escolas públicas da periferia do Rio de Janeiro. Enquanto ela caminha com muita ansiedade e a passos lentos, atravessando os corredores, alguns alunos jogam bola, caminham ou se encontram. A escola fica próxima a uma rodovia e de algumas casas, de onde é possível ver o pátio. As paredes mal pintadas, cadeiras amontoadas e bancos e janelas quebrados apresentam o sucateamento da educação pública brasileira. Camila se aproxima da sala em que dará a sua primeira aula e, ao parar ao lado da porta, ouve a diretora conversar com os alunos.

> **Diretora:** gente, vocês não querem estudar? Não estudem. A minha vida não vai mudar em nada. Vocês vão ser pra sempre esses sem futuro.

Quando a diretora sai da sala, aos gritos e deboches dos alunos que rapidamente se levantam, encontra Camila parada, um pouco nervosa, e afirma: "Tá achando que eu sou má, né? É seu primeiro dia aqui. Você ainda não conhece eles. Boa aula e boa sorte". No mesmo instante ela entra, ao passo que os alunos ignoram a sua presença. Na tentativa frustrada de chamar a atenção deles pela conversa, Camila começa a cantar a música *É*, de Gonzaguinha - abertura da novela. Acompanhada de palmas ritmadas, ela consegue a atenção dos alunos e inicia a sua aula falando que a matéria será aplicada de forma diferente.

Na terceira cena[10] escolhida para refletirmos sobre a trajetória e os discursos da personagem, ainda no mesmo capítulo, Camila continua a sua aula questionando os alunos sobre as histórias que eles aprendem nos livros da escola e quem as teria escrito. Propõe que a turma reflita sobre a multiplicidade de histórias que existem e, dentre elas, qual seria a verdadeira.

> **Camila:** não existe uma história, existem muitas histórias. Mas se existem muitas histórias, quem sabe qual é a verdadeira? Talvez ninguém saiba, e o nosso trabalho é continuar estudando pra gente entender como a gente chegou até aqui. Por exemplo, a história do descobrimento no Brasil, que a gente tanto estuda aí nos livros, ela foi contada e escrita por quem? Pelos portugueses ou pelos índios?
>
> **Garnizé:** Pelos portugueses.

[9] Primeiro dia de Camila como professora na escola do bairro do Passeio. Ver: <https://cutt.ly/LhAlug9>.
[10] Aula de Camila é interrompida por um tiroteio. Ver: <https://cutt.ly/9hAloC1>.

> **Camila**: E a história da escravidão no Brasil, quem conta? Os negros ou os brancos?
>
> **Loiane:** Os brancos.
>
> **Camila:** E o que vocês acham disso?
>
> **Garnizé:** Eu acho que o problema é que a história é contada sempre por quem bate e nunca por quem apanha, sabe qual é?

Assim como a história, as identidades e representações, como discutido anteriormente, são construídas por meio dos discursos hegemônicos, que moldam o pensamento social e atribuem as "posições-de-sujeito" ocupadas a cada um de nós, por meio da diferenciação. O discurso presente na novela nos deixa claro que ali naquela sala estão os sujeitos Outros, constituídos na diferença e no apagamento. Mas a professora Camila parece decidida a ensinar aos alunos as outras verdades que não estão nos livros de história, desconstruindo e ajudando os alunos no processo de autoconhecimento e empoderamento.

No desenvolvimento da discussão, no entanto, a turma é interrompida por um tiroteio próximo à escola. Todos os alunos se levantam rapidamente, como se já soubessem os protocolos a seguir nesses momentos, acostumados com a realidade da violência policial no Rio de Janeiro. Junto de Camila, os alunos se enfileiram nos corredores da escola, abaixados, com as mãos na orelha e ofegantes. A câmera caminha lentamente, aluno por aluno, apresentando ao espectador o terror que crianças e adolescentes enfrentam cotidianamente. Trêmulos, com os olhos fechados, as cabeças direcionadas ao chão, a única coisa que os alunos e funcionários da escola podem fazer diante dessa realidade é esperar.

Um quarto momento[11] importante de ser pensado antes de seguirmos para a análise do diálogo entre Camila e Lurdes, é quando dois alunos começam a brigar no meio de uma de suas aulas e, ao tentar interrompê-los, Camila é agredida. No momento seguinte, a professora grita pedindo silêncio e fala:

> **Camila:** Silêncio! Todo mundo sentado agora! O que é que tá acontecendo, gente? Que isso? Você acha que ele é seu inimigo? E você, você acha que ele é o seu problema? O inimigo de vocês é o sistema que tá lá fora, pronto pra transformar em gado quem não se prepara. Eu tô aqui pra dar aula, eu me preparei pra isso, eu tô aqui pra ajudar vocês.

[11] Briga entre os alunos da turma. Ver: <https://cutt.ly/uhAlaNr>.

Em seguida, ela sai da sala de aula para limpar o ferimento no nariz e a cena corta para Victória Amorim, advogada de Álvaro da Nobrega (Irandhir Santos), dono da PWA, que foi até a escola conversar com a diretora. A escola do bairro do Passeio é objeto de desejo do milionário. Em posição de poder, Álvaro atua no sentido de eliminar tudo o que estiver a sua volta, custe o que custar. A política adotada pelo empresário é comparada à política de morte que ronda o nosso país.

Ao desenvolver o conceito de Necropolítica, Mbembe (2018) afirma que diante das políticas de segurança, cabe ao Estado estabelecer os limites entre os direitos, a violência e a morte. No entanto, as normas e definições são estabelecidas com bases racistas, definindo os corpos "matáveis", com o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos. Essas estruturas definem, então, os sujeitos que viverão submetidos às condições de vida em que o medo da morte é exercido cotidianamente, marcando corpos e territórios.

Com a ajuda de seu capanga Belizário (Tuca Andrada), comandante da Política Militar do Rio de Janeiro, Álvaro é aquele quem dita as regras e decide quem morre ou quem vive, bem como o modelo da Necropolítica. Os professores, alunos e funcionários daquela escola do bairro do Passeio são os sujeitos "inimigos", aqueles que podem e devem ser eliminados a qualquer momento pela força do Estado ou dos grupos que detém o poder.

No decorrer da trama, cansado de esperar pela derrubada da escola por meio de chantagens e jogos políticos, Álvaro e Belizário tramam uma ação policial próxima ao terreno da escola, com o intuito de que uma bala perdida atinja alguém e comova a população. Com a desculpa de que o local é muito perigoso para as crianças, a escola seria fechada e Álvaro conquistaria o terreno. É aí que apontamos para a cena 5 da análise, mencionada no começo do trabalho.

Momentos antes, quando a ação policial começa e os alunos ouvem os tiros, todos se abaixam e se escondem nos corredores, esperando o fim do tiroteio. Camila, no entanto, decide escrever em uma faixa sinalizando que aquele local é uma escola, a fim de evitar que algum aluno ou funcionário seja alvo. No entanto, ao pendurar a faixa, um tiro atinge o seu braço. Camila segue para o hospital, onde descobre, também, que está grávida de Danilo, seu namorado. Nesse momento, a professora desaba. Recém formada e cheia de planos, a notícia de uma gravidez era o que ela menos esperava receber neste momento. Ela não queria ser mãe agora, não queria ter levado um tiro e não

queria ter que ensinar todos os dias aos seus alunos que eles precisam seguir sendo fortes, mesmo diante da realidade dura. Sentada ao lado da filha na cama do hospital, Lurdes inicia o diálogo:

> **Lurdes:** Camila, tu vai aguentar, tu é forte.
>
> **Camila:** É mãe, mas o problema é esse. Eu sempre vou ter que ser forte, sempre. Eu tenho que ser forte porque a gente é pobre e eu quero estudar. Aí eu tenho que passar de primeira, porque eu não posso perder nenhuma chance, nenhuma. Eu tenho que ser forte porque eu sou mulher, e pra mulher tudo é mais difícil, tem que aguentar sempre um babaca olhando pro meu peito ao invés de prestar atenção no que eu tenho a dizer. Eu tenho que ser forte porque eu sou preta e a gente vive num país racista. Eu tenho que ser forte porque eu sou professora, porque eu tentei ajudar os meus alunos, eu tomei um tiro. Eu tenho que ser forte e eu tô cansada, mãe. Eu tô cansada! Eu tô cansada de ser forte. Eu não vou poder ser fraca, nem um dia? Nem uma vez na minha vida?
>
> **Lurdes:** Olha pra mim. Tu vai ter que ser forte, tá ouvindo o que eu tô dizendo? Tu vai ter que ser forte! Tu não pode fraquejar. Meu amor, ainda não, ainda não dá pra ser fraca. Nesse mundo que a gente vive não dá, filha. Eu não aguento isso de ver que tudo tu tem que ser a melhor, passar em primeiro lugar, isso me dá raiva. Quando eu vejo isso, por que é que tem que ser assim? Mas é assim. A gente tem que continuar assim, aproveitando cada chance da vida, tem que estar o tempo todo assim, porque a gente não é gente, não, a gente é sobrevivente. Ainda mais pra nós, filha, pra mulher, pra mulher é muito mais difícil. Ainda mais tu, da tua cor. Meu amor, como eu queria que ninguém te julgasse pela cor da tua pele, é a coisa que eu mais queria! Mas ainda não dá. A gente tem que continuar empurrando o mundo, mesmo sendo muito pesado. Empurrando o mundo pra ele mudar. Olha, eu não acredito que eu te eduquei. Tu virou professora, professora! Tu tá educando um monte de menino, pra mudar o mundo. Se a gente for bem forte, Camila, a filha desse aqui que tá dentro da sua barriga vai poder fraquejar. Vai poder ser frágil, vai poder ir pro colinho... Por enquanto não dá, não, filha. Mas uma coisa eu posso te dar, uma certeza: enquanto eu tiver vida, eu vou estar aqui, do teu lado.

As cenas deixam evidente a discussão proposta sobre a construção dos discursos de poder e a dominação de um povo em cima da exploração de outros, da violência e da demarcação de identidades subalternas que possibilitaram a consolidação desse domínio. De acordo com Homi Bhabha (1998), a alternativa se instaura na necessidade de se inscrever no "além" dessas narrativas, focalizando nos processos produzidos por meio da articulação das diferenças culturais. "Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade". (BHABHA, 1998, p. 20). Dessa forma, é deslocando os domínios de diferença, na "emergência dos interstícios" que essas identidades, experiências, esses valores culturais enraizados são negociados. Negar a fixidez das identidades que foram construídas é a intervenção possível para aqueles que se situam no "além". Estar "no além",

de acordo com Bhabha (1998) seria parte da necessidade de viver e de intervir, questionar, reescrever a história.

> Estar no "além", portanto, é habitar um espaço intermédio, como qualquer dicionário lhe dirá. Mas residir "no além" é ainda, como demonstrei, ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural, reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá. Nesse sentido, então, o espaço intermédio "além" torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora (BHABHA, 1998, p. 27)

No decorrer dos estudos sobre a colonialidade brasileira, Lélia Gonzalez (2018) afirma que a ancestralidade ameríndia e africana foi apagada da história brasileira durante o processo de colonização. A construção de uma narrativa supremacista branca que pregava a necessidade de um embranquecimento populacional só fez negar as raízes culturais que formaram o Brasil. Nesse sentido, Gonzalez (2018) desenvolve o conceito "Amefricanidade" e afirma que é fundamental que, enquanto brasileiros e latino-americanos, nos apropriemos de nossas raízes e tomemos posse de nossas ancestralidades. Que possamos reconstruir, assim, uma história que foi, durante muitos anos, assolada. Dessa forma, o movimento de "cruzar fronteiras", as possibilidades no "além", se dariam no reconhecimento enquanto sujeitos amefricanos, na apropriação de identidades que nos foram negadas.

Ao cruzar com as estatísticas, logo no início, Camila conquista o diploma no ensino superior. Ainda que os estudantes negros sejam, hoje, mais da metade da população com acesso ao ensino superior público, de acordo com o informativo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil[12], do IBGE 2019, eles seguem sub-representados por constituírem quase 60% da população brasileira. A presença de Camila no palco, agradecendo a sua mãe por todo o esforço, é significativa para os negros e negras brasileiros que ainda não chegaram a ocupar esses espaços.

Camila é uma pessoa que traz novas possibilidades de representação da mulher negra para a TV brasileira. Ao ensinar aos seus alunos sobre a produção da história, sobre os discursos que impuseram a eles o lugar de subalternidade, Camila e os alunos demonstram aos telespectadores esses interstícios, chamando-os a assumir uma posição de poder e entender que essas identidades produzidas não são fixas.

[12] Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil IBGE (2019). Ver: <https://cutt.ly/8hAls72>.

Ao ensinar sobre a história do Brasil, Camila rompe com os abismos entre teoria e prática. Ela permite que a teoria seja um lugar de cura para esses alunos que só se reconhecem na dor, por meio desse cotidiano infernal que a colonialidade do ser os atribui. Como bell hooks (2019) propõe, Camila nos permite imaginar futuros possíveis, utilizando a "experiência vivida de pensamento crítico, de reflexão e análise" para transformá-la em um lugar para se "explicar a mágoa e fazê-la ir embora" (hooks, 2019, p. 85). Quando a teoria está atrelada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, hooks (2019, p. 86) afirma que "não existe brecha entre a teoria e a prática".

Ao ensinar, cotidianamente, sobre os processos que construíram o Brasil até aqui, ao falar sobre os racismos, os machismos, a morte, a riqueza e a pobreza, Camila ocupa e convida seus alunos e telespectadores a ocupar o "além". A se autorreconhecerem e assumirem para si papéis distintos daqueles que lhes são impostos.

Considerações finais

Cansada de viver sob ideais que determinam que as mulheres negras devem ser fortes. Cansada de viver sob ideais que determinam que as mulheres pretas devem aguentar, devem sorrir, devem seguir. Cansada de viver sob essa lógica de que por ser mulher, por ser preta e por ser pobre, ela deveria lutar três vezes mais, Camila desaba. A vida das mulheres negras da periferia está triplamente submetida a um sistema opressor, que as exclui, que as desconsidera, que as inferioriza, que as nega. Destinadas ao lugar de apagamento, marcadas pela diferença, essas mulheres ocupam o lugar do Outro em diversos aspectos.

Desde o processo de construção da sociedade brasileira, as mulheres negras foram violentadas, trocadas, invadidas, abusadas e carregaram, em suas barrigas e nas costas, o futuro desse país. Relegadas, não eram vistas nem tratadas como uma mulher. A desumanização do Outro recai de maneira significamente maior às mulheres negras. Mas, não são elas, também, mulheres? Mulheres que sempre tiveram que trabalhar, mulheres que são mães, mulheres que sustentam suas casas, mulheres que educam seus filhos sozinhas. Mulheres que lutam por um futuro melhor para os seus. Camila é uma delas e representa milhares de brasileiras.

Apesar de ser fruto de uma produção encabeçada por pessoas brancas, a personagem *de Amor de Mãe* é um respiro, um acerto da novela em apresentar novas possibilidades de representação das mulheres negras, para além dos estereótipos marcados como empregadas domésticas, donas de casa,

babás ou prostitutas, no caso da hiperssexualização do corpo negro. Camila é professora, formada em história. Professora que luta por uma educação de qualidade no ensino público do Brasil, que sempre esteve sob ataque. Para a lógica dominadora, a educação do Outro é a sua ruína. Camila é apresentada como a possibilidade de ação, nas brechas, nos interstícios desse espaço dominado pelo sucateamento e pela desmotivação dos alunos.

Ao trazer a cena do tiroteio, o desabafo de Camila e o seu cansaço ao ver que a sua luta tem sido barrada, a telenovela permite que muitas outras mulheres se reconheçam nessa dor. Muitas outras são, também, afetadas. Comovidas. Ao abordar essas realidades, a telenovela promove a manifestação de diálogos, a ligação com acontecimentos reais, a afetação e, também, a educação. A telenovela, mais do que entreter, ensina.

Ensina sobre a necessidade de, como Léliz Gonzalez (2018) propõe, reconhecermos a nossa ancestralidade, as identidades que nos foram negadas e lutarmos contra as definições e representações que colocam milhares de negros nesse lugar Outro, assolados por um cotidiano que diminui, explora e rejeita as suas marcas. Ensina sobre mulheres que estão, há anos, ocupando espaços da educação e da política, reivindicando novos discursos, apostando em estratégias e novas possibilidades para as populações marginalizadas. Ensina sobre o cotidiano de jovens e adolescentes da periferia que são, como Mbembe (2018) afirma, alvos diários da política de morte que assola o nosso país, marcados como "inimigos" de um sistema de segurança racista que vê essas vidas como objetos descartáveis.

A realidade que os alunos da escola do bairro do Passeio enfrentam não é diferente do que acontece em nosso país. Pensemos na menina Ágatha Félix, de 8 anos, alvejada por um tiro de fuzil em uma kombi; pensemos em João Pedro, 14 anos, morto a tiros dentro de casa, em uma operação policial. Kauê Ribeiro dos Santos, 12 anos; Kauan Rosário, 11 anos; e tantas outras crianças do Rio de Janeiro que são mortas pela violência policial. Pensemos em Marielle Franco, há mais de 1000 dias sem respostas. Quem mandou matá-la? E por quê?

Camila vai muito além da trama em *Amor de Mãe*. A sua presença, os seus discursos, a sua ação e a sua força importam. Em um país que vive tantos retrocessos políticos, econômicos e sociais, é extremamente relevante que a personagem da novela do horário nobre da Rede Globo de televisão

proponha discussões tão pertinentes sobre a vida da mulher preta no país, sobre racismo, sobre machismo e tantas outras questões urgentes da nossa realidade.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil:** O negro na telenovela brasileira. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. **Televisão em cores?:** raça e sexo nas telenovelas "Globais" dos últimos 30 anos. Textos para Discussão GEMAA, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-23, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade.** In: Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanos, p. 321-334, 2018.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanos, p. 190-214, 2018.

HAMBURGER, Esther. **Telenovelas e interpretações do Brasil.** Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 61-86, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

_____. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo:

Elefante, 2019.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** Bauru: Edusc, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação.** In: Comunicação & Educação, v. 26, p. 17- 34. São Paulo: USP, 2003.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.): El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

MBEMBE, Achille. **A ideia de um mundo sem fronteiras.** Revista Serrote n.31. São Paulo; Rio de Janeiro: IMS, 2019.

_____. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SIMÕES, Paula Guimarães; FRANÇA, Vera. **Telenovelas, telespectadores e representações do amor.** Eco-Pós, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 48-69, jul./dez. 2007.

Outras referências:

ADICHIE, Chimamanda: **O perigo da história única**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

Estado de Minas. **Mulheres tiveram dificuldade de pedir ajuda na quarentena**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/10/20/interna_nacional,1196203/mulheres-tiveram-dificuldade-de-pedir-ajuda-na-quarentena.shtml>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

_____. **Tabela 6403: População, por cor ou raça**. Ibge.gov.br. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8132-atlas-da-violencia-2020-infografico.pdf>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

Temporalidades

Histórias narradas em mídias: disputas de representação do passado indígena em ambientes digitais

Media narrated stories: representation disputes of indigenous past in digital environments

Sílvia Letícia Bezerra Santos
Mestranda em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
silvialeticiahist0@gmail.com

Recebido em: 16/11/2020

Aprovado em: 28/12/2020

Resumo: O presente trabalho aborda disputas de narrativas históricas concernentes aos povos indígenas, especialmente em mídias nos ambientes digitais. Com enfoque em diferentes formas de representação do passado desses povos, problematizam-se permanências e mudanças de narrativas coloniais e decoloniais em tensão nesses meios. Para tanto, analisamos narrativas em mídias institucionais, como na página oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); em mídias alternativas, como no site da "Mídia Índia"; e em outros tipos de mídias que colocam em cena a comunidade indígena do Amarelão, no Rio Grande do Norte, com destaque para o "ciberativismo indígena". Os diálogos teóricos transitam entre a "História da Mídia", as "Epistemologias do Sul" e a "Cibercultura", com uso metodológico da "Netnografia" que privilegia análise conjunta de textos e imagens. As reflexões têm apontado que repensar essas histórias em mídias digitais é um dos modos significativos de vislumbrar outros tipos de conhecimento sobre o passado indígena.

Palavras-Chave: Narrativas Históricas; Mídias; Indígenas.

Abstract: This paper addresses disputes of historical narratives concerning indigenous folk, particularly in media in digital environments. With a focus on different forms of representation of the peoples past, problematic permanences and changes in colonial and decolonial narratives are under tension in these media. Therefore, we analyze narratives in institutional media, as on the official page of the Fundação Nacional do Índio (FUNAI); in alternative media, as on the "Mídia Índia" website; and in others types of media that focus on the indigenous community of Amarelão, in Rio Grande do Norte, highlighting the "indigenous cyberactivism". The theoretical dialogues transit between the "Media History", the "South Epistemology" and the "Cyberculture", with the methodological use of the "Netnography" that privileges the joint analysis of texts and images. The

reflections pointed that rethinking those histories on digital media it's a significant way to glimpse another forms of knowledge about the indigenous past.

Keywords: Historical Narratives; Media; Indigenous.

Introdução

> A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de "nós" e "eles" (KELLNER, 2001, p. 09).

As narrativas socialmente construídas sobre os indígenas são amplamente marcadas por estigmas e estereótipos que reforçam a ideia de atraso. Os preconceitos referentes ao passado indígena vão desde as representações na mídia até o lugar que ocupam na escrita tradicional da história da nação, o que indica a necessidade de pautarmos novas visões de história. É fundamental, portanto, salientar a importância de se discutir também os meios que questionam essa maneira estigmatizada como os indígenas são vistos e evidenciam a valorização de diversos grupos étnicos no Brasil. Trabalhar estes aspectos a partir da mídia pode ser um caminho instigante, sobretudo na observação de distintas formas de ser, viver e estar no mundo que a questão indígena suscita. [1]

As histórias de disputas em torno de representações do passado indígena já foram abordadas de muitas formas. O que faremos neste texto, de modo particular, é trazer algumas notas de abordagem sobre as mídias com foco em ambientes digitais em que se problematizam as disputas em narrativas históricas sobre o passado indígena, transitando teoricamente entre a "História da Mídia", as "Epistemologias do Sul" e a "Cibercultura", com atenção à "Netnografia". Em relação aos escritos sobre a história social da mídia, Asa Briggs e Peter Burke (2002) abordam a importância de "trazer a história para o interior da mídia, e a mídia para dentro da história". Entre estes meios, incluem-se objetos variados, tais como "à comunicação de informação, entretenimento e ideias, sob a forma de palavras e imagens, por meio de fala, escrita, publicações, rádio, televisão e, mais recentemente, da Internet" (BRIGGS; BURKE, 2002, p.11). Por isso mesmo, os autores apontam como aqueles que trabalham a partir da "comunicação e com os estudos culturais precisam levar em

[1] Este trabalho é fruto das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa "Linguagens, Memória e Produção de saberes". Importante destacar igualmente que estamos pesquisando a questão indígena desde o ano de 2015 por meio da etnografia, em trabalho que acabou sendo interrompido por conta da pandemia da Covid-19, mas que tem continuado por meio de impulsos da instigante e oportuna netnografia.

conta a importância da história; e os historiadores também precisam levar em consideração a teoria e a tecnologia da comunicação" (BRIGGS; BURKE, 2002, p.12).

Esse contexto leva-nos também a perceber direta e indiretamente como toda mídia carrega algum tipo de difusão do conhecimento, seja de reflexão crítica ou estigmatização. Assim, destacamos alguns diálogos teóricos sobre a questão indígena, a memória e a identidade étnica que são fundamentais nesse percurso de crítica às histórias cristalizadas. Na metáfora da "Epistemologias do Sul", em que um dos mais conhecidos expoentes é Boaventura de Sousa Santos (2010), vemos a potência do questionamento ao pensamento abissal que manifesta divisões com linhas imaginárias contrastantes. Se, antes, a linha cartográfica dividia o "Velho e o Novo Mundo", hoje, a linha persiste de forma cognitiva e epistêmica. O movimento indígena é um dos seus símbolos, porque figura, de modo literal e simbólico, no lado supostamente mais "passivo". Neste sentido, pensamos que a grande mídia tem sua responsabilidade no processo de fortalecimento dos estigmas referentes aos povos originários e que, por muito tempo, os recursos midiáticos invisibilizaram a luta desses povos. A partir dos impulsos do "giro decolonial" [2], entendemos, por um lado, que uma mídia institucional dessa natureza carrega, muitas vezes, uma narrativa histórica estereotipada por conta de sua matriz colonial, eurocêntrica e que enxerga os indígenas como passivos; e, por outro, uma mídia alternativa como aquela que tende a expor narrativas alternativas como um meio de apresentar narrativas históricas decolonais, capazes de romper com visões hegemônicas, mostrando os indígenas como sujeitos ativos capazes de contar a sua própria história. Em alguns debates recentes, tais narrativas são apresentadas, respectivamente, com as noções de "Pequena História" e "Grande História". [3]

De modo amplo, a noção de Cultura da Mídia em perspectiva no trabalho busca congregar todos esses aportes, mas com enfoque nas representações de identidades culturais, como sugere a ideia de Douglas Kellner (2001) na epígrafe do trabalho. Como a abordagem incidirá em mídias nos contextos digitais, é importante destacar alguns temas recorrentes envolvendo ambientes da

[2] "Giro decolonial" é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado Torres em 2005. Basicamente, "significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 105).

[3] Ressaltamos que essas noções foram usadas pela autora Juliana Schneider Medeiros (2012) em seu trabalho sobre a questão indígena. O modo como utilizamos não é, todavia, uma repetição, mas uma apropriação com ressignificação, a partir de leituras como a de Boaventura de Souza Santos (2010) e Luciana Ballestrin (2013). Mesmo que tais noções carreguem aparente dicotomia, o uso parece ser instigante como forma de reflexão sobre novas categorias e sentidos que enfrentem a complexidade das questões abordadas nesta pesquisa.

cibercultura, tais como o da "realidade virtual, da Comunicação Mediada por Computador, da internet e dos seus dispositivos, a inteligência artificial, do pós-humano e da elasticidade da vida – nos laboratórios ou no ciberespaço" (SEGATA; RIFIOTIS, 2006, p. 09). Dentre os seus muitos métodos de análise, ressaltamos a netnografia. Robert V. Kozinets (2014) aponta que a "netnografia é uma forma de etnografia adaptada as contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediadas por computadores" (2014, p. 10). A netnografia acaba se aproximando muito da etnografia por conta da observação participante, mas também porque são "práticas intrinsicamente assimilativas" pelo fato de que absorvem abordagens que se relacionam entre si, como no caso das "entrevistas, análise do discurso, semiótica e a videografia" (KOZINETS, 2014, p. 61).

Nesta perspectiva, destacamos como a narrativa histórica é um ponto de encontro entre todas essas dimensões abordadas. Em linhas gerais, encaramos as narrativas históricas como constituintes de um "mundo como representação" [4] que, longe de serem pensadas simplesmente como reflexo da realidade, são tomadas como componentes que instituem essa percepção de realidade. Assim, a nossa metodologia ancora-se em distintos núcleos de análise, em que observamos narrativas que são produzidas sobre os indígenas, com os indígenas e pelos próprios indígenas. As reflexões sobre esse passado indígena têm apontado que articular debates sobre histórias nas mídias é fundamental para repensarmos outras formas de escrita da história. Deste modo, trabalharemos com a análise da netnografia que privilegia textos e imagens via capturas de telas das mídias escolhidas, buscando assim contemplar parte das suas narrativas históricas. Dito isso, nossa atenção concentra-se na mídia como um campo em que narrativas históricas estão em disputa, seja pela mídia institucional e/ou mídia alternativa. Logo, convém, então, perguntar: o que seria uma narrativa histórica? No que se refere a narrativa do conhecimento histórico, o autor Jurandir Malerba (2016) nos mostra que:

> A narrativa histórica é um modo de explicação. Este debate tornou-se chave entre aqueles que enxergam as narrativas históricas como explicações protocientíficas do passado que podem ser formalizadas e analisadas; e aqueles que enfatizam o papel das narrativas para o aumento da inteligibilidade e do conhecimento da história. Uma segunda pauta em torno da narrativa concerne ao trabalho daqueles historiadores, teóricos e filósofos que sustentam que as narrativas são histórias de ação e que é a consideração da ação humana em termos narrativos que torna os

[4] Sobre o conceito de representação, ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados, [s. l], v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601. Acesso em: 24 dez. 2020.

> estudos históricos plenos de sentido e os constituem em explicações significativas do passado humano. Uma terceira área de reflexão sobre o papel da narrativa em história, sobre o realismo histórico, explora a questão de que a razão porque os historiadores constroem histórias sobre o passado é que essas histórias refletem a própria vida, as quais tem em si uma natureza de caráter narrativo. (MALERBA, 2016, p. 22-23)

Com isso, o presente trabalho pretende desenvolver algumas reflexões, tendo como objeto de estudo as narrativas históricas concernentes aos povos indígenas, em que notamos tipos de narrativas em torno do passado desses povos, problematizando permanências e mudanças de representações em cena. No desenvolvimento do texto, apresentamos, no início, um aprofundamento a respeito das mídias com uma análise de narrativas em mídia institucional, como a página oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na internet, questionando algumas noções de "Pequena História"; depois, o estudo concentra-se em destacar outras subjetividades ligadas às mídias com estudo de uma mídia alternativa, como é o site da "Mídia Índia", notando como sua narrativa sintoniza-se com visões mais plurais em torno da "Grande História"; e, por fim, atentamos para um caso específico ao abordarmos a comunidade indígena do Amarelão, localizada no Rio Grande do Norte, para perceber outros tipos de uso das mídia por meio de "ciberativismo indígena" questionador de uma série de estigmas, em tipo de produção de saberes que ampliam noções da "Grande História".[5]

As narrativas em mídias institucionais: notas sobre a FUNAI

Nesta primeira parte, iniciamos a discussão aprofundando uma das dimensões do debate da Cultura da Mídia. Deste modo, podemos destacar a visão de Douglas Kellner (2001). Segundo este autor, parte da cultura contemporânea da mídia fornece mecanismos de dominação ideológica que possibilitam a reiteração das formas de poder. Sabemos que a mídia tem uma forte influência sobre a formação da opinião pública, pois "ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum" (SILVERSTONE, 2005, p. 20). Devemos ter em mente que a linguagem da mídia não se dá apenas pela retórica, uma vez que a persuasão está fortemente atrelada a lógica do encantamento. Dessa forma, precisamos analisar criticamente alguns

[5] Mesmo considerando que as mídias institucionais estão muitas vezes alinhadas às narrativas tradicionais e que as mídias alternativas geralmente carregam narrativas críticas, entendemos que esses meios são repletos de disputas internas. Isso faz com que pensemos como, dentre outros aspectos, mídias institucionais podem ter narrativas críticas, bem como mídias alternativas também podem conter narrativas tradicionais. Dito isso, destacamos que procuramos focar sobretudo nos propósitos já destacados, pois ir muito além dos seus objetivos anunciados extrapolaria os limites do texto.

dos conteúdos propagados por ela, buscando questionar e problematizar as realidades fabricadas que são organizadas para fortalecer discursos hegemônicos dominantes.

Segundo Patrick Charaudeau (2006), os discursos da informação buscam construir uma realidade a partir de estratégias intencionais capazes de cativar o público e legitimar o que é "verdadeiro". No que diz respeito a grande mídia, que mesmo não sendo aqui analisada contribui com a reflexão sobre a mídia institucional devido a semelhança entre elas do seu poder de enunciação de ditas verdades, devemos enfatizar que ela tem construído uma narrativa histórica referente aos indígenas que é, muitas vezes, pautada na ciência moderna e favorece a história oficial. Os apontamentos da Izaíra Lima e do Raoni Arraes nos ajudam a pensar sobre alguns traços de distinção da mídia tradicional em relação as mídias mais alternativas:

> A grande mídia tende a apresentar recortes mais gerais da realidade – visto que busca se comunicar com o maior número de pessoas possível. Já na cobertura colaborativa na internet, quando organizada e coordenada de forma a otimizar o trabalho voluntário, é possível não apenas trazer o cidadão para o centro desse processo como também combater discursos hegemônicos perpetuados por grandes canais de comunicação. (ARRAES; LIMA, 2013, p. 11) [6]

Trouxemos o site institucional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como objeto de análise dessa narrativa histórica oficial. A FUNAI foi criada a partir da Lei 5.371, de 5 de dezembro do ano de 1967. Um órgão governamental brasileiro que tem a função de coordenar as políticas indigenistas do Governo Federal. O site desta instituição apresenta uma narrativa histórica que, muito possivelmente, não foi escrita pelos indígenas, em que buscam mostrar a atuação da FUNAI, Legislações indigenistas, demarcações de territórios e usam um espaço para falar sobre "quem são" os indígenas brasileiros. O que nos chama mais atenção diz respeito ao fato de como a FUNAI apresenta os povos indígenas. A instituição apresenta textos que, em algumas das suas passagens, aproximam-se de narrativas coloniais e eurocêntricas.

[6] Ao longo deste trabalho, sobretudo quando se aponta essa distinção das mídias alternativas em cenários de colaboração democrática na internet, também poderia-se pensar no outro lado da questão com os efeitos anti-democráticos em meio à proliferação de *Fake News* que, nesse caso, podem não ser necessariamente sobre o assunto, mas que de alguma forma o contorna. Isto, no entanto, também demandaria outro tipo de encaminhamentos na reflexão, com produção de texto específico que analisaria centralmente a problemática.

Imagem 01: Índios no Brasil/Quem são?

Fonte: Captura de tela retirada do site da FUNAI. Disponível em : http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao. Acesso em: 22 dez. 2020.

Ao fazermos uma análise da narrativa histórica presente nesta figura, de acordo com o contexto em que ela se encontra, nos deparamos com alguns símbolos estigmatizados e genéricos. Isto porque o texto contido na figura pauta-se numa visão colonial, ao cristalizar o marco "Desde 1500" do senso comum que foi difundido no imaginário social. Podemos notar que o genocídio indígena é tratado como "contingência histórica" lamentável, "porém inevitável", mostrando os povos indígenas como passivos e facilmente dominados. A permanência desse tipo de narrativa colonial pode, inclusive, levar a interpretação da imagem da "oca" na figura apontada como algo primitivo, embora possamos pensá-la como prática de valorização de práticas indígenas. Além disso, o texto pouco aborda a forma como os povos indígenas enfrentam um sistema que desvaloriza sua cultura e suas tradições. Esse tipo de narrativa histórica costuma silenciar a resistência e a memória desses povos, obliterando as mudanças do papel dos indígenas que eles próprios acionam como sujeitos históricos capazes de escrever sua própria história.

Nessa perspectiva, Juliana Schneider Medeiros (2012) coloca em evidência a noção de "Pequena História" que nos faz refletir sobre essas narrativas históricas tradicionais que estigmatizam os grupos étnicos. Segundo esta pesquisadora:

> A *pequena história* é a história tal como se configurou no século XIX, sob a perspectiva do positivismo. E essa história que se inicia na Europa nos princípios da modernidade, que tem suas origens na cidade e que considera relevante só aquilo que favoreceu a cultura dinâmica e urbana, ou seja, remonta a Antiguidade Clássica, por reconhecer a herança cultural desses povos deixada para a civilização ocidental, e trata a Idade Média como um período de trevas a ser esquecido. (MEDEIROS, 2012, p. 98)

Esse é um tipo de narrativa que explicita uma visão da história que também já foi bastante combatida por antropólogos e vários outros pesquisadores. Sabemos que no decorrer da História do Brasil, o indígena foi, em geral, visto de forma estereotipada. Para além de abordagens que relegam os "índios" a papel passivo na colonização, que tende a enfatizar o aspecto "dominador" das relações de contato entre os povos originários e os invasores de suas terras, determinadas leituras ajudam a desconstruir essa imagem, ampliando pensamentos. Destacamos os estudos antropológicos que tanto contribuíram com o estudo da História indígena. São contribuições imprescindíveis as pesquisas de Manuela Carneiro Cunha (2018) e John Monteiro (1995). Desse diálogo entre diferentes disciplinas, advém ferramentas cruciais que são capazes de "recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro prevalecente" (MONTEIRO, 1995, p. 227). São referências desse tipo que instigam a olharmos para tais narrativas de outros modos.

Narrativas em mídias alternativas: releituras da Mídia Índia

Nessa parte, pretendemos desenvolver a reflexão abordando a relação entre mídia e cultura, buscando perceber os usos alternativos em torno da cultura da mídia que constroem outros tipos de subjetividades. Aqui, destacamos algumas outras concepções de Douglas Kellner (2001) sobre o assunto. Segundo o autor, a mídia também pode fornecer instrumentais capazes de revisitar identidades de outros modos, possibilitando que os sujeitos possam explicitar sua cultura e o lugar que vivem, buscando refletir criticamente sobre as produções midiáticas e culturais em cenários de contestação de todas as formas de dominação. Dessa forma, os indivíduos podem passar a usá-la a fim de fortalecer as suas identidades, trazendo inspirações para que a mídia possa ampliar-se no sentido de promover transformações culturais e sociais.

Mesmo que tenha se cristalizado no imaginário social a ideia de que a mídia tem o objetivo de deturpar a verdade, esse tipo de pensamento precisa ser complexificado e, em alguns casos, desmistificado e desconstruído. Nesta perspectiva, destacamos algumas ponderações interessantes de Dominique Wolton a respeito do discurso da mídia. Para o autor, o discurso da mídia é moldado com o intuito de produzir uma comunicação que "mistura de maneira inextricável valores, interesses, ideais e ideologias" (WOLTON, 2001, p. 28). Wolton também aponta que, "quanto mais o mundo está aberto, mais povos e culturas querem, com razão, conservar suas identidades e sua dignidade, seus passados e tradições (2001, p.20). Neste sentido, é importante destacar que os povos indígenas têm buscado se apropriar dos recursos midiáticos alternativos como forma de revisitar suas identidades, de resistir as opressões que sofrem cotidianamente e de manter sua memória e cultura. A internet tem sido, então, mais uma ferramenta na luta dos indígenas em suas histórias de resistências, reivindicação de direitos e empoderamento cultural.

Diante disso, destacamos a experiência instigante da Mídia Índia. A proposta se define como uma rede de comunicação independente que é composta por jovens indígenas de todo o Brasil que objetivam fortalecer a voz e a luta indígena nas redes sociais. O site confronta as narrativas históricas tradicionais. O site do Mídia Índia é um projeto idealizado pela Mídia Ninja, autointitulada como "rede descentralizada de mídia de esquerda". Nele podemos encontrar várias informações referentes aos povos indígenas do Brasil, notícias sobre a covid-19 nas aldeias indígenas brasileiras, galerias de fotos mostrando a arte indígena e a rádio Mídia Índia. Esses jovens indígenas buscam desconstruir estereótipos concernentes aos povos originários.

Imagem 02: A nossa (?) pátria amada não é tão recíproca assim

Fonte: Imagem retirada do site Mídia índia. Disponível em: https://www.midiaindia.com/. Acesso em: 22 dez. 2020. [7]

Neste sentido, analisemos a narrativa histórica apresentada na figura destacada, em sua combinação de texto e imagem. A imagem denuncia a ideia de que a "nossa pátria amada" não é tão recíproca como é retratada nos livros didáticos e nas grandes mídias. Os indígenas brasileiros têm os seus direitos violados cotidianamente, enfrentam um sistema que desvaloriza e menospreza suas lutas e as tradições. O texto apresentado na imagem nos mostra que a colonização não parou, ela apenas se adaptou. Também questiona que muitas pessoas tratam a "colonização e o genocídio como processos que aconteceram só durante o período de invasão do Brasil", ressaltando que "boa parte de vocês sabem que os livros de história são eurocêntricos e etnocidas, escrito por brancos". Apesar disso, notamos como a permanência da narrativa colonial também se faz presente de modo ou outro

[7] Ressalta-se que essa imagem, difundida na página do site, foi originalmente postada no perfil pessoal de instagram do usuário Pércio de Pádua (@perdxy). Posteriormente, foi repostada tanto no perfil oficial da "Mídia Índia" na mesma rede social, quanto na página inicial do site. Disponível em: MÍDIA ÍNDIA OFICIAL. [Página no Instagram]. **#repost @perdxy GENOCÍDIO.** 2020. 10 de julho**.** Disponível em: https://www.instagram.com/p/CCmT4uwn2Zp/?igshid=vp8bzmr7zy4f Acesso em 22 dez. 2020.

no conjunto analisado, se atentarmos para a imagem do indígena em figuração selvagem. Mesmo que o foco do estudo seja notar como os indígenas usam esse espaço como forma de expor as injustiças sociais, é válido notar a pluralidade de interpretações que cada narrativa pode gerar, assim como destacar que isto também pode ser objeto de discussões entre os próprios indígenas sobre mudanças maiores ou menores em formas de representações.

A noção de "Grande História" nos ajuda a pensar sobre essas narrativas históricas que colocam os indígenas como sujeitos ativos e não apenas como objetos de estudo. Juliana Schneider Medeiros (2012) aponta que:

> A Grande História é a história dos povos indígenas, dos povos tradicionais, dos operários, das massas. A *grande história* é a história do viver em comunidade, da conexão entre vida e natureza e de toda uma serie de conceitos vitais que o Ocidente concretiza em termos demasiado limitados ou até exclui de sua perspectiva". (MEDEIROS, 2012, p. 98)

Esse é um tipo de narrativa que se conecta mais amplamente com visões plurais dos povos originários. No Brasil, os estudos de Manuela Carneiro Cunha e Samuel Barbosa (2018), cabe contextualizar, apontam que "a Constituição foi um marco ao assumir os povos indígenas como portadores de formas de vida com direito ao futuro, não mais como resquícios do passado em via de extinção." Como se "saísse de cena o índio como objeto de políticas do Estado, destinatário tutelado e sem voz da legislação, e aparecesse um sujeito de direito que politiza o debate, luta por direitos, faz passeatas, se organiza em associações" (BARBOSA; CUNHA, 2018, p. 158).

A Constituição brasileira de 1988 é basilar para esse tipo de revisitação crítica da cidadania, pois muitos compromissos éticos-morais foram firmados. Segundo sinalizam Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018), a carta assegurou "ampliação dos direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros, apesar da composição majoritariamente conservadora dos congressistas que a elaboravam" (2018, p. 450). No caso dos direitos dos povos indígenas, pontuado em capítulo específico, diz-se que "são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-los, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 462).

A revalorização das tradições indígenas proporcionou a retomada de costumes que só eram vistos no passado por meio dos seus ancestrais. Podemos mencionar o caso da linguagem, que vem

sendo recuperada aos poucos; os rituais, passam a serem praticados com mais intensidade, o indígena que assume sua etnia e começa a se orgulhar dela. A aceitação desta identidade indígena não é somente um mero detalhe na vida destes povos, mas uma grande vitória destes grupos que por muitos séculos sofreram para que pudessem ter seus valores reconhecidos e valorizados.

Narrativas da mídia indígena: ciberativismos no Amarelão/RN

Nessa terceira parte do trabalho, buscaremos mostrar as narrativas históricas apresentadas em mídias independentes que são organizadas por indígenas da comunidade do Amarelão no estado do Rio Grande do Norte. A referida comunidade do Amarelão, que possui cerca de 1100 habitantes organizados em 280 famílias, localiza-se na cidade de João Câmara – Rio Grande do Norte, distante aproximadamente 72,45 km da capital do estado. Conhecidos como "Mendonças" do Amarelão, os moradores desta comunidade reconhecem e buscam, efetivamente, afirmar-se como pertencentes as etnias "tapuia" e "potiguara".

Antes de iniciarmos o debate, precisamos ressaltar o fato de que a escrita sobre o assunto, no entanto, é marcada por certos pensamentos obsoletos. Julie Cavignac (2003), em referência ao fato de que no Nordeste brasileiro "a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos pelas elites locais, sinaliza o empenho de tentarem apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos" (2003, p. 2). Não por acaso, no contexto do Rio Grande do Norte, costumamos ouvir que praticamente todas as populações indígenas foram dizimadas. Jussara Guerra (2007), enquanto desenvolvia sua pesquisa especificamente na comunidade indígena do Amarelão aborda que, durante o século XX, os historiadores locais compartilhavam sobre a questão do "desaparecimento étnico", reforçando o pensamento que prevaleceu sem tanta contestação na esfera intelectual potiguar.

Os trabalhos desenvolvidos por Julie Cavignac (2003) e Jussara Guerra (2007) são fundamentais. Suas produções acadêmicas promovem a compreensão de como se deram os processos de lutas indígenas e quais foram os motivos que os levaram a buscar assumir sua identidade, mesmo diante de uma série de concepções eurocêntricas relacionadas à cultura. São leituras que auxiliam na reflexão acerca de como os indígenas foram perdendo uma parte significativa dos seus costumes, ocasionando um enfraquecimento em sua cultura, enquanto fruto de um processo histórico em que certas "minorias" são marcadas por preconceito e redução de direitos.

Diante da luta e da forte atuação dos indígenas do RN, o Estado passa a desconstruir a ideia da não existência de indígenas no território potiguar. Possui algumas comunidades que se afirmam indígenas, com o reconhecimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo uma de suas lutas, a busca pela preservação da memória sobre seus ancestrais. Assim, o recurso à história oral, que por muito tempo foi desvalorizada em detrimento da documentação oficial, passou a ser crucial em processos de (re)indentificação das suas vozes.

Os indígenas do Amarelão se apropriaram das mídias alternativas para falarem abertamente sobre a trajetória de seu povo, mostrando uma narrativa histórica decolonial que desconstrói as narrativas que limitam o indígena a um sujeito atrasado e passivo, promovendo assim outras dinâmicas de cultura da mídia. A memória desse grupo passa a ser fortemente abordada no contexto escolar, dentro da comunidade, nos espaços públicos, no blog da comunidade, na pandemia durante as *lives* na internet, dentre vários outros espaços como forma de fortalecimento do valor das identidades étnicas, de modo que sejam vistas, debatidas, colocadas na pauta, em busca de novos olhares que rompem visões hegemônicas.

Sobre demandas coletivas de grupos historicamente silenciados, como os dos grupos indígenas, Luciana Heymann e José Arruti apresentam notas fundamentais para compreensão da luta a partir do uso da memória no contexto brasileiro. Apontam que a noção de "dever de memória", imperativo social marcado por busca de reparação ao silêncio, à invisibilidade e ao sofrimento, convive com uma noção de "desejo de tradição", que também ressalta novas formas de autoidentificação de lutas que visam manter vivas memórias particulares, com conquistas de espaço no discurso histórico oficial, por inclusão sem homogeneização e por representação política de direitos (HEYMANN, ARRUTI, 2012, p. 136-137).

A partir disso, trouxemos uma figura retirada do blog da Associação comunitária do Amarelão. Cabe destacar que essa Associação Comunitária do Amarelão (ACA) foi fundada no ano de 1994 por meio da Irmã Terezinha Tessele Galles juntamente com as lideranças indígenas do Amarelão. Este foi um marco, dentre outros, na luta por direitos dos povos indígenas no Rio Grande do Norte.

Imagem 03: A comunidade indígena do Amarelão

Fonte: Imagem retirada do site da Associação Comunitária do Amarelão. Disponível em: https://acamarelao.wordpress.com/comunidade-do-amarelao/. Acesso em: 22 dez. 2020

O site apresenta notícias atualizadas sobre os "Mendonças" do Amarelão, abrindo espaço para apresentar a comunidade e a Associação Comunitária do Amarelão (ACA); mostra as atividades desenvolvidas pelo grupo, tais como o projeto de Artesanato 'Motyrum Caaçu', a cozinha comunitária, a produção da castanha de caju, a tradicional Festa da Castanha, dentre vários outros; além disso, também disponibilizam uma galeria de fotos mostrando os rituais e as festividades na comunidade.

A figura em cena carrega uma série de símbolos fundamentais para o Amarelão. Podemos ver a representação do sol e a imagem de dois indígenas em meio a um ritual em volta de uma árvore chamada Jurema. O nome da comunidade se deu por conta de uma prática que era bastante comum entre os primeiros indígenas do Amarelão. Eles subiam a serra do Torreão, faziam seu ritual em volta da Jurema Sagrada e só voltavam ao nascer do 'ayras daram' (amarelo grande) em referência ao 'deus sol'. Por conta deste ritual, o nome da comunidade passou a ser "Amarelão". O texto contido na imagem apresenta uma narrativa histórica contada pelos próprios indígenas do Amarelão, mostrando a trajetória e a luta cotidiana deste povo. Com a combinação deste texto e imagem conseguimos

perceber outros tipos de representações. A permanência da narrativa colonial, no entanto, é tão forte no imaginário que faz narrativas como estas não terem tanta circulação. Daí a importância de olharmos também para esses tipos de mídias indígenas, buscando, dentre outros aspectos, aprender com as mudanças de representações que eles acionam todo instante em suas vivências cotidianas.

Não podemos deixar de ressaltar a grande relevância do ciberativismo indígena que tem possibilitado que esses grupos passem "a fazer um uso da internet com o propósito educativo ou político de maneira a ampliar a comunicação com a sociedade não-indígena" (LIMA; VIEIRA, 2012, p. 11). A internet proporciona uma maior circulação dessas informações. Segundo André Lemos (2008), a internet criou uma revolução na história da humanidade, pois, pela primeira vez, as pessoas passaram a trocar informações de forma mais instantânea, rápida e com um alcance global. Esses mecanismos têm auxiliado no processo de empoderamento e fortalecimento da luta dos povos originários:

> A presença indígena na Internet e a utilização das ferramentas da web colaboram para fortalecer práticas cidadãs, possibilitando a articulação de demandas, e potencializando uma maior representação e mobilização social dos povos. Os índios que utilizam a Internet é um tema que vem provocar o atual modelo de ciência que se pretende verdadeira, aquela que fala sobre o índio, sendo sempre uma produção de terceiros, exteriores aos povos, que tecem pesquisas e textos e interpretam sobre os povos originários. Mas, a disposição em rede de fluxo de informações horizontalizadas do ciberespaço permite que os próprios indígenas passem de mero objetos à autores dos seus próprios relatos, uma vez que são os próprios indígenas que produzem suas narrativas de caráter autoetnográfico, repassando através dos discursos a imagem que fazem de si e sobre as questões que desejam ver publicizadas na relação deles com a sociedade nacional. Isto possibilita a reflexão sobre outras formas de conhecimento e de verdades, além da valorização de saberes que antes não eram considerados importantes nas pesquisas acadêmicas. (LIMA; ARRAES, 2013, p. 2-3)

Todas essas notas fazem-nos questionar não apenas o genocídio e o etnocídio indígena, mas também o que Boaventura de Sousa (2010) chama de epistemícidio, o qual restringe tais grupos como objetos de conhecimento, não como sujeitos ativos da sua produção. Isto porque demonstra a necessidade de ampliarmos a reflexão sobre o lugar desses sujeitos como observadores e, não apenas como observados, de forma que seja possível pensar a produção de saberes que envolvem tais grupos nas suas vivências. Trata-se de uma maneira frutífera de buscar desconstruir narrativas que colocam a filosofia, a teologia e a ciência como saberes universais e, do outro lado, vários saberes distintos vistos como ineficientes pelo fato de não seguirem a cientificidade moderna.

Considerações Finais

A partir das reflexões realizadas, vemos centralmente as mídias em ambientes digitais como um campo de narrativas históricas em disputa. Segundo nossas leituras das formas de representação do passado indígena, notamos que articular debates sobre histórias nas mídias é um meio fundamental para repensarmos outras maneiras de escrita da história. Neste presente trabalho, transpassado por diálogos teóricos entre a "História da Mídia", as "Epistemologias do Sul" e a "Cibercultura", com foco no trabalho netnográfico, tentou-se destacar como é possível interligar um pensamento pós-abissal que confronta a monocultura da ciência moderna através da ecologia de saberes baseada no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos.

As mídias analisadas em seus respectivos contextos explicitam como determinadas narrativas oficiais e as narrativas alternativas disputam memórias, saberes e identidades a respeito desse passado entre muitas permanências e mudanças de representações ao longo do tempo. A partir daí, as noções de "Pequena História" e "Grande História" foram apropriadas como chaves de leituras primordiais na compreensão de parte significativa dos sentidos destas disputas. Nesta perspectiva, em que toda essa cultura da mídia é atravessada por muitas dinâmicas identitárias, notamos como a "Pequena História" associa-se a narrativa com traços coloniais e calcada em determinado conhecimento científico moderno que costuma localizar muitas vezes os indígenas de modo estereotipado no transcurso da história; enquanto a "Grande História" estaria mais associada a narrativa com faces decoloniais e baseada em diferentes tipos de saberes que repensam epistemologias da história, sobretudo a partir das produções dos próprios indígenas.

Com os estudos de caso realizados, fincados em algumas narrativas de mídia distintas, pudemos perceber como todas elas congregam diversas disputas de sentido nas interfaces de seus textos e imagens. Chama atenção que, se, por um lado, o site institucional da FUNAI parece ser organizado largamente por não indígenas; por outro, o site do Mídia Índia é uma plataforma que possibilita o encontro de indígenas de várias etnias do Brasil. Em meio a isso, o site organizado pelos indígenas do Amarelão merece destaque particular. Destaca-se o projeto político de desconstrução da ideia equivocada da desaparição total de indígenas no território potiguar. A ativa participação dos grupos étnicos nas redes aponta que estes povos vêm usando diversos meios para romper com a

representação estigmatizada de indígenas selvagens e incapazes de efetuar mudanças sociais e culturais, suscitando formas de reafirmação das suas identidades através da internet.

Retomando a leitura de Boaventura Santos, tudo isso importa para destacar como a luta por justiça social, cognitiva e epistêmica não se resume em causar descrédito do conhecimento científico, mas promover um diálogo com outros saberes, incluindo os não científicos, como o dos indígenas. Afinal, é preciso considerar "riqueza dos conhecimentos que preservou modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral" (SANTOS, 2010, p. 58). Por isso mesmo, a decolonização dos saberes é um meio de combater injustiças sociais, buscando privilegiar as novas epistemologias que proporcionam amplos diálogos com inúmeros campos de produção de conhecimento e suas respectivas representações na sociedade.

Fontes:

ACA**:** Associação Comunitária do Amarelão [Blog]. **Comunidade do Amarelão**. 2020. Disponível em: https://acamarelao.wordpress.com/comunidade-do-amarelao/ . Acesso em: 22 dez. 2020

FUNAI: Fundação Nacional do Índio [Site institucional]. **Índios no Brasil – Quem são**. 2020. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao. Acesso em: 22 dez. 2020.

MÍDIA ÍNDIA. [Site institucional]. **Início.** 2020. Disponível em: https://www.midiaindia.com/ . Acesso em: 22 dez. 2020.

MÍDIA ÍNDIA OFICIAL. [Página no Instagram]. **#repost @perdxy GENOCÍDIO.** 2020. 10 de julho**.** Disponível em: https://www.instagram.com/p/CCd71y5BOma/ Acesso em 22 dez. 2020.

Referências bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio 2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. 3. ed. Eco/ufrj: Zahar, 2002. 432 p.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. *A etnicidade encoberta: Índios e negros no Rio Grande do Norte*. **Mneme - Revisa de Humanidades**, Caicó, v. 4, n. 8, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [*s. l*], v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601. Acesso em: 24 dez. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro; BARBOSA, Samuel (Org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2018.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonças do Amarelão:** Caminhos e descaminhos da identidade indígena do Rio Grande do Norte. Recife: O autor, 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola.** Brasília: Mec-mari/grupo de Educação Indígena da Usp/unesco, 1995. p. 221-236.

HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Mauricio. *Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e Brasil*. In: ROCHA, Helenice et. al (org.). **Qual o valor da história hoje?** RJ: Ed. FGV, 2012, p. 135-160.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**. São Paulo: Edusc, 2001.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LIMA, Izaíra Thalita da Silva; ARRAES, Raoni Lourenço de. **Índios na Rede:** um estudo sobre o ciberativismo indígena nas redes sociais online. Um estudo sobre o ciberativismo indígena nas Redes Sociais Online. 2013. Disponível em: https://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigosgt3.pdf?fbclid=IwAR1Vnjc3Jq_uRogzj4Tg9BqQyNEbPN9pHDg4mOHJ4waVGy_E9l3GnMiXVao. Acesso em: 2 fev. 2014.

LIMA, Izaíra Thalita da Silva; VIEIRA, José Glebson. *Índios Digitais: uma proposta de estudo da identidade do índio a partir dos portais índios online e indioeduca*. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2012. Fortaleza: Intercom, 2012.

MALERBA, Jurandir. **História e narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópoles: Editora Vozes, 2016.

MEDEIROS, Juliana Schneider. *Educação Escolar Indígena: a escola e os velhos no ensino da história Kaingang*. **História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 81-102, 2012. Semestral. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/42. Acesso em: 20 mai. 2020.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In:* SANTOS, Boaventura de Souza; PAULA, Meneses Maria (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (org.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: Aba Publicações, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VISCARDI, Cláudia; PERLLATO, Fernando. *Cidadania no tempo presente*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia**. Brasil Republicano 5: o tempo da Nova República**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2018, p. 447-477.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: EDUnB, 2001.

Temporalidades

Cinema, gênero e história: representações do corpo e sexualização em Esquadrão Suicida

Cinema, gender and history: representations of the body and sexualization in Suicide Squad

Bruno César Pereira
Mestrando em História
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

Fernanda Ribas
Graduada em História
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

Recebido em: 08/09/2020
Aprovado em: 19/11/2020

Resumo: O cinema é considerado uma forma de entretenimento acessível, respeitável e cativante que possui a capacidade de propagar informações, representações, ideologias e/ou naturalizar situações. E ainda, o cinema, através de suas produções, tem ganhado nas últimas décadas o *status* de fonte histórica. Ao longo deste texto, partindo das abordagens dos estudos de gênero, analisaremos o filme *Esquadrão Suicida* (2016), baseado em HQs do diretor David Ayer. Nossa proposta se concentrará na representação e caracterização de uma das personagens desta obra, Harley Quinn (Margot Robbie), que foi representada com características exageradamente sexualizadas e, também, destacar algumas situações onde a representação da mulher é vista somente como objeto de desejo além de sua descredibilidade no mundo dos *comics*. Assim, temos por objetivo evidenciar que existe a necessidade de revisar e alterar a forma como as mulheres são tratadas e representadas na indústria do cinema e nos desenhos em quadrinhos, pois, como apresentado, o cinema possui grande influência na construção de representações e perpetualizações de imaginários sociais.

Palavras-chave: Mulher; Esquadrão Suicida; Representação.

Abstract: Cinema is considered an accessible, respectable and captivating form of entertainment with the ability to propagate information, representations, ideologies and / or naturalize situations. And yet, cinema, through its productions, has gained in recent decades the status of historical source. Throughout this text, starting from the approaches of gender studies, we will analyze the film Suicide Squad (2016), based on comics, by director David Ayer. Our proposal will focus on the representation and characterization of one of the characters in this work, Harley Quinn (Margot Robbie), who was represented with exaggeratedly sexual characteristics and, also, to highlight some situations where the representation of the woman is seen only as an object of desire besides its unbelief in the world of comics. Thus, we aim to show that there is a need to review and change the

way women are treated and represented in the film industry and in comic drawings, because, as presented, cinema has a great influence on the construction of representations and perpetualizations of social imaginary.

Keywords: Woman; Suicide Squad; Representation

Cinema, história e gênero

O cinema tornou-se um grande marco de entretenimento e lazer desde seu início. Propunha novas experiências aos seus expectadores ao criar um mundo paralelo à realidade e, com o passar do tempo, nossos sentimentos e sensações ainda são captados por essa arte que, hoje, une a tecnologia de forma extraordinária na produção de suas películas.

O intuito de grande parte dos filmes é fazer o expectador conhecer uma nova versão do cotidiano e, da mesma forma, ainda gerar algum tipo impacto através de roteiros, figurinos e/ou o uso da tecnologia. Nesse sentido, e adentrando na perspectiva histórica, o cinema foi, por um longo tempo, desvalorizado pela "História positivista" por acreditar que suas obras distorciam o passado.

A ideia de o historiador usar fontes documentais escritas sem interpor-se a elas foi por muito tempo conhecida como sendo a maneira mais, senão a única, eficaz e correta (BARROS, 2012). Desse modo, o historiador apresentava estas fontes escritas enquanto verdades absolutas, sem as problematizar e/ou verificar com outras referências, eliminando assim possíveis áreas e métodos que posteriormente foram o amparo que a História necessitava para se reestruturar como ciência que estuda e relaciona o espaço, o homem e o passado (BARROS, 2006).

A partir da reformulação da História, denominando-a como Nova História, novas possibilidades foram surgindo amparadas a partir das gerações da *Escola dos Annales*, que incentivou o uso de novas fontes e novos métodos para aqueles já tradicionais e conhecidos pela historiografia (MATOS, 2010). Assim, nessa perspectiva, as produções cinematográficas passaram a ser uma nova fonte de possibilidades para o uso da História, bem como o cinema se serviu da História para suas obras.

Para o uso das produções cinematográficas como fontes históricas, uma série de questões sobre como tratar essas fontes foram surgindo no sentido de problematizar o "que as imagens apresentavam" e "como se apresentavam", assim como "o que transmitiam" (BARROS, 2007).

Ficou claro, através dos esforços de Ferro (1976), que os filmes retratam particularidades da sociedade em que foram produzidas se tornando um componente útil para a análise das representações. Da mesma forma, Ferro (1976) salienta que os filmes possuem tensões que lhes são próprias, abarcando elementos que possibilitam uma análise da sociedade a qual integra.

Para Ferro (1976, p. 202-203), o cinema:

> [...] destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus "lapsus". É mais do que preciso para que, após a hora do desprezo venha a da desconfiança, a do temor [...]. A idéia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens [...] constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade.

Nesta perspectiva, as obras cinematográficas atingiriam as "estruturas da sociedade" e agiram enquanto um "contra-poder". Segundo o autor, algumas produções cinematográficas têm força para manifestarem "[...] uma independência com respeito às correntes ideológicas dominantes, criando e propondo uma visão de mundo inédita, que lhes é própria e que suscita uma tomada de consciência nova" (FERRO, 1992 , p. 12).

Kornis (1992), ao analisar as contribuições de Ferro (1976, 1988), destaca que:

> [...] a contribuição maior da análise do filme na investigação histórica é a possibilidade de o historiador buscar o que existe de não-visível, uma vez que o filme excede seu próprio conteúdo. [...] O filme para Ferro fala de uma outra história: é o que ele chama de contra-história, que torna possível uma contra-análise da sociedade. (KORNIS, 1992, p. 244).

Nesse sentido, o questionamento pairou sobre as obras ficcionais por se tratar de um gênero fílmico com possibilidades imaginárias que resultariam na menor probabilidade de uso como fonte histórica ou de representação. Por muito tempo, historiadores e demais estudiosos do cinema, têm travado um debate acerca da objetividade da linguagem cinematográfica, onde tais debates concebem a imagem fílmica como uma construção que advém do resultado de recortes específicos, sendo ficcional ou documental.

Ferro (1992, p. 12-13), ao discutir sobre as obras ficcionais, foi a favor destas enquanto potenciais fontes de estudo para a História, por acreditar nas informações intrínsecas representadas

por elas, "o cinema, sobretudo a ficção, abre uma via real na direção de zonas psico-sócio-históricas jamais atingidas pela análise dos 'documentos'". E acrescenta que, devido a tais obras terem maior circulação e divulgação, é possível identificar um maior diálogo entre estes filmes e as sociedades por meio das críticas e da recepção do público.

Outra característica importante do cinema é a sua transmissão. Sabendo desta faceta dos filmes em explorar temas da realidade, ressaltamos aqui a força e capacidade em disseminar ideologias, representações e informações, pois os filmes são produzidos a fim de atingir não um pequeno público, mas uma escala em dimensão mundial. Nesse sentido, devemos nos atentar ao poder de disseminar pensamentos, influenciar e abalar o senso crítico dos expectadores e, para Ferro (1992), essa magnitude do cinema serviu também como meio político.

Uma das buscas da indústria do cinema, além do reconhecimento como arte no sentido de garantir boas críticas dos especialistas e público, seria o setor financeiro.[1] O cinema mobiliza fortunas para a produção das obras e obtém seu retorno através bilheterias ao redor do mundo. Mas, ainda nota-se o consumo induzido pelas telas como, por exemplo, na representação das mulheres que muitas vezes são retratadas como consumistas compulsivas ou mesmo na sensualidade usada para atrair o sexo oposto no sentido de explorar o desejo. A mulher no cinema é mostrada de uma forma que satisfaça o olhar masculino, neste sentido a mulher é tomada enquanto imagem, e o homem como dono do olhar (MULVEY, 1973).

A despeito da representação das mulheres em produções do cinema, existe uma vasta bibliografia de pesquisadoras que têm destacado que as representações sobre as mulheres no cinema acompanham um imaginário social acerca da representação da mulher, ou seja, uma representação de mulheres dóceis, donas de casa, amáveis, sentimentais, que sonham com casamento e filhos. Tal representação é destacada e criticada a partir dos estudos de Laura Mulvey, Mary Ann Donne e Janet Bergstrom e Elizabeth Ann Kaplan que desde a década de 1970 tem destacado a representação da mulher no cinema ligada às características citadas acima, bem como evidenciam a sexualização dos corpos femininos nas grandes telas.

[1]Sobre este ponto, destacamos que a produção cinematográfica Esquadrão Suicida, objeto deste estudo, teve como orçamento de U$175 milhões em sua produção, em contraponto, os lucros da obra chegaram às cifras de aproximadamente U$746 milhões.

Em síntese, partindo dos estudos destas teóricas feministas do cinema tradicional, podemos dizer que os papéis das mulheres nas películas eram ligados à criação da família e administração da casa, e isto era posto enquanto um estilo de vida ideal e correto (LOPES, 2002). Em suma, sua representação "aparece tradicionalmente nos filmes como personagem submissa e/ou objetificada" (REIS, 2017, p. 13).

Louro (2008, p. 83), em estudo que aborda a questão da representação feminina, destaca que as obras cinematográficas do pós-guerra, possuíam um caráter "educador", pois, neste período de "pós-guerra [...] o cinema ajudaria a promover a 'volta ao lar' e a recomposição da estrutura familiar tradicional".[2]

Conforme as narrativas do cinema, cabia às mulheres representadas nas telas decidir entre carreira e a formação do núcleo familiar, sendo este considerado o ideal, e o contrário resultaria na sua infelicidade, tornando-a uma pessoa amarga. Essa ideia permaneceu sendo retratada por um longo tempo nas telas e ainda, como destaca Kamita (2017 p. 1394), mesmo após o desenvolvimento das teorias feministas do cinema, que tem proposto "[...] um novo olhar a esse espaço obscurecido pela construção social de homens e mulheres", ainda podemos observar obras cinematográficas que continuam a reforçar a representação feminina a partir das características citadas acima.

Independente do gênero fílmico - drama, romance, terror, entre outros - há de se encontrar resquícios do "olhar masculino" (KAPLAN, 1995) moldando os papéis nas telas e delimitando o que seriam características aceitas para o feminino e para o masculino.

Muitos filmes reforçam a mentalidade de independência e sexualidade como algo puramente masculino e, se realizado por uma mulher, a tornaria obscena ou impura. E mesmo o homem demonstrar seus sentimentos seria algo errado, justamente porque esse era o perfil do feminino. Como ressalta Neto (2017, p. 166) "[...] a mulher é tratada como frágil, delicada, passiva, submissa, domesticável, enquanto o homem em prol de sua natureza e sexo é tratado como mais forte, o mais corajoso, mais racional, agressivo e objetivo". E ainda, mais do que a construção da personalidade representada, notamos a visão masculina também nos seus trejeitos e vestimentas.

[2] A arte enquanto processo educador do feminino também pode ser observado na literatura. Pereira e Gillies (2018), em estudo sobre os Romances Urbanos Brasileiros da segunda metade do século XIX, destacam que estas produções literárias, em especial as de José de Alencar, voltadas ao público feminino, tinham por objetivo construir um ideário de mulher burguesa, pautado em questões como o amor, o casamento, a fidelidade e o respeito à figura masculina.

Acredita-se que, em um primeiro momento, essa representação em relação às mulheres, como apresentado em parágrafos acima, se dá pelo fato de que a indústria do cinema ser formada em grande quantidade por homens. Contudo, tal assertiva pode ser entendida como uma "meia verdade", pois a representatividade feminina nesta indústria não garantiria uma modificação na representação das mulheres nas obras cinematográficas. Ao considerarmos os debates de Pierre Bourdieu (2002) acerca do conceito de "dominação masculina", este pesquisador esclarece que homens e mulheres estão inseridos em determinada cultura, podendo reproduzir certas concepções machistas, por exemplo.

Neste sentido, apenas a representatividade não garantiria a modificação da representação feminina. Contudo, como destaca Kamita (2017), a representatividade feminina no cinema em funções/trabalhos historicamente ocupados por homens é um primeiro passo para a modificação da representação das mulheres nas produções cinematográficas.

Na perspectiva apresentada até aqui sobre as produções fílmicas como objetos da história, e as representação do feminino e do masculino nas grandes telas, destacamos que o objetivo de nossa pesquisa será de evidenciar e reforçar que, mesmo em um período da história humana em que mulheres têm criado cada vez mais formas de se emancipar e construir uma sociedade mais democrática e representativa, ainda existem obras cinematográficas que destacam a representação das mulheres no cinema de forma redundante e sem aprofundamento, concentrando-se apenas em aspectos que sexualizam o corpo feminino.

Estas representações do feminino, do "ser mulher", do como se portar, comportar, vestir e sentir, correspondem a uma definição construída sócio-historicamente para este gênero (NADER, 2002). Desde a segunda metade do século XX, notadamente a partir da década de 1970, se avolumou o número de estudos acadêmicos e movimentos sociais que têm destacado esta construção histórica que define papéis tanto para homens quanto para mulheres.

Uma das percursoras de tais estudos, foi a historiadora pós estruturalista Joan Scott em seu célebre texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, que definiria com clareza a conceptualização da categoria "gênero", onde em seu texto a autora propõe gênero enquanto uma categoria de análise. Scott (1989) observa os discursos construídos para cada um dos gêneros, onde segundo a autora, podemos observar que as características do ser feminino e do ser masculino, são nada mais que

discursos difundidos através da criação de símbolos no meio cultural e social que se possibilitam o auto reconhecimento dos indivíduos nestas categorias e, ainda segundo Scott, constrói e legitima uma forma hierarquizada, uma dominação de um gênero sobre o outro.

Partindo desta proposta, destacamos que a representação feminina no cinema não se encontra fora de uma realidade social, mesmo que tal realidade venha mudando consideravelmente a partir das reinvindicações de coletivos feministas e estudos acadêmicos.

Neste sentido, partindo da proposta desta pesquisadora, utilizaremos como fonte para este estudo o filme *Esquadrão Suicida* lançado no ano de 2016. Esta obra recebeu inúmeras críticas dos mais diversos temas, mas principalmente sobre a forma como Harley Quinn (Margot Robbie) foi apresentada ao público.

Além das discussões acerca desta obra, buscaremos na finalização deste segundo tópico - assim como em nossas considerações finais - evidenciar que existe uma considerável produção, seja de filmes e séries, que tem trazido ao público um grande número de protagonistas e coadjuvantes que rompem com as representações histórico-sociais das mulheres. Estas produções, como: Jogos Vorazes (2013), Divergente (2014), Mad Max: Estrada da Fúria (2015), Caça-fantasmas (2016) e Mulher-Maravilha (2017) possuem personagens femininas como características principais como a força e a coragem. Tais obras, com viés feminista (MARTINS; ALCANTARA, 2012), modificam essa visão do gênero feminino difundida e perpetuada das mulheres dependentes, românticas, donas de casa e ainda objeto de desejo (*voyerismo*).

Representações do corpo e sexualização em Esquadrão Suicida

Esquadrão Suicida foi produzido e lançado no ano de 2016 pela *DC Entertainment* e distribuído pela *Warner Bros Pictures*. A direção ficou por conta de David Ayer, diretor, produtor e escritor estadunidense. Em sua filmografia encontramos obras como Reis da Rua (2008), Corações de Ferro (2014) e o mesmo também escreveu o roteiro de Velozes e Furiosos (2001), Tempos de Violência (2005), entre outros.

Esta produção cinematográfica conta em seu elenco com atores com grande reconhecimento no meio cinematográfico como Will Smith, Ben Aflleck, Jay Hernandez e as atrizes Viola Davis,

Margot Robbie, Cara Delevignea, entre outras. O filme possui embasamento a partir de suas HQs[3], mas sofreu algumas alterações na produção, a começar pelos figurinos dos personagens, por exemplo. Dessa forma, não é preciso extremo conhecimento deste universo para perceber algumas das diferenças.

A intenção da criação de um *Esquadrão Suicida* seria de um projeto secreto composto por pessoas com habilidades substanciais e que fossem usados em combate pelo governo estadunidense em possíveis ocorrências envolvendo, por exemplo, meta-humanos. O filme em questão corresponde a uma ideia de "continuação", que parte da finalização da narrativa do filme *Batman VS Superman* (2016), em que Superman morre, e neste sentido a criação deste grupo seria para substituir este herói, contudo estes "novos heróis" teriam como característica serem descartáveis, por se tratarem de vilões.

A responsável pela criação deste grupo seria a diretora da operação, Amanda Waller (Viola Davis). Amanda, em reunião com figuras importantes da política e segurança pública dos Estados Unidos, nos apresenta um plano piloto do que seria essa arma do Estado. Em sua apresentação, ela evidencia quem iria compor este "esquadrão", reunindo vilões como o Pistoleiro (Will Smith), Capitão Bumerangue (Jai Courtney), El Diablo (Jay Hernandez), Amarra (Adam Beach), Crocodilo (Adewale Akinnuoye-Agbaje), Harley Quinn (Margot Robbie) e Magia (Cara Delevingne), que seriam controlados e vigiados pelo militar Rick Flag (Joel Kinnaman), com a ajuda de Katana (Karen Fukuhara), uma samurai que possui uma espada que retém almas.

O objetivo da operação seria enfrentar Magia (uma bruxa que possuiu o corpo da arqueóloga Dra. June Moone) e se acaso violassem as regras estabelecidas, Waller e Flagativariam uma nano bomba controlada por eles que estava inserida na nuca de cada integrante do esquadrão.

A partir do objetivo principal desta pesquisa, faz-se necessário abordar, ainda que de forma breve, a história da personagem Harley Quinn. A sua criação data o ano de 1992 no desenho animado de Batman (*The Animated Series*) de Bruce Timm e Paul Dini. Através da aceitação do público, esta personagem foi apresentada nos quadrinhos da *DC comics* (intitulada Batman: Harley Quinn de 1999), posteriormente recebeu destaque no Esquadrão Suicida (2016), resultando em mais

[3] O grupo de vilões conhecido como *Esquadrão Suicida* surgiu em 1959 na Revista *The Brave and The Bold* no n. 25 da mesma, passando por alterações, atualizações e novos cenários como o cinema.

uma obra chamada *Aves de Rapina* (2020) e mais uma participação em um novo Esquadrão Suicida previsto para 2021.

Harley Frances Quinnzel trabalhou como psiquiatra no Asilo Arkham onde foi designada para o tratamento do infame Coringa, vilão histórico da *DC*, que possui sérios problemas psicológicos e acredita fielmente na coexistência dele e de Batman. A mesma, no intuito de buscar a melhora do paciente, acabou se deixando levar pelas falas manipuladoras do Coringa, ajudando-o a escapar de Arkham e se tornando companheira de crimes através de uma paixão ilusória.

As imagens escolhidas para abordar com profundidade o tema em questão, ou seja, a sexualização do corpo da personagem, foram as que mais repercutiram negativamente na visão dos espectadores, que favoreceram a objetificação da personagem através de expressões físicas, vestimentas, etc., além de sua relação com Coringa ter sido mascarada na obra.

A sua primeira cena mostra-a realizando movimentos circenses num lençol amarrado em sua cela. Nos diálogos que passam entre a prisioneira e os policiais, seu lado violento é comprovado quando o policial confirma que Harley machucou outro grupo de policiais. Numa tentativa de sedução – sem necessidade – a moça lambe as barras da cela e logo após leva uma corrente elétrica (por ficar diante das barras ser algo proibido). Ainda desmaiada, o policial elogia sua beleza, mas com pena ao afirmar a falta de sanidade mental.

Imagem 1: Harley Quinn em conversa com guardas na prisão

Fonte: Esquadrão Suicida (2016) - Take: 2m: 33s.

Uma das características próprias da personagem é o uso da sensualidade para obter benefícios, mas a cena inicial da personagem extrapola os limites, transformando-a em algo puramente sexual.

Esta cena reforça as discussões de importantes pesquisadoras feministas acerca da representação puramente sexual de mulheres em filmes, neste caso em um de gênero de ação. Como é destacado por pesquisadoras como Laura Mulvey (1983) e Elizabeth Ann Kaplan (1995), a representação feminina concentra-se em uma sexualização dos corpos, e acaba por criar uma institucionalização dos corpos femininos em detrimento da satisfação masculina. Esta cena, corrobora para destacar as discussões destas autoras bem como serve como exemplo para destacar que o machismo ainda se encontra presente não só no cotidiano, mas também representado no cinema de forma consciente.

Em outra passagem, os membros do Esquadrão estão numa espécie de aeroporto militar com inúmeros soldados os vigiando. O grupo de vilões está se preparando para operação, trocando de roupas e reunindo o armamento. Harley abre sua mala e vemos seu macacão original da HQ que transmite a ideia de memória, em seguida encontra seu colar (espécie de coleira) com a palavra "pudim" gravado no mesmo, fazendo referência ao Coringa, que também esteve presente no filme.

Esta rápida cena a qual mostra tal colar, que mais lembra uma coleira, o qual a personagem passa a usar, nos causa um certo desconforto, pois, simbolicamente, este colar passa um sentimento de posse de Coringa sobre Harley.

Na sequência desta cena, Harley recebe o close dos pés à cabeça enquanto vestia seu "uniforme" baseado em uma bota de salto alto e fino, um micro shorts e uma camiseta com aspecto de velha intitulando "monstrinha do papai". Nesta cena, novamente podemos perceber as influências de um certo "olhar masculino" com a personagem. O close, destaca suas curvas em uma nítida busca de agradar e dar prazer a um público, e fica claro que aquilo não foi feito para agradar ao público feminino.

Além do fato de seu figurino ter sido alterado completamente, ele é muitíssimo desfavorável para uma luta corporal, como é o caso de Harley Quinn com seu martelo gigante ou no filme usando um taco de basebol, onde inclusive demonstra a força necessária para tal ação, como revela Bruno

(2017) "o bastão exige que ela exerça força e se aproxime de quem pretende ferir, exibindo um lado sádico (...)" (BRUNO, 2017, p. 13).

Imagem 2: Soldados e vilões param suas atividades para observar Harley Quinn trocando de roupa

Fonte: Esquadrão Suicida (2016) - Take: 45m: 15s

A escolha feita pela direção cinematográfica reforçou ainda mais a visão das mulheres como objeto ao permitir a encenação desta e, fica ainda mais claro se levar em consideração as vestimentas dos outros membros do grupo apresentados nessa mesma sequência. Todos receberam um close para mostrar suas referências e, inclusive El Diablo, apareceu vestindo sua regata branca, mas seu close não foi tão detalhado ou longo como Harley Quinn (BRUNO, 2017).

Como ressalta Mariana Ribeiro (2019), a representação feminina em filmes de ação pode ser observada a partir de três formas, sendo elas: meros "babilaques de cena, alívio romântico ou sedutoras fatais". Seus trajes, na maioria das vezes muito apertados, na busca de ressaltar atributos corporais, não são ideias para lutas, fugas, entre outras utilidades, próprias de filmes de ação.

No caso de Harley, as cenas de luta comprovam suas habilidades e força para as lutas corporais, mas ainda, grande parte do filme foi direcionado mais para seu físico e não no detalhamento das lutas, o qual deveria ser o foco. O destaque dado a personagem, para além de seu corpo, foi de seu relacionamento com Coringa (Jared Letto).

Neste sentido, destacamos ainda que mais incômodo do que o tema principal desta pesquisa, ou seja, a sexualização do corpo da personagem, foi a romantização do relacionamento de Harley e Coringa, que a partir da HQs e desenhos animados é problemático e violento com agressões verbais, físicas e psicológicas.

São poucas ou quase inexistentes as cenas em Esquadrão Suicida que nos revelam o verdadeiro conteúdo da relação dos personagens como, por exemplo, quando estão sendo perseguidos por Batman e, assim, quando percebe para qual direção o carro andava (porto de Gotham City), Harley lembrou Coringa de que não sabia nadar, na sequência da cena, ignorando o pedido de sua companheira Coringa joga o carro ao mar. Enquanto o carro afunda no mar, o público percebe que o "companheiro" não se encontra mais no carro e Quinn acaba sendo salva do afogamento por Batman, com quem lutou ainda que brevemente dentro do mar (BRUNO, 2017). Ainda, no restante da obra as intenções de Coringa são as mais belas podendo ser capaz de enfrentar infinitas situações para ficar ao lado de Harley, como por exemplo invadir uma prisão de segurança máxima para salva-la.

Outro momento que merece destaque seria quando Magia tenta manipular os membros do esquadrão através de seus desejos mais profundos. Esta cena evidencia que o desejo de Harley, seria de ter uma vida tranquila com seu amado, a personagem fica comovida pela vida que imaginou ao lado de Coringa, sem crimes e violência, casada e dona de casa que se dedica na criação dos filhos enquanto o marido trabalha. O mesmo pensamento que o cinema tradicional tem repassado ao longo dos anos como sendo algo natural e ideal para a mulher.

Imagem 3: Harley imaginando seu desejo mais profundo: segurando seu filho e conversando com seu marido (Coringa)

Fonte: Esquadrão Suicida (2016) - Take: 1h: 34m: 22s

O casamento é proposto enquanto a realização do "sonho" da personagem. Os estudos de gênero, que destacam as representações construídas paras as mulheres (seja no cinema como na vida real), têm indicado que o casamento é compreendido como a "realização para a mulher", o "sonho de toda mulher", entre outros aspectos, a sua realização enquanto sujeito. Esta perspectiva, de compreender a realização (sonho) da vida de toda mulher só ocorre com o casamento acaba por reforçar uma estrutura tradicional que acaba por delimitando e excluindo outras possibilidades as mulheres (CANEZIM, 2004). Como podemos observar na cena, esta representação fica um tanto clara, Harley encontra-se cuidando da casa e do filho e cabe ao seu companheiro o papel de provedor. A ele a rua/trabalho/público e a ela a casa/filhos/particular (BASSANESI, 1197).

Contudo, cabe destacar que mesmo as representações acerca dos papéis da mulher e sua representação no cinema têm aos poucos ganhado outras formas e representações. Isto ocorre devido a dois movimentos que têm crescido consideravelmente e podem ser vistos enquanto complementares. O primeiro, como é destacado pelas pesquisadoras Costa (2004), Pinto (2010) e Ferreira (2011), corresponde ao crescimento de coletivos feministas em todo o globo, o desenvolvimento de novas teorias, práticas e lutas feministas, seja no campo intelectual como na sociedade civil de modo geral. O segundo, como evidencia Santos e Oliveira (2010) e Santos (2014), corresponde à ocupação de novos cargos no mercado de trabalho, funções que historicamente eram ocupadas por homens.

Sobre isto e sua relação com o cinema, destacamos que recentemente houve uma série de produções cinematográficas que colocaram como protagonistas mulheres, bem como, as mesmas produções tiveram como direção, figurino e outras funções, mulheres como ocupantes destas funções. Com relação a estas novas abordagens e a ocupação de funções por mulheres, as obras *Mulher Maravilha* (2017), *Capitã Marvel* (2019), *Aves de Rapina* (2020) entre outras. Este último, que possui como personagem central Harley Quinn, interpretada novamente por Margot Robbie, possui uma mudança gigantesca de Esquadrão Suicida, como por exemplo o abandono da sexualização do corpo da personagem, introdução de diálogos complexos e valorização das figuras femininas no filme.

Por fim, salientamos que a ocupação de novos espaços por mulheres proporciona, além da representatividade feminina, o levantamento de pautas que vão de encontro a quebra dos discursos e representações machistas sobre as mulheres, os corpos, os gostos e seus sonhos.

Considerações Finais

Ressaltamos que a capacidade do cinema em propagar ideologias e representações, e sabendo da influência que essa arte possui, reside nela a preocupação de quais mensagens serão repassadas e como os expectadores irão recebê-las. Por mais que seja uma arte vista pelo público como lazer, deve-se entender a profundidade e importância desse meio para a sociedade e, na visão de Cunha e Lucas (2015), estamos cercados de representações onde nós as assimilamos, reproduzimos e questionamos.

Nas produções cinematográficas, muitas vezes encontramos mensagens intrínsecas que remetem ao período em que a obra foi produzida ou mesmo temas à frente que sugerem problematizações e revisões de pensamentos, atitudes, leis, etc. Dessa forma, o gênero e, mais especificamente, a representação da mulher no cinema e mesmo a presença da mulher na indústria do cinema, é algo que vem sendo debatido por um longo tempo.

Como afirma Gubernikoff (2009, p. 68):

> O que a teoria feminista do cinema procura demonstrar é que esses estereótipos impostos à mulher, através da mídia, funcionam como uma forma de opressão, pois, ao mesmo tempo que a transformam em objeto (principalmente quando endereçadas às audiências masculinas), a anulam como sujeito e recalcam seu papel social.

Por mais que o filme analisado nos apresente outras mulheres fortes e inteligentes, nossa atenção decai no modo como a direção cinematográfica de Esquadrão Suicida optou por trazer Harley Quinn, modificando sua origem, seu uniforme e a sua relação com Coringa. Uma escolha particular da direção se levar em consideração os demais figurinos da obra como os homens, em geral, usando várias peças e apetrechos ou mesmo Amanda Waller e Katana com trajes tanto profissionais quanto adequados para combate.[4]

A personagem de Margot Robbie ficou, assim, sendo considerada mais uma vítima no universo dos quadrinhos e cinema causado pela visão patriarcal machista, não só pela sexualização de seu figurino e nos trejeitos da mesma durante o filme, mas pelo sentimento de posse que advém do Coringa através do romance abusivo e nas roupas que fazem referência ao mesmo (como a coleira/colar)

Na visão de Bruno (2017, p. 122).

> O apelo que ela possui é a loucura dela aliada à sua beleza se mostra uma personagem extremamente sexualizada e objetificada, pois o figurino reafirma várias vezes que ela é apenas uma propriedade do Coringa e além de não ser prático [...] é feito simplesmente para mostrar seus atributos físicos.

Parte daí o interesse de incentivar a produção feminina nos mais diversos setores dentro do cinema, a fim de modificar essa visão difundida e perpetuada das mulheres dependentes, românticas, donas de casa e ainda objeto de desejo. Pois, com as mulheres no meio cinematográfico aliadas às discussões sociais de coletivos feministas, novas possibilidades seriam criadas tanto para as mulheres quanto para os homens, na intenção de não se restringir a visão de uma sociedade tradicional, como acredita Kamita (2017).

Portanto, reforçamos que a representação das mulheres no cinema deve ser reformulada e a sua presença no meio de produção precisa ser incentivada para que novas possibilidades sejam criadas e a visão patriarcal eternizada seja revista, alterada e se possível substituída por outra que acredite no potencial da igualdade, do respeito e da empatia.

[4]O caso de Magia também reforça a ideia de sensualidade quando optaram por modificar seu figurino, mas o debate maior entorno da personagem envolve mais a forma de como sua história foi abordada.

Referências bibliográficas

BASSANESI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: Del Priori, M. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

BARROS, José d'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias, **Varia História**, v. 22, n. 36, 2006, p. 460-476. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012. Acessado em 03 de set./2020.

_____. Cinema e história: as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. **Ler História**, n. 52, | 2007, Disponível em: https://doi.org/10.4000/lerhistoria.254. Acessado em: 03 set./2020.

_____. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, 2012, p. 129-159. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332. Acessado em: 03 de set./2020.

BRUNO, Rafela Francisco. **Sexy, charmosa e fatal:** análise dos estereótipos femininos a partir do figurino das vilãs em Batman (1989 – 2016). TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Moda e Design), Florianópolis: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://riuni.unisul.br/handle/12345/4683. Acessado em 30 de ago./2020.

CANEZIN, Caludete Carvalho. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 04, n. 01, 2004, 113-156.

CUNHA, Gabriel Figueiredo de Oliveira Fontelene Sampaio; LUCAS, Ricardo Jorge de Lucena. A Representação Social e a Sexualização nos Quadrinhos. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. Manaus: **Anais do INTERCON NORTE**, 2015, p. 1-14. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/lista_area_IJ08.htm. Acessado em: 29 de ago./2020.

CASTRO, Mayariane. Ficha técnica – Esquadrão Suicida (2016). **Entreter-se**, 2019. Disponível em: https://entreterse.com.br/ficha-tecnica-esquadrao-suicida-2016-17676/. Acessado em: 02 de set./2020.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. esp., 2004, p. 23-36. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300003. Acessado em: 03 de out./2020.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia. **Mulheres e Movimentos**. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2005.

FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 202-203.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FRANCO, Gabriela. **Esquadrão Suicida: não é péssimo, mas não é bom**. Minas Nerds, 2016. Disponível em: http://minasnerds.com.br/2016/08/03/esquadrao-suicida-nao-e-pessimo-mas-nao-e-bom/. Acessado em: 02 de set./2020.

GUBERNIKOFF, Giselle. A imagem: representação da mulher no cinema. **Revista Conexão, Comunicação e Cultura (UCS)**, v.8, n.15, 2009, p. 65-77. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/113/104. Acessado em: 01 de set./2020.

KAMITA, Rosana Cássia. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 03, 2017, p. 1393-1404. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48996/35183. Acessado em: 30 de ago./2020.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema:um debate metodológico. **Estudos Históricos**, v. 05, n.10, p.237-250, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1940. Acessado em: 29 de ago./2020.

LOPES, Denise. A mulher no cinema segundo Ann Kaplan. **Contracampo,** n. 07, 2002, p. 209-217. Disponível em:https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17331/10969. Acessado em: 02 de out./2020.

LOURO, Guacira Lopes. Cinema e Sexualidade. **Educação e Realidade**, v. 33, n. 01, p.81-98, 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6688. Acessado em: 02 de set./2020.

MARTINS, Mirian Teresa de Sá Leitão; ALCANTARA, Karolyne Romero de. Mudanças da Condição Feminina na Atualidade: Revisitando a História do Feminismo. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 14, n. 1, 2012, p. 98-110. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/14293. Acessado em: 01 de set./2020.

MATOS, Julia Silveira. Tendências e debates: da Escola dos Annales à história nova. **Historiae**, v. 01, n. 01, 2010, p. 112-130, Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/1762. Acessado em: 03 de set./2020.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e Cinema Narrativo. In: XAVIER, Ismail. (Org.) **A Experiência do Cinema -** Coleção Arte e Cultura, n. 05, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**, v. 04, n. 02, 2002, p. 461-480. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2638. Acessado em: 02 de out./2020.

NETO, Nikolly dos Santos. Relações abusivas no cinema: uma breve análise da personagem Harley Quinn. **Anais do SEJA – Gênero e sexualidade no audiovisual**, v. 02, 2017, p. 164-180. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/seja/article/view/10713. Acessado em: 01 de set./2020.

PEREIRA, Bruno César; GILLIES, Ana Maria Rufino de. Romances Urbanos: A representação da mulher na literatura brasileira do século XIX a partir de uma análise das obras Memórias de Um Sargento de Milícias (1854) e Senhora (1875). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 12, n. 23, 2018, p. 187-209. Disponível em: https://doi.org/10.30612/rehr.v12i23.7970. Acessado em: 01 de set./2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010, p. 15-23. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003. Acessado em: 03 de out./2020.

REIS, Thais Brotel. **A Mulher no Cinema:** representação feminina no mercado cinematográfico brasileiro. Dissertação (Mestrado em Artes), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-APEMR6/1/thais_botrel__disserta_o_vers_o_final_.pdf. Acessado em: 01 de set./2020.

RIBEIRO, Mariana. A Hipersexualização das personagens femininas nos filmes de ação. **Cinecom - UFV**, 2019. Disponível em: https://www.jornalismo.ufv.br/cinecom/a-hipersexualizacao-das-personagens-femininas-nos-filmes-de-acao/. Acessado em: 03 de out./2020.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 01, 2010, p 11-19. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002. Acessado em: 03 de out./2020.

SANTOS, Vanda Martins dos. **Autoconceito, gênero e trabalho:** mulheres em profissões masculinas. Tese (Doutorado em Psicologia), Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2014. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/vanda_martins_tese.pdf. Acessado em: 03 de out./2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 2020, n. 02, 1995, p. 71-99. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667. Acessado em: 02 de out./2020.

Temporalidades

Visita ao Mato Sampaio: imprensa, "malocas" e representações (Porto Alegre – década de 1950)[1]

Visita al Mato Sampaio: prensa, "malocas" e representaciones (Porto Alegre – década de 1950)

Vinicius Reis Furini
Mestrando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
vfurini_@hotmail.com

Recebido em: 22/11/20

Aprovado em: 03/01/21

Resumo: O presente trabalho pretende investigar a participação do jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre, na construção de um discurso social sobre as "vilas de malocas" e seus moradores, sobretudo, em relação ao Mato Sampaio. As representações empreendidas pela imprensa porto-alegrense carregavam uma série de estigmas sociais, reforçando uma imagem pejorativa sobre as "vilas de malocas". O Mato Sampaio, por sua vez, era representado ora como "vila do crime", um "verdadeiro paraíso de malandros", associando-o a criminalidade e violência, ora como um local singular, "pitoresco", proporcionado pela desigualdade social da metrópole, ao passo que seus moradores, representados sob o estigma de "maloqueiros" despossuídos de passados, nomes e moradias, estariam unidos apenas pela "miséria comum".

Palavras-chave: Imprensa; Vilas de malocas; Representação.

Resumen: El presente trabajo pretende investigar la participación del periódico Diário de Notícias de Porto Alegre, en la construcción de un discurso social sobre las "villas de malocas" y sus habitantes, sobre todo, en relación al Mato Sampaio . Las representaciones emprendidas por la prensa porto-alegrense cargaban una serie de estigmas sociales, reforzando una imagen peyorativa sobre las "villas de malocas". El Mato Sampaio, por su parte, era representado como "pueblo del crimen", un "verdadero paraíso de malandros", asociando la criminalidad y la violencia, ora como un lugar singular, "pintoresco", proporcionado por la desigualdad social de la metrópoli, mientras que sus habitantes, representados bajo el estigma de "maloqueiros" desposeídos de pasados, nombres y viviendas, estarían unidos sólo por la "miseria colectiva".

[1] O artigo é resultado das reflexões desenvolvidas no Trabalho de Conclusão de Curso em História, intitulado "Visita pitoresca ao Mato Sampaio": estigmas e representações sobre os "maloqueiros" do Mato Sampaio através da narrativa jornalística porto-alegrense (Década de 1950), defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2018.

Palabras clave: Prensa; Villas de malocas; Representación.

Introdução

Na sexta-feira, dia 20 de junho de 1958, era publicada no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, a reportagem assinada pelo jornalista Ruy Pratini, ao qual eram contadas as histórias de vida de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, "gente humilde e vencida" que, ao lado de milhares de outros porto-alegrenses da época, compunham o "drama de nossas populações marginais", noticiado pelo referido jornal (PRATINI, 1958b). Narradas pelos moradores à equipe de reportagem, durante visita a vila Mato Sampaio, local adjetivado como "reduto fabuloso de malocas" e "verdadeiro paraíso para malandros" – localizado próximo ao bairro Petrópolis, um dos mais elegantes da capital do Rio Grande do Sul –, suas histórias são utilizadas pelos repórteres para legitimar uma percepção preconceituosa e fatalista sobre as "vilas de malocas" e seus moradores (FURINI, 2018). A narrativa construída pela reportagem sobre o espaço, as práticas de sociabilidades e o cotidiano de seus moradores procura transportar seus leitores a um local excepcional, fantástico ou, conforme a reportagem, "pitoresco" (PRATINI, 1958b).

O presente artigo pretende investigar as representações sobre as "vilas de malocas"[2] e os seus moradores, tidos como "maloqueiros", e, em especial, à Mato Sampaio, pelo jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. Longe de neutras, essas representações eram permeadas por estigmas e estereótipos sobre esses espaços populares de moradia que iam ao encontro das percepções do poder público municipal, da elite local e setores médios urbanos que para verem-se livres do "problema das malocas", ressignificaram o discurso modernizador e higienista do começo do século XX, para justificar as medidas de controle e política de remoções das "malocas" para regiões mais afastadas de Porto Alegre (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; FURINI, 2018). A imprensa, exemplificada pelo *Diário de Notícias*, também foi importante ator político no processo de estigmatização e expulsão das "vilas de malocas" da região central da cidade, para as áreas periféricas, na medida em que reforçava e legitimava o discurso público construído sobre as "malocas" e, em muitos casos, as ações cometidas pelo Estado contra estas. O *Diário de Notícias* de Porto Alegre, por sua vez, foi escolhido por ser um dos maiores veículos de notícias da capital gaúcha e ter ampla repercussão. Apesar da

[2] Por conta do caráter depreciativo e o sem-número de estigmas impostos, as "malocas" e os seus termos correlatos, como "vila de malocas" e "maloqueiros" serão utilizados, sempre, entre aspas.

escolha pelo referido jornal, sua abordagem não difere substancialmente de outros veículos de comunicação impressa da cidade, como o *Correio do Povo*, que possuía um perfil mais conservador e associado as elites e era o principal periódico da cidade (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

A vila Mato Sampaio foi escolhida por sua importância para o cenário urbano de Porto Alegre, em meados do século XX, na medida em que ela recebeu cerca de centenas de "malocas" removidas da região central e tão logo já se alertava para as suas grandes proporções, chegando a concentrar, no começo da década de 1970, ocasião que já era conhecida pelo nome de Nossa Senhora de Fátima, aproximadamente 721 casas, configurando-se como o sexto maior núcleo de "malocas" da cidade (JORGE, 1973, p. 49). O recorte temporal adotado está relacionado com a própria formação da Mato Sampaio e o período em que se começa a intensificar os despejos das "vilas de malocas" situadas no centro para as regiões norte, leste e sul de Porto Alegre.

O artigo está dividido em duas partes, sendo a primeira destinada a investigar o processo de formação das "vilas de malocas", em Porto Alegre, e, sobretudo, o aparecimento da Mato Sampaio. Também será observado o discurso e medidas tomadas pela Prefeitura em relação ao "problema das malocas". A segunda parte, por sua vez, se concentrará em analisar as relações da imprensa, em nosso caso o *Diário de Notícias*, sobre as "vilas de malocas" e, em especial, à Mato Sampaio, a fim de observar as suas percepções sobre esses espaços populares e como os estigmas eram operacionalizados através das representações do periódico.

Porto Alegre, as "malocas" e a Mato Sampaio: a metrópole moderna e excludente

Na década de 1940 começa a aparecer em Porto Alegre aglomerados de casas construídas de forma precária, sem infraestrutura básica para moradia e erguida, muitas vezes, em áreas irregulares nos arredores da região central da cidade. O acentuado crescimento urbano e demográfico das principais metrópoles nacionais, de meados do século XX, teve contornos específicos em Porto Alegre: a migração rural-urbana, o problema da moradia na cidade e o seu processo endógeno de produção de pobreza corroboraram para o aparecimento das denominadas "vilas de malocas", em Porto Alegre (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Em estudo pioneiro sobre as "vilas de malocas", em Porto Alegre, Laudelino de Medeiros (1951, p. 77) pretendeu realizar uma distinção conceitual daquele tipo de habitação, alegando que as "malocas" não seriam "nem cortiço, nem espelunca, nem choupana, nem casebre, nem cubículo",

entretanto, reconhece nelas, familiaridades com tugúrio, choça e palhoça, concluindo sua argumentação afirmando que as "vilas de malocas" também podem ser popularmente conhecidas como sinônimo de "mocambo e "favela" (MEDEIROS, 1951, p. 77). Segundo Medeiros, embora sempre houvessem "casebres" localizados em determinados locais da cidade, é na década de 1940 que "as vilas de malocas" rapidamente apareceriam em Porto Alegre. "A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de "vilas de malocas" (MEDEIROS, 1951, p. 15).

Essa definição proposta por Medeiros tem efeitos no entendimento do poder público municipal sobre as "malocas", na década de 1960. Nesse sentido, Naida d' Ávila (2000) nos sugere que a municipalidade, naquela década, considerava como "maloca",

> todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene [...] sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados (D'ÁVILA, 2000, p. 15).

O aparecimento das "vilas de malocas" em Porto Alegre foi frequentemente relacionado com as migrações rural-urbanas, isto é, o "êxodo rural", ocorrido em meados do século XX, ao qual a cidade recebia migrantes do campo e produzia, assim, um drástico aumento populacional, cujos reflexos evidenciavam o problema da falta de moradias na cidade (FURINI, 2018, p. 24). Os historiadores Álvaro Klafke e Rodrigo Weimer (2016, p. 329) criticam a utilização da expressão "êxodo rural" que, segundo os autores, é "carregada de uma carga semântica de fenômeno massivo, opressivo e irresistível" (KLAFKE; WEIMER; 2016, p. 329). Em seu lugar, os autores preferem a expressão "migrações internas" que possibilita maior proximidade com os olhares, percepções e causas que levaram diferentes sujeitos sociais a migrarem do interior para a metrópole, em meados do século XX (KLAFKE; WEIMER; 2016, p. 329).

Conforme exposto em Furini (2018, p. 24), essa perspectiva que relaciona a "fuga do campo" com o aparecimento das "vilas de malocas" possui fundamento e foi investigada por diferentes perspectivas e autores (MEDEIROS, 1951; MENEGHETTI, 1952; NEVES, 1962; JORGE, 1973; D'ÁVILA, 2000; ZAMBONI, 2009; FIGUEIREDO, 2014). Embora não esteja equivocada, tendo, evidentemente, as migrações importante papel na formação das "malocas", entretanto, ela produz

uma narrativa unilateral e teleológica sobre o fenômeno, não observando outros aspectos importantes, como a dimensão endógena da pobreza urbana (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Outra interpretação frequente relaciona a formação das primeiras "vilas de malocas" com os ex-escravizados e seus descendentes (FURINI, 2018, p. 25-26). Pablo Figueiredo (2014) afirma que as maiores "vilas de malocas" eram formadas por "descendentes de escravos" e configuravam-se como "lugares de resistência cultural negra e popular" (FIGUEIREDO, 2014, s.p.). Essa interpretação vai ao encontro das proposições de Vanessa Zamboni (2009) que entende as "malocas" como "territórios negros" de Porto Alegre, como é o caso da Ilhota e da Santa Luzia, citadas pela autora (ZAMBONI, 2009, p. 56). Essa interpretação que relaciona a formação das primeiras "vilas de malocas" em Porto Alegre com o problema de habitação no pós-abolição não pode ser ignorada, porém, precisa ser mais explorada pela historiografia que não observa a produção endógena da pobreza urbana (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo) que, em fins do século XIX, como salienta Rodrigo Weimer (2018) era "constituída por negros livres, forros, escravos de ganho e também população branca pauperizada" (WEIMER, 2018, p. 505).[3]

A periferia, como advertem Álvaro Klafke, Rodrigo Weimer e Vinícius Furini (no prelo), tem cor, mas ao invés de tomá-la como dada, deve-se problematizar como se deu sua construção. Nesse sentido, é necessário observar os dados estatísticos sobre a composição racial nas "vilas de malocas", em Porto Alegre. Os registros estatísticos que observaram a cor e a raça, nesses espaços populares, são escassos e foram feitos de forma bastante precária. Laudelino de Medeiros (1951, p. 24) realiza o levantamento estatístico sobre a vila "Forno do Lixo" e indica a presença significativa de moradores brancos, representados por 55%, ao passo que os moradores negros representavam 44% do total.[4] É possível que, por conta da classificação tenha sido feita a partir da percepção do pesquisador e não pela autopercepção dos próprios sujeitos, o número de moradores brancos tenha sido subestimado

[3] Não se pretende deslegitimar a importância histórica, política e social dos territórios negros urbanos, em Porto Alegre, para o movimento social negro. Pretende-se, contudo, observar a formação de outras localidades que foram aparecendo e se desenvolvendo pela cidade, em meados do século XX, como é o caso das "vilas de malocas" (FURINI, 2018, p. 27).

[4] O levantamento feito por Laudelino de Medeiros utiliza categorias cientificistas, amparadas por uma percepção fenotípica do próprio sociólogo, que não reproduzo aqui. Em seu lugar, adotei a definição feita pelo movimento social negro, que define como "negro" a soma das categorias "pretos" e "pardos", presentes nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

por Medeiros, na medida em que suas percepções raciais teriam deixado de incluir diversos moradores nessa categoria.

Assim, embora o aparecimento das "vilas de malocas" não esteja diretamente relacionado com o fim da escravidão e a busca por moradia de ex-escravizados e seus descendentes, como sugerem Zamboni (2009) e Figueiredo (2014), e possuírem significativa presença de moradores brancos (MEDEIROS, 1951), elas podem e devem ser interpretadas a partir das problemáticas propostas pelos "estudos do Pós-Abolição", como vem sendo trabalhadas em investigações recentes (ARAÚJO, 2019; FURINI, 2018; WEIMER, 2018; 2019; KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo), posto que não apenas a moradia popular pode ser entendida como um problema do pós-abolição, como também as próprias relações raciais envolvendo moradores brancos e negros nas "malocas". Evidentemente, elas foram palcos de solidariedades e conflitos envolvendo esses moradores, sendo, assim, um espaço privilegiado de análise sobre as relações raciais dentro da classe trabalhadora (FURINI, 2018, p. 28).

Além disso, é à luz dos "estudos do Pós-Abolição" que investigamos as transformações ocorridas nas "vilas de malocas" nas décadas seguintes, onde se observa a mudança na proporção de moradores brancos e negros nas "vilas de malocas", ao passo que a vila Maria da Conceição, que recebera os moradores despejados da "Forno do Lixo", investigadas por Medeiros (1951), possuiria, na década de 1970, maior porcentagem de moradores negros do que brancos. O manuscrito de Cyro Martini (1973) sobre o local indica que 61% dos moradores da Maria da Conceição eram negros, ao passo que o número de brancos seria de 38%. Essa inversão ocorre num momento de intensificação dos despejos das "vilas de malocas" para as regiões periféricas de Porto Alegre que, paradoxalmente, acompanhou um aumento drástico no número de "malocas" na cidade.[5] O crescimento da presença negra nas "vilas de malocas" pode ser resultado de oportunidades desiguais de ascensão social, entre moradores brancos e negros, durante a ditadura civil-militar (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018).

[5] O relatório administrativo apresentado de Ildo Meneghetti de 1952, indicava que a cidade de Porto Alegre possuía, em 1951, 4.173 "malocas". O estudo técnico de Nelson Jorge (1973), afirma que no ano anterior, a cidade já contava com 20.161 "malocas". Esse número demonstra que a política de despejos realizada pela Prefeitura não tinha o objetivo de resolver o problema habitacional, investindo em infraestrutura e sim expulsá-las para regiões mais afastadas da cidade (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Desde o seu aparecimento na década de 1940, as "vilas de malocas" despertaram a atenção da imprensa e do poder público municipal que viam alarmados o rápido desenvolvimento desses espaços na cidade. O relatório administrativo apresentado à Câmara de Vereadores, em 1952, pelo então prefeito Ildo Meneghetti demonstra a preocupação da Municipalidade com o rápido crescimento das "malocas" e a necessidade de sua imediata resolução. Sobre a formação das "malocas" na cidade, o relatório afirma:

> Porto Alegre é uma cidade que cresceu pelos vales. Ela é como que uma grande mão, com o punho apoiado numa curva do Guaíba e os dedos a repousarem por entre os morros, acompanhando o casario, o curso dos riachos e se espairando à sombra das colinas e morros que margeiam a cidade. Sobraram, por isso, pela grande extensão da capital, muitos terrenos baldios, muitas vezes próximos às linhas de bondes, que se desdobram, para poder alcançar as casas dos bairros distantes. Começaram a aparecer nestes terrenos, uns, pertencentes a particulares, outros, à Municipalidade, pequenos casebres, construídos do dia para a noite, sem licença de qualquer espécie, sem forma e arruamento. De início não havia problemas. Desde o momento, entretanto, em que o povo notou as vantagens da vida nestes casebres, vida sem preocupações e sem impostos e reparou que os construtores e moradores não foram dali desalojados, houve um surto repentino destas construções e surgiram, de repente, as chamadas vilas de "malocas". (A maloca, para o porto-alegrense, é o pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas, equivalente à favela carioca e ao mocambo pernambucano). Tão rápido foi o desenvolvimento de algumas destas vilas, que uma delas tomou a denominação popular de "vila Caída do Céu" (MENEGHETTI, 1952, p. 851).

O documento descreve a formação das "vilas de malocas" no território urbano através de juízos morais, entendendo que elas eram uma forma de "obter vantagem" sobre os demais moradores da urbe, levando uma "vida sem preocupações e sem impostos", aproveitando-se da incapacidade das autoridades municipais em remover essas habitações que estavam fora da norma estabelecida pelo município (FURINI, 2018, p. 31). O relatório ainda aponta uma *mea culpa* da Prefeitura que teria flexibilizado a vigilância dessas construções, resultando em seu acelerado crescimento na cidade. Por fim, ainda descreve, brevemente, a "maloca" porto-alegrense, que seria constituída de um "pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas, equivalente à favela carioca e o mocambo pernambucano", analogia possivelmente extraída de Medeiros (1951).

As soluções, contudo, encontradas pelo relatório administrativo para o "problema das malocas" indica que por "serem as malocas um quisto social, uma situação anômala, uma vida marginal ao ambiente social de Porto Alegre, é urgente que os poderes públicos tomem medidas concretas para o extermínio das mesmas" (MENEGHETTI, 1952, p. 863). Conclui-se que as

"malocas" não fazem parte do ambiente urbano desejado pela metrópole que se pretendia bela, asséptica e moderna, sendo elas um "quisto social", uma "situação anômala" devendo ser, portanto, exterminadas. A retórica adotada pela Prefeitura não é neutra, os seus interesses estão explicitados na vontade de extinguir essa "vida marginal" que contamina o "ambiente social" de Porto Alegre. A incorporação da noção de contaminação no imaginário social sobre as "malocas" foi discutida por Nola Gamalho (2009, p. 39), que chama a atenção para a vinculação entre "malocas" e questão patológica.

É nesse contexto de expansão do número de "malocas" em Porto Alegre e suas remoções para regiões periféricas da cidade que irá aparecer, em 1953, a vila Mato Sampaio que recebia "malocas" despejadas da Doca das Frutas, Vila Seca, Campo de Polo e Novo Cais, na região central (MORAIS, 2011, v. 1, p. 590), e, desde o seu começo, recebia a atenção da imprensa e do poder público. Localizada na zona leste de Porto Alegre, na região do atual bairro Bom Jesus, a Mato Sampaio pode ser considerada local de recepção de "malocas" removidas da região central. "O Mato Sampaio serviu historicamente como um local intermediário entre as 'vilas' de regiões centrais e as periferias ainda mais afastadas" (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). O seu nome, por sua vez, como sugerem Sanhudo (1975, p. 151-152) e Nunes (1998, p. 56) se deve ao antigo proprietário, Luiz Sampaio Filho, prestigiado médico e suposto dono daquelas terras (FURINI, 2018, p. 36).

A vila Mato Sampaio tão logo surgira e já fora considerada uma das maiores "vilas de malocas" de Porto Alegre sendo, inclusive, sua grandeza profetizada por Ary Veiga Sanhudo, então vereador da cidade, em 1953, afirmando que ela viria a ser uma "vila de incalculáveis proporções" (apud MORAIS, 2011, v. 1, p. 590). Em 1972, o estudo técnico realizado por Nelson Jorge (1973) indica que a Mato Sampaio, na ocasião já conhecida também como vila Nossa Senhora de Fátima, possuía aproximadamente 721 casas e se configurava como o sexto maior núcleo de malocas na cidade (JORGE, 1973, p. 49). A escolha do nome de "Nossa Senhora de Fátima", em substituição do mal-afamado Mato Sampaio, na década de 1960, ocorreu em conjunto com melhorias infraestruturais, como luz e policiamento (MORAES, 2011, v. 1, p. 602-603). Essa mudança, conforme Klafke, Weimer e Furini (no prelo), "foi resultado de uma adequação simbólica e buscava positivar a imagem sobre a região e seus moradores, distanciando-se do estigmatizado Mato Sampaio" (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Deste modo, as disputas em torno da denominação oficial da região obedeciam aos interesses de diferentes sujeitos e grupos sociais, como

parte dos moradores que procuravam verem-se desassociados aos estigmas que permeavam as representações sobre a Mato Sampaio.

O *Diário de Notícias* visita a Mato Sampaio: imprensa e representações sobre as "vilas de malocas" porto-alegrenses

A reportagem do *Diário de Notícias* assinada por Ruy Pratini, em 20 de junho de 1958, que visitava a vila Mato Sampaio, local adjetivado como "pitoresco" pela equipe de reportagem e trazia as histórias de Polaco, Dona Ofrosina e Seu Cantídio (PRATINI, 1958), brevemente apresentada no começo do artigo foi uma das inúmeras notícias, matérias e editoriais que apresentavam e discutiam sobre as "vilas de malocas", em Porto Alegre. Assim como ela, diversas outras foram realizadas pelo *Diário de Notícias* e outros jornais locais. A escolha por esse veículo de comunicação impresso, em particular, se deve tanto a sua ampla difusão, sendo parte do *Diários Associados*, grupo de comunicação de Assis Chateaubriand que possuía dimensão nacional, quanto a sua linha editorial, cujo caráter mais popular e sensacionalista do que o *Correio do Povo*, jornal mais tradicional da cidade e um dos principais correntes do *Diário de Notícias*, em Porto Alegre.

As matérias jornalísticas, notícias, reportagens policiais, etc. analisados no artigo procuram demonstrar como o *Diário de Notícias* não se preocupava apenas em informar sobre o tema das "malocas" na cidade, mas também era um dos agentes produtores de um discurso público sobre esses espaços populares. As referências ao Mato Sampaio se concentravam, em suma, em páginas destinadas a discussão sobre assuntos relativos à cidade, no noticiário policial ou na coluna "A Cidade", assinado por V. A. P.. Não se trata apenas advertir de que a imprensa possui "opinião", mas em observar, conforme salientam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), como sua atuação delimita espaços, temas, mobiliza opiniões e constitui adesões e consensos, assim, ela "não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259). As considerações feitas pelas autoras vão ao encontro das advertências de Robert Darnton (1996, p. 15) que identifica a imprensa como uma força ativa na própria história, devendo observar que ela está inserida em um "campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

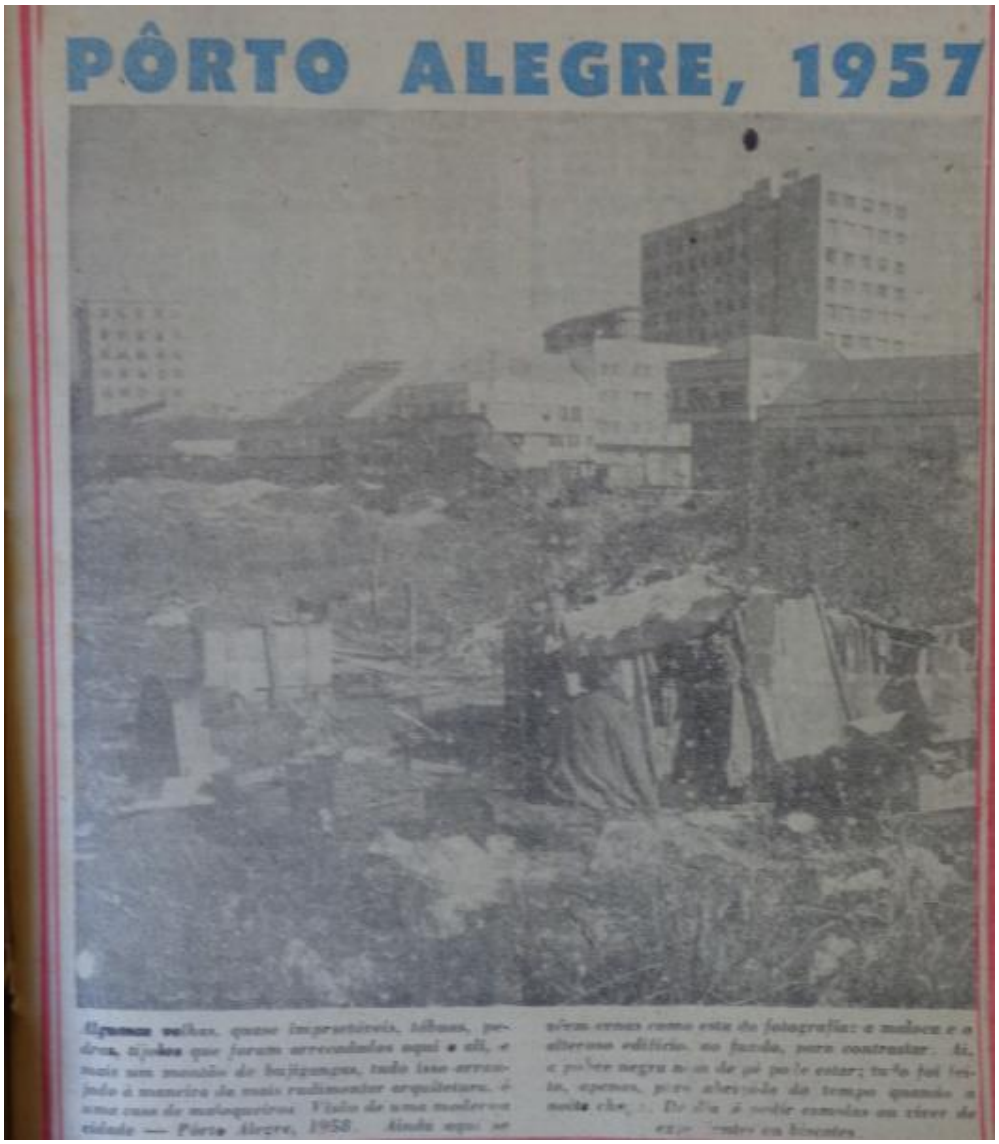
Era estampada na parte inferior da primeira página do segundo caderno do *Diário de Notícias*, no dia 20 de abril de 1958, uma fotografia colorida que ocupava grande espaço, acompanhada do seguinte letreiro impresso em fonte alta: "Pôrto Alegre, 1957". A fotografia, bastante emblemática, exibia o contraste entre a pequena "maloca", situada num terreno baldio e possivelmente irregular, construída de forma precária com materiais improvisados e o "alteroso" edifício, apontando que Porto Alegre constituía-se uma metrópole que já havia se modernizado. Em frente à "maloca" está sua possível moradora, uma "pobre negra" cujos problemas sociais se materializavam, na reportagem, por meio da imagem de sua precária moradia (PÔRTO ALEGRE..., 1958, p. 1). A fotografia era reforçada textualmente por uma breve descrição:

> Algumas velhas, quase imprestáveis, tábuas, pedras, tijolos que foram arrecadados aqui e ali, e mais um montão de bugigangas, tudo isso arranjado à maneira da mais rudimentar arquitetura, é uma casa de maloqueiros. Visão de uma moderna cidade – Pôrto Alegre, 1958. Ainda aqui se veem cenas como esta da fotografia: a maloca e o alteroso edifício ao fundo, para contrastar. Aí, a pobre negra nem de pé pode estar; tudo foi feito, apenas, para abrigá-la do tempo quando a noite chega. De dia, é pedir esmolas ou viver de expediente em biscates (PÔRTO ALEGRE..., 1958, p. 1).

A reportagem composta pela fotografia seguida de breve texto possuía, evidentemente, a intenção de denunciar a desigualdade social existente na metrópole, na medida em que é possível identificar, sem muito esforço, o abismo social que separam a "maloca" do "alteroso" edifício. Esse contraste faz parte, contudo, da visão de uma moderna cidade, cuja produção da extrema pobreza está, em certa medida, associada ao seu processo de modernização. A crítica social presente imagética e textualmente permite que seja realizada uma análise qualitativa do material, que observa a adjetivação e os termos utilizados para a descrição da "maloca".

O breve excerto define que aquela moradia era construída a partir de materiais "arrancados aqui e ali" que junto com "um montão de bugigangas" formava uma "casa de maloqueiros" que fora "arranjada à maneira da mais rudimentar arquitetura". Apesar da denúncia feita pela reportagem, o seu conteúdo foi carregado valorações negativas sobre aquele tipo de habitação, posto que a descrição dos materiais que constituem aquela "maloca", assim como o termo "maloqueiro", utilizada pela reportagem, carrega significados semânticos e estéticos depreciativos.

Figura 1 – Pôrto Alegre, 1957



Fonte: *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1958. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa

A presença da "pobre negra", moradora daquela "maloca", dava contornos mais dramáticos à história, na medida em que, segundo a reportagem, sua moradia não possuiria outra finalidade senão "abrigá-la do tempo quando a noite chega". A reportagem se encerra, paradoxalmente, com uma visão fatalista sobre o assunto, apontando que essa seria, contudo, uma condição irreversível, uma vez que só restaria àquela "pobre negra", "pedir esmolas" ou "viver de expedientes em biscates".

A escolha da fotografia com uma mulher negra naquela situação e em frente à referida "maloca" não é gratuita. Ela vai ao encontro do discurso e imagética social construído sobre as "vilas de malocas", em Porto Alegre, uma vez que a pobreza urbana era racializada. Embora as "vilas de malocas" tenham se configurado, pelo menos num primeiro momento, como espaço diversificado racialmente, com significativa presença de moradores brancos, a menção à "pobre negra" e sua associação àquela "maloca" correspondia ao discurso social presente na imprensa, poder público e parte da sociedade que relacionava as "malocas" apenas à população negra porto-alegrense. Essa racialização, contudo, só era realizada quando se tratava de pessoas negras. Será que se a mulher, fotografada pela reportagem, fosse branca seria adjetivada pela reportagem como "pobre branca" ou apareceria apenas como "pobre mulher" (FURINI, 2018, p. 42)?

Entretanto, reportagens como a analisada acima não eram incomuns. As "vilas de malocas" eram palcos de disputas simbólicas e materiais que envolviam a sua própria existência, sendo assim espaços repercutidos de diferentes maneiras pela imprensa local (FURINI, 2018, p. 43). Embora grande parte das reportagens tivesse o objetivo comum de denunciar a desigualdade social presente na urbe, elas acabaçam reproduzindo e, em diversos casos, criando um sem-número de estigmas e estereótipos presentes em suas representações sobre as "malocas" e seus moradores. Outras reportagens, contudo, tinham o objetivo oposto, atacar as "vilas de malocas" associando-as a criminalidade, promiscuidade e desordem. Tanto as abordagens que atacavam, quanto as que defendiam as "malocas" acabaram produzindo e reproduzindo representações sociais sobre esses espaços de moradia popular e seus moradores, marcados socialmente como "maloqueiros".

O conceito de representação é entendido como uma prática que utiliza objetos simbólicos ou materiais, cujo sentido depende de sua "função simbólica" (HALL, 2016, p. 49). Roger Chartier (2002, p. 73) defende que o conceito de representação é mais significativo que "mentalidade" em, pelo menos três modalidades em relação ao mundo social:

> primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais 'representantes' (instancias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

As representações não são neutras, argumenta Chartier (1988, p. 17), se tratam de elaborações que, embora pretendam aspirar à universalidade, foram construídas atendendo aos interesses específicos e, por isto, estão inseridas num campo de disputa, em torno das questões de poder e dominação. Essas classificações imersas em disputas de significados não são unidirecionais, mas matizadas, questionadas e ressignificadas, por meio de "lutas de representações", por diferentes atores sociais.

> As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1988, p. 17).

O conceito de estigma, por sua vez, é entendido conforme as proposições de Erving Goffman (1988), compreendendo-o como uma complexa relação entre atributo e estereótipo, sendo operado através de duas condições: a dos sujeitos "desacreditados" e os "desacreditáveis".

> O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável* (GOFFMAN, 1988, p. 14) [Ênfases do original].

A condição social dos moradores das "vilas de malocas", que recebem o marcador social de "maloqueiros", parece se enquadrar no segundo caso, na medida em que o seu estigma não é perceptível de imediato, mas condicionado a outros fatores como seu local de moradia, ao qual poderia ser manipulado pelos sujeitos sociais (GOFFMAN, 1988, p. 51). Essa manipulação de informações constitui-se, em certa medida, como a "arma do fraco" (CERTEAU, 2012), sendo utilizada para não receber um tratamento discriminatório por sua origem.

As páginas do noticiário policial estavam repletas de referências às "vilas de malocas" e os mais diferentes crimes e conflitos ocorridos naqueles espaços (O INDÍGENA..., 1953; A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955; CONTINUA A BUSCA..., 1955; SANEAMENTO DO FAMIGERADO, 1957; GRAVE CONFLITO..., 1957; O MALOQUEIRO..., 1958), sendo comum encontrar a

repetição de adjetivos depreciativos como alcoolismo, criminalidade e promiscuidade e os termos "marginal" e "maloqueiro" para designar os seus executores.

O *Diário de Notícias* de 21 de agosto de 1958 informava aos seus leitores, em reportagem que ocupava quase meia página, sobre o "ataque frontal as malocas da Doca das Frutas e do Porto", onde, segundo a reportagem, a existência de atividades de comércio irregulares – incluindo até, para espanto dos jornalistas, uma churrascaria [*sic*] – que dariam origem a "episódios sangrentos", devendo ser fechados pelos órgãos competentes (ATAQUE FRONTAL, 1958, p. 12). O engenheiro Raul de Lima Santos relata ao jornal que,

> [...] Há inúmeras tendas que se vão instalando dentro da faixa portuária e ali se vende tudo, desde alimentos, geralmente manipulados com a maior falta de higiene, até bebidas, entre as quais sobressai a cachaça. Quando o pessoal de serviço, aglomera-se junto a estas tendas e as bebidas correm livremente. Há aglomeração de homens e mulheres e logo surgem as rixas e desavenças que, não raro, terminam em episódios sangrentos. Estas malocas constituem um problema que deve interessar, igualmente a polícia, a higiene e o proprietário ou usurário da terra que é o Departamento Estadual de Postos, Rios e Canais. (ATAQUE FRONTAL, 1958, p. 12).

A existência de atividades econômicas autônomas naquele espaço, materializadas pelo comércio local gera espanto e descrédito, ao passo que são consideradas locais anti-higiênicos, marcados pelo consumo de álcool, simbolizado pela cachaça – bebida popular socialmente estigmatizada –, e pela desordem. Esses locais seriam responsáveis por "episódios sangrentos" resultados das brigas constantes, sendo necessária a ação conjunta da polícia, órgãos sanitários e o Departamento Estadual de Postos, Rios e Canais para resolver o "problema" destas "malocas".

A coluna diária intitulada "A Cidade", escrita pelo colunista Victorino Andrade Pinto que assinava com a sigla V. A. P. foi um importante espaço de discussão sobre a presença das "vilas de malocas" em Porto Alegre (FURINI, 2018, p. 50). Em 23 de maio de 1948, na ocasião da remoção de "nada menos do que oitocentas e sessenta e sete malocas" situadas em "vila maloqueira" na avenida João Pessoa, o colunista criticava a "demagogia" da Prefeitura que deixara o acentuado crescimento de "malocas" na cidade. "Importa isto em dizer que, por não ter diligenciado para evitar o problema, agora a Municipalidade, para solucioná-lo pelo menos em parte, teve que desprender somas que poderiam ter uma melhor, mais justa e mais reprodutiva aplicação" (V. A. P., 1948a, p. 4).

Em outra ocasião a coluna direcionava seu conservadorismo à vila Caiu do Céu, ironicamente denominada pelo colunista como "verdadeiro pátio de milagres", considerada, talvez, "o maior núcleo maloqueiro de todo o Brasil" (V. A. P., 1948a, p. 4). Mais adiante a coluna conclui:

> Permanecerão, entretanto, dentro da área urbana ainda outras vilas maloqueiras. Não é possível extingui-las, desde logo. A esta conclusão já se chegou e para este mal parece mesmo que, pelo menos por enquanto, não há remédio. Impõe-se, porém, como uma necessidade, constante vigilância em torno das que subsistem. Essa vigilância deve ter como um de seus objetivos impedir que novas malocas apareçam. E, com esta previdência, urge tomar uma outra. Consistiria esta em não permitir que, em meio das malocas sobreviventes, possam permanecer as que, ao invés de funcionar como habitação propriamente dita, constituem postos de venda de todos estes líquidos que, a dar crédito, a observação popular, 'os passarinhos não bebem'. É necessário acabar de uma vez por todas com esses 'postos de venda' que têm uma maléfica influencia no meio em que funcionam. E tratemos de extingui-los, não amanhã, mas ainda hoje. (V. A. P., 1948a, p. 4)

A vigilância constante sobre as "malocas" é uma das medidas indicadas pela coluna para evitar o surgimento de novas "malocas", ao passo que não seria mais possível "extingui-las" do cenário urbano por conta de sua dimensão. Somado a isso, deveria coibir a venda de líquidos que, conforme a coluna, "os passarinhos não bebem", alusão à cachaça que era estigmatizada, sendo considerada "maléfica influência no meio em que funcionam".

As colunas diárias "A Cidade", assinadas por V. A. P., eram espaços que o articulista comentava suas percepções sobre os assuntos referentes à cidade. Além disso, o articulista fazia questão de se afirmar como o porta-voz dos assuntos do povo, na medida em que dialogava em seus textos com a correspondência recebida pelos leitores do periódico. Evidentemente essa coluna contava com maior autonomia do que o demais material publicado no jornal. Entretanto, essa autonomia pode ser relativizada, uma vez que seu texto, assim como as demais reportagens, deveria passar pela análise editorial, sendo passível de readequação.

O conjunto de reportagens assinadas por Ruy Pratini, pelo *Diário de Notícias*, em 1958, intitulado "O drama de nossas populações marginais" pretendia denunciar os problemas enfrentados por nossas "populações marginais" que, em Porto Alegre, viviam em "malocas" espalhadas por toda a capital (PRATINI, 1958a; 1958b; 1958c). Embora tenham intenção de denunciar as desigualdades sociais presentes em Porto Alegre, o seu conteúdo reforçava os aspectos negativos das "vilas de malocas", colocando-as como locais de desordem, promiscuidade e gerador de doenças (FURINI,

2018, p. 52). É o que mostra a sua manchete de estreia: "Maloca: símbolo vivo de promiscuidade e miséria" (PRATINI, 1958a, p. 12). O título sensacionalista era seguido por diferentes subtítulos que reforçavam o argumento central da reportagem que o crescimento espantoso do número de "malocas" na cidade era inferior ao de sua população "marginal" que crescia com velocidade maior.

> As condições de miséria e promiscuidade das populações de tais núcleos de 'malocas' é de tal ordem que chega a espantar. Em casebres com uma peça apenas, num espaço exíguo de dois a três metros quadrados vivem (dormem principalmente) em muitos casos 7 a 9 pessoas, muitas das quais menores. Um dado interessante (e dramático) é que enquanto aumenta consideravelmente o número de marginais habitantes das 'malocas' estas crescem em percentagem bastante inferior. Isso comprova o agravamento das condições de promiscuidade. Um maior número de famílias habita o mesmo número de metros quadrados (PRATINI, 1958a, p. 9; 12).

A condição de "miséria" e "promiscuidade", discutida pela reportagem, estaria relacionada à superlotação das "malocas" que abrigaria um número cada vez maior de pessoas e famílias sob o mesmo teto. As preocupações sanitárias estariam presentes em outras reportagens de Ruy Pratini, como é o caso da matéria publicada em 6 de julho de 1958, cujo título impresso em fonte alta afirmava: "62% - índice de mortalidade infantil em vilas de malocas" (PRATINI, 1958c). O sensacionalismo expresso na manchete procura alarmar os leitores para a precariedade das "vilas de malocas" onde a insalubre condição de vida se manifestava nos altíssimos índices de mortalidade infantil. Evidentemente, a porcentagem indicada no título da reportagem está exagerada, sendo praticamente impossível que esse número seja alcançado. Ademais, é contraditório com os próprios dados estatísticos que mostram o crescimento populacional nas "malocas". O exagero da reportagem é expresso também na legenda da fotografia que acompanha a reportagem:

> Num dos mais impróprios locais de habitação do mundo moderno (as vilas de malocas) registram-se os mais altos e alarmantes índices de mortalidade infantil. Crítica contundente e inapelável ao brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefício de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais (PRATINI, 1958c, p. 16).

As "vilas de malocas" seriam, segundo a reportagem, um dos "mais impróprios locais de habitação do mundo moderno" e registravam os "mais altos e alarmantes índices de mortalidade infantil". Certamente as condições de vida nas "malocas" eram difíceis e precárias e seus moradores tinham que superar uma série de desafios, porém, esses problemas não resultam nas estatísticas registradas pela reportagem. A legenda expressa a forma que esse conjunto de reportagens sobre as

"populações marginais" tratava o assunto. À medida que as desigualdades sociais – resultadas do "brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefícios de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais" – eram criticadas pela reportagem, ela invariavelmente reforçava a representação das "malocas", como locais insalubres e de proliferação de doenças.

A vila Mato Sampaio, por sua vez, não escapou das representações sociais difundidas pela imprensa, estando inúmeras vezes presente nas páginas jornalísticas. Sua participação, no entanto, se resumiu ao noticiário policial que pretendia comunicar aos cidadãos porto-alegrenses sobre os "brutais crimes" ocorridos naquele local, alertando a população sobre os "riscos" daqueles que eventualmente se "aventurassem" a passar pelo Mato Sampaio (FURINI, 2018, p. 54). Esse é o caso do *Diário de Notícias* de 8 de agosto de 1955 que alertava a sociedade sobre o surgimento de um novo "cancro": a vila Mato Sampaio (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). A reportagem lamentava que a remoção da "famigerada" Doca das Frutas para o Mato Sampaio, não levou apenas as famílias despejadas para a nova região, mas também "criminosos da pior espécie", recriando, assim, uma "nova Doca das Frutas" na cidade (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). O Mato Sampaio foi descrito pela reportagem como uma "cópia fiel" da Doca das Frutas, onde "foram instalados ali botequins, arapucas, residências de receptadores, tudo juntamente como havia na Doca das Frutas. É temeridade ao próprio policial se aventurar por aquelas ruelas." (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). O termo "cancro", por sua vez, empregado no título da reportagem reforça a ideia de que a sociedade é um organismo vivo que pode adoecer por causa de alguns "males". Essa ideia por sua vez estava fortemente presente na sociologia que se inspirava no discurso médico e higienista de finais do século XIX e começo do XX (FURINI, 2018, p. 54). A vila Mato Sampaio era um "cancro" que deveria ser eliminado para preservar a "saúde" da cidade. Ademais, ela vai ao encontro das conclusões indicadas pelo relatório de Meneghetti (1952), que indicava a extinção das "malocas".

Sua associação com a antiga Doca das Frutas esteve presente também, anos mais tarde, em reportagem do *Diário de Notícias* que noticiava a recente ocorrência policial na região e relembrava que o "Mato Sampaio é o substituto da Doca das Frutas na má fama e no ajuntamento de malandros, ladrões e elementos da pior espécie de Porto Alegre" (NO PERIGOSO "MATO SAMPAIO"..., 1959, p. 8). Porém, diferentemente de outras reportagens policiais que tomavam a vila Mato Sampaio exclusivamente pela criminalidade, esta reportagem matizava essa associação, ao passo que afirmava que "não podemos generalizar porque lá residem também muitas famílias de operários modestos

que, por sua condição financeira, lá foram morar" (NO PERIGOSO "MATO SAMPAIO"..., 1959, p. 8). Essas famílias, por sua vez, eram contrapostas aos "maus elementos" que levantavam suas "maloquinhas" e transformavam aquela região num "centro de vadiagem e imoralidade" (NO PERIGOSO "MATO SAMPAIO"..., 1959, p. 8).

Em 14 de setembro de 1955, o *Diário de Notícias* informava um crime ocorrido na rua João Alfredo, no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Conforme apresentado em Furini (2018, p. 54-55) a vila Mato Sampaio apesar de sua relativa distância do local do crime, abrigaria os seus suspeitos (CONTINUA A BUSCA..., 1955, p. 5). Segundo a reportagem, "os policiais estão encontrando dificuldades em localizá-los, pois os dois criminosos conhecem perfeitamente os labirintos de malocas e os matagais", prossegue afirmando que "as 'batidas' da polícia nesses lugares são neutralizadas, pois de longe os meliantes podem ver a 'canoa' policial e fogem" (CONTINUA A BUSCA..., 1955, p. 5).

A reportagem sugere que os suspeitos do crime morem na Mato Sampaio, na medida em que afirma que "os dois criminosos conhecem perfeitamente os labirintos de malocas e os matagais" do local. A fisionomia da Mato Sampaio era frequentemente descrita pelas reportagens, indicando que por conta de suas matas e o seu difícil acesso, este seria o local , por excelência, de foragidos da polícia.

O *Diário de Notícias*, no dia 1º de agosto de 1957, informava que o Mato Sampaio, a partir daquela data, seria "saneado" pela polícia que percorreria o "famigerado" Mato Sampaio, local onde "seguidamente ocorrem brigas e conflitos de graves proporções" (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). A notícia indica que o objetivo da ação policial é "coibir as ocorrências desagradáveis que se originam no Mato Sampaio", sendo vistoriados os bares, botequins e demais estabelecimentos públicos, detendo todos que forem "encontrados a tardias horas sem documentos", só sendo liberados uma vez que comprovem seus meios de vida (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). A notícia nos indica que as medidas de controle social encontradas pela polícia, agiriam, sobretudo, em espaços de sociabilidade e lazer populares.

A vila Mato Sampaio também não escapou do conservadorismo presente na coluna "A Cidade". No dia 29 de maio de 1956, o colunista V. A. P. assinava o seguinte comentário sobre o Mato Sampaio:

> Espantoso! Nada ter de seu. Nem teto, nem mesa. Nada, enfim. Renunciar voluntariamente a todos esses bens na conquista dos quais homens e mulheres de todas as raças, pertençam aos mais qualificados ou ínfimos degraus da hierarquia social, se exaurem numa luta sem pausa. Vestir-se pobremente. Não contar com alimento seguro, não só de hoje mas também no dia de amanhã. Procurar convenção, não falando, mas com o exemplo continuado posto a cada hora do dia dos olhos dos outros. Levar, sem contaminar-se e mantendo alto e infranqueáveis padrões morais, a vida dos integrantes deste terrificante submundo dos barracos, sórdidos e imundos, dos morros da Guanabara. Aproximar-se deles e dessa gente que aqui nesta Porto Alegre, não vive propriamente, mas vegeta no calamitoso Mato Sampaio e na não menos tristemente famosa Doca das Frutas, onde até a polícia receia entrar mesmo com armas na mão. Estabelecer contato, imune a qualquer risco, com tipos de que Lombroso se utilizaria para por à prova sua doutrina e demonstrar a procedência de suas teorias. (V. A. P., 1956, p. 4).

O espanto manifestado pelo colunista condiz com sua percepção fatalista, permeada de juízos morais, que responsabilizava os moradores das "vilas de malocas" por sua própria condição social que "voluntariamente" adotavam aquele estilo de vida. V. A. P. faz relação entre as "malocas" em Porto Alegre e as favelas no Rio de Janeiro, cujos moradores vivem em "terrificante submundo dos barracos sórdidos e imundos" que aqui é expresso no "calamitoso" Mato Sampaio e na "tristemente famosa" Doca das Frutas onde até a polícia tem receio em entrar, sendo que em ambos os casos é atribuído um estado de anomia social de seus habitantes. A coluna afirma que o contato com tais locais validaria as teorias de Cesare Lombroso, um dos principais teóricos da "antropologia criminal" que buscava estabelecer a criminalidade como resultado de características físicas e hereditárias (SCHWARCZ, 1993, p. 49). A menção a Lombroso expõe o caráter preconceituoso e racista presente nos comentários do articulista. Além disso, o "racismo científico" expresso em obras, como a de Lombroso, ainda circulava no ideário de determinados círculos sociais.

Recorre-se, enfim, as histórias de Seu Cantídio, Polaco e Dona Ofrosina, registradas pelo repórter Ruy Pratini e sua equipe ao *Diário de Notícias*, no dia 20 de junho de 1958. A matéria faz parte do conjunto de reportagens "O drama de nossas populações marginais", comentado anteriormente. Com o título chamativo "Maloqueiro 'de seu, não tem onde cair morto'" (PRATINI, 1958b, p. 16), a reportagem realiza uma visita a região do Mato Sampaio e, como uma espécie de etnografia, procura descrever o cotidiano daqueles moradores e registrar algumas histórias de "gente humilde e vencida" que estavam "à margem do imenso drama do marginalismo nacional" (PRATINI, 1958b, p. 16).

O seu subtítulo, por sua vez, é carregado em detalhes e precisa o conteúdo que será abordado no decorrer da matéria. "Visita pitoresca ao Mato Sampaio, reduto fabuloso de malocas nas proximidades da Capital – Histórias de gente humilde e vencida, à margem do imenso drama do marginalismo nacional – Cachaça: fator de alegria num meio de miséria total" (PRATINI, 1958b, p. 16). Assim, conforme já problematizado em Furini (2018, p. 58) a Mato Sampaio já é apresentada ao público leitor como um "reduto fabuloso de malocas", local "pitoresco" com histórias de "gente humilde e vencida", imersas no "drama das populações marginais" no Brasil (PRATINI, 1958b, p. 16). Seu instigante subtítulo procura aguçar a curiosidade dos leitores que são transportados para um local "excepcional", reforçado pelos termos "pitoresco" e "fabuloso" que poderia ser em outro país ou continente, mas estava localizado na própria cidade.

> MATO SAMPAIO – vila de malocas nas proximidades de Porto Alegre – é um verdadeiro paraíso de malandros. Representa, em matéria de conglomerado humano, a transição entre a toca primitiva do troglodita e a maloca de nossos dias. Se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano. Tôdas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas. Seus mestiços, mulatos, curibocas e elementos da mais acentuada pureza racial (que os há certamente) marcam extremos interessantes. Num grupo a gaforinha do negro retinto contrasta com a carantonha alourada de um gigante esfarrapado. De outro lado, um indivíduo de cabelos lisos e extremamente pretos, com os olhos amendoados e feições zigomáticas dá um tom indiático à parceria. Prende a atenção geral a palavra fácil de um velho maltrapilho, de vasta cabeleira branca, nariz aquilino e face regular, autêntico representante físico do velho cerce da raça branca colonizadora. (PRATINI, 1958b, p. 16).

O excerto acima apresenta o cenário e os atores presentes na matéria jornalística. A Mato Sampaio logo é apresentada como um "verdadeiro paraíso de malandros", representada pela transição da "toca primitiva do troglodita" à "maloca de nossas dias". Essa interpretação compreende a "maloca" como condição sequencial e linear. Rodrigo Weimer (2018, p. 513), analisando a referida reportagem, considera o texto tributário da "tipologia antropológica evolucionista que identifica na diferença cultural a permanência de etapas evolutivas anteriores, dispostas em uma sequencialidade hierárquica, em relação à sociedade burguesa, tomada como ápice e fim último do desenvolvimento humano" (WEIMER, 2018, p. 513). Nesse sentido, as "malocas" se configurariam, conforme a matéria, como uma anomalia em meio à metrópole pretensamente moderna, civilizada e asséptica, causando tamanho estranhamento pela equipe de reportagem.

O texto adverte ainda que "se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano, Todas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas" (PRATINI, 1958b, p. 16). Baseado em uma percepção fenotípica e pretensamente científica, o Mato Sampaio é racialmente apresentado pela reportagem como local onde "todas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas", com a presença de "mestiços, mulatos e curibocas" e de "elementos da mais acentuada pureza racial" (PRATINI, 1958b, p. 16). Ao passo que o texto procura destacar a diversidade racial na composição daquela "vila de malocas", ele aproxima-se, em certa medida, da interpretação corrente no imaginário nacional, desde o século XIX – remetente ao "mito das três raças" na formação nacional – que estavam presentes na própria Mato Sampaio (FURINI, 2018, p. 59-60).

As dinâmicas sociais e raciais estão presentes na sequência do texto:

> O preconceito racial, entretanto, não os separa. É que os une a solidariedade nascida na miséria comum. Confraternizaram em tôrno de um copo de 'branquinha' – o uísque nacional dos que não tem recursos. Trilharam caminhos diferentes. Não obstante, uma vida de privações (aceita voluntariamente) os tornou amigos, parceiros pelo menos. Por fim, vieram bater em Mato Sampaio (às portas de um buteco [sic] esburacado, naquele exato momento). É que em Mato Sampaio há lugar para todos. Desde famílias que para lá foram arrastadas por falta inesperada de quaisquer recursos e que ainda mantém uma unidade precária, até os criminosos e amorais de tôda a espécie. Bandos de decaídas fazem seu torpe comércio num dos mais sórdidos lugares do mundo. Em fim, Mato Sampaio é nosso. Está localizado um pouco além de Petrópolis, – um dos bairros mais elegantes da Capital... (PRATINI, 1958b, p. 16).

Observa-se que as relações raciais no Mato Sampaio são apresentadas de maneira harmônica, na medida em que "o preconceito racial", conforme sugere a reportagem, "não os separa", mas a "miséria comum" os "une em solidariedade". Essa interpretação não reconhece a existência de conflitos que eram norteados pela ideia de "raça"[6] e pelos diferentes moradores na Mato Sampaio. Essa percepção, porém, vai ao encontro do imaginário de "democracia racial", no Brasil, proposta por Gilberto Freyre e presente na sociedade brasileira da época.

A "democracia racial" já fora bastante criticada pela academia e, sobretudo, pelo movimento social negro que denuncia a violência do racismo no Brasil. Assim, a interpretação da matéria que

[6] O conceito de "raça" é entendido como uma construção histórica e social, não possuindo validade biológica. Sua utilização, conforme Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 50), possui importância analítica, ao passo que é "a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de 'cor' enseja são efetivamente raciais e não apenas de 'classe'".

ressalta a ausência de conflitos raciais no Mato Sampaio se mostra infundada, na medida em que as "vilas de malocas" se configuram como espaço privilegiado de análise sobre os processos de racialização das relações sociais entre as camadas populares (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018). O racismo, conforme observa Frantz Fanon (2011), é um elemento constitutivo na "opressão sistematizada de um povo" (FANON, 2011, p. 275). Ele não é resultado, portanto, da percepção individualizada de sujeitos, ao contrário, é sistêmico e estrutural, sendo operado por meio da cultura e inscrito em um sistema determinado (FANON, 2011, p. 282). Sílvio Almeida (2018), também observa a dimensão estrutural representada pelo racismo, ao passo em que afirma que "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural." (ALMEIDA, 2018, p. 38). Longe de serem ausentes de conflitos raciais, as "vilas de malocas" são, em suma, importantes espaços para compreensão da forma que o racismo é também operado dentro de grupos subalternizados (FURINI, 2018, p. 60).

Os diferentes caminhos trilhados pelos sujeitos que acabaram chegando ao mesmo lugar: o Mato Sampaio, é abordado de forma fatalista pela matéria. Esses sujeitos "voluntariamente" aceitavam uma "vida de privações", que os tornavam "parceiros". Ademais, no Mato Sampaio "há lugar para todos", tanto para famílias empobrecidas que foram despejadas de suas casas na região central da cidade, quanto por criminosos e "amorais de toda espécie" que viriam "bater nas portas de um boteco" no Mato Sampaio, ou "bandos de decaídas" que faziam o seu "torpe comércio num dos mais sórdidos lugares do mundo".

Esses diferentes sujeitos que por caminhos distintos chegavam à vila, eram exemplificados pelas figuras de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, diferentes personagens que sob o marcador social de "maloqueiros", viriam a ser entrevistados pela equipe de reportagem. Em primeiro lugar é relatado o estranhamento dos moradores da vila com os repórteres que não foram bem recebidos no local, "também pudera", pois, "chegaram em Mato Sampaio acompanhados de uma viatura da Polícia. É que a fama do reduto não é das melhores. Quem se perde em suas vielas tortuosas, pode voltar com vida... mas, nem sempre com a roupa do corpo. " (PRATINI, 1958b, p. 11).

A "distância" entre equipe de reportagem e o grupo de "maloqueiros" só foi superada após um sem-número de tentativas onde após "uma rodada de cachaça e farta distribuição de cigarros" foram surgindo, conforme reportagem, "retalhos de conversas", em uma "linguagem quase incompreensível". (PRATINI, 1958b, p. 11). Esses "retalhos de conversas" em uma "linguagem quase incompreensível" demonstra o certo "etnocentrismo" por parte dos repórteres que acabam construindo a imagem de superioridade sobre o "Outro", que nesse caso, embora não reconhecido pelos jornalistas, se tratavam de seus cocidadãos. A alteridade proposta pela reportagem fica mais evidente com a descrição dos entrevistados: Ofrosina nos é apresentada de forma racializada pela reportagem como "uma velha bugra (a Paraguaia)", cuja fisionomia "representa a própria máscara da miséria e do sofrimento" (PRATINI, 1958b, p. 11).Ela indagava sobre a equipe de reportagem: "esses '*estranja*' [*sic*] donde saíram?" (PRATINI, 1958b, p. 11). Seu estranhamento, porém, logo seria matizado por Cantídio que lhe afirmaria: "Os moços vieram com os 'tiras' mas são 'boas praças'" (PRATINI, 1958b, p. 11).

As interlocuções sequentes são realizadas primeiras por Polaco, segundo por Cantídio. Polaco é o único, dentre os três entrevistados que não teria seu nome registrado na matéria. E após ter sido inúmeras vezes indagado, por parte da equipe de reportagem, exclama: "'Tu para [...]. Maloqueiro não tem nome. Pode chamar de maloqueiro mesmo. Que importa 'nome'?" (PRATINI, 1958b, p. 11). Após isso, Pedro Cantídio Silveira da Rosa, um "velho boa prosa" responde a equipe: "Moço, o passado dum [*sic*] homem passou. Que adiante saber se houve dias melhores? [...] O meu 'faixa' (amigo) Polaco tem razão. Maloqueiro não tem nome. Não tem passado. Não tem nada. 'Maloqueiro não tem onde cair morto'. " (PRATINI, 1958b, p. 11).

As interlocuções de Polaco e Cantídio carregam um sem-número de significados distintos, posto que suas afirmações reforçam a imagem fatalista e estigmatizante sobre os "maloqueiros", que seriam desprovidos de elementos materiais e simbólicos, formadores de identidades sociais. Eles não teriam nome, passado e moradia. Contudo, as interlocuções também podem significar a negociação ou manipulação destes sujeitos frente aos repórteres, narrando histórias que iam ao encontro dos interesses da matéria em troca de ganhos materiais. Essa manipulação pode ser entendida como uma forma de "resistência cotidiana", que, conforme James Scott (2011, p. 223), é informal, dissimulada e preocupada com ganhos imediatos.

De toda forma, Cantídio, Ofrosina e Polaco são sujeitos de sua própria história e narram, a partir de condições que não lhes são totalmente alheias, suas trajetórias. O nome ou passado que para Polaco e Cantídio, respectivamente, não interessaria a mais ninguém indicam as mazelas que a exploração lhes causou. Entretanto, não significa que tenham adotado uma postura passiva diante do cenário de expropriação. Tratam-se de pessoas carregadas de subjetividades, ações, intenções e gestos. Enfim, sujeitos de sua própria história.

Considerações finais

O artigo pretendeu analisar as diferentes representações que circulavam, através do *Diário de Notícias* sobre as "vilas de malocas" e, sobretudo, o Mato Sampaio e seus moradores. Longe de neutras, essas representações eram produzidas e reproduzidas e iam ao encontro dos interesses do poder público, elite local e setores médios urbanos. A imprensa também foi importante ator político nesse processo, sendo não apenas reprodutor, mas também produtor de um discurso social em relação às "malocas".

O *Diário de Notícias* de Porto Alegre foi escolhido por ser um periódico de grande repercussão e possuir uma linha editorial ampla e de caráter sensacionalista, quando comparado ao *Correio do Povo* de perfil mais conservador e associado à elite local. Embora ambos os jornais tenham perfis distintos, eles se aproximavam em suas considerações sobre o tema das "vilas de malocas" e seus moradores. Assim, a imprensa exemplificada, em nosso caso, no *Diário de Notícias* foi um importante espaço de discussão sobre as "vilas de malocas", produzindo um sem-número de representações carregadas de estigmas e estereótipos que ora criminalizavam tais espaços, associando-os a sentidos pejorativos como locais de promiscuidade e desordem, ora defendiam os seus moradores, denunciando as desigualdades sociais presentes na metrópole.

A vila Mato Sampaio era apresentada, assim, como um "verdadeiro paraíso de malandros" ou "reduto fabuloso de malocas", marcando presença, em maior parte, nas páginas do noticiário policial. Ademais, essas reportagens apresentavam, de forma geral, os moradores da vila Mato Sampaio de forma fatalista, como vítimas passivas de processos de exploração e expropriação. Entretanto, essas representações não fazem jus às experiências plurais desses sujeitos que possuem subjetividades, intenções, ações e gestos.

Fontes

A POLÍCIA AS VOLTAS com novo cancro: Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 8 ago. 1955.

ATAQUE FRONTAL contra as malocas da Doca das Frutas e do Pôrto! **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 12, 21 ago.1958.

CONTINUA A BUSCA do autor do crime da rua João Alfredo. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 14 set. 1955.

GRAVE CONFLITO no Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 1º out. 1957.

MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

MANUSCRITOS DE CYRO MARTINI. 1973. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

NO PERIGOSO "MATO SAMPAIO": estivador barbaramente espancado quando retornava à sua residência. **Diário de Notícias**, p. 8, 21 nov. 1959.

O INDÍGENA assassinou, a pauladas, o maloqueiro encontrado em flagrante adultério com sua esposa. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 7, 14 fev. 1953.

O MALOQUEIRO assassinou friamente o companheiro. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 5, 25 fev. 1958.

PORTO ALEGRE, 1957. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 1, 2° Caderno, 20 abr. 1958.

PRATINI, Ruy. O drama de nossas populações marginais (I). Maloca: símbolo vivo de promiscuidade e miséria. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 9; 12, 12 jun. 1958a.

_____. O drama de nossas populações marginais (IV). Maloqueiro "de seu, não tem nem onde cair morto". **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 11; 16, 20 jun. 1958b.

_____. O drama de nossas populações marginais (VI). 62% - índice de mortalidade infantil em vilas de malocas. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, p. 13; 16, 6 jul. 1958c.

SANEAMENTO DO FAMIGERADO Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 1º ago. 1957.

V. A. P. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 23 mai. 1948a.

_____. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 1 dez. 1948b.

Bibliografia

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** . Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Neila Prestes de. **Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória**: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Dissertação (Mestrado em História).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: vol. 1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DARNTON, Robert. Prefácio. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). **A revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

D'AVILA, Naida. **DEMHAB***:* com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70 (Lugar da História), 2011.

FIGUEIREDO, Pablo Silva. **História social e a cidade**: urbanização e as vilas de malocas em Porto Alegre nas décadas de 40 e 50. Rio Grande: FURG, 2014 (Monografia de Especialização).

FURINI, Vinícius Reis. **"Visita pitoresca ao Mato Sampaio"**: Estigmas e representações sobre os "maloqueiros" do Mato Sampaio através da narrativa jornalística porto-alegrense (Década de 1950). Porto Alegre: UFRGS, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Licenciatura em História).

GAMALHO, Nola. **A produção da periferia.** Das representações do espaço ao espaço da representação no bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JORGE, Nelson. **Malocas**. Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: PMPA/DEMHAB, 1973.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A. Zilda e o avião: repensando migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul (1943-1963)**.** In: **História** (Unisinos), v. 20, n. 3, 2016.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A.; FURINI, Vinícius R. **A cidade que devora "malocas"**: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973). No prelo.

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas de malocas** (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MORAES, Aldovan de Oliveira**. Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre.** Porto Alegre, DEMHAB, 2011, 2 volumes. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

NEVES, Jorge. **O problema da sub-habitação em Porto Alegre.** Porto Alegre: Seção de Estudos Econômicos e Pesquisas, 1962.

NUNES, Marion Kruse. **Bairro Bom Jesus**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975. Volume 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Rev. Bras. Ciênc. Política**. 2011, n. 5, pp. 217-243.

WEIMER, Rodrigo de A. Gilda de todas as "cores": construção de imagens racializadas das "vilas de malocas". Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre a luta por direitos sociais no Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 495 - 528. E-book.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço, identidades e territórios em processo de remoção.** O caso do bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

Temporalidades

Televisão e crítica na imprensa: Visões sobre TV em debate nos anos 1960, Rio de Janeiro e São Paulo.

Television and criticism in the press: Visions about TV on debate in 1960's, Rio de Janeiro and São Paulo.

Milena Azevedo de Menezes
Mestranda em História
Universidade Federal do Ceará
profamilenahistoria@gmail.com

Recebido em: 23/11/2020
Aprovado em: 21/12/2020

Resumo: O presente artigo tem como objetivo traçar a produção intelectual sobre televisão em cadernos culturais da "grande imprensa" em São Paulo e Rio de Janeiro, durante a ditadura civil-militar nos anos 1960. O objeto de estudos consiste na formação de uma crítica televisiva, presente nesses cadernos culturais como colunas de televisão. No Brasil, a TV tornou-se, para muitos dessas produções, sinônimo de desenvolvimento da industrialização, o que contribui para os estudos sobre o processo de urbanização na região sudeste do país, relacionando capitalismo e integração nacional. Com o crescimento dos circuitos de comunicação e o aumento do acesso à TV por políticas de facilidade de crédito, é possível perceber o aumento dos espaços nos cadernos culturais de colunas sobre televisão, sobretudo, como escrita sobre possibilidades de futuro para a TV. As fontes utilizadas são Caderno B (Jornal do Brasil), Segundo Caderno (Tribuna da Imprensa), Cartazes da Cidade (Diário Carioca) e a Revista UH (Última Hora).

Palavras-chave: televisão; crítica; ditadura.

Resumen/Abstract: The purpose of this article is to analyze the intellectual production about television in cultural sections on "broadsheet" press in São Paulo and Rio de Janeiro, during civil-military dictatorship in 1960's. The study object refers to the making of a television criticims, found in cultural sections as newspaper columns about television. In Brazil, TV became, for most of these productions, synonym of industrial development, which contributes for the research about the proccess of urbanization in Southeast region of the country, relating capitalism and national integration. Due to development of media circuits and the increasing access to television through credit facility policies, it's possible to perceive the increase in the cultural section space about television newspaper columns, especially, as a writting about possibilities of future for the TV. The historical sources used are Caderno B (Jornal do Brasil), Segundo Caderno (Tribuna da Imprensa), Cartazes da Cidade (Diário Carioca) and Revista UH (Última Hora).

Palabras clave/Keywords: television; criticsm; military dictatorship

Introdução

A escrita sobre TV, desde a chegada das primeiras emissoras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, situava o objeto dentro de representações dos valores urbanos, cujas primeiras reportagens circulavam em revistas de consumo e suplementos literários desde anos 1950, com a inauguração da primeira emissora de TV, a TV Tupi em São Paulo[1]. Porém, durante os anos 1960, é possível perceber uma forma de escrita presente em cadernos culturais de grande circulação, sobretudo, um espaço próprio voltado para a crítica de conteúdo televisivo. Grande parte dessa crítica envolvia a televisão como objeto de possibilidades ao engajamento intelectual, ou seja, uma escrita voltada para pensar "soluções de problemas", para estratégias políticas sobre o que a televisão no Brasil deveria ser e o que não deveria naquele momento.

Dessa forma, neste artigo apresentamos a escrita sobre TV na imprensa a partir da formação de espaços próprios em cadernos culturais na imprensa de grande circulação, durante os anos 1960. Destacamos as trajetórias dos seguintes críticos: Fausto Wolff, crítico de teatro e dramaturgo, escreve para o *Caderno B* (JB) entre 1964 a 1968 sobre TV[2]; Reynaldo Jardim, poeta, criador do *Suplemento Dominical* (JB) e *Caderno B* (JB) em 1956, assim como criador de jornais alternativos, como *Poder Jovem* em 1967 e *O Sol* em 1968, escreve para o DC entre 1964 a 1965; Ivan Lessa, jornalista, literato, escreve para o *Revista UH* (UH) entre 2 de janeiro de 1965 a 24 de abril do mesmo ano, e colaborou com *O Pasquim* na década de 1970.

Durante o percurso da pesquisa[3], o que chamou a atenção durante a análise desses documentos foi a assinatura das colunas por nomes reconhecidos no campo das esquerdas nos anos 1960 e 1970, tais como Fausto Wolff (JB), Ivan Lessa (UH) e Reynaldo Jardim (DC). Outros críticos

[1] Inaugurada em 1950, a TV Tupi foi financiada pelos Diários Associados, principal oligopólio de comunicações no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Assis Chateaubriand, dono d'os Diários, foi o responsável pelos primeiros contratos com *RCA* e *General Eletric*, ao fazer as primeiras montagens e colocar a TV para o mercado. Além de estações de rádio, jornais e emissoras de TV, a revista "O Cruzeiro" também faz parte de seu domínio.

[2] Também escreve para o *Segundo Caderno* (TI) sobre teatro entre 1962 a 1968, e depois colabora com *O Pasquim*, um dos jornais alternativos de esquerda e notável pelo uso da sátira como crítica à ditadura, durante os anos 1970.

[3] A escolha do objeto de pesquisa nasceu durante as atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ainda durante a graduação com orientação da profª Ana Rita Fonteles Duarte. A participação no grupo de pesquisa História e Imagem, com orientação da profª Meize Regina de Lucena Luca também foi parte importante para a construção da análise do objeto. Posteriormente, as discussões deram corpo ao projeto de mestrado aprovado no Departamento de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, cuja pesquisa ainda está em andamento.

também são importantes para compreender como a trajetória das visões de esquerda[4] sobre o campo da cultura converge com a formação da crítica televisiva, que é o caso dos jornalistas Carlos Fernandes e Walter Negrão, que escrevem para o *Brasil Urgente*, em 1963; e o jornalista militante Paulo Neves, que escreve para o alternativo *Movimento*, entre 1975 a 1981. Porém, aqui centraremos em apenas os três principais nomes dos cadernos *Caderno B* (JB), *Revista UH* (UH) e *Cartazes da Cidade* (DC) para analisar prioritariamente a formação da crítica televisiva em cadernos culturais da chamada "grande imprensa", ou a imprensa de grande circulação.

Abordaremos a noção de percepção temporal representada na crítica, situada a partir do desenvolvimento industrial dos bens de consumo na época cuja televisão representaria um dos principais espaços de "mercantilização da cultura", diante da formação de uma recente indústria cultural. O conceito "imaginação televisual" da historiadora Marialva Barbosa (2013, p. 263) ajuda a interpretar essas representações sobre televisão que abarcam um determinado imaginário sobre a TV, relacionado ao desenvolvimento capitalista e ao processo de urbanização no país.

Depois, apresentaremos a discussão sobre a formação de espaços da crítica televisiva nos cadernos culturais, relacionando a escrita sobre TV mediada a outros espaços de atuação, como o teatro e a literatura. Ainda, é possível estabelecer uma relação entre a construção do engajamento intelectual na interpretação dos conteúdos televisivos, promovidas por críticos da esquerda. Dessa forma, essa reflexão motivou o tópico final desse trabalho, ao discorrer sobre um importante intelectual: Reynaldo Jardim. A busca por uma "linguagem própria" para a televisão dos anos 1960 é um dos principais pontos de partida na escrita de Jardim. Fontes secundárias serão utilizadas para traçar a trajetória do crítico.

O presente trabalho tem como objetivo abrir caminhos para a análise da crítica televisiva como objeto de estudos sobre a história da televisão no Brasil e sua relação com a sociedade civil nos anos 1960. O debate se encontra aberto para a discussão, sobretudo, no campo de estudos sobre

[4] A trajetória de Sylvia Leon Chalreo, jornalista e militante do *Partido Comunista* (PC), que escreve para a *Revista da Televisão* (DC) durante o ano de 1962, com coluna própria chamada *Telecrítica* e que comentava sobre o teleteatro ao vivo na TV, também é importante evidenciar, porém sua escrita para a revista limitou-se a resenhas de peças teatrais e programação do teleteatro.

história da comunicação no Brasil[5]. Esperamos que o presente artigo possa contribuir para o campo, sobretudo, ao relacionar imprensa e televisão em debate durante os anos ditatoriais.

Crítica televisiva e a percepção de tempo

A forma como percebemos a televisão enquanto produção de conteúdo e parte do cotidiano se transformou ao longo do tempo, devido aos novos parâmetros comunicacionais. Enquanto parte de uma cultura midiática, essa percepção pode ser *historicizada* como materialidade das transformações sociais. A partir dos anos 1960, a escrita sobre televisão ganha espaço em cadernos culturais na imprensa e se torna importante objeto de análise aqui para compreender as discussões sobre produção cultural e mercado capitalista, enquanto debate público sobre o medo e o fascínio de um meio de comunicação que expandia seus circuitos no momento.

Segundo Terry Eagleton (1991, p. 4) o conceito de crítica adquire contornos quando relacionamos a escrita voltada para a esfera pública, com vistas a um determinado segmento. "A crítica abre-se ao debate, tenta convencer, convida à contradição. Torna-se parte do intercâmbio público de opiniões" (Idem, p. 4). A imprensa no Brasil, desde o século XIX com a publicação de folhetins políticos e de crítica literária, tornou-se uma das principais instituições cujos literatos e políticos encontram espaço propício para essa intervenção, aproximando o jornal como representação de uma "tribuna", seguindo um modelo específico da imprensa francesa, cuja forma de jornalismo era mais próxima à escrita literária (RIBEIRO, 2003, p. 149).

A crítica televisiva transforma-se e acompanha a história da televisão no Brasil, assim como a crítica teatral acompanha a história do teatro e a crítica literária da literatura. O diálogo entre a prática artística e o exercício crítico, tomados muitas vezes como prática cultural e representação, é importante para compreender as especificidades dos dois campos para a análise do entendimento entre eles (FALCÃO, 2017, p. 17). Enquanto os circuitos televisivos se expandem e a programação passa por transformações e experimentalismos, a crítica procura apreender a recepção do conteúdo ao público e, ao mesmo tempo, produz estratégias de interpretações.

[5] A obra de RIBEIRO e HERSCHMANN (2008, p. 16) destaca os principais problemas de delimitação do campo, como história dos meios de comunicação parte de uma disciplina maior: História Cultural ou História da Comunicação. Outro importante trabalho que abarca a história da comunicação como campo de estudos é "História da Comunicação no Brasil" de Marialva Barbosa (2013), abarcando a trajetória de transformações do campo de estudos entre História e Comunicação, ao sair das generalizações de uma linha do tempo dos meios e abrir horizontes além da imprensa como objeto de estudos.

Dessa forma, a crítica televisiva, segundo Fernanda Maurício Silva (2016, p.12), permite traçar uma investigação sobre a "qualidade enquanto quadro valorativo flexível e negociado com aspectos hegemônicos", assim como identificar tensões nas formas televisivas. O crítico televisivo José Luís Braga (2006, p.46) explica que, ao tratar da crítica midiática, a escrita sobre a produção cultural exerce esclarecimentos a partir de uma interpretação ampliada, principalmente por meio da tensão entre processos e produtos midiáticos.

A percepção de regime temporal é baseada na noção de aceleração, o que para KOSELLECK (2014, p. 205) é resultado de transformações em técnica ao *desnaturalizar* a experiência que se conhecia até então. O historiador ao discutir sobre os principais elementos que condizem à experiência moderna da Revolução Industrial, como os relógios e a máquina a vapor, elabora a aceleração como categoria histórica por situar como um conceito em perspectiva e, portanto, expectativa, situando a evidência da comparação com as gerações contemporâneas, aos quais compartilham um espaço de experiência comum, mesmo que refratado (Idem, p. 153). Os discursos sobre o que é a TV, o que não é e o que poderia ser, perpassam uma percepção de tempo em que a imagem e as letras são espaços de experiência em conflito, mas também de diálogo.

Representar a televisão e sua produção é construí-la em meio a outros mediadores culturais, como a fotografia, o rádio, o cinema, o teatro e a literatura, o que também serão referências para construir uma "imaginação televisual", conceito de Marialva Barbosa (2013, p. 263) ao tratar das primeiras impressões publicadas em jornais e revistas sobre o aparelho. Pensando no categoria "utopia", a historiadora analisa o caminho de expectativas de futuro que a TV ocupou em revistas de consumo e jornais. Essa utopia que representou a TV como diluição de fronteiras geográficas e como o progresso tecnológico relacionou-se como elo fundamental com a imaginação produtora de sentidos. "A televisão já nasce dependente da imaginação comunicacional do público e como utopia midiática" (Idem, p.266)

Por exemplo, antes mesmo da inauguração da primeira antena difusora, aconteceu a Feira de Amostras do Rio de Janeiro em 1939, cuja exposição principal era a Exposição da Televisão, patrocinada pelo Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, órgão criado no Estado Novo em 1934. Toda aparelhagem se deu por meio da parceria com o Terceiro Reich alemão, como necessidade de influência comercial e ideológica, assim como a necessidade de Getúlio Vargas em

investir em propaganda política. A "caixa mágica", "maravilha do século, "milagre da comunicação" e etc, preencheu as matérias sobre o novo objeto, que já era uma realidade em países como EUA, Inglaterra e Alemanha (BUSETTO, 2007, p.178).

Essa percepção da tecnologia enquanto representação de progresso possui uma historicidade, como percebe Ulpiano T. Bezerra (2000, p. 15) em uma peça publicitária de um fogão a gás vendido em 1913 no Rio de Janeiro. Valor de uso, conforto, economia e status são as principais categorias de atributo para o objeto que significaria a "cozinha perfeita". O sentido de progresso como conceito evolutivo e de etapas lineares, evoca o sentido de "substituição" ao invés de "transformação". Inclusive, é este o objetivo: não só introduzir o novo objeto, mas eliminar os predecessores. É situada então uma ideia de progresso descontextualizado para jamais esgotar, mas superar-se continuamente, provocar a obsolescência e induzir à substituição.

A crítica televisiva ganha espaço nos cadernos culturais: anos 1960

Segundo o sociólogo Renato Ortiz (2006, p.116), durante a ditadura civil-militar, promoveu-se a formação de um mercado de bens simbólicos, com o desenvolvimento de uma indústria cultural responsável pelo aumento da produção de bens de consumo, como a televisão e o rádio, ao mobilizar públicos de diversas categorias para integrá-los ao mercado econômico nacional. Os veículos jornalísticos transformaram-se em grandes corporações capitalistas com o apoio do Estado militar, principalmente por conta da concessão de subsídios econômicos como empréstimos e incentivos fiscais. Esses incentivos fizeram com que grandes grupos editoriais se preocupassem com a diversificação das publicações, devido ao acréscimo do volume de produção (DUARTE, 2002, p. 32-33).

Conciliada aos embargos da censura (que já atuava antes do AI-5), a criação da Agência JB, Serviços de Imprensa LTDA., em 1966, também é exemplo da modernização nos impressos. A agência fornecia material para o Jornal do Brasil e a Rádio Jornal do Brasil, em que o próprio seu criador, Alberto Dines, relata que no momento da ditadura "os jornais conseguiram se desenvolver, competir, melhorar a qualidade intrínseca" (JORNALISTAS & CIA, 2008, p. 2). Assim, os cadernos referentes à crítica da produção cultural estabeleceram seu lugar diante da automação do jornalismo impresso na estruturação do jornal como empresa.

Sobre as tiragens dos cadernos dominicais, estes possuíam mais relevância na circulação. O *Caderno B (JB)*, matutino dominical, correspondia a 199.000, enquanto a tiragem do jornal de terça a sábado, correspondia a 83.000. Do total de tiragens na região São Paulo – Rio de Janeiro, ultrapassavam os 200.000, enquanto outros possuíam circulação entre 10.000 e 70.000, e os jornais semanários correspondiam a 51,8% do total (ALMEIDA, 1971, p. 16-17).

Sobre os dados de aparelho televisivos em domicílios, em 1960, menos 5% tinham acesso à TV. Em 1970, correspondia a 24% e, posteriormente, 76% em 1980. Esses números compartilhavam a presença significativa do rádio, este importante setor da comunicação que ajudou a construir o espaço televisivo: com 29% em 1960, 59% em 1970 e chegando a 76% em 1980. "A existência de rádio e televisão significa a presença da mídia no interior dos domicílios, ou seja, passa a existir um canal de recepção interno de comunicação das famílias com o mundo exterior." (ALVES, 2004, p. 30).

Podemos pensar a crítica ao conteúdo televisivo a partir do enfrentamento a um novo mercado que tem como objetivo integrar o consumo em massa. A partir da aproximação entre a crítica e o jornalismo cultural, entende-se a função da crítica nas disputas entre os agentes, que ocorrem tanto em função das abordagens quanto em função dos espaços em que esses sujeitos atuavam, importantes para entender como a crítica televisiva foi ganhando notoriedade nas páginas dos jornais (VENTURA, 2015, p.10). O espaço próprio de crítica a TV, compartilhado com as colunas de teatro, de cinema e de literatura, tornou-se uma forma de tentar apreender a televisão e seu conteúdo. Ao mesmo tempo, também se tornou sintomático de uma crise, seja nas concepções do que é ser crítico, seja no debate sobre a função da produção cultural.

Dentre os cadernos, destacamos o Caderno B (Jornal do Brasil), o Segundo Caderno (Tribuna da Imprensa), UH Revista (Última Hora) e Cartazes da Cidade (Diário Carioca), jornais de maiores circulação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e renomados espaços de produção de crítica cultural. Em 1956, o Jornal do Brasil foi pioneiro na reestruturação dos editoriais. Foi criado o Suplemento Dominical, caderno que reúne contribuições de artistas, escritores e poetas, junto ao Caderno B, dedicado às colunas de opinião sobre teatro, música, literatura e etc. Assim segue o Segundo Caderno (TI); Cartazes da Cidade (DC), pioneiro na diagramação dos jornais, com a

separação em cadernos; e Revista UH (UH), editorial de esquerda, mas que se apropriou do novo modelo empresarial.

A ligação entre jornalistas de esquerda a empresas jornalísticas, seja direta ou indiretamente, é evidenciada por Marco Roxo (2012, p.12) ao situar muitos intelectuais ligados ao "Partidão" (PCB) que ocupavam espaços nessas empresas, seja para evitar seu isolamento e se articular dentro de um conjunto mais amplo de forças da sociedade ou porque a imprensa durante a trajetória do Partido foi uma espécie de "escola de formação" para seus integrantes, ainda que essa relação não fosse harmoniosa, afinal, muitos jornalistas foram perseguidos durante os anos ditatoriais.

Com exceção do UH, de editorial assumidamente à esquerda e que sofreu retaliações durante o período, a trajetória dos outros periódicos esteve ligada ao alinhamento ao governo militar de início, como o caso do JB e TI, posteriormente com momentos de afastamento devido à censura pós-1968, mas que ainda recebiam a contribuição de críticos, de jornalistas e outros intelectuais das artes de esquerda, muitos com formação no *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), que escreviam para os cadernos culturais e para os suplementos literários.

A partir das reformas que tornaram as redações próximas da dinâmica empresarial, automatizadas e com mais funções administradas, a imprensa no Sudeste procurou produzir uma escrita que se pretendeu "neutra" e "objetiva", dividindo os espaços de escrita entre notícia e "opinião", seguindo o modelo norte-americano de *lead*[6]. Assim, com a separação em cadernos, possibilitou um espaço próprio para a escrita literária e fermentação intelectual representada nos suplementos literários.

A formação de um espaço próprio de crítica ao conteúdo permite analisar como a programação, que compartilhava espaços entre os "enlatados" norte-americanos, o teleteatro e as primeiras novelas, torna-se propulsora de disputas em debate sobre visões intelectuais acerca da TV. A crítica de conteúdo como parte da crítica ao capital privado, a ideia de "vender cultura" e a noção

[6] Segundo Ribeiro (2003, p. 147), esse modelo de escrita jornalística tinha como base os primeiros manuais de redação, introduzidos nas redações dos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1950, como função de instituir os parâmetros da escrita e a apresentação dos textos originais à composição gráfica, pois racionalizava o espaço da criação e legitimava a autoridade dos editoriais, por exemplo, na introdução do *copy-desk*: redatores que revisam e, se necessário, reescrevem as matérias para dar uma unidade de estilo, cujo papel era essencialmente disciplinador para que os textos estivessem de acordo com as normas da redação.

de "embotamento mental" promovida pela TV são os principais temas abordados por uma crítica que tenta entender a relação entre mercado e cultura por meio da TV.

Em 1964, foi publicado o primeiro espaço próprio de crítica televisiva no *Caderno B* (JB), com a coluna de Fausto Wolff. Dramaturgo, Atuou de 1962 a 1968 na *Tribuna da Imprensa* como crítico de teatro e, nos anos 1970, colaborou com *O Pasquim*, um dos jornais da imprensa alternativa de crítica à ditadura civil-militar. Também foi integrante do *Círculo Independente de Críticos Teatrais* (CICT), criado em 1950, a partir da crítica a *Associação Brasileira de Críticos Teatrais* (ABCT) por seu caráter paternalista de avaliação das peças (para Wolff, as melhores produções elegidas pela ABCT, eram produções de maiores bilheterias, e não com o melhor conteúdo).

Para o *Caderno B* (JB) a coluna "A Função do Crítico" por Fausto Wolff, do dia 10 de outubro de 1964, publica:

> (...) O primeiro dever do crítico revestido das funções de assistência social é acreditar na televisão. Acreditar, porque dependendo do progresso humanístico dos seus proprietários, a televisão pode vir a ser o mais valioso auxiliar na formação cultural de um povo. A pergunta que o crítico deve fazer a si mesmo em seguida: A televisão acrescenta alguma coisa ao telespectador? A resposta é não. (...) O que é, então, a televisão? Uma arma perigosíssima nas mãos de crianças que não entendem nada de explosivos. (WOLFF, 1964, p. 6)

O tema foi recorrente nas colunas de Wolff, assim como evidenciado por outros críticos: o futuro da TV para a produção cultural. Ao fomentar a ideia de modernização no contexto de urbanização da capital, a televisão é representada na ideia de inovação, assim como a crise para a função do crítico.

Essa relação entre futuro e crise pode ser entendida a partir da perspectiva de KOSELLECK (2007;2006a;1999) sobre espaços experiência e horizonte de expectativas como categorias da temporalidade histórica, que não coincidem nem são complementares, mas estão em constante tensão, pois "sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera" (2007, p.312). Essa tensão pode ser aplicada ao termo "crise" que, desde 1780, tem se tornado uma expressão de uma nova percepção de tempo, ao mesmo tempo indicando e intensificando o "fim" de uma época. As percepções sobre as mudanças de uma época podem ser medidas a partir do uso do termo "crise", apesar de que a categoria ainda permanece ambígua de acordo com as emoções que a acompanham (2006a, p. 358).

Ao mesmo tempo, Wolff estabeleceu a relação de compromisso entre o crítico e a TV, o que nos remete ao "dever" do crítico na imprensa em defesa do pensamento reflexivo para as chamadas "belas artes". O crítico afirmou que a televisão não acrescenta em nada para os telespectadores. Segundo Wolff, a crise na produção cultural seria um novo espaço criativo que não engrandecesse o "espírito" e, por isso, muitas vezes usava o termo "embotamento mental" para se referir ao que a TV produzia. Dentre o conteúdo televisivo, as novelas foram citadas por Wolff com frequência como sintoma da "incultura" na programação. A telenovela na década de 1960 ainda estava em processo de descoberta de sua linguagem própria, compartilhando com a programação dos teleteatros ao vivo, mas que já chamava atenção da crítica.

O *Diário Carioca* com o caderno *Cartazes da Cidade* também recebeu colunas de crítica à TV com chegada de Reynaldo Jardim, em 1964, que escreveu para o caderno até 1968 sobre televisão. Sua coluna compartilhou no espaço com crônicas dentre outros críticos e a programação semanal televisiva. Além de criador do *Caderno B* (JB), também foi criador do *Suplemento Dominical*, semanário literário criado em 1961 para o JB; diretor da *Rádio JB* desde 1952, da revista *Desfile* desde 1963, do setor de telejornalismo da *TV Globo* em 1965; além de editor dos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*, diretor da revista *Senhor* desde 1962, poeta e artista plástico.

A trajetória de Reynaldo Jardim como intelectual de esquerda convergiu com a crítica à televisão ao incorporar seus percursos do pensamento neoconcreto para pensar uma possível linguagem televisiva e uma instrumentalização do objeto para a arte. Suas relações com o Grupo Opinião[7], assim como sua participação como jornalista em periódicos alternativos (criador d'O Sol[8] e Poder Jovem[9], em 1967 e 1968) permite pensar as relações dos espaços ocupados por jornalistas de esquerda entre a clandestinidade e o grande circuito de impressos como forma de aproximção nas discussões sobre as novas produções culturais, como é o caso da TV.

Em 5 de dezembro de 1964, publica:

[7] Formado a partir do Centro de Cultura Popular da UNE, o show *Opinião* foi um musical que deu origem ao grupo, em 11 de dezembro de 1964, com direção de Augusto Boal. (PARANHOS, 2014, p. 2).
[8] Jornal alternativo idealizado por Reynaldo Jardim, circulou no Rio de Janeiro a partir de 21 de setembro de 1967 a 5 de janeiro de 1968. Foi financiado pelo J*ornal dos Sports (JS)* e mantinha uma circulação diária. (BRITO, 2017, p. 15-16).
[9] Situado como sucessor de *O Sol,* foi lançado por jornalistas e artistas de prestígios do Rio de Janeiro. Sua importância como impresso serviu como "escola de jornalismo" para militantes de grupos organizados, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Leonel Brizola. (KUCINSKI, 2018, p.65)

> Cabe ao único veículo que realmente atinge às massas, o papel de criar para o grande público uma arte que venha preencher à necessidade que todo homem tem de conhecer o mundo pela visão intuitiva do objeto artístico. Será isso possível? Usar a televisão apenas como veículos de experiências e tentativas já seria bom, mas não seria o ideal. O ideal mesmo é que se procurasse criar uma arte específica para a televisão. (JARDIM, 1964, p. 6)

Jardim explicitou em sua coluna, assim como em várias outras publicações suas, sobre a importância do espaço televisivo como uma nova possibilidade para a classe artística de acessar as "massas", assim como a importância de uma "arte específica" para a TV. A crítica como produtora de um engajamento na formação de uma consciência promovida pela figura dos intelectuais foi forte espaço de debates entre as esquerdas na publicação de impressos. O sentido da palavra "intelectual" envolve "a expressão de um grupo social específico, responsável pela produção de valores, formas e conhecimento, marcado pela busca de autonomia em relação às ideologias" (NAPOLITANO, 2017, p. 20), cuja publicação de obras, participação na imprensa, dentre outras produções era essencial marca para a construção do engajamento político nas esquerdas.

O debate no campo da esquerda sobre a TV tornou-se um debate sobre indústria cultural e o desgaste da frente nacional-popular após o golpe e o consequente fechamento de grande parte dos canais de atuação política da esquerda, sobretudo, após o AI-5. Marcos Napolitano (2017, p. 85) ao discutir a importância que a cultura ganhou durante os anos ditatoriais como via de crítica e atuação de intelectuais contra o regime, afirma que entre 1964 e 1967, a mediação ao mercado era vista como uma possibilidade de linguagem estética na forma de bens culturais.

A trajetória de formação dos críticos convergiu com a própria formação da crítica televisiva, principalmente, a partir da discussão sobre o conceito de "crítico". Sobre a categoria "intelectual", o conceito pode ser situado como fluido e polissêmico, importante para compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais (GOMES; HANSEN, 2016, P.13).

Entre a produção de bens culturais e o acesso a estes não é uma relação pacífica, mas envolve o processo da mediação cultural e apropriações, em que seus usos criam sentidos que transparecem no trânsito dos bens culturais entre diferentes grupos sociais, no tempo e no espaço. O conceito de "intelectuais mediadores", para as historiadoras, consiste em indivíduos ou grupos integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir

(2016, p. 33), ao falar de sujeitos que produzem criativamente essas novas formas de pensar a partir das vanguardas, diante de um processo de trocas culturais.

Segundo Marcos Napolitano (2017, p. 22-23), durante o regime, orbitavam nos espaços públicos de produção os seguintes grupos: os liberais, que oscilavam entre posições mais moderadas a visões democráticas, abertas para reformas sociais e defensores da livre iniciativa do mercado, cuja imprensa e a mídia corporativa eram seus principais espaços de atuação (principalmente como gestores); os comunistas do PCB, pregavam uma resistência civil e desarmada, representado no nacional-popular, cujo mote era a constituição de uma grande oposição ao regime baseado na conciliação de classes e que, após o golpe de 1964, procuraram o engajamento nos mais diversos espaços de atuação, como a imprensa, o mercado e na pequena burocracia da cultura; os grupos contraculturais, heterogêneo por agrupamento de movimentos de grupos de ação estética radical, próximos à estratégia de juventude libertária dos anos 1960 cujo mote era a liberdade individual; e finalmente, a "nova esquerda", conhecida nos anos 1970 pelo agrupamento de líderes comunitários e sindicais, católicos progressistas, dentre outros militantes que questionavam a estratégia do nacional-popular de frentismo dos comunistas, não apenas político, mas também estético.

Portanto, as discussões que envolviam os perigos da televisão para a produção cultural e os debates que situavam os binômios cultura/cultura de massas e engajamento/alienação tentavam apreender e formular interpretações sobre as transformações de uma indústria cultural mediante um regime militar. Essas discussões não interessavam apenas a burocracia militar, mas também grupos de esquerda que buscavam interpretar uma nova possibilidade de pensar a realidade brasileira que promovesse a autonomia política do indivíduo e a intervenção para as mudanças necessárias que transformassem o país em uma nação unificada, desenvolvimentista e que promovessem a libertação das massas camponesas e operários urbanos da opressão capitalista e imperialista, pensamento este representado no projeto nacional-popular.

Sobre o tipo de programação cujos temas são mais presentes, entre 1964 e 1968, as novelas com temáticas do cotidiano gradualmente substituem os teleteatros de grandes obras literárias, assim como aparecem os programas de auditório, humorísticos e musicais. Nomes como Sílvio Santos, Chacrinha e Dercy Gonçalves são importantes exemplos de programação voltada para o "popular" da "massa". A conquista pela audiência da *TV Globo*, e sua integração no mercado nacional, foi

responsável pela criação de uma "estética do grotesco" dos produtos culturais - conceito construído por Muniz Sodré (1977, p. 102), um dos principais teóricos das décadas de 1960 e 1970 sobre a comunicação de massa no Brasil.

Outro exemplo de crítico à esquerda está no suplemento *Revista UH*, o caderno cultural do jornal *Última Hora*. Fundado em 1951, foi um dos principais veículos de comunicação aliado ao trabalhismo sindical. A partir de 1965, o jornalista e literato Ivan Lessa escreveu sobre TV no suplemento durante o curto período de 2 de janeiro de 1965 a 24 de abril do mesmo ano. Durante os anos 1970, participou do impresso alternativo *O Pasquim*, acompanhado de Fausto Wolff. *O Pasquim* foi importante impresso que buscou na sátira e na piada o enfrentamento ao regime. A coluna de Ivan Lessa tem publicações datadas de segunda a sábado, na página 3 do caderno.

Na coluna "O programa é a televisão", de 2 de fevereiro de 1965, Lessa publicou sobre o aumento dos aparelhos televisores e de espectadores na baía da Guanabara, com 4 emissoras, 800 mil aparelhos e 4 milhões de espectadores (somando com os "televizinhos"), enquanto no Estado do Rio de Janeiro já somavam 3 milhões e 800 mil espectadores e outros 700 mil mineiros do sul. Sobre a programação, fala do melhor horário para publicidade, das 19h às 22h, em que a família se encontra reunida e satiriza: "Este curto espaço de tempo responde pela alcunha majestosa de 'horário nobre'. Nobre para quem? Para nós ou para eles?" (LESSA, 1965, p. 3).

A crônica situa um apelo do autor quando denuncia que quase ninguém discute de televisão. "Futebol e política, sim, mas televisão, não, a não ser no barzinho da TV-Rio, dentre outros lugares onde os homens de televisão discutem a televisão" (IDEM, 1965, p. 3). Portanto, a coluna de TV se propôs a debater sobre o meio, para buscar desvendar as pistas que ajudem a formar uma visão mais clara da "cena do crime", palavras do autor. Publicou:

> Os homens de televisão, estes sim discutem televisão.Quem são, afinal, esses homens de televisão? Quem são, como são e por que são? De onde vem e para onde vão? E o que é que êles pretendem? As caras e os nomes não disfarçaremos! São conhecidos: Chacrinha. Tarcísio Meira, Luís Mendes, Sargentelli, Chico Anísio, Derci, etc. Um mundo de gente compõe o complicado e exasperante mosaico formado pela nossa televisão. (LESSA, 1965, p. 3).

Também houve a migração de muitos atores de teatro e dramaturgos para trabalhar na TV, devido às dificuldades financeiras, assim como a censura às peças que causavam prejuízos às companhias. Mesmo antes do AI-5, o debate sobre a mediação ao mercado com a TV em cena não

estava resolvido, sobretudo com a crítica ao imperialismo norte-americano. O nacionalismo como pauta política dos comunistas do PCB foi representado na defesa das instituições democráticas e na aliança de classes como forma de fazer frente à ditadura.

Esse "frentismo cultural", nome dado ao projeto político que envolve essa aliança para a produção cultural de esquerda, mesmo com o PCB caindo na ilegalidade depois do golpe, possibilitou que o partido realizasse uma política de "ocupação de espaços" no mercado, na imprensa e na pequena burocracia. A televisão como espaço de ocupação da esquerda tornou-se uma realidade a partir da busca por uma linguagem televisiva própria, nacional, que afastasse dos programas "enlatados", dos teleteatros de grandes clássicos europeus (Goethe, Ibsen, etc) e das telenovelas ambientadas em cenários artificiais. Na década de 1970, dramaturgos de esquerda que ingressaram na *TV Globo*, como Dias Gomes e Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), foram importantes para realizar uma nova linguagem da teledramaturgia, esta que seria nacional e influenciada pelo "realismo crítico", esta corrente estética vinda dos palcos do teatro subversivo que propõe o questionar da realidade da desigualdade social no Brasil.

Reynaldo Jardim: produção crítica à esquerda

Entre os conceitos de crítico e de intelectual, há uma importante experiência histórica na formação em ambos os sujeitos. Se o crítico cultural, segundo Isabel Travancas (2011, p. 14), possui uma relação com a identidade do profissional liberal, o intelectual estaria mais ligado a uma experiência engajada e divulgação de um pensamento para transformação da realidade (NAPOLITANO, 2017, p. 17). Mais interessante que tentar buscar uma diferenciação exata de quem escreve, é importante perceber a relação de mediação que intelectuais e críticos possuem na escrita sobre a TV. Dentre a divulgação de um pensamento sobre o conteúdo televisivo e a busca por uma linguagem televisiva, havia intelectuais de esquerda preocupados com uma ideia de futuro da cultura engajada que disputava com o novo meio de comunicação de massas.

Em 1968, foi publicado o depoimento do dramaturgo Dias Gomes, conhecido por ser um dos intelectuais da esquerda que integrou o espaço da televisão por trabalhar com a *TV Globo* na produção de roteiros de novelas. Publicado na Revista Civilização Brasileira, revista renomada como espaço de fermentação de ideias da esquerda em grande parte vindas do PCB entre 1965 a 1968, seu depoimento discutiu sobre o que é engajamento e para que o serve na produção cultural no Brasil.

Entre as artes, como o teatro, e o novo espaço representado na televisão como parte da indústria cultural, escreveu:

> Dissemos que os novos autores, entendendo o teatro como uma forma de conhecimento da realidade, desempenharam papel decisivo na formação da consciência de que a liberdade é essencial à arte. (...) E procuramos mostrar que essa concepção do teatro como forma de conhecimento, se honesta, leva inevitavelmente ao engajamento. E que neste a liberdade se confunde com o próprio ato do conhecimento. (GOMES, 2012, p. 41)

Durante o depoimento, acrescentou que o engajamento é um causa histórica que encarna determinados valores, em que o artista engajado exerce sua liberdade sob forma de libertação contínua e integral. Também acentuou o papel do teatro como "umbilicalmente" ligado ao problema da função política da arte no pós-1964, situando os palcos como o primeiro setor da intelectualidade a se organizar para protestar contra o golpe, por seu caráter de ato político-social inerente a toda representação teatral que, segundo Dias Gomes, "a simples escolha do aspecto de vida humana, do tema apresentado, leva o autor a uma tomada de posição" (Idem, 2012, p. 31).

O trecho é importante para discutir como os grupos de esquerda formularam o conceito de engajamento para o processo artístico, assim como esse conceito entra em crise diante a ascensão do mercado e a indústria cultural. Quando falamos em crise, não necessariamente estamos situando o termo em negativo, mas apontando como as transformações nos espaços de atuação da intelectualidade pós-1964 entram em conflito com práticas de atuação desses grupos de esquerda.

As esquerdas no Brasil experimentaram um tipo de atuação política em que foi própria de uma "estrutura de sentimentos" nos anos 1960, conceito de Raymond Williams utilizado pelo sociólogo Marcelo Ridenti (2010, p. 144) para apreensão de crenças mantidas de maneira formal e sistemática na produção artística da esquerda dos anos 1950 e 1960, antes do golpe, dando conta de significados e valores tais como são sentidos e vividos ativamente a partir do pensamento como consciência prática. A formação de instituições formada por grupos intelectuais de esquerda foi exemplo da efervescência política do período democrático dos anos 1950 e os momentos de agitação do governo de João Goulart, como a fundação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)[10],

[10] Criado em 1955 como instituição de apoio ao projeto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e vinculado ao Ministério da Cultura, serviu posteriormente como espaço aglutinador da esquerda (CZAJKA, 2010, p. 99), como resposta à euforia vivida por intelectuais e artistas que almejavam a construção de uma teoria de identidade nacional-popular, nos anos 1960.

a União Nacional dos Estudantes (UNE)[11], o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)[12], dentre outras que ajudaram a construir uma prática intelectual de esquerda.

Assim, a arte revolucionária criaria forma e conteúdo a partir da emergência das utopias progressistas, buscando no passado as "raízes populares nacionais" como base para construir um futuro de uma revolução que poderia romper as fronteiras com o capitalismo. A figura do intelectual-artista emergiu como tradutor das demandas sociais. A representação da sentimentalidade de ação diretiva do grupo para a transformação carregou em seu significado o ideário da luta contra o imperialismo norte-americano, resistência à industrialização massiva e concentração de riqueza, combate à indústria cultural e a sociedade de consumo, em que o camponês é situado como o autêntico representante do povo oprimido. Esses elementos buscavam um "redescobrimento" do Brasil, à procura das "raízes" de um país que precisa ser recuperado à medida que a industrialização os tornou massa de manobra, sem autonomia, apenas sujeitos para o mercado de consumo.

Assim, o intelectual, após o golpe, além de buscar a autonomia política, também se tornava figura de resistência cultural cuja posição engajada era inevitável, como diz Dias Gomes no ensaio, entendendo a cultura como campo em disputa, o que caracterizou um sentido ético de agir na luta contra a opressão que configurou um papel importante na construção de uma identidade de oposição ao regime (NAPOLITANO, 2017, p. 28),. Isso expressava um sintoma do papel da cultura como resistência simbólica e como expressão político-ideológica, colocando em crise a própria função do campo da cultura.

Os críticos de esquerda que escreveram sobre TV possuíam trajetórias que se entrecruzavam, assim como é formulado os círculos intelectuais que debatem cultura em disputa no processo de industrialização e autoritarismo no Brasil dos anos 1960. Eram, muitas vezes, vigiados por órgãos militares, como o *Serviço Nacional de Informações* (SNI), criado em 1964 por lei do governo federal com o objetivo de coordenar nacionalmente informações e contra-informações que serviriam em prol da "segurança nacional". A trajetória de Reynaldo Jardim apresenta a formação do crítico de televisão

[11] Instituição nacional representativa dos estudantes, cujo papel nos anos 1950 foi importante para a movimentação do ideário democrático em defesa do nacionalismo e, durante os anos 1960, abriu participação para outros setores de atuação política como os grupos de esquerda católica, como a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular (SAMPAIO, 2017, p. 385)

[12] Associação apartidária de intelectuais formada em 1963 como frente única em defesa da liberdade democrática, extinta 5 meses depois, e que estimulava a participação dos intelectuais enquanto "classe". (CZAJKA, 2011, p. 70)

como intelectual em crise com as chamadas artes de vanguarda, estabelecendo relações com outros campos da produção cultural para produzir sua crítica.

Reynaldo fez parte da formação do SDJB, assim como o *Caderno B*, em companhia do poeta Ferreira Gullar, enquanto escrevia uma coluna literária no jornal UH (JARDIM, 1954, p. 11), além de participar da produção de programas de rádio na *Rádio JB*. Ambos já atuavam nos anos 1950 do movimento vanguardista, situada dentro das artes experimentalistas e formais, influenciadas pelo pensamento desenvolvimentista da agitação popular, representada no movimento neoconcretista, uma vertente artística de releitura do concretismo. Sobre o concretismo, tinha como objetivo representar a atualização da modernização, trazer informações dos grandes centros, divulgar alguns de seus principais teóricos, escritores, poetas, adequando à realidade de um país prestes a torna-se desenvolvido (HOLLANDA, 1990, p. 21).

Reynaldo Jardim não só abriu espaço para publicações no SDJB, como a formulação do caderno em sua diagramação se deu inspirada na racionalidade da escrita poética do movimento. Se o concretismo buscava a realização do poema-objeto, o neoconcretismo produziu a "teoria do não-objeto" que não concebem a arte como máquina nem como objeto, entendendo uma necessidade de exprimir a complexa realidade do homem moderno, negando a validez das atitudes cientificistas e positivistas em arte e repõe o problema da expressão, incorporando as novas dimensões verbais criadas pela arte não figurativa construtiva (JORNAL DO BRASIL, 1959, p. 6). Em 1961, Jardim publica sua primeira obra pelo movimento, o "livro infinito", de concepção do próprio crítico, cuja obra com seus poemas era um livro com duas lombares, dando o aspecto de infinitude[13].

Enquanto isso, o clima de agitação nos anos 1960 mobilizava o engajamento em torno da luta camponesa e as manifestações estudantis universitárias, momento este para pensar a história do Brasil a partir de caminhos que supere o subdesenvolvimento. Jardim é um dos intelectuais que participou da formação de espaços intelectuais na difusão do ideário de "brasilidade revolucionária", como a publicação do semanário *Cadernos do Povo Brasileiro*, editado pela *Civilização Brasileira*, nascido a partir da frente formada por UNE, ISEB e CPC e que durou entre 1962 e 1964, até o golpe (JORNAL DO BRASIL, 1962, p.4). Em 1963, participou da fundação do CTI, marcando sua trajetória à esquerda e sua produção posterior enquanto poeta.

[13]"Ferreira Gullar: um fazedor de espanto". **Portal Folha de S. Paulo Ilustrada**. Publicado em 11 de fev. 2011. Disponível em :https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1302201122.htm

Enquanto escrevia para o DC sobre TV, participava de mobilizações políticas. Quando o editor da *Civilização Brasileira*, Ênio da Silveira, foi preso por "delito de opinião" em 1965, assinou a nota em favor da liberdade do jornalista, chamada "Intelectuais e Artistas pela Liberdade" e publicada no *Primeiro Caderno* do JB, em 29 de maio de 1965 (JORNAL DO BRASIL, 1965, p. 5). Durante os anos após o golpe, sua poesia foi marcada por esse processo, como o seu "livro-poema" publicado em 1965 e chamado "Maria Bethânia Guerreira Guerrilha", idealizado após assistir a estreia de Bethânia como atriz, compositora e intérprete do show "Opinião" (DIÁRIO CARIOCA, 1965, p. 5), assim como vários outros intelectuais (dentre eles, Ferreira Gullar e Dias Gomes), denunciados por "atividade subversiva".

Seu distanciamento com os movimentos de vanguarda não marca um rompimento em si, pois uma das características principais do movimento neoconcretista é a preocupação na busca por uma linguagem poética que revolucionasse os padrões estéticos da arte, procurando o engajamento a partir da poesia e das artes plásticas como linguagem subjetiva. Esse distanciamento é parte de muitos intelectuais de esquerda que produziam para as vanguardas em um momento pós-1964 cujo cenário era de questionamento do projeto desenvolvimentista, posteriormente, apropriado e resignificado pelo projeto de modernização-conservadora na ditadura, colocando em descrença a significação e a linguagem desenvolvimentista por aprofundar um problema de relações de dependência, situado no próprio projeto econômico vigente. Além disso, por mais que as vanguardas renovassem uma preocupação com um projeto de modernização, a crítica a ela volta-se para o esvaziamento para a mobilização de massas.

Os meios de comunicação de massas, a necessidade de ser moderno, o debate entre utilização de elementos estrangeiros e nacionais são elementos-chave para a crítica na produção cultural, em que as vanguardas, segundo HOLLANDA (1992, p. 38), atualizam uma crise na linguagem para pensar os rumos da produção cultural pós-1964.

Essa busca por uma linguagem foi resignificada na escrita de Jardim sobre TV, quando pensou a televisão, primeiro, como objeto que precisava de uma linguagem própria para poder acessar o telespectador. Sua crítica à indústria situou, sobretudo, a TV dos anos 1960 que ainda buscava nos moldes norte-americanos como programação, como sinônimo de esvaziamento crítico de e dependência cultural. Na coluna, publicada em 24 de novembro de 1964, relatou o caso de "um

cidadão francês" que escreveu numa "revista especializada" sobre a programação americana, notando a falta de críticas sobre os programas de televisão:

> Não havia crítica porque não havia coisa a ser criticada. Não que a coisa fosse muito ruim. Nem muito boa. Simplesmente não havia nada a ser criticado. Diz ter visto um bang-bang atrás de outro bang-bang, entre eles uma enxurrada de anúncios, depois deles um chatola lendo notícias tipo repórter Esso. Na certa lá também os dirigentes são dirigidos e digeridos pelos anunciantes e os anunciantes pelas pesquisas. Lá também a filosofia deve ser a "disso o povo gosta" e a chegada dos índices de audiência deve riscar do mapa ou aumentar os salários dos mais vistos e ouvidos. Vamos resolver ampliar nossa campanha para o âmbito internacional e pedir aos pacientes norte-americanos (telespectadores) que participem de nossa campanha, pois enquanto a matriz não mudar, a filial não mudará. (JARDIM, 1964. P. 6)

Reynaldo sintetizou a dependência cultural como parte da programação televisiva, além disso, também situou a falta de crítica dos conteúdos como representação da "alienação" que essa programação consistia, assim como comparou os conteúdos norte-americanos com os conteúdos no Brasil. Além disso, situou a relevância da produção cultural a partir da lógica de mercado consumidor, o que estabelece uma crise de linguagem e, consequentemente, uma crise para o pensamento crítico e os rumos da intelectualidade na produção cultural no Brasil, segundo Jardim.

A escrita de Jardim, e sua atuação como intelectual engajado, entendia a televisão a partir de um serviço público, como produção cultural artística e que precisava estar aliada aos compromissos da agenda política de mobilização das massas. A indústria cultural no Brasil e os investimentos privados situam os atritos com o projeto desenvolvimentista e de modernização no campo da cultural, colocando em crise, a atuação intelectual engajada.

Essa produção televisiva para Jardim é expressa na crítica publicada na coluna em 22 de janeiro de 1965, quase como uma "carta-manifesto" sobre produzir cultura para um país subdesenvolvido e desigual. Em meio ao processo de regulamentações da programação, publicou:

> Enquanto os juízes de menores protegem as crianças protegidas estabelecendo horários para os programas de televisão, programas próprios e impróprios, as crianças desta cidade, aquelas que não têm aparelho de televisão, continuam sem proteção alguma. Alguém poderá concluir que para ser protegida pelo Estado a criança tem antes que arrumar um lar na classe média, um lar em que a peça principal seja o aparelho de tevê. (JARDIM, 1965, p. 6)

A coluna denunciava a contradição das políticas de modernização e integração nacional cujos principais beneficiários são a classe média, aumentando os índices de desigualdade social em um país

com altos índices de analfabetismo nos anos 1960. A televisão como serviço público entrava em debate na escrita engajada, continuou:

> O Estado teria que investir, os industriais teriam que investir, o povo teria que investir. E não pode haver melhor investimento que salvar as próximas gerações, porque isso significa salvar a própria nação. (...) Basta uma criança estendendo a mão na rua para que a moralidade de qualquer govêrno seja condenada, para que não mereça de ninguém o menor respeito. (...) Discute-se muito a exportação de matéria-prima. Mas essa incômoda e inexportável matéria-prima que é a criança miserável não é motivo nem de debate. (JARDIM, 1965, p. 6)

A crítica ao governo é direta, o que pode explicar seu afastamento do DC, além do seu registro em IPMs (Inquérito Policial Militar) junto a nomes de intelectuais já fichados como "subversivos". Dessa forma, a crítica televisiva ganhava contornos a partir da construção intelectual de esquerda, como representante das massas esquecidas pelo Estado, em que a cultura serviria como mobilização das consciências. Reynaldo Jardim é exemplo de como o campo da cultura é instrumentalizado para pensar a atuação política nas massas, em que a televisão serviria como espaço de linguagem própria e criticidade da realidade.

Nos anos 1970, essa linguagem própria da TV e produção que estivesse voltada para a representação da realidade em forma de questionamento foi expressa no movimento "realismo crítico", proposto na escrita de novelas dirigidas por comunistas que trabalhavam na *TV Globo*. Representar a TV como instrumento político e de serviço público foi uma das principais pautas de visões intelectuais sobre o que se produz na TV, assim a escrita sobre TV pensará o objeto. Não à toa, muitos intelectuais engajavam-se em grupo políticos, não só Reynaldo, mas também Ivan Lessa, Fausto Wolff, dentre outros.

Conclusão

A televisão como preocupação na ditadura civil-militar não foi restrita aos setores institucionais, mas circulou na sociedade em seus discursos, produzindo um imaginário além dos documentos ditos oficiais do Estado. Desde sua chegada no Brasil, em 1950 com a inauguração da TV-Tupi (SP), é representada na imprensa escrita entre o fascínio por uma nova tecnologia e o medo das consequências geradas por um possível "mau uso", ainda durante a década inicial.

Dessa forma, a crítica televisiva durante os anos 1960 e 1970 apresenta para os estudos em mídia as relações de disputa entre uma esquerda que buscava apreender os usos do objeto, e uma

indústria cultural promovida por um regime ditatorial que buscava modernizar (e ao mesmo tempo censurar) os meios de comunicação. Esses intelectuais produziam visões de futuro para a televisão como instrumento, dialogando com outros campos culturais, como o teatro, a literatura e o cinema.

Trabalhar acerca dessas questões torna a relação entre imprensa e televisão, o diálogo entre a crítica e a modernização técnica. Assim, possibilita debater a historicidade do momento em que a televisão é inserida na sociedade civil, a partir da formação de uma indústria do entretenimento, que ganhava audiência e incorporava-se à vida cotidiana durante a ditadura civil-militar.

Fontes:

"Intelectuais e Artistas pela liberdade". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 mai. 1965, Primeiro Caderno, p. 5.

"IPMs na Justiça acusam 400 pessoas". **Diário Carioca.** Rio de Janeiro, 26 nov. 1965. Primeiro Caderno, p. 5.

"Novos cadernos do povo brasileiro". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 dez. 1962, Primeiro Caderno, p. 4.

GOMES, Mayra e Luana Dias (org). **Série Encontros: Dias Gomes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 41

JARDIM, Reynaldo. "Arte Direta". **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 5 dez.1964. Cartazes da Cidade, p.6.

JARDIM, Reynaldo. "Infância". **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 22 jan. 1965. Cartazes da Cidade, p. 6

JARDIM, Reynaldo. "Lá e Cá". **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 24 nov. 1964. Cartazes da Cidade, p. 6

JARDIM, Reynaldo. "Conversa literária". **Última Hora**. Rio de Janeiro, 4 set. 1954. Primeiro Caderno, p. 11.

LESSA, Ivan. "O programa é a televisão. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 2 de fev. 1965. Revista UH, p. 3.

WOLFF, Fausto. "A função do crítico". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 out.1964. Caderno B, p. 5

Referências bibliográficas:

"Ferreira Gullar: um fazedor de espanto". **Portal Folha de S. Paulo Ilustrada**. Publicado em 11 de fev. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1302201122.htm>

ALMEIDA, Mauro. **A Comunicação de Massa no Brasil.** RJ: Edições Júpiter, 1971.

ALVES, José Eustáquio Diniz. "Características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000". Rio de Janeiro. **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2004. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv3124.pdf>

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil.** RJ: Vozes, 2013.

BRAGA, José Luís. **A sociedade enfrenta sua mídia:** dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: PAULUS, 2006.

BRITO, Leandro. **Jornal Alternativo *O Sol:* concepção de um novo jornalismo durante a ditadura civil-militar brasileira.** 2017. Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bauru – SP.

BUSETTO, Áureo. "Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão". **Revista Brasileira de História.** 2007, vol.27, n.54, pp.177-196.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. Tese (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação Em História Social, USP. São Paulo.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato: o som e a fúria do que se viu no golpe de 1964.** 11 ed. Rio de Janeiro: Edipass, 2018.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e Poética**. RJ: Livraria Acadêmica, 1969.

CZAJKA, Rodrigo. "A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). **Revista Sociologia Política.** Curitiba, v. 18, n. 35, p. 95-117, fev. 2010.

CZAJKA, Rodrigo. "O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais em 1960". **Revista Temáticas**. Campinas, n. 19, p. 57-80, jan./dez. 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen da Silva - entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira.** 2002. 233 f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE).

EAGLETON, Terry. **A função da crítica.** SP: Martins Fontes Editora LTDA, 1991.

FALCÃO, Letícia Fonseca. **Entre o exercício da crítica e a escrita da história: O lugar de Sábato Magaldi na história do teatro brasileiro.** 2017. Dissertação (Mestre em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. UFU – MG.

HANSEN, Patrícia Santos; GOMES, Angela de Castro. **Intelectuais Mediadores:** práticas culturais e ação política. 1ª ED. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960-1970).** Rio de Janeiro: ROCCO, 1992.

KORNIS, Mônica. "Serviço Nacional de Informação (SNI)". VERBETE TEMÁTICO. **Site Fundação Getúlio Vargas – CPDOC**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise:** uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDURJ: Contraponto, 1999

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2014

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC, 2006

KOSELLECK, Reinhart.; RICHTER, Michaela W. "Crisis". **Journal of the History of Ideas.** Vol. 67, No. 2, Apr., 2006, p. 357-400

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. SP: Editora Universidade de São Paulo, 2018

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada à sério.** SP: Editora Senac, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985).** SP: Intermeios: USP, 2017

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**.SP: Contexto, 2019.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira.** SP: Editora Brasiliense, 2006.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. "'Teatro, música e o Grupo Opinião: 'que bicho deve dar?'". **Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História ANPUH-SP**. Santos, 2014. Disponível em: Acesso: 12/05/2020 às 16:44.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os Jornalistas-Intelectuais no Brasil: Identidade, práticas e transformações no mundo social**. 2008. Tese (Doutor em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília – DF.

Protagonistas da Imprensa Brasileira. A opinião de quem decide: Alberto Dines". **Jornalistas & CIA**, edição 12, 19.fev.2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 11, 2003 p 147-160.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSZCHMANN, Micael (orgs). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X : Globo Universidade, 2008.

RIDENTI, Marcelo. "Artistas da revolução brasileira nos anos 1960". IN: REIS, Daniela Aarão Reis; ROLLAND, Denis (orgs). **Intelectuais e modernidades.** RJ: Editora FGV, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. 2. ed. Ver. E Ampl. - São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SAMPAIO, Thiago Henrique. "UNE: Espaços, sujeitos, temporalidades e resistências". **Revista Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 382-387, maio/ago, 2017.

SILVA, Fernanda Maurício. Quando a crítica encontra a TV: uma abordagem cultural para a análise da crítica televisiva. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 2, p. ID22177, 21 mar. 2016.

SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala - função e linguagem da televisão no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1977

SPANNENBERG, M. Ana Cristina. "Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil". **Revista Observatório**, vol. 2, Palmas, maio.2016.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna.** 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Comunicação, Universidade Católica de São Paulo, USP – SP.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna.** 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Comunicação, Universidade Católica de São Paulo, USP – SP.

VENTURA, Mauro Souza. **A crítica e o campo do jornalismo: ruptura e continuidade**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 96 p.

VERBETES. Primeira República. **Arquivo online CPDOC - Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em:<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>

VIEIRA, Luiz Renato. "Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial". **Revista de Biblioteconomia de Brasília.** N. 20, n.2, p. 139-192, jul/dez 1996

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. SP: Unesp, 2011

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. SP: Boitempo, 2016

Temporalidades

Palestina e Israel: memórias em disputa em uma reportagem do *Jornal Hoje*

Palestine and Israel: disputed memories in a report by *Jornal Hoje*

Juliana Ferreira de Carvalho
Mestranda em Comunicação
Universidade Federal de Ouro Preto
juliana.carvalho2@aluno.ufop.edu.br

Recebido em: 22/11/2020

Aprovado em: 18/01/2021

Resumo: A rememoração da criação do Estado de Israel, em 1948, revela intensas disputas de memórias entre palestinos e israelenses. Isso porque o que Israel considera como Guerra da Independência, a Palestina entende como *Nakba* que, em português, significa catástrofe. A *Nakba* foi quando cerca de 700 mil palestinos foram expulsos de suas casas por organizações paramilitares sionistas, em 1948. Diante disso, o artigo pretende compreender como se dão essas disputas mnêmicas em uma reportagem exibida no *Jornal Hoje*, na data em que comemorava os 70 anos da fundação de Israel. Pretende-se realizar uma análise crítica de como essas tensões aparecem na reportagem utilizando o conceito de memória.

Palavras-chave: Memória; Palestina; Israel; Telejornal

Abstract: The remembrance of the creation of the State of Israel, in 1948, reveals intense disputes over memories between palestinians and israelis. That's because what Israel regards as the War of Independence, Palestine understands as *Nakba*, which means catastrophe. *Nakba* was when around 700 thousand palestinians were expelled from their homes by zionist paramilitary organizations, in 1948. In light of this, the article intends to understand how these mnemic disputes take place in a report shown in *Jornal Hoje*, on the date that celebrated 70 years of the foundation of Israel. It is intended to carry out a critical analysis of how these tensions appear in the report using the concept of memory.

Keywords: Memorie; Palestine; Israel; Newcast

Introdução

A cobertura da situação dos territórios ocupados por Israel na Palestina, apesar de ter um espaço frequente nos telejornais brasileiros, deixa a desejar na contextualização histórica. Em um

levantamento realizado por meio de uma pesquisa na plataforma *Globoplay*, foram identificadas 276 reportagens sobre a situação entre Israel e Palestina.[1] O que se vê, são reportagens retratando os acontecimentos do presente e que pouco se aprofundam nas raízes da questão palestina e nas circunstâncias que antecederam a violência que hoje assistimos pelos jornais. Por vezes, o espectador dessa violência se vê absorto em acontecimentos sangrentos que parecem não fazer o menor sentido. Dessa forma, a reportagem *Criação do Estado de Israel é marcada por conflitos entre árabes e judeus até hoje,* [2] exibida pelo *Jornal Hoje*, na Rede Globo, no dia 14 de maio de 2018, chamou a atenção primeiro pela duração (seis minutos e 30 segundos), e segundo pela contextualização da história da região palestina, evocando, também, o passado do povo judeu, desde os horrores do Holocausto até o momento de criação do Estado de Israel. A reportagem traz alguns tensionamentos da história ao abordar a questão palestina, mesmo que de forma superficial.

É comum o uso da expressão "conflito Israel-Palestina". O dicionário Michaelis *online* define a palavra *conflito* como "Encontro de coisas que se opõem ou divergem". Embora o mesmo dicionário também defina *conflito* como "Luta armada entre potências ou nações; guerra.", o historiador israelense Ilan Pappé (2016) defende que o que ocorre na região da Palestina é uma limpeza étnica. Ele diz que,

> [...] limpeza étnica é um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas. [...] Os massacres acompanham as operações, mas, quando acontecem, não são parte de um plano genocida, mas sim uma tática crucial para acelerar a fuga da população marcada para expulsão. Mais tarde, os expulsos são apagados da história oficial e popular do país e extirpados da memória coletiva. (PAPPÉ, 2016, p. 23)

Tem-se, portanto, com a afirmação de Pappé (2016), que uma limpeza étnica, além de buscar o aniquilamento de determinadas populações, almeja, também, o aniquilamento de suas memórias, para que estas nunca sejam levadas em consideração ou, sequer, ouvidas. Além disso, o autor aponta, também, para o apagamento dessas populações na História oficial e popular. Ana Paula Goulart

[1] As 276 reportagens identificadas foram transmitidas entre 2012 e 2018 nos seguintes telejornais e programas do canal aberto da Rede Globo: Jornal Nacional, Jornal Hoje, Bom Dia Brasil, Jornal da Globo, Profissão Repórter, Jornal do Almoço, Bom dia Rio Grande, Meio Dia Paraná, Jornal do Amazonas, Esporte Espetacular, Globo Esporte, Bom Dia MT, SP2, RBS Notícias, MSTV, Bom dia MS, Hora 1, Fantástico, Boa Noite Paraná, Diários TV, Jornal da EPTV, CETV, Link Vanguarda, MG Inter, Encontro com Fátima Bernardes, Mais Você. Esse material compõe a fase metodológica da pesquisa de mestrado que está sendo realizado pela autora. Portanto, o material ainda não foi publicizado.

2 Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/6734597/

Ribeiro (2000, p. 26) afirma que "Um fato, para ser considerado histórico, deve estabelecer inúmeras relações com outros eventos, considerados num encadeamento causal", o que não significa dizer que a História, por si, não é, como a memória, seletiva. "A memória social funciona e se constitui como instrumento de poder." (RIBEIRO, 2000, p. 31). Nesse sentido, Ribeiro (2000, p. 32) complementa que "a História sempre manteve uma certa cumplicidade com o discurso do poder, o que nos permite caracterizá-la como uma memória de caráter oficial.".

Das afirmações de Ribeiro (2000), chegamos ao caso aqui analisado e podemos levantar as seguintes premissas: a memória oficial está do lado de Israel, enquanto a Palestina se ancora em memórias subterrâneas que não encontram representação na mídia e na História oficial.

Na contramão da forma como geralmente é noticiada a situação israelo-palestina, na reportagem do *Jornal Hoje* são retomadas as raízes do que hoje é entendido por "conflito Israel-Palestina", voltando não apenas a 1948 para explicar o desenrolar dos acontecimentos na região, como também no Holocausto. Entende-se que esta última manobra, perigosa e cheia de falhas, pode acarretar em uma responsabilização dos palestinos pelo que foi vivido no Holocausto, além de ocultar diversas informações sobre o envolvimento da Europa – principalmente da Grã-Bretanha – na fundação de um Estado judeu através de acordos sionistas.

O sionismo, originado na Europa no final século XIX, foi influenciado pelo nacionalismo que crescia cada vez mais no continente europeu. A principal missão era estabelecer um Estado judaico, sobretudo pelas ligações religiosas e, segundo os sionistas, raciais entre os judeus. Até então, a ideia não havia sido desenvolvida na prática e nem mesmo havia teorias articuladas até 1896, quando Theodor Herzl publicou o livro *Der Judenstaa* que, em tradução livre, pode ser entendido como *O Estado Judeu*. Segundo André Gattaz (2002, p. 22), o documento, que não possui tradução em língua portuguesa, dizia que os judeus deveriam estabelecer seu próprio Estado, sobretudo para fugir das perseguições que sofriam na Europa. Apesar da clássica justificativa religiosa na escolha da Palestina como local ideal para o estabelecimento de um Estado judeu, outros países como Argentina, Uganda e Chipre, também foram considerados. Pode-se entender a escolha da Palestina como uma estratégia em relação a sua localização, sendo mais fácil convencer os judeus espalhados pelo mundo, sobretudo na Europa, a migrarem para a Palestina do que para a Uganda, por exemplo.

Em 1897, o projeto sionista foi oficializado no primeiro Congresso Sionista, promovido por Herzl na cidade de Basiléia, localizada na Suíça. O evento contou com a presença de 197 pessoas. O

resultado do encontro foi o Programa do I Congresso Sionista, o qual Gattaz (2002, p. 23) observa que possuía três etapas principais: organização, negociação e colonização. Mesmo com a rejeição de alguns, inclusive judeus, o projeto ganhou forma ao longo dos anos e, de fato, conseguiu ser realizado quase integralmente.

Ainda que o conflito Israel-Palestina não tenha uma cobertura muito aprofundada nos veículos brasileiros de comunicação, sabe-se que a mídia ocupa um lugar importante na sociedade, sendo espaço de manifestação de identidades e representações diversas. Para Silverstone (2002, p. 20), a mídia "filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum". A mídia pode direcionar sentidos em relação ao outro, suscitando ou renovando interpretações às quais o público pode conferir a determinados assuntos e indivíduos.

Entende-se que estudar a televisão, é estudar um conteúdo amplamente acessado pela população brasileira, que utiliza do telejornal para se informar diariamente sobre as questões nacionais e internacionais. Segundo Hamburger (2011, p. 64): "Em domicílios de famílias de baixa renda, o aparelho televisor veio antes da geladeira e da máquina de lavar na lista de prioridades". O telejornal, que faz parte da programação televisiva desde os primórdios da televisão, constitui-se, para muitas pessoas, como um meio de adquirir informação com credibilidade.

Retomando a discussão acerca dos fatos históricos, segundo Ribeiro (2000, p. 41), "Os discursos de determinadas épocas históricas – principalmente os discursos midiáticos – são espaços privilegiados, nos quais se travam as lutas sociais.". Sendo assim, a mídia e a História possuem aproximações na medida em que através da mídia, a História é contada, recontada, debatida e explorada. Ribeiro (2000) afirma, ainda, que "A mídia é o principal lugar de memória e/ou de história das sociedades contemporâneas" (RIBEIRO, 2000, p. 33). A partir desta premissa, torna-se necessária a reflexão de como as memórias sobre diferentes momentos da História são retratadas nos veículos de comunicação para tentar compreender de que maneira a mídia pode corroborar ou romper com a memória hegemônica.

Fernando Antônio Resende e Letícia Rossignoli (2015), ao realizarem uma análise de narrativas sobre a situação entre Israel e Palestina em matérias veiculadas no antigo jornal impresso *Folha da Manhã*, entre 1936 e 1946, afirmam que "Neste espaço [narrativas midiáticas] no qual sujeitos e fatos são tomados por estereotipias tão maciçamente divulgadas, a reflexão sobre suas lutas

e as formas de inscrição dos poderes é que dá a ver os possíveis deslizes dos significantes a ele vinculados." (RESENDE; ROSSIGNOLI, 2015, p. 96). A figura árabe é constantemente alvo de preconceito – violência esta que encontra apoio na mídia, sobretudo em programas de entretenimento, mas também no jornalismo, ainda que de outra maneira. O próprio termo "árabe" é comumente utilizado sem maiores especificações, como se toda a população árabe do Oriente Médio fizesse parte de uma só massa cultural que, inclusive, costuma ser relacionada com o extremismo, a intolerância e a violência.

Considerando as perspectivas apresentadas acima e entendendo o papel das memórias na construção de reportagens no jornalismo, por meio das entrevistas e arquivos utilizados, a análise consistiu em compreender quais as memórias e de que forma foram assimiladas pelo *Jornal Hoje* na exposição da reportagem acerca do aniversário do Estado de Israel. Tal análise buscou refletir a respeito dos depoimentos fornecidos pelas fontes utilizadas, além de refletir, também, sobre quem são essas fontes e de que forma as afirmações feitas por elas corroboram ou rompem com a memória hegemônica. As falas do *off*[3] feitas pelo jornalista também foram levadas em consideração, pois é através dessas falas que podemos perceber qual posição o jornal adotou diante dos fatos exibidos – e dos não exibidos também. Através da descrição da reportagem veiculada no *Jornal Hoje*, bem como as imagens utilizadas e os *offs* gravados pelo jornalista que conduziu a matéria, percorremos as pistas mnêmicas para, enfim, problematizá-las.

A instrumentalização do Holocausto

A reportagem é iniciada com o jornalista âncora, Dony De Nuccio, no estúdio, que anuncia o que virá.

> Dony De Nuccio: A criação do Estado de Israel foi marcada por conflitos entre árabes e judeus. Conflitos que duram até hoje. Veja na reportagem do Alberto Gaspar.
>
> [O fundo sonoro é um toque suave de violão. Um livro de retratos é folheado por mãos e, logo em seguida, o rosto de um homem idoso, a quem pertencem as mãos, é apresentado em plano fechado, enquanto ele continua folheando o livro.]
>
> (OFF) Alberto Gaspar: Memória de quem esteve lá há quase 70 anos. Seu Joshua tem 85. Nascido na Romênia, ele sobreviveu à perseguição nazista e chegou a Israel em 1950. Nas fotos da época, está sempre fardado.

[3] Quando o repórter grava a fala em estúdio e esta é coberta por imagens durante a reportagem.

> [Close em uma fotografia do livro, onde Joshua Strul, ex-militar israelense, aparece mais jovem, sorrindo, de uniforme militar e um *rifle* na mão direita]
>
> Joshua Strul: Muita saudade daqueles tempos que eu passei no exército de Israel.
>
> [Ele continua falando e as fotografias de seu passado como militar vão aparecendo na tela]
>
> J.S.: Até eu cheguei a ser instrutor de bazuca.
>
> (OFF) A.G.: Mas a mãe do seu Joshua preferiu que ele viesse para o Brasil anos depois. Aqui, ele fez a vida e uma família grande. Tem dez netos. A moça de 19 anos, hoje, serve o exército israelense.
>
> [A foto da neta vestida em trajes militares, com uma arma pendurada sobre o corpo, sorrindo, é exibida. Em seguida, outra fotografia da moça, encostada em muro, sorrindo, com a arma pendurada no corpo]
>
> (Continuação do OFF) A.G.: O lugar onde ela vive enche o avô de orgulho.
>
> J.S.: Como se desenvolveu, como cresceu. De deserto, colhendo frutas, irrigando a terra árida no [incompreensível], maior refinaria de transformação de água salgada em água potável.
>
> [Imagens de um laboratório israelense são exibidas]

O início da reportagem traz as histórias de Joshua, um homem judeu que conseguiu fugir do Holocausto e chegou a Israel em 1950, dois anos após o Estado ter sido fundado. Já em Israel, Joshua se alistou ao exército e, como ele conta alegremente, chegou a instruir os colegas militares a utilizarem a bazuca, uma arma portátil em forma de tubo que dispara granadas contra tanques de guerra, capaz de destruí-los. Joshua também parece satisfeito porque a neta está seguindo seus passos, atuando junto ao exército israelense. As imagens da moça com um *rifle* pendurado no corpo, sorrindo, são exibidas na tela. A vida em um dos exércitos mais poderosos do mundo parece leve. O senhor exalta a evolução rápida do Estado de Israel, sobretudo as evoluções tecnológicas desenvolvidas em laboratórios israelenses, mencionando, por exemplo, a água potável produzida a partir da água salgada.

Por outro lado, a população palestina sofre com a falta de água potável. Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) acusou Israel de restringir o acesso à água para cerca de

cinco milhões de refugiados palestinos[4] que vivem em condições sub-humanas graças à dispersão empregada pelo exército israelense. Entretanto, esta informação não é trazida na reportagem.

Para Mariano (2015, p. 200),

> A entrevista também tem relação com limitações físicas e cognitivas do entrevistado, suas crenças, interesses e afetos. Lida com o imaginário dos entrevistados e com a sua inserção social, o que envolve classe, etnia, gênero, nacionalidade e outras dimensões identitárias que influenciam o modo como enxergamos o mundo.

Ou seja, os depoimentos dos entrevistados são frutos da forma como eles enxergam o mundo em que habitam e como interpretam suas experiências. Essas interpretações são, portanto, seletivas e se ancoram em memórias individuais e coletivas do grupo ao qual pertence.

Neste primeiro momento, a memória de Joshua é traçada a partir do acontecimento do Holocausto, que dizimou cerca de seis milhões de judeus, principalmente em campos de concentração espalhados pela Europa. O Holocausto, por si só, já reverbera memórias traumáticas que são, inclusive, transmitidas no meio familiar. Conforme Pollak (1992, p. 2), "De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.". O fato histórico do Holocausto é, também, constantemente abordado em livros didáticos, museus, memoriais, biografias, romances, filmes, documentários, em uma infinidade de produções midiáticas. É sempre reiterado o absurdo dos crimes cometidos pelo Partido Nazista, a fim de reafirmar o que não pode, nunca, se repetir. "Em contraposição ao esquecimento, organizações se constituem para lutar contra o arbítrio através do trabalho de recuperar nomes e restaurar os fatos que podem ainda ser lembrados. O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir." (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.103).

O fato de a reportagem ter sido iniciada com o resgate histórico do Holocausto, através de uma pessoa que afirma ter vivido na pele o horror da perseguição judaica, desloca o espectador a olhar Joshua com compaixão. As fotos de Joshua no exército israelense são exibidas de forma nostálgica, ele mesmo diz que sente saudade da vida militar em Israel. Não é, portanto, uma atribuição negativa que ocorre. Até mesmo o fato de ele explicitar que era instrutor de bazuca é revelado com certo humor.

4 Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/onu-acusa-israel-de-tirar-acesso-de-palestinos-agua-23532208

A reportagem continua:

> (OFF) A.G.: Agricultura, informática, medicina. São mesmo muitos os avanços científicos tecnológicos.
>
> [Imagem de uma bomba sendo explodida, espalhando uma fumaça preta pelo local que não é identificado pela reportagem]
>
> (Cont. OFF) A.G.: Na área militar, inclusive.
>
> Fernando Lottenberg, presidente da Confederação Israelita do Brasil.: A guerra sempre no horizonte. É uma região dura, onde você não pode se permitir ser fraco. Israel não pode se dar o luxo de perder uma guerra, né?
>
> [Imagem, em plano aberto, de várias pessoas aglomeradas em frente ao muro das lamentações. Os quipás sugerem que são judeus, mas há também lenços brancos cobrindo a cabeça de várias pessoas, não fica claro se são muçulmanos]
>
> (OFF) A.G.: O movimento pela criação do Estado judeu começou no fim do século XIX e acumulou vitórias no campo diplomático, nas primeiras décadas do século XX, com apoios importantes na Europa.
>
> [Imagens das vítimas do Holocausto]
>
> (Cont. OFF) A.G.: Mas veio o nazismo e o Holocausto. Com imagens como esta, do Memorial da Imigração Judaica, em São Paulo.
>
> [O repórter aparece no museu, em um ambiente repleto de retratos emoldurados em um material dourado]
>
> (PASSAGEM)[5] A.G.: A política de extermínio do nazismo, que matou milhões de judeus e espalhou famílias pelo mundo inteiro e, inclusive, aqui para o Brasil, deu o impulso final para a criação do Estado que, hoje, completa 70 anos. Apenas dois anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, veio a histórica votação na ONU sobre a partilha da Palestina.
>
> [Imagens da Assembleia na ONU]

Ao mencionar os avanços tecnológicos feitos em laboratórios israelenses, o assunto *guerra* vem à tona, indicando que o país também produz tecnologias bélicas. Mais uma vez, esse ponto não é visto de forma negativa. O avanço militar, pelo contrário, é colocado de maneira positiva, na medida em que vem acompanhado de avanços na área da medicina, por exemplo.

Logo após a imagem da bomba explodindo, Fernando Lottenberg afirma que Israel não pode se permitir ser fraco, dando a entender que existe uma constante ameaça ao bem-estar da região.

[5] Quando o repórter aparece falando em algum local que é de importância para a reportagem. O museu, por exemplo.

Essa frase também remete, mesmo que de forma discreta, ao fato de que o povo judeu já sofreu com as perseguições e com o Holocausto e, portanto, não pode ser fraco porque não pode correr o risco de ser perseguido e aniquilado. Então, Israel deve ser forte e combater quem tenta destruí-lo. Mas, Fernando não está se referindo aos perseguidores antissemitas quando diz que Israel não pode se dar ao luxo de perder uma guerra, ele está se referindo aos palestinos, que, aliás, não têm qualquer relação com a perseguição religiosa contra o povo judeu, empregada, principalmente, na Europa.

A memória do Holocausto é utilizada a serviço da manutenção do Estado de Israel, que se justifica como uma saída às perseguições da Europa contra os judeus. Por isso, Israel não pode se permitir ser fraco, porque pode ser novamente aniquilado, na percepção de Fernando.

Mais uma vez, vê-se, que, ainda que de forma discreta, a memória do Holocausto é utilizada para justificar a fundação do Estado de Israel e suas ações de combate aos "inimigos". Sobre essa instrumentalização do Holocausto, Slavoj Žižek (2014, p. 97) afirma que

> [...] deveríamos limitar a convocação do Holocausto a um registro negativo. A única referência permitida ao Holocausto deveria ser uma referência negativa. O Holocausto não deveria ser evocado para justificar/legitimar quaisquer medidas políticas, mas apenas para deslegitimá-las (algumas delas), para impor certos limites aos nossos atos políticos: seria justificado condenarmos atos que manifestem uma *hubris* cuja expressão extrema foi o Holocausto.

Sendo assim, é necessário estarmos atentos às utilizações da memória do Holocausto para fins violentos e que conduzem à aniquilação de um outro povo: os palestinos. Judith Butler (2017, p. 38) nos lembra que "não podemos concluir que os judeus serão sempre as vítimas, seja qual for o cenário político; que sua violência será sempre considerada justa autodefesa. [...] admitir a singularidade de uma história é implicitamente se comprometer com a singularidade de todas as histórias [...].". Ao deixar de lado a situação dos próprios palestinos, que já estavam no território há centenas de anos, revela-se a criação de um Estado judeu como resolução dos problemas ocasionados pela perseguição nazista, o que acaba por deixar os palestinos em uma situação desfavorável na luta por suas terras de volta, pois se estes se colocam contra Israel, correm o risco de serem considerados antissemitas.

Guerra da Independência x Catástrofe: uma disputa de memórias

O grande ponto de divergência entre a narrativa sionista e a narrativa palestina consiste em que um lado considera o ano de 1948 como a marcação de uma vitória da dita "Guerra da

Independência", enquanto o outro fala em uma catástrofe – *Nakba*. Se para os judeus sionistas o Estado judeu é um direito, para os palestinos esse direito significa, na prática, a perda de suas terras, posses e liberdade, além de uma violência constante praticada através de assentamentos israelenses ilegais, vigilância constante pelo exército israelense sobre a população palestina, prisões em massa, repressão intensa de protestos palestinos, isolamento de comunidades palestinas através do regime de clausura, etc.

Resumidamente, israelenses afirmam que a criação de um Estado judeu serviu como reparação aos danos que foram causados ao povo judeu na Europa, após o Holocausto. É sabido que a população judia sofreu e ainda sofre constantes perseguições em diversos países. Na época, a ONU afirmou a importância da fundação de Israel para que os judeus pudessem desfrutar de uma vida pacífica e sem perseguição religiosa. Antes disso, a população palestina lutava pelo reconhecimento de uma independência palestina, já que a Grã-Bretanha dominava a região desde a queda do Império-Otomano, em 1919. Em setembro de 1947, um Comitê *Ad Hoc* aprovou, ao invés da independência palestina, a partilha do território entre os povos judeu e palestino, através da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 27 de novembro de 1947. A partilha deveria ocorrer até o término do mandato britânico na região, em outubro de 1948. O território foi dividido em três partes para o Estado judeu e três para o Estado árabe; uma sétima área, Jaffa, formaria uma enclave árabe em território judeu, enquanto Jerusalém deveria ser administrada internacionalmente (GATTAZ, 2002, p. 95).

Dentre os problemas da partilha, estava o fato de que a população palestina possuía um crescimento populacional muito superior ao da população judia. Sendo assim, o território destinado à Palestina logo estaria pequeno para a população, enquanto o lado judeu desfrutaria de mais espaço, além das melhores terras e fontes de água. Diante do que os palestinos consideraram injusto, houve a recusa da partilha.

Os acontecimentos posteriores evidenciaram que, para os sionistas, a partilha era apenas um meio de ocupar o território palestino quase em sua totalidade. O que se seguiu foi uma sequência de sangrentas invasões nas aldeias palestinas, o que ficou conhecido como o Plano D,[6] em abril de 1948. A primeira invasão aconteceu na pequena vila palestina Deir Yassin, que estava localizada a cerca de dois quilômetros a oeste de Jerusalém, próxima a vários assentamentos judeus, na madrugada do dia

6 O Plano *Dalet* consistia em ocupar territórios que não estavam previstos na partilha para o Estado judaico.

nove do mesmo mês. Foram 120 homens sionistas pertencentes às forças armadas (Haganah) e as duas frentes terroristas Irgun e Stern (idem, p. 110), que iniciaram o ataque em Deir Yassin, deixando 254 civis palestinos mortos – grande parte mulheres, crianças e idosos – e quatro mortos entre os invasores (GATTAZ, 2002, p. 112).

De 475 vilarejos e povoados palestinos, "385 foram arrasados por completo, reduzidos a cinzas. Noventa continuaram de pé, desprovidos de suas terras." (SCHOENMAN, 2008, p. 73). Além disso, as áreas urbanas como Haifa e Jaffa, previstas na partilha como áreas palestinas e Jerusalém – de administração internacional, também foram alvos de ataques. O terror foi espalhado com a força física e psicológica – os sionistas disseminaram o medo através de rádios clandestinas, por exemplo –, que forçaram cerca de 40 mil palestinos em Haifa e 70 mil em Jaffa, a abandonarem suas casas. Entre novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, "cerca de 250.000 palestinos tornaram-se refugiados, abrigando-se nas cidades palestinas que ainda não haviam sido tomadas pelos sionistas, ou nos países vizinhos – especialmente Transjordânia, Líbano e Síria." (GATTAZ, 2002, p. 117). O número de refugiados palestinos em países vizinhos já chegava a meio milhão em 1949, que somados aos que ficaram nas regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza, beiravam 726 mil. O êxodo palestino ficou conhecido entre os refugiados como uma catástrofe – *al-Nakba.* Até hoje a versão mais conhecida de 1948 é de que os palestinos saíram de suas casas por conta própria, mas há um esforço da comunidade palestina espalhada pelo mundo em narrar os acontecimentos brutais, ainda que não encontrem um espaço abrangente que seja suficiente para, de fato, confrontar a História.

O passado tem importância para interpretar e reinterpretar o presente e também para definir a identidade do sujeito. As memórias do passado, acessadas para afirmar a identidade e a história sociocultural do sujeito, podem ganhar força à medida que transmitem seus relatos publicamente, através da mídia, por exemplo, ou, ainda, através da família/grupo social a qual o sujeito pertence. Tais referenciais do passado são reafirmados através de uma memória coletiva que trabalha para afirmar a identidade do grupo. Como coloca Michael Pollak (1989, p. 9), "a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.". A memória é, então, "um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si." (POLLAK, 1989, p. 5). Sendo assim, a memória pode ser individual ou coletiva e estar, ou não, de acordo com uma memória oficial – que domina

através de um grupo que detém o poder sobre uma sociedade (o Estado, por exemplo), que possui credibilidade (a História, por exemplo), e pode ser aderida, ou não, pela mídia (o jornalismo, por exemplo) – é, afinal, uma memória hegemônica.

No jornalismo, a memória ocupa um espaço importante, pois é através dela que as pessoas contam suas histórias. Mesmo acontecimentos do presente costumam ter certa ancoragem no passado. Voltando no tempo, podemos justificar ações do agora e imaginar um futuro possível. Agnes Mariano (2020) afirma que

> [...] nas entrevistas, o diálogo entre entrevistador e entrevistado envolve as experiências e representações vividas e construídas por ambos sobre o passado, [...] tais representações dialogam fortemente com suas identidades. Portanto, as entrevistas também são diálogos ou embates entre memórias guiadas por estratégias identitárias. (MARIANO, 2020, p. 2)

Na reportagem aqui analisada, a disputa de memórias é suscitada a partir do entendimento sobre a fundação do Estado de Israel:

> (OFF) A.G.: Na assembleia presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, houve dez abstenções, 13 países votaram contra e 33, entre eles, o Brasil, aprovaram a proposta de divisão.
>
> [Infográfico exibe um mapa da região, apontando como deveria ter se dado a partilha do território]
>
> (Cont. OFF): 56% do território para 650 mil judeus, 43% para 1 milhão e 300 mil árabes palestinos. Jerusalém, sagrada para os dois povos, ficaria sob jurisdição internacional. Segundo este professor de direito internacional, a fórmula continha uma dificuldade básica para o estabelecimento de um Estado predominantemente judeu.
>
> Salem Nasser, professor de Direito Internacional na Fundação Getúlio Vargas: É que havia uma armadilha demográfica. Quer dizer, nem mesmo no território que caberia ao Estado judeu, os judeus eram maioria.
>
> [Imagens em preto e branco exibindo revoltas, incêndios, escombros, homens árabes armados]
>
> (OFF) A.G.: Os palestinos não concordaram com a partilha. A tensão explodiu em violência e em guerra declarada pelos países árabes, em 1948. Quando ela terminou, dois anos depois, o território israelense tinha crescido e pelo menos metade dos habitantes árabes estava refugiada em outros países. É o que os árabes chamam de *Nakba*, a Catástrofe.
>
> S.N.: Os israelenses estavam prontos pra guerra em 48, estavam prontos pra guerra em 67, inclusive mais prontos do que antes. Tiveram uma vitória avassaladora.

> [Imagens de guerra em preto e branco]
>
> (OFF) A.G.: Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, com o Egito de Abdel Nasser preparado para atacar, Israel atacou primeiro. Tomou as Colinas de Golã da Síria, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai do Egito. Essa última retomada, depois, pelos egípcios. O restante da Palestina histórica, a Cisjordânia e o lado oriental de Jerusalém, que estavam em poder da Jordânia, foram ocupados.
>
> F.L.: É uma... uma situação que foi colocada por conta de uma guerra, né? Que Israel não queria... A Jordânia que ocupava antes esse território. Egito ocupava parte desses territórios. Acho que tudo isso vem, voltando à questão anterior do conflito, da não aceitação pelo lado palestino da partilha.
>
> [Imagens de Jerusalém]

Nesta segunda parte, a reportagem traz uma pessoa para contar a perspectiva dos palestinos. Entretanto, a predileção é por um especialista, o professor Salem Nasser. Não fica claro se ele tem alguma ascendência palestina, sua voz está ali a serviço de uma perspectiva acadêmica e não pessoal, ao contrário de Joshua, que traz um depoimento cheio de emoções, paixões e memórias do que ele mesmo viveu. Nenhuma escolha, no jornalismo, é realizada de forma aleatória, e tal opção de trazer apenas uma pessoa para debater a questão palestina é, no mínimo, duvidosa, principalmente quando essa pessoa não está falando de um ponto de vista pessoal, como Joshua.

As memórias pessoais apresentadas, portanto, são apenas as dos judeus, através do relato de Joshua. Os palestinos não aparecem na reportagem de forma humanizada para contar o que aconteceu na *Nakba*. São apenas números, sem rosto e sem história, sem direito à memória. A *Nakba*, inclusive, só existe na História Oral, não está presente na História oficial, estampada em livros didáticos, por exemplo. Em Israel, o uso da palavra *Nakba* em livros didáticos, é proibido – tanto para crianças judias, como para as crianças palestinas.

> A "Lei Nakba" manifesta o temor predominante em Israel de que ensinar às crianças palestinas sua própria narrativa possa lhes dar motivo para mágoa, e de que assim elas tentem "redimir" sua causa perdida. O sentimento das autoridades israelenses, e especialmente dos responsáveis pela educação, é que admitir a Nakba conduzirá à destruição de Israel enquanto Estado judeu e dará aos cidadãos palestinos um motivo para se rebelar. (PELED-ELHANAN, 2019, p. 46-47)

Outra observação sobre a reportagem é que, ainda que traga o professor para comentar as ações militares israelenses em 1948 e 1967, há uma predileção evidente pela narrativa sionista. O repórter afirma que Israel atacou as Colinas de Golã prevendo o ataque do Egito. Na realidade, não se sabe com certeza se o Egito estava planejando um ataque. São disputas de narrativas que ficaram

de lado na reportagem, assim como a *Nakba* em detrimento da fundação de Israel como merecimento pelo que foi vivido no Holocausto. Fernando volta à cena e, dessa vez, de forma mais evidente, responsabiliza os palestinos pela guerra que ele diz existir. Pela fala de Fernando, tem-se que Israel nunca quis um conflito armado, que estava apenas se defendendo, como acontece até hoje.

Dessa maneira, as memórias oficiais são novamente afirmadas, deixando pouco espaço para as memórias discordantes. A memória da Palestina é, então, uma memória subterrânea, que ainda não encontrou lugar na superfície e segue afogada por livros didáticos e reportagens como esta que estamos analisando.

É importante ater-se à seletividade da memória e ao fato de que a memória está em constante relação com o esquecimento. Ao acessarmos o passado, o interpretamos no presente e, por isso, tal interpretação está condicionada ao que somos hoje, aqui e agora. O esquecimento é, também, parte indissociável da memória, que trabalha em um constante esforço de reprimir lembranças de eventos traumáticos, por exemplo. É também um trabalho seletivo, pois tendemos a reprimir contradições e possíveis deslizes que possam colocar em risco a estabilidade de nossa identidade. Nas palavras de Marialva Barbosa (2019, p. 19), "O passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos. [...] A memória configura-se, assim, como um conector fundamental que nutre o passado, ao mesmo tempo em que o torna presente.".

Barbosa (2019) também nos lembra que, através de uma história tida como oficial, o esquecimento pode ser projetado para que uma memória dominante esteja sempre em voga. Porém, no momento em que grupos que não se veem nessa memória dominante decidem abandonar o silêncio, pode existir uma reivindicação que se transforma em uma disputa de memórias e "Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, [por exemplo], as reivindicações das diferentes nacionalidades." (POLLAK, 1989, p. 5).

"Muita história e pouca geografia": dois povos e um Estado legitimado

Pappé (2016) considera que existe uma limpeza étnica realizada contra a população palestina por meio de métodos que visam dispersar e/ou eliminar os palestinos. À luz da perspectiva de Frantz Fanon (1968) os palestinos podem ser considerados colonizados, enquanto Israel cumpre um papel de colonizador. O autor afirma que:

> A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. (FANON, 1968, p. 30-31).

Tal perspectiva encontra reforço em Achille Mbembe (2016), que considera a situação da Palestina como uma ocupação colonial na modernidade tardia. Ele diz que "a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoa 'apátridas' em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias)." (MBEMBE, 2016, p. 136).

A Palestina, assim como outros países do Oriente Médio, é, frequentemente, estigmatizada pelos países do Ocidente, incluindo o Brasil. Edward Said (1990) defende que o Oriente é sempre construído por aquele que não pertence ao Oriente, mas acredita ser superior ao sujeito oriental. Essa articulação que retrata o Oriente de forma sempre distante e com ares de colonizador, é chamada de orientalismo pelo autor. Além disso, ele argumenta que "É a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere ao orientalismo a durabilidade e a força sobre as quais estive falando até agora." (SAID, 1990, p. 19). A Palestina, estando no Oriente Médio, é um alvo direto do orientalismo e de representações pitorescas relativas ao mundo oriental. Por outro lado, mesmo Israel estando geograficamente inserido no Oriente, este não é visto de forma orientalista, pois é considerado como o "Ocidente no Oriente", a "única democracia no Oriente".

Nesse sentido, a população palestina é frequentemente encarada como um "bando" de rebeldes e terroristas responsáveis pelo entrave na solução de paz comumente encarada como a divisão do território em dois Estados: Israel e Palestina. Não é levada em conta, entretanto, a frequente violação de direitos humanos realizadas contra os palestinos e, tampouco, que o "conflito" estabelecido na região possui características de uma ocupação colonial – o que deveria ser inaceitável.

Na finalização da reportagem, existe uma breve problematização acerca do crescimento populacional dos palestinos e dos israelenses. Entretanto, este breve apontamento deixa de fora as violências cotidianas sofridas pelos palestinos e a palavra "ocupação" sequer é citada.

> (OFF) A.G.: Declarada capital indivisível de Israel, Jerusalém ficou sem receber embaixadas estrangeiras por mais de 50 anos. Resoluções da ONU pela retirada dos territórios ocupados nunca tiveram efeito. Só oito mil colonos que viviam na Faixa de Gaza, onde há mais de 1 milhão e meio de palestinos, foram removidos em 2005. Mas a região foi mantida sob rigoroso controle por terra, mar e ar.
>
> [Imagem da fronteira da Faixa de Gaza, em plano aberto]
>
> (Cont. OFF) A.G.: Já na Cisjordânia, os assentamentos israelenses só cresceram. Numa região com mais de dois milhões e meio de palestinos, há perto de 400 mil colonos judeus e outros 300 mil na Jerusalém Oriental. Considerados ilegais pela comunidade internacional, os assentamentos são um entrave importante para a criação de um Estado palestino.
>
> [Imagem do aperto de mão histórico entre Arafat e Rabin]
>
> (Cont. OFF) A.G.: Essa solução, tantas vezes discutida, planejada e até anunciada, ainda é possível? O professor Salem Nasser acha difícil, assim como a manutenção da situação atual a longo prazo.
>
> [Imagens de vários homens palestinos puxando uma corda, uma fumaça escura ao fundo]
>
> (Cont. OFF) A.G.: É que a população de palestinos cresce mais que a de israelenses.
>
> S.N.: E a demografia aparece *pra* eles como o grande... o grande fantasma porque eles irão... "Como é que nós podemos ser um Estado judeu se nós temos uma maioria populacional que não é judia?" Então, em fases diferentes essa solução de um Estado poderá aparecer como um pesadelo pra um, ou pra outro campo.
>
> J.S.: E eu acho que meu bisneto e tetraneto (sic) vai chegar neste dia onde haver (sic) dois Estados para dois povos.
>
> F.L.: É uma região que tem muita história pra pouca geografia, né? É pequeno, não tem solução fácil, trivial. Vai ser doloroso, vai ser difícil, mas acho que precisa continuar tentando.

Mais uma vez, o professor aparece e expõe suas impressões sobre a situação de Israel e da Palestina. Para ele, tanto a manutenção da situação atual quanto uma solução que seja viável para os dois povos, parece quase impossível. Ele traz dados sobre a demografia da região para justificar seu posicionamento. Logo adiante, Joshua reaparece e diz que acredita que haverá dois Estados para os

dois povos. É como se a afirmação do professor, que está representando os palestinos, confirmasse o que Fernando disse, que a guerra existe porque o lado palestino se recusa a cooperar. A reportagem se encerra com a afirmação de que apesar de doloroso e difícil, é preciso continuar tentando. Esta última declaração, proferida por Fernando, não diz o que exatamente devem continuar tentando, dando brechas a múltiplas interpretações.

Considerações finais

Considerando que "os meios de comunicação de maneira geral, [...], produzem uma articulação textual baseada na noção de testemunho." (BARBOSA, 2019, p. 21), podemos e, devemos olhar criticamente, para os testemunhos que são priorizados na construção das reportagens que envolvem disputas de memória por trás. No caso aqui analisado, há uma certa preponderância à memória oficial, em detrimento de memórias subterrâneas, sufocadas até hoje.

A partir da distinção entre História (tida como oficial) e memória (tida como relatos orais), Barbosa (2019, p. 21) também afirma que "o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória". Dessa forma, para ela, os meios de comunicação são também produtores de memórias que serão consideradas válidas, inscrevendo-se na História. Através das entrevistas, o jornalismo evidencia os aspectos da memória que são trazidos nas falas das pessoas entrevistadas. Para Mariano (2015, p. 202), "quando alguém diz a sua versão dos fatos numa entrevista, estará sempre fazendo uma reconstrução do que ocorreu. Uma reconstrução do que ocorre no presente, influenciada por crenças, interesses, percepções e conhecimento do presente.".

Na reportagem do *Jornal Hoje*, vimos a instrumentalização do Holocausto acima de qualquer relato mais específico sobre a *Nakba*. As memórias individuais são, sim, trazidas, mas apenas através de Joshua. Não há um palestino para narrar os acontecimentos do ano da fundação de Israel. Pollak (1992, p. 4) argumenta que

> Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.

Existe, portanto, uma nítida negação da *Nakba*, a medida em que ela é praticamente inexistente no debate da esfera pública. Essa memória traumática, entretanto, segue resistindo entre as famílias palestinas, mesmo sem encontrar espaço em publicações tidas como oficiais. Pappé (2016, p. 29) diz que "não há como negar que a limpeza étnica de 1948 foi quase totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo." Dessa forma, conclui-se que a reportagem do *Jornal Hoje* contribui com esse esquema de silenciamento sobre a *Nakba*, visto que não a contextualiza com o mesmo afinco que o fato do Holocausto. A reportagem, então, corrobora com a memória oficial hegemônica.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula N. SANTOS, Myrian S. História, Memória e Esquecimento: Implicações Políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 1, n. 79, p. 95-111, 2007.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis, **Matrizes**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2019.

BUTLER, Judith. Tarefa impossível e necessária: Said, Lévinas e a exigência ética. In: BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes**: Judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 37-60.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GATTAZ, André Castanheira. **A Guerra da Palestina**: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e Interpretações do Brasil. Lua Nova. **Revista de Cultura e política**, v. 82, 2011.

MARIANO, Agnes. Memórias coletivas em disputa: o embate entre memórias e estratégias identitárias em entrevistas jornalísticas [Debate]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0301. jan/abr. 2020.

_____. Verdade e ficção na produção jornalística: entrevista e memória. **Eco-Pós,** Rio de Janeiro, v. 18, n.2, p. 193-205, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PELED-ELHANAN, Nurit. **Ideologia e propaganda na educação**: A Palestina nos livros didáticos israelenses. São Paulo: Boitempo; Editora Unifesp, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RESENDE, Fernando Antônio; ROSSIGNOLI, Letícia. O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). **Galaxia**, São Paulo, n. 30, p. 86-98, dez. 2015.

http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015223289

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar comum**, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000.

SAID, Edward W. Introdução. In: SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-39.

SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do sionismo** - A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.

SILVERSTONE, Roger. **A textura da experiência**. In: SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo, Edições Loyola, 2002, p. 11-32.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

Temporalidades

"Tudo é medíocre e feio na URSS": representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937)

"Everything is mediocre and ugly in the USSR": anti-communist representations in the Amazonas press (1935-1937)

Davi Monteiro Abreu
Mestre em História Social
Universidade Federal do Amazonas
davi.onlyone@gmail.com

Recebido em: 13/03/2020
Aprovado em: 01/12/2020

Resumo: Em novembro de 1935 estourou na cidade de Natal uma rebelião que logo se espalharia para outras cidades brasileiras, em especial, Rio de janeiro e Recife. Conhecida como "Intentona Comunista", foi uma rebelião executada no bojo de uma das conjunturas mais acirradas da história política do Brasil. Influenciada pelas ideias da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e tendo como um dos protagonistas, Luiz Carlos Prestes, o Cavalheiro da esperança. O Levante foi iniciado em Natal, no dia 23, em Recife, no dia 24 e no Rio de Janeiro, no dia 27 de novembro. Além dessas cidades, foi elaborado um plano para derrubar o governador do Amazonas, Álvaro Maia, no entanto o plano não foi efetivado. Durante os dias de levante, as ações dos rebeldes geraram uma gama de representações anticomunistas e essas representações foram cristalizadas no imaginário político brasileiro e passaram a ser decisivas em eleições e em qualquer outra disputa de poder. Dessa forma, neste artigo, temos como objetivo abordar as representações anticomunistas no estado do Amazonas, entre 1935 a 1937. As representações aqui trabalhadas foram veiculadas nos jornais *A Tarde*, *O jornal*, *Jornal do Commercio* e na revista *A Selva*.

Palavras-chave: Comunismo, Anticomunismo, Representação.

Abstract: In November 1935 a rebellion broke out in the city of Natal that would soon spread to others Brazilian cities, in particular, Rio de Janeiro and Recife. Known as "Communist uprising of 1935", it was a rebellion carried out in the midst of one of the most fierce situations in the political history of Brazil. Influenced by the ideas of the National Liberation Alliance (ANL) and having as one of the protagonists, Luiz Carlos Prestes, the Gentleman of hope. Started in Natal, on the 23rd, in Recife, on the 24th and in Rio de Janeiro, on the 27th of November. In addition to these cities, a plan was drawn up to overthrow the governor of Amazonas, Álvaro Maia, however the plan was not implemented. During the days of the uprising, the actions of the rebels generated a range of anti-communist representations and these representations were crystallized in the Brazilian political imagination and became decisive in elections and in any other power dispute. Thus, in this article, we

aim to address anti-communist representations in the state of Amazonas, between 1935 and 1937. The representations worked on here were published in the newspapers *A Tarde, O jornal, Jornal do Commercio* and in the magazine *A Selva.*

Keywords: Communism, Anti-Communism, Representation.

Introdução

Em 1917, o mundo conheceu uma nova alternativa política, econômica e social. Nesse ano adentrou o rol da história o comunismo – ou marxismo-leninismo –, que naquele momento deixou de ser apenas um espectro. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 20), "o comunismo para uns era a concretização de um sonho, mas para outros era um pesadelo tomando forma real".

Dessa forma, os grupos sociais que viam no comunismo um pesadelo começaram a se organizar para combatê-lo, de modo que podemos dizer que "o anticomunismo nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança" (SÁ MOTTA, 2002, p. 20). Este medo e insegurança possibilitaram a organização de grandes grupos que, em certos momentos, quando o comunismo estava ganhando pujança, tornavam-se verdadeiras frentes amplas contra ele.

Ainda segundo Sá Motta (2002, p. 21), no Brasil, "o anticomunismo começou a ganhar maior substância na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista (PCB), a adesão de Prestes e a fundação da ANL". Quando aconteceu a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, apesar do impacto gerado, no Brasil, a cultura política comunista ainda era parca, o anarquismo era a cultura política que circulava entre os movimentos dos trabalhadores e, por isso, o evento não gerou tanto receio. No entanto, com a fundação do PCB, em 1922, e a adesão de figuras como Prestes, esse quadro começou a mudar.

É importante mencionar que o evento responsável pela propagação e consolidação do anticomunismo no Brasil foi a "Intentona" Comunista. Mas, devemos estar atentos para a tese da historiadora Carla Luciana Silva, *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934),* que defende que o anticomunismo não deve ser estudado apenas em momentos culminantes, como 1935, pois seus fundamentos também são perceptíveis em outras temporalidades, quando as "ondas vermelhas" estão menos intensas ou visualizáveis.

É evidente que as representações anticomunistas surgiram antes dos levantes de novembro de 1935, mas após este evento essas representações foram potencializadas. O evento deu base concreta para todos aqueles que viam no comunismo um inimigo a ser dissipado, um exemplo do que os "comunistas" poderiam fazer se alcançassem o poder. Segundo Sá Motta (2002, p. 22), a partir da "Intentona Comunista", se criou no Brasil um verdadeiro "imaginário anticomunista". Entre os anos de 1935 a 1937, observando por meios das fontes, foram constantes as representações e ações contra o comunismo no estado do Amazonas. Muitas dessas batalhas contra o "credo soviético" foram posteriores aos levantes de novembro de 1935. No entanto, antes desse período, já era possível identificar manifestações anticomunistas, em especial, em telegramas que eram publicados nos periódicos que tinham circulação no estado. Essas correspondências geralmente versavam sobre os acontecimentos na União Soviética, destacando, na maioria das vezes, imagens impressionantes daquele país; como relatos sobre a Rússia pós-revolução, ações de Joseph Stalin, expurgos, morte e toda espécie de calamidades. Raras eram às vezes em que eram veiculadas notícias positivas sobre aquele país.

Neste sentido, cabe enfatizar que o comunismo tratado neste capítulo refere-se ao marxismo-leninismo ou leninismo, definido por Tom Bottomore (1988, p. 314) como:

> [...] o desenvolvimento da concepção científica da sociedade proposta por Marx e Engels. Como tal, o leninismo é uma ciência das leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade, que esclarece as relações causais entre o homem e a sociedade bem como a marcha rumo à sociedade sem classes do comunismo. Os principais componentes do marxismo-leninismo são o materialismo dialético e o materialismo histórico enquanto métodos de análise, a economia política como estudo das relações das classes com os meios de produção e o nível das forças produtivas, e a teoria do comunismo científico (estrutura e processo das sociedades comunistas).

Já o anticomunismo, segundo Luciano Bonet (1986, p. 34):

> [...] o Anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também as há anticomunistas. Na realidade, após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o Anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional.

Carla Simone Rodeghero em, *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964),* compartilha da definição de Luciano Bonet (1988) e aponta que "o anticomunismo, quando se manifesta em nível internacional nas relações entre os Estados, nega qualquer possibilidade de alianças com os países comunistas" (RODEGHERO, 2003, p. 28). No plano interno dos países capitalistas, o comunismo é associado não apenas aos partidos que têm como bandeira, mas também, como aconteceu no Brasil, a todos os partidos de esquerda, ou a alguns de seus membros em particular; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou em qualquer outro tipo de movimento popular.

A historiadora Carla Lucina Silva em *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*, afirma que "embora o anticomunismo fosse anunciado já no Manifesto Comunista, são poucos os conceitos encontrados para o termo" (SILVA, 2001, p. 25). A autora também utiliza da definição de Luciano Bonet, mas vai além, dizendo que:

> o problema básico ao qual devemos atentar é que o termo comunista não é o suficiente. É necessário delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo. Ressalta-se que o conceito aponta para as tradições 'marxistas ou comunistas', ou seja, embora os textos anticomunistas estejam se referindo a um "inimigo", concreto ou não, eles têm claro que esse "inimigo" não é necessariamente um militante de um partido comunista (SILVA, 2001, p. 26).

Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 10), "a definição de anticomunismo é, em princípio, relativamente elementar. Mas tal aparente simplicidade recobre uma realidade bastante complexa". Embasado em Serge Berstein e Jean-Jacques Becker, o historiador define os anticomunistas como "indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação" (BERSTEIN; BECKER, 1897, p. 10 APUD SÁ MOTTA, 2002, p. XX). Sá Motta demonstra o caráter plural e díspar do anticomunismo, ou melhor, dos anticomunismos, podendo esse anticomunismo ser fascista, católico, liberal e socialista democrático. Apesar das diferenças, esses grupos, em momentos em que o comunismo ganha força, unificam-se, formando frentes anticomunistas, que na maioria das vezes são efêmeras.

No Amazonas, durante o período estudado, observamos que as primeiras notícias de cunho anticomunista se deram com o surgimento da ANL. Posteriormente, percebemos uma querela

facciosa envolvendo o governador do Amazonas, Álvaro Maia[1] (PPA) com o senador Leopoldo Tavares de Cunha Mello (PSA), também regida com teor anticomunista. Essa discórdia está relacionada à chegada da caravana da ANL ao Amazonas. A partir de novembro de 1935, quando ocorreu a apreensão das quatro bombas de dinamites, o descobrimento dos planos para depor o governador do Amazonas[2] e os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a imprensa local passou a explorar com mais afinco o discurso anticomunista.

Dessa forma, tornou-se mais comum o uso do termo "comunismo" na imprensa amazonense e a ameaça que antes parecia longínqua, típica do leste europeu, se tornou próxima, a ponto da imprensa noticiar, algumas vezes, a iminência de uma nova "Intentona" comunista.

Após a "Intentona" Comunista, o medo ao comunismo tomou grandes proporções. Dessa forma, já que existia um grupo organizado que visava realizar a revolução mundial e, consequentemente, dominar o Brasil, se levantaram também indivíduos e grupos que tinham como objetivo combater os comunistas e frustrar seus sonhos.

Neste ínterim, observando as fontes, percebemos que os grupos mais articulados e organizados para combater o comunismo eram os católicos, em especial os intelectuais que compunham a Ação Católica e o Centro Dom Vital[3], e os membros da Ação Integralista Brasileira[4].

[1] Álvaro Botelho Maia e Leopoldo Tavares Cunha Melo trabalharam na constituição do Partido Socialista Amazonense (PSA), registrado no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no dia 5/4/1933. Por este partido foram eleitos deputados constituintes para a Assembleia Nacional Constituinte (1933). Em 1934 foram eleitos deputados federais pelo mesmo partido; e, em 1935, foram eleitos indiretamente governador (Álvaro Maia) e senador da República (Leopoldo Tavares Cunha Melo). Em 1935, os dois políticos tiveram divergências, as quais levaram a corrente Radical Socialista, que tinha Álvaro Maia como líder, a sair do PSA. Logo após, os Radicais Socialistas juntaram-se ao Partido Trabalhista Amazonense (PTA), formando o Partido Popular Amazonense (PPA). Diante disto, entre os meses de julho e agosto de 1935, o senador Leopoldo Tavares Cunha Melo começou a chamar Álvaro Maia de comunista. Essa acusação foi feita pelo senador, porque em julho do mesmo ano, Álvaro Maia permitiu que uma caravana da Aliança Nacional Libertadora (ANL) desembarcasse em Manaus. Os membros da ANL realizaram duas reuniões na sede do Centro Proletário Amazonense (CPA), tendo distribuído material de propaganda. Essas acusações tentaram influenciar as eleições para vereadores de Manaus, realizada em agosto de 1935, e a eleição suplementar para deputados federais e senador, realizada em setembro de 1935. Essas divergências duraram até meados de 1936, quando os Radicais Socialistas retornaram ao PSA.

[2] Em novembro de 1935, foi descoberto um plano para a deposição do governador do estado do Amazonas, Álvaro Botelho Maia. Esse plano foi construído por membros da ANL, tais quais: o primeiro secretário, Lycurgo Cavalcante, e o presidente, Júlio Vianna Barbosa. Trabalhadores, como, Francisco Lima (tipógrafo) e Júlio Bertholdo Moura (eletricista) também estavam envolvidos; assim como, um militar do 27º BC, chamado Antônio Laredo Reis. Sobre esse plano, que estava incluso na conhecida "Intentona" Comunista, defendemos recentemente uma dissertação de mestrado no PPGH-UFAM denominada "Uma 'pretensa intentona': ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937)".

[3] No Amazonas, o Centro Dom Vital surgiu no segundo semestre de 1937 e foi formado essencialmente por membros da Ação Católica, dentre eles, Leopoldo Peres, Antovilla Vieira, Felix Valois, Moacir Dantas – todos deputados estaduais

Logicamente, é possível perceber outras instituições e indivíduos que também se levantaram contra o "credo vermelho", como, por exemplo, políticos, intelectuais, acadêmicos, entre outros. No entanto, a presença dos discursos dos membros da Ação Católica e dos integralistas se fazia mais intensa.

Dessa forma, neste artigo, temos como objetivo abordar as representações anticomunistas no estado do Amazonas, entre 1935 a 1937. As representações aqui trabalhadas foram veiculadas nos jornais *A Tarde*, *O jornal*, *Jornal do Commercio* e na revista *A Selva*. Antes de apresentarmos as representações anticomunistas mais recorrentes no Amazonas, se faz necessário falar, ainda que brevemente sobre as fontes aqui trabalhadas.

O *Jornal do commercio* foi lançado no dia 2 de janeiro de 1904, seu proprietário, fundador e diretor foi o português Joaquim Rocha dos Santos. O foco do jornal era a questão comercial e seu surgimento deu-se para suprir a falta de um jornal na cidade que defendesse os interesses comerciais da região (RIBEIRO, 2014, p. 27). Na década de 1930, o diretor e proprietário do jornal era Vicente Reis, o jornal possuía 4 páginas, sua redação e oficinas localizavam-se na avenida Eduardo Ribeiro, nº 92, e era vendido a 200$ réis.

Já o jornal *A Tarde* se autodenominava "Independente e noticioso. O arauto das aspirações populares" (*A Tarde*, 27-02-1937). Seu lançamento se deu em fevereiro de 1937, era de propriedade de Aristophano Antony, o qual era pertencente a uma família tradicional do Amazonas. O jornal geralmente possuía 4 páginas e sua assinatura custava anualmente 50$000 réis e mensalmente 35$000 réis. Sua redação e oficina localizavam-se na rua Henrique Martins, nº 65, esquina com a rua Lobo D'amalda. Em seu lançamento o jornal se posicionou dizendo "seremos o jornal para todos os lares [...], mas, irrectutiveis nos mostraremos, ao lado das instituições e da ordem estabelecida, no bom combate ás ideologias estrangeiras que ameaçam destruir os álicerces do Brasil, nesta phase

da Assembleia Legislativa do Amazonas. Segundo o presidente da entidade, André Vital de Araujo, o Centro Dom Vital surgiu com intuito de "rechristianisar a alma, o pensamento e o coração dos brasileiros, para que gravitem, eternamente, em torno da doutrina de Jesus [além de] reconstruir o que destruíram, defender o que querem solapar, com o sacrificio das gerações de nossa Patria". Com estes objetivos, o Centro Dom Vital manifestou-se para combater "por todas as campanhas dignas, a anarchia, a mercantilisação do espírito, a commercialisação das letras, a confusão da alma nacional, corrompida pela literatura sem finalidade honesta do liberalismo, do agnosticismo, do positivismo, do materialismo, do communismo"
(*Anchieta*: Boletim catholico d' *A Selva*, 11-1937).

[4] A AIB surgiu no Amazonas em 1934, alcançando grande adesão. No ano de 1935, os integralistas lançaram um jornal chamado Anauê!, fundaram a Escola Deus e Pátria, mobilizaram a sociedade amazonense para a luta contra o comunismo e pela implementação do Estado Integral, tiveram como líder o professor de História Universal Paulo Eleuthério, responsável pela irradiação da ideologia integralista no norte do Brasil. Ver mais em: Aliancistas e integralistas: disputas políticas e ideológicas no Amazonas. Manduarisawa- Revista Eletrônica Discente do Curso de História UFAM, v. 2, p. 1-18, 2018.

electrizante de nossa existência politica-social" (*A Tarde*, 19-02-1937). Não apenas neste trecho de sua apresentação, mas também em outros textos veiculados pelo jornal mostram a posição anticomunista do jornal.

O Jornal era de propriedade do senhor Henrique Acher Pinto. Foi lançado em outubro de 1930 e se autodenominava "vespertino independente, de propriedade, direção, responsabilidade e gerencia de H. Acher Pinto", era vendido a 200$ réis e sua redação, gerência e oficina localizava-se na avenida Eduardo Ribeiro, número 556. É interessante mencionar que o Aristophano Antony, proprietário do *A Tarde*, foi secretário d'*O Jornal* antes de fundar seu próprio periódico. No aniversário de seis anos foi publicado um texto o qual afirmava "com o nosso programa de jornal independente, sem tergiversações ou tibiezas, temos sido, na vanguarda do jornalismo regional, a sentinella avançada na defeza dos interesses amazonenses [...]" (*O Jornal*, 30-10-1936). Em seu conteúdo é perceptível a denuncia aos jogos de azar e a associação à ala conservadora da sociedade, abrindo espaço aos integralistas.

A revista *A Selva*, por sua vez, surgiu em novembro de 1937, tinha como diretor Clovis Barbosa e, como diretor-gerente, Antonio Martins. Sua redação e gerência localizava-se na avenida sete de setembro, nº 649. Os temas abordados pela revista eram, a atualidade, política, letras e problemas sociais e segundo seu diretor "A SELVA não tem deveres partidarios. Sem ser provocada, nunca entrará em choque com alguma corrente politica" (*A Selva*, 09-1937). Interessante mencionar que a revista foi batizada em homenagem ao escritor Ferreira de Castro, autor do celebre romance "A selva".

Representações anticomunistas na imprensa amazonense

No Brasil, foram diversas as formas pelas quais os grupos conservadores representaram o comunismo, todas elas acabaram por criar um imaginário anticomunista. Sá Motta (2002. p. 45) afirma que "o anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo [...] tais imagens concentraram-se em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas".

Imaginário, neste sentido, pode ser visto como um "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo" (JAPIASSU, 1990. p. 129-130). Dessa forma,

> É assim que, através da instalação dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súbdito', o 'guerreiro corajoso', etc. [...] Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu 'território' e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os 'outros'; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos conflitos, divisões e violências reais ou potenciais [...] O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida colectiva (BACZKO, 1985. p. 309).

O inimigo, o outro, no caso em questão, era o comunismo e os comunistas, que foram representados negativamente de várias de formas. Nas folhas dos periódicos aqui pesquisados, as imagens acerca do comunismo apareciam de forma esporádica. O jornal que mais apresentou representações anticomunistas foi o *A Tarde*. No periódico, o anticomunismo era abordado em diversas colunas que eram regularmente publicadas: na coluna do deputado estadual e membro do Centro Dom Vital, Leopoldo Carpinteiro Peres[5]; na coluna do proprietário e diretor do mesmo jornal, Aristophano Antony[6]; nas colunas integralistas (Coluna do Sigma e Coluna Verde); assim como, na coluna Quadrilátero da 5º hora, escrita por Ramayana de Chevalier[7], membro da AIB, que

[5] Nasceu em Pernambuco, no dia 9 de agosto de 1901, filho de Manuel Carpinteiro Peres e de Maria da Paz de Gusmão Carpinteiro Peres. Aos seis anos de idade mudou-se com a família para Manaus, onde, após cursar o primário e o secundário, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas em 1922. Depois de formado, lecionou português e literatura no Ginásio Amazonense e no Colégio Dom Bosco, na capital amazonense. Em outubro de 1934, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do Amazonas. Empossado no início de 1935, com a promulgação da nova Constituição estadual em junho daquele ano, passou a exercer mandato ordinário até novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo (1937-1945). Leopoldo Carpinteiro Peres. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leopoldo-carpinteiro-peres> Acesso: 01/03/2020.

[6] Nasceu em 24 de maio de 1903, em Manaus. Filho de Leandro Antony e de Maria Ferreira Antony. Dirigiu ainda no Colegial um semanário chamado *O Monóculo*, assim como, também trabalhava como repórter do *Jornal do Commercio*. Abandonou os cursos de Direito e Agronomia, resolvendo dedicar-se apenas ao jornalismo. Mudou-se para o Rio de Janeiro onde trabalhou, entre 1927-1929, nas revistas *Fon-Fon* e *Seleta* e nos jornais *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e na *Agência Telegráfica Brasileira*. De volta à Manaus, em fins de 1929, chefiou a redação do vespertino O Dia, que foi empastelado, em 1930, quando o movimento de 1930. Fundou O Jornal, no qual permaneceu, como redator-chefe, até de 1937, quando criou o vespertino *A Tarde*. Ver: BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

[7] Walmiki Ramayana Paula e Sousa de Chevalier, nasceu em Manaus, em 24 de setembro de 1909, filho dos professores, José Chevalier Carneiro de Almeida e Raimunda de Paula e Sousa Chevalier. Fez o curso primário no Instituto Universitário Amazonense, o Curso de Humanidades no Ginásio Amazonense Pedro II e o vestibular na Faculdade de Medicina do Pará, se transferindo, em seguida, para a Faculdade de Medicina da Bahia, após concluir o primeiro ano. Formou-se em Medicina em outubro de 1931. Ele desenvolveu atividades médicas, políticas, jornalísticas e intelectuais. No que tange, as atividades jornalísticas, foi redator do *Diário da Bahia*, do *Imparcial*, do *O Dia* e do *Diário de Notícias*, todos do estado da Bahia. Ver: BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

abordava temas gerais, mas também falava sobre o comunismo, além de fazer propaganda integralista.

Entre os escritores das colunas mencionadas, dois eram católicos (Leopoldo Péres e Aristophano Antony) e os outros integralistas (Jayme Pereira[8] e Ramayana de Chevalier), ambos combatiam o comunismo fervorosamente e combatiam por princípio e não de forma oportunista.

No que tange à Igreja Católica, neste momento histórico realizava-se uma "cruzada" para retomar o prestígio perdido na passagem do Império para a República. Outro aspecto importante é que, sendo o comunismo ateu e a Igreja defensora da cristandade, o conflito entre ambos já estava dado na sua concepção. A AIB também dispunha de um anticomunismo sincero, visto que via no comunismo um rival ideológico; era contra a luta de classes, contra os sindicatos desvinculados do governo e sonhavam em implantar o Estado Integral, em contraposição à ditadura do proletariado.

As imagens acerca sobre o comunismo eram diversas. Nas fontes pesquisadas, elas podem ser assim divididas: inferno soviético; "Intentona" comunista e; guerra civil espanhola. As imagens mais recorrentes, sem dúvidas, eram as sobre a União Soviética, geralmente, representada como o pior lugar do mundo ou o próprio inferno na Terra, seguida das imagens relacionadas aos levantes de novembro de 1935 e a Guerra Civil Espanhola. Essas imagens se relacionavam, em especial, com a imagem da "infiltração comunista".

URSS

Segundo Sá Motta (2002. p. 71), "a importância da URSS para o imaginário anticomunista era tal, que grande parte das campanhas de propaganda devotadas a desacreditar o comunismo concentrava-se em atacar aquele país". Assim como Sá Motta, a historiadora Carla Luciana Silva (2001, p. 119) defende que "de todas as características das campanhas anticomunistas uma se sobreleva por ser o elemento central na argumentação de que o comunismo é uma ilusão. Trata-se da relevância dada à experiência soviética [...]". O objetivo dos anticomunistas era esvaziar o discurso que se construiu em torno da "pátria do socialismo", que afirmava que o novo modelo de sociedade

[8] Catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, membro do Supremo Conselho Integralista (*A TARDE*, 8-07-1937).

proposto pelos comunistas transformou a Rússia num país sem desigualdades sociais, onde os trabalhadores eram valorizados e não havia exploração do homem pelo homem.

No período pesquisado, observamos que as primeiras imagens negativas acerca da União Soviética chegaram a partir de obras ou textos jornalísticos de autores, intelectuais, admiradores do comunismo, curiosos, que faziam viagens àquele país e retornavam, uns com sua convicção fortalecida no comunismo e outros reavaliando sua convicção. As obras desses que voltavam desiludidos, lidas pelos anticomunistas amazonenses tornavam-se uma arma fundamental para propaganda anticomunista. Segundo Silva (2001, p. 131), esses artigos podem ser divididos em dois grandes grupos: 1. questões cotidianas da "vida nos soviets"; 2. o perigo da expansão soviética.

Foi o que aconteceu com o escritor francês André Gide, autor do livro *Retour de l'URSS*[9]. O autor já era um conhecido literário quando aderiu ao comunismo entre 1935 e 1936. Ele foi convidado pelo governo soviético para conhecer a experiência do novo modelo social e aceitou o convite, conheceu, assim, a URSS, tendo logo, se decepcionado.

Em um texto chamado *Paraíso russo* que foi publicado no jornal francês *Temps*, e reproduzido pelo jornal *A Tarde*, Jacques Boulanger[10] faz algumas colocações sobre o livro de Gide. O texto ainda ganha alguns comentários do deputado estadual Leopoldo Peres que, em sua coluna, retoma alguns vezes o debate sobre o livro *Retour de l'URSS*.

> E' assim que se explica que tantos escriptores intelligentes ainda se proclamem communistas, neste momento. Quanto á literatura, é de se confessar que ela perderia se Gide não tivesse tornado pelo commovedor atalho intellectual e moral que tomou para chegar até o bolchevismo e se não tivesse realisado a sua viagem recente. Com effeito, elle poderia saber, sem incommodos de viagem que o povo russo é, neste momento, victima da mais vasta burla de que jamais houve noticia. Nenhuma informação do exterior lhe chega, a não ser pelos seus jornaes, órgãos do Estado, que o enganam, segundo as occasiões, com um cynismo e uma desenvoltura incriveis. [...] Tudo é medíocre e feio na U.R.S.S (*A TARDE*, 12-03-1937).

No trecho acima, observamos que, para o autor, era estranho aos intelectuais conservadores franceses essa adesão de Gide ao comunismo e que ele poderia mesmo sem ter viajado à URSS saber do "engodo" que era o "paraíso soviético". O autor também faz uma denúncia, afirmando que o Estado Soviético manipulava as informações ou as censurava e o povo russo, assim, era vítima de

[9] Lançado em 1936.
[10] Não encontramos nenhuma informação sobre ele, mas possivelmente ele fosse um jornalista do jornal *Temps*.

fraude dos governantes. Outra menção a esse "engodo" de que os russos eram vítimas se deu na parte final desse mesmo texto, onde o autor afirma:

> O mais curioso é que aquelle pobre povo se suppões o modelo e o paradigma do universo. Os russos de hoje estão persuadidos de que é admiravel entre elles em comparação com o que existe nos outros logares. E' com incredulidade que ouvem o que os estrangeiros lhe dizem dos telephones na França ou na Allemanha. Vivem persuadidos desde a infancia que fora da U.R.S.S. é a noite.
>
> Ahi está a que ponto o communismo baixou a civilisação da antiga Russia. Somente entre os povos antigos viram-se tyrannias semelhantes áquela sob a qual os russos vivem. Não concebem e, por isso, não desejam a liberdade de pensamento. Vale isto o mesmo que dizer, ainda uma vez que elles não pensam mais (*A TARDE*, 12-03-1937).

No sentido que Jacques Boulanger conduz sua argumentação, coloca-se o povo russo como seres alienados desde a infância e que crescem acreditando que são os ápices da civilização humana, enquanto, para o autor, o comunismo transformou em bárbaros ou civilização menos evoluída que a ocidental.

A coluna do deputado Leopoldo Peres voltou a se referir ao livro de André Gide para reafirmar suas posições acerca da URSS e, ao mesmo tempo, acusar que, longe de negar o comunismo, o autor ainda "via no bolchevismo a possibilidade de decidir o destino do mundo" (*A Tarde*, 15-05-1937). Com o título *Visão gidiana do "paraiso" vermelho,* ele retoma seu arsenal contra a URSS que para ele era o "ambiente dantesco em que se processa a trágica experiência communista" (*A Tarde*, 15-05-1937). Dessa maneira, tentava alertar a sociedade amazonense, em especial, àqueles que tinham admiração pelo modelo soviético.

> Há no Brasil, como por toda parte, notadamente em certas camadas menos esclarecidas da opinião, a idéa de que, descontadas taes ou quaes deficiências inevitaveis no curso de uma formidável renovação social, o bolchevismo vem realizando o milagre de supprimir os desníveis naturaes da condição humana, collocando os individuos num mesmo plano de vida, e assegurando-lhe, com o esforço colletivo e igual para todos, e entresonhada felicidade commum [...] Mas, será isso, de facto, o que se passa na Russia marxista? (*A TARDE*, 15-03-1937).

Para ele, toda propaganda positiva em relação à União Soviética não passava de tática da Terceira Internacional. O que se passava na URSS, na verdade, era o oposto, "a dictadura do proletariado transformou-se numa mystificação atróz. Dictadura, sim, [...], mas dictadura omisa de um homem só: Stalin. [...] as massas eslavas sofrrem silenciosas, na mudez compungente de um infinito martyrio" (*A TARDE*, 15-03-1937). Neste sentido, assim como havia grupos organizados

para fazerem a propaganda positiva sobre a URSS, Leopoldo Peres trabalhava no sentido oposto, desprendendo grandes esforços para não permitir que o comunismo alcançasse mentes e corações no Amazonas, denunciando a falta de liberdade e democracia e a despersonificação dos eslavos.

É nesse panorama, que Leopoldo Peres propôs em seu texto intitulado *A luz que vem do oriente*:

> [...] a necessidade, clamorosa e impreterivel, de uma coalisão internacional para liquidar de vez com o bolchevismo. A meu vêr, os povos que se reconhecem depositários, ou garantes, do patrimonio insequestravel da cultura mediterranea e christã, deveriam de empreender, juntos, como resultado de um grande pacto de segurança collectiva, uma cruzada de inexoravel demolião contra os formigantes redutos da barbárie tartarêsca. Ou, quando isso não se tornasse possivel, - já não digo prespeciosas considerações do direito, das gentes, que é hoje, mais do que nunca, uma fantasia pueril, mas de fundo humanitario, attentos os sacrifícios que a empreza naturalmente exigiria, - que se estabelecesse, ao menos, um cordão hygienico intransponível, de modo a isolar do universo civilizado a contagiante infecção sovietica (*A TARDE*, 15-06-1937).

O deputado propôs essas duas saídas, pois, segundo ele, só assim o mundo ficaria livre do "intento" dos comunistas, que era, segundo ele, a implantação de uma República Socialista Soviética Mundial. E sendo assim, a colisão de países que se levantaria contra a URSS não poderia sofrer retaliações ou constrangimentos já que agiriam em legítima defesa. Ao mesmo tempo, porém, que propôs uma intervenção ou um cordão higiênico contra a URSS, Leopoldo Peres considera as propostas "vaga aspiração generosa e utópica" (*A Tarde*, 15-06-1937), visto que o comunismo encontrou apoio, estímulo, solidariedade e cooperação de países como França e Inglaterra.

Outros textos anticomunistas divulgados na imprensa amazonense da década de 1930 foram os produzidos pelo Serviço de divulgação da Polícia. Dentre os divulgados, destacamos dois *Como decorreu o natal Soviético* e *Vinte anos de bolchevismo*; ambos publicados na Revista *A Selva*. O primeiro foi uma reprodução de uma matéria da *Gazeta Polska*, de Varsóvia, que versava sobre o Natal na URSS.

> Como decorreu O Natal Sovietico
>
> Serviço de divulgação da policia
>
> Por ordem da G.P.U. a festa de Natal foi declarada, há quatro annos, fora da lei e contraria ao credo vermelho. Percorrendo as ruas principaes da cidade, nestes dias, nota-se, especialmente, uma atmosfesra de pesadello. Só o facto de se pronunciar a palavra "Natal" constitue crime de alta trahição.

> O povo da Russia, que contiua vivendo horas de panico silencioso e de terror suffocado, mergulhado num oceano de sangue, já não comprehende que possa existir uma festa de Natal, isto é, uma festa de paz.
>
> Stalin, o anti-christo da época, declarou guerra aos homens e a Deus (*A SELVA*, 12-1937).

Segundo Sá Motta (2002. p. 73), "as denúncias sobre perseguições à religião constituíram-se num dos pilares das representações relativas ao 'inferno soviético' [...] os comunistas foram representados como perseguidores cruéis da religião, a qual pretenderiam sacrificar em holocausto à sua sanha revolucionária e iconoclasta". A sociedade amazonense da década de 1930 era profundamente católica e este texto apresenta um ataque à festa religiosa mais valorizada pelos cristãos, o Natal – dia do nascimento do Messias, do Salvador dos cristãos. Se o comunismo atacava duramente a comemoração de uma data tão especial, os comunistas só poderiam ser maléficos, inimigos de Deus, e Stalin seria o próprio anticristo. Os textos com este teor tinham como objetivo causar medo na sociedade, demonstrando o quanto os comunistas eram cruéis e blasfemadores, afastando-a de qualquer possibilidade de simpatias ou adesão ao comunismo.

No texto *Vinte annos de bolchevismo*, escrito por Carlos Rates e publicado na *A Selva*:

> [...] Não, a massa geral do povo russo não é hoje, sob o ponto de vista econômico, mais feliz do que era hontem. E não há um só observador imparcial que tenha visitado a Russia nos últimos vinte annos que não traga de lá a impressão de uma miséria que se não encontra na Inglaterra, na Belgica, na Holanda e outros paizes civilizados que vivem sob o regimen capitalista. O capitalismo tem os seus defeitos, abusos e injustiças sociaes que exigem correcções enérgicas e decisivas. Mas é, ainda assim, menos oppressor, que um Estado totalitário, como é a Russia soviética, que impõe o seu domínio em todas as manifestações da vida.
>
> Se é assim, sob o ponto de vista econômico que dizer sob o ponto de vista politico? Para se encontrar um tamanho desprezo pela vida humana como aquelle que prepondera na Russia actual é preciso recuar alguns séculos na historia dos povos. Staline não differe de Ivan, o terrivel, embora os separe uma distancia de quatro séculos. E é tudo o que nos ensina a experiencia de vinte annos de bolchevismo (*A SELVA*, 12-1937).

Segundo Sá Motta (2002, p. 75), "os anticomunistas investiram pesado para mostrar que, ao contrário das promessas de igualdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o regime bolchevista oferecia, concretamente, miséria e exploração". Este tipo de ataque à URSS, juntamente com os ataques de conteúdo religioso, eram os que mais impactavam a população. Os textos com conteúdos religiosos atacavam a fé cristã, simultaneamente, trazia medo a possibilidade de um dia os

comunistas pudessem assumir o poder no Brasil e instalassem um estado ateu. Os textos de cunho econômico atacavam as melhorias sociais da URSS. A União Soviética era tida pelos seus simpáticos, como um lugar sem exploração do homem pelo homem, onde o proletariado vivia bem e tinha direito que nos países capitalistas eram inimagináveis. Os textos que atacavam os direitos sociais dos soviéticos visavam alertar os trabalhadores amazonenses sobre a "burla" que era o comunismo, advertindo-os que eram mentirosas as propagandas pró-soviéticas; que, ao invés de liberdade, os soviéticos estavam sob a opressão tão pior quanto no sistema capitalista. Esses textos também visavam ao afastamento dos trabalhadores de qualquer possibilidade de filiação a movimentos comunistas ou congêneres, almejando que estes permanecessem passivos diante de sua realidade.

"Intentona" Comunista

Os levantes de novembro de 1935 ofereceram imagens que foram utilizadas à exaustão pelos anticomunistas. As ações dos rebeldes proporcionaram um leque de possibilidades que todos os grupos que consideravam o comunismo um perigo iminente necessitavam para demonstrar o quanto os comunistas eram maus, suas ideias e ações eram prejudiciais a toda a sociedade.

O levante era a confirmação dos alertas feitas pelos anticomunistas; no entanto, naquele momento, não se tratava de um exemplo longínquo, mas de uma ação concreta no solo brasileiro. Segundo Sá Motta (2002, p. 76), "o episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da 'Intentona Comunista'". As ações dos comunistas geraram uma gama de representações e essas sofreram no decorrer dos anos um processo de solidificação no imaginário político brasileiro, chegando à década de 1960, quando houve a terceira onda anticomunista[11], totalmente consolidada.

Dessa forma, logo após os levantes de novembro de 1935, foi publicado no *Jornal do Commercio* um interessante discurso do deputado estadual Aristides Rocha, que versava sobre os referidos levantes:

> Quem quer que haja acompanhado com interesse o crime politico dos ultimos dias de Novembro, as torpes ignominias que se deram no Rio Grande do Norte, Recife

[11] Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002) tiveram no Brasil três ondas anticomunistas, ou seja, três períodos que o anticomunismo foi utilizado de forma vigorosa pelos conservadores, os períodos foram de 1935 a 1937, 1946 a 1950 e 1961 a 1964. Das três ondas anticomunistas, duas culminaram com regimes ditatoriais.

> e na Capital Federal; e em menor escala, em outros pontos do paiz, guarda, por certo, a convicção profunda de que a celebre Terceira Internacional declarou guerra ao Brasil e ao seu povo liberal, patriota, generoso, pretendendo transformar nossa terra numa colonia infame de tyrannia vermelha.
>
> Nossas instituições liberaes, implantadas pela unanimidade dos brasileiros, em jornadas cívicas memoráveis e civilizadas, foram alicerçadas nos ensinamentos limpidos, sereno e humanos da moral christã. A cima de tudo colocamos o respeito pela vida humana. A liberdade de pensamento, de reunião, o culto pela família, o respeito pela propriedade, são principios dogmaticos do regimen. Somos filhos de uma grande nação, rica, tranquilla, temente a Deus, de caracter compassivo e doce. [...] (*JORNAL DO COMMERCIO*, 19-12-1935).

O discurso do deputado coloca desde o início que a mentora do levante foi a Terceira Internacional, não cabendo qualquer nuance quanto a isso. Posteriormente, o deputado católico invoca o caráter cristão da sociedade brasileira, dando a entender que essa característica era inconciliável com o comunismo. O deputado prosseguiu:

> [...] Maldição aos máos brasileiros que se vendem ao ouro de Moscou, que estão ao seu serviço, trahindo a propria patria. [...] Louvores e congratulações a todos os que, em defesa da patria, estão vigilantes contra a propaganda malsã, tomando providencias punitivas e preventivas para suffocar a incursão dos tartaros e mongoes em terras americanas (*Jornal do Commercio*, 19-12-1935).

Este segundo trecho do discurso do deputado já coloca em pauta uma representação importante para a consolidação do imaginário anticomunista no Brasil: a associação dos rebeldes a "traidores da pátria". Segundo Sá Motta (2002. p. 78), essa imagem foi fundamental na construção negativa sobre o comunismo, pois ela tem duas faces: a primeira relacionada à traição da Pátria, já que na visão dos anticomunistas os rebeldes de 1935 agiam sob ordem da Terceira Internacional, e, em segundo lugar, porque esses homens traíram a instituição militar, quebrando sua hierarquia.

Interessante mencionar também que, mais tarde, essa imagem ganharia um tempero a mais. Entre o começo de 1936 e 1937, devido à batalha no 3º Regimento de Infantaria, começou-se a reproduzir que os rebeldes teriam assassinado soldados legalistas, que estavam dormindo na madrugada do dia 27 de novembro de 1935, no início do levante naquele quartel. No momento que o deputado Aristide Rocha proferiu esse discurso, essa imagem ainda não estava em voga, apenas em

1936 é que ela começa a ganhar corpo. O fato é que tal imagem ganhou o imaginário da sociedade, ainda que o próprio Relatório Bellens Porto[12] nada tenha dito a respeito.

O deputado atacou, também, aquilo que ele acreditava serem as ações dos rebeldes e fazendo isso ele pretendeu atacar a índole dos mesmos, associando a todas as atitudes que caracterizam desvio de moral e crueldade. Assim, além de revoltar as Forças Armadas contra a própria pátria, os "comunistas" iriam saquear, invadir domicílios, fuzilar oficiais e civis que não fossem comunistas, além de matar os burgueses (*JORNAL DO COMMERCIO*, 19-12-1935). Chama a atenção também que o deputado transmite um alerta à sociedade amazonense, afirmando que os "comunistas" "já deram uma pequena amostra", insinuando que poderiam acontecer novamente atos como os de novembro e, além disso, esses possíveis atos poderiam ser piores.

> Morreram mais de quatrocentas pessoas, mais de mil foram feridas. Propriedades no valor de mais de dez mil contos foram destruidas; mais de cinco mil contos roubadas, lares invadidos e desrespeitados! [...] A minoria desta casa, essencialmente conservadora, já manifestou o seu ponto de vista de combate integral ao communismo. Novamente concita ao povo do Amazonas a dar combate sem treguas a todos os individuos, partidos e corporações que defendam essa ideologia criminosa (*JORNAL DO COMMERCIO*, 19-12-1935).

Além de exagerar no número de mortos, ele conclama a sociedade amazonense para combater com todas as forças o comunismo, incitando combater não só pessoas, mas partidos e corporações que apoiassem essa ideologia. Percebe-se que quando ele fala "partido", não está se referindo ao PCB, até então inexistente no Amazonas, mas buscava desde já associar o comunismo com o Partido Popular Amazonense (PPA), em especial, a ala trabalhista, que eram seus desafetos políticos; e que, alguns membros, apoiaram a ANL quando esta funcionava legalmente.

Neste bojo, percebemos que, a consolidação da tradição anticomunista no Brasil começa com a própria nomenclatura utilizada para se referir ao fato. O termo "intentona" significa intenção louca, plano insensato, motim. É importante frisar que esse termo não foi usado de imediato, outros termos ganharam as páginas dos jornais, apesar de "intentona" também ser utilizado por jornalistas, os termos mais repetidos, inclusive pelo Estado, foram: movimento subversivo, movimento comunista, surto comunista; revolta, revolução comunista, revolução marxista, levante, insurreição e movimento

[12] Eurico Bellens Porto foi o delegado que apurou os acontecimentos no Rio de Janeiro, tendo enviado ao Tribunal de Segurança Nacional um relatório divido em três volumes: 1. Denúncia das cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935; 2. Denúncia dos co-réus que pegaram em armas na revolução de 27 de novembro de 1935 e; Denúncia dos Parlamentares co-réus da revolução de 27 de novembro de 1935.

extremista (*JORNAL DO COMMERCIO*, 24-12- 1935). O fato é que com o passar dos anos os demais termos desapareceram e o emprego do termo "intentona" se consolidou. Outro ponto importante é que o termo "intentona" não é exclusivo dos comunistas, o levante de 1938 encabeçado pela AIB também ganhou essa alcunha, os movimentos tenentistas da década de 20 também, porém o termo foi empregado com mais força ideológica quando referente ao levante de 1935 (SÁ MOTTA, 2002. p. 76-77).

Em relação à questão da suposta traição da pátria e da instituição militar, podemos argumentar, baseando-se em Sá Motta (2002), que levantes como os de novembro de 1935 aconteciam no Brasil desde a década de 1920 e que aqueles que se rebelaram em 1922, 1924, 1930 não foram tachados de "traidores". Há diferenças entre os levantes, mas tachar apenas de traidores os rebeldes de 1935 parece-nos oportunismo por parte daqueles que não queriam apenas derrotá-los no campo de batalhas, mas também no campo do imaginário.

Outro elemento da construção da legenda negra do anticomunismo foi o fortalecimento da representação de "duplos traidores" com a dicotomia "heróis x traidores". Se havia "traidores" vis que serviam ao "ouro de Moscou", havia também os "heróis nacionais" que morreram defendendo o Brasil. O número de mortos nos confrontos é, igualmente, questionável, tendo ficado entre 60 e 100 mortos (SÁ MOTTA, 2002. p. 82), somados os dois lados, e não quatrocentas como afirmou o deputado estadual Aristides Rocha.

Um ano após a derrota dos levantes, passou-se a realizar "romarias cívicas" aos cemitérios[13] onde haviam sido enterrados os oficiais e subalternos legalistas mortos nos confrontos no Rio de Janeiro. O governo não se empenhou tanto no evento, mas houve grande mobilização e participação dos integralistas. No entanto, com o êxito das peregrinações, o governo, a partir de 1937, passou a coordenar a "romaria" e tornou-a oficial. Em 1940, inaugurou um monumento dedicado aos mortos. Reuniu, assim, todos os restos mortais, num mausoléu localizado na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), dando fim a uma dificuldade sentida pelos participantes da peregrinação que tinham que andar aos dois cemitérios, o que acabava dispersando o público. Com a inauguração do mausoléu, todos se concentravam em um só lugar.

[13] Os oficiais foram enterrados no Cemitério São João Batista, enquanto, os subalternos no Cemitério São Francisco Xavier.

O monumento, segundo Sá Motta (2002, p. 83), foi criado para que se "fixasse a memória oficial sobre o levante" e, assim, tornou-se peça principal para o proselitismo dos ideais anticomunistas. O ritual continuou ser a realizado durante década – e até hoje ainda é celebrado – sendo dedicado menos aos mortos e mais aos vivos, no sentido de alertar a sociedade sobre "perigo vermelho".

Importante esclarecer que, segundo Sá Motta (2002, p. 189), havia uma razão que levava a toda essa mobilização contra o comunismo, pelo menos no período pós-levantes. O medo ao comunismo era real, apesar de muitas vezes a realidade e as representações serem distorcidas pelos anticomunistas. Nos levantes de novembro de 1935, primeiramente, mobilizaram-se importantes quartéis das Forças Armadas, como o 29º BC, o 3º Regimento de Infantaria, e contou com um número considerável de homens que se dedicaram à rebelião. Segundamente, durante as batalhas morreram um número significativo de combatentes. Terceiramente, mesmo sem a possibilidade de êxito devido a vários fatores, os rebeldes teriam causado mais danos, caso o plano de Prestes houvesse sido concretizado. Frente a isso, não nos parece exagero o pavor que demonstrava a sociedade nos momentos posteriores aos levantes; As representações criadas sofreram exagero, mas os levantes foram reais, assim, como as mortes e os objetivos dos rebeldes em constituir um governo popular e revolucionário.

Diante do exposto, não há como desconsiderar sincero o medo sentido por grande parte da população em relação aos eventos, não podemos também dizer que, de fato, os eventos não ameaçaram a ordem, até então, vigente. O que nos cabe questionar aqui é a potencialização das representações, com claras intenções de macular o evento. Acerca da acusação de serem os rebeldes subordinados de Moscou, podemos questionar o próprio programa dos levantes, que foi o programa da ANL[14]; podemos indagar a participação de pessoas não comunistas no evento; por fim, podemos afirmar, como se tem defendido neste trabalho, que os levantes de novembro de 1935 estavam inseridos num contexto de lutas nacionais contra o governo Vargas, contra o fascismo e o imperialismo.

[14] (1º) governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro; (2º) gozo das mais amplas liberdades populares; (3º) suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas; (4º) nacionalização imediata de todas as empresas imperialista; (5º) proteção dos pequenos e médios empresários e lavradores, com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam.

Em 1937, no momento em que era divulgada no país a descoberta da um "novo plano comunista", que ficou conhecido como "Plano Cohen", os anticomunistas amazonenses voltaram a utilizar as representações acerca da "Intentona" Comunista. A retomada da imagem dos levantes de 1935 foi reforçada no Amazonas por meio da publicação da suposta diretiva dos agentes de Moscou. A diretiva com as orientações foi publicada no próprio jornal *A Tarde*, na Coluna Verde, pertencentes aos integralistas amazonenses, o colunista era o chefe provincial Jayme Pereira[15], uma liderança integralista de relevância nacional.

A correspondência – publicada no *La Correspondance Internacionale*, órgão oficial da Terceira Internacional, editado em Paris, segundo o chefe provincial – que se destinava ao Brasil girava seu debate em quatro tópicos: I - Bloco democrático Nacional Libertador; II - Bloco José Américo X Vargas; III - Bloco Armando Salles – Flores da Cunha; IV - Os integralistas. Nos tópicos foi definido cada ponto, indicando, inclusive, onde esses grupos tinham mais influência na sociedade. Por fim, o chefe provincial interpretou que os comunistas estavam, naquele momento, próximos de outra incursão no Brasil e que eles se aproveitariam da eleição – que estava polarizada entre José Américo e Armado de Salles – para darem seu golpe (*A TARDE*, 17-08-1937/ 18-08-1937).

Após a divulgação desta diretiva, as colunas de Leopoldo Peres, Aristophano Antony e Jayme Pereira passaram a atacar e a denunciar com mais afinco os novos "planos comunistas". Aristophano Antony publicou *Brasileiros, sentido!* onde relembrava a apreensão de novembro de 1935 "nada obstante dizer-se que o movimento de novembro de 1935 não passou de uma infeliz <quartelada>, até agora se não apagou do espírito público a profunda impressão da amargura e de espanto deixada pelo entrechoque de irmãos, culminando com o arrasamento do quartel do 3º R.I" (*A TARDE*, 17-08-1937). Já Leopoldo Peres em *Garra de Moscou* afirmou que "tudo leva á convicção de que estamos realmente ás vésperas de um movimento accionado pelo ouro moscovita, tal como em 1935, mas, já agora, com outras possibilidades de bom êxito, attendendo-se á comparsaria dos políticos [...]" (*A TARDE*, 21-08-1937).

As interpretações dos agentes mencionados, embasadas nas diretivas publicadas por Jayme Pereira, davam como certa uma nova tentativa de levante comunista no Brasil. O mais interessante

[15] O jornal *A Tarde* noticiou no dia 8 de julho de 1937 a chegada do catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, membro do Supremo conselho Integralista, Jayme Regalo Pereira. Este estava retornando ao Amazonas para chefiar a província integralista do Amazonas (*A TARDE*, 8-07-1937).

nessa denúncia é o fato de eles alertarem a população amazonense reavivando as memórias de novembro de 1935 e, fazendo isso, acreditamos que objetivavam reacender o medo na população; além disso, convocar as instituições, o governo e as pessoas para um novo combate ao comunismo.

No que tange a "comparsaria dos políticos" citada pelo deputado, percebemos que se tornaram comuns, na época, denúncias desse tipo. Os anticomunistas criticavam as chapas de José Américo e Armando de Salles, afirmando que a presença de pessoas que eles consideravam comunistas era prejudicial ao pleito. Viam igualmente essas presenças como parte do plano da Terceira Internacional para dominar o Brasil.

Neste sentido, percebemos que Leopoldo Peres tomou para si a denúncia aos políticos que, segundo ele, apoiavam o comunismo e que faziam parte dos novos planos da Terceira Internacional. Dizia o deputado "que não escrupulizam em disputar a solidariedade e o apoio dos chefes leninistas no Brasil. Haja vista o sr. Pedro Ernesto, que faz parte da commissão executiva da União Democractica Brasileira...". Pedro Ernesto, em 1935, era simpático às causas da ANL; mas quando houve os levantes de novembro, foi um dos quais denunciou a Getúlio Vargas os planos subversivos no Rio de Janeiro (VIANNA, 2011, p. 347). Ele foi preso acusado de extremista, apesar de não ter participado dos levantes. Em 1937, foi solto quando arrefeceu o Estado de Guerra e o ministro Macedo Soares liberou parte dos presos que não tinham denúncia formal. Em liberdade, ingressou à candidatura de Armando de Salles e, talvez, por isso, o deputado Leopoldo Peres, relembrou propositalmente a proximidade de Pedro Ernesto com a ANL, acusando-o de comunista.

Ainda no contexto da descoberta de "uma nova intentona comunista", o editor chefe do jornal *A Tarde*, Aristophano Antony, afirmou:

> E' que a nação, ainda abalada pelos lutuosos factos de Novembro de 35, guardava a profunda impressão das horas amargas por que passara, sabendo o povo brasileiro que ellas foram o resultado das sombrias manobras de elementos estrangeiros, que, talvez, por excessiva condescendencia, conseguiram se infliltrar nas proprias organisações destinadas á defeza do paiz, para <corromper acima das seducções de uma ideologia malsã>. Não se detiveram, nem mesmo deante do revés soffrido, os agentes da U.R.S.S (*A TARDE*, 18-08-1937).

O jornalista, nesse trecho, retoma algumas imagens associadas aos levantes de 1935, reafirmando que o ato foi planejado pela Terceira Internacional e que, mesmo com a derrocada dos levantes de novembro de 1935, os comunistas não desanimaram e que já tinha se infiltrado nas

instituições do país novamente. Ao afirmar isso, o jornalista reforça a imagem de duplo traidores, da pátria e da instituição militar, assim como de também reforçar a imagem da "infiltração comunista".

Quando, no final de setembro de 1937, o Estado Maior das Forças Armadas divulgou o "Plano Cohen", os anticomunistas amazonenses se acharam cobertos de razão, pois desde o meio do ano eles afirmavam que os comunistas estavam preparando uma nova intentona. Em *Denunciando a mashorca,* Leopoldo Péres afirma:

> A revelação do plano terrorista appreendido aos agentes do komintern pelo estado-maior do Exercito, motivando a decretação do estado-de-guerra, não constituiu surpreza para os que veem na realidade a hora presente do Brasil. Surpreza terá sido, quando muito, para os que, ainda hoje, e embora a evidencia meridiana das coisas, se obstinam em não acreditar no communismo em nosso paiz, preferindo admittil-o como uma illusão de espíritos timoratos ou como um expediente de reação politica, uma arma de oppressão dictatorial, a serviço de objectivos inconfessáveis do poder. Vejamos si a documentação agóra divulgada, trazendo á luz da publicidade, em todos os seus pormenores, as directivas trágicas de Moscou, logrará convencer a esses incrédulos, arrancando-os da apathia a que displicentemente se entregam, indifferentes ao trabalho e á mobilização da horda vermelha que se organizou no Brasil para anniquilar o Brasil (*A TARDE*, 04-10-1937).

O plano divulgado confirmava todas as suas impressões sobre conjuntura política pré-eleitoral e mostrava àqueles que se faziam indiferentes à luta anticomunista – uns por convicção e outros por conveniência – que mais do que discursos fantasiosos, o comunismo era real almejava destruir a sociedade brasileira.

Em setembro, Leopoldo Peres publicou em sua coluna um texto intitulado *Erros de 35*, no qual o deputado continuou abordando o Plano Cohen:

> O eschema appreendido aos agentes de Stalin teve, logo depois, a indispensável divulgação. E o paiz ficou simplesmente boquiaberto, estarrecido, diante da machina infernal que se prepara na surdina para destruir os lares brasileiros, dilacerar, ensanguentar, dividir e arrazar o patrimônio histórico, politico e moral, nacional. [...]
>
> Assim, a primeira recomendação, e a mais importante, que os asseclas stalinêscos fazem aos seus, camaradas destas latitudes, para que não fracasse a jornada, é a de que não se repitam <os erros de 1935>. A mashorca não deveria, já agora, partir dos quartéis para a massa sinão, bem ao contrario, da massa, manobrada <tecnicamente>, para as casernas, onde o trabalho se completaria como reflexo inevitável da agitação collectiva. [...]
>
> <Si na revolução de 1935 nossos camaradas não commeteram o erro das violências inúteis – dizem as directivas de Stalin - commetteram e em grande escala o das violências insufficientes, a violência deve ser planificada, deixando de lado qualquer sentimentalismo, não só favorável apparentemente ao local revolucionario como

> tambem á piedade commun>! Taes as disposições dos scelerados do Komintern no opprimir e desgraçar o Brasil (*A TARDE*, 5-11-1937).

O deputado mais uma vez ataca o que ele considera que seria a ação dos comunistas, quando afirma que em surdina eles planejavam atacar novamente o Brasil, fazendo todo tipo de monstruosidade. Importante observar também que esse plano de ataque ao país mais uma vez partia do estrangeiro, e não só isso, elas vinham diretamente das mãos de Stalin. O texto enfatiza qual a tática que deve ser adotada nessa nova empreitada, e sobremaneira, acentua o grau de violência que as ações dos rebeldes teriam. Textos como este e notícias publicadas diariamente naquele momento causaram medo na população, interessante também mencionar, que esse clima de pânico só cessou quando foi dado o auto-golpe, no dia 10 de novembro. Após a decretação do Estado Novo, as denúncias contra a ameaça comunista desapareceram paulatinamente do jornal *A Tarde*.

Como percebemos, a partir do momento em que houve um processo de maior abertura política no país, em julho de 1937, com o fim do Estado de Guerra, surge novamente um recrudescimento das campanhas anticomunistas, que pareciam arrefecidas, principalmente após o governo ter tomado uma série de providência para combater o comunismo.

Essas novas campanhas contra os "vermelhos" foram encabeçadas, em especial, por católicos e integralistas e, como defende Sá Motta (2002, p. 228.), nesse momento, essa campanha anticomunista era menos sólida do que aquela presenciada pós-levantes de 1935; nesse sentido, podemos apontar um caráter duplo dessa ofensiva anticomunista. Por um lado, ela era oportunista, pois essa ofensiva foi realizada para que fosse novamente aprovado o Estado de Guerra e, posteriormente, para que se concretizasse o golpe de novembro de 1937; por outro lado, devemos relativizar esse "oportunismo", pois essa nova "onda" anticomunista foi encabeçada por aqueles que combatiam com sinceridade o comunismo: católicos, integralistas e militares.

Não podemos esquecer-nos de mencionar também o caráter principal das "ondas anticomunistas", ambas serviram para que se implantassem no país regimes autoritários. A primeira onda anticomunista (1935-1937) proporcionou a implantação do Estado Novo, que durou 8 anos; a segunda onda anticomunista não resultou numa ditadura, mas justificou ações repressivas contra a esquerda, como contra o PCB, por exemplo, que voltou a ilegalidade; a terceira onda anticomunista (1961-1964) jogou o país numa ditadura que durou 25 anos e suas consequências se fazem sentir até hoje.

Guerra Civil espanhola

A Guerra Civil Espanhola teve início em julho de 1936 e terminou em abril de 1939. Segundo Paulo Roberto de Almeida em seu texto, *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo*, durante todo o conflito, tanto os republicanos, quanto os monarquistas e direitistas, contaram com apoio internacional e solidariedade política e material de suas correntes de adesão respectivas. Ou seja, de um lado o campo democrático e comunista internacional e, por outro lado, as forças organizadas do nazi-fascismo europeu. Dentre essa ajuda, estava o envio de contingentes de combatentes estrangeiros – voluntários e profissionais (ALMEIDA, 1999. p. 35).

A Guerra Civil Espanhola foi um combate sangrento que marcou a primeira metade do século XX e teve repercussão mundial. No Amazonas não foi diferente, dentre os jornais pesquisados *O Jornal* e a *A Tarde* foram os que deram mais destaque ao evento. *O Jornal* deu ênfase ao ocorrido desde o desencadeamento dos combates, em julho de 1936. Algumas matérias do jornal tiveram por título: Situação Hespanhola (12-08-1936); Revolução Hespanhola (24-08-1936); Os horrores da guerra na Hespanha (18-11-1936) e; Guerra Civil Espanhola: aspectos photograficos (15-11-1936). Por sua vez, o jornal *A Tarde*, inaugurado no início de 1937, explorou a Guerra Civil Espanhola desde suas primeiras edições. As primeiras informações veiculadas pelo jornal foram por meio de notas telegráficas que ocupavam parte da sua capa: "Aperta-se o cêrco em torno de Madrid" (19-02-1937), seguida por "A Hespanha continúa agitada" (22-02-1937) e "Valencia bombardeada!" (24-02-1937).

Francisco J. Romero Salvadó em *A Guerra Civil Espanhola* afirma que:

> Por todo o mundo, filmagens e editoriais da imprensa diária mostravam a realidade de um pesadelo que consumia um país atormentado. Para a opinião conservadora e católica, os nacionalistas defendiam os valores de uma civilização cristã ameaçada pelo comunismo e pela anarquia. Nos círculos liberal e trabalhista, a República constituía a última chance de defesa da liberdade antes do inexorável avanço da reação política por todo o continente. Além do mais, a consciência do envolvimento alemão e italiano reforçou o apelo romântico de uma República sitiada pelas forças internacionais do fascismo (ROMERO SALVADÓ, 2008, p. 112).

Ambos os jornais – *O Jornal* e *A Tarde* – eram de orientação conservadora e, assim, foi rotineira a publicação de matérias e colunas em apoio aos nacionalistas e a Francisco Franco. Dessa forma, outra representação bastante explorada pelos anticomunistas amazonenses foram as que

tangem à Guerra Civil espanhola. Ao lado das representações relacionadas aos levantes de novembro de 1935, as imagens dessa guerra eram utilizadas como exemplo da ação dos comunistas, numa tentativa de demonstrar à sociedade amazonense, a crueldade dos comunistas e, assim, afastando qualquer possibilidade de mudança radical.

Os membros da Ação Católica, em especial Leopoldo Péres, utilizaram bastante das imagens produzidas pela guerra; no entanto, esse deputado acentuou os ataques dos "movimentos comunistas" contra a igreja, para demonstrar à sociedade e, em especial, aos católicos o quanto a luta contra o comunismo era importante, pois, em caso de vitória da revolução mundial, a Igreja seria exterminada.

Dessa forma, no texto *O terror vermelho* o deputado denuncia as "atrocidades" cometidas pelos "comunistas" contra a Igreja Católica; além disso, tentou demonstrar embasado no *Livro Vermelho de Hespanha*, produzido pelo Anti-komintern, que a gênese da Guerra Civil Espanhola foi responsabilidade da Terceira Internacional. Segundo ele:

> De sorte que a deposição do presidente Alcalá Zamora, as agitações syndicalistas, as greves, a perseguição aos sacertodes catholicos, o incendido sãs igrejas e mosteiros <nada menos de 347!), todos os tristes acontecimentos que precederam a revolução libertadora de Franco, obedeciam ao programma da mashorca communista imminente, elaborado nos mínimos pormenores, em sessão do komnentern, de 27 de fevereiro de 1936, mas já em execução desde 1931, nas fórmas preparatórias do terror prerevolucionario. O que vem a significar, em ultima analyse, que a hecatombe castelhana deve ser levada, única e exclusivamente, á responsabilidade nefanda do bolchevismo (*A TARDE*, 03-09-1937).

O autor não leva em consideração que o texto foi produzido por quem eram antagonistas dos comunistas – o Anti-Komintern, de Berlim –, não cabendo dúvidas ou nuances sobre a responsabilidade dos comunistas na deflagração da Guerra, pois segundo o deputado "E', antes, um inquerito de amplas proporções, e amplamente documentado, que não deixa duvida aos mais sceptico quanto á exatidão dos dados, nelle coligidos, de referencia ás arripiantes façanhas da barbárie eslava nas terras de oiro e sangue da pensinsula". Além de indicar a violência contra a Igreja, o deputado demonstrou sua posição em relação à guerra quando trata o movimento golpista de Francisco Franco como "revolução libertadora".

Ainda nesse texto, o autor volta a enfatizar as ações dos comunistas num sentido moralizante, embasado na mesma obra e alegando que esta estava amparada por um gama de documentos:

> [...] o maior interesse da obra, como libello anti-communista, está na opulenta reportagem photographica que o ilustra, reproduzindo, em fac-simile, os depoimentos prestados, e em nítidas gravuras, a destruição de templos e imagens; a profanação de sepulturas e a exhumação de múmias; os estupros, os actos de sadismo; os fusilamentos de mulheres e creanças; o extermínio de sacertodes a bomba de dynamite; o uso de instrumentos de tortura para arrancar os olhos aos pacientes; as execuções em massa, a petróleo e a fogo, - todo panorama innominavel, toda a paisagem dantesca, toda a iconoclasia e todos os furores sacrilegos e homicidas, que caracterizam o <terror vermelho>, nas suas habituaes manifestações (*A TARDE*, 03-09-1937).

Ao denunciar os atos dos "comunistas", Leopoldo Péres enfatiza que aquele período era o momento decisivo da luta entre o comunismo ateu contra a Igreja Católica. Segundo ele, "se verifica que o communismo russo, provocando e eternizando a guerra civil na Hespanha, empreende uma das jornadas mais decisivas do seu plano diabolico, no afan infatiavel de tripudiar, um dia, sobre os escombros da civilização christã".

Segundo Francisco J. Romero Salvadó (2008, p. 177), durante a Guerra, "a Igreja confirmou seu papel como principal propagadora da visão maniqueísta dos nacionalistas a respeito da guerra e responsável ideológica por sua legitimidade". E ao apoiar Francisco Franco a Igreja auferiu, ao final da guerra, grande prestígio ganhando o monopólio da educação e do serviço social na Espanha. Espaço este comparado apenas pelo protagonismo que detinha no período monárquico.

Deste modo, simultaneamente, anunciava a batalha final entre o comunismo e a Igreja Católica, Leopoldo Péres, em outro texto, denominado *a estranha aventura de Soror Pilar, miliciana vermelha,* apresenta uma interessante história de uma líder religiosa católica chamada Soror Pilar, que:

> No convento das carmelitas de Limonar, as irmãs de caridade a tudo assistem, transidas, preparando-se, em orações soluçadas de joelhos, diante dos altares illuminados, para o sacrificio que não tarda. Subito, Soror Pilar, a superiora da congregação, como sob uma advertência heroica, exorta ás suas irmãs em cristo que abandonem o cenóbio, sob vestes seculares. E Ella, Soror Pilar, que iria fazer? "Que deus vos proteja, na sua infinita misricordia! Confiae nelle. Pedirei por vós!" Ficou só, e ao alvorecer, disfarçada, deixa, por sua vez, o convento. Mette-se num "mono" de F.A.I. Aggrega-se ao primeiro bando. Armada até os dentes, ningguem a excede na "caça" aos "inimigos" do povo. Trabalha dia e noite. Encarrega-se dos "fuzilamentos". E a pretexto de combater a Deus, serve á causa de deus como ninguem. E assim salva velhos, mulheres e crianças; dá evasão a sacerdotes e freiras; attende a enfermos e feridos evita, quando póde, a "razzia" e a morte (*A TARDE*, 19-04-1937).

Para Francisco J. Romero Salvadó, nessa guerra, havia sectários e extremistas em ambos aos lados. Todos ávidos para resolver antigas disputas e eliminar seus adversários. E a Igreja Católica, neste bojo, tornou-se objeto privilegiado do ódio popular, pois os membros do clero eram identificados como defensores culturais do *status quo*, era conivente com a opressão social e exigia a aceitação popular do domínio natural das classes governantes. Dessa forma, construções e símbolos religiosos se tornaram alvos da fúria da multidão. Igrejas, mosteiros e conventos foram pilhados, saqueados e queimados, ou ainda transformados em lojas, hospitais, cantinas públicas e até em salões de baile. No total 6.844 membros do clero – incluindo 13 bispos – foram mortos (ROMERO SALVADÓ, 2008 p. 147-150).

A história de Soror Pilar, narrada por Leopoldo Péres, a nosso ver, foi enunciada pelo autor para animar a população católica na luta contra o comunismo, dando exemplo, de como as hostes católicas devem agir nessa luta renhida. Não sabemos se realmente a irmã Soror Pilar existiu ou se, de fato, essa história foi real. No entanto, podemos imaginar que uma história como esta, lida por um público católico num período de constantes conflitos entre a Igreja e o comunismo, pode servir tanto para consolidar a imagem dos "comunistas" como maléficos, como também, animar seus pares nessa luta de "vida ou morte".

Interessante mencionar, também, que apesar de atribuir esses atos aos comunistas, o deputado cita a Federação Anarquista Ibérica (F.A.I.) como a que protagonizou a invasão a Malaga. A tática do deputado pode ser explicada pelo fato de que o anarquismo no Amazonas não representasse uma força significativa a ponto de amedrontar a sociedade, por isso, a associação ao comunismo que, no momento, era visto como o inimigo a ser batido. Também podemos supor que essa associação pode ter sido usada por desconhecimento ou mesmo descuido do deputado, não especificando, nem diferenciando, comunistas de anarquistas ou mesmos de outras forças de esquerda que lutavam na Guerra Civil Espanhola.

Considerações Finais

Como demonstrado, essas representações eram as formas que os grupos anticomunistas viam ou desenhavam o comunismo e os comunistas. Essas representações mobilizavam ações concretas na guerra contra o "credo vermelho". As três representações apresentadas neste artigo foram as mais

difundidas nos periódicos pesquisados, elas também se vinculavam a outras representações menos veiculadas como infiltração, doenças, horda, alcateias, etc.

A primeira representação (URSS) serviu para demonstrar à população amazonense que a propaganda comunista não passava de falácia, que era o "paraíso vermelho", na verdade, era um "inferno". Lá os trabalhadores não estavam em melhores condições que os proletários amazonenses, lá não havia liberdade, democracia, todos tinham que fazer as vontades de Stálin. Na URSS, as pessoas também não podiam celebrar o natal e eram enganadas desde a infância.

A segunda representação ("Intentona" comunista) serviu para os grupos anticomunistas demonstrarem na prática – segundo eles – o quão perverso era o comunismo e como seria o Brasil caso o comunismo viesse um dia vencer. Os anticomunistas acusaram os rebeldes de estupro, roubo, traição à pátria, traição às Forças Armadas, pois estariam agindo sob a ordem de Moscou. E por isso, era de suma importância que não se permitisse que essa cultura política viesse a se proliferar no país, para isso se fazia necessária uma série de medidas para conter a infiltração comunista.

A terceira representação (Guerra Civil Espanhola) também versava sobre as maldades dos comunistas, mas visavam a um público fundamental, os católicos. O fato de a Igreja Católica apoiar abertamente Francisco Franco contra os republicanos e ter tido várias de suas igrejas queimadas e alguns de seus membros mortos, colocava em alerta e em pânico os católicos amazonenses, pois se os comunistas eram capazes de matar "homens de Deus", sinal de que eles eram servos de "satanás" e os católicos amazonenses tinham que fazer frente a ele, quer seja impedindo seu proliferamento, quer seja se apegando mais a Deus e à Igreja.

Fontes:

Jornal do Commercio, Amazonas, 1935-1937;
Jornal A Tarde, Amazonas, 1937.
O Jornal, Amazonas, 1935-1937;
Revista Cabocla, 1936, N. 4;
Revista A Selva, 1937;
Mensagem do Governo do Estado do Amazonas, 1936;
Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas, 1935;

Referencias

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p.35-66, jul. 1999.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi (Anthropos-homem)**, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte**: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914). 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.
RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROMERO SALVADÓ, Francisco J. **A Guerra Civil Espanhola**. Tradução: Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perpectiva, FAPESP, 2002.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Temporalidades

“There is no alternative”: ataque ao bem viver, morte da alteridade e fim da história na atopia neoliberal

“There is no alternative”: attack on the well living, death of otherness and end of history in neoliberal atopy

Guilherme José Schons
Graduando em História
Universidade Federal da Fronteira Sul
guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br

Recebido em: 24/09/2020
Aprovado em: 03/01/2021

Resumo: Diante da consumação de um genocídio no Brasil, questionaremos as condições materiais que levam a uma racionalidade calcada no ataque ao bem viver, na morte da alteridade e no fim da história. Compreenderemos que o neoliberalismo, nas últimas décadas, esteve centrado no “realismo capitalista” e na crença de não haver alternativas ao sistema que, nesse sentido, formaram uma atopia. Assim, o Outro teve sua humanidade desprezada e ocorreu uma autorização subjetiva para o abate. Após a crise de 2008 e com o golpe de 2016, ganhou espaço uma agenda de recrudescimento da repressão à classe trabalhadora configurando um capitalismo zumbi marcado por uma face totalitária na qual a estrutura privada é o único modelo de sociabilidade e em que o Estado é pensado como uma empresa e gerido com base nos critérios de eficiência e eficácia. Dessa maneira, forma-se uma jaula de aço uma vez que, apesar de o velho já ter morrido, o novo não consegue nascer. Para além desse impasse, a resistência popular suscita mobilizações rizomáticas que apontam a reabertura do horizonte temporal e, com isso, aparecem como indício da gestação coletiva de um outro mundo possível.

Palavras-chave: Realismo capitalista; Capitalismo zumbi; Neoliberalismo totalitário.

Abstract: Faced with the consummation of a genocide in Brazil, we will question the material conditions that lead to a rationality based on the attack on the well living, on the death of otherness and at the end of history. We will understand that neoliberalism, in the last decades, was centered on “capitalist realism” and on the belief that there are no alternatives to the system that, in this sense, formed an atopy. Thus, the Other had its humanity despised and there was a subjective authorization

for the slaughter. After the 2008 crisis and the 2016 coup, an agenda of increased repression against the working class took shape, configuring zombie capitalism marked by a totalitarian face in which the private structure is the only model of sociability and in which the State is thought as a company and managed based on the criteria of efficiency and effectiveness. In this way, a steel cage is formed since, although the old has already died, the new cannot be born. In addition to this impasse, popular resistance raises rhizomatic mobilizations that point to the reopening of the time horizon and, with this, appear as an indication of the collective gestation of another possible world.

Keywords: Capitalist realism; Zombie capitalism; Totalitarian neoliberalism.

Primeiras palavras

Em entrevista, Eduardo Viveiros de Castro (2020) afirmou que a tragédia deflagrada no Brasil durante a pandemia do Covid-19 revela que estamos vivendo um genocídio. Segundo o antropólogo, a situação assustadora resulta da negligência e da incompetência de alguns responsáveis, mas trata-se também da consumação de um projeto deliberado por autoridades dos governos. Nesse sentido, por mais terrível que essa realidade seja, o Estado apresenta-se como um aliado do vírus. "Nós estamos em uma atmosfera de guerra civil em gestação, com discursos racistas mais e mais assumidos. E tudo isso é feito com o apoio do grande capital – sem cujo suporte nada é feito no Brasil!"[1] (2020, on-line) [tradução nossa].

Diante dessa perspectiva, pode-se inferir que há no campo material a execução de uma racionalidade que objetiva o extermínio do Outro. Ou seja, na lógica que sustenta o descaso proposital, determinados corpos devem ser abatidos tendo como critério de vida/morte os interesses privados. Em todo caso, os indivíduos cuja existência não tem valor aos olhos do mercado inserem-se em determinados grupos específicos. Nas palavras de Castro, "Nós estamos experimentando, sob o efeito de nossa própria ação, o que os indígenas passaram."[2] (2020, on-line) [tradução nossa]. Isto é, há marcadores que indicam a atual situação como um momento em que aqueles que subvertem o comportamento hegemônico são descartados, tal qual os povos originários quando da invasão e colonização de *Abya Yala*.

[1] Original em francês: "*Nous sommes dans une atmosphère de guerre civile en gestation, avec des discours racistes de plus en plus assumés. Et tout cela se fait avec l'appui du grand capital – sans le soutien duquel rien ne se fait au Brésil!*".
[2] Original em francês: "*Nous sommes en train d'expérimenter, sous l'effet de notre propre action, ce que les Indiens ont vécu.*".

Dessa forma, cabe questionar qual seria o arcabouço teórico que fundamenta esse ataque às sociabilidades que não se enquadram no padrão capitalista vigente; em outras palavras, o que estaria por trás do ataque ao bem viver[3]? A hipótese sustentada no presente artigo reivindica tratar-se de uma atopia[4] imbricada na doutrina neoliberal que neste momento mostra sua face totalitária. Nesse cenário, ter-se-ia a morte da alteridade e a ideia de fim da história como operadoras dessa agenda contra a democracia e a república que, no Brasil, passa a avançar após o golpe de 2016. Assim, as alternativas possíveis seriam eliminadas, enquanto taxadas de inviáveis, e sequer conseguiríamos imaginar outro mundo.

Para além dessa mentalidade que será analisada, este texto pretende problematizar as brechas que a política atual possa vir a apresentar. Com isso, entenderemos o recrudescimento do regime predominante desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, como um indício de desespero suscitado pela crise mundial de 2008. Assim, o genocídio que acontece hoje no Brasil é compreendido como uma contrarrevolução preventiva de um neoliberalismo zumbi assustado com a possibilidade de reabertura do horizonte temporal. Diante da ideologia fatalista das últimas décadas, seria mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Todavia, as mobilizações rizomáticas da alteridade que resistiu aparecem como buracos em uma "jaula de aço" (WEBER, 2004, p. 165).

Com vistas à abrangência desses aspectos, o presente artigo estará dividido em eixos básicos. No primeiro momento, abordaremos a história do neoliberalismo. Para isso, apresentaremos o contexto do surgimento teórico da doutrina, suas primeiras aplicações no mundo e a experiência brasileira. Na sequência, exploraremos a categoria "realismo capitalista" (FISHER, 2009) no intuito de escancarar a ideologia que sustenta a esterilidade de ideias que garante a hegemonia do capital. Após, examinaremos o totalitarismo como a nova face neoliberal no pós-crise de 2008 (CHAUÍ, 2019). Em seguida, pretendemos refletir sobre a conjuntura com vistas à defesa da alteridade do bem viver, filosofia ameaçada fortemente nestes tempos. Por fim, nossa conclusão e um convite a esperançarmos.

[3] Neste artigo, classificamos como "bem viver" as formas de vida subversivas à lógica hegemônica do sistema capitalista.
[4] Ao longo do texto, usaremos o termo "atopia" para nos referirmos ao "não-lugar" marcado pela ausência de um outro. Ou seja, o estágio no qual nada pode ser diferente – em que não há alteridade –, uma vez que "*there is no alternative*". Além desse significado, a palavra pode ser associada, no campo das ciências da saúde, a uma alergia. Nesse sentido, podemos compreender essa eliminação do que é diferente/diverso, promovida pela lógica capitalista, também como um efeito da incapacidade de se lidar com aquilo que subverte a racionalidade hegemônica.

Origens da teoria econômica neoliberal

A quebra da bolsa de valores de Nova York, ocorrida em 1929, apontou o esfacelamento da ordem liberal clássica. Isto é, a superprodução gerou um excesso de oferta diante de pouca demanda, para utilizar uma lei cara à economia burguesa, que, por sua vez, levou à constatação de que o modelo fordista poderia ser prejudicial às táticas de acumulação do capital caso rompesse com o metabolismo do sistema. Tratou-se, nesse sentido, de uma situação-limite dentro daquele arranjo vigente que, desse modo, teve sua hegemonia posta em xeque. Sendo assim, as consequências do evento não se restringiram à quinta-feira 24 de outubro daquele ano, mas geraram a chamada Grande Depressão caracterizada pela

> [...] deflação do preço das mercadorias e ativos, causadas pela dramática redução do nível de atividade econômica, que afetou a economia norte-americana, mas também, embora de maneira desigual, a economia da maioria dos países do mundo, durando cerca de uma década, ou seja, até o advento da Segunda Guerra Mundial. (PRADO, 2011, p. 10).

Tendo em vista esse marco, constata-se que o modo de produção capitalista esteve sob forte ameaça. Diante da retração econômica e seus efeitos nefastos, sobretudo para a classe trabalhadora, e da existência de alternativas políticas viáveis e em aplicação no mundo, havia risco à dominação burguesa. Com isso, o então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, adotou uma política econômica distinta, o *New Deal*, formulada a partir das teorias de John Maynard Keynes. Assim, ocorre o aumento do investimento público para compensar a menor despesa privada (JESUS, 2011, p. 128). Ou seja, o Estado atuou no sentido de salvar e sustentar a perpetuação do capitalismo sem que se assumisse a existência de exploração do proletariado através da apropriação de mais-valia.

Por meio das novas medidas postas em prática, houve reaquecimento da economia e pode-se constituir um assim denominado bem-estar social nos Estados Unidos. Além disso, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por um lado a produção estadunidense fortaleceu-se ainda mais e, por outro, esse modelo de socialdemocracia pôde ser estendido a outros países, sobretudo do continente europeu. Entretanto, jamais foi plenamente efetivado nos países dependentes e desprivilegiados na divisão internacional do trabalho.

Nessa conjuntura, se estabelece o antagonismo entre os blocos capitalista e socialista que atuaria como cerne da Guerra Fria, contexto em que a "ameaça comunista" era entendida como uma

alternativa real e, dessa forma, o Outro (União Soviética) atuou como um sustentáculo de políticas aplicadas nos Estados Unidos e que interessaram aos trabalhadores e às trabalhadoras. Aqui, o keynesianismo aparece como um conjunto de estratégias do Estado dirigido pela burguesia tendo como intuito o controle social de explorados para que esses não se revoltassem. Tratou-se, portanto, de uma política econômica contra o anticapitalismo.

Todavia, diante da necessidade de enriquecimento intrínseco ao papel de classe desempenhado pela elite, o Estado de bem-estar social não foi unanimidade e, assim, houve o desenvolvimento de uma teoria crítica à intervenção do que é público em prol dos direitos da população. Dessa maneira, nasce o neoliberalismo. Em um primeiro momento, as formulações dessa corrente estiveram centradas na Escola Austríaca tendo como expoentes Ludwig Heinrich Edler von Mises e Friedrich August von Hayek. Outrossim, no que se refere ao delineamento de uma doutrina propriamente dita, é preciso destacar dois momentos específicos, quais sejam, o Colóquio Walter Lippmann (1938) e os encontros da Sociedade Mont-Pèlerin (1947), espaços nos quais estavam presentes, além dos austríacos, os ordoliberais alemães e o próprio estadunidense Milton Friedman (DARDOT; LAVAL, 2016).

Segundo eles, a atividade econômica deveria primar pela "[...] individualidade ou das pessoas ou das empresas." (CERQUEIRA, 2008, p. 169). Ora, para além da ideia de "Estado mínimo" e sua "mão invisível" – ícone das formulações de Adam Smith – o que se tem aqui é um Estado forte para retirar direitos, conter gastos sociais, gerar desemprego, isentar os ricos, tirar dos já miseráveis e abrir espaço para o mercado. Inclusive, como apontado por Wacquant (2001), enxergaremos a constituição de um Estado penal cuja função é controlar a rebeldia dos subjugados pelo sistema – no Brasil[5], através de uma guerra aos pobres. Com isso forma-se um paradoxo: essa governamentalidade pretende remediar os problemas sociais por meio do emprego da violência policial militarizada ao mesmo tempo em que degrada a estrutura de assistência social através de programas de austeridade. Ou seja, ocorre a formação de um ciclo de problemas no qual o tratamento penitenciário não é a solução, mas sim a sua causa. Sob essa óptica, corroboramos o argumento de Marielle Franco (2014, p. 123), de acordo com o qual as Unidades de Políticas Públicas (UPPs) é que são cada vez mais

[5] Sobre as políticas de segurança pública que deflagram um Estado penal neste país, podemos consultar a dissertação de mestrado de Marielle Franco apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2014.

necessárias ao apontarem uma chance de mudança cultural em territórios nos quais o Estado se omite e chancela a barbárie contra a classe trabalhadora.

Nessa lógica, a teoria neoliberal expande a cisão entre capitalismo e democracia uma vez que o Estado é apartado de qualquer prática social além da austeridade. Com isso, percebe-se, desde as primeiras formulações neoliberais, a noção de que todos os indivíduos estão em base de igualdade, ainda que seja apenas jurídica, e que a assistência estatal seria uma interferência prejudicial no mercado. Tem-se, destarte, a emergência da "teoria do capital humano", que viria a ser criticada por Foucault (2008, p. 297-328). Nela, o que passa a nortear as relações sociais é o paradigma da competição e cria-se, nesse cenário, o "sujeito-empresa" que seria o acionista da sua própria força de trabalho. Caso o empreendimento, que é o trabalhador, não obtivesse sucesso, a culpa seria exclusivamente dele. Afinal, o paradigma do neoliberalismo está na defesa da percepção das escolhas individuais como a orientação fundamental para a dinâmica do mercado.

Para além das formulações conceituais da doutrina neoliberal já analisadas e criticadas neste artigo, a partir da década de 70 e a crise do petróleo tem-se a implementação de uma agenda antipovo a começar pela América Latina. Esse processo foi absolutamente traumático e constituiu uma política de ataque ao bem viver e morte da alteridade. A seguir, iremos nos concentrar nesse momento. Afinal, a história não acabou e, à vista disso, as formulações austríacas seguem representando perigo aos que se colocam como alternativa ao capitalismo, o que mostra a relevância deste estudo.

A democracia estava indo longe demais: neoliberalismo em prática

A doutrina neoliberal teve o Chile como laboratório. Essa experiência atrelou-se ao anseio de derrubada do governo Salvador Allende, presidente socialista eleito democraticamente, por parte da burguesia nacional e dos Estados Unidos. Em face do ideal de liberdade pregado nas suas primeiras formulações, o parto da racionalidade aqui esmiuçada foi manchado com sangue. No dia 11 de setembro de 1973, militares invadiram a La Moneda, sede do poder executivo chileno, e levaram Allende à morte. Com isso, o general Augusto Pinochet chegava ao poder.

A princípio, a movimentação golpista não possuía um programa econômico bem delineado. Seu intuito fundamental era brecar a experiência de construção do poder popular que a coalização do

governo de esquerda, a Unidade Popular, vinha colocando em prática. No entanto, logo a posição contrarrevolucionária a aproximaria de economistas ligados à Escola de Economia de Chicago. De acordo com Guerrero Rojas, a partir daí, o modelo implantado "tinha a pretensão de construir uma **'sociedade tecnificada'**; uma sociedade onde os mais capacitados tomam decisões técnicas para as quais foram treinados." (2014, p. 97) [grifo do autor]. Com isso, o país passou a operar com base em uma lógica privatista que levou à retirada de direitos, muitos dos quais ainda não reestabelecidos. Em todo caso, o que vemos é a introdução do que Cruz denomina de "reformas orientadas para o mercado" (1998, p. 8), isto é, um conjunto de medidas que direcionam a ação política neoliberal, mas que variam consideravelmente entre as nações, uma vez que as "economias de mercado" também irão se distinguir caso nos arvoremos a compará-las.

Marcada por práticas de terrorismo de Estado, a ditadura chilena serviu de exemplo para governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, primeiro com Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente. Tal contexto suscitou a hegemonia do "realismo capitalista" (FISHER, 2009) marcado pela morte das alternativas – conceito que será explorado neste artigo. Sendo assim, com a queda do Muro de Berlim e o enfraquecimento do socialismo, criou-se o que aqui caracterizamos como atopia, isto é, o não lugar, o estágio no qual nada pode ser diferente e em que a esperança aparece como perigosa ilusão.

Ao redor do mundo, onde instalou-se no poder, o neoliberalismo desmontou os avanços civilizacionais empreendidos pela socialdemocracia e funcionou, nesse sentido, como um aparelho de elevação da exploração capitalista. Isso porque, atuou no sentido de retirar da classe trabalhadora o assim chamado "salário indireto", ou seja, destruiu os serviços públicos no intuito de maximizar a aplicação dos recursos estatais na iniciativa privada atuando, desse modo, como bastião dos interesses do mercado em detrimento dos direitos da população, a qual deveria contentar-se em fazer sacrifícios em nome da manutenção da ordem social existente, sendo essa a única realidade possível e desejável.

Pode-se dizer, portanto, que a agenda neoliberal, desde sua implementação, no Chile, na Inglaterra e nos Estados Unidos, esteve conectada ao ataque às organizações populares e coletivas que pudessem pautar uma realidade outra calcada na perspectiva do bem viver – no caso chileno recorrendo, inclusive, a torturas, desaparecimentos e assassinatos. Muito aquém da ideia de igualdade

jurídica o que aconteceu foi a supressão da justiça quando da atuação do governo em prol da repressão policial a grupos contrários às políticas de austeridade. Tem-se, portanto, um Estado máximo no que concerne à garantia de enriquecimento da classe dominante e empobrecimento dos desprivilegiados. Se Hayek defendia que a liberdade econômica está acima das demais e, portanto, é possível um modelo de livre mercado em uma ditadura política – em suas palavras uma "[...] ditadura dos bons." (HAYEK, 1990, p. 156), ou seja, desde que essa não seja a do proletariado –, perceberemos como, de fato, o neoliberalismo corrói a democracia – e esse não é um desvio negativo, mas sim um eixo estrutural do modelo (CASARA, 2017, p. 10).

A era dos Fernandos: neoliberalismo no Brasil

A eleição de um civil para a presidência da República por vias indiretas (1985), a promulgação da Constituição (1988) e a posse de Fernando Collor de Mello (1990) puseram fim à ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964. Entretanto, tais marcos históricos não representaram uma oportunidade para a construção da democracia popular. Prova disso é a vexatória impunidade que beneficiou ditadores e torturadores. Muito aquém do desenvolvimento de uma alternativa àquele sistema, a Nova República nascia intrinsecamente conectada ao capitalismo neoliberal.

A partir desse período, criou-se uma atmosfera de convencimento da população em relação à necessidade de uma política econômica centrada na redução da máquina estatal e de abertura comercial, o que implicou uma série de privatizações. Conforme Paulani (2006, p. 90),

> Os ganhos prometidos iam do lugar ao sol no mercado global ao desenvolvimento sustentado, da manutenção da estabilidade monetária à distribuição de renda, da evolução tecnológica à modernização do país. Collor não teve tempo para pôr em marcha esse projeto – a não ser muito timidamente o processo de privatização –, mas a referida pregação ganhou força inegável e passou a comandar todos os discursos.

Com o *impeachment* de Collor e a posse de Itamar Franco como presidente (1992), a agenda de ataque à estrutura estatal em nome de um ajuste fiscal avançou. Projeto que seria, também, suporte do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994 e reeleito em 1998 ao renegar seu passado de sociólogo marxista (PORTO, 2009, p. 6). A marca positiva do período foi de diminuição da inflação a partir do Plano Real. Todavia, tal conquista teve um preço: uma postura de desinvestimento do Estado mediante orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, a

classe trabalhadora foi seriamente prejudicada, uma vez que "[...] mesmo que tenha havido uma pequena melhora na renda da população mais pobre, por conta do fim do imposto inflacionário, o desemprego aberto e o emprego na economia informal crescem a olhos vistos." (NEGRÃO, 1996, p. 8).

Não obstante, a concepção econômica dos governos Lula e Dilma, constituídos a partir de 2003, contou com influência de segmentos ligados ao neoliberalismo. Apesar da suspensão da prática de privatização e dos enormes avanços sociais do período, nos interessa pensar como a racionalidade neoliberal pode constituir uma patologia da esquerda tendo como ápice o combate à radicalidade dentro do próprio campo[6] – assunto para a próxima seção. Isso porque, como suscitado por Fernandes (2019), houve um período de afastamento da cúpula de poder que dirigia o país em relação à base da classe trabalhadora. Nesse sentido, instaurou-se uma brecha, inclusive, para a aprovação de pautas contrárias aos interesses dos sujeitos identificados à esquerda, bem como, com o passar do tempo, ficou cada vez mais perceptível a presença de setores vinculados ao empresariado no governo. São desperdícios de oportunidades para a reafirmação de utopias, os quais abriram espaço para o que a autora classifica como "pós-política" (mascaramento das contradições do sistema capitalista) e "ultrapolítica" (reificação das relações antagônicas mediante falsa radicalização).

De todo modo, segundo Porto (2009), o avanço dessa onda neoliberal no Brasil representou a consagração de uma postura de ataque ao Estado desenvolvimentista constituído ainda na década de 30. Com isso, a intervenção governamental naquilo que diz respeito ao estímulo da economia – por exemplo, a geração de emprego – foi maculada. Tal percepção atendeu aos interesses estadunidenses de desregulamentação da legislação neste país dependente. Entretanto, houve um consequente abandono do povo, o qual passou a sofrer com o desmonte da área de políticas sociais. Dessa maneira, as "reformas orientadas para o mercado" (CRUZ, 1998, p. 8) trataram-se de medidas "[...] *contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros*." (NETTO, 1999, p. 75, grifo do autor), uma vez que implicaram a deflagração de um "[...] Estado absolutamente servil ao grande capital internacional." (BRAZ, 2004, p. 55). Ademais, com o golpe de 2016, há em curso uma contrarrevolução preventiva que intenta a retirada de direitos conquistados via Partido dos Trabalhadores (PT). Sendo assim, nos debruçaremos sobre essa nova fase da ortodoxia no Brasil.

[6] No que se refere, especificamente, à despolitização da esquerda no Brasil, temos como trabalho de referência os estudos de Fernandes (2019) – de acordo com os quais há um quadro que configura uma "crise de práxis".

Através de reflexão sobre esses aspectos, pretendemos compreender como instituiu-se um programa de eliminação da possibilidade de diversidade que suscita o genocídio do Outro.

"Realismo capitalista" e o discurso da esterilidade neoliberal

Mark Fisher, filósofo marxista britânico falecido em 2017, inicia sua principal obra, intitulada *Realismo Capitalista: Não Há Alternativa?*[7] (2009) [tradução nossa], refletindo sobre o filme *Filhos da Esperança*[8] (2006) do cineasta Alfonso Cuarón. Na história, a humanidade tornou-se estéril. Isto é, estaríamos diante de um fim do mundo marcado pelo lento cancelamento do futuro. Nenhum cientista consegue encontrar a cura para essa síndrome. Há anos não ocorriam nascimentos e, nesse sentido, em décadas todas as pessoas iriam morrer e nossa espécie seria extinta. Tem-se, assim, uma atopia, contexto no qual nada pode ser diferente. O nosso destino já está traçado e não se pode fazer nada para alterá-lo.

Se poderíamos pensar que essa situação-limite suscitaria solidariedade entre os indivíduos, o filme choca. Muito aquém de paz e de amor, o que se tem é o império da violência. O mundo vai acabar. E as pessoas estão se matando. O governo explode bombas para culpar imigrantes, que são submetidos a situações indignas durante sua deportação. A burguesia segue enriquecendo e controlando o poder político. Para quê? No apocalipse – ainda que esse não possa ser vislumbrado como um evento espetacular, mas sim é a relés singularidade da morte do último humano sobrevivente – ninguém será poupado. A longo prazo, todos estarão mortos e não haverá mais vivos no planeta. Qual a intenção de travar guerras diante do fim?

Perguntado sobre isso pelo seu irmão (que é o "mocinho" do filme), um político rico que está aproveitando o momento para adquirir obras de arte renomadíssimas responde do alto de sua cobertura após uma refeição farta: "eu apenas não penso nisso". Ora, a partir dessas palavras, podemos inferir que, tal qual defendido por Adorno (1995, p. 37), a barbárie reside na irreflexão. O que a racionalidade que governa os indivíduos do filme faz é convencê-los de que a realidade existente é única e de que, portanto, seria inútil rebelar-se contra um sistema que leva à morte. Aquele seria o jeito como as coisas são. Caberia aos sujeitos pensantes não pensar e aceitar a

[7] No original em inglês: *Capitalist Realism: Is There No Alternative?*.
[8] Essa é a tradução do título do filme no Brasil. Em inglês, chama-se *Children of Men*, ou seja, *Filhos dos Homens*.

eliminação do futuro visto, naquela lógica, não existir possibilidade de um mundo outro assentado na perspectiva do bem viver.

Com isso, entende-se que a esterilidade não está restringida à capacidade de reprodução, mas sobretudo à ausência de novas ideias. Isso é o "realismo capitalista": "[...] a sensação generalizada de que não apenas o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, mas também de que agora é impossível até mesmo imaginar uma alternativa coerente a ele."[9] (FISHER, 2009, p. 4) [tradução nossa]. Desse modo, toda e qualquer ação humana anticapitalista é representada como inútil e chega-se à noção de fim da história. Afinal, "O 'realismo' aqui é análogo à perspectiva deflacionária de um depressivo que acredita que qualquer estado positivo, qualquer esperança, é uma ilusão perigosa."[10] (FISHER, 2009, p. 7) [tradução nossa].

A partir da circulação dessa doutrina e do consequente entorpecimento das capacidades cognitivas da sociedade, Fisher afirma que, conforme Fredric Jameson e Slavoj Žižek, é mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo[11] (2009, p. 4) [tradução nossa]. Daí a verossimilhança da narrativa de *Filhos da Esperança*, ainda que essa tenha sido pensada como distopia. O que a hegemonia, isto é, a ideologia do capital entranhada nas mentes de todos e todas faz é um aborto coletivo da diversidade. Dessa maneira, se houver apocalipse, a superestrutura pretenderá que os indivíduos aceitem passivamente o controle da burguesia sobre o que restar, ainda que isso signifique violência, destruição e sofrimento àqueles que subvertem a lógica capitalista, branca, cisheteronormativa e imperialista.

Para a sequência do presente artigo, nos interessa partir da concepção de que os neoliberais são "[...] os realistas capitalistas por excelência [...]"[12] (FISHER, 2009, p. 4) [tradução nossa]. Através de tal compreensão, identificamos que Mark Fisher está explorando os meandros da racionalidade padrão pós-1989. Como já analisado, é o enfraquecimento do socialismo que permite o desmantelamento do estado de bem-estar social e o recrudescimento do sistema capitalista no mundo tendo por base o neoliberalismo. Nesse aspecto, a nova agenda coloca-se como um mal

[9] Em inglês: "[…] *the widespread sense that not only is capitalism the only viable political and economic system, but also that it is now impossible even to imagine a coherent alternative to it.*".
[10] "*The 'realism' here is analogous to the deflationary perspective of a depressive who believes that any positive state, any hope, is a dangerous illusion.*".
[11] Original: "[…] *phrase attributed to Fredric Jameson and Slavoj Žižek, that it is easier to imagine the end of the world than it is to imagine the end of capitalism.*".
[12] No livro, "*Neoliberals, the capitalist realists par excellence* […]".

necessário após termos sido salvos da revolução socialista, sendo essa considerada fracassada. Ou seja, o "realismo capitalista" não tem a pretensão de ser enxergado como positivo. Pelo contrário, ele se assume como prejudicial aos direitos da classe trabalhadora. No entanto, não haveria nenhuma outra possibilidade além dele próprio.

Por meio desse raciocínio, "A atitude de distância irônica própria do capitalismo pós-moderno deve nos imunizar contra as seduções do fanatismo. Reduzir nossas expectativas, nos dizem, é um pequeno preço a pagar por sermos protegidos do terror e do totalitarismo."[13] (FISHER, 2009, p. 7) [tradução nossa]. Depreende-se, a partir disso, que o neoliberalismo se serve de e consome toda a história que lhe é anterior[14] (FISHER, 2009, p. 6). Há, com isso, uma instrumentalização acompanhada de falsificação do passado, que, assim, é usado politicamente em operações de caráter econômico. O maior exemplo dessa prática refere-se a críticas injustas e incoerentes a grande parte das experiências socialistas do século XX. Enquanto isso, Pinochet segue como ídolo para autoridades neoliberais – fato que encontra lastro na afirmação de Hayek de que a liberdade econômica estaria acima da democrática (1990, p. 142).

Nosso autor fala da Inglaterra. Dessa forma, sua maior referência de análise é o governo Thatcher (1979-1990). Para Fisher:

> Os anos 80 foram o período em que o "realismo capitalista" lutou e foi estabelecido, quando a doutrina de Margaret Thatcher de que **'não há alternativa'** – um slogan de realismo capitalista tão sucinto quanto se poderia esperar – se tornou uma profecia brutalmente autorrealizável.[15] (2009, p. 10) [tradução nossa, grifo nosso].

Chegamos, destarte, à fórmula do "realismo capitalista": o TINA, na sigla em inglês. Tendo atuado como sustentáculo das políticas de austeridade no Reino Unido e em outras partes do mundo, constituiu-se em três eixos, a saber:

1. Esgotamento da imaginação: faz com que pensemos não possuir capacidade de imaginar e muito menos construir outro mundo. Somos tornados estéreis de ideias.

---

[13] Em inglês: "*The attitude of ironic distance proper to postmodern capitalism is supposed to immunize us against the seductions of fanaticism. Lowering our expectations, we are told, is a small price to pay for being protected from terror and totalitarianism.*".
[14] "*The power of capitalist realism derives in part from the way that capitalism subsumes and consumes all of previous history* […]".
[15] "*The 80s were the period when capitalist realism was fought for and established, when Margaret Thatcher's doctrine that* ***'there is no alternative'*** *– as succinct a slogan of capitalist realism as you could hope for – became a brutally self-fulfilling prophecy.*" [grifo nosso].

2. Resignação: diante da existência de apenas um modo de vida, entregar-se às políticas de austeridade passa a ser enxergado como um ato heroico. Paulo Freire chama esse aspecto de cinismo da ideologia fatalista da malvadez neoliberal (1996, p. 14).

3. Fechamento do horizonte temporal: celebra o suposto fim da história no qual, daqui por diante, não haverá chance de transformação das condições materiais de vida. Em última instância, trata-se da morte da utopia e do sonho que reforça as estratégias de asfixia da liberdade (FREIRE, 1996, p. 115).

Esses aspectos levam à formatação de um indivíduo pensado como universal: o *"homo reaganus"* (FISHER, 2009, p. 13). Com isso, dá-se o assassinato da alteridade e, especificamente, a autorização racional para o abate dos que não se enquadram no padrão vigente do sistema capitalista neoliberal. Assim, para termos direito à vida resta-nos aceitar as formulações influenciadas pela ideia de "sujeito-empresa", empreendedorismo e "teoria do capital humano". O Outro – indígenas, mulheres, LGBTs, PCDs, idosos – é visto como invasor, tal qual os imigrantes no filme de Alfonso Cuarón – e, também, nesse mundo que está sendo aqui criticado.

Para além da chance de identificação com as vítimas do neoliberalismo, tendo em perspectiva a capacidade de metabolismo e controle do que lhe desafia, o "realismo capitalista" pode, inclusive, cooptar o anticapitalismo como meio de sustentar seu poder. Para Fisher, "Um filme como *Wall-E* exemplifica o que Robert Pfaller chamou de 'interpassividade': o filme realiza nosso anticapitalismo para nós, permitindo-nos continuar a consumir impunemente."[16] (2009, p. 14). Isso porque, o filme, que conta com grande audiência, manipula a sensibilidade dos espectadores em relação à causa ambiental enquanto mostra os humanos ali representados vivendo, no espaço, a partir dos marcos capitalistas centrados na mercantilização ao mesmo tempo em que fetichiza a mercadoria ao ocultar as relações sociais de produção que permitiram que as personagens permanecessem sentadas, fúteis e sem senso crítico. Em nenhum momento, *Wall-E* nos leva a pensar em uma revolução ecossocialista. Longe disso, o capitalismo destruiu o mundo, mas, no fim das contas, a Terra recuperou-se e, graças à tecnologia, tudo voltou ao "normal", isto é, ao capitalismo neoliberal. Dessa forma, a sensibilização que o filme possa vir a gerar não leva à revolta. Pelo contrário, nas palavras de Fisher, "Enquanto

[16] "*A film like Wall-E exemplifies what Robert Pfaller has called 'interpassivity': the film performs our anti-capitalism for us, allowing us to continue to consume with impunity.*".

acreditarmos (em nossos corações) que o capitalismo é ruim, somos livres para continuar a participar da troca capitalista."[17] (2009, p. 15) [tradução nossa].

Não obstante, é necessário ressaltar que é, de fato, a atopia neoliberal que atua na degradação da natureza e, assim, faz parte de um projeto de morte que fere a biodiversidade e qualquer filosofia que esteja baseada no bem viver. Conforme Fisher,

> A relação entre capitalismo e eco-desastre não é coincidência nem acidental: a 'necessidade de um mercado em constante expansão' do capital, seu 'fetiche de crescimento', significa que o capitalismo é, por sua própria natureza, oposto a qualquer noção de sustentabilidade.[18] (2009, p. 20-21) [tradução nossa].

Através disso, entendemos o capitalismo obrigatoriamente como uma força devastadora de tudo o que existe. Trata-se de um projeto de extermínio do Outro calcado em categorias e divisões construídas historicamente e, no entanto, representadas como a única configuração existente e aceitável. Dessa maneira, os corpos que subvertem a lógica hegemônica são os mais suscetíveis, ou seja, são desumanização e morte em potencial. São o apagamento da existência e os mais prejudicados com as políticas de recrudescimento do sistema que implica a retirada de direitos. Nesse sentido, viver sob o capital é viver mal.

Não obstante, "Nos últimos trinta anos, o realismo capitalista instalou com sucesso uma 'ontologia de negócios' na qual é simplesmente óbvio que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como um negócio."[19] (FISHER, 2009, p. 19) [tradução nossa]. Por meio desse dispositivo, o cidadão é visto como um consumidor do Estado, que, assim, passa a operar pela privatização. Não que ele, apenas, pratique a privatização. O próprio Estado é que é privatizado porque pensado como uma empresa – estrutura que chamaremos de "neoliberalismo totalitário".

Com esses métodos, o "realismo capitalista" leva os sujeitos a uma melancolia marcada pelo que Fisher chama de "[...] impotência reflexiva [...]"[20] (2009, p. 23) [tradução nossa]. Isto é, as pessoas até podem ser levadas a tomar consciência dos problemas do mundo, mas, entretanto, qualquer solução proposta passa por lógicas atreladas ao sistema tal qual se apresenta na atualidade, sem a

[17] "*So long as we believe (in our hearts) that capitalism is bad, we are free to continue to participate in capitalist exchange.*".
[18] "*The relationship between capitalism and eco-disaster is neither coincidental nor accidental: capital's 'need of a constantly expanding market', its 'growth fetish', mean that capitalism is by its very nature opposed to any notion of sustainability.*".
[19] "*Over the past thirty years, capitalist realism has successfully installed a 'business ontology' in which it is simply obvious that everything in society, including healthcare and education, should be run as a business.*".
[20] "[…] *reflexive impotence* […]".

possibilidade de construção do novo. Daí, podermos falar na existência de um "comunismo liberal", caracterizado pela ação de ricos filantropos que combinariam em sua retórica a busca pelo lucro em paralelo a uma suposta defesa da preservação ecológica – notadamente George Soros e Bill Gates (FISHER, 2009, p. 29)[21]. Essa passa a ser ideologia dominante do capitalismo, pelo menos, no centro do sistema.

Dessa forma, compreendemos que "[...] os afetos que predominam no capitalismo tardio são o medo e o cinismo."[22] (FISHER, 2009, p. 78) [tradução nossa]. Assim, quando falamos na ausência de alternativas nos referimos não ao real propriamente dito, mas sim à realidade que o capitalismo pretende que acreditemos ser verdadeira. Todavia, ela não passa de ideologia. Trata-se de um dispositivo discursivo destinado a atuar na chancela do ataque ao bem viver, da morte da alteridade e do fim da história. Falamos, portanto, de um programa delineado de ataque à classe trabalhadora tendo em vista, para a burguesia, ser desnecessário manter certos direitos básicos estando mantida a estabilidade da acumulação de capital e não havendo chance de processo revolucionário no horizonte mais próximo.

Após a crise de 2008, surgiu a hipótese de que o "realismo capitalista" poderia ser superado por projetos de caráter anticapitalista que surgiriam a partir dali. No entanto, até o momento o que vemos é o avanço de uma agenda contra o proletariado ao redor do mundo. Qual seria o movimento do capital na conjuntura? Dedicaremos as próximas páginas do artigo para responder essa questão. Para tal, partimos da defesa de Fisher de que:

> A invocação da ideia de que 'não há alternativa', e a recomendação de 'trabalhar de maneira mais inteligente, não mais difícil', mostra como o realismo capitalista dá o tom para as disputas trabalhistas no pós-fordismo. Acabar com o regime de fiscalização, observou um conferencista com sarcasmo, parece mais impossível do que acabar com a escravidão. Tal fatalismo só pode ser desafiado se um novo sujeito político (coletivo) surgir.[23] (2009, p. 55) [tradução nossa].

Ou seja, o sistema capitalista não se mostrará autodestrutivo enquanto a classe dominante estiver no comando das dinâmicas de reprodução da vida. Essa perspectiva nos aproxima do

[21] "[…] *the so called 'liberal communists' such as George Soros and Bill Gates who combine rapacious pursuit of profit with the rhetoric of ecological concern and social responsibility.*".
[22] "[…] *the affects that predominate in late capitalism are fear and cynicism.*".
[23] "*The invocation of the idea that 'there is no alternative', and the recommendation to 'work smarter, not harder', shows how capitalist realism sets the tone for labor disputes in post-Fordism. Ending the inspection regime, one lecturer sardonically remarked, seems more impossible than ending slavery was. Such fatalism can only be challenged if a new (collective) political subject emerges.*".

entendimento de que é necessária uma luta política que apresente, de fato, alternativas palatáveis. Afinal, como aprendemos, essa não parece ser a especialidade do "realismo capitalista". Assim, para que o velho não apenas morra, mas sobretudo seja superado e, destarte, o novo possa nascer é preciso pautar outra realidade que seja vista como oposta à hegemonia. Daí, a necessidade de compreendermos o momento de desespero da ordem vigente para, com isso, podermos nos contrapor ao que ela propõe. Esse será o tema da próxima seção.

Neoliberalismo totalitário: a privatização do Estado

Começamos nossa análise pelo entendimento de que a crise capitalista global de 2008 fez com que o neoliberalismo, como racionalidade assentada nos aspectos elencados neste artigo, morresse. No entanto, ele não acabou tendo em vista não ter sido desenvolvida nenhuma alternativa a ele. Assim, como disse Mark Fisher, precisamos pensar em estratégias capazes de matar um zumbi (2013, on-line). Isso porque, a forma do capitalismo predominante após a queda do Muro de Berlim passa por uma reconfiguração destinada a maximizar a capacidade do sistema de explorar a classe trabalhadora.

Compreenderemos que as novas táticas desse zumbi se referem, como sustentado pela filósofa brasileira Marilena Chauí, à constituição de uma face totalitária do neoliberalismo (2019, on-line). Assim, se estabelece uma agenda em que, para além da impossibilidade de imaginarmos alternativas, não há diferenciação entre as estruturas de dominação, coerção e repressão. Toda a vida em sociedade passa a operar com base em um único modelo de subjetividade que pretende a garantia dos privilégios da elite. Assim, a partir do desemprego estrutural, da terceirização, da monetarização e da transnacionalização da economia, da representação da ciência como força produtiva, da polarização do antagonismo de classes, do desenvolvimento de um novo imperialismo e da ampliação da vigilância e do controle via web ocorre o surgimento de uma nova forma do capital calcada na privatização.

Para denominar o neoliberalismo com o termo "totalitarismo", Chauí recorre às formulações da Escola de Frankfurt, qual seja, a ideia de uma sociedade administrada com base em uma ideologia tecnocrática que leva à formatação – e, desse modo deformação porque "semi-formação" – de

sujeitos unidimensionais (aqui, tem-se, mais uma vez, o assassinato da alteridade). Essa prática de administração se sustenta em dois pilares:

> [...] o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. A administração é concebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. **A prática administrada transforma uma instituição social numa organização.** (CHAUÍ, 2019, on-line) [grifo nosso].

Uma instituição social possui temporalidade aberta, ou seja, é pensada como eterna e possui determinadas características apresentadas como imutáveis. Já uma organização social é marcada pela temporalidade fechada. Desse modo, opera com os princípios caros à gestão, notadamente eficiência e eficácia. Trata-se, portanto, de uma estrutura de caráter privado que se constitui com base na efemeridade (de acordo com o toyotismo) e que é comandada por um gestor/gerente que não compreende sua dimensão social, mas, em verdade, preocupa-se com o aspecto financeiro e lucrativo de tal. Sendo assim, por meio dessa racionalidade, todas as relações em sociedade são mercadoria e, destarte, tudo é equivalente e administrável por regras gerais. Há, portanto, uma recusa à heterogeneidade que configura esse totalitarismo, que é novo.

Isso porque:

> [...] em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores[24], vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: a empresa – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. (CHAUÍ, 2019, on-line).

Com isso, podemos compreender o porquê de a prática neoliberal neste seu estágio totalitário operar a partir da privatização dos direitos da população e dos serviços públicos, dos quais os cidadãos passam a ser apenas consumidores. Esse aspecto leva a ideia de indivíduo como

[24] Nesta análise, entendemos "formas totalitárias anteriores" como sendo, especificamente, o fascismo italiano e o nazismo alemão, regimes que atuaram como braço armado do capitalismo tendo como método a generalização de um modelo de sociabilidade visto como total.

empreendimento a um nível inimaginável dentro da lógica do neoliberalismo clássico uma vez que, agora, essa realidade é geral a todos e a todas. Não é possível viver com base em outro modelo que não o do mundo privado. Se, antes, por exemplo, servidores públicos estavam condicionados a outra forma de venda da força de trabalho, tem-se aqui a retirada de benefícios com foco à precarização da máquina estatal tendo em vista tratar-se, no atual momento, de uma empresa – como todas as outras e como tudo o que existe.

Dessa maneira,

> O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. O indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e para interiorizar a culpa quando não vencer a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, destroçando a percepção de si como membro ou parte de uma classe social e de uma comunidade, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio. (CHAUÍ, 2019, on-line).

As consequências do neoliberalismo totalitário são, notadamente, a introdução de uma nova classe trabalhadora, o "precariado" (BRAGA, 2012), fruto da "uberização" do trabalho (ANTUNES, 2018), sendo essa uma forma de produção flexível, sem direitos e sem vínculo empregatício formal; o fim das possibilidades de democracia dentro do capitalismo; a judicialização da política; o ódio ao Outro como ataque ao bem viver; a transformação dos adversários em corruptos; o controle sobre o judiciário e uma prática de limpeza ideológica em combate ao pensamento crítico. Ademais, há uma atmosfera de fugacidade em que o espaço é reduzido ao aqui e o tempo ao agora. "Volátil e efêmera, nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz [...]" (CHAUÍ, 2019, on-line).

No Brasil, esse processo de retirada de direitos necessário à manutenção do capitalismo não poderia ser implementado por alguém de esquerda como a presidenta Dilma Rousseff. Essa constatação leva ao golpe de 2016. Afinal, sendo o neoliberalismo – e, sobretudo, neste seu momento totalitário – uma "[...] força desdemocratizante [...]" (BALLESTRIN, 2018, p. 149), surge a necessidade de a contrarrevolução/contrarreforma ser orquestrada por um governo golpista ilegítimo. Além disso, através de uma estrutura complexa de conspurcação política, jurídica, midiática, policial e militar, temos, em 2018, um processo eleitoral decidido a partir de uma fraude processual mediante violação da Constituição que impediu a candidatura a presidente do líder das

pesquisas. Tal prática culminou na eleição de uma agenda alinhada aos interesses do neoliberalismo zumbi.

Nesse contexto, segundo Ballestrin, "A noção de um fundamentalismo ou totalitarismo neoliberal, cuja privatização radical da vida face à desconstituição também radical do público, enfrenta alternativas de resistências muito residuais, quando não cooptáveis." (2018, p. 156). Esse seria o efeito de anos de "realismo capitalista". Após o aborto das alternativas e da generalização da esterilidade de ideias, há o império da resignação fatalista daqueles que se enxergam dentro de uma "jaula de aço" (WEBER, 2004, p. 165). Temos o auge da atopia em que não existe lugar para o Outro.

No próximo item, nos debruçaremos sobre a chance de ameaça a essa realidade unidimensional e totalitária. Afinal, apesar da tragédia inconclusa à qual estamos submetidos neste momento e da hegemonia conformista difundida nas últimas décadas, temos de saber que, como disse Foucault, onde há poder, há resistência[25] (1976, p. 125) [tradução nossa].

Fim do fim da história e a morte do zumbi

Diante dos elementos apresentados, podemos inferir que, com a crise de 2008, o neoliberalismo morreu, mas não acabou e, sendo assim, mostra sua face zumbi (FISHER, 2013, on-line) que é o totalitarismo. A partir dessa perspectiva, perceberemos que o capitalismo vive um momento de desespero que implica a retirada de direitos da classe trabalhadora e a destruição da democracia e da república, ou seja, de tudo o pressuponha a categoria "público" como artífice da construção do poder popular. Nesse momento, os interesses hegemônicos pretendem aproveitarem-se do "realismo capitalista" difundido nas últimas décadas afirmando não haver alternativas. Surge, dessa maneira, a necessidade de maximizar o ataque à alteridade resistente. O que, por sua vez, leva à constituição de uma "jaula de aço" (WEBER, 2004, p. 165) – isto é, o capitalismo no auge de sua burocracia.

O mundo cruel poderia levar os oprimidos à revolta, entretanto não é isso o que vemos. Sua morte pode ter privado a doutrina neoliberal do ímpeto de avanço que possuía, mas, apesar disso,

[25] Em francês: "[...] *que là où il y a pouvoir, il y a résistance* [...]".

como Fisher nos ensinou, "[...] às vezes é mais difícil matar um zumbi do que uma pessoa viva."[26] (2013, on-line) [tradução nossa]. Ou seja, o grande desafio da esquerda, enquanto campo engajado à luta por outras sociabilidades, é superar esse velho modelo a partir da materialização do novo. O que, por sua vez, não é nada simples. Afinal,

> O neoliberalismo pode não ter conseguido se tornar mais atraente do que outros sistemas, mas se vendeu como o único modo "realista" de governança. O sentido de "realismo" aqui é uma conquista política desgastada, e o neoliberalismo conseguiu impor um modelo de realidade modelado em práticas e suposições vindas do mundo dos negócios.[27] (FISHER, 2013, on-line) [tradução nossa].

Nessa perspectiva, concluímos que a luta política deve apontar para a formação de uma outra hegemonia caso o objetivo seja reabrir o horizonte temporal. Desse modo, o fim do fim da história aparece como imperativo categórico urgente àqueles e àquelas que almejam derrotar o, ainda consensual no imaginário coletivo, TINA. Sendo assim, é fundamental – para além da horizontalidade ou da unidade – a organização rizomática coordenada de diversos coletivos. Análise, que, por sua vez, leva à defesa da vida daqueles marginalizados pelo sistema porque subversivos a ele. Se o bem viver é uma alternativa, ele deve ser a nossa utopia para que possamos superar a atopia da "jaula de aço" – que, como Marx já nos mostrou (2013, p. 701), sofre com os buracos causados pela foice e pelo martelo da luta de classes.

Últimas palavras

Durante a escrita deste texto, havia morte na atmosfera.

Após a leitura do artigo, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de um debate coeso que possibilite a formulação de questionamentos, respostas e compreensões sobre a conjuntura e, com isso, permita o rompimento com a lógica hegemônica de ataque ao bem viver, assassinato da alteridade e fim da história atrelada à atopia neoliberal do "*there is no alternative*", paradigma do "realismo capitalista" que, atualmente, serve a um neoliberalismo zumbi de face totalitária.

[26] "[…] *it is sometimes harder to kill a zombie than a living person.*".
[27] "*Neoliberalism may not have succeeded in making itself more attractive than other systems, but it has sold itself as the only "realistic" mode of governance. The sense of "realism" here is a hard worn political achievement, and neoliberalism has succeeded in imposing a model of reality modeled on practices and assumptions coming out of the business world.*".

Em uma entrevista informal, em vídeo, durante um protesto do qual participava em 2011, Eduardo Galeano disse que estamos todas & todos & todes grávidas & grávidos & grávides de um outro mundo. Segundo ele, o amanhã melhor nasce da podridão do hoje. Tendo em vista nossa condição, nos interessa esperançar esse inédito-viável. Se o neoliberalismo é o fatalismo da esterilidade e do genocídio, lutemos pelo otimismo da vontade que nos permitirá parir esse outro mundo possível. Há alternativa.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 328 p.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164, dez. 2018. Semestral. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. 264 p.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p. 48-68, jul. 2004.

CASARA, Rubens R. R. **O estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 212 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Eduardo Viveiros de Castro: "Ce qui se passe au Brésil relève d'un génocide". [19 de maio, 2020]. França: **Philosophie Magazine**. Disponível em: https://www.philomag.com/lactu/temoignages/eduardo-viveiros-de-castro-ce-qui-se-passe-au-bresil-releve-dun-genocide-43226. Acesso em: 03 ago. 2020.

CERQUEIRA, Jackson Bonfim Almeida de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p. 169-189, jul. 2008. Semestral. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A Terra é Redonda**, São Paulo, 06 out. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/. Acesso em: 28 maio 2020.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 45, p. 5-27, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a02n45.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

EDUARDO Galeano – Este mundo está grávido de outro. Barcelona: acampadaBCN. (11 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk&feature=emb_logo. Acesso em: 03 jul. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

FISHER, Mark. **Capitalist Realism**: Is There No Alternative?. Winchester: Zero Books, 2009.

FISHER, Mark. How to kill a zombie: strategizing the end of neoliberalism. **openDemocracy**, Londres, 18 jul. 2013. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/how-to-kill-zombie-strategizing-end-of-neoliberalism/. Acesso em: 09 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de março de 1979. In: **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 297-328.

FOUCAULT, Michel. La volonté de savoir. In: **Histoire de la sexualité**. Paris: Gallimard, 1976, p. 01-211.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em

Administração, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf. Acesso em: 07 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRERO ROJAS, Felipe Alejandro. Os agentes da economia chilena: os perfis dos Chicago boys e os monges da Cieplan. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 5, n. 1, jul. 2014. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/35759/22910. Acesso em: 06 ago. 2020.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/livros/hayek-ocaminhodaservidao.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

JESUS, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de. A economia de John Maynard Keynes: uma pequena introdução. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 118-137, jan. 2011. Semestral. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/2175-8085.2011v14n1p118/21686. Acesso em: 04 ago. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 103-112, 1996. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley, org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

Disponível em: http://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

PORTO, Maria Célia da Silva. Estado e neoliberalismo no brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas – neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, 4., 2009, São Luís. **Anais [...].** São Luís: UFMA, 2009. p. 1-9. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Grande Depressão e a Grande Recessão: uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, Niterói, v. 13, n. 2, p. 9-44, dez. 2011. Mensal. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/download/34830/20086. Acesso em: 04 ago. 2020.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 208 p.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Temporalidades

A representação do escravo negro no Brasil, para alunos da educação básica de uma escola pública do Piauí

The representation of the black slave in Brazil, for basic education students from a public school in Piauí

Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Doutorando em História Social
Universidade Federal do Pará
conectadonomarcio@hotmail.com

Bruno de Souza Silva
Doutorando em História Social
Universidade Federal do Pará
brunobs199@gmail.com

Recebido em: 28/10/2020
Aprovado em: 01/11/2020

Resumo: A forma como os alunos apreendem os conteúdos escritos nos livros de história contribui de forma direta para como formulam suas concepções dos acontecimentos que marcaram a história da humanidade. A escravidão é um tema muito debatido nos livros didáticos, e suas consequências reverberam ainda no nosso cotidiano. A imagem do negro, transmitida para os alunos nas aulas de história, seja pelo livro didático ou pelo professor, colabora para a maneira como os discentes formulam sua representação do cotidiano da população negra no Brasil. O objetivo deste artigo é analisar a forma como alunos do ensino médio representam o escravo negro do Brasil colonial. Para isso, utilizamos como fonte, nove desenhos feitos por alunos do 2º e 3º anos, de uma escola pública estadual do norte do Piauí. A análise identificou que os discentes possuem duas formas básicas de representar os escravos: trabalhando ou sofrendo castigos físicos, o que nos leva a entender que estes não estabeleceram ideias acerca de outros aspectos da vivência dos negros no Brasil, como a resistência e as manifestações culturais. O escravo africano é**,** na visão dos alunos, um ser submisso e passivo diante da condição que lhe é imposta.

Palavras-Chave: Representação; Ensino e história; Escravidão.

Abstract: The way students understand the contents written in the history books directly contributes to how they formulate their conceptions of the events that have marked the history of humanity. Slavery is a hotly debated topic in textbooks, and its consequences still reverberate in our daily lives. The image of the negro, transmitted to students in history classes, either through the textbook or by the teacher, contributes to the way in which students formulate their representation of the daily life of the black population in Brazil. The purpose of this article is to analyze how high school students represent the black slave of colonial Brazil. For this, we used as a source, nine drawings made by 2nd and 3rd year students, from a state public school in the north of Piauí. The analysis identified that students have two basic ways of representing slaves: working or suffering physical punishment, which leads us to understand that they did not establish ideas about other aspects of the blacks' experience in Brazil, such as resistance and cultural manifestations. The African slave is, in the students' view, a submissive and passive being in the face of the condition imposed on him.

Keywords: Representation. Teaching and history. Slavery.

Introdução

A compreensão dos fatos históricos pode estar intimamente ligada às metodologias e materiais aos quais os alunos têm contato nas aulas de história. A escravidão do africano, temática importante dos conteúdos de história do Brasil, é recorrente nos livros didáticos, pelo significado que teve para o país e para o povo africano, além das contribuições econômicas, sociais e culturais da população negra.

A representação do negro que muitos estudantes possuem, muitas vezes**,** é resultado da disseminação de um conhecimento fragmentado e baseado em discursos que comprometem a análise dos acontecimentos. Para Roger Chartier (1990), a representação é a forma que os sujeitos apreendem, classificam e dividem o mundo social em categorias para a percepção do real, sendo forjadas por grupos guiados por interesses.

O objetivo deste trabalho é analisar a forma como alunos de uma escola pública do norte do Estado do Piauí representam o escravo negro africano. Utilizamos como fonte para esta pesquisa, nove desenhos produzidos por discentes do ensino médio, de turmas do 2º e 3º ano, que representam, na visão dos autores, as características e modo de vida dos negros que viveram no Brasil Colonial. Na intenção de observar as possíveis influências que contribuíam para a imagem do escravo representada em cada desenho analisamos o livros didático de história que os alunos usam, observando como o autor aborda a condição do escravo nos textos e nas imagens.

O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira

O ensino de história no Brasil foi o centro de debate político e ideológico, principalmente após o período da ditadura militar. No contexto de 1964 a 1984, a disciplina história passou por processos de desvalorização, em detrimento à disciplina Estudos Sociais que**,** durante o governo militar, ganhou relevância no cenário nacional. Os livros didáticos difundidos durante o período autoritário continham conteúdos com forte teor ideológico; temas como a escravidão eram trabalhados como características naturais da história do Brasil, uma homogeneização e naturalização das práticas de exploração que a população negra sofreu, o que favoreceu uma visão carregada de estereótipos e preconceitos.

No período pós-ditadura, os debates relativos ao ensino de história foram intensificados, e a participação de vários segmentos sociais nas questões educacionais se fortaleceram, fato que culminou em importantes reformulações para a disciplina história, tanto para o ensino quanto para pesquisa. Com a participação mais encorajada dos movimentos sociais na educação, tornou-se possível que outras temáticas ganhassem espaço, e posteriormente, que os currículos fossem modificados, dando enfoque para outras leituras e interpretações dos fatos históricos.

A história como disciplina da educação básica passou a ocupar funções educativas com intenções mais bem definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9. 394/96), visando a consolidação do modelo político democrático implantado após a ditadura militar, e as tendências econômicas e tecnológicas em desenvolvimento. A referida lei, com as suas alterações, expressou uma importante orientação para o ensino de história no Brasil.

No ano de 1997, foram implantados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), separando a disciplina de História e Geografia e pondo fim à disciplina escolar de Estudos Sociais. Mesmo com as mudanças na proposta para o ensino de história, os conteúdos sobre as contribuições africanas na história do Brasil continuaram tímidos e com tendências homogêneas, porém, enfatizou a importância da democracia e a eliminação do preconceito, dando espaço às questões da identidade dos grupos sociais e étnicos, defendendo a pluralidade.

Mesmo com tímidas modificações, a temática dos africanos e afro-brasileiros, passou a ganhar mais visibilidade, ocupando espaços na educação básica e no ensino superior. Nos PCNs de

história, foram apresentadas outras possibilidades metodológicas para o ensino e pesquisa, expondo que o uso exclusivo de fontes escritas inviabilizava outras formas de ver as questões dos africanos e seus descendentes.

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos conteúdos ministrados nas instituições de ensino**.** No ano de 2008, a Lei 11.645 alterou novamente a LDB, tornando obrigatório também o ensino da história e cultura indígena. Essas reformulações foram conquistas dos movimentos sociais, a partir de uma série de questionamentos e lutas junto ao poder público. É notório que as trajetórias da criação de uma legislação para o estudo da temática africana e afro-brasileira foi resultado de lutas sociais, o que favorece o entendimento que a abolição da escravatura em 1888 não representou o fim da luta do povo negro. Henrique Cunha Júnior (2008) enfatiza que

> a abolição foi realizada sem uma ampla revisão de direitos e necessidades da população negra. Ao contrário, as políticas republicanas sempre foram da "negação do Brasil" e da europeização do país. As políticas cultural e educacional são exemplos importantes deste esforço, onde nós encontramos uma constante "folclorização", simplismos, desprezo e perseguição à cultura africana e afrodescendente**.** (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 07).

Ao criticar as práticas educacionais do Brasil, o autor busca evidenciar a ausência da história e cultura africana no cotidiano escolar. Fatos que excluem a participação dos diversos grupos étnicos na formação cultural e econômica do país.

Historicamente, a população negra continuou ocupando espaços marginalizados na sociedade brasileira. Em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma síntese de indicadores sociais, onde a população negra representava a maioria dos excluídos e desfavorecidos de direitos básicos, como moradia e saneamento básico, além de baixa expectativa de vida e alta mortandade entre crianças e jovens negros. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação, a partir das contestações e cobranças do Movimento Negro, emitiu o seguinte parecer**:**

> procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas ações afirmativas, isto é, políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata ele de política curricular, fundada em dimensões históricas,

> sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 09).

O reconhecimento feito pelo Conselho Nacional de Educação, das urgências da população negra, foi fruto de lutas sociais dos movimentos que defendem a igualdade e equidade entre os povos. Políticas educacionais apresentam resultados a longo prazo, por este motivo, muitas ações ainda sofrem críticas de uma parte da sociedade conservadora; neste contexto, o ensino de história deve atuar de maneira a dirimir as evidentes injustiças sociais e históricas que a população africana e afro-brasileira foi acometida.

Entendemos que os conteúdos de história interferem nas formas de pensamento e nas crenças que as crianças e jovens adquiriram no convívio familiar e social. Deste modo, o ensino de história deve buscar problematizar as formas sociais de observar os fatos e sujeitos, utilizando de metodologias que envolvam fontes e elementos metodológicos. Mesmo com um aparato legal para o desenvolvimento de técnicas e metodologias para o ensino de história, é necessário atentar para as contribuições dos africanos na sociedade brasileira.

A representação como um conceito no ensino de história

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de história, divulgados em 1997, as representações sociais foram tratadas como constituição da vida em sociedade, sendo parte das vivências de professores e alunos, formada a partir de uma diversidade de fontes de informações presentes nas comunidades e grupos étnicos.

Entender como foram construídas as formas de pensar a escravidão de africanos no Brasil se enquadra, de acordo com um pensamento de Chartier (1990), como um objeto da história cultural, pois buscamos "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social foi construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 16). Para o autor, as formas como os sujeitos apreendem, classificam e dividem o mundo social em categorias para a percepção do real, se configuram como representações forjadas por grupos guiados por interesses. A representação é o produto, o resultado de uma prática; Chartier faz refletir que as formas de ver a realidade são resultados de uma prática do passado, que se mantêm através dos sentidos que as sociedades deram a tal prática, decorrendo dos discursos que se tornaram comuns. Podemos pensar na importância que

o ensino de história tem na transformação de representações criadas e naturalizadas por grupos dominantes em relação a grupos menos abastados.

Sandra Pesavento (2003) percebe as representações como processos mentais, que criam sentido ao mundo e as coisas que nele existe, sendo através delas que os sujeitos constroem identidades e executam ações, pois são expressas nos discursos, e nesse contexto, algumas se tornam dominantes ganhando características que resultam em naturalização, assim,

> no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um 'outro 'ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica (PESAVENTO, 1995, p. 15).

Pesavento (1995) apresenta a representação como uma forma de domínio da sociedade por uma minoria pertencente a classes mais ricas; seria essa a forma que muitos discursos preconceituosos e excludentes ganharam espaços na sociedade, de maneira que os próprios oprimidos muitas vezes os aceitassem. Quando se trata do conceito de representação para metodologia em história, é necessário buscar compreender as formas de percepções que a sociedade, ou a maioria dela, tem do mundo e das coisas que nele existem.

Esse domínio**,** que Pesavento (1995) insiste como intencional na construção das representações, pode ser enxergado em vários espaços da sociedade. O próprio ensino de história é constituído de um discurso legitimador, por isso, sua importância, e urgente o olhar atento para os materiais didáticos e os discursos que eles reproduzem. Pesavento (1995) afirma que o passado, exposto como fato histórico, por mais que busque representar algo ocorrido, se constitui de linguagem, pois é impossível representar fielmente o que já acorreu. "Neste sentido, tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar se os historiadores, no seu resgate do passado, podem chegar a algo que não seja uma representação" (PESAVENTO, 1995, p 17). Dessa forma, o próprio conhecimento histórico é constituído de representação.

O acúmulo de conhecimentos e informações que são absorvidas ao longo da formação e convívio dos indivíduos na família e sociedade, proporcionam a criação dos significados que são

atribuídos ao mundo e às coisas. Nesse sentido, a maneira que as instituições, as escolas e a família, emitem discursos sobre a sociedade, pode influenciar nas formas de representação. Nas escolas, o professor de história se torna um importante sujeito para a desconstrução de narrativas que promovem as elites e as mantêm em espaços privilegiados, em detrimento de numerosos grupos que por vezes são homogeneizados e desqualificados. O conceito de representação no ensino de história possibilita reflexões relevantes para a desconstrução de narrativas protagonizadas pelos grupos mais abastados.

O livro didático de História

Para entendermos melhor os dados fornecidos pelos alunos nos desenhos e nas entrevistas, buscamos conhecer o livro didático de história adotado na escola, para analisarmos como o negro é representado nos textos e nas imagens dispostos nos capítulos do livros, pois acreditamos que o discurso contido nas coleções didáticas que chegam a esses alunos, pode influenciar na ideia que formulam a respeito da vida do negro no Brasil durante a colonização.

Para Fonseca (2001), os livros didáticos funcionam como instrumentos eficazes no processo de difusão do conhecimento histórico e, por isso, acreditamos que o discurso trazido nele, seja através de textos ou imagens, pode contribuir de forma significativa para as representações que os alunos formulam na sua interpretação dos fatos, assim como também leva o professor a reproduzir as ideias e/ou tendências teóricas adotadas pelo autor da obra.

A coleção de livro didático utilizada na escola onde foi realizada a pesquisa é a *#Contato História,* dos autores Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg. Os conteúdos sobre a escravidão no Brasil são abordados no volume 2, destinado a alunos do 2º ano do ensino médio. O capítulo 5, intitulado *A conquista e a colonização portuguesa na América*, é o primeiro a trazer um tópico sobre a temática, *Africanos no Brasil*, que aborda acerca dos navios negreiros e o comércio de escravos africanos. Nos tópicos seguintes, os escravos aparecem em alguns parágrafos, à medida em que o autor desenvolve o seu argumento sobre a colônia brasileira.

No item *Africanos no Brasil*, a vinda dos africanos é detalhada através de uma narrativa que mostra as péssimas condições de viagem nos navios negreiros, e em seguida, os mercados de escravos no Brasil. Duas imagens reforçam o que é exposto nos textos, uma de um navio negreiro

com africanos em um pequeno espaço da embarcação, e a outra, uma litogravura do Rugendas, em que é expresso a comercialização dos escravos no Brasil, no início do século XIX. Nas duas páginas seguintes, o tema do tópico é a exploração de cana-de-açúcar. Duas imagens, uma de Frans Post, do século XVII, e outra feita através de computação gráfica, mostram os escravos negros trabalhando. Os textos reforçam o contido nas imagens: ao explicar o que é senzala, os autores definem como "local onde os escravos ficavam após a jornada de trabalho" (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 100). Ao identificar as pessoas que compunham a sociedade colonial urbana, os escravos aparecem como uma das camadas sociais que existiam nas cidades e, assim como no campo, são retratados como aqueles que executam diversos tipos de trabalhos. Por dois parágrafos seguidos, são descritas as diversas atividades desenvolvidas pelos escravos, acompanhadas de duas aquarelas, uma do século XVIII, de Carlos Julião, mostrando dois escravos de ganho desenvolvendo sua atividade, e outra de Henry Chamberlain, de 1822, onde aparecem vários escravos, alguns desempenhando atividades laborais.

No capítulo seguinte, *A expansão das fronteiras da colônia,* a primeira menção feita aos escravos é através de uma imagem, que acompanha um pequeno texto destinado a mostrar as diversas atividades econômicas existentes no Brasil colonial, além da cana-de-açúcar. A pintura de Modesto Brocos, de 1892, mostra vários escravos (principalmente mulheres) trabalhando em um engenho de mandioca.

Ao abordar a exploração do ouro, os autores citam as técnicas de mineração trazidas da África, e o seu uso no Brasil. Uma gravura de Rugendas, de 1835, em que dezenas de escravos extraem ouro "perto do morro de Itacolomi", completa a descrição do tópico. As camadas sociais que existiam na chamada "sociedade do ouro" são descritas, com destaque para um gráfico que deixa clara a predominância da população africana e afrodescendente nas minas do século XVIII. No tópico *escravos*, há a seguinte informação:

> [...] eram submetidos a trabalhos insalubres nas minas. [...] Em Minas Gerais, havia também escravos que eram alugados pelos seus donos para prestar serviços tanto a particulares como para o governo, desempenhando atividades como a pavimentação de ruas e construção de edifícios. (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 100).

Este texto no livro didático, que define o escravo como peça motora fundamental das atividades tanto públicas como privadas, como coisa, pois podiam ser alugados, e como apto a desempar diversas atividades, desde o trabalho nas minas à construção de edifícios, é seguido de uma litogravura produzida por Debret, no século XIX, em que aparecem oito escravos de ganho transportando um tonel nos seus ombros, preso a cordas e a uma espécie de estaca.

Dadas esta descrição, observamos que o autor privilegia, em quase toda a sua narrativa no livro didático, em mostrar o escravo como um ser subjugado, que ao perder a sua liberdade, torna-se objeto de venda e trabalho. Na maioria das situações descritas no livro, seja nos textos, ou nas imagens, os africanos estão trabalhando, seja na lavoura de cana-de-açúcar, na mineração, na cidade... A imagem do africano como escravo, vendido, trabalhador de vida difícil, passivo, é a predominante nos dois capítulos que abordam a escravidão no período colonial, salvo uma página que mostra o papel social das irmandades religiosas, com destaque para a atividade de compra de alforrias por essas irmandades, as festas religiosas como importante momento de convivência entre as diferentes camadas sociais, e duas páginas que enfocam a resistência africana, com destaque para o Quilombo de Palmares, além um texto complementar sobre as contribuições culturais africanas.

Embora, em alguns momentos do livro o autor tente mostrar os escravos desempenhando outras atividades além do trabalho, o discurso predominante pode reforçar a ideia do africano sempre como o subjugado. A pequena quantidade da menção a aspectos culturais da cultura africana, do escravo não só passivo, mas também agente direto de um processo, pode reformar ideias que contribuem para a manutenção de preconceitos. O objetivo desta exposição e análise é podermos confluir essas informações com os desenhos dos alunos que analisamos na sequência.

A representação do escravo para alunos do Ensino Médio

Os conteúdos dos livros didáticos que abordam a escravidão do africano no Brasil, quase sempre estão situados nos capítulos relativos a colonização e ao Império brasileiro. Dependendo da preferência metodológica do autor, esse tema pode ser mais ou menos abrangente em número de páginas e discussão. Os textos e as imagens contidos nos tópicos tem a missão de, em poucas páginas, informar ao aluno sobre um aspecto extremamente importante na história do nosso país, que tem as suas consequências refletidas até os dias de hoje. Percebemos nisso, a importância do

livro didático para a formulação ou o reforço de concepções acerca da escravidão no Brasil, pelos alunos da educação básica. Embora, saibamos que estes alunos possuem diferentes meios de acesso à informação, como a *internet*, e até as telenovelas e filmes, o livro didático é peça fundamental na vida escolar de crianças e jovens do nosso país, e é a partir do livro que muitos alunos elaboram o que entendem acerca dos fatos que compõem a história do Brasil.

Para Siman (2005), o conhecimento é construído a partir de uma interação entre o sujeito psíquico e o mundo exterior. Ou seja, o que os alunos aprendem na escola também passa por um processo de rearticulação, "ao interagirem de diversas maneiras com o mundo social, os sujeitos procuram encontrar e desenvolver uma identidade, incorporando e recriando objetos e símbolos, articulando, por meio das representações sociais, sua vida à realidade social" (SIMAN, 2005, p. 350), assim, as representações que os sujeitos formulam sobre um fato, são resultados dos "processos de construção e reconstrução de símbolos socializados e internalizados [...] ao mesmo tempo em que este sujeito recria a realidade social e suas representações, ele é também modificado em sua própria relação com o mundo" (SIMAN, 2005, p. 350).

Para entendermos as representações moldadas por alunos da educação básica acerca da escravidão no Brasil colonial, visitamos uma escola de ensino médio, da rede estadual de educação, do Estado do Piauí, localizada na zona rural do município de Jatobá do Piauí, para desenvolvermos a nossa investigação, que foi realizada no mês de novembro de 2019. Ao todo, nove alunos do 2º ano e duas alunas do 3º ano do ensino médio, participaram da pesquisa, somando ao todo onze sujeitos envolvidos. A idade dos participantes variou de 17 a 19 anos, sendo quatro do sexo feminino e sete do sexo masculino, todos residindo na zona rural.

A metodologia aplicada envolveu a coleta das representações dos alunos sobre o escravo negro no Brasil, a partir da elaboração de um desenho. Primeiramente pedimos aos discentes que guardassem o livro de história, para que não fizessem consulta, (objetivamos identificar a representação que o aluno possuía a respeito do tema sem a interferência de qualquer fonte no momento de expressar as suas ideias). Em seguida, entregamos caneta e lápis de cor, além de uma folha que continha a seguinte informação: *Você já deve ter ouvido nas aulas de história e lido nos livros didáticos, acerca da escravidão no Brasil. No espaço abaixo, desenhe e, se possível, pinte, qual a imagem que você possui de um escravo que viveu no Brasil durante a colonização. Você deve desenhar um ou mais personagens, estando*

eles inseridos em um espaço ou passando por qualquer situação que eram comum na sua vida no Brasil, que você aprendeu.

Para esta atividade, foi dado 20 minutos aos alunos. A exposição e análise dos desenhos, está na sequência. Por questões éticas, iremos identificar a autoria dos trabalhos com as letras do alfabeto, de "A" a "K" – (01 a 11), sexo, idade e ano/série que cursava na época da pesquisa. Agrupamos as imagens feitas pelos alunos em duas categorias principais em que os escravos apareceram representados nos desenhos, que foram: trabalhando e/ou sofrendo castigos físicos. Primeiramente mostramos os desenhos que representam o trabalho dos escravos.

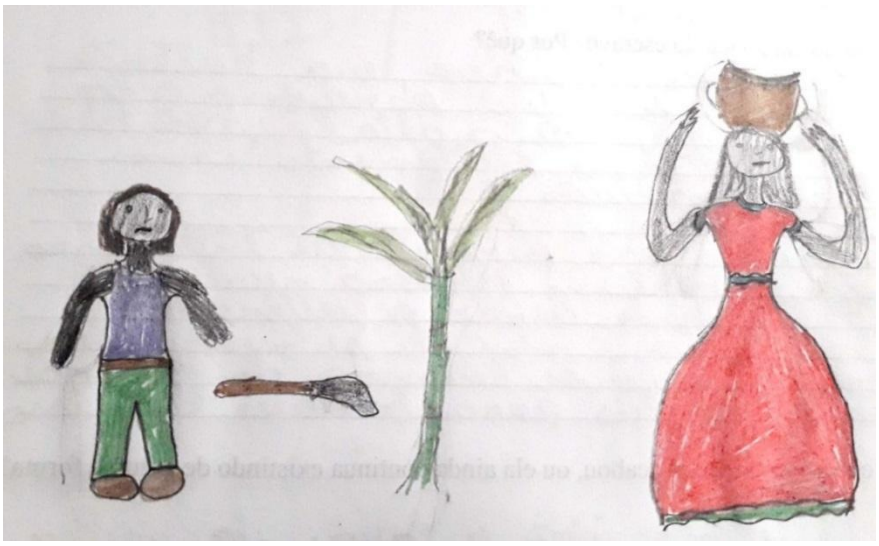
Imagem 01: Desenho de escravos trabalhando

Fonte: Aluno "D", sexo masculino, 17 anos, 2º ano do Ensino Médio.

Destacamos que, embora não tenha sido solicitada a descrição dos desenhos de forma escrita, quase todos os alunos identificaram através de legendas ou textos, o contido no seu trabalho. Na imagem acima, o aluno "D" descreveu o desenho da seguinte forma: "Trabalho na cana-de-açúcar". Na imagem, percebemos a preocupação em identificar os escravos desempenhando duas etapas da produção açucareira: o corte da cana-de-açúcar, onde aparecem dois escravos no plano superior do desenho, e o transporte, feito nas costas, por outro escravo, no plano inferior. Destacamos a

vestimenta, com roupas apenas na altura da cintura até abaixo da virilha, fazendo entender que, para o aluno, os escravos trabalhavam com os seus corpos expostos ao sol e/ou quaisquer intempéries que pudessem existir. Observamos ainda, o trabalho coletivo; na cena, três escravos são desenhados, o que demonstra a percepção do discente de que esta atividade envolvia diversos escravos.

Imagem 02: Desenho de dois escravos em suas atividades cotidianas



Fonte: Aluna "E", sexo feminino 19 anos, 2º ano do Ensino Médio.

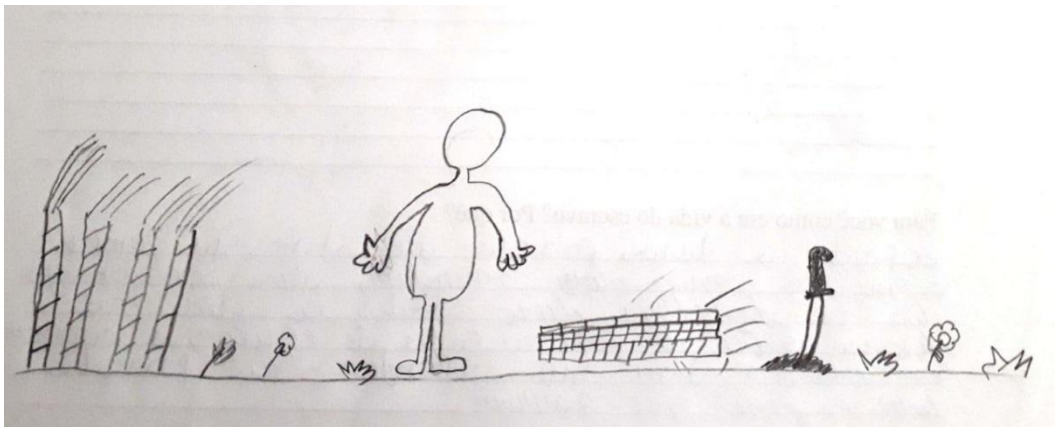
A aluna "E" descreveu a imagem como: "O escravo cortando cana-de-açúcar. A escrava carregando água de lugares bastante longes". Neste segundo desenho, chamamos a atenção para alguns aspectos: a) a existência de dois escravos no mesmo cenário, mesmo que fazendo atividades diferenciadas; b) a percepção da aluna em representar os dois escravos completamente vestidos, com atenção para a roupa da escrava, com um vestido longo e rodado; c) ser este o único momento em que uma mulher escrava é representada, entre os nove desenhos, pois todos os outros só aparecem homens, o que podemos entender que**,** no ponto de vista dos alunos, a escravidão recaía principalmente sobre o sexo masculino; d) a descrição indicadora de que a escrava carrega "água de lugares bastante longes", o que incute uma ideia de trabalho árduo e duradouro, percepção também expressa na descrição feita pelo aluno "H", na figura 03:

Imagem 03: Escravo trabalhando no engenho colonial

Fonte: Aluno "H", sexo masculino 18 anos, 2º ano do Ensino Médio.

Neste desenho, o aluno colocou a seguinte descrição: "os escravos passavam o dia inteiro trabalhando para seus senhores, sem boa alimentação e moradia. Ao final do dia, voltavam para os senzalas para descansar e voltavam ao trabalho no outro dia" (ALUNO "H", 2019). No desenho acima, chamamos a atenção para alguns aspectos: a) a representação busca englobar um cenário mais amplo, desde o plantio, até a moagem da cana no engenho. No primeiro plano, o aluno mostra o trabalho com os canaviais, ao fundo, desenhou um engenho e dois escravos, assim mostrou o autor da figura 01, demonstrando o trabalho coletivo e as diversas tarefas executadas pelos cativos; b) a descrição feita pelo autor do desenho demonstra a percepção mais completa do que o discente entende como escravidão e a vida do escravo: dias inteiros e contínuos de trabalho, com direito a descanso apenas entre o fim de um dia e o começo do outro, a má alimentação e os locais de hospedagem a que os escravos supostamente eram submetidos. Ao enfocar esses dados, o aluno demonstra sua percepção da condição pautada em uma vida dura de trabalho e sofrimento.

Imagem 04: Escravo trabalhando na agricultura



Fonte: Aluno "I", sexo masculino 18 anos, 2º ano do Ensino Médio.

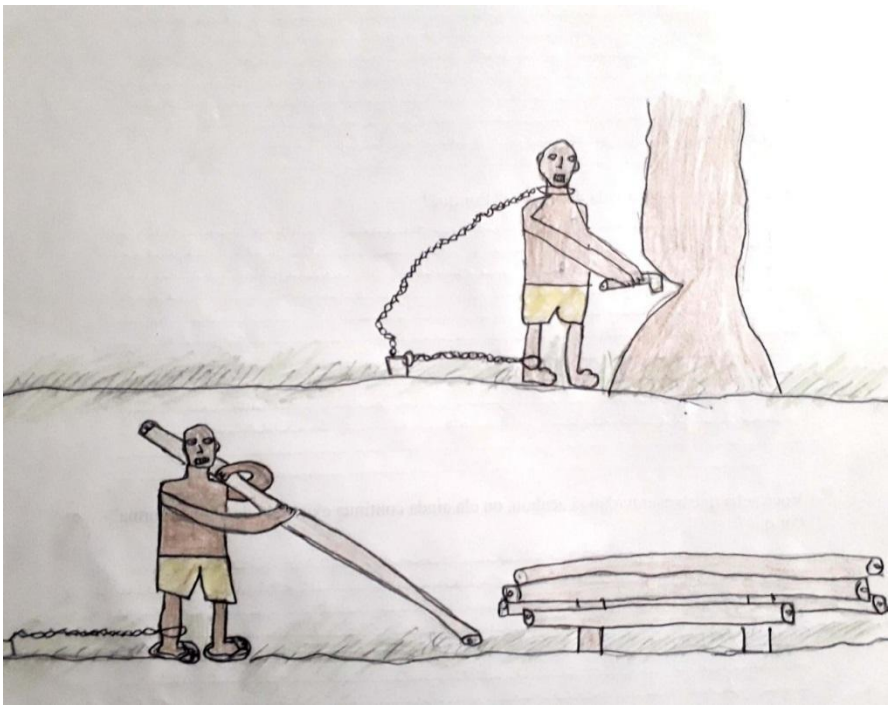
O desenho acima também retrata um escravo na atividade canavieira, descrito pelo aluno da seguinte forma "o escravo está cortando cana-de-açúcar para levar para alimentar o gado e para retirar o caldo da cana". A informação da imagem feita pelo discente, apresenta apenas um personagem que desempenha tanto a atividade de derrubada da cana-de-açúcar, como também o transporte. A finalidade da cana-de-açúcar seria tanto para moagem, referindo-se a caldo –, estado líquido da cana-de-açúcar após ser moída –, como também para alimentar o gado, embora saibamos que**,** pela Carta Régia de 1701, foi proibida a criação de gado em uma faixa de 10 léguas do litoral, com a finalidade de proteger os canaviais.

O desenho abaixo, (figura 05)**,** também tem como cena principal um escravo trabalhando na lavoura canavieira, vestido apenas com calça comprida e pés descalços, cortando cana-de-açúcar com um facão. No topo do desenho, há o que que supostamente seria a senzala, também com plantações ao seu lado.

Imagem 05: Escravo trabalhando na extração de cana-de-açúcar.

Fonte: Aluno "C", sexo masculino 19 anos, 2º ano do Ensino Médio.

Imagem 06: Escravos trabalhando



Fonte: Aluno "A", sexo masculino 19 anos, 2º ano do Ensino Médio.

Neste desenho o aluno definiu como: "cortagem de madeira para construção". Importante identificar na imagem dois aspectos principais: a) a descrição do aluno foge ao padrão dos demais, pois ele indica os escravos trabalhando em atividades não convencionalmente mostradas nos livros de história, quando abordam o período colonial, pois frequentemente são enfocadas atividades no engenho e na mineração. O aluno demonstra conhecer que os escravos faziam outras atividades, além das massivamente destacadas nos livros didáticos, embora também faça a mesma representação – o escravos trabalhando –, como os demais alunos; b) o desenho é dividido em dois planos: no plano superior, um escravo cortando uma árvore, enquanto no plano inferior, outro parece estar juntando as toras já cortadas para transportar. O escravo que "corta as árvores" está acorrentado pelo tornozelo e pelo pescoço, explicitando que a falta de liberdade era tamanha que o escravo tinha seus movimentos limitados até mesmo durante as atividades laborais, as correntes também transmitem a ideia de castigo e, mesmo acorrentados (ambos os escravos desenhados estão presos a correntes pelo tornozelo), eram obrigados a trabalhar, portanto, a forma de pensar o escravo é através do trabalho e castigo físico, este último, foco principal dos três desenhos a seguir:

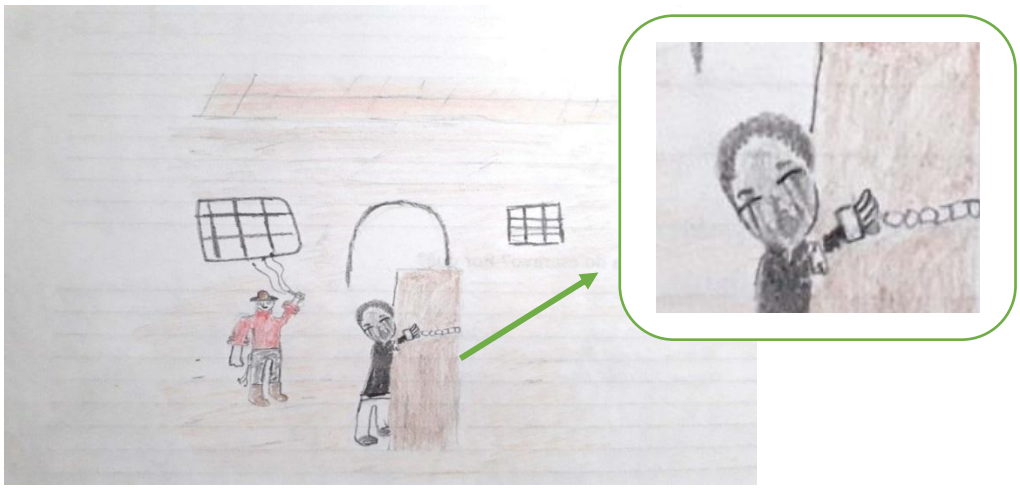
Imagem 07: Escravos no tronco sedo açoitado

Fonte: Aluna "B", sexo feminino 17 anos, 2º ano do Ensino Médio.

Na descrição do desenho, a aluna colocou a seguinte informação: "o desenho é um escravo apanhando *(quem sofre alguma violência física)* e outro branco feliz por estar batendo no escravo". Se observarmos as feições, identificamos que buscou-se demonstrar através do expressão facial dos personagens, os sentimentos que possuíam naquele momento; o "branco", supostamente feliz, tanto no desenho, como na descrição da aluna, e o escravo com rosto entristecido ou amedrontado, diante do açoite, que parece ser praticado não com chicote, mas com correntes.

A feição triste e amedrontada no rosto do escravo também é visível no desenho seguinte (figura 08), descrito como "castigando um escravo". Na imagem, além das lágrimas, estão bem definidas as correntes e o tronco. O açoite é feito com um chicote com três pontas e o escravo parece estar sem camisa. É visível a ideia de passividade do cativo diante da cena a que é submetido. A aluna busca transmitir na imagem o escravo que imagina, como alguém que sofre violência física e chora, como na figura 09, em que outra participante da pesquisa também desenhou um escravo no tronco, chorando, sem camisa, descalço e com formigas subindo em seus pés. A imagem transmitida é também de sofrimento, tanto por estar preso ao tronco, como pelas picadas das formigas. O personagem aparece estático na cena, expressando apenas um olhar medroso e choroso. Nos desenhos dos alunos "J" e "K", o primeiro fez um escravo preso ao tronco, e ao lado um feitor com chicote na mão, seguido da seguinte descrição: "o escravo está sendo castigado por ter feito alguma coisa que ele *(feitor)* não gostou, ou só porque quer mesmo" (ALUNO J, 2019, *grifo nosso*). O desenho da aluna "K" é composto por um escravo sem camisa e descalço, e acima dele, uma corrente e um cadeado. Assim como nos desenhos anteriores, esses dois últimos (que não dispomos a imagem aqui) também carregam a impressão de que o escravo era constantemente castigado e acorrentado. Na descrição do "Aluno J", o africano sofria castigos por motivo, e até sem motivo. A presença de correntes e cadeados no desenho da aluna "K" também é sugestivo da mesma ideia: escravidão é sinônimo de sofrimento, castigo, prisão e dor. Abaixo apresentamos os desenhos contidos nas figuras 08 e 09, já descritos acima.

Imagem 08: Escravos sofrendo o açoite.



Fonte: Aluno "F", sexo masculino 17 anos, 2º ano do Ensino Médio.

Imagem 09: Escravo no tronco

Fonte: Aluna "G", sexo feminino 18 anos, 3º ano do Ensino Médio.

Com estes desenhos, verificamos que os escravos foram, em todas as situações**,** representados em momentos não tão agradáveis, estando eles ou trabalhando em serviços considerados exaustivos, ou sofrendo castigos corporais. Dos 11 desenhos, seis trouxeram um escravo em condição de trabalho, o que representa aproximadamente 55% do total dos trabalhos, em quatro, o tronco e o chicote como forma de punição estavam presentes, e um deles mostrou objetos como corrente e cadeado, transmitindo a orientação de punição ou prisão, representando aproximadamente, 45%, do total. Não colocamos neste cálculo compartimentado, o desenho exposto na figura 06, em que os escravos estão trabalhando e acorrentados ao mesmo tempo.

Os resultados encontrados nesta pesquisa são muito próximos da análise de Lana Mara de Castro Siman, realizado no ano de 2001, no Estado de Minas, com alunos de 9 a 11 anos, e publicado em 2005, que buscou identificar as representações dessas crianças acerca dos negros na história do Brasil, concluindo que "do total de 36 alunos, 56% representaram o trabalho escravo e, 33%, o castigo, sendo que aproximadamente 17% dos alunos fizeram a representação do negro trabalhando e sendo castigado ao mesmo tempo" (SIMAN, 2005, p. 355).

A continuidade dessas representações, agora na análise de alunos do ensino médio, com onze sujeito, destes, duas alunas no último ano da educação básica e os demais faltando apenas um ano para concluir esta etapa de ensino, nos leva a entender que as construções imagéticas acerca da escravo negro no Brasil continuam sendo as mesmas de décadas atrás. Como vimos, o protagonismo dos negros no país não foi registrado em nenhum dos desenhos que tomamos como base para esta análise. Vemos com isso que os discursos acerca do escravo como objeto/coisa/passivo/sofredor/trabalhador/dolorido/vítima/coitado, e até chorão, atravessa as "narrativas" memorialísticas dos alunos, ao ser expressada dessa forma nos desenhos.

Para buscarmos entender as referências que os alunos possuíam para assim representar os escravos, antes de mostrar os desenhos fizemos uma análise do livro didático utilizado por eles na época da pesquisa. Como vimos, as informações que o livro trazia podem contribuir para reforçar esse discurso, pois grande parte das imagens e dos textos, como destacamos, reforçava a ideia do escravo vinculado ao trabalho, seja no campo ou na cidade, nos engenhos ou na mineração, algo que vimos reproduzidos nos desenhos dos alunos, pois dos onze desenhos, seis tinham como cena principal os escravos executando algum tipo de trabalho.

Mas, e os castigos físicos? No livro analisado não foi encontrada nenhuma imagem ou menção dos autores aos castigos físicos a que os escravos eram submetidos. Podem ter aprendido no ensino fundamental? Em filmes, novelas, vídeos, documentários ou até mesmo na fala dos seus professores ao longo da vida escolar? O fato de vermos uma imagem construída e quase consolidada na representação desses alunos, faz-nos pensar acerca da importância do ensino de história para a desconstrução de estereótipos. Bittencourt (2004, p. 236) expõe a forma como a representação social deve ser objeto de atenção na escola, pois é importante "identificar os conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, pela mídia, etc. que estejam solidamente enraizados, porque são uma construção pela qual o jovem ou criança se apropriam do real, tornando-o inteligível". Campos (2009) concorda que, antes de chegar à escola, os alunos já são incutidos por representações sobre a vida do escravo, seja através das músicas populares, cantigas infantis, ditos populares e literatura e outros veículos de comunicação, estes com grande poder na construção de imaginários sociais. Como ação para esse fato, Campos (2009, p. 219) afirma que essas reproduções existentes fora da escola "[...] precisam ser [...] problematizadas nas aulas de História pelos professores para que representações ingênuas, simplistas, estereotipadas [...] possam ser desconstruídas, ou, pelo menos, sofrer algum tipo de transformação".

Mesmo que os livros didáticos já venham trabalhando em novas formas de representar o escravo africano – embora haja necessidade de mais aprimoramentos –, introduzindo tópicos e textos complementares sobre as lutas, resistências, riquezas e manifestações das populações de africanos e negros que foram tornados escravos e viveram no Brasil, a imagem que parece ainda prevalecer é aquela imbricada na memória da grande maioria da população. Na concepção de Simon (2005, p. 361), as "representações sociais que guardam relação com os mitos e herança cultural de suas sociedades são resistentes, sendo, portanto, menos susceptíveis a mudanças rápidas".

Considerações finais

A prática pedagógica do professor requer constante avaliação e reflexão. No ensino de história, a relevância dos temas trabalhados em sala de aula se torna peça chave para a compreensão do que os alunos entendem de sociedade, cultura, trabalho, economia, política e as centenas de conceitos que a disciplina aborda no atravessamento dos seus conteúdos. Pensar na forma como a escravidão é expressa nos livros didáticos, pelos professores e até por veículos de informação fora do

ambiente escolar, é entender que, dependendo da maneira como o escravo e o negro são representados e apresentados às novas gerações, pode contribuir para a manutenção de práticas discriminatórias ou a superação desse problema que afeta o nosso país.

Ao identificarmos neste trabalho a representação caricatural e estereotipada feita por alunos acerca do escravo no Brasil, mesmo já cursando os anos finais da educação básica – quando acredita-se que já tiveram acesso a este tema mais de uma vez ao longo da vida estudantil, e ainda assim, continuam reproduzindo uma imagem que, embora não seja errônea, é apenas uma versão entre as várias possibilidades e aspectos que os escravos podem ser representados –, faz nos pensar que poucas transformações ocorreram de forma prática no ensino de história, nas últimas décadas. Mesmo com a aprovação da Lei 10.639/2003, modificada pela Lei 11.645/2008, que incluiu o estudo da história da África e dos africanos, a luta, a cultura e as contribuições do negro e do índio na formação da sociedade brasileira, parece não ter sido suficiente. Livros, professores, meios de comunicação e a sociedade, ainda parecem adotar o discurso do dominador, a versão do escravo negro apenas como peça, objeto, força de trabalho e sujeito a açoites, na visão do aluno, por merecimento ou até sem merecer.

É necessário que autores de livros didáticos reforcem melhor através de textos e imagens dos livros, as contribuições dos africanos, modos de resistência e de vida, no Brasil colonial e imperial, para que não corramos o risco de nossos jovens, futuros adultos, continuem reproduzindo às gerações seguintes, a visão do escravo negro no nosso país sempre através de um discurso único, que não deixa de ser até hoje o discurso dos grupos que detém os meios de produção. Para a importância que teve e tem a contribuição do negro africano, do escravo colonial e imperial, do liberto, ou afrodescendente no Brasil, relegarmos a sua história apenas ao trabalho na lavoura e ao tronco, é continuar associando a população negra do Brasil de hoje, de forma indireta**,** a uma visão simplista da realidade.

Desejamos que o diagnóstico feito a partir da reflexão desta pesquisa, sirva de incentivo para que outros trabalhos sejam desenvolvidos com esta temática, e principalmente, que essa visão reduzida da população escrava no Brasil sofra modificações, começando pelos livros didáticos, passando pelos discursos dos professores, até chegar aos alunos deste país, e assim, desenhos futuros sejam não só do tronco, mas de danças, festas e lutas dos escravos no Brasil colonial; que os

desenhos não tragam rostos chorosos e amedrontados, mas que expressem a beleza e a riqueza da África trazida para o Brasil, e que contribuiu para a formação do povo que somos hoje.

Referências bibliográficas:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BRASIL. CNE. **Parecer nº. 03**, de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHARTIER, Roger. **História Cultural –** Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. *In.* COSTA LIMA, Ivan**;** ROMÃO, Jeruse (Orgs.). **Negros e currículo.** Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997. (Série Pensamento Negro em Educação nº. 2)

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação. *In:* FONSECA, Thaís Nívia de Lima; SIMAN, Lana Mara de Castro (Orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação*:*** discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CAMPOS, Simone Calil Ramos. **Representações e ensino de História:** imagens de alunos do ensino médio sobre a escravidão negra no Brasil. 2009. 256f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais. IBGE, 2007.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila Grinberg. **#Contato História 2º ano**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Representações. **Revista Brasileira de História,** São Paulo: ANPUH/ Contexto, v. 15, n. 29, 1995.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 348-364, set.dez. 2005.

Temporalidades

A resistência de uma universidade: análise da Comissão de Sindicância da UFMG pós-golpe de 1964

The resistence of a university: analysis of the Commission of Inquiry of UFMG after the 1964 coup

Guilherme Henrique Magalhães da Silva
Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
guilherme.gmag@gmail.com

Recebido em: 28/09/20
Aprovado em: 11/03/20

Resumo: Logo após o golpe de 1964 ocorrer, as forças armadas se voltaram contra as universidades para expurgar qualquer militante de esquerda que ainda estivesse vinculado às instituições. Na UFMG[1], uma comissão foi estabelecida com o apoio do general Carlos Luís Guedes. Focada em descobrir se alguém estava vinculado a "crimes contra o Estado", a investigação é um grande exemplo de como um grupo de pessoas pode resistir em um momento autoritário apesar do fato de que algumas pessoas estavam felizes em colaborar com o regime. O artigo a seguir pretende compreender de que maneira o corpo de diretores de departamento da universidade tentou resistir e/ou colaborar com o regime militar, e o processo de perseguição que aconteceu após o golpe civil-militar. O evento é um bom exemplo sobre como a universidade é um ambiente capaz de acomodar diferentes opiniões políticas e, ao mesmo tempo, se voltar contra forças autoritárias quando necessário.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; história da educação; UFMG.

Abstract: Days after the 1964 military coup, the army turned against the universities to purge every left-wing militant that was still linked to the institutions. On the UFMG, a commission was stablished with the support of general Carlos Luís Guedes. Focused on find if someone happened to be linked with "crimes against the government", the investigation is a prime example of how a group can resist in an authoritarian moment even though some people were pleased to help with the regime. Using the files of the commission (available at the AESI archive, of UFMG), the following article try to understand how the process of accommodation, resistance and collaboration happened. The event is a good example about how a university not only can be capable of accommodate different opinions, but also turn against authoritarian forces when necessary.

[1] Para este artigo será adotada a nomenclatura Universidade Federal de Minas Gerais, ainda que a instituição se chamava Universidade de Minas Gerais no período.

Key words: civil military dictatorship; history of education; UFMG.

Introdução

O trabalho a seguir busca analisar as tentativas de resistência e colaboração com a ditadura civil-militar durante os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada na Universidade de Minas Gerais (UMG, hoje Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) após o golpe civil-militar de 1964, no dia 8 de maio do mesmo ano por meio de portaria S/N publicada pelo reitor Aluísio Pimenta no mesmo dia (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964). O texto toma como ponto de partida o relatório final da comissão, que contém detalhes sobre os trabalhos realizados no âmbito da investigação, assim como as respostas dadas aos questionamentos levantados pelo grupo de trabalho aos diretores das unidades acadêmicas da universidade.

É importante destacar que os documentos utilizados neste trabalho se encontram no arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da Biblioteca Central da UFMG, apesar de este órgão de vigilância, censura, contrapropaganda e triagem de servidores públicos ter sido criado na década de 1970. Considerando o que aponta Motta (2008, p. 32) sobre o arquivo, é possível especular que este relatório tenha se tornado parte da documentação da AESI após a integração de documentos provenientes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). O órgão, criado em 1967, era supervisor de todas as AESI e usou como base estruturas já existentes, como as seções do Conselho de Segurança Nacional (CSN) que faziam parte de cada ministério.

Outra possibilidade, conforme também aponta Motta (2008, p. 46) em artigo sobre os arquivos dos órgãos de vigilância universitária, é o envio dos documentos pela reitoria da UFMG a estes após a sua criação. A prática, como indica o texto, ocorreu em mais de uma universidade e pode ser parte da história deste arquivo. Entretanto, em função das restrições de mobilidade impostas pelo momento excepcional em que este artigo é escrito (2020), não é possível buscar uma resposta *in loco* sobre esta questão, o que manterá a hipótese em aberto neste texto.

A análise da documentação se dá com o apoio dos trabalhos realizados por Starling, Motta e Fernandes, que se debruçaram sobre esta mesma documentação. Neste sentido, o texto a seguir alinha-se a Motta, na concepção de que os eventos de 1964 constituem uma ação militar de caráter

golpista que, com o apoio e a legitimação da sociedade civil, derrubaram um governo democraticamente eleito, tomando como base um sentimento anticomunista que superdimensionou a força dos grupos de extrema-esquerda brasileiros.

Os grupos conspiracionistas eram uma frente diversificada em termos de origem social (dele fizeram parte médicos, intelectuais, jornalistas, empresários, religiosos, militares e políticos) e ideológica (conservadores, integralistas e liberais fizeram fileira nas conspirações golpistas). Isso compôs ao golpe um caráter muito mais de negação (contra um ideal de comunismo difuso) do que proposição (MOTTA, 2008). Em outras palavras, os seus projetos de país, quando existiam, mantinham um consenso restrito à necessidade de derrotar as esquerdas e acabar com o projeto das reformas de base (no modo como estavam colocadas) que poderiam ameaçar o *status quo*.

Neste sentido, as universidades eram vistas como foco de atenção pelas forças golpistas. Além da grande presença de grupos de esquerda entre os seus membros, chamava a atenção dos grupos conservadores os debates com propostas modernizantes (como era o caso da UFMG) que eram promovidos no ambiente acadêmico. O ponto será trabalhado adiante no artigo e é uma peça importante para entender como a UFMG conseguiu tornar-se um dos grandes alvos da ditadura e a sua capacidade de mobilizar o seu prestígio para resistir e acomodar-se às tentativas de intervenção externa.

Essa designação (acomodação e resistência) será utilizada pois entende-se que o corpo institucional da UFMG, em sua maioria, utilizou-se dos mecanismos de perseguição da ditadura para resistir a ela. Em outras palavras, no lugar da simples recusa coletiva ao poder instituído, a UFMG executou a operação requisitada pela ditadura (a realização de uma comissão de sindicância), mas de tal modo que eles não apresentassem o resultado esperado (a demissão de funcionários e a expulsão de alunos que fossem classificados como "subversivos").

Como aponta Motta (2016), as estratégias de acomodação fazem parte do repertório da cultura política nacional, o que torna o caso da comissão um exemplo de situação que não pode ser classificada como exceção. Essas ações podem ser definidas como parte da nossa cultura política na medida em que este conceito é trabalhado como "um conjunto de representações, valores e padrões de comportamento políticos comuns a determinado grupo" (MOTTA, 2009, p. 21). Assim sendo,

acomodar-se e utilizar os mecanismos impostos pela ditadura civil-militar[2] para "explorar possibilidades abertas pelo próprio regime militar, usando-as com objetivo de atenuar o autoritarismo" (MOTTA, 2016, p. 16).

A Comissão de Sindicância, que é o foco deste trabalho, foi um dos primeiros atos da ditadura civil-militar recém instaurada no núcleo da UFMG. Ela tinha como objetivo identificar possíveis estudantes, professores e funcionários da universidade que tivessem executado atos que fossem classificáveis como "crimes contra o Estado" (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964). A partir da análise da documentação, é possível identificar que, apesar das tentativas de colaboração de uma parte dos seus membros, a maioria do corpo universitário mobilizou-se para garantir que a comissão realizasse os seus trabalhos apenas com empenho necessário para apresentar um texto bem reproduzido, mas sendo incapaz de identificar alguém que se enquadrasse como alvo de investigações.

Uma análise da historiografia sobre o movimento estudantil universitário durante os primeiros anos da década de 1960 nos permite concluir que as afirmações presentes no documento são fruto de uma tentativa de parcela do corpo universitário de proteger a sua autonomia perante as tentativas de intervenção externa, e não uma representação da realidade. O ambiente universitário pré e pós-golpe contava com um grande contingente de estudantes e professores aliados às ideias da socialdemocracia, do nacional-desenvolvimentismo, do socialismo, do anarquismo e do comunismo, e nenhum deles foi relatado de modo preciso no documento final da comissão.

Em conjunto com a análise do período recente da história da universidade, o texto pretende demonstrar que, mesmo sendo um ambiente politicamente diversificado, a instituição Universidade Federal de Minas Gerais (representada pelos seus departamentos, diretores, professores, técnicos administrativos, alunos e funcionários) mantém um histórico de união diante das tentativas de intervenção que busquem romper direta ou indiretamente a sua autonomia. Esta é uma história que deve ser valorizada e relembrada, demonstrando o compromisso da UFMG com a defesa de um ambiente de ensino autônomo, democrático e a favor da liberdade.

[2] O texto trabalhará a ditadura como civil-militar, na linha histórica adotada por Daniel Aarão Reis Filho (Cf. FILHO, RIDENTI, MOTTA (org.), 2004, cap. 1)

Da vaia à inquisição golpista

Entre os personagens mineiros envolvidos com a ditadura civil-militar, o general Carlos Luís Guedes está na lista dos que mantiveram uma relação conturbada com a Universidade Federal de Minas Gerais. A animosidade com a universidade data de antes mesmo da execução do golpe civil-militar. No dia 9 de março de 1964 – data em que o então ministro-chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, veio à capital mineira para ministrar a aula inaugural do ano letivo da UFMG – o general teve uma de suas más experiências com o ambiente acadêmico.

Instantes antes do ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) iniciar sua fala no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), o general entrou no local acompanhado de seus oficiais. Mesmo sem ter sido convidado para o evento, o reitor anunciou a sua presença, e convidou o militar para sentar-se ao lado dos outros ocupantes da mesa de abertura. A resposta que se ouviu da plateia foi uma "ensurdecedora, interminável, perturbadora" e "infernal" vaia, que Guedes suportou impassível (STARLING, 2019, p. 122).

É difícil saber exatamente o que o general pensou enquanto os estudantes mostravam que ele não era bem-vindo àquele local, mas o evento teve ao menos uma consequência a médio prazo: a Comissão de Sindicância que Guedes acompanhou, poucas semanas após o golpe militar ser deflagrado. Era necessário tirar os "subversivos" do ambiente acadêmico, especialmente aqueles que se colocavam como capazes de confrontar as Forças Armadas.

Na visão dos militares, as universidades públicas se tornaram um local de apoio a todas as mobilizações de esquerda (MOTTA, 2014). Seminários, eventos e protestos realizados nos momentos anteriores ao golpe muitas vezes tinham como origem o movimento estudantil universitário e o movimento sindical. Portanto, cabia ao regime garantir que os "subversivos" fossem removidos rapidamente do local.

Conforme lembra Motta (2014), desde os anos 1950 as instituições de ensino público superior, junto à União Nacional do Estudantes (UNE), ganharam um forte destaque nos debates públicos do Brasil. Jovens universitários e professores promoviam debates, pensavam projetos modernizantes e se articulavam politicamente no ambiente acadêmico por meio de seminários, grupos de estudos, associação a organizações políticas (não necessariamente de viés partidário) e

sindicatos. Assim, as universidades deixaram de serem ambientes formadores de bacharéis para se tornarem instituições influentes no debate político nacional.

No caso da UFMG, essas ações fizeram a universidade se tornar um foco de atenção de militares e grupos conservadores da sociedade civil. Ainda que a instituição fosse um ambiente plural, com pessoas de esquerda, direita e centristas, até mesmo a eleição de um reitor que se via como um defensor dos ideais do liberalismo (FERNANDES, 2016, p. 85) era vista como um problema graças à sua articulação a favor da reforma universitária e os seus vínculos com o PTB. Muito desse olhar, como demonstra Fernandes (2016) e Motta (2008), era fruto de uma paranoia anticomunista que superdimensionava o poder de mudança dos grupos de esquerda dentro do ambiente estudantil.

A Ação Popular, relevante grupo de esquerda fundado na capital mineira, tinha o prédio da FACE como uma de suas principais bases. Ao mesmo tempo, a esquerda católica era relevante dentro dos corredores da universidade, especialmente pela sua presença dentro da UNE. Outros grupos e partidos de esquerda, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), também eram atuantes dentro da universidade (FERNANDES, 2016, p. 84).

Os arquivos militares já registravam nomes de professores e estudantes vinculados à UFMG nos primeiros anos da década de 1960. Como demonstra Fernandes (2016, p. 86), professores considerados como "subversivos" e/ou comunistas já estavam presentes nos relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) mineiro em períodos anteriores ao ano de 1964. As listas de professores vistos como pessoas de esquerda se uniam a outros documentos que deram base para as diferentes "operações limpeza"[3] que foram realizadas pelos militares, como é o caso da sindicância que orienta este trabalho.

Foi nesse cenário em que, vitorioso o golpe, os militares começaram o processo de expurgo nas instituições públicas. Milhares de pessoas em todo o país foram presas para averiguação, e ainda que a grande maioria tenha sido liberada com o passar dos dias, as investigações continuaram. Dentre

[3] Como aponta Motta (2014), a expressão "operação limpeza" foi adotada pelos agentes de Estado e seus apoiadores para demonstrar a vontade de remover das instituições políticas e governamentais todas as forças recém derrotadas após o golpe.

os presos, parte significativa sofreu violência e tortura, o que reforça a tese de que a ditadura desrespeitou os direitos humanos desde os seus primeiros momentos.

Os ataques às universidades se deram no dia do golpe. Como aponta Fernandes (2016, p. 56), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Brasil (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), tiveram prédios metralhados e invadidos por agentes do DOPS acompanhados de militantes de extrema direita. Já a UnB teve professores e alunos presos após uma invasão de militares e da Polícia Militar (PM) mineira no dia 9 de abril de 1964.

Em Minas Gerais, o general Guedes assumiu para si o papel de tutor do funcionamento da UFMG, deliberando sobre a data certa da retomada das aulas e vigiando de perto as ações da Comissão de Sindicância instaurada na universidade. Guedes foi um dos principais conspiradores para a derrubada do governo de João Goulart, e manteve contato com grupos empresariais, o governador Magalhães Pinto, o comandante da Polícia Militar mineira e oficiais norte-americanos (PAULA, LATTMAN-WELTMAN, 2010). Durante o golpe, foi responsável por mobilizar as tropas militares da Infantaria Divisionária da 4ª RM (ID-4) e da PM mineira na direção do Rio de Janeiro à mando do general Olímpio Mourão Filho, antecipando as atividades golpistas.

Guedes tinha um papel de destaque na conspiração mineira. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) conseguiu, por meio de uma entidade chamada "Novos Inconfidentes", mobilizar uma "frente conservadora-oposicionista[...], altamente heterogênea, mas com forte ascendência em seu interior de 'elite tradicional' do estado" (STARLING, 1986, p. 90). Ela foi capaz de promover atos de desestabilização contra o governo Goulart e mobilizar recursos para o golpe civil-militar ser consumado. Para o IPES, Guedes deveria representar a liderança operacional das ações golpistas e, assim, ocultar a liderança do instituto na articulação do golpe (STARLING, 1986, p. 73).

O aviso n ° 705 (MEC, 1964), enviado ao gabinete do reitor diretamente de Brasília, era taxativo. A universidade deveria criar uma comissão para identificar todos aqueles que tivessem cometido "crimes contra o Estado e a ordem política e social". Em até 30 dias, um relatório deveria ser criado. Nele, os nomes de cada "subversivo" que circulasse pelos prédios acadêmicos deveriam ser listados para que o documento fosse enviado ao gabinete do ministro da Educação e Cultura. Também lembrava ao reitor que era necessário manter-se vigilante contra qualquer atividade que

comprometesse a "paz social e a reintegração da ordem jurídica e democrática" (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964).

Se os estudantes que prestigiaram Darcy Ribeiro tinham como arma as suas vaias, os funcionários da universidade mostraram que nenhum militar de alta patente era capaz de vencer uma burocracia estatal bem organizada. Diretores se articularam nos dias seguintes para demonstrar que os prédios da universidade mineira abrigavam, em sua grande maioria, pessoas que os militares poderiam classificar como "comprometidas com os ideais da nação", ou seja, que não fossem esquerdistas.

Quando a burocracia estatal entra em ação

O Conselho Universitário se prontificou em atender às demandas do aviso enviado pelo ministro da Educação, Flavio Suplicy. Nas unidades escolares, nas faculdades, na reitoria e em seus prédios anexos, o reitor nomeou comissões, cada uma com três membros, para identificar pessoas que tivessem realizado as ditas atividades contra a segurança nacional. Todos os dados levantados seriam direcionados a uma comissão composta por cinco membros, sendo eles quatro professores e um universitário, que criariam o relatório final (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964).

Os professores Levindo Furquim Lambert (também nomeado presidente da Comissão de Sindicância e diretor do Conservatório Mineiro de Música), Caio Benjamin Dias, Francisco de Assis Castro e Mário Barbosa, junto com o aluno Paulo Roberto Diniz, teriam cinco dias para apresentar um relatório sobre as suas ações conforme a portaria publicada pelo reitor (PIMENTA, 1964). Assim, que os trabalhos começaram, o grupo se colocou à disposição da comunidade acadêmica para receber denúncias durante o horário comercial, em uma sala no quinto andar da Faculdade de Ciências Econômicas (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964). Além disso, solicitaram dados aos generais Manoel Francisco Pacheco (que era responsável pela realização de Inquéritos Policial Militar – IPM – em todo o território mineiro) e Carlos Luis Guedes, e ao DOPS/MG (FERNANDES, 2016, p. 95).

As dificuldades em atender ao ímpeto autoritário de Guedes se mostraram presentes desde os primeiros momentos de funcionamento da Comissão. O Conselho deixou claro que não realizaria qualquer tipo de deliberação a respeito dos fatos apurados pela Comissão – não existiam meios financeiros para isso e tão menos recursos legais para tal fim. Também alertou que qualquer pessoa

que já estivesse sendo investigada por alguma outra comissão não estaria sujeita a deliberações a respeito do tema por parte da Comissão. Mesmo assim, o reitor pediu aos diretores que fosse realizada uma forte vigilância em seus prédios. O "perigo comunista", afinal, ainda rondava as faculdades mineiras.

Uma vez iniciadas as atividades, os problemas surgiram. O que seria "crime contra o Estado"? – perguntavam os responsáveis pela investigação. Esclarecer tal conceito exigia mais do que uma simples busca ao dicionário. Um dia de trabalho foi jogado fora, até que o consultor jurídico da universidade, Celso Agrícola Bardi, entrasse em ação após uma solicitação ser enviada ao gabinete do reitor (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964).

Bardi buscou no Ato Institucional (AI-1)[4] a indicação do que deveria ser considerado um crime contra o Estado pois, na doutrina dos penalistas, a definição não era encontrável. Assim, a partir do primeiro parágrafo do sétimo artigo do AI-1, apontou que seriam classificadas como problemáticas as ações que atentassem contra a "segurança pública do país, o regime democrático e a probidade da administração pública" (BARDI, 1964). Não deixou de afirmar, porém, que somente o Conselho Universitário, em uma reunião que dificilmente seria executada a tempo dos trabalhos serem concluídos, poderia entregar uma interpretação mais precisa.

Problema contornado, era hora de colocar as mãos na massa e avaliar se cada unidade tinha "grandes e perigosos comunistas" em seus quadros. No seu terceiro dia de trabalho, a comissão enviou aos diretores de cada prédio um documento reservado, solicitando, em 24 horas, informações sobre qualquer pessoa que pudesse ser enquadrada na definição de "crimes contra o Estado" adotada ou que estivesse filiada à "ideias extremistas" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964). Também solicitaram os nomes de todos os alunos que estavam matriculados naquele ano.

Com agilidade, as páginas de respostas dos diretores e da reitoria foram enviadas para a sala do prédio onde a comissão se encontrava. Poucas agradariam o general Guedes, uma vez que a maioria dos diretores não pensou duas vezes em ignorar as organizações de esquerda que viviam sob as suas asas.

[4] O Ato Institucional n.º 1 foi assinado no dia 9 de abril de 1964 pelo Comando Supremo da Revolução e, além de dar as bases legais para a ditadura civil-militar, permitiu que o regime suspendesse, por dez anos, os direitos de cargos de funcionários públicos, militares e parlamentares considerados contrários ao regime, o que deu aos militares a força necessária para afastar grande parte dos opositores das instituições do Estado brasileiro.

O comunicado feito pelo reitor foi sintético. Disse, no espaço de poucas linhas, que nenhum diretor que nos prédios de ensino trabalhava havia demonstrado filiação a ideias extremistas. O Curso de Belas Artes pintou, com a tinta da máquina de escrever, três linhas para informar que a direção não tinha documentação capaz de atender ao pedido da Comissão (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

O diretor da Escola de Arquitetura informou que a Congregação da Escola já realizava uma investigação para apurar as responsabilidades referentes a um manifesto publicado na imprensa da capital contra as ações dos militares. Os trabalhos também apuraram denúncias secundárias com o apoio do General Manoel Francisco Pacheco. Portanto, somente após a conclusão do inquérito a direção seria capaz de informar com precisão se existiam pessoas "subversivas" em suas dependências (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

Edmundo Bezerril, diretor da Escola de Engenharia, avisou que a diretoria desconhecia qualquer pessoa que praticasse atos contra os interesses da nação. Avisou, porém, que se fosse necessário, a comissão poderia averiguar todas as pastas de arquivos da faculdade em busca de sinais de subversão (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964). Entretanto, três dias antes do envio do ofício à Comissão de Sindicância, o diretor recebeu de Jayme Ferreira da Silva Júnior a denúncia de um panfleto contra a ditadura civil-militar que estaria circulando nas dependências da faculdade (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964). Segundo comunicação enviada à comissão, o próprio diretor da Escola de Engenharia teria investigado o caso e chegado à conclusão de o documento dificilmente teria sido produzido dentro da universidade (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

A análise das respostas dadas por diretores de outros prédios permite concluir que os mesmos adotaram uma postura que pode ser classificada como "má vontade travestida de formalismo" que faz-se pensar se as suas respostas não teriam sido escritas pela mesma pessoa. A Faculdade de Medicina, local em que recursos financeiros tradicionalmente não faltam, informou com semelhante formalidade que não contava com os elementos necessários para realizar as sindicâncias (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964). Já o vice-diretor da Faculdade de Odontologia foi além: avisou que no seu prédio não existiam alunos, membros do corpo administrativo ou professores que fossem praticantes de “ideias extremistas”. Lembrou também, que

se fosse o caso, um inquérito já teria sido aberto para apurar tais irregularidades a partir das regras do regimento da instituição (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

A Escola de Biblioteconomia informou que existiam dois elementos que foram impedidos de participarem das eleições para o Diretório Acadêmico (D.A) – por motivos desconhecidos. A diretora Maria Martha de Carvalho também se prontificou a avisar que, desde que se colocou à frente da direção do prédio, jamais encontrou algum fato que poderia levar alguém de seu corpo administrativo, docente e discente, como praticante de atividades contrárias aos interesses da nação (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

Na Veterinária, o vice-diretor em exercício foi incapaz de apontar quaisquer denúncias da existência de pessoas que estivessem enquadradas em semelhantes características em seu ambiente de ensino (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964). O professor Alberto Teixeira Paes, diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, afirmou que não tinha registros ou informações que permitissem a ele indicar para a "patriótica Comissão" que alguém estava envolvido com "atividades subversivas" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964).

A Faculdade de Filosofia fez um longo relatório que dizia muito, mas não falava nada. O vice-diretor em exercício lembrou que estava no cargo há pouco tempo, algo que já reduzia a sua capacidade de apontar a presença de "elementos que tenham desenvolvido atividades subversivas" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964) em suas dependências. Mas Emanuel Brandão também se preveniu, lembrando que cinco professores e dois alunos foram detidos pelas autoridades dias antes para interrogatório (alguns inclusive estavam retidos enquanto ele digitava a sua resposta), segundo tinha tomado conhecimento por meio dos jornais da capital mineira – algo que também não deveria ser um indicativo de que eles deveriam ser considerados suspeitos de desenvolverem atividades "subversivas" (ou que eles seriam os únicos a fazê-lo).

Nem todos os membros da comunidade acadêmica adoram excessos de formalismos para se negarem a apontar as pessoas que se articulavam contra a ditadura civil-militar em seus prédios. Chama atenção a resposta do diretor da Faculdade de Direito, Alberto Deodato Maia Barreto. Apesar de membro do grupo "Novos Inconfidentes" (STARLING, 1986, p. 347), a sua resposta destacou apenas que, ao longo dos cinco anos em que esteve à frente do cargo, nenhum funcionário foi vítima de inquérito para apurar atos de improbidade. Barreto também afirmou que desconhecia a

execução de investigações pelos seus antecessores. É de se supor, porém, que a sua filiação aos Novos Inconfidentes levaria o diretor a ter uma colaboração mais ativa com os trabalhos da comissão, como ocorreu por parte de outros membros da universidade (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 21, 1964).

A sua longa resposta foi complementada com o registro de que todos os programas do curso foram aprovados pela Congregação responsável. Inexistiam, ao seu olhar, rumos ideológicos nas aulas dos professores que pudessem ir de encontro às ideias dos militares. Os professores e demais funcionários, por sinal, não teriam demonstrado solidariedade a todos os atos de apoio que teriam ocorrido após a posse de João Goulart – outro sinal de que comunistas ali não existiam. Não que ele tivesse tomado conhecimento. Como um bom formado em direito, concluiu afirmando que as suas palavras diziam respeito apenas àquilo que se passava no prédio sob sua guarda e que os órgãos competentes deveriam informar, caso fosse necessário, mais dados sobre as ideologias de qualquer cidadão brasileiro.

No prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, reações pouco amistosas também foram registradas. Elas fizeram o diretor do departamento, o professor Rodolpho de Abreu Bhering, assim como a chefe do Departamento de Economia, Maria Carmen Carvalho de Souza, parecerem pessoas tímidas. Ambos negaram, em poucas páginas, terem conhecimento do exercício de atividades contrárias aos interesses da nação – exemplo seguido pelo diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

O tom escalou nas respostas dos departamentos de Administração de Empresas e Administração, que não dispensaram vocabulário para reafirmar que nada encontraram. O chefe do departamento de Administração de Empresas, Oswaldo de Abreu Junqueira, lembrou que ali ninguém tinha tempo para política – algo que, para ele, seria natural ao tipo de curso que ali se fazia.

Professores e alunos estudavam e estavam ligados aos quadros das principais empresas da capital, e o caráter empresarial das suas atividades não permitiria que estas pessoas se rendessem aos desvios das práticas políticas. Afinal, todos eram dotados de uma consciência que os impedia de realizar "atividades extra econômicas" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

Já o chefe do departamento de Administração Pública, o professor Celso Cordeiro Machado, foi enfático ao lembrar que jamais tomou conhecimento de “ato de aluno, funcionário, ou professor,

que pudesse ser caracterizado como contrário à probidade administrativa" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964) sendo executadas por aqueles que faziam parte do departamento. Ao tratar das posições ideológicas de seus membros, afirmou que respeitava, de modo escrupuloso, a liberdade de cátedra e a livre manifestação de pensamento. Foi além e lembrou que, em nenhum momento de sua carreia policiou as ideias de seu corpo acadêmico. Portanto, seria incapaz de apontar "ações subversivas" ligadas ao seu departamento.

Quem já tinha abandonado os cargos de comando também partiu em defesa da Universidade e de seu corpo estudantil e profissional. Este foi o caso do antigo chefe do Departamento de Sociologia e Política da faculdade, o professor Júlio Barbosa. Barbosa parou as suas atividades para registrar formalmente que não seria capaz, "em sã consciência", de apontar que algum professor ou aluno bolsista tenha praticado "atividades contrárias à segurança do País" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

Ao seu lado unia-se o ex-chefe do departamento de Ciências Econômicas, Idalmo Motta. Afirmou que, enquanto ocupou o referido cargo, jamais tomou conhecimento de professores ou alunos que tenham praticado atos contrários aos interesses do país. Da mesma maneira, o ex-chefe não saberia apontar se alguém tinha filiação a "ideias extremistas" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

Por maiores que tenham sido os esforços de esconder os nada perigosos estudantes subversivos, a Comissão de Sindicância acabou por encontrar alguns relatos de atividades suspeitas e notas de apoio aos seus trabalhos. Uma vez em posse de dados sobre os alunos, o chefe do Departamento de Vigilância Social, Fábio Bandeira de Filgueiro, enviou ofício ao presidente da Comissão informando que algumas pessoas estavam listadas em seus arquivos com antecedentes suspeitos (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964).

Quanto aos apoios, assim que os trabalhos da Comissão se iniciaram, chegou à mesa do professor Levindo Lambert um documento enviado da Faculdade de Medicina em apoio ao golpe. Assinado por um grupo de 23 médicos e professores vinculados ao departamento e direcionado ao general Guedes, o documento dava total apoio a uma investigação em curso e alerta sobre a possibilidade de alunos estrangeiros estarem envolvidos em atividades políticas. A nota recomendava

punir aqueles que estavam envolvidos com o espetáculo “depravante, deprimente e humilhante" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 05, 1964), que teria sido a aula dada por Darcy Ribeiro.

A punição, segundo os 23 signatários da carta, deveria ser exemplar. A universidade era um "relicário da cultura mineira". Assim sendo, era importante garantir que "jamais alguém tente novamente deslustrar, humilhar e achincalhar" o ambiente de ensino público. Além disso, as intervenções dos golpistas deveriam sanear o regime democrático e garantir que o respeito entre alunos e professores fosse reestabelecido – algo que só seria possível com a punição de quem estava envolvido no "comício comunista" realizado por alguém que "despuderada e cinicamente, ostentava o título de comunista".

Já a Congregação do Conservatório Mineiro de Música (atual Escola de Música da UFMG) aprovou, com unanimidade, um voto de aplausos e de irrestrita solidariedade "ao movimento revolucionário chefiado em Minas Gerais pelos valorosos generais Olímpio Mourão Filho e Luiz Carlos Guedes[5]" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 24, 1964). Indo além, o Conselho Universitário não deixou de entrar para a história como apoiador das ações dos generais, assim como os atos do governador José de Magalhães Pinto. Seguindo proposta do diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, manifestou "seus aplausos aos que souberam reconduzir o Brasil aos caminhos que assegurarão o bem estar, a justiça social e a harmonia dos poderes constituídos" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 24, 1964).

No Conservatório de música, uma aluna foi apontada como “desatenciosa e agressiva em relação ao corpo docente”, o que também não indicava que fosse partidária de “ideias extremistas” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964) – apenas que a aluna provocava atritos e ofendia a honra dos professores. Guedes, aliás, poderia ficar despreocupado: a aluna já estava punida por tais atos de acordo com as normas cabíveis pelo seu comportamento que comprometia a harmonia necessária para o ambiente acadêmico.

Houve professor da Escola de Arquitetura que, ao tomar conhecimento das atividades pelo jornal O Diário, se prontificou a entrar em contato com a Comissão. José Geraldo de Faria, professor catedrático da escola, enviou à Comissão uma carta alertando que estava pronto para

[5] O documento original lista o nome do general Guedes incorretamente. A reprodução manteve a transcrição ipsis litteris.

apontar nomes de "movimentos de agitação ali eclodidos, bem como apontar nomes de alunos e ex-alunos, os quais, responsáveis por esses movimentos, conturbaram a vida da Escola e derem a Nação incalculáveis prejuízos" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964). Lembrou, também, que vários estavam envolvidos nas ocupações de junho de 1962.

Era de se esperar que isto ocorreria. No dia 8 de abril de 1964 (UFMG, 1964), quando o Conselho Universitário se reuniu para decidir se retomaria as aulas ou não, o professor Oscar Versiani Caldeira, da Faculdade de Medicina, consultou o reitor sobre a possibilidade de se aprovar uma moção de aplauso ao golpe. Aluísio Pimenta prontamente recusou a ideia, lembrando que a universidade estava proibida de se manifestar politicamente conforme o seu regimento.

Oscar Versiani insistiu em sua ideia junto a outros membros, que era necessário apurar o conteúdo da nota antes de afirmar o seu conteúdo político. O texto afirmava que a universidade sempre se manteve contrária aos "movimentos de desagregação da Universidade" e que o Conselho Universitário manifestaria "aplausos aos que souberam reconduzir o Brasil aos caminhos que assegurarão o bem estar (*sic*), a justiça social e a harmonia dos poderes constituídos" (UFMG, 1964).

Mas enquanto o professor Rodolfo Bhering avaliava junto à Comissão de Legislação da universidade o eventual caráter político do texto, o professor Jayme Ferreira da Libra Junior apontava que os membros ali presentes eram capazes de tomar essa decisão sozinhos. Também reforçava que a universidade não era apenas uma instituição de ensino, mas também um local voltado para educar as pessoas. Ao fim e ao cabo, votaram contra a moção apenas três pessoas: o professor Moacir Gomes de Freitas e os estudantes Rosalvo Miranda Moreno e Antônio Moreira Rios.

Findados os trabalhos na tarde do dia 15 de maio de 1964, o conselheiro e professor Francisco de Assís Castro redigiu as dez páginas do relatório final da Comissão de Sindicância. O texto é sintético e formal em suas mentiras. São listadas com boa quantidade de detalhes as tentativas – sem sucesso – de encontrar comunistas na universidade. Mas, apesar dos grandes esforços, o texto se demonstra incapaz de apontar nomes para o General Guedes perseguir.

Lembrou que a Universidade tinha em seu corpo de funcionários, professores e alunos, mais de 15.000 pessoas vinculadas. Afirmou o caráter público da instituição e o seu papel em formar a

elite intelectual e profissional do país. Não deixou, também, de reafirmar que a UFMG era o principal órgão de ensino superior do estado mineiro.

Cada palavra elogiosa direcionada à UFMG não era sem motivo. Uma instituição de tamanha relevância cívica não se furtaria a cumprir "as determinações do Snr. Ministro da Educação e Cultura do Governo Revolucionário, legalmente institucionalizado" (UFMG, 1964, p. 2). Justamente por isso, os membros da Comissão de Sindicância atuariam de modo impessoal, evitando qualquer tipo de impulso corporativista para proteger os membros da comunidade acadêmica que estivessem envolvidos com "atividades subversivas". Ao menos foi isso o que o relatório registrou.

Afirmou que, em visita ao General Manoel Francisco Pacheco, os membros da comissão foram informados de que a referida autoridade já realizava uma série de investigações sigilosas sobre a presença de subversivos no ambiente universitário. Porém, o militar informou que não poderia compartilhar os resultados já obtidos com a Comissão, tão menos liberar os estudantes retidos para depoimento, pois estes estariam incomunicáveis. Lembrou também que, quando os membros da Comissão solicitaram ao General Guedes um assessor militar para os seus trabalhos, foram informados não só que não havia a necessidade de tal apoio, como também de que os militares já estavam executando os seus inquéritos por conta própria.

Nas suas conclusões, o relatório se alinhou aos diretores e chefes de departamento para lembrar que nada conseguiu encontrar. Faltaram recursos e tempo para identificar qualquer nome que fosse possível associar a práticas de improbidade e contra o Estado e a ordem pública nacional. Como todas as contas da universidade foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, nenhuma avaliação sobre elas fora realizada. Lembrou que caberia aos militares investigar se os estudantes estrangeiros da Faculdade de Medicina estariam envolvidos em atividades subversivas. Da mesma maneira, seria de responsabilidade dos militares conversar com o professor José Geraldo de Faria, da Escola de Arquitetura, uma vez que a Comissão não teve tempo para tanto.

O relatório concluiu alertando que o perigo comunista não tinha sido extinto. Era, portanto, necessário se manter vigilante contra uma ameaça que estava presente nas entranhas dos órgãos públicos. Mas não sem reafirmar que ninguém deveria ser punido pelas suas ideias, "mas sim diante de provas que demonstrem participações em processos de corrupção" após o devido processo legal.

Conclusões

A atitude da comunidade acadêmica permitiu que a UFMG se tornasse, nos primeiros anos do regime, uma das instituições que melhor conseguiu se articular para impedir que o os militares influenciassem na sua autonomia (STARLING, 2019). Tal qual Roberto Marinho (MOTTA, 2015), a universidade optou por cuidar dos seus comunistas, lutar contra o regime e transformar a sindicância dos militares em um desperdício de dinheiro público.

Os documentos analisados para este artigo mostram como os diretores de vários departamentos resistiram às tentativas do regime de perseguir estudantes. Assim, foi possível retardar o início da operação de limpeza dentro de uma instituição que era vista pela parte conservadora da sociedade como um ninho de formação de revolucionários dentro da capital das Minas Gerais. Funcionou, pelo menos naquele momento.

Em julho do mesmo ano, quando foram encontrados panfletos estudantis na Faculdade de Filosofia, o general partiu em direção ao prédio e decretou nova intervenção na UFMG (MOTTA, 2014). Designou o coronel Expedito Orsi Pimenta, professor do Colégio Militar, para a missão. Teve sucesso – por cinco dias – e afastou cinco estudantes suspeitos de distribuir os panfletos e alguns professores.

No mês seguinte, o general Carlos Luís Guedes assumiu em caráter interino a 4ª Região Militar, e não pensou duas vezes em marchar na direção do Campus para realizar uma nova intervenção. O alvo desta vez seria a reitoria (MOTTA, 2014). O coronel Pimenta outra vez entrou em ação e afastou todos os estudantes e professores que estavam sendo investigados. Novamente, a universidade resistiu. O reitor se articulou com o governador mineiro, o ministro da Educação e até mesmo o ministro da Justiça e garantiu outra vitória: em menos de 24 horas, Castelo Branco suspendeu a intervenção e despachou o general Guedes para São Paulo (STARLING, 2019).

Como demonstra Fernandes (2016, p. 96-100), o relatório apresentando pela Comissão de Sindicância serviu apenas para que a instituição comprasse algum tempo diante do desejo dos militares de caçarem comunistas em seus corredores. Guedes deixou claro para o reitor que as conclusões do relatório da Comissão de Sindicância seriam tratadas como elas realmente eram: fruto de falsificação da verdade (PIMENTA, 1985, p. 35 e 36). As pressões contra a universidade não cessaram e, nos momentos em que os órgãos de vigilância não solicitavam dados dos estudantes e funcionários, eles se voltaram para intervir diretamente no dia a dia do campus executando ações

como o bloqueio à contratação de profissionais, a demissão e a expulsão de quem fosse considerado como membro da oposição e a prisão de membros do seu corpo docente e discente.

Após o fim do regime militar, é difícil citar outras situações em que a UFMG recebeu ataques externos tão fortes do braço armado do Estado. Um deles foi em 2017. Na manhã do dia 6 de dezembro, oito pessoas foram alvo de condução coercitiva em uma operação da Polícia Federal batizada de Operação Esperança Equilibrista (FLORES, 2017). Entre elas, estavam entre elas o reitor, Jaime Arturo Ramires, a vice-reitora, Sandra Goulart, dois ex-reitores e dois ex-vice-reitores.

Segundo a polícia, havia a suspeita de que a Fundep (Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa) teria direcionado indevidamente verbas que deveriam ser gastas na construção do Memorial da Anistia Política da UFMG. Para os investigadores, R$ 3,8 milhões teriam sido usados em outros projetos e no pagamento de bolsas a alunos que não faziam parte da instituição (TOLEDO, 2017).

O movimento dos policiais federais juntou novamente a comunidade acadêmica, que não hesitou em se articular e protestar contra as ações dos policiais. Professores, alunos e servidores foram até a frente da superintendência da Polícia Federal para protestar. À tarde, se uniram na frente da reitoria para reforçar que a universidade resistiria a qualquer tentativa de repressão e mobilizaria membros da sociedade civil em sua defesa.

Os casos mostram que, seja em tempos democráticos ou autoritários, a comunidade acadêmica da UFMG sempre estará a postos para se proteger de qualquer avanço autoritário movido por um general, um procurador ou um policial. E, em tempos de crescente autoritarismo, essas histórias são uma boa lembrança de que, existindo a necessidade, todos os prédios podem se unir e lutar, das maneiras que forem possíveis, para garantir a sua liberdade e autonomia.

Fontes

Ato Institucional n. 1, 9 abr. 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Aviso n. 705**. Brasília, 1964.

BARDI, Celso Agricola. **Parecer n. 8/64**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1964.

Cx 1, maço 3, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 5, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 19, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 21, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 22, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 2, maço 24, Arquivo Aesi/UFMG.

Referências bibliográficas

FILHO, Daniel Aarão Reis. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: FILHO, Daniel Aarão Reis, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. **Professores universitários na mira das ditaduras**: a repressão contra docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FLORES, Paulo. A ação da Polícia Federal na UFMG. E a reação de alunos e professores. **Nexo Jornal**. São Paulo, 6 dez. 2017. Disponível em: <nexojornal.com.br/expresso/2017/12/06/A-a%C3%A7%C3%A3o-da-Pol%C3%ADcia-Federal-na-UFMG.-E-a-rea%C3%A7%C3%A3o-de-alunos-e-professores>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MOTTA, Aydano André. Tem comunista na Redação. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 jul. 2015. Sociedade. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/tem-comunista-na-redacao-16867016>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Cultura Política na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 13-37.

_____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 21, n 2, p. 45-66, jul./dez. 2008.

_____. Os olhos do Regime Militar nos campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

PAULA, Christiane Jalles de, LATTMAN-WELTAMN, FERNANDO (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-1930. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em 20 dez. 2020.

PIMENTA, Aluísio. Universidade. **Universidade**: a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 35 e 36.

TOLEDO, Marcelo. PF obriga reitor e vice da UFMG a depor sobre suposta fraude em obra. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 07 dez. 2017. Cotidiano, p. B3.

STARLING, Heloisa M. **Campus UFMG**. Belo Horizonte: Conceito, 2019. (BH – A cidade de cada um, 33).

_____. Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho Universitário. **Atas do Conselho Universitário de set. de 1963 a ago. de 1964**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório final da Comissão de Sindicância nomeada pelo Conselho Universitário com a função de apurar crimes contra o Estado Brasileiro.** Belo Horizonte, 1964.

Temporalidades

A situação do patrimônio ferroviário da cidade de Corinto (MG)

The situation of the railway heritage in the city of Corinto (MG)

Vanessa Couto
Especialista em Construção Civil
Universidade Federal de Minas Gerais
vanessa.couto.arq@hotmail.com

José Eustáquio Paiva
Doutor em Geografia
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
jempaiva@yahoo.com.br

Henrique Vianna
Mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Universidade Federal de Minas Gerais
hvianna.arq@hotmail.com

René Lommez
Doutor em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rene.lommez@gmail.com

Douglas Lima
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
douglasjlima@gmail.com

Recebido em: 04/11/2020
Aprovado em: 21/01/2021

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a situação atual do Complexo Ferroviário de Corinto (MG), o estado de conservação dos seus bens bem e os encaminhamentos que vem sendo feitos para a preservação desse território. Foi feito um levantamento geral do complexo, delimitação da área, registro das instalações remanescentes, análise do significado, relevância e grau de integridade dos bens e do conjunto. Entre os meios buscados para o cuidado com esse patrimônio, estão o Plano de Gestão e projetos para restauro e musealização do Complexo, integrando atividades socioculturais e de geração de renda. Em Corinto, ferrovia e cidade encontram-se imbricadas, construídas concomitantemente desde o início do século XX. Com a musealização pretende-se criar formas efetivas e longevas de proteção do patrimônio material e imaterial e promover sua revitalização, fomentando estratégias de apropriação pública desse patrimônio com percursos de visita e instrumentos de identificação, significação e interpretação.

Palavras-chave: Patrimônio ferroviário; Musealização; Complexo Ferroviário de Corinto.

Abstract: This work aims to analyze the current situation of the Railway Complex in Corinto (Minas Gerais State), the state of conservation of its assets as well as the measures taken to the conservation and preservation of this territory. A general survey of the complex was made, with the delimitation of the area, inventories of the remaining facilities as well as analysis of the significance, relevance, and degree of integrity of the assets. Among the means sought to care for this patrimony are the Management Plan and projects for the restoration and musealization of the Complex, integrating socio-cultural and income-generating activities. In Corinto, railroad and city are intermixed, built concomitantly from the beginning of century XX. With the musealization, we intend to create effective and long-lasting ways of protecting material and non-material assets, promoting their revitalization through strategies for the public appropriation of this patrimony with visiting paths and instruments of identification, signification, and interpretation.

Keywords: Corinth Railway Complex, Railway assets, Musealization.

Introdução

Pretende-se, neste trabalho, analisar os impactos decorrentes do desmantelamento do sistema ferroviário brasileiro sobre o Complexo Ferroviário de Corinto (MG), relatando o estado de conservação dos bens e as medidas que estão sendo propostas para promover a preservação destes representativos exemplares do Patrimônio Ferroviário e Industrial brasileiro, juntamente à requalificação urbanística do território em que se situa. Neste sentido, a análise aqui desenvolvida não se propõe como uma investigação estritamente historiográfica, que narraria os processos de constituição, abandono e consequente degradação dos bens. De modo diferente, o trabalho resulta da confluência de esforços de investigação e de análise feitos por uma equipe de profissionais de diversas áreas – incluindo arquitetos-urbanistas, historiadores, museólogos e turismólogos –, nos quais os historiadores não apenas desenvolveram investigações sobre a formação e transformação temporal dos bens culturais em questão, como também atuaram ativamente na elaboração e proposição de medidas para sua preservação, contribuindo para a discussão com reflexões sobre os usos do passado nos processos de constituição de referenciais culturais e identitários. Corrobora a proposta, entretanto, uma pesquisa histórica realizada em arquivos públicos e registros privados, além entrevistas com antigos e novos ferroviários, buscando-se realçar a importância desse patrimônio, em nível municipal, estadual e nacional; um trabalho de investigação anteriormente comunicado.[1] De igual importância para essa etapa do trabalho tem sido o contato com os "coletores de memórias"[2] – pessoas, especialmente

[1] LIMA, D.; PAIVA, J.E.M.; COUTO, V.K.X. *O entroncamento ferroviário de Corinto (MG) e a integração com o sertão brasileiro.* Rio de Janeiro, UFRJ. Anais I Colóquio Internacional Territórios e Paisagens Ferroviárias. 2018.

[2] O trabalho desenvolvido por estes "coletores de memória" tem sido fulcral para a conservação da memória e da história da ferrovia na região, como ocorre em diversos pontos do país. Deve-se a estes indivíduos ou grupos a coleta de um grande volume de registros documentais e cultura material do labor e das formas de sociabilidade que

exferroviários e seus familiares, que vêm desenvolvendo um trabalho voluntário e amador de resgate e cuida de objetos e de registros textuais, videográficos e iconográficos sobre história da ferrovia em Corinto, em todo esse tempo.

Para além da pesquisa historiográfica, o estudo preliminar e a elaboração da proposta de alternativas para a conservação dos bens também foram informados por vários outros processos de trabalho e metodologias de investigação, comumente empregados nas áreas de pesquisa dos profissionais que concorreram para a composição do projeto, entre eles: um levantamento geral das edificações e elementos paisagísticos do complexo ferroviário; a delimitação de sua área e dos registros das instalações remanescentes; a análise do significado, relevância e grau de integridade dos bens e do conjunto; a identificação preliminar de elementos da cultura material a ele associada, dispersos no território. A proposta de requalificação considera, ainda, as orientações do Plano Diretor do município,[3] que preconiza a instalação, ali, de equipamentos públicos para desenvolvimento social e promoção da cultura; tendo em conta, na história de Corinto, a atuação da ferrovia e o desenvolvimento da cidade estão profundamente imbricados, ambos com origem no início do século XX.

Além do estudo e do diagnóstico da situação dos bens, o projeto tem buscado meios para iniciar o cuidado para com este patrimônio, como a elaboração de um Plano de Gestão e de projetos pontuais de preservação. Estas propostas de intervenção tomam como ponto de partida o tratamento do complexo ferroviário de Corinto como uma paisagem cultural, bem como um local com forte potencial para a implantação de um processo de musealização do território. Esta perspectiva conceitual tem se mostrado adequada para integrar ações de conservação dos elementos materiais e imateriais associado ao passado de um local com o desenvolvimento de atividades socioculturais associadas à sua interpretação, apropriação e geração de renda. O conceito de paisagem cultural propicia a compreensão da relevância do complexo como matriz identitária para a população da cidade de Corinto. Tomá-lo como referente para os projetos de preservação significa, então, adotar a preservação dessa marca maior na paisagem urbana e resgatar suas funções como símbolo e, ao mesmo tempo, mote para atividades socioeconômicas e culturais que promovam articulações entre os principais setores da cidade. Com a musealização, por sua vez, pretende-se criar formas efetivas e longevas de proteção do patrimônio material e

se desenvolveram direta ou indiretamente a partir das atividades ferroviárias. A atuação destes "coletores" se difere, no entanto, do trabalho mais formal e estruturado dos memorialistas clássicos ou mesmo de museólogos e colecionadores; ainda que eventualmente desenvolvam alguns padrões e procedimentos para a coleta de suportes de memória.

[3] Lei Complementar no. 06, de 20/03/2008.

imaterial, promovendo sua revitalização ao oportunizar a extroversão junto a um amplo público dos bens e das informações a eles associados. O processo fomentaria, portanto, estratégias de apropriação pública desse conjunto patrimonial por meio de seus usos culturais, a exemplo da criação de percursos de visita e de instrumentos de identificação, significação e interpretação.

As seções a seguir relatam um pouco da história dos bens ferroviários de Corinto, tendo como base os estudos históricos e os trabalhos efetuados no local, cuidando-se para construir um quadro em que, além dos bens, também seja ressaltada a importância dos ferroviários como parte integrante e indissociável do lugar, indispensáveis ao processo de conservação e uso do espaço. Também são apresentadas propostas, em nível preliminar, para a gestão desse complexo patrimonial, tendo em vista sua requalificação e, juntamente, sua apropriação pública e impacto para a melhoria das condições de vida no município.[4]

Breve histórico

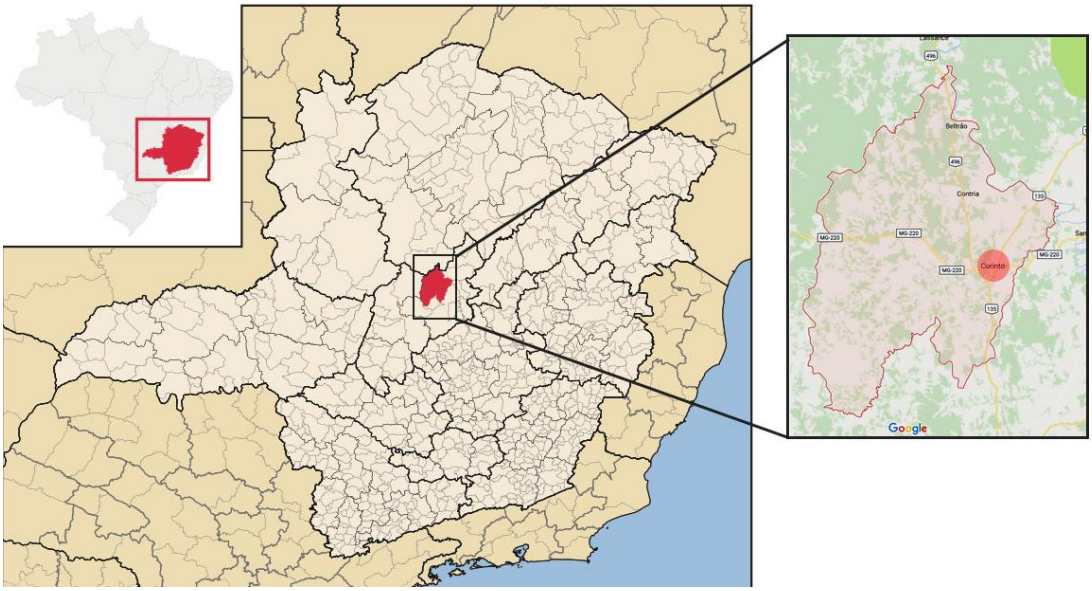
Corinto é o município mais central de Minas Gerais, compreendendo em seu território o Centro Geográfico do estado[5]. Situa-se na bacia do rio das Velhas, afluente do São Francisco. O município foi criado em setembro de 1923 e efetivamente instalado quase um ano depois, como um território desmembrado de Curvelo e de Diamantina. O município conta com uma área de 2.534,83 Km^2 e uma população, estimada para 2018, de 23.797 habitantes.[6]

[4] Considera-se, aqui, mais pertinente tratar elementos do patrimônio material e imaterial associados à história local da ferrovia como um complexo e não um conjunto patrimonial. A opção assenta-se na perspectiva de que, para sua boa preservação, estes bens de natureza distinta precisam ser tomados em sua integralidade e correlação, e não como elementos individuais reunidos em um conjunto.

[5] 18o 24'14"Sul, 44o 27'32" Oeste WGR.

[6] Dados do IBGE, disponíveis no site institucional. IBGE. Dsponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/corinto/panorama>. Acesso em 19/11/2018.

Figura 1: Localização de Corinto



Fonte: Do autor, sobre base IBGE, 2018

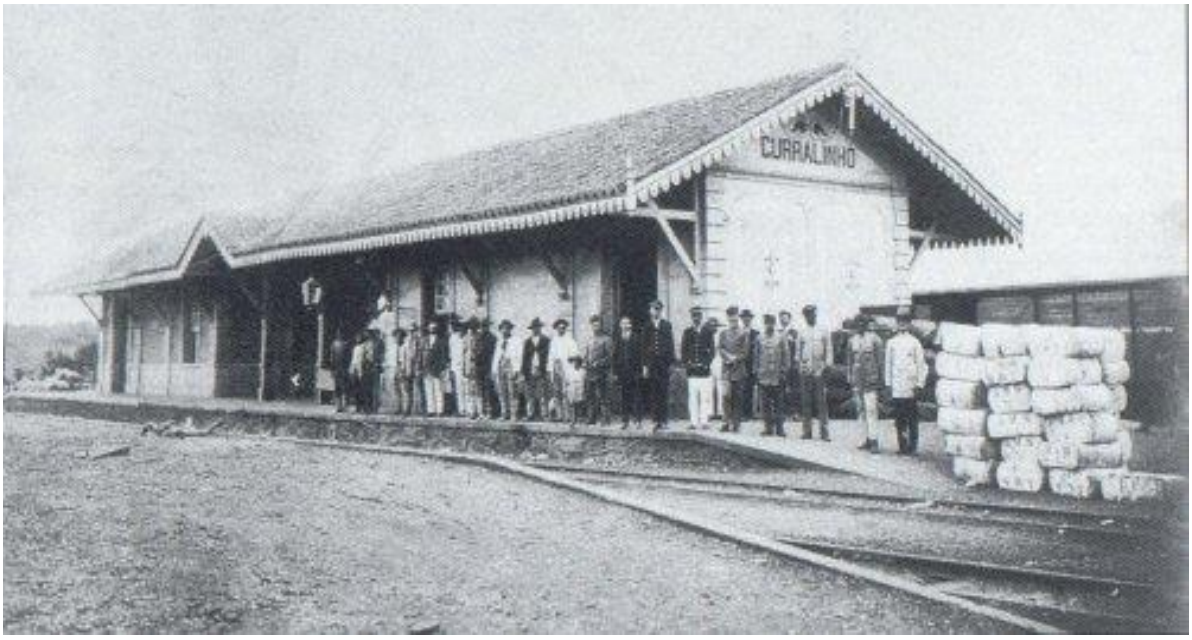
Corinto integra a Região de Planejamento Central de Minas Gerais e a Microrregião Geográfica de Curvelo, compondo, com outros dez municípios vizinhos[7]. Esta é uma das regiões mais carentes do estado, apesar de estar relativamente próxima à capital, Belo Horizonte - terceira maior e mais importante região metropolitana do Brasil. A cidade sedia a AMEV-Associação dos Municípios do Médio Rio das Velhas, que congrega 11 municípios da região.

Corinto vincula-se à malha viária nacional por meio de rodovias e vias férreas que conformam um nó viário na cidade, interligando-a aos principais centros do sudeste e nordeste do país. A ferrovia é a principal responsável pela formação e pelo desenvolvimento de Corinto e de toda a região, estando umbilicalmente ligada aos processos formadores da ocupação regional, desde fins do século XIX. Trata-se, nesse caso, de um processo de adentramento ao interior brasileiro, impulsionado pelo uso que a primeira República fez da ferrovia como elemento de integração regional, posto que as linhas e os ramais partiam da capital federal, Rio de Janeiro, e rumavam para o interior do país, interligando a cidades e regiões interioranas. A capilaridade do sistema ferroviário propiciou, então, a comunicação de grandes áreas do sertão brasileiro entre si e com os principais centros urbanos do país, reassentando populações, propiciando a formação de novas centralidades, conformando povoados e novas cidades, que passaram a se comunicar e a interagir nacionalmente.

[7] Augusto de Lima, Buenópolis, Curvelo, Inimutaba, Joaquim Felício, Lassance, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino e Santo Hipólito.

Corinto surge, nesse movimento, com a chegada dos trilhos da EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil[8] ao sertão do rio das Velhas. Anteriormente, parte do município de Curvelo, a região do atual município de Corinto, contava com alguns poucos povoados ainda ligados aos caminhos coloniais de comércio de gado. Junto a um desses povoados, Curralinho – o último dos currais do São Francisco em direção às Minas –, foram construídas a estação e demais instalações da ferrovia. O processo resultou, ao largo dos 60 anos seguintes, na construção do que provavelmente foi a maior estrutura de comunicação viária do sertão brasileiro. Desde o Rio de Janeiro, novas vias que partiam de Corinto passaram a conectar a capital federal aos sertões mineiro e baiano, à hidrovia do São Francisco e ao Nordeste, com planos de interligação a Belém do Grão-Pará[9] e ao porto de Vitória (ES)[10].

Figura 2: Estação de Curralinho, em 1906



Fonte: PAIVA, J.C., 2006.

8 Posteriormente Rede Ferroviária Federal S.A./RFFSA.

9 Pela hidrovia do Tocantins a ser alcançada pelo prolongamento da linha-tronco já implantada até Buritizeiro (MG).

10 Essa ligação, através da EFVM-Estrada de Ferro Vitória-a-Minas, só foi implantada no trecho Corinto-Diamantina. A falta do prolongamento até Itabira (MG) prejudicou os planos e acabou por inviabilizar o "ramal de Diamantina", paralisado na década de 1960 e posteriormente demolido.

Figura 3: Construção das oficinas, 1906

Fonte: Acervo Renato Oliveira

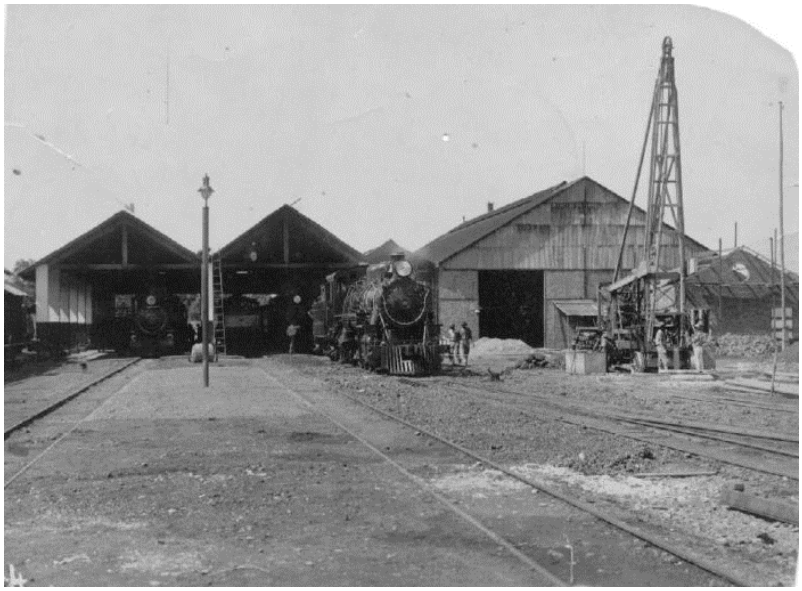
Isso transformou o lugar, anteriormente inóspito, num grande entroncamento ferroviário de passageiros, carga, manutenção e expansão do sistema ferroviário, provocando o afluxo de milhares de pessoas, viajantes e novos moradores – ferroviários, comerciantes e fazendeiros, principalmente. Junto ao antigo arraial de Curralinho, surgiu a nova povoação (Curralinho Novo), de crescimento dinâmico e arrojado.[11] O arraial, em praticamente duas décadas, se emancipou e se tornou a segunda cidade da região em população e em importância econômica, recebendo o nome de Corinto.

A cidade foi construída sob as linhas mestras do pensamento urbanista que reinaria na República que se instalava, que se traduzia na adoção de uma concepção positivista do ordenamento do espaço, havendo a adoção de uma malha de ruas com traçado retilíneo, vias largas e preocupações sanitaristas. O projeto de urbanização, de autoria do engenheiro civil Prof. Luiz Porto Maia, foi estruturado por grandes avenidas marginais às vias férreas, organizando-se daí os setores urbanos: uma cidade extensamente ajardinada, abrigando a ferrovia, marcando a presença da civilização como um oásis em meio ao sertão[12] inóspito. O projeto original não foi de todo implementado, como também não foram construídos os parques e os principais jardins

[11] PAIVA, 2006.
[12] O termo "sertão" carrega uma representação, na sua raiz, de algo distante, ermo, inculto e perigoso: a contraposição à ideia de "lugar".

públicos planejados. Todavia, a concepção original ainda constitui a estrutura urbana de Corinto e, de certa forma, a tônica da paisagem local.

Figura 4: Oficina de locomotivas: Década de 1920



Fonte: Acervo Renato Oliveira

Figura 5: Área central de corinto (MG), mostrando o eixo da ferrovia e suas instalações

Fonte: Google Earth, acesso em novembro de 2018

Esse ciclo de desenvolvimento se encerra quase tão rapidamente como se instalou, já na década de 1960, com as rodovias passando a ocupar a primazia do sistema viário nacional, em

detrimento de todo o imenso sistema ferroviário que o país dispunha[13]. A falta de investimentos interrompeu a expansão prevista desse modal[14], a manutenção das vias e a regularização dos traçados, as obras necessárias para segurança e a implantação de novas tecnologias necessárias para modernizar o sistema, mantendo-o eficiente e competitivo. Os impactos daí decorrentes fazem-se sentir em toda a região: a paralização e posterior extinção do ramal de Diamantina isolou cidades e inúmeras povoações em vários municípios[15]; centenas de empregos foram perdidos, com empobrecimento de toda uma classe de trabalhadores, que engrossaram o êxodo da região; o comércio diminuiu sensivelmente as instituições importantes e necessárias encerram suas atividades[16]. Ferroviários e demais habitantes viram-se expropriados de referências culturais fundamentais para suas vidas. Centenas dos profissionais que permaneceram no local – muitos altamente qualificados[17] –, procuram novos focos de trabalho num ambiente empobrecido de oportunidades e de perspectivas. A cidade, que sempre teve na ferrovia sua principal referência urbana e cultural, viu-se também esvaziada do seu mais importante marco identitário.

No tocante à população, milhares de moradores migram para os centros polarizadores[18]. No caso de Corinto, decréscimos foram verificados desde então: em 2018, a população estimada em 23.797 habitantes era inferior àquela aferida pelo IBGE em 2010, de 23.914. Esse desempenho[19] continuou com a tendência de redução da população verificado já na década de 1970[20], e que se acentuou a partir de 1991, com um decréscimo de 1.299 habitantes até 2018.

A essa perda da importância regional junta-se um sentimento de baixa autoestima dos habitantes da cidade e uma grande dificuldade das lideranças locais em reorientar uma nova condição para o município e a região. Deixada à margem do desenvolvimento nacional, Corinto, desde então, passou a conhecer, na destituição de suas principais referências identitárias, econômicas e culturais, no êxodo dos seus habitantes e na perda significativa das suas

[13] Em 1960, o Brasil possuía uma das maiores redes ferroviárias do mundo, com mais de 38.000 Km CÂMARA DOS DEPUTADOS. "Ferrovias Brasileiras - Declínio das ferrovias", sem data. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/328805-FERROVIAS-BRASILEIRAS--DECLÍNIO-DAS-FERROVIAS--(-06%27-01%22-).html>. Acesso em 13/10/2017.
[14] Principalmente a linha-tronco, na ligação Buritizeiro ao Distrito Federal e, daí, o prolongamento até Peixe (TO), na hidrovia do Tocantins. Também, o prolongamento do ramal de Diamantina até Itabira (MG), alcançando, daí, o litoral Atlântico, no Espírito Santo.
[15] Corinto, Santo Hipólito, Monjolos, Gouveia e Diamantina.
[16] Somente em Corinto foram fechadas duas escolas de ensino médio ligadas à RFFSA (uma delas a escola que formava técnicos para a ferrovia) e dois outros colégios particulares (formação básica e profissionalizantes), como também o único hospital da cidade.
[17] Maquinistas, mecânicos, torneiros, ferreiros, soldadores, eletricistas, pessoal administrativo, etc.
[18] Principalmente Curvelo, Sete Lagoas, Montes Claros, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.
[19] IBGE, sem data. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>. Acesso em 19/11/2018.
[20] Redução de 1,5% (344 habitantes); em 1970, o IBGE registrou 24.238 habitantes no município.

capacidades e competências, um período de decadência. Em meio a tudo, ressaltou-se a insegurança geral dos moradores quanto ao destino das instalações ferroviárias. Poucos trens de carga apenas cruzam a cidade, não tendo mais nenhum vínculo com ela a não ser o da passagem. Do outrora grande complexo das instalações ferroviárias restou um grande campo de ruínas, coberto pelo matagal, bem em meio ao tecido urbano, transformado agora em espaço de marginalidade e de insegurança social. A grande plataforma vazia da Estação Ferroviária[21] passou a servir de estacionamento para uns poucos funcionários da ferrovia privatizada, ressaltando a nova realidade da cidade. Ao lado, a antiga "rua dos Hotéis"[22] alinha um conjunto de edifícios em ruínas que interliga, por mais de 1,2 Km, as várias áreas em ruinas, constituindo uma imagem de abandono e tristeza.

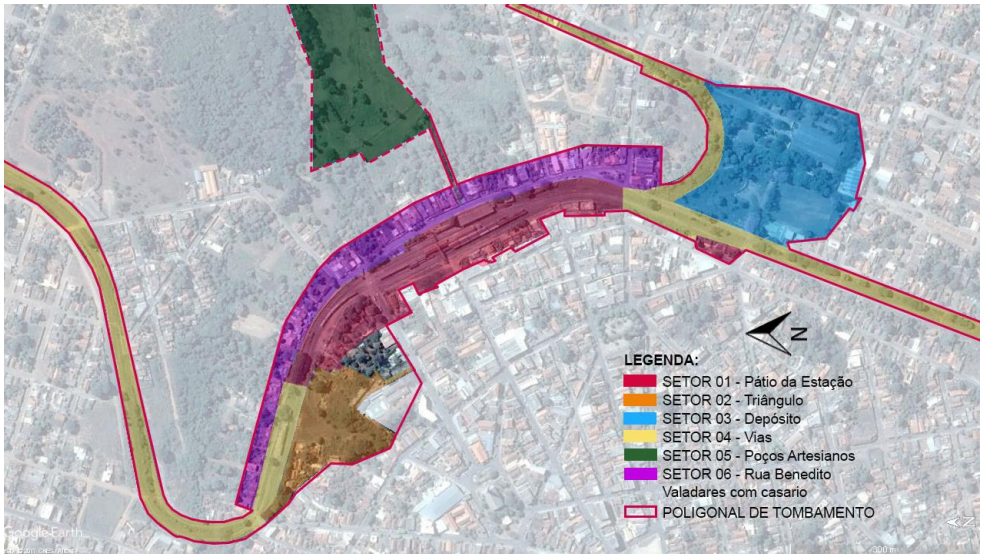
O complexo ferroviário de Corinto

As instalações ferroviárias de Corinto formam um conjunto de ambientes urbanos articulados pelas linhas férreas que abrigavam os serviços da antiga EFCB, constituídos pela recepção e distribuição dos fluxos (passageiros e carga) e pela manutenção e expansão do sistema, os quais, pelas suas características e atividades, constituíram um grande complexo funcional. As análises da morfologia e usos potencial do Complexo Ferroviário de Corinto, realizadas por esta equipe, mostrou que é ele pode ser articulado seis setores, caracterizados conforme as atividades que foram ali desenvolvidas e os bens ainda existentes, íntegros ou em ruínas, com os seus aspectos funcionais, arquitetônicos e paisagísticos. Estes setores foram identificados como sendo: 1) Estação e Pátio da Estação, 2) Triângulo, 3) Depósito, 4) Poços Artesianos e 5) Vias; além desses, contígua e indissociável das instalações ferroviárias, a 6) "rua dos Hotéis"[23].

[21] A plataforma da Estação de Corinto tem 171,30 m de extensão e 10,0 m de largura, sendo uma das maiores de Minas Gerais e de toda a antiga Estrada de Ferro Central do Brasil.
[22] Rua Benedito Valadares.

[23] Havia também a zona de meretrício, ligada física e economicamente às atividades ferroviárias, que ocupou diversos quarteirões do centro da cidade, relocada em fins da década de 1960 para a região periférica da zona urbana. Essa região apresenta também um acervo arquitetônico e memorial importante, a ser considerado no futuro, por estar fora do escopo original deste projeto.

Figura 6: Complexo ferroviário de corinto



Fonte: TEIXEIRA, H. V. L. 2018

O Complexo Ferroviário situa-se em meio à cidade, ao longo de 1,2 Km e ocupa uma área de cerca de 22 ha, sendo 17 ha de patrimônio da União e 5 ha pertencentes a particulares (no setor 06).

O Setor 01 compreende a Estação e o Pátio da Estação, e ocupa a parte central do Complexo, evidenciando seu importante papel de entroncamento das vias. Nele ficam a estação e suas dependências, cuja plataforma ultrapassa os 170 m, como também os edifícios do escritório da ferrovia e residências de engenheiros e técnicos. Ocupa uma área de 4,6 ha, com cerca de 600 m de comprimento e 80 m de largura. É o setor com as melhores condições de conservação de todo o conjunto e o único, além das vias, a manter alguma atividade ligada à ferrovia, por abrigar o escritório da atual operadora da linha[24].

Figura 7: SETOR 01: Estação, com passadiço

Fonte: PAIVA, J. E. M., 2018

[24] Vale S.A. O Sistema é operado somente para transporte de carga.

Constituem bens desse setor a estação ferroviária e suas dependências, a casa do Chefe da Estação, as casas dos engenheiros e eletrotécnicos, a caixa d'água[25], o rádio-telégrafo, a garagem, a cooperativa dos ferroviários, seis casas de turmas, o posto de conserto de máquinas, o setor de investigações, as guardas (guaritas), o transformador, as passagens superiores, a passagem inferior aos trilhos, o setor de abastecimento de locomotivas e a garagem para tróleis.

Figura 8: Pátio da Estação: casas dos engenheiros

Fonte: PAIVA, J. E. M. 2018

O Setor 02 – Triângulo, constitui a parte norte do Complexo, ocupando uma área de 2 ha, situado entre a Av. Getúlio Vargas, o Pátio da Estação e a rua Manoel Silvano. Esse setor sediava as instalações de três ofícios associados à manutenção da ferrovia, dos cinco que eram sediados em Corinto, que são: 1) a Ferraria, 2) a Carpintaria e 3) a Alvenaria. Além deles, o setor abrigava a caieira, o paiol de pólvora e o sistema de manobra das locomotivas, denominado "triângulo"[26]. Todo o setor encontra-se em ruínas, tomado pelo matagal e em completo abandono, com exceção das casas de turma, da casa do Mestre de Linha e do escritório e casas atualmente ocupadas pela empresa SERFER[27], que atua na parca operação ferroviária em funcionamento no local.

[25] Inicialmente havia duas caixas d'água, ambas em ferro fundido. A que estava localizada no Pátio da Estação foi demolida nas últimas décadas, restando apenas a que se encontra junto à Estação, em meio às vias.
26 Dessa estrutura vem o nome do setor e da região urbana adjacente.
[27] SERFER S.A. – Engenharia, Industria e Comércio, empresa especializada na execução de serviços de superestrutura ferroviária.

Figura 9: Antiga Ferraria com parte da área de manobra das locomotivas

Fonte: TEIXEIRA, H. V. L. 2018

Os bens do setor são constituídos por seis casas de turma, a oficina da via, balança, casa do Agente de Segurança, seis casas residenciais, um forno de cal, depósito de inflamáveis, refeitório, carpintaria, escritório, Armazém de Carga e um forno de carvão. Além desses, destacam-se as ruínas do edifício da Ferraria, em estilo neoclássico.

Já o Setor 03 – Depósito, corresponde a uma gleba de 5 ha, constituindo a parte sul do Complexo Ferroviário de Corinto. Nesse setor ficavam as Oficinas, a Usina de Imunização de Dormentes, os escritórios e a Escola Profissional Carvalho de Araújo. Além desses elementos, ele abrigava também um campo de futebol gramado[28] de dimensões oficiais, com arquibancadas e instalações para os atletas, local em que eram realizados, além dos jogos, a maioria dos eventos de maior envergadura da cidade. Era também no Depósito que se realizavam as tradicionais comemorações do 1º. de Maio, Dia do Trabalho, com cerimônias, banda e festejos, que congregavam toda a cidade e região.

Integram os bens desse setor a casa do Chefe da Estação, a caixa dágua, o escritório do Chefe do Depósito, o depósito de areia, uma usina de dormentes, a frezadora, o pulsômetro, a Escola Profissional Carvalho de Araújo – lugar de formação e treinamento dos profissionais da ferrovia –, o almoxarifado, a oficina – tração, vestiário, dormitórios, guardas, escala,

[28] Estádio Moacir Luiz de Siqueira – o Siqueirão.

ferramentaria, cozinha dos maquinistas, casa do mestre de linha, guaritas e um conjunto de campos esportivos.

Figura 10: Oficinas de locomotivas, década de 1960

Fonte: Acervo Renato Oliveira.

O Setor 04 – Vias corresponde ao conjunto das vias férreas com suas faixas de domínio. Esse setor, predominantemente longitudinal, cruza toda a zona urbana por cerca de sete quilômetros em três segmentos, que correspondem à linha tronco (BH-Montes Claros), ao ramal de Pirapora e ao antigo ramal de Diamantina, agora desativado e sem os trilhos. Os bens do setor constituem predominantemente as vias em operação (linha tronco e ramal de Pirapora) e seus terrenos correspondentes, sendo que o trecho do antigo ramal de Diamantina bordeja a área de antigo arraial de Curralinho, do qual se preservam a estrutura urbana, fundações e tipologias construtivas, além do cruzeiro remanescente da antiga capela que ali existia quando da chegada da ferrovia.

O Setor 05 - Poços Artesianos corresponde à gleba de 4 ha situada à leste junto ao córrego do Curralinho. Fazem parte desse setor os poços artesianos que abasteciam o complexo ferroviário e as casas de bombas, como também bosque e nascentes.

O Setor 06 - rua dos Hotéis, por sua vez, está situado ao longo da rua Benedito Valadares, e atuava complementarmente às funções da ferrovia. Ali funcionou um comércio forte e cerca de dez hotéis e pensões, além de vários bares voltados para o atendimento aos viajantes, formando, ao longo da via férrea principal, um conjunto arquitetônico e urbano de grande valor histórico, arquitetônico e paisagístico. As construções datam dos anos de 1890 a 1950, com tipologias, sistemas construtivos e estilos que marcaram esse período: colonial tardio, neoclássico, ecletismo, *art déco* e modernismo. Esse setor, constitui, portanto, um importante acervo arquitetônico da cidade, destacando-se no conjunto urbano.

Figura 11: SETOR 06: Casario da "rua dos Hotéis" /Benedito Valadares

Fonte: PAIVA, J. E. M. 2018

Apesar de muitos edifícios terem ruído ou mesmo sido demolidos, da situação geral de abandono, o setor ainda conserva a grande maioria das suas construções originais.

Figura 12: SETOR 06: Casario da "rua dos Hotéis" /Benedito Valadares, fachadas originais com varandas construídas na década de 1990

Fonte: PAIVA, J.E.M. 2018

Destacam-se, nesse setor, a casa comercial Paulillo Miranda, as antigas instalações do Hotel Pinto, do Ideal Hotel, da Pensão Nova Era, o antigo Telégrafo e as residências Marcos Viana, José Vieira Machado, Arnaud Aguiar e Geralda Lanna – esta construída em estrutura de madeira, adobe e telhado com galbo, segundo os sistemas construtivos do Brasil colônia.

Relevância do complexo ferroviário de Corinto

As ruínas do complexo ferroviário de Corinto, juntamente com a população ferroviária remanescente, constituem os testemunhos mais importantes do que foi todo um ciclo de desenvolvimento do sertão brasileiro, do qual a EFCB foi protagonista. Na região de Corinto, várias cidades e inúmeras povoações têm sua história inexoravelmente ligada a ela, constituindo um ambiente ainda vivo da cultura ferroviária no Brasil.

Figura 13: oficinas de locomotivas ao fundo, com prédio da escola profissional (direita) e ruínas da freza (esquerda), em 2018

Fonte: CARMO, M. 2018

Em Corinto, a importância desses bens é reconhecida pelo Município, que procedeu ao tombamento[29] de todos os bens ligados à ferrovia no território municipal. A partir de então, estes bens passaram a integrar o patrimônio cultural do município, por seus valores arquitetônico, histórico e paisagístico[30]. Estão incluídos no tombamento todos os lotes e glebas não edificados, uma vez que são neles reconhecido valores de natureza histórica e paisagística. Também o Plano

[29] Decreto Municipal No. 530, de 07/03/2003.
[30] Art. 1o. do DECRETO No. 530, de 07 de março de 2003.

Diretor do município[31] reconhece a importância do tombamento, reforçando a função social e paisagística do complexo ferroviário.

De fato, todo o conjunto é parte fundamental da paisagem urbana de Corinto, uma vez que esses espaços são estruturantes da morfologia urbana. Situados no coração da cidade, eles se constituem por: 1) áreas de uso público de grande relevância paisagística e ambiental, e 2) áreas de grande significado cultural, social e econômico, pelo seu conteúdo patrimonial e pelas possibilidades que apresentam para a promoção de atividades produtivas e o desenvolvimento do município. Além disso, englobam também os espaços previstos no projeto urbanístico de Corinto para o sistema arterial, o qual se faz necessário para a completa articulação dos setores da cidade e, desta, com o conjunto de rodovias que se entrecruzam no seu entorno[32].

Ações de preservação e cuidado

Ações efetivas e adequadas são necessárias e urgentes para promover a requalificação de todo o patrimônio material e imaterial, ligado à ferrovia e à cultura ferroviária. Para tanto, diversas ações vêm sendo feitas, ao longo das últimas décadas, tanto pelo poder público como por pessoas e organizações. Na base dos esforços, é de se ressaltar a atuação de um grande número de pessoas ligadas ao ensino e à cultura, que vêm trabalhando anonimamente na salvaguarda desse patrimônio: são ex-ferroviários, professores, estudantes e outros interessados que coletam e cuidam de objetos refugados, documentos, depoimentos, entre outros, num trabalho incessante para a preservação da memória local associada à ferrovia, seus ofícios e formas de sociabilidade. Esses "coletores de memórias" têm sido os principais responsáveis por manter vivo o que restou do patrimônio ferroviário do município, desenvolvendo eventos e ações políticas que resultaram no tombamento do complexo ferroviário. Por causa deles, Corinto ainda mantém um acervo complementar, disperso entre particulares, de peças e de documentos com informações de grande relevância para um processo institucionalizado de cuidados para com esses bens. Assim, a equipe técnica deste projeto e os atores locais, juntamente à Prefeitura Municipal e à AMEV – Associação dos Município do Médio Rio das Velhas, têm buscado atuar de forma articulada, complementando e reforçando as ações de salvaguarda e promoção desse patrimônio empreendidas pelo poder público.

[31] Lei Complementar no. 06, de 20/03/2008.
[32] BR-135, BR-496 e MG 220.

Figura 14: Antiga Ferraria

Fonte: PAIVA, J. E. M. 2018

Paralelamente aos esforços da Prefeitura Municipal para adquirir toda a área do complexo[33], também vêm se desenvolvendo estudos e proposições para sua conservação, ressignificação em termos de destinações e usos, requalificação e reinserção na estrutura urbana e no cotidiano da cidade. Pesquisas, estudos e proposições vêm ampliando o conhecimento sobre os bens, ressaltando sua dimensão e importância histórica em nível regional e nacional, bem como sua constituição, estado de conservação e relevância. Foram já iniciados os levantamentos dos bens imóveis e o processo de registro do Complexo Ferroviário no CNA/IPHAN[34].

Em face das dimensões, constituição, complexidade, relevância sociocultural e potencialidades apresentadas pelo Complexo Ferroviário de Corinto, em articulação com este conjunto de instituições e atores, a equipe que elaborou esta pesquisa e o projeto dela resultante optou por reconhecê-lo e tratá-lo com base em três eixos, conjugadamente, quais sejam: 1) o trabalho em rede, 2) a perspectiva proporcionada pela musealização do território e 3) a reafirmação das propostas do Plano Diretor. São estes pilares que conformam a estrutura conceitual, social e política da proposta de preservação e cuidados do Complexo Ferroviário de Corinto.

O trabalho em rede tem conectado pessoas, grupos e instituições da cidade e região, tendo em vista congregar todos numa abordagem participativa, promovendo objetivos e

[33] Atualmente propriedade da União.
[34] Cadastro Nacional de Arqueologia/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

expectativas quanto ao futuro das instalações e construindo nesse conjunto as abordagens necessárias às ações pretendidas. Assim, os "coletores de memórias", Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, Academia Corintiana de Letras, entre outros, vêm trabalhando articuladamente com esta equipe técnica, ampliando as condições de trabalho, reforçando seus objetivos, agregando maior significância e legitimidade.

Já a abordagem oferecida pela musealização possibilita tratar todo o complexo como "Museu de Território"[35], por se considerar ser esta a maneira mais adequada para este caso, em face do conjunto de edifícios e ruínas, instalações e espaços urbanos constituintes da paisagem da cidade, contendo um sem-número de objetos e resquícios de atividades de grande relevância histórica, técnica e cultural estreitamente ligados ao cotidiano local e à memória da ferrovia no Brasil. Dispostos e dispersos no território, interligados e integrados a um grande complexo multifuncional de edificações que ocupa o eixo central da cidade, este complexo patrimonial representa a região de maior relevância social do seu espaço urbano, exigindo esforços de recuperação que não apenas preserve os vestígios físicos do passado, como também os integre simbólica e funcionalmente ao cotidiano a cidade.

Figura 15: Passadiço e estação: situação atual

[35] SCHEINER, 2012.

Fonte: PAIVA, J. E. M. 2018

Por sua vez, o Plano Diretor do município, principalmente no que se refere às políticas de educação, cultura e mobilidade, define também um conjunto de recomendações, procedimentos e instituições que deverão ser constituídos na cidade, como a reestruturação viária, a criação de instituições e equipamentos urbanos de promoção de atividades culturais, organização de setores produtivos, da educação e da cultura, e geração de renda, entre outros, necessários à reorientação das políticas públicas e das ações de desenvolvimento do município. Essa nova configuração demandará espaços e instalações que encontram completa possibilidade no Complexo Ferroviário, o qual poderá, assim, retornar ao relevante papel que sempre teve de principal referência urbana e motor do desenvolvimento e da vida da cidade.

Assim, a proposta de intervenção passa a considerar o Complexo Ferroviário de Corinto como um território museológico, necessário à preservação da memória e espaço de integração social e referência cultural e paisagística da cidade[36], como também estruturador do espaço urbano. Para tanto, a proposta de intervenção resgata primeiramente os eixos arteriais ao longo das vias férreas, presentes no traçado urbanístico da cidade, enquanto novas atividades e instituições previstas no Plano Diretor são organizados nos diversos setores, buscando conformidade com a localização, os edifícios e instalações e os setores da cidade, observando princípios de organização museológica, principalmente aqueles ligados à classificação de bens e à possibilidade de roteiros temáticos.

Pretende-se, no presente projeto, que o Setor 01 – Pátio da Estação venha a abrigar um conjunto institucional destinado a abrigar atividades comunitárias e sediar instituições ligadas à educação, à cultura e ao lazer. Pretende-se instalar, nos edifícios existentes, o Arquivo Histórico Municipal, a Biblioteca Municipal, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura, Lazer e Esportes, a Sede da Associação de Artesãos, a Sede da Cooperativa dos Cristaleiros, a Feira de Artesanato e Produção Doméstica, o Centro de Apoio à Criança e Adolescente e a Praça de Eventos.

Para o Setor 02 – Triângulo, em face da localização e acesso a diversos setores da cidade, pretende-se implantar o Parque dos Ofícios, com a Academia Corintiana de Letras, o Museu Ferroviário e o Centro de Educação Ambiental. Já no Setor 03 – Depósito, tendo em vista sua grande área e a estar localizado bem em meio aos bairros mais populosos, pretende-se instalar ali a parte de educação e lazer, transferindo-se o núcleo da Universidade Aberta do Brasil, a Escola

[36]ANDREOTTI, 2013.

de Artesãos, o Centro de Lapidação de Cristais e Pedras Semipreciosas e o Estádio Municipal (Estádio Moacir Luiz de Siqueira, atualmente em completo abandono).

Para o Setor 04 – Vias, a previsão é da implantação da infraestrutura arterial da cidade, ligando-a ao conjunto de rodovias circundante, com ciclovias e vias de pedestres, tudo isso propiciado pelo nivelamento das vias existentes e pela pouca declividade das rampas. Também pretende-se organizar um passeio turístico com a locomotiva à vapor (Maria-Fumaça) e vagões de passageiros pertencentes ao acervo do Complexo Ferroviário. No Setor 05 – Poços Artesianos, pretende-se implantar o Parque Ecológico das Nascentes do Córrego Curralinho, voltado para atividades ligadas à preservação do meio ambiente, por meio da educação ambiental e patrimonial.

Quanto ao Setor 06 – "rua dos Hotéis" /Benedito Valadares, pretende-se promover sua requalificação, restaurando-se o traçado original da rua (atualmente invadido por particulares) e criar incentivos para a recuperação do casario e instalação de comércio, hotéis e pousadas.

No entanto, o problema da carência de recursos financeiros se faz presente, dificultando em muito o desenvolvimento dos trabalhos, ainda mais considerando não ter a municipalidade acesso a outros recursos senão aqueles advindos de repasses das esferas superiores de governo. Compensações ambientais e incentivos à cultura ainda não são acessados, obrigando – ante à urgência das providências – que os trabalhos de preservação do patrimônio local sejam feitos, quase sempre, de modo voluntário.

A etapa atual dos trabalhos envolve ações do Prefeito Municipal para aquisição do conjunto dos imóveis. Juntamente a isso, está sendo elaborado o "Plano de Referência para a Gestão do Complexo Ferroviário de Corinto", que terá como decorrência a) instituição da UG/Unidade de Gestão, b) instituição do Comitê Gestor da UG, c) trabalhos de Educação Patrimonial e constituição da rede de trabalho, e d) Elaboração do Plano de Gestão. Enquanto isso, tem-se buscado recursos para, tão logo a Prefeitura adquira os bens imóveis, iniciar os trabalhos fundamentais de cuidados necessários, como também os trabalhos de levantamento e avaliação dos acervos de posse dos muitos "coletores de memórias" da cidade.

Considerações finais

A situação atual do patrimônio ferroviário de Corinto se caracteriza pelo abandono dos bens, pela perda do referencial identitário entre a população e o território, e pela marginalização do mesmo em seu contexto urbano e social. Dessa forma, a musealização surge como processo

complementar aos instrumentos tradicionais de salvaguarda patrimonial, qual sejam o tombamento e a adoção de medidas de acautelamento. Musealizar significa, aqui, dar tratamento à salvaguarda das coisas, dos espaços e dos processos com interesse cultural, deslocando-os de seu modo de uso e significação atual; abrindo-os, com isto, para uma multiplicidade de olhares que introduzem referências a outros espaços, tempos e significados. Como processo englobante, com grande potencial para envolvimento das comunidades com a preservação do patrimônio cultural, a musealização emerge neste contexto como ferramenta que possibilita a preservação física dos bens tangíveis - criando mecanismos de monitoramento, conservação preventiva, registro e inventário popular e participativo -, ao mesmo tempo em que gera alternativas para sua extroversão e reapropriação social. Isto porque a musealização implica não apenas na proteção legal do patrimônio ou na garantia da conservação de sua integridade física, mas também na criação de estratégias para sua exibição, uso e reinterpretação, evidenciando as múltiplas possibilidades de simbolização e ressignificação das coisas sem que sejam necessariamente movidas do lugar que ocupam no território e recolhidas a um edifício ou espaço protegido. Uma das vantagens que o processo de musealização oferece é a possibilidade de se promover uma ponte operacional - e simultaneamente simbólica - entre os vestígios materiais das atividades ferroviárias (pátios, máquinas, trilhos, edificações, livros, fotografias, etc.) e os saberes e práticas culturais associadas à vida por meio das ferrovias (o saber fazer dos vários ofícios ferroviários, as formas de sociabilidade dos ferroviários e ex-ferroviários, até valores e processos sociais como a pontualidade e procedimentos como a regulação global dos tempos do trabalho e da indústria). A musealização de territórios integra, portanto, a preservação e a apropriação dos de bens materiais e fenômenos imateriais dispersos em um território ou paisagem.

Há de se destacar, no entanto, a dificuldade enfrentada pelo município, incluindo não somente a administração municipal, mas também a sociedade civil e outros grupos organizados, de preservação dos bens referentes ao Complexo Ferroviário. Tal dificuldade é evidenciada pela carência de recursos financeiros, uma vez que as medidas de proteção, restauro e conservação dos bens edificados e imóveis demandam elevada quantia da qual o município não dispõe. Não obstante, as ações de mobilização protagonizadas por grupos organizados, bem como as iniciativas individuais dos chamados "coletores de memória" têm se mostrado fundamentais para a preservação da história oral e documental, bem como das tradições e identidade municipal. Sem elas, futuras propostas e iniciativas de tombamento, acautelamento e restauro do Complexo perderiam em riqueza e relevância.

Referências bibliográficas

ANDREOTTI, G. **Paisagens culturais.** Curitiba: UFPR, 2013.

ARIZPE, L. (org). **Compartir el patrimonio cultural inmaterial:** narrativas y representaciones. Mexico, DF: Conaculta, 2011.

GOB, A.; DROUGUET, N. **La Muséologie**. Histoire, Développements, enjeux actuels. Paris: Armand Colin, 2010.

IPHAN, **Manual técnico do patrimônio ferroviário**. S/l: CTPF, DEPAM, IPHAN, 2010.

MENDES, J. Amado. **Museus e Educação**. Coimbra: Imprensa da Univ. Coimbra, 2013

PAIVA, J. C. Crônicas – **História de Corinto**: o projeto Cristo Rei. Belo Horizonte: Gráfica Literatura, 2006.

PROCHNOW, L. N. **O Iphan e o patrimônio ferroviário**: memória ferroviária como instrumento de preservação. dissertação mestrado - Rio de Janeiro: Iphan, 2014.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHEINER, T.C. **Repensando o Museu Integral**: do conceito às práticas, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, vol. 7, nº 1, p. 15-30, jan/abr. 2012.

Temporalidades

As representações das mulheres em *Histórias* de Heródoto

The representations of women in Herodotus' Histories

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho
Graduanda em História
Universidade de Brasília
messiaslilica@gmail.com

Recebido em: 12/10/2020
Aprovado em: 23/11/2020

Resumo: O presente artigo procura explorar o significado por trás das diferentes representações da figura feminina em *Histórias* de Heródoto. Seus métodos historiográficos saíam do ortodoxo e permitiram que muitas figuras que até então não possuíam destaque pudessem ser vistas como agentes importantes no processo de "fazer História". Isso inclui imigrantes, servos e, claro, mulheres. A percepção de diferentes autores quanto ao tema e ao significado disto para o próprio Heródoto será debatida. O artigo é, portanto, expositivo-argumentativo e, para fins de maior coesão textual entre os tópicos, apresentará breves introduções para cada tópico, explicando o que será trabalhado e como isso se relaciona como o tema central.

Palavras-chave: Heródoto; História Social; História das Mulheres

Abstract: The present article intends to explore the meaning behind the different representations of the female figure in *Histories* from Herodotus. His unorthodox historiographic methods allowed for many figures that until then were overshadowed to be seen as important agents in the process of "making History". That includes immigrants, servants and, of course, women. The perceptions of different authors on this subject and its meaning to Herodotus himself will be debated. The article is, therefore, expository-argumentative, for the purpose of better textual cohesion between the topics, brief introductions will be showcased, at the beginning of every topic, explaining what will be debated, and how it relates to the central theme.

Keywords: Herodotus; Social History; Women's History

Introdução

Conhecido por muitos como o primeiro historiador de todos os tempos, Heródoto se destacou por possuir uma prosa única, que conquista leitores mesmo quase 2500 anos depois de sua escrita original. Sua atenção e fascinação por aspectos culturais diferentes daqueles que conhecia na

Grécia também geraram muito debate, na época e atualmente. Dentre os aspectos únicos de sua escrita, estão as representações de mulheres na sua obra *Histórias*. E é sobre isso que o seguinte artigo irá falar.

No artigo intitulado *"Gênero: uma categoria útil para análise histórica"* a autora Joan Scott reflete sobre o estudo da Histórias das Mulheres como é hoje. Em determinado momento, a autora salienta a marginalização da História das Mulheres no campo da historiografia, como uma área que não se comunica com os estudos mais tradicionais e "sérios", como a História Política (SCOTT, 1995, p. 89).

O que se busca demonstrar com esse artigo é demonstrar como a inclusão das mulheres na História "tradicional" é uma questão de escolha historiográfica que leva em conta o local da mulher na sociedade da época, mas que não elimine seu grau de importância como indivíduo ativo no fazer histórico independente do gênero. Em *Histórias*, Heródoto conseguiu realizar esta pesquisa, e será mostrado como, evidenciando as figuras femininas que colocou através da obra que foram peças-chave na continuação da narrativa.

Um tema bastante estudado pelos grandes pesquisadores clássicos, as mulheres em *Histórias* geram muitos debates sobre as intenções por trás desses retratos da figura feminina nos tempos antigos. Alguns autores como Carolyn Dewald enxergam uma escolha proposital de Heródoto em adicionar mulheres em papel de destaque em seus relatos. Já outros pesquisadores, como Vivienne Gray, encaram a questão de gênero nas *Histórias* como algo muito menos importante para o autor da obra do que, por exemplo, a questão de classes.

Nesse artigo, procura-se expor esses dois lados da questão, e entender também a figura de Heródoto, mostrando porque o próprio autor, como indivíduo, se torna um aspecto importante para a compreensão de ambos os argumentos.

O texto será feito de forma expositiva, trazendo as ideias de diferentes autores em relação ao debate teórico. As maiores autoras utilizadas serão Dewald e Gray, por serem grandes nomes no tema e possuírem um dos materiais mais extensos a esse respeito.

No entanto, é importante salientar que os artigos destas duas autoras que serão utilizados são relativamente antigos (Dewald, 1981 e Gray 1995), o que pode ocasionar uma certa falta de

"atualização" quanto ao estado do debate atualmente. Para combater esse efeito, serão utilizados artigos de autores que, apesar de menos conhecidos, são mais atualizados e ainda conseguem suportar a temática.

O texto será dividido em três tópicos. O primeiro falará mais sobre a figura de Heródoto e como ela se relaciona com suas escolhas narrativas em *Histórias,* incluindo a questão das mulheres. O segundo tópico, e principal, explicitará o debate central, das diferentes percepções sobre as intenções de Heródoto ao escrever sobre a figura feminina, da maneira como escreveu. O terceiro tópico abordará brevemente um assunto também pertinente, que é o retrato de Heródoto em relação ao *oikos*.

É importante lidar com esse tópico pois diversos autores citam a importância que Heródoto dá ao *oikos* em *Histórias* e como isso contribuiu para que a percepção do papel das mulheres naquele tempo também mudasse.

O último tópico se estende sobre a figura das Amazonas e sua relação com os jovens Citas no livro IV de *Histórias*, importante de ser debatido por seu caráter completamente novo ao que se foi visto até então a respeito das representações femininas na obra.

Assim, espera-se que esse artigo consiga mostrar de maneira clara e concisa as diversas facetas por trás das representações das mulheres em *Histórias*, e a importância de um debate como esse até os dias de hoje.

A Figura de Heródoto

Este tópico tratará das características singulares de Heródoto em relação aos seus critérios historiográficos (o que julgava ou não importante de ser retratado) e como isso impactou direta e indiretamente as representações de mulheres em *Histórias*. Para isso, será dado um contexto sobre seu método de escrita e também haverá uma breve explicação sobre os métodos de Tucídides, para fins de contraste e ênfase na singularidade de Heródoto.

A preocupação de Heródoto em contextualizar seu conteúdo, de maneira que escrevesse o que julgasse ser o mais imparcial possível, é uma de suas características mais peculiares. No começo de seu livro *Herodotus: A Very Short Introduction* (2011), a historiadora Jennifer T. Roberts sugere que

"Heródoto manifesta uma forte crença de que, para se compreender História, é preciso entender origens"[1] (ROBERTS, 2011, p. 28). Isso é perceptível durante toda a leitura de *Histórias*.

Ainda segundo Roberts (2011, p. 3), estas extensas contextualizações vêm de um próprio interesse do autor em *conhecer*. Diferentemente do retrato que se tem dos gregos da época, de figuras autocentradas e adversas a culturas e povos estrangeiros, Heródoto parecia ter uma profunda vontade de aprender o máximo que poderia sobre outros povos e seus estilos de vida.

Heródoto, durante toda a obra, dedica muitas páginas a explicar as origens de diversos povos. Muito de sua escrita de *Histórias* foi baseada em relatos de pessoas de diferentes etnias coletados por ele próprio em suas viagens. Um destaque desse método é que

> [...] Heródoto não trata o estrangeiro como um ser à parte, diferente, que deve, portanto, ser afastado do convívio com os helenos, mas, pelo contrário, o nosso historiador demonstra simpatia pelo hibridismo cultural e político entre helenos e bárbaros, principalmente pelos egípcios. (SILVA, 2015, p. 44)

A autora ainda defende que, por essa razão, Heródoto vai além do campo da História e da historiografia, chegando até a antropologia e a etnografia "ao centrar-se na análise comparativa dos povos, buscando em suas origens as explicações para suas diferenças culturais e históricas." (SILVA, 2015, p.45).

Esta tendência em contextualizar e levar em consideração diferentes culturas é o que leva Heródoto a conseguir representar mulheres em lugares de destaque em *Historias* (BLOK, 2002, p. 226). Segundo Blok, Heródoto, ao contrário de Tucídides, por exemplo, não julga que as ações de indivíduos que impactaram a História vêm de sua natureza, mas sim dos costumes e do natural do povo ao qual eles pertencem, seu *nomos* (BLOK, 2002, p. 227). Assim, o papel de gênero nas sociedades acaba por afetar o que acontece nelas.

Heródoto também traz destaque às mulheres por ter a necessidade de retratar histórias específicas que oferecem contexto a um cenário maior. Isso acontece porque, naquela época, mulheres, se não fossem rainhas, dificilmente teriam a oportunidade de fazer parte da tomada de grandes decisões de forma oficial. Assim, ao focar não apenas nos líderes de "grandes feitos"

[1] No original: "Herodotus manifests a strong belief that to understand history, one must understand origins" (ROBERTS, 2011, p. 28).

históricos, mas também nas histórias por trás desses heróis, a mulher possui sua oportunidade de aparecer como indivíduo ativo.

Exemplo disso é a história que Heródoto conta para dar contexto a figura histórica de Ciro. Quando ainda era recém-nascido, seu avô, o rei Astíages, sonhou que Ciro um dia iria tomar seu lugar como rei e mandou que seu parente, Hárpago, o matasse. Hárpago não teve coragem de matar um bebê, ainda mais parente seu e da realeza, e incumbiu a tarefa a um escravo do próprio Astíages. Este escravo possuía uma esposa que respondia pelo nome de Spaco[2], e que tinha acabado de dar à luz um bebê morto. Ao ouvir de seu marido às ordens de matar o bebê neto de Astíages, a mulher propôs ao seu marido que faça uma troca: mostre como evidência seu filho que já nasceu morto e os dois criam Ciro como próprio (HERÓDOTO, I, CVIII – CXIII).

Se não fosse por Spaco, a figura talvez mais importante de *Histórias* não teria sequer existido. A escolha narrativa de Heródoto de investir na contextualização e origem de seus personagens foi o que tornou possível saber da existência desta mulher que, mesmo não possuindo uma posição social de importância foi uma peça-chave para a sucessão de diversos acontecimentos na obra.

É pertinente colocar a análise de Blok (2002, p. 226) sobre Tucídides e seu método historiográfico para fins de contraste aos métodos de Heródoto. Segundo a autora, Tucídides foca apenas nos principais envolvidos em feitos históricos e por isso

> […] sua abordagem inevitavelmente produziu uma historiografia em que mulheres não poderiam ter a expectativa de serem figuradas como agentes históricos. Ao invés disso, elas eram retratadas como sendo sujeitas a sua natureza feminina que, por representar o lado vulnerável dos estados em guerra, só poderiam ser exibidas como pano de fundo para o que era historicamente significante. (BLOK, 2002, p. 226)[3].

[2] Segundo Heródoto, esse não era seu nome verdadeiro. Spaco queria dizer "cadela", o que reflete a posição sub-humana dos escravos na sociedade grega antiga. (HERÓDOTO, I,. CX).

[3] No original: "[…] his approach inevitably produced a historiography in which women could not be expected to figure as historical agents. Instead, they were conceived of as being subject to their feminine nature which, by representing the vulnerable side of the warring states, could only feature as a backdrop to what was historically significant." (BLOK, 2002, p. 226)

Assim, enquanto Tucídides menciona mulheres como um todo apenas 20 vezes e outras seis pelo nome, Heródoto as referenciam cerca de 375 vezes (BLOK, 2002, p. 226). Percebe-se assim como o historiador teve uma grande contribuição nas representações de mulheres na História Antiga.

Interpretações sobre Intenções

Enquanto o tópico anterior teve por objetivo consolidar o tipo de historiador que Heródoto era e como isso contribuiu para as representações de mulheres em sua obra, esse tópico pretende debater as intencionalidades por parte destas representações. Isso é importante para compreender alguns dos pensamentos atuais quanto a possível visão de Heródoto em relação ao próprio tema.

Para isso, o tópico irá se dividir entre dois pensamentos considerados essenciais para a discussão, explicitando as justificativas dos autores.

Iniciando pela teoria de Carolyn Dewald, amplamente trabalhada em seus artigos *Biology and Politics: Women in Herodotus' "Histories"* de 1980 e *Women and culture in Herodotus' "Histories"* de 1981. A autora defende a teoria de que o retrato das mulheres em *Histórias* foi algo premeditado por Heródoto, de que por parte do historiador "um esforço real é feito para descrever mulheres como elas eram ou pelo menos como Heródoto pensava que elas poderiam ser" (DEWALD, 1981, p. 94) [4].

Esta alegação implica que Heródoto é um dos principais agentes para a mudança teórica de se enxergar as mulheres daquela época além de seres passivos, pouco melhores que escravos (DEWALD, 1980, p. 11). Não só isso, como infere que o historiador fez de maneira proposital em seu método historiográfico.

A autora justifica seu argumento explicando que Heródoto não faz juízo de valor das ações tomadas por figuras femininas baseado no seu gênero como muitos autores tendem a fazer quando implicam que atos deploráveis são ainda piores quando feitos nas mãos de uma mulher (DEWALD, 1980, p. 14). Exemplo disso seria seu retrato de Améstris ao enterrar vivas catorze crianças (HERODOTO, VII, CXIV). Enquanto muitos acadêmicos modernos retratam o acontecimento como a "essência sanguinária e selvagem da feminilidade" (DEWALD, 1980, p. 14), Heródoto o usa

[4] No original: "[…] a real effort is made to describe women as they were or at least as Herodotus think they must have been." (DEWALD, 1981, p. 94)

para exemplificar outro acontecimento de enterros vivos por persas, mostrando ser um ritual comum, mas sem fazer um juízo de valor sobre.

Outro exemplo memorável e muito debatido quando se fala das representações de mulheres em Heródoto, é a história da esposa de Candolo e o (então) escravo Gigés. Candolo, então comandante da Lídia, era obcecado pela beleza de sua esposa e se gabava sempre para seu guarda, Gigés. No entanto, Candolo não julgava suficiente as concordâncias de Gigés a suas afirmações da beleza indiscutível de sua esposa, e resolveu que o subordinado deveria vê-la com os próprios olhos. Gigés, sem poder de escolha, foi posto no quarto do casal em um local escondido em que poderia ver a esposa de seu superior se despindo. Ela notou, manteve a compostura, mas no dia seguinte mandou chamar Gigés e lhe deu um ultimato: para solucionar o constrangimento que passou, o escravo teria que se matar ou então matar a Candolo e assumir o trono da Lídia, virando seu mais novo marido. Gigés, forçado, escolhe a segunda opção, e mata Candolo de acordo com o plano da mulher, no mesmo lugar em que antes a havia visto nua (HERODOTO, I, VIII-XII).

Segundo Bottini (2018), Heródoto toma cuidado para demonstrar respeito para com a esposa, vítima de uma humilhação por seu marido. Este ato de respeito vem de uma tradição ateniense de não citar o nome de mulheres em público, sendo esta então uma escolha proposital de Heródoto. Bottini também diz ter sido proposital a escolha da narrativa desse acontecimento focando na esposa, ao contrário do que Platão fez em *República*, mantendo o foco no servo e no assassinato do Candolo (BOTTINI, 2018, p. 5).

Voltando a Dewald, a autora também parece enxergar que Heródoto escreve com um olhar de alteridade a questão de gênero. Em diversos trechos de seu texto, é argumentado que as mulheres são retratadas pelo historiador grego como mais capazes de ter sucesso em seus objetivos do que os homens, por serem mais racionais e analíticas ao tomar uma decisão e também por suas ações serem tomadas de acordo com a moral social (DEWALD, 1980, p. 13, 15, 18). A esposa de Candolo então, sucede porque mantém a compostura no momento e toma suas decisões pensando no ato de ser vista nua como um constrangimento social. Seu marido falha porque decidiu ir contra as morais previstas em sua sociedade e porque agiu de maneira inescrupulosa.

E é justamente nesse ponto que Vivienne Gray mais discorda de Dewald. Em seu artigo *Herodotus and the Rhetoric of Otherness*, a autora diz que a alteridade de Heródoto não vem da questão de

gênero, mas sim de uma construção do que ela chama de "alteridade real bárbara" [5](GRAY, 1995, p. 186).

Em relação ao argumento de Dewald da alteridade de gênero, Gray diz que a autora propositalmente escolhe ignorar histórias em que não acontece da mulher conquistar seus objetivos para caber na sua narrativa. Ela cita como exemplo duas histórias parecidas. Na primeira história, a esposa de Xerxes acredita que a mulher de seu cunhado é responsável pelo caso que Xerxes mantém com a filha de seu irmão e se vinga por meio de um plano que culmina nela mandando os guardas mutilarem a esposa de seu cunhado (HERÓDOTO, IX, XI). Na segunda história, o rei de Esparta, já casado, cobiça a mulher de seu amigo e o obriga a cedê-la a ele, largando sua então esposa. (HERÓDOTO, VI, LXII).

Enquanto na primeira história a esposa de Xerxes realmente acaba por conseguir o que queria através de racionalização e paciência, como defende Dewald, na segunda tanto a mulher abandonada quanto a "roubada" não possuem o menor controle da situação e não são mostradas como agentes de sua narrativa (GRAY, 1995, p. 188).

Em relação ao termo "alteridade real bárbara" (GRAY, 1995, p. 186), Gray o usa para descrever seu argumento que será justificado durante boa parte do artigo: a alteridade nas *Histórias* vinha mais de uma diferenciação de classe do que de gênero. Para a autora, o foco de Heródoto estava em mostrar o poder da realeza sobre seus súditos, não importando o gênero dos envolvidos.

Um exemplo muito esclarecedor desse argumento é a visão que a autora tem sobre a história da esposa de Candolo. Segundo ela, o ponto de alteridade está entre o rei e sua esposa em relação ao servo, já que ambos o manipulam usando de suas posições sociais para que esse fizesse o que queriam (GRAY, 1995, p. 203).

É possível ver assim como as autoras divergem em relação ao que interpretam serem as intenções de Heródoto ao construir *Histórias* e os seus agentes. No entanto, é importante frisar que, independentemente se houve um objetivo por trás ou não, é indiscutível o fato de Heródoto ter trazido as mulheres a um papel de destaque que antes não possuíam na História Antiga. Nesse tópico foi possível enxergar diversos exemplos de acontecimentos conhecidos de *Histórias* que foram

[5] No original "royal barbaric otherness" (GRAY, 1995, p. 186)

narrados pelo historiador de uma maneira diferente do usual, em que as mulheres possuíam uma voz dentro da narrativa.

Oikos

Durante a pesquisa dos tópicos discutidos anteriormente, percebeu-se, dentre alguns dos autores citados, uma grande importância dada ao *oikos* e sobretudo à maneira como Heródoto o inseria na narrativa. Esta importância parece lógica quando se sabe como a figura da mulher grega antiga está atrelada ao ambiente interno do *oikos*.

Por isso, julga-se necessário expor brevemente as interpretações desses autores quanto ao valor dado ao *oikos* por Heródoto e como isso afetou as representações das mulheres em sua obra.

Ao começar por Bottini (2018), havia sido trabalhada anteriormente a ideia de Heródoto ter retratado mulheres como responsáveis pela preservação dos bons costumes e dos valores sociais. Esta ideia se repete ao falar sobre a esposa de Candolo e sua justificativa para obrigar o servo Gigés a decidir entre matar seu mestre ou ser morto (HERODOTO, I, XII). Para Bottini, a intenção de Heródoto quanto ao ato da rainha não era de crueldade ou vingança, mas sim como atitude necessária para que se mantenha a ordem e moralidade dentro do *oikos*, permitindo que se prossiga a passagem de poder de uma dinastia para a outra (BOTTINI, 2018, p. 8).

Bottini salienta, também, que, na maior parte de *Histórias*, mesmo as mulheres que exercem algum tipo de papel importante nas narrativas ainda são mostradas no espaço interno do *oikos* (BOTTINI, 2018, p. 10). Para o autor, no entanto, isso não deve ser visto como uma representação negativa da figura feminina, muito pelo contrário. Em sua opinião, a principal intenção de Heródoto com isso era mostrar a importância que o ambiente doméstico possuía na tomada de decisões políticas (BOTTINI, 2018, p. 10).

Em Blok (2002, p. 242), esse argumento se preserva para dizer que foi devido a esta valorização da vida doméstica e de perceber que as entrevistas mais interessantes seriam feitas entre quatro paredes que Heródoto conseguiu se destacar como um escritor que não só ensinava, mas entretinha. Também diz a autora que estas pesquisas dentro do *oikos* permitiram ao historiador perceber que as relações entre homens e mulheres eram *mutualmente* dependentes para o funcionamento social, cada um possuindo suas forças e deficiências (BLOK, 2002, p. 242).

É interessante notar que, segundo esses dois autores, a valorização de Heródoto pelo *oikos* foi o que lhe fez perceber o valor da mulher na sociedade grega antiga. Para Carolyn Dewald, no entanto, o processo na verdade é o contrário.

Segundo a autora, a representação do *oikos* de maneira extensa e complexa em *Histórias* foi feita justamente com a intenção por parte de Heródoto de desmistificar a figura da mulher "presa" ao *oikos* e mostrar que esse não era abrigo e tampouco um escape do mundo público, mas sim sua própria essência (DEWALD, 1980, p. 18). A autora explica:

> O que ele mostra repetidamente é que a sociedade é um produto conjunto de mulheres e homens, e que a continuidade do *oikos* ao longo do tempo, sua capacidade de se renovar em cada geração que se sucede, era todo o objetivo da política Grega (DEWALD, 1980, p. 18)[6].

Isso acaba por demonstrar uma representação das mulheres no *oikos* que vai além da visão errônea da imagem de "donas de casa" (uma análise anacrônica inclusive quando a análise do próprio *oikos* e seu funcionamento). A mulher então, é um agente político. Portanto, a "divisão sexual trabalho e da sociedade" na Grécia Antiga talvez não seja algo tão definido como se hoje popularmente crê.

Todos esses argumentos acabam por comprovar a maior característica de Heródoto: seu amplo interesse por diferentes contextualizações o torna veículo para vozes muitas vezes não ouvidas.

As Amazonas

Se julgou necessário um tópico específico para se falar sobre a importância e a particularidade das Amazonas na análise da figura feminina em *Histórias*. Contada no livro IV, Melpômene (CX-CXVII), a história das Amazonas foi retratada para dar contexto a origem do povo Saurómata, que são ancestrais da união das Amazonas (ou Aiórpatas, como chamam os Citas) com jovens homens Citas.

Segundo o relato de Heródoto, as Amazonas haviam perdido uma batalha com os gregos e foram levadas como prisioneiras em três de seus navios. No entanto, no meio do mar, elas

[6] No original: "What he shows repeatedly is that society is the joint product of women and men, and that the continuity of the oikos over time, its capacity to renew itself in each succeeding generation, was the whole point of Greek politics" (DEWALD, 1980, p. 18).

conseguiram tomar os barcos e matar os gregos. Como não entendiam de navegação, acabaram à deriva até que finalmente atracarem acidentalmente em território Cita. Assim que chegaram, roubaram os cavalos e montaram neles para saquear as terras dos Citas.

Os Citas primeiramente revidaram, achando que os responsáveis eram homens. Tinham ficado completamente admirados com aqueles inimigos, que vieram tão inesperadamente e cujas roupas e língua sequer reconheciam. No entanto, após acabarem por descobrir o gênero do adversário, decidiram mudar a estratégia. Mandaram os seus mais jovens para ficarem perto delas, de forma passiva, e se aproximarem aos poucos, julgando ser uma boa ideia terem eventuais filhos com estas mulheres.

Eventualmente, depois de um convívio em que imitavam tudo que as Amazonas faziam, os rapazes conseguem criar vínculos e se relacionarem com elas. Os jovens citas chamam as guerreiras para voltarem com eles para suas terras e virarem suas esposas, prometendo fidelidade e bens. As Amazonas, no entanto, são categóricas. Elas explicam:

> [...] Seus costumes são diferentes dos nossos: atiramos com o arco, lançamos o dardo, montamos a cavalo e não aprendemos os misteres próprios do nosso sexo. Vossas mulheres nada disso fazem e não se ocupam senão de trabalhos femininos. Não abandonam suas carretas, não vão à caça e nem se afastam do lar. Por conseguinte, nossa maneira de viver jamais se coadunaria. [...] (HERÓDOTO, IV, CXIV)

Elas então fazem uma contraproposta: se os rapazes quiserem que elas continuem sendo suas esposas, voltem para sua terra, falem com seus pais, peguem os bens que lhes pertencem e retornem para o lado delas. Eles concordam. Depois disso, elas sugerem que as acompanhem para povoar outro lugar, o que eles também obedecem. Assim então, criou-se o povo Saurómata, cujas mulheres caçam, montam a cavalo e lutam com os homens e cujos princípios se mantém tão intactos aos de suas ancestrais que não podem se casar antes de terem matado seu primeiro inimigo.

Esta história se mostra singular no que diz respeito às representações das mulheres em *Histórias* ao retratar papéis de gêneros de uma maneira nova, praticamente "invertida" se comparada a cultura grega, como defendem Brown e Tyrell (1985, p. 299). Mesmo que tenham sido os Citas que tiveram a decisão inicial de "conquistar" as Amazonas, rapidamente os jovens encarregados desta função percebem que só conseguirão se aproximar imitando todos os comportamentos das guerreiras. Os autores defendem que, a partir de então, o papel dos jovens na relação é de

"seguidor", meramente acatando as sugestões de suas agora companheiras (BROWN e TYRELL, 1985, p. 299).

A própria intenção inicial de conquista para que as Amazonas absorvessem a cultura e os costumes Citas e gerassem bebês para eles também se reverteu, sendo elas que levaram os homens Citas para gerar sua própria sociedade. Uma fala muito importante das Amazonas é que elas não podem ser como as mulheres Citas pois estas "não saem de longe do lar". Logo, há inclusive a negação da cultura do *oikos* e do papel da mulher nele.

Outro fato que mostra a inversão dos papéis de gênero é o próprio papel narrativo que as Amazonas e os jovens Citas servem à História. Se nos outros exemplos que vimos anteriormente as mulheres tinham a função social principal de esposas e eram assim introduzidas em suas histórias, aqui o papel será contrário. Enquanto as Amazonas são primeiramente introduzidas como guerreiras, os jovens Citas já começam a história com a única função de serem associados a elas e terminam ainda mais submissos às suas vontades, renegando inclusive seus pais e seu país para acompanhá-las pelo mundo.

De novo, é percebido aqui os tipos de histórias que Heródoto permitiu serem vistas ao escrever sobre uma cultura que além da grega e de uma perspectiva que além da hegemônica. Este breve relato, feito apenas para contextualizar o leitor de *Histórias* quanto a origem do povo Saurómata, já nos dá uma amostra de representação das mulheres na Antiguidade muito mais ampla do que se é normalmente visto.

Conclusão

Já era um fato reconhecido que Heródoto proporcionou grandes representações de mulheres em sua obra *Histórias*. O presente artigo teve como intuito, no entanto, "dissecar" as implicações por trás destas representações. O que isso diz sobre Heródoto como historiador? Como sua escolha de objeto de estudo afeta esta questão? O que se pode interpretar quanto às suas intenções ao escrever de tal forma? Como a questão de gênero e o *oikos* se conectam em relação a tal debate? Estas foram as principais perguntas propostas a serem discutidas pelo artigo para fazer um mergulho mais complexo na temática.

Contudo, muitas destas questões continuam em aberto. Ainda não sabemos e provavelmente nunca saberemos concretamente quais foram as intenções por trás das escolhas historiográficas de Heródoto em relação a gênero. Não é possível dizer com certeza que havia uma intencionalidade em se mostrar mulheres em local de destaque por meio de histórias menos faladas. O que se pode afirmar apenas é que estas representações aconteceram, e graças ao olhar historiográfico diferenciado que Heródoto teve.

É importante salientar a pluralidade destas representações. Como foi exemplificado no texto, a mulher foi representada de diferentes formas. Como mantenedora da ordem social e política, como esposa, como guerreira, como conselheira, como precursora de novas sociedades (e aqui não apenas se referindo ao papel de reproduzir). E todas foram essenciais para a continuação da narrativa e coesão da obra.

Se comprova assim que a razão da História das Mulheres existir como um "recorte", uma área específica de pesquisa, é porque a historiografia tradicional talvez esteja ainda muito focada nos "grandes nomes e feitos" e não nos contextos a que estão inseridos. A historiografia tradicional atualmente está mais para Tucídides do que para Heródoto.

Muitas vezes pensa-se que mulheres não participaram de momentos críticos da História devido à posição social em que se encontravam. Contudo, o que se percebe com Heródoto é que o modo como a narrativa é construída e como o método historiográfico é realizado pode contribuir para que a mulher seja percebida como agente e indivíduo complexo e completo em diversos pontos da História.

Referências Bibliográficas

Fontes

Heródoto. ***História.*** Traduzido do grego por Pierre Henri Larcher. Disponível em <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Último acesso em 04 mar. 2020

Bibliografia crítica

BLOK, Josine. **Women in Herodotus' Histories**. *In* Brill's Companion to Herodotus. Leiden/New York/Köln: Brill, pp. 225-242, 2002.

BOTTINI, Vittorio. **Women in Herodotus's Histories: an analysis of the role of Candaules's wife and Spako in book 1**. *In* Persephone: The Harvard Undergraduate Classics Journal, Cambridge: Harvard University, Department of Classics, Vol. 3, pp. 2-13, 2018.

BROWN, Frieda S., and TYRELL, Wm Blake. ***Ἐκτιλώσαντο*: A Reading of Herodotus' Amazons.** Minessota: The Classical Journal, vol. 80, no. 4, pp. 297–302, 1985. JSTOR, www.jstor.org/stable/3296811. Accessed 4 Oct. 2020.

DEWALD, Carolyn. **Women and culture in Herodotus' Histories**. *In* Women's Studies: An inter-disciplinary journal, New York: Gordon and Breach Science Publishers, Vol. 8, pp. 93-127, 1981.

DEWALD, Carolyn. **Biology and Politics: Women in herodotus' "Histories"**. *In* Pacific Coast Philology, Pennsylvania: Penn State University Press on behalf of the Pacific Ancient and Modern Language Association (PAMLA),Vol. 15, pp. 11-18, 1980.

GRAY, Vivienne. **Herodotus and the Rhetoric of Otherness**. *In* The American Journal of Philology, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Vol. 116, No. 2, pp. 185-211, 1995.

ROBERTS, J.T. **Herodotus: A Very Short Introduction.** Oxford: Oxford OUP, June, 2011.

SILVA, Maria A. O. **Heródoto e suas *Histórias*.** São Paulo: Revista de Teoria da História, Número 13, pp. 39-51, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Revista Educação & Realidade, Volu. 20, No. 2, pp. 71-99, 1995.

Temporalidades

As transformações geopolíticas e o pensamento Nazista na Segunda Guerra Mundial: as perseguições aos ciganos (1939–1945)

Las transformaciones geopolíticas y el pensamiento Nazi en la II Guerra Mundial: las persecuciones de los gitanos (1939–1945)

Caio Murilo Pereira
Graduando em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
murilo.caio@pucpr.edu.br

Beatriz Ramos da Cruz
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
ramos.cruz@pucpr.edu.br

Nicoli Ferreira de Mello
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
nicoli.mello@pucpr.edu.br

Taysa Rocio da Silva
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
taysa.silva@pucpr.edu.br

Priscila Padilha de Lima
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
priscilapadilhadelima@hotmail.com

Recebido em: 03/06/2020
Aprovado em: 27/11/2020

Resumo: O pensamento nazista de perseguições aos diversos grupos fora promulgado por meio do Estado e reforçado por Adolf Hitler na Alemanha do Terceiro Reich. No entanto, tais perseguições não "surgiram" exatamente naquele contexto. Em 1925, Hitler já demonstrava o que viria a ser um pensamento racista, atacando os povos judeus e os próprios ciganos. Nota-se que a historiografia não enfoca tanto nos ciganos da mesma forma que os judeus. Devido a isso, realizamos este artigo utilizando da análise do discurso, além do uso de textos do Capítulo 11 de *Mein Kampf* do próprio

Adolf Hitler. A pesquisa obteve resultados que demonstram a ampla influência do pensamento nazista antes mesmo da eclosão do Terceiro Reich, utilizada para justificar o extermínio cigano entre os anos de 1939 a 1945.

Palavras-chave: II Guerra Mundial; Nazismo; Ciganos.

Resumen: El pensamiento nazi de persecuciones a los varios grupos fueron promulgadas mediante lo Gobierno y reforzado por Adolf Hitler en la Alemania del Tercero Reich. Pero no "ha comenzado" exactamente en ese contexto. En 1925, Hitler demostró lo que sería uno pensamiento contra las razas atacando judíos y los propios gitanos. Pero la historiografía no se centra tanto en los gitanos como en los judíos. En medio de eso, hacemos este artículo mediante la metodología de análisis del habla y los usos de textos como fuente histórica con el capítulo 11 de *Mein Kampf* de Adolf Hitler. De esa manera, tuvimos resultados que demuestran la amplia influencia de lo pensamiento nazi incluso antes del Tercero Reich, lo que usó para justificar el exterminio gitano entre los años de 1939 y 1945.

Palabras clave: II Guerra Mundial; Nazi; Gitanos.

Introdução

As transformações geopolíticas da Alemanha consistiram em mudanças profundas que reordenaram as fronteiras do território e da sua sociedade, incluindo o sistema de crenças e de pensamentos, isto é, o Nazismo. Não restringindo-se somente ao território alemão, o pensamento nazista se expandiu, pregando ideias por uma vasta área do continente europeu e atingindo imensidões populacionais — como, por exemplo, os próprios grupos ciganos.

Diante dessas circunstâncias, uma figura extremamente importante para a disseminação nazista foi o austríaco Adolf Hitler (1889–1945) que, já no ano de 1925, publicou e propagou suas principais ideias. Por meio de seu livro *Mein Kampf*[1], Hitler construiu um discurso social, pautado em teses biológicas eugenistas e em uma necessidade de purificar a Nação por meio da extinção dos povos não arianos. Levando tais aspectos em conta, levanta-se o questionamento que norteia o artigo: de que forma as transformações geopolíticas e o pensamento Nazista da Alemanha, na Segunda Guerra Mundial, culminaram com as perseguições ao povo cigano? Para tanto, é essencial compreender que o discurso de Hitler, no Capítulo 11 de seu livro, passa a ser construído a fim de fazer uma mediação entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 2001).

[1] O livro *Mein Kampf* — em português, "Minha Luta" — foi escrito durante o período em que Hitler cumpria pena por tentar armar um Golpe contra o governo de Munique (1923).

Ainda por esse viés, entendemos que a linguagem encontrada na fonte é materializada na ideologia que passa a se manifestar por meio da língua e das palavras, ou seja, a linguagem não é transparente. Isso significa que a análise do livro de Hitler (1983) visa exprimir o pensamento nazista e seus postulados principais, e não a concordância com aquilo que ele argumenta. Dado o exposto, para a realização desta pesquisa utilizou-se como metodologia a análise do discurso, com base no que é proposto pelos autores Cardoso e Vainfas (1997) e Orlandi (2001).

Cabe ressaltar que quando se é discorrido sobre o conceito de "raça" neste artigo, estamos nos referindo às concepções do Darwinismo Social, largamente proposto e aceito durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Atualmente, o termo não é mais aceito dentro das Ciências quando se trata de definir a espécie humana (BOLSANELLO, 1996).

Diante dessas considerações, torna-se perceptível que os ciganos foram alvos das ideias promulgadas por Hitler antes mesmo do Terceiro Reich. Nele, pode-se perceber a aversão do líder nazista aos grupos que não se encaixavam em suas teses arianas, por meio dos estudos de Stackelberg (2002), que discorre acerca do contexto histórico do Terceiro Reich. Além disso, Guimarais (2015) e Moonem (2011) evidenciam as perseguições que ocorreram a partir de 1935 com as Leis de Nuremberg para proteger o Sangue Alemão.

Desse modo, o artigo evidencia o impulso e as transformações da geopolítica entre os séculos XIX e XX na Alemanha, o pensamento Nazista e as perseguições aos ciganos durante o Terceiro Reich. Por meio disso, é evidenciada a transfiguração de uma Alemanha que buscou não apenas expandir o seu território politicamente, como também disseminar pensamentos repressivos de um *Führer* (líder) obcecado com a raça ariana.

Os conceitos de Geopolítica e Espaço Vital associados ao pensamento nazista

Quando se trata de contemplar um estudo sobre o conceito de "geopolítica" com os parâmetros da historiografia, o principal aspecto a ser analisado está vinculado aos acontecimentos do século XX. Arcassa e Mourão (2011) afirmam que as concepções da geopolítica podem ser compreendidas como um dos descendentes diretos do desejo humano em construir uma ciência de poder. Assim, "[…] a geopolítica, graças a uma apreensão científica das interações entre o homem e o espaço, fornece os subsídios necessários à compreensão das leis do poder" (ARCASSA; MOURÃO, 2011, p. 2).

Diante dessas afirmações, vem a ser essencial dar ênfase ao conceito de poder. Claval, citado por Arcassa (2018), descreve que "poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de que sejam realizadas por outros". Já em Hannah Arendt[2], Perissinoto (2004) descreve que o poder é o momento que traz as leis à existência e que retira o consentimento que sustentará a manutenção futura das instituições. "Por isso, lembra Arendt, todo governo depende […], da opinião, enquanto […] a violência pode operar em oposição a ambos" (PERISSINOTO, 2004, p. 117). Por meio dessas afirmações, fica evidente que a geopolítica do século XX traça o mesmo segmento que a política de poder, embora a geografia política, na Alemanha, não possa ser limitada apenas a trabalhos de conceitualização de uma política de poder (ARCASSA; MOURÃO, 2011, p. 4).

A noção da geopolítica pode também ir muito além do que o seu real significado apresenta. De acordo com Santos e Santos (2016, p. 320), "a geopolítica é um fato intrínseco da ciência geográfica". A partir desse aparato, um primeiro tópico a ser levantado acerca das concepções de geopolítica está relacionado à própria origem do termo. Para Lacoste (2002), por exemplo, a etimologia da palavra "geopolítica" foi designada no crepúsculo do século XIX por Johan Rudolf Kjellén[3], professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala, na Suécia. Embora não haja um verdadeiro consenso cronológico ou temporal sobre as primeiras utilizações do referido termo entre os estudiosos, o neologismo "Geopolítica Clássica", para Lacoste (2002), foi um verdadeiro produto direto do contexto histórico-político e vivido por Kjellén na virada do século XIX para o XX.

Mesmo sendo fruto de um pensamento político que inicialmente surgiu e permeou no Estado sueco, a geopolítica ganhou consistência a partir das Grandes Guerras da Era Contemporânea. Em seus estudos, Amusquivar e Passos (2018) indicam que a discussão sobre esse termo obteve peso dentro de uma escala mundial a partir de um contexto histórico de disputas territoriais, uma vez que tal etapa da História fora marcada por grandes transformações e inserida no cenário que comporta a narrativa do mundo contemporâneo. Desse modo, o termo "geopolítica" ganhou plena notoriedade a partir dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, pautando as estratégias dos Estados na

[2] Perissinoto (2004) utiliza de Hannah Arendt para conceituar poder, uma vez que a referida autora define o tema central de seu pensamento para caracterizar a distinção entre poder e violência.

[3] **Johan Rudolf Kjellén** (Torso, 1864/Uppsala, 1922) foi um cientista, político, jurista, sociólogo e professor sueco. Dentre suas mais variadas contribuições no ramo das Ciências, ganhou notório destaque por lapidar uma nova área do conhecimento dentro do campo da Geografia: a Geografia Política. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed>. Acesso em: 13 de mai. de 2020.

reformulação de suas políticas entre definições espaciais, sobretudo das grandes potências (AMUSQUIVAR; PASSOS, 2018, p. 19).

Em se tratando da Alemanha, por meio de suas muitas transformações no período entre guerras, o impulso dos estudos sobre a geopolítica fora implementado com o intuito de ampliar o seu território. Arcassa afirma que a geopolítica, em consequência da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial e do descontentamento alemão com a República de Weimar, ocorrera no período que sucede a assinatura do Tratado de Versalhes. "Para os cientistas alemães e, portanto, também para os geógrafos, tratava-se de […] ferramentas de um saber adaptado, que ajudariam a Alemanha a obter o lugar a que tinha direito na Europa […]" (ARCASSA, 2018, p. 1052). A partir disso, em meados da década de 1920, a *Zeitschrift für Geopolitik* — Revista de Geopolítica — passou a ser publicada por Karl Haushoufer (1869–1946), o geopolítico que ilustra o máximo do pensamento alemão da época.

Lacoste (2002) enfatiza que, com a ligação de estudos geográficos baseados na esfera da historiografia Rankeana[4], da mesma forma que pelos apontamentos feitos por Treitschke[5], surgiu, na Alemanha, o que ficou conhecido como a "Escola de Munique". Conforme afirma Fernandes (2011), um saber de massas que objetivava o poder da vontade, as qualidades raciais e a excepcionalidade da tecnologia alemã serviram para ensinar aos alemães a melhor maneira de explorar a sua posição geográfica. Com base nisso, os ideais geopolíticos alemães, que permearam entre os anos de 1933 a 1945 e que eclodiram com a ascensão de Adolf Hitler ao poder, tiveram como propulsora a Escola de Munique. Assim, a referida instituição alemã visou "[...] tratar os assuntos do Estado a partir da fusão da área da Geografia com a Ciência Política" (AMUSQUIVAR; PASSOS, 2018, p. 29).

Submetida de forma integral ao Terceiro Reich[6] e se tornando um mero instrumento para a promoção e divulgação do esforço bélico Hitleriano, a geopolítica aplicada pela Escola de Munique

[4] Modelo de historiografia criado pelo historiador alemão, **Leopold Von Ranke** (Wiehe, 1795/Unstrut, 1886). Esse modelo historiográfico consiste, basicamente, na observação e nas limitações de fontes narrativas.

[5] **Heinrich Von Treitschke** (Dresden, 1834/Berlim, 1896) foi um historiador, escritor político e membro do Partido Nacional Liberal do Reischtag, parlamento alemão. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Heinrich-von-Treitschke>. Acesso em: 14 de mai. de 2020.

[6] Segundo a explicação de Andrighetto e Adamatti (2016, p. 63), o Primeiro Reich foi considerado o Sacro Império Romano-Germânico durante o medievo, sendo o Segundo Reich formado por Bismarck após a unificação alemã (1871) e marcado pela vitória dos alemães na Guerra Franco-Prussiana. A população alemã buscava, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, aquele que fosse dar continuidade à glória de sua Nação, para assim edificar um Terceiro Reich no continente europeu.

passou a ser reconhecida também como uma "Ciência de fundamentação territorial e racial determinante no movimento dos povos e dos Estados" (FERNANDES, 2011, p. 277).

Já o conceito de *Lebensraum* — Espaço Vital — também serviu como elo, no que diz respeito às contribuições de desenvolvimento geopolítico dos ideais alemães. Segundo Arcassa e Mourão (2011, p. 4), os estudos e as teorias elaborados pelo geógrafo Friedrich Ratzel (1844–1904) influenciaram aquilo que se denominou como geopolítica alemã, ou, mais precisamente, de *Geopolitik*, despertando polêmicas em prol de suas relações e aproximações com o Nazismo. Assim:

> As discussões sobre ela têm sua origem no fato de que até que ponto este era o único desenvolvimento possível, ou se trata de uma distorção das ideias ratzelianas. O que parece fora de dúvida é que Ratzel é um referencial indiscutível e reconhecido por parte dos geógrafos envolvidos (FONT; RUFI, 2006 apud ARCASSA; MOURÃO, 2011).

Associada à matriz ideológica do Partido Nazista, a doutrina do Espaço Vital teve um papel fundamental durante o processo da unificação alemã, além de ter servido como influência para Haushofer, conforme mostra o trecho a seguir:

> Foram fontes importantes de inspiração para o principal teórico geopolítico e general militar, Karl Haushofer. No momento da sua visita à Suécia em 1935, Haushofer estava prestes a publicar a 25ª edição alemã de Die Grossmächte de Kjellén [...]. A ideia de que os Estados não eram entidades jurídicas fixas, mas organismos dinâmicos que competiam na cena internacional, era algo que apelava para Haushofer. Ele deveria fundir esse pensamento com o conceito de Lebensraum de Ratzel, que mais tarde alcançaria Hitler (TUNANDER, 2001 apud AMUSQUIVAR; PASSOS, 2018).

Nesse sentido, Arcassa e Mourão (2011) afirmam que poder e estratégias de controle e dominação, a partir do território controlado pelo Estado Nacional, foram questões sempre levantadas na agenda da geografia política do século XX. Não obstante, Andrighetto e Adamatti (2016) apontam que com a chegada do Partido Nacional-Socialista ao poder e tendo o *Führer* como a representação máxima do Estado, o direito passara a não atender mais às demandas das leis universais.

O pensamento Nazista na Alemanha do Terceiro Reich

O termo "Nazismo" é derivado da sigla "Nazi", a qual fora utilizada para referir-se ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, orquestrado por Adolf Hitler no início dos anos 1920 em meio a uma conjuntura alemã, conturbada após a Primeira Guerra Mundial (1914–1918).

A situação do continente europeu com o fim da Grande Guerra era recheada de problemas políticos, sociais e econômicos. Com o Tratado de Versalhes assinado por diversos países na Conferência de Paz, a Alemanha fora julgada como a principal causadora do conflito no evento catastrófico. Com caráter punitivo, o Tratado fora recebido como forma de *Diktat* — imposição — pelos alemães, os quais tiveram de entregar grande parte de seus territórios à França e à Polônia, afundando-os em uma grande crise econômica. Por conta disso, a reação alemã culminou na eclosão de pensamentos e em políticas extremistas, visando excluir minorias raciais. Como afirma Vizentini (2012, p. 147):

> A guerra legou, especialmente à Europa uma série de graves problemas. As questões das minorias nacionais que havia sido um dos estopins de guerra, acentuou-se com o fortalecimento da consciência nacional e dos princípios de autodeterminação dos povos. As mudanças de fronteiras não só não resolveram os problemas das minorias da Europa Oriental, como ainda transferiram aos novos e instáveis Estados da região. Esta questão afetava particularmente a Alemanha, pois o desmembramento do Império Austro-Húngaro fez com que as minorias alemãs do Leste passassem de uma posição dominante a uma de inferioridade dentro dos novos países. Isto aumentou o nacionalismo étnico alemão, o que, dentro deste país fragilizado pela hiperinflação de 1923, também se revestiu de hostilidade em relação aos imigrados do Leste Europeu, detentores de moedas fortes, os quais ocuparam parcialmente o lugar da classe média alemã — que os considerava "judeus" —. (VIZENTINI, 2012, p. 147)

Esses graves problemas refletiram em eclosões de regimes autoritários, dentre eles, o Fascismo alemão — Nazismo —, que segundo Vizentini (2012), possuía como bases principais o desprezo pelo sistema democrático e pela razão Iluminista, o extremo sentimento nacionalista e a aversão ao Liberalismo e ao Socialismo. Além disso, o Nazismo teve como principal característica o racismo e o teor de ser um movimento contrarrevolucionário e antiparlamentar. Ainda segundo o autor, o pensamento Nazista só pôde ser implementado no Estado alemão por corresponder ao exagerado conservadorismo da classe média do país, formada por pequenos burgueses e comerciantes locais. Dessa forma, o autoritarismo passou a ser o modelo de sistema governamental objetivado pela maioria dos alemães. Isso porque os mais conservadores repudiavam a República e a Democracia, afirmando que estes sistemas eram peça-chave na conspiração que teria levado às crises que se alastraram na Alemanha momentos antes da ascensão de Adolf Hitler. Durante a década de 1920, o Liberalismo e os ideais democráticos estavam chafurdados em uma profunda e intensa crise.

Envolto nessa difícil conjuntura social, econômica e política, o pensamento nazista do Terceiro Reich era constituído pela noção de purificação da raça ariana, considerada a base da humanidade e que deveria ser mantida e purificada. Tal pensamento excluía os judeus, os ciganos, os homossexuais, os latinos etc. Em suma, todos aqueles que não se enquadravam no ideal da "pureza ariana" eram passíveis de ser exterminados (TEIXEIRA; SILVA, 2017).

Concordando com isso, Bertonha (2009) evidencia que o pensamento nazista absorveu as ideias do racismo científico e colocou o ideal de raça ao posto de divisor central entre os povos e as pessoas. Como resultado, o pensamento nazista levou o racismo biológico ao seu máximo desenvolvimento, assimilando as noções culturais e linguísticas quanto aos ciganos e aos judeus. Esses elementos podem ser observados no livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, o qual posteriormente serviu de base principal para os ideais pregados pelo Partido Nazista. Inserido nesse contexto, na cidade de Landsberg, Hitler redige os pilares principais do Partido Nazista.

Assim, entende-se que apesar das atrocidades levadas a cabo em função do pensamento nazista, torna-se necessário refletir sobre o tema para mostrar as distorções que algumas ideologias representaram na realidade do passado. Isso porque o Nazismo enquadrava a "virulenta combinação de nacionalismo, racismo e moralismo que faz parte do sistema secular de convicções dominantes na Alemanha do século XIX e início do século XX" (STACKELBERG, 2002, p. 67). Devido a isso, tal pensamento comportava a noção de liberdade, o idealismo alemão, o idealismo vulgarizado — *Vulgaridealismus* —, o antissemitismo político e racial — *Võlkisch* — e o nacionalismo, todos utilizados como justificativas de "escravidão" em relação a certos povos, além, claro, do extermínio — como no caso dos judeus.

A obra marcante do pensamento Nazista, intitulada *Mein Kampf* é dividida em duas partes mais o prefácio. Na primeira parte, são apresentados 12 capítulos que discorrem vários aspectos, desde a relação de Hitler com a casa paterna, até o primeiro período do desenvolvimento do Partido Nacional Socialista. A segunda, por seu turno, conta com 15 capítulos envoltos nos pensamentos próprios de seu partido, incluindo Doutrina, Partido, Estado, além de ideias fundamentais sobre a organização dos trabalhadores alemães.

Os ciganos e o Parrajmos: a Devoração

Sabe-se que Hitler era um ótimo orador e que por meio da linguagem, pôde materializar as suas visões de mundo. Com base nisso e buscando disseminar o pensamento nazista, o líder expõe em sua obra elementos primordiais e que foram utilizados como justificativa de perseguições a diversos grupos na Alemanha: a raça, o idealismo, antissemitismo e o nacionalismo.

Inicialmente em sua obra, Hitler argumenta acerca da raça para os seus receptores. Sequencialmente, é apresentado que "um dos princípios básicos de maior importância na sua organização a saber é o isolamento de todos os seres vivos desta terra dentro das suas espécies" (HITLER, 1983), de modo que as misturas de raças comprometem aquela que, em sua concepção, é tida como verdadeira e denominada como "ariana". Com base nisso, o que seria, então, a raça ariana? Nas palavras do próprio Hitler, de modo amplo e geral, a raça ariana significava "raça pura".

Na concepção daquele que se tornaria um dos maiores ditadores e representantes da extrema-direita, a raça ariana é a única que alcança a civilização, simplesmente porque ela não se "misturou" e assim prevaleceu sobre as outras que se misturaram. A raça ariana é limpa, guerreira, forte e vencedora, como afirma Guimarães (2012). Portanto, estava explicado que a noção de raça advém da natureza e não se questiona. "Esse instinto que vigora em toda a Natureza [...] tem por consequência não só levantar uma barreira poderosa entre cada raça e o mundo exterior, como também uniformizar as disposições naturais" (HITLER, 1983).

Tal argumento de purificação racial acaba por excluir os ciganos dos arianos, em detrimento ao histórico do grupo amplamente diversificado e "misto". Moonem (2011) discorre que o documento mais antigo a respeito dos ciganos é de um monge grego, do ano de 1050, que consiste em abordar o auxílio concedido ao então Imperador de Constantinopla, Constantino IX (1000–1055). "Para matar uns animais ferozes, solicitou a ajuda de adivinhos e feiticeiros chamados 'Adsincani'" (MOONEM, 2011, p. 9). As principais teorias também atribuem, a partir de análises linguísticas, a origem do povo cigano ao "Norte da Índia, tendo ocorrido a migração principalmente no primeiro quarto de século do segundo milênio" (GUIMARAIS, 2015, p. 353). Essas análises, entretanto, não são concretas, pois até chegarem ao continente europeu, os variados grupos dos ciganos podem ter absorvido elementos dos vocabulários grego, bizantino e árabe. Não se sabe ao certo as razões e causas dessas migrações, atribuídas, muitas vezes, ao domínio muçulmano da região em que habitavam.

No entanto, sem aprofundar nos períodos das grandes imigrações ciganas para a Europa, não se pode deixar de considerar que esse grupo era associado a determinados tipos de comportamentos e acontecimentos negativos. Dessa forma também muitos relatavam a aparência e os costumes "exóticos" dos ciganos e os atribuíam a roubos e saques. Não obstante, os ciganos também foram escravizados durante muito tempo.

Desde a sua chegada à Valáquia[7] e à Moldávia, os ciganos foram escravizados de forma sistemática nesses territórios. Permaneceram nessa condição social por muitos séculos, até o surgimento das leis abolicionistas na metade do século XIX. Assim, ao longo desse período, os termos "cigano" e "escravo" se tornaram sinônimos (GUIMARAIS, 2015, p. 353). No entanto, a emancipação não fora um sinônimo de total liberdade a eles. Ao longo das suas inúmeras migrações, os ciganos encontraram resistência à sua presença.

Na Alemanha de 1899, por exemplo, foi criada a "Agência de Informação Central para o Combate da Moléstia Cigana", sob a coordenação do investigador criminal Alfred Dillmann, cujo principal objetivo consistia em "registrar os ciganos" (GUIMARAIS, 2015, p. 354) e que alicerçou os ideais de Hitler, resultando na exclusão desse grupo em relação aos preceitos do arianismo.

Retomando ao Terceiro Reich, observa-se que o antissemitismo defendido por Hitler expõe aberta e claramente ao *Võlkisch*[8], da mesma forma que Stackelberg (2002) indica. Isso significa o ódio e o desprezo aos grupos judeus, bem como em relação a todos os demais grupos que eram considerados por Hitler como não arianos e indignos de se enquadrarem no que era pregado pelo arianismo. De acordo com isso, a intolerância racial praticada pelos nazistas perseguiu e executou o tanto quanto possível de judeus, inimigos e opositores políticos, além de homossexuais e portadores de deficiência física. Importante destacar também que os ideais que fundamentaram essa perseguição foram construídos nos séculos anteriores, especialmente no século XIX, que segundo Guimarais (2015), conceberam três grupos como entidades raciais e sub-humanas: judeus, ciganos e eslavos.

Indo pela mesma linha de Guimarais (2015), Stackelberg (2002) evidencia que o Nazismo não só reforçou, como também amplificou os ideias de Arthuer de Gobineau (1816–1882), Richard Wagner (1813–1883), Wilhelm Marr (1819–1904), Eugen Dühring (1833–1921), o expatriado inglês

[7] A Valáquia é uma região pertencente ao Estado da Romênia, localizado no Sudeste europeu.
[8] O termo *Völkisch* — em português, "antissemitismo racial" — não só se refere apenas ao racismo, como também possui uma relação com o romantismo nacionalista difundido na Alemanha do final do séc. XIX.

Houston Stewart Chamberlain (1855–1927), e uma ampla parcela de intelectuais que se encontravam em uma escala de menor expressão, mas que popularizaram o antissemitismo racial no território alemão.

Ainda nessas circunstâncias, Hitler complementa seu ideário nazista com o que poderia ocorrer caso um ariano menosprezasse suas ideias racistas — o que, segundo ele, causaria uma interrupção para o progresso humano. Afinal, tal progresso alegado por ele depende única e exclusivamente dos mais evoluídos culturalmente: o povo germânico-ariano, conforme evidencia o trecho a seguir:

> O homem que desconhece e menospreza as leis raciais, em verdade, perde, desgraçadamente a ventura que lhe parece reservada, impede a marcha triunfal da melhor das raças, com isso estreitando também a condição primordial de todo progresso humano (HITLER, 1983).

Nesse sentido, pode-se notar a ideia de predestinação das raças, em que aquelas que são reconhecidas passam a ser, ao mesmo tempo, predestinadas pelos céus como superiores — diferentemente das que são consideradas inferiores. As "raças inferiores" nunca sairão dessa posição. A mistura entre a raça ariana e as raças consideradas inferiores é um pecado, o que corresponde ao empréstimo de ideias religiosas constituídas historicamente para tentar comprovar o seu ideário.

> Inúmeras provas disso nos fornece a experiência histórica. Com assombrosa clareza ela demonstra, que, em toda mistura de sangue entre o ariano e povos inferiores, o resultado foi sempre a extinção do elemento civilizador. […] O germano do continente americano elevou-se até a dominação deste, por se ter conservado mais puro e sem mistura, ali continuará a imperar, enquanto não se deixar vitimar pelo pecado da mistura do sangue (HITLER, 1983).

De acordo com essas considerações, a raça ariana, para Hitler, é a raça superior, e aquela que não é ariana é inferior, depravada, suja, maculada. Hitler se posiciona de modo a comparar o ideal de raça com o ditado popular "separar o joio do trigo", cujo texto pode ser encontrado na Bíblia Sagrada[9], denotando uma diferenciação entre o que é superior e inferior, pautado exclusivamente na religião. Utilizando dos sentidos de seus receptores, Hitler (1983) afirma: "Tudo o que no mundo não é raça boa, é joio". Portanto há, nesse contexto, uma insistência nos temas, tanto de comunidade

[9]A parábola do joio e do trigo é um dos textos que aparecem no Evangelho canônico do Novo Testamento — livro de Mateus, cap. 13, versículos: 24-3. Nela é afirmada que, no dia Juízo Final, os anjos irão separar os filhos do "maligno" — o joio, as ervas daninhas — dos filhos pertencentes ao reino de Deus — o trigo — Disponível em: <http://resultspromocional.com.br/familiamissionaria1/O%20Joio%20e%20o%20trigro.pdf> Acesso: 22 de mai. de 2020.

nacional, como pelo "sangue puro", pela "pureza da raça", da ordem das virtudes guerreiras e do esmagamento dos inimigos (COGGIOLA, 1995).

Hitler ainda levanta três categorias de raça na humanidade: "fundadores, depositários e destruidores de Cultura, só o Ariano deveria ser visto como representante da primeira classe" (HITLER, 1983). Por essa percepção, o ariano é o fundador das criações e genialidades da humanidade. Não há espaço para outros, o que evidencia que tais elementos racistas postulados por ele só reforçavam o que Stackelberg (2002) considera como uma arma tática da direita política na virada do século XIX para o XX: o apelo voltado para teorias biológicas como forma de legitimação científica para seu discurso.

Atrelado ao pensamento sobre as raças, outro termo que aparece com certa frequência na obra predominantemente retórica de Hitler é o de "idealismo", o qual também foi utilizado como justificativa da perseguição a outros grupos étnicos. Assim, o idealismo, conforme Hitler, consiste naquilo que se opõe ao egoísmo, corresponde aos ideais de coletividade e que conserva a raça ariana. A partir disso, é preciso união para que tal questão seja, de fato, implementada. União no sentido de se sacrificar pelo pensamento nazista e pelo nacionalismo, cujo impulso advém posteriormente às perdas da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Se for necessário sacrificar-se em prol desses ideais, tal ação deverá ser feita, uma vez que ela é coletiva e não se restringe apenas a um sentimento imbuído em paixões nacionalistas.

> Disposição fundamental de que emana um tal modo de proceder, é chamada por nós Idealismo, em oposição ao Egoísmo. Entendemos por essa palavra a faculdade de sacrifício do indivíduo pelo conjunto de seus semelhantes. É necessário proclamar repetidamente que o idealismo não significa apenas uma supérflua manifestação sentimental, era e será sempre, em verdade, a condição primordial para o que denominamos "civilização"- Foi esse idealismo o criador do conceito "homem"! É a essa tendência interior que o ariano deve sua posição no Mundo, esse a ela também deve a existência do homem superior. O idealismo foi que, do espírito puro, plasmou a força criadora, cuja obra – os monumentos culturais - brotou de um consórcio singular entre a violência bruta e a inteligência genial (HITLER, 1983).

Dessa maneira, para legitimar suas ideias, Hitler utiliza do interdiscurso, retomando o histórico da Alemanha para constituir os elos sócio-histórico e ideológico da Nação, envolvida pelos sentimentos de humilhação e impotência da sua população que se rebelou em razão das medidas punitivas ao seu país após a Primeira Guerra Mundial. A ideia de coletividade e não egoísmo que

Hitler expõe em seu "idealismo" transforma isso em um corpo que se unirá e será representado dali em diante (ARNAUT, 1994 apud CAETANO, 2010). Não apenas isso, como também no ato de estabelecer, nessa passagem, uma doutrina pautada na paixão humana, nas crenças religiosas, nas experiências históricas, em valores sociais e conservadores e em doutrinas filosóficas.

Dentro desses aspectos, Hitler busca explicar os equívocos que a Alemanha cometeu antes da Guerra, afirmando que a principal causa de sua derrota fora a questão racial. Segundo ele, essa foi a mais importante causa das perdas da Alemanha. Há, desse modo, como afirmam Mai e Angerami (2006), uma maneira de tentar explicar esse motivo com base em ideias e estudos eugenistas, os quais visavam melhorar a espécie humana por meio do controle reprodutivo dos indivíduos. Tal ponto colocado se baseia em uma estratégia de relacionar e explicar as questões sociais, pautadas, principalmente, nos parâmetros das Ciências Biológicas.

> Todos os importantes sintomas de decadência de antes da Guerra tinham seu fundamento na questão racial. Quer se trate de questões de direito público ou de abusos na vida econômica, de fenômenos de decadência ou de degenerescência política, de questões relativas a uma defeituosa educação escolar ou uma má influência exercida sobre adultos pela imprensa, etc., sempre e, em toda parte, surge a falta de consideração aos interesses raciais do próprio povo ou a cegueira diante do perigo racial trazido pelo estrangeiro. Daí a ineficácia de todas as tentativas de reforma, de todas as obras de assistência social, de todos os esforços políticos, de todo progresso econômico, de todo aparente acréscimo do saber. A nação e o Estado já não possuíam saúde real, o seu mal progredindo à vista d'olhos, cada vez mais, Toda prosperidade fictícia do antigo Império não conseguia ocultar a fraqueza íntima, toda tentativa de um verdadeiro fortalecimento do poder ficava sem efeito, pois deixava de lado a questão de maior importância, a questão racial (HITLER, 1983).

Hitler culpou os ciganos como os causadores dos problemas alemães, tanto no Terceiro Reich, como no passado da Nação. Com efeito, o Holocausto Cigano, ou *Parrajmos*[10], exterminou e colocou grupos ciganos em campos de concentração. Nesses locais, eles foram forçados a trabalhar nas fábricas e em construções civis, sem receberem benefícios sociais. As leis de Nuremberg (1935) tinham como objetivo a proteção do Sangue e da Honra Alemã, além de incluírem a restrição ao casamento de alemães com ciganos — mesmo para aqueles que já estavam assimilados na sociedade —, assim como procedeu em relação aos judeus. Em 1938, um documento oficial, assinado por

[10] Expressão Romani.

Henrich Himmler[11] apresenta a "Solução Final da questão Cigana" (GUIMARAIS, 2015). Referente à esterilização, Moonem (2011) cita que tal ato precedeu o início daquilo que ficaria denominado como "Genocídio". No ano de 1940, a esterilização e o confinamento foram substituídos pelos campos de concentração, uma tentativa clara e direta de eliminação completa.

Por meio disso, Hitler estabelece um panorama entre a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial com a questão racial e o idealismo vulgarizado. A renúncia ao egoísmo parecia proporcionar uma conduta histórica superior ao comercialismo orientado para o Liberalismo e ao nivelamento ressentido do Socialismo. Dessa maneira, de uma "perspectiva idealista, as ideias de progresso e justiça social apenas mascaravam a degeneração de uma era na servidão aos valores materialistas" (STACKELBERG, 2002, p. 71). A junção do idealismo ao nacionalismo fora facilitada, pois ambos exigiam a subordinação dos interesses pessoais à entidade superior, à Nação. Assim, as duas doutrinas celebravam a coragem e o sacrifício pessoal.

Coragem, sacrifício pessoal e nacionalismo extremo omitiam, de tal forma, alguns dos campos de concentração que recebiam os ciganos em seu complexo — Auschwitz-Birkenau e Bergen-Belsen.[12] Diante de tantas atrocidades, o número de ciganos mortos não poderia ser diferente e, mesmo que não se conheça o número exato das inúmeras vidas perdidas desse povo, sabe-se que, ao final do conflito, continuaram relegados a estereótipos que há séculos perpetuam.

Apesar de lembrados em memória, os grupos ciganos são raramente colocados em protagonismo quando se trata de abordar, de maneira ampla, os grupos sociais que foram alvos do fascismo alemão durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo no Tribunal de Nuremberg ocorrido logo após o fim do conflito, o maior enfoco pautou-se em crimes cometidos contra judeus, sem haver nenhum registro de criminosos condenados por suas ações contra a população cigana (MOONEM, 2011).

Acerca das noções de nacionalismo que são apresentadas no documento analisado, por meio de uma construção social da realidade (PESAVENTO, 2013), Hitler expunha uma outra ideia muito

[11]**Henrich Himmler** (Munique, 1900/Luxemburgo, 1945) foi um dos principais líderes do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, Comandante do Exército da Reserva e nomeado para atuar na administração do Terceiro Reich pelo próprio Adolf Hitler.

[12] Não era um campo de extermínio, mas segundo Moonem (2011), muitos acabavam mortos por inanição e doenças, sendo que boa parte deles era enterrada em valas próximas aos locais de concentração.

importante no Nacional-Socialismo. Tal ideia fora também uma das bases de desenvolvimento do pensamento latente no Terceiro Reich.

Nota-se também que Hitler se dirige ferrenhamente a outros povos, incitando que o "outro" traz consigo a destruição e a fraqueza. Como exposto por Stackelberg (2002), dentro de um nacionalismo frustrado, os nazistas tinham a noção de que internacionalistas e democráticos também compunham a cúpula dos inimigos da Nação, os quais, supostamente, traiam e enfraqueciam o Estado. "Essa concepção da campanha do partido contra […] a democracia foi a base para a contrarrevolução völkisch no contexto do pós-guerra" (STACKELBERG, 2002, p. 56).

A finalização do discurso de Hitler evidencia o que deveria ser feito para que a Alemanha se tornasse digna de todas as honras predestinadas à sua Nação. Com isso, a maneira que Hitler considera adequada por meio de sua fala ressalta a criação de um Estado Germânico e verdadeiramente autêntico. Essa frase não revela apenas o Estado no sentido burocrático, mas certamente também pelo viés racial. Se for preciso criar um Estado puramente germânico, então o líder nazista sugeria, de forma implícita, que os não considerados arianos deveriam ser exterminados do país, uma vez que os sentidos construídos têm a ver com o que é e não é dito e explícito nos discursos.

Novamente para sustentar seu discurso, Hitler aplica as questões sociais dentro de uma perspectiva das Ciências Biológicas (MAI; ANGERAMI, 2006), ao evidenciar um organismo popular. Observa-se isso no último parágrafo do capítulo 11 de seu livro:

> Este conhecimento da situação interna é que deveria formular as diretrizes, assim como a tendência do novo movimento. Estávamos convencidos de que só isso seria capaz de fazer estacionar o declínio do povo alemão, criando simultaneamente a base granítica sobre a qual um dia se poderá manter um Estado que não seja um mecanismo de finalidade e interesses puramente econômicos, alheio ao povo, mas sim um organismo popular, isto é, um Estado verdadeiramente germânico. (HITLER, 1983).

Por meio dessas ferramentas ideológicas, Hitler utilizou vastamente de seu poder oratório para comover as pessoas e edificar os crentes do Nacional-Socialismo, amantes da pátria que havia sido drasticamente humilhada na Primeira Guerra Mundial. Com hipóteses pautadas nos sentidos ideológicos construídos com seus receptores, Adolf Hitler utilizou de artifícios que mexeram com as paixões da população alemã, apelando para valores religiosos, conservadores, sociais, experiências

históricas, doutrinas filosóficas e teses extraídas da Biologia para serem inseridas no âmbito social (CAETANO, 2010).

A doutrina que alicerçou a geopolítica de expansão da Alemanha na Segunda Guerra, a *Lebensraum*, se guiou nesses ideais biológicos aplicados ao mundo social. De maneira mais ampla, a Alemanha nazista adotou estratégias expansionistas durante a Segunda Guerra Mundial para conquistar o que denominava de *Heartland,* o Leste Europeu, inspirando-se no ideal de predestinação racial. Como efeito, a política expansionista e geográfica consistiu em diversos massacres e tomadas de territórios, tendo como alvo inicial a Polônia. Portanto, a ideologia nazista envolvia à geopolítica e à expansão territorial elementos referentes ao nacionalismo, idealismo vulgarizado e, substancialmente, ao antissemitismo.

A combinação desses elementos sobrepõe a uma falsa ideia de veracidade do que é encontrado na fala de Hitler; uma ideia de cientificidade, ao mesmo tempo em que mexe com as faculdades emocionais do leitor, sobretudo pelo seu discurso de ódio. Isso significa que não é apenas uma transmissão de informação proposta por Hitler, mas, por meio do seu discurso, coloca-se em pauta a relação de sujeitos, sentidos, significados, ideologias e a transformação mundial que transfiguraram a geopolítica do contexto.

Para além disso, o resgate da humilhação e a promessa da melhora foram, também, estruturas primordiais em seu texto. Consequentemente, Adolf Hitler utilizou de artifícios importantes para firmar um pensamento racista, antissemita e dizimador de diversos grupos pelos quais ganharia adeptos em várias regiões da Europa — e, até mesmo, externamente ao continente europeu —, desencadeando em preconceitos aos grupos ciganos que se prolongariam após o conflito.

Considerações Finais

Diante da análise de todos os elementos levantados neste artigo, pode-se inferir que as transformações geopolíticas e o pensamento da Alemanha no Terceiro Reich influenciaram os processos de perseguições e extermínios aos grupos ciganos que residiam no país entre os anos 1939 a 1945.

Nos anos 1920, com a publicação de *Mein Kampf,* Hitler dava vasão a um pensamento antissemita, nacionalista e excludente, elaborando-o por meio de teses biológicas e darwinistas: um homem ideal na Alemanha — o ariano. A obsessão para reconstruir o que denominava de um

"Estado Verdadeiramente Germânico" resultou em perseguições, genocídios e atrocidades contra os povos que não se encaixavam em seu pensamento de teor racista. Os ciganos que faziam parte desses grupos "impuros", em 1935, passaram a ser realocados nos guetos, sob comando da polícia e sem direito a mobilidade. Três anos depois aparecera, pela primeira vez, a referência de Solução Final à Questão Cigana, decreto esse assinado por Heinrich Himmler, da Schutzstaffel. Tal Solução Final fora iniciada efetivamente no ano de 1942, em que alguns foram enviados à Auschwitz e outros, ainda, serviram de cobaias aos experimentos médicos nazistas. Da mesma forma que os judeus, os ciganos foram perseguidos e mortos por um extremismo sustentado em ideais obsessivos.

Dessa maneira, o pensamento nazista, além de buscar expandir seu território, não hesitou em excluir e perseguir diversos grupos que não eram "puros" e que não se enquadravam dentro de seus preceitos. Mesmo que sempre se faça jus à memória dos judeus, não se pode esquecer que os ciganos, devido à sua trajetória histórica, também não se encaixavam na ideologia difundida pelo Terceiro Reich. Portanto, memórias do cotidiano buscam dar voz a esse grupo, assim como fora ocorrido com os judeus.

Ao finalizar o artigo, fica evidenciado o que a História já registrou: o ódio, a qualquer grupo que seja, sempre mostra o lado mais perverso e obscuro do Ser Humano. As ideias que Hitler apresentou na primeira metade do século XX se intensificaram e se tornaram atitudes cruéis no *Parrajmos*, ceifando, dessa maneira, vidas inocentes. Que a memória dos ciganos seja sempre lembrada, pois eles foram — tal como ainda permanecem sendo — alvos de um pensamento cruel. O que se espera, então, por parte deste artigo, é dar voz a estes grupos que são estigmatizados por uma suposta normalidade, que de tempos em tempos se vale da sua força majoritária para justificar crimes hediondos.

Referências Bibliográficas:

AMUSQUIVAR, E. L; PASSOS, R. D. F. dos. A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, n. 1, jan./jun., 2018, p. 19-40. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

ANDRIGHETTO, A; ADAMATTI, B. A Lei como Instrumento de Poder do Nazismo: uma análise a partir da crítica de Franz Neumann. **Revista Brasileira de História do Direito**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 60-76, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/historiadireito>. Acesso em: 18 de mai. de 2020.

ARCASSA, W. S. de; MOURÃO, Paulo. F. S. Karl Haushofer: a *Geopolitk* alemã e o III Reich. **Departamento de Geografia da FCT/UNESP**, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, janeiro a junho de 2011, p. 1-14. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/departamentos/geografia/>. Acesso em: 19 de mai. de 2020.

_____. A Geopolítica Alemã e a Segunda Guerra Mundial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL E SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, nº. 24., 2018, Londrina-PR. **Anais Eletrônicos** [...] Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

BERTONHA, J. F. O Império de Hitler: a nova ordem nazista na Europa 1939-1945. Revista Tempo, v. 14, n. 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a11v1428.pdf>. Acesso em: 05 de ago. de 2020.

BOLSANELLO, M.A. Darwinismo social, eugenia e racismo**. Revista Educar**, Curitiba, n. 12, p. 153-165. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>. Acesso em: 12 de mai. de 2020.

CAETANO, T. L. F. Mein Kampf e o ideário nazista. **Revista Consilium**, Brasília, n. 4, v. 1, mai./ago. 2010. Disponível em: <https://www.revistaconcilium.com/>. Acesso em: 09 de mai. de 2020.

CARDOSO, C; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. 5ª ed.

COGGIOLA, O. **A Segunda Guerra Mundial:** causas, estrutura, consequências. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

FERNANDES, M. O papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais**. Revista Nação e Defesa**, n. 129, v. 5, 2011. p. 263-287. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7637/1/NeD129_MarisaFernandes.pdf> Acesso em: 10 de mai. de 2020.

GUIMARÃES, M. R. O termo Ariano e a Narrativa Indo Europeia. **Revistas Línguas & Letras**, v. 19, n. 43, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/20439/pdf>. Acesso em maio de 2020.

GUIMARAIS, M. T. S. O extermínio dos ciganos durante o regime nazista. **História e Perspectivas**, Uberlândia (53), jan./jun. 2015. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hEfKcZS9IUoJ:www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/32779/17721/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 de mai. de 2020.

HITLER, A. Povo e Raça. In:_____. **Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

LACOSTE, Y. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna: entre a ruptura e a continuidade. **Revista Política Internacional**, n. 26, outubro-Inverno (2002). Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/gepoliticasPessJNeto.pdf>. Acesso em maio de 2020.

MAI, L. D; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia Negativa e Positiva: significados e contradições. **Revista Latino América**/Scielo, v, 14, n. 2, mar./abr. 2006. p. 251-258. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n2/v14n2a15.pdf>. Acesso em: 17 de mai. de 2020.

MOONEN, F. **Anti ciganismo:** os ciganos na Europa e no Brasil. 3ª edição digital. Recife: 2011. 228p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/anticiganismo.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

ORLANDI, P. E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PERISSINOTO, R. M. Hannah Arednt, poder e a crítica de tradição. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 61, 2004, p. 115-138. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a07n61.pdf>. Acesso em: 18 de mai. de 2020.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto**:** leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação**, ASPHE/FAE, UFPEL, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 20 de mai. de 2020.

SANTOS, O. B. dos; SANTOS, C. de. S. dos. Geopolítica, Relações de Poder e a Territorialidades da Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atua**l, n. 21, v. 1, 2016, p. 316-336. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/2237/1408>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

STACKELBERG, R. **A Alemanha de Hitler:** origens, intepretações, legados. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago ed. 2002, 412 pp.

TEIXEIRA, I. M; SILVA, E. P. História da Eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino**, v. 15, 2017, p. 63-80. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317051778_Historia_da_eugenia_e_ensino_de_genetica?enrichId=rgreq-c184676dcbba1500c8731b3ecfce7df5-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMxNzA1MTc3ODtBUzo2Mzg4NTc4OTY3OTYxNjNAMTUyOTMyNzAwMDc5Mg%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf>. Acesso em: 06 de ago. de 2020.

VIZENTINI, P. **História mundial contemporânea (1776-1991):** da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 3ª ed.

Temporalidades

BNH: perspectiva histórica da edificação de conjuntos habitacionais.

BNH: historical perspective of housing state.

Luiz Soares Pessoa Junior
Mestrando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Recebido em: 28/09/20
Aprovado em: 18/12/20

Resumo: Propõe-se discutir neste artigo o que foi o Banco Nacional da Habitação (BNH), ações que nortearam o banco e quais as consequências que acarretaram as políticas públicas estabelecidas no Brasil após o Golpe de 1964. Essa discussão foi pautada no uso da legislação brasileira, da regulamentação estabelecida pelo BNH e de bibliografia especializada. O BNH foi responsável por um aumento vertiginoso da urbanidade brasileira durante o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Sua atuação permeou todo o processo habitacional, desde a indústria de material de construção até o financiamento das casas edificadas. Suas ações aumentaram a urbanidade no Brasil enquanto promoviam uma alavancagem econômica. Entretanto, essas proporcionaram e aprofundaram a desigualdade sócio espacial, realizando uma urbanização difusa e colaborando para aumento da especulação imobiliária.

Palavras-chave: Conjunto Habitacional; Banco Nacional da Habitação; Habitação.

Abstract: It is proposed to discuss in this article what was the National Housing Bank (BNH), actions that guided the bank and what are the consequences that brought about the public policies established in Brazil after the 1964 Coup. This discussion was based on the use of Brazilian legislation, the regulations established by the BNH and specialized bibliography. BNH was responsible for a dramatic increase in Brazilian urbanity during the period of the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). His performance permeated the entire housing process, from the construction material industry to the financing of built houses. Their actions increased urbanity in Brazil while promoting economic leverage. However, these provided and deepened socio-spatial inequality, carrying out a diffuse urbanization and collaborating to increase real estate speculation.

Keywords: Housing State; National Housing Bank; Housing.

Introdução

O artigo que se segue tem como objetivo discutir sobre o que foi o Banco Nacional de Habitação (BNH), sua estrutura, seu modo de atuação e, principalmente, os impactos gerados por sua política habitacional ao edificarem conjuntos habitacionais. Sendo assim, apesar de tentarmos demonstrar o que foi essa organicidade do BNH, não é nossa intenção exaurir o tema, pois consideramos, também, relevante tratar das consequências do que essa entidade pública realizava com suas políticas públicas e o que ela ocasionou de forma macro, no contexto nacional, e de forma micro, em um contexto municipal. Além disso, salientamos que o BNH atuou em diversos setores da indústria imobiliária, pois foi responsável tanto por fomentar a indústria do material da construção civil quanto por coordenar e financiar boa parte do sistema financeiro habitacional. Essa atuação do banco aconteceu através das ações de agentes promotores regionais e locais nomeados, em sua maioria, como Companhias de Habitação Popular (COHABs) que estiveram intimamente ligadas a edificação de conjuntos habitacionais ao longo do Brasil.

Antes da existência do BNH, na virada do século XIX e início do XX, o Brasil passou por um processo intenso de migrações e imigrações. Cidadãos brasileiros saíram do campo para as cidades e, ao mesmo tempo, houve a entrada de imigrantes advindos de variadas partes do mundo em território brasileiro. Na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1900, mais de 175 mil pessoas passaram a morar na capital paulista (BONDUKI, 1998). Esse aumento significativo da população urbana gerou novas demandas para o Poder Público, principalmente para os municípios e estados que passaram a promover e atuar por meio da normatização legal de como as casas deveriam ser arquitetônica e espacialmente (ALMEIDA, 2007). Esse período foi dominado por um movimento identificado como higienista, tomado por uma visão racial e de limpeza étnica, o qual - além dessas questões - ainda findou interferindo no âmbito privado das moradias, definindo medidas habitacionais para as residências e promovendo remoções e/ou reordenação de casas e ruas, por meio dos estados que promoveram essas mudanças. Esse tipo de ação aconteceu em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro (BONDUKI, 1998) e Natal, na qual a Intendência Municipal, por meio da Inspetoria de Higiene, atuou sensivelmente dentro das casas verificando aspectos sanitários, passando a cidade por um processo de "aformoseamento" por volta de 1892, conforme Almeida (2007).

As ações estatais realizadas no começo do século XX foram reflexos de uma mudança de perspectiva na sociedade e de quem atuava e influenciava o mercado imobiliário. Anteriormente, pensava-se que o Estado não deveria interferir nas questões habitacionais, pois essa área de atuação era de exclusividade da iniciativa privada; Havia limitações para as ações do poder público. Com essa perspectiva, a política habitacional desenvolvida foi a de subsidiar financeiramente a construção por meio de redução de cargas tributárias para as moradias que atendessem a perspectiva higienista estabelecida (BONDUKI, 1998). De forma mais incisiva, Eva Blay (1985) elaborou uma análise sociológica das vilas operárias em São Paulo configurando essa política habitacional como uma incipiência de atuação, principalmente, dos estados e municípios. Começava a tomar corpo uma discussão em torno do papel do Estado na habitação e na casa própria que, nos anos 1930, em nível nacional enfatizou a necessidade do poder público atuar nessa produção, fornecendo as condições necessárias para isso, como analisam Blay (1985) e Bonduki (1998).

Essa mudança de pensamento influenciou o governo de Getúlio Vargas em institucionalizar na Fundação da Casa Popular (FCP) uma maior concentração de poder para promover as medidas habitacionais no Brasil. A entidade foi constituída com a capacidade de atuar nacionalmente, de definir políticas habitacionais e de financiar essas políticas estabelecidas. Ela serviu de molde, legal e administrativamente falando, para a criação posterior do BNH. Entretanto, o órgão FCP, apesar de deter respaldo legal para atuar e ter uma envergadura nacional em seu espaço de ação, teve resultados de produção habitacional considerados baixos. Diferente do BNH, a instituição não conseguiu estabelecer de forma efetiva meios de autofinanciamento e findava precisando do orçamento federal para promover suas obras. O orçamento do governo federal, por sua vez, era disputado por muitas entidades e dentro do espectro político participante do Estado brasileiro as forças política contrárias à presença da FCP tiveram mais eficiência em desarticular a fundação do que as que defendiam e lutavam pela sua participação mais aprofundada no mercado imobiliário (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

Outra iniciativa institucional voltada para a edificação de habitações foram os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). Esses institutos começaram a ser constituídos a partir dos anos de 1930 até 1960 (MEDEIROS, 2015), eram responsáveis pela gestão de recursos para aposentadoria e pensão de trabalhadores, sendo esses fundos constituídos por classe. Ou seja, eram originários e atuavam para classes especificas de trabalhadores, como professores, metalúrgicos ou funcionários

públicos (BONDUKI, 1998). Tais instituições promoveram ações de edificação de habitações para seus associados e como forma de investimento buscando agregar lucro aos valores possuídos em seus fundos. Esses institutos existiram em diversos locais do país e sua produção habitacional foi numericamente superior, comparativamente, a alcançada pela fundação. Tenha sido pela falta de capacidade gerencial da FCP ou pela superioridade financeira e administrativa dos IAPs, eles obtiveram uma maior produção habitacional. A título de comparabilidade os IAPs produziram em torno de 123.995 habitações, enquanto que a fundação edificou 18.132, conforme Andrade e Azevedo (1982). Esse número de construções demonstra o quanto os IAPs conseguiam realizar e, também, a dificuldade encontrada pelo FCP de se colocar nesse ambiente, mesmo sendo um representante do governo federal e atuando em estados e municípios nos quais não havia atuação dos institutos (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

Esse engajamento estatal como produtor e não mais apenas como emissor e regulador de normas habitacionais vai ter seu ponto alto no período da Ditadura Militar[1] Brasileira por meio do BNH e pela implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que transformou o Estado em um ator determinante na produção de habitações populares. Durante o período ditatorial, por mais que fosse um regime de exceção, o Estado precisava da aceitação da maioria da população e, nesse tocante, a casa própria foi o carro-chefe. Houve nesse momento o uso do sonho da casa própria, que gerava a sensação de progresso na individualidade do cidadão em proveito de obter uma certa legitimidade junto à população de classes mais baixas (MARICATO, 1987).

A participação do Estado tornou-se proeminente na Ditadura Militar por aspectos inerentes à sua própria formatação. Octavio Ianni (2009) exemplifica que o regime ditatorial foi desde o começo concentrador de poder decisório, tomando para si prerrogativas do Poder Legislativo e impedindo o Poder Judiciário de julgar, deixando o Poder Executivo com condições "excepcionais" para planejar, administrar e executar. Desde 1930, conforme o Estado foi sendo intimado para resolver problemas econômicos, planejar e se tornar mais eficiente, ele foi se cercando de pessoas tecnicamente capazes e estabelecendo uma classe técnica vinculada ao poder, principalmente no Executivo. Com a Ditadura Militar Brasileira (1984-1985), houve a hipertrofia do Poder Executivo, o corpo técnico

[1] Optamos pelo uso do conceito de "Ditadura Militar", apesar de compreendermos a participação civil no Golpe de 1964 e durante o período ditatorial, consideramos que o papel de liderança dos militares se sobressaiu e era definidor das resoluções do regime (FICO, 2004).

passou a ganhar ainda mais relevância no período. Ianni (2009) os classificou como "tecnocratas", pois se utilizavam de uma perspectiva mais técnico-científica do que "clientelista" para executar as políticas públicas. Essa perspectiva tecnocrata também foi permeando as organizações e estabeleceu uma "tecnoestrutura" que englobava técnicos, órgãos e até os meios para elaborar, executar e controlar as políticas governamentais durante o período ditatorial (IANNI, 2009). Esse, portanto, era o cenário no qual o Banco Nacional de Habitação foi inserido na sociedade brasileira e do qual passaremos a tratar em maior especificidade.

O BNH: Banco Nacional de Habitação

O BNH foi constituído em 21 de agosto de 1964 (BRASIL, 1964a) com a intenção de promover habitações para a população carente brasileira. Diferentemente do FCP da "Era Vargas", o BNH entrou nesse meio com uma capacidade financeira e administrativa muito maior. Tornou-se, ao mesmo tempo, a provedora de recursos para representantes locais/estaduais responsáveis pela promoção de edificações e, também, financiadora para os futuros moradores das novas residências. Essa instituição agiu em todo o processo do mercado imobiliário, no que tange ao aspecto financeiro, apenas, tanto emprestava o recurso para a construção como garantia aquela aquisição para um cidadão brasileiro que se enquadrasse em certas regras necessárias para adquirir a casa própria.

O BNH foi criado com uma perspectiva de ação semelhante ao do FCP, possuindo, porém, características que lhe garantiram uma maior capacidade de ação. Dentre elas, está o fato de que o banco já foi fundado com uma autonomia financeira, ou pelo menos, com uma fonte autônoma de recursos. No caso, ela detinha o direito de 1% sobre os valores pagos de salários de todas as empresas brasileiras. Ao longo do tempo, ainda foi designado para domínio da entidade o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço[2] (FGTS) como fonte de obtenção de recursos para investimentos, passando a ter 8% sobre as folhas salariais em vez dos iniciais 1% (BRASIL, 1966). Essa expansão das fontes de recursos se deu, em boa medida, pelo início consideravelmente complicado da entidade. Por ter sido constituída para atuar num setor social de baixa renda, de um até três salários mínimos, e por deter uma perspectiva mais empresarial, apesar de sua constituição

[2]É um tributo aplicado em 8% sobre os salários, que deve ser pago pelas empresas mensalmente e é pertencente aos seus empregados. No geral, o empregado só tem acesso ao dinheiro desse fundo quando de sua demissão da empresa em que trabalha e lhe serve como uma poupança para que possa usar nesse momento delicado, sua origem foi uma forma de compensação pela perda da estabilidade do emprego que era garantida após 10 anos de carteira assinada e foi estabelecido em 1966.

como autarquia. A entidade deveria ser financeiramente capaz de se sustentar e levar adiante as políticas públicas estabelecidas pelo regime ditatorial sem a necessidade de novas injeções de capitais pelo Estado brasileiro. Porém, ao estabelecer foco numa parcela da sociedade relativamente mais pobre e financeiramente limitada, as taxas de inadimplência se tornaram um problema (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

A instituição BNH detinha uma contradição entre a sua personalidade jurídica e a sua mentalidade administrativa interna que atuava de forma mais empresarial (ANDRADE; AZEVEDO, 1982). Como autarquia, a entidade não possuía, especificamente, o objetivo fim de obter lucros. Ela tinha como prioridade atuar, ordenar e coordenar as políticas habitacionais do governo federal. Suas ações deveriam acontecer dentro de um limite orçamentário baseado nas suas receitas e caso houve-se algum "prejuízo" o Poder Executivo federal deveria se responsabilizar em repor os valores para a organização (BRASIL, 1964b). Entretanto, a população beneficiada por essa política nos primeiros anos de atuação do BNH não teve capacidade financeira de pagar pelas chaves que recebeu, o que levou a instituição para altos patamares de inadimplência (MARICATO, 1987). A população de baixa renda não tinha como arcar com a despesa dessas parcelas e em algum momento eles se depararam com o dilema de ou saldar a prestação da casa ou comprar comida, nesses momentos a necessidade de sobrevivência pesa mais na hora de gastar o dinheiro. Os motivos para essa situação são diversos, mas podemos indicar a defasagem salarial e uma novidade que foi estabelecida pelo banco nas prestações em 1964, a atualização monetária ou correção monetária.

Colocamos a correção monetária como uma novidade, pois para aquele momento ela era, de fato, uma forma que foi estabelecida para tentar manter os valores das prestações devidas mais próximas dos seus valores reais ao longo do tempo ao sofrerem influência da perda de valor do dinheiro[3] (BRASIL, 1964a) (BNH, 1966a). As prestações das casas passaram inicialmente a sofrer duas formas de atualização em seus valores, a primeira, chamada de "Plano A", voltada para as camadas atendidas pelas casas populares que tiveram suas prestações atualizadas com base na atualização salarial. A segunda, chamada de "Plano B", voltada para o restante dos mutuários, classe média e alta, sofriam uma atualização baseada na cotação da UPC (Unidade Padrão de Capital)

[3]Basicamente, a correção monetária é a consideração de que algo que valia X em um certo momento, com a desvalorização do valor real da moeda com o passar do tempo, aquele mesmo produto para ser adquirido novamente precisa do mesmo X mais Y, em que Y representa a correção monetária necessária para que esse bem tenha o mesmo valor em dinheiro do momento passado em que foi adquirido inicialmente.

trimestralmente (ANDRADE; AZEVEDO, 1982, p. 50). Os salários não sofreram tantos reajustes e houve perda real de poder aquisitivo por parte dos trabalhadores. Com as prestações associadas ao aumento salarial, a parcela da população abrangida pelo Plano A não teve tantos aumentos nas parcelas nos primeiros anos de ação do BNH. Porém, devido ao desgaste financeiro que elas sofriam em todo o resto de suas necessidades que sofriam aumentos, tornou-se difícil honrar as prestações de suas habitações, transformando a autarquia em um problema para o governo (ANDRADE; AZEVEDO, 1982, p. 51).

Uma questão que se tornou importante nos primeiros anos do BNH tratava-se das críticas com relação às suas edificações arquitetônica e urbanisticamente. Essa relevância foi devido à centralidade do banco que assumia, quase, diretamente o controle sobre as edificações. Nesse quesito existem duas perspectivas diferentes, uma para o segmento privado (BNH, 1966b) e outra para os empreendimentos públicos, do BNH, através das Companhias de Habitação Popular, COHAB's (BNH, 1966c). Essa diferença é importante porque elas divergem na forma como os dois segmentos, público e privado, se capitalizavam para edificar, enquanto as entidades representativas do poder público, se utilizavam mais "diretamente" do financiamento do BNH e usufruíam do FGTS, a iniciativa privada precisava utilizar o Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos (SBPE). Outra diferença de campo de atuação dos dois segmentos, eram as classes sociais em que elas atuavam. Enquanto as entidades do capital privado atuavam mais com as classes médias e altas, as COHAB's atuavam junto da classe baixa.

Entre essas duas maneiras de atuação do BNH, a capitalização das COHAB's era mais "simplificada", no sentido de que elas poderiam mais diretamente obter esse recurso. Para tanto, elas precisavam ter um projeto habitacional que - se aprovado - teria o investimento realizado pelo BNH. No caso do capital privado, também havia a submissão do projeto e a necessidade de aprovação prévia, porém o capital necessário para a construção era oriundo de entidades vinculadas ao SBPE[4], normalmente privadas, com a exceção da Caixa Econômica. Além da aprovação, o BNH fornecia ao empreendedor "Promessa de Compra e Venda de Hipotecas" que eram levadas aos financiadores como a garantia dada pelo banco estatal. Acertado o financiamento, a instituição

[4]Esse sistema era formado por Sociedade de Crédito Imobiliário (SCIs), Associações de Poupança e Empréstimos (APEs), além das Caixas Econômicas, em geral essas entidades eram privadas e eram uma maneira pela qual o capital privado adentrou e participou do plano habitacional vigente ao longo da Ditadura Militar.

financeira refinanciava com o Banco Nacional de Habitação; quando da finalização da obra e da entrega das chaves, o empreendedor ou "iniciador" saldava sua dívida ao financiador e este, por sua vez, ao BNH, que administrava a partir dali os créditos hipotecários devidos pelos mutuários adquirentes dos imóveis edificados (BNH, 1966b).

Em 1969, não somente o BNH estava financeiramente comprometido, como também as COHAB's estavam em situação difícil devido à inadimplência de seus clientes, leia-se cidadãos. Este é um aspecto importante levantado por Andrade e Azevedo (1982), o de que desde a sua gênese o BNH deveria ter um caráter mais privatista, queremos dizer, de objetivo capitalista e assim menos assistencialista e mais voltada para o lucro. Sendo que, ao mesmo tempo, estava nos objetivos do banco atuar, prioritariamente, com a parcela da população de mais baixa renda possível, no caso de 1 até 3 salários mínimos da época. Isso gerou um conflito interno que acompanhou a instituição até seus dias finais. Inicialmente como uma autarquia o aspecto "assistencialista" não era, necessariamente, um problema, tendo em vista que com essa personalidade jurídica ter lucro não deveria ser seu objetivo. Mas, devido à mentalidade administrativa estabelecida internamente na entidade (ANDRADE; AZEVEDO, 1982), devia-se procurar maneiras pelas quais o dinheiro empreendido na edificação dessas casas não só tivesse o aspecto de uma política governamental voltada para garantir ao cidadão uma moradia que fosse digna, como deveria esse empreendimento público garantir a reprodução desse capital por meio da lucratividade, no mínimo garantindo que houvesse o retorno do mesmo valor empregado, ou seja, não seria um problema ter pouco lucro, mas que não houvesse prejuízo financeiro (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

Entre essas duas características conflitantes existentes, seja na mentalidade administrativa ou nos objetivos institucionais, venceu a mentalidade empresarial. Em 1971, a autarquia mudou sua personalidade jurídica de autarquia para empresa estatal (BRASIL, 1971). Acrescentando na sua gênese a necessidade de ter lucros, pois, como empresa, apesar de pública, precisava ganhar mais dinheiro do que gastar para se sustentar, ou pelo menos isso é o que se espera desse tipo de personalidade jurídica. Essa mudança acarretou outras consequências que foram além de suas características jurídicas, devido à persistência dos problemas de adimplência dos clientes ao longo de mais alguns anos, tomou-se a iniciativa da mudança de clientela. Construir casas para pessoas com até três salários mínimos não estava garantindo ao banco conseguir reaver nem mesmo o seu investimento. Na busca dessa lucratividade mínima, que suprisse o investimento feito, houve a

concentração de premiação das residências para aqueles mais próximos do teto. Mesmo assim, posteriormente, em 1975, houve a mudança de limites, passando-se a permitir que cidadãos com até cinco salários mínimos participassem dos sorteios das casas. Essa mudança, ao ser somada com a política de prestigiar aqueles mais próximos do teto, faz com que essas residências tivessem agora indivíduos com boa capacitação orçamentária para arcar com as parcelas, fazendo com que em fins de 1978 os valores de inadimplência fossem muito baixos (ANDRADE; AZEVEDO, 1982). Outro ponto foi o financiamento ofertado a estados, municípios e outras entidades públicas para obras de infraestrutura necessárias para as edificações de conjuntos habitacionais ou até mesmo a participação em empreendimentos públicos de grande vulto, como o "caríssimo metrô de São Paulo, o metrô do Rio de Janeiro, a monumental Ponte Rio-Niterói, além de vias expressas, viadutos e outras mais" (MARICATO, 1987, p. 40).

A mudança realizada na busca de tornar o BNH uma entidade mais eficiente, de autarquia para empresa pública, alterou, ainda, as prerrogativas institucionais nas quais houve uma clara mudança de objetividade. Enquanto autarquia, a entidade mantinha esse aspecto conflitante indicado um pouco acima nesse texto: objetivos mais políticos e "assistencialistas" contra uma atuação administrativa mais voltada para o lucro. Entretanto, na mudança para empresa pública essa intenção mais voltada para a lucratividade se tornou mais nítida no estatuto da entidade. Foram incluídos diversos objetivos com essa finalidade e apenas um com o objetivo de manter uma "prioridade a programas, subprogramas e projetos habitacionais destinados às famílias de menor nível de renda" (BRASIL,1973, p. 2). Com o acréscimo desses objetivos, procurava-se tornar a entidade uma instituição mais eficiente, mais tecnocrata no sentido exemplificado por Octavio Ianni (2009).

Com o objetivo de tentar solucionar os problemas habitacionais do país, o Banco Nacional da Habitação, sentiu a necessidade de ter um espectro maior de ação no espaço nacional. Para conseguir atuar no setor popular habitacional edificando conjuntos habitacionais, o banco emitiu a resolução da Diretoria (BNH, 1966c). Essa determinação obrigava qualquer outro participante da federação (Municípios e Estados) a seguirem as regras estabelecidas pelo BNH. Essa determinação estabelecia, basicamente, que somente as COHAB's seriam os "agentes promotores" do BNH nos variados estados e municípios nacionais, pelo menos no que tange à atuação governamental. Determinava a maneira pelas quais os municípios e estados deveriam constituir suas empresas e,

principalmente, restringia o investimento público federal somente para aqueles entes da federação estritamente fieis às regras do próprio banco (BNH, 1966c).

Esse é um aspecto bem interessante, pois considerando que estivéssemos em um ambiente político democrático, os outros entes da federação poderiam ou não constituir tal instituição conforme sua vontade, desejo ou objetivos de ação política. Porém, devido à Ditadura Militar e à hipertrofia do Estado brasileiro (IANNI, 2009), o governo federal pôde estabelecer regras de controle administrativo em que colocava outros entes da federação, em tese independentes (BRASIL, 1967a) (BRASIL, 1967b), sob o seu julgo, controlando o sistema de políticas e o repasse de recursos públicos. A centralidade do poder ditatorial se deu de variadas maneiras, algumas mais evidentes ao público, como a nomeação indireta de governadores e prefeitos. Em outras menos evidentes, como por meio do BNH e no uso da política habitacional, que serviu tanto para controlar estados e municípios como para manter a ordem da população (MEDEIROS, 2004). Na busca de continuarmos entendendo o que foi o Banco Nacional da Habitação, passaremos a discutir as consequências da política habitacional que foi adotada durante o período ditatorial.

Reflexos das políticas públicas habitacionais durante a Ditadura Militar (1964-1985)

Para uma melhor compreensão do que foi esse banco tão influente na área habitacional, precisamos, também, entender suas realizações. Procuraremos nas páginas seguintes explorar as consequências da política habitacional estabelecida entre 1964-1985[5] e ainda algumas considerações necessárias para compreendermos melhor os motivos que levaram tanto o governo quanto o BNH na direção tomada.

Em 1964, com a aplicação do Golpe de Estado e a mudança de poder, foi introduzido no país o BNH. O banco foi constituído para atuar com as políticas habitacionais do governo federal. O espaço que foi ocupado pelo banco decorre, em parte, de como o mercado imobiliário funcionava e da perspectiva de ação do capital privado. O Capital busca sempre as maneiras mais fáceis e, principalmente, seguras de se estabelecer e auferir lucros. O espaço do mercado imobiliário ocupado pelo BNH era uma parcela do negócio que continha um maior risco para a rentabilidade e um tempo muito extenso de retorno do investimento, tendo em vista que os contratos realizados pelo BNH

[5] Tomando o período da Ditadura Militar como base, tendo em vista que o BNH em si, só será extinto em 1986.

poderiam perdurar, inicialmente, até 33 anos (BNH, 1966c) (BNH, 1967)[6]. Atuar com camadas carentes da população era muito arriscado do ponto de vista do retorno financeiro do investimento realizado. Assim, foi o BNH responsável por atender essa parcela do mercado imobiliário e, também, por constituir garantias legais para o funcionamento e ampliação desse mercado (BRASIL, 1964). Outra consideração que precisa ser realizada é que para o capital privado, além do risco envolvido no negócio e da baixa remuneração do investimento, o capital financeiro necessário para participar dele precisaria ser muito grande. Esses fatores juntos tornavam a participação da iniciativa privada nesse pedaço do negócio imobiliário escasso e pouco atrativo.

As outras partes do setor imobiliário foram massivamente ocupadas pela inciativa privada, participando esse ativamente de todas as etapas do processo imobiliário no qual o BNH se envolveu. Por exemplo, Guilherme M. Petrella (2009) cita que na edificação de conjuntos na cidade de Tiradentes/MG, as empresas privadas faziam do projeto à edificação em si. Comparativamente, na cidade de Natal/RN, os projetos eram realizados pela própria COHAB local. Assim, a participação de empresas particulares junto de Companhias de Habitação Popular, eram: na produção do projeto habitacional; na segurança patrimonial do que estava sendo construído; no fornecimento da matéria prima; no fornecimento de mão de obra; na terraplanagem dos terrenos; no fornecimento de alimentação para os trabalhadores; dentre outras. Ou seja, o empresariado participava de tudo que envolvesse o processo de edificação habitacional, com exceção da administração dos recursos do Banco Nacional da Habitação, pois, as companhias de habitação detinham o aval do governo federal para administrar as etapas da edificação e "revender" o financiamento realizado por ela para os cidadãos que iriam morar nos novos espaços urbanizados. Com essa delimitação e foco de atuação, as COHAB's precisavam, necessariamente, contratar junto à iniciativa privada todas as demais etapas do processo da construção civil. Esses dois pequenos exemplos são boas demonstrações do quanto a inciativa privada esteve envolvida em grande parte das ações promovidas pelo Estado. Assim, o estado planejava, investia e fiscalizava, enquanto que o empresariado promovia as demais etapas.

Outro aspecto importante é a cadeia de ações e reações promovidas através da indústria da construção civil. Essa indústria possui algumas características específicas de sua própria dinâmica, ela

[6] Os contratos possuíam um tempo máximo de 264 meses (22 anos), conforme a resolução 42/1966 da diretoria do BNH. Na resolução do conselho de administração foi implantada a possibilidade de extensão dos contratos até "1,5" do tempo original, podendo os contratos serem estendidos até 396 meses (33 anos).

se utiliza de uma grande quantidade de mão de obra de diversos níveis educacionais, mas em geral podemos afirmar que a maioria dos empregos que ela gera requer pouca educação formal para serem executados. A atividade é muito baseada em trabalho "braçal", físico, e necessita proporcionalmente de uma quantidade menor de pessoas com alto grau educacional (engenheiros, arquitetos, contadores, administradores e etc.) para compor uma obra (RIBEIRO, 2008). Além dessa questão da composição educacional requerida para sua execução, essa indústria precisa de uma grande quantidade de trabalhadores para funcionar, assim ela gera grandes quantidades de vagas de emprego quando os investimentos são direcionados para o setor.

O investimento público realizado nesse segmento econômico tem um retorno de empregabilidade e de fazer "girar" a economia significativa e relativamente rápido, assim essa área se tornou prioridade para o regime ditatorial. A título de comparação e exemplificação dessa importância, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o principal ou um dos principais programas de governo foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que em boa medida utilizava a mesma lógica de investimento com dinheiro público (FGTS) para com a transformação de espaços, investir na economia diminuindo o desemprego, principalmente, entre os menos escolarizados e garantindo para um parcela significativa da população poder de compra. Esse poder de compra gerava novas demandas (alimentos, vestuário, educação, saúde, lazer), gerando novos empregos e assim impactou positivamente a economia.

Esse impacto gerado pela produção imobiliária mostrou-se significativo, pois foi desde a constituição de "pequenos burgueses", ao possibilitar os primeiros bens patrimoniais de uma parcela da população, à solidificação de uma indústria de materiais para a construção civil (MARICATO, 1987). O investimento público permeou todo esse sistema, da elaboração da matéria prima destinada à utilização na edificação dos conjuntos até a venda subsidiada da casa ao público. Além da "grande economia" que é movimentada por essa produção e mesmo desconsiderando o fato de termos mais pessoas empregadas e com poder de compra, podemos considerar que o fato de se estabelecer um grande número de indivíduos[7] em um mesmo local vai ocasionar o surgimento de necessidades além da luz elétrica e água encanada. As pessoas precisam de comida, de roupas e de lazer, por exemplo. Estabelecer um grande número de cidadãos em um mesmo local ocasionou, pela demanda, a

[7]A título de exemplo, o partido urbanístico do Projeto Pirangi que foi edificado na cidade de Natal/RN, previa que 12.600 pessoas iriam passar a morar naquele espaço.

necessidade de pequenos negócios como padarias, mercearias e bares, responsáveis por movimentar mais ainda a economia local e nacional.

Habitação e economia estão e estavam muito imbricadas. Então, o investimento em um findou gerando o outro e constituindo uma certa circularidade de eventos e consequências responsáveis por alavancar economicamente o país durante a Ditadura Militar. Porém, nossa leitura dessa relação é a de que houve um pensamento mais econômico do que exatamente uma preocupação com a questão habitacional e que a falta de moradias possibilitou uma alavancagem econômica. A diminuição do déficit habitacional com a edificação de conjuntos teria sido mais uma consequência do projeto econômico estabelecido do que um objetivo prioritário da política habitacional que tinha reflexos na economia. Principalmente, quando observamos os "princípios fundamentais" do BNH positivados em seu estatuto. Dos dez pontos colocados ali, nove são voltados para o econômico e um para o social (BRASIL, 1973). Pode-se alegar a naturalidade de uma empresa priorizar o cunho econômico, mas o ponto a ser frisado é que essa empresa pública tinha objetivos amplos e com claros aspectos de ações voltadas para políticas públicas, das quais a maioria eram políticas econômicas.

Outro reflexo das políticas do BNH foi o aumento do espaço urbano, aspecto considerado por Milton Santos como Horizontalidade Urbana (SANTOS, 2006). O conceito do autor se baseia na avaliação de que as cidades brasileiras passaram por um processo de expansão mais acentuada para os "lados" do que para "cima". Assim, as cidades cresceram horizontalmente, multiplicando o tamanho dos municípios de forma muito extensa e não necessariamente intensa. Essa horizontalidade urbana aumentou o tamanho da municipalidade no sentido de área daquela cidade, mas não gerou, imediatamente, uma área urbana muito edificada. Consequentemente, ocasionou-se um alto gasto de dinheiro público das prefeituras para levar a infraestrutura até onde a cidade foi expandida, causando também uma alta na especulação imobiliária, tendo em vista que pelo local onde a infraestrutura estatal for edificada agregou-se valor à proximidade e acelerou a urbanização ao derredor dessa nova estrutura urbana.

O modelo aplicado de reprodução do espaço urbano, o conjunto habitacional, era o de se estabelecer onde se tinha terra, ou seja, a cidade expandia para aquela localidade em que as entidades representativas do estado, normalmente COHAB's, conseguiam uma porção de terra barata o

suficiente para viabilizarem uma nova construção naquele local. Viabilizar um projeto habitacional com grandes quantitativos de casas e ainda ter que reservar espaços para praças, postos policiais, postos de saúde, área verde, centro comunitário, caixa de água e escola exigia, necessariamente, mais terra. Ainda seria necessário para edificar esse conjunto uma rede viária com avenidas e ruas mais largas que, além de investimentos mais altos para a urbanização dessa grande área e para a edificação dos equipamentos complementares, também exigia a necessidade de espaços maiores, o que não era fácil de conseguir.

A pressão sobre as COHAB's para manter um preço acessível e conseguir obter alguma lucratividade no negócio e, ainda, conseguir o espaço necessário para o tamanho das obras, fazia com que eles adquirissem terras onde fosse mais barato. Normalmente nas zonas rurais das cidades, o que nos leva para a horizontalidade da urbe indicada por Milton Santos. Esse processo da horizontalidade urbana promovido pelos conjuntos habitacionais foi forçando os limites das municipalidades de forma repentina e muito aguda. Esse aumento da necessidade de ação das prefeituras gerava a necessidade de novos investimentos, o que levou o BNH a fornecer linhas de financiamento para esses municípios. Esse, portanto, é outro aspecto presente nessas edificações e que consideramos importante discutir. A expansão territorial dos municípios é o que mais se destaca entre os demais pela sua visibilidade, mas apesar do tamanho dos conjuntos habitacionais, eles não tinham como ser tão grandes quanto os espaços vazios gerados no processo e que rapidamente eram ocupados pela especulação imobiliária. A iniciativa privada, ao mesmo tempo em que as obras estruturais municipais eram realizadas ocupava e replicava o espaço urbano em áreas antes suburbanas ou rurais, formando um ciclo em que para cada novo conjunto havia uma nova expansão da cidade.

A constituição de "espaços vazios" é outra característica intrínseca ao processo de expansão urbana por meio dos conjuntos habitacionais nos moldes e processos históricos ocorridos nas cidades brasileiras. O processo de horizontalidade urbana não só foi pautado pelo crescimento do espaço urbano oficial, por assim dizer, mas esse crescimento se dava pelo estabelecimento de espaços urbanos lançados como uma vanguarda que indicava para onde se deslocaria a cidade. A edificação dessas vanguardas urbanas foi realizada, normalmente, fora das áreas em que havia suprimento de serviços públicos. Tomando a cidade de Natal/RN como exemplo, as edificações foram realizadas em áreas rurais. O espaço que havia entre os conjuntos habitacionais e os limites da infraestrutura

municipal era uma zona rural que sofreria um processo de urbanização consideravelmente rápido. Basicamente, o Estado edificava uma área urbanizada distante de onde até então se construiu de uma certa cidade; para prover os serviços municipais para aquela parte da população que foi viver na nova área construída era necessário investir mais dinheiro público para que, por exemplo, avenidas fizessem a conexão viária com a nova localidade e que a população daquela nova região tivesse suprimento de energia e água encanada.

O espaço, até então "vazio", passava por uma transformação que era promovida, principalmente, pela inciativa privada, mas o ponto de partida era o estabelecimento daquele conjunto habitacional fora da zona já estruturada. Uma transformação espacial que, talvez, até ocorresse com o transcorrer do tempo, mas que tomou uma velocidade e um certo direcionamento que se não fosse pela ação estatal, provavelmente, não ocorreria. Assim, consideramos intrínseco e importante pensarmos que o conjunto habitacional não foi algo no qual devemos pensar apenas pela edificação de casas em série ou de fachadas e modelos repetidos. Nem podemos considerar que a sua edificação se fechava em si mesma, o conjunto habitacional edificado era vanguardista de uma grande mudança habitacional nas cidades onde foram construídos, pois sua edificação precedia muitas outras mudanças espaciais.

Apesar da edificação em zona, efetivamente, rural, a resolução do BNH obrigava às COHAB's que edificassem em áreas já supridas pela infraestrutura urbana; elas, em normatização, deveriam construir e levar em consideração as distâncias existentes dos variados aspectos urbanos, distância de transporte, infraestrutura, escola, energia elétrica, água encanada e etc. (BNH, 1966c). Porém, o que estamos levantando são características não só percebidas por nós ao avaliarmos alguns exemplos edificados, como o Conjunto Pirangi em Natal/RN, por exemplo, como também são aspectos das ações do Banco e das COHAB's levantadas e criticadas por variados autores. Além da questão da falta de capacidade financeira para pagar as parcelas, que levavam muitas pessoas a desistirem das residências, fosse abandonando, fosse repassando para outra pessoa, a distância acarretava uma série de problemas e outras dificuldades para os cidadãos, estabelecendo outras fontes de pressão para aqueles novos moradores. Passemos a tratar desse aspecto.

Com a consideração logo acima, é preciso tratar de um aspecto intrínseco à produção desses conjuntos habitacionais: a desigualdade social que eles geraram. Variadas são as pesquisas, conforme

MEDEIROS, (2015); SANTOS, (2017); MEDEIROS, (2012); LIMA, (2011); SCHMIDT, (2009); LIMA, (2013), que demonstram o quanto essas edificações contribuíram para a desigualdade social. Nesse sentido, aqui iremos considerar também como uma desigualdade espacial. Ao falarmos sobre diferença social ou diferença de classes, gostaríamos de abordar da mesma maneira que Sara R. Q. F Medeiros (2015) fez em sua tese, considerando dados socioeconômicos para diferenciar os moradores dos conjuntos habitacionais. Esses diferentes patamares socioeconômicos estavam presentes na sociedade e nos mutuários ocupantes dos conjuntos habitacionais, alguns eram de uma classe média alta, outros de uma classe baixa. Entre essa classe média alta e a baixa, havia diferenças de capacidade financeira que favoreceram ou desfavoreceram a sua permanência nas moradias obtidas junto às COHAB's.

A presença da construção da desigualdade espacial nas obras realizadas pelo BNH eram consideravelmente latentes, por exemplo, as próprias construções realizadas em São Paulo, nas quais os bairros oriundos desses conjuntos habitacionais até hoje possuem essa marca da "refavela" e da pobreza. Outro motivo esclarecedor dessa percepção, é o limite salarial para concorrer às casas: era exigido que se tivesse uma faixa salarial entre um e cinco salários mínimos da época para casas COHAB, a partir de 1975. O fato de haver um limite de salário para concorrer retira, necessariamente, uma parcela da população dessa oferta de habitações e a necessidade de se obter o retorno financeiro do investimento levou as COHAB's em favorecer os mais próximos do teto estabelecido. Sendo que o BNH estabeleceu outros tipos de projetos específicos para aqueles mais próximos do piso para tentar prover alguma habitação para as camadas mais pobres da sociedade brasileira[8]. Reiterando, ao se colocar um limite mínimo e máximo, necessariamente havia a exclusão de parcelas da população desses projetos habitacionais, tornando o processo excludente. A importante questão a ser pontuada é a de que além de existir uma exclusão já estabelecida na normatização, salários de um até cinco mínimos, existia a exclusão cultural do sistema que privilegiava aqueles mais próximos do limite máximo em detrimento dos do limite mínimo. Apesar de que, mesmo com essa prática, eram concedidas residências para pessoas morarem em

[8] No caso citado, o BNH chegou a estabelecer o PROMORAR (Programa de erradicação da sub-habitação), PROFILURB (Programa de financiamento de lotes urbanizados) e o Programa João de Barro. Ou ainda programas de desfavelamento, para melhor entendimento ver MEDEIROS, (2015).

determinados conjuntos nos quais não conseguiam sobreviver devido ao custo dessa sobrevivência, forçando os moradores ou a abandonar a casa ou a repassá-la (MEDEIROS, 2015)[9].

Outro ponto também significativo é o uso dessas políticas habitacionais para obter uma certa legitimação junto à população após o golpe militar de 1964. Como a maioria das pessoas moravam de aluguel e a casa própria promovia uma "sensação de segurança e progresso pessoal para o trabalhador" (MARICATO,1987, p. 26) ela virou um objeto central nas decisões. Como demonstrado por um discurso do Ministro do Planejamento (1964-1967), Roberto Campos, sobre o plano habitacional, ele afirma: "proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem" (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p. 41). A casa, portanto, não era simplesmente um bem para diminuir a falta de moradias ou para aquecer a economia, ela era, também, uma forma de obter dos cidadãos sobre o julgo de um regime ditatorial alguma manutenção e continuidade. O uso de um ideário do sonho da casa própria gerava nas pessoas a ânsia por obtê-la e a sensação de que estavam fazendo algum progresso na vida.

Das consequências das políticas habitacionais oriundas do BNH, muitas críticas realizadas por urbanistas e arquitetos, em geral, giraram em torno da falta de integração urbana dos conjuntos habitacionais, conforme MEDEIROS (2010) e BOLAFFI; CHERKEZIAN (1985). Essas críticas são direcionadas para o fato de que ao se pensar uma casa dentro de um bairro que faz parte de uma cidade, se deveria pensar como aquele habitante daquela residência iria viver, se integrar à urbe e se socializar com o restante da urbanidade construída. Ou seja, a ideia de produzir uma habitação sem levar em consideração a sociabilidade do habitante fez com que a obra feita fosse falha e causasse uma não vivência da cidade como um todo e tudo o que ela devia e podia oferecer para todos.

Considerações Finais

Diante do que foi tratado ao longo deste artigo, podemos considerar que as ações do BNH obtiveram bons resultados na diminuição do déficit habitacional, apesar de não ter sido possível solucionar o seu problema. Houve um considerável aumento da infraestrutura urbana, como: acesso a água encanada; rede de tratamento de esgoto; e malha viária. O que tornou as cidades mais

[9]A autora avaliou quatro conjuntos da cidade de Natal (Satélite, Soledade, Cidade da Esperança e Ponta Negra), aplicando questionários em quase toda as pessoas residentes nas casas oriundas desses projetos demonstrando a mudança de população residente, mesmo poucos meses após entrega das chaves.

habitáveis e salubres, colaborando para o aumento da expectativa de vida da população brasileira no geral. Os empreendimentos habitacionais promoveram um dinamismo econômico com bom aumento da empregabilidade e crescimento e estabelecimento da indústria da construção civil.

Por outro lado, esses aspectos que podem ser considerados "bons" resultados da entidade agregaram algumas consequências não tão boas para uma gama da população brasileira. A mentalidade administrativa empresarial e a cultura da valorização do teto salarial para obtenção das moradias[10] e, ainda, a falta de aumentos reais dos salários promoveram um aumento da desigualdade socioespacial. A necessidade de espaços amplos e de fornecer moradias a preços baratos forçou as COHAB's a adquirir os terrenos que houvessem disponíveis nessas condições, o que dificultou ações de planejamento urbano amplo. Essa falta de coordenação dos locais onde seriam edificados os conjuntos fez com que eles fossem edificados de forma difusa e favorecessem o crescimento desordenado das cidades. Em consequência, ainda, dessas aquisições difusas de terrenos e distantes das zonas urbanas estabelecidas, houve o processo de horizontalidade, promovendo o escalonamento da necessidade de investimento público e o aumento considerável da especulação imobiliária. Entretanto, o BNH promoveu a mais longeva política habitacional em plano nacional e edificou uma imensa quantidade de habitações. Essa instituição teve considerável importância na vida da população nacional brasileira ao longo de décadas até que uma nova política (Programa Minha casa Minha Vida) com uma amplitude similar voltasse a produzir as habitações necessárias para a sociedade deste país.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Caliane C. O. **Habitação Social**: origens e produção (Natal, 1889-1964). São Carlos: USP, 2007. 235 p. Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

ANDRADE, Luís A. G.; AZEVEDO, Sérgio. **Habitação e Poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BLAY, Eva A. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Instrução do Conselho de Administração**, n° 05, 1966a. Anexo I, In: BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Resolução da Diretoria**, n° 42,

[10] Como mencionado algumas vezes, as casas COHAB's poderiam ser concorridas por cidadãos que recebessem de 1 até 3 salários mínimos. Em 1975, o limite foi estendido para 5 salários mínimos.

1966. Disponível em: <http://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RD-42-66.htm>. Acesso em: fev. 2020.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Resolução do Conselho de Administração**, n° 101, 1966b. Disponível em:<https://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RC-101-66.htm>. Acesso em: fev. 2020.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Resolução da Diretoria**, n° 42, 1966c. Disponível em:<http://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RD-42-66.htm>. Acesso em: fev. 2020.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Resolução do Conselho da Administração**, n° 25, 1967. Disponível em: < https://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RC-25-67.htm>. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição do Banco Nacional da Habitação**. Brasília, DF, 1964a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2291.htm.>. Acessado em: mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República. **Normas Gerais de Direito Financeiro orçamentário e balanços da União, Estados e Municípios**. Brasília, DF, 1964b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acessado em: fev. 2020.

BRASIL, Presidência da República. **Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço**. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5107.htm >. Acessado em: fev. 2020.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1967a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acessado em: mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Organização Administrativa Federal**. Brasília, DF, 1967b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acessado em: fev. 2020.

BRASIL, Presidência da República. **Transformar o Banco Nacional da Habitação em Empresa Pública**. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L5762.htm>. Acessado em: fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto Da Empresa Pública Banco Nacional Da Habitação (B.N.H)**. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72512-23-julho-1973-421373-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: fev. 2020.

BOLAFFI, Gabriel; CHERKEZIAN; Henry. BNH: bode expiatório. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 13, São Paulo, p. 45-55, out. 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

DRAMA do Pirangi: Não tem água e nem ônibus. **Diário de Natal**, Natal, p. 1, 29 nov. 1978.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, n. 47, São Paulo, p. 29-60, 2004.

GOVERNADOR entrega primeiras casas do Conjunto Pirangi. **Diário de Natal**, Natal, p. 2, 06 out. 1978.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [1971].

LIMA, Márcia A. de. **A influência da dimensão, configuração e localização de conjuntos habitacionais na interação social**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LIMA, Ivan O. **Conjuntos Habitacionais e segregação socioespacial**: o distrito industrial de Campinas/SP (DIC). Dissertação de Mestrado. Instituto de geociência, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**: do milagre a crise econômica. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

MEDEIROS, Amanda Kellen Silva de. **Exclusão social e projetos habitacionais**. Um estudo sobre conjuntos habitacionais, segregação e exclusão social em Natal/RN. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MEDEIROS, S. R. F. Q. BNH: **Outras perspectivas**. Anais da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, novembro de 2010.

MEDEIROS, Sara R. F. G. **Segregação e Gentrificação**: os conjuntos habitacionais em Natal. EDUFRN, Natal, 2015.

NATAL, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB. **Natal em Dados**. Natal, RN, 2008.

PETRELLA, Guilherme M. **Das Fronteiras do Conjunto ao Conjunto das Fronteiras**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da Esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, Danilo B. **O papel da COHAB-SP na produção do espaço urbano em Ribeirão Preto (SP)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Edusp,2006.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **A (re) produção de um espaço desigual**: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

Temporalidades

Bonde Elétrico e transformações urbanas no Recife

Electric Tram and urban transformations in Recife

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Doutora em Geografia
Universidade de São Paulo
mzerbone@hotmail.com

Tales De Lima Pedrosa
Mestrando em História Social da Cultura Regional
Universidade Federal Rural de Pernambuco
taleslpedrosa@gmail.com

Recebido em: 13/03/2020
Aprovado em: 11/01/2021

Resumo: A vida cotidiana é por excelência o lugar que se desenvolve a vida humana. O cotidiano é o resultado de um processo de socialização em que uma forma específica de interação relaciona o indivíduo ao grupo, transformando o espaço geográfico em simbólico. As técnicas modernas atuam como agentes transformadores do espaço urbano e das subjetividades humanas. O objetivo do presente texto é observar como as reestruturações urbanísticas desencadeiam diferentes sentimentos relacionados a destruição ou modificação de seus hábitos cotidianos.

Palavras-chave: Bondes; Transformações; Recife.

Abstract: Everyday life is the place where human life develops. Daily life is the result of a socialization process in which a specific form of interaction relates the individual to the group, transforming the geographical space into a symbolic one. Modern techniques act as agents that transform urban space and human subjectivities. The purpose of this text is to observe how urban restructuring triggers different feelings related to the destruction or modification of their daily habits.

Keywords: Trams; Transformations; Recife.

Introdução

Os espaços citadinos refletem representações, trazendo uma diversidade de significados aos frequentadores desses ambientes. Nas cidades modernas é comum a perda de referências, principalmente quando elas sofrem mudanças drásticas em sua estrutura urbana, desenvolvendo, com isso, fragilidades através das alterações de referencial vivenciados por seus habitantes. A metrópole tem como uma de suas características mais significativas a extensão funcional para

além de suas fronteiras físicas e o ser humano origina-se justamente por meio das diferenças, onde as transformações e lembranças atuam como um estímulo ao pensamento humano.

A virada do século XIX para o XX foi marcada por uma série de transformações, no modo de pensar, nas instituições políticas, bem como na infraestrutura das cidades e nas técnicas que eram utilizadas. Diversas disputas entre os ideais modernos e tradicionais surgiram, produzindo discursos que evocavam variadas perspectivas sobre a *urbs*. Enquanto alguns observavam a necessidade de implementação de "melhoramentos" que modernizariam a cidade, outros viam nessas mesmas transformações a possibilidade de alteração ou até a destruição de seus costumes, dos seus hábitos e relações sociais.

As novas técnicas foram sendo incorporadas aos poucos no cotidiano, no entanto, os contatos iniciais acabaram gerando algumas reações. Isso se dava por se tratar de um momento de grande ruptura e transformações, onde o antigo e o moderno coexistem de forma latente possibilitando a gênese de diversas representações sobre a cidade. Não se tratava de uma disputa entre o antigo e o moderno, mas das impressões e atitudes que eram estimuladas pelos feitos modernizantes, visto que a "modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade, que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais" (REZENDE, 2016, p. 159).

O bonde elétrico foi uma dessas técnicas que modificaram as relações socioespaciais em cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX. No caso do Recife, a implantação dos bondes elétricos se deu tardiamente, se comparada a outras cidades como Rio de Janeiro e Belém, contudo esse transporte modificou os costumes e a configuração urbana do Recife. Essas representações acerca das mudanças ocasionadas com a chegada dos bondes elétricos são o foco deste artigo, que tem por objetivo identificar os impactos da implantação dos bondes elétricos no Recife no início do século XX. A fim de analisar esses impactos, tomou-se os jornais e relatos de personalidades da época como fontes.

Os bondes e a modernidade no Recife

No trânsito entre os séculos XIX e XX, a classe burguesa desejava o progresso e o desenvolvimento técnico que se desenrolava no continente europeu por acreditar que eles estavam produzindo um mundo melhor através da concretização de uma sociedade de bem-estar. A técnica aparecia nesse momento como algo catártico, que resolveria todos os problemas da sociedade. O progresso estava ali, acontecendo a olhos vistos, o "novo e o velho eram mais

nítidos, a referência à tradição era constante, a memória não estava tão fragmentada, o cotidiano da cidade não sofria com tão velozes invasões" (REZENDE, 2002, p. 92), o progresso estava se impondo por meio de símbolos como a eletricidade e a velocidade que os novos transportes e meios de comunicação imprimiam.

A ideia de "progresso" era evocada atrelada a noção de salubridade, bem como a acessibilidade para justificar os reparos. Reformas como o melhoramento das instalações do porto, reordenamento urbano e a construção de edifícios e pontes foram realizadas na cidade desde a segunda metade do século XIX, modificando os aspectos físicos e a circulação. O Presidente da Província, Francisco do Rego Barros (posteriormente conhecido como Conde da Boa Vista) foi um pioneiro na busca pela inserção do Recife no *Hall* das cidades modernas, segundo Rezende "não havia, no Recife, nem luz pública, nem água encanada, nem tão pouco saneamento" e "as reformas feitas na administração de Rego Barros deram outra dimensão à cidade" (REZENDE, 2016, p 37).

As melhorias urbanas realizadas no século XIX proporcionaram a circulação de grande quantidade de estrangeiros e com eles, novas ideias e costumes, que, "aliados à nova formação cultural dos filhos da aristocracia, vão ser responsáveis pela disseminação de um novo conceito de modernidade" (CANTARELLI, p. 52, 2014). É importante salientar que os conceitos de *moderno/modernidade* eram sempre importados de países estrangeiros, fazendo com que à cidade se moldasse aos "modismos" ingleses e principalmente, franceses.

Em relação ao seu território, a ocupação da cidade do Recife restringiu-se durante anos à ilha do Recife, São José, Santo Antônio e a Boa Vista. Um território que não sofreu grandes transformações, mas que passou por constantes aterros, para se *ganhar* espaço do mangue. Esse cenário começa a mudar na virada do século XIX para o XX. Neste período o Recife se expande e bairros como Poço da Panela, Madalena, Afogados, Várzea elevam o número de moradores, demandando a instalação de serviços de transporte coletivo e junto as reformas também foram realizados melhoramentos técnicos dos meios de transporte, naquela época, os bondes.

Desde sua origem, o Recife possuía uma forte ligação com seus cursos d'água, que funcionavam como uma via fluvial permitindo a ligação entre o centro e os diversos arrabaldes e atuando como um caminho de penetração para o crescimento da cidade. Na segunda metade do século XIX, os trilhos assumem um papel importante nos fluxos da cidade, circulando entre o centro e os subúrbios.

Circularam no Recife as *maxambombas* (locomotivas urbanas à vapor que trafegaram a partir de 1867), os *bondes de burro* (em 1871 começaram a circular veículos de tração animal) e os bondes elétricos, que a partir de 1914, absorveu as linhas já existentes e ampliou o serviço para regiões mais afastadas da cidade. Os trilhos possibilitaram a acessibilidade a outras áreas da cidade viabilizando a diminuição das distâncias. A organização espacial intra-urbana recifense foi fortemente afetada pelos seus padrões de circulação, consequentemente, impactando nas relações socioespaciais.

No Recife que se transformava, na virada do século XIX para o século XX, o pensamento moderno estava em voga. Esse discurso trouxe consigo uma noção de ruptura com o passado e com tudo aquilo que era entendido como envelhecido. A vida moderna e as intensas mudanças na cidade possibilitaram um novo horizonte cultural, que estava se estabelecendo para o século XX. As modificações nas estruturas físicas e no espaço e quanto na aceleração no ritmo da vida são exemplos que podemos enfatizar.

Nesse aspecto, a modernidade foi um importante movimento dos grandes centros urbanos, que possibilitou transformações espaciais e metamorfoses culturais. Os projetos de modernizante das cidades interferem "com o seu cotidiano, provocaram reações das mais diversas e representaram confrontos com as tradições existentes" (REZENDE, 2016, p. 164), ou seja, materialidade desses processos atinge diretamente a vida provocando alterações nas relações cotidianas.

Com a inserção das técnicas modernas de transporte no cotidiano recifense, as práticas diárias, aquelas que relacionam o tempo e o espaço, são modificadas. Para Harvey (2013), "as concepções de tempo e espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem de reprodução à vida social" (HARVEY, 2013, p. 189), tendo em vista que o bonde elétrico (na primeira metade do século XX) era a forma de locomoção mais utilizada na cidade, ele não pode ter deixado de marcar o dia-a-dia da população.

O bonde é uma técnica de transporte, e essa técnica está relacionada ao interesse da humanidade em transformar o ambiente, adaptando e melhorando as formas de satisfazer suas necessidades. Para Milton Santos, as técnicas "são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem, realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaço" (SANTOS, 2006, p. 16). Por isso, é preciso ter em mente o papel que o fenômeno técnico possui nas transformações ocorridas no espaço, pois é mediante as técnicas que o ser humano realiza a união entre espaço e tempo.

O espaço é formado por objetos técnicos, "as técnicas participam na produção da percepção do espaço e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário" (SANTOS, 2006, p. 34). Em muitos estudos, o fenômeno da técnica é analisado como se não fizesse parte do território, como se não fosse responsável por sua constituição e transformação.

A técnica passa a ser considerada o elemento central de compreensão da vida social moderna. Quando nos dispomos a fazer um estudo da técnica não estamos abordando apenas os seus impactos positivos ou negativos sobre o conjunto da sociedade ou mesmo sobre a conduta dos indivíduos, configurando-se não só como uma somatória de instrumentos mas, principalmente, como uma mentalidade. Podemos dizer que a técnica é um meio utilizado pelo homem para realizar certos fins, é a maneira como o ser humano se aproxima e se apropria da natureza. Ela não é um elemento exclusivo do mundo moderno, a criação de materiais e artefatos sempre acompanhou o homem ao longo de sua história. A técnica sempre esteve presente em sua vida social. Ao falarmos da técnica estamos penetrando no próprio âmago da modernidade, pois ela se tornou uma espécie de fundamento da modernidade. Não é a modernidade que determina o uso da técnica, é a técnica que determina sobre a modernidade. (SANTOS, 2006)

A sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transportes. A tecnologia embutida nos objetos constitui matéria central da análise sociológica. Relação entre técnica e espaço – atuam na produção da paisagem e organização espacial. Os objetos técnicos se instalam na superfície terrestre para responder a necessidades materiais fundamentais, como por exemplo, deslocar-se. (SANTOS, 2006)

Os anos que circularam os bondes de burro e as maxambombas eram descritos como um tempo onde não havia muita pressa e vivia-se numa cidade mais calma. Em uma cidade que começava a crescer parecia que "tudo ficava menos longe. As carroças eram puxadas por bois. Os bondezinhos de burros, mesmo no seu passo lento, serviam bastante, tinham sua grande utilidade como meio de transporte" (SETTE, 1981, p.208).

A cidade crescia e sua população também, com isso, o aumento do número de moradores também foi peça chave na justificativa das alterações. Entre os anos de 1900 e 1920 a população recifense passou de 113 mil habitantes para 239 mil habitantes, um crescimento bastante expressivo.

As modificações afloravam, mas as reminiscências sempre permearam aquele território proprietário de "uma história que atravessava períodos distintos, possuía desenhos urbanos diferenciados, memórias solenes de tantas lutas e dificuldades. Os seus atores celebravam e recordavam feitos e, no imaginário, a forte presença do passado dava margem a múltiplas interpretações" (REZENDE, 2002, p. 94). Toda essa relação com essas memórias criava um pequeno obstáculo para aqueles que almejavam o progresso.

Em outras cidades brasileiras o bonde elétrico chegou com mais rapidez, foi o caso do Rio de Janeiro em 1892 e de Manaus no ano de 1899. A ânsia dos recifenses pelo melhoramento técnico se fazia presente nas páginas dos periódicos. O Jornal Pequeno (23/09/1910 ed. 213) apresentou uma nota comentando sobre a possibilidade de implementação de uma linha ligando as cidades do Recife e Olinda. A nota também versava sobre a insatisfação existente com o sistema de transporte considerado anacrônico para uma capital como o Recife expressando que "Quem como eu não póde (sic) mais tolerar as maxambombas, as diligencias e outros meios de transporte fóra (sic) de moda", bastava a população se satisfazer com as ideias progressistas que se encaminhavam.

No afã criado pelas ideias de modernidade a Ferro Carril buscou inovar e por volta do ano de 1910 instalou dínamos e baterias para iluminar eletricamente seus carros, que até então eram iluminados através de lanternas de carbureto. A população aproveitou e caiu na brincadeira apelidando esses bondes "eletro-burros".

Tanto a imprensa, quanto a população em geral estavam em polvorosa para a chegada da tração elétrica. Alves da Mota disse que todos se dividiram em duas correntes de opinião onde "um grupo desejando a inauguração do novo serviço de transporte coletivo, em substituição aos lerdos e anacrônicos bondes de burro; e outro, em menor número embora, achando perigoso veículo, coisas que iria, na certa, aumentar a incidência de desastres nas ruas" (MOTA, 1985, p.10). Ainda segundo Alves da Mota a imprensa reconheceu que estava-se no século da eletricidade e assim defendiam a chegada daquele serviço, mesmo assim, o medo de que acontecessem grandes acidentes de trânsito "em face da velocidade três vezes maior que deviam ter do que a dos bondes de burro; e maior mesmo do que a velocidade das maxambombas" (MOTA, 1985, p.10) era evidenciado pelos jornais.

Em nota do Diário de Pernambuco de 30 de março de 1914, o jornal faz seus votos para que a "tão desejada inauguração se realize com perfeito sucesso", elogiando também os novos carros vistos na estação da Rua do Brum que rivalizavam "no aspecto e na construção elegante e

moderna com os melhores modelos dos mais admirados carris electricos (sic) do mundo". Esse trecho evidencia como os valores e ideais de beleza eram importados de países estrangeiros.

Alguns redatores também apresentavam nos periódicos, mesmo que de forma sutil, suas insatisfações e/ou medos com as mudanças que vinham ocorrendo. No Jornal de Recife do dia 23 de março de 1913 encontramos um pequeno texto que falava sobre um "veterano" que trabalhava na Ferro Carril, esse veterano era um burro chamado "Bolo de Coco", que depois de 15 anos de serviços e já velho e cansado, passou a trabalhar como *sota* (a sota era um animal extra que era colocado em trechos mais difíceis para ajudar na tração). O burrinho passava o dia subindo e descendo a ponte da Boa Vista, mas em determinado momento prendeu a sua pata entre dois trilhos da Tramways que estavam sendo assentados, causando uma fratura. O burrinho ficou aguardando a morte chegar na oficina no bairro de Santo Amaro e o texto é finalizado afirmando que "O futuro progresso de Pernambuco inutilizara-o para sempre".

Em 8 de maio de 1914, testes e treinamento dos funcionários foram realizados nas linhas e, segundo o Diário de Pernambuco a população começava a se familiarizar com aqueles novos veículos. O jornal também informou que houve uma pequena interrupção na linha elétrica deixando alguns carros parrados por um certo tempo o que motivou "um certo atrazo (sic) no tráfego já ronceiro, dos 'eletro-burros'" (Diário de Pernambuco, 09/05/1914).

O Jornal de Recife na sua edição do dia 12 de maio de 1913 trouxe em sua capa comentários sobre o discurso do então governador de Pernambuco, Dantas Barreto, ao Congresso. Naquele enunciado, os serviços de bondes de burro eram apontados como "péssimo e arcaico", algo que envergonhava os cidadãos do Recife "pelo atraso de civilização", sendo então apresentado um contrato para a exploração da tração elétrica. Para o periódico, nesse momento o estado se integrava ao "movimento de progresso" e, a partir daí, a *The Pernambuco Tramways & Power Company* pode começar seus trabalhos no ano de 1913. A ideia da eletrificação do sistema já era discutida desde o ano de 1899, mas os elétricos circularam pela primeira vez 13 de maio de 1914 com uma inauguração que movimentou toda a cidade.

Mário Sette marcou enfaticamente a mudança que o Recife passou com o início do tráfego dos bondes:

> Ouviu-se, para nunca mais, o estrépito, tão familiar aos recifenses, das patas dos burros no calçamento das ruas. E os estalidos dos chicotes dos boleeiros, quase sempre acompanhados de exortações ou ameaças: - Anda, burra!... Corre, diabo!... (SETTE, 2018, pag. 144).

Os bondes - todos os três sistemas que aqui se estabeleceram - foram aos poucos redefinindo o modo de ocupação no entorno da região central, além de contribuir com a penetração nas áreas mais afastadas. Mário Sette é enfático ao tratar das modificações espaciais intraurbanas:

> Na sensibilíssima transformação dos seus transportes urbanos, do uso da cadeirinha, da canoa, da rêde e mesmo do ônibus a muar, ao tráfego permanente dos bondes de burros e dos pequenos trens, fácil é imaginar-se o vulto das modificações de vida e de hábitos que atingiram o Recife do meado do século XIX em diante. A cidade cresceu, os subúrbios desenvolveram-se, as comunicações amiudaram-se, tudo recebeu um impulso vigoroso e continuado. O que era distante "mato" virou acessível arrabalde (SETTE, 2018, pag. 165-166).

O tempo e o espaço no Urbano: o ritmo do Bonde elétrico

Faz-se necessário destacar que é mediante as técnicas que o ser humano realiza a união entre espaço e tempo. Já falamos anteriormente que o espaço é formado por objetos técnicos e as técnicas estão presentes na produção da percepção tanto do tempo, quanto do espaço. Em muitos estudos, o fenômeno da técnica é analisado como se não fizesse parte do território, como se não fosse responsável por sua constituição e transformação.

Sendo assim, uma das mudanças mais significativas que podemos destacar está relacionada à dinâmica do tráfego, que aconteceu por meio de um processo denominado por David Harvey (2013) como "compressão do tempo-espaço". Com esse processo houve diversas transformações, tanto sociais, quanto culturais e políticas, tendo em vista que essa compressão se dá a partir da evolução das tecnologias de transporte, que neste caso específico é a chegada dos bondes elétricos, permitindo que longas distâncias possam ser percorridas em uma quantidade de tempo significativamente menor. Após a chegada dos elétricos as distâncias "encurtaram", aproximando os bairros e povoações mais distantes ao centro da cidade e, consequentemente, aumentando a quantidade de frequentadores da área. Os horários também foram alongados e a noite ficou menos esquisita com o bonde que circulava até mais tarde e com a luz elétrica, que iluminava muito melhor que as lâmpadas a gás.

As reformas e mudanças para o estabelecimento dos bondes elétricos mexiam com costumes e com os hábitos diários da população. Em momentos de grandes transformações é impossível que não surjam conflitos. Quando no momento de reconfiguração das estruturas físicas para o estabelecimento dos bondes elétricos, a cidade transfigurou-se em um imenso

canteiro de obras. A destruição e o processo de reconstrução de uma cidade suscitam sensações, percepções e representações para aqueles que vivenciam todo esse processo de mudança.

A partir do processo de reconfigurações espaciais, ainda podemos aplicar o conceito de David Harvey denominado de "destruição criativa", apresentado como elemento expressivo para a compreensão da modernidade, pois "como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?" (HARVEY, 2013, p.22), esse era o discurso proferido por governantes e especialistas, de que um Recife antigo e com ares coloniais precisava ser demolido para se reconstruir uma cidade que se projetava para o futuro.

Todavia, as mudanças ocorridas na paisagem urbana podem criar um certo mal-estar em seus habitantes. Até as obras de assentamento dos trilhos transformaram-se em motivo para reclamações, os comerciantes afirmavam que a interdição de ruas espantava a clientela e impedia que a população chegasse até as lojas. Além disso, o barulho emitido pelo serviço incomodava toda a vizinhança. Nos periódicos eram constantes as notas e cartas de leitores que suplicavam pelo fim dos serviços e dos frequentes incômodos causados por ele. Em meio a tudo isso, chegou até a correr boatos de que os diretores da Tramways[1] não teriam mais dinheiro para concluir os vultuosos trabalhos.

O tráfego dos elétricos iniciou-se e a "conveniência" que deixaria de existir estava entre as primeiras reclamações. Os motorneiros não esperariam mais as senhoras que ainda terminavam de se enfeitar em casa antes de subir no bonde para seguir viagem ou não pararia mais na frente da casa de alguns passageiros para que ele possa desembarcar mais comodamente. Essa era uma situação comum na cidade, mas com o início da circulação dos elétricos a antiga sociabilidade recifense é perdida, pois as pessoas deixaram de se encontrar diariamente nos mesmos horários e os assentos prediletos passam a não mais existir.

Paraíso escreveu que o grande fato característico do provincianismo do recifense "havia os que, sentados na Leiteria Vitória, pediam que o condutor aguardasse um pouco enquanto terminavam a cartola ou o sanduíche de fiambre e queijo" (PARAÍSO, 2011 p. 173). Para Mário Sette a antiga sociabilidade existente entres os usuários das maxambombas e dos bondes de burro

[1] A *The Pernambuco Tramways & Power Company* foi a companhia responsável pela implantação do sistema de bondes elétricos na cidade do Recife, na primeira metade do século XX. Além da eletrificação do sistema, a Tramways também foi responsável pelo fornecimento de energia elétrica para casas e industrias, além de eletrificar a iluminação pública. A concessionária absorveu as linhas já existentes na cidade, bem como construiu e explorou o serviço por novas e mais distantes regiões.

levou um profundo revés, os encontros diários começaram a se tornar mais difíceis e "outrora, quando algum dos companheiros faltava, indagava-se logo o que lhe teria acontecido. – *Fulano não veio hoje no bonde das 8 horas*" (SETTE, 2018, p. 172). Era comum que alguns passageiros possuíssem seus bancos prediletos, viajando sempre no mesmo vagão e no mesmo horário.

O ritmo dos transportes foi um importante responsável pela agitação do cotidiano, o bonde ajudou a encurtar distâncias e modificar o compasso dos cidadãos. Sobre isso, Rezende comenta que "As coisas ganhavam urgência. A população crescia, e o Recife já não era a cidade onde todo mundo imaginava se conhecer" (REZENDE, 2016, p. 97). O ritmo e a movimentação da cidade se modifica, o comércio se amplia e o horários também se ampliam, pois a tração elétrica, junto à iluminação elétrica, permite que a população frequente a cidade em horários até então incomuns. As ruas do Recife eram iluminadas por lampiões a gás e eram consideradas misteriosas e perigosas e, segundo Sylvia Couceiro (2003), é a partir de 1910, "com a implantação mais sistemática da eletricidade na iluminação pública, a rua ganhava novos atrativos, seduzindo as pessoas para realizarem passeios e diversões noturnas" (COUCEIRO, 2003, p. 68).

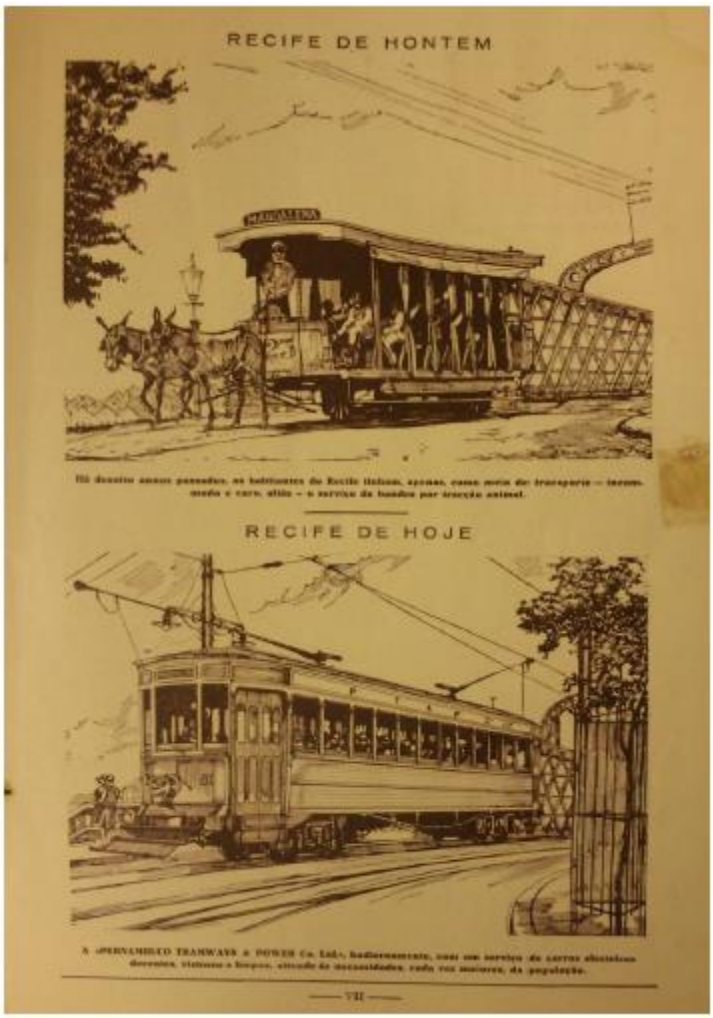
Antes do dia amanhecer os elétricos já estavam nas ruas levando dos subúrbios para o centro da cidade os mais diversos tipos de trabalhadores, eles começavam a circular por volta das 4 horas da madrugada e voltavam para a garagem após a meia-noite. A renovação dos serviços de transporte urbano, além das diversas reformas pela cidade culminaram no impulsionamento das atividades ao ar livre, segundo Couceiro, promovendo novos costumes entre as famílias que começaram a trocar a vida reclusa e o ambiente doméstico, pelas distrações e entretenimentos fora de casa" (COUCEIRO, 2003, p. 190). É a partir dos anos 1920 que restaurantes, casas de chá, sorveterias e confeitarias são abertas, estimulando a convivência em espaços públicos e produzindo novos espaços de sociabilidades.

A propaganda teve o seu papel na difusão da ideia de progresso. É o que podemos perceber ao analisar a peça publicitária da Tramways que indica as diferenças entre os antigos bondes de tração animal e os novos bondes elétricos. O anúncio apresentava o Recife de ontem e o de hoje e retrata os elétricos como carros vistosos e limpos, que serviriam cada vez melhor a população.

Em 16 de Julho de 1914 os bondes elétricos já funcionavam em algumas linhas da cidade, todavia, ainda circulavam por outros ramais os bondes de tração animal, que já vinha há muito sendo mal falados pela população. Naquela data os moradores realizaram um protesto contra os remanescentes bondes a burro, onde vários carros foram virados. Segundo Stiel, "Os bondes do

ramal Capunga foram assaltados, desatrelados os animais e incendiadas as cortinas" (STIEL, 1984, p. 294).

Figura 1: Peça publicitária da Pernambuco Tramways



Fonte: Revista do Nordeste. Ano II. Número 22. Janeiro/1920.

Comparações entre os sistemas eram realizadas com bastante frequência. Uma carta enviada por um leitor ao jornal de Recife foi publicada no dia 22 de Agosto de 1914 solicitando providências aos chefes de tráfego para que o intervalo entre um bonde e outro fosse reduzido, enfatizando que "nos tempos dos de burros o mesmo era de dez minutos", além do fato da população também ter crescido. A carta também reclama da lentidão dos veículos, "causando grandes aborrecimentos e prejuízos a quem tem necessidade de se transportar rapidamente ao Recife", asseverando que os bondes elétricos foram projetados para serem mais rápidos que seu antecessor.

Na década de 1920 o Recife passou por mais transformações. No governo de Sérgio Loretto (1922 – 1926) a antiga Campina do Derby foi adquirida, realizando-se aterro e a drenagem, além da construção do canal e do parque, calçamento com asfalto e paralelepípedo, transformando o local em um ponto de encontro da cidade. Nesse mesmo local também foi efetuada a construção do Edifício do Quartel Central da Força Pública do Estado (Quartel General da Policia Militar de Pernambuco). Loretto ainda reforçou a Ponte do Pina, para passagem dos bondes elétricos e a deu início a construção da avenida Beira-Mar (atual avenida Boa Viagem).

Nesse período o governo colocava-se claramente como criador da infraestrutura básica necessária à modernização, onde "saneamento, saúde, higiene e instrução apareciam como tarefas fundamentais da administração pública, como investimentos urgentes, para não se perderem os caminhos da modernização" (REZENDE, 2016, p. 73). Além disso, a palavra modernização também era recorrente nos meios de comunicação, onde podemos citar como exemplo a "Revista Moderna" que circulou entre os anos de 1919 e 1920, tratando de cinema, personalidades, moda, e diversos outros assuntos.

Mesmo com a sanha pela modernização, visto que o Recife perdia seu destaque e poder nas relações econômicas nacionais, ainda imperava o apego pelas tradições e pelo seu passado e memórias idealizadas. Como dito anteriormente, sempre existiu na cidade do Recife uma grande tensão entre o moderno e o tradicional. Antônio Paulo Rezende (2016) explica que isso se deve pela história da cidade estar atravessada por momentos de deslumbramentos e fantasias sobre o seu futuro possivelmente moderno e ao mesmo tempo pelo medo de vê-la distante das tradições e o desejo de reafirmar o seu passado profundamente idealizado.

O Recife esteve permanentemente empenhado em acompanhar as tendências das "grandes metrópoles" e a interpretação acerca do progresso que aqui passou a vigorar incluía a eliminação dos bondes, apresentados a partir desse momento como um "transporte de pobre", uma "condução popular", sem o glamour que possuíam antes da inauguração. O sistema, que era visto no momento de sua implementação como um transporte que unia as classes mais abastadas aos menos favorecidos, por ser o único a oferecer os serviços e não haver outras opções de deslocamento. Essa mudança de interpretação passou a determinar tanto a política de preços, como levou à marginalização do sistema.

O bonde transformou-se numa *subcategoria*, sendo marginalizado pela própria concessionária, pelo poder público e pela sociedade. Nos discursos governamentais foi crescendo

cada vez mais o apoio aos automóveis, as políticas públicas passaram a privilegiar as obras viárias, o calçamento. Ou seja, por intermédio do dinheiro público, proporcionando toda uma estrutura para a operacionalização privada dos transportes rodoviários.

A imprensa, que antes aguardava ansiosamente e reverenciava os elétricos, passou a se opor ao modal. Ela também buscava tomar partido sobre as transformações que a cidade precisava passar, inclusive tendo assento na mesa do Plano Diretor da Cidade "onde se afigura com clareza o papel legitimador da imprensa na implementação das políticas públicas" (RIOS, 1995, p.41). Rios afirma que em diversas matérias jornalísticas que pregam a substituição dos bondes pelos ônibus "nunca se realça o fato das vias para os ônibus (e automóveis) deverem ser pavimentadas pelo setor público enquanto a construção das linhas férreas e sua manutenção competem à concessionária" (RIOS, 1995, p.51). O *Jornal Pequeno* apresentava a reportagem "Uma cidade esburacada: uma novela interminável…" (O Jornal Pequeno 11/10/1955), notícia que reclamava dos buracos por toda a cidade e o bonde, devido ao seu peso, era colocado como um dos causadores desses danos.

A cidade é um fenômeno dinâmico, em constante processo de (re)construção. Por intermédio de seus hábitos e rituais, as pessoas vão construindo significados aos espaços que vivem, suas trajetórias vão formando representações. O que entendemos por cidade é aquilo que as pessoas vivem enquanto experiencias individuais e coletivas, além disso, Ana Fani argumenta que "a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração a partir do embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade" (CARLOS, p. 71, 2007).

Considerações finais

A modernidade manifesta transformações materiais e sociais, que se traduzem em comportamentos, sensações e expressões que se apresentam no sentir e no agir dos indivíduos. O processo de atualização dos transportes e as reestruturações urbanísticas agiram tanto nas formas físicas da cidade, quanto na experiência cotidiana. A nova técnica de transporte encurtou as distâncias, contribuiu com a expansão da malha urbana da cidade, mas essa técnica também modificou a percepção do tempo.

Harvey (2013) nos apresenta um conceito denominado de "compressão do tempo-espaço", com essa ideia ele aponta "processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos" (HARVEY, 2013, p. 219). A história do capitalismo

tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, essa aceleração fica latente com as transformações experimentadas pelo Recife entre os XIX e XX, se consolidando com a circulação dos bonde elétricos que passou a imprimir velocidades médias entre 15 e 40Km/h, provocando uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas. As distâncias parecem encolher graças a inovações técnicas como o transporte, que aniquilam o espaço através do tempo, refletindo numa outra percepção do espaço e em novas formas de experienciar cotidianamente a cidade. A velocidade na qual se percorre um caminho modifica a sua relação com o espaço, afeta a sua percepção, sua capacidade de observação.

Pensando a modernidade, Pesavento (1992) a percebe como uma dimensão superestrutural da transformação capitalista do mundo que "gera uma postura de atração-repúdio, de celebração-combate às mudanças desencadeadas" (PESAVENTO, 1992, p. 8-9), isso se evidencia através das fontes que relatam, tanto o discurso de progresso e modernidade "inevitável" que estava aliado aos bondes elétricos, quanto a reticencia, ainda existente, pelo medo da tecnologia e da modificação dos costumes que eram tão caros àquela sociedade.

Nesse momento, onde as transformações eram constantes e o embate entre o antigo e o moderno era latente, pois as novidades nunca são unanimes e sempre trazem consigo certa divergência. Ainda pensando nessa dicotomia inerente aos processos modernizadores, Pesavento afirma que "O novo que instaura uma outra ordem, é, também um elemento de destruição, que ameaça valores. Neste sentido, o indivíduo que vivencia a modernidade se sente ameaçado e seduzido ao mesmo tempo pelas transformações em curso (PESAVENTO, 1992, p. 9).

A nossa escolha por trazer uma abordagem através da história cultural do urbano possibilita o cruzamento de dados objetivos, que nos chegam em forma de imagens e discursos, com a diversidade de possibilidades de leitura oferecida pela cidade. Percebe-se aqui o espaço como um caleidoscópio, onde a cidade propicia, a seus habitantes, representações contraditórias do espaço e das sociabilidades que ali tem lugar. As narrativas históricas relativas às sensibilidades humanas procuram desvelar os distintos modos pelos quais diferentes indivíduos e grupos produzem representações sobre suas experiências no tempo e as diferentes experiências que surgem com as transformações da cidade.

A cidade possui uma carga simbólica de referências ao passado, nela encontramos pontos de ancoragem da memória, esses são lugares em que nos reconhecemos, no qual vivemos as experiências do cotidiano a partir dos territórios percorridos. Esses espaços possuem uma relação entre as subjetividades, com a memória e com a narrativa histórica, onde o historiador recompõe

os retalhos dessa memória, pois não há leituras definitivas de um texto. Como afirma Argan "tudo o que se oferece como fato histórico no ambiente urbano é interpretável, suscetível de atribuição de valor, objeto de juízo" (ARGAN, 1983, p. 220). As marcas materiais que encontramos no espaço nos oferecem diversas possibilidades de reflexão. O tempo e o espaço estão interligados nos oferecendo referencias de análise do urbano. É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades.** Revista Território, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade** / Marshall Berman; [Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti]. – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin** / Willi Bolle. 2. ed. – São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2000.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade** / Ana Fani Alessandri Carlos. 8. ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007. (Repensando a Geografia)

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa:DIFEL, 1990.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920.** Recife: UFPE, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2007.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. 1961 - **O bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero.** Recife, CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MOTA, Alves da. **No tempo do bonde elétrico.** Recife: Celpe, 1985.

NETO, Oswaldo Lima. **Transportes no Brasil: história e reflexões.** GEIPOT, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, Ministério dos Transportes, 2001.

PARAÍSO, Rostand. **A indefinível cor do tempo**/ Rostand Paraíso. – Recife: Bagaço, 2011 (2ª Edição, 2005).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992

_____, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX.** Editora Hucitec, 1997.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: Histórias de uma cidade** / Antônio Paulo Rezende; Organização Magdalena Almeida. – Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

_____, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte** / Antônio Paulo Rezende. – 2.ed. – Recife: Ed. UFPE, 2016.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Linhas apagadas: do coletivo como arcaico ao individual como moderno (a extinção dos bondes na década de 40)**. Editora Universitária, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** Edusp, 2006.

SETTE, Mario. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo.** – 4. ed. revista e ampliada – Recife: Cepe, 2018.

SETTE, Mário. **Terra pernambucana**. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

STIEL, Waldemar Corrêa. **História do transporte urbano no Brasil: história dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram:" summa tranviariae brasiliensis".** Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, 1984.

Temporalidades

Diálogo (necessário) entre o Ensino de História Indígena e Interculturalidade Crítica

Dialogue (necessary) between the Teaching of Indigenous History and Critical Interculturality

Leomar Oliveira Diniz
Graduado em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
leomarsbpb@gmail.com

Recebido em: 18/07/2019
Aprovado em: 05/01/2020

Resumo: A temática indígena em sala de aula ganhou amparo legal pela Lei 11.645/08, tornando o seu ensino obrigatório em escolas de Ensino Fundamental e Médio. Portanto, para trabalhar está temática tão sensível, discutimos ela em diálogo com educação intercultural crítica, objetivando criar um campo para uma postura pedagógica que possibilite descontruir estereótipos sobre os povos indígenas. Em termos metodológicos: as atividades escritas e o relatório de estágio foram averiguados pela análise do discurso, proposta Eni P. Orlandi. A análise das atividades e das discussões em sala os discentes mostraram-se capazes de enxergando os grupos autóctones como agentes históricos com suas especificidades étnico-culturais. Destarte, este diálogo permite romper com determinadas visões sobre os indígenas, respeitando a diferença e valorizando-a.

Palavras-chave: Ensino de História; Ensino de História Indígena; interculturalidade crítica.

Abstract: The indigenous theme in the classroom gained legal support by Law 11.645 / 08, making its mandatory education in elementary and high schools. Therefore, in order to work on such a sensitive topic, we discussed it in dialogue with critical intercultural education, aiming to create a field for a pedagogical posture that makes it possible to deconstruct stereotypes about indigenous peoples. In methodological terms: the written activities and the internship report were investigated by the analysis of the speech, proposed by Eni P. Orlandi. The analysis of activities and discussions in the classroom showed that the students were able to see indigenous groups as historical agents with their ethnic-cultural specificities. Thus, this dialogue allows us to break with certain views about the indigenous people, respecting the difference and valuing it.

Keywords: History Teaching; Teaching of indigenous history; Critical interculturality.

Introdução

A Lei 10.639/2003 inclui a história e a cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares do ensino público e privado no Brasil, nos níveis do ensino fundamental e médio. Esta lei foi alterada pela Lei 11.645, em 10 de março de 2008, incluindo o ensino da temática indígena, referentes as suas histórias e participações no desenvolvimento cultural do país (BRASIL, 2008).

A promulgação da Lei 11.645/08 foi uma conquista dos povos indígenas do Brasil. Suas lutas e reivindicações podem ser notadas desde a década de 1970. Algumas de suas demandas foram atendidas pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 242, § 1º reconhece os povos indígenas e seu originário às terras (BRASIL, 1988; SILVA, 2016a).

Estes movimentos sociais promovidos pelos grupos indígenas levantaram questões sensíveis para a educação no Brasil, pois evidenciou a carência e o descaso em relação à história e as culturas indígenas no ensino, em que estes povos são relegados à poucas páginas nos livros didáticos e apresentados como um "índio genérico", na melhor das hipóteses, bem como a construção estereotipada dos grupos autóctones, considerados "primitivos", "extintos" ou "fósseis do passado" (SILVA, 2002; 2014).

As pesquisas referentes a temática indígena em sala de aula são debatidas pelo menos desde a década de 1990. Entre uma das principais obras está o livro *A temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*, publicado em 1995, organizado por Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni, que reúne diversos trabalhos de historiadores e antropólogos renomados como, por exemplo, João Pacheco de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha, Berta G. Ribeiro, John Monteiro, entre outros, que tem como objetivo possibilitar a reflexão da temática indígena nas escolas.

Outro livro bastante importante, mais recente, *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*, publicado em 2016, foi organizado pelos professores Edson Silva e Maria da Penha da Silva.

Fruto de debates promovidos por grupos indígenas e negros, a crítica educação etnocêntrica foi acentuada pelas correntes de pensamento intercultural crítico e de-colonial, ferramentas críticas que passaram a serem incorporadas na práxis educacional para mobilizarem ações sociais e políticas

em defesa das causas destas minorias e na desestruturação do pensamento colonial (CANDAU, 2000; 2008; 2010; WALSH, 2009).

Diante da preocupação em romper com o Ensino de História Indígena desvinculado de uma crítica acentuada, foi proposta uma "Oficina de História Indígena", em duas aulas de 45 minutos, em uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental II. A oficina acompanhou as preocupações dos autores supracitados, numa busca de desconstrução de equívocos, estereótipos e generalizações sobre os indígenas do Brasil. Colocando-os como agentes históricos e presentes na contemporaneidade (BERGAMASCHI, M. A.; GOMES, 2012; SILVA; SILVA, 2016a).

Nossa pesquisa acompanhou as preocupações desses autores sobre a temática indígena, fornecendo possibilidade para reflexões e experimentos para trabalhá-la. Destarte, objetivamos analisar as possibilidades do Ensino de História Indígena em sala de aula a partir da incorporação da perspectiva intercultural crítica, que permite construir uma educação de-colonial na práxis pedagógica para a superação dos preconceitos em relação as populações indígenas. Adotamos o conceito de interculturalidade crítica a partir de Catherine Walsh que a considera

> como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que (...) alentam a criação de modos (...) de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras (WALSH, 2009, p. 25).

O conceito de interculturalidade crítica operou neste trabalho como ferramenta orientadora da prática pedagógica, alicerçando a construção do planejamento da oficina de História Indígena, objetivando o reconhecimento das construções racializadas e estereotipadas sobre as populações indígenas. Destarte, para erigir uma educação de-colonial, de desconstruir uma visão colonial, e reaprender sobre as minorias sem o véu do preconceito e do eurocentrismo, e a valorização da diferença (CANDAU, 2000; 2008; 2010; WALSH, 2009).

Para averiguarmos este diálogo utilizamos um conjunto de fontes produzidas a partir do desenvolvimento das aulas: as atividades produzidas pelos discentes em que estes escreveram e/ou desenharam sobre o que aprenderam nas aulas.

Adotamos a análise do discurso, preconizada por Eni Orlandi (2009) para analisar o conjunto documental, identificando o lugar de fala e a fragmentação do discurso. Analisamos a documentação a luz da bibliografia específica, tentando identificar como ocorreu o processo de desconstrução da imagem impregnada aos indígenas nos moldes eurocêntricos, a valorização da diversidade e respeito a diferença, bem como averiguar os discursos coloniais que ainda estão sedimentados na imagem social sobre os povos autóctones.

Ao debatermos sobre as produções historiográficas de História Indígena e ensino no Brasil, percebemos que os livros didáticos não acompanham as mudanças dos últimos estudos historiográficos sobre a temática (GOBBI, 2010). Perante este problema, acreditamos que possamos contribuir para o desenvolvimento desta temática em sala, na medida em que refletimos para a construção de um currículo não eurocêntrico, colocando os povos indígenas no cerne do debate, além de fornecer possibilidades e caminhos para o trabalho desta temática. Entretanto, não pretendemos criar uma fórmula ou receita, mas estimular novas maneiras de trabalhar com temática indígena em sala de aula.

Lei 11.645/2008 e o Ensino de História Indígena no Brasil

Os movimentos sociais indígenas no Brasil começaram a se organizar de forma sistemática já na década de 1970, com a busca pelo reconhecimento da identidade indígena e pelo direito da demarcação de terras. A parir de 1980, estes movimentos começaram a se intensificar com o processo de reabertura política que acabou dando fim a ditadura militar de 1964.

Contrário às expectativas dos pesquisadores, entre eles Darcy Ribeiro (1970), que acreditavam que os povos indígenas estavam em vias de desaparecer pelo processo de assimilação, o processo de ressurgimento dos grupos indígenas superou a visão pessimista de muitos antropólogos e historiadores. Este movimento de ressurgimento e afirmação das identidades indígenas pode ser explicado por vários fatores como, por exemplo, o encobrimento documental dos povos indígenas pela máquina burocrática do Estado, e pode ser visto também como forma de resistência, esconder sua identidade indígena como forma de sobrevivência contra as perseguições.

O processo de etnogênese, no qual ficou conhecido a autoafirmação e o ressurgimento dos povos indígenas, levantou questões problemáticas para as políticas públicas, neste caso específico, no âmbito da educação.

"Dos bastidores ao palco", com esta frase da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 13) resumimos o papel de centralidade dos povos autóctones em sua luta pelo reconhecimento perante os dispositivos legais, órgãos do Estado e da sociedade. No contexto da criação da nova Constituição (promulgada de 1988) para o Brasil, os povos indígenas iniciaram um processo que reivindicava a inclusão do reconhecimento identitário e pelo direito da demarcação de terras.

Algumas de suas demandas foram atendidas pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 242, § 1º reconhece os povos indígenas e seu originário às terras (BRASIL, 1988; SILVA, 2016a).

Os movimentos sociais promovidos pelos povos originários levantaram e identificaram problemas graves na educação no Brasil, pois evidenciou a carência e o descaso em relação às histórias e a culturas indígenas no ensino, em que estes povos são relegados à poucas páginas nos livros didáticos de História e apresentados como um "índio genérico", na melhor das hipóteses, bem como a construção estereotipada dos grupos autóctones, considerados "primitivos", "extintos" ou "fósseis do passado", gestados pela visão colonial-racial e eurocêntrica (SILVA, 2002; 2014).

No contexto de suas mobilizações sociais e políticas podemos citar o I Encontro dos Professores Indígenas de Rondônia (1990) e a Declaração de Princípios dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, entre outros (SILVA, 2016a). Estas mobilizações ajudaram na promulgação da Lei 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008).

A Lei 10.645/08 alterou a Lei 10.639/03, que alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996; 2003; 2008). A promulgação da Lei 10.645 foi de suma importância para a luta dos grupos indígenas, pois tornou obrigatório o ensino da história, da cultura e dos processos políticos destes povos no Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas do Brasil. É importante ressaltar que a Lei 10.639 não incluía a temática indígena, pois era/é destinada apenas para os povos africanos e afro-brasileiros.

No capítulo II, da Educação Básica, na Secessão I, das disposições gerais da LDBEN, determina em seu Artigo 26 que

> § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (BRASIL, 1996).

A Lei 11.645/08 se mostrou como um dos avanços para uma educação mais plural e participativa, bem como sua importância para as relações étnico-raciais, devido ao seu caráter de reconhecimento de um Brasil pluricultural.

Segundo Ana Cláudia Oliveira da Silva, a Lei 11.645:

> se adequa (...) às políticas de ação valorativa uma vez que investe contra o problema na sua base, ou seja, busca formar as novas gerações num contexto em que haja respeito às diferenças, além de ser destinada não apenas a um grupo específico, mas a toda sociedade (SILVA, 2016a, p. 104).

O reconhecimento e respeito às diferenças é uma das bases do dispositivo legal, por ser um caminho para desconstruir a visão de um "outro" como inferior. No entanto, há algumas barreiras que impedem a efetivação prática da lei. Entre elas, o racismo institucional, personificado pelo desconhecimento dos documentos legais. Este problema pode acabar levando os docentes de História do Ensino Fundamental e Médio a relegarem uma ínfima parte da história e cultura destes povos em sala, ou mesmo podendo estarem "ausentes nos currículos e no cotidiano das escolas, ou trabalhados de forma inadequada" (JESUS, 2016, p.41).

Muitas vezes o ensino de história indígena só aparece no 6º ano do Fundamental II e no 1º ano do Médio, sempre ligados às grandes navegações e ao "descobrimento" do Novo Mundo, depois disso desaparece do currículo. Esta postura no ensino sem uma reflexão e crítica perpétua um "o etnocentrismo de base eurocêntrica, a propagação da superioridade dos povos, raças e culturas produziram, por um lado, a cultura do racismo, da exclusão, da marginalização" (GUIMARÃES, 2012, p. 74).

O docente deve adotar uma postura que possa desnaturalizar e descontruir a visão sedimentada para com os povos originários, associados à termos pejorativos como, por exemplo, "primitivos", "atrasados" e que "não podem usar celular pois deixam de ser índios". Aliado ao problema do desconhecimento das leis, está a falta de contato dos docentes com esta temática, mesmo que as pesquisas referentes ao ensino de história indígena em sala de aula sejam discutidas desde a década de 1990, o que gera dificuldades no planejamento das aulas fora das amarras das generalizações e estereótipos.

Um terceiro problema no ensino da temática indígena está associada às produções historiográficas de História Indígena e ensino no Brasil, pois os livros didáticos não acompanharam as mudanças dos últimos estudos sobre a temática em questão (GOBBI, 2010). Como afirma Zeneide Rios de Jesus:

> a tarefa de desfazer versões estereotipadas e equivocadas produzidas largamente por intelectuais de diversas áreas ao longo de séculos, tem se constituído num desafio urgente e de difícil execução mesmo com a renovação historiográfica ocorrida a partir dos anos oitenta (JESUS, 2016, p.42).

Para superar tais problemas é imprescindível o papel das universidades em diálogo com as escolas, permitindo cursos de formação continuada, especialização e componentes curriculares na grande do curso de licenciatura em História, também é importante em outras áreas do conhecimento, que possam dar suporte para os docentes a respeito da questão indígena.

Acreditamos que além do ensino da cultura e da história dos povos indígenas é preciso que façamos um esforço para a identificação do discurso que inferiorizou/inferioriza estas minorias, para combater os preconceitos instituídos nas relações de poder presentes nos discursos. Destaca-se a interculturalidade crítica como ferramenta questionadora e construtiva para uma educação de-colonial (CANDAU, 2000; 2008; 2010; WALSH, 2009).

Movimento indígena e Interculturalidade Crítica

Dentro dos movimentos sociais indígenas surgiu uma espécie de corrente de pensamento/prática, em meados da década de 1970 e 1980, na América Latina e no Brasil que passou a criticar as estruturas de poder e o pensamento colonial-racista permeado pelo pensamento etnocêntrico/eurocêntrico que subalternizou estas minorias, nas quais foram colocadas à periferia da história, classificando-os como os "outros" no campo discursivo.

Os pesquisadores e os grupos subalternizados perceberam que as estruturas de poder desenvolvidas no período colonial ainda estavam e estão bastante presentes na sociedade da América Latina e, principalmente, na educação, pois, de forma explicita ou implícita, colocava as minorias – indígenas e negros – na periferia da educação, esquecendo suas histórias e culturas. Dentro deste processo de crítica do discurso colonial, a escola passou a ser campo privilegiado para o rompimento desta forma de pensar (CANDAU, 2000).

Fruto de debates promovidos por grupos indígenas e negros, a crítica à educação etnocêntrica foi acentuada pelas correntes de pensamento intercultural crítico e de-colonial, ferramentas questionadoras que passaram a serem incorporadas na práxis educacional para mobilizarem ações sociais e políticas em defesa das causas destas minorias e na desestruturação do pensamento colonial (CANDAU, 2000; 2008; 2010; WALSH, 2009).

Segundo a pedagoga Vera Maria Candau (2000; 2010) a interculturalidade como teoria e prática surgiu na América Latina no contexto das mobilizações das populações indígenas. Não surgiu apenas por razões pedagógicas, mas também por motivos políticos, por movimentos sociais, ideológicos e culturais. O surgimento desta corrente de pensamento surgiu a partir de modos particulares, dentro dos movimentos indígenas na América Latina, e nos Estados Unidos a partir do movimento nego da década de 1960 (CANDAU, 2000).

É importante delinear que o termo interculturalidade é polissêmico, ou seja, refere-se à várias realidades e práticas pedagógicas. Entre seus significados podemos destacar o conceito de interculturalidade a partir de Candau (2000, 2010) que se refere a inter-relação cultural dentro da sala de aula, em que a cultura escolar é adotada como categoria de análise para a construção de uma práxis pedagógica inclusiva e humanista. Podendo ser usado também para descrever a postura frente às escolas indígenas, garantindo o estudo e a preservação dos valores sociais, políticos e culturais indígenas, que, paralelamente, pode ser integrado à educação "ocidental".

Esta postura de interculturalidade foi amplamente associada ao tema da diversidade na América Latina, que vem crescendo e ganhando forma desde a década de 1990. A valorização da cultural local – como a cultura e identidade indígena – promoveu um amplo debate dentro da sociedade na latino-americana, levando a criação de políticas públicas de valorização e preservação destas (CANDAU, 2000).

Outra forma de empregar/usar esta corrente de pensamento está associada à forma de ação dentro da educação, em que Interculturalidade é associada à práxis pedagógica. Destarte, para esta forma de pensar usamos a também pedagoga Catherine Walsh (2009). Para a autora existem dois tipos de interculturalidade.

A Interculturalidade funcional que reconhece a diferença, a diversidade étnico-cultural e a integração entre si. Entretanto, este reconhecimento não vem acompanhado de uma crítica à marginalização e à desumanizadas das minorias. Portanto,

> faz pensar que com o reconhecimento da diversidade e a promoção de sua inclusão, o projeto hegemônico de antes está dissolvido. No entanto, mais que desvanecer-se, a colonialidade do poder nos últimos anos esteve em pleno processo de reacomodação dentro dos desígnios globais ligados a projetos de neoliberalização e das necessidades do mercado; eis aí a "recolonialidade" (WALSH, 2009, p. 16).

Segundo Walsh (2009) é um dispositivo de poder que fortalece as estruturas coloniais. É uma inclusão sem questionar a construção do Ocidental sobre os "outros". Destarte, administra a diferença evitando maiores tensões que possam prejudicar o projeto multicultural ou liberal ocidental.

A outra forma de pensar a interculturalidade é por meio de uma crítica perante as estruturas de poder presentes nos discursos, fazendo frente a interculturalidade funcional. Portanto, "interculturalidade crítica, pelo contrário, é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização" (WALSH, 2009, p. 22). Este caráter fora dos padrões hegemônicos do Ocidente é possível devido "a interculturalidade crítica ter suas raízes e antecedentes não no Estado (nem na academia), mas nas discussões políticas postas em cena pelos movimentos sociais, faz ressaltar seu sentido contra-hegemônico" (WALSH, 2009. P. 22).

Este conceito parte dos grupos que foram subalternizados. Mas isto não implica dizer que não podemos fazer uso deste pensamento no cotidiano escolar, pois a luta por uma sociedade que não seja racista e mais humana é de todos. Desta forma, o conceito que operou neste trabalho foi da perspectiva intercultural crítica

> que se encontra enlaçada com uma pedagogia e práxis orientadas ao questionamento, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas de sociedade, humanidade, conhecimento e vida; isto é, projetos de interculturalidade, pedagogia e práxis que assumem a perspectiva da decolonialidade (WALSH, 2009, p. 14).

Pensamos a interculturalidade crítica neste texto como forma de construir uma postura docente com o objetivo de criar caminhos e possibilidades para romper preconceitos sobre os povos autóctones. Erigir uma educação de-colonial é desconstruir a visão colonial, é reaprender sobre as

minorias sem o véu do preconceito e do etnocentrismo de viés eurocêntrico, é valorizar a diferença (CANDAU, 2000; 2008; 2010; WALSH, 2009).

A construção da história da América Latina esteve atrelada ao conceito de raça, que hierarquizou os povos através de uma dicotomia: civilizados x incivilizado, avançado x primitivo. Enquanto o europeu era o civilizado, o indígena e o negro eram classificados como bárbaros que deveriam ser civilizados ou usados como mão de obra. Estes povos foram silenciados e desumanizados, suas formas, cores, identidades e saberes foram colocados como impedimento à civilização. Este colonialismo é expropriativo porque, através das estruturas de dominação que permeiam o discurso, o "outro" não é representado por si mesmo, mas por alguém.

Deste modo, acreditamos que o ensino de história indígena em diálogo com esta corrente de pensamento possa contribuir de forma expressiva para romper com a visão do Ocidente sobre o "outro" – indígena – permitindo enxergar a diferença e a multiplicidade de identidades de forma positiva, contribuindo para uma sociedade mais humana e menos preconceituosa.

Relação necessária entre o Ensino de História Indígena e Interculturalidade Crítica

Colocar as atuações dos grupos indígenas em um local de destaque nas aulas de História é perceber que "a ação dos índios também move a história" (ALMEIDA, 2010, p. 25). Não é apenas lembrar estes de forma estereotipada e folclorizada e no contexto do "descobrimento" em 1500 ou no dia do Índio em 19 de abril. É preciso "compreender o indígena como sujeito histórico que age conforme sua leitura do mundo, baseada tanto em códigos socioculturais quanto nas experiências desencadeadas pelo contato" (WITTMANN, 2015, p. 17).

Buscamos superar a representação dos indígenas presentes no discurso colonial, no qual coloca estes como mortos, assimilados ou idealizados. Assim, durante a oficina de História Indígena buscamos mediar juntamente com os discentes a participação ativa destes como sujeitos históricos.

Rompemos com a ideia de um índio manso, que foi passivo durante o processo de colonização e tomada de suas terras. Buscamos demonstrar as várias reações dos grupos indígenas ao contato. As fugas para "terra sem mal" como forma de resistência, a adoção da política de aldeamentos como forma de sobrevivência, reelaborando suas identidades étnico-culturais, e as ações de guerra.

As reinterpretações destas ações como resistência ocorreram devido a aproximação entre a História e Antropologia, tornando as análises interdisciplinares e mais complexas. O campo de análise foi alargado, o historiador – abordagem diacrônica – passou a compreender os processos de permanência dentro da história, enquanto os antropólogos – abordagem sincrônica – compreenderam os processos de transformações dentro das relações culturais. Este diálogo de abordagens foi expressivo para o processo de releitura dos documentos (ALMEIDA, 2010).

Não foram utilizados novos documentos, mas reinterpretados à luz de novas abordagens teóricas e metodológica, fruto da interdisciplinaridade no estudo da temática indígena (ALMEIDA, 2010). Desta forma passaram a compreender as reações diversas ao sistema colonial, reações estas articuladas aos interesses próprios, adaptação cultural a nova realidade, seja através das alianças ou resistências.

Entre os grupos que resistiram estão os Tarairiú, ou como autodenominavam-se de *Otschikayaynoé*, representados pelos Janduí, Canindé, Pega (chamados também de Ariá, Ariú ou Uriú), Javó, Paiacu, Jenipapo, Sucuro (também chamados de Xucuru ou Zucuru), Panati, Camaçu, Tucuriju, Arariú e Curema; os Tarairiú teriam habitado o sertão do Rio Grande e outras capitanias adjacentes.

Estes participaram da(s) "Guerra(s) dos bárbaros", (1680-1720), gerado devido a interiorização da pecuária para o interior, o que aumentou a animosidade e acirrou os conflitos entre colonizadores e os povos que habitavam os sertões.

Esta escolhe específica sobre um fato localizado para a Oficina de História Indígena deu-se devido a sua proximidade geográfica e na possibilidade de discutir o termo "bárbaro", bem como ser um tema pouco abordado em sala.

Durante a regência utilizamos imagens para facilitar o processo de ensino-aprendizagem

Imagem 1: Índio tapuia

Fonte: MEDEIRO FILHO, Olavo de. Índios do Assú e do Seridó, 1984.

Imagem 2: Ruínas da Casa forte do Cuó

Fonte: Sandra Kelly, disponível em: <https://mapio.net/pic/p-63753299/> Acesso em 10/12/2018.

Esse avanço dos "bárbaros" chamou atenção da Coroa no qual teve que agir para conter o avanço dos tapuias, a solução encontrada foi arregimentar terços de "bandeirantes" paulistas, por volta de 1687, a elite particular de exterminação. Foram contratados os bandeirantes Matias Cardoso e Domingos Jorge Velho, que marcharam rumo aos sertões, em 1688, para enfrentar os índios "rebeldes". O que configurou em uma mudança para a guerra, como a captura do rei Janduí Canindé

por Jorge Velho, em 1692. O bandeirante Jorge Velho teria degolado mil e quinhentos índios na Serra da Rajada, em 28 de outubro de 1689, no que hoje compreende o território de Acari- RN.

A primeira aula ministrada rendeu discursões acerca das possibilidades de atuação dos grupos indígenas no Brasil colonial, pois através do diálogo os alunos refletiram que os indígenas não são "bárbaros", mas que apresentam costumes diferentes. Outra questão importante foi a superação de um indígena genérico sem demarcações étnicas e culturais. Colocando os Tarairiú como agentes históricos foi possível apresentar marcadores étnicos destes grupos.

Um dos momentos mais interessantes da aula, foi a prática do ritual antropofágico, no qual gerou muitas indagações, entre elas a diferença entre canibalismo e antropofagia, adotando-se uma postura de aula expositiva-dialogada

A primeira aula foi bastante produtiva, levantando discussões interessantes e que atenderam aos objetivos do planejamento, pois a escolha desta aula foi para descontruir a visão preconceituosa e errôneas sobre os indígenas, de que eram todos mansos e que simplesmente estava esperando verem suas terras serem tomadas. Os discentes compreenderam que "indígena tem muitos costumes"[1] (ALUNO A, 2017[2]), já outro disse que "falar sobre os indígenas é muito legal" (ALUNO D, 2017); ao passo que o Aluno G (2017) escreveu "eu gostei da história sobre os indígenas".

Com o Brasil Império e a fundação de uma nacionalidade para o Estado os indígenas passaram a ter um lugar de destaque. Todavia, o lugar do indígena estava no passado, eram fósseis históricos que não se encontravam vivos, os índios que ainda viviam eram "misturados" e não "puros". Este lugar do indígena, no passado, foi acentuado com o Instituo Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), criado em 1838, que tinha como objetivo escrever uma história do Brasil.

Para a criação de um nacionalismo coeso foi preciso a assimilação e homogeneização de grupos étnicos e culturas diferentes, para dar forma à população "brasileira", esta assepsia dos marcadores étnicos levou aos povos indígenas à invisibilidade. Eram apenas lembrados enquanto dentro do movimento indianista de Gonçalves de Magalhães ou de José Alencar, mas de forma idealizada (ALONSO, 1996).

[1] Preservamos a forma original da escrita dos alunos.
[2] Decidimos não utilizar o nome dos alunos para manter sua identidade.

Na segunda metade do século XIX o indianismo entrou em declínio como movimento para a constituição da identidade nacional. Entra em campo os discursos cientificistas carregados pelas teorias raciais (SCHWARCZ, 1993). Seria através da ciência, como defendia Joaquim Nabuco, que a identidade nacional brasileira seria construída (ALONSO, 1996).

As teorias científicas e raciais colocaram os grupos indígenas como empecilho ao progresso da nação, vistos como "atrasados" e "primitivos" estes "bárbaros" não podiam fazer parte da máquina capitalista-ocidental, estavam distantes dos moldes europeus, que eram utilizados como modelo de civilização (SCHWARCZ, 1993).

Este encobrimento das populações indígenas foi desconstruído dentro da Oficina de História Indígena, pois colocamos estes grupos no presente, com movimentos organizados que lutam por seus direitos e pelo reconhecimento identitário. A segunda aula foi atendeu a este objetivo.

Partimos de um problema social que os indígenas sofrem, na qual chamamos de negação étnico-cultural como forma de questionar a identidade indígena, questionando a demarcação de terras. Este argumento que diz que "os indígenas não podem usar celular pois deixam de ser indígenas", é muito usado, principalmente, pelas pessoas ligadas ao agronegócio e ao desmatamento ilegal.

Este argumento é amplamente usado para aprovar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215, visando estabelecer que o processo de demarcação das terras indígenas saia da responsabilidade da FUNAI, passando a ser de responsabilidade do Legislativo Federal, bem como prevê a reavaliação das terras indígenas já demarcadas. O que se torna um perigo para as terras demarcadas, já que podem cair na mão de grandes fazendeiros e serralheiros, causando a morte dos assentamentos destes povos.

Para provocar os discentes selecionamos duas imagens, uma do indígena Edson Kayapó e outra do grupo indígena Kuikuro praticando a luta *huka huka*. "Quem era o índio?" O índio da figura 1 [Kuikuro] ou o índio da figura 2 [Edson Kayapó]? As respostas giraram em torno da figura 1, a escolha justificada através de que estão vestidos como índios.

Imagem 3: Luta *huka huka*

Fonte: Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu, 2011

Imagem 4: Edson Kayapó

Fonte: Blog do Agenor Bevilacqua Sobrinho. Disponível em: <http://agenorbevilacquasobrinho.blogspot.com/2016/06/edson-kayapo-indio-kayapo-

Para desconstruir esta visão de cultura e identidade estática adotamos o pensamento de Vera Maria Candau que defende

> um conceito dinâmico e histórico de cultura, capaz de integrar as raízes históricas e as novas configurações, evitando uma visão das culturas como universos fechados e em busca do "puro", do "autêntico" e do "genuíno", como uma essência preestabelecida e um dado que não está em contínuo movimento (CANDAU, 2008, p. 53)

A partir do entendimento que as identidades e culturas são construídas e operadas por lógicas próprias foi então proposta a seguinte pergunta: um aluno A usava um celular antigo, que não tinha câmera fotográfica, mas que precisa de um celular que tira foto para o novo trabalho, mas então ele

decide comprar um novo celular com câmera. A pergunta que foi feita em seguida foi: este aluno A deixa de ser ele por estar usando um novo celular? As respostas foram que não, que não deixa de ser ele por estar usando um celular novo. Direcionada essa questão a primeira pergunta: um índio deixa de ser menos índio por usar um celular ou roupa social? A resposta foi categórica: não!

Através de exemplos e arranjos metodológicos foi possível mostrar aos alunos o caráter construtivo das identidades, que podem articular novas tecnologias e ferramentas para as suas reivindicações. Assim, como evidenciou o Aluno B (2017) que reconhece que "os índios de hoje usa roupas fazem protestos"; bem como no reconhecimento a diferença "que os índios não é igual a nós os índios não se Veste igual a nós" (ALUNO H, 2017). Que "os índios tem muitos costumes Interessantes, que os índios não precisam Ser pintados, ou usar penas, ou usar roupas de hoje mas são índios" (ALUNO I).

O conceito de interculturalidade operou aqui como ferramenta que rompe com a construção essencialista das identidades e culturas, permitindo ver a historicidade e a plasticidades destas, superando o véu etnocêntrico de viés eurocêntrico. Pois "para a promoção de uma educação intercultural é necessário penetrar no universo de preconceitos e discriminações que (...) todas as relações sociais que configuram os contextos em que vivemos (CANDAU, 2008, p. 53).

O processo de naturalização de preconceitos, como saliente Candau (2008), é um processo invisível e complexo. Portanto, desnaturalizar a rede de estereótipos "que povoam nossos imaginários individuais e sociais em relação aos diferentes grupos socioculturais é um elemento fundamental sem o qual é impossível caminhar" (CANDAU, 2008, p. 53)

Reconhecer o "outro" – índigena – e respeitar foi uma das preocupações que permearam a oficina, o que nos levou a aproximar costumes e hábitos indígenas com o cotidiano dos discentes. Para mostrar que somos partes indígenas, e que estes não estão tão distantes assim de nosso cotidiano. A partir do cotidiano esquadrinhamos alguns hábitos alimentares como, por exemplo, o consumo do caju, do abacaxi, do açaí, entre outros; costumes e hábitos como, por exemplo, tomar banhos diariamente, dormir em redes, entre outros.

Esta segunda aula foi pensada a partir do cotidiano dos alunos, os alunos e alunas participaram ativamente, elencando os utensílios que usam ou que conhece alguém que usa. Fazendo-os perceber que suas relações com os indígenas são muito mais próximas do que parece,

através de costumes e hábitos alimentares, por exemplo. Como reconheceu o Aluno F (2017) que considerou interessante "que nós aprendemos muitas coisas. Com indígenas tomar banho Dormir em rede tomar remédio do mato" e que "os índios chegaram (...) muita importância e costumes diferentes das pessoas das cidades" (ALUNO K, 2017).

O que abriu a oportunidade para o questionamento: O porquê destes sujeitos, estando tão próximos da gente, serem tão esquecidos? O preconceito dentro dos discursos sobre estas populações é um grave problema social e político por fazer com estes povos sejam esquecidos.

Entretanto, o enraizamento de uma imagem e memória social estereotipada sobre as minorias indígenas ainda é muito forte. Mesmo com a Oficina de História Indígena ainda permaneceram vestígios de uma visão sedimenta pela generalização. Como podemos ver nas atividades produzidas, quando diz que "nos vestimos roupas normal e eles se pintam" (ALUNO, H, 2017) ou ainda "os índios vivia livre na natureza" (ALUNO M, 2017).

Entretanto, mesmo com as dificuldades encontradas acreditamos que o Ensino de História Indígena atrelada à perspectiva intercultural crítica possa ser um dos caminhos mais ricos e promissores, pois "perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade" (CANDAU, 2008, p. 52). E que este processo de desconstrução de uma visão colonial-racista deve ser constante e não apenas pontual.

O Ensino de História Indígena sem uma reflexão crítica da práxis pedagógica pode estar fadada a reproduzir os discursos coloniais, discursos permeados por relações de poder que marginalizam as sociedades autóctones e atribuem um sentido negativo para suas identidades. Pensar nestas estruturas de poder permite abrir caminhos para superar este discurso.

Considerações Finais

Os movimentos sociais indígenas conseguiram articular reivindicações frente a sociedade, garantindo o reconhecimento de suas identidades e à demarcação de terras. Articulados desde da década de 1970, o seu reconhecimento através dos dispositivos legais ocorreu com a Constituição de 1988 e com a promulgação da Lei 11. 645 de 2008 que garantiu o ensino da temática indígena nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio.

Dentro do movimento indígena na América Latina surgiram correntes de pensamentos que passaram a identificar e criticar o discurso colonial – de viés racista e etnocêntrico – que foram erigidos para subalternizar e controlas estas minorias. Entre estas correntes encontra-se a interculturalidade crítica, a partir de Walsh (2009), como ferramenta questionadora do discurso colonial, que busca descontruir os preconceitos e desumanização das minorias. Conceito que vai para além do valor pedagógico, apresentando um nível de importância social que "têm por base o reconhecimento do direito à diversidade e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social" (CANDAU, 2000, p. 56). Deste modo, são abertos caminhos para uma educação de-colonial, que é o processo de reaprender sobre estes povos, mas sem a cortina do discurso racial que inferioriza as minorias.

Concluímos que aliar o Ensino de História Indígena com a perspectiva intercultural crítica pode permitir a criação de um campo – envolvendo docentes e discentes – para o processo de desconstrução de preconceitos e de reaprender sobre as minorias que outrora foram subalternizadas, e permite identificar as relações de poder que relegaram as minorias para a periferia, evitando cair nas armadilhas discursivas preconceituosas, abrindo campo para o reconhecimento da diferença étnica e cultural como algo positivo. Em suma, possibilita uma práxis pedagógica inclusiva, antirracista, questionadora e crítica.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGU, 2010.

ALONSO, Angela M. Epílogo do romantismo. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1-20, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em 28/10/2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html> Acesso em 28/10/2018.

_____. **A Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html> Acesso em 20/10/2018.

CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e educação escolar. In: _____. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 47-60.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. A construção dos índios nos livros didáticos de História de Alagoas. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Org**.). A temática indígena na sala de aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 2ª. ed. Recife/PE: EDUFPE, 2016, p. 113-124.

GOBBI, Izabel. Desafios do ensino sobre os indígenas nas escolas: uma reflexão a partir dos livros didáticos de História. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 2, n. 2, p. 41-57, jul./dez. 2010.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi, (orgs.). **A temática Indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 481-521.

GUIMARÃES, Silva. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

JESUS, Zeneide Rios de. A universidade e o ensino de história indígena. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Org.). **A temática indígena na sala de aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 2ª. ed. Recife/PE: EDUFPE, 2016, p. 41-56.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso***:* princípios e procedimentos. 8ª. ed. Campinas: Pontes, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. **A implantação da lei 11.645/2008 no Brasil: um histórico de mobilizações e conquistas**. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Org.). A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 2ª. ed. Recife/PE: EDUFPE, 2016a, p. 85-112.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi, (orgs.). **A temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Edson. **Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da lei 11.645/2008**. Mneme - Revista de Humanidades, Caicó, v. 15, n. 35, p. 21-37, out. 2015.

_____. **Povos indígenas e ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula**. História & Ensino - Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL. Londrina, v. 8, p. 45-62, out. 2002.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Org.). **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 2ª. ed. Recife/PE: EDUFPE, 2016a.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**, 2009, p. 12-41.

WITTMANN, Luísa T. Introdução ou a escrita da história indígena. In: Luísa Tombini Wittmann. (Org.). **Ensino (d)e História Indígena**. 1. ed. v. 1. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015, p. 9-19.

Temporalidades

Dramaturgia da Gripe Espanhola em Campos dos Goytacazes (1918-1919)

Spanish Flu Dramaturgy in Campos dos Goytacazes (1918-1919)

Cassiane Souza dos Santos
Graduada em História
Universidade Federal de Viçosa
cassianeperfil@gmail.com

Recebido em: 13/09/2020
Aprovado em: 22/11/2020

Resumo: Este texto versa sobre fragmentos da Gripe Espanhola em Campos dos Goytacazes-RJ, que irrompeu no Norte Fluminense entre a segunda metade de 1918 e o primeiro semestre de 1919. Interessa-nos, de pronto, discutir sobre as seguintes questões: em que situação econômica, social e sanitária a cidade de Campos se encontrava na Primeira República? Como a pandemia chegou naquela localidade? Como o Estado, os cientistas e as pessoas comuns mobilizaram-se mediante a "crise pandêmica"? E, ainda, como os campistas reagiram ao fim da pandemia? A partir do arquétipo de análise sugerido por Charles Ernest Rosenberg em 1992, compreendemos os quatro atos dramatúrgicos que balizaram esta manifestação epidêmica, a saber: Revelação progressiva; Gerenciamento; Negociação pública e Retrospecção. Para tanto, utilizamos como fontes primárias mídias impressas, registros de óbito, atas da câmara municipal campistas, além de memórias e teses de medicina produzidas na região. A força deste estudo opera na História Social das epidemias.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; Dramaturgia; Gripe Espanhola.

Abstract: This text analyzes fragments of the Spanish Flu in Campos dos Goytacazes-RJ, which increased in Norte Fluminense between the second half of 1918 and the first half of 1919. The main interests are on the following topics: how was the economic, social and health situation in the city of Campos found in the First Republic? How did the pandemic start in the locality? How did the state, scientists and ordinary people mobilize themselves through the "pandemic crisis"? And how did people react to the end of the pandemic? Thus, based on the archetype of analysis suggested by Charles Ernest Rosenberg in 1992, this epidemic manifestation is understood through four dramaturgical acts, namely: Progressive revelation; Managing randomness; Negotiating public response and Retrospection. For this purpose, printed media, death records and minutes from Campos, as well as medical memories and theses produced in the region council are used as primary sources. This study operates in the Social History of epidemics diseases.

Keywords: Campos dos Goytacazes; Drama; Spanish Flu.

Introdução

A Gripe Espanhola de 1918 a 1920 foi um dos surtos de caráter infectocontagioso mais devastadores dentre os quais se tem registro, com o número estimado entre 20 e 100 milhões de mortes[1] em todo o mundo (KOLATA, 2002, p.17). A natureza mortal do vírus que causou esta pandemia, bem como o seu feitio epidemiológico e fisiopatológico, singulariza-a em relação a episódios gripais antecessores e sucessores (CROSBY, 1989). Apesar de ser designada como "espanhola", não se sabe ao certo a origem geográfica da Influenza de 1918. Sem embargo, com a divulgação do livro *Epidemic and Peace - 1918,* publicado em 1976 por Alfred Crosby (KOLATA, 2002, p.17), historiadores advindos dos quatro continentes[2] têm concentrado seus esforços no debate sobre esta e outras questões pertinentes à Gripe, que extrapolam a esfera biológica ao serem *enquadradas* nos âmbitos social, cultural, político e econômico (ROSENBERG; GOLDEN, 1997).

No Brasil dos últimos anos, a historiografia das manifestações epidêmicas, no interior da História das Ciências[3], vem conferindo destaque ao episódio da Gripe Espanhola nas cinco regiões do país. Desde a dissertação de Claudio Bertolli Filho, defendida na *Universidade de São Paulo* em 1986, pesquisadores têm se debruçado sobre esta pandemia almejando, sempre que possível, ressaltar o seu viés social, que no caso do país implica no entendimento de que a Influenza de 1918 afetou mais aos pobres que aos ricos, em função das disparidades nos meios de sobrevivência da população à época. Com a irrupção da SARS nos anos de 2002 e 2003, da "Gripe Aviária" entre 2003 e 2005 e da "Gripe Suína" em 2009, observa-se uma crescente disposição analítica sobre as Gripes ao longo da história[4].

[1] Segundo Alfred Crosby (1989), a pandemia de gripe de 1918 circundou o mundo em três grandes ondas: a primeira, considerada mais branda, tendo sido detectada pela primeira vez em março de 1918 no Kansas. A segunda, em agosto, matando milhões por várias partes do mundo. E a terceira, mais moderada que a segunda e mais letal do que a primeira, aconteceu no início do ano de 1919 estendendo-se até o final do ano de 1920.

[2] "Com a possível exceção da Antártica" (SPINNEY, 2017, p. 7). Para um delineamento da Gripe em vários países, recomenda-se: SPINNEY, Laura. **Pale Rider: The Spanish Flu of 1918 and How It Changed the World.** Nova York: Public Affairs, 2017, e, VAN HARTESVELDT, Fred. **The 1918-1919 pandemic of influenza:** the urban impact in the western world. Nova York: The Edwin Mellen, 1993.

[3] Christiane Maria Cruz de Souza ressaltou que temas pertencentes a historiografia das ciências "como medicina, saúde e doença permaneceram, por longo período, restritos aos domínios dos médicos; estes, por sua vez, interessados em historicizar o passado de sua profissão" (2009, p. 19). Nesse aspecto, a tendência da feitura de narrativas sobre a História da Medicina, e particularmente da saúde e da doença, é relativamente recente e se expandiu a partir da década de 1970 – sob a inspiração teórica de Michel Foucault (2009, pp.19-21).

[4] Para um delineamento preciso sobre as epidemias de Gripe no Brasil, ao longo da História, recomenda-se: NETO, João Toniolo. **A História da Gripe:** a Influenza Em Todos os Tempos e Agora. Dezembro XII Editora. 2001.

Mais recentemente, o centenário da "Gripe Espanhola" em 2018 e a emergência do "Coronavírus" em 2020[5] fizeram reviver, com vigor, o interesse por esta doença no cenário acadêmico nacional.

Sobre as produções brasileiras no campo socioeconômico, em 1986 e 1995, Bertolli Filho e Olinto propuseram-se a traçar a "Geografia da Gripe" (BERTOLLI FILHO, 2003, p.89) e o perfil patológico dos "heterogêneos" (LOVE *apud* BERTOLLI FILHO, 2003) espaços das capitais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, respectivamente. Ao contraporem-se à "ilusão democrática" (BERTOLLLI FILHO, 2003) de que a doença se atrelava a "sorte ou ao azar" (BERTOLLI FILHO, 2003, p.89) das classes, os autores defenderam que os "excluídos da modernização" (OLINTO, 1995), que padeciam em ínfimas "condições materiais" (BERTOLLI FILHO, 2003, p.90), foram mais vitimados pela Gripe, tendo como critério a "resistência orgânica" (OLINTO, 1996, p.14).

Pesquisas posteriores mencionaram que trabalhadores pobres se tornaram "alvo fácil da doença" (SOUZA, 2009, p.188) em Porto Alegre (ABRÃO, 1995), em Salvador (SOUZA, 2009), em Goiás (DAMASCENA NETO, 2011), em Pelotas-RS (FERREIRA, 2001) e no interior de São Paulo (BASSANEZI, 2012; DALL'AVA, 2015), devido a sua fragilidade econômica e "exposição maior ao contágio" (ABRÃO, 1996, p.129). Como em 1918 "os direitos sociais" não eram assegurados pela legislação, aos empregados restou a continuidade de suas atividades profissionais, posto que era delas que advinha o sustento (FERREIRA, 2001, p. 43). Assim, mesmo diante do perigo do contágio, muitos se submeteram às "fábricas, oficinas, escolas, quartéis e estabelecimentos comerciais" (SOUZA, 2009, p.188), e, outrossim, em locais interioranos, labutadores iam "à cidade para compras, solução de pendências, venda da produção, trazendo na volta a Gripe" (BASSANEZI, 2012, p.11).

Do ponto de vista sociodemográfico, Adamo (1993, pp.185-200) destacou que, no Rio de Janeiro, os afro-brasileiros foram mais propensos à Gripe, por apresentarem taxas mais elevadas de mortalidade relativa. Tal quociente é compreendido como sendo um efeito da desigualdade, observável através de uma apreciação sistematizada sobre as moradias insalubres, bem como sobre a situação de desemprego e de desnutrição enfrentadas por negros no pós-escravização. De forma análoga, Santos dissertou, inspirado por Sidney Chalhoub, sobre como os negros foram "apontados como propagadores da Gripe" no Rio de Janeiro (2006, p.129). Silva tal-qualmente reconheceu que os negros, vistos como causadores da "desordem" (2017, p.29), foram os mais suscetíveis em Recife.

[5] Alguns trabalhos entregues ou em fase de produção são: FARIAS (2019); PAIVA (2020) e RIBEIRO (2020).

Valendo-se de um prisma de gênero, Olinto avaliou os modos de sobrevivência das mulheres gaúchas enquanto responsáveis pela saúde do lar no ínterim da "Espanhola" (1995, pp.67-81). Outro trabalho que refletiu sobre a experiência feminina na "Gripe" foi o de Gama, que explicitou o acontecimento de socorros sendo omitidos às prostitutas em Manaus (GAMA, 2013, p.147).

A dimensão sociocultural também se demonstrou fértil na historiografia brasileira da Gripe Espanhola. Em seus artigos, Teixeira (1993), Brito (1997) e Silva (2006), a título de exemplo, enfocaram nos sentimentos, representações e enfrentamentos sociais da Gripe, comparando-a com a experiência da Peste. Teixeira, ao pensar sobre o "medo" comumente suscitado nas referidas pandemias, com foco em São Paulo e no Rio de Janeiro, concordou que a Gripe foi mais "letal em organismos já debilitados por outras doenças crônicas ou carências, ou por condições de sobrevivência subumanas" (1993, p.3). Similarmente Brito, ao pensar sobre a dimensão psicossocial da Gripe, sublinhou que os pobres, além de sofrer com a carestia e a falta de comida e de remédios, penavam ainda "pelas ações sanitárias que visavam preferencialmente o centro" (1997, p.23).

Ferreira (2001), em Pelotas; Goulart (2003), no Rio de Janeiro; e Souza (2009), na Bahia, mensuraram o ângulo sociopolítico da Gripe Espanhola. Ferreira, ao estudar "a apropriação política da epidemia" (p. 63), frisou como a doença oscilou as posições de prestígio ocupadas pelos políticos pelotenses ao evidenciar a falibilidade do "traço distintivo de Pelotas em relação a outras cidades" (2001, p. 83) da República positivista riograndense. Goulart, ao propor "um diálogo entre a história política e a história da saúde" (2003, p. 9), deu enfoque ao processo de promoção e de descrédito de atores sociais e políticos cariocas durante a Gripe. Souza destacou que "a gripe espanhola chegou a Salvador em época de intensa disputa política", sendo minimizada pelos políticos que se encontravam no poder e explorada em seus aspectos fatais pela oposição (2009, p. 97).

Outros textos, bem como os supracitados, resgataram as narrativas sociais frente à pandemia nas capitais paulista (BERTUCCI, 2004), mineira (SILVEIRA, 2007)[6], catarinense (DALL'OGLIO, SCHLEMPER JUNIOR, 2011), espírito-santense (FRANCO, *et. Al.,* 2016) e paraense (MARTINS, 2016; ABREU JUNIOR, 2018). Ao confrontarem as fontes de cidades que se pretendiam modernas, estudiosos se defrontaram com a "medicina enferma" (BERTUCCI, 2004) de lugares que mantinham profundas assimetrias em seu cerne (BERTUCCI, 2004; p. 119; SILVEIRA, 2007, p.196;

[6] No caso específico de Belo Horizonte (cidade planejada), Silveira salientou que, apesar da impotência sobre a pandemia, houve uma relativa capacidade de organização e coordenação pelo governo na tomada de ações sociais. *Cf.* Silveira, 2007.

DALL'OGLIO, SCHLEMPER JUNIOR, 2011, p.108; FRANCO *et al.*, 2016, p.424; MARTINS, 2016, pp.80-82; ABREU JUNIOR, 2018, p.IX). Assim, a maior parcela das pesquisas, sobre a Gripe, identificou a sobremorbidade em estratos que apresentavam deficiências sanitárias, econômicas, trabalhistas e de cunho nutricional. Por isto, neste artigo, dar-se-á atenção especial a este quesito.

Resultante da leva de estudos elaborados entre o centenário da Gripe Espanhola (2018) e a propagação do Sars-CoV-2 (2020), este texto objetiva contribuir para o mapeamento das experiências vivenciadas durante a Influenza de 1918 nas diferentes regiões brasileiras. Isto, pois se da perspectiva nacional a Influenza de 1918 tem sido muito vislumbrada, da perspectiva local as epidemias pouco foram analisadas. A escolha pela cidade de Campos dos Goytacazes-RJ (norte fluminense) como recorte geográfico, deve-se ao seu papel desempenhado como "capital do açúcar" e como parceira da Comissão Rockefeller. Acredita-se, então, deste modo, que a apreciação metódica sobre a Gripe no interior do Rio de Janeiro auxilia a melhor compreender aspectos regionais e mesmo os planos de profilaxias rurais vigentes, tanto no período pandêmico como na Primeira República (1889-1930).

Para o alcance do objetivo, emprega-se o arquétipo de análise sugerido por Charles Rosenberg no clássico *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine* (1992, pp.278-287). Segundo esta referência, basilar para a historiografia da medicina, os eventos epidêmicos se desenvolvem em uma espécie de peça de teatro, como numa alegoria. Circunscrito no conceito de "dramaturgia", este modelo expressa que toda epidemia se enquadra em um tipo de "roteiro" dividido em quatro atos, sendo estes: Negação e Confissão Progressiva (censura da doença e busca pelos responsáveis); Gerenciamento (produção de explicações); Resposta Pública (solidariedade) e Retrospecção (fim da quadra epidêmica). A metodologia adotada consiste no cruzamento de fontes procedentes de distintas naturezas, a saber: jornais, obituários, memorialísticos e textos científicos.

Nesse sentido, segue-se também os caminhos da "História social", numa trilha iluminada pelos pressupostos teóricos de Edward Palmer Thompson. Ao sustentar que a *experiência* é uma categoria "que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (1981, p.15), Thompson preconiza a necessidade de que as observações hermenêuticas sobre os indivíduos que compõem uma sociedade, em um dado contexto histórico, sejam igualmente sensíveis, de modo a perceber as singularidades dos agentes com quem se dialoga.

Neste ensejo, se empregará categorias como a de *médicos,* a *de comerciantes,* a *de políticos,* e a de *pessoas-comuns* se reconhecendo, todavia, que tais grupos congregavam as suas próprias dissimilitudes.

As fontes selecionadas ambicionam a obtenção de um quadro mais amplo sobre as nuances relativas ao fenômeno epidêmico aqui investigado. Tal como asseverou Michel de Certeau (1982), é também por intermédio de uma documentação diversificada que as *zonas silenciadas* e ausências sutis são identificadas no procedimento de uma *operação historiográfica*. Para Jacques Le Goff, falar dos silêncios da historiografia sobre uma "pandemia esquecida" (CROSBY, 1989) não seria suficiente. Deve-se "questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história", fazendo "o inventário dos arquivos do silêncio" a partir "dos documentos e das ausências de documentos" (LE GOFF, 1988, p.110).

No caso dos jornais e das revistas, embora o ideal fosse que se dispusesse de todos os noticiários que circulavam em Campos dos Goytacazes no ano de 1918 – e que, certamente, nutriam distintos vieses partidários e políticos - isto não foi possível. Na realidade, a triagem documental recaiu sobre os periódicos que tiveram maior tempo de duração ou que, simplesmente, se encontravam disponíveis para consulta na ocasião da recolha nos arquivos locais da cidade. Sendo assim, os editoriais aqui compulsados foram *O Monitor Campista*, a *Folha do Commércio* e *A notícia*, e, em menor escala, a *Gazeta do povo*, *O paiz* (da capital), a revista *Genesis*, e o semanário carioca *Fon-Fon.*

A escolha incidiu sobre *O Monitor Campista,* criado em 1838 pelo fidalgo baiano Bernardino José Maciel (SOUSA, 2014, p.402), porque este foi, até 2009, o terceiro jornal mais antigo em circulação do país - sendo, por isto, o mais tradicional e duradouro da localidade. Por sua vez, a *Folha do Commércio,* concebida em 1909 pelo político José Bruno de Azevedo (SOUSA, 2014, p.405), foi considerada por ter sido a criadora da "Cruz Branca", instituição engendrada como demanda da Gripe Espanhola, e que, por isso, será exaustivamente consignada ao longo deste texto. *A notícia,* fundada em agosto de 1918 por Silvio Fontoura (SOUSA, 2014, p.405), chegou até nós através de Hervê Rodrigues (que era filho do redator), e foi pesada em função de ser o mais recente, satírico e popular periódico no ano da Influenza. Finalmente, a *Gazeta do povo, O paiz ,* a *Genesis,* e o *Fon-Fon* nos serviram para a caracterização geral da cidade, dado que o conteúdo destes jornais e destas revistas são indicadores dos costumes locais, sobretudo os da Elite (BOURDIEU, 2007).

Esquadrinhamos também os livros de Atas da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, dispensando especial desvelo ao de "1913 a 1919". Pesquisamos, ainda, os livros de óbito dos distritos da paz campistas (que continham o dia da morte do indivíduo, o local do falecimento, a família, a raça do falecido e a naturalidade do mesmo, além da *causa mortis* e o médico avaliador). Por fim, recorremos aos manuscritos (de múltiplos tipos), aos memorialísticos (Sousa, 2014; Rodrigues, 1988; Lamego, 1945), às teses de medicina (Décio Parreiras, 1917; Pereira Nunes, 1918; e Severino Lessa, 1909) e um trabalho de engenharia (Saturnino de Brito, 1902).

Cenário

Centro da vida política e social de Campos dos Goytacazes desde o século XVII, a Praça São Salvador guiava os rumos da cidade, em sua configuração original, até a virada do século XX (LIMA *apud* FREITAS, 2006, p.55). Com efeito, ao longo da Primeira República, a parte central da cidade passou por grandes intervenções promovidas pelo Partido Republicano Fluminense. Alguns dos vestígios desta empreitada consistem em um Plano de Saneamento do Espaço Urbano (1902), na construção da Nova Praça do Mercado (1918-1921), na implantação da Comissão Rockefeller (1918) e na criação da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia - SFMC (1921). Tais mudanças são consideradas como frutos da chamada "Belle-époque campista", que remete à fase de euforia ocasionada pela alta do açúcar no mercado naqueles tempos (LIMA *apud* FREITAS, 2006, p.55).

A cana-de-açúcar marcou profundamente a formação socioeconômica do Norte Fluminense. Muito embora outras localidades também exercessem a atividade açucareira em todo o Sudeste, Campos dos Goytacazes destacava-se como produtora de açúcar nesta região. Dessa forma, os canaviais desempenharam um papel crucial na posterior modernização campista (ALVES *apud* FREITAS, 2006, p.49). Tanto o é que, na qualidade de "Capital do açúcar" do Rio de Janeiro, a planície saltou de 88.825 habitantes em 1872, para 99.995 em 1881 (ALVARENGA, 1981, p. 85) chegando a uma população de 175.850 pessoas em 1920 (CIDE *apud* FREITAS, 2000, p.164).

Neste período, encontravam-se estabelecidas na cidade 27 usinas, 12 praças, 2 largos, 4 teatros, 6 travessas, 65 escolas, 17 igrejas, 6 cemitérios, 6 bibliotecas, 5 bancos, 3 jornais, 1 gasômetro, 6 hotéis, 1 orfanato, e 2 curtumes (SOUSA, 2014). Ademais, quatro pontes sobrepunham o Rio Paraíba do Sul e estradas de ferro guiavam o comércio local em direção às capitais fronteiriças (FREITAS, 2006, p. 44). O transporte era feito por trens e bondes elétricos da *Brush Eletric Company*,

instalados em 1910 para atender a Companhia de Ferro Carril. Além disso, Campos foi o primeiro município sul-americano a possuir luz elétrica em 1883 (SOUSA, 2014, p.76) dispondo ainda, em seus bairros nobres, de redes de esgoto, água encanada e aparelho *Clayton*[7](ALVARENGA, 1918).

Se na planta da cidade, quando visualizadas de cima, as áreas mais modernas lembravam um tabuleiro de xadrez, as zonas mais antigas tendiam à regularidade, com ruas estreitas e desordenadas, aproveitando as vantagens que eram concebidas sobre o terreno (FREITAS, 2006, p.45). Ainda no que diz respeito à apreciação cartográfica de Campos, o engenheiro Saturnino de Brito observou que as condições hidrográficas da cidade eram "extremamente favoráveis", para demandas de cunho agrícola e sanitário (BRITO, 1943, pp.60-61), pois que o Rio Paraíba do Sul, engrossado pelas chuvas de monções, apresentava cheias com notável regularidade. Este fluxo ocorria no verão, uma estação conveniente na medida em que as lagoas, dissecadas e remanejadas, ofereciam terrenos férteis para a agricultura e a pecuária. Ademais disto, as chuvas torrenciais garantiam a salubridade onde a visita do "terrível Impaludismo" (Malária) parecia ser uma interminável constante (BRITO, 1943, pp.60-61).

Entretanto, enquanto algumas áreas celebravam as precipitações, outros lugarejos amargavam as inundações do rio, arriscando-se no convívio entre pântanos fétidos e brejos pútridos (LAMEGO, 1945, p.45). Nos discursos recolhidos da intelectualidade campista, o gerenciamento dos recursos hídricos pelo Estado revelava-se insuficiente e incapaz de produzir condições equitativas de acesso à água (BRITO, 1943; LAMEGO, 1985; LESSA, 1909). Isto porque o déficit de fornecimento d'água registrava um total de 3.200.000 litros, ao passo que a sua redução bacteriana permeava somente 40,17% da cota total de água (LESSA 1909, pp.91-92). Não bastasse a inoperância do Estado, quando o "santo fluido" chegava aos domicílios, os tonéis ficavam desatados e a água era reutilizada inadequadamente, vitimando os que a ingeriam de Gastroenterite e Cólera (PARREIRAS, 1918).

Além das infecções gastrointestinais, outras enfermidades assolavam a cidade, tais como a Peste, o Beribéri, a Febre Amarela, a Varíola, a Coqueluche e a doença de Chagas (BRITO, 1943, pp.60-61). Os operários, amontoados em becos e cortiços deteriorados eram, indubitavelmente, os que mais convalesciam pelas doenças transmissíveis (RODRIGUES, 1988, p.197). Com a tomada de

[7] Conforme Fernanda Rebelo, o "aparelho Clayton" foi utilizado, a partir do início do século XX, nos processos de desinfecção e fumigação para o "expurgo das matérias contaminadas" (REBELO, 2013). Ainda de acordo com a pesquisadora, "novas tecnologias da higiene como o aparelho de gás de Clayton e a barca de desinfecção passaram a permitir o desembarque de cargas e passageiros sem o 'perigo do contágio'." (REBELO, 2013, p. 789).

consciência sobre a transmissibilidade das doenças, que imobilizavam as classes independentemente de seus recursos (SWAAN *apud* HOCHMAN, 1998, p.6), a Elite campista passou, então, a investir na extinção das morbidades que ameaçavam o seu modelo agroexportador (cujo principal produto era a cana). Sobrevém que as ações para erradicar as epidemias nem sempre coincidiam com a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres (HOCHMAN, 1998, pp.40-45; RISSO, 2006, p.90).

No que diz respeito às estratégias de combate a doenças infectocontagiosas na "era do saneamento" (HOCHMAN, 1998), aproveitando a divisão dos compromissos higiênicos entre o Estado e os Municípios, em 1901, o médico e presidente da Câmara de Campos, Dr. Pereira Nunes, nomeou o engenheiro Saturnino de Brito como responsável pela construção de um plano urbanístico para a cidade (GAZETA DO POVO, 1906). Em 1910, foi alargada a intervenção Federal sobre a cidade de Campos por meio da criação das "Comissões de Saneamento". Em 1918, enquanto o *Saneamento do Brasil,* de Belisário Penna, advertia sobre a necessidade de se higienizar o interior, foi construído o primeiro posto da Comissão Rockefeller em Campos dos Goytacazes num acordo mútuo entre o Estado, os usineiros da cidade e a fundação americana (O PAIZ, 28/03/1918, p. 10).

O estabelecimento da Fundação Rockefeller, em Campos dos Goytacazes, merece atenção especial de nossa parte. Sob a direção do Dr. Décio Parreiras (O PAIZ, 08/09/1918, p.8), que viria a se tornar chefe do Serviço de Febre Amarela no estado do Rio de Janeiro (MARINHO *et. al.*, 2015, p.241; LÖWY, 2006, p. 223), a Comissão guardava como objetivo estudar e libertar a população das endemias e verminoses, fato que se relacionava a questões de ordem política e econômica - dado que, as primeiras obras de saneamento da fundação em 1918 foram feitas, justamente, nas dez usinas mais produtivas da cidade[8] (O BRAZIL-MEDICO, 12/03/1921, p. 138). Contando com o apoio da população, a Fundação obteve sucesso na maioria de seus empreendimentos (RODRIGUES, 1988, p.201). De acordo com Décio Parreiras, entre 1918 e 1922, a Rockefeller havia examinado 73.347 habitantes - ou 54,88% da população - em 18 subpostos (O BRAZIL-MEDICO, 01/07/1922 p.7).

Assim como Décio Parreiras, outros clínicos eminentes figuraram na Comissão Rockefeller dos Goytacazes, dentre eles, Olimpio da Silva Pinto, que foi coordenador da Campanha Nacional Contra Esquistossomose na década de 1960 (O SEMANÁRIO, 14-20/11/1963, p.8), e Pereira

[8] São João, Penha, Santa Rosa, Abbadia, Córrego de Chumbo, Jacarandá, Ponto de Bonds, Lagôa do Campello, Brejo Grande, Quindundú, Bolandeira, Travessão, Maitaca, Piedade, Baroneza, Sapucaia, Parada do Crespo e Kilometro 8 (Décio Parreiras *in* O BRAZIL-MEDICO, 01/07/1922 p.7) - e, posteriormente, nas com melhor "potencial agrícola".

Nunes, que foi presidente da Câmara de Campos e também "membro eminente" da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia (SFMC) (O PAIZ, 23/12/1924, p.5). Reconhecida por sua atuação contra a Ancilostomíase, a entidade filantrópica também participou ativamente no combate ao Impaludismo e à Febre Amarela na cidade (RODRIGUES, 1988, pp.200-201). Durante o processo de implantação da comissão Rockefeller em Campos, o prefeito Luiz Sobral e o diretor de higiene Alberto Cruz lideravam os cargos de Saúde Pública do Município (ALVARENGA, 1918).

Além de Décio Parreiras, Pereira Nunes, Luiz Sobral e Alberto Cruz, outros médicos atuavam em Campos em 1918, a saber: Ignácio Moura, Eduardo Manhães Filho, José Pires Filho, Lontra Netto, Coelho dos Santos, Alpheu Gomes, Gomes da Cruz, Gilberto Siqueira, Alberto Cruz, José Benigno de Miranda, Raul Castro, Ribeiro de Castro, Ribeiro do Rosário, Romerval Rosa, Demerval Rosa, Aberlino Rosa, Maximino Ramalho, José Pinheiro, Benedito Gonçalves Pereira, Antônio de Mattos, Alvaro Barros, Obertal Chaves, Souza Valle, Airton Villela, Bastos Tavares, Severino Lessa, Luiz Beda, Ovídio Manhães, Domingos de Azevedo, Christiano Fraga e Edgard Alvarenga. Estes clínicos medicavam em seus consultórios particulares e nestes hospitais: dos Isolamentos dos Tuberculosos e Pestosos, Santa Casa da Misericórdia, Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, e Sociedade Portuguesa de Beneficência (REGISTROS DE CAMPOS, 1918).

Diante desses dados, fica subentendido que a "assistência em Saúde", na cidade de Campos, era exercida por entidades filantrópicas. Essas organizações, apesar de independentes da administração pública, recebiam amparos e benfeitorias provenientes das verbas fixadas pelo Município. Gisele Sanglard assentou, amparada nos estudos de Sidney Chalhoub e de Maria Luiza Marcílio, que a ideologia saneadora e a *questão social* do início do século XX - vista como essencial para que o Brasil fosse incluído no rol das "nações civilizadas" - viabilizou as ações higienistas do Estado e, sequencialmente, assessorou a expansão da filantropia nacional. Ainda de acordo com Sanglard, a absorção dos ideais de salubridade, pela "sociedade civil", foram convertidas, mais tarde, "no apoio e manutenção de diversas instituições de assistência" (SANGLARD, 2015, p.136). Nas linhas que seguem, a dramaturgia da Gripe nos ajudará a perceber alguns desses aspectos.

Ato I: Negação e Confissão Progressiva

> Há poucos dias chegou do Rio uma senhora, a qual hospedou-se na casa do Sr. Fernando Milheiro. Ao chegar aqui foi atacada de forte dor de cabeça e febre de alto grau. Alguns moradores, temendo que se tratava de uma senhora vinda do Rio,

> alarmaram-se, correndo o boato de que se trata de um caso de Influenza Espanhola. Após esta notícia houve pânico geral, não se tendo aqui um médico para verificar se de fato já temos entre nós a visita do terrível mal. Nesse caso, o povo de Villa Nova pede, por nosso intermédio, as providências que o caso exige, vindo aqui um médico da higiene e guardas para desinfetar a casa do Sr. Fernando e isolar a mesma. Pobre vila! (O MONITOR CAMPISTA, 10/10/1918, s/p.)[9].

No excerto exposto acima, o correspondente do jornal *O Monitor Campista* se demonstrava temeroso com os rumores sobre a possível chegada da Gripe Espanhola em Villa Nova, distrito pertencente a região noroeste de Campos. Não seria para menos, se tomarmos a ótica do emissor, tendo em vista que desde meados de 1918, as notícias que circulavam sobre os brasileiros da Missão Médico Militar na Primeira Guerra eram severamente atrozes. Em poucos dias, as mídias impressas espalhavam que centenas de brasileiros haviam falecido em ação. Nada obstante, uma semana depois do alarmante alerta jornalístico campista, mais precisamente, em 17 de outubro de 1918, o cartório do 1° distrito da Paz registraria a morte de um outro carioca, sendo a primeira ocorrida em Campos. O nome da vítima era Manoel Gonçalves, um jovem de 21 anos de idade, branco e jornaleiro, que fracassou na tentativa de escapar da transmissão (REGISTROS CIVÍS DE CAMPOS, 1918).

De início, assim como em outras partes do Brasil, os campistas acompanhavam as notícias sobre a difusão de uma "enfermidade misteriosa na Europa" através dos periódicos regionais. Possivelmente em função da distância geográfica entre velho e novo mundo, a princípio não houve uma preocupação significativa a respeito da propagação contínua desta doença (GOULART, 2005, p.101). As informações sobre a Gripe Espanhola só conquistaram o seu lugar nas manchetes quando os "missionários" de Dakar, que operavam na Missão Médica Militar e viajavam no paquete *La Plata*, adoeceram (GOULART, 2005, p.101). Na lista dos doentes graves, estava Mario Kroeff, que viria a se destacar, anos depois, na institucionalização da cancerologia no Brasil (LANA, 2012, pp.37-38).

No dia 14 de setembro de 1918, quando se tomou consciência da chegada da epidemia no Rio de Janeiro, os ânimos dos moradores da cidade de Campos se alvoroçaram, por localizarem-se a tão somente 278 quilômetros da capital. Pode-se acrescentar também que era contínua a circulação de produtos entre as duas partes, fator que, potencialmente, sobressaltou o pânico interiorano. A hipótese divulgada nos editoriais era a de que a Influenza havia chegado através dos tripulantes infectados no navio *Demerara* vindo de Lisboa. Como no Rio (GOULART, 2003, pp.92-100), o

[9] Doravante, com o objetivo de providenciar uma leitura mais fluída dos documentos utilizados como fonte, todas as citações grafadas à época serão transcritas segundo as normas gramaticais correntes.

descuido do então diretor geral de saúde pública, Dr. Carlos Seidl, foi reivindicado pela planície (FOLHA DO COMMÉRCIO, 1918). A redação d'*A Notícia*, literalmente, amaldiçoou o nome de Seidl com os dizeres: - "Maldito seja o nome desse médico". (*apud* RODRIGUES, 1988, p. 198).

No entanto, não somente Seidl seria responsabilizado pelo descontrole da pandemia e pela falta de um plano de contingência na planície goitacá. A *Folha do Commércio*, que havia sido atingida em 1914 pela "Inspeção Sanitária do Leite" (Actas da Câmara, 1913, pp.6-10) logo tratou de ironizar a ausência de medidas profiláticas por parte da Higiene Municipal. No fragmento jornalístico destacado abaixo, a letargia e a *hausmanização*[10] do diretor de higiene Dr. Cruz foi assim retratada:

> E se a Influenza espanhola nos visitar? - Realmente, Fagundes, se tivermos a visita da Influenza vai ser um horror, já era tempo do poder público ir aconselhando umas tantas medidas preventivas. - Pelo menos... - E principalmente aconselhar. - Sim, Fagundes, porque o povo já pode ir se prevenindo... - Naturalmente. Mesmo porque não tem como a gente fazer o povo de belga. - E ter de resistir a invasão da Influenza Espanhola. - Nesse caso. - É claro...! - Comparo a invasão da espanhola a do Hunos. - Ah padre velho, fica tudo escangalhado um pavor! - Se assim é, o papel do diretor de higiene deve ser, então, importantíssimo, pois, não? - O de preparar a resistência. E note que lhe hão de ir bem seus humanitários sentimentos. - Com isso os campistas só têm a se desvanecer. - É que quando a estiver a glorificar o seu herdeiro gritando: *Vive le Albert!* - Daqui a plenos pulmões, posso bradar... Viva o Doutor Alberto! - Cruzes! (FOLHA DO COMMÉRCIO, 21/10/1918, s/p.)

Ainda na tentativa acalorada de se inibir a pandemia, uma série de cartas de críticos anônimos e residentes na cidade foi o estopim que introduziu uma campanha massiva em prol da obtenção mínima de instruções sobre como evitar o contágio pela Espanhola. Atendendo as solicitações, e, sobremodo, pressionando a necessária tomada de intervenções pelo Governo Municipal, as mídias impressas passaram, então, a publicar alguns "Conselhos ao povo" originados diretamente do serviço sanitário do Rio de Janeiro e, posteriormente, os elaborados pelos médicos da própria cidade.

Como resposta direcionada à *Folha do Commércio*, o editor do *O Monitor Campista* publicou uma nota redigida pelo prefeito Dr. Luiz Sobral avisando que o temor era excessivo em vista de que os casos de Influenza em Campos seriam "benignos" e que, portanto, não deveriam estar inspirando tamanha ênfase (O MONITOR CAMPISTA, 20/10/1918; 23/10/1918). No dia desta fala, contudo, já haviam sido atestadas pelo menos três mortes por Gripe nesta cidade (REGISTROS CIVÍS DE

[10] O termo "Haussmanização" é compreendido como um modelo de planejamento urbano adotado pelo barão Haussmann (ex-prefeito de Paris). Tal padrão ficou conhecido como "bota-abaixo" devido às reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, sendo também estendido aos ideais higiênicos da Primeira República. Ver: BENCHIMOL, 1990.

CAMPOS, 1918). Mas a partir de 21 de outubro ficou difícil ocultar a dimensão real da epidemia, pois, apenas nesse dia, foram localizadas, nos registros de óbitos, cinco mortes por Influenza na parte central do município (REGISTROS CIVÍS DE CAMPOS, 1918). E foi pelas mortes ocorridas que, com efeito, a Gripe passou a ocupar lugares substanciais nas redações diárias da localidade.

> [...] É benigna, mas mata; não é perigosa, mas povoa os cemitérios, ceifando vidas preciosas, espalhando o luto e derramando a dor! Não! Nem por mais um instante a apelidemos de benigna. Que é o tigre, que é o chacal então? Seria zombar dos mortos, cujas sepulturas mal fechadas, algumas e outras ainda abertas à espera das vítimas que tombaram – ontem cheios de vida, hoje a caminho do pó – que bradariam aos céus contra semelhante irrisão! A influenza é um inimigo insidioso, traiçoeiro e tenaz que penetrou em Campos e se vai infiltrando por centenas de lares... (FOLHA DO COMMÉRCIO, 22/10/1918, p.1).

Entre meados de outubro e finais de novembro, as entradas e saídas da Santa Casa de Misericórdia começaram a ser veiculadas, e a "Cruz Branca" foi fundada pela Associação dos comerciantes de Campos (FOLHA DO COMMÉRCIO, 22/10/1918, p.1). O prefeito também contratou alguns médicos, muitos sendo pertencentes ao quadro de funcionários da Rockefeller, para atuar em distritos como Dores, Guarulhos, Barcellos e Santo Eduardo, sob chefia dos doutores Parreiras e Lontra Netto (O MONITOR CAMPISTA, 1918). As farmácias foram convocadas, pelo prefeito, para aviar receitas sob o custeamento da prefeitura aos pobres, no desígnio de suprir a sua demanda que aumentava vertiginosamente (FOLHA DO COMMÉRCIO, 24/10/1918). Até frascos de vidro ficaram "em falta" e foram solicitados (FOLHA DO COMMÉRCIO, 24/10/1918).

A companhia "Força e Luz" já não poderia cumprir com suas atividades normais, devido à falta de querosene e gasolina. Os cafés e bilhares da cidade encerraram suas atividades na noite, assim como o cinema (RODRIGUES, 1988, p.198). Procurava-se, com urgência, por fornecedores de quinino e os clínicos ficaram impedidos de atender em seus consultórios. As escolas tiveram suas aulas suspensas até a segunda ordem e de tudo se faltava, desde suprimentos nos mercados, pães nas padarias, limpeza nas vielas, funcionários nas fábricas, canavieiros nas plantações, devotos nas igrejas e diversão nos botequins. A carestia dos produtos alimentícios foi duramente criticada, e, na tentativa de conter os abusos e protestos, o prefeito impôs preços temporários em mantimentos como o leite, que passou a ser vendido ao preço de 300 mil réis por garrafa no máximo. (SOBRAL *in* DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS, 28/10/1918).

De um lado, enquanto a Gripe se espalhava, pessoas iam para Atafona, Gargau e Imbetiba, para escapar do contágio. De outro lado, rapazes morriam em jogos de futebol, que ocorriam baixo ao sol escaldante do norte fluminense (RODRIGUES, 1988, p.198). Ainda no quesito "futebol", nem mesmo os atletas profissionais, dotados de distinto histórico, livraram-se do terrível mal. Um triste exemplo é o do jogador inglês Archibald French, então parte do elenco do *Fluminense Football Club,* que contraiu a Gripe e acabou morrendo em decorrência daquele vírus (O PAIZ, 09/12/1918, p.6).

Mesmo com muitos esforços, as chuvas de outubro não levaram a Gripe consigo. Os casos multiplicavam-se e o silêncio reinava na cidade. Muitas pessoas faleceram durante o surto, 244 apenas no penúltimo mês do ano (REGISTROS CIVÍS DE CAMPOS, 1918), e, no dia de finados, um tom obscuro marcou o embargo da procissão (FOLHA DO COMMÉRCIO, 24/10/1918). O clima era de medo e tristeza, a Campos dos Goytacazes-RJ já não mais parecia a mesma.

Ato II: Gerenciamento

Tudo começou em dezembro de 1917, quando Décio Parreiras acabara de finalizar o seu bacharelado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Depois de haver sido agraciado com a medalha "Francisco de Castro", em função do seu excelente trabalho de conclusão de curso (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/12/1918, p.6), o médico foi convidado a se especializar na Europa onde permaneceria pelo tempo de 12 meses (*ibidem*). Em janeiro de 1918, Parreiras foi levado para a França, a bordo do Leon XIII, para auxiliar os hospitais de sangue franceses durante a Primeira Guerra Mundial (O PAIZ, 02/01/1918, p.3). Na volta para casa, fez passagem pela Espanha a caminho de Buenos Aires (O PAIZ,16/06/1918, p.7), onde encontrou famílias espanholas adoecidas do "terrível mal" (O PAIZ, 17/06/1918, p.5). Em setembro de 1918, Parreiras assumiu o cargo de diretor da Comissão Rockefeller em Campos (O PAIZ, 08/09/1918, p.8), e, chegando ao seu novo emprego, Décio Parreiras tornou-se celebridade, concedendo entrevistas para diversos periódicos. Na sua primeira declaração a Álvaro Santos, da *Folha do Commércio*, o doutor disse o seguinte:

> Vinha eu da Espanha onde, como lhe disse, apareciam os primeiros casos mórbidos, e, pouco depois de termos deixado o porto de Virgo, surgia a Influenza a bordo, sendo atacados muitos passageiros, que apresentavam sintomas muito semelhantes aos do Tifo, como astenia, laringite, cefaleia e mialgias erógenas. Dois ou três desses casos se manifestaram perfeitamente com as características dos tifos levíssimos. A moléstia assumia logo proporções de epidemia a bordo, visto que no segundo dia, após ter surgido o primeiro caso, já havia cerca de 24 pessoas atacadas do mesmo mal (PARREIRAS *in* FOLHA DO COMMÉRCIO, 10/10/1918, s/p).

Conforme o relato de Parreiras, os primeiros sintomas observados na pandemia de Gripe assemelhavam-se aos da febre tifoide. Tais sintomas consistiam em astenia (fraqueza), laringite (inflamação da laringe), cefaleia (dor de cabeça) e mialgias (dores musculares). Também relatou o alto grau de transmissão da doença. Contudo, a Influenza ainda não grassava em Campos quando a conversa entre redator da *Folha* e Décio Parreiras foi materializada (em 07/10/1918). Mas o entrevistador insistiu para que o doutor dissesse quais procedimentos haviam sido adotados no combate da tal "malignidade" ao longo da viagem de retorno. A este respeito, ele respondeu:

> A medicação com que obtivemos os resultados mais satisfatórios foi o Quinino associado à Aspirina ou ao Piramidon. Houve apenas dois [casos fatais]. E dois outros passageiros, que comigo viajavam. Nenhum mais foi atacado, até chegar ao Rio, e isso conjectura a um tratamento que os deu melhores resultados, como preventivo, 25 centigramas de Quinino diariamente. (PARREIRAS *in* FOLHA DO COMMÉRCIO, 10/10/1918, s/p).

No dia em que foi publicada a declaração de Parreiras, as inscrições das gazetas campistas infestaram-se de anúncios de Quinino. Tanto *O Monitor Campista* como a *Folha do Commércio* passaram a divulgar, em suas páginas, indicações de outros profissionais da saúde que recomendavam o uso daquele alcaloide em medidas profiláticas, como é o caso deste "conselho médico":

> 1- Usar de gargarejos e colutórios de solução de ácido tímico a um por mil, ou de água com suco de limão; 2- Usar de instilações, nas narinas, de óleo gondolado, ou vaselina mentolada, ou ainda de algodão Forman. 3- Tomar uma cápsula de 25 centigramas de um sal de quinino, ou uma pastilha das denominadas antipalúdicas, quinino e arrehenal; 4- Lavar as mãos e o rosto, especialmente a barba, frequentemente, em água levemente antisséptica, especialmente antes e depois das refeições; 5- evitar as mudanças bruscas de locais de temperaturas diferentes; 6- não conservar no corpo roupas úmidas de suor, e mudá-las quando isso suceder. 7- Evitar o contato de moscas no alimento e usar das verduras só depois de cozidas e de frutos depois de bem lavados (FOLHA DO COMMÉRCIO, 10/10/1918, s/p).

O Quinino e seus derivados, como os Sulfatos e os Sais, eram os analgésicos mais utilizados durante a Pandemia. Este pó branco, inodoro e amargo, vinha sendo empregado desde o surto de 1890 em enfermos de Malária. Como bem escreveu o professor de Harvard Charles Rosenberg no capítulo *The Therapeutic Revolution*, o quinino era prescrito pelos médicos em função do seu efeito geral nos pacientes, e não tinha vistas de eliminar a doença (1992, pp.9-2). Para John Barry, assim como a vacina contra a Febre Tifoide (Tifo), a "quina" foi dada aos pacientes na esperança de que pudessem "ser também eficientes contra a gripe" (2020, p.422), mas sem comprovações científicas suficientes.

Junto a quinina, usava-se vaselina mentolada, limão, ácidos, copos de água com açúcar, gargarejos de água com sal de cozinha, essência de canela, inalações de água gaseificada com tanino e antissépticos. Uma das primeiras medidas adotadas foi a antissepsia do nariz, da cavidade bucal e do aparelho estomacal. Também se recomendava a distância das bebidas alcoólicas e das pessoas à noite. Apesar disso, a rotina diária de trabalho seguiu normalmente, até a detecção real da emergência.

Além de Décio Parreiras, o recém graduado médico Bastos Tavares foi também convidado a se pronunciar a respeito da Espanhola. Nascido em Campos dos Goytacazes em 1893, Bastos Tavares havia sido colega de Parreiras na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Quando Tavares retornou à casa, foi convidado, de igual modo, pela *Folha do Commércio*, para pronunciar-se sobre a Gripe por meio de carta. Mas o doutor parecia não acreditar que a morbidade campista era a mesma da Espanha e, em sua versão sobre a sintomatologia daquela "endemia", o doutor relacionou a sazonalidade da doença a fatores climáticos, alegando que a temperatura de um local teria interferência tanto no crescimento e difusão do "gérmen" quanto na sua apresentação sintomática.

> [...] Como todas as moléstias epidêmicas a gripe está subordinada a variações sintomáticas, ligadas por sua vez a condições telúricas, atmosféricas e climatológicas por influência dos quais se pode atenuar ou exaltar a virulência do seu gérmen patogênico. Essa diversidade do quadro clínico da influenza levou os observadores a descreverem várias formas de gripe, conforme a predominância de lesões e signas neste ou naquele órgão. Se a Gripe é uma pirexia infectuosa e essencialmente epidêmica, deve-se evitar o contágio, isto é, fazer-se o tratamento profilático (BASTOS TAVARES *in* FOLHA DO COMMÉRCIO, 12/10/1918, s/p).

Antes mesmo do surgimento da Microbiologia, "no último quartel do século XIX" (TEIXEIRA, 1995, p.13), o termo "Influenza di freddo" (influência do frio), originado no município italiano de Florença por volta de meados do século XVIII, relacionava a existência da Gripe à variação climática (KILBOURNE *apud* KOLATA, 2002, p.16). Sobre a "diversidade do quadro clínico que levou os observadores a descreverem vários tipos de Gripe", alguns desses diagnósticos aparecem nos registros de óbitos dos campistas, a saber: bronquite com gripe; broncopneumonia gripal; gripe cardíaca; gripe hemorrágica; gripe com meningite, dentre outras (REGISTROS CIVÍS DE CAMPOS, 1918). No que diz respeito ao controle e tratamento do suplício, Parreiras e Tavares eram consensuais sobre as profilaxias a serem adotadas, no que tange ao uso do quinino:

> [...] o isolamento do doente, a interdição ou fechamento das casas, estabelecimentos (liceus, escolas, etc.) onde tenha havido caso de influenza, medida já posta em prática pela administração; fugir às aglomerações e aproximação dos contaminados,

> não se expor ao ar úmido, e uso dos gelados; cuidados antissépticos da boca e nariz, usar água filtrada ou, melhor, fervida. Nutro intima convicção de que a prescrição diária de 25 centigramas de cloridato de Quinino conferiria imunidade, tornando-se abortivo na dose de um grama nas 24 horas ao despontar do mal. (BASTOS TAVARES *in* FOLHA DO COMMÉRCIO, 12/10/1918, s/p).

Outro médico procurado pela *Folha do Commércio* foi Severino Lessa, também formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1909 e, posteriormente, chefe do serviço médico prestado pela Cruz Branca campista. Percebe-se que, pelas suas declarações, Lessa acreditava que a gripe afetava a todas as classes de maneira indiscriminada, isto é dizer, afetava as pessoas independentemente de sua situação social, econômica, higiênica, nutricional, dentre outros fatores.

> A Gripe é a moléstia infecciosa do mais dilatado cosmopolitismo. Reina endemicamente sob todos os climas, acomete todas as raças e em todas as idades. Por causa da sua ubiquidade é conhecida por uma vasta sinonímia: cada lugar batiza-a a seu modo. Desta feita surgiu entre nós com o nome de Influenza Espanhola, e por isso feito a delícia dos trocadilhistas. Conhecida no oriente e na Europa muito antes da descoberta no Brasil, a Gripe foi magistralmente estudada e descrita por Sydenham e posteriormente, no século passado, por Graves. (LESSA *in* FOLHA DO COMMÉRCIO, 13/10/1918, s/p).

No entanto, acompanhando a explicação, vê-se que Severino Lessa também admitiu as irresoluções etiológicas relativas à pandemia que grassava, estampando ainda as dúvidas que a comunidade cientifica trazia consigo no decorrer da tragédia. Ademais, o doutor demonstrava não acreditar que a Gripe "de Dakar" era mesma gripe que acometia as cidades sazonalmente, no que aproveitou para "reclamar" a falta de ações do diretor geral da saúde pública, glorificando, nesse ínterim, o modelo de profilaxia marítima de Oswaldo Cruz – num momento decisivo onde Carlos Chagas, novo diretor do Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos-RJ, era cotado para assumir o cargo de chefe do serviço de Combate à Epidemia por Wenceslau Brás (GOULART, 2003, p.95).

> A epidemia que ora invadiu o Rio de Janeiro está se tornando uma verdadeira calamidade pública, não é moléstia nova ou mal conhecido, não é também, apenas um surto epidêmico de gripe carioca. É, seguramente, a gripe exótica, importada de Dakar, mercê da imprudência da Diretoria Geral de Saúde Pública. A sucessão cronológica dos fatos o prova subjetivamente. O primeiro caso de Gripe surgiu depois de haver aportado o primeiro navio contaminado. Chegados os primeiros doentes a diretoria de saúde verificou tratar-se de gripe, e quedou tranquila; era uma velha conhecida e podia entrar. [...] (mesmo dispondo) de um regulamento, talvez obra de Oswaldo Cruz, que é um modelo de profilaxia marítima internacional (LESSA *in* FOLHA DO COMMÉRCIO, 13/10/1918, s/p).

Sobre o fragmento "importada de Dakar", algumas questões se fazem dignas de nota. A origem dos termos "Gripe Senegalesa" e ainda "Gripe de Dakar" está associada à notícia de que centenas de participantes da Missão Médico Militar, atuantes na região da Senegâmbia, haviam morrido durante a prestação de socorros (ao lado da França). Um fato interessante reside no ponto de que, no Senegal, conforme indicou o texto *The Dog That Did Not Bark* por Myron Echenberg, a hipótese comum passa pelo entendimento de que a Gripe, chamada "Brésilienne", surgiu de navios brasileiros sob os cuidados britânicos, que não inspecionaram suas embarcações e pacientes adequadamente quando passaram por Freetown, em Serra Leoa (ECHENBERG, 1998, p. 232).

Além de ser cognominada como Gripe de Dakar e como Gripe Espanhola, a doença também ficou conhecida, no Brasil, como "Gripe Alemã" - em função do clima de desconfiança gerado pelo torpedeamento de um navio mercante brasileiro por um submarino alemão (GOULART, 2005, p.103), no dia 5 de abril de 1917. O "Vapor Paraná" havia sido naufragado a caminho de Le Havre, com tiros de canhão, matando três tripulantes do cargueiro (O PAIZ, 07/05/1917, p.3).

Uma possível explicação para a alcunha de "Gripe Espanhola" dada à Influenza de 1918 reside no fato de a Espanha ter sido um dos primeiros países a admitir a existência desta doença em seu território (CROSBY, 1989, p.28). Contudo, as principais hipóteses defendem que esta pandemia teve o seu início nos Estados Unidos (CROSBY, 1989, pp.37-39) ou então na China (HUMPHRIES, 2014, pp.55-81). Destaque-se também que, em outras nações para além do Brasil e do Senegal, a doença foi designada como Gripe Bolchevique (Polônia), Gripe Britânica (Pérsia), Gripe do sumô (Japão) (SPINNEY, 2017, pp.69-70), bronquite purulenta (França), Febre de Flandres (Alemanha), febre das moscas (Itália), febre dos três dias (Estados Unidos) (CROSBY, 1989, pp.25-27), Pneumônica (Portugal) e Dançarina/Bailarina (Espanha) (SOUZA, 2009, p.132). Hoje, por iniciativas como a *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, sabe-se que a estigmatização de povos por epidemias tornou-se inaceitável (ONU, 2001, p.38).

Por mais que os médicos de Campos dos Goytacazes, assim como nas demais localidades do país e do mundo, não tenham conseguido elaborar explicações capazes de aniquilar a pandemia, conclui-se que não poderíamos definir a impotência dos médicos campistas como sendo sinais de um ofício inapto. A partir da análise dos dados, e, sobremodo, das explicações de Christiane Maria Cruz de Souza, verifica-se que "os recursos utilizados eram os mais avançados que se dispunha e o saber

em circulação e acessado pelos médicos era o produzido nos maiores e melhores centros de pesquisa do mundo" (2009, p.26). Na esteira desta análise, vê-se que Campos contava com o apoio de médicos como Décio Parreiras, que redigiu a melhor conclusão de curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1917 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/12/1918, p.6). Além de Parreiras e de subpostos da Rockefeller, o corpo político da cidade era constituído por médicos em sua grande parte e, no tópico a seguir, veremos o conhecimento deste corpo sendo posto em prática.

Ato III: Negociação Pública

Destacou-se anteriormente que, no período pandêmico, a carestia e a fome eram duas constantes na Campos dos Goytacazes. O preço de produtos proteicos como o leite, os ovos e a carne de frango; de carboidratos como o melado, o pão e o limão; e de medicamentos como a quinina e a aspirina extrapolava, em muitos mil réis[11], os fundos econômicos de uma família cujo único mantenedor se arranjava como jornaleiro ou operário. Este fato não pode ser explicado tão somente pelas práticas abusivas de alguns comerciantes, senão também pelo restrito número de alimentos disponíveis no decorrer da Gripe. Com efeito, desde o contexto pandêmico constava que a miséria era, na verdade, um problema crônico. Tanto o é que as mesmas carestia e fome foram vistas em capitais como Rio de Janeiro (GOULART, 2003, p.46), São Paulo (BERTOLLI FILHO, 2003, pp.224-244; BERTUCCI, 2004, p.92), Porto Alegre (ABRÃO, 1996, pp.95-116), Salvador (SOUZA, 2009, pp.48-50), Belo Horizonte (2007, pp.152-157), Manaus (GAMA, 2013, p. 21), Recife (SILVA, 2017, pp.59;113), Goiânia (NETO, 2011, p.19), e Belém (ABREU JUNIOR, 2018, p.132).

> O que nos agrava o flagelo que nos assola é sem dúvida o estado de miséria já que uma série de coisas reduziu a população. A situação de guerra, a imprevidência política nacional, medidas mal empregadas do comissariado da alimentação pública, as dificuldades da Leopoldina [...] vieram intensificar mais a miséria que lavra já entre as classes menos favorecidas. Não é de hoje que a pobreza está sendo mal alimentada e vivendo sem o menor conforto, prova mesmo das mais elementares condições de higiene. Surpreendendo assim, um corpo exausto pelo trabalho e depauperado pelo desequilíbrio da economia orgânica, não é de admirar que haja de fraquejar cooperando grandemente, pois que os casos são numerosíssimos para o coeficiente alarmante com que a epidemia assombra a todos. Aí está a imprevidência dos governos (FOLHA DO COMMERCIO, 22/10/1918, s/p).

[11] Ferraretto aponta que "em 1918, no campo ou na cidade, o salário mensal varia de 80 mil-réis a 120 mil-réis", ao passo que, "O consumo mínimo de uma família operária de porte médio chega a 207 mil-réis" (2014, p.6)".

Todavia, mesmo frente a um contexto de fome, de risco de contágio e de desespero, conforme aguçou Anny Jackeline Torres Silveira, "a participação da sociedade no socorro às vítimas da influenza é um aspecto marcante da pandemia, sendo enfatizado na maior parte dos trabalhos dedicados ao tema" (SILVEIRA, 2007, p.178). No palco do mundo, o episódio da Gripe Espanhola foi protagonizado pelo envolvimento de médicos, pessoas-comuns, associações de comerciantes, sociedades de imigrantes e instituições de caridade em geral (SILVEIRA, 2007, p.178). Estas ações participativas foram fundamentais para a superação deste momento de caos e em Campos não seria diferente. Sob a inspiração das ações empenhadas pela Cruz Vermelha, foi inaugurada, no dia 21 de outubro de 1918, a "Cruz Branca" (FOLHA DO COMMÉRCIO, 22/10/1918) cujo funcionamento ocorreu até o dia 23 de novembro de 1918 (FOLHA DO COMMÉRCIO, 24/11/1918).

A "Cruz Branca", fundada pela associados do comércio de Campos, e presidida por Antônio João Alves de Magalhães (Actas da Câmara, 21/11/1918, p.351), em sua sede institucional na Praça São Salvador, número 25, concretizava o sentimento humanitário despertado por um contexto de mortes em massa. Ao longo de sua jornada, a entidade recebeu o apoio vital e financeiro de todo o município. Além de prestar socorros aos enfermos da Espanhola, a instituição temporária fazia a distribuição gratuita de alimentos e remédios às "centenas de indivíduos que, na pobreza em que viviam, o mal invasor fustigou duplamente" (FOLHA DO COMMÉRCIO, 22/10/1918, p.1).

Dia após dia, ao longo dos 33 dias de duração desta organização, as mídias impressas abriam colunas e mais colunas para registrar todo o número de donativos oferecidos em favor da Cruz Branca. O registro publicado diariamente parece ter feito surtir o altruísmo na comunidade campista. Quanto mais elevado era o valor do donativo, maior era o espaço e prestígio alçado pelo doador. Deste modo, percebe-se que ajuda humanitária foi marcada pelo exibicionismo de alguns, sendo ilustrativa a declaração da *Folha do Commércio* sobre a passagem da Cruz Branca às ruas campistas.

> [...] É admirável este trabalho e por isso mesmo, bem longe do despertar do susto, a passagem rápida de seus automóveis, que cruzam em todas as direções, levando hasteada a bandeirola com a Cruz Branca que é o seu símbolo, desperta um sentimento de admiração porque todos reconhecem naquela obra o característico popular que emprestou a alma ao povo. Nas sombras densas que a calamidade fez faiscar sobre Campos, a Cruz Branca veio luzir com o fulgor suave de uma estrela d'alva, reanimando os fracos pelo sofrimento e encorajando mais ainda os fortes pela piedade. Amparemos a Cruz Branca! (FOLHA DO COMMÉRCIO, 1918).

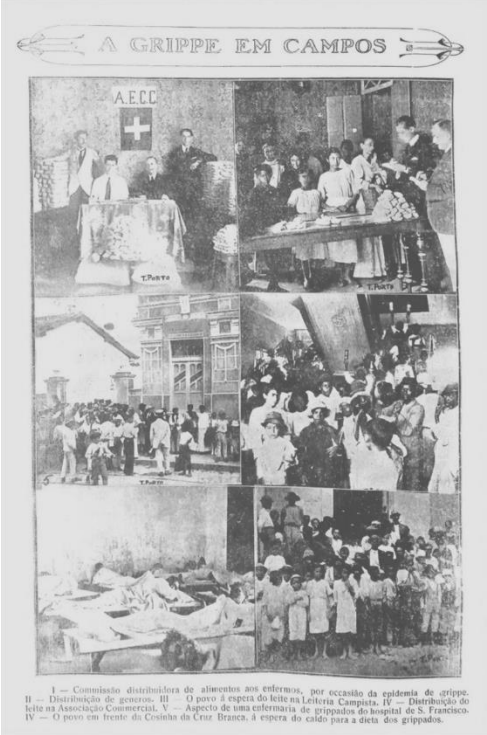
Em contrapartida, de tudo se fazia pela obtenção de uma única refeição. Homens, mulheres e

crianças submetiam-se ao risco de contaminação ao aglomerarem-se nas portas da cozinha da Cruz Branca. Médicos, cozinheiras e comerciantes doavam-se, literalmente, na consecução gratuita de um atendimento especializado ou na oferta de um prato de comida aos pobres. Não por acaso, muitos médicos ficaram adoecidos pela doença e mesmo o próprio prefeito, Dr. Luiz Sobral, que também era médico. Segundo *O Monitor Campista*, pelo menos 5334 receitas foram aviadas aos indigentes ao longo de 30 dias. O fornecimento de comida, no Liceu de Artes, deu-se sobre essas condições:

> [...] haviam fornecido no liceu de artes e ofícios, comida a 686 pessoas, tendo continuado ainda, depois que daí saímos, um grande movimento. Uma grande quantidade de enfraquecidos e sem trabalho, pela paralização de todas as atividades, perambulavam pelas ruas emagrecidos à míngua de alimentação havendo muita miséria (FOLHA DO COMMERCIO, 25/10/1918, s/p).

Mas a prefeitura de Campos dos Goytacazes também não se ausentou, mediante a situação. Reconhecendo "os interesses de vida da população pobre do município à mercê dos seus escassos recursos pessoais" (Actas da Câmara, 21/11/1918, p.351), o governo local contratou médicos em regime extraordinário a fim de que prestassem serviços à repartição de higiene municipal. Conforme a Ata da 14ª reunião do Conselho, ademais, se construiu um hospital de assistência temporária, em dois prédios, onde esteve o grupo escolar João Clapp (com capacidade para a internação de 600 pessoas). Também se autorizou que todas as farmácias da cidade pudessem aviar, sob o custeamento da prefeitura, as receitas para indigentes, firmadas por qualquer médico. Se enviou também medicamentos para todos os distritos do município, e, acrescentou em 100.000$000 na verba de 20.000$000 que havia sido destinada, outrora, aos socorros (Actas da Câmara, 21/11/1918, p.351).

Figura 1. "A Grippe em Campos"[12]



Fonte: Revista *Gênesis*, 1918, p. 111

Por todos os motivos elencados na extensão deste tópico, pode-se dizer que foi justamente a camada mais pobre da população campista, excluída de todos os benefícios modernos que a "capital do açúcar" poderia oferecer, que sofreu, de forma mais extensiva, o fardo pesado daquela doença. Foi entre os pobres, muitas vezes expressos na categoria de "indigentes", que as consequências da Gripe foram mais nefastas. Desta forma, assim como a maior parte das análises de caráter historiográfico acerca da Gripe Espanhola no Brasil que se empenharam na tentativa de romper com a ótica de que essa pandemia teria atingido indiscriminadamente a todos, este trabalho discorda da ideia de uma gripe espanhola "democrática", nas palavras de Cláudio Bertolli Filho (2003).

Ato IV: Retrospeccção

Enquanto se acreditava que o número de vítimas da Espanhola em Campos iria prosseguir com a sua multiplicação contínua, os primeiros rastros de declínio do flagelo pairaram sobre o ar em

[12] Figura 1 (descrição presente na imagem): "I – Commissão distribuidora de alimentos aos enfermos, por ocasião da epidemia de grippe, II – Distribuição de gêneros, III – O povo à espera do leite na Leiteria Campista, IV – Distribuição do leite na Associação Commercial. V – Aspecto de uma enfermaria de gripados do hospital de S. Francisco. IV- O povo em frente da Cosinha da Cruz.Branca, à espera do caldo para a dieta dos grippados.".

meados de novembro. Isto porque o contingente de enfermos, oferecido pela diretoria de higiene, anunciava o feliz recuo da pandemia. Porém, muitas pessoas ainda seguiram acometidas e morrendo entre o fim de novembro de 1918 e meados de fevereiro de 1919. Mas a pressa em se livrar de todo o peso que a morte coletiva trazia consigo fez com que o prefeito praticamente decretasse o fim da doença na sede da planície goitacá ainda em 21 de novembro de 1918. Tanto que apenas dois dias após a 14ª reunião do Conselho de vereadores, em 23 de novembro de 1918, foram amputados os auxílios oferecidos pela Cruz Branca, em detrimento da inexistência de uma legislação que assegurasse o pagamento pelos dias de paralisação aos beneficiários desta entidade filantrópica.

Apesar das cicatrizes abertas, o município logo normalizou a sua rotina. Com o fim da amarga Primeira Guerra, a Europa devastada não poderia colher o doce açúcar de sua beterraba. Assim, do limão fez-se a limonada e, para a limonada fez-se o açúcar, quando as usinas campistas da cana-de-açúcar voltaram a moer a todo o vapor. A exportação do açúcar criou um grande clima de euforia na Campos dos Goytacazes logo após a passagem flagelo. O impulso da cana estendeu-se à cachaça e, por conseguinte, à vida noturna. Desde que foram percebidos os primeiros sinais de regressão da doença, bares, cinemas, cassinos, teatros e clubes ansiaram por reabrir os seus estabelecimentos comerciais (RODRIGUES, 1988, p.199). O comércio já não podia arcar com o prejuízo de seus dias de paralisação, e a Santa Casa de Misericórdia já mensurava um déficit de 9:285$580 (LAMEGO, 1951, p.79). Assim, as notícias sobre a Gripe foram afuniladas nos jornais.

Passada a crise da Espanhola, um longo período de silêncio marcou o "pós-pandemia", que só viria a ser rompido em 1947, com a publicação do segundo volume do livro *Efemérides da Terra Goitacá* pelo advogado e memorialista Alberto Lamego. Mais tarde, em 1955, o episódio da Influenza de 1918 seria mencionado pelo médico Barbosa Guerra em artigo, na edição comemorativa do primeiro número d'*O Monitor Campista*. Em 1988, o livro *Na Taba dos Goytacazes* apontou a incidência da Gripe em Campos e, em 2009, durante a "Gripe Suína", um artigo escrito por Nélio Artiles Freitas, médico infectologista, citou a Gripe Espanhola na revista da Faculdade de Medicina de Campos, mas sem a trazer a sua ocorrência na própria cidade. Recentemente, em 2020, com o

Coronavírus, um artigo de blog publicado por Graziela Escocard intitulado *Como foi a gripe espanhola em Campos dos Goytacazes?*[13] mensurou alguns pontos sobre a pandemia em sua versão campista.

A despeito deste "clima de esquecimento", há o contraste de um local que, decerto, jamais olvidou a Gripe Espanhola. Trata-se da paróquia de "São João Batista", localizada na rua Dr. João Maria. Na condição de "lugar de memória" (NORA, 1993), a narrativa da instituição está diretamente relacionada à Influenza de 1918, posto que foi fundada em ação de graças pelo imigrante italiano João Batista Paravidino que, ao ser enfermado e curado da doença no bairro Capão, "pediu a intercessão de São João Batista junto a Deus, comprometendo-se a construir uma pequena capela, em honra do Santo Precursor de Jesus Cristo"[14] (SOUSA, 2020). Desde então, a cada 24 de junho (data em que se comemora a natividade de São João Batista), a *aura simbólica* (NORA, 1993, p.21) da irrupção gripal envolve a igreja, e se perpetua enquanto parte do imaginário fundador da mesma.

Conclusão

Ao longo dos parágrafos que compuseram este artigo, discutiu-se sobre o episódio da Gripe Espanhola em Campos dos Goytacazes. A pandemia acometeu parte significativa da cidade, localizada no estado do Rio de Janeiro, entre outubro de 1918 e fevereiro de 1919. Este período campista se caracterizava por um cenário onde manifestações endêmicas e epidêmicas assolavam o corpo social da planície. Mas a doce sorte de lucros, gerados pela cana-de-açúcar, sustentava a modernização da saúde que, a sua vez, nem sempre alcançava aos desvalidos. Estes, em contrapartida, amargavam as cheias fluviais e as condições precárias de moradia e de nutrição.

Partindo destes pontos, propôs-se, então, a lançar luz sobre o percurso de chegada da Influenza de 1918 em Campos. Intentou-se mobilizar, também, as diferentes formas pelas quais a gripe modificou a rotina desta localidade. Na sequência, nos interessou, ainda, as reações dos atores sociais mediante a crise do flagelo, bem sobre os descaminhos e menções da Gripe na posterioridade. Para tanto, os quatro atos da "dramaturgia *rosenberguiana*" (revelação progressiva, gerenciamento,

[13] ESCOCARD, Graziela. "Como foi a gripe espanhola em Campos dos Goytacazes?". **Jornal Terceira Via,** Campos dos Goytacazes-RJ, 12/08/2020. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/08/12/como-foi-a-gripe-espanhola-em-campos-dos-goytacazes/>. Acesso em: 08/09/2020.

[14] SOUSA, Ruan. "Paróquia São João Batista, no Capão, festeja o padroeiro no dia 24 de junho". **Diocese de Campos**. Campos dos Goytacazes-RJ, 24/07/2020. Disponível em: <https://diocesedecampos.org.br/paroquia-sao-joao-batista-no-capao-festeja-o-padroeiro-no-dia-24-de-junh/>. Acesso em: 08/09/2020.

negociação pública e retrospecção), presentes nesta análise, auxiliaram na obtenção de um panorama preciso sobre o enquadramento social, cultural, político e econômico de uma pandemia.

Num primeiro momento, o diretor de Higiene Dr. Alberto Cruz, assim como o prefeito Dr. Luiz Sobral, negou que os casos de gripe fossem causados pelo mesmo vírus que grassava sobre a Europa. Seguindo o *script* de nacional da saúde pública, Cruz declarou que os casos de gripe eram sazonais, e que deveriam ser tratados com quinino ou aspirina. Mas o agravamento da influenza os levou a reconhecer a presença do vírus na cidade através de uma **revelação progressiva**. Mesmo contando com os recursos mais avançados que se dispunha até então, como o aparelho Clayton e os saberes em circulação pela Rockefeller, o corpo médico campista não foi capaz de aniquilar a Influenza de 1918. Contudo, o conhecimento sobre a transmissibilidade da gripe, bem como o acato à quarentena, foi de fundamental importância para o **gerenciamento** do surto gripal.

Em um contexto de medo e escassez de recursos, ao contrário do que se poderia esperar, as ações advindas de várias personagens da sociedade campista foram mobilizadas para contornar os estragos da pandemia através da Cruz Branca, órgão pertencente à Associação Comercial de Campos e grande protagonista no assistencialismo. Reconhecendo que a gripe não atingia indistintamente às classes sociais, senão, principalmente, aos pobres e aos "indigentes", patrões, médicos e a prefeitura iniciaram um processo de **negociação pública** onde não se pagava os salários na crise, mas fazia-se a prestação de socorros públicos e a doação de alimentos na cozinha (em aglomeração).

Havendo passado a pandemia, uma **retrospecção** n'*O Monitor Campista* marcou o fim do flagelo na cidade de Campos, em 15 de janeiro de 1919. No fim da Primeira Guerra Mundial, a alta do preço do açúcar ofuscou a experiência gripal, que rapidamente foi olvidada. Mas como quocientes da doença, a abertura da paróquia de "São João Batista", fez a gratidão e a fé dos religiosos, e, aos que aderiam às festividades noturnas, novos teatros, bares, restaurantes e atrações em geral. A doença somente viria a ser relembrada em 1947, com o volume II de *Efemérides da Terra Goitacá*.

Referências bibliográficas:

ABRÃO, Janete Silveira. **Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918**. Porto Alegre: EDIPCRS, 1998.

ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. **O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918).** Belém: Paka tatu, 2018.

BARRY, John. **A grande gripe: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos.** 1ª ed. Rio de Janeiro. Intrínseca. 2020.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. *Uma trágica primavera. A epidemia de gripe de 1918 no Estado de São Paulo, Brasil.* In: Congresso da ALAP. Montevideu: **Anais**. 2012.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1990.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRITO, Nara Azevedo de. *La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro*. In: **História, Ciências e Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. "Projetos e Relatórios: Saneamento de Campos". In: **Obras completas de Saturnino de Brito**. Volume VI. Imprensa Nacional. 1943.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Livro de Actas da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, 1913-1919.** Campos dos Goytacazes: Biblioteca da Câmara Municipal. 1919.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CROSBY, Alfred. **America's Forgotten Pandemic. The Influenza of 1918**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DALL'AVA, João Paulo. **Sorocaba entre epidemias: a experiência de Álvaro Soares na febre amarela e na gripe espanhola (1897-1918).** Dissertação. 2015.

DALL'OGLIO, Ana. SCHLEMPER JUNIOR, Bruno. *A Pandemia de Influenza Espanhola (1918) em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil*. In: **Arquivos Catarinenses de Medicina**, 2011. Pp. 104-114.

DAMASCENA NETO, Leandro. **Influenza Espanhola de 1918-1919 na cidade de Goiás.** (Tese de doutorado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011.

ECHENBERG, Myron. *The Dog That Did Not Bark: Memory and the 1918 Influenza Epidemic in Senegal.* In: PHILLIPS, Howard; KILLINGRAY, David (organizadores). **The Spanish influenza pandemic of 1918-19: new perspectives.** London: Routledge, 2003. pp. 230-238

FARIAS, Silviane de Carvalho. *A influenza entre nós: A interiorização da gripe espanhola na Amazônia e a chegada da doença a Bragança (PA) (1918)*. **Fronteiras e debates**, v. 6, p. 67-84, 2019.

FERRARETTO, Luiz Artur. *De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil.* **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, p. 11-21, 2014.

FERREIRA, Renata Brauner. **Epidemia e drama: a Gripe Espanhola em Pelotas – 1918**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

FRANCO, Sebastião Pimentel; LOPES, André Fraga; FRANCO, Luiz Felipe Sias. *Gripe espanhola no Espírito Santo (1918-1919): alguns apontamentos.* **Dimensões**, 2016.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: a sedução persistente de uma Instituição Pública**. Dissertação. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

FREITAS, Nélio Artiles. *A epidemia da desinformação.* **Revista científica da faculdade de Campos**. Campos dos Goytacazes. 2009, pp.22-23.

GAMA, Rosineide de Melo. **Dias mefistofélicos: a Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919)**. Dissertação. UFAM, Manaus: 2013.

GOULART, Adriana da Costa. *Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro.* In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. 2005, pp.101-142.

_____. **Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro**. 2003. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil.** São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

KOLATA, Gina Barry. **Gripe: a história da pandemia de 1918**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAMEGO, Alberto Ribeiro**. Efemérides da Terra Goitacá**. Niterói: Diário Oficial. 1947

_____. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: IBGE. Conselho nacional de Geografia, 1945

LANA, Vanessa. **Ferramentas, práticas e saberes: a formação de uma rede institucional para a prevenção do câncer do colo do útero no Brasil - 1936-1970**. Tese. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Paris: Gallimard, 1988.

LESSA, Severino. **A água potável e o abastecimento de Campos: Trabalho feito no laboratório municipal de analyse**. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dissertação. 1909.

LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha; MOTA, André (organizadores). **Racionalidades em disputa: Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina.** FMUSP/UFABC/Casa de Soluções. 2015.

MARTINS, Maria José Moraes. **A Gripe Espanhola em Belém, 1918. Cidade, cotidiano e medicina**. Dissertação. Universidade Federal do Pará, 2016.

NETO, João Toniolo. **A História da Gripe: a Influenza em Todos os Tempos e Agora.** Dezembro XII Editora. 2001.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares.* **Projeto História.** São Paulo: 1993.

OLINTO, Beatriz Anselmo**. Uma cidade em tempo de epidemia. Rio Grande e a gripe Espanhola (RS – 1918).** Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e plano de ação. **Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** Durban: 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

PAIVA, Maria Cristina A. de. *O flagelo da gripe espanhola: de negação à convicção de sua presença letal no Espírito Santo (1918-1919).* In FRANCO, Sebastião Pimentel; SLVA, Simone Santos de A.; NOGUEIRA, André Luis L. (organizadores). **Artes de curar: doenças em perspectiva**. Vitória: Editora Milfontes, 2019, pp. 203-221.

REBELO, Fernanda. *Entre o Carlo R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-1907.* In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2013, pp.765-796.

RIBEIRO, Anna Cristina R. de Carvalho. **Entre alcunhas, altares e alcovas: a gripe espanhola na boca do Sertão Paulista - Botucatu, 1918.** Dissertação. Universidade de São Paulo. 2020.

RISSO, Sérgio Rangel. **Saúde Pública em Campos dos Goytacazes: da Epidemia de Cólera de 1855 às políticas de saúde pública na República Velha (1889-1930).** Dissertação. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2006.

RODRIGUES, Hervé. **Campos- Na Taba dos Goytacazes.** Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

ROSENBERG, Charles Ernest. **Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine.** Cambridge, Cambs: Cambridge University Press, 1992.

ROSENBERG, Charles Ernest & GOLDEN, Janet. **Framing Disease – Studies in Cultural History, New Brunsswick, Rutgers** Universty Press, 1997.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio, *et. al.* **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. *O Carnaval, a peste e a espanhola*. In: **História, Ciências e Saúde.** Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, pp. 129-158.

SILVA, Alexandre Caetano da. **Recife, uma cidade doente: a gripe espanhola no espaço urbano recifense (1918).** Dissertação. *Recife:* Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A influenza espanhola e a cidade planejada – Belo Horizonte, 1918.** Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG/CAPES. 2008.

SOUSA, Horácio. **Cyclo Aureo – História do Primeiro Centenário de Campos 1835- 1935.** 2. ed. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1985.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SPINNEY, Laura. **Pale Rider: The Spanish Flu of 1918 and How It Changed the World.** Nova York: Public Affairs, 2017.

TEIXEIRA, Luiz Antônio da Silva. **Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903 – 1916**. Editora FIOCRUZ. 1995.

_____. *Medo e Morte: Sobre a Epidemia de Gripe Espanhola de 1918*. In: **Série Estudos de Saúde Coletiva** n. 59, UERJ/IMS, Rio de Janeiro, 1993.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAN HARTESVELDT, Fred (Editor). **The 1918-1919 pandemic of influenza: the urban impact in the western world.** Nova York: The Edwin Mellen Press, 1993.

Temporalidades

Em nome de Colombo: exposições, estátuas e monumentos

In the name of Columbus: exhibitions, statues and monuments

Leonardo Novo
Mestre em História
Universidade Federal do Pará
leo.novo7@gmail.com

Recebido em: 13/10/2020
Aprovado em: 03/01/2021

Resumo: O presente artigo parte das recentes polêmicas sobre a derrubada de estátuas de Cristóvão Colombo nos Estados Unidos para debater as diferentes interpretações e reivindicações feitas em seu nome ao longo do tempo. São privilegiadas as comemorações do IV e V Centenários do Descobrimento (1892-1992) nos Estados Unidos e na Espanha para entender os deslocamentos operados a partir dos projetos políticos de integração disputados nesses dois períodos. Às estátuas e exposições, soma-se o concurso lançado na década de 1920 para a construção do Farol de Colombo, entendido como prisma de todas as tensões mapeadas a partir da imagem do navegador. Espera-se, por meio desse exercício, identificar a historicidade tanto das celebrações, quanto das manifestações contrárias à imagem de Colombo e entender como ela se articula às narrativas sobre a história da América.

Palavras chave: Cristóvão Colombo, pan-americanismo, Farol de Colombo

Abstract: This article debates the recent controversies about the overthrow of statues of Christopher Columbus in the United States to argue about the different interpretations and claims made in his name over time. The celebrations of the IV and V Centenaries of the discovery (1892-1992) in the United States and Spain are privileged in order to understand the displacements operated from the political integration projects disputed in these two periods. In addition to the statues and exhibitions, there is the competition launched in the 1920s for the construction of the Columbus Lighthouse, understood as the prism of all tensions mapped from the image of the navigator. It is hoped, through this exercise, to identify the historicity both of the celebrations and of the manifestations contrary to the image of Columbus and to understand how it is articulated to the narratives about the history of America.

Key-words: Christopher Columbus, pan americanism, Columbus Memorial Lighthouse

> Um castelo, um forte, um campo de batalha, uma igreja, todas essas coisas maiores que nós, nas quais injetamos a realidade de vidas passadas, parecem falar de uma imensidão da qual pouco sabemos, exceto que somos parte dela. Demasiado sólidas para serem imaculadas, impressionantes demais para serem inocentes, elas

> encarnam as ambiguidades da história. (...) Imaginamos vidas sob a alvenaria, mas como reconheceremos o fim de um silêncio inexaurível? (TROUILLOT, 2016, p.62).

O ovo de Colombo

Ovo de Colombo é uma expressão geralmente associada ao folclore italiano para se referir a um problema de difícil solução, mas que, uma vez solucionado, parece fácil. A metáfora é apoiada em um mito que envolve o navegador genovês depois de ter "descoberto" a América e retornado para a Europa. Segundo o provérbio, ao ser confrontado por seus contemporâneos sobre a excepcionalidade de seu feito e questionado se outro navegador poderia tê-lo realizado, Colombo desafiou os presentes a colocar um ovo de galinha em pé sobre uma de suas extremidades. Perante diversas tentativas malsucedidas, o descobridor da América teria quebrado levemente a casca de uma das pontas até que o ovo se achatasse e parasse em pé para, então, enunciar seu argumento: qualquer um poderia ter feito, mas foi necessário que alguém tivesse tido a ideia e a executado. Para além da veracidade do provérbio, o ovo de Colombo pontua uma questão importante para se pensar a história da América e os significados atribuídos a um de seus conquistadores.

Se a metáfora não ganhou tanta força como expressão popular no Novo Mundo, as questões colocadas pelo provérbio sobre as relações estabelecidas entre descobridor e descoberta são constantemente retomadas. Recentemente, em junho de 2020, em meio a uma série de protestos e manifestações desencadeados pelo assassinato de George Floyd por um policial branco estadunidense, estátuas de símbolos do federalismo e do colonialismo foram derrubadas ou usadas de suporte para reivindicações enunciadas por movimentos indígenas e negros. Estátuas de Colombo em Boston (Massachusetts), Richmond (Virgínia), Saint Paul (Minnesota), Houston (Texas) e Miami (Flórida) foram demolidas ou decapitadas (GUIMÓN, 2020). Em Nova York, cidade que abriga, ao menos, três estátuas do navegador, o governador Andrew Cuomo reconheceu atos imperdoáveis cometidos por Colombo, mas defendeu a permanência e integridade das estátuas por serem símbolos da relação estabelecida entre os ítalo-americanos e a cidade por meio da história (SZEKELY, 2020).

Colombo não foi a única figura histórica questionada por meio de suas representações nas cidades estadunidenses no ano de 2020. Como afirmam Sarah Mervosh, Simon Romero e Lucy Tompkins em artigo publicado no *The New York Times* outros símbolos do racismo e da opressão nos Estados Unidos também foram alvo de protestos, como a estátua de Thomas Jefferson em Portland,

a de John Sutter, comerciante e figura relacionada à colonização da Califórnia, em Sacramento, além de bandeiras Confederadas em diferentes regiões do país. O artigo menciona que o debate histórico levantado a partir das estátuas não é novo, mas oferece novas possibilidades de se pensar o ensino de história para as novas gerações (MERVOSH; ROMERO; TOMPKINS, 2020).

Importa sublinhar esse aspecto, frequentemente deixado de lado em reportagens que, em menor ou maior grau, deslocam a derrubada das estátuas do plano histórico para o lugar de ineditismo em narrativas que podem tanto apoiar as manifestações e contestações do símbolo colonial quanto condenar atos julgados como vandalismo. Como nos lembra Amilcar Torrão Filho, em um passado recentíssimo, 2008, a retirada de uma estátua de Colombo erigida no Grand Park de Los Angeles colocou novamente a figura do navegador em um tribunal. "Foi Colombo um genocida?", era o título da reportagem do *El País* que entrevistou historiadores, políticos e líderes de movimentos sociais para compor um panorama de opiniões sobre o tema. Ao final, nos foi oferecido uma condenação, ou síntese: Colombo não poderia ser enquadrado como genocida pois isso seria anacrônico e reduziria a ação e os efeitos de outros imperialismos, como o inglês, na história da América (TORRÃO FILHO, 2019).[1]

A distância entre o feito, a chegada de Colombo à porção de terras ainda desconhecida, e as interpretações sobre ele, elaboradas ao longo de acumulados séculos, parece ser diminuída quando, volta e meia, o navegador ocupa as páginas de jornais e revistas e torna-se réu. O mesmo ocorre anualmente nas comemorações do dia 12 de outubro, outorgado dia de Colombo nos EUA desde 1912 e feriado em diversos países latino-americanos sob diferentes nomenclaturas ("dia das Américas", "dias das nações latino-americanas", dentre outros), ou, em um intervalo maior de tempo, a cada cem anos, nas comemorações do Centenário do descobrimento. Quais os efeitos dessas sucessivas e persistentes atualizações da imagem de Colombo? As reflexões encadeadas no presente texto partem desse questionamento e investigam a historicidade identificada tanto nas comemorações que exaltam por diferentes justificativas e tradições o navegador, quanto nos protestos contra as violências legitimadas e operadas em seu nome.

[1] Agradeço ao professor Amilcar Torrão Filho por compartilhar o texto, não publicado, e contribuir para as reflexões esboçadas no presente artigo.

No dia 12 de outubro de 1992, em meio as comemorações do V Centenário do descobrimento da América, uma matéria publicada sem autoria na coluna de opiniões do *The New York Times* comparava as celebrações em torno da figura de Colombo nos dois centenários – aquele comemorado em 1992 e o de cem anos antes, em 1882. O argumento era o de que nesse intervalo de tempo, os movimentos sociais tensionaram a figura do navegador e enfatizaram os efeitos da colonização para as populações indígenas do continente: "By now, it's no secret that Columbus and those who came after him abused the natives, drove them from their land and introduced European diseases that decimated their population." (*CHRISTOPHER COLUMBUS*, 1992).

O V Centenário, diferentemente de seu antecessor, parece ter sido marcado por vozes dissonantes. Oficialmente, a data fora reconhecida pela municipalidade de Nova York como o "dia de respeito às culturas nativo-americanas" frente ao episódio da conquista. Apesar disso, essa e outras reportagens veiculadas em grandes jornais estadunidenses, como o *The Washington Post*, já enunciavam o coro a ser repetido à exaustão até os dias de hoje: imputar a Colombo as depredações e violências praticadas em seu nome ou a partir de seu feito seria injusto, afinal de contas, ele teria vivido em um tempo diferente e distante do nosso e aberto os caminhos para a possibilidade de existência do mundo de hoje.[2] O artigo indica, mesmo que de maneira superficial, certa historicidade em relação a essa constante atualização da imagem de Colombo e seu suposto feito, a descoberta da América.

Se ao longo de cinco séculos, muitas foram as interpretações sobre a chegada do navegador de nacionalidade duvidosa à porção de terra igualmente imprecisa que ficaria conhecida como América, um ano antes o *The New York Times* publicava outra reportagem sobre Colombo e antecipava as comemorações do centenário:

> Whether Christopher Columbus is viewed as a hero or a scoundrel, he can also be viewed on more New York City pedestals than anyone else who never even paid a visit. Only George Washington, who lived in the city as President, is exalted by more statuary. Best known of the six New York Columbuses is the one in Columbus Circle. But there are two more in Manhattan, one each in Brooklyn and Queens, and a Depression-era bust in the Bronx, sculpted as a W.P.A. Art Project. (*COLUMBUS ON A PEDESTAL,* 1991).

[2] É significativa, nesse sentido, a reportagem publicada às vésperas do feriado de 1992 no *The Washingnton Post* que mapeou as produções historiográficas sobre a viagem de Colombo de 1492. Dentre os livros elencados, está o "The Guinness Book of Records 1492: The World Five Hundred Years Ago", uma versão do livro dos recordes ambientada em um mundo de 500 anos atrás (DUNCAN, 1992).

O artigo apresentava as numerosas e diferentes estátuas de Colombo espalhadas pela cidade, uma para cada tradição que o reivindicava, a partir de um mapeamento das motivações e financiamento de algumas delas. A mais famosa, afirmava o jornal, localiza-se no Columbus Circle, região próxima ao Central Park, caracterizada como "puramente italiana" por ter sido um presente da comunidade ítalo-americana para as comemorações do IV Centenário do descobrimento (1892) – literalmente esculpida com mármore de Carrara pelo escultor Gaetano Russo. Cerca de meia légua de distância do italiano Cristoforo Colombo, dentro do Central Park, se localiza Cristobal Cólon, a estátua feita pelo espanhol Jeronimo Sunol com bronze de Barcelona.[3] Apesar de mudas, as diferentes estátuas, segundo a reportagem, mandavam o mesmo recado: polêmicas à parte, o navegador havia *feito história* ao ser responsável por dar um mundo a toda a humanidade.

Se por meio desse levantamento preliminar e parcial é possível indicar a historicidade das comemorações e reivindicações que levaram a construção de estátuas de Colombo, reportagens do *The New York Times* também registram como esse processo nunca foi pacífico. No dia seguinte ao 12 de outubro de 1991, uma nota informava sobre os protestos motivados pelas comemorações do "Columbus Day". Centenas de indígenas enfatizavam o extermínio de sua cultura a partir da chegada de Colombo ao se reunirem em Connecticut trajando preto em manifestação de seu luto (*SAINT OR CRIMINAL*, 1991). Às vésperas do V Centenário, portanto, a própria nomenclatura do "descobrimento" era questionada pela historiografia e pelos movimentos sociais. Palavras e expressões como "Holocausto pós-colombiano", "encontro", "conquista", "invasão" e "extermínio" eram mobilizadas e indicam, como argumentado pelo haitiano Michel-Rolph Trouillot, que os nomes definem um campo de poder (TROUILLOT, 2016, p.184).

As relações de poder expressas a partir de monumentos públicos, colocados em tensão a partir de diferentes reivindicações ao longo do tempo, e sublinhadas nas reportagens não são um tema estranho à historiografia. A própria noção de patrimônio histórico foi elaborada de maneira a considerar as implicações políticas e teóricas desses monumentos nas cidades. Nos dias e semanas seguintes as mais recentes derrubadas de estátuas nos EUA muitos artigos acadêmicos e de opinião foram escritos e publicados por historiadores, arquitetos e técnicos envolvidos na gestão e nos

[3] Além dessas duas estátuas, o artigo ainda afirma existirem outras esculturas anteriores a elas, como a que se localiza no bairro do Brooklyn, de 1869, e posteriores, como a do Queens de 1925.

debates patrimoniais no Brasil e no exterior.[4] Não pretendo, aqui, atualizar as polêmicas sobre a imagem de Colombo, mas indicar um percurso histórico de mobilizações dessa figura. Por meio desse exercício, Colombo passa a ser um prisma para entendermos diferentes relações e projetos inter-americanos disputados desde o século XIX a partir de distintas interpretações dos significados de um mesmo evento: a viagem de 1492.

A história, segundo Trouillot, autor do trecho tomado como epígrafe, é um conjunto de silêncios elaborados por meio de narrativas perpassadas pelo poder (TROUILLOT, 2016, p.23). A dimensão política é evidente nas sucessivas escolhas, eleições e recortes feitos em prol da narração do evento em questão. A redução do ano de 1492 às 24 horas do dia 12 de outubro foi uma operação complexa feita a partir de muitos silêncios, dentre os quais o daquele que é analisado por muitos especialistas como o *verdadeiro* grande evento daquele ano: a queda de Granada como último bastião muçulmano da Península Ibérica. Se um marco histórico é sempre definido em relação a um passado, em 1492 o interesse da Coroa espanhola era o de projetar suas fronteiras ao sul e legitimar a narrativa da cristandade que sustentava as guerras e tratados contra os muçulmanos até então.

Apesar disso, o evento da viagem de Colombo foi convertido em um marco ainda mais decisivo e fixado no tempo a partir da perda de seu caráter processual. Por meio de uma potente e inflexível cronologia, isola-se um momento singular tornando-o um fato histórico capaz de produzir e reproduzir essa lógica do poder *ad infinitum*. À atenção de Trouillot às operações narrativas possíveis a partir de um evento histórico soma-se a definição da argentina Marina Waismann (2013) sobre a história: uma ciência baseada em uma sucessão de juízos (WAISMAN, 2013, p.3). A eleição de um tema, a delimitação de um objeto de estudo, a escolha de determinados instrumentos metodológicos, tudo isso se coloca entre o acontecimento e as possibilidades e modalidades de narrá-lo, dotando de sentido um panorama delineado a partir da documentação. A arquiteta argentina entende a história por meio desse caráter operativo, onde são centrais as articulações enquanto operações para se atribuir sentido.

[4] Ainda que esse não seja um objetivo do presente artigo, destaco o artigo de Paulo Garcez Marins que elabora o debate da memória a partir da polêmica sobre as estátuas de Colombo e menciona o caso da Argentina, onde a então presidenta Cristina Kirchner substituiu um monumento dedicado a Colombo por uma homenagem a uma liderança indígena (MARINS, 2020).

Ambos, portanto, entendem a história a partir do dinamismo das narrativas, colocadas em disputa ao longo do tempo e por diferentes grupos. Ou seja, as reivindicações pela derrubada ou retirada de estátuas não podem ser outra coisa que não movimentos e processos tão históricos e legítimos quanto sua construção. As celebrações e efemérides funcionam, nesse campo de disputas, como instrumentos de um poder arquivístico que ajudam a criar, modificar ou legitimar os significados públicos associados aos eventos históricos considerados merecedores de uma celebração em massa (TROUILLOT, 2016).

Apesar de identificar homenagens e reivindicações anteriores, como a fundação da *Columbian Order* em Nova York no ano de 1789 às vésperas do terceiro Centenário, ou mesmo nas disputas entre países latino-americanos, como Cuba, e a Espanha pelos restos mortais do navegador no início do século XIX, a década de 1890 e os preparativos para o IV Centenário são destacados por Trouillot (2016) como momento em que essas celebrações e reivindicações em nome de Colombo passam de eventos restritos a grupos específicos a uma escala mais ampla. Além disso, a dupla celebração da efeméride, de um lado do Atlântico pelos Estados Unidos e do outro pela Espanha, deram o caráter de massa aos eventos e amplificaram as imagens por ele veiculadas a uma escala global.

O exercício de produção do fato histórico por parte do IV Centenário celebrado na Espanha contou com diversos debates sobre o papel do país na marcha da civilização ocidental e sua relevância como agente histórico. As estratégias foram apoiadas em um fundo intelectual, com a criação de uma Junta, pelo menos um periódico acadêmico e mais de cinquenta palestras entre os anos de 1891 e 1892 sobre temas atualizados ainda hoje no debate público: o impacto diferenciado de distintos impérios coloniais sobre as populações conquistadas, a validade da Legenda Negra, o legado cultural das sociedades pré-colombianas, a recepção de Colombo na Espanha e seu pioneirismo frente a outros navegadores, o local exato de seu desembarque, o lugar exato onde foi enterrado, dentre outros. A Espanha disputava o lugar de centro do mundo por meio da construção e legitimação de uma hispanidade, que articularia as duas margens do Atlântico por meio de Colombo (BEIRED, 2006).

O hispanismo, como argumenta Beired (2006), seria o responsável por estabelecer uma suposta unidade entre o mundo ibérico e o mundo americano por meio da formulação de uma

identidade comum entre Espanha e suas ex-colônias. Nesse exercício, são mobilizadas as noções de raça, história, língua e religião, tomadas como base comum e herança hispânica na América. Na análise do autor, o IV Centenário, junto ao Congresso Hispano-Americano e Português (Madrid, 1895), conformam ações intelectuais articuladas às políticas do Estado com o objetivo de promover uma zona de influência da Espanha na América. [5]

Esse deslocamento para a dimensão pública do evento histórico e dos debates provocados por ele asseguraram, como aponta Trouillot (2016), o estatuto da neutralidade a qualquer um (indivíduos, partidos políticos, movimentos sociais, Estado) que se dedicasse ao tema. Esse é o aspecto recuperado das comemorações do IV Centenário para sua eleição como ponto de inflexão das mobilizações de Colombo pelo autor. No debate contemporâneo sobre as estátuas de Colombo também é possível identificar posições baseadas em uma suposta neutralidade ideológica, frequentemente revestida de um aspecto meramente "técnico" ou conceitual.

Assim como os olhos da Espanha estavam voltados para a América a partir de um objetivo de re-conquista, as celebrações do IV Centenário nos EUA não foram motivadas por motivos menos contemporâneos. Tanto os eventos de 1892 quanto a Exposição Colombiana Mundial de Chicago de 1893 elevaram a uma escala global o papel de Colombo na consolidação da hegemonia estadunidense no hemisfério ocidental. A Exposição de Chicago movimentou cifras muito maiores do que a celebração espanhola: cerca de 5.8 milhões de dólares investidos enquanto as estimativas dos gastos da Espanha não passam dos 25 mil dólares. "Mais países participantes, mais espaço útil, mais estandes e mais dinheiro do que qualquer outra exposição que o mundo já tivesse visto", como caracterizou Trouillot (TROUILLOT, 2016, p.208).

De uma maneira ou de outra, as narrativas sobre o que teria acontecido em 1492 legitimavam o que estava em jogo nas dinâmicas políticas do final do século XIX. Ou seja, a celebração de Colombo passava a compor e fazer parte de uma série de estratégias que forjavam novas relações

[5] Dentre os esforços institucionais para se forjar essa comunidade transatlântica, Beired destaca as revistas e periódicos – *Revista de Espana, de Índias y del Exterior* (1842 – 1845); *Revista Española de Ambos Mundos* (1853 – 1855); *La América. Crónica Hispanoamericana* (1857 - 1886); *El Imparcial. Revista Hispanoamericanista* (1867 – 1870); *La Ilustración Española y Americana* (1869 – 1821); *Revista Hispanoamericana* (1866 – 1872); *La Raza Latina. Periodico Internacional* (1874 – 1884); *La Unión Iberoamericana* (1898) – e a fundação de institutos e centros de pesquisa – *Unión Iberoamericana*; *Centro Internacional de Investigaciones Históricas Americanas; Centro Oficial de Cultura Hispanoamericana*; *Instituto Iberoamericano de Derecho Comparado*; *Centro Iberoamericano de Cultura Popular; Junta de Fomento de Relaciones Artísticas y Literárias Hispanoamericanas*, dentre outros (BEIRED, 2006).

inter-americanas e entre os países da América e da Europa no período. Dentre elas, o pan-americanismo ocupou lugar de destaque como ideário que mobilizava de uma só vez a herança colombina colonial e os projetos de integração continental americanos.

Colombo como Farol

A partir desse jogo de articulações entre diferentes temporalidades a imagem de Colombo foi atualizada, tanto por meio de celebrações e estátuas, quanto por meio de contestações e protestos. O que se coloca em jogo nessas disputas não é o evento em si, mas o fato histórico construído a partir dele por meio de diferentes interpretações que serviam a diferentes projetos políticos. Entender esse percurso histórico nos ajuda a entender o que foi projetado em nome de Colombo e contra o que se amplificam as vozes dissidentes.

Os exercícios de atualização da imagem de Colombo foram operados a partir de um mesmo aspecto de sua viagem de 1492: a integração entre mundos até então apartados. Entretanto, no final do século XIX, o mundo não era mais caracterizado pela polaridade entre metrópoles e colônias – mote da atualização proposta pela Espanha entre Novo e Velho Mundo. Na esteira das tradições das Exposições Universais, o concerto das nações dançava sob outro ritmo, mais polifônico e internacionalista. Em articulação com outras políticas e eventos que assumiam esse tom, como a organização da I Conferência Internacional Americana (1889-1890), as comemorações do IV Centenário nos EUA também partiam do pressuposto da integração, mas visavam deslocar o eixo: das relações transoceânicas para a ideia de hemisfério ocidental. Com isso, as autoridades políticas estadunidenses visavam destacar o papel dos EUA como líder, tal qual ditava a Doutrina Monroe.[6]

Os anos que antecederam a Exposição de Chicago foram marcados pela disputa entre ao menos quatro grandes cidades – Chicago, St. Louis, Nova York e Washington D.C. – para sediar as comemorações até a votação que elegeu o resultado em fevereiro de 1890. Em razão dessas disputas e diferentes propostas, foram elaborados diversos projetos e designs arquitetônicos com base nos temas em questão que conformaram um repertório imagético Colombino mobilizado desde então.

[6] Entre as autoridades políticas e diplomáticas que se empenharam na construção ideológica do pan-americanismo estão James Blaine (1830-1893), Secretário de Estado dos EUA durante a I Conferência Internacional Americana (1889-1890) e William Curtis (1850-1911), Diretor Geral do International Bureau of American Republics (posteriormente rebatizado de Pan American Union) e chefe do Latin American Bureau for the Columbian Exposition. Ambos são identificados pela historiografia como importantes articuladores das práticas pan-americanistas difundidas pelos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX, como aponta Robert González (2011).

Em virtude da Exposição de Chicago, réplicas das embarcações do navegador (Nina, Pinta e Santa Maria) foram colocadas no Lake Michigan junto a uma réplica do monastério espanhol que Colombo supostamente se refugiou. O grande arquiteto da celebração, Daniel Burnham, idealizador do espaço expositivo que ficou conhecido como White City, afirmava a centralidade da arquitetura e do espaço construído na operação em jogo em 1892: deveriam ser os meios de demonstrar as modernas possibilidades de uso do passado e da antiguidade (TROUILLOT, 2016, p.189). Colombo, então, passava a ser apresentado de uma só vez como origem e finalidade de uma *atitude* marcadamente americana de integração e excepcionalidade que deveriam assinalar o papel do continente frente às novas dinâmicas geopolíticas do final do século XIX.

O pan-americanismo como prática e retórica de união entre nações americanas é uma construção plural e anterior aos debates do final do século XIX. Simón Bolívar, a Carta da Jamaica (1815) e o Congresso do Panamá (1826) são frequentemente eleitos como as origens desse movimento.[7] Para além das filiações ou marcos de origem, importa entender como ele fora mobilizado por diferentes países e projetos ao longo do século XIX até se tornar linguagem comum no repertório político do final do século. Linguagem comum, mas longe de assumir os mesmos significados. Na narrativa levada a cabo por James Blaine, William Curtis e outros nomes do corpo diplomático estadunidense, era assumida uma continuidade entre a chegada de Colombo ao continente e o papel do país nessa nova ordem mundial, quatro séculos depois.

Robert González (2011) enfatiza como esse projeto pan-americanista formulado por essa elite estadunidense também se apoiava, em grande medida, na arquitetura e no espaço construído como estratégias de convencimento e persuasão. Se do outro lado do atlântico, a Espanha se esforçava para atualizar a narrativa da conquista por meio do hispanismo, o pan-americanismo, segundo o autor, teve que ser desenhado e visto por um grande público para que conseguisse ser difundido nessa nova escala global. Nesse sentido, as feiras mundiais e exposições, dentre as quais a Exposição de Chicago de 1893, são elementos centrais na difusão do pan-americanismo que, em grande medida, passou a ser implementado e disputado também em nome de Colombo. Nesses espaços, observa-se a aliança entre elites latino-americanas e norte-americanas na promoção de investimentos estadunidenses na agricultura, indústrias e turismo que seriam apresentados por meio

[7] A busca pelas "origens" do pan-americanismo é a tônica de muitos trabalhos sobre o tema, como Baggio (2000), Ferreras (2013) e Reis (2013). Muitos desses trabalhos se valeram da cronologia fixada por Arturo Ardao (1986).

dessa articulação entre tradição e modernização a partir de uma formação visual-ideológica específica.[8]

Mas como deveria ser representado o Colombo pan-americanista? Pela retórica de integração continental, a viagem de 1492 teria sido deslocada da tutela da hispanidade para o plano universal: a chegada do navegador a terras até então desconhecidas seria o evento mais importante da marcha universal da humanidade. A imagem de Colombo era, portanto, descontextualizada, como argumenta Trouillot, passando a ser signo aberto para leituras tão plurais quanto divergentes dos mesmos eventos (TROUILLOT, 2016, p.212).

As exposições, tanto a que aconteceu em Madrid, quanto a de Chicago, não só demarcam efemérides como são, elas mesmas, efêmeras. Como argumentado por Marianna Al Assal (2014), podem ser lidas como arenas em que a arquitetura estabelece conexões particulares com a política a partir de um jogo que se apoia na linguagem, no caráter simbólico e na perspectiva monumental (AL ASSAL, 2014). O efeito dessas articulações, contudo, nada tem de efêmero e mais se aproxima da perenidade das estátuas, que permanecem na malha urbana de determinadas cidades e dão espaço para as ambiguidades da história, como enunciado na epígrafe. É possível, ainda, identificar elementos que se valem dos dois aspectos: da monumentalidade das exposições e da perenidade e solidez das estátuas. A operação de transformar Colombo em um farol, que pudesse de uma só vez indicar a origem e apontar para o futuro projetado pelo pan-americanismo, ultrapassou a categoria da metáfora para o plano material com o concurso lançado na década de 1920 pela União Pan-Americana (UPA) que culminou na construção do que González (2011) caracterizou como a última grande obra faraônica do século: o Farol de Colombo.

O monumento erigido em Santo Domingo, República Dominicana, em nome de Colombo era justificado como uma homenagem de todas as nações do continente à Colombo e deveria contar com um financiamento coletivo para sua construção. O vencedor do concurso, o então estudante de arquitetura inglês Joseph Gleave, foi revelado em 1931 em cerimônia ocorrida no Rio de Janeiro, mas o farol só foi inaugurado em 1992, como parte das celebrações do V Centenário do descobrimento.

> buscar um símbolo que expresse as qualidades fundamentais que fazem do descobrimento das Américas por Colombo um dos sucessos mais importantes da

[8] Grande parte dos argumentos de González (2011) se valem da análise imagética dessa cultura visual: peças publicitárias, selos, mapas, revistas, roupas, etc.

> História universal. [...] Deve ser como uma chamada ou alvo para todos os povos e tempos. Sua linguagem deve chegar a todos os espíritos. Deve ter esse caráter atemporal que distingue a todo grande sucesso humano e expressar a força, a intuição e o amor do homem que como instrumento deu lugar a ele. [...] Seu conceito, sua forma e sua massa podem ser simples, mas sinceros e poderosos. Suas condições arquitetônicas, força, estabilidade, durabilidade. Sua linguagem plástica não tem porquê ajustar-se a uma época ou raça, pois sua missão é enlaçar os séculos. Seu chamamento é universal (*PROGRAM AND RULES*, 1928).

O concurso foi lançado no ano de 1928, quando a UPA publicou seu programa e regras. Organizado e redigido pelo assessor técnico da instituição, o arquiteto Albert Kelsey (1870-1950), o documento era dividido em quatro partes: prefácio; a história do projeto; programa da competição preliminar; regras sobre os dois estágios da competição. No documento, Kelsey e a UPA explicitavam a importância do certame e como ele iria dar relevo, de um lado, a América frente ao "concerto das nações" e, de outro, aos arquitetos, explicitamente incumbidos de materializar essa ideia. O projeto, portanto, era duplo: o de se construir o monumento e o de deslocar o evento da chegada de Colombo ao continente para o campo da História Universal – daí a importância de seu chamamento abranger arquitetos de todo o mundo e não só os da América. A figura de Colombo era celebrada por suas conquistas, que deveriam ser registradas pelos arquitetos a partir da perspectiva histórica que as situasse nessa evolução da civilização mundial. Apesar do caráter histórico, o apelo era claro: os arquitetos não deveriam se esquecer da época em que estavam inseridos, entendida como produto dessa série histórica caracterizada pelo renascimento europeu, o encontro entre a Península Ibérica e as três civilizações americanas (nativa, colonial e moderna), e, sobretudo, a influência do Novo Mundo nas orientações ideológicas, econômicas e políticas do Ocidente.

O prefácio também nos informa que a publicação trazia, além das regras e do programa, algumas páginas destinadas às observações de Kelsey sobre a República Dominicana – costumes locais, história, traços do passado colonial, aspectos da vida social – de maneira a sublinhar que elas seriam úteis para a elaboração dos projetos. O assessor técnico havia visitado o país em questão no mesmo ano durante o período de 22 dias e elaborado um relatório de viagem que enquadrava a fauna, a flora e os habitantes de Santo Domingo como *ethos* ideal para a construção política e arquitetônica do novo significado de Colombo e do continente a partir desse jogo entre local e

universal, bem como entre "descobridor" e "descoberta", relacionados por uma operação metonímica.[9]

As narrativas sobre a origem da proposta de se construir o monumento, tanto a elaborada pela UPA, quanto as encontradas na historiografia, também se preocupam em enfatizar seu caráter local. São recuperados textos do dominicano Don Antonio del Monte y Tejada, identificado como autor da pioneira ideia de construir um monumento em um lugar de destaque do continente em meados do século XIX.[10] Também seria dele a proposta do monumento ser um farol, cujo símbolo carregaria a ideia de perpetuidade e nortearia os viajantes do Novo e do Velho Mundo. Ainda no século XIX, a ideia foi retomada pelo General Gregorio Luperón (1839-1897), presidente da República Dominicana entre 1879 e 1880, em uma guerra contra a Espanha que teve como um dos resultados a descoberta dos restos mortais do navegador na ilha em 1877, reforçando a escolha do local como sítio ideal para a homenagem. Desde então, Colombo passou a ocupar simbolicamente a cidade: em 1887 foi construída uma estátua colocada na principal praça de Santo Domingo, posteriormente conhecida como Plaza de Cólon. No IV Centenário do Descobrimento (1892) foi criada a Junta Nacional Colombina para a construção de uma tumba que abrigasse os restos mortais do navegador, o que nunca ocorreu. Eles foram realocados para a Catedral de Santo Domingo, inaugurada em 1896, onde permaneceu até a inauguração do Farol, quase um século depois (*PROGRAM AND RULES*, 1928, p.10).

Apesar da justificativa autenticamente nacional para o projeto, a UPA não escondia seu protagonismo nas articulações em prol de sua construção no século XX. São destacadas as iniciativas de William Pulliam, diplomata estadunidense atuante na República Dominicana, de iniciar uma campanha sistemática de publicação de artigos em diversos veículos do continente em favor da construção do Farol-Memorial até a proposta ser acatada pelo governo de Juan Burgos (1871-1935) enquanto presidente provisório do país em 1923. Nesse mesmo ano também aconteceu a V Conferência Internacional Americana, onde os delegados reunidos em Santiago do Chile votaram manifestação favorável ao projeto e ao apoio e suporte internacionais para seu financiamento, bem

[9] Robert González (2011, p.112) aproxima essa expedição de Kelsey à República Dominicana às expedições coloniais praticadas pela França e pela Inglaterra imperiais a partir da categoria do orientalismo teorizada por Edward Said. Ele também afirma que na segunda fase do concurso, o assessor técnico da UPA recomendava aos finalistas que viajassem também ao país para estudar referências e costumes locais, sempre tratados na chave do exotismo.

[10] A obra, composta por três volumes, celebrava a figura de Colombo e sugeria a dívida de todas as nações ao navegador por seu heroico ato de descobrir o continente (MONTE Y TEJADA, 1852).

como foram organizados comitês, que atuariam em diferentes escalas: o Permanent Committee, de composição transnacional e capitaneado pela UPA, e diversos National Committee of Cooperation a serem formados em cada país.[11]

O Comitê Permanente foi responsável por elaborar um relatório publicado em abril de 1927. O documento destacava a "ilha Hispaniola" (onde se localizam a República Dominicana e o Haiti) como primeira terra tocada pelo navegador e justificava a empreitada para além das muitas iniciativas nacionais e locais de já terem construído monumentos e homenagens a Colombo. O argumento era o de que o navegador, caracterizado como grande benfeitor da humanidade, seria merecedor de uma homenagem coletiva, um tributo comum de todas as nações do Hemisfério por ele descoberto. A ideia de hemisfério é retomada em outros momentos da narrativa, sobretudo quando diretamente relacionada ao pan-americanismo. O Colombo pan-americanista deveria ter os atributos do monumento a ser construído em sua homenagem, de maneira a se tornar um ponto focal que evocasse o passado e se projetasse no futuro: "No descobrimento, as nações americanas encontraram profundas raízes históricas das quais nasceu o sentimento de solidariedade continental que floresceu no ideal pan-americano" (PROGRAM AND RULES, 1928, p.13). Além dos trâmites financeiros, a UPA defendia que cada nação americana enviasse uma porção de terra de seu solo a ser depositada nas bases do monumento, bem como um produto de sua arte ou indústria para compor a decoração interna do edifício. Dessa maneira, segundo eles, a empreitada reuniria o que há de mais sagrado na existência nacional de cada país, seu território, e o que havia de mais elevado e nobre em seu espírito, suas criações.

A primeira fase do concurso foi encerrada em 1929 com a reunião do júri internacional em Madrid. No total, foram recebidos 455 anteprojetos provenientes de 65 países, dos quais 196 eram propostas latino-americanas – algumas identificadas: 32 argentinas, 17 brasileiras, 26 chilenas, 35 cubanas, 37 mexicanas, 17 peruanas, 28 uruguaias (GONZÁLEZ, 2007, p.82). Os arquitetos Raymond Hood, dos Estados Unidos, representando a América do Norte, Eliel Saarinen, da

[11] A resolução, aprovada pelo coletivo reunido em Santiago no dia 24 de abril de 1923, foi assinada pelos seguintes representantes: Tulio M. Cestero (Republica Dominicana); J. C. Vidal Caro (Cuba); Alejandro Alvarado Quiros (Costa Rica); Rafael M. Arizaga (Equador); Pedro Cesar Dominici (Venezuela); Guillermo Valencia (Colombia); Carlos Cuadra Pazos (Nicaragua); Cecilio Bustamante (El Salvador); Justino Jimenez Arechaga (Uruguai); Narcisio Garay (Panamá); Agustin Edwards (Chile); Fernando Saguier (Argentina); S. Gurgel do Amaral (Brasil); Benjamin Villaseca M. (Honduras); Henry P. Fletcher (EUA); Maximo Soto Hall (Guatemala); M. Gondra (Paraguai); Arthut Rameau (Haiti). Os temários e uma síntese dos debates de cada uma das edições dessas Conferências estão depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ e também foram estudados por Dulci (2013).

Finlândia, representando a Europa e Horacio Acosta y Lara, do Uruguai, representando a América Latina, foram responsáveis por eleger dez anteprojetos selecionados para a segunda fase e dez menções honrosas, todos publicados em um número especial da revista *Arquitectura,* órgão oficial da Sociedad Central de Arquitectos de Madrid. [12] Dois anos depois, em 1931, o júri voltou a se reunir na cerimônia final de premiação no Rio de Janeiro, quando Gleave foi consagrado vencedor. Raymond Hood, nessa ocasião, fora substituído por outro estadunidense, Frank Lloyd Wright. Se por um lado, a entrada de Wright como jurado do concurso chamou a atenção da mídia e da historiografia para o monumento, o peso de um arquiteto estrelado por vezes eclipsa as outras dimensões do certame.

A semelhança entre o projeto vencedor de Gleave e os "sonhos pan-americanos californianos" de Wright, como avaliado por González (2007, p.87), se torna explicativo para narrar essa etapa da história do Farol de Colombo. Entretanto, para entender as diferentes construções imagéticas e narrativas sobre e a partir do navegador, é necessário ir além do primeiro lugar. O projeto de Gleave foi anunciado como vencedor no mesmo mês e ano (agosto de 1931) que, na cidade do Rio de Janeiro, o Graff Zeppelin, dirigível fabricado por uma empresa alemã, sobrevoava a Baía de Guanabara em seu voo inaugural na América do Sul depois de ter passado por Pernambuco. O júri também chegou à cidade no mês em que era inaugurado o Cristo Redentor, como nos lembra Adriana Irigoyen (2002). A modernidade técnica representada pelo dirigível, e a atualização dos signos religiosos por meio da inauguração do moderno monumento em Art Déco no morro do Corcovado dialogam com os temas encontrados pelo júri nos projetos finalistas do Farol de Colombo, que articula esses elementos em uma escala pan-americana.

A amplitude dessa escala, por sua vez, só é alcançada por meio de uma trama de agentes e instituições responsáveis pela dimensão ativa, negociada e política da circulação das diferentes concepções sobre o pan-americanismo e interpretações de Colombo. É possível identificar

[12] Em junho de 1929, com o encerramento da primeira fase do concurso, a revista madrilenha *Arquitectura,* órgão oficial da Sociedad Central de Arquitectos de Madrid, em um número extraordinário dedicado ao *Faro a Cólon*, publicou os desenhos não só dos dez finalistas, mas também dos dez projetos condecorados como menções honrosas. Chama a atenção a posição de destaque na revista – também sublinhada por Gonzáles – dos projetos russos. Os dez projetos condecorados com a menção honrosa foram: (i) John Thomas Grisdale (Philadelphia, EUA); (ii) Norris I. Grandall, Donald C. Kline e George H. Riggs Jr. (Washington, EUA); (iii) Nicolás Lanceray (Leningrado, USSR); (iv) Abram Garfield (Cleveland, Ohio, EUA); (v) Nicholas Vassilieve (USSR); (vi) Enrico Miniati e Giovonni Masini (Florença, Italia); (vii) Kamil Roskot (Praga, Checoslováquia); (viii) Maurice Gogois, C.A. Dory, Associé (Amiens, França); (ix) Roger Kohn (Paris, França); (x) Jean Szelechowski e Marcel Janin (Neuilly-sur-Seine, França). *Arquitectura* - Revista oficial de la Sociedad Central de Arquitectos de Madrid; Ano 11, n.121, jun. 1929.

mecanismos que operam e tornam possível esse processo: para além da indução institucional da União Pan-Americana, a vigorosa necessidade criada nas e pelas exposições e centenários de se atualizar a mitologia fundadora do continente por meio de Colombo. Todos esses agentes – entendidos aqui como articuladores dessas escalas, temporalidades e projetos – tomaram parte e foram responsáveis pela amplitude do certame, acolhido pela agenda de instituições internacionais, como as organizações e associações profissionais de diversos países que tensionavam o projeto a partir de diferentes conteúdos e matizes políticos, técnicos e simbólicos. A partir do exame preliminar dos dez projetos finalistas é possível apontar para os mais variados estilos, o que indica como não podemos imputar à década de 1920 nenhum tipo de hegemonia, nem ao pan-americanismo uma diretriz projetual singular. Há projetos que poderiam ser categorizados como Beaux-Arts, muitos com traços de Art Déco e algumas propostas em diálogo com linguagens modernistas.

A ata da sessão solene em que o júri anunciou o vencedor foi publicada em alguns veículos da imprensa carioca, como o *Jornal do Commercio* e *O Globo*. Nela, há uma predileção do júri pelos projetos que se mostrassem mais amplos e menos simbolicamente explícitos, bem como por aqueles que garantissem a possibilidade de alterações. O longo relato indica certa frustração, de maneira geral, com as propostas, caracterizadas pela ausência dos novos e modernos recursos da construção do século XX. O projeto de Gleave, nesse sentido, é alvo de elogios pela utilização da luz artificial e da simplicidade volumétrica e, sobretudo, por seu caráter simbólico em harmonia com o que julgavam ser a beleza da obra arquitetônica: "Vista do ar ou dos arredores, a simples massa constitui um nobre característico elementar do projeto em apreço, condigno da coragem perseverante e da fé do grande descobridor que rememora".[13] Há, ao longo da crítica, a valorização da adaptabilidade do monumento vencedor ao clima tropical, o que justifica a hipótese levantada por González e Irigoyen sobre a busca de Frank Lloyd Wright por projetos que demonstrassem essa qualidade. A pluralidade de interpretações sobre o moderno na arquitetura também foi enfatizada pelo júri, de maneira a destacar o monumento vencedor pela solução que extrapolou a "triste paixão pela altura" e reconheceu a dignidade de uma concepção arquitetônica que não fosse reduzida por essa questão.

[13] "Pharol de Colombo - A acta do julgamento do Grande Concurso", *Jornal do Commercio,* Ano 104, n.252, 22 de outubro de 1931, p.3-4. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/12753. Acesso em 07 de dezembro de 2020.

Além do projeto de Gleave, o segundo lugar, de autoria de Donald Nelson (Chicago, EUA) e Edgard Lynch (Paris, França) também foi destacado por suas qualidades e distanciado dos demais, dado que nenhum dos outros oito projetos seria digno de um terceiro lugar ou se aproximasse das qualidades destacadas nos dois primeiros. O clima tropical foi novamente trazido à tona na apreciação desse projeto na crítica ao grande espaço livre previsto para a praça, "um exagero sem valor num clima tropical", bem como a vulgarização dos simbolismos náuticos em pormenores julgados como sem significação ou razão de ser. Em seguida, há uma breve análise dos demais finalistas com o objetivo de justificar o porquê de terem sido enquadrados como "de classe abaixo do julgamento". O projeto submetido pelos espanhóis Joaquim Vaquero Palacios e Luiz Moya, o favorito entre aqueles publicados pela revista madrilenha *Arquitectura* no final da primeira fase do concurso, foi aproximado ao Cavalo de Troia pelo caráter oculto das características arquitetônicas na solução de um monumento enorme, abstrato e tripartido. Contudo, são destacadas as habilidades dos arquitetos em organizar o arranjo das partes, excessivamente grandes, e o trabalho de pesquisa original da arquitetura centro-americana. As referências pré-colombianas também foram destacadas no projeto da equipe composta por Theo Lescher, Paul Andrieu, O. Zavaroni e Maurice Guthier (Paris, França), que tomou como modelo a ideia de um templo maia. O conjunto, entretanto, se afastaria da escala humana e multiplicaria em pelo menos dez vezes o limite de custo fixado pelo programa. O restante dos projetos, avaliados um a um pelo júri, é desvalorizado pelo que consideravam um exacerbado simbolismo, ora extrapolando o caráter cênico do monumento, ora se tornando artifício e entrave para seu pleno desenvolvimento e elaboração. É o caso do projeto do italiano Peppo Medori (Felippe Medori), julgado como um ecletismo "pseudo-moderno" cuja aposta fora na alegoria exacerbada de Colombo na proa de um navio. O mesmo foi apontado em relação ao projeto dos estadunidenses Corbett, Harrison e Macmurray, Rodgers e Poor W. K, um cenário de teatro e espécie de ecletismo sem nenhuma concepção moderna. A equipe foi criticada por não ter alterado ou desenvolvido o projeto da primeira para a segunda fase do concurso.[14]

[14] Novamente, aqui, subentende-se a expectativa do júri a partir da difusão e publicação dos anteprojetos submetidos na primeira fase do concurso. Esse aspecto fora previsto no edital e inicialmente pensada como uma exposição itinerante, iniciada em Madrid no ano de 1929 com o encerramento da primeira fase do concurso, e, posteriormente, em diferentes cidades da Europa e da América. Também era previsto o uso e apropriação, na segunda fase, dos desenhos submetidos na primeira sem qualquer tipo de pagamento ou direitos autorais. González (2007, p.85) afirma ser essa uma das polêmicas que possivelmente afastou grandes arquitetos do período do certame, receosos pela cessão de seus direitos

Em seu artigo, González (2007) divide os anteprojetos finalistas em três categorias de temas trabalhados pelos finalistas: exploração náutica (como a aposta nos barcos e caravelas feita por Lescher e Lynch ou mesmo a alusão a elas em meio a estrutura do farol, como em Wenrzler); o globo terrestre (colocado na entrada do monumento no anteprojeto de Amon e iluminado no topo do farol por Ellington, em uma alusão ao ato de iluminar e integrar todo o mundo); ou as representações de Colombo em sua missão evangelizadora e cristã (como o vencedor Gleave e a equipe estadunidense composta por Hemle, Corbet e Harrison de maneira menos explícita). Os temas trabalhados pelos arquitetos na década de 1920 não parecem variar muito se comparados àqueles identificados na Exposição de Chicago. De maneira geral, esses projetos têm como síntese variações de uma mesma ideia: a navegação – progresso técnico – teria permitido Colombo cumprir sua missão cristã de expansão da fé cujo resultado fora a herança deixada à humanidade: o mundo como conhecemos hoje.

Essa narrativa estava presente no edital publicado em 1928 e na ata do júri de 1931. As regras privilegiavam a liberdade para a expressão do arquiteto competidor, demonstrando que o concurso buscava não se restringir a um só estilo ou escola. Apesar dessa abertura, o programa e algumas exigências mínimas tornavam a fechar algumas possibilidades e sugerir alguns caminhos.[15] Ao longo de todo o concurso, é possível identificar uma explícita equiparação das viagens náuticas do século XV com a recém criada possibilidade de cruzar longas distância de avião, especialmente a partir das novas rotas aéreas da Pan-American Airlines que começava a viajar entre os dois extremos do continente no período. O Farol de Colombo, nesse sentido, torna-se o elo de continuidade que atribui ao avião a mesma grandeza das navegações. Ao longo da década de 1930 é possível mapear como essa nova tecnologia de transporte fora mobilizada de forma aliada à ideia de integração pan-americana por meio dos "raids", como o "Pan American goodwill flight", de 1933, ou "El vuelo Panamericano pro Faro a Cólon", que sairia de Santo Domingo e passaria por diversos países da

autorais – tema amplamente debatido nas primeiras décadas do século XX por associações profissionais e pelos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos – quando da submissão dos anteprojetos.

[15] Dentre os elementos obrigatórios estavam: a localização em cima de um monte ou terraço de cerca de 40 pés de altura; a capela que deveria receber os restos mortais de Colombo; um museu para alocar suas relíquias; a grande lanterna ou farol; e, por último, mas não menos importante, um design que, visto à distância, pudesse despertar a imaginação. Além disso, os anteprojetos deveriam prever um aeroporto medindo, ao menos, 2000x3000 pés e uma pista de cerca de uma milha; um centro oficial que inclua a nova residência do Presidente da República e quatro ou cinco outras residências oficiais, bem como seis ou oito prédios governamentais de dimensões modestas (PROGRAM AND RULES,1928, p.18).

América do Sul até pousar no Panamá, o que nunca aconteceu devido a um acidente que derrubou três aviões no ano de 1937 (*Correio da Manhã,* 16 dez. 1937).

As exigências mínimas em relação aos projetos submetidos no concurso são mais bem explicadas na segunda parte do edital onde Kelsey prevê os desenvolvimentos futuros a partir da seleção do projeto vencedor. Nessa espécie de visão de futuro do projeto, o memorial seria o primeiro passo para a construção de um completo Pan-American Center, que contaria com um aeroporto, nunca implementado. O edital, menos do que a ata do júri, parece ser coberto com um verniz diplomático que buscava permanecer inclusivo a diferentes perspectivas em disputa no campo naquele momento. Ao estabelecer as regras que articulariam os dois momentos do concurso, considerava não ser a arquitetura moderna a mesma em todos os países, variando de nação a nação, de maneira a incentivar a originalidade e a liberdade (PROGRAM AND RULES,1928, p.24). A apreciação do júri, por outro lado, parece ter sido menos inclusiva ao estabelecer critérios pautados em uma acepção específica do que deveria ser a arquitetura moderna – em conformidade com o clima e região na qual iria ser implementada e descolada da ideia de altura como signo da modernidade. Há, aqui, outro indício não enfatizado pela historiografia que analisa o concurso e a escolha do jovem estudante inglês como vencedor do certame. No edital, a União Pan-Americana estabelecia algumas "contingências" a partir de seu papel como contratante do projeto. Caso o vencedor fosse jovem ou inexperiente, a UPA se reservaria o direito de se associar a um arquiteto mais velho ou experiente para assumir, também, a autoria do monumento.[16]

Essa distância entre as expectativas da UPA e os critérios adotados pelo júri me parece significativa frente aos objetivos do presente texto. Podemos identificar duas estratégias distintas que operavam em prol da difusão do pan-americanismo por meio da arquitetura e do urbanismo no período. A primeira, expressa pelo edital, tinha caráter aberto e se relaciona ao imaginário pan-americanista, tal qual teorizado por Jean-Louis Cohen e mencionado por Ward (2016, p.21), a partir das projeções e representações de um futuro americanista inevitável, dinâmico e progressista em termos tecnológicos. Os dissensos e diferentes interpretações sobre Colombo e suas expedições, nesse sentido, tornaram possíveis a difusão desse ideal para além do continente americano. O Colombo pan-americanista não deveria, portanto, se filiar a nenhuma escola ou mesmo alegoria,

[16] Na mesma seção, eles reservavam o direito de terminar a construção caso o arquiteto escolhido se retirasse, ou fosse retirado por eles, do projeto.

sendo possível ser evocado por meio das naus, dos símbolos maias, da própria ideia da mundialização e do globo terrestre ou mesmo via cristandade.[17] Essas diferentes proposições, estilos, projetos e interpretações tornaram a ideia plural e permitiram que ela circulasse mundo a fora no período do entreguerras.

Já a segunda fase do concurso e a eleição do projeto de Gleave como vencedor fixou uma dessas leituras e serviu para consolidar o papel dos arquitetos como profissionais capazes e incumbidos de atualizar o grande feito de Colombo nessa nova fase da marcha rumo a civilização. O caráter heroico, no século XX, advinha da técnica, elemento também ressaltado para valorizar o papel profissional dos arquitetos, detentores desse saber especializado. Os discursos dos arquitetos membros do júri expressam o lugar almejado para a arquitetura e o arquiteto no período e parecem partir desse mesmo pressuposto. A obra arquitetônica é caracterizada por Acosta y Lara como um testemunho imperecível do sentimento unânime e inextinguível não só de uma nação ou de um continente, mas de todos os povos da Terra. Nestor Figueiredo, por sua vez, afirmou o momento como o de proclamação do arquiteto como responsável por interpretar o sentimento coletivo da alma americana:

> É expressivo o fato de serem os arquitetos mais uma vez chamados para imortalizarem na arquitetura o feito sublime de um gênio; e o monumento (...) terá ainda mais a exaltar-lhe [sic] a grandeza moral, a glória de ser um símbolo dos povos, que se entrelaçam no continente das Américas. É a arquitetura uma arte de profundo alcance social através de sua filosofia. Para realizar a obra eterna da cidade de São Domingos, os arquitetos transportaram-se às cogitações mais elevadas do pensamento humano a fim de criar-se um marco de arte que despertasse na alma dos povos a unção religiosa do amor entre os homens ante a contemplação do monumento do grande navegador (*Jornal do Commercio*, 1931, p.4).

O pan-americanismo, além de fator de união entre as nações do continente, era mote para a atualização do significado da viagem colombina de 1492 e das novas relações a serem estabelecidas entre a América e a Europa. Como mencionado, não pretendo julgar sua efetividade, mas sublinhar o compartilhamento dessa ideia que me parece ter tido apelo no período entreguerras. A América, ainda segundo Figueiredo, fora apresentada ao mundo em dois momentos: por Colombo enquanto porção de terra desconhecida no Ocidente e pelos arquitetos, unida e fraterna por meio do pan-americanismo, quatro séculos depois (*Jornal do Commercio*, 1931, p.4). Há uma equiparação do grande

[17] Sobre o processo de mundialização nos séculos XV e XVI ver GRUZINSKI, 2014.

feito do navegador ao trabalho dos arquitetos no século XX, responsáveis por mostrar as gerações vindouras esses espírito pan-americano que atualizaria o ato de aproximação iniciado no século XV.

Considerações finais

O argumento elaborado a partir do Farol de Colombo, que deveria representar para o mundo o pan-americanismo e o novo lugar da América no "concerto das nações", é o de que os arquitetos e autoridades políticas envolvidos no concurso visavam difundir e elaborar um valor-articulador para a arquitetura enquanto disciplina e para os arquitetos, por meio de suas práticas profissionais. A arquitetura pan-americana, nesse sentido, não poderia ser conjugada no singular ou restrita a um estilo ou escola específica, mas entendida como um ideal disputado no entreguerras como meio de dotar de significado as obras e o ofício dos arquitetos por meio da história e da política.

Nesse exercício de dupla legitimação, a imagem de Colombo é interpretada de diferentes maneiras à medida que é difundida. Como argumentou Trouillot (2016), mais valem as alterações nos planos e projetos feitos em nome de Colombo do que uma suposta fidelidade às origens. A medida em que eram colocados em prática e tensionados por meio de diferentes interpretações, ideários como o hispanismo e o pan-americanismo eram difundidos e modificados por uma série de agentes e instituições. Essas disputas, por um lado, delineiam os diferentes projetos políticos que visavam estabelecer novas relações diplomáticas entre países por meio da criação de diferentes identidades, e, por outro, assinalam a centralidade de Colombo e sua historicidade para esses projetos: "Ao tentar fazer de Colombo um norte-americano, a Exposição de Chicago fez dele *um homem das Américas*" (TROUILLOT, 2016, p.217). Os debates sobre o Farol de Colombo nos indicam como as elites latino-americanas tomaram parte nesse processo de elaboração e difusão do pan-americanismo. Seja de maneira direta, por meio da autoria de projetos para o monumento, seja de maneira indireta, reivindicando seu lugar no mosaico que fora transformada a América.

Essa sucessão de reivindicações e projetos políticos levados à cabo em nome de Colombo estabelecem entre si um repertório comum e se valem da produção de uma série de silêncios. No caso de Colombo, o que não podia ser inteiramente excluído ou deixado de lado em suas celebrações – em grande medida pelo processo de questionamento e problematização já em curso e como aspecto central da celebração promovida pela Espanha e tomada como pauta por movimentos sociais –, teve que ter sua importância histórica redimensionada. No momento de sua inauguração,

em 1992, o pan-americanismo não mais era disputado pelas nações americanas como ideia a ser perseguida e praticada pelas retóricas de fraternidade como acontecia no período entreguerras. Uma reportagem do jornal venezuelano *El Nacional* em 7 de outubro de 1992 informava sobre a inauguração do Farol de Colombo e sobre a ira provocada pelo evento nos dominicanos:

> O governo dominicano inaugurou ontem com pressa e sem seu presidente, (...) a última grande obra faraônica do século XX: o monumental farol que magnifica para a posteridade em Santo Domingo os 500 anos do Descobrimento da América, que se converteu, além disso, em objeto das iras populares por seu desorbitado custo. O que a princípio se programou como uma pomposa homenagem da América Latina à hispanidade, que incluiu a transferência dos supostos restos de Cristóvão Colombo da catedral a um novo mausoléu dentro do farol, tornou-se um ato local. (*El Nacional,* 07 out. 1992).

As reações populares contra o monumento se justificavam por muitos aspectos: o enorme crucifixo que iluminava o céu causava frequentes cortes de luz em bairros da periferia da cidade; um muro, batizado pelos dominicanos de muro da vergonha, fora construído para esconder os bairros pobres que se localizavam nos arredores da obra; a celebração questionável do *descobrimento* do continente e a reafirmação de símbolos cristãos de colonização.

Como já argumentado, a historicidade das disputas e significados atribuídos à Colombo conformam um protocolo onde as apropriações e transformações operadas ao longo do processo importam mais do que as origens. São os embates e as diferentes leituras que possibilitam a difusão mítica da imagem do navegador, atualizada a partir de diferentes projetos políticos e temporalidades. Recuperar algumas dessas iniciativas e incluir entre elas o Farol de Colombo indica como, nessa cadeia celebratória, esses rituais se atualizam e impõem novos e possíveis horizontes para as próximas celebrações e reivindicações.

Referências bibliográficas:

AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian. *Arenas nem tão pacíficas* - arquitetura e projetos políticos em Exposições Universais de finais da década de 1930. 2014. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARDAO, Arturo. "Panamericanismo y latinoamericanismo". In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, UNESCO, 1986, pp. 157-71.

ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a "Boa Vizinhança":* arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945. Campinas: Pontes/FAPESP, 2010.

BAGGIO, Katia. "Os intelectuais brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919)", In *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*, Salvador, 2000.

BEIRED, José Luis. "Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas". *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella. M. "A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?". In: FREITAS, J.; MENDONÇA, E. (Org.). *A Construção da cidade e do urbanismo*: ideias têm lugar? Vitória: EDUFES, 2012, pp.141-159.

CERASOLI, Josianne. "O lugar da América: por uma expressão arquitetônica moderna, panamericana e universal nos anos 1920". *XXI Encontro Estadual de História, Trabalho, Cultura e Memória* (ANPUH - SP), Vol. 1. Campinas, SP, BRASIL, 2012, pp.1-14.

CHRISTOPHER COLUMBUS, Then and Now. 1992. Disponível em: https://www.nytimes.com/1992/10/12/opinion/christopher-columbus-then-and-now.html?searchResultPosition=97. Acesso em: 30 jun. 2020.

DULCI, Tereza M. S. *As conferências Pan-Americanas (1889 a 1928):* identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo, São Paulo: Alameda, 2013.

DUNCAN, David Ewing. In 1992, What's Columbus to me and you? 1992. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/entertainment/books/1992/10/11/in-1992-whats-columbus-to-me-and-you/710a26d5-1dbf-464f-8128-5a79ef298fba. Acesso em: 30 jun. 2020.

FERRERAS, Norberto. "El Panamericanismo y otras formas de relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del Siglo XX", *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.15, p. 155-174, jul./dez. 2013.

GOMES, Marco Aurélio. A. F. (Org.). *Urbanismo na América do Sul:* circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009.

GONZÁLEZ, Robert. "El concurso del Faro de Colón - Un reencuentro con el monumento olvidado de la arquitectura panamericana". *ARQ*, Santiago, n.67, 2007, p.80-87.

_____. *Designing Pan-America*: U.S. architectural visions for the Western Hemisphere. Austin-TX: University of Texas Press, 2011.

GORELIK, Adrian. "A produção da 'cidade latino-americana'". *Tempo Soc.,* v. 17, n. 1, p. 111-133, jun.2005.

GRUZINSKI, Serge. *As Quatro Partes do Mundo*: História de Uma Mundialização. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Ed. UFMG, 2014.

GUIMÓN, Pablo. Estátuas de Colombo são o novo alvo do movimento revisionista nos EUA. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-12/estatuas-de-colombo-sao-o-novo-alvo-do-movimento-revisionista-nos-eua.html. Acesso em: 30 jun. 2020.

IRIGOYEN, Adriana. *Wright e Artigas* - duas viagens. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2002.

LIRA, José T. C. "Modernismo, erotismo e domesticidade masculina: a casa Capuava de Flávio de Carvalho". In: BRITTO, F.; MELLO, J.; LIRA, J.; RUBINO, S. (Org.). *Domesticidade, Gênero e Cultura Material.* 1ed.São Paulo: Edusp, 2017, p. 289-321.

MARINS, Paulo Garcez. "Destruir uma estátua não resolve, é preciso discutir a memória', diz historiador". 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/11/destruir-uma-estatua-nao-resolve-e-preciso-discutir-a-memoria-diz-historiador.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

MERVOSH, Sarah; ROMERO, Simon; TOMPKINS, Lucy. Reconsidering the Past, One Statue at a Time. 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/06/16/us/protests-statues-reckoning.html?searchResultPosition=5. Acesso em: 30 jun. 2020.

MONTE Y TEJADA, Antonio. Historia de Santo Domingo. Santo Domingo: Imprenta de García Hermanos, 1852.

O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

PROGRAM AND RULES of the competition for the selection of an architect for The Monumental Lighthouse which the nations of the world will erect in the Dominican Republic to the memory of Christopher Columbus. Prepared by Albert Kelsey, FAIA, Technical Adviser; Issued by the Pan American Union, 1928.

REIS, Mateus. "Latino-americanismo e pan-americanismo no Uruguai do entreguerras". *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.15, p. 198-224, jul./dez. 2013.

SAINT OR CRIMINAL? Columbus Revisited. 1991. Disponível em: https://www.nytimes.com/1991/10/15/nyregion/saint-or-criminal-columbus-revisited.html?searchResultPosition=160. Acesso em: 30 jun. 2020.

SZEKELY, Peter. Governador de Nova York defende estátuas de Colombo por simbolismo a ítalo-americanos. 2020. Disponível em: https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN23J2C4-OBRTP. Acesso em: 30 jun. 2020.

TORRÃO FILHO, Amilcar. "A América como efeméride, nas malhas que o Império tece: o historiador, a estátua, seu subalterno e o ventríloquo". Texto apresentado no II Seminário Internacional Espaços Narrados, FAU-USP, 2019.

TROILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*: poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

WAISMAN, Marina. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WARD, Stephen. "Planning Diffusion: Instruments, Regulation, Tools and Techniques". In HEIN, C. (ed.). The Routledge Handbook of Planning History. New York: Routledge, 2016, p.76-90.

Temporalidades

Ensaio sobre os discursos identitários-imagéticos de São José dos Campos (SP): da fase sanatorial ao polo tecnológico

Essay on the identity and imaginary discourses of São José dos Campos (SP): from the sanatorial period to the technological pole

Isabel Degen Alendes
Licenciada em História
Universidade do Vale do Paraíba
bel.alendes@gmail.com.

Lidiane M. Maciel
Doutora em Sociologia
Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).
lidiane@univap.br.

Recebido em: 06/09/2020
Aprovado em: 08/01/2021

Resumo: o trabalho tem como tema o estudo das transformações históricas na cidade de São José dos Campos/SP no século XX e início do XXI, bem como a composição da identidade social. O objetivo é estudar o cenário e o discurso "cosmopolita" adquirido pela cidade durante o processo de industrialização, que influenciou a composição das identidades sociais e refutou a fase sanatorial do município. A metodologia é qualitativa e se apoia na análise de documentos históricos/imagéticos, de caráter propagandista, do período considerado. Tem-se a hipótese de que, como consequência da modernização ocorrida na segunda metade do século XX, a cidade construiu um imaginário vinculado a interesses econômicos e sociais exógenos, o que apagou determinadas expressões simbólicas vindas da fase sanatorial. Isso teria ocasionado a negação de identidades outras que não aquelas vinculadas a ideia do moderno. Como resultados e conclusões, verificaram-se diversas expressões propagandistas e imaginárias que construíram a memória coletiva. Observou-se que determinados aspectos da vida social da cidade foram ressaltados e, outros menosprezados, o que evidencia uma disputa de poder entre diferentes atores sociais e políticos na luta pela definição das identidades sociais.

Palavras-chave: Modernização, Fase sanatorial, Identidade.

Abstract: the article aims to study the historical transformations in the city of São José dos Campos in the 20th and early 21st centuries, as well as the composition of social identity. The objective is to study the "cosmopolitan" scenario acquired by the city during the industrialization process that influenced the composition of social identities, refuting its sanatorial phase. The methodology is

qualitative and is based on the analysis of historical / propagandist documents of the period considered. The hypothesis states that, because of modernization in the second half of the 20th century, the city built an imaginary linked to exogenous economic and social interests, which erased certain symbolic expressions from the sanatorial phase, resulting in the denial of identities other than those linked to idea of the modern. As results and conclusions, it was verified the diverse propagandist and imaginary expressions that built the collective memory highlighting certain aspects of the social life of the city and underestimating others, which shows a power struggle between different social / political actors in the struggle for the definition of social identities.

Keywords: Modernization, Sanatorial Period, Identity.

Introdução

O presente trabalho busca analisar as transformações históricas e identitárias ocorridas na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, dedicando-se, mais especificamente, ao estudo das transformações advindas da industrialização. De um passado marcado pela fase sanatorial, a atualidade desponta por meio da construção de um ideal de cidade cosmopolita. Em outras palavras, o objetivo geral é estudar o cenário "moderno" e cosmopolita[1] (SANTOS, 1997) de São José dos Campos que influenciou a composição das identidades sociais que hoje são encontradas em seu território. Há uma composição de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), global, que refuta as vinculações anteriores, fundadas em seu passado sanitarista, nas migrações de cunho regional e nos tradicionalismos do Vale do Paraíba paulista.

Toma-se como hipótese que nesse território, modificado econômica e culturalmente, algumas identidades foram negadas como consequência do imaginário construído com base em interesses econômicos, políticos e sociais. Dessa condição, destacamos a constituição social joseense, originada de processos migratórios internos e internacionais. As imagens de poder advindas da industrialização e da globalização se apresentam como bem-vindas na composição das identidades sociais modernas e "cosmopolitas", como mostraremos em imagens neste artigo. Já as contribuições culturais advindas do sanitarismo, da cultura regional e da cultura mineira serão referenciadas como exóticas e características de um passado longínquo, tendo sido, até mesmo, renegadas a um segundo plano.

[1] Boaventura de Souza Santos (1997) define o cosmopolitismo como "localismos globalizados", ou seja, estruturas culturais "locais" que, ilusoriamente, se designam como globais e, por isso, descentralizam sua condição original, a saber, um estado-nação.

Para além da revisão de literatura, focada na fase sanatorial e industrial de São José dos Campos, buscou-se mostrar, através de uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) de jornais e revistas da cidade do passado e do presente, assim como por meio de símbolos, os locais que possibilitam a presença das ideias de modernidade e de cosmopolitismo, que influenciaram a construção da identidade joseense vivenciada no tempo presente. Trata-se, resumidamente: de itens de publicidade analisados sobre a cidade de São José dos Campos; de locais de passagem (indústrias à beira da Rodovia Eurico Gaspar Dutra, Centro Tecnológico Aeroespacial, Parque Santos Dumont, Ponte Estaiada); e por fim, do brasão de São José dos Campos.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, realizam-se alguns apontamentos históricos desde a fase sanatorial até a fase industrial em São José dos Campos; na segunda seção, discutem-se questões teóricas sobre o território, a cultura, identidade e comunidade imaginadas; e, por fim, na terceira seção, exibem-se as imagens identitárias que se apresentam em São José dos Campos, no estado de São Paulo.

A trajetória de São José dos Campos da fase sanatorial à industrial

O município de São José dos Campos, no estado de São Paulo, entre 1920 e fins da década de 1940, apresentou-se nacionalmente como centro de tratamento de tuberculose, sendo sua política administrativa e econômica toda voltada para as atividades de saúde. Por isso, o período ficou conhecido como sanatorial (ZANETTI, 2012). Atraídos pelo desenvolvimento de técnicas de tratamento, diversos médicos sanitaristas chegaram à cidade, os quais passaram a participar das esferas políticas e a tornar-se, inclusive, prefeitos do município. Um exemplo foi o Dr. Rui Rodrigues Dória, prefeito joseense durante os anos de 1930 e 1931.

A propaganda em massa criada e difundida pela própria administração pública tratava dos "bons ares" de São José dos Campos, o que resultou em "um grande fluxo migratório de tuberculosos vindos de cidades como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, atraídos pelo clima que se dizia milagroso" (ZANETTI, 2012, p. 16). De acordo com o seguinte trecho, extraído de uma das coletâneas do boletim médico da época:

> Há muito, vinhamos sentindo a necessidade de propagar de modo mais amplo o nosso grande enthusiasmo (*sic.*) pelo clima maravilhoso de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS cujas virtudes operam á nossa vista, tantos e tão reaes (*sic.*) prodígios. Iniciámos (*sic.*) por isso, ha tres (*sic.*) annos (*sic.*), a publicação de um "Boletim

> Medico" inspirado no que Hauteville distribúe (*sic*.). Sahiu (*sic*.) o primeiro numero, muito modesto, mas que poude (*sic*.) suscitar alguns applausos (*sic*.) dos que devem a saúde a este clima e que querem ver as suas virtudes aproveitadas por um numero ainda maior de tuberculosos [...]. (BOLETIM MÉDICO, 05/1933).

Assim como o *Boletim Médico*, outros meios jornalísticos de propaganda eram responsáveis por criar uma imagem de São José dos Campos fundada na ideia de cura pelos bons ares e pela climatologia. Almanaques dirigidos à população local também descreviam as rotinas dos tratamentos para tuberculose. Por afirmar essa condição, tais documentos tinham grande circulação e eram difundidos em pontos comerciais, festa religiosas e demais espaços públicos. O objetivo destes almanaques era "instrumentalizar a propaganda" (ZANETTI, 2012, p. 56).

Em 12 de março de 1935, por meio do decreto nº 7007, foi criada uma estância climatérica em São José dos Campos, o que trouxe uma possibilidade ainda maior de atração de capital estatal para o planejamento urbano e modernizador da cidade. O *Boletim Médico* não deixou de noticiar esse novo estímulo. Os recursos provenientes da criação desta estância climatérica foram investidos na infraestrutura da cidade, refletindo também na construção de redes de esgoto, pavimentação de ruas e iluminação (PAPALI *et al*., 2008, p. 146).

Diversas das transformações que ocorrem na cidade na primeira metade do século XX tiveram como "intuito de deixar saudável o espaço social. Com esses propósitos, encontrava-se o motivo para afastar do centro das cidades os miseráveis e indigentes moradores [...]" (ZANETTI, 2012, p. 34). Por conta destas mesmas transformações, influenciadas pelo pensamento de uma modernização paisagística, em São José dos Campos, ainda segundo Zanetti (2012), criou-se uma propaganda segundo a qual o espaço urbano seria o vetor epidêmico sobre o qual o Estado deveria atuar fortemente em sua gestão. Isso também passou a atender as "necessidades econômicas das classes dirigentes e do desenvolvimento do capitalismo internacional" (ZANETTI, 2012, p. 31).

De acordo com Lessa (2004, p. 2), tendo como fatores a intensa migração de doentes tuberculosos para São José dos Campos e o surgimento de serviços ligados a estes, a política local concentrou investimentos em determinadas áreas da cidade. Nesse contexto, a administração pública municipal, provida também de incentivos estatais, a partir de 1940, visou a transformação da cidade em polo regional industrial. A construção das rodovias Washington Luiz e Presidente Dutra, nos anos de 1928 e 1950, respectivamente, possibilitou a ligação entre os estados de São Paulo e Rio de

Janeiro, atraindo oportunidades de instalação de indústrias na cidade, assim como facilitou o fluxo de mercadorias e matérias-primas (SOUZA e COSTA, 2010, p. 99 e 100).

De acordo com Costa *et al.* (2008), sendo influenciada pelo contínuo crescimento econômico, a mancha urbana se espalhou em direção a regiões próximas, especialmente da via Dutra. Uma delas foi a Zona Sul, que apresentou um crescimento constante e significativo entre 1973 a 1985, também sob incentivo da Lei de Zoneamento, proposta em 1980, e da adoção pelo município de uma política habitacional que entrou em vigor com o Plano Diretor de 1971.

Nas décadas de 1950 e 1960, com a instalação de órgãos militares como o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e, consequentemente, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), assim como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (SOUZA, 2008), a cidade sanitária cedeu espaço ao "processo de industrialização que passaria a comandar o desenvolvimento da cidade e do município" (PMSJC, 1994, p. 32).

A vinda de multinacionais para a cidade, como a General Motors (GM) em 1958, a Ericsson (1955), a Panasonic (1974), entre outras, assim como a instalação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer) no ano de 1969, voltada totalmente ao setor aeroespacial, e a instalação da Refinaria Henrique Lage (REVAP), em 1980, também ajudaram a impulsionar o crescente período de industrialização. Após a instalação da refinaria da Petrobrás, a região leste da cidade, por exemplo, apresentou um percentual de 16,37% de crescimento no quesito de loteamentos aprovados.

A cidade dos "bons ares" para os tuberculosos do Brasil inteiro, por sua localização estratégica entre dois polos nacionais importantes, São Paulo e Rio de Janeiro, cedeu lugar para uma nova função, que gradativamente firmou suas bases até 1970, década em que se observou um significativo crescimento do parque industrial de São José dos Campo. A chamada fase industrial estava, então, instituída (SOUZA, 2008).

No município de São José dos Campos "no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970, o número de indústrias instaladas salta de 65 a 284, respectivamente" (SOUZA e COSTA, 2010, p. 95). Este dado pode ser verificado na Tabela 1:

Tabela 1: Instalação de indústrias no município de São José dos Campos – 1940 – 2003

Ano	Número de indústrias
1940	45
1950	65
1960	72
1970	284
1975	368
1980	351
1985	454
1996	865
1997	912
1998	918
1999	967
2000	988
2001	1.075
2002	1.161
2003	1.171

Fonte: Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI) / IBGE. Censo Industrial – 1940 – 1985 / Cadastro Central de Empresas – 1985 – 2003. Elaboração: Adriane A. M. de Souza.

Concomitantemente ao crescimento industrial no município e à influência que este trouxe, houve um crescimento populacional significativo, conforme mostra a Tabela 2. Em 1950, eram 44.804 habitantes; já em 1970, eram 148.332 habitantes. As áreas urbanas, especialmente, foram as que mais cresceram após a segunda metade do século XX. Com o cenário cada vez mais intenso que percorria a cidade quando se fala de industrialização, por volta de 1980, as atividades ligadas ao setor terciário começaram cada vez mais a estarem presentes no cotidiano joseense, permanecendo o setor primário estável, enquanto o secundário passava a apresentar reduções resultantes de investimentos voltados à tecnologia (SOUZA e COSTA, 2010).

Tabela 2: Evolução da população de São José dos Campos (1940-2020)

		População	
Ano	**Total**	**Urbana**	**Rural**
1940	36.279	14.474	21.805
1950	44.804	26.600	18.204
1960	77.533	56.882	20.651
1970	148.332	132.482	15.850
1980	287.513	276.901	10.855
1991	442.370	425.515	16.855
2000	539.313	532.717	6.596
2010	629.921	615.022	14.899

2020	710.654	696.197	14.457

Fonte: Censos Demográficos – IBGE e Fundação SEADE (2020).

O período de transição sanatório–indústria demorou cerca de 50 anos para finalmente se concretizar, em 1990. A cidade, a partir de então, passou a ser reconhecida exclusivamente como industrial e se tornou a "produtora e difusora de alta tecnologia relacionada ao setor aeroespacial" (SOUZA e COSTA, 2010, p. 90). Em relação ao "apagamento" ou à descaracterização da memória sanitarista da cidade, pode-se citar a derrubada do casarão do Parque Santos Dumont, espaço do centro expandido que abrigou, de 1936 a 1966, o sanatório Ezra, fundado pela Comunidade Israelita. Em 1969, a prefeitura desapropriou a área do sanatório e a transformou no primeiro parque público de São José dos Campos, inaugurado em 1971 em homenagem o grande aviador Santos Dumont, o que marcou simbolicamente o centro expandido da cidade. Já o Parque Vicentina Aranha ainda preserva a história sanitarista da cidade, mas por meio de suas atividades artísticas e culturais, uma positiva a imagem do passado preservado. Este último é tombado como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT), pois se trata de um projeto arquitetônico creditado a Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

Território, cultura e identidade: a comunidade imaginada joseense

No caso joseense, portanto, pode-se dizer que a modernidade e a circulação cosmopolita trazidas pela indústria tecnológica são carregadas de seletividades impostas por uma elite global cujos estilos de vida, igualmente considerados "globalizados", não podem ser compartilhados universalmente. Isso faz com que tal elite global seja considerada homogênea e que, dentro de suas comunidades, uma série de normas e regras impostas por ela seja meticulosamente seguida, como ressalta Bauman (2009). De acordo com Zanetti (2008), em São José dos Campos havia uma necessidade de apagar o passado pautado na tuberculose e criar uma simbologia e representações para que uma nova identidade fosse encontrada.

Nota-se, então, a criação de um discurso fruto de uma cultura "nacional" internacionalista/globalista, que "ao produzir sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades" (HALL, 2006, p. 50 e 51). Os símbolos que circularam nos jargões joseenses foram da modernidade e do cosmopolitismo, o quais enterraram a identidade sanitarista da cidade e apagaram outros símbolos regionalista.

Em São José dos Campos, especialmente nas propagandas que passaram a circular a partir de 1980 pelos veículos de comunicação, constantemente se reforça a ideia de uma cidade inovadora, portadora de um instituto voltado a estudos aeroespaciais, considerada, desde 2012, a capital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e a melhor cidade para se morar por conta de toda a sua estrutura moderna, o que oferece ao indivíduo conforto e segurança, entre outras falas. Como citado por Hall (2006), a ideia de nação é construída fortemente pela mídia, pela literatura e pelas demais produções culturais. Entende-se que essa narrativa que se compartilha dá significado à existência do indivíduo, fazendo-o se sentir pertencente a algo e criando uma a comunidade imaginada. O que acontece na cidade é justamente a ilusão deste "ideário de comunhão", que Anderson (2008) descreve.

Essa comunidade é imaginada porque, independentemente do quão grande ou pequeno seja a extensão da nação, é impossível que seus habitantes se conheçam, se encontrem ou ouçam falar uns dos outros, mesmo que o ideário de comunhão perdure entre eles (ANDERSON, 2008).

Enquanto diversos indivíduos constroem e efetivam a nova identidade "cosmopolita" (SANTOS, 1997), qualquer outra identidade que, de alguma forma, não sustente uma ideia de desenvolvimento - ou, em outras palavras, que carregue consigo o estigma (GOFFMAN, 1963) do atraso, como acontece com as identidades tradicionais do mineiro ou do caipira, ambas vistas como inferiores -, tem negado o pertencimento à cidade, construída com base no ideal desenvolvimentista.

Como descrito anteriormente, os costumes que se fazem presentes nas identidades tradicionais são carregados de sentidos negativos na visão do indivíduo "cosmopolita" (SANTOS, 1997). Porém, Hobsbawm (1997) argumenta que, na verdade, um costume tradicional "tem dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente" (HOBSBAWN, 1997, p. 10).

Bauman (2009), em seu livro *Comunidade: a busca por uma segurança no mundo atual*, remete-se a uma ideia similar à de Anderson (2008) ao discorrer sobre o processo de modernização e à criação do que o autor denomina de "comunidades cercadas". Segundo o conceito, os indivíduos pertencentes a estas comunidades se utilizam de seus recursos financeiros com a finalidade de se cercarem de altas tecnologias, como câmeras de segurança e fechaduras eletrônicas, e em locais murados que

produzem a sensação de conforto e segurança, entre outras, para se distanciarem de intrusos. Estes intrusos:

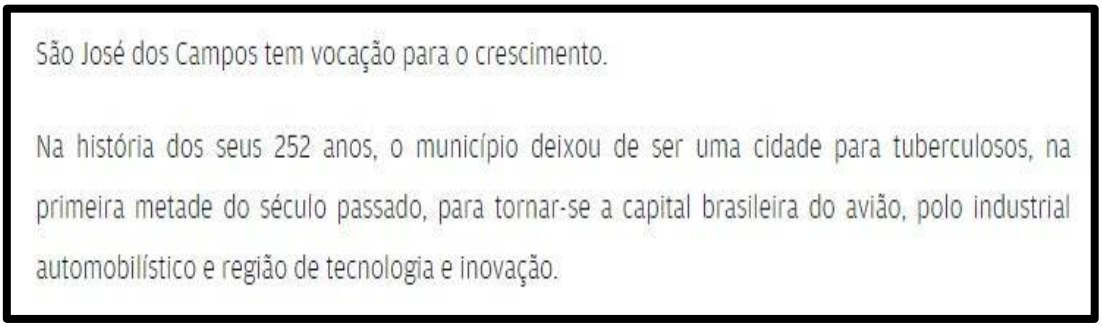
> [...] são todas as outras pessoas, culpadas de ter suas próprias agendas e viver suas vidas de modo como querem. A proximidade de outras agendas e de modos de vida alternativos solapa o conforto de "acabar rapidamente e começar do começo", e por isso os "intrusos" são objetos de ressentimento porque visíveis e embaraçosos". (BAUMAN, 2009, p. 52).

Dessa forma, os territórios são espaços de disputas de poder (RAFFESTIN, 1993), no quais os indivíduos que neles se estabelecem buscam construir suas trajetórias e narrativas de bem-estar por meio de definições morais, o que pode incluir, ainda no século XX e XXI, noções de civilização e modernidade. A identidade social ainda importa e constitui uma dimensão fundamental para os citadinos.

Os símbolos da comunidade imaginada: análise das imagens do desenvolvimento tecnológico

A partir da década de 1990, a tecnologia, então, passou a orientar o discurso sobre São José dos Campos. A Figura 1 apresenta elementos que trazem a questão da supervalorização das ideias de crescimento e de tecnologia em detrimento da cidade vinculada à tuberculose. Assim, a criação de uma comunidade imaginada assumiu relevância no discurso local. Como posto pela propaganda de aniversário de 253 anos da cidade, assumir uma vocação significa aceitar um chamado ou um destino dado.

Figura 1 – "São José tem vocação para o crescimento"


São José dos Campos tem vocação para o crescimento.

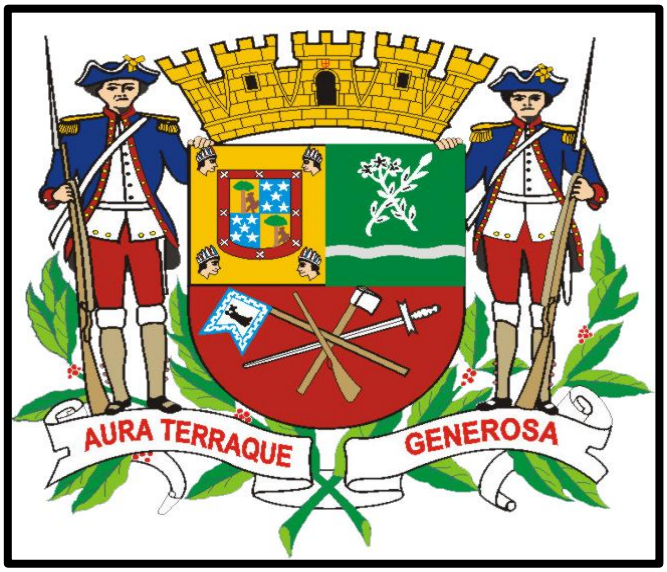
Na história dos seus 252 anos, o município deixou de ser uma cidade para tuberculosos, na primeira metade do século passado, para tornar-se a capital brasileira do avião, polo industrial automobilístico e região de tecnologia e inovação.

Fonte: O Vale, São José dos Campos, de 27 de julho de 2019.

O brasão criado em 1926 carrega consigo um lema "*Aura terraque generosa*", ou seja, "Generosos são os meus ares e minha terra", novamente demonstrando a vocação que a cidade tinha

e que, agora, poderia ser encontrada por toda a cidade em uma simbologia oficial, isto é, na forma de brasão (ZANETTI, 2012, p. 77).

Figura 2 – Brasão de São José dos Campos



Fonte: PMSJC.

De acordo com Miura (2006, p. 80 a 82), a partir da década de 1970, o poder público iniciou ações intensas de propaganda que retratassem a cidade de forma positiva para que, assim, fosse possível a atração de investimentos de setores tanto públicos como privados, e, também, a introdução de hábitos e estilos de vidas novos entre a população. O constante *marketing* se propagava via emissoras locais de rádio e instalações de *outdoors* em locais de constante passagem de pessoas. Os canais de televisão nacionais foram essenciais para a construção dessa nova identidade, que foi sendo construída e fixada cada vez mais. Porém, de acordo com o mesmo autor, o *marketing* urbano que se fazia da cidade começou a apresentar um aspecto exagerado e a criar, no morador joseense, o sentimento de orgulho por pertencer à cidade. Tal sentimento era carregado de um discurso que se apresentou, muitas vezes, de forma ufanista.

Como já foi explorado neste artigo, os símbolos que afirmavam a identidade sanatorial da cidade foram sendo substituídos por novos símbolos que remetessem à nova fase industrial e tecnológica. Tem-se como exemplo o Parque Santos Dumont, onde antes se localizava o sanatório Ezra. Agora, encontram-se réplicas de aviões e foguetes construídos por volta da década de 1971 (MACHADO, 2019, p. 122). As Figuras 3 e 4 registram alguns elementos expostos no parque.

Figura 3 – Foguetes Parque Santos Dumont

Fonte: Isabel Degen Alendes

Diferentemente de um sanatório, o avião se apresenta no século XX como uma máxima tecnológica, que rompe com a condição da imobilidade de um país, ligando-se aos fluxos internacionais de bens e capitais. Para São José dos Campos significou o desenvolvimento por meio de incentivos estatais em 1969 com a criação da Embraer e um parque industrial ligado a mesma.

Figura 4 – Avião Parque Santos Dumont

Fonte: Isabel Degen Alendes

Com o passar dos anos, cada vez mais a cidade apresentava novas construções que ainda hoje perpetuam a São José dos Campos inovadora. Tem-se como um exemplo a recente construção, realizada em 2019, do intitulado "Arco da Inovação", representado na Figura 5. A obra também é conhecida como "Ponte Estaiada", cujo intuito é o de permitir uma fluidez maior de veículos em vias sem semáforos e, teoricamente, evitar problemas relacionados ao trânsito. A ponte interliga três importantes avenidas: Jorge Zarur, São João e Cassiano Ricardo. Ela foi arquitetonicamente inspirada nas construções de outras cidades brasileiras, principalmente nas capitais.

Figura 5 – Ilustração do Arco da Inovação

Fonte: Prefeitura de São José dos Campos.

A questão a ser observada é o valor simbólico que a palavra "inovação" traz. Trata-se de uma ponte como outras construídas pelos perímetros da cidade, só que localizada em uma região em que predomina a classe média-alta.

No mesmo caminho seguem as propagandas atuais sobre a cidade, em sua grande parte veiculadas por empresas, instituições de ensino, entre outros que, constantemente, buscam elogiar e mostrar-se orgulhosos de se encontrarem em São José dos Campos. Para exemplificar tal condição, verifica-se na Figura 6 uma propaganda da empresa NIPBR.

Figura 6 – Propaganda da NIPBR sobre São José dos Campos

Fonte: NIPBR/*O Vale*, edição comemorativa 252 anos.

Com o intuito de apagar o que restara da crise econômica ocorrida nos anos iniciais de 1990, a cidade buscou atrair investimentos externos, especialmente aqueles ligados a micro e pequenas empresas. Tendo apoio de leis que efetivavam ações ligadas ao ramo empreendedor, a cidade iniciou, portanto, uma nova fase pautada em uma nova vocação, que então tornou a cidade empreendedora (MACHADO, 2019, p. 128 e 130).

Somada a esta "nova vocação empreendedora", apresentada por Machado (2019), tem-se a identidade construída com base no ideal de cidade desenvolvimentista e possuidora de um polo tecnológico que, com o decorrer dos anos, se intensificou e reforçou o sentimento de uma nova cidade. Um exemplo muito presente é a bandeira de São José dos Campos, representada na Figura 7, que carrega consigo todo um significado:

> - Blau e prata, treze listras, figura de uma roda dentada em ouro simbolizando a riqueza sempre ascendente do município;

- Faixa prata, sinuosa, representando o Rio Paraíba do Sul;
- Três estrelas simbolizando os três distritos: São José dos Campos, Eugênio de Melo e São Francisco Xavier;
- Os treze dentes da engrenagem destacam o entrosamento entre o estado e o município. (PMSJC, 2019).

Figura 7 – Bandeira de São José dos Campos

Fonte: PMSJC.

Nos anos finais da década de 1990, o empreendedorismo passou a ser o mais novo discurso da cidade, complementando o discurso anterior, pautado no desenvolvimento tecnológico. Os governos implantados após esse período constantemente reforçaram a ideia de uma São José dos Campos empreendedora, e isso foi evidenciado quando foi sancionada a primeira lei exclusivamente pautada no empreendedorismo, assim como a constante menção à tal palavra nas leis seguintes (MACHADO, 2017, p. 132).

Ainda nesse mesmo cenário empreendedor, tem-se o Parque Tecnológico de São José dos Campos, representado na Figura 8, que se localiza na Estrada Dr. Altino Bondensan, no distrito de Eugênio de Melo, inaugurado em 2009. Ainda hoje se perpetua o sentimento empreendedor que o cidadão joseense deve ter. Dentro de suas edificações, instalam-se diferentes empresas com seus respectivos empreendimentos.

Figura 8 – Parque Tecnológico de São José dos Campos

Fonte: Antonio Basílio/PMSJC.

Os símbolos da comunidade imaginada: identidades negadas ou regionalizadas

Enquanto diversos indivíduos constroem e efetivam a nova identidade "cosmopolita" (SANTOS, 1997), qualquer outra identidade que, de alguma forma, não sustente uma ideia de desenvolvimento - ou, em outras palavras, que carregue consigo o estigma (GOFFMAN, 1963) do atraso -, será colocada em um lugar de inferioridade e será negada. É o caso das identificações regionalistas relacionadas aos migrantes mineiros e ao caipira. Essas duas estruturas simbólicas não fazem parte do ideal moderno e desenvolvimentista.

De acordo com Leila de Albuquerque (1999), inspirada por Elias (1990) e Foucault (1984), a ideia de modernidade está ligada diretamente ao conceito de progresso, que carrega consigo uma série de valores, tais como "padrões de conduta ditos civilizados". Esses valores criam uma espécie de sociedade que seria desejada, mas que, ao mesmo tempo, se mostraria agressiva para com comunidades tradicionais, consideradas, na visão do moderno, contraditórias ao seu modelo de vida.

Cassio Brancaleone (2008), no mesmo caminho que Leila de Albuquerque (1999), reforça esse debate sobre a consequência do processo modernizador no cotidiano do indivíduo e sua comunidade, indicando que:

> Na passagem do modo de vida rural para o urbano, teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização desses núcleos de sociabilidade. Quanto mais se

> multiplicava a vida da cidade – ou seja, a medida que o mercado estimulava o desenvolvimento hipercefálico da urbe -, mais perdiam forças os círculos de parentesco e vizinhança como motivos de sentimentos e atividades comunitários. (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

A identidade do caipira, que paira sobre o Vale do Paraíba, é um exemplo do que fora exposto na citação apresentada acima. Antônio Candido (1975), ao trabalhar com o caipira e sua inserção na civilização urbana, retrata os processos que levam este indivíduo a se deslocar para a cidade. Inicialmente, "a vida tradicional do caipira paulista apresentava as suas soluções no plano do bairro agrícola, onde sitiante – proprietários ou posseiros – mantinham relativa estabilidade" (CANDIDO, 1975, p. 215).

A partir do processo de descolamento, isto é, o momento em que a migração rumo à civilização urbana se inicia, a vida que o indivíduo caipira carregava consigo começa a se romper aos poucos. Antes, quando junto com aqueles que carregavam os mesmos costumes e que faziam parte de sua vida no dia a dia, havia uma espécie de equilíbrio quando comparados uns com os outros. Porém, agora na vida urbana, comparando-se com outros grupos herdados de características diversas, o caipira começa a sentir desajustado (CANDIDO, 1975, p. 217).

De acordo com Candido (1975), diversos estereótipos, principalmente aqueles vinculados à ideia de atraso, são produzidos frente à imagem do caipira devido à forma como este construiu sua cultura e sociabilidade e "se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser" (CANDIDO, 1975, p. 82).

Um exemplo que Candido (1975) traz é a criação do personagem Jeca Tatu por Monteiro Lobato, em 1914, que ganhou muito destaque tanto na literatura quanto no cinema brasileiro. Constantemente, vincula-se a este personagem a ideia estereotipada de preguiça, de roupas malvestidas e rasgadas e de uma pessoa que passa seu tempo na ociosidade. Assim como Candido (1975), Mazzaropi retrata uma imagem sobre a identidade caipira. Porém:

> [...] o caipira desenhado por Mazzaropi é completamente oposto ao caipira desenhado por Antônio Candido: ele é mal-educado, maltrata sua mulher publicamente, cospe no chão, faz cara de idiota, e se faz de sonso quando é preciso tirar alguma vantagem da situação, exatamente como faria a figura consagrada do malandro urbano. Então, de certa maneira, Mazzaropi atribui a esse homem rural todas as qualidades negativas para a sociedade que começa a se urbanizar e a se industrializar. Era preciso abandonar aquele modo de ser para fazer jus ao tempo da modernização e da sociedade urbana. (TOLENTINO, 2010, p. 82).

De modo paralelo à identidade do caipira, podemos considerar outro símbolo relacionado a estereótipos, que está amplamente presente em São José dos Campos: a "mineiridade". Conforme citado na introdução, o município recebeu muitos fluxos migratórios, e aqueles que derivaram de Minas Gerais trouxeram muitos elementos para a composição da cultura local. A Zona Norte, em São José dos Campos, por exemplo, é um "espaço de mineiro", como o joseense comumente cita.

Em seu estudo, Carvalho (2011, p. 10) analisa a criação de piadas voltadas ao indivíduo mineiro, buscando mostrar os estereótipos construídos e apresentados nas piadas e que criaram uma imagem incorporada pela própria sociedade diante da identidade mineira. O autor também buscou mostrar "representações identitárias veiculadas pelas piadas, dentre os quais podemos destacar: o mineiro caipira, o mineiro esperto, o mineiro desprovido de inteligência ou estudos, o mineiro preguiçoso e o jeito próprio de falar do mineiro" (CARVALHO, 2011, p. 10).

O interessante, porém, é que mesmo que estas identidades sejam negadas por outras - como ocorre diante da identidade joseense cosmopolizada -, elas se fazem presentes em diversas regiões da cidade, mais especificamente na zona Norte, onde conseguem perpetuar os costumes trazidos da sua cidade natal. Como exemplo, tem-se a Festa do Mineiro, representada na Figura 9, que ocorre todo ano em São José dos Campos no Pavilhão Gaivota do Parque da Cidade, também localizado na zona Norte.

Figura 9 – Cartaz de divulgação da Festa do Mineiro

Fonte: Guia SJC/FCCR. (2019).

O evento, que em 2019 completou seu 18ª ano, conta com uma agenda de dois dias com programações que se iniciam no período da manhã de sábado, com uma missa de abertura, e se estendem até o início da noite. A festa traz desde comidas típicas, artesanatos e músicas tradicionais da região apresentadas pela Orquestra Paulista de Violas Caipiras, até oficinas de Luteria de Violas (PMSJC, 2019).

Assim como a cultura mineira se faz presente em São José dos Campos, também se faz a do caipira, valorizada, por exemplo, pela Orquestra Piraquara de Viola Caipira de São José dos Campos. Trata-se de um grupo musical que, durante os anos de 2014 e 2015, foi gerido pela Associação para o Fomento da Arte e Cultura (AFAC) em convênio com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo. O objetivo proposto pelo grupo musical é a valorização e divulgação da música raiz.

O caipira também está fortemente ligado à culinária típica de região. Em São José dos Campos, o bolinho caipira é bastante conhecido e apreciado pela população. Na região do Vale do Paraíba, a receita do bolinho caipira pode variar, porém, independentemente de sua composição durante o preparo, é uma das comidas mais esperadas na época de festa junina. Trata-se, assim, de uma iguaria regionalizada e representativa de um determinado gosto pela tradição.

Conclusão

Em São José dos Campos, as identidades sociais se construíram a partir de um longo processo histórico, econômico e social e, evidentemente, são modelos em disputa. O crescimento de indústrias acompanhou a urbanização e modernização capitalista de moldes globais, além de consolidar novos aspectos socioculturais, relacionados à chegada de novos elementos imagéticos e exteriores. Essa conjuntura colocou em questão as identidades locais e regionais por não parecem adequadas às visões de desenvolvimento da cidade. Por isso, se verificou a negação de determinados símbolos derivados de outro tempo histórico, tal como aqueles da fase sanatorial.

O "sentimento" de modernização, cada vez mais crescente e presente na vida dos indivíduos, fez com que a ideia de uma cidade inovadora constituísse um impulso para a criação de uma identidade cosmopolita, isto é, uma comunidade imaginada movida pela ideia da mobilidade e das trocas transnacionais, representadas por símbolos como o avião, presente na totalidade das propagandas da cidade, tanto aquelas produzidas pelo poder público quanto por outros setores de serviço e comércio. A inauguração de órgãos governamentais de vocação militar, como o CTA, ITA,

INPE, e demais institutos de pesquisas e empresas, como a Embraer, ainda na década de 1960, colaborou para a criação de uma nova identidade joseense, afastando a cidade das memórias de sua fase sanatorial, quando era conhecida como Estância Climatérica e Hidromineral e estimulava a vinda de "pacientes" a São José dos Campos à procura da cura para a tuberculose.

Diante desse cenário de transformação, este trabalho trouxe à luz as identidades regionais, sobretudo a do mineiro e a do caipira, com o intuito de mostrar como elas estão ligadas ao estereótipo do atraso e como esse estereótipo é usado para negar-lhes a participação na construção da identidade joseense, sempre voltada ao ideal da cidade moderna, inovadora e cosmopolita. Assim, São José dos Campos apresenta-se como um território em disputa atravessado por relações de poder que definem suas identidades e representações sociais. Estas disputas são evidentes na publicidade da cidade, como este trabalho tentou demonstrar.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Bastos de. **Comunidade e sociedade:** conceito e utopia. Revista Raízes. Campina Grande, nº 20, 1999, pp. 50-53.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

BRANCALEONE, Cassio. **Comunidade, sociedade e sociabilidade:** revisando Ferdinand Tönnies. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 39, nº 1, 2008.

BOLETIM MÉDICO, 1933. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1964.

CARVALHO, Leonora Guiné de Mello. Estereótipo e identidade em piadas sobre mineiro: uma perspectiva da Análise do Discurso. **Três Corações: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações**, 2011.

CARVALHO, Luciane; SILVA, Maria Goreti. **Crescimento Urbano e mercado imobiliário em São José dos Campos, entre 1950 e 1970.** Trabalho de Conclusão de Curso. São José dos Campos: Univap, 2007.

COSTA, Sandra. Maria. Fonseca. **Detecção e avaliação das mudanças na estrutura intraurbana da Cidade de São José dos Campos, SP, utilizando dados e técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento – uma análise multitemporal**. São José dos Campos, Univap, 2001. Relatório de pesquisa (Linha Regular Fapesp).

COSTA, Sandra. Maria Fonseca; Godoi de Maria, M. Crescimento Urbano e Novas Formas de Urbanização. In: Costa, Sandra M. F. da; Mello, Leonardo Freire. de. (Org.). **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. led. São José dos Campos: Intergraf, 2010, v. 1, p. 109-141.

COSTA, Sandra. Maria Fonseca.; SOUZA, Adriane Aparecida Moreira; Barroso, Nanci; NOVAES JÚNIOR, R. A. Processo de horizontalização e verticalização em São José dos Campos de 1950 a 200. In: Maria Aparecida Papali (Org.). **Histori(cidade)s** – Um olhar multidisciplinar. 1 ed. São Paulo: Anna Blume, 2008, v.1, p. 1-181.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MACHADO, Pedro Henrique Faria. **São José dos Campos e das Vocações:** uma análise do ideário empreendedor como projeto de competitividade urbana a partir da década de 1990. São Paulo: s.n, 2019.

MIURA, Veriano Takuji. **Da imagem construída à imagem percebida:** Os marcos referenciais urbanos na paisagem de São José dos Campos – SP. Planejamento Urbano e Regional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos: UNIVAP, 2006.

PAPALI, Maria Aparecida.; ZANETTI, V (coord.). **Coleção São José dos Campos:** História e Cidade. São José dos Campos: Univap, 2010.

PAPALI, Maria Aparecida, Org. **Histori(cidade)s**: um olhar multidisciplinar. São Paulo: Annablume; São José dos Campos: Univap, 2008.

PAPALI, Maria Aparecida; COSTA, S. M. F.; ZANETTI, V.; SILVA, Douglas de Almeida; CARVALHO, Luciane do Carmo Guimarães. Dinâmica Urbana da Zona Leste de São José dos Campos (SP) e a Refinaria Henrique Lage (REVAP). In: COSTA, Sandra; MELLO, Leonardo Freire de; PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria. (Org.). **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. 1 ed. São José dos Campos: Univap/Intergraf, 2010, v. 5, p. 143 – 162.

PMSJC, Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Serviço de Estatística Municipal. **Anuário estatístico da estância hidromineral e climatérica de São José dos Campos.** Apresentado ao Prefeito Sanitário, Engenheiro Francisco José Longo. São José dos Campos, 1938.

PMSJC, Prefeitura Municipal de São José dos Campos. **18ª Festa do Mineiro valoriza comida, artesanato e violeiros.** Disponível em: < https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/abril/22/18%C2%AA-festa-do-mineiro-valoriza-comida-artesanato-e-violeiros/>. Acesso em: 29 de nov. de 2019 às 21:36.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, SP: Ática, 1993.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, v. 9, n. 11, p. 89-98, 2007.

SANTOS, M J. C; FRANCHI, M. A urbanização e a construção do rural no cinema de Mazzaropi. In: **Rev. Inter. Folk**. v.1. 10. 2010.Disponível em: http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1144/821 – Acesso em: 28 nov. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova [online], 1997, n.39, pp.105-124.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de; COSTA, Wanderley Messias da. **Atividades Industriais no Interior do estado de São Paulo:** Uma análise de formação do complexo tecnológico, industrial, aeroespacial de São José dos Campos. Costa, Sandra Maria F. da; Mello Leonardo Freire de. **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. **A especialização do lugar:** São José dos Campos como centro da tecnologia aeroespacial no País. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. 2008, 191 páginas.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. O processo de verticalização na cidade de São José dos Campos. 2000. **Mestrado em Planejamento Urbano e Regional** - Instituto de pesquisa e desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos.

ZANETTI, Valéria. **Cidade e Identidade:** São José dos Campos, do peito e dos ares. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2012.

Temporalidades

Entre a *estrutura* e a *mudança*: breve discussão sobre o lugar das instituições de ciência no período imperial (1840-1880)

Between the *structure* and the *change*: brief discussion on the place occupied by the scientific institutions in the Empire of Brazil (1840-1880)

Millena Souza Farias
Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro
millena.msf@gmail.com

Recebido em: 20/10/2020
Aprovado em: 18/12/2020

Resumo: Este trabalho pretende discutir o lugar das instituições de ciência no Brasil Imperial, partindo do aporte conceitual proposto por Ilmar Mattos em *O Tempo Saquarema* e de uma abordagem antropológica embasada pela obra de Marshall Sahlins. Ainda é possível usar o conceito de *estrutura* para pensar a dinâmica das instituições científicas no período imperial? Para isso, promovemos um diálogo com a historiografia da ciência, identificando como ela apresenta as instituições científicas neste contexto, dentro da ideia de ciência nacional. Discutiremos como se estabeleceram as bases estruturais para a criação de instituições científicas de cunho nacional e como estas estavam alinhadas a um projeto político pensado e arquitetado dentro dos quadros do grupo saquarema entre as décadas de 1840 e 1860. Por fim, trataremos dos abalos que geraram a ruptura nessa estrutura e uma mudança no panorama das instituições científicas a partir da década de 1870.

Palavras-chave: Instituições científicas; estrutura saquarema; Brasil imperial.

Abstract: This paper wants to discuss "the place" occupied by the scientific institutions in the Empire of Brazil. The start point is the conceptual apparatus proposed by Ilmar Mattos and Marshall Sahlins, respectively a historian and an anthropologist. They both use the concept of *structure* to determine a certain period of a historical process and the dynamics of social relations. Is this concept still useful to understand the process of creating scientific institutions in the 19th Century, in the Empire of Brazil? For this, we are going to make an approach closer to the historiography of science looking forward to how the authors are presenting the scientific institution in this context. The critical point is to present how the structural basis of this institutions were related to the political project of the saquaremas and aligned with their ideal of national science. In conclusion, we want to pay attention to how this structure breaks out in the decade of 1870, and how this rupture affects the scientific institutions.

Palabras clave/Keywords: scientific institutions; saquarema structure; Empire of Brazil

Introdução: aproximando abordagens da História e da Antropologia para compreender o Império brasileiro no século XIX

Escrever sobre problemáticas históricas com "dois olhos no presente e um olho no passado" (CHALHOUB, 1998, p. 12) é um exercício pertinente ao ofício do historiador. Na busca por novos horizontes interpretativos, os historiadores têm lançado mão de novas abordagens teóricas e metodológicas. Um diálogo mais estreito com a Sociologia e a Antropologia também tem permitido analisar a complexificação dos grupos sociais e de suas instituições nos mais diversos ramos da historiografia.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, nos oferece em *Os fios e os rastros* (2007) um caminho para pensar na construção de uma narrativa histórica que evidencie a singularidade do trabalho do historiador na atualidade. Os historiadores, segundo ele, devem ter grande sensibilidade na produção de suas "narrações históricas", interpretando com cuidado os rastros deixados por suas personagens a fim de *tecer os fios* que compõem o complexo e emaranhado tecido social (GINZBURG, 2007, 8). Seus trabalhos são muitas vezes referenciados pelo diálogo interdisciplinar e, principalmente, por sua aproximação com a Antropologia. Ele realiza suas interpretações em diferentes escalas, aproximando ou distanciando o foco sobre seus objetos históricos a fim de melhor compreendê-los e este livro, exemplifica o *lugar* que a narrativa histórica ocupou em seus trabalhos. O percurso percorrido por Ginzburg em seus quinze ensaios sobre o lugar da produção historiográfica, nos serviu de inspiração para avaliar (ao menos pretensamente) o *lugar das instituições científicas* nos quadros historiografia sobre a política imperial brasileira.

Para este exercício de reflexão, pretendemos realizar a discussão em duas instâncias. Em primeiro lugar, optamos por utilizar o trabalho de Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema* (1987), o qual demarca fundamentalmente um quadro interpretativo (teórico-metodológico) para pensarmos a construção do Império do Brasil, bem como de suas instituições de ciência. Mattos apresenta aquilo que ficou conhecido como 'estrutura do tempo saquarema' — balizada, embora não rigidamente, entre as décadas de 1840 a 1860. Utilizaremos também trabalhos posteriores do autor e de seus comentadores (MATTOS, 2018; ALONSO, 2014).

A estrutura saquarema foi erigida sobre a elaboração de uma 'tradição nacional' associada primariamente às instituições criadas a partir de 1840 e que legitimaram a agenda política e cultural no Segundo Reinado (ALONSO, 2014, p. 95). Também discutiremos brevemente a crise que, por sua vez, levou à derrocada dessa estrutura.

A fim de refletir sobre esta percepção *estrutural*, dialogaremos com o trabalho *Ilhas de História* (2003) do antropólogo estadunidense Marshall Sahlins. Escrevendo também em finais da década de 1980, Sahlins alinha-se com uma abordagem estruturalista da história, baseada nas noções de *evento*, *conjuntura*, *estrutura* e *mudança* (SAHLINS, 2003). Mattos e Sahlins operacionalizam o conceito de estrutura de forma semelhante, pois ambos buscam identificar elementos que são culturalmente experienciados e mobilizados no corpo social, elencando o agenciamento e intercâmbio de categorias historicamente construídas, e destacando a institucionalização de tais elementos como agenda das elites políticas.

Sahlins define que, do ponto de vista da antropologia, a estrutura que dá forma a uma determinada sociedade é composta por um sistema de relações simbólicas de ordem cultural e que somente é possível compreendê-la na perspectiva diacrônica. Partindo então da noção de 'processo histórico', identifica que estas relações extrapolam o âmbito do simbólico, visto que a sociedade é composta por elementos essencialmente dinâmicos e mutáveis. Para este autor, é pela perspectiva relacional e pela constante negociação que se evidenciam os interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros (SAHLINS, 2003, 18).

Embora Mattos não tenha utilizado diretamente o trabalho de Sahlins, pretendemos aqui relacioná-los trazendo suas categorias analíticas para o período imperial: o interesse de um grupo — os saquaremas — é materializado em um conjunto de ações e direcionamentos que imprimem na sociedade um certo grau de coerência histórica de modo a viabilizar a ação governativa de uma classe senhorial de base escravista e *estruturada* por um conjunto de instituições políticas, econômicas, sociais e, sobretudo, científicas, as quais tinham papel-chave na legitimação do *status quo* de cada camada do tecido social (MATTOS, 2018) .

Intenta-se, por conseguinte, não somente trazer à tona estas visões sobre o panorama de construção política do Estado imperial, mas também evidenciar algumas discussões atuais da História da Ciência, a fim de refletir sobre o modo como o aparato institucional científico foi edificado e

mobilizado para atender à agenda saquarema. Compreendemos que o espaço deste trabalho é limitado para discutir de modo mais pormenorizado os meio como as instituições operam classificações e contribuem para moldar percepções na coletividade. É preciso ter em vista o fato que as instituições "fixam processos que são essencialmente dinâmicos" e "ocultam [de certo modo] a influência que eles exercem", canalizando nossas percepções para formulações relativamente padronizadas (DOUGLAS, 1998, 109). É com este olhar, que pretendemos realizar uma breve análise sobre o lugar ocupado pelas instituições de ciência nesse contexto.

Estrutura, evento e mudança: do 7 de abril de 1831 a um Império em construção

O período imperial apresenta uma série de continuidades e rupturas, não sendo possível delimitá-las por um recorte fixo, mas sim por um processo histórico que muitas vezes sobrepõe um conjunto de eventos e ações de grupos sociais em constante disputa. No entanto, esse processo histórico é entrecortado por conjunturas, como por exemplo, as provocadas pela abdicação, pelo convulsionado Período Regencial e, posteriormente, pela declaração da Maioridade.[1] Para Ilmar Mattos, é a partir de 7 de abril de 1801 que se pode observar uma profunda transformação de ordem política e cultural, a qual teria efeitos que abalariam o Império pelas próximas duas décadas (MATTOS, 2018, p. 16). O Império criado em 1822 poderia ser definido como heterogêneo e anômalo se comparado aos demais processos de independência que ocorreram na América nesta mesma década.

Dialogando com as categorias de Sahlins, podemos propor a interpretação do 7 de abril como um *evento* que demarca o início de processo de mudança na *estrutura* que caracterizava o Império até então. De que forma se delinearia a estrutura do cenário brasileiro até 1831? É possível nomeá-la de "tradição colonial", herdeira da Monarquia portuguesa sob os moldes de uma sociedade de Antigo Regime (ALONSO, 2014, p. 98). A tradição aqui corresponderia não só às "visões de mundo", mas, sobretudo, sobre os "sistemas de classificação" que se impõem ao conjunto da sociedade (MATTOS, 1987, p.112).

[1] O resultado destas disputas teria levado à emergência de uma classe senhorial, a qual, na década de 1840, passou a ser associada a um projeto político conservador tomando a frente do processo de "construção do Estado imperial". Tal projeto, visava conferir estabilidade ao cenário político social após o convulsionado período que se compreende da proclamação da independência ao final do período Regencial. Podemos elencar por alto a Guerra Cisplatina, a Confederação do Equador, as insurreições do período regencial, a Guerra do Paraguai, entre outros eventos de caráter local e que também tiveram repercussões nos direcionamentos da direção saquarema.

Na linha da interpretação de Mattos, Angela Alonso, ressalta que a larga experiência do período colonial e o advento da transmigração da corte para o Brasil permitiram a instalação de uma mentalidade muito mais ligada à metrópole europeia do que apartada desta:

> "O problema era espinhosos: tratava-se de construir uma definição da identidade nacional compatível com as instituições políticas. Na forja da nacionalidade deveria entrar a marca da civilização europeia da qual a nação nova desejava fazer parte; daí a construção da imagem de um bom colonizador português". (ALONSO, 2014, p. 98).

Em *O Gigante e o Espelho* (2018) — uma atualização das ideias apresentadas em *O Tempo Saquarema* —, Mattos, sistematiza o que chamamos aqui de 'tradição colonial'. Ela caracteriza-se por três bases tradicionais, a saber: a) "a lógica do poder territorialista" — herdada do longo processo de expansão colonial —, b) "a relação entre soberano e povo, por meio das câmaras municipais" — sistema simbólico de reprodução a nível local das relações altamente hierarquizadas e ritualísticas do Antigo Regime —, e, por fim, c) o "monopólio da aplicação da justiça" — pela concentração desta nas mãos do soberano (MATTOS, 2018, p. 21).

Além disso, associada à questão territorialista, encontra-se, por sua vez, a base econômica escravidão/latifúndio/monocultura. Embora esse sistema econômico tenha sido herdado do período colonial, foi somente durante o governo saquarema que a escravidão se tornou legal e politicamente, a base e sustentáculo da ordem imperial. A existência do sistema escravista influía principalmente sobre os sistemas de classificação social em vigência. Conforme destacou Mattos, "são essas representações que acabam por dirigir a conduta social, porque é através delas que cada indivíduo ou grupo social toma consciência de sua relação com os demais e com o próprio mundo" (MATTOS, 1987, p. 112). Cabe lembrar que o Antigo Regime, de caráter estamental e ordenado por hierarquias pouco flexíveis, tinha a sua legitimidade construída sobre a escolha divina do soberano (NOVAIS, 1979). Ou seja, havia um entrelaçamento dessas instâncias, no qual a ordem cultural era, antes de tudo, determinada previamente pela reprodução da ordem divina.

No entanto, considerando o processo iniciado com o 7 de Abril, ocorre uma certa mudança no cenário e a 'tradição colonial' é suplantada por um projeto que virá estabelecer a 'tradição nacional' (ALONSO, 2014, p. 93). De acordo com Angela Alonso, a facção saquarema promoveu

um projeto político para o Segundo Reinado sustentado por três elementos estruturantes: a) uma percepção de liberalismo definida como **"**liberalismo estamental", de lógica patriarcal com base na propriedade privada (terras e escravos); b) pelo "catolicismo hierárquico", de forma diferente da colonial, pois aqui ele passa a ser utilizado para legitimar a ordem social e política pela utilização das paróquias como palco do 'teatro das eleições' — tomando aqui uma metáfora de Richard Graham (1997) —; e, c) pelo "indianismo romântico", tão bem expressado na literatura do período e na produção de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (ALONSO, 2014, p. 95). A autora identifica a partir do projeto da direção saquarema, as classificações e dinâmicas advindas desses elementos estruturantes passaram a ser operacionalizadas em função do atributo nacional. Mas esta transição de projetos político-sociais foi gradual e conturbada.

Fato é que a congregação desses elementos expressava a imagem de um projeto que desejava esquadrinhar os contornos de uma identidade nacional brasileira (MATTOS, 2018, p, 24). Mas isso implicava em redesenhar a estrutura. Essa ideia de *estrutura* evidenciada no trabalho de Mattos é representada, portanto, por um conjunto de elementos em disputa: categorias, visões de mundo, lugares sociais, narrativas e instituições. Para a insurgência da "tradição nacional" era preciso redefinir as categorias sociais internas, mas também se apropriar de elementos externos. Mattos realizou duas considerações acerca dessas apropriações.

A primeira é a sobre as causas que caracterizam o 7 de abril como ponto de inflexão; *evento* chave para a história do Império do Brasil. Ao analisar a reorganização do calendário imperial e suas repercussões, Mattos insere esse *evento* — fato culturalmente experienciado — numa *conjuntura* mais ampla: "as profundas mudanças propiciadas pela "Era das Revoluções" e pela "Era da Abolição" (MATTOS, 2018, p. 22). Com a abdicação e a quebra definitiva da manutenção da linha sucessória com a Monarquia portuguesa, emergiam na cena a figura de um imperador *brasileiro* — que embora criança, adquiria mais legitimidade que seu pai — e um território *nacional* — pois era visto não mais por suas regionalidades provinciais, mas em sua totalidade, enquanto 'Império do Brasil'. (MATTOS, 2018, p. 22)

O termo *brasileiro* ganhava espaço enquanto categoria elementar para a determinação da nacionalidade. Conforme ressalta Mattos, deixavam de ser "portugueses americanos" e "deveriam, porém, sentir, pensar e agir como brasileiros, acima de tudo" (MATTOS, 2018, p. 25). Do mesmo

modo, a noção de território nacional passa a ser colocada como critério elementar para a determinação de uma unidade de pertencimento, isto é, o local de nascimento e o patronímico a ele associado "deslocava-se para outro espaço, incomensuravelmente mais amplo e imaginado, a nação" (MATTOS, 2018, p. 25). Ocorria o que Sahlins chama de "reavaliação funcional de categorias" (SAHLINS, 2003, p. 20). Assim, "enquanto a categoria dada é reavaliada no curso da referência histórica [conjuntura], as relações entre as categorias também mudam: a estrutura é transformada" (SAHLINS, 2003, p. 174).

Sahlins, por exemplo, ao estudar a sociedade que habitava as Polinésia, estabeleceu que o "amor" era um atributo, além de um instrumento social que determinava o controle do direito à terra e ao status, fosse através de relações sexuais e fosse através de conexões de parentesco (SAHLINS, 2003, p. 30). As diferentes instâncias da sociedade eram organizadas por um sistema de classificação que determinaria quem pertencia ao povo e quem era estrangeiro ou externo àquela sociedade.

A segunda consideração realizada por Ilmar Mattos é sobre a reorganização do sistema simbólico de ordenamento social por meio de atributos. Neste sentido, quais elementos comporiam a estrutura do tempo saquarema? Três atributos são elencados em seu trabalho, são eles: *liberdade*, *propriedade* e *nacionalidade* (MATTOS, 2018, p. 26). Esses atributos fornecem os critérios de determinação das três categorias que definiriam lugares sociais e institucionais: o *mundo do governo* ou *da boa sociedade* — restrito à atuação da *classe senhorial*, a qual concentra os atributos de liberdade, nacionalidade e propriedade) —, o *mundo da desordem* — composto pelo que se entendia enquanto "povo mais ou menos miúdo" e que possui os atributos de liberdade e nacionalidade, sendo-lhe vedado o acesso à propriedade — e, por último, o *mundo do trabalho* — restrito os escravos, que representariam a ausência total de atributos (MATTOS, 2018, p. 26). Esses três mundos unidos dão corpo à ordem imperial, construída, segundo o autor, após uma sequência de ações políticas que caracterizaram o chamado 'Regresso conservador' ao final da década de 1830.

Compreendemos os atributos apresentados por Mattos em correspondência ao atributo "amor", utilizado como exemplo por Sahlins. Liberdade, propriedade e nacionalidade determinavam o quadro geral das lógicas sociais do período. O que determinava o lugar dos indivíduos nos "mundos" eram os atributos, e partir disso se delineavam o *status quo* e a esfera em que ele estava situado dentro da ordem imperial. A legislação do período indica o forte interesse da classe senhorial

em criar o maior número de critérios e obstáculos para evitar a mobilidade entre esses mundos. Como imprimir estas categorias tão a fundo na sociedade para que elas fossem efetivas e determinantes das esferas sociais? Através de quais meios e instrumentos?

O lugar das instituições de ciência na edificação do projeto saquarema

Antes de adentrar na discussão deste tópico, gostaria de retomar aqui o que foi rapidamente exposto no último parágrafo da introdução. Lá, expusemos que as instituições fixam (ou ao menos intentam fixar) processos que são essencialmente dinâmicos, repletos de tensões, negociações, conflitos, entre outras coisas. Mary Douglas nos recorda da necessidade de corporificar as instituições, aproximando-as da dimensão social e distanciando-as daquele lugar etéreo que elas ocupam no imaginário coletivo (DOUGLAS, 1998, p. 147).

Ao mover nossa lente para a sociedade imperial, discutimos brevemente o modo como Ilmar Mattos desenha os princípios, as bases e os atributos da estrutura saquarema. Para que esta se sustentasse e reproduzisse, havia a necessidade latente de que o Estado imperial — independente e em construção — criasse instituições que se aproximassem mais de sua realidade local, de sua "nacionalidade". A identidade brasileira emergente deveria estrategicamente se distanciar do espectro da passagem do Antigo Regime português na América e era indispensável uma capilarização e enraizamento dessa nova identidade pelas demais províncias. E cabe ressaltar que a classe senhorial considerava necessário concentrar o fluxo de sua produção no Rio de Janeiro, cidade que já centralizava grande parte das sedes de instituições políticas de maior espectro.

Embora o foco de Mattos recaia sobre estas instituições políticas, podemos aproximá-lo da dimensão das instituições científicas. Consideramos que a mesma estratégia de capilarização e enraizamento foi aplicada e que elas fazem parte dos elementos que marcam a mudança estrutural entre o Primeiro e Segundo reinados. Esse processo de estabelecimento de novas bases teria se estendido até a década de 1860, quando a Guerra do Paraguai, um novo evento-chave, desencadeou o processo de fragmentação da *estrutura saquarema.*

Entre o final da década de 1830 e a de 1860, delineou-se um novo quadro de instituições científicas acompanhado de um recorte primariamente voltado para o atributo da *nacionalidade*. Isto não é novidade e tal assunto já foi objeto de vários estudos da historiografia da ciência a partir da década de 1980.

A história institucional da ciência, por sua vez, passou por uma renovação: das narrativas que exaltavam os modelos eurocêntricos difusionista[2] e universalista da ciência (AZEVEDO, 1955), para narrativas que se voltam para o âmbito local, valorizando elementos e sujeitos históricos em suas particularidades. Como bem destacou o historiador mexicano Juan José Saldaña, as narrativas elaboradas entre as décadas de 1930 e 1960 foram marcadas por um profundo "mimetismo metodológico do qual derivava um eurocentrismo incômodo" (SALDAÑA, 2000, p.15). Para ele, "esses projetos concebiam a ciência como um fator de desenvolvimento" (SALDAÑA, 2000, p.15).

É com a renovação historiográfica desencadeada em finais dos anos 1970 que surgiram trabalhos que buscaram analisar a importância das instituições de ciência criadas ao longo do período imperial brasileiro sob novas lentes. As críticas foram realizadas em diversas frentes e todas elas combatiam o caráter essencialista das análises anteriores. Neste passo, historiadores brasileiros se engajaram na produção de teses, livros autorais e coletâneas que discutissem a cultura científica, as instituições, as comunidades, os estabelecimentos e práticas de ensino, as correntes de pensamento e os espaços de ciência fora do corpo institucional oficial do Estado imperial (FERRI e MOTOYAMA, 1979; FIGUEIRÔA, 1997; 1998; 2000; HEIZER e VIDEIRA, 2001; EDLER, 2003; ANDRADE, 2003; DANTES, 2001, MARINHO, 2008; BEDIAGA, 2014)[3].

Um exemplo disso é a coletânea *Espaços de ciência no Brasil: 1800 – 1930* (2001), organizada pela historiadora Maria Amélia Dantes. Os textos são originários de um congresso realizado em novembro de 2000. O livro propõe um exercício de "congregar historiadores e historiadores da ciência em uma reflexão sobre a presença das ciências no período imperial" (DANTES, 2001, p.226). O livro reúne artigos de referências da historiografia imperial, como Manuel Salgado, Flávio Edler e Lúcia Maria Paschoal Guimarães bem como; referências da historiografia das ciências no Brasil,

[2] Ao leitor menos entrosado com a História da Ciência, cabe a explicação sobre os chamados "modelo difusionista" e "universalista". O modelo difusionista define a produção de conhecimento científico pautada na bipolarização e hierarquização entre centro/periferia. Um dos expoentes deste modelo, George Basalla, propunha, em 1967, que a Europa concentrava centros de produção de teorias científicas que seriam "difundidas" (spread) por suas instituições durante o período de expansão colonial às demais regiões sob sua influência (periferias). Em uma segunda etapa, as teorias científicas eram apropriadas por cada periferia, adaptando-os às características e demandas locais. Haveria então, um 'transplante' das instituições. Após essa fase de adaptação emergiria, então, a chamada 'ciência colonial'; vista obrigatoriamente como tributária de um modo de fazer ciência notadamente europeu. Tal modelo de três estágios serviu de referência para inúmeros trabalhos no campo da história da ciência, sendo também muito criticado por carregar uma lógica colonialista e imperialista.

[3] Elencamos aqui apenas alguns trabalhos que marcaram espaço por suas contribuições teórico-metodológicas. Seria impossível indicar todos os que foram produzidos na última década, dada a profusão de teses, dissertações e artigos que foram publicados neste período.

como Lorelai Kury, Antônio Augusto Passos Videira, Silvia Figueirôa, Luiz Otávio Ferreira, Heloisa Bertol Domingues, Maria Margareth Lopes, entre outros.

Dantes traça um diagnóstico: existe "um aparente paradoxo, que corresponde, na verdade, a uma visão de ciência e de História da Ciência" (DANTES, 2001, p. 228). Tal paradoxo se dá sobre a concepção de ciência que se consolidou no período pós Segunda Guerra Mundial, a qual vinculava ciência e tecnologia ao desenvolvimento econômico. Como aponta a autora, a própria concepção de ciência se modifica na décadas posteriores e, com isso, as teses que defendiam um modelo de ciência e de produção de conhecimento passam a ser criticados sob um novo prisma: "a ciência como prática social contextualizada que se universaliza em um processo de transformações e adaptações" (DANTES: 2001, p. 230).

Deste modo, a partir da ampliação do próprio conceito de "história institucional", foi possível a realização de estudos com novos olhares sobre instituições imperiais, como escolas de engenharia, faculdades de medicina, comissões geográficas e geológicas, as estradas de ferro, entre outras.

Apresentemos, então, as instituições de ciência edificadas no período imperial, sem perder de vista as categorias e os elementos estruturantes apresentados nos tópicos anteriores. Herdadas do processo de transmigração da côrte, temos o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) (1818), o Museu Real (posteriormente chamado de Museu Nacional) (1818), e a Academia Militar da Côrte (união da academia Militar e de Guardas-Marinha, em 1832). Na década de 1830, foram criadas a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) (1832) (EDLER, 1999), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) (1827) (DOMINGUES, 1995; 1996; 1997) e a Comissão Geológica do Império do Brasil (CGB) (1875) (FIGUEIRÔA, 1997).

Algumas destas instituições sofreram reformas em seus estatutos durante as décadas de 1850 e 1860 e outras, como a CGB e o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), foram criadas especificamente para atender ao anseio de ampliar o controle do território imperial. Ademais, buscava-se também mapear e identificar traços e potencialidades característicos desse Estado-monárquico em construção, possuidor de um território tão extenso e com características geográficas tão díspares e tão demarcadas.

Há ainda o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGB) (1838) — instituição privada, mas de forte caráter político — onde se realizavam estudos e expedições científicas em diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, a Arqueologia (FERREIRA, 2002; 2007), e, também; os Imperiais Institutos de Agricultura como um todo, do Rio de Janeiro (1860) (BEDIAGA, 2014), da Bahia (1859), de Pernambuco (1860), Sergipe (1860) e Rio Grande do Sul (1861) (ARAÚJO, 2010; 2012).

Os institutos podem ser visto como espaços em disputa. Os institutos, enquanto aparelhos de Estado, tinham função de produzir suas narrativas sob as lentes que legitimam, nada mais nada menos, do que o *status quo* da classe senhorial. Contudo, apesar de serem frequentados pela *boa sociedade* — para utilizar as categorias de Mattos — e por muitos dos indivíduos pertencem ao *mundo do governo*, eram também lugares de formação educacional e profissional de uma geração de intelectuais emergentes das classes médias.

O IHGB, fundado em 1838, ficou notoriamente conhecido pela produção de narrativas históricas alinhadas com um dos três pilares da estrutura saquarema, o indianismo romântico (ALONSO, 2014, p. 95). Os trabalhos publicados em sua revista, imbuídos de uma perspectiva científica, delineavam e reforçavam os elementos da figura indígena na composição da *nacionalidade* brasileira. Esta era, sobretudo, uma estratégia utilizada para englobar os grupos indígenas neste atributo uniformizador e, com isso, também assegurar que o território por eles ocupados era parte do território nacional (GUIMARÃES M., 1988, p. 6). Deste modo, a operacionalização do atributo *nacionalidade* deixou marcas profundas na trajetória institucional do IHGB. É em grande parte pelo engajamento dessa instituição, que a história no tempo saquarema deixa de ser "apátrida" — ou de estar associada aos antes chamados de *portugueses americanos* —, ela e se torna a história nacional. Como bem definiu Angela Alonso, "tratava-se de construir uma definição da identidade nacional compatível com as instituições políticas" (ALONSO, 2014, p. 95).

Inseridos nas discussões sobre o rumo das ciências na segunda metade do século XIX, os saquaremas buscaram meios de dinamizar e diversificar a economia brasileira, tão dependente do comércio de grosso trato e da produção de matérias primas para a exportação (mormente café, açúcar, tabaco e algodão). Para Mattos, as instituições do período estavam imbuídas "de uma

concepção utilitarista da cultura e das artes, assim como de crença na função da ciência a serviço do progresso" (MATTOS, 2018, p. 29).

É neste ponto que os Imperiais Institutos de Agricultura adquirem proeminência. Seguindo a tendência, o Estado, em parceria com as províncias, tentava realizar uma distribuição mais equilibrada, criando em menos de dois anos, cinco institutos. Há que se notar, que eles estavam subordinados à administração, em última instância, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), situado no Rio de Janeiro. Havia uma intrínseca relação entre agricultura, civilização e progresso no projeto Saquarema e seu sucesso dependia também dos trabalhos desempenhados pelos institutos.

Para Nilton Araújo, ao institucionalização da agronomia nestes espaços demarca a força política atuante dos representantes desses espaços na corte, bem como a "aglutinação e canalização de demandas das frações dominantes" a nível local (ARAÚJO, 2012, p. 9). Até 1868, os cargos de Presidente de Província e Presidente dos institutos era vinculado, ou seja, podemos considerar que a *boa sociedade*, utilizava essas instituições para reforçar sua posição diante do governo imperial. A nível local, realizavam estudos científicos e publicações sobre os resultados obtidos; publicações estas que adquiriam visibilidade nacional ao serem incorporadas aos relatórios anuais do MACOP. Afinal, "os Imperiais Institutos eram mantidos com recursos do governo, mas também de seu quadro de associados. Sua diretoria não recebia salários e não foram funcionários do governo estritamente" (ARAÚJO, 2012, p. 8).

Aqui, as relações entre a classe dominante agrária e o Estado imperial eram sustentadas pela prática de um outro pilar da estrutura saquarema, o *liberalismo estamental*. Além disso, os saquaremas estavam empenhados em reformular a relação entre agricultura e civilização. Num país de porte agrário, onde a grande lavoura de exportação regia a economia, a escravidão era indispensável a esse empreendimento. Era o *mundo do trabalho* que deveria preparar o terreno para que o *mundo do governo* promovesse a civilização. Isto é, mais uma vez essas categorias eram reforçadas por ação de uma via institucional: os institutos de agricultura.

Se retornarmos ao trabalho de Ilmar Mattos, podemos argumentar que os esforços realizados em ambas as instituições, fosse para a construção de narrativas históricas quanto para a capilarização da agronomia, alinhavam-se ao projeto de *expansão para dentro* do saquaremas (MATTOS, 2018, p.

24). Ao mesmo tempo que enfatizavam as diferenças entre as localidades, colocavam estes mesmos territórios sob as determinações daqueles que se constituíram enquanto dirigentes imperiais. É importante ressaltar que a produção destes institutos circulava e era capaz de alcançar a sociedade civil, revelando o *lugar* estratégico que tais instituições científicas ocupavam enquanto articuladoras da nova geografia imperial brasileira.

Com o devido cuidado, tentamos exemplificar aqui a escolha pelas categorias analíticas pois elas representam os *fios* com os quais buscamos compor nosso quadro teórico e nosso posicionamento historiográfico sobre as instituições de ciência no processo de complexificação da sociedade imperial. As instituições científicas que elencamos eram definidas por componentes relativamente constantes: a operação de *categorias simbólicas elementares* (SAHLINS, 2003, p. 14) como os atributos de *liberdade*, *propriedade* e *nacionalidade*, decorrentes dos elementos ditos como estruturais do projeto saquarema. A estrutura está justamente nas distinções criadas pelos atributos e nas relações constantes que decorrem delas. Por consequência, as instituições ocuparam *lugar* preponderante no processo de imaginação social e geográfica deste território, inserindo em um projeto de *expansão para dentro* que visava evidenciar uma certa estabilidade político-econômica e forçar a ideia de nação nos diferentes estrados que formavam o corpo social desse Império.

É possível identificar na agenda das instituições do período saquarema uma forte perspectiva política: a nação precisava ser *construída por* eles e *para* eles. E *eles* eram os que compunham o restrito *mundo do governo* ou a *boa sociedade*. Os saquaremas almejavam se colocar como vanguarda da *mudança*, ou seja, aqueles capazes de elaborar uma nova estrutura de funcionamento e ordenação do império a partir do 7 de abril. Situando nossa interpretação sobre o panorama científico, podemos dizer, que na disputa pela proeminência político-científica em âmbito local, algumas instituições, possuíam como função criar parâmetros a serem impressos na sociedade, tais aqueles que compunham as bases da estrutura saquarema. Ao mesmo tempo, estas instituições se inserem numa conjuntura mais ampla, onde tais parâmetros são passíveis de comparação e reformulação pelo grande intercâmbio de categorias de diferentes ordens.

A emergência de novas categorias e a crise da estrutura saquarema

As décadas de 1870 e 1880 compõem um período efervescente, onde há uma grande aceleração na circulação de novas categorias; resultado imediato de uma *conjuntura* histórica que,

adiante, desencadeará uma intensa reformulação da geopolítica internacional. É neste mesmo recorte que há uma guinada no que concerne ao papel das instituições científicas no Império do Brasil, interferindo na produção de novos rótulos e classificações.

Acima apresentamos como a "tradição nacional" característica do Segundo Reinado — e, consequentemente, dos dirigentes saquaremas — diferenciava-se da "tradição colonial" vigente durante o Primeiro Reinado e parte do período Regencial. Apresentamos igualmente os elementos e categorias que as caracterizavam e que, de certa maneira, foram operacionalizados pelas instituições científicas em cada momento. Neste terceiro tópico (como precisamos nos ater ao recorte teórico-metodológico), vamos introduzir o que podemos chamar de uma terceira tradição: a "tradição reformista"; a qual pode ser atribuída aos expoentes dos movimentos sociais republicano e abolicionista. Podemos datá-la entre 1870-1889.

Aqui, um novo *evento* alavancará a mudança na estrutura: a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ele determinará a formação de uma conjuntura interna de tensões e disputas, somando-se às repercussões dos conflitos internacionais que desencadearam a abolição da escravatura nos Estados Unidos (1863) e em Cuba (1868).[4] No despertar da década de 1870, o Brasil figurava como o último Estado escravista. De todos os lados surgiam contestações.

No panorama externo, a Inglaterra pressionava o Brasil desde a década de 1850. A historiografia determina que é na década de 1850 com a determinação do fim do tráfico negreiro atlântico, que se inicia uma reviravolta nas percepções sobre o *status quo* da *classe senhorial*. Tendo como ponto de partida o fato que a escravidão era a instituição chave para definição dos demais lugares sociais, esta *classe senhorial* se empenhou em evitar que seu poder e seus projetos se fragmentassem de imediato. Se Sahlins defende que "toda tentativa consciente de impedir a mudança ou mesmo de adaptá-la traz consigo outras mudanças", podemos tomar essa assertiva como guia para compreender as mudanças empreendidas no âmbito das instituições imperiais com base neste movimento denominado de 'Reformismo'.

A crise estrutural é evidenciada quando as relações sociais começam a mudar seus signos ou a ressignificar através de novos arranjos e categorias (SAHLINS, 2003, p.143). Assim, no panorama

[4] Um estudo detalhado sobre a presença da escravidão nos três últimos Estados escravistas é a tese de doutoramento de Tâmis Parron, **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2015.

interno, começa a surgir uma geração que dará origem aos grupos contestadores da *estrutura* construída pelos saquaremas. A chamada Geração de 1870 representa um conjunto de movimentos que exercerá pressão contra essa estrutura, até a sua *mudança*. Isso afetou não só os valores da sociedade imperial, mas também teve impacto em suas instituições.

Cabe atentar aqui aos preceitos agenciados pelos novos grupos sociais emergentes neste período: *progresso*, *civilização* e *modernidade*. Este período é permeado por um intenso debate entre positivistas e cientificistas, debates esses sobre liberalismo, evolucionismo e outros ideais emergentes das teorias da época. Segundo Angela Alonso, os reformistas estavam envolvidos por uma certa noção de (r)*evolução* social, a qual irromperia a década de 1880 determinando que: a) escravidão era "incompatível" com a noção de civilização (ALONSO, 2014, p. 103); b) a monarquia era "arcaica e obsoleta" (ALONSO, 2014, p. 105) e, por fim, c) que os processos de secularização (ALONSO, 2014, p. 109) e modernização (ALONSO, 2014, p. 111) eram inevitáveis. Ou seja, era uma contestação direta aos pilares que sustentavam a estrutura saquarema e, por conseguinte, a monarquia.

A partir dos ideais de civilização, progresso e modernidade os grupos contestadores passam a colocar em xeque esta ordem culturalmente estabelecida e pretensamente estável. A década em que floresceu o reformismo, foi marcada pela cisão no seio do partido conservador. O reformismo dessa geração, surgiu dentro de um cenário propiciado pela crise no Partido Conservador, devido à uma forte pressão de uma de suas alas em favor da modernização da economia e do sistema político-teológico adotado no Brasil:

> O confronto entre essas facções explicitou-se na virada da década de 1860 para a de 1870, quando os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os "emperrados", iniciando uma reforma modernizadora. A consequência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre as facções da elite que mantinha o *status quo* imperial. Parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano". (ALONSO, 2014, p. 89)

Na medida em que nosso quadro teórico dá maior enfoque à intrínseca relação entre as instituições científicas e os projetos políticos, podemos, portanto, relacioná-lo às categorias vigentes desses dois últimos momentos do panorama imperial. As instituições científicas ocupavam-se de reforçar o virtual monopólio da propriedade, do status e da estrutura político-social como instrumentos políticos. De um lado, contribuíam para a emergência de novas categorias, mas de outro, estavam intrinsecamente ligadas a um processo de consolidação das redes de influência locais. É possível inferir que, através dessas tensões e dinâmicas político-científicas, se realizam transformações na estrutura, as quais são igualmente transpostas para o âmbito da sociedade civil.

Se retomarmos como exemplo o IHGB, é possível afirmar que embora houvesse ali uma forte presença de políticos e intelectuais dos círculos mais próximos do Imperador (GUIMARÃES, L., 1995), a partir da década de 1870, se tornou igualmente *lugar* de intensas disputas sobre concepções narrativas e elementos que compunham o passado histórico brasileiro (GUIMARÃES, M., 1988; FERREIRA, 2007).

Aventar a possibilidade de inserção dessa nova geração no meio político, trouxe à tona também os "tabus" (SAHLINS, 2003, p. 178) do império, como o sistema monárquico, a escravidão como instituição base desse sistema e o papel do catolicismo como legitimadores desse estado. Para o tema da escravidão, evocou-se a pauta abolicionista. Intelectuais negros como Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio membros desses grupos antes marginalizados, uniram-se em prol de um movimento reformista do sistema político e social brasileiro. Alonso define que estes grupos orbitavam ao redor da corte como círculos concêntricos (conceito proposto por Ilmar Mattos), os quais não deveriam se interconectar a fim de garantir a permanência da tradição construída sob a direção saquarema" (ALONSO, 2014, p. 92). Uma tradição que, como já vimos, era, antes de tudo, excludente.

Foi neste quadro que se abriu a possibilidade de reformulação das categorias elementares. Tais grupos estavam situados em uma "*estrutura de oportunidades* políticas favoráveis" (ALONSO, 2014, p. 92) a nível nacional, bem como inseridos em um contexto de movimentos políticos-intelectuais liberais e revolucionários; como a Comuna de Paris (1864), a abolição da escravidão nos EUA após o fim da Guerra de Secessão, entre outros acontecimentos. Neste diapasão, as estruturas

básicas do tempo saquarema, ou melhor, da "tradição nacional", foram colocadas em xeque pela Geração de 1870 como contrapontos à marcha da civilização ocidental.

O reformismo ganhou dimensão nos debates públicos, introjetando-se também nas instituições de ciência, mesmo naquelas que permaneciam ligadas direta ou indiretamente à coroa. A coroa tentava administrar as fissuras que começavam a aparecer nesse sistema, isto é, buscava assegurar a reprodução da ordem imperial a partir da ressignificação das categorias. Num primeiro momento, promovendo reformas administrativas no corpo político e no sistema legislativo que regia a escravidão, como a Lei do Ventre livre (1871). Depois, com reformas nas instituições de ciência de maior projeção, como o Museu Nacional — grande promotor da imagem do Império com suas exposições — e o Imperial Observatório — instituição que desde a década de 1860 representava o Brasil nas Exposições Universais —, ambas as reformas, realizadas no início da década de 1870. Posteriormente, o governo atuou criando novas instituições de caráter oficial a fim de ampliar os espaços nos quais os estratos intermediários da sociedade poderiam ter acesso, como a Escola de Minas de Ouro Preto (1875) e a Imperial Estação Agronômica (1887) (DANTES, 2001, p.18). Mas esse aparato institucional não poderia continuar a sustentar os projetos e interesses edificados durante o tempo saquarema.

Na década de 1880 as fissuras se tornam cada vez mais evidentes. A ciência deveria estar, antes do mais, a serviço do progresso e este era incompatível a manutenção da escravidão e de outras instituições como a própria Monarquia. Caíam por terra os atributos de *liberdade* e *propriedade*. Caía com eles o sistema de divisão de mundos — governo, desordem e trabalho. A partir de 1889, com a queda da Monarquia e a abolição da escravidão esta sociedade passaria por um processo de reformulação de sua *estrutura*, uma *mudança* profunda e radical.

Considerações finais

Os trabalhos de Mattos (1987; 2018), Alonso (2014) e Sahlins (2003) forneceram um importante arcabouço conceitual para pensarmos nas categorias emergentes e em disputa nesta sociedade. Decerto, nossa interpretação buscou demonstrar a forte relação entre o universo da política e a institucionalização das práticas científicas no período. Era principalmente em espaços político/científicos que se definiam os paradigmas do passado e os projetos para o futuro da nação. Como nos lembra Sahlins, "é somente pela diacronia interna da estrutura que podemos compreender

a ambiguidade de tais formas lógicas como a síntese (das categorias) ou a determinação contextual de valores como uma determinada valorização de contextos" (SAHLINS, 2003, p. 132).

A fim de concluir nosso debate historiográfico, ressaltamos o fato de que, tanto para Ilmar Mattos quanto para Angela Alonso a mudança na *estrutura* (ou mesmo a ruptura desta), é sem dúvida, uma resposta à aceleração da *mudança* social provocada por um evento, o qual desencadeia o desgaste das bases que a sustentam. Vimos que a contestação dessas bases pode surgir de questões de ordem política, econômica, ou mesmo científica, influenciadas por conjunturas de ordem interna ou externa. Entendemos que as tensões entre os grupos é o que delineia as dinâmicas sociais culturais.

Ao evidenciarmos que a ideia de estrutura não é estática, propomos reconhecer que ela nos oferece uma dimensão comparativa entre os diferentes momentos que compõem a trajetória do Estado imperial brasileiro. A elasticidade das tramas que estruturam o tecido social, pois elas, certamente, não eram tão rígidas. No entanto, um aparato institucional funcionou, no tempo saquarema, como aporte para imprimir as categorias sociais, políticas e culturais deste projeto.

A guinada para o que se entendia como modernidade surgiu num intenso debate entre as percepções de "novos" *versus* "velhos tempos", relativizando o lugar dos fios estruturantes da sociedade imperial. Os atributos e as categorias predeterminadas, os quais formavam as bases do poder imperial, definiam nos âmbitos simbólico e prático o conjunto da estrutura saquarema. Posteriormente, seguindo a linha interpretativa de Angela Alonso, apresentamos como o questionamento de tais categorias levou à derrocada da estrutura e, consequentemente, do Império. Podemos dizer que o movimento reformista que se propôs a reavaliar essa *estrutura* estava antes voltado para a promoção de "novos tempos" modernos e científicos no Brasil imperial, em contraposição aos "velhos e arcaicos tempos" monárquicos.

Deste modo, consideramos que no exercício analítico, principalmente no âmbito da perspectiva institucional, esta noção de *estrutura* ainda pode nos ser útil para compreender a articulação de referências históricas reforçadas por um conjunto de práticas, categorias e demais elementos simbólicos definidos por um determinado grupo dominante. Do mesmo modo, é possível depreender que pressões internas e externas são capazes de gerar "transformações na estrutura" ou, até mesmo, sua ruptura. A estrutura era regida pelas bases que compõem o âmbito da vida prática e das dinâmicas sociais do império. As categorias e atributos que a compunham eram constantemente

negociados por ações individuais e coletivas. No entanto, determinados eventos balizam as conjunturas internas que permitiram sua reformulação. Contudo, há de se ressalvar que alguns elementos da ordem imperial se entranharam de tal modo no tecido social, que ainda hoje podemos ver seus vestígios.

Ilmar escreveu que "os saquaremas tinham também os olhos no futuro" (MATTOS, 2018, p. 37). Podemos não concordar com a política saquarema, mas talvez nós historiadores também tenhamos que ter os olhos no futuro, principalmente num momento em que as nossas instituições sofrem tantos ataques.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil imperial**, Volume III: 1870-1889. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 83-118.

_____. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (Org.). **Ciência em Perspectiva**. Estudos, ensaios e debates. Volume 1. Rio de Janeiro: MAST / MCT - SBHC, 2003.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Ampliando o "Laboratório": uma releitura de O tempo saquarema via história das ciências no Império. In: (Conferência) **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder**: Sociedade Civil. NUPEHCIT. Universidade Federal de Uberlândia. 2012

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **Pioneirismo e hegemonia**: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). 2010. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2010.

AZEVEDO, Fernando de. (Org.) **As Ciências no Brasil**. 2 Vol. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

BEDIAGA, Begonha. **Marcado pela própria natureza**: o Imperial. Instituto Fluminense de. Agricultura, 1860 a 1891. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2014.

CHALHOUB, Sidney. "Prefácio". IN: MOTTA, Marcia. **Nas Fronteiras do Poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / APERJ, 1998.

DANTES, Maria Amélia M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil**: 1800 – 1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DANTES, Maria Amélia M. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. IN: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto P. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001b. p. 225-234.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. "Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império". **Resgate** – Revista Interdisciplinar de Cultura. V. 6, n. 7, p. 121-126, 1997.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A ideia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. In: **Asclepio**, Vol. XLVIII, 1996. pp. 149-162.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência um caso de política**. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. 1995. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

EDLER, Flávio Coelho. A institucionalização da medicina no Brasil imperial. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (Org.). **Ciência em Perspectiva**. Estudos, ensaios e debates. Rio de Janeiro: MAST / MCT - SBHC, 2003, v. 1, p. 41-59.

EDLER, Flávio Coelho. **A constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista**: da Climatologia à Parasitologia Médica. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, Lucio Menezes. **A Institucionalização da Arqueologia no Brasil** (1870-1917). 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2007.

FERREIRA, Lucio Menezes. **A Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2002.

FERRI, Mário; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil**, 3.vol. São Paulo: EDUSP, 1979-80.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). **Um olhar sobre o passado**: história das ciências na América Latina. Campinas, SP : Ed. da Unicamp ; São Paulo : Imprensa Oficial, 2000.

FIGUEIRÔA, Silvia. "Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XIX)". **Asclépio**, Vol. 1. L. 2., 1998. p. 108-123.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça**. A formação das ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, ano 156, número 388, jul/set 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, RJ, n. 1, 1988.

HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto P. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita Monteiro. **Ampliando o Estado Imperial**: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888. 2008. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita Monteiro. **Engenharia Imperial:** O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880). 2002. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil imperial**, Volume II: 1831-1870. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 13-51.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; [Brasília/DF]: Instituto Nacional do Livro, 1987.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução por Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SALDAÑA, Juan José. Ciência e identidade cultural: História da ciência na América Latina. FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). **Um olhar sobre o passado**: história das ciências na América Latina. Campinas, SP : Ed. da Unicamp ; São Paulo : Impr. Oficial, 2000.

SILVA, Márcia Regina Barros da. A escrita da História das ciências na América Latina e seus debates. **Revista de Historia Iberoamericana**, 2016, Vol. 9, Núm. 1. pp. 67-89.

PARRON, Tâmis, **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2015.

Temporalidades

Padrões culturais da sociedade estadunidense: observações a respeito de uma contra-análise dos conceitos estabelecidos no filme *Beleza Americana*

Cultural standards of us state society: observations about a con-analysis of the concepts established in the *American Beauty* movie

Jairo Carvalho do Nascimento
Doutor em História Social
Universidade do Estado da Bahia
jairocine.uneb@gmail.com

Diego Raian Aguiar Pinto
Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade
Universidade do Estado da Bahia
aguiardiego1403@gmail.com

Recebido em: 11/08/2020
Aprovado em: 29/10/2020

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar criticamente o filme *Beleza Americana* (1999), do diretor inglês Sam Mendes. Ele traz fortes críticas à construção dos padrões culturais de vida norte-americanos, características que aprisionam o cidadão em modelos de perfeição construídos culturalmente. Referenciado por autores como Ferro (1992), Ginzburg (1990), Foucault (1963; 2009), Woodward (2000) e Hall (2000), o artigo procura investigar os padrões de perfeição construídos nos Estados Unidos da América que são popularizados e consumidos no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Beleza Americana; Análise fílmica; Padrões de perfeição.

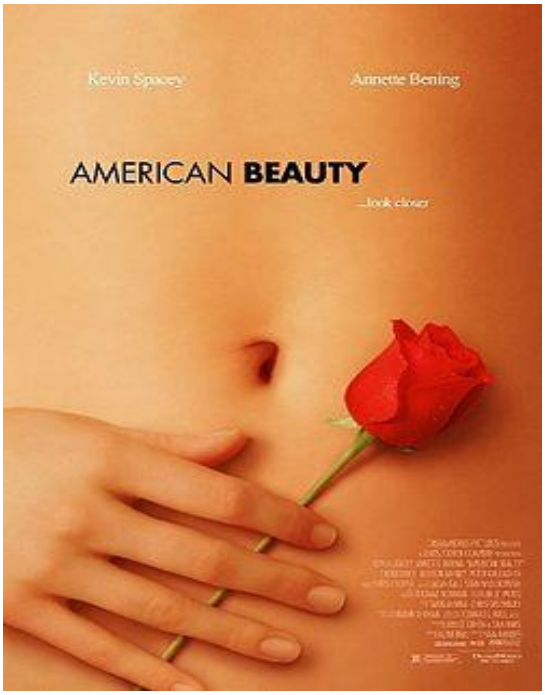
Abstract: The purpose of this article is to critically analyze the film *American Beauty* (1999), by the English director Sam Mendes. He brings strong criticism to the construction of American cultural living standards, characteristics that trap citizens in culturally constructed models of perfection. Referenced by authors such as Ferro (1992), Ginzburg (1990), Foucault (1963; 2009), Woodward (2000) and Hall (2000), the article also seeks to investigate such patterns of perfection built in the United States, which are popularized. and consumed in the contemporary world.

Keywords: American Beauty; Film analysis; Patterns of perfection.

Considerações iniciais

O presente artigo tem por objetivo analisar os padrões culturais de perfeição que são fortemente forjados nos moldes estabelecidos pela sociedade estadunidense e que, em consequência do fenômeno da globalização, são expandidos no mundo atual. A definição desses padrões é a principal temática do filme *Beleza Americana (American Beauty)*, produzido no ano de 1999, nos Estados Unidos da América, com direção de Sam Mendes.

Figura 1: Cartaz original de *Beleza Americana*



Fonte: *www.imdb.com*.

Diante disso, procuraremos mostrar a influência que os Estados Unidos da América têm sobre a definição de padrões culturais na vida de muitos cidadãos do mundo. Para tentar entender esses "padrões", o termo *American way of life* (estilo de vida americano) será tratado nessa produção e, a partir dele, procuraremos perceber o caráter ideológico que é difundido pelas mídias e pela sociedade na formação do estilo de padrão "perfeito", na qual a busca por ascensão social, por um corpo bem-acabado ou pela casa mais bonita do bairro se torna necessidade extrema do homem. O filme de Sam Mendes, por exemplo, apresenta, em cenas e diálogos, discursos que evidenciam elementos do *American way of life*. Isso é bem marcante no núcleo familiar de Lester Burnham (Kevin Spacey). Um exemplo disso, é o lema de sua esposa, Carolyn,

que reforça sempre a ideia de se forjar uma imagem positiva de sucesso, mesmo em situações de dificuldades financeiras.

O *American way of life*, já mencionado acima, é usado para definir a modo de viver que muitas pessoas levam, espelhando-se na grande potência mundial, os Estados Unidos da América. A origem desse termo se dá no forte nacionalismo que envolveu o período da Guerra Fria, na qual as potências EUA e URSS se envolveram em um debate ideológico, procurando estabelecer conceitos de melhor e mais avançada nação como referência para o restante do mundo. O reflexo desse embate de ideologias ocasionou em um estilo de vida liberal e na busca desenfreada pelo consumo, com o cidadão tentando de todas as maneiras pertencer a esse sistema que é alimentado pela circulação de dinheiro e mercadorias[1].

O *American way of life* faz parte de uma ideologia maior pautada no americanismo, na ideologia de superioridade estadunidense nos campos dos direitos individuais, no resplendor de sua democracia, no progressivismo e na "capacidade criativa do homem americano". O *American way of life* foi a versão cultural desse americanismo voltado para dominar o mundo, e o cinema foi um dos instrumentos principais para essa difusão (TOTA, 2000, p. 19-21).

Abordagens teóricas

Para adentrarmos nessa temática, primeiramente foi feita uma análise do filme *Beleza Americana*, entendido neste estudo como representante de crítica direta à cultura estadunidense, por isso adotado como *corpus* de pesquisa desta investigação. Depois, para fundamentarmos teoricamente, foi realizada uma revisão bibliográfica, com o intuito de nos aprofundarmos nas reflexões acerca do tema; para isso utilizaremos artigos e textos.

Quanto aos teóricos analisados, tiveram fundamental importância e foram base para a escrita deste artigo Marc Ferro (1992), Carlo Ginzburg (1990), Michel Foucault (1963; 2009), Kathryn Woodward (2000), Stuart Hall (2000), estes que tratam diretamente da temática proposta. Outros autores também subsidiaram de forma indireta, porém não menos importante; são eles: Mônica Almeida Kornis (1992), Elias Thomé Saliba (2001), Eduardo Morettin (2003) e Pierre Sorlin (1985).

[1] Os Estados Unidos da América, em seu processo histórico de construção, se firmaram como "modelo" de perfeição para o resto do mundo, principalmente para zonas periféricas, a exemplo dos países sul-americanos, que, mesmo sem as mesmas condições e com cidadãos sem o mesmo capital, tendem a seguir o padrão estadunidense de consumo. A renovação constante de mercadorias, o grande movimento do capital financeiro e as apostas na bolsa de valores são as principais características econômicas (e também sociais) dos Estados Unidos da América.

A relevância desse artigo se dá no estudo que ele faz a respeito da propagação de ideologias que reforçam a formação dos padrões norte-americanos de perfeição[2]. Dessa forma, a presente produção tenta trazer a ideia de um sistema que sempre formula conceitos de ideal, o que acaba por colocar de forma traiçoeira e intencional o que se deve comprar, vestir, ouvir, assistir, ler, dentre outros conceitos que serão abordados ao longo desta narrativa. Também tem importância pela análise que faz sobre o filme *Beleza Americana,* produção americana que faz uma crítica ao próprio ideal americano, e que é principal fonte para tratar essa temática.

Para construir uma análise fílmica, é necessário que o interlocutor do filme fique atento a diferentes aspectos que o rodeiam, desde a produção até sua exposição ao público. Assim, ao construir a presente análise, foi necessário entender e procurar em outras fontes diversas informações sobre o filme *Beleza Americana* para, dessa forma, compreender o momento em que foi produzido e sua principal mensagem. É de suma importância entender o filme como uma fonte formidável para compreender o contexto social em que é produzido, pois, mesmo quando ficcional, propicia ao espectador atento grande carga de conhecimento sobre determinado tema, como afirma Marc Ferro:

> É preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme (imagens, imagens sonoras, imagens não-sonorizadas), às relações entre os componentes desses subtratos; analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa. (1992, p. 87).

Não é inoportuno dizer o quanto o filme é importante para a propagação de ideias e conceitos na sociedade. Pelo fato de o filme ser um meio de comunicação de muita circulação entre as pessoas, muitas vezes ele é usado por interessados na propagação de ideologias de dominação, possibilitando, dessa maneira, formas de dominar ou de passar conceitos do que seria o ideal, seja o ideal de beleza, de nação mais desenvolvida, de consumo, dentre tantas outras formas.

Porém, o filme pode ser também um meio de se fazer uma "contra-análise da sociedade", possibilitando ao espectador interrogar a sociedade, confrontar os diferentes discursos para

[2] A força do hábito ocasiona no uso do termo "norte-americano", o que nos faz refletir sobre o quanto somos moldados ideologicamente pelos Estados Unidos da América. Esse termo deveria remeter a todos os países da América do Norte, e o seu uso serve para comprovar que a nação estadunidense tem grande hegemonia na América do Norte e no resto do mundo.

atingir realidades não visíveis presentes nas obras cinematográficas (FERRO, 1992). Acerca dessa questão, Eduardo Morettin, baseando-se na obra de Marc Ferro, escreve:

> [...] A contra-análise da sociedade é fornecida de várias maneiras pelo cinema. Em primeiro lugar, por meio de uma variedade de informações, como gestos, objetos, comportamentos sociais etc., que são transmitidos sem que o diretor queira. Em outros momentos, por meio das "estruturas e organizações sociais, essencialmente nos filmes não documentários que não têm a função de informar". (2003, p.17).

O filme como "contra-análise" da sociedade abre novas fronteiras para o trabalho do historiador com o filme, o que o torna instrumento útil no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, já que hoje em dia as fontes que podem ser usadas na elaboração de uma pesquisa histórica se expandiram de maneira positiva, o que acaba por possibilitar o estudo de determinado assunto por uma fonte diferente das tomadas como tradicionais.

Essa abertura na historiografia deve-se, em grande parte, ao surgimento da Escola dos Annales, na França, na primeira metade do século XX. Essa escola abordava sobre uma nova historiografia e tencionava um estudo diferente da história, até então dominada por modelos positivistas tradicionais. Também houve mudanças que dizem respeito à maneira como pesquisar a história, na qual a Escola dos Annales defendeu que as fontes poderiam ser diversas, incluindo, por exemplo, filmes, obras literárias, fotografias, documentos pessoais, etc.

Alguns teóricos divergem no exercício da análise fílmica. O historiador francês Pierre Sorlin, na mesma perspectiva de Marc Ferro, chama a atenção para o fato de que o filme é uma representação de um dado passado, de uma dada sociedade: "El cine no abre una ventana ante el mundo: filtra y redistribuye algunos de sus aspectos. (...) Los filmes son proposiciones sobre la sociedad: para un historiador, trabajar sobre el cine quiere decir comprender como se construyen esas proposiciones" (1985, p. 245). No entanto, diferentemente de Marc Ferro, que valorizou os aspectos metodológicos da análise, Sorlin destacará a importância de compreender os significados dos elementos internos de um determinado filme a partir da contribuição da semiótica. As propostas de análise de Sorlin e Ferro são complementares, uma não é maior ou melhor do que a outra.

A propósito da maneira como se deve analisar uma fonte histórica, Ginzburg (1990) escreveu sobre o paradigma indiciário que é baseado no "Método Morelliano", que consiste na observação dos pormenores para determinar a verdadeira autoria de uma obra de arte. Ginzburg conseguiu passar a ideia de um conhecimento indiciário, que é baseado na indução de pistas para

se chegar ao produto final, ou descobri-lo. A teoria de Ginzburg também pode ser usada na análise fílmica, em especial nesta presente análise, pois nos guia a observar "os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés" (GINZBURG, 1990, p. 144), ou seja, observar as pequenas situações e gestos no filme

Saliba (2001) faz uma análise sobre o consumo de imagens pelo leitor, o que possibilita entendimento sobre o modo como esse leitor recebe essas imagens (no caso do filme, imagens em movimento). Segundo o autor, o "leitor tem a tendência de estabelecer conexões e de procurar, até na mais espessa sopa de letrinhas, algum tipo de significado" (SALIBA, 2001, p. 119). Assim sendo, pode-se concluir que o telespectador de um filme consegue relacionar elementos presentes na produção cinematográfica com seu contexto social, o que faz do filme um meio importante para se estudar a sociedade.

No que diz respeito à reprodução de imagens, é importante entender que elas não apenas ilustram a realidade, mas também conseguem criar uma linguagem própria, específica de cada imagem, como salienta Mônica Almeida Kornis: "De toda forma, o que é importante registrar é que hoje se admite que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a reconstrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico" (1992, p. 238).

A partir das perspectivas dos autores acima citados, analisamos o conjunto "filme-contexto histórico" na produção cinematográfica de *Beleza Americana*. Isso com o intuito de se observar a invenção, a manutenção e rompimento dos ideais norte-americanos expostos para as pessoas, em um trabalho silencioso, porém altamente ideológico, que tem cumprido bem sua função, observado na quantidade de pessoas "presas" a esse sistema cultural proposto por essa nação.

O filme: diretor, crítica e premiações

Sam Mendes é um diretor inglês. Nasceu na cidade de Reading, em 01 de agosto de 1965. Filho de um professor universitário, James Peter Mendes, e de uma escritora de obras infantis, Valerie Helene. Frequentou a escola secundária no Magdalen College em Oxford, e estudou na Universidade de Cambridge. Iniciou sua carreira artística no teatro, em Londres, no início da década de 1990, dirigindo diversas peças e musicais de sucesso. O sucesso no teatro despertou a atenção de produtores e diretores de cinema, dentre eles Steven Spielberg, que entregou o roteiro de *Beleza Americana*, escrito por Alan Ball, para Mendes dirigir. Um roteiro com uma grande

história para um profissional iniciante no cinema. Um desafio para Mendes, dirigir seu primeiro longa-metragem no cinema. O olhar clínico de Steven Spielberg deu certo[3].

Beleza Americana foi lançado em 17 de setembro de 1999, nos Estados Unidos. Em termos de bilheteria, o filme alcançou sucesso imediato nos Estados Unidos e na Inglaterra, com somas volumosas de arrecadação financeira.

O curioso é que o filme foi lançado um ano depois do escândalo na Casa Branca, o relacionamento sexual entre o Presidente Bill Clinton e a estagiária de 23 anos, Monica Lewinsky. Bill Clinton estava em seu segundo mandato e sofreu processo de *impeachment* que quase o tirou da presidência. O caso foi muito noticiado na imprensa dos Estados Unidos e debatido em sociedade. Embora tenha saído da Casa Branca com boa popularidade, não conseguiu emplacar um sucessor democrata. Do ponto de vista moral, saiu com sua imagem arranhada (MORTON, 1999). É um caso de falso moralismo, elemento presente em *Beleza Americana*.

O cenário de 1999 foi promissor para o cinema norte-americano. Outros bons filmes foram lançados neste ano: *Clube da luta*, de David Fincher, obra que viraria *cult*, que mostra a trajetória dos personagens Jack (Edward Norton) e Tyler Durden (Brad Pitt), que usam a violência gratuita para preencher o vazio de suas vidas; *De olhos bem fechados*, de Stanley Kubrick, último filme desse renomado diretor, que mostra a odisseia do médico Bill Harford (Tom Cruise) em busca de realizar suas fantasias sexuais após a esposa Alice Harford (Nicole Kidman) revelar seus desejos eróticos; *Matrix*, de Lana Wachowski e Lilly Wachowski, ficção científica que virou também uma obra *cult*, ao abordar, com muita cena de luta e efeitos especiais, a vida do hacker Neo (Keanu Reeves) e sua batalha contra a Matrix, um mundo em que ilusão e realidades se confundem; *O sexto sentido*, de M. Night Shyamalan, suspense que narra a história de um garoto que vê espíritos (Haley Joel Osment), que conta com a ajuda de um psicólogo (Bruce Willis) para livrá-lo das visões que o atormentam. Teve também o retorno da franquia *Star wars*, criada por George Lucas na década de 1970, em sua segunda trilogia, com o lançamento de o *Episódio I: A ameaça fantasma*[4].

No Brasil, o filme foi lançado em 25 de fevereiro de 2000. O lançamento foi muito divulgado na imprensa da época. O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 2000, publicou um release na seção Rio Show (p. 21), destacando a informação de que *Beleza Americana*

[3] As informações biográficas do diretor e dados de lançamento e bilheteria do filme foram coletadas dos seguintes sites: www.britannica.com/biography/; www.imdb.com; https://pt.wikipedia.org/wiki/. Acesso: 21/12/2019.
[4] Informações consultadas nos seguintes sites: www.imdb.com e www.adorocinema.com. Acesso: 04/09/2020.

contava com 8 indicações para o Oscar, além de publicar frases de críticos de setores da imprensa mundial que enalteciam e elogiavam o filme: "Uma preciosidade. Uma das mais comoventes e surpreendentes e agradáveis viagens cinematográficas de todos os tempos" (*O Globo*, 2000, p. 21).

Figura 2: Release de lançamento no jornal *O Globo*

Fonte: *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/02/2000. Rio Show, p. 21.

O crítico de cinema Eros Ramos de Almeida elogiou o filme, considerando-o sério candidato a vencer os principais prêmios do Oscar, em função da qualidade do filme, que misturava com propriedade "acidez" e "humor", e a atuação dos atores (*O Globo*, 2000, p. 14). O fato é que o filme venceu em 5 categorias das 8 em que concorreu ao Oscar: Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Roteiro Original, Melhor Ator e Melhor Fotografia. O crítico Pedro Butcher escreveu que *Beleza Americana* foi um dos filmes mais "interessantes" lançados em 1999, que, embora não seja uma "obra-prima" e que tenha tido muito exagero e badalação, é uma história "ousada" e com um "ótimo elenco", em "uma comédia atrevida, com toques dramáticos, capaz de abordar temas delicados e fazer críticas a um determinado modo de vida americano" (*O Globo*, 2000, p. 4).

O certo é que o filme fez muito sucesso de crítica e público, no mundo e no Brasil. No Brasil, no ano de 2000, ficou entre as dez maiores bilheterias do cinema, com 1.836.266 espectadores. O filme com maior público foi Gladiador, com 2.651.462 espectadores[5].

[5] ANCINE. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bilheteria_dos_cinemas_no_Brasil_em_2000. Acesso: 14/12/2019.

Em relação à crítica especializada e ao público, o filme alcançou sucesso imediato. Existem três tipos de leitura fílmica: a tipológica, caracteriza o gênero ao qual o filme se filia; a formal, a qualidade técnica da narrativa; e a conceitual, a forma como o filme aborda determinados temas e se relaciona com áreas de conhecimento, tais como a Antropologia, História e Estudos Culturais (JULLIER, 2012). *Beleza Americana* conseguiu congregar, de forma suficientemente consistente, esses três elementos, motivos pelos quais a crítica enalteceu o filme. Para o pesquisador de cinema Laurent Jullier (2006), diretor de pesquisa no Instituto de Pesquisa em Cinema e Audiovisual (IRCAV) da Sorbonne Nouvelle, um filme é considerado muito bom quando ele atinge alguns critérios estabelecidos por especialistas e pelo público em geral: a obra é original e consistente do ponto de vista narrativo e técnico (especialistas), tem êxito de bilheteria e é edificante e emocionante (público).

Nos anos seguintes, Sam Mendes conseguiu dirigir outros bons filmes, mas sem o mesmo grande impacto dramático. O filme *Foi apenas um sonho* (Revolutionary road), de 2008, com Leonardo DiCaprio e Kate Winslet, história de um casal em crise, recebeu boas críticas e concorreu a prêmios, sendo indicado ao Globo de Ouro. Comercialmente, dirigiu dois filmes para a franquia 007: *007 - Operação Skyfall* (2012) e *007 contra Spectre* (2015).

O filme: sua narrativa dramática

Ao entrar no enredo do filme, percebe-se em *Beleza Americana* a história de uma família norte-americana que está em estado de colapso, tudo isso em decorrência da falta de entendimento entre eles. É observado um marido e pai (Lester Burnhan) que não se entende com a esposa e com sua família; uma mãe (Carolyn Burnhan) paranoica com a perfeição visual de sua casa e sua família e, por último, uma filha (Jane Burnhan), que se enquadra no ideal de adolescente americana, cheia de problemas e com exacerbada rebeldia.

Como se percebe, a família Burnhan é o aspecto principal para o desenvolvimento do filme, no qual as cenas são sempre voltadas para algum desses personagens. Dessa forma, estes serão analisados sob *a perspectiva dos padrões difundidos como ideais naquela sociedade*, em que, para cada *script* social exercido, existe um padrão a ser seguido. Por exemplo: o pai tem o dever de ser responsável e ter um emprego estável. Para todas as estruturas há um padrão a ser seguido, que tem por objetivo passar uma mensagem de felicidade e de prosperidade.

Esses conceitos, que são estabelecidos no decorrer do filme, muitas vezes são observados fora do foco principal do filme, em segundo plano. O olhar atento do telespectador deve

encontrar nas "coisas não ditas" pelo personagem o tema que o diretor deseja tratar, a real ideia passada no contexto interno da produção. Os discursos, segundo Foucault (1963), são sempre carregados de mensagens que muitas vezes não são passadas como se queria ou de forma aberta, deixando subentendidos diversos aspectos. Para Foucault, "O que conta nas coisas ditas pelos homens não é tanto o que teriam pensado aquém ou além delas, mas o que desde o princípio as sistematiza, tornando-as pelo tempo afora, infinitamente acessíveis a novos discursos e abertas à tarefa de transformá-lo" (FOUCAULT, 1963, p. 18). É preciso ficar atento às coisas ditas e aos silêncios, pois a produção do discurso baseia-se em determinados princípios de organização e controle da fala: "[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 2009, p. 8-9).

A primeira percepção que se tem de um filme é ocasionada pelo seu título, e, nesse caso, esse elemento já se torna objeto de análise pelo grande caráter interpretativo que ele proporciona. *Beleza Americana* faz relação direta a uma rosa produzida nos Estados Unidos da América; essa possui características bem próprias, muito por ser moldada e produzida sem o fenômeno do acaso. Dentre suas características, há a perfeição de suas pétalas, a falta de espinhos e a ausência de cheiro, em que cabe uma analogia com a beleza tipicamente americana, como é feito pelo diretor Sam Mendes. A beleza americana seria como essa rosa, perfeita, de cor forte, sem espinhos, porém sem essência, sem o interior, que é a principal qualidade de qualquer outra rosa, pois é a sua essência que a difere de outras plantas. Assim, essa analogia cabe perfeitamente no contexto do que é o filme, pois a falta de essência da rosa diagnostica a falta de essência da perfeição dos padrões estadunidenses, estes que só são bonitos exteriormente.

As rosas vermelhas (beleza americana) têm grande importância na definição de conceitos que se instauram na tensa narrativa do filme. Nas primeiras cenas observa-se, por exemplo, a preocupação dos personagens com os exteriores das casas, que são repletas dessas rosas cuidadas todas as manhãs com muito esmero pelos seus proprietários. A primeira ressalva que se faz é a presença da conservação das aparências, estas que são mantidas pelos exteriores das casas, o que passa a impressão de uma casa em perfeita harmonia. A beleza exterior é o que realmente importa.

O aprisionamento a esse sistema de perfeição é a principal temática no filme, o que perpassa na apresentação de vários personagens durante a sua exibição, principalmente no meio

da família Burnhan. Assim, a figura de Lester não pode deixar de ser citada, tendo em vista o quanto todos esses conceitos definidos o moldam. Esse personagem é aprisionado ao sistema em que vive, o que é visível em uma das cenas que enreda no seu local de trabalho, no qual ele, em frente do seu computador, tem o rosto refletido em meio a um emaranhado de gráficos (faz parecer uma cela); o que presume sua prisão no trabalho e a todos os padrões que determinam que Lester, o pai de família, deva ter um emprego fixo para sustentá-la.

Já Carolyn, esposa de Lester, é uma figura enigmática e talvez a principal representante do sujeito preso às ideologias americanas. Ela vive através da manutenção de aparências, observada em seus gestos, em suas falas, em seu cuidado com a casa, na compra dos móveis caros e na determinação de normas para sua família seguir, normas essas repletas do ideal de beleza exposto pelo sistema de padronização estadunidense.

Na composição da família Burnhan existe a filha do casal Lester e Carolyn, Jane Burnhan, figura que também exprime grande preocupação do autor em mostrar os padrões estadunidenses, dessa vez na formação da adolescência. Essa figura tem preocupação especial do Estado para a determinação de conceitos. Desse modo, existe na personalidade de Jane um "antipadrão" que é difundido entre os adolescentes estadunidenses e que é composto por rebeldia, por consumo de drogas, por dúvidas existenciais, etc. Jane é rodeada por pessoas iguais e, dessa forma, sente a necessidade de se parecer diferente, de mostrar de alguma forma que ela existe na sociedade, o que acaba por gerar conflitos com sua família.

Para sustentar a análise dos personagens do filme, é preciso fazer um estudo a respeito de todos os elementos que os cercam. Assim, é necessário observar atentamente pequenos modos e gestos de cada um para delinear uma perspectiva a respeito da formação desses personagens. Tomando Carolyn Burnhan como exemplo, é perceptível em pequenos gestos do seu cotidiano a prisão dela aos padrões sociais, o que acaba por formar sua identidade. Essas características são observadas nas suas roupas (comuns naquela sociedade), nas suas falas repletas de "slogans" (contaminados com conceitos ideológicos) e na perfeição que busca em sua casa, em que organiza de forma sistemática seus móveis caros, a música do jantar e seus outros familiares, que acabam por se tornar seus objetos.

Kathryn Woodward (2000) vem tratar dessa formação de identidades, que, segundo ela, é marcada por meio de símbolos, associando, por exemplo, o que a pessoa usa à sua identidade:

> A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se

> baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 17)

Sobre a invenção de conceitos ideais estadunidenses, não se pode esquecer o papel da mídia na implantação de tais ideologias, pois através dela é que diferentes ideias são passadas com o intuito de moldar a cabeça do telespectador a favor da classe que domina. A mídia contribui de forma fundamental na formação de identidades, como é citado também por Woodward (2000), que fala sobre o papel das promoções de marketing na formação de "novas identidades":

> Em momentos particulares, as promoções de marketing podem construir novas identidades como, por exemplo, o "novo homem" das décadas de 1980 e de 1990, identidade das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. **A mídia diz como devemos ocupar uma posição – de – sujeito particular – o adolescente "esperto", o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível.** (WOODWARD, 2000, p, 17) *[grifos nossos]*

A partir dessa explicação de Woodward (2000), é possível compreender como a mídia determina os meios a se seguir década após década, propondo (ou impondo) os meios de vestir, de falar, de agir, de comprar, etc. Isso é muito observado no dia a dia de todos os cidadãos do mundo que mantêm contato com a mídia.

Na mídia estadunidense se concentra grande carga ideológica, o que talvez a torne o lugar em que essa ideologia é mais explícita; isso é observado nos filmes, nos desenhos e nos comerciais. Essa intervenção da mídia na cultura estadunidense – algo extremamente intencional – proporcionou um desenvolvimento centrado na formação de cidadãos altamente nacionalistas e que defendem a sua nação com unhas e dentes. Nas produções midiáticas americanas se observa como esse trabalho é construído nas minúcias, nos pormenores; desde o azul e o vermelho nas roupas dos super-heróis da Marvel, até na força do exército "americano", que busca "estabelecer a paz mundial". Com isso, essas ideias vão sendo fixadas aos poucos na cabeça dos estadunidenses, reféns do jogo ideológico das produções midiáticas.

No filme *Beleza Americana,* o caráter ideológico dos EUA é mostrado de forma intencionalmente inversa, pois ele usa dessa prática estadunidense de produzir conceitos de ideal para criticar a forma como os cidadãos são moldados, sendo, por isso mesmo, importante objeto de análise por ser uma produção em solo dos Estados Unidos, que acaba por criticar essa forte ideologia estadunidense.

Na construção dessa crítica, o diretor, Sam Mendes, usa muitos elementos que acabam por passar ao telespectador uma imagem de rompimento com esse sistema ideológico, aspecto que define o rumo que segue a crítica do autor. Existe no roteiro de *Beleza Americana* a libertação dos personagens, estes que começam a passar por mudanças radicais em suas vidas e deixam de se tornar marionetes dos padrões e vivem suas vidas conforme bem entendem.

Primeiramente, para mostrar esse rompimento, existe o personagem Ricky Fitts, um adolescente filho de um ex-combatente americano que vive sob um regime altamente autoritário. O interessante em Ricky é que ele tem que mostrar ao seu pai que vive no padrão, tendo emprego fixo, sem consumo de drogas e com ideias sobre a vida idênticas às de seu genitor. Porém, essas aparências só são mantidas para seu pai, pois o verdadeiro Ricky é um traficante de drogas e tem visão subjetiva sobre a vida, olhando seus pormenores e sem aprisionamento no que o sistema propõe. A figura desse personagem é um enigma. Ele consegue observar a beleza da vida em, por exemplo, um saco plástico em um dia de vento, como é mostrada em uma de suas filmagens que ele denomina de "a verdadeira perfeição da vida". Assim, o rompimento com os padrões norte-americanos começa a ser observado no filme, tendo em vista que a beleza para Ricky não é a mesma beleza que a maioria segue. Ser um ser atemporal em uma sociedade igual é "privilégio" para poucos, por isso, na maioria das vezes, esses seres são taxados de loucos, psicopatas, desvairados.

O simples ato de não usar uma roupa da moda talvez seja motivo para a exclusão desses indivíduos de determinado grupo social (ou grupo padrão). A sociedade vive em formas de padrão, o que, segundo Stuart Hall não permite a criação de identidades, pois ela não é construída na homogeneidade: "Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela" (2000, p. 110).

O que acontece no filme a partir da presença de Ricky Fitts é um completo rompimento dos padrões estabelecidos e seguidos inicialmente por todos os personagens. Existe a relação entre Ricky/Jane e Ricky/Lester, de formas diferentes, porém importantes nas mutações dos conceitos desses integrantes da família Burnhan. Primeiramente, Lester fica encantado com a vida que Ricky leva, baseada na falta de preocupação e no não seguimento dos padrões estabelecidos, o que acaba por fazer Lester querer reviver aquelas sensações, antes vividas apenas em sua juventude. Dessa forma, ele começa a usar maconha, chantageia seu chefe, larga seu emprego estável, compra o carro esportivo dos seus sonhos, começa a malhar, volta a escutar Rock e,

principalmente, revive seus desejos sexuais, agora pela amiga de sua filha, Ângela, uma adolescente padronizada contemplada com todos os moldes de beleza. Essa mudança de Lester tem grande significado no que diz respeito à não aceitação dos ditames que eram estabelecidos em seu modo de viver, o que se entende como rompimento aos padrões de perfeição estadunidense.

A relação entre Lester e Ângela é algo passível de interpretações distintas, porém convergem no que diz respeito à procura de Lester em reviver uma fase já ultrapassada em sua vida: a juventude, composta pela falta de obrigações com os padrões. Ângela é uma garota que tem sonho de ser uma modelo de muito sucesso, e, para isso, mantém ideais de beleza e modos de agir mecânicos. O sucesso para ela é tudo o que sonha atingir, e, por isso, ela se torna comum. O desejo de Lester por Ângela é simbolizado pelas pétalas da rosa beleza americana, analogia também com a perfeição que seria ter um relacionamento com uma menina tão ideal nesse período de sua vida, algo que é frustrado pela sua retomada de consciência.

Essas mudanças atingem também a figura de Carolyn, que, de tanto almejar sucesso em sua vida, não resiste aos encantos de um corretor de imóveis, bem-sucedido, rico, bonito e com fisionomia de boneco (um americano nato), com quem acaba tendo um romance. Fica evidente a preocupação do diretor em deixar a imagem de perfeição daquele homem, que usa a seguinte frase como lema de vida: "Para ter sucesso é preciso projetar uma imagem de sucesso todo o tempo". Não por acaso, o diretor relaciona esses dois personagens com o intuito de unificar os conceitos que eles sempre procuram seguir. A beleza finalmente encontrou o seu complemento.

Assim, o filme chega a sua conclusão e nos mostra tópicos que chamam atenção pelo grande caráter interpretativo que proporciona, nos quais somente o espectador atento consegue observar. A sensação de uma vida conduzida de forma errônea é sentida quando Lester é assassinado com um tiro e, a partir daí, existe uma reflexão sobre aonde tanta "beleza" pode levar uma pessoa, pois o único fim é a morte. Em outro plano, a locução de Lester, já morto e com um sorriso na fisionomia, faz uma ironia que reafirma essa ideia passada: "É difícil ficar bravo quando há tanta beleza no mundo". Afinal, qual a finalidade de parecer ser tão belo? O sistema que nos aprisiona não nos livra de um destino final e comum a todos.

Dessa forma, a percepção que se tem sobre os conceitos determinados como ideais pela nação estadunidense é mostrada nessa produção fílmica, o que ocasiona uma nova fonte para se

estudar como esse sistema age na invenção e manutenção dos padrões de ideal, algo muito discutido devido à atual crescente de pessoas que vivem no que é ditado como o ideal de belo.

Vale pontuar, brevemente, a ideia das noções de "belo" e de "beleza". São terminologias da área de interesse das ciências humanas, particularmente da Filosofia, no campo conceitual da Estética, e servem para qualificar pessoas, objetos ou obras de arte. Segundo André Comte-Sponville, em *Dicionário filosófico*, o belo seria "Tudo que é agradável de ver, de ouvir ou de compreender [...]. O belo é reconhecido antes de mais nada pelo prazer que causa (ser belo é agradar) [...]" (2003, p. 76-77). Ele ainda nos diz que "Não há beleza objetiva ou absoluta. Há apenas o prazer de perceber e a alegria de admirar" (COMTE-SPONVILLE, 2003, p. 77). Neste sentido, o belo é uma atitude contemplativa de quem observa algo, de forma subjetiva e não objetiva, atribuindo determinadas qualidades estéticas. A concepção do que é belo pode variar de pessoa para pessoa, dentro de um mesmo grupo social ou de cultura para cultura, sendo construída social e culturalmente.

Considerações finais

O *Americano way of Life* cresce a cada dia devido ao fenômeno da globalização, que acaba por unir o mundo por linhas de tecnologias que permitem a comunicação instantânea entre grande parte dos cidadãos do mundo. Dessa forma, o padrão de beleza que é difundido como o ideal se expande para quase todos os lugares, provocando uma homogeneização que prejudica a formação de individualidades e de pessoas com identidades próprias.

Entender que é a subjetividade que deve definir o que é o "certo" é algo primordial para a formação de uma sociedade mais plural e sem preconceitos. O cidadão deve ser livre de qualquer amarra que o queira aprisionar. Fazer suas próprias escolhas e não se deixar levar pelo que a mídia ou o sistema determina é um passo importante para aceitarmos as diferenças, e, para isso, o filme *Beleza Americana* traz uma reflexão importante sobre os rumos que levam às vidas que são voltadas para a manutenção de aparências.

Em setembro de 2019, *Beleza americana* fez 20 anos (lançamento nos EUA). As personagens de *Beleza Americana* carregam personalidades e estilos de vida que repousam em aparências veladas: tudo é o que parecer ser, nada é o que parece ser. Essa aparência velada é traduzida perfeitamente numa frase do escritor francês Victor Hugo: "O corpo humano é talvez uma simples aparência, escondendo a nossa realidade, e condensando-se sobre a nossa luz ou sobre a nossa sombra. A realidade é a alma. A bem dizer, o rosto é uma máscara. O verdadeiro homem é o que está debaixo do homem" (1971, p. 59). É uma obra que vale a pena ser sempre revisitada, para analisar a atualidade de seus temas e méritos artísticos, simbólicos e históricos.

Referências bibliográficas

Filme

BELEZA AMERICANA. Direção: Sam Mendes. Produção: Bruce Cohen e Dan Jinks. Roteiro: Alan Ball. Intérpretes: Kevin Spacey, Annette Bening, Thora Birch, Mena Suvari, Wes Bentley e Chris Cooper. EUA. 1999. 122 min. Color.

Sites consultados

www.adorocinema.com

www.ancine.gov.br

www.britannica.com

www.imdb.com

www.wikipedia.org

Jornais

O Globo, Rio de Janeiro, 25 fev. 2000. Rio Show, p. 21.

ALMEIDA, Eros Ramos de. Equação perfeita. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 2000. Rio Show, p. 14.

BUTCHER, Pedro. Simples comédia sobre mazelas americanas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2000. Segundo Caderno, p. 4.

Livros e artigos

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HAAL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HUGO, Victor. **Os trabalhadores do mar**. Tradução de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1971. (Coleção Os Imortais da Literatura Universal).

JULLIER, Laurent. **Qué es uma buena película?** Barcelona: Paidós, 2006.

_____. **Analyser un film**: de l'émotion à l'interprétation. Paris: Flammarion, 2012.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

MORETTIN, Eduardo Victório. O cinema como fonte Histórica na Obra de Marc Ferro. *História:* **Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

MORTON, Andrew. **Monica's story**. St. Martin's Publishing Group. 1999.

SALIBA, Elias Tomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 117-127.

SORLIN, Pierre. **Sociologia del cine**. Traducción de Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor***:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TADEU DA SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e diferença***:* a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Temporalidades

Entre o corpo e a farda: produção de subjetividade de mulheres policiais militares

Between the body and the uniform: production of subjectivity by female military police officers

Daniela Cecilia Grisoski
Mestra em Psicologia
Universidade Estadual de Londrina
grisoskidaniela@gmail.com

Recebido em: 07/10/2020
Aceito em: 05/01/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo desenvolver problematizações sobre a produção subjetiva de mulheres na instituição Polícia Militar do Paraná (PMPR). Partiremos da análise de seis entrevistas de policiais atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná (BPM) realizadas entre os anos de 2018 e 2019. Suas narrativas foram analisadas a partir da compreensão de enunciados, de acordo com conceitos teóricos elaborados por Michel Foucault (dispositivo, disciplina e subjetividade), bem como utilizamos a noção de performatividade proposta por Judith Butler. Compreendemos que os corpos de policiais militares podem ser produzidos através do dispositivo farda, metaforicamente falando, o qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Tomando como referência os corpos femininos na Polícia Militar, ressaltaremos que ainda há um binarismo de gênero que perpassa essa instituição.

Palavras-chave: Mulheres policiais; Subjetividade; Gênero.

Abstract: This article aims to develop questions about the subjective production of women at the Military Police of Paraná (PMPR). We will start from the analysis of six interviews with police officers operating in a Battalion of the Military Police of Paraná (BPM) carried out between the years 2018 and 2019. Their narratives were analyzed from the understanding of statements, according to theoretical concepts developed by Michel Foucault (device, discipline and subjectivity), as well as using the notion of performativity proposed by Judith Butler. We understand that military police bodies can be produced through the uniform device, metaphorically speaking, which involves issues such as discipline and hierarchy. Taking as a reference the female bodies in the Military Police, we will emphasize that there is still a gender binarism that permeates this institution.

Keywords: Police women; Subjectivity; Genre

Introdução

O presente artigo configura-se como um recorte da análise de dados de uma dissertação de mestrado produzida entre os anos de 2018 a 2020, a partir de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) de uma universidade paranaense. A referida dissertação teve como objetivo principal compreender a produção de subjetividade de mulheres policiais militares atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná (PMPR), considerando suas experiências laborais.

A Polícia Militar do Estado do Paraná compreende-se enquanto uma instituição historicamente masculina. Sua criação se deu no ano de 1854, e as corporações eram formadas unicamente por homens, sendo que a entrada de mulheres se deu mais de 100 depois, especificamente no ano de 1975 (GRISOSKI, 2019). Pensando na inserção feminina em instituições militares brasileiras, Moreira (2016) ressalta que a entrada de mulheres neste campo foi fruto de anos de debates e reivindicações, principalmente por parte de mulheres da elite paulista, as quais faziam parte do movimento sufragista brasileiro.

O primeiro estado brasileiro a conter uma corporação formada por mulheres foi São Paulo, no ano de 1955, instituindo-se a então Polícia Militar Feminina. Esta nova forma de policiamento foi criada com o intuito de "maternalização da sociedade", ou seja, visava-se uma corporação para o cumprimento de funções consideradas socialmente menos masculinas, como ações preventivas, e o policiamento ostensivo para com mulheres, crianças e idosos. Desta forma, como as mulheres da época eram tidas enquanto mais frágeis e mais cuidadosas, ficavam responsáveis pelo desempenho dessas atividades vistas como menos viris (MOREIRA, 2017)

Partindo desta mesma lógica, o Paraná, segundo estado brasileiro a adotar o policiamento feminino, através da aprovação do Decreto de Lei nº 3238, em abril de 1977, instituiu sua primeira corporação formada por mulheres. Na Polícia Militar Feminina do Paraná, assim como em São Paulo, idealizava-se uma noção de mulheres enquanto menos viris, sendo responsáveis por este formato de trabalho mais preventivo e menos repressivo, o que ficou conhecido como a "nova Polícia".

Soares e Musumeci (2005) argumentam que a inserção de mulheres à Polícia Militar de distintos estados brasileiros representou o que foi chamado de "humanização" da Polícia Militar, tratando-se de um trabalho de cunho mais preventivo. As autoras afirmam que as Polícias Militares,

ao inserirem mulheres às suas lógicas de funcionamento, tinham o intuito de "[...] adotar, diante da população, uma face mais humana, moderna e profissional", destacando-se ainda, que a inserção de mulheres nas Polícias após vários anos da constituição dessas instituições é uma característica presente em todos os estados do Brasil (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 177).

No Paraná, a divisão entre Polícia Militar, que abrangia soldados homens, e Polícia Feminina, que abrangia mulheres, permaneceu até o ano de 2000. Schactae (2015), afirma que a houve a extinção da Polícia Feminina do Paraná no ano de 2000, o que fez com que as mulheres fossem incorporadas na mesma instituição que os homens, a Polícia Militar do Paraná. A extinção, ocorreu por meio da Lei nº 12.975, sancionada pela Assembleia Legislativa do Paraná. Posteriormente, foi criada a Lei nº 14.804 de 2005, que destina os lugares para homens e mulheres na PMPR, trazendo os seguintes termos:

> [...]§ 2º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinqüenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino (LEI nº14.804, 2005, s/p).

Esta lei, válida até os dias de hoje, colocou, em teoria, uma igualdade de gênero na instituição, pois, a partir de sua promulgação, pode existir uma equivalência entre os gêneros na instituição, já que as mulheres poderão representar até 50% dos policiais. Vale destacar que, com o limite de 50%, jamais serão maioria (GRISOSKI, 2020). Cabe destacar que a entrada de mulheres na instituição PMPR pode ser compreendida como uma desconstrução de modelos socialmente estabelecidos, visto que esta era tida como uma organização até então unicamente masculina (GRISOSKI, 2019).

Pensando na produção da dissertação, para que esta fosse possível, a coleta de dados se deu através da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres policiais militares atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná (BPM), que ocorreram entre novembro de 2018 a maio de 2019.

A escolha do Batalhão se deu pela proximidade e facilidade de acesso da pesquisadora com a corporação, visto que o mesmo se localizava no mesmo município em que a pesquisadora residia. Entretanto, optou-se por manter sigilo em relação ao nome do Batalhão, visto que foi um pedido efetuado pelas participantes, como medida de preservação da identidade das mesmas. Ademais,

informações contendo detalhes sobre o Batalhão, como aspectos históricos, quantos profissionais atuam, quantas mulheres o compõe, se há mulheres em cargos considerados de destaque, entre outros, não puderam ser computados na pesquisa, tendo em conta que estas informações se encontravam sob responsabilidade do público interno da instituição, não sendo possível o repasse para a pesquisadora.

As participantes foram convidadas a realizar as entrevistas através da estratégia denominada amostragem Bola de Neve (*Snowball Sampling*). Vinuto (2016) compreende tal estratégia enquanto uma amostra não-probabilística, a qual se pauta na formação de cadeias de referência entre os participantes. Seu ponto de partida se dá a partir da escolha do participante denominado por semente, que diz respeito a um sujeito que apresenta as características necessárias para a unidade de análise, e que aceite a participação na pesquisa. Por conseguinte, a semente é solicitada a indicar mais contatos que apresentem as mesmas características da unidade de análise, formando, consequentemente, uma rede de contatos.

A estratégia Bola de Neve pode ser indicada para estudos em que os sujeitos que se desejam pesquisar "[...] estão espalhados por uma grande área" (VINUTO, 2016, p. 204), o que foi adequado para esta pesquisa, uma vez que as participantes são pertencentes a um Batalhão da Polícia Militar.

Seis mulheres participaram das entrevistas. Não havia um critério quanto ao nível hierárquico ocupado pelas participantes, o único ponto em comum deveria ser o Batalhão da PMPR em que elas atuavam. Entretanto, devido à amostragem Bola de Neve ser pautada na indicação entre os integrantes da pesquisa, as policiais acabavam indicando mulheres de seu convívio, sendo assim, todas as participantes se encontravam no mesmo nível hierárquico, qual seja, o de soldado. Apesar disso, não era o objetivo da pesquisa priorizar a participação de uma patente.

As participantes possuíam a faixa etária entre 26 e 37 anos, todas eram brancas, possuíam ensino superior completo e recebiam um salário base na faixa de R$ 4.000, 00. Como todas eram soldados, primeira patente na escala hierárquica da Polícia Militar, não haviam atuado em posições diferentes. Neste sentido, nota-se a existência de um padrão entre as mulheres que responderam as entrevistas.

Tomando como destaque a concepção de que todas as participantes eram brancas, nos baseamos nos pressupostos teóricos de Ramalho Neto (2012), tendo em conta que o mesmo propõe

que a sociedade brasileira evidencia-se como um contexto social pós-escravocrata, assim há implicações sociais e simbólicas decorrentes desse contexto, o que acaba fazendo com que diversas profissões, principalmente aquelas consideradas enquanto formas de ascensão social, estejam pautadas em desigualdades e discriminação racial, mesmo que de uma forma intrínseca.

Historicamente, profissões ligadas ao militarismo são atreladas a uma ideia de ascensão social, o que pode fazer com que sujeitos brancos tenham mais facilidade de compor determinadas posições de destaque nestas instituições. Ramalho Neto (2012) ainda enfatiza que, em termos gerais, a Polícia Militar brasileira pode ser compreendida como um meio institucional racializado.

Esta perspectiva se tornou evidente através das observações da pesquisadora nos arredores do Batalhão. Pois, muitas vezes, foram necessárias idas até a sede do Batalhão, para a realização de entrevistas ou reuniões com o Coronel responsável pelas corporações. Durante essas idas, apenas um policial negro se encontrava naquele local, enquanto sempre havia um número relativamente alto de policiais (homens e mulheres) brancos.

Os dados coletados ao longo da pesquisa, foram explorados a partir do viés da análise de práticas discursivas, seguindo os pressupostos teóricos de Foucault, que, em sua obra "A ordem do discurso" (2014), propõe pensar discursos como práticas discursivas, as quais se constituem em meio as relações de poder e de verdade. Foucault (2013) compreende que a noção de poder atua nas relações entre sujeitos em um contexto social, estando ligado ao que foi denominado como verdade.

Compreendemos um discurso como um conjunto de enunciados que são constituídos por um suporte histórico e institucional, sendo compostos pelos saberes e formas de verdades de determinada época e contexto. Fischer (2001, p. 199) destaca que um discurso busca demonstrar "[...] a inexistência de estruturas permanentes, responsáveis pela constituição da realidade", ou seja, discursos não são universais, mas sim descontínuos, formando-se nas práticas sociais.

Foucault (2013) argumenta que as práticas discursivas configuram-se como: "[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 2013, p. 133). Tais práticas não se fazem presentes apenas nas formas de verbalizações, mas também nas condutas dos sujeitos que

acontecem em um campo social, perpassando às relações de poder e de verdade (FOUCAULT, 2014).

Pensando nas práticas discursivas como um conjunto de enunciados, frisamos que, enquanto conceito, enunciados são costumes sociais, ou seja, gestos, comportamentos, circunstâncias, entre outros, levando em consideração concepções históricas e subjetivas. Encontram-se nas transversalidades de frases, proposições ou atos de linguagem. Assim, uma formação discursiva desenvolve-se a partir de um emaranhado de enunciados (FOUCAULT, 2014).

Por sua vez, os enunciados ocasionam as chamadas enunciações, que são as formas com que os sujeitos se constituem ao vivenciar determinado enunciado. As enunciações são acontecimentos singulares para cada indivíduo.

Desta forma, a análise foi realizada a partir da identificação de enunciados e enunciações que se destacaram ao longo das entrevistas. Dividimos os enunciados em quatro categorias de análise, para que pudéssemos discorrer sobre as enunciações das mulheres policiais, compreendendo como essas mulheres se produzem subjetivamente em relação às suas trajetórias laborais. Nesta investigação em específico, objetivamos aprofundar e analisar uma das categorias de análise desenvolvida ao longo da dissertação, a qual foi intitulada "O corpo e a farda".

Ressaltamos que esta pesquisa, torna-se relevante por ser uma ampliação da visibilidade de vivências de mulheres em um contexto laboral tido historicamente como masculino, assim a mesma foi embasada a partir de uma perspectiva teórica do campo dos estudos de gênero, qual seja a teoria proposta por Judith Butler.

O corpo e a farda: uma investigação enunciativa

Nesta categoria de análise, foram realizadas problematizações sobre o enunciado de que policiais sempre devem cumprir funções destinadas à profissão, mesmo não estando fardados/as. Esse enunciado se apresentou como relevante de ser abordado ao longo da análise, pois foi uma premissa que esteve presente na fala da maioria das participantes, que se descreveram como policiais em todos os momentos de suas vidas, inclusive em suas atividades extra laborais. Partindo deste enunciado, buscamos discorrer sobre como ocorre a produção do corpo de policiais militares, e, especificamente, como se produz o corpo feminino na Polícia Militar.

Uma das entrevistadas, Adriana[1], comentou sobre sua entrada na Polícia Militar. Ela falou que já havia se graduado no curso de direito, mas escolheu prestar o concurso da PMPR por causa de algumas características da instituição que lhe chamavam a atenção, que seriam: "[...] a forma de se portar, a questão dos cuidados, a própria farda, então foi isso que me chamou a atenção no militarismo" (ADRIANA, 2019).

De acordo com Foucault (2017), a subjetividade de um sujeito é construída por experiências que ocorrem nos contextos sociais aos quais ele se encontra. Dessa forma, destacamos que policiais que constroem suas vivências em um campo social voltado à disciplina, subjetivam-se através desses ideais. Notamos que a produção de um sujeito policial militar está intimamente ligada à ideia de poder disciplinar, tal qual foi elaborada por Foucault (2004). Para o autor, sujeitos são instruídos a seguirem métodos disciplinares para que estabeleçam seus modos de viver a partir do que é considerado como socialmente aceitável em um contexto. Esses métodos ocorrem até o momento em que os sujeitos não precisem mais deles, havendo uma internalização da disciplina.

A instituição Polícia Militar espelha-se em preceitos disciplinares, visto que é envolta por normas de comportamento, treinamentos, obediência à uma ordem hierárquica, entre outros. Há a fabricação de corpos de sujeitos a partir de técnicas repassadas por lógicas de funcionamento institucional, fazendo com que os sujeitos conduzam seus modos de trabalhar e viver através dessas lógicas. Sobre isso, Adriana comentou:

> [...] o militarismo é muito de hierarquia, então nós enquanto soldados somos mandados o tempo todo, então acima de nós tudo vem do comando, nós não fazemos nada, como "ah, vou fazer o que eu quero", não, é tudo abaixo de uma ordem (ADRIANA, 2019)

Compreendemos que houve a produção de subjetividade dessa mulher por meio de um movimento de internalização da disciplina. Ela se produziu como uma policial militar, reconhecendo-se como tal nas demais esferas de sua vida, não apenas no contexto de trabalho. Esse movimento pode estar ligado à sensação de pertencimento à instituição, pois assim é reconhecida pelo coletivo institucional como uma igual, além de ser reconhecida socialmente como uma policial, o que contribui para a reconstrução de seu jeito de ser e estar no mundo. Um exemplo sobre essa internalização da disciplina de Adriana está em uma de suas falas:

[1] Os nomes de todas as entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios, visando a preservação da identidade das mesmas.

> [...] você tem que pensar, tem que ficar atento às pessoas à sua volta, você pode estar em um mesmo ambiente em que uma pessoa que você já prendeu, você está num shopping... eu posso ver um cara que eu já prendi aqui, e não sei qual é a intenção dele comigo, então tem que ficar muito atenta com isso.

A entrevistada disse que desenvolve funções ligadas a profissão mesmo quando não está trabalhando, produzindo uma enunciação sobre a noção de que policiais sempre devem estar cumprindo suas funções. Enfatizamos a existência de uma farda simbólica, a qual não se destitui.

Esta percepção se fez ainda mais evidente no momento em que conversávamos antes do início formal da entrevista. Como estávamos em um lugar público, a praça de alimentação de um *shopping*, por escolha dela, a entrevistada me pediu para sentar de frente às pessoas que passavam pelo local, para que, segundo ela, ficasse "de olho em tudo", exercendo uma vigilância constante sob as pessoas enquanto estávamos naquele local. Cabe ressaltar que a participante não estava de serviço na ocasião da entrevista. Essa vigilância constante pode estar ligada à apropriação de uma farda simbólica, sendo um efeito da produção de subjetividade a partir das experiências na Polícia Militar.

Os corpos de policiais militares podem ser produzidos através do dispositivo farda, metaforicamente falando, o qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Para Foucault (2008), um dispositivo consiste em uma rede que se estabelece entre os elementos que formam um conjunto, como, por exemplo, discursos, instituições e organizações arquitetônicas. Os dispositivos são produzidos por um universo essencialmente estratégico e dominante

Candiotto (2012, p. 21), salienta que: "[...] o indivíduo interioriza as coerções incorporais do poder: ele se torna o princípio de sua própria objetivação". As formas de poder, além de serem expressas no corpo propriamente dito dos sujeitos, também abarcam suas vidas de forma mais ampla. Quando nos atemos aos discursos trazidos pelas policiais, compreendemos que essas mulheres interiorizaram suas funções enquanto policiais, reconhecendo-se a partir destas funções.

A partir de Butler (2019), podemos relacionar o conceito de performatividade à farda simbólica da Polícia Militar. Para a autora, corpos são produzidos culturalmente, a partir da repercussão constante de determinado discurso dominante presente nas práticas cotidianas, através de ações repetidas, as quais foram chamadas por ela de performatividade. Neste sentindo, a internalização da farda pode ser vista como uma performance, haja vista que há um discurso

dominante que dispõe sobre uma forma de policiamento ideal a ser seguida. Assim, mulheres se produzem como policiais, e se performam como tais.

É possível, portanto, articulamos o conceito de performatividade ao poder disciplinar descrito por Foucault (2004), levando em consideração que o poder disciplinar atua diretamente na vida dos sujeitos, ensinando-os a seguir as normas de um campo social, nesse caso, disposto sobre a atuação na Polícia Militar. Assim, performatividade e disciplinamento compõem a produção subjetiva relacionada aos modos de viver no contexto da Polícia Militar, como uma das entrevistadas, Tatiane, afirmou: "[...] apesar de a gente ter as companhias e coisa assim, policial não tem rotina [...] porque é uma incógnita [a rotina]. E nós somos policiais 24h por dia, não só quando eu estou fardada". Já Ana, ao falar sobre suas experiências positivas no trabalho, destacou:

> O conhecimento que a gente adquire, eu acredito que seja isso, as experiências, porque mesmo depois que se aposenta, é como se você continuasse sendo policial, você não deixa de ser policial. Você aposentado eu acredito que seja diferente, mas você ainda vai realizar quase as mesmas coisas, aquele dever de segurança, aquela vontade de inibir a criminalidade, vai continuar em você (ANA, 2018).

Sua fala deixa antever uma possível articulação entre a internalização do poder disciplinar e a produção de subjetividade, neste caso, descrito pela participante como um "dever de segurança".

Pensando na produção do corpo de mulheres a partir da internalização da farda, Magali comentou que durante sua formação na escola de soldados:

> [...] sempre era abordado esse assunto [machismo], 'ah, porque vocês vão ver que lá na rua vocês vão ter um pouco de preconceito', porque infelizmente a nossa sociedade é machista e tal, então tem que saber lidar com a situação, 'vamos fazer assim, assim, assado' (MAGALI, 2018).

Os pontos comentados pela participante pareceram expressar preocupações. Para ela, mulheres nesta instituição precisam desenvolver estratégias específicas para que possam exercer suas funções na profissão como, por exemplo, não usar o fardamento apertado, para não ter o corpo exposto. Segundo Magali: "a gente tinha uma tenente mulher que auxiliava, que falava bastante sobre vestimenta, sobre o fardamento num tamanho não muito apertado, até mesmo pela questão da sexualidade, não ficar muito exposto". A policial comentou sobre a existência de uma tenente mulher enquanto frequentava a escola da soldados, entretanto não especificou quantas mulheres fizeram parte de sua formação.

Outro aspecto, como pedir auxílio para demais policiais caso não consigam ter o controle de determinada situação, foi comentado por Carolina. Segundo ela: "Existem técnicas que são repassadas durante a escola para a gente, que caso a gente não consiga, se ver que a situação é muito maior do que a gente espera, a gente pode pedir apoio de outros policiais".

De acordo com o relato das mulheres entrevistadas, essas técnicas citadas se tratavam de táticas repassadas de uma maneira informal, não sendo um protocolo da instituição, e sim dicas que ocorriam durante suas formações. Todavia, como as entrevistas ocorreram apenas com mulheres, não se sabe se essas táticas informais também eram repassadas aos alunos soldados homens.

Relacionamos a associação que Magali fez sobre machismo e as técnicas repassadas às policiais mulheres, como uma premissa de que as mulheres da Polícia Militar podem ser vistas, ocasionalmente, como menos capazes de desenvolver ações em serviço do que policiais homens, devido a uma concepção social que coloca mulheres como desprovidas de força física.

As estratégias disciplinares, que provêm a construção de sujeitos em policiais militares, se apresentam como um processo não linear, sendo descontínuo, que está constante modificação, não permanecendo sempre envolvido com às mesmas estratégias. Também há o movimento contrário. Não apenas os sujeitos se modificam a partir das estratégias disciplinares dispostas nas instituições, mas as instituições também se modificam através da permanência e atuação dos indivíduos nelas. Um exemplo dessas modificações são as estratégias desenvolvidas para as ações de mulheres policiais acima citadas.

Houve a constituição de um discurso, por parte da própria instituição, a partir da Lei nº 12.975/2000, que discursivamente estabelecia a quebra do binarismo de gênero na PMPR, com a extinção da divisão da Polícia entre feminina e masculina. Entretanto, não houve o rompimento completo dos estereótipos de gênero na instituição, como discorreu Tatiane:

> [...] a gente sente, é um meio, igual eu te disse, um meio masculino. Então acham que as mulheres não vão desempenhar bem um papel, mas a gente sente, a gente vê, a gente percebe, às vezes fica subentendido. Às vezes não é explícito, não é um preconceito explícito. Mas, em algumas atitudes, a gente percebe que acham que nós não somos capazes (TATIANE, 2019).

Compreendemos que ainda se faz presente, de forma implícita, a ideia de que as instituições militares são parte de um meio constituído com características sociais e historicamente vinculadas ao

masculino. Características associadas aos gêneros são reguladas pelo meio social, podendo tornar-se cristalizadas. Entretanto, tal como apontou Butler (2019, p.69): "Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais retificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais". Entendemos que na PMPR, há prevalência de características sociais e historicamente relacionadas a uma masculinidade predominante que são insistente e insidiosamente reforçadas.

Há, intrinsicamente, uma divisão socialmente constituída que condiz com uma ideia do corpo de um policial como viril, eficaz, robusto, portanto, masculino; e o corpo feminino como delicado, frágil, desprovido de força física.

A construção do corpo de uma policial militar é voltada ao poder disciplinar, visto que este corpo é treinado para obedecer a ordens e hierarquias, ou seja, é docilizado. Há uma manipulação da vida e preparação para um certo modo de conduta. Tomando como referência a condição de ser mulher e ser policial, Tatiane disse:

> [...] como todas as profissões, tem coisas que são injustas. Mas, é muito bonita [a profissão], e acho que a maior coisa injusta é a questão do preconceito, por ser uma instituição masculina, mas é isso [...] Então, pelo que a gente vê, tem esse preconceito contra a mulher na instituição, tem em todas as profissões, e como o militarismo é uma instituição que era masculina, agora já não é, porque a mulherada está vindo com tudo, está vindo com força. E a negatividade é isso, é saber que ainda têm gente que pensa que a mulher não é capaz (TATIANE, 2019).

A produção subjetiva das mulheres entrevistadas é perpassada pelas lógicas de uma sociedade que é atravessada por esse binarismo de gênero marcado por categorias socialmente tidas como femininas ou masculinas. Assim como Tatiane, Magali apontou a questão do preconceito contra mulheres policiais como um ponto que lhe preocupa:

> [...] dependendo das situações que você for atender [...] chegou uma mulher, às vezes a pessoa não respeita tanto, sabe? Acha que a mulher não vai saber se sobressair em determinada situação, ou fazer a coisa certa ali. E o parceiro masculino... sente preconceito pela falta de força, talvez. 'Ah, vou trabalhar com uma mulher, será que ela vai saber reagir no momento certo? Ou será que ela vai ter força se precisar algemar uma pessoa?' (MAGALI, 2018).

Na narrativa da entrevistada, percebemos o atravessamento de um binarismo de gênero que atrela a instituição desde o período da entrada de oficiais mulheres, tendo em conta que as mulheres

eram designadas a desenvolver tarefas vistas como menos viris, por serem consideradas como desprovidas de força física.

Narvaz e Koller (2006) compreendem que experiências voltadas ao masculino possuem privilégios sociais construídos ao longo da história. Até meados do século XX, mulheres eram associadas, primordialmente, às funções ligadas apenas ao cuidado com o outro e à manutenção da vida privada. No entanto, ressaltamos que este binarismo de gênero não é um aspecto isolado da Polícia Militar, mas pode ocorrer em distintas instituições.

Considerações finais

Pensando nas análises desenvolvidas, consideramos que as lógicas que perpassam os modos de funcionamento da instituição Polícia Militar do Paraná são voltadas, principalmente, a uma ideia de disciplina. Em outras palavras, os sujeitos são treinados a partir de estratégias que condizem à uma noção de obediência, boa conduta, eficácia, hierarquia e vigilância constante, para que vivam de acordo com as normas institucionalmente estabelecidas nesse local.

Há uma ambivalência na imagem da Polícia Militar produzida pelas mulheres que participaram da pesquisa, visto que, ao mesmo tempo em que relataram uma sobrecarga advinda do contexto laboral, também consideravam a profissão como gratificante. Esta ambivalência ilustra a não linearidade no funcionamento de uma instituição disciplinar.

Cabe ressaltar que a imagem da Polícia Militar a qual nos foi relatada, tem um caráter específico, pois foi produzida por sujeitos de dentro da instituição através da interlocução com uma acadêmica pesquisadora.

Com isso, destacamos algumas problematizações em relação aos resultados que obtivemos a partir da realização das entrevistas: as falas das mulheres policiais seriam diferentes caso as mesmas estivessem ocupando cargos considerados de destaque dentro do Batalhão? Seriam diferentes caso ocorressem alternâncias nas faixas salariais, nível de instrução, classes sociais, raças e na localização do Batalhão? Quais seriam as implicações na produção de subjetividade dessas mulheres caso as mesmas fossem comandadas por uma oficial também mulher?

Sobre este último ponto, é importante salientar que no ano de 2018, o Comando Geral da Polícia Militar do estado do Paraná foi assumido, pela primeira vez em 164 anos de história, por uma

oficial mulher. O processo para um indivíduo assumir o Comando Geral da Polícia Militar de um estado se dá através da indicação do chefe executivo do mesmo (PROJETO DE LEI nº 4.934, 2016). Todavia, no início do ano de 2019, o cargo de Comandante Geral foi repassado, novamente, para um oficial homem.

Atendendo às perspectivas que ressaltamos na análise e relacionando-as à produção de subjetividades, concordamos com Foucault (2004, p. 117) quando diz que "[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica". Os corpos de policiais militares podem ser produzidos através da internalização da farda, a qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Tomando como referência os corpos femininos na Polícia Militar, ressaltamos que ainda há um binarismo de gênero que perpassa essa instituição.

Referências bibliográficas

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**, n. 24, p. 18-24, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/04.pdf. Acesso em 21/set./2020.

DECRETO ESTADUAL n. 3238 de 20 de abril de 1977. **O governador do estado do paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, item II, da Constituição Estadual e o que dispõe o artigo 57 da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976.** Governo do Paraná, PR, 1977. Acesso em 25/nov./2020. Disponível em: http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/03c8822a9a6b69bb03256d3c006690af/44aef7f5540d10eb03256abc006ad968?OpenDocument.

GRISOSKI, D. C. "Nova Polícia" e o processo instituinte: concepções acerca da inserção de mulheres no policiamento paraense. **Psicologia e Saúde em Debate**, n. 5, v. 1, p. 132-143. Disponível em: https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N1A11. Acesso em 14/nov./2020.

GRISOSKI, D.C. (2020). **Mulheres policiais:** produção de subjetividade em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2020.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 1997-223, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009. Acesso em 20/set./2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A ordem do discurso**. Edições Loyola: São Paulo, 2014.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

LEI nº 12. 975, de 17 de novembro 2000. **Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78**, 2000. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2269&codItemAto=15559#15559. Acesso em 25/nov./2020.

LEI nº 14.804, de 20 de julho de 2005. **Altera o § 2º e acresce §§ 3º, 4º e 5º ao art. 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000**, 2005. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2791&codItemAto=18974. Acesso em 25/nov./2020.

MOREIRA, R. **Entre o mito e modernidade:** a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2016.

MOREIRA, R. **Sobre mulheres e Polícias:** Polícia feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964). Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2017.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n.3, p. 647-654. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021. Acesso em 19/set./2020.

PARANÁ, **Lei nº 12. 975, de 17 de novembro 2000**. Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78. Curitiba: Secretária de Segurança Pública Estadual, 2000. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2269&codItemAto=15559#15559. Acesso em 21/set./2020.

PROJETO DE LEI nº 4.934, de 07 de abril de 2016. **Estabelece novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal**, 2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081633. Acesso em 23/nov./2020.

RAMALHO NETO, J. P. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da Polícia Militar da Bahia. **Afro-Ásia,** n. 45, p. 67-94, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0002-05912012000100003. Acesso em 23/nov/2020.

SCHACTAE, A. M. **A ordem e a margem:** comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). Revista Tempo. n. 21, v. 37, p. 01-21, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704tem-21-37-00001.pdf. Acesso em 24/nov./2020.

SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas,** v.22, n.44, p. 203-220, 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/index/login?source=%2Fojs%2Findex.php%2Ftematicas%2Farticle%2Fview%2F2144m.br. Acesso em 19/set./2020.

Temporalidades

Entre os costumes e o mercado: moeda, comércio e reciprocidades na teia do escravismo colonial (1790-1810).

Between customs and the market: currency, trade and reciprocities in the web of colonial slavery (1790-1810).

Philippe Moreira
Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense
prof.philippehistoria@yahoo.com.br

Recebido em: 19/07/2020
Aprovado em: 29/12/2020

Resumo: Esse artigo se propõe a instigar novas formas de percepção da economia colonial em sua longa duração, no Rio de Janeiro em finais do XVIII e começo do XIX, destacando a diversificação de moedas e mercadorias. Esse período, marca uma guinada significativa nas formas de acumulação de riquezas de vários grupos sociais, bem como uma reorganização para atender demandas diversas, sem abrir mão da base dessa peculiar economia, que tinham no escravismo sua força motriz. Tentaremos demonstrar que existiu, pelo menos no recorte proposto, uma economia que conciliava e conectava as duas pontas do Atlântico Sul, num fluxo constante de costumes, pessoas e moedas.

Palavras-chave: Costumes; economia; moeda.

Abstract: This article aims to instigate new forms of perception of the colonial economy in its long duration, in Rio de Janeiro in the late 18th and early 19th, highlighting the diversification of currencies and goods. This period marks a significant shift in the forms of wealth accumulation of various social groups, as well as a reorganization to meet diverse demands, without giving up the basis of this peculiar economy, which had its driving force in slavery. We will try to demonstrate that there was, at least in the proposed cut, an economy that reconciled and connected the two ends of the South Atlantic, in a constant flow of customs, people and currencies.

Keywords: Mores; economy; currency.

Esse artigo busca discutir outras formas de análise da economia colonial por meio da produção, exportação e importação de itens variados, que conciliavam a estrutura social da colônia, a hierarquia e o costume, a uma economia global emergente, moderna, que integrava impérios, nações pessoas e costumes locais, e que não se assemelha a um modelo rígido, estático. Aliado a isso, existe também na historiografia sobre a economia colonial, uma falsa ideia de crise na virada do XVIII para o XIX.

Assim, levando em conta tais discrepâncias ou divergências, nossa hipótese central foi que ocorreu seu incremento pela inserção de outros itens que tinham por base a mão de obra escrava. Isso começou a partir de 1750 com a queda da produção aurífera e o consequente realocamento do excedente da mão de obra escrava para a região de Campos, no norte fluminense, tendo o Rio de Janeiro colonial como satélite desse processo de adequação. A partir disso, há uma modificação no comércio que refaz as relações inserindo novos agentes e novas possibilidades de relações monetarizadas. É importante destacar o entendimento de João Fragoso (2000, p. 23), sobre a economia colonial:

> A noção dessa economia colonial as vésperas da virada entre XVIII e XIX compreenderia dois movimentos importantes: a mudança nas formas de acumulação, culminando com a hegemonia de uma comunidade de comerciantes de grosso trato como elite econômica da região tratada; e a transformação do Rio de Janeiro como principal praça mercantil do atlântico sul tendo a seu redor circuitos mercantis, que abrigavam o comércio de importação e exportação, os negócios de redistribuição de produtos estrangeiros (europeus, africanos e asiáticos) e o comércio colonial interno Sudeste/Sul coloniais.

O apontamento do pesquisador fortalece as teses sobre uma economia pulsante, com grande diversificação de rotas e agentes. Nesse esteio, não podemos " ignorar a presença de várias outras moedas" (SAMPAIO, 2014, p. 314), os produtos e as redes de troca indicam uma forte tendência de diversificação. Para ratificar tal afirmativa, discutiremos algumas formas de moeda que serviam para aquisição de escravos em África e para escambo, que tinham também seu valor mensurado até em bolsa de valores, como veremos a frente. Os exemplos mais destacados pela historiografia são a cachaça, melaço, búzios (cauris) e fumo (ALENCASTRO, 2000). Aos poucos observaremos como esses e outros itens variavam de valor de acordo com as demandas locais, destacando a cultura como elemento fundamental de fomento desse tipo de troca, mesmo diante da fiscalidade da coroa.

Para que tais formas de moedas fossem integradas às negociações, era desenvolvida uma rede internacional de comércio bem estruturada, que forneceu aos que aqui se constituíam como elite nos trópicos, um campo vasto de atuação. Os comerciantes eram responsáveis pela inserção de itens diversos para a troca em África, Portugal e em outras localidades da costa brasileira. Suely Cordeiro de Almeida (2018, p. 3) chama a atenção para um caso que serve de exemplo para a capitania de Pernambuco. Destaca, inicialmente, a figura do contratador, sujeito que arrematava e negociava dívidas

junto a Fazenda Real em nome do rei, por meios de contratos que acabavam por fazê-lo sócio temporário da Coroa

> Os arrendamentos, monopólios e contratos foram solução para apertos financeiros. Eles estabeleciam sociedade temporária oferecida pela Coroa com a Fazenda Real para a exploração do comércio de um produto ou de serviço. O valor do contrato era definido no ato do leilão, pago em parcelas anualmente por três anos. As orientações a respeito dos leilões e arrendamentos estão dispostas para o Brasil no Regimento da Provedoria da Fazenda Real de 1548, e foram aplicadas nas diversas partes da conquista americana por muitas décadas, até que em 1724 foram transferidos para Lisboa e passaram a acontecer na casa do Conselho Ultramarino.

O Conselho Ultramarino passou a gerir todas as formas de contratação que envolvesse a Coroa e as rotas comerciais oficialmente reconhecidas. Era uma forma de controlar e ceder, por vezes, as demandas da fidalguia tanto em Lisboa, quanto em outras partes do reino. A partir de 1731 é que a capitania de Pernambuco começou a ter seus contratos anexados as rodas de leilões de Lisboa, passando a constituir um meio de grande diversificação de produtos usados na troca por cativos na Costa da Mina e, consequentemente, engordando os cofres da Coroa.

A título de exemplo, as anotações de José Francisco Rocha a bordo da galera "Aleluia da Ressurreição e Almas", saída de em sua passagem pelas localidades de Anamabû, Ajudá, Acara e Popo, dão uma noção do quão diversificado eram as trocas. Observa-se que as trocas não se caracterizavam por um tabelamento de mercado, obedecendo, com isso, as normas costumeiras locais. Segundo o mercador, um negro poderia custar "45 tabaco/rolo" em Anamabû ou 28 em Ajudá; uma "molecona" na mesma localidade, poderia custar "32 tabaco/rolo" enquanto uma negra, supostamente adulta, custava oito (ALMEIDA, 2018, p.23). Ou seja, "era preciso ter conhecimento acerca dos produtos que seriam requisitados, uma sintonia com os gostos locais e flutuação dos interesses ou "moda" (*Idem*, p. 25).

Outro item requisitado, eram os búzios, ou cauris, cujo uma "cabeça pequena" significava o quantitativo de 2000 mil e a grande de 4000 mil conchinhas. Um negro poderia custar 96 "búzio/cabeça" em Ajudá, enquanto uma "moleca" poderia ser comprada por 50 (LOPES, 2011). Não sabemos, com precisão, os valores locais, mas serviam para "alimentar o escambo", assim, os cauris, eram usados como moeda (SILVA, 1992, p.365). Os búzios tinham papel central na manutenção do sistema escravista. Em 1756, o Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Diogo Mendonça Corte

Real mandou aviso ao Marquês de Penalva D. Estevão de Meneses ordenando que o provedor da Alfândega da Bahia verificasse a saída de búzios da cidade, e que "fizesse advertência dele" para que vendessem búzios somente depois de completamente limpos, pois ao não tratar as conchas, o prejuízo era enorme (AHU, Rio de Janeiro, Cx. 127, D. 9930).

No caso desse signo monetário, percebemos um belo exemplo desse processo conciliatório entre economias, e como seu uso variou no tempo e no espaço. A preocupação do funcionário da Coroa com as peças demostra tal significado. Os cauris, que hoje são usados principalmente nos rituais das religiões de matriz africana, tem um valor milenar para os povos em África e partes da Ásia. Os mercadores comerciantes de escravos se apoderavam desse simbolismo para adquirir mão de obra abundante.

James Walvin (2017, p. 41-42) demostra ao significado dos búzios já no século XVII. Britânicos, franceses e portugueses compraram suas conchas em leilões realizados pela *United East India Company* em Amsterdã, *Middleburg* e Roterdã. À primeira vista isso parece um comércio muito incomum. Itens do mar de enormes distâncias, do Oceano Índico, enviados para a Europa, onde foram vendidos em leilões, para outros comerciantes europeus que os queriam para seu próprio comércio de escravos africanos na Costa Atlântica. Era um comércio que estendeu 16.000 milhas, equivalente a mais da metade da circunferência da terra. As conchas começaram a seguir as novas rotas, chegavam na Holanda e eram embalados em pacotes ou barris. A cesta padrão de cauris em Roterdã continha 12.000 conchas. Na mesma época, elas chegaram à Grã-Bretanha, os britânicos apreciaram rapidamente seu valor econômico como meio de troca em seu crescente comércio no continente africano.

A relação dos ingleses com o comércio na Índia também incentivou o transporte dos cauris. Seguindo o exemplo, logo a maioria das principais nações comerciais da costa africana colocariam os cauris como parte do pagamento por escravos. O resultado foi o aumento no volume de cauris exportados do Oceano Índico (normalmente via Índia) para a Europa e daí para a África. Na década de 1720, cerca de um milhão de libras em peso de cauris eram contabilizados todos os anos: algo na ordem de 400 milhões de conchas por ano. No período de 1699 a 1790, a Holanda exportou anualmente média de 81 toneladas de conchas para a África Ocidental (em 1749 atingiu 304 toneladas) (WALVIN, 2017, p. 41, 42). Quando lembramos que cada tonelada continha três quartos de um milhão

de conchas, o número real envolvido é gigantesco. No equivalente período, as exportações britânicas eram em média de 57 toneladas por ano. Britânicos e holandeses enviaram anualmente 138 toneladas de conchas no século XVIII, 40 milhões conchas desembarcavam todos os anos na África Ocidental. Entretanto, Walvin (2017) leva muito pouco em conta a prevalência do mercado escravocrata nas Américas e a participação constante dos portugueses e brasílicos nas negociações em África. A citação às Maldivas como núcleo fornecedor dos cauris, na análise desse historiador, também aparece nas discussões de Daniele Santos de Souza (2018), sobre o tráfico na Bahia nos anos de ouro (1690-1790).

> Manifesto de um carregamento de mercadorias enviadas ao Sr. Domingo José Martins de Porto Novo perto de Whydah, Costa da África, para instalar uma feitoria e pelo valor de 1.200 escravos que deverão ser expedidos para a Bahia pelo brigue negreiro 'Três Amigos':
> 160 barris de búzios;
> 544 fuzis;
> 600 fuzis (com a marca inglesa, mas feitos na Alemanha);
> 600 dúzias de copos de licor;
> 300 dúzias de garrafas (de fabricação alemã);
> 1.200 peças de indianas (tecidos estampados) inglesas;
> 22 peças de 24 jardas de lona crua da Alemanha;
> 110 barris de pólvora de 12 libras;
> 1 caixa de pedras de fuzil.
> Estas mercadorias foram carregadas em um navio que partiu de um porto alemão e que, antes de dirigir-se à Costa d'África, passou pela Bahia para completar o seu carregamento, embarcando:
> 4.000 mangotes de fumo;
> 1.500 pipas de cachaça.
> Este carregamento valia em dinheiro 96 contos de réis ou em francos 228.000, formando uma soma necessária para as despesas de instalação de uma feitoria e para compra de 1.200 negros 151 (?) (MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. QUAI D'ORSAY *apud* SANTOS, 2013, p. 112).

Os 160 barris de búzios que são arrolados no manifesto de carregamento de mercadrias, despachadas por Domingos José Martins, são da espécie *Cypraea moneta* ou *Cipraea anullus.*[1] Esse tipo de búzio era a ferramenta de escambo mais tradicional em algumas regiões da Costa do Golfo de Benin, como Lagos, Porto Novo, Ajuda, mesmo tipo detectado por Walvin (2017) no século XVII nas rodadas de leilões na Europa. Entretanto, é importante destacar que pouco se discute sobre a utilização de tamanha quantidade de cauris no território africano, visto que sabemos da sua importância para o comércio de escravos, mas não para o comércio interno, no século XVIII. Santos, em trabalho sobre

[1] Nomes científicos dos cauris mais utilizados.

a economia no candomblé, dá indícios da pluralidade de trocas no continente africano, porém, para o XIX, segundo o autor, a circulação da moeda só era possível em pequenas transações, devido ao seu baixo valor no mercado internacional (SANTOS, 2013).

O acúmulo de mercadorias (provavelmente adquirida com os búzios) era resultado da circulação também de outros signos monetários e tinha o intuito de manter a rede comercial em movimento (SANTOS, 2013). A estruturação desse comércio apresenta características pré-capitalistas, costumeiras, há, quanto a sua motivação, uma sobreposição de interesses. A título de comparação, se o valor dos cauris estava conectado as relações no âmbito da cultura, o tabaco era um importante fator de acumulação no mercado. O progresso da cultura do tabaco na Bahia, ainda no século XVII, foi, segundo Pierre Verger (1987), o principal fator para o estabelecimento do ciclo de tráfico na Costa da Mina. Graças ao fumo, os comerciantes da Bahia criaram um movimento comercial sem precedentes que escapava ao controle da Coroa, "e não era o tabaco de boa qualidade que fortalecia esse intercâmbio, mas sim um subproduto vulgarmente chamado de "soca" (SANTOS, 2013), untado em melado de cana para disfarçar a secura, era misturado as mais variadas impurezas. Este não era consumido no reino, onde destinava-se o melhor das folhas.

Essa perspectiva conciliatória entre tipos de moedas e demandas dos costumes locais é similar com o que Parés (2016, p. 16) relata em relação aos cultos religiosos em África e também se assemelha as disposições normativas que equilibram as duas formas de economia, segundo nossas observações, no Brasil Colonial. "Ao lado de produtos que tinham um mercado consumidor mais amplo", voltados para o comércio extensivo, existiam outros de valores simbólicos. Na América existem outros exemplos de uso de moeda em economias arcaicas documentado por arqueólogos. Martins (2001) analisa as trocas e relações monetárias arcaicas na sociedade inca. Em um trabalho muito bem estruturado, a pesquisadora detalha os usos de conchas como moeda pelos povos da américa pré-colombiana.

A moeda que era usada por esses povos dos Andes era um meio de instituir valores a elementos que fazem parte de comunidades que tem normas institucionais próprias: assim como os cauris, muitas revestiam seus signos monetários de valores espirituais. É uma complexa rede de princípios locais, que podem até se adaptar de acordo com o deslocamento populacional, ou, o que se enquadra no escravismo, com a diáspora. É uma espécie de "transmutação de signos". A atribuição de valores e de

trocas, depende, como destacado por Polanyi (2012), de um centro de distribuição, quando formada por circuitos costumeiros. Ao colonizador, cabia fazer a leitura da imputação dos valores para que isso possa ser incorporado como elemento para galgar seus interesses. Entretanto, não existia somente para os que aqui se constituíram como homens de negócios a responsabilidade de incrementar essa relação econômica. A título de exemplo, em Angola existiam os sobas, destacados por Flávia Maria de Carvalho (2013, p. 18) como fundamentais para administração dos reinos africanos e sua integração com comerciantes de toda parte.

> O reino do Ndongo tinha como principal soberano o ngola, que por sua vez dividia seus territórios em sobados, governados por homens que faziam parte de sua corte, chamados sobas. Os sobas possuíam séquitos, nos quais cada personagem desempenhava papel bem determinado na dinâmica política do sobado. Entre esses personagens destacamos os tandalas (conselheiros principais), os macotas (conselheiros) e os macunzes (embaixadores).

Assim, da mesma forma que agentes coloniais europeus e brasílicos formavam parte dessa estrutura econômica, os sobas também forneciam as demandas locais, favorecendo a inclusão de itens para o escambo: as relações de dependência estabelecidas entre agentes políticos, chefes locais ou mesmo indivíduos famigerados, consistiam na tessitura de laços de subordinação gerados no momento mesmo da imposição/disponibilização dos bens de consumo aos seus respectivos receptores. (SANTOS, 2014). O papel dos sobas e de mercadores brasílicos e europeus na circulação de outras formas de escambo, remete a centúrias anteriores. A relação dos africanos com o comércio apontada também por Roquinaldo Amaral Ferreira (2012), fez dos sobas pessoas que também transitavam entre os mundos. Muitos foram escravizados quando não "contratados" para fazer carreira entre Angola, Rio de Janeiro e Bahia como tradutores, servindo também de pontes culturais na comunidade atlântica. Um exemplo importante desses agentes, destacado por Telma Gonçalves Santos (2014) são os imbangalas, aliados dos portugueses desde meados do século XVI. É bem provável que foram esses indivíduos que ajudaram na percepção dos comerciantes estrangeiros a respeito de que tipo de mercadorias poderia facilitar a aquisição de cativos.

Um outro item, além dos que já apontamos até aqui, como tabaco e cauris, são os tecidos. A transação de tecidos por escravos foi um dos principais eixos mercantis a partir do século XVI, pelo qual Oriente e Ocidente eram conectados numa rede mercantil que se estendia do Atlântico ao Índico, englobando, numa ponta, a prata da América, e na outra, os bens de origem asiática, mas incluindo,

também, outros produtos tropicais e manufaturas europeias, envolvidas na troca de pessoas por bens de consumo variados, dentre os quais os têxteis compunham a maior parte (LOPES; MENZ, 2019).

Lopes e Menz (2019, p. 120) expõem dados interessantes sobre a predominância têxtil. Segundo os pesquisadores citados, entre os anos de 1763-1770, cerca de 53% das mercadorias de contrato em Luanda eram de tecidos. Destes 31% eram provenientes da Europa e 22% da Ásia. Há ainda, no referido texto, uma variação significativa em relações aos tipos de tecidos envolvidos nos contratos. A baeta, produzida na Europa, feita de lã, era negociada por 11.074.090 (valor em réis), a cré de linho por 7.023.460 mil réis, a Bretanha, também de linho, por 6.607.500 mil réis. Sobre os indianos, a predominância do fio é de algodão barateava a carga em relação aos europeus, a chita da Índia de algodão era negociada por 2.788.783 mil réis, a folhinha também de algodão, era negociada a 4.614.887 mil réis (*Idem*, p. 123).

Nesse caso, é uma relação direta entre capital e costume, os produtos envolvidos, de alguma forma no tráfico escravo, tinham relação com as "modas", agradando todo tipo de gente, utilizados para adornar "as donas", e para confecção de roupas de "grosso trato", utilizadas pelos cativos na labuta pesada. Como apontamos, não existia uma troca tabelada de produtos. Era, na verdade, o jogo de oportunidades que faziam as fortunas dos mercadores. O escravismo não foi só responsável pelo traslado de almas, mas também ajudou na formação de redes bem estruturadas de comércio, que envolviam as mais variadas mercadorias. Essa *economia crioula*[2], foi mais forte a partir da segunda metade do XVIII, com a queda da produção aurífera foi preciso diversificar os itens. Com alto grau de sofisticação, os mercadores transitavam por formas costumeiras e monetárias, moldando e se adaptando às demandas do mercado local: é a circularidade atlântica, que não era restrita somente as rotas de comércio, mas se reconfigurava em meio as relações do cotidiano, negando a rigidez de um mercado totalmente demarcado pelo controle institucional e pelo capitalismo nascente.

Ainda sobre os tecidos, mas com foco por essas bandas, seu papel foi importante na constituição de uma rede de contrabando. No ano de 1785, o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ordena que o vice-rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa,

[2] Conceito ainda em desenvolvimentos. Trata da integração entre economia e cultura via as conexões construídas entre capital e relações costumeiras: quando a demanda do mercado monetarizado é obrigado a ceder diante a cultura local, fazendo adequações para não perder de vista o lucro.

acabe com todas as manufaturas de tecidos no Brasil, e que fosse feito um levantamento de todas as fábricas, bem como se listasse todos os tipos de tecidos fabricados por aqui. Além disso, era necessário que a alfândega aumentasse a fiscalidade nos portos, pois o reino havia descoberto uma rede de contrabando que usava esse item para extraviar ouro e diamantes (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3,2,6; cx.299, doc. 30).

As fábricas de "galões"[3] de ouro e prata instituídas por aqui, principalmente na capitania de Minas Gerais, acabaram dando prejuízo aos cofres da fazendo por fazer diminuir importações do reino para cá. Além disso, eram extraviados pelas fábricas fios de ouro e prata para que fossem contrabandeados em meio a mercadoria. Também foi detectado pelos fiscais, a constante circulação de navios ingleses, franceses e holandeses que praticavam o corso pelos mares do Brasil, ajudando no traslado de artigos. Os holandeses, segundo o relato, eram peça chave no contrabando da costa da África para o Brasil, principalmente nas regiões da Bahia e Pernambuco. Chegavam com cargas diversas, que eram trocadas por tabaco e ouro usados para resgatar escravos na África. Também apareceram registro de diamantes extraviados do Brasil, sendo negociados na praça de Amsterdam (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3,2,6; cx.299, doc. 30): tudo escoado para a Europa por meio do transporte de tecidos[4].

Para facilitar a circulação de mercadorias, entre elas os rolos de fita galão que saiam daqui, eram utilizados barcos menores, como jangadas e canoas. Atentos a isso, foi ordenado novamente que se fiscalizasse todas as embarcações que circulavam por aqui, pois "a riqueza dessas importantíssimas colônias, ficarão sendo patrimônio de seus habitantes e das nações estrangeiras [...] sendo as fábricas, e manufaturas, e os contrabandos, e descaminhos a origem de todo mal" (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs. 32,27). Para que isso fosse extirpado ficou acertado que se extinguiriam todas as manufaturas produtoras de "galões, ou tecidos de ouro e de prata", de veludo, brilhante, cetim, seda, algodão e linho, branco ou em cores e chapéus.

A investigação começou a partir das observações do Intendente Geral da Polícia do Reino Diogo Inácio de Pina Manique que informou, um ano antes, a Martinho de Melo e Castro, sua

[3] Tecido em forma de fita utilizado na confecção de vestimentas militares, hoje no Brasil é comercializado sob o nome de fita galão. As cores dos tecidos, ouro e prata, facilitava o contrabando dos metais em meio ao estoque.

[4] Isso quebra de forma significativa a tese de que as manufaturas foram proibidas por aqui para privilegiar as fábricas em Portugal. Na verdade, a proibição vem do fato de que estava sendo contrabandeado entre os itens, ouro prata e diamante.

preocupação com a instalação de duas fábricas de "galões de ouro e prata" no centro do Rio de Janeiro (AHU, Rio de Janeiro, cx. 133, doc. 17) e com a proliferação de teares no recôncavo da Guanabara e nas regiões das minas. Conectando as duas documentações, parece que essa observação desencadeou uma "devassa" descobrindo uma rede de contrabando que envolvia comerciantes brasílicos ingleses, franceses e holandeses, culminando com a proibição das fábricas de tecido por aqui. Como providência, foi pedido a vossa majestade que colocasse agentes para fiscalizar não só os portos, mas logradouros, ruas, estradas, rios, e principalmente as pequenas embarcações em todo o "estado do Brasil". Estas, é que tinham como entrar nos rios do recôncavo, transportando os tecidos, sendo usadas também para contrabandear ouro e prata. As pequenas embarcações, eram rotineiramente vistas também em enseadas e rios em Santa Catariana e Espírito Santo (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3, 2, 6; cx.299, doc. 30) .

Era uma estrutura de contrabando muito bem montada estando presente em toda costa do atlântico sul. Esse comércio que entra no continente por meio de rios e estuários se assemelha ao que aponta Walvin (2017, p.41-42) sobre a relação dos ingleses com o comércio em África: envolveu sociedades e economias muito além das regiões tradicionalmente associadas ao comércio atlântico. Assim como em África, os ingleses, juntamente com franceses e holandeses também se aventuravam por estuários e rios no Brasil, estruturando o contrabando fora de mera relação de trocas costeiras. Para que se estruture melhor essas hipóteses, é preciso, para inferências mais precisas, fazer também uma análise dos mapas, espécie de inventários muito bem organizados pela alfândega e que eram o principal documento de controle aduaneiro entre os portos, para que se detectasse de que forma precisa a tão citada variedade de mercadorias, pois mesmo não estando no registro oficial, isso reverbera de alguma forma em outros documentos oficias.

No ano de 1751 foi produzido um mapa dos navios Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento, e de todas as naus em nome do capitão de mar e guerra João da Costa e Brito. Nele é possível detectar os produtos que faziam as rotas entre a praça do Rio de Janeiro, Lisboa, Luanda, Pernambuco e Bahia. Os itens eram muito variados. O ouro aparece em pó, barra e moeda e quase sempre era remetido ao reino, fruto da cobrança do quinto e do dízimo. O mel, negociado em barris, também aparece com frequência nos mapas. Fumo de primeira e segunda, madeira (pau-brasil),

pipas de aguardente, anil[5], farinha, couro, marfim, cifres e escravos (AHU, Rio de Janeiro, cx. 51, doc. 83). Em outro documento foi feito um levantamento dos itens fiscalizados que saíram do Rio de Janeiro para os portos de Lisboa, Porto, Faial, Viana, Pernambuco, Bahia, Angola e Benguela no ano de 1796.

Tabela1: todas as mercadorias saídas do porto do Rio de Janeiro no ano de 1796

Lisboa	**Porto**	**Faial**	**Viana**	**Pernambuco**	**Bahia**	**Angola**	**Benguela**
Aguardente	Goma	Pontas de boi	Aguardente	Farinha de trigo	Carne seca	Canela	Milho
Azeite de peixe	Anil	Couro	Canela	Carne seca	Tomilho	Aguardente	Arroz
Goma	Arroz	Anil	Arroz	Queijo de minas	Farinha de trigo	Arroz	Fumo
Anil	Café	Arroz	Mel	Fumo	Aguardente	Farinha de trigo	Tominho
Arroz	Azeite de peixe	Café	Couro	Tomilho	Queijo de Minas	Tominho	Carne seca
Café	Aguardente	Algodão	Cauris	Aguardente	Arroz	Carne seca	Farinha de trigo
Linho Cânhamo	Canela	Mel	Barbatana	Mel	Fumo	Fumo	Aguardente

*As mercadorias expostas acima estão na mesma disposição do mapa alfandegário.

Fonte: AHU, Rio de Janeiro, cx. 164, doc. 88.

Alguns desses navios desembarcavam os itens trocando por outros para fazer comércio em África. Percebemos que os produtos que poderiam estragar em uma viagem para o outro lado do Atlântico eram destinados aos portos do Nordeste[6]. As maiores quantidades de artigos eram enviadas à Corte, feito o traslado das mercadorias na Europa, seguiam para Angola e Benguela, descarregavam

[5] No Rio de Janeiro existiu uma fábrica desse produto que era usado para tingir as roupas no reino. Em quase todos os mapas de mercadorias a partir de 1750 existe alguma menção a esse item de grande valor na Europa.

[6] Alguns produtos aparecem repetidos pois a tabela foi disposta da mesma forma que as mercadorias no navio. É provável que isso fosse feito para facilitar o descarregamento de acordo com o porto de desembarque.

e embarcavam outros itens, entre eles escravos. O açúcar era embarcado nos portos nordestinos junto com os cauris, assim como outras moedas de escambo para o tráfico. Os dados expostos acima apontando apara a diversidade econômica da estrutura colonial para muito além da rigidez da plantation. A partir de agora vamos discutir as características gerais de escravos que produziam esses itens. A ideia é conectar a discussão inicial as dinâmicas sociais estabelecidas a partir do incremento da economia colonial.

As fábricas e o escravismo: produzir para sonhar com a liberdade.

Como funcionavam essas fábricas de itens variados? Inicialmente, não se tratava da fábrica de modelo industrial, mas de pequenas manufaturas. Os fabricantes levavam a mercadoria para ser vendida junto aos agentes portuários, que funcionavam como atravessadores negociando o preço e anotando tudo em mapas. E todas as fábricas, fossem elas de tecido, descarte de arroz, anil, óleo de peixe, farinha, açúcar, funcionavam, é claro, com mão de obra escrava. Para além dos produtos que aparecem nos estudos clássicos sobre economia colonial, detectamos alguns que chamam a atenção por aparecer em quase todos os mapas de mercadorias que deixaram os portos cariocas. No ano de 1758, o rei de Portugal Dom José I foi consultado sobre a possibilidade de se estabelecer fábricas de anil no Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina, e Rio Grande de São Pedro (AHU, Rio de Janeiro, cx. 63, doc. 60). Ao que tudo indica, os negócios em torno desse corante foram muito bem, pois em 1784 foi feito em levantamento das fábricas, lavouras e fabricantes que funcionavam em 49 sítios, destes quase todos eram movidos por escravos (AHU, Rio de Janeiro cx.133, doc. 48; cx. 135, doc. 32), algumas inclusive eram chefiados por cativos.

A estrutura montada para o escoamento da produção era impressionante. O anil passava por exames de controle de qualidade, amostras do produto eram enviados ao reino para que um boticário atestasse a boa procedência. O número de agentes variava de sítio para sítio, alguns registraram apenas um fabricante, enquanto outros tinham até 12, entre brancos pobres, escravos e forros. Em um dos poucos trabalhos sobre essa "economia marginal", Fábio Pesavento (2005) demonstra o papel fundamental do anil da dinâmica colonial, explicando que tal cultura proliferou pelo Norte do Brasil, mais especificamente no Grão-Pará e Maranhão. Entretanto, a falta de mão de obra especializada e a escassez de escravos levaram seus incentivadores a migrar para o Sudeste, já que na região mão de obra era o que não faltava, elevando assim, a capacidade produtiva das fazendas ampliando a possibilidade

de riqueza. "A lavradora e os anileiros diversificavam a sua produção entre diferentes culturas, além do anil, tais como a mandioca, o arroz, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar" (*Idem*, p. 56). O azul do anil representou parte significativa dos produtos exportados. Essa variedade de produção, incluía trabalho e maior possibilidade de ganhos para os escravos para, quem sabe, e após a mudança de *status* jurídico – de escravo à liberto, ascender socialmente. Mais um indício forte dos motivos da não inserção de pessoas escravizadas na capitania fluminense à resolvas sociais: diante de tamanha pujança econômica, não compensava o risco de morte provocado por fugas e revoltas, a economia crioula, mais a fragmentação identitária, ajudou na adequação do escravo urbano ao trabalho, facilitando também o controle social por parte dos senhores.

Em uma análise dos inventários *post mortem,* listamos as profissões de escravos inventariados por seus senhores entre os anos de 1790 e 1808. A diversificação reforça hipóteses discutidas acima: a de que, por meio do levantamento das mercadorias que deixavam o porto carioca expostas nos mapas de embarcações, podemos enxergar o Rio de Janeiro como o lugar onde a atividade de ganho e as características laborais das pessoas escravizadas (habilidades que estes tinham para execução do serviço), tinham maior preponderância que em outros territórios da América portuguesa, o que talvez tenha contribuído para a proliferação de modalidades de alforrias. Se num dia eles poderiam executar o serviço de pedreiro, no outro seria de ourives, e assim irem juntando pecúlio para aquisição da liberdade.

Tabela 2: Profissões / ocupações dos escravos.

Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Alfaiates	9	Alfaiate e barbeiro	1
Barbeiros	5	Barqueiros	9
Boleeiro	1	Cabeleireiros	2
Cabouqueiro	1	Calafate	1
Carpinteiros	13	Carpinteiros da ribeira	2
Correeiros	2	Carreteiro	1
Carroceiros	2	Chapeleiro	1
Feitor de chácara	1	Ferreiros	10
Lapidários	2	Malhadores de ferro	4

Marceneiros	2	Marinheiros	3
Ourives	3	Padeira	1
Pastor	1	Pedreiros	13
Pescadores	22	Quitandeiras	3
Roça	16	Serviço de roupa	1
Sapateiros	12	Serradores	2
Tripeira	1	Vendedor de doces	1
Costureiras	26	Costureiras / engomadeiras	5
Costureira / lavadeira	1	Serviço da cozinha	1
Cozinheiras	10	Cozinheira / lavadeira	1
Serviços domésticos	196	Rendeiras	6
Lavadeiras	3	Serviço da chácara	6

Fonte: Arquivo Nacional, inventários *post mortem* (1790-1810)

Assim, o que queremos apontar são elementos que embase uma das nossas hipóteses: a de que havia uma grande variedade de postos de trabalhos, que não eram totalmente ligados a lavoura e foram ocupados por escravos, posto que eram nas cidades onde se encontravam o maior contingente de pessoas escravizadas. No caso do Rio de Janeiro, existiram, portanto, outras formas de inserção desses agentes na economia colonial. Fato pouco levado em conta quando se fala da adequação de escravos ao mundo colonial. A variação de possibilidades de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, era fundamental para os senhores que, através do sistema de "jornadas", lucrassem com as atividades laborativas de seus cativos.

Considerações Finais

Esse é um dos cenários da formação econômica na América Lusa. A circularidade de mercadorias ajudava a manter estável parte significativa da escravaria no Rio de Janeiro por meio da amplidão de atividades laborativas. Isso só era possível através da formação dessas conexões atlânticas (FERREIRA, 2006), que passava por um constante refazer econômico, político e social. As fábricas atendiam as demandas da Europa e da África, assim como de outras capitanias desse lado do atlântico.

A partir desse intercâmbio social e econômico, é que a crioulização econômica forneceu aos comerciantes e senhores de escravos os códigos que influenciavam na apropriação de signos culturais,

como no caso do uso do cauris como moeda. Essas redes de relações comerciais/culturais, lucro/costumes, foram infiltrando as demandas em meio ao controle imperial lusitano: são faces de um mesmo corpo, processo de adequação e negação, foram tecendo e desfazendo suas redes, como a Penélope a espera de Ulisses na mitologia grega: tece quando lhe convém, desfaz os enlaces, repara os fios ou desfaz e refaz até a realização do seu desejo maior, o de conseguir um lugar ao sol na pirâmide social. Tudo isso se dá para que se mantenha o "estado das coisas", Penélope não aceita casar com outro homem após a partida de Ulisses, espera seu amor e segue tecendo de dia e desfazendo a noite. Assim como os agentes do mundo colonial, não lhes faltavam fios nem disposição, não há escassez, vontades são atendidas ou desfiguradas, mas quase nunca não são adequadas ao sistema.

Fontes digitalizadas:

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU,), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro

AHU, ACL_CU_005_, Cx. 127, D. 9930.

AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3,2,6; cx.299, doc. 30.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 63, doc. 60.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 133, doc. 17.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 164, doc. 88.

AHU, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Rotas atlânticas: O comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (1724–1752) **História,** São Paulo, v.37, 2018. p. 1-31.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. 2013.** Tese (Douturado em História)Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Microescala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. **Revista Tempo: Dossiê (África**), Niterói, nº 20, 2006. pp. 33-59.

FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Locus: Revista De História**, v. 6, nº1, Rio de Janeiro, 2000. pp.9-36. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20500>. Acesso em 20 abr. 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano M.Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). **Revista Brasileira de História**. vol.39, n.80, 2019. pp.109-134.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

MARTINS, Cristina Bertazoni. **O papel do "dinheiro primitivo" na economia Inca.** 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. O processo de crioulização no Recôncavo baiano 1750-1800. **Afro-Ásia,** 33l, 2005. pp. 87-132.

PESAVENTO, Fábio. O **azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818.** 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. "A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no Século XVIII." In: FRAGOSO, João e GOUVÊA Maria de Fátima (org.) **O Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Vol. 3.

SANTOS, F.G. **Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937.**Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Telma Gonçalves. **Comércio de tecidos europeus e asiáticos na África Centro-Ocidental: fraudes e contrabando no terceiro quartel do século XVIII**. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses**. São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1992.

SOUZA, Daniele Santos de **Tráfico, escravidão e liberdade na Bahia nos "anos de ouro" do comércio negreiro c.1680-c.1790.** 2018. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

WALVIN, James. **Slavery in Small Things: Slavery and Modern Cultural Habits,**. JohnWiley & Sons, Inc, 2017.

Temporalidades

Grafite enquanto memória cultural: um arquivo público identitário a ser explorado

Graffiti as a cultural memory: a public identity file to be explored

Vitoria Paschoal Baldin
Graduanda em História da Arte
Universidade Federal de São Paulo
vitoria.baldin@unifesp.br

Recebido em: 21/10/2020
Aprovado em: 19/11/2020

Resumo: A cidade é um grande arquivo imagético das memórias e identidades que ocupam e transformam esse espaço. Para além de um arquivo imutável e eterno, é um espaço de comunicação em constante mutação. Entretanto, sua potência em falar visualmente sobre sentimentos, percepções e acontecimentos sociais, econômicos e culturais está no fato de que, apesar de sua efemeridade, insere-se diretamente na vida cotidiana de seus espectadores. O grafite está diretamente relacionado a essa lógica. Ele é não apenas uma forma de expressão, mas também uma prática sociocultural que engaja seus produtores e seu público a pensar o espaço urbano de novas formas. Nesse sentido, esse trabalho propõe uma exploração do grafite enquanto fonte de conhecimento acerca dos sujeitos que o produzem e o observam, a partir do entendimento dos signos culturais que são mobilizados nessa expressão.

Palavras-chave: Memória cultural; Identidade; Arte de rua;

Abstract: The city is a great image archive of the memories and identities that occupy and transform this space. In addition to an immutable and eternal archive, it is a space of communication in constant change. However, its power to speak visually about feelings, perceptions and social, economic and cultural events lies in the fact that, despite its ephemerality, it is directly inserted in the daily life of its viewers. Graphite is directly related to this logic. It is not only a form of expression, but also a socio-cultural practice that engages its producers and its audience to think about urban space in new ways. In this sense, this work proposes an exploration of graphite as a source of knowledge about the subjects that produce and observe it, based on the understanding of the cultural signs that are mobilized in this expression.

Keywords: Cultural memory; Identity; Street art;

Introdução

Segundo Stuart Hall (2005), a identidade e o sujeito são conceitos que têm se alterado ao longo do tempo. O sujeito durante do Iluminismo estava baseado em uma concepção da pessoa como um indivíduo totalmente centrado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação que emergia do sujeito ao nascimento e se desenvolvia, mas se mantinha essencialmente o mesmo. Com o surgimento da sociologia, o homem moderno passa a ser compreendido de forma mais complexa, em que ele não era mais autônomo e autossuficiente, mas era formado a partir da relação com outros sujeitos, responsáveis pela mediação de valores, símbolos e sentidos entre si. A identidade passa a ser compreendida como fruto da interação entre o sujeito e a sociedade. Ele é formado e transformado através do diálogo com o mundo exterior, suas culturas e as diferentes identidades que nele atuam. A identidade preencheria o espaço entre o interno e o externo, entre o mundo pessoal e o mundo público. Assim, projetamo-nos em nossas relações sociais e, ao mesmo tempo, internalizamos significados e valores desses universos, estabelecendo sentimentos alinhados com os locais objetivos que ocupamos no mundo sociocultural. Essa relação entre o mundo e o sujeito, através de sua atuação social, "constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização" (p. 31). Ainda nesse aspecto, Hall , se baseando na teoria de Freud e Lacan, aponta que nossas identidades, assim como nossa sexualidade e nossos desejos, são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente que se iniciam ainda na primeira infância em que entramos em contato com os sistemas simbólicos socioculturais, como língua, arte e cultura. A identidade "estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis" (p.12). Dessa forma, Hall entende que a identidade é formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes múltiplos. Sujeito autônomo, nesse sentido, só existe pois consegue identificar-se com algo mais amplo, enquanto parte de algo, seja um grupo social, uma classe, um gênero, uma profissão, "ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar" (SCRUTON, 1986, p. 156 apud HALL, 2005, p. 48).

Entretanto, o sujeito tem se tornado cada vez mais fragmentado, não composto por unidade, mas de várias identidades fragmentadas. O processo de identificação se tornou mais provisório, variável e, por vezes, problemático. Tal processo gera um sujeito que não possui uma identidade una,

fixa, essencial ou constante. Agier aponta que "toda a identidade, ou melhor, toda a declaração identitária, tanto individual quanto colectiva (mesmo se, para um colectivo, é mais difícil de admiti-lo), é então múltipla, inacabada instável, sempre experimentada mais como busca que como um facto" (2001, p. 10 apud CAMPOS, 2010, p. 110). A identidade é móvel, formada e transformada nas relações que estabelecemos com os sistemas culturais aos quais construímos e interagimos. Ou seja, a "identidade pode ser apenas um conjunto de círculos que às vezes podem ser substancialmente pequenos, sobrepostos ou identificados entre si em períodos de estabilidade e paz, e separados um do outro em períodos de conflito" (AL-NAJJAR, 2019, p. 5. Tradução nossa). Ainda que exista certo imaginário sobre sua unidade, a identidade sempre permanece incompleta, em processo e está constantemente sendo formada. Cada sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos. Nesse sentido,

> dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 12-13)

As sociedades modernas também são constituídas por diferenças que produzem diferentes identidades. Ainda assim, essas sociedades possuem certa coesão, pois suas diferentes identidades e elementos são, sob certas circunstâncias, articuladas. Conforme Assmann e Czaplicka (1995 apud GANDOLFO, 2010) apontam, a identidade é concretizada socialmente através da memória que combina lembrança, cultura e sociedade, possibilitando que indivíduos formulem e reconstruam suas identidades dentro de certa relação estabelecida entre sentimentos, conhecimentos, símbolos e valores presentes em determinada coletividade.

A memória cultural

Jan Assmann (2016) aponta que a memória atua em três níveis. Internamente, nossa memória é pessoal. Socialmente, a memória é fonte da nossa comunicação e interação social. E, culturalmente, temos objetos culturais, portadores e mobilizadores de memória. Segundo Halbwachs (1994, 1997

apud ASSMANN, 2016), a memória depende de socialização e comunicação, ela nos capacita de viver em grupos e, ao mesmo tempo, as comunidades que pertencemos nos permitem construir uma memória. Há, nesse processo, uma constante relação entre tempo, memória e identidade. Nesse sentido, Assmann indica que a

> memória cultural é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural. Halbwachs, todavia, o inventor do termo "memória coletiva", foi cuidadoso em manter seu conceito de memória coletiva à parte do campo das tradições, transmissões e transferências, que nós propomos incluir no termo "memória cultural". (2016, p. 118)

Dessa maneira, Assmann entende que há duas maneiras interrelacionadas pela qual podemos socialmente memorar. Temos a memória comunicativa que é compartilhada coletivamente e auxilia na formação da identidade coletiva, ela ajuda o sujeito a compreender seu papel dentro dos grupos sociais aos quais participa. Através da comunicação, "cada indivíduo compõe uma memória que, como mostrou Halbwachs, é (a) mediada socialmente e (b) se relaciona a um grupo" (ASSMANN, 1995, p. 127. Tradução nossa). Nesse processo, cada indivíduo, ao dialogar com os demais, passa a perceber-se como parte daquela unidade, tendo em vista suas memórias em comum para com esse grupo. Essa memória não é institucional, formalizada, ela se desenvolve na interação e comunicação cotidiana entre os diferentes sujeitos. Exatamente por isso, ela é limitada pelo tempo de vida pelo qual as diferentes gerações podem interagir entre si. Ela é, portanto, compartilhada entre os indivíduos e seus contemporâneos. Como no caso de diferentes *crews* que compartilham entre seus membros memórias e experiências de perseguições, discriminações, mas também momentos de reconhecimento e euforia que foram possíveis por pertencer àquele grupo e produzir grafite coletivamente. Entretanto, "cada indivíduo pertence a vários desses grupos e, portanto, nutre várias autoimagens e memórias coletivas" (ASSMANN,1995, p. 127. Tradução nossa).

E também temos a memória cultural que inclui nesse processo de formação identitária as tradições, os símbolos e as produções culturalmente transmitidas. Ela está fixada no passado, "presente em símbolos que são representados em mitos orais ou em escritos, que são reencenados em festas e que estão continuamente iluminando um presente em mudança" (ASSMANN, 2016, p. 121). Assim, o passado transmitido é alinhado às necessidades contemporâneas. Nesse contexto, as separações entre mito, lenda e história se dissolvem, o passado é reconstruído pela lembrança. Como

no caso de grafites que mobilizam repertórios do passado, como escravidão, colonização ou outros pontos históricos e culturais de destaque, para discutir questões contemporâneas que perpassam o cotidiano desses sujeitos. Essa memória cultural é

> exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentes à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra. Objetos externos como portadores de memória já desempenham um papel no nível da memória pessoal. Nossa memória, que possuímos enquanto seres dotados de uma mente humana, existe somente em interação constante, não apenas com outras memórias humanas, mas também com "coisas", símbolos externos. (ASSMANN, 2016, p. 118)

Portanto, "assim como a memória comunicativa se caracteriza por sua proximidade com o cotidiano, a memória cultural se caracteriza por seu distanciamento do cotidiano" (ASSMANN, 1995, p. 128. Tradução nossa). Ou seja, a memória cultural se caracteriza por sua transcendência no horizonte temporal. Ela é uma reverberação de pontos específicos do passado que, através da sua fixação em expressões culturais se mantém e dialoga com o presente, sendo passível de apropriações, críticas, preservações e transformações, reapropriado, criticado, preservado ou transformado.

As identidades coletivas

Conforme apontamos anteriormente, os indivíduos possuem multiculturas, que se relacionam com os grupos e as comunidades políticas, sociais e culturais às quais pertencem. E em cada um desses agrupamentos sua coesão é articulada, por meios de dinâmicas de associação e dissociação, com as memórias comunicativas e culturais das quais os sujeitos ali possam compartilhar. Assim, através da memória, esses sujeitos são capazes de compartilhar "laços afetivos" com os demais membros dessa comunidade. Nesse aspecto, as memórias culturais auxiliam na concretização da identidade do sujeito, tendo em vista que preservam "o estoque de conhecimento do qual um grupo obtém a consciência de sua unidade e peculiaridade" (ASSMANN, 1995, p. 130). Além disso, elas também podem atuar como marcação cultural da alteridade, delimitando aqueles que partilham daqueles signos e daquela memória dos demais. Há, nesse sentido, certa normatividade em relação a autoimagem que deve ser partilhada nesse grupo, a partir de um escopo definido de valores e símbolos.

Nesse sentido, Al-Najjar (2019) argumenta que o indivíduo pode compreender sua identidade reconhecendo as diferenças em relação aos demais sujeitos, os Outros, as alteridades. Assim, passa a reconhecer as especificidades de seu idioma, sua religião, sua etnia, seu vestuário, suas comidas, suas cerimônias socioculturais, por exemplo. A identidade, para ele, é composta por elementos diversos que possuem, por vezes, origens históricas, geográficas, étnicas, tribais, sectárias ou pode se basear em questões relativas à origens, classes e profissões. Ainda nessa perspectiva, Castells (1997 apud AL-NAJJAR, 2019) entende que todas as identidades são constituídas a partir de elementos simbólicos provenientes da história, da geografia, da religião, das narrativas locais e da memória coletiva, mas são reorganizados e reapropriados pelos mecanismos de poder. Assim, esses pequenos elementos podem ser articulados e se sobrepor na construção de uma identidade maior, formada por círculos que podem ser compartilhados entre diferentes indivíduos. Conforme Huntington (2004 apud GANDOLFO, 2010) propõe, as identidades são, por diversas vezes, constituídas através da delimitação entre o "eu", ou o "nós", e "eles". Nesse processo, "é comum recorrer-se aos antagonismos para fortalecer a coesão e singularidade de um determinado perfil identitário" (CAMPOS, 2017, p. 12). Assim, demarca-se fronteiras entre "nós" e a alteridade, formando identidades que invocam discursos mais definidos a respeito do "não ser" do que, em fato, "ser" algo.

Dessa maneira, as identidades não se constituem apenas como uma forma de expressão ou de entendimento sobre si, mas atuam dentro de processos socioculturais e são compartilhadas culturalmente por indivíduos diversos. Assim, o sentimento de pertencimento em relação a determinado grupo é capaz de criar valores e percepções em relação ao mundo e aos demais indivíduos.

Hall (2005) ainda aponta que outro aspecto importante dessa alteração em relação a constituição identitária: a globalização. Por globalização, compreendemos os processos que atuam em escala global, atravessando fronteiras nacionais e conectando pessoas e culturas, interrelacionando experiências e realidades (MCGREW, 1992 apud HALL, 2005). Tal processo, é capaz de gerar novas combinações espaciais e temporais que ordenam a vida social, afastando a ideia pregada pela sociologia clássica em que a sociedade era um sistema bem delimitado. Assim, o mundo passa a ser compreendido como menor, possuidor de distâncias mais curtas, em que informações

viajam mais rapidamente e são capazes de alcançar um número cada vez maior de indivíduos. Dessa maneira, nos deparamos com uma sociedade em que há maior fragmentação dos vínculos sociais e afetivos (CAMPOS, 2011). Nesse sentido, o impacto da globalização sob a moldagem e a remodelagem das identidades têm relação com essas novas perspectivas em relação ao espaço e o tempo, tendo em vista que esses elementos são básicos para os sistemas de representação, como a escrita, o desenho, a fotografia e os meios de comunicação, que transmitem dimensões do espaciais e temporais de seu contexto. Isto é, "todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos" (HALL, 2005, p. 71). Portanto, as diferentes épocas e culturas possuem maneiras particulares de combinar esses elementos.

Entretanto, a vida social dentro do processo de globalização passa a ser fortemente mediada pelo mercado global, em que imagens de estilos, lugares, pessoas são globalmente interligados. E, assim, as identidades passam a ser mais desvinculadas de tempos e espaços, assim como, tradições, específicos, e passam a se ligar com questões relativas a globalização e urbanização da vida cotidiana. Assim, os movimentos demográficos e a globalização, ao possibilitarem a constante troca de ideias e tecnologias, transforma a identidade em algo muito mais interligado (AL-NAJJAR, 2019). Os sujeitos encontram diariamente novas e diferentes identidades, que apelam para as diferentes partes deles, reconstruindo e remodelando seus entendimentos sobre si mesmos. Portanto, as formações identitárias, atualmente, muito se baseiam em processos relacionais e dinâmicos, em que local, histórias e culturas específicas não são mais fatores determinantes (CAMPOS, 2011), ainda que possuam certa importância.

O duplo processo: imagem e identidade

Assim, a cultura e a forma de vida cotidiana estão fortemente pautadas em relações de desejo e visualidades estruturadas nas grandes metrópoles globalizadas (CAMPOS; DIÓGENES, 2020). Para esse processo,

> foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de "supermercado cultural". No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como "homogeneização cultural". (HALL, 2005, p. 75-76)

Nesse sentido, podemos compreender que as identidades e as alterações dela participam de um movimento duplo na formação e distribuição das imagens. Ao mesmo tempo que as imagens, e os aparatos socioculturais de forma mais ampla, são utilizadas no processo de memória cultural que auxilia a o desenvolvimento identitário, elas também são perpassadas por imaginários, símbolos desenvolvidos dentro desse processo. Conforme apontado por Campos (2011), as imagens são um fator importante na forma pela qual as identidades são projetadas e experienciadas, tendo em vista elas são um relevante recurso para a agência e a criatividade, exercida tanto individual quanto coletivamente. Tal fato, ganha ainda mais relevância ao levarmos em consideração a importância da aparência e as imagens incorporadas ao indivíduo ocupa em nossas relações de identificação e distinção simbólica.

Assim, o jogo entre espelhamentos e reconhecimento de referentes imagéticos que projetam no mundo as relações identitárias, na forma pela qual nos vestimos, andamos, nos comportamos, falamos e produzimos criativamente no mundo, é um fator relevante no desenvolvimento das identidades. Tal comunicação, é um elemento essencial na vida coletiva e a capacidade de comunicar algo para a coletividade está na base do desenvolvimento de coesão que possibilita o desenvolvimento das identidades coletivas (CAMPOS, 2016). Comunicamos nossas identidades no mundo, não apenas verbalmente, mas, principalmente, imageticamente.

O espaço público enquanto suporte

As cidades não são apenas constituídas de seu espaço físico. Nesse espaço podemos observar prédios, pontes, mas também veículos e pedestres que fluem por essa arquitetura. O movimento é contínuo, a cidade é um local de circulação. Mas, as cidades são um importante local de produção cultural e estética (YOUNG, 2014). Dessa maneira, a constituição de uma cidade se define, também, pelas relações socioculturais e identitárias que se desenvolvem no seu interior. Os sujeitos que nela vivem, ocupam esses espaços e inscrevem neles suas singularidades (ECKERT, et al., 2019). Viver na cidade é conviver com a alteridade, confrontamos e negociamos com sujeitos portadores de referências, culturas e hábitos distintos. Diferentes agentes e vontades comunicativas coabitam e dialogam com a arquitetura urbana. O Estado regula e vigia o espaço, as empresas, o setor privado e os partidos políticos utilizam-se do espaço público para atrair nossos olhares e provocar desejo e

atração, entretanto, nesse sistema também temos pessoas comuns que manifestam e marcam sua presença nessa paisagem (CAMPOS; DIÓGENES; ECKERT; 2016). Dessa forma, a cidade

> é um mosaico identitário, que transforma a cidade num vasto campo de retalhos carregados de significado e conflitos simbólicos. A disputa pelo espaço é uma competição de signos e identidades, um confronto de poderes que assume uma dimensão simbólica (CAMPOS, 2010, p. 400).

Entretanto, o espaço público não é organizado ao acaso, ele é fruto de elementos históricos, naturais, mas também de processos sociopolíticos. As autoridades atuam para controlar e regulamentar a propriedade e o uso desses locais, permitindo que certas ações sejam permitidas enquanto outras são proibidas e coibidas. A arquitetura e a delimitação do espaço são pensadas para projetar sobre os habitantes formas de ver e entender o mundo. Isto é, esse território é organizado, moldado, privatizado e organizado, impactando diretamente a vida nessas cidades. A experiência dos sujeitos nesse espaço, portanto, está ligada a propriedade, ao controle e a vigilância.

Apesar disso, são incontáveis agentes que disputam e questionam esse regime. Isto é, tal local "é disputado por diferentes agentes, individuais e colectivos, que procuram marcar sua presença, passar a sua mensagem" (CAMPOS, 2010, p. 249). A vida pública da imagem, como Awad e Wagoner (2017), possibilita uma vida mais dinâmica a essa produção, à medida em que vários atores podem assumir a posição de produtores, espectadores a autoridade. Esses sujeitos produzem, interpretam, transformam e destroem essas imagens. Ao ser exposta para uma audiência, independemente de ser feita e exposta de forma legal ou ilegal, o público não apenas percebe, mas também interpreta, modifica, desfaz e desorganiza ativamente ela.

É nesse sentido que o grafite urbano se desenvolve como alternativa aos monopólios da exposição da imagem e da comunicação no espaço público. Essas intervenções reimaginam a cidade, transformam esse local para além das lógicas de propriedade. Como Zieleniec argumenta:

> o 'direito à cidade' é uma reivindicação ao direito de habitar o espaço, de criar e usar e de ser representado no e através do espaço público. A rua é um meio e modo de comunicação e de brincadeira e o prazer e a possibilidade de estar junto com os outros. Viver em um espaço aberto, criativo e democrático de uma sociedade urbana verdadeiramente inclusiva é aquele que incentiva a expressão e a comunicação lúdicas, intervenções artísticas e estéticas no, sobre e através do espaço urbano. (2016, p. 9 -10. Tradução nossa)

O grafite, Zieleniec (2016) aponta, transforma o espaço público, adornando-o com signos de identidades, status, estilos e culturas múltiplas, em contraste à práticas visualmente homogeneizantes, muitas vezes baseadas em discursos sobre "limpar a cidade" ou adequá-la aos padrões estéticos da alta Arte, vista como mais legítima. Entretanto, a utilização do espaço público é uma das características centrais na expressão do grafite. É uma comunicação aberta, pública. Ao mesmo tempo que isso possibilita um alcance amplo da mensagem, também é capaz de questionar por si só as lógicas impostas à esse espaço. A prática ganha, assim, força reivindicadora de partilha e participação (CAMPOS; DIÓGENES; ECKERT, 2016). Como ressaltado por Gitahy:

> o graffiti veio para democratizar a arte, na medida em que acontece de forma arbitrária e descomprometida com qualquer limitação espacial ou ideológica. Todos os segmentos sociais podem vir a ser lidos pelos artistas do graffiti, assim como seus símbolos espalhados pela cidade podem ser lidos por todos. (1999, p. 13).

Em grafites produzidos em contextos de insurreição popular somos capazes de observar mensagens sobre a luta, muitas vezes, como forma de incentivar outros sujeitos á engajarem-se também. Como na imagem 1, podemos ler em árabe a mensagem "você pode pisar nas flores, mas nunca pode atrasar a primavera". Em referência a Pablo Neruda, a frase se relaciona com a opressão estatal observada no levante da Primavera Árabe e com a intenção de não permitir que isso os silencie. Pela técnica empregada, podemos perceber a intenção de repetir essa comunicação por mais incontáveis vezes. Grafites como este foram produzidos massivamente durante esse tipo movimento em diversos países.

Imagem 1: Stencil produzido no Cairo durante a Primavera Árabe

Fonte: MORAYEF, 2013. Disponível em: https://suzeeinthecity.wordpress.com/2013/01/07/women-in-graffiti-a-tribute-to-the-women-of-egypt/

Entretanto, a questão ativista não é a única a ser utilizada para transformar a cidade, questões relativas ao passado histórico, a cultura nacional e internacional, figuras de relevância — como, por exemplo, temos observado grafites em referência à Marielle Franco se espalhando pelas cidades brasileiras desde seu assassinato em 2018 — são diversas vezes mobilizados nessa comunicação. Além disso, uma tag (imagem 2), isto é, uma assinatura estilizada, ou uma expressão em pichação (Imagem 3) também são capazes de comunicar-se, gritam para o público sua existência, reafirmam seu direito de existir.

Imagem 2: Tag e Grafite produzido no trilho do trem de Berlin

Fonte: YOUNG, 2014, p. 20

Imagem 3: Pichação feita em Florianópolis

Fonte: ZANELLA, 2017, p. 206

Trajetórias artísticas e identitárias ganham liberdade de expressão e comunicação. Ele denota, assim, "desobediência a um normativo que estabelece regras claras num universo comunicacional controlado por poderes públicos e privados" (CAMPOS, 2010, p. 254). Nesse sentido, o grafite é uma expressão representativa da vida urbana moderna: a justaposição onipresente

de entendimentos concorrentes e conflitantes acerca da imagem, do urbano e do mundo, bem como, carrega sinais das divisões e diferenças sociais, culturais e identitárias que coexistem dentro da cidade (ZIELENIEC, 2016). Portanto, as artes de rua são fruto da relação "entre o espaço em que se encontram, a obra de arte que criam e a gama de efeitos que fluem da obra de arte, através do espaço específico, englobando o espectador e a própria cidade" (YOUNG, 2014, p. 90. Tradução nossa).

A mobilização das identidades subculturais no grafite

O grafite enquanto prática e como processo criativo é capaz de mobilizar e gerar em sua estrutura elementos relativos às identidades de seus produtores. Conforme Macdonald (2001 apud LI; PRASAD, 2018) aponta, o grafite oferece agência para seus criadores comunicarem e construírem suas identidades, através da mobilização de criatividade, signos e imaginários. Nesse sentido, Sallas (2016) argumenta que essa expressão é capaz de mobilizar elementos identitários baseados em contextos sociopolíticos, culturais e históricos específicos que podem ser reconhecidos dentro do processo de expressão e resistência. Ainda que não haja uma relação estrita de homologia, há expressões que "somos capazes de reconhecer como sendo próprios de uma dada cultura, quanto de uma imensa variedade de imagens que transitam entre culturas e espaços sociais diferentes" (SALLAS, 2016, p. 107). Assim, no grafite há a constante mescla de desses elementos, formando uma expressão híbrida, capaz de articular o local e o global em sua comunicação. Tendo em vista que, o processo de globalização, assim como a fotografia e a internet, reorganiza as relações espaço-tempo das identidades ali articuladas, assim como, altera as lógicas internas à expressão.

As artes de rua são expressões e manifestações que atuam na cidade, articulando visualidades, deslocamentos, movimentações, identidades e culturas da qual partilham (ECKERT et al., 2019). Nesse sentido, Paris (1993 apud CAMPOS, 2010) aponta que os grafites são uma importante ferramenta pela qual os produtores podem exprimir seus impulsos com maior liberdade. Assim, "na produção dos grafitos, os jovens dão lugar - através da ficção, da fantasia, da (re)invenção do real - a uma forma discursiva de libertação de fantasias reprimidas, transformando em feitiços alguns de seus desejos" (1993, p 184 apud CAMPOS, 2010, p. 397).

Dessa maneira, ao produzir um grafite expressa-se também, além de sua existência, sua identidade, comunica-se seus desejos, seus sentimentos, ainda que não de forma verbal, mas na relação imagética que se estabelece com o olhar do espectador. Em algum nível, ao observarmos um

grafite somos capazes de nos perguntar sobre sua identidade, sobre suas motivações, sobre seus desejos e sentimentos ali mobilizados. A vida sociocultural de uma imagem pode ser fonte de diversas informações, tanto ou talvez mais do que seu conteúdo. Ainda nesse sentido, compreender como uma imagem é produzida em um determinado contexto, orienta também diálogos futuros. Novas imagens poderão ser produzidas em relação à essa, bem como, o público poderá utilizá-la em seu repertório para com outras produções culturais.

Além disso, a própria organização ao redor do grafite também é marcada por relações identitárias. Os *crew*, ou seja, os coletivos de *writers* ou grafiteiros, diversas vezes possuem signos, estilos e objetivos semelhantes em relação ao fazer artístico, reafirmado ao público pela elaboração e disseminação de uma assinatura comum. Assim, assumem um importante papel no desenvolvimento de uma identidade baseada no pertencimento a esse coletivo em oposição aos demais, sejam eles aqueles que estão fora do movimento ou pertencentes a *crews* rivais.

Considerações finais

O grafite é, portanto, um grande arquivo público a ser explorado. Em uma perspectiva educacional, possui potência dada a facilidade pela qual pode-se observar e se relacionar com essa comunicação, inserida na vida urbana cotidiana. O duplo processo identitário, isto é, gerador e mobilizador de identidades que atuam em sua produção e em sua recepção, possibilita a aproximação entre teorias e práticas a respeito do entendimento dos indivíduos sobre si e o mundo. A consolidação e externalização visualmente de sentimentos, percepções e entendimentos, para além da autoridade e das limitações impostas pela linguagem e pelo espaço-tempo. Observar um grafite, presencialmente ou em registro fotográfico, desobriga o espectador de repertórios legitimados, próprios da alta cultura. Para além de saberes professorais, o encaminhamento cuidadoso de visualidades e experiências empiricamente constituídas ao habitar o espaço urbano, constrói análises e formas de compreender e se relacionar com essas produções mais livres e consolidadas na formação de sujeitos visualmente emancipados.

Referências bibliográficas:

AL-NAJJAR, Baqer. Identity and Regional Conflicts in the Arabian Gulf. *In:* **Contemporary Arab Affairs**, Volume 12, Número 4, 2019, p. 3–16.

ASSMANN, Jon. Collective Memory and Cultural Identity. *In:* **New German Critique**, Número. 65, Cultural History/Cultural Studies, 1995, p. 125–133.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *In:* **História Oral**, Volume 19, número 1, 2016, p. 115–127.

CAMPOS, Ricardo. **Por que pintamos a cidade?** Uma abordagem etnográfica do Graffiti Urbano. São Paulo: Fim de século, 2010.

CAMPOS, Ricardo. Identidade, imagem e representação na metrópole. *In:* CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi; SPINELLI, Luciano (org.). **Uma Cidade de Imagens** – Produções e Consumos Visuais em Meio Urbano. Lisboa: Mundos Sociais, 2011, p. 15–30.

CAMPOS, Ricardo. Visibilidades e invisibilidades urbanas. *In:* **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Volume 47, número 1, 2016, p. 49–76.

CAMPOS, Ricardo; DIÓGENES, Glória; ECKERT, Cornelia. As cidades e as artes de rua: olhares, linhas, texturas, cores e formas. *In:* **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Volume 47, número 1, 2016, p. 11–24.

CAMPOS, Ricardo. O espaço e o tempo do graffiti e da street art. *In:* **Cidades, Comunidades e Territórios**, Volume 34, 2017, p. 1–16.

CAMPOS, Ricardo; DIÓGENES, Glória. Apresentação - Dossiê: Cidade, imagem e emoções. *In:* **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, Volume 19, número. 55, 2020, p. 13–18.

ECKERT, Cornelia; CAMPOS, Ricardo; DIÓGENES, Glória; DABUL, Ligia; Arte e cidade: policromia e polifonia das intervenções urbanas. *In:* **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, Volume 25, número 55, 2019, p. 7–18.

GITAHY, Celso. **O que é graffiti?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e Diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103–133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GANDOLFO, K. Luisa. Representations of Conflict: Images of War, Resistance, and Identity in Palestinian Art. *In:* **Radical History Review**, Volume 106, 2010, p. 47–69.

JARBOU, Rana. The Resistance Passed Through Here: Arabic Graffiti of Resistance, Before and After the Arab Uprisings. In. AWAD, Sarah H.; WAGONER, Brady (org.). **Street Art of Resistance.** Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 113–153.

LI, Eric Ping Hung. PRASAD, Ajnesh. From Wall 1.0 to Wall 2.0: Graffiti, Social Media, and Ideological Acts of Resistance and Recognition Among Palestinian Refugees. *In:* **American Behavioral Scientist,** Volume 62, número 4, 2018, p. 1–18.

MORAYEF, Suzee.Women in Graffiti: A Tribute to the Women of Egypt. *In:* **Suzeeinthecity,** 7 de Janeiro de 2013. Disponível em: <https://suzeeinthecity.wordpress.com/2013/01/07/women-in-graffiti-a-tribute-to-the-women-of-egypt/> Acesso em: 03 de novembro de 2020.

SALLAS, Ana Luísa Fayet. Sobre experiências e pesquisa com imagens no universo do Graffiti e Street Art. *In:* **Revista de Ciências Sociais,** Fortaleza, Volume 47, número 1, 2016, p. 101–121.

YOUNG, Alison. **Street Art, Public City:** Law, Crime and Urban Imagination. New York: GlassHouse, 2014.

ZANELLA, Andrea Vieira. Inventive ReXistence: Notes on Brazil Graffiti and City Tension. In: AWAD, Sarah H.; WAGONER, Brady (org.). **Street Art of Resistance**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 201–222.

ZIELENIEC, Andrzej. The right to write the city: Lefebvre and graffiti *In:*. **Environnement urbain/ urban environment**, Volume 10, 2016, p. 1–21.

Temporalidades

Herança colonial, condição periférica e utopia ilustrada em *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim (1905)

Colonial heritage, peripheral condition and pictured utopia in *A América Latina: males de origem,* by Manoel Bomfim (1905)

Piero di Cristo Carvalho Detoni
Doutorando em História
Universidade de São Paulo
pierodetoni@gmail.com

Recebido em: 05/10/2020
Aprovado em: 16/11/2020

Resumo: O presente trabalho evidencia os principais eixos argumentativos que estruturam a obra *A América Latina: males de origem*, publicada pelo médico e educador sergipano Manoel Bomfim no ano de 1905. Após visualizarmos que os "males de origem" dos países sul-americanos não são inatos, mas constituídos historicamente através do parasitismo social, destacamos o objetivo de Bomfim em inseri-los no cosmopolitismo periférico, em que a ideia de civilização aparece como diretora no concerto das nações. O processo civilizador ao qual Bomfim quer submeter o Brasil e as Repúblicas vizinhas é de matriz iluminista. É esta mesma matriz civilizacional, iluminista, que guia o intelectual no caminho para a redenção dos "problemas americanos", qual seja, a educação ilustrada.

Palavras-chave: Parasitismo social; Condição periférica, Educação

Abstract: The present work highlights the main argumentative bases that structure the book *A América Latina: males de origem,* published by the doctor and educator Sergipe native Manoel Bomfim in 1905. After seeing that the "evils of origin" of South American countries do not they are innate, but historically constituted through social parasitism, we highlight Bomfim's objective in inserting them in peripheral cosmopolitanism, in which the idea of civilization appears as a director in the concert of nations. The civilizing process that Bomfim wants to subject Brazil and the neighboring Republics to is an enlightened one. It is this same civilizational, enlightenment matrix that guides the intellectual on the path to the redemption of "American issues", that is, the illustrated education.

Keywords: Social free riding; Peripheral condition; Education

A América Latina, as suas ideias e o seu autor

Manoel Bomfim pode ser considerado um propositor de ideias no interior da tradição historiográfica brasileira, dada a originalidade dos seus estudos e a sensibilidade da sua análise social. O intelectual inaugura, mesmo a sua obra tendo alcançado uma repercussão relativa em seu tempo, temáticas que são trabalhadas a partir da segunda metade do século XX, como no caso das teorias pós-coloniais ou da dependência. Ele prefigura, ainda, problemas que são tratados somente por autores tidos como clássicos da historiografia nacional dos anos 20 e 30, tais como Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., muito embora apenas Freyre o tenha citado de fato. Em muitos sentidos Bomfim imprime um registro crítico diante das principais linhas de discursividade que o enredam, o qual mobiliza em sua abordagem sobre o Brasil e a América Latina.

Wilson Martins nos revela que *A América Latina* é inspirada na *História da América* (1900), de Rocha Pombo. Isso é perceptível através da proximidade que as obras possuem no que tange à economia do texto que realça o diagnóstico histórico acerca do continente americano e pelo fato de Bomfim ser o relator, deixando claro os efeitos que aquela leitura proporciona em seu espírito, do concurso promovido pela *Diretoria Geral de Instrução* do Rio de Janeiro para a escolha de um livro que verse sobre a história da América. A conclusão a que ambos chegam é que os males que assolam o país são decorrentes do passado histórico colonial brasileiro. A inovação no livro de Bomfim reside na utilização sistemática da teoria social do parasitismo. Se os intelectuais da época, desde o "bando de ideias novas" de que nos fala Silvio Romero, aludem que são leitores das mais avançadas teorias sociais elaboradas até aquele contexto, é certo que jamais alguém se apropria do cientificismo, assegura Martins, com tamanho empenho no estudo dos fenômenos sociais em perspectiva histórica como Bomfim. Muito embora o seu ideário de leitura apresente-se singular em vista da maioria dos seus contemporâneos, ocorrendo um distanciamento, pela via da apropriação criativa, de certo "evolucionismo ingênuo". O conhecido parecer sobre a indolência sul-americana e as suas revoluções armadas intermináveis, as máculas do sistema escravista entre nós, o atraso da instrução pública, o conservantismo político, são males de origem herdados historicamente através da dinâmica do parasitismo que as antigas Metrópoles ibéricas exercem sobre as ex-Colônias americanas. Com a Independência as novas classes dirigentes substituem as antigas Metrópoles na função de parasitar o organismo social local (MARTINS, 1978, p. 274).

Roberto Ventura (2001, p. 338) assinala que Manoel Bomfim é um dos pensadores mais profícuos do Brasil. Se os intelectuais da época em que o médico e educador sergipano escreve tendem a culpabilizar as "raças" ditas inferiores, as populações "mestiças" ou o meio tropical pelo atraso do país, Bomfim parte de uma ideia que enfatiza o valor social e cultural em suas explicações, discutindo que o verdadeiro motivo do atraso ocorre em razão da exploração das Colônias pelas Metrópoles e dos escravos e trabalhadores pelos senhores e pelos proprietários Além de atacar o imperialismo norte-americano, Bomfim revela, em *A América Latina*, uma consciência continental, dado que ele não fala apenas como brasileiro, mas como latino-americano, sobretudo, ao expor o posicionamento de uma região considerada espoliada e atrasada. A reflexão de Bomfim inscreve-se, para Ventura, no momento de consolidação das ideologias neocoloniais e de tentativa de tutela norte-americana sobre os países do sul da América, bem como se insere no âmago das primeiras recepções críticas da República no Brasil. O movimento ideológico imperialista capitaneado pelos EUA, aliado à instabilidade política e econômica da região, impulsiona Bomfim a propor interpretações que conjugam o âmbito nacional com o continental ao lado de homens como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, José Veríssimo, Oliveira Lima e Euclides da Cunha (VENTURA, 2001: 239). O seu livro de estreia pode, também, ser considerado uma reação à perspectiva negativa dos europeus sobre a América Latina, condenada à degeneração pelo fato de comportar em seus núcleos populacionais as supostas "raças inferiores" e misturadas, bem como por conta do clima insalubre ou em razão da hereditariedade psicossocial.

Manoel Bomfim escreve, "indignado, esse livro de protesto e denúncia contra a visão preconceituosa e interesseira que os europeus têm dos latino-americanos" (RIBEIRO, 2005: 13). Para Darcy Ribeiro (2005, p. 14), a principal contribuição do intelectual nordestino localiza-se na luta contra a dita inferioridade racial dos chamados "mestiços". Ele advoga, também, contra aqueles agentes sociais que identificam os sul-americanos como "fastigiosos preguiçosos" indispostos à exploração progressiva das suas riquezas e, ainda, contra o suposto estado de degeneração destes como "povos tropicais luxuriosos". A literatura considerada científica, até então produzida, acerca das causas do subdesenvolvimento das nações latino-americanas é cega para o seguinte: "o fato de que, por todo o mundo, o papel real do homem branco foi o de dizimador genocida de povos (...)". Responsável por "queimar milhões de homens no trabalho escravo, como um carvão humano, para produzirem o que não consumiam. Foi o de aliená-los em suas almas, pela perda de suas culturas,

sem acesso à cultura dos colonizadores". A originalidade do pensamento de Bomfim repousa no fato de que os "males de origem" não se relacionam com a população propriamente dita, mas, sim, com a ação dos projetos das classes dominantes que organizam o plano político-social sul-americano em proveito e em usufruto próprios, sem levar em consideração as condições populares. Segundo Ribeiro, o aspecto marcante do pensamento de Bomfim reside em sua "lusofobia", isto é, na realização de uma crítica aos modos pelos quais se articula o colonialismo ibérico na América do Sul e as suas consequências junto as suas populações em um momento no qual ainda é bastante visível o elogio da colonização nas interpretações históricas disponíveis.

Em um país cujo peso maior das interpretações sobre si trazem o vezo do conservadorismo (CANDIDO, 2000), não nos parece estranho que as ideias de Manoel Bomfim, o mais "radical" pensador que o país produziu, tenham passado por um processo paulatino de esquecimento, ou até mesmo por um procedimento ativo e pensado de emudecimento (FILHO, 1979). Várias são as observações que o colocam na contramão dos principais paradigmas vigentes em sua época. É certo que ele faz parte da geração dos médicos chamados de "missionários do progresso", responsáveis por "salvar" o país pela higiene e pela educação, porém as suas iniciativas destoam das vertentes hegemônicas. Ele recusa, como frisado, a vertente racialista de interpretação nacional. Defende as qualidades do "mestiço" já no começo do século XX. Possui uma visão antiamericanista no momento em que os EUA buscam a integração tutelada do continente. Ressalta a semelhança entre as ex-Colônias americanas. Cria uma teoria social, o parasitismo, cuja analogia entre o biológico e o social mostra-se como um problema conceitual em sua interpretação da América. Se mantém longe dos principais círculos acadêmicos, como o *IHGB* e a *ABL*. Quando é duramente confrontado por Sílvio Romero prefere o silêncio à polêmica. (OLIVEIRA, 2015: 79

Mais alguns direcionamentos nesse sentido: engaja-se na educação tanto na prática quanto na teoria produzindo material intelectual e participando da burocracia estatal. Mas quando escreve o livro *Através do Brasil* (1910), juntamente com Olavo Bilac, fica à margem, obscurecido pela imagem do famoso poeta. Participa da criação e da direção da *Revista Tico-tico*, projeto editorial que demora para receber o merecido destaque intelectual. Sua obra pós anos 1920 não é lida pelos expoentes da inteligência nacional que se fixam no cânone historiográfico ou do pensamento político e social brasileiro, tendo em vista, por exemplo, a recepção de um Sérgio Buarque de Holanda ou de um Caio Prado Júnior, mas é lida, entre outros, por Azevedo Amaral, autor igualmente esquecido (por conta

da sua aproximação com o Estado Novo). É lido a apropriado por Raymundo Faoro, mas não recebe os devidos créditos da crítica. É contemporâneo e próximo de intelectuais de esquerda do início do século XX que objetivam a criação de uma *Universidade Popular* ligada ao *Partido Operário Independente*, tais como Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbelo Freire, José Veríssimo, Pedro Couto e Rocha Pombo. Todavia, essa militância "socialista" em favor do povo e do proletariado, anterior a fundação do *PCB*, não é muito lembrada ou valorizada (OLIVEIRA, 2015: 791). Nadar contra a corrente possui as suas consequências. Não se acomodar entre os paradigmas intelectuais vigentes indica a cobrança de um alto preço. Tudo isso explica, de forma imperfeita, a recepção extemporânea da obra de Manoel Bomfim.

As reflexões do pensador sergipano não encontram, destacamos, ecos consistentes em sua época por constrangerem as ideologias majoritárias, a quem atribui a verdadeira responsabilidade no que concerne as nossas mazelas formativas. Elas são emudecidas, também, em razão da forma como o nosso autor se opôs aos sistemas de pensamento dominantes à época, isto é, o racismo científico, o evolucionismo clássico e o positivismo. Para o crítico Roberto Ventura (2001, p. 257), esta posição de Bomfim é a responsável pelo seu esquecimento até por volta da década de 1980: 1) mobiliza noções biológicas que caem em desuso nas humanidades na década de 1930, onde se verifica o predomínio dos modelos da antropologia, da sociologia (culturalistas) e da economia; 2) o seu ensaísmo histórico é aparentemente "ambíguo pela crítica e pelo emprego simultâneo de um enfoque biológico, a partir do qual propõe uma teoria da formação do Brasil e da América Latina, cujas sociedades e culturas teriam sido geradas pelos tenazes tentáculos do parasitismo ibérico".

Candido (2000) também salienta alguns motivos para o esquecimento do "pensamento radical" de Manoel Bomfim no século passado. Para além de questões formais visíveis em seu texto, como o fato de não atrair o leitor por conta da sua prolixidade, do abuso de transcrições e de generalizações excessivas, com o seu método de analogias biológicas, superadas por outras correntes sociológicas, verifica-se que o seu ponto de vista político é percebido como, no mínimo, incômodo pelas ideologias dominantes daquele contexto. As suas ideias se constituem como as mais "radicais" do seu tempo. Sem símile nem antes nem depois. Nenhum intelectual é tão lúcido e tão avançado no diagnóstico que comporta os nossos "males de origem", assegura Candido, o que leva a entrar em jogo a análise que faz sobre a persistência do colonialismo em nossa estrutura social de país

independente, a marginalização societária, o "conservantismo" político, o perigo imperialista e a espoliação pelo trabalho verificada em uma dinâmica secular de matriz escravocrata.

Por outro lado, a atividade intelectual do médico e educador sergipano pode ser percebida através das tendências evidentes que marcam a história intelectual naquele momento, visto que o seu *ensaísmo de interpretação histórica*, e também os seus trabalhos sobre educação, se inserem em um horizonte mais amplo no qual se almeja a possibilidade da definição do sentido da experiência histórica brasileira, isto é, a busca por uma desejada identidade nacional para o país perpassada pelo filtro do patriotismo. Essa disposição está na ordem do dia desde os episódios que envolvem a proclamação da República, se acirrando com os "modernismos" de toda a sorte. Há uma linha interpretativa que situa Bomfim junto às dinâmicas intelectuais e sociais da Primeira República ao invés de percebê-lo através do seu "esquecimento" no século XX (que é real!). Isso pode ser entendido a partir da inclusão do seu particular projeto educacional junto aos movimentos intelectuais da época que elegem este tema como problema social. A atividade de Bomfim na educação pode ser vista desde a direção do *Pedagogium*, entre 1897 e 1919, até o esforço na produção de livros voltados para a literatura cívico-pedagógico (BOTELHO, 2002). Segundo Rebeca Gontijo, "desde a virada do século, Manoel Bomfim defendia a instrução popular como precondição para o progresso humano que, por sua vez, conduziria ao progresso da sociedade" (GONTIJO, 2003, p. 135). Essa dimensão progressista atrelada ao ensino autoriza Bomfim na interdição de teses deterministas que tornam naturais o atraso nacional por meio dos vetores meio e raça. Esse registro em especial localiza Bomfim ante o conjunto de problemas intelectuais que atravessa o contexto republicano. Deve ser dito, também, que a trilogia historiográfica lançada pelo autor após década de 1920, apesar de uma recepção restrita, interage com as principais exigências e demandas colocadas à prática historiográfica no contexto aludido (TONON, 2019). Por fim, deve ser dito que Bomfim está entre aqueles intelectuais que possuem "fé na ciência", em uma expressão corrente na Primeira República, segundo Luciana Murari (MURARI, 2007). Ele partilha, pois, de um ideal de ciência que, no limite, se performa em razão do desejo de superação do atraso nacional.

Atualmente, as pesquisas sobre a rica obra de Manoel Bomfim se orientam através de temáticas e de problemas os mais diversos, tornando possível uma consistente *fusão de horizontes*. Assim, a partir da leitura de *A América Latina: males de origem* percebemos o agenciamento de

representações sociais, ou formações discursivas, fundamentais para o reconhecimento dos planos de historicidade que envolvem os sentidos de ser, e de não ser, latino-americano(a).

As dinâmicas do *parasitismo social* e a herança colonial

Os problemas sul-americanos são historicamente constituídos. É essa a constatação de Bomfim. Eles são decorrentes da "herança, da educação social e política, das próprias condições da nossa formação: a opressão parasitária que logo dividiu as populações coloniais contra elas mesmas, e as conduziu a esta quase incapacidade de progredir" (BOMFIM, 1905, p. 388). Resultado mais imediato: a condição de ignorância sobrepujando o desenvolvimento nacional. Esses países herdam uma dinâmica social marcada pelo colonialismo que toma de assalto o continente através de "aventureiros violentos" presentes, aqui, transitoriamente. Não há projeto colonial, mas a manifestação da "cobiça" em busca das riquezas, sendo que não raro são verificados confrontos armados. O enriquecimento insaciável é o *leitmotiv* desse movimento dirigido ao mundo colonial. 0nde encontram-se formas sociais constituídas tudo é destruído em nome do "saque" (PINTO, 2012). Se escraviza o indígena não poupando "cruezas para arrancar ao trabalho desses infelizes a riqueza desejada" (BOMFIM, 1905, p. 390). Lembrando que os cativos não se rendem: "impelidos por uma incoercível necessidade de liberdade, indiferente à dor e à morte, o aborígene repeliu a civilização do cativeiro; uma luta tremenda se acendeu, luta de séculos, que incompatibilizou desde o primeiro dia os naturais com os adventícios" (BOMFIM, 1905, p. 390-391). .

Manoel Bomfim assinala que os portugueses não possuem a pretensão de incentivar a formação de uma pátria livre e soberana na América. O interesse pelo Brasil não é outro senão o de "endinheirar-se". Nesse sentido, o índio ao negar o trabalho forçado é exterminado e substituído pelo negro africano. Sob o regime parasitário não há condições de possibilidade para a emergência do progresso, condenado à inutilidade, e da inteligência, perseguida por ser perigosa. Esses elementos evidenciam que no perímetro colonial só os cativos imprimem força de trabalho aos negócios ibéricos. A produção econômica depende apenas do poder de dominação advindo da escravidão. Observa-se, assim, uma cadeia de dominação alimentada pelo parasitismo social: o colono domina o cativo, o fisco o colono, o absolutismo o arcaísmo, a religião a todos. Essa cadeia parasitária tem como destino manifesto a miséria, a alienação e o rebaixamento moral.

O dispositivo de poder do parasitismo leva as nações ibéricas a executarem um "contra-projeto" de sociedade, isto é, Portugal e Espanha promovem o "conservantismo" como *modus operandi* de vida no mundo colonial americano. O que se deseja manter e reproduzir é o esquema parasitário distante das inovações tecnológicas e do progresso material e social, bem como se almeja perpetrar o abuso de poder como norma social. Flora Süssekind e Roberto Ventura (1981) elaboram uma boa metáfora para explicar esse registro social do parasitismo: "teoria biológica da mais valia". Não se alimenta nenhum direito e nenhuma liberdade, dado que esses enquadramentos sociais representam ataques aos privilégios dos exploradores. "Para manter e assegurar definitivamente esse domínio implacável, fechou-se a América ao mundo e à civilização; proibiu-se a indústria; o único trabalho lícito era o trabalho animal do escravo" (BOMFIM, 1905, p. 393).

Dos resultados desse modo de exploração ignóbil emergem sociedades *sui generis*, sendo a existência delas dependentes do permanente conflito de interesses ante os agentes metropolitanos. "Desorganizadas", "perturbadas" e "embaraçadas" essas sociedades se insubordinam patrioticamente cedo contra a opressão. O ódio nutrido por tais comunidades está na mesma medida da represália e do desprezo ostensivo dos donos do poder. De um lado se deseja instituir uma pátria, enquanto que do outro se almeja a manutenção do poder. "Revoltam-se porque são vigorosos, revoltam-se porque o açoite é cortante" (BOMFIM, 1905, p. 393). As revoltas no Brasil colonial atingem o plano da reação. "Não são pátrias que nascem e se desenvolvem; são acampamentos, onde o vencido, o rebelde, renasce irredutível em cada geração" (BOMFIM, 1905, p. 393). No recôndito dos colonos cresce o sentimento de ódio e de horror diante da exploração e da autoridade abusiva do Estado, síntese do mal. Assim, a Metrópole impede, havendo certa resistência desorganizada, a emergência de agrupamentos sociais com ideais patrióticos. A sua ambição é a perpetuação da dinâmica do parasitismo social e a consequente alienação social.

Qual a herança da colonização nas Américas? Vemos que Bomfim é um crítico radical do iberismo, pois percebe que a massa populacional sul-americana, educada e nutrida por uma cultura extensiva de servidão e de ignorância, não possui desejos, não responde à estímulos, não demanda necessidades definidas; vivendo em estado de automatismo e fora de qualquer raio de alcance da civilização. Essas populações não apresentam, além disso, auto-orientação para o trabalho. Estão distantes, de qualquer maneira, das inspirações moderno-progressistas-civilizadas, e são facilmente arregimentadas como massa de manobra pela caudilhagem. Nesse ponto, pode-se evidenciar a ideia

de *hereditariedade social*, isto é, a "transmissão, ao longo das gerações, das características psicológicas próprias a um grupo social, de traços de caráter compartilhados (...)" (PORTUGAL; JACÓ-VILA; MONTEIRO, 2010, p. 328). Em termos de diagnóstico Bomfim pode ser encaminhado para o rol dos autores que desenvolvem teorias críticas pós-coloniais (RESENDE. MORAES, 2017).

Já ao longo da primeira parte de *A América Latina* é possível conferir o contraste entre a estrutura temática que ampara a obra de Bomfim face aos principais movimentos intelectuais visíveis no Brasil da passagem para o século XX. A sua intepretação da América coloca em debate novas razões para os atavismos locais. Isso pode ser percebido até mesmo pelo itinerário de leitura que acompanha o seu pensamento. As principais ideias de Taine, de Haeckel, de Buckle e de Spencer são apropriadas pelos círculos intelectuais mais representativos do país (SCHWARCZ, 2018; VENTURA, 1991). Já Bomfim, para além de toda a literatura médica por ele absorvida, é leitor de Marx, de Darwin, de Proudhon e de Bakunin (AGUIAR, 2000; SILVA, 2011). Os primeiros movimentam explicações pautadas no estatuto das "raças", nos impactos mesológicos e nas limitações de uma herança psíquica. Vê-se que o conjunto de referências de Bomfim é outro, dado que ele elege a instrução pública e a luta contra o racismo como as suas bandeiras intelectuais. Bomfim não é um "evolucionista ingênuo". Ele afasta dos americanos o estereótipo da barbárie inata, da inferioridade e da incapacidade do autogoverno. Caminhando em uma direção diferente, o intelectual vai a fundo junto aos males de origem da América do Sul, criticando as formas de colonização implantadas e destacando os vícios herdados no movimento de formação nacional.

Bomfim mobiliza uma linguagem que na forma ainda carrega consigo traços "organicistas" (BLANCKAERT, 2004). O pensador sergipano, a partir de uma aproximação analógica entre biologia e social, empreende uma explicação sobre as sociedades humanas, ou "organismos vivos", a partir da ideia de parasitismo. Mas ele, mesmo sendo leitor de Darwin, não se apresenta como um evolucionista clássico. Por intermédio desse esquema teórico Bomfim destaca o regime de exploração ibérica sobre as Colônias sul-americanas. É a partir daí que o autor encontra o grande mal de origem do colonialismo ibérico, em que se herda as relações radicalmente assimétricas entre os dominantes, os parasitas, e os dominados, os parasitados. Essa teoria indica o "problema americano" como resultado da exploração em cadeia. O *modus operandi* de uma sociedade parasitada é a opressão desmedida e a crueldade das extorsões dos exploradores, distante das linhas de moralidade que circunscrevem a ação social. Os parasitas movem-se por sentimentos "egoístas" e "nefandos" em

detrimento da criação e do fortalecimento de laços de sociabilidade duradouros, importantes para a esfera pública e para a pátria. Os jovens países independentes, vivendo esse esquema parasitário de sociedade, passam a habituar-se com iniquidades e com extorsões, longe de uma saudável moralidade pública. São herdados sentimentos de egoísmo e de perversidade que são movidos para a manutenção do *status quo* de dominação ao estilo Metrópole-Colônia. Essa disposição social reflete a forma como as ex-Colônia são *educadas*. Mas Bomfim também percebe padrões positivos advindos do passado luso-brasileiro, quais sejam, a sociabilidade afetiva, os sentimentos de hombridade e de independência nacional. "Por outro lado, o latino-americano é portador de um conservantismo afetivo, ou seja, de uma resistência a mudanças reais, mesmo aquelas que tolera e propaga sem, no entanto, concretizar" (PORTUGAL; JACÓ-VILA; MONTEIRO, 2010, p. 328).

A herança colonial pode ser apreendida, no campo político e social, através desta passagem lapidar formulada por Manoel Bomfim (1905, p. 396), em que se percebe que as novas classes dirigentes, continuadoras das tradições governamentais da Metrópole, nas Repúblicas hispânicas e no Império brasileiro, parecem incapazes de vencer o peso desse passado:

> (...) e tudo que o parasitismo peninsular incrustou no caráter e na inteligência dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes; qualquer que seja o indivíduo, qualquer que seja o seu ponto de partida e seu programa, o traço ibérico está lá – o conservantismo, o formalismo, a ausência de vida, o tradicionalismo, a sensatez conselheiral, um horror instintivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem *instintivo e inconsciente, pois é herdado*.

Bomfim argumenta que dificilmente se encontra nas ex-Colônias um líder carismático ou um projeto progressista de Estado-nação fora dessa disposição político-social-cultural. O que prevalece é a "inércia" generalizada assistida por dirigentes parasitas que abafam o patriotismo. O tipo de ação social estabelecido por esses agentes revive de maneira desmedida os elementos refratários e remanescentes do passado parasitário. As novas sociedades possuem dificuldades de experienciar o sentimento de pátria, permanecendo presas ao passado colonial prolongado através das malhas do Estado independente, contrariando todas as leis da evolução, sufocando o progresso, visto que enredada por preconceitos seculares sob o manto do chamado "conservantismo".

Esse "passado recalcitrante" atinge os próprios corpos dos sul-americanos. As sociedades são assimiladas como esgotadas, ignaras, embrutecidas e apáticas. Assim, a população local espera

encontrar, como válvula de escape, no "plano espiritual-religioso" o caminho para o seu auto-entendimento. Uma clara autoalienação. A herança ibérica pode ser percebida nesta passagem:

> (...) a putrefação passiva, ou o agitar de interesses baixos, conflitos de interesses, dominados por um utilitarismo estreito e sórdido, onde os mais astutos não sabem pensar nem querer, incapazes de um esforço contínuo, correndo de empresa a empresa, gemendo quando tem fome, grunhindo como bácoro quando estão fartos (BOMFIM, 1905, p. 397).

Esse estado de coisas não chega a impressionar a classe dirigente, que se ampara no "egoísmo", na posse do medo e no interesse material. Não passa pelos seus horizontes de preocupação o quão frágil significa a obra social pós-colonial. Compreende-se a vida sem uma disposição que racionaliza os seus fins, como se pode ver a partir da própria imagem da população após séculos de dominação: desleixada, entorpecida, sem direção moral, sem amparo; sucumbida pela ignorância, despreparada para as virtudes cívicas. Há cansaço, descrença e desilusão.

O foco de Manoel Bomfim está na exposição dos traumas da escravidão, nos impactos da corrupção moral e nos atavismos impostos pela exploração econômica. Esses registros não enfraquecem apenas o parasitado, mas, também, o parasita. Isso porque ele passa a ser dependente do parasitado, sua fonte de sobrevivência político-social-econômica. Esse esquema é revelador da barbárie explícita nas relações entre Metrópole e Colônia, dado que se apresenta como a garantia de uma plataforma política e econômica causadora da real emergência de um universo societário escravocrata, humilhante e mortificante, com desdobramentos em forma de herança (indesejada) entre os países sul-americanos. Esse passado não passa. Nas palavras de Bomfim (1905, p. 132):

> A escravidão na América do Sul foi a abjeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes.

Essa cadeia de vícios localizados no agir político da América do Sul é resultado de um longo aprendizado de "rapinagens" e de "saques". É nessa direção que o Estado se traveste como o inimigo espoliador das populações coloniais. Dele espera-se, no limite, o pior: o mal, o despotismo e a opressão em larga escala (SILVA, 2011, p. 86). Fora desse alcance ele nada mais aspira. Não assiste com o policiamento, com a higiene, com a proteção das parcelas oprimidas; não oferece garantias cidadãs, educação regular, obras públicas. Enfim, nada que represente uma ação assistencialista advinda dos poderes públicos. O Estado oprime a sociedade.

Instrumento de assistência particularmente alheio, o Estado, além de se mostrar ausente porta-se como rival da população, estabelecendo a dinâmica parasitária "perfeita". Na perspectiva de Bomfim, o Estado só manifesta algum tipo de ação quando se trata da cobrança de impostos, da coação das populações e da organização das forças armadas que representam o seu poder. Longe de atender o interesse da população essa desfiguração do Estado, que age em direção da espoliação, traz consigo como consequência a corrupção da postura moral na política. Patrick Silva dos Santos ressalta esse "conservantismo estatal", um traço psicossocial, percebido por Bomfim aproximando-o das reflexões sobre o "patrimonialismo" realizadas por Max Weber. (SANTOS, 2020)

A Independência brasileira, por exemplo, não é capaz de encerrar a ética parasitária, que se enraíza na "consciência coletiva" do país. Vê-se na passagem a seguir que as transformações políticas são de fachada, mentirosas e presentes apenas no âmbito da política burocrática. Não há transformação no âmbito de uma política entendida como agenciamento da ação solidária. No Brasil a situação é alarmante caso a política seja pensada sob tal ângulo:

> Aqui, não só houve alteração essencial no regime governativo, como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia; um dia, espantada pelas águias de Bonaparte, partiu-se de lá da metrópole a Coroa, e veio achar-se aqui, substituindo-se ao governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o príncipe como seu lugar-tenente – e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional. Foi então quando o príncipe, lugar-tenente da metrópole, chefe do Estado-colônia, declarou nacionalizar-se brasileiro, e, em vez de 'futuro rei de Portugal e do Brasil', qual era, passou a 'imperador do Brasil e futuro de rei de Portugal' (BOMFIM, 1905: 196).

É a partir dessa mesma lógica explicativa que Bomfim observa a proclamação da República. Um sistema político, para o caso brasileiro, que se apresenta como uma espécie de miragem abstrata. O regime republicano é, em sua concepção política, amparado por um constitucionalismo falso e enganador. A democracia deve abranger, por seu turno, a população universalmente. No Brasil isso é impossível, pois se exclui o analfabeto. Para Manoel Bomfim essa é mais uma daquelas manobras das ditas revoluções feitas pelo alto, de cima para baixo, nada espontâneas, para a manutenção e para a perpetuação do poder nas mãos de um pequeno segmento social. Fica, pois, a questão: como se distanciar desse passado colonial em busca da verdadeira independência?

O grande mal dos países sul-americanos é a herança do parasitismo. Mas ao contrário do biológico essa modalidade parasitária não resulta em modulações irreversíveis, mesmo que legue uma pesada herança (VENTURA, 2001: 251). Os seus efeitos estão circunscritos à esfera moral, instância

passível de transformação, dado que inscrita no âmbito da ação social, registro que estabelece a ordem do mundo nutrida pelo aprendizado no sentido amplo (e formativo) do termo.

Manoel Bomfim e o patriotismo como *pêndulo* entre centro e periferia

Bomfim nutre expectativas positivas em relação ao Brasil independente. Ele o vislumbra livre, democrático, educado e integrado aos parâmetros civilizacionais modernos. Em primeiro lugar através do recurso democrático da educação para a resolução dos males de origem dos países sul-americanos; em segundo, já em sua obra de maturidade pós anos 1920, por intermédio da defesa da solução revolucionária, "quando se deu conta da natureza inalteravelmente conservadora das classes dirigentes e da falsa neutralidade do Estado, que existe para 'obrigar os dominados a fazer a produção em proveito exclusivo dos dominantes'" (AGUIAR, 1996: 33).

O intérprete sugere dois motivos que revelam a visão estereotipada acerca do atraso dos países sul-americanos. Por um ângulo uma causa concreta: o interesse estrangeiro pelas riquezas americanas e por seus territórios ainda pouco explorados. De outro, uma causa ideológica: a atribuição de identidade junto a esses países sem o conhecimento da condição histórico-social dos mesmos. Tudo isso resulta nas mais injustas caricaturas sociais. Esse duplo vetor transforma-se em dispositivo de poder que autoriza o neocolonialismo entre esses jovens países. (SAMPAIO, 2004)

Manoel Bomfim suspende, dessa maneira, a postura de superioridade dos europeus ante os americanos. De acordo com o pensador nordestino, aquilo que é identificado como negativo entre os indígenas, os africanos e os seus descendentes é, em verdade, resultado de circunstâncias histórico-sociais bem definidas. Não é algo inato como se fosse do plano da natureza humana. Outro forte componente interpretativo do seu livro é aquele que impede o tratamento da mestiçagem através dos vieses da inferioridade e da degeneração (SCHWARCZ, 2018). Afirma-se que as relações humanas na América do Sul possuem proeminência social e não racial, prevalecendo a dialética da exploração e o abuso massivo e extensivo do poder (BECHELLI, 2002).

No prefácio de *A América Latina* verifica-se o ímpeto americanista empregado por Bomfim (1905): "Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América" (BOMFIM, 1905, p IX). Ele se situa como um crítico da realidade histórica dos países latino-americanos. Movido pelo sentimento de "amor pátrio" pôde interrogar, na tentativa de superar a disparidade social que atravessa a história sul-americana, as causas que levam uma região

tão favorável ao progresso a ser, ao mesmo tempo, uma das mais atrasadas e instáveis do Ocidente. Mesmo sendo nações novas elas movimentam o signo das ruínas: antes mesmo de se desenvolverem plenamente elas já trazem consigo o gérmen do inevitável decaimento (CASTRO, 2006). Por qual razão, mesmo com todo um potencial de riqueza natural e de prosperidade material, as antigas Colônias ainda são marcadas pelo atraso? A que ponto de profundidade social pode chegar a herança do parasitismo? Não há empecilho de natureza mesológica na formação americana, sendo o meio propício ao desenvolvimento societário. Também a "raça" não é um óbice ao progresso. A solução para esse problema sócio-existencial é o caminho, segundo Bomfim, para a "felicidade" desses países, entre eles o Brasil. O nosso autor luta contra a ideia de inferiorização das populações latino-americanos como algo da ordem natural, o que interfere prejudicialmente nas formas de autoconhecimento coletivo e em suas realidades de vida, "sendo essa a condição necessária para o exercício da autonomia e soberania de um povo, que poderia agir diretamente sobre os problemas sociais com vista à superação destes e, assim, [promover] a justiça e a equidade social" (ALBUQUERQUE, 2018, p. 42).

Os primeiros momentos do livro ilustram os movimentos imperialistas dos EUA, levando o nosso autor a compreender o clima histórico em que está enredado através da imagem moral de um tempo "egoísta" (BOMFIM, 1905, p. 15). Assim, Manoel Bomfim (1905, p. 18) perspectiva o temporalidade do Brasil e dos demais países sul-americanos em paralelo ao desenvolvimento dos modos de civilização ocidentais, os quais se deseja herdar em sua positividade:

> Mas, em nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. Sofremos todos os males, desvantagens e ônus, fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana.

Ao elaborar a sua interpretação percebe-se que o médico Bomfim posiciona-se como mais um "missionário do progresso" (HERSCHMANN, 1996), elemento importante não apenas para o melhoramento material da sociedade, mas para a percepção desta como participante de uma civilização, onde os agentes históricos convivem, em tese, a partir de uma ordem moral e política considerada avançada e benfazeja. O que Bomfim questiona é a razão dos países sul-americanos não compartilharem esse ideal civilizatório, que tanto "suaviza" a vida humana. O estudioso nordestino

reflete sobre a visível internalização da condição de inferioridade presente entre os americanos diante do restante do mundo, que se torna factível, por exemplo, através do sentimento de exclusão civilizacional ou pela sua inserção numa condição subalterna. O desejo de Bomfim vai ao encontro daquilo que Christian Lynch (2013, p. 739) denomina de "cosmopolitismo periférico":

> Até o final da Primeira Grande Guerra, a intelectualidade ibero-americana vivia sob o influxo de um paradigma civilizacional liberal, cosmopolita, para o qual havia um processo unilinear de civilização que, partindo da Europa, se espalhava pela periferia. Fenômeno europeu, a civilização poderia ser difundida para a periferia pelas armas, pela economia e pela cultura.

Circula um desejo social importante com desdobramentos para o plano da condição periférica sul-americana. Bomfim reivindica a participação do subcontinente no movimento civilizador aludido, aproveitando-se positivamente da sua ambivalência. O lado negativo da ambivalência é aquele que instaura representações sociais de atraso. Ele narrativiza a história de Portugal e da Espanha para (re)colocar em evidência os nossos "males" de origem. Aqui entra em cena, mais uma vez, o parasitismo. Parece haver uma indeterminação argumentativa no livro: o parasitismo como o elemento degenerador que impede o desenvolvimento daqueles países *pari passu* com o modelo de colonização ibérico enquanto laço que os enreda à civilização. Essa disposição visando um lugar na civilização pode significar a aceitação do passado colonial marcado por todo tipo de segregação, de espoliação e de violências; fatores para a condição periférica.

Porém, Manoel Bomfim equaciona essa ambiguidade ao compreender os caminhos da experiência histórica ibérica. Ele está mais interessado em uma "segunda modernidade", aquela do Iluminismo e do progresso da razão próprios dos séculos XVIII e que não penetra o universo sociocultural de Portugal, da Espanha e, consequentemente, das Colônias sul-americanas:

> No correr do século XVII e do XVIII, a Ibéria, que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murillo, Lope de Vega, Ribera... desaparece, involui, degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou naqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade (BOMFIM, 1905, p. 26).

Segundo o médico e educador sergipano, os países ibéricos e as suas Colônias, em virtude da degeneração advinda do regime do parasitismo social, não comungam dos ideais da "verdadeira modernidade" ocidental, aquela amparada pela ideia de progresso através do surgimento de toda uma filosofia racional ilustrada. Além disso, essa modernidade também fomenta valores morais

supostamente ligados a toda uma forma específica de lidar com a justiça social, oportunizando a superação da condição periférica da América do Sul por meio de um projeto regenerador, ilustrado e civilizador, cujo eixo de ação é a educação, capaz de levar aos cidadão republicanos o "progresso do espírito" através da cultura da inteligência e do sentimento do amor (BOMFIM, 1905, p. 402). Para vencer a condição periférica imposta ao continente sul-americano pelo regime parasitário se faz necessário civilizar, via educação ilustrada, a sua população. O projeto educacional encampando por Manoel Bomfim é, então, de claro cariz moderno-iluminista.

A América do Sul, na condição de subcontinente periférico, articulando um subalterno modo de lidar com a realidade histórica, submetida historicamente a uma noção de civilização advinda da "primeira modernidade", a das conquistas ultramarinas, é condenada sumariamente ao atraso. Esse estado de coisas apresenta-se perverso, visto que "esse passado horrendo e tenaz que nos persegue não fomos nós que o preparamos: somos antes vítimas" (BOMFIM, p. 1905, p. 398). A civilização e o progresso são, na América do Sul, mal-entendidos. Não estão ao lado do refinamento dos costumes, muito menos das melhorias materiais e morais das nações. A forma como os ibéricos partilham esses ideais está distante da operada pelo Iluminismo. A civilização na América confunde-se com derramamento de sangue e o progresso não passa de uma aspiração mal definida e parte de uma retórica funesta. Daí o sentimento de inferioridade. Desse modo, esses países se apresentam como refratários ao progresso na perspectiva das luzes, interiorizando uma identidade subalterna. Essa situação deve se transformar. O contradiscurso de Bomfim apropria-se da ilustração como um modo de regredir e alterar os efeitos do passado parasitário. "Portanto, o resultado final da civilização deve ser extirpar as dores dos conflitos entre indivíduos, conquistar o progresso social, a felicidade e a harmonia pela cooperação" (VENTURA, 2019, p. 103).

Bomfim destaca na noção de civilização a face que evidencia o gênero humano progredindo sempre e em todas as suas potencialidades. Se deseja, pela superação da herança ibérica e pela promoção positiva dos latino-americanos, a inserção da América do Sul na história universal. A condição periférica deve ser atravessada por essa perspectiva ilustrada de progresso que transcende o estatuto subalterno. Ela é capaz de civilizar um subcontinente alienado e que enfrentou um pesado processo de degeneração. As filosofias ilustradas devem iluminar a civilização nos trópicos ao invés de condenar essa região ao exílio da história universal. Na ambiência das primeiras décadas do século XX a América do Sul se situa, pois, em uma posição periférica e subalterna ante os países

considerados de vanguarda. A condição periférica é circunscrita pela ignorância, pela falta de preparo e de educação para o progresso – condicionantes históricas. Esse cenário demarca o seu atraso. Nessa situação os países sul-americanos não se apresentam nem como nações, nem como Repúblicas, nem como democracias. A democracia moderna é fruto do progresso; "e nós somos, ainda, uma preza do passado, recalcitrante em tradições e em preconceitos, que não soubemos vencer ainda. (...) O regime de democracia sem povo é absurdo, sem deixar de ser igualmente pernicioso" (BOMFIM, 1905, p. 302). Bomfim argumenta que é necessário "criar" o povo nesses países, comprometido pela exploração parasitária secular que dificulta a tomada de consciência patriótica e ativa. É necessário ser tocado socialmente pelo processo civilizador ilustrado.

No início de *A América Latina* Manoel Bomfim expõe que é a noção de civilização que faz progredir as possíveis formas de ação solidária. Progredir não significa, necessariamente, evoluir. A evolução pode apresentar-se como um óbice para o progresso, dado que "degenerar, decair, degradar-se, [denotam, igualmente,] evoluir, em suma.", da maneira como é percebido no parasitismo (Bomfim, 1905, p. 47). Aquela civilização atrelada ao Iluminismo oferece condições de transformação junto ao horizonte social, sendo necessário registrar as suas ideias no plano local. Esse movimento é resolvido através do apelo ao *patriotismo*. Ele acomoda e adapta as ideias ditas civilizadas ao ambiente periférico. Manoel Bomfim diz, claramente, que o mote civilizador deve ir ao encontro dos interesses da população. O patriotismo retira da ideia de civilização um extrato moral apto a circular ideologicamente entre as ex-Colônias ibéricas preservando as suas identidades:

> tal sentimento é nobre e digno, desde que não pretenda manter domínios. É nobre e humano, desde que, pugnando por interesses e necessidades de um povo, não busque resolvê-los em oposição aos interesses gerais da espécie, desde que, nos choques provocados pelos egoísmos em fúria, cada patriota se limite a defender seu ideal, a repelir as agressões injustas, e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso. É esse o meio de trabalhar eficazmente pela civilização e pelo bem geral (BOMFIM, 1905, p. 18).

O patriotismo atende as necessidades das sociedades em formação. É um aprendizado moral que combate toda e qualquer ambição de domínio. Ele é aliado na superação da condição periférica. O patriotismo unitário demarca e disponibiliza um pecúlio identitário positivo para aqueles países os diferenciando dos Outros (CATROGA, 2012), sobretudo, norte-americanos e europeus. Ao performar assim ele abre as portas dos países latino-americanos à civilização.

O *ensaio* de Bomfim posiciona-se na contramão da maioria das análises em voga, reorientando os registros de poder entre os herdeiros dos países parasitários. Através do patriotismo unitário ele defende a América do Sul de leituras depreciativas baseadas em preconceitos seculares. O aprendizado patriótico, com toda a sua positividade, é uma forma de oferecer justiça a um passado de personagens e de circunstância que combatem o parasitismo colonialista. Ele propõe um olhar que situa as ex-Colônias herdeiras da lógica parasitária junto ao quadro dos países que compartilham da civilização ocidental, sem que isso aliene a sua identificação coletiva a qual se orgulha. O patriotismo é o *pêndulo* entre centro e periferia, devendo ser cultivado.

Para a superação da condição periférica, o atraso, se deve enfrentar o discurso que concebe as populações sul-americanas como bárbaras e/ou inferiores; incapazes de promover o constitucionalismo representativo, isto é, de se autogovernarem (BOMFIM, 1905; AGUIAR, 2000, RIBEIRO, 2005). O pensamento majoritário projeta nas populações sul-americanas determinantes que impedem o progresso. Bomfim redefine essa ordem do discurso positivando o olhar civilizador que se deseja herdar, de matriz iluminista, sobre a América do Sul, garantindo que os "males de origem" são derivados de condições históricas. Ele não nega o atraso local, mas este é resultado de condições absolutamente contextuais, em que se verifica uma dialética secular entre espoliadores e espoliados, configurando persistentes desigualdades sociais no sul da América. Por isso, essa região deve ser assistida pelas luzes, pois é o caminho para se posicionar no(s) tempo(s) do progresso. O patriotismo, nesse caso, possibilita a transmissão de um passado positivo, o qual os sul-americanos podem se diferenciar, pois configura-se como a antípoda da herança parasitária. O patriotismo, em Manoel Bomfim, moraliza o tempo em "bom" e "mau", performando-se no polo positivo.

A condição periférica é derivada dos caminhos singulares tomados pela experiência da história ibero-americana, em que se observa processos de exploração nos mais diversos segmentos sociais. A explicação para o atraso desses países origina-se de motivações históricas, distantes de qualquer fator de ordem metafísica ou determinista e das representações estereotipadas circulantes. Essa situação impossibilita o progresso entre os países sul-americanos, o que resulta no apelo pela assimilação da civilização ilustrada nos trópicos através dos amortecedores do patriotismo.

Nesses países o Estado não é percebido pela população em geral como uma instância racionalizadora da ação social e garantidora da ordem pública, mas apresenta-se como um aparelho

cooptado pelas classes espoliadoras. Ele é autocrático. (BOTELHO, 2006). A soberania desses Estados sul-americanos considerados exploradores do povo, no momento em que Manoel Bomfim escreve, está na mira do domínio ideológico norte-americano, tornando-se necessário a aceleração da promoção de uma educação *lato sensu* que institua uma ética da responsabilidade pública atravessada pelos parâmetros da civilização iluminista filtrados pelo patriotismo, mudando, assim, a sua interface corrupta, o que, por conseguinte, oferece proteção a toda sorte de imperialismos.

De todo modo, a condição periférica exige, visando a transcendência da sua posição subalterna, o estabelecimento de uma identidade social perpassada pelo patriotismo, tornando possível a realização de uma ontogênese coletiva, dado que esse movimento supera as determinantes interpretativas externas às "comunidades imaginadas" sul-americanas (ANDERSON, 2008) que tendem a inferiorizá-las no intuito de uma dominação francamente ideológica. O patriotismo, além disso, adapta a civilização ao ambiente local.

Uma aventura a um mundo possível: a *utopia ilustrada* de Bomfim

Investir contra as marcas do passado ibérico é o desafio de Bomfim. A solução do autor é, em tons utópicos, a da universalização da educação para todos os sul-americanos. Por essa via eles podem se proteger de formas possíveis de alienação social, havendo, então, a oportunidade ideal para a emergência de povos verdadeiramente livres e democráticos. Para Bomfim, a educação nacional, antes de tudo, interfere na constituição das suas próprias identidades (REIS, 2006). Admite o estudioso nordestino na parte final da sua obra: "povo, consciente de sua existência, tal como exige uma democracia, não existe aqui; é preciso fazê-lo" (BOMFIM, 1905, p. 420). O conhecimento que provém da educação ilustrada e irrestrita torna os agentes históricos racionais e cientes das suas posições sociais no mundo, abrindo condições, inclusive, para a intervenção no devir histórico que os forma como sujeitos dotados de historicidade. Essa disposição utópica é uma face da "inquietude da cultura" presente na passagem para o século XX, fazendo com que aqueles sujeitos desejem um mundo para além das fronteiras estabelecidas, "a fim de orientar o seu agir em pontos de vista da significatividade" (RÜSEN, 2014, p. 328). A utopia de Bomfim possui, por exemplo, enraizamento na experiência histórica das primeiras décadas republicanas no Brasil, momento em que Jorge Nagle (1976, p. 12) acredita haver um "entusiasmo pela educação".

O problema da educação acompanha toda a carreira de Manoel Bomfim. Ela é promotora de cidadania, na leitura de André Botelho. A instrução alimenta um mundo social possível atravessado por uma "solidariedade forte o suficiente para fazer frente ao poder do Estado autocrático herdado da colonização portuguesa" (BOTELHO, 2009, p. 128). A educação é, para o intérprete nordestino, uma via necessária para a estruturação de uma vida pública para além do formalismo burocrático, fator fundamental para a prática da democracia cidadã.

Assim, a maior parte dos sintomas restritivos da colonização são resolvidos pela educação, fomentando o patriotismo. "As nações sul-americanas não eram nações decadentes: eram nações que ainda não tinham tido a sua oportunidade histórica, eram nações às quais se havia sistematicamente negado o benefício da instrução (que faz superiores os povos – e que fez 'superiores' os povos que assim se consideravam)" (MARTINS, 1978: 277). A *utopia ilustrada* de Bomfim é inspirada por valores do Iluminismo. *A América Latina* é uma obra que agencia uma utopia em razão de propor novas elaborações sociais para o futuro (MIGUEL, 2007).

A superação da herança parasitária, que impacta a política, a dinâmica social e a moralidade americanas, podendo ser vista na apatia social, no tradicionalismo e no "conservantismo", ocorre a partir do momento em que se compartilha o ideal social moderno europeu, que em última instância é perpassado pelas razão iluminista – acionando o progresso, a justiça social e a liberdade.

> Foi esse estudo e essa nova compreensão da vida que faltaram aos povos ibéricos, nas épocas em que vivíamos à sombra deles; e assim nos retardamos de séculos. E, hoje, o indispensável e urgente é aplicar ao nosso meio e às nossas necessidades, a ciência que já está feita, difundir as verdades adquiridas e os bons métodos de estudo; ao mesmo tempo, nos é preciso observar, estudar e interpretar aquilo que, sendo peculiar ao nosso meio, ainda não é do domínio corrente da ciência (BOMFIM, 1905, p. 406-407).

Voltamos a frisar: no plano da temporalidade os países ibéricos e as suas ex-Colônias ainda não estão situados na verdadeira modernidade (aquela da razão iluminista). Assim, Manoel Bomfim atrela o sucesso da vida coletiva que se deseja propagar pela América do Sul ao progresso da forma como concebido pelos países da Europa ocidental pós século XVIII, especialmente a França iluminista e, em tese, civilizada. É uma apologia ao processo civilizador, ilustrado e progressista próprio daquela "segunda modernidade" a qual aludimos. A ambivalência da noção de civilização, argumenta o autor, localiza-se no meio do caminho entre o progresso e o atraso: a América Latina

> está ameaçada; a civilização transborda sobre ela, e esse transbordamento será uma ameaça e um perigo, se ela, por um esforço consciente e metódico, não buscar a única salvação possível: avançar para o progresso, entrar no movimento, apresentar-se ao mundo, vigorosa, moderna, senhora de si mesma, como quem está resolvida a viver, livre entre os livres (BOMFIM, 1905, p. 387).

É nesse sentido que a educação se torna fundamental no projeto de sociedade de Manoel Bomfim, oportunizando, enfim, um futuro em aberto para aquelas sociedades de matriz ibérica. A educação, ao compatibilizar os países sul-americanos com a civilização da "segunda modernidade", é percebida como a pedra de toque para a "felicidade social", significando o meio seguro e eficaz para que eles sejam incorporados a esse novo universo.

> Dessa forma, busquemos da ciência os seus recursos eficazes, infalíveis; e, emancipados pela crítica, iluminados pelo saber, voltemo-nos à vida, confiantes e fortes, preparando para nós mesmos o conforto, a fraternidade, os gozos elevados, morais e estéticos (BOMFIM, 1905, p. 428).

A educação ilustrada de Bomfim é um modo novo de se encarar a experiência da história latino-americana Os sujeitos históricos tem a autopercepção de que são cúmplices dos males que lhes assolam caso se mantenham passivos ante o polo negativo do passado, cabendo a eles a efetivação de uma solução, movimentando a vida social a partir da lógica da antecipação dos fins racionalmente. Em *A América Latina* as causas dos "males de origem" relacionam-se com problemas radicalmente históricos e sociais passíveis de solução. O que está em jogo é a consciência histórica dos descaminhos da moderna sociedade brasileira. A utopia de Bomfim emerge como uma obra humana para a qual os países sul-americanos, imbuídos de valores ilustrados, caminham, sem que isso faça com que a pátria perca a sua identidade, o polo positivo da experiência da história.

Nesse horizonte de futuro a educação aparece como a reformadora radical dos costumes (FILHO, 2008). A utopia pressupõe um distanciamento do atual estado de coisas em termos morais, ideológicos e políticos. É necessário que se instaure, como anseia Bomfim, novas disposições sociais, resultando no afastamento da dimensão negativa do passado para se instaurar uma nova etapa na história. Mas esse movimento, para se efetivar, não deve abolir a face positiva do passado dos países sul-americanos: o patriotismo. O que se deseja é o distanciamento daquele passado "mal" aludido, que, no caso, é o da herança indesejada do colonialismo parasitário ibérico.

Esse mundo que se abre aos países sul-americanos é responsável, em tese, pela possibilidade do progresso da região e pela "felicidade" dos seus habitantes. A educação pode ser o operador que

estabelece essa nova configuração social. Orientar-se pela razão, visando à liberdade integral dos sujeitos, movimenta o sentido da utopia ilustrada proposta pelo intelectual sergipano. A equação é simples: a mesma razão que condena ao atraso, é a mesma que liberta para o progresso. Assim, Octávio Ianni (2001, p. 20) torna a nossa exposição mais clara:

> Esta é a ideia: no seio da modernidade, juntamente com o empenho em conhecer, explicar e redimir o indivíduo e o povo, está presente ou subjacente a intenção de projetar o que pode ser o futuro, a sociedade ideal, a comunidade por excelência, a utopia; em geral com o empenho de exorcizar os males do presente, sublimando o que poderia ser desejável, realizando imaginariamente o que se revela impossível no presente.

Se a América Latina quer se salvar das consequências dos séculos de dominação ibérica ela deve se lançar em uma campanha massiva pela instrução. Esse é o "remédio" para a desatualização do *topos* do atraso nacional, bem como para a superação da miséria social. Ela dota os cidadãos de consciência quanto as suas posições no mundo da vida, fomentando, indiretamente, o patriotismo. É uma suposta obra de redenção social. A educação nacional aparece como o canal para a desestabilização das grandes leis da história que condenam a América ao retrocesso, ao atraso, à estagnação, à miséria e ao atraso. Isso empresta sentido as suas divergências em relação a Gustave Le Bon, Louis Agassiz, Joseph Arthur de Gobineau, José Ingenieros, Carlos Bunge e Lucas Avarragaray. A dignidade humana está ao lado daqueles que combatem tais argumentos, abrindo os horizontes de futuro para a América do Sul, que se torna soberana através da educação; forma aparentemente perfeita para que os agentes sociais alcancem a consciência histórica e se situem no campo do progresso ilustrado. "Façamos a campanha contra a ignorância; não há outro meio de salvar essa América" (BOMFIM, 1905, p. 400). Não se aspira apenas o progresso material, porém, o social e o moral. Isso se obtém através da educação e da cultura compartilhadas socialmente. Esses fatores são imperiosos para a transcendência da ignorância, da alienação e dos preconceitos.

A América Latina dialoga com um livro de grande repercussão no Brasil da Primeira República. Esta obra é *A educação nacional* (1890), de José Veríssimo. Assim como Bomfim faz quinze anos depois, o crítico literário coaduna, sem a necessária justaposição, o ideal de nação com uma história que inclui o povo. Há a demanda de formá-lo, tornando possível o "avançar nacional no espaço civilizacional". Conhecê-lo é uma maneira de agir sobre ele educando-o. É a forma de "flagrá-lo em seu percurso histórico" (TURIN, 2005, p. 110). Manoel Bomfim compartilha criticamente

desse desejo a partir da sua campanha pela instrução. Mais: ele chega a dizer que quer fomentar a emergência do próprio povo brasileiro. Ademais, é através do estudo da história, da sua apreensão como processo, que se insufla o patriotismo. Aqui, os dois intelectuais estão de pleno acordo. A performance diretora de *A América Latina*, assim como é em *A educação nacional*, está ao lado da ambição do rastreamento histórico-social das condicionantes responsáveis pelo atraso das ex-Colônias ibéricas visando libertá-las através da educação. No limite, "conhecimento e ação se coadunam na missão que representa o ato da escrita da história (...)" (TURIN, 2005, p. 110).

Se espera que a República dedique e fomente esforços "sistemáticos e incessantes" junto ao campo da educação, com uma clara motivação social: formar cidadãos. "Isso significava não só instruir, enfrentando com destaque o analfabetismo, como também educar, criando o 'sentimento nacional de amor à pátria', objetivo da 'educação nacional'". Essa fórmula se constitui como uma das matrizes de pensamento difundidas, compartilhadas e apropriadas pela intelectualidade brasileira da Primeira República, incidindo sobre os projetos político-pedagógicos correntes (GOMES, 2009, p. 9), como nas atividades de Bomfim e em sua utopia da educação ilustrada.

Bomfim assume que uma sociedade não progride sem educação. Ela prepara os agentes sociais para o exercício da liberdade, do dever, da ciência e da moral. A evolução humana significa o "progresso do espírito", sendo que a "cultura da inteligência" tudo conhece e a "cultura do sentimento" tudo ama. A ignorância fomenta o mal. Ela anula e imobiliza a "virilidade" dos adaptados, transformando-se no mais radical constrangimento social, dado que ela leva homens e mulheres a uma espécie de "estado de natureza", situação em que o princípio esclarecido da razão perde o seu brilho. A ignorância faz dos sujeitos alienados de si mesmos, alienados quanto ao seu passado e alienados em termos de projetos de futuro. Ela é inimiga do patriotismo. A educação é o meio para se "curar" os males essenciais daqueles países. A preocupação com a educação é, também, uma inquietação quanto ao progresso da inteligência. Ela deixa, em tese, à disposição dos agentes sociais o desenvolvimento de todos os seus talentos "que num mundo de ignorantes, morrem abafados, sem inspiração, ou não compreendidos" (BOMFIM, 1905, p. 404). Como pontuou André Botelho, a educação, para o nosso autor, vai além do aprendizado escolar, reunindo diversos recursos sociais que proporcionam aos sujeitos o tipo de "formação requerido pelas transformações mais amplas por que passava a sociedade brasileira (BOTELHO, 2009, p. 123). Esse movimento

intelectual é uma apropriação do(s) iluminismo(s) disponív(eis). Este estudo não os concebe a partir de uma visão homogeneizadora, mas foca os eixos eleitos por Bomfim.

Tzvetan Todorov (2008, p. 14) aponta que "três ideias se encontram na base" do projeto iluminista, "as quais nutrem também suas inúmeras consequências: a autonomia, a finalidade humana de nossos atos e, enfim, a universalidade". Desses argumentos colocados em evidência para circunstanciar a *episteme* iluminista, Manoel Bomfim opera inicialmente com a ideia de autonomia, ou de liberdade, que ao lado da promoção da educação tornam a sua ideia de sociedade, em tese, acessível a todos. Parte desse ideário, apropriado pela utopia de Bomfim, pode ser compreendido como a tomada de consciência acerca do valor da razão, intuindo, em todo caso, a crença no progresso e na liberdade de pensar, o que abarca o problema da finalidade das ações de homens e de mulheres. A sociedade ideal planejada pelo estudioso sergipano, civilizada, é atravessada pelas luzes. "Os promotores desse novo pensamento queriam levar luzes a todos, pois estavam convencidos de que serviriam ao bem de todos: o conhecimento é libertador, eis o postulado" (TODOROV, 2008, p. 17). A educação desejada por Bomfim sinaliza para um novo entendimento, devido as apropriações iluministas, de sujeito. Stuart Hall (2006, p. 10) explica: "o sujeito do Iluminismo estava baseado na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação". Os iluministas, assim como Bomfim, empreendem, através da educação, a reorganização da sociedade a partir de uma perspectiva centrada na racionalidade e na direção da garantia da liberdade, do bem-estar social e do progresso. A humanidade, orientada pela razão filosófica e pela educação, com os seus agentes livres e autônomos, pode usufruir do progresso (material e moral) e da "felicidade".

A necessidade da instrução recaí sobre a inteligência. Quando ela se apresenta esclarecida oferece aos indivíduos a possibilidade de racionalização dos seus atos. Não existe, para Bomfim, esforços fecundos fora do âmbito do saber. A instrução orienta os agentes a não esperarem o bem-estar e a prosperidade a partir dos "decretos", muito menos das "fatalidades das leis econômicas", mas através do seu próprio esforço e trabalho inteligente. Esse mesmo registro, perpassado pelo espírito científico, torna os agentes sociais capazes de se identificarem com o meio o qual estão inseridos (patriotismo), bem como oferece a oportunidade deles transcenderem as formas de determinismo atávico. A educação pode ser, nessa direção, uma instância esclarecedora.

Mas o olhar civilizador mobilizado por Manoel Bomfim, que atravessa a sua concepção de educação, uma apropriação claramente iluminista como percebemos, pode tornar-se, dependendo do ponto de vista, classificatório e impositivo, visto que se performa enquanto centro diretor-solar que instrui tudo a sua volta enquanto uma forma coletiva de esclarecimento logicista.

> Um ignorante, fora do mundo e da civilização, é uma alma nula, pura animalidade; come e ama qual a besta primitiva; está satisfeito, porque agitar-se e labutar? Não lhe trabalha o espírito nenhuma aspiração superior, ou sequer de mero conforto. Desconhece o bem-estar, e quando a miséria é profunda sente-se infeliz, mas não sabe achar, nem a verdadeira causa, nem mesmo a expressão do sofrimento; na consciência obtusa, a dor e o mal se desenham com a fatalidade do dia e da noite (BOMFIM, 1905, p. 407).

De qualquer maneira, a função mais visível da educação é, segundo o nosso autor, a de promover a inteligência dos sujeitos históricos revelando-lhes o mundo da vida em sua integralidade. E a cada novo horizonte de expectativa aberto uma nova necessidade social que se impõe, movimentando um círculo virtuoso em que a força motriz se estabelece pelo desejo de conhecimento. Mas deve ser ressaltado que o estabelecimento de uma civilização herdeira do Iluminismo pela via da educação pode significar a sujeição do Outro, estabelecendo, então, marginalizados, que no caso de Manoel Bomfim parecem ser aqueles que não comungam da razão, mesmo que a sua intenção primeira seja, ao que parece, humanista e patriótica. É a ambivalência da civilização podendo, nesse sentido, minar o seu projeto de sociedade.

Advoga-se que a justiça social, a liberdade e a igualdade devem ser fomentadas nessa sociedade ideal desejada, dando condições para o estabelecimento do senso crítico por parte dos agentes sociais quanto aos caminhos da democracia. Ela não existe sem indivíduos. A participação ativa na arena política, o conhecimento dos direitos como cidadãos, só é possível através da difusão da instrução. Em última instância, o esclarecimento voltado para a democracia oferece o caminho para a liberdade da ação social. Essa liberdade tem a ver com a faculdade do agir, dando condições para uma consciência dos fins, podendo tornar plena a expansão da atividade utilitária. É em razão disso que não se pode conceber liberdade sem instrução, âmbito no qual o indivíduo aprende a conhecer a si mesmo, bem como o meio pelo qual reconhece os recursos que pode dispor em sua aventura cidadã. O que Bomfim anseia é uma educação social a partir da qual os indivíduos governem a si próprios e dominem os seus "maus instintos". Atingindo esses objetivos se é verdadeiramente livre. É esse movimento que oferece as faculdades adequadas para a democracia. A

liberdade é um compromisso ético com a esfera pública, sendo assistida pelo movimento responsável da inteligência, motivo de felicidade e ponte indispensável para o progresso.

A utopia ilustrada de Manoel Bomfim quer abordar os significados da ação social em sua completude. Para isso o autor insiste na necessidade de uma ampla e irrestrita campanha em prol da educação. Vejamos o direcionamento, e o conteúdo, da sua utopia:

> Já não se trata simplesmente da cultura intelectual, considerada nas suas aplicações práticas – a ciência a serviço da indústria; trata-se do papel da inteligência na constituição das sociedades atuais, e na formação dos séculos que se aproximam, noção que não devemos esquecer, por que a sociedade que pretende durar deve, não só organizar o presente, como preparar futuro; assim o quer o interesse social bem atendido (BOMFIM, 1905, p. 425).

Enfim, se ambiciona ver por todo o continente a educação incitando uma postura social democrático-libertadora, tornando, então, os sujeitos senhores de si.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. Introdução. In: BOMFIM, Manoel. **Brasil Nação: realidade da soberania nacional**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALBUQUERQUE, Mariana Cavalcanti. "Um modo de ser ocidental". Reflexões sobre a identidade latino-americana a partir do pensamento de Manoel Bomfim e Octavio Paz. **Realis**, vol. 8, n. 2, pp. 33-63, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/241451/0 Acesso: 12 nov. 2020.

ALVES FILHO, Aluizio. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido**. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BECHELLI, Ricardo Sequeira; SILVA, Marcos. **Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, USP, 2002. Disponível em: https://repositorio.usp.br/single.php?_id=001278142 Acesso: 13 nov. 2020

BLANCKAERT, Claude. **La nature de la société. Organicism et sciences sociales au XIXe siècle**. Paris: L'Harmattan, 2004.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. H. Garnier, livreiro-editor, 1905.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro: Apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Achegas**, n.31, 2006. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/31/col_andre_31.pdf Acesso: 15 nov. 2020.

BOTELHO, André. Um percurso da cidadania no Brasil. In: **Um enigma chamado Brasil**. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

CASTRO, Maria João. **O viajante romântico e o apelo da ruína**. 2006. Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/22145 Acesso: 25 de janeiro de 2020.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos avançados**, vol. 4, n. 8, 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v4n8/v4n8a02.pdf Acesso: 25 jan. 2020.

CATROGA, Fernando. **Pátria e nação**. Paraná: Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses da Universidade Federal do Paraná, 2011/2012. Disponível em http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o Fernando-Catroga.pdf. Acesso em 14 de março de 2020.

ELIAS, Norbert. "O desenvolvimento do conceito de *Civilité*". In: **O processo civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com o seu pensamento social e político**. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Programa de Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/10625 Acesso: 04 nov. 2020.

GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. XXV Simpósio Nacional de História. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história" na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16523.pdf Acesso: 13 nov. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: a construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarice (orgs.). **Missionários do progresso**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

IANNI, Octávio. Futuros e utopias da modernidade. **Comunicação & Educação**, (22), pp. 15-25, 2001. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36992 Acesso: 01 de abr. 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. "Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)". **Dados**, Rio de Janeiro, vol.56 no.4, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a01.pdf Acesso: 25 ago. 2020.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.

MIGUEL, Luís Felipe. **O nascimento da política moderna**: Maquiavel, utopia, reforma. Editora da UNB, 2007.

MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica**. Ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume, 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manoel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo? **Sociologia** *e Antropologia,* vol. 5, n. 3, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sant/v5n3/2236-7527-sant-05-03-0771.pdf Acesso: 2 fev. 2020.

PORTUGAL, Francisco Teixeira; JACÓ-VILELA, Ana Maria; MONTEIRO Denise Barcellos da Rocha. Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. **Psico**, vol. 41, n. 3, 2010. Disponível em: http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/Domina%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3ria-e-evolucionismo-na-Am%C3%A9rica-Latina-A-perspectiva-de-Manoel-Bomfim.pdf Acesso: 10 nov. 2020.

REIS, José Carlos. **As identidade do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RESENDE, Ana Catarina Zema; MORAES, Angelita Ferreira. O parasitismo em Manoel Bomfim e a teria crítica pós-colonial. **Expedições**, vol. 8, n. 3, 2017. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/6687 Acesso: 04 nov. 2020.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAMPAIO, Cesar Luis. **A moral do salteador: Manoel Bomfim contra o espectro do colonialismo**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, PUC-SP, 2004. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13155#preview-link0 Acesso: 07 nov. 2020.

SANTOS, Patrick Silva dos. O conservadorismo essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932). **Revista sociologias plurais**, vol. 6, n. 2, pp. 19-33, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/sclplr/search/titles?searchPage=6 Acesso: 03 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Josenias dos Santos. Males de origem: o pensamento social de Manoel Bomfim através da obra A América Latina (1905). **Contraponto** – Revista eletrônica de história, n. 1, vol. 1, pp. 76-93, 2011. Disponível em: https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3710 Acesso: 19 set. 2020.

SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.

TONON, Marina Rodrigues. **Projetos para o Brasil**: Manoel Bomfim e seus interlocutores. Franca, 2019. 165p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2019. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/historia/tese---marina-rodrigues-tonon.pdf Acesso: 03 nov. 2020.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10266 Acesso: 23 set. 2020.

VENTURA, Roberto. Manuel Bomfim: A América Latina: males de Origem. In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914**. SP: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Stéfany Sidô. A hereditariedade para Manoel Bomfim. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 49, 2019. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/11922 Acesso: 12 nov. 2020.

Temporalidades

Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945)

Mocidade Portuguesa: foundation, structure and actions of this Salazar's regime youth (1936-1945)

Marcos Maurício Costa Freitas
Mestre em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco
marcosmcfreitas@gmail.com

Recebido em: 16/11/2020
Aceito em: 12/01/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo articular breves apontamentos a respeito da fundação, organização e atuação da Mocidade Portuguesa, além de levantar alguns dos pronunciamentos políticos a respeito da sua criação. Em linhas gerais, a Mocidade foi um órgão governamental dedicado à formação dos jovens portugueses em valores pátrios, morais e religiosos, além de promover a militarização desta juventude que foi forjada na tentativa de criar uma nova elite política que viesse a corroborar com o Estado Novo português, implementado em 1933. Este regime nascido a partir das cinzas da República, derrubada em 28 de maio de 1926, estava disposto a reordenar o país com base em ajustes financeiros e em uma política cultural e educativa de reengenharia social, que tornou-se possível através de uma transformação profunda na educação portuguesa. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado foi a publicação do Decreto-Lei n.º 1.941 que estabeleceu novas normas e regras, criando uma educação direcionada e nacional.

Palavras-chave: Mocidade Portuguesa; Política Cultural e Educativa; Cultura Política.

Abstract: This article aims to articulate brief notes concerning the foundation, structure and actions of the Mocidade Portuguesa, in addition to raise some of the discourses that legitimized its creation. In general terms, the Mocidade Portuguesa was a governmental organization dedicated to the youth's education in patriotic, moral and religious values, as well as promoting that generation's militarization, which was built based on the tentative of creating a new political elite that would support the Portuguese Estado Novo, implemented in 1993. Born from the ashes of the republic, overthrown on May 28, 1926, this regime was willing to reorganize the country based on financial adjustments and on a new cultural and educative policy of social reengineering, which became possible throughout an extensive transformation on the Portuguese education. One of the first actions taken by the Estado Novo was the publication of the Decree-law nº 1,941, which established new standards and rules, creating a national and directed education.

Keywords: Mocidade Portuguesa; Cultural and educative policy; Political culture.

Introdução:

O Estado Novo português nasceu como fruto dos movimentos antirrepublicanos que culminaram com a derrubada da República portuguesa em 28 de maio de 1926. Os responsáveis por esta movimentação eram, em sua maioria, militares legitimados por grupos políticos de extrema-direita (MENESES, 2011). Estes fortificaram-se com o discurso acerca de uma república caduca que estava desestruturando as contas públicas, desestabilizando a sociedade e negando valores ditos propriamente portugueses, como valores patrióticos, morais e cristãos católicos (PEREIRA, 2013).

O Estado Novo português foi implementado a partir da Constituição de 1933 e apresentou medidas austeras em vários seguimentos: na economia; na propaganda e veiculação de notícias; na educação do país. António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros e "testa de ferro" do regime, acreditava que a organização da economia e das contas públicas eram importantes, mas que se tornariam meros subterfúgios para alcançar a transformação social que desejava (TELO, 1994). Uma economia bem estruturada possibilitaria investimentos em áreas de promoção dessa reengenharia social, onde inculcariam um novo modo de ser, resgatando valores que consideravam propriamente portugueses e seguiriam com o que acreditavam ser o destino providencial de Portugal para com o mundo (MÓNICA, 1973).

Como propõe Torgal, Mendes e Catroga (1998), a implementação do Estado Novo em Portugal deu novos rumos para a história vivida e contada do país. Sofreram transformações em todas as esferas da sociedade e promoveram uma História revisionista e focada em enaltecer a religião, os valores, o líder, a nação e seus heróis. Todos estes aspectos partiram da aposta em uma educação doutrinária, escolhida como o melhor plano para criar uma nova elite e uma nova sociedade que viria a legitimar o Estado Novo português e as suas práticas, bem como impulsionar o movimento de "Revolução Nacional" que foram pensados ainda quando Salazar ocupava as cadeiras da Universidade de Coimbra como bacharelando em Direito. Um pouco do perfil do líder pode ser observado nas publicações d'*O Imparcial* – jornal acadêmico – onde trabalhou em conjunto com amigos de peso, como o futuro Cardeal Cerejeira (MENESES, 2011). Para além destas estratégias discursivas, é fato que em 1933 houve a implementação do Estado Novo, de onde Salazar colocou em prática os planos revolucionários dos quais ajudou a elaborar e propagandear.

Segundo Mónica (1973, p. 479), "Salazar chamou à escola 'a sagrada oficina das almas', isto é, reconheceu que ela jamais poderia ser neutra. A escola salazarista estava consciente do seu papel político"[1]. Neste sentido, em 11 de abril de 1936 foi publicado o Decreto-Lei n.º 1.941 que mudou a designação de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional; criou normas que transformaram profundamente a educação portuguesa (PORTUGAL, 11 de abril de 1936). Foi neste Decreto que nasceram as bases para um outro texto, o Decreto-Lei n.º 26.611 de 19 de maio do mesmo ano, que criou a Mocidade Portuguesa. Nesta lei ficou estabelecido a estrutura, faixa etária dos membros, normas e regras, fardamento utilizado e tudo o mais que envolvesse a Mocidade (PORTUGAL, 19 de maio de 1926). Apesar de tratar de um regime de bases autoritárias, a criação deste órgão de juventude desabrochou polêmicas entre os grupos apoiadores, sobretudo na ala militar, o que levou Salazar a trabalhar no convencimento destas elites políticas, no sentido de manter seus apoios e contribuições para este grupo de formação paramilitar destinado aos jovens portugueses.

A briga dos militares estava relacionada ao receio do surgimento de uma reviravolta orquestrada por Salazar, utilizando a juventude contra estas elites. Isto se deve, em parte, a momentos anteriores enquanto Salazar era Ministro das Finanças, de onde estabeleceu diversos cortes nos recursos dos militares e, consequentemente, nas pastas dirigidas por eles. Para o então Ministro, estas práticas além de fazer parte de suas exigências para entrar no governo, traduziu-se em estratégias para reordenar as contas do Estado. Para os militares, estas medidas foram pensadas para enfraquecê-los e para centralizar cada vez mais o poder. A despeito de todos estes impasses, a Mocidade Portuguesa foi fundada e atuou a pleno vapor por anos em Portugal, em vários setores do país e vem sido trabalhada na tentativa de compreender como ela colaborou para a manutenção do regime e na criação de uma sociedade politizada, de devoção a Deus, amor à Pátria e de proteção da Família.

Mocidade Portuguesa: fundação e organização deste órgão de juventude

Portugal, historicamente, possui forte tradição de modificações, por meio de leis, no sistema educacional do país, com a tendência de seguir o perfil de interesses dos seus governos. Durante a Primeira República, a educação já era considerada uma chave de transformações sociais e políticas,

[1] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

podendo ser visto a partir dos textos normativos que eram criados, bem como nas ações práticas de formação de professores e alunos de acordo com o sistema de valores estabelecidos pela República, que criou um modelo educacional interligado aos projetos de nação. O Estado Novo não fugiu desta postura e acabou por fortalecê-la, determinando a reestruturação da educação no intuito de doutrinar a sociedade, formando a "alma do homem novo" (ROSAS, 2001, p. 1031).

O salazarismo estabeleceu como missão da educação criar

> uma nova elite, tecnicamente capaz de colaborar com a tarefa de regenerar o país e imbuída de um espírito nacionalista que garantisse a devoção ao país e a obediência à sua liderança. A falta de elites habilitadas para gerir o Governo, as Forças Armadas, a administração colonial e a organização corporativa era não raras vezes referida com o motivo do ritmo lento da reforma. Salazar chamava Portugal de 'país de paupérrimas elites' (MENESES, 2011, p. 170).

O ministro Carneiro Pacheco, em seu pronunciamento de posse, afirmou que "a Escola seria chamada à realidade da vida portuguesa, para poder criar homens que formem uma 'élite' no meio em que vivem" (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p. 4)[2]. O Ministro reafirmou que a formação dos jovens portugueses era deficitária e que o trabalho seria grande à frente do Ministério. Essa elite política com habilidades técnicas estaria voltada para uma "desenvoltura saudável da Revolução Nacional" (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p. 4). Em outra oportunidade, Pacheco afirmou que tinha assumido o cargo para realizar a "política do espírito"[3], uma outra forma de falar da transformação social a partir da formação integral promovida pela educação nacional (O MINISTÉRIO..., 1936, p.4).

O tema da "Revolução Nacional" era constante e central nas entrevistas dadas por Oliveira Salazar à António Ferro. Para ele, a revolução passava pela "conquista do Estado, mas não era fator suficiente de renovação, nem por si só poderia garantir a estabilidade e o futuro da obra realizada. Essa haveria de firmar-se na 'reforma da educação'" (FERRO, 2007, p.43). Ainda segundo o texto de

[2] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

[3] O termo "política do espírito" foi cunhado em discurso pelo então Ministro da Instrução Pública, Carneiro Pacheco, onde referiu-se a formação doutrinária do povo português por meio da educação nacional e seus órgãos vinculados, onde seriam inculcados valores que consideravam propriamente portugueses. Cf. <https://bit.ly/3nup80x> Acesso em: 09 de jan. 2021.

Ferro (2007, p. 43) o Presidente do Conselho afirmou que "as revoluções só se realizariam verdadeiramente quando a mentalidade dos povos, pacientemente educada, se transforma de facto"[4].

O mesmo Decreto que fundou a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa também instituiu o Regimento da Junta Nacional da Educação que ficou responsável por estudar os "problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física" (HORTA, [20-?], p. 9)[5]. A grosso modo, a Junta Nacional ficou responsável por fiscalizar e promover tudo o que estivesse ligado à educação do país. O texto em questão também previa que o órgão "deveria abranger toda a juventude escolar ou não, dos sete aos 17 anos, sendo a participação obrigatória para os alunos da escola primária e do 1.º Ciclo do Liceu" (HORTA, [20-?], p. 9). Foi estabelecido que o tempo livre dos jovens deveriam ser utilizados para formação nacionalista, de modo que os alunos ao largar das suas escolas não retornariam de imediato para suas casas, os membros da Mocidade deveriam se apresentar nos centros de formação no qual recebiam instrução pré-militar e social, política, moral e religiosa (HORTA, [20-?]).

Se por um lado o governo salazarista enfrentou resistência por parte dos militares e de uma parcela de grupos católicos - por defender o escoteirismo católico - acerca da criação da Mocidade, do outro lado, na Assembleia Nacional, as discussões acompanhavam a proposta do Executivo. O governo levantava que a Mocidade Portuguesa contribuiria com o "robustecimento e elevação de Portugal" e a Camara Corporativa julgava oportuna a "iniciativa governamental que tende a ligar a inteligência, o coração e a vontade, a força e a acção de todas as novas gerações nacionais, no pleno esforço do engrandecimento patrio" (A CAMARA CORPORATIVA..., 1936, p.5)[6].

Contrariando o posicionamento de alguns grupos católicos, em 07 de fevereiro de 1936, o *Diário de Lisboa* publicou trechos dos debates da Assembleia Nacional, destacando falas do sr. Cônego Correia Pinto que fez críticas ao sistema laico da República em tom de apoio às novas determinações do Estado Novo quanto a formação da juventude portuguesa que deveria desviar-se da "barbárie e da aventura da República" (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p. 4).

[4] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[5] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[6] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

> Não quero ir para a barbarie; não quero ir para a perdição. Quero continuar a ser civilizado e a viver na civilização. Uma civilização é uma moral, uma doutrina, uma cultura, uma história, uma experiência, um ambiente, uma comunidade. E não podemos embarcar nos riscos duma aventura em que podemos jogar tudo por nada (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p.4)[7].

Na fala acalorada do religioso é perceptível o seu posicionamento contrário à doutrina laica do governo republicano, pois acreditava que a educação deveria estar empenhada em formar o caráter dos homens e mulheres que cuidariam do futuro. Para ele, diferentemente das tentativas fracassadas da França e da Espanha que promoveram modelos de educação laica, Portugal deveria espelhar-se nas experiências da Inglaterra, da Itália e do Canadá que tornaram obrigatório o ensino religioso, na busca por "acertar o passo com o mundo civilizado". Este tipo de discurso causou grande impacto à época, pois é bom lembrar que os discursos católicos ganharam nova dinâmica de circularidade e sentido no regime salazarista, visto que Salazar era ex-líder do Centro Católico e mantinha alianças muito próximas com a Igreja Católica e com a Santa Sé, intermediadas pelo seu amigo de tempos de seminário e faculdade, o Cardeal Cerejeira. O que acabou marcando o retorno das relações entre Igreja e Estado, relação que foi avariada pela Primeira República e suas práticas anticlericais e laicizantes. Uma parcela disso pode ser observada na *Lei da Separação do Estado das Igrejas* publicada em 20 de abril de 1911.

Como previa o *Decreto-Lei n.º 26.611:*

> É instituída, em cumprimento da base XI da lei n.º 1941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.), que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar (PORTUGAL, 1936, p. 545)[8].

Apesar da lei que instituiu a Mocidade ser de 19 de maio de 1936, o Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa só foi publicado em 14 de dezembro do mesmo ano. O Regimento postulou em seu Art. 5.º que "todos os portugueses deveriam participar deste órgão obrigatoriamente" (CARVALHO, 1986, p.756). Além disto, a lei de 11 de abril ainda de 1936 instituiu que a "Mocidade Portuguesa cultivará nos seus filiados a educação cristã tradicional [...] e em caso algum admitirá nas suas fileiras um indivíduo sem religião" (CARVALHO, 1986, p.756).

[7] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[8] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

Segundo o pensamento do Presidente do Conselho apresentado por Meneses (2011, p.176), de que "os jovens deveriam receber formação integral em tempo integral", o *Decreto* previu que a Mocidade Portuguesa deveria atingir todos os jovens "visando um desenvolvimento integral – carácter e capacidade física – tornando-os aptos para o dever militar e civil, propondo uma formação do jovem em tempo integral" (MENESES, 2011, p.176).

Dentro da Mocidade, os militares assumiram os cargos de comando do órgão e de formadores em algumas disciplinas, assumindo o papel de intelectuais ou intelectuais mediadores (GOMES; HANSEN, 2016), garantindo o modelo estabelecido para o grupo, onde os jovens receberiam sua instrução pré-militar e de devoção à pátria. Outra coisa que chama a atenção é que o grupo recebeu "uniforme, bandeira, hino e estrutura nacional" e os moços e moças membros eram separados por grupos, ala masculina e ala feminina, e recebiam designações similares às patentes militares, variando de acordo com a idade:

> [...] dos 7 aos 10 chamar-se-ão 'lusitos'; dos 10 aos 14, 'infantes'; dos 14 aos 17, 'vanguardistas'; dos 17 em diante, até 26, 'cadetes'. Estes últimos constituirão a milícia da Mocidade Portuguesa e serão comandados, na sua atividade pré-militar, por um oficial superior do exército ou da armada (art.º9) (CARVALHO, 1986, p.756).

A Lei informa que o comando do órgão seria ocupado por "oficial superior do exército ou armada", mas este não seria escolhido pela instituição, cabia ao Presidente do Conselho deliberar sobre quem e quando deveria assumir o cargo, bem como a exoneração dos dirigentes por qualquer motivo. Para complementar e garantir o desempenho deste órgão no tocante à vigilância das ações, tal qual das questões administrativas que envolviam a M.P., como: formação de comissões; contratação de pessoal e produção; produção e envio de documentos e relatórios ao Presidente do Conselho; foi criado o Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa (PORTUGAL, 1936, p.545-546).

A escolha de Carneiro Pacheco como Ministro da Educação Nacional foi celebrada por grupos políticos portugueses (PROBLEMAS..., 1936, p.1), assim como por vários seguimentos, pois enxergavam no Ministro "grandes esperanças" no âmbito da educação do país (PROSSEGUIU..., 1936, p.5). O próprio Salazar representava-o como o homem que levaria a Mocidade a cumprir o seu papel na construção do "homem novo" e no resgate da alta cultura da nação (QUEIROZ, 2008).

Apesar de todos os impasses envolvendo a criação da M.P., é importante mencionar que este modelo de grupo escolar não foi exatamente inovador ou fruto específico do governo Salazar. A Mocidade foi inspirada em outros grupos portugueses que arregimentavam jovens com fins específicos, como exemplo, podem ser citados a Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, que nasceu em 1929 e representava um núcleo de estudantes que queriam servir o país; e os Camisas Azuis, Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto. Estes agrupamentos tinham uma atuação independente do governo, o que não era interessante para Salazar, então, com a criação da Mocidade, o governo esperava arrebanhar os filiados dos Camisas Azuis, aumentando as fileiras de membros a serviço do Estado Novo (PINTO, 2016, p.219-221). Buscava aglutinar membros, sobretudo, dos Camisas Azuis, devido a aproximação com setores de oficiais do Exército que estavam descontentes com o rumo tomado pelo país (MENESES, 2011, p.165).

O cenário de ascensão de governos extremados na Europa acabou reverberando em Portugal. Além dos Camisas Azuis, dos grupos ligados à Igreja Católica portuguesa e da Acção Escolar Vanguarda, grupos estrangeiros propagavam suas ideias em Portugal. Itália e a Alemanha tiveram organizações e milícias formadas por jovens com propósitos similares aos da Mocidade. A *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista) produzida no ventre da Alemanha nazista, divulgou suas atividades por meio da revista *A Esfera,* que esteve sob a direção de Alfredo Pimenta, um conhecido germanófilo, responsável por trazer influências nazistas para o periódico que circulava em Portugal (A ESFERA, 1940).

Essas aproximações não agradaram a todos, Oliveira Salazar e a Igreja não queriam aproximações com juventude alemã, sobretudo, pelo "vigoroso anti-clericalismo" do grupo (O TERCEIRO REICH..., 1936, p.4), uma vez que eram bem diferentes da Mocidade que tinha formação cristã e contava com a "presença de padres no quadro de dirigentes" e formadores. Esta formação acontecia porque o Estado Novo português não pensava apenas em aglomerar os jovens e esperar deles a força que ajudaria a transformar a sociedade portuguesa. Por essa razão, Salazar determinou que eles deveriam ser sociabilizados politicamente, para que passassem a "amar de toda a força a sua Pátria e a Deus e defende-los contra os inimigos que foram estabelecidos" (KUIN, 1993, p.588)[9].

[9] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

A formação da Mocidade Portuguesa: "Estudar com dúvida e realizar com Fé"

> [...] 'a origem militar da ditadura portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial'. Há que formar uma consciência nacional, sem a qual e contra a qual se não pode governar; e há que ter sempre em atenção o interesse nacional. Para a realização deste há que 'estudar com dúvida e realizar com fé'. Neste plano, a educação é fundamental, servida por uma vontade forte, e a obra efectuar 'tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num são nacionalismo'. Para o efeito, há que suscitar uma mentalidade nova. Não em estilo fascista, porque este 'toca um tudo nada pelo ridículo' com 'jovens de pouca idade a imitar o andar forte, o sobrecenho carregado, a expressão dura, o olhar sobranceiro, o ar de desafio e de plena posso de si com que Mussolini comanda as massas italianas'. Mas mentalidade nova como forma de encarar o futuro de Portugal [...] (NOGUEIRA, 1977, p.189.190).[10]

Além de fornecer parte do título deste tópico, estas primeiras palavras trazem uma defesa da educação centrada no patriotismo de origem militar como melhor caminho possível para a "revolução nacional". Segundo o texto, era necessário ter fé na Pátria, o que não exclui a crença dele na necessidade de se ter fé em Deus, na Igreja e nos dogmas religiosos. Apesar de ser fruto de uma historiografia afinada com afirmações do salazarismo (TORGAL; MENDES; CATROGA, 1998), Franco Nogueira, escritor desta biografia, propôs diálogo com o biografado a respeito dos pilares da educação proposta, que tinha como maior objetivo formar homens úteis à nação. O interesse em formar estes "homens úteis à Nação" não era exclusivo do governo, os militares e a Igreja portuguesa buscavam a sua fatia do bolo. No caso dos militares, estavam empenhados na instrução pré-militar dos jovens, garantindo a ordem e a disciplina. Do lado da Igreja que apoiava o salazarismo, esperavam, em resposta, o apoio do governo para reerguer-se no país – fortalecimento da Igreja Católica portuguesa, apoio às suas práticas e influência dentro da sociedade. Apesar de não ter recebido um apoio incondicional do governo, a Igreja continuou apoiando o Estado Novo objetivando a "recristianização da sociedade" (NOGUEIRA, 1977, p.189.190).

Na dianteira deste processo estava Salazar que vinha de um ambiente acadêmico e católico, espaços que o construiu como intelectual. Mesmo afirmando ser avesso às questões políticas e ao poder, entrou no governo, reestruturou-o ao seu modo, e trabalhou na defesa da formação e da educação da sociedade no âmbito dos valores morais e cristãos, no amor e devoção à pátria, e na proteção da família. Seu perfil de professor, político e católico teve grande influência na orientação

[10] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

do projeto educacional da juventude. Tornou-se um dos doutrinadores da política cultural e educativa de Portugal e legitimou-se perante as classes sociais conservadoras e tradicionais.

O historiador Simon Kuin (1993, p.555) chamou o processo de inculcação ideológica da juventude de "sociabilização política" que seria a transmissão cultural por meio das escolas, criando cidadãos doutrinados em costumes político e socialmente aceitáveis pelo novo sistema de valores que colonizava Portugal, tornando os jovens atores de transformação da sociedade, atuando nos espaços de socialização que estavam inseridos. Aqui, a educação tornou-se instrumento de "tecnologia social".

Para fiscalizar o desenvolvimento da educação nacional e para reforçar o processo de formação integral dos jovens, ainda em 1936, foi criada a *Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN),* pois o governo compreendia que o maior ambiente de "sociabilização política" do jovem era a sua própria família. Com este órgão, o regime entrou pela porta da frente da casa das famílias portuguesas para fiscalizá-las, controlá-las e vigiá-las. O OMEN capacitou as mães, qualificando-as para agirem na formação dos filhos, em conjunto com as escolas e professores (KUIN, 1993, p.555-556).

Pouco mais de um ano após a criação do OMEN, Judith Teixeira publicou texto na coluna "Temas Educativos" do *Diário de Lisboa,* indicando que o Estado deveria trabalhar em conjunto com a família portuguesa, respeitando-as, amparando-as, protegendo-as e ajudando-as na educação dos jovens.

Segundo ela,

> o fim da família não é dar escravos ao Estado, mas sim formar homens capazes de defenderem a liberdade da sua consciencia. A família primeiro, depois o Estado. Se a família não foi bem constituída e moralmente bem organizada não poderá ser útil ao Estado. Viciada pela anarquia do seu ambiente, onde não aprendeu respeito, obediencia, consideração, amor, devoção, etc., não tendo estes sentimentos vinculados no seu caracter como os poderá dar ou transmitir aos outros? (TEIXEIRA, 1938, p.2)[11].

O texto que foi publicado em 3 de março de 1938, mostra a força da propaganda do governo Salazar ao falar da necessidade de amparar as famílias, o que ajudou a legitimar medidas que o governo almejava adotar. A publicação ainda alertou as famílias para a necessidade de uma presença

[11] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

maior do Estado na vida delas para que então pudessem desenvolver bem a sua função social. O Estado Novo acabou criando a sensação de que somente com o seu apoio as famílias seriam capazes de sanear as mentalidades, aplicando o novo sistema de valores que veio para extinguir "os vícios e aberrações morais" (PIMENTEL, 2001, p.73-79). Teixeira afirmou que não adiantaria todo o investimento financeiro na construção de escolas mais modernas, assim como o dispêndio de energia e de amor, de trabalho árduo e carinhoso dos professores se "a criança, ao regressar a casa, encontrar anarquia, vícios [...] desconforto moral". Todo foco na família estava na crença de que ela representava "o bom alicerce, a raiz sagrada e frutificadora da humanidade. Nela nascem e se santificam todos os sentimentos afectivos piedosos"[12] (TEIXEIRA, 1938, p.2). Devido o apoio da sociedade ao projeto de integração da família à escola, a escola portuguesa tornou-se "uma instituição complementar da família", onde os professores e pais estariam comprometidos com a nova proposta de formação da juventude.

Ainda segundo a autora,

> para formar caracteres livres e responsaveis, criar no homem uma individualidade forte, dominadora dos seus vícios e tendencias atávicas, dar-lhe uma saude moral, viril e criadora é preciso uma obra verdadeiramente revolucionária que só o Estado pode fazer: educar os educadores (TEIXEIRA, 1938, p.2)[13].

Outras fontes mostram que o governo cuidou especialmente destes professores, dando instruções e materiais específicos, fazendo concursos que avaliavam o alinhamento ideológico, dentre outros (CARVALHO, 1986). Também investiram na educação física, semelhante a outros países de regime autoritário, acreditavam na necessidade do condicionamento físico do "homem novo", por isso as escolas e professores deveriam promover a educação física dos moços e moças, para que estivessem saudáveis em corpo, mente e alma (OS CADETES..., 1938, p.2).

A matéria intitulada "Bem orientada e patriótica intervenção do ministro Carneiro Pacheco", publicada no dia 16 de fevereiro de 1937, tratou da experiência portuguesa de instrução político-militar. Este tipo de instrução, segundo o redator, não era nova no país e textos como o publicado por Rómulo de Carvalho confirma a tese. Todavia, o autor afirmou que a proposta apresentada pelo ministro Carneiro Pacheco era mais completa, pois garantiria uma rápida adaptação dos jovens à vida

[12] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[13] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

militar e aos seus princípios morais, patrióticos e nacionalistas. Este tipo de formação também preparava os jovens para o serviço militar, "tendo pois por fim o desenvolvimento das qualidades físicas e morais dos adolescentes a-fim-de os pôr em condições de melhor desempenharem os seus deveres de soldados e cidadãos na Nação Armada" (A INSTRUÇÃO..., 1937, p.6)[14].

Ainda segundo a notícia:

> Esta preparação tende primeiro que tudo a dar aos adolescentes a força física, com a saude é a sua resultante, cultivando a resistencia, habilidade, espirito de iniciativa e em seguida no campo moral, confirmando as qualidades essenciais que fazem os bons soldados e bons cidadãos: obediência às leis, disciplina, dignidade pessoal, solidariedade, sentimentos de Honra e de Amor Patrio e finalmente dar-lhes uma instrução elementar, que sem penetrar no dominio da tecnica militar, os inicia em noções que serão da maior utilidade durante a sua permanencia nas fileiras. O principal meio desta preparação repousa sobre a Educação Fisica, compreendendo ainda a educação cívica, conhecimentos militares, instrução preliminar de tiro, equitação, etc (A INSTRUÇÃO..., 1937, p.6)[15].

Em discurso, o Presidente do Conselho, no dia 23 de março de 1938, afirmou que os resultados eram positivos devido as medidas tomadas no âmbito da educação político-militar da juventude. Desta forma, Salazar colocou-se favorável à intensificação deste modelo no intuito de garantir a continuidade da revolução, que também encontrou respaldo na sociedade civil e nos veículos de jornalismo (O NOTÁVEL DISCURSO..., 1938, p.10-11). A propaganda educativa do governo destacava as vantagens deste modelo de formação e fez-se presente no cotidiano do povo português por vários canais diferentes. Um dos pontos tocados foi a evocação do passado português, pois acreditavam que as lições dos acontecimentos anteriores eram muito valiosas. O passado foi utilizado como exemplo e como justificativa das ações presentes do governo que estava em busca de um futuro específico, apesar deste futuro, muitas vezes, ser uma construção fantasiosa (A INSTRUÇÃO..., 1937, p.6).

Corroborando com o discurso do governo, dr. Pedro Teotonio Pereira, Ministro do Comércio de Portugal, afirmou que o Estado estava empenhado em uma "revolução moral" que possibilitaria ao país "ressurgir de um longo período de apagada e vil tristeza". O Ministro também afirmou que caberia aos jovens manter o curso da revolução e reforçou a ideia de uma educação direcionada a "prevenir a juventude contra certos defeitos de mentalidade e de sensibilidade" que

[14] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[15] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

herdaram do último século. O século citado pelo Ministro é também chamado pelos salazaristas de "século negro", pois acreditavam que o período vivido por Portugal antes do advento do Estado Novo não teria trazido nada de proveitoso, isto inclui a laicização do Estado e da sociedade, o anticlericalismo, o liberalismo e a Primeira República portuguesa que foi responsável pelo estabelecimento de algumas destas vertentes, e que estiveram diluídas em textos publicados como leis de Estado (O SR. MINISTRO..., 1937, p.1).

Em consonância com o que afirmou o ministro Pereira, no dia 5 de julho de 1937, o capitão Salgueiro Rego publicou no *Diário de Lisboa* onde declarou seu entusiasmo com os jovens da M.P. e com o que o Estado Novo estava fazendo deles. Na mesma publicação, acreditando na positividade dos resultados que vinham adquirindo, o capitão colocou que o projeto de instrução pré-militar deveria ser oferecido desde as escolas primárias (O EXÉRCITO NOVO..., 1937, p.6). No entanto, Nobre Guedes, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, em 21 de outubro de 1937, afirmou que a obra feita na Mocidade era muito positiva, mas que não seria aplicada com tanta rapidez em todas as cidades portuguesas. Para ele, o crescimento muito rápido poderia desorientar o órgão e as consequências disso poderiam ser desastrosas; o Comissário ainda defendeu o empenho na formação dos jovens, que deveria ser militar e católica. Segundo ele, o Executivo não tinha oficializado nenhuma religião, apenas teria reconhecido "a religião de seu povo", e por isso acolheu o catolicismo como pilar da formação desta sociedade (OS DIRIGENTES..., 1937, p.4-5).

Este tipo de discurso mostra a força do catolicismo na sociedade portuguesa, que retornou à vida pública, inclusive nos ambientes públicos e administrativos do país. A religião voltou a ocupar todos os espaços da sociedade; política, funcionalismo, educação e a Mocidade Portuguesa:

> A religião dos portugueses é a católica. Os pequenos nucleos de outras religiões não têm volume que se considere. Embora, portanto, a 'Mocidade Portuguesa' admita indivíduos de outras religiões só prestará assistencia catolica aos seus filiados. Entende-se que ao homem é necessario a fé religiosa como anseio de perfeição moral, como guia superior de todos os seus actos. Deus e Patria são noções que vivem associados na alma dos portugueses.
>
> O culto de Deus e o amor da Patria fôram os sentimentos que inspiraram os mais altos feitos da nossa Historia. Foi assim no passado, é assim no presente, queremos que seja assim no futuro. O facto do ideal religioso não ter fronteiras, o facto de ser um sentimento universal, não pode por isso conduzir nunca a atitudes de

> solidariedade que sejam dalgum modo contrarias aos superiores interesses da Patria. (OS DIRIGENTES..., 1937, p.4-5)[16].

De acordo com o texto, no país, os portugueses poderiam professar outras formas de fé, mas para fazer parte do corpo governamental, seria necessário que fossem católicos. Estas ideias, centradas nas questões da nação, eram reforçadas em conferências ministradas por Marcelo Caetano aos professores em encontros e debates com os dirigentes da M.P. A palestra designada como "Processos de formação nacionalista – Educação moral" versou sobre educação política, educação física, dentre outros temas. O evento trabalhou a ideia de "homem novo", e contou com a presença do alto escalão do governo, do funcionalismo e da elite política e intelectual. Caetano, bacharel em Direito, acreditava no projeto e contribuiu para a legitimidade do regime na sociedade (OS PROCESSOS..., 1937, p.5).

Em seu discurso, Caetano destacou a importância da educação pré-militar, do uso das insígnias, da disciplina, do uso de técnicas específicas e do fardamento:

> A farda tem um sentido educativo que já conhecemos de muitas gerações. Quando se quis organizar uma força, para servir um ideal superior, deu-se aos seus componentes uma farda que era só por si todo um programa: crenças, fé e acção. A farda do rapaz da 'M.P.' é uma profissão de fé, a revelação ostensiva do que se é, um acto de verdade. E a verdade é a primeira das virtudes que temos que incutir e exigir aos rapazes (OS PROCESSOS..., 1937, p.5)[17].

Conforme o orador, "o rapaz fardado tem que convencer-se de que não pertence a si próprio, mas sim ao movimento, aos seus camaradas, às suas idéas" (OS PROCESSOS..., 1937, p.5)[18], desta forma, estariam construindo o carácter da juventude.

E continua:

> Mas a 'M.P.' não quere apenas homens moralmente perfeitos; tem outra função da maior responsabilidade: preparar novos para a vida politica da Nação, libertos dos vícios de educação de que ainda estamos eivados, isentos de toda a mácula do antigo regime, diferentes daqueles que se fizeram nos partidos, convencidos de que não estão na vida politica para se servir, mas para servir o interesse nacional (OS PROCESSOS..., 1937, p.5)[19].

[16] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[17] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[18] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[19] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

O evento de formação dos doutrinadores continuou no dia 23 de outubro de 1937, reforçando e reafirmando os temas discutidos (A EDUCAÇÂO FÍSICA..., 1937, p.4). *O Diário de Lisboa* encarregou-se de publicar diariamente os debates e notícias referentes ao evento, evidenciando as medidas tomadas com publicações de apoio aos grupos. Estes temas eram recorrentes nas páginas do jornal, dividindo espaço apenas com assuntos relacionados à Segunda Guerra e às questões internacionais. Algumas matérias se tornaram emblemáticas, como: "Cultura e Tecnicos"; "Menos aparencias e mais educação"; "Cultura" e tantas outras que afirmavam que o regime estava acertando no caminho escolhido para a educação:

> Há uma cousa que se chama saudo moral e uma alegria que vem do dever cumprido. A educação que se ministra nas familias e nas escolas tem de formar ao mesmo o espirito e o coração. Quando assim não é, as gerações comportam-se como cegos ou com ebrios (CULTURA..., 1937, p.1)[20].

Publicações como esta dialogavam com os projetos do Estado Novo português. No artigo "Mocidade", o *Diário de Lisboa* exaltou a figura de Salazar. Segundo o jornal, a sua obra e a forma como dirigia o país já era conhecida e respeitável. O escrito chegou a declarar que "os tempos eram difíceis e exigiam decisões fortes, pessoas que construíssem e não destruíssem", além de elogiar o que chamaram de "sacrifícios" feitos pelo Presidente do Conselho:

> Todos os homens que, em Portugal, conquistaram, lutaram, pregaram, ensinaram e libertaram não obedeciam a odios nem a desejos mesquinhos, pois punham o seu amor, a sua fé e o seu enfôrço ao serviço de ambições generosas, de arranques magníficos. O que faz da nossa historia um caso único, um friso de maravilhas, é a intervenção constante da juventude, na orientação dos seus destinos – juventude que se não calcula pelo numero dos anos, antes pela permanencia da virtude e do sacrificio nas pugnas contra a adversidade (MOCIDADE..., 1937, p.1)[21].

A busca no passado por exemplos ligados à figura de Salazar afirmava que este, assim como os líderes de outrora, estava sendo mal interpretado por alguns, mas que teria os seus feitos aclamados pela história. Salazar não pretendia mover blocos de concreto ou coisas parecidas, "mas sim consciencias sensiveis, juizos esclarecidos" (MOCIDADE..., 1938, p.1)[22]. Um texto homônimo foi publicado em 30 de abril de 1938 e seguiu o mesmo padrão discursivo, colocando a Mocidade

[20] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[21] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[22] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

sempre como exemplo, apontando-a como "a força da juventude que veio para salvar o país" (MOCIDADE..., 1938, p.1).

A organização de Mocidade e sua implementação na formação educativa dos jovens seguiu na ordem do dia: destacando aspectos vistos como positivos; apresentando os centros de treinamento, acampamentos e escolas de instrução. Em 26 de maio de 1938, a visita do Chefe de Estado e do Ministro da Educação Nacional ao acampamento da M.P. em Palhavã, além de ter sido utilizada como pretexto para propagandas e honrarias, estas visitas repetiram-se em várias ocasiões para fiscalizar o andamento da formação dos jovens da Mocidade. De certa forma, estas inspeções aproximavam o governo da sociedade, demonstrando a atenção que o Executivo dava ao órgão e à instrução da sociedade.

As visitas feitas aos centros de formação do órgão eram comuns e foram muito noticiadas. No dia 26 de março de 1939, a M.P. executou exercício na presença do Comissário Geral, Nobre Guedes. Dentre os exercícios executados, estavam os referentes às disciplinas "Caçadores 5 e 7, Separadores Mineiros, Infantaria 1, Telegrafistas [...]" (MOCIDADE PORTUGUESA..., 1939, p.2). Soa inusitado ao leitor, mas os moços além das disciplinas escolares tradicionais, no âmbito da Mocidade, cursavam matérias como as que foram elencadas, de maneira que viessem a aprender tudo o que fosse necessário para servir ao país. Aprendiam nos centros de formação e executavam no dia-a-dia da sociedade.

Atuação da Mocidade Portuguesa: "Por Salazar! Por Salazar!"

A educação dos jovens estava dividida no ensino de conteúdos estabelecidos pelo Ministério da Educação Nacional; em exercícios físicos e atividades cívicas. Sua atuação, contudo, era bastante ampla e se estendia para além dos muros da Mocidade. Neste caso, apenas a ala masculina da Mocidade Portuguesa será tratada. A grosso modo, eram orientados a vigiar os pais dentro de casa e seus vizinhos, seus amigos e seus professores; participavam das festividades e cortejos religiosos, de jogos, desfiles e paradas militares. Além disso, desenvolviam trabalhos ligados às colônias e ao Império Ultramarino.

Como destacado, a Mocidade estava profundamente ligada ao Estado Novo português, desta forma, o projeto do regime também era um projeto do órgão. Salazar era frequentemente exaltado e suas ideias circulavam na formação do grupo. Mocidade produzia hinos de exaltação do governo e

do seu líder, fazendo referência e trabalhando como braço direito do Estado Novo e do Presidente do Conselho:

> Ó Mocidade irradiante,
> Alma da Pátria a germinar!
> Ergue o teu grito e teu montante,
> AVANTE, AVANTE, AVANTE, AVANTE.
> POR SALAZAR! POR SALAZAR! (OLIVEIRA, 1939, p.2)

O trecho do hino "À Mocidade Portuguesa" enaltece Salazar como líder e apresenta a Mocidade como uma das suas grandes obras para a juventude do país, afirmando que ele os teria construído sob "ordem, verdade, disciplina, virtude, fé, vigor e vontade" (A ESCOLA CENTRAL..., 1937, p.5). Em outros trechos, encontra-se a evocação da juventude a levantar-se e seguir em frente na defesa de quem os forjou e da pátria. Era costume a M.P. desfilar fardada para pais, autoridades e para toda a sociedade que assistia aos desfiles batendo palmas, aprovando o resultado da obra de Salazar. Com o passar do tempo, o grupo foi conquistando cada vez mais admiradores, inclusive, em espaços onde mantinham, declaradamente, ressalvas com a proposta de formação militar do grupo.

O capitão Salgueiro Rego, por exemplo, afirmou ter ficado surpreso com o que o órgão tinha se tornado, declarando sua nova esperança na formação de Mocidade:

> É na mocidade que temos as melhores esperanças. Na parada de 28 de maio, que excedeu, confesso, toda a minha expectativa, pois nunca julguei que em tão pouco tempo se pudesse mostrar ao país o grande amor patrio que existe na alma dêste glorioso povo, fez-me vibrar de entusiasmo, principalmente, o desfile daquela mocidade em que, estou certo, na alma de todas aquelas crianças não havia outro intuito senão o da demonstração de um verdadeiro, franco, leal e sincero patriotismo (O EXERCITO NOVO..., 1937, p.6)[23].

O Capitão referiu-se ao desfile do 28 de maio de 1937, que comemorava as movimentações do 28 de maio de 1926 que derrubaram a República. Uma das atividades da M.P. era justamente participar de datas comemorativas da nação, e o 28 de maio era a data magna para este governo. No texto, o militar demonstra a sua surpresa com o desempenho da M.P., resultado que foi garimpado em pouco tempo, visto que o grupo foi fundado um ano antes. Neste sentido, enalteceu a obra de Oliveira Salazar que estava construindo nos jovens um "franco, leal e sincero patriotismo", qualidades que buscavam construir na população, e aproveitou para declarar-se um novo entusiasta da obra:

[23] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

> Saudamos a mocidade portuguesa, onde a nação tem de ir buscar os seus profissionais para a defesa do país, suprindo a falta daqueles tantos e tão dignos que vão desaparecendo. Dessa mocidade, devidamente preparada desde os primeiros anos da sua infancia, quer pela sua educação moral e fisica, quer pela sua intelectualidade e amor patriótico, se distinguirão aqueles que querem seguir a carreira das armas com vergonhosa corrida aos pedidos de empenho para se salvarem de prestar serviço nas fileiras do exercito [...] (O EXERCITO NOVO..., 1937, p.6)[24].

Para ele, a Mocidade estava criando uma nova elite, uma nova força, e que caberia buscar neste grupo os profissionais necessários para defender a nação. Posicionamento que corroborou com o discurso do governo, uma vez que Salazar discursava sobre a necessidade de criar novas elites políticas, administrativas e militares, pois eram pouquíssimas e que precisavam ser renovadas para garantir o futuro do projeto estadonovista (O EXERCITO NOVO..., 1937, p.6).

Salazar não aceitava pessoas pela metade, todos deveriam colaborar com o projeto:

> Não estão connosco os que não sentem profundamente os princípios essenciais de reconstrução nacional, os que restringem a sua adesão àqueles com que concordam ou lhes convêm, nem os que entram e ficam ainda de fora, recebendo de mais de uma parte indicações e ordens. Não estão connosco os que pensam tirar da sua adesão título de competência, os que buscam uma vontade em vez de um posto desinteressado de combate, os que não sentem em si nem dedicação para servir a Pátria nem disposição para sacrificar-se pelo bem comum (MOURA, 1968, p.256)[25].

No interior do órgão a meta era a defesa do líder, defesa da pátria, defesa dos valores e crença em Deus e nos seus representantes legítimos, no caso do Estado Novo, a Igreja. Apesar disso, para ingressar na M.P. admitia-se até quem não fosse católico, mas nunca os que não comungassem do salazarismo. O perfil nacionalista exigido para ser membro da M.P. era uma de suas características mais conhecidas. Em 11 de agosto de 1936, o *Diário de Lisboa* reportou a notícia informando sobre as comemorações da Batalha de Aljubarrota, que "consolidou a Independência" de Portugal. Na ocasião, os Chefe de Estado e do Governo estavam presentes. O ato cívico também contou com ministros do governo, autoridades civis, militares e religiosas (A COMEMORAÇÃO..., 1936, p.3).

Durante as festividades, Oliveira Salazar aproveitou para proclamar que:

> Os sítios de Aljubarrota e a Batalha, devem ser os lugares dentre todos eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quisera que no proximo ano ali

[24] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[25] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

> acorressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhares dos portugueses de hoje, sobretudo a juventude, para vivificar e robustecer ao calor dum passado heroico a sua devoção patriotica. (A COMEMORAÇÃO..., 1936, p.3)[26]

A matéria do dia 13 do mesmo mês acrescentou que houveram celebrações religiosas e a recitação do "Te Deum", reforçando a noção de aliança entre Igreja e Estado (MANIFESTAÇÃO..., 1936, p.4). Ainda assim, em determinados momentos, Salazar colocou o bem da nação acima do da Igreja, reafirmando a máxima de "Tudo pela nação, nada contra a nação" (MOURA, 1968, p.256). A comemoração patriótica do Dia da Marinha contou com a presença de diversas autoridades oficiais da Armada, assim como os "cerca de 2.500 componentes da Mocidade Portuguesa" que realizaram a "revista naval embarcados nos diversos navios da esquadra" (COMEMORAÇÃO..., 1938, p.5).

Em 23 de maio de 1937, a M.P. foi convidada a participar do evento realizado no Liceu de Camões. Na ocasião, o ministro Carneiro Pacheco entregou insígnias a 83 graduados da Mocidade e afirmou que os jovens estavam preparados tecnicamente e doutrinariamente para guiar os demais. Ainda informou-se que os moços seguiram com exercícios em Metralhadora 1, culminando com a marcha por Lisboa que causou excelente impressão (MOCIDADE PORTUGUESA..., 1937, p.8).

Os moços estiveram presentes nas Olímpiadas de Berlim e este ato pode ser contado como atuação da M.P. na construção da imagem cívica da educação do Estado Novo. Capitão Salgueiro Rego, recorrente autor de textos no periódico, afirmou que o grupo mais uma vez estava surpreendendo a todos pela sua dedicação em "fazer de Portugal um país que dê lições ao mundo em todos os seus aspectos, fisico, moral e intelectual" (A MOCIDADE PORTUGUESA..., 1936, p.6)[27]. Poucos foram os jovens a defender o nome de Portugal nestas Olimpíadas, e mesmo não tendo preparo algum para o evento, acharam-se no dever de "mostrar a todos a superior mentalidade, a enorme disciplina e a organização impecável" que o órgão e seus membros afirmavam ter (A MOCIDADE PORTUGUESA..., 1936, p.6).

Todas estas atividades e aparições públicas fizeram parte das ações do governo na construção do novo regime. Mocidade era um cartão de visita dentro e fora do país, inclusive, sob coordenação do Secretariado de Propaganda Nacional, chefiado por António Ferro:

[26] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.
[27] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

> Não nos cansamos de abordar estes assuntos e temos verdadeiro entusiasmo ao sentirmos que a mocidade do nosso país corre ao chamamento de uma organização que, certamente, sem intuitos mesquinhos de politica partidaria, tem, pelo contrario, o nobre e único intuito de uma organização de defesa patriotica e o enorme interesse de um completo ressurgimento da raça portuguesa (A MOCIDADE PORTUGUESA..., 1936, p.6)[28].

Aparecer em público e nos variados eventos serviu ao governo como evidência positiva das medidas tomadas no âmbito da educação do país e como esta educação estava inserindo os jovens nas mais diversas áreas e ambientes da sociedade. Era comum também que os membros da Mocidade visitassem instalações de instrução e outras escolas portuguesas, no intuito de trocar experiências. Em 22 de março de 1941, ao menos 700 filiados do Centro Escolar n.º 13 da Escola Marquês de Pombal visitaram o Centro Escolar n.º 18. Além da vista das equipes em ambos estabelecimentos, puderam trocar vivências. Os acampamentos também funcionavam para inserir o grupo na sociedade.

O 18 de setembro de 1941 foi marcado pela inauguração da Ponte Duarte Pacheco. A solenidade contou com o Chefe de Estado e de uma apresentação do agrupamento juvenil que desfilou com suas bandeiras e fardamentos (O CHEFE..., 1941, p.4). Semelhante ao que aconteceu na inauguração desta obra, os milicianos apresentaram-se no início das atividades da Central Leiteira em Torres Novas, meses antes (A INAUGURAÇÃO..., 1941, p.4). Em primeiro de fevereiro de 1942, os graduados da Mocidade ocuparam-se em visitar diversas construções municipais que estavam em curso. Entre as edificações estavam parques para campistas e estádio de futebol. Nessa ocasião, o assessor religioso da M.P. celebrou missa para os presentes (UMA VISITA..., 1942, p.5).

Conforme destacado, a Mocidade Portuguesa era notícia diária nos jornais portugueses. Ainda que o *Diário de Lisboa* tenha sido o único utilizado neste texto, outros jornais traziam notícias cotidianas das atividades da M.P., principalmente, aqueles ligados ao regime. Escolhemos este periódico pela viabilidade da pesquisa sobre o tema e pelo fácil acesso na base documental da Fundação Mário Soares, onde encontra-se todo digitalizado. Além de jornais aprovados pelo Estado, haviam os periódicos católicos, como o *Novidades,* que não deixavam de fazer menção à obra da Mocidade.

[28] Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

O tema só diminuiu de volume nos jornais com o avançar da Segunda Guerra, visto que os assuntos e textos que abordavam a Guerra e as questões internacionais tinham prioridade nas edições, o que não quer dizer que o grupo ficou inerte durante este período. As edições do *Diário* flutuavam entre 8 e 16 páginas; 8 geralmente nas edições das segundas, quartas e sextas-feiras; 12 páginas nas edições das quintas-feiras e dos sábados; e 16 nas edições dos domingos. Com o advento da Guerra, esse volume foi reduzido para 8 páginas e, eventualmente, 12 páginas em edições de domingo e edições especiais. Com a diminuição da quantidade de páginas e o aumento das matérias sobre os conflitos entre os países, as notícias que se ocuparam em citar a M.P. estavam mais ligadas a convocações para instrução e exercícios nos centros de formação, dificultando a demonstração da sua atuação em outros espaços da sociedade até o final do recorte temporal especificado no título do trabalho.

Um último exemplo de atuação da Mocidade pode ser visto com a expansão das fileiras da M.P. a partir do decreto que instituiu a Mocidade Portuguesa ao longo do Império Colonial Português, sobretudo nas colônias mantidas em África. O texto publicado em 17 de fevereiro de 1939 trouxe partes do decreto que, em seu parágrafo único, afirmou que a organização juvenil das colônias usaria o mesmo nome da Mocidade e seria instituída em todas as colônias de Portugal, abrangendo também os jovens nascidos nos países colonizados. Além do nome, as insígnias, as demais estruturas da organização e o modelo de formação seriam mantidos. Ainda segundo a publicação, a pretensão era formar os jovens das colônias também para trabalhar em favor da pátria (A MOCIDADE..., 1939, p.6). Para além desta informação, nenhuma matéria foi levantada no *Diário de Lisboa* que remetesse diretamente à atuação nas colônias portuguesas. Todavia, o exemplo da M.P. constituída e instruída na metrópole, assim como a matéria citada, leva a crer que a atuação da Mocidade nas colônias era similar à da Metrópole.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou um maior entendimento acerca da Mocidade Portuguesa em sua ala masculina e da formação política e doutrinária que recebeu desde a sua fundação. No entanto, seria exagerado afirmar que com este texto foram esgotadas as possibilidades de leitura e pesquisas sobre o tema. Apesar de existir uma vasta gama de trabalhos em Portugal acerca do Estado Novo português, estes são pouco conhecidos em terras brasileiras.

Sobretudo nesta perspectiva que buscou compreender como os jovens da Mocidade eram arregimentados, instruídos e como atuavam na sociedade portuguesa.

Ao debruçar sobre este tema que, geralmente, causa estranhamento por se tratar de um tema internacional, o fazemos por acreditar na importância desta pesquisa para uma maior compreensão acerca da criação de juventudes com características e práticas milicianas na Europa, no Brasil e em outros lugares do mundo. Grupos como os *Balilas,* na Itália fascista; a *Hitlerjungend,* na Alemanha nazista; a Juventude Brasileira, no Brasil varguista; ou mesmo a Mocidade Portuguesa, no Portugal salazarista; representam a utilização da juventude por seus governos nacionalistas com fins ditos patrióticos, sobretudo antes e durante a Segunda Grande Guerra.

Outra questão relevante é o fato de que os jovens portugueses eram instruídos dentro de uma cartilha elaborada pelo Estado que aglutinou no currículo escolar valores nacionais, instrução pré-militar e dogmas religiosos. E isto deu-se devido ao matrimônio entre o governo e a Igreja Católica portuguesa. Como todo casamento, esta relação teve seus altos e baixos; suas cobranças; mas, de modo geral, podemos dizer que foi uma união que funcionou para o projeto de nação que estavam construindo. Este tipo de relação aplicou-se também aos militares que, mesmo compondo a base do governo, balançaram muito o navio salazarista que, muitas vezes, não naufragou devido a atuação do general Carmona, ao qual pode ser considerado um dos maiores articuladores deste governo.

Também não podem ser deixadas de lado as conexões que o tema faz entre Brasil, Portugal e os países africanos colonizados pelo Império. A M.P. esteve em todo o território imperial atuando em prol do projeto e classificamos esta prática como um dos artifícios utilizados por António de Oliveira Salazar em sua arte de saber durar no poder. O Estado Novo que buscou a construção de uma "nova" sociedade, utilizou da Educação Nacional e os órgãos ligados a ele, como o caso da Mocidade Portuguesa, para fabricar as mentalidades. O processo que começou com modificações profundas nas leis da educação, na busca de atender os anseios do governo, acabaram promovendo mudanças na estrutura das escolas; nas séries e suas respectivas faixas etárias; no currículo escolar; no material didático utilizado nas escolas; na formação dos professores e no estabelecimento de critérios para as suas contratações; e todos os demais assuntos que envolveram a instrução dos moços portugueses.

Dentro deste projeto de reengenharia social, a Mocidade Portuguesa desenvolveu um papel bem particular. O órgão arregimentou e trabalhou com os jovens, desde o Ensino Primário, temas relacionados à pátria, a fé, a formação física e moral, a instrução pré-militar; caracterizando uma formação integral destes jovens. O governo acreditava que esta era a melhor forma de criar uma elite política bem preparada para defender a nação, contribuindo para o sucesso e permanência do projeto de "Revolução Nacional em Portugal.

Estes jovens estiveram presentes nos eventos nacionais mais importantes, desfilando para seus líderes, jurando a bandeira e pegando em armas para defender as autoridades, o país e os ideais sob os quais foram formados. Participaram de eventos e procissões religiosas, em peregrinações à Fátima, pois professavam a fé católica, fruto da formação cristã que receberam no seio de suas famílias e no ambiente escolar que foi todo moldado para atender as expectativas da Igreja, uma das maiores apoiadoras do regime. Participaram das Olimpíadas e eventos esportivos, feiras internacionais, além das missões nas colônias portuguesas, sobretudo em África, para reunir e induzir outros jovens a atuar na defesa da pátria. Estas práticas impregnaram gerações que passaram a ocupar os espaços, colaborando para o estabelecimento desta "nova" sociedade pensada e estruturada pelo Estado Novo português.

Referências bibliográficas:

"MOCIDADE PORTUGUESA" – Os exercícios de hoje. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1939. p.2. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5869, Ano 18, Domingo, 26 de março de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2LaBDkZ> Acesso em: 23 de out. de 2020.

A ASSEMBLEIA NACIONAL recordou o 7 de fevereiro e ocupou-se da reforma do Ministério da Instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4749, Ano 15, sexta, 7 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares/DRR – DocumentosRuellaRamos. Disponível em: <https://bit.ly/2LDsqS4> Acesso em: 29 de out. de 2020.

A CAMARA CORPORATIVA deu parecer favorável à proposta do ministério da instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4747, Ano 15, quarta, 5 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <https://bit.ly/2XrQaLp> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

A COMEMORAÇÃO de Aljubarrota. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. p.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4933, Ano 16, terça, 11 de agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2LFL3Vb> Acesso em: 11 de jan. de 2020.

A EDUCAÇÃO FÍSICA e pre-militar dos jovens foi o tema da conferência do tenente Quintino da Costa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5362, Ano 17, Sábado, 23 de

outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: < https://bit.ly/2LDX6lU> Acesso em: 21 de out. de 2020.

A ESCOLA CENTRAL de graduados da 'mocidade portuguesa' concluiu hoje os seus trabalhos. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1937. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5310, Ano 17, terça, 31 de Agosto de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: < https://bit.ly/2MLIkdr> Acesso em: 23 de out. de 2020.

A ESFERA, Revista de Actualidades Internacionais. N.11, Lisboa, 05 de dezembro de 1940.

A INAUGURAÇÃO da Central leiteira. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1941. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6646, Ano 21, Domingo, 25 de maio de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos RuellaLRamos, Disponível: <https://bit.ly/2MNhUIl> Acesso em: 04 de nov. de 2020.

A INSTRUÇÃO pré-militar da juventude portuguesa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível:<https://bit.ly/3bn1xfX> Acesso em: 23 de out. de 2020.

A MOCIDADE PORTUGUESA e as Olimpiadas. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4950, Ano 16, Sexta, 28 de Agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3bnVvf2> Acesso em: 11 de nov. de 2020.

A MOCIDADE PORTUGUESA nas possessões ultramarinas. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1939. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5833, Ano 18, Sexta, 17 de Fevereiro de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/39i2BPv> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal:** desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

COMEMORAÇÃO patriotica. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5534, Ano 18, Segunda, 18 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: < https://bit.ly/35oRx1J> Acesso em: 12 de nov. de 2020.

CULTURA e tecnicos. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.9. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5364, Ano 17, segunda, 25 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3bqmt5H> Acesso em: 22 de out. de 2020.

FERRO, António. **Entrevistas a Salazar.** Lisboa: Editora Parceria M. Pereira, 2007.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores:** Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

HORTA, José Silverio Baia. **A mobilização da juventude da Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945)**. UFAM, [20-?], p.9. Disponível em: <https://bit.ly/39qnmao> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Revista Análise Social**, vol. XXVIII (122), 1993 (3.°), p.555-588.

MANIFESTAÇÃO patriotica – A romagem á capela de S. Jorge e ao mosteiro da Batalha. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4935, Ano 16, Quinta, 13 de agosto de

1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2XuVPAl > Acesso em: 11 de nov. de 2020.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar:** Biografia Definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MENOS APARENCIAS e mais educação! **Diário de Lisboa**. Lisboa, nov. 1937. p.10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5400, Ano 17, terça, 30 de novembro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em:<https://bit.ly/3seB4av> Acesso em: 22 de out. de 2020

MOCIDADE PORTUGUESA, a entrega das insignias a graduados. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1937. p.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5210, Ano 17, Domingo, 23 de Maio de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/35vofP4> Acesso em 03 de nov. de 2020.

MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5546, Ano 18, Sábado, 30 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2XpNSwx> Acesso em: 22 de out. de 2020.

MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5513, Ano 17, segunda, 28 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <https://bit.ly/3q5J9MH> Acesso em: 22 de out. de 2020.

MÓNICA, Maria Filomena. Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. **Análise Social.** p.485-488. Cf. site da revista Análise Social. Disponível em: <https://bit.ly/2UvRdsg> Acesso em: 22 de out. de 2020.

NOGUEIRA, Franco. **Salazar**: Os Tempos Áureos (1928-1936), vol. II. Coimbra: Atlântida Ed., 1977.

O CHEFE do Estado inaugurou a Ponte 'Duarte Pacheco'. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1941. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6762, Ano 21, Quinta, 18 de setembro de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2LDOLPq> Acesso em: 04 de nov. de 2020.

O EXÉRCITO NOVO e a mocidade. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jul. 1937. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5253, Ano 17, segunda feira, 5 de Julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3oxUqVI> Acesso em 24 de out. de 2020.

O MINISTÉRIO da instrução pública passará a denominar-se Ministério da Educação Nacional? **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4732, Ano 15, segunda, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: < https://bit.ly/3nuj73X> Acesso em: 30 de out. de 2020.

O NOTÁVEL DISCURSO que o sr. presidente do conselho proferiu ontem. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. p.10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5508, Ano 17, quarta, 23 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3oBvA7l> Acesso em: 23 de out. de 2020.

O SR. MINISTRO do comercio dirigiu uma exortação á mocidade na conferência que hoje realizou em Coimbra. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5126, Ano 16,

Sábado, 27 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2LHeRRi> Acesso em: 23 de out. de 2020.

O TERCEIRO REICH – A mocidade alemã considera a guerra um prazer e um desporto. **Diário de Lisboa.** p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4865, Ano 16, Quinta, 4 de junho de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3q5KsLr> Acesso em: 26 de out. de 2020.

OLIVEIRA, Alberto. **À Mocidade Portuguesa.** Empresa Nacional de Publicidade, 1939, p.2. Disponível em: <https://bit.ly/36BSF1Q> Acesso em: 13 de nov. de 2020.

OS CADETES da mocidade portuguesa receberam hoje instrução militar. **Diário de Lisboa.** Lisboa, fev. 1938. p.2 Cf. "Diário de Lisboa", nº 5478, Ano 17, Domingo, 20 de fevereiro de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3q91TuQ> Acesso em: 23 de out. de 2020.

OS DIRIGENTES da "mocidade portuguesa" reuniram-se hoje foram cumprimentar o ministro da Educação da Educação Nacional. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.4-5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5360, Ano 17, Quinta, 21 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/35rOWnX> Acesso em: 21 de out. de 2020.

OS PROCESSOS de formação nacionalista e a educação moral dos homens de amanhã foram versados numa interessante conferência do professor Marcelo Caetano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.5 "Diário de Lisboa", nº 5361, Ano 17, sexta, 22 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/2Xuo8z6> Acesso em: 21 de out. de 2020.

PEREIRA, Maria Paula. A Escola portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o projeto ideológico do salazarismo. **Da Investigação às Práticas**, 4(1), 2013, p.59 - 81.

PIMENTEL, Irene Flunser. **História das Organizações Femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

PINTO, António Costa. **Os Camisas-Azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. Disponível em: <https://bit.ly/36Dx755> Acesso em: 23 de out. de 2020.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 26:611, 19 de maio de 1936. Regimento da Junta Nacional de Educação. **Diário do Governo**. Disponível em: < https://bit.ly/3nqi2uh> Acesso em: 22 de out. de 2020.

PROBLEMAS de nosso tempo. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4756, Ano 15, sexta, 14 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <https://bit.ly/39niXXd> Acesso em: 14 de out. de 2020.

PROSSEGUIU hoje a apreciação da reforma do ministério da instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4752, Ano 15, segunda, 10 de fevereiro de 1936, Fundação

Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <https://bit.ly/3sbP7NM> Acesso em: 12 de nov. de 2020.

QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa. **A Mocidade Portuguesa na era dos fascismos:** o enquadramento da juventude no Estado Novo (1936-1945). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/34657> Acesso em: 04 de jan. 2021.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, vol. XXXV (157), 2001, p. 1031-1054.

TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa.** Lisboa, mar. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5488, Ano 17, Quinta, 3 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <https://bit.ly/3scHbMp> Acesso em: 14 de out. de 2020.

TELO, António J. A obra financeira de Salazar: a "ditadura financeira" como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, vol. XXIX (128), 1994 (4°).

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal:** séculos XIX e XX. Temas e Debates, 1998. 491 p.

UMA VISITA de graduados da 'mocidade portuguesa' ás obras municipais em curso. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1942. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6894, Ano 21, Domingo, 1 de fevereiro de 1942, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <https://bit.ly/3bsIy3M> Acesso em: 04 de nov. de 2020.

Temporalidades

O "Livro intitulado Apprendis Curiozo" e o estudo dos astros em Portugal no século XVII

The "Livro intitulado Apprendis Curiozo" and the study of the stars in Portugal in the 17th century

Francisco Alves da Fonseca Neto
Graduado em História
Universidade Federal da Bahia
frndafonseca@gmail.com

Recebido em: 23/07/2020
Aprovado em: 30/11/2020

Resumo: A pesquisa aqui apresentada pretende abordar o estudo dos astros em Portugal no século XVII, tomando como base uma obra manuscrita produzida em suas primeiras décadas. A partir dela, torna-se possível explorar o trato e ensino da Astronomia e Astrologia em território luso, que estava sob tutela da Companhia de Jesus. É objetivo abranger o seu conteúdo, pautado no modelo cosmológico hegemônico medieval que tomava como alicerces fundamentos clássicos, principalmente Aristóteles e Ptolomeu. *Apprendis Curiozo* porém, ainda referencia, mesmo que de maneira sutil, alguns pontos apresentados pelos modernos, se tornando uma interessante referência para analisar a produção intelectual do tema no período.

Palavras-chave: História da Ciência; Astronomia; Aristotelismo;

Abstract: This research pretends to investigate the study of stars in Portugal in the 17th century, taking as reference a handwritten book produced in his first decades. This way it's possible to analyze the handling and teaching of astronomy as well as astrology in Portuguese territory, which was under the tutelage of the Society of Jesus. It's our objective to cover its content, based on the hegemonic medieval cosmological model that took as foundations the classical authors, mainly Aristotle and Ptolemy. *Apprendis Curiozo* however, still reference some "novelties" presented by the moderns, turning into an interesting document for analyze that period intellectual production.

Keywords: History of Science; Astronomy; Aristotelism;

Introdução

> ...para qualquer curioso ter algum conhecimento do Universo, coisa que todo o homem deve procurar, pois além de ser matéria curiosa, gostosa e capaz de recrear os entendimentos humanos, pode juntamente servir para nos trazer

> em conhecimento daquele grande artífice, imenso arquiteto e divino criador do Universo... (Livro Intitulado..., f.12v-13r)[1]

Quando nos debruçamos sobre os tratados científicos presentes na Biblioteca Nacional de Portugal, logo chama nossa atenção uma obra manuscrita de nome "Livro intitulado Apprendis Curiozo". O pesquisador, sobretudo o interessado no que se costuma referir como "História da Ciência" certamente irá ser sensível ao título e irá investigá-la, quase que caindo na estratégia de sedução utilizada por seu autor, que apelou para um dos baluartes universais de todas as ciências, a curiosidade.

Perceberá então que mais que o título, sua seleção de conteúdo se mostra como uma síntese extremamente relevante para a compreensão do trato das ciências, mais especificamente astronomia e suas afins, no período de efervescência de início do XVII. Apresenta um modelo cosmológico que vigorou no continente europeu por mais de quatro séculos, desde o movimento de traduções das obras gregas no século XII e XIII até a introdução e gradual admissão das novas ideias levantadas pelos chamados *modernos* entre os séculos XVI e XVIII. Não deixando porém, mesmo que de maneira sutil, de atestar tais "novidades".

O presente artigo tentará não só contextualizar a obra e tratar de sua estrutura, mas também explorar o trato das ciências em Portugal, no que se relaciona à estrutura do ensino e o papel da Companhia de Jesus como protagonista pedagógica. Papel este que, no período em que a obra consta datada, se mostrava de grande relevância diante da proliferação de novas ideias que colocavam em xeque os modelos teóricos estabelecidos. Dessa maneira, também se mostra relevante identificar possíveis menções a tais novos postulados da ciência em Portugal, processo este que já foi citado enquanto mais tardio que em outras nações europeias, interpretação historiográfica que já foi superada.

Autoria e estrutura da obra

O primeiro ponto essencial a se tratar sobre o livro tem a ver com a sua originalidade. Apesar de possuir uma data (1612) e atribuição a um nome, Sebastião Sardinha de Araújo (o qual se interpreta como autor), considerável parte de seu conteúdo se mostra como referência

[1] Optou-se neste artigo por uma atualização da grafia do documento.

a outras obras já publicadas, tomadas como base não só em Portugal mas no resto da Europa. Deve-se ressaltar, porém, que apesar deste fato soar como algo passível de crítica ou questionamento era algo "comum" aos tratados científicos, visto que, grande parte das discussões nas Universidades se construíram a partir da produção de *comentários*, como se verá mais a frente neste artigo. Assim, era prática dos autores mesclar ou somar enunciados próprios seus com alusões a algumas das principais obras de autores clássicos ou medievais. Em Portugal, já tinha sido o caso, por exemplo, do renomado matemático e astrônomo Pedro Nunes (1502-1578).

Araújo, *recupillador* e aqui interpretado como autor da obra, não se identifica claramente. Deixa claro, porém, que o breve tratado contém premissas de seus estudos e pede que se "releve o humilde estilo, linguagem tosca, erros e faltas que se acharem pois é obra de aprendiz, que falta de experiência e saber..." (Livro Intitulado..., f.7r). Diz também que foi objetivo tratar tudo com a maior brevidade possível, visto que era próprio de tratados grandes "causar mais enfadamento que gosto, e no lugar de acrescentar curiosidade a diminuem" (Livro Intitulado..., f. 6v).

Possui 246 páginas, que incluem para além dos enunciados e tabelas, figuras bem ornamentadas, as quais deveriam servir não só "para maior explicação e mais clareza de algumas coisas, mas também para dar gosto e causar recreação ao curioso leitor" (Livro Intitulado..., f. 6v). O tratado se divide em duas partes, que juntas tentarão explicar a estrutura da "grande máquina do mundo" a partir do modelo cosmológico forjado por Aristóteles e Ptolomeu e incrementado na Idade Média. A primeira delas, tratará dos princípios da chamada "parte superior", que se considera de acordo com o modelo vigente a partir do côncavo da Lua para cima, enquanto a segunda da inferior ao mesmo côncavo até o centro da Terra.

Torna-se necessário então, neste artigo, antes de mergulhar na obra proposta e no universo luso moderno, fazer algum recuo temporal para se explorar a maneira com que tal modelo cosmológico se cristalizou na produção intelectual europeia, bem como esclarecer alguns de seus principais postulados.

Raízes e fundamentos da cosmologia aristotélico-ptolomaica

O período que se compreende entre os séculos XII e XIII foi fundamental para a compreensão das concepções científicas que iriam se cristalizar na Europa. Até então se destacavam espaços pautados na *Filosofia Escolástica*, como a Escola de Chartres. A qual exercia, já no século XII, um protagonismo no estudo das leis da natureza. Principalmente através da inclusão de ciências matemáticas e do uso um método definido, chamado *quadrivium* (LOPES, 2014). Este, englobava os estudos da Astronomia, Música, Geometria e Aritmética. O momento em que a inclinação para os estudos científicos se tornava tendência mais clara no meio escolástico, porém, teria se dado ainda a partir da segunda metade do século X (GRANT, 2016). Indivíduos como Bernardo de Chartres (?-1160), a quem se atribui a recorrente frase "Somos como anões sobre os ombros de gigantes", já valorizavam sua utilização como referência e ferramenta para resolver problemas de seu tempo.

Corresponde ao período em que a intelectualidade europeia era efervescida pelo grande fluxo de releitura dos antigos, sobretudo de autores gregos. O processo de reconquista foi central para o influxo de obras clássicas na Europa cristã, a partir da tomada de posse de grandes centros de estudo árabes na Península Ibérica, sobretudo a partir do século XI (GRANT, 2007). Apesar de já se fazer presente, àquela altura, o reconhecimento do Islã enquanto uma força de produções intelectuais, não haviam sido feitas muitas tentativas de um contato maior e de traduções do árabe para o latim. Então, a partir do século XII, um considerável número de escolásticos europeus passou a se esforçar para que a leitura das obras até então desconhecidas se tornassem disponíveis em Latim. Se dirigiram para a Espanha, mais especificamente Toledo, que viria a se tornar o centro de tradução mais importante para fontes em árabe, enquanto a Itália (Sicília) seria para as escritas em grego (GRANT, 2004).

A partir da tradução de cada vez mais obras, seja a partir diretamente do grego ou utilizando a língua árabe como via de transmissão, os estudiosos se municiavam em maior escala com substratos teóricos inéditos para as diversas produções, e de maneira decisiva para as das ciências.

Graças ao esforço de indivíduos como Gerardo de Cremona (c. 1114- 1187), que se consolidou como um dos maiores tradutores do ocidente, motivando discípulos que

continuariam seu trabalho, obras de Galeno, Arquimedes, Ptolomeu e Aristóteles foram traduzidas (GRANT, 2016, p.42). Em relação a estes dois últimos, principalmente, o conteúdo de suas obras será central para a construção da cosmovisão cristã ocidental que viria a ser dominante por mais ou menos quatro séculos, como será tratado mais particularmente em seguida neste trabalho.

O *Almagesto* de Ptolomeu, enquanto maior tratado astronômico até Copérnico publicar o seu marcante *De revolutionibus* em 1543, obras árabes como *Óptica* de Alhazen (c. 965 - c. 1040) e *Algebra* de al-Khwarizmi (c. 780 – c. 850), bem como as de conteúdo médico de Galeno, Hipócrates e Avicenna são algumas das relevantes referências que passam a se tornar disponíveis (GRANT, 2010, p.18). A partir deste grande fluxo de traduções tornou-se possível superar limitações de conteúdo científico até então observáveis. A não disponibilidade da obra *Os Elementos* de Euclides, por exemplo, seria suficientemente fator decisivo para o não desenvolvimento de importantes princípios para ciências como Astronomia, Ótica e Física (GRANT, 2010, p. 17).

Difícil encontrar comparação, porém, com a influência de Aristóteles. O protagonismo de suas obras chegaria ao ponto de a partir de seus tratados reconhecidos como autênticos, teria se tornado possível fundar duas novas disciplinas: Lógica (através de *Categorias, Sobre a Interpretação, Tópicos, Refutações Sofísticas, e Analíticos Anteriores)* e Biologia (*Das Partes dos Animais, História dos Animais, Da Geração dos Animais, Do Movimento dos Animais e Da Marcha dos Animais*). Áreas como política, ética e literatura também foram norteadas pelas obras *Política, Ética a Eudemo, Ética a Nicômaco, Retórica e Poética.* O substrato central para o desenvolvimento das interpretações do mundo natural virá de suas obras *Metafísica, Física, Sobre o Céu, Da Alma, Da Geração e Corrupção, Meteorologia* e de partes da *Parvia naturalia* (GRANT, 2004, p.87).

Grant (2010, p.18) sinaliza também como tal movimento de tradução teria possibilitado "a emersão das Universidades enquanto uma força intelectual fundamental na sociedade medieval". A introdução dos novos estudos, sobretudo de filosofia e ciência aristotélica, iriam servir de base para a construção de um vasto currículo universitário.

As concepções científicas que nortearam o pensamento medieval, fruto do estudo e tradução das obras dos antigos e produção dos comentários, se perpetuaram por um longo

período. Parte das releituras produzidas, como será tratado mais para frente, também será abraçada pela Companhia de Jesus em finais do século XVI somente sendo substituída de fato em meados do XVIII. Apesar de tal interpretação flertar com algum tipo de anacronismo, Bitar (2009, p. 61) chama a atenção para como "os sistemas filosóficos têm um curioso percurso na sua recepção, transformação, apropriação e sobrevida na história da filosofia".

O aristotelismo se constituiu como sistema de interpretação do mundo natural dominante por mais de quatro séculos, período que se estendeu desde a introdução das obras originais, no já citado movimento de traduções do século XII e XIII, passando pela suas ressignificações e coexistência com outras correntes (neoplatonismo e especialmente o Copernicanismo) no XVI, até finalmente no século seguinte, quando seus princípios serão severamente questionados, enquanto se afirmavam novos modelos de interpretação.

Aristóteles proporcionou um sentido de ordem e coerência na interpretação do cosmos, através de suposições e princípios demonstráveis ou parcialmente demonstráveis (GRANT, 1996). Apesar de ter sido influenciado por outros estudiosos como Cálipo e Eudoxo, preocupados estes nas questões matemáticas individuais de cada corpo celeste, teria se atentado na confecção de um cosmos funcional, enquanto coleção de todos os corpos existentes (TIMBERLAKE; WALLACE, 2019). Era visto como uma gigantesca esfera (a esfericidade também seria uma característica fundamental da Terra), para além da qual nada poderia existir. A própria noção de "nada", representada pela questão da existência ou não do vácuo, se mostrava como problemática para os filósofos naturais que se debruçavam sobre o tema. Apesar de Aristóteles discordar fortemente da ideia, que para ele incompatível com a noção de movimento, na segunda metade do século XIII se faziam presentes afirmações da existência de um vazio infinito para além do Cosmos (GRANT, 1981).

Defendia a ideia de um universo eterno, negando as concepções de início ou fim. Tal impossibilidade se tornaria clara diante do fato de que caso se assumisse a prévia existência de uma "matéria primordial" ou diferentes começos para o cosmos, estes também deveriam ser compreendidos, na mentalidade grega, enquanto frutos de outra causa (GRANT, 1996, p.54). Ele seria dividido então em duas partes. A terrestre, área que seria passível de mutações, e a celeste, incorruptível e imutável.

A primeira representaria grande parte da filosofia natural aristotélica, a qual se compreende enquanto tentativas de se explicar os princípios das tais mudanças nesta região (GRANT, 1996, p.55). Seus limites seriam do centro da terra (e do universo) até o côncavo da lua (onde para além se iniciava a área celeste). Todos os corpos nela inclusos, seriam compostos de combinação entre dois ou mais elementos. Estes sendo terra, água, fogo e ar.

A região celeste, por sua vez, seria radicalmente diferente da terrestre. Vigorava nela a completa falta de mudança. Os movimentos presentes serão circulares, considerados superiores e uniformes. Os corpos celestes seriam compostos de um elemento único incorruptível chamado éter, e estariam constantemente provocando mudanças na região terrestre, caso sobretudo do Sol e da Lua. A posição e movimento dos orbes celestes era embasada em uma fusão das ideias de Aristóteles e Ptolomeu. Depois de "resolvidas" as questões matemáticas, que atestariam finalmente a concentricidade de cada corpo com o centro da Terra, se chega ao formato com sete planetas, além das estrelas fixas[2]:

Figura 1 – Representação cosmológica aristotélica-ptolomaica

Fonte: GRANT, 1983, p. 145

[2] Apesar de ainda no século XIV, Alberto da Saxônia (1316-1390) sugerir quatro distribuições diferentes possíveis entre os planetas. Na quarta, reconhecia o papel diferenciado do Sol posicionando-o ao meio, entre três outros corpos celestes de cada lado (GRANT, 1996, p. 311).

O "produto final" do cosmos medieval irá porém, como já foi sinalizado, para além de Aristóteles e Ptolomeu. Será uma fusão de concepções cristãs, com os fundamentos destes dois, e por seus comentaristas. Tradutores, teólogos e mestres universitários teriam ambos apontado problemas cosmológicos. Fizeram parte das discussões temas como a existência de mais de uma esfera ou firmamento, assim como se eram constituídos de entidades vivas, que fariam parte da zona celeste e por através das quais se justificariam os movimentos observados (GRANT, 1996).

Veremos então, na prática, noções cristãs como anjos, almas e outras referências bíblicas fazerem parte por séculos da estrutura do cosmos. Vejamos a apresentada por André de Avelar (1546-c. 1623) em seu "Chronographia ou reportorio dos tempos" de 1602:

Figura 2 – "Machina do mundo" de Avelar

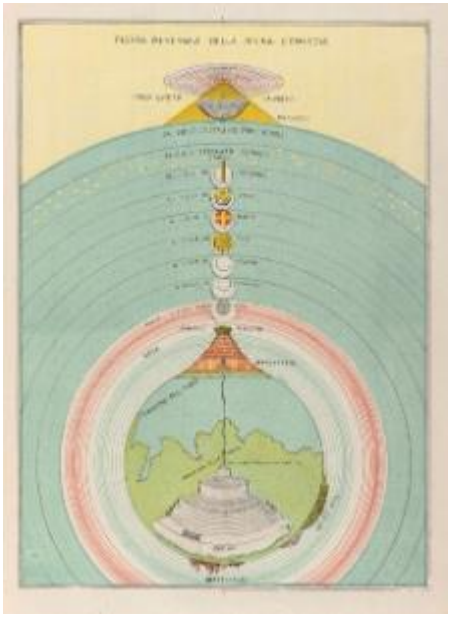
Fonte: *Chronographia*..., f.158v. Disponível em: http://purl.pt/14118

Enquanto descreve o nono céu, "cristalino", Avelar chama a atenção para como "outros dizem que neste céu estão as águas que se leem do primeiro do Genesis e ainda outros como águas que se houvessem aqui guardadas para inundação do dilúvio" (Chronographia..., f.190v). Grant afirma que a maioria dos escolásticos acreditavam que seu lugar era "entre o

firmamento e o empíreo, ou ultimo céu" (1996, p. 103). Acima dele estaria o décimo céu, ou do primeiro móvel, responsável por todo o movimento dos céus e corpos celestes. Depois deste, estaria o mais alto deles, o décimo primeiro céu ou céu "empíreo". Neste, mais uma vez o caráter religioso é invocado: "...a qual dizem ser morada e assento dos Anjos, e bem aventurados" (Chronographia..., f.192v).

Um exemplo clássico dessa estrutura é o macrocosmo imaginado por Dante Alighieri em sua Divina Comédia. Representado em ilustração de 1855, feita por seu estudioso Michelangelo Caetani (1804-1882), na qual vemos por exemplo o paraíso situadoacima do céu cristalino:

Figura 3 – Macrocosmo Dantesco



Fonte: https://library.brown.edu/create/poetryofscience/archeology-and-mathematics-dante-in-the-19th-century/dxx_1s-yb-c11m/ . Visitado em: 01/09/2020.

Primeira parte do Apprendis Curiozo: a zona celeste

O primeiro ponto abordado pelo autor será a diferenciação entre três áreas das ciências que se propõe a explicar a estrutura do mundo: Geografia, Astronomia e Astrologia.

Explorando suas etimologias e definições, mais uma vez condiciona parte da explicação ao modelo cosmológico anteriormente aqui explicado:

> Astronomia é muito diferente da Geografia, por que como já fica dito esta trata somente da Terra. A Astronomia, porém, trata dos movimentos celestes, cursos das estrelas e planetas, e dessas coisas todas se compõe a parte do mundo superior. E assim parece haver tanta diferença entre estas duas ciências, quanto se há entre seus objetos. Quais são da parte superior e inferior do mundo, tomadas cada uma em si. (Livro Intitulado..., f.11r)

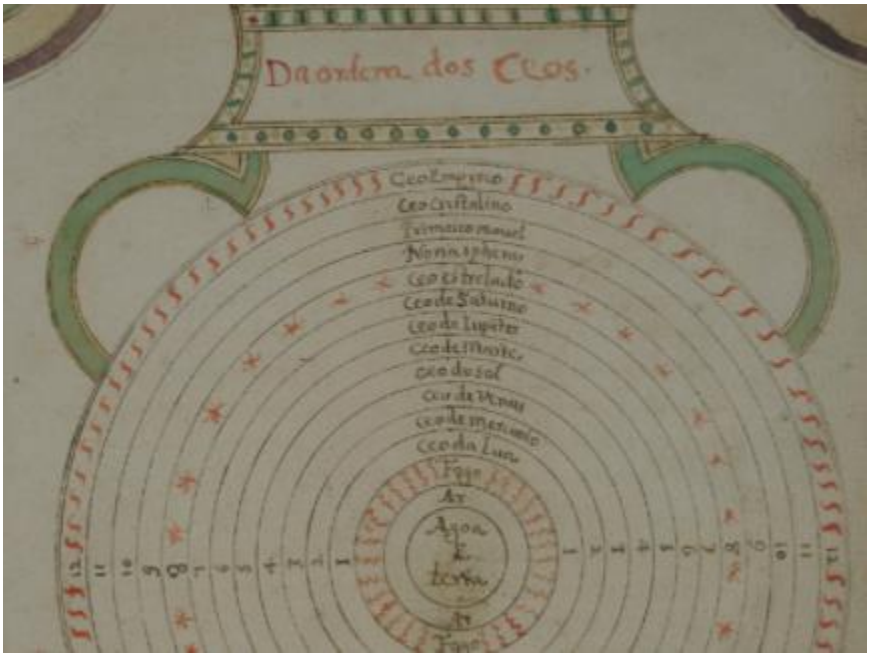
Considera que as três fariam parte de uma ciência mais abrangente, chamada Cosmografia. Esta, segundo definição presente no dicionário *Raphael Bluteau* (1728)[3], justamente se centraria na descrição do mundo, compreendendo a Astronomia, Hidrografia e Geografia.

Parte então para a quantidade e divisão dos céus. Pode-se imediatamente supor que aqui Araújo trataria de um conteúdo arriscado. A Europa estava sendo palco de descobertas que começavam a contradizer em vários pontos o sistema cosmológico vigente, também trazendo implicações teológicas. Em 1600 Giordano Bruno havia sido queimado na fogueira, Galileu apontava sua luneta para o céu em 1609, e publicou as (naquele momento) "irregularidades"[4] atestadas, um ano depois no seu *Sidereus Nuncius*. Um ano antes, Kepler publicava *Astronomia nova*, e em 1616 o Copernicanismo seria condenado pela Igreja Católica.

O modelo presente em *Apprendis Curiozo* difere em apenas um ponto do apresentado anteriormente, de André do Avelar: a posição do "Céu Cristalino". É posicionado acima do "Primeiro movel":

[3] Disponível em: http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/cosmographia. Acesso em: 23/11/2020.
[4] Superfícies imperfeitas na lua, manchas no Sol e corpos (luas) estranhamente girando em torno de Júpiter.

Figura 4 – Ordem dos Céus no Apprendis Curiozo



Fonte: Livo Intitulado... f. 15r. Disponível em: https://purl.pt/14454

Enquanto apresenta a descrição dos céus, o autor faz então uma primeira menção aos modernos:

> Depois dessas sete esferas está o oitavo céu, o qual se chama firmamento. Neste céu estão todas as estrelas fixas e por isso se chama céu estrelado. Depois deste está o nono céu, que não tem planeta nem estrela alguma. Sobre este está o décimo céu, que é o primeiro movel, no qual não há também estrela nenhuma como dizemos do nono céu. Assim que os céus segundo os Astrônomos modernos são dez e destes somente tratam. (Livro Intitulado..., f. 14v)

Visto que os dois próximos céus eram costumadamente recheados de alusões bíblicas, como já foi apresentado, é plausível afirmar que a limitação no trato por parte dos astrônomos se mostra como um recurso para não flertar com contradições religiosas. O autor já havia pontuado que astrônomo "quer dizer homem que sabe e conhece dos céus e das estrelas, como se movem, porquê círculos, em quanto tempo e espaço, não respeitando mais nada." (Livro Intitulado..., f.11r) Completa então a explanação dizendo que "sobre estes dez céus põe alguns ainda dois que não pertencem a esta ciência nem se contam na esfera do mundo de que

se trata, que são o céu cristalino e o céu empíreo." (Livro Intitulado..., f. 14v) No primeiro deles estariam "as águas de que a sagrada escritura fala no 1º cap. do gênesis". O segundo, teria criado Deus:

> ...logo no princípio do mundo, cheio de Anjos para seu serviço, com todas aquelas coisas que nem olho viu, nem orelha ouviu, nem o coração do homem pode cuidar, além de ser o lugar no qual iriam os santos e justos que vão desta vida. (Livro Intitulado..., f.14v)

Carolino (2009) sinaliza, em se tratando deste último céu, que por não haver evidências físicas sobre o mesmo, em via de regra era explicado a partir de argumentos teológicos e filosóficos. Além disso, Grant (1996) afirma como até o século XVII era opinião comum à de que anjos ou inteligências externas (que eram interpretados quase como sinônimos segundo o autor) controlavam o movimento dos planetas e estrelas.

Uma segunda referência aos modernos irá aparecer mais para frente, no tópico destinado ao número e grandeza das estrelas. Assunto que na Inglaterra, por exemplo, havia sido polemizado por Thomas Digges (c. 1546-1595), o qual ligou a noção de *infinita potência* de Deus com a existência de infinitas estrelas, além de valorizar Copérnico por ter substituído a "falsa e monstruosa" representação do Universo (GRANADA, 1994). O autor de *Apprendis Curiozo* atesta a existência de uma nova postura sobre o tema, deixando claro porém sua escolha em se pautar de acordo com os antigos, neste caso Plínio:

> Plínio e outros muitos autores que desta matéria escreveram, não fizeram menção a mais que de mil e vinte e duas estrelas. E posto que agora alguns modernos digam que as estrelas conhecidas são mais que mil e vinte e duas, contudo não farei menção de mais do que aquelas que Plinio e quase todos os que tratam desta matéria apontam. (Livro Intitulado..., f. 57r)

Pouco mais adiante, se encontra o tópico destinado a uma temática extremamente relevante, o Sol. Apesar de poder soar como uma possível oportunidade para o autor de *Apprendis Curiozo* ao menos citar ou até mesmo refutar o Copernicanismo, atestando a superioridade do modelo clássico geocêntrico, prefere o silêncio. Reconhece o papel hegemônico do astro, sobre o qual os planetas "bem claramente estão mostrando o senhorio e vassalagem que neste formoso sol reconhecem; e assim está no quarto céu, no meio de todos como senhor deles..." (Livro Intitulado..., f.72v) Se tratava de uma analogia recorrente nos

discursos intelectuais sobre o astro. Grant (1996, p. 452) cita como os filósofos naturais medievais exaltavam sua posição central como "um sábio rei no meio de seu Reino ou como o coração no meio do corpo". Araújo então discorre sobre seus três movimentos, o significado do ano bissexto até astuciosamente alegar que "fomos mais compridos do que nossa brevidade nos concede" (Livro Intitulado..., f.76v) e finalizar a seção.

Não se deve, porém, imaginar que em Portugal não se conhecia o Copernicanismo ou que o mesmo era completamente ignorado. Apesar do caráter transformador das ideias trazidas pelos modernos, teria feito parte da maioria dos astrônomos do período uma precaução em adotá-la. As razões desta tendência teriam variado entre o não convencimento de uma superação total do sistema aristotélico-ptolomaico, desconfiança de uma afinidade entre a teoria heliocêntrica e uma tradição ligada à magia e animicidade representada pelo hermetismo, e os atritos destas novas ideias com dogmas da teologia (ROSSI, 2001, p.124).

Apesar disso, é possível identificar em Portugal referências relevantes. Uma delas se trata do matemático e professor italiano Christoforo Borri (1583-1632), o qual lecionando nos Colégios das Artes e de Santo Antão teria sido o primeiro em território luso a dar atenção aos sistemas cosmológicos de Copérnico e Tycho Brahe (1546-1601), preferindo o último (CAROLINO, 2007). Brahe desenvolveu um sistema no qual a Terra seria imóvel e centro de rotação da Lua e do Sol, enquanto todos os outros planetas rotacionavam em volta deste último. Tal concepção teria acabado por servir de rival do Copernicanismo, ao mesmo tempo em que se mostrava como válida alternativa ao sistema de Ptolomeu, cada vez mais obsoleto (ROSSI, 2001, p.132). A outra, pertence a Pedro Nunes, referência da Astronomia em Portugal no tempo da publicação de *De revolutionibus*[5]. Ainda possuindo pouco mais de 20 anos, se tornou tutor dos príncipes D. Luís e D. Henrique, por decisão do Rei D. João III. Ensinava para os jovens infantes Lógica, Filosofia, Geometria e Matemática. Aos 27 anos foi nomeado cosmógrafo real, e mais tarde plenamente reconhecido enquanto principal cosmógrafo do Reino. Em suas produções, demonstrava preocupação peculiar com a aplicação da astronomia na navegação, uma área fundamental e de extrema relevância para Portugal (e também às

[5] Obra principal de Copérnico, na qual constava todo seu conjunto de teorias e defesa das suas vantagens frente ao modelo tradicional, publicada no ano de sua morte, em 1543.

outras nações), no período. Leitão critica a ideia, que já havia sido defendida na historiografia, de um silêncio por parte de Nunes com relação à Copérnico. Para contextualizar sua interpretação, chama a atenção primeiramente de como:

> Até 1610, com o advento o telescópio, e o aparecimento de evidência observacional que questionava seriamente quer alguns princípios da filosofia natural aristotélica, quer a descrição astronômica ptolomaica, foram raríssimos os que defenderam uma posição heliocêntrica (2002, p. 61).

O autor então demonstra como Nunes estava focado mais nos aspectos matemáticos específicos das teorias. Enfoque que se fazia presente na maioria de suas obras. E seguindo este tom, o português não deixou de comentar sobre Copérnico, explorando os métodos específicos dos cálculos. Leitão apresenta então dois de seus comentários que mais chegam perto da mudança central proposta pelo polonês, para indicar a tese oposta de um silêncio absoluto vindo de Portugal:

> No que diz respeito à astronomia, Copérnico troca os lugares do Sol e da Terra. Com o objetivo de tornar imóveis o Sol e as estrelas fixas, atribui à Terra um triplo movimento num orbe excêntrico, além de duas librações, de maneira que as observações das estrelas fixas em todas as épocas possam ser consistentes umas com as outras (2002, p.73).

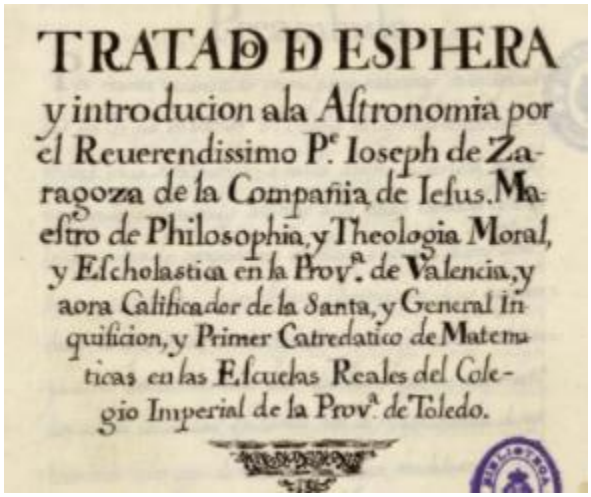
> Por isso, segundo a minha opinião, ele deveria ter tido apenas este objetivo de ver como, usando as suas observações e as de outros, se poderiam fazer tábuas dos movimentos celestes mais precisas. Isto poderia ser conseguido supondo o movimento da oitava esfera, com o Sol também em movimento, mas com a Terra estacionária no meio do Universo, como na astronomia convencional. Mas sobre estas coisas, noutro lugar. Voltemos nós ao assunto que vínhamos a tratar (2002, p.75).

Voltando ao *Apprendis Curiozo*, também em sua primeira parte estarão presentes capítulos destinados às definições de esfera, dia, hora e signos. Estes são casos exemplares de como muitos destes tratados de Cosmografia e Astronomia foram referências ou traduções diretas de outras produções medievais. Uma das obras mais referenciadas e replicadas em diversas línguas foi a *De sphaera mundi*, de Johannes de Sacrobosco (1195-1256), datada da primeira metade do século XIII. Em português, era geralmente chamada de Tratado da Esfera. Apresentando de forma didática e substancial o universo esférico e finito aristotélico-ptolomaico, a partir dela foi construído um esboço geral cosmológico que perduraria pelo

restante da Idade Média. De forma que, suas traduções e comentários fizeram parte do currículo universitário por um longo período.

Sua introdução se dividia em quatro capítulos, dos quais o primeiro definia o que era esfera, qual seu centro, quantas existiriam e qual seria a forma do mundo (GRANT, 2010, p.22). O segundo, informações sobre a composição da esfera celeste e seus círculos, enquanto o terceiro tratava dos signos, diversidade dos dias e noites, divisão os climas. O quarto, dos movimentos dos planetas e eclipses. Todos estes conteúdos, como se pode observar, constam tanto no *Apprendis Curiozo* como em outros tratados do gênero. Isso quando não a referenciavam já no título[6], como consta o exemplo abaixo:

Figura 5 – Referência espanhola ao Tratado da Esfera


TRATADO DE ESPHERA
y introducion ala Astronomia por
el Reuerendissimo P.e Ioseph de Za-
ragoza de la Compañia de Iesus. Ma-
estro de Philosophia, y Theologia Moral,
y Escholastica en la Prov.a de Valencia, y
aora Calificador de la Santa, y General In-
quisicion, y Primer Catredatico de Matem-
ticas en las Escuelas Reales del Cole-
gio Imperial de la Prov.a de Toledo.

Fonte: *Tratado da esfera e introduccíon a la astronomía* de José de Zaragoza (1627-1678), disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000139672&page=1

Também foram incluídos assuntos que para além do ponto de vista técnico referente aos postulados de Ptolomeu e Aristóteles, passavam a servir de apoio por exemplo, para aspectos do cotidiano. Caso no *Apprendis Curiozo*: do "cálculo" (um tipo de calendário) das festas religiosas. Outro aspecto sobre a obra que não se deve ignorar, se trata da recorrente referência ao Mundo ou Universo enquanto uma "grande máquina", o que já havia sido o caso

[6] Caso de Pedro Nunes, com o seu *Tratado da sphera com a Theorica do Sol e da Lua...* de 1537 (disponível em: http://purl.pt/14445).

do *Repertorio dos Tempos* anteriormente citado, de André do Avelar. Sobretudo desde o Renascimento Italiano, se operava na Europa uma gradual valorização ou reconhecimento das artes mecânicas, até então interpretadas como inferiores diante das liberais. Mesmo que o mecanicismo apenas ganharia contornos enquanto doutrina filosófica no decorrer do século XVII com indivíduos como Bacon, Descartes, Boyle e Leibniz, já haviam sido proliferadas referências aos relógios, moinhos e chafarizes (ROSSI, 2001, p.247). De forma que:

> ...a imagem da máquina do mundo implicava a ideia de um seu Artífice e Construtor e a metáfora do relógio remetia ao divino Relojoeiro. O estudo cuidadoso e paciente da grande máquina do mundo era a leitura do Livro da Natureza, junto com a leitura do Livro da Escritura. Ambas as investigações redundavam na glória de Deus (2001, p.258).

Segunda parte do Apprendis Curiozo: a zona terrestre

Se a parte superior era o lugar de "tanta infinidade de estrelas e resplandecentes planetas, com esses dois formosas luminares, os quais assim como formosos rubis e claros diamantes, ou ricas esmeraldas...", a inferior era valorizada pelo:

> ...tanto gênero de mistos que vemos que há... como são as diversidades de aves e passarinhos, as diferenças de cometas, a variedade de bovinos, a multidão de tantas e tão frutíferas árvores, e finalmente todas as mais coisas, como esses elementos... (Livro Intitulado..., f.144v)

Os primeiros capítulos se dedicam justamente aos elementos. É interessante como o autor tenta ponderar, atestando a existência de "muitas e diversas opiniões, umas que afirmam serem os elementos mais de quatro, e outras que são menos" (Livro Intitulado..., f. 145r) Logo, porém, acusa suas inconsistências e se coloca ao lado do "grande príncipe dos filósofos Aristóteles". São exploradas suas definições, lugares próprios, interações e movimentos. Em seguida é a vez de um tema que nortearia consideráveis discussões ao longo do século, os cometas.

Eles já representaram por séculos uma questão central para a discussão cosmológica, no velho continente. Por um lado, através da doutrina aristotélica, se assumia a sua impossibilidade de pertencimento à região celeste, devido a sua inconsistência de comportamento e movimento. Devemos lembrar que para pertencer a tal região, se deve ser dotado de uma constância previsível e ordenada. A solução era então, interpretá-los como

parte da região terrestre. Mas de que maneira? A explicação recorrente era a de que seriam compostos de "exaltação da terra", causada pela influência os calores do Sol, até o âmbito elemental mais alto, do fogo. Não podendo subir mais (pois o côncavo da lua estava logo acima), se deslocaria horizontalmente em chamas até se decompor e sumir. Tal perspectiva, focada no seu caráter natural, convivia porém acompanhada da ideia de uma representação enquanto sinais divinos aos homens. Tais "avisos" acusavam então interferências do ponto de vista natural, político e moral.

Torna-se extremamente relevante então o caso apresentado por Camenietzki (1995) que teria como palco o ultramar português, sob as brisas e marés do Atlântico, já em finais do século. Primeiramente o autor ressalta como determinados pontos das discussões científicas se fizeram também presentes nas colônias da América, sobretudo na Nova Espanha. Em seguida, chama a atenção para as observações e produções, no Brasil, de dois personagens: o padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697) e o astrônomo, que também fez parte da Companhia de Jesus e professor de Tratado da Esfera no Colégio de Santo Antão em Lisboa, Valentim Stansel (1621-1705). Sintetiza e compara duas produções deles, que atestavam as passagens de cometas na Bahia, nas décadas finais do século XVII.

A visão de Vieira, viria através da obra *A Voz de Deus ao Mundo, a Portugal e à Bahia.* Foi construída em forma de sermão e escrita a fim de servir como condenação dos muitos pecados que se faziam presentes na colônia. O cometa de 1695 deveria ser interpretado então como um aviso de Deus no sentido de que caso medidas de caráter moral e político não fossem tomadas, logo "o castigo" viria. Este se traduziria para além de tempestades, terremotos, seca e fome, sobretudo em caos político. Sobre o caráter filosófico da obra, Camenietzki sinaliza então como atribuindo o aparecimento dos cometas enquanto "meros sinais" divinos, Vieira conseguia se desviar do caráter determinista da astrologia judiciária, a qual vinha sendo condenada desde a segunda metade do XVI.

Valentim Stansel, o qual teria entrado na Companhia de Jesus em 1637 (com 16 anos), estudou e ensinou em algumas instituições europeias até chegar em Portugal entre 1656 e 1657. Lá, depois de também lecionar, demonstrou interesse em ir para as Índias Orientais, chegando por razões não claras para o Brasil em 1663. Aqui, deu aulas no Colégio da Companhia de

Jesus em Salvador, produzindo um bom número de obras relacionados ao clima, natureza e observação celeste. Tendo observado os cometas de 1664, 1665, 1668 e 1689, se destacou através da produção de *Legado Urânico do Novo ao Velho Mundo*, escrito em 1665 e publicado em 1683. Demonstrava conhecimento de figuras como Brahe e Kepler, comentando e citando algumas de suas proposições. Sua posição em relação aos cometas, mesmo que não inédita na discussão sobre o assunto, era a de que eles, apesar de "pouco puros" e opacos, eram compostos por matérias dos planetas, sobretudo do Sol. Tal afirmação já o tornaria exposto diante da discordância com a estrutura cosmológico tradicional. Quando vai calcular as trajetórias, buscava apoio em Kepler para confirmar seus resultados: O movimento retilíneo também faria parte do mundo celeste. Aqui também se mostrava uma postura ousada, pois alegava a oposição à ideia de movimento circular perfeito nativo da região celestial. Dessa forma, a obra de Stansel estava focada no aspecto natural dos cometas, representando uma tentativa de construção do legítimo trabalho de um astrônomo. Mesmo que aspectos como referências poéticas e avisos de temor à Deus (enquanto regente dos astros) se faziam presentes na produção, não teriam representado a centralidade de Stansel em expor suas ideias sobre o evento natural. De maneira que, até mesmo Isaac Newton posteriormente utilizaria suas informações enquanto escrevia suas obras.

Vieira teve acesso aos escritos de Stansel. Estes o levaram a, apesar de demonstrar rejeição à sua forma de enunciado e caminhos (matemáticos), alegar concordância no sentido de anúncio de mudança causado pelos cometas. A divergência essencial, ressalta Camenietzki, se dava através da ideia de sua causalidade estar ligada diretamente à Deus, por parte de Vieira, enquanto que para o matemático, mesmo que ao fim Deus tem controle sobre todas as coisas, as causas naturais se apresentavam enquanto intermediadoras para a criação do fenômeno. Tais causas são inclusive citadas em *Apprendis Curiozo*, na cautelosa interpretação exposta por Araújo:

> ...como o futuro só o imenso e incompreensível saber de Deus, cuja Omnia patent seja presente, parece ser muito grande privilégio e maior vantagem de nosso entendimento poder, por alguma via, ter alguma notícia (segundo ordem e disposição de causas naturais) de coisas futuras, o que posto que não seja com tanta certeza e evidência, basta para nosso tão limitado e curto entendimento... (Livro Intitulado..., f. 167r)

Assim, em última análise, o tópico se mostrou como extremamente relevante para o desenvolvimento das concepções cosmológicas. A presença dos pontos de vista focados nas causas naturais ou divinas, sob a sombra da proibição da astrologia judiciária (segmento que tentava prever consequências a nações e reis) desde 1586, motivaram interessantes abordagens nestes tratados do período.

Uma das principais características da parte inferior do mundo, portanto, era a sujeição à superior. Antes mesmo de entrar na segunda parte de seu tratado, Araújo ressalta que:

> Pressupõe-se que todas as coisas inferiores estão sujeitas às causas superiores, que são signos, planetas e estrelas, influindo cada causa suas influências, causando diversos efeitos nas mesmas coisas inferiores. (Livro Intitulado..., f. 69r)

O estudo da Astronomia incluía também o da Astrologia, sendo ambas normalmente ensinadas em conjunto. Esta última, responsável por descrever muitas destas *influências*, também motivou a produção de um amplo número de obras e discussões, desde sua introdução no movimento de traduções. Exerceu papel relevante não só como mais uma ferramenta para a compreensão do universo e seu funcionamento, mas também a partir de aspectos do cotidiano destinados à diversos grupos de pessoas. Se mostrava de interesse na pauta da Igreja e governantes, da mesma maneira que se referenciava também para agricultores, alquimistas e médicos. Araújo a define como a ciência que:

> ...trata dos efeitos que as estrelas e planetas causam e influem nessas coisas inferiores, cabendo aos astrólogos ditar juízos e procurar saber o que nestas cousas inferiores acontece ou há de acontecer por virtude das estrelas. (Livro Intitulado..., f. 12v)

Para além desta definição geral comum, se identificam três segmentos em suas competências. O primeiro deles, buscava determinar o movimento e posição ideal dos astros para questões relacionadas com a natureza, representada pela Astrometeorologia (por conseguinte, sendo fundamental para a agricultura). Uma segunda, a compreensão das influências sobre o corpo humano, no que se tratava de dias favoráveis para certas práticas de tratamento, chamada de Astrologia Médica. Juntava-se a estas duas classificações uma terceira, denominada Astrologia Judiciária, a qual foi alvo de graves acusações e polêmicas. Astrólogos que praticavam esta última acabaram por entrar em choque com a noção de Livre-arbítrio,

além de perigosamente praticarem a especulação sobre o futuro de nações e reis. Os praticantes desta última vão sofrer um duríssimo ultimato através da bula papal *Coeli et Terrae,* promulgada pelo papa Sisto V, em 1586. Além de condenar a ambição humana que estaria desafiando a própria divindade, delimitou o que se considerava lícito nas obras produzidas a partir de então (CAROLINO, 2003, p. 79).

Apprendis Curiozo possui ornamentadas figuras dedicadas ao detalhamento de algumas destas influências do mundo superior. Uma delas, distribui variadas cidades e regiões aos seus respectivos signos:

Figura 6 – "lugares sujeitos aos signos"

Fonte: *Livro intitulado Apprendis curiozo* (1612?), f. 49r. Disponível em: http://purl.pt/14454

É o caso também de outra, a qual além de demonstrar os anos de nascimento em que cada planeta domina, estipula quais os melhores períodos para determinadas práticas médicas:

Figura 7 – Influências sobre o corpo humano

Fonte: *Livro intitulado Apprendis curiozo* (1612?), f. 37r. Disponível em: http://purl.pt/14454

Se faz presente então em finais de *Apprendis Curiozo*, um ensinamento do autor de como construir uma das figuras presentes em sua obra. Julga que após todo o conteúdo já ter sido apresentado, se trataria de uma ação "muito curiosa e deleitosa" (Livro Intitulado..., f. 220v) Escolhe a "que serve para saber o lugar dos doze signos". Dispõe então páginas sobre as instruções das lâminas, com mais figuras de seu passo a passo.

Ensino e Comentaristas Portugueses: O papel da Companhia de Jesus

A obra neste trabalho analisada, apesar de não apresentar maiores detalhes sobre a carreira de seu autor, ainda é passível de mais uma discussão. A institucional. É possível, pela data de produção, que seu escritor tenha frequentado uma das instituições portuguesas dirigidas pelos jesuítas. Ou ao menos ter tido contato com produções desenvolvidas nas mesmas.

A criação da Companhia, por iniciativa de Inigo López de Loyola (1491-1556) junto a um grupo de estudantes da Universidade de Paris[7] se deu 1534. Precedendo o auge da Reforma Católica, representado a partir do Concílio de Trento (1545-1563). Mas como se configurou a sua hegemonia sobre o ensino? Tentando montar este quadro, torna-se importante sinalizar

[7] Eram seis no total: Simão Rodrigues (português), Pedro Fabro (francês), Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Diego Laynez e Nicolau Bodadilla (espanhóis).

que em Portugal, como afirma Leitão (2008), a estrutura teria apresentado inicialmente um desinteresse em responsabilidades maiores do que as de instrução dos princípios básicos do Cristianismo. Estes, destinados até então aos mais leigos, diante dos altos índices de analfabetismo. A criação de Colégios, bem como as orientações para disposição de suas rendas e funcionamento, se deu somente a partir da Bula papal *Regimini militantes Ecclesiae*, promulgada em 27 de Setembro de 1540 por Paulo III. Logo são fundados em Paris (1540), Coimbra e Lovaína (1542), Colônia e Valência (1544), com foco em acompanhar as principais cidades universitárias. Também foram estipulados programas de estudos próprios e um sistema ordenado de classes e exercícios (*exercitium)*, os quais representaram uma maior atenção da prática e estrutura pedagógica. Tal esforço ficaria mais claro na década seguinte, quando se sistematiza um método de estudos único para todos os colégios, o *Ratio Studiorum.*

A iniciativa de sua elaboração teria começado em 1551, quando se reúne informações dos colégios ao mesmo tempo em que era fundado o Romano, que se tornaria o principal da Companhia, com o seu próprio regulamento a partir de meados da década de 1560 (TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA, 2012). Um plano uniforme para todos começou a ser cogitado em 1580. Na década seguinte então, depois de comissões, foi aprovada e publicada em 1599 o *Ratio atque Institutio Studiorum*. Este, com validade geral para a Companhia de Jesus.

O documento estipulava também os níveis de ensino, que eram os de Humanidades, Filosofia e Teologia, bem como as disciplinas a serem cursadas. Vale a pena consultar dentre os currículos postos em prática, o filosófico:

Tabela 1 – Currículo Filosófico (3 anos)

1º ano	Lógica e introdução às ciências	um professor	2 horas por dia
2º ano	Cosmologia, Psicologia, Física	X	2 horas por dia
‘’ ‘’	Matemática	X	1 hora por dia
3º ano	Psicologia, Metafísica,	dois professores	2 horas por dia

	Filosofia moral		

Fonte: Franca (1952, p.27-28, apud TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA, 2012, p.5)

O estudo de temas relacionados à Cosmologia se centrou, a partir de meados do século XVI e efervescido com novos debates no XVII, em duas instituições. O Colégio das Artes de Coimbra e o Colégio de Santo Antão de Lisboa. Conforme Leitão (2008, p. 15), o primeiro funcionava desde 1542 e se constituiu enquanto fundamental para a formação de missionários jesuítas que iriam ser destinados aos diversos cantos do império, sobretudo ao Oriente e Brasil. Nele teriam sidos instruídos grandes nomes como Manuel da Nóbrega, Luís da Grã, José de Anchieta e Inácio de Azevedo. Chamou a atenção principalmente pelas sucessivas remodelações pedagógicas, as quais adotariam constantemente novas orientações sobre as formas de instrução. Um momento fundamental foi, já em finais do século XVI, a confecção dos *Comentários Conimbricenses*[8]. Como apresenta Carolino (2003):

> Pensado como um livro de texto que libertasse os estudantes para os comentários e polêmicas orais, a concepção do Curso Conimbricense arrastou-se desde inícios da década de sessenta, quando o P. Jerónimo Nadal reconheceu a necessidade de estudar de foma mais aturada a obra de Aristóteles, até finais do século XVI e inícios do século seguinte (para sermos mais exactos: 1592 – 1606, período da publicação dos ditos Comentários) data em que Manuel de Góis deu por finalizados os Comentários aos livros de *Física*, do *Céu,* dos *Meteoros*, *Parva Naturalia, Moral de Aristóteles a Nicómaco, Geração e Corrupção* e aos livros da *Alma*, em que Sebastião do Couto terminou os comentários à *Dialéctica* e Baltazar Álvares e Cosme de Magalhães concluíram os dois textos que surgiram anexados ao *De Anima*. (p. 17)

Fundado em 1553, o Colégio de Santo Antão, em palavras de Leitão (2008, p. 19), vai ser entre finais do século XVI e meados do XVIII a "mais importante instituição de ensino e prática científica em Portugal". Tal título lhe é atribuído sobretudo por ser ministrada nela a chamada "Aula da Esfera". Como é possível inferir a partir de seu nome, era muito embasada pela já referida obra *Tratado da esfera*, de João de Sacrobosco. Vai ser central para o desenvolvimento de todo o debate cosmológico em Portugal[9], assim como para a formação de

[8] *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in quatuor libros de Coelo Aristotelis Stagiritae*.

[9] E também de fora, visto que alguns dos mestres do curso eram estrangeiros e figuras importantes da argumentação do tema, por toda a Europa.

nomes que viriam a ser relevantes em áreas afins, como a cartografia e engenharia. Outro aspecto fundamental da *Aula da Esfera* vai ser sua posição enquanto ponto de entrada das novidades científicas em Portugal, se constituindo enquanto uma instituição em rede, internacional (LEITÃO, 2008, p.20).

Vai existir também uma outra questão, que perpassará por mensurar em que medida os jesuítas teriam o compromisso com uma "atualização" na divulgação do conhecimento científico (CAROLINO; CAMENIETZKI, 2005, p.27-44). Mais especificamente se, apesar de terem sido confeccionadas notáveis obras de caráter enciclopédico, agentes como a censura inquisitorial não acabavam por forçar uma obediência à modelos amplamente aceitos, sem riscos aos autores. Carolino e Camenietzki (2005, p.32) chamam a atenção para um ponto muito importante, que é o compromisso dos inacianos com as *Constituições* e o *Ratio Studiorum* (o qual limitava também quais teses se fariam presentes no curriculum das instituições). Ambos firmavam, inicialmente, a associação com as ideias de Aristóteles e seus comentaristas mais confiáveis.

É possível, porém, construir interpretações que podem nos ajudar a desmistificar a ideia dos jesuítas como refutadores por completo das novidades na área das ciências. Mesmo que, ainda no século XVIII, o conservadorismo (no discurso oficial da instituição, vale ressaltar), ainda se mostrava operante, como nos apresenta Carolino e Camenietzki (2005) sobre as duas posições tomadas após a décima sexta Congregação Geral da Companhia de Jesus, em 1730:

> 2- Since the Society has adopted Aristotelian philosophy as being more serviceable to theology, we must by all means remain faithful to this philosophy in the way that is prescribed in the Constitutions and in the ordination of studies. And this is true not only in logic and metaphysics but also in philosophy of nature, wherein the peripatetic system on the natural principles and constitution of a body must not be omitted.
>
> 3 – If the Provincials discover that some are lovers of novelties or openly deviate from that philosophy or, by resorting to deceptive evasions, insert in the place of that philosophy other material more acceptable to themselves, they should remove them from their teaching office... (p. 45).

Torna-se importante dar atenção à casos lusos que mesmo não aderindo cegamente às "novidades" das ciências, atestem sua existência. O estudo dos astros encontrou seu lugar

também, por exemplo, nas missões jesuíticas ao Oriente. Se inserindo no mecanismo de operação do Padroado, enquanto ferramenta para dominação territorial e cultural (BOXER; SÁ, 1981, p.92-105). É possível identificar através da ação e produção de sujeitos como o padre Matteo Ricci (1552-1610) um esforço de conectar formas de concepção do mundo e universo entre culturas em muito diferentes. Jesuíta italiano, que acompanhado de outro membro da Companhia, Michele Ruggiere (1543-1607), vai ser um grande responsável pela linha de frente da missionação (bem-sucedida) na China. No mesmo sentido Leitão (2008, p.32) nos apresenta o caso de outro padre, Giovanni Antonio Rubino (1578-1643), o qual da Índia em 1612 escreveu uma carta tomando conhecimento dos telescópios e suas descobertas. O fato de o italiano ter partido de Lisboa em 1602 atesta que as notícias foram recebidas mesmo no Oriente, demonstrando a circulação de informações entre diferentes pontos do globo. Outro caso essencial apresentado pelo autor, este de um jesuíta português, foi o de Manuel Dias Júnior (1574-1659). Publicou na China, em 1615, a obra *Tianwen lüe* ou *Sumário de questões sobre o céu* (LEITÃO, 2008, p.33). Esta teria sido uma obra amplamente lida e citada pelos Jesuítas na China, ao longo do século XVII. Descrevia a estrutura o Cosmos, com base no modelo tradicional geocêntrico, trazendo, porém, já atualizações do germânico Christopher Clavius (1538-1612)[10]. Além disso, fez até mesmo descrições das observações de Galileu, redigindo-as na língua chinesa.

Para além das posturas acima, o estudo de outras obras do período, mesmo que inseridas neste "modelo jesuíta" abordado em suas instituições de ensino, é capaz de indicar uma busca por atualização de conteúdos por parte de seus autores. Se mostra o caso também de *Apprendis Curiozo*, que antecede por poucos anos por exemplo, construções (e observações) de telescópios e realizações de aulas públicas, feitas poucos anos depois da produção da obra por Giovanni Paolo Lembo (1570-1618) enquanto era professor do Colégio de Santo Antão entre 1615 e 1617 (LEITÃO, 2007, p.53).

[10] Matemático jesuíta alemão, que tendo estudado no colégio jesuíta de Coimbra vai se associar a figuras como Pedro Nunes, se tornando personagem importante na produção de comentários sobre obras, por exemplo, de Euclides.

Considerações finais

O século XVII foi palco de grandes transformações na Europa, ao passo em que também se potencializavam movimentos que já se faziam presentes. De forma que, para a História, as ciências ganharão sua própria "Revolução". Se propor a explorar sobre algumas de suas discussões a partir de uma produção do período se mostra como uma produtiva opção não só para o que se rotula como "História da Ciência", mas para a compreensão da mentalidade como um todo do período, uma visão macro.

Seguindo tal orientação, *Apprendis Curiozo*, referido como uma obra "breve" segundo seu autor, acaba servindo como uma referência ideal como porta de entrada para a temática da produção intelectual na Europa do período, e mais especificamente lusa.

Referências bibliográficas:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **"O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval"**. Revista Portuguesa de História do Livro 24, 2009, 61-103.

BOXER, Charles Ralph; SÁ, Maria de Lucena Barros e. **A igreja e a expansão ibérica: 1440-1760**. Lisboa, 1981.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **O cometa, o pregador e o cientista: Antonio Vieira e Valentim Stansel observam o céu da bahia no século XVII**. Revista da SBHC, n. 14, 1995.

CAROLINO, Luís Miguel. **"Cristoforo Borri and the epistemological status of mathematics in seventeenth-century Portugal."** Historia Mathematica 34.2, 2007: 187-205.

CAROLINO, Luís Miguel. **"O paraíso do astrônomo: o Céu Empíreo segundo Cristoforo Borri (1583-1632)"**. Clio-Revista de Pesquisa Histórica, 27.1, 2010.

CAROLINO, Luís Miguel. **Ciência, astrologia e sociedade:a teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CAROLINO, Luis Miguel; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **"Jesuítas, ensino e ciência-séc." XVI-XVIII**. Lisboa, Caleidoscópio, 2005.

GRANADA, Miguel Ángel. **Thomas Digges, Giordano Bruno y el desarrollo del copernicanismo en Inglaterra**. Endoxa, v. 1, n. 4, p. 7-42, 1994.

GRANT, Edward. **A history of natural philosophy: From the ancient world to the nineteenth century**. Cambridge University Press, 2007.

GRANT, Edward. **God and Reason in the Middle Ages**, 2004.

GRANT, Edward. **God and reason in the Middle Ages**. Cambridge University Press, 2001.

GRANT, Edward. **La ciencia física en la edad media**, 1983.

GRANT, Edward. **La ciencia física en la Edad Media**. Fondo de Cultura Económica, 2016.

GRANT, Edward. **Much ado about nothing: Theories of space and vacuum from the middle ages to the scientific revolution**. Cambridge University Press, 1981.

GRANT, Edward. **The foundations of modern science in the Middle Ages: their religious, institutional and intellectual contexts**. Cambridge University Press, 1996.

GRANT, Edward. **The Nature of Natural Philosophy in the Late Middle Ages** (Washington, DC:2010), p. 18.

LEITÃO, Henrique et al. **Sphaera mundi: A ciência na aula da esfera: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP**. Lisboa, 2008.

LEITÃO, Henrique. **A ciência na "Aula da Esfera" no Colégio de Santo Antão (1590-1759)**. Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, 2007.

LEITÃO, Henrique. **Uma Nota Sobre Pedro Nunes e Copérnico**. GAZETA DE MATEMÁTICA, n. 43, 2002.

LOPES, Jorge Filipe NS Teixeira. **"A ESCOLA DE CHARTRES E A TRADIÇÃO DO QUADRIVIUM."** Cuestiones Teologicas 41.96, 2014.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da Ciência Moderna na Europa**. EDUSC, SP, 2001.

TIMBERLAKE, Todd; WALLACE, Paul. **Finding Our Place in the Solar System: The Scientific Story of the Copernican Revolution**. Cambridge University Press, 2019.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COSTA, Célio Juvenal. **Algumas considerações sobre o ratio studiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos**. 2012.

Temporalidades

O caminho da servidão e a carta de Henry Maksoud para Hayek: um olhar a partir da história das ideias

the road of serfdom and Henry Maksoud's letter to Hayek: a look from the history of ideas

Fernando Coelho
Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná
fermcoelho@hotmail.com

Recebido em: 05/07/2020
Aprovado em: 05/11/2020

Resumo
A obra do economista austríaco Friedrich August von Hayek intitulada *O Caminho da Servidão* foi primeiramente publicada no Brasil em 1946, tendo sua segunda edição em 1977. O ano de 1977 coincide com algumas visitas que Hayek fez ao país para difundir seu pensamento econômico, sendo uma das principais balizas da corrente que ficou conhecida como neoliberalismo. Considerando estes aspectos, este artigo, amparado pelo referencial teórico da História das Ideias pretende explorar como fonte histórica cartas trocadas entre o empresário brasileiro Henry Maksoud e o autor de *O Caminho da Servidão*. A hipótese é que através da leitura que Maksoud fez de *O Caminho da Servidão* despertou o interesse em financiar as vindas de Hayek ao Brasil para difundir seu pensamento entre as elites empresariais. É necessário fazer uma análise crítica do pensamento de Hayek, considerando que o neoliberalismo é responsável pelas desigualdades sociais e injustiças sociais, promovendo disparidades importantes do sistema capitalista.

Palavras-chave: cartas; História das Ideias; Hayek.

Abstract:
The book of the Austrian economist Friedrich August von Hayek entitled *Road to Serfdom* was first published in Brazil in 1946, having its second edition in 1977. The year 1977 coincides with some visits Hayek made to the country to spread his economic thought, being one of the main goals of the ideals that became known as neoliberalism. Considering these aspects, this article, supported by the theoretical framework of the History of Ideas, intends to explore as historical source letters exchanged between the Brazilian businessman Henry Maksoud and the author of *Road to Serfdom*. The hypothesis is that, through Maksoud's reading of *The Road of Serfdom*, the interest in financing Hayek's visits to Brazil to spread his thinking among business elites was aroused. It is necessary to make a critical analysis of Hayek's thought, considering that neoliberalism is responsible for social inequalities and social injustices, promoting important disparities in the capitalist system.

Palabras clave/Keywords: letters; History of Ideas; Hayek.

Introdução

O objetivo deste artigo é propor uma discussão teórica/metodológica que compreenda as possibilidades analíticas que a História das Ideias pode trazer ao estudo da inserção do pensamento de Friedrich von Hayek no Brasil. Delimitarei neste artigo duas fontes para análise. A primeira uma carta enviada pelo empresário Henry Maksoud para o economista austríaco Friedrich von Hayek discutindo suas ideias e convidando-o para vir ao Brasil para uma série de palestras e conferências em 1977. Parto da hipótese de que a escolha feita por Henry Maksoud para trazer Hayek ao Brasil tem correspondência com a leitura da obra *O Caminho da Servidão* por Henry Maksoud (obra publicada no Brasil em 1946). Desta forma, a segunda fonte utilizada neste artigo refere-se ao capítulo cinco da obra, onde é possível perceber algumas correspondências com as argumentações realizadas por Henry Maksoud na carta a respeito de conceitos como "liberdade" e "democracia". Em um espectro mais amplo pode-se pensar a inserção do pensamento de Hayek no Brasil através das leituras feitas por Henry Maksoud que o motivaram a trazer o intelectual ao país e fazendo com que suas ideias fossem recepcionadas por círculos empresariais e acadêmicos.

Primeiramente, irei circunscrever o objeto de estudos dentro do campo teórico da História das Ideias. Considerando a ampla possibilidade de análises que perpassa este campo historiográfico, optei por concentrar nesta reflexão as contribuições da Escola de Cambridge, principalmente a partir de John Pocock e Quentin Skinner, com reflexões a respeito da utilização de análises a partir das palavras-chave e do contextualismo[1].

Para a análise dos trechos da obra *O Caminho da Servidão* e da correspondência enviada por Henry Maksoud para Friedrich von Hayek, entendo que a escolha da vertente inglesa do contextualismo linguístico apresenta maior potencialidade explicativa na medida em que a abordagem teórica parece ser apropriada para pensar a obra e a circulação das ideias, bem como a recepção brasileira do pensamento de Hayek.

[1] Foi com os "contextualistas" ingleses – sobretudo com os trabalhos de História das Ideias Políticas desenvolvidos por Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock – que surge a proposta de que as ideias deveriam ser sempre e necessariamente relacionadas diretamente aos seus contextos de enunciação, uma vez que os ambientes históricos e culturais sempre influenciam extraordinariamente a escolha das questões a serem estudadas e, sobretudo, a formatação da própria linguagem mais específica dentro da qual um debate de ideias se realiza (BARROS, 2005, p.18).

Uma breve discussão a respeito da história das ideias

Nesta seção, situarei o objeto de estudos dentro do campo historiográfico da História das Ideias. Para isto, utilizarei as contribuições de historiadores como José de Assunção Barros e Francisco Falcon. Barros trata a respeito das possibilidades proporcionadas pelo campo da História Cultural, onde se desdobram várias vertentes historiográficas, dentre elas a História das Ideias e suas múltiplas abordagens:

> Entre outras possibilidades, pode-se estudar por exemplo as ideias políticas (a Democracia, o Estado Absoluto, as diversas trajetórias da noção de Liberdade ou de Igualdade nos vários períodos históricos), ou conjuntos teóricos mais abrangentes e acabados como o Positivismo. E vale ainda lembrar que as ideias podem ser examinadas pelo historiador no âmbito das produções individuais (uma História Intelectual propriamente dita) ou no âmbito de correntes de pensamento para as quais contribuíram grupos de indivíduos (o Iluminismo, o Liberalismo, o Socialismo) (BARROS, 2005, p.5).

Quando busco trazer a influência das ideias de Hayek a partir das leituras de suas obras pelos empresários brasileiros e posteriormente o impacto de suas visitas, e a circulação das suas ideias no Brasil, especialmente no período histórico que nos situamos, isto é, em meados dos anos 1970, estou tratando do surgimento de uma corrente de pensamento que posteriormente constituiu-se conceitualmente como neoliberalismo. Neste artigo não me aprofundarei no conceito de neoliberalismo, nem na discussão histórica que veio a forjá-lo, mas tratarei de pensar como o campo da História das Ideias pode dar conta de situar o pensamento de Hayek e problematizá-lo historicamente. Pensando os temas que perpassam as preocupações de Hayek, Francisco Falcon aponta que as ideias são produtos socialmente determinados[2].

Neste aspecto, temos a leitura que inicialmente Henry Maksoud fez das obras de Hayek, que levou ao interesse do empresário em trazer o economista austríaco ao Brasil. De acordo com José D´Assumpção Barros:

> De todo modo, e de uma maneira ou de outra, a leitura é também um ato criador, e está longe de ser uma ação passiva. Esse é também um objeto de interesse historiográfico. A História das Ideias possibilita, por exemplo – entre

[2] Com efeito, Comte e Stuart Mill, Spencer e Buckle, Marx e Engels, se bem que em claves diferentes, postulam para as ideias explicações que, embora muito distintas, possuem uma premissa comum: as ideias são produtos socialmente determinados; não constituem uma esfera distinta e separada da existência social (origem divina, dependência da alma, da consciência ou da natureza humana). Por outro lado, investidas de funções autônomas ou distintas, ou mesmo "especializadas", as ideias dão unidade estrutural à história (FALCON, 1998, p.153-154).

> outras temáticas de pesquisa – estudar a leitura de um autor sobre outro (BARROS, 2019, p.100-101).

Sobre a leitura de um autor sobre outro, guardadas as devidas proporções do alcance das obras e das ideias, é possível correlacionar as correspondências com a forma com que Henry Maksoud articula as ideias presentes nas obras de Hayek. Estas ideias se articulam com os argumentos do empresário, inclusive como forma de convencimento para o austríaco aceitar o convite para visitar o país. As ideias se apresentam de forma elogiosa e alinhadas ao pensamento de Hayek, transparecendo para o austríaco que seu pensamento estava sendo bem aceito pelos círculos empresariais brasileiros. A forma de captação destas leituras também pode ser explorada nos editoriais escritos por Henry Maksoud, e nas publicações em jornais e revistas que noticiaram e apreciaram suas ideias. Outro fator de captação da leitura não se refere apenas ao campo da mídia jornalística. Temos o campo acadêmico, onde o pensamento de Hayek foi aceito e debatido por nomes como Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, entre outros intelectuais.

Ao lado das leituras singulares, como as realizadas por Henry Maksoud, compreendo que o sistema de pensamento de Hayek assume um alcance mais amplo a nível global, em grande parte devido ao reconhecimento da comunidade científica em meados dos anos 1970, depois de o austríaco ser agraciado com o prêmio Nobel de Economia em 1974. Existe um grande sistema de pensamento no qual Hayek está inserido, possuindo diversas correntes que, além do diálogo com o discurso econômico, estão envoltas em questões políticas, históricas, filosóficas, que, por diversas vezes, surgem nos escritos de Hayek. O autor também recebe a influência de outros intelectuais que compartilham de ideias correlacionadas.

Observamos a presença de grandes correntes de pensamento inseridas na narrativa de Hayek, bem como se ampliam essas possibilidades na medida em que é lido e aproximado aos interesses das elites que passaram a adotar seu sistema de pensamento. Podemos recorrer às contribuições de Quentin Skinner para pensar um contexto mais específico, como no caso da inserção do pensamento

de Hayek no Brasil e suas relações com as dimensões que extrapolam o economicismo, abrindo para um panorama de ideias que se inter-relaciona com questões políticas, sociais e culturais[3].

Quentin Skinner e John Pocock como suporte de análise

Nesta seção, o objetivo é aprofundar a reflexão teórica/metodológica referente à vertente da História das Ideias conhecida como contextualismo inglês, ou escola de Cambridge, apresentando inicialmente os métodos de análise discutidos por John Pocock e Quentin Skinner.

No entanto, para as tradições contextualistas, é necessário ao historiador aprender uma série de linguagens para conectá-las ao contexto, e assim, perceber, ao longo do tempo, como as linguagens vão se modificando de acordo com tensões presentes no contexto. Este é, para John Pocock, um ponto chave do métier do historiador:

> É do métier de nosso historiador aprender uma série de linguagens e estabelecê-las como contextos em que são efetuados os atos de enunciação. Ele precisa agora de meios para entender como os atos modificam os contextos nos quais são efetuados, e como algumas dessas modificações conduzem à criação e à difusão de novas linguagens e novos contextos (POCOCK, 2003, p. 74).

Quando Pocock fala de novas linguagens e novos contextos podemos considerar a transformação de conceitos como "democracia", "liberdade" e "planejamento", em que devemos refletir sobre a modificação destes conceitos a partir da introdução do pensamento neoliberal. Em um novo contexto de enfraquecimento do modelo interventor da Ditadura Militar, e de acordo com as argumentações estabelecidas pelos empresários, principalmente por Henry Maksoud, percebe-se como as elites se apropriam dos conceitos de Hayek e os re-contextualizam na discussão do pensamento econômico brasileiro da virada dos anos 1970 para 1980. Estas oscilações e as formas como os conceitos de Hayek são escolhidos e operacionalizados no discurso são objetos que não devem ser esquecidos na análise histórica, isto porque as mudanças de linguagens reforçam a influência que um determinado sistema de pensamento passa a ter em um determinado contexto.

[3] Das ideias tomadas singularmente, passamos em seguida aos sistemas de pensamento mais amplos – aqueles que se verificam ao nível do 'pensamento sistematizado' de um autor, e aqueles que já correspondem aos grandes movimentos – tudo isto se abrindo a possibilidades de abordagens relacionadas às ideias políticas, filosóficas, estéticas ou científicas. Em um nível maior de abrangência, poderiam ser citadas inúmeras obras que buscam trazer dentro de algum contexto específico um panorama de ideias relacionadas a uma determinada dimensão (política, filosófica, estética), como fez Quentin Skinner – um dos mais destacados historiadores das ideias – para o estudo das ideias políticas (BARROS, 2005, p.18).

Aprofundando a discussão sobre o método, Quentin Skinner alerta a respeito do historiador não se aproximar dos objetos com paradigmas pré-concebidos:

> A dificuldade com a qual me preocupo aqui, portanto, é que além de inescapável, é perigoso para os historiadores das ideias se aproximarem de seus objetos com paradigmas preconcebidos. Será evidente agora que o momento no qual surgem tais perigos é aquele no qual o historiador começa a ignorar certas considerações gerais aplicáveis a tarefa de apresentar e compreender afirmações. Uma reflexão sobre tais questões me permitirá resumir as lições metodológicas nas quais, até agora, procurei insistir. Uma dessas considerações é que não se pode afirmar, a respeito de nenhum agente, que tenham dito ou feito algo que jamais poderiam aceitar como uma descrição acertada daquilo que fizeram ou pretenderam dizer (SKINNER, 2017, p.384).

Buscarei, primeiramente, compreender as transformações dos contextos através dos atos (posicionamento dos empresários brasileiros contra o governo militar e aproximação das ideias de Hayek para estabelecer a discussão), e as práticas discursivas e narrativas que levaram à formação de novas linguagens amparadas no pensamento de Hayek. Estas linguagens possuíam um sentido específico (espacial e temporal, no Brasil de 1977 até a década de 1980), passando por mudanças de contexto confrontadas por diferentes tensões existentes no período histórico da transição da ditadura militar para a democracia. A citação acima repousa numa preocupação do historiador em que, ao conhecer a sucessão de acontecimentos posteriores ao recorte da análise histórica e compreender o sistema de pensamento de forma mais profunda, devido ao fato de estar distanciado temporalmente do período de estudo, pode-se conceber, antes da análise, paradigmas construídos *a priori* e que podem deturpar a análise das fontes. São cuidados necessários. Compreendo que o historiador não está isento da imparcialidade, porém, é necessário o rigor científico ao analisar as fontes e extrair delas suas conclusões, sem moldá-las para construir uma narrativa a partir de valores e ideias pré-concebidos, direcionando as vozes presentes nas fontes de forma imprecisa. Estas recomendações devem estar presentes durante todo o processo de análise, são questões básicas que desafiam o historiador que não pode se desvencilhar de suas experiências intelectuais e de vida, as quais contribuem positivamente para a análise histórica, no entanto, não podem determinar valores pré-concebidos que influenciem negativamente na construção da pesquisa histórica.

Portanto, após o historiador das ideias estar munido destas reflexões, bem como compreender um determinado contexto de formação de novas linguagens, cabe a ele identificar os

inovadores que promovem estas mudanças. John Pocock aborda a relação entre os pensadores inovadores e a formação de novas linguagens:

> Alguns grandes inovadores, como Platão ou Marx, criam e difundem novas linguagens graças ao fato de se tornarem autoridades. Outros, como Maquiavel ou Hobbes, graças ao fato de se tornarem adversários, pois para refutá-los se faz necessário que nasçam novas linguagens. E tais autores, deve-se lembrar, são inovadores tanto no campo contextual quanto no textual. Eles sugerem novos modos de discurso que são percebidos como carregados de implicações inovadoras em contextos linguísticos que não aqueles em que haviam discursado de início (POCOCK, 2003, p.79).

É possível pensar Hayek como um desses inovadores, tanto textualmente, para depois avançar contextualmente. Vale lembrar que, antes de escrever *O Caminho da Servidão*, Hayek teve um breve embate teórico com John Maynard Keynes[4], em que suas ideias tiveram pouca repercussão, sobretudo nos anos 1940, 1950 e 1960, mas que ganharam autoridade nos anos 1970, justamente com a crise do sistema de pensamento hegemônico até então. No contexto brasileiro, do qual nos ocupamos, percebemos as preocupações dos seus leitores em prepararem um novo projeto de sociedade baseado em valores neoliberais, os quais, discursivamente, apropriam-se dos elementos textuais de Hayek para construir todo um rol de linguagens originadas de suas obras. Associado ao contexto brasileiro em que os empresários usaram suas ideias, outra recomendação teórica repousa em observar o contexto em que Hayek escreveu suas obras a serem analisadas para compreender o que John Pocock descreve como "lance":

> O historiador precisa, portanto, de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto linguístico e, em particular, como atua e inova sobre ele.
>
> Quando um autor efetua um ato dessa natureza, costumamos dizer que ele executou um "lance". (...) O contexto linguístico reafirma a si próprio e interage com crescente complexidade com o contexto da experiência. O historiador parte agora em busca dos modos pelos quais um ato de fala pode inovar sobre e no interior de um contexto constituído por várias linguagens em interação ou, de forma mais direta, dos modos pelos quais ele pode inovar em várias linguagens ao mesmo tempo. "Lances" desse tipo serão lances de tradução, de passagem direta ou indireta de uma linguagem disponível para outra. Um termo crucial, um *topos* ou um padrão de enunciação, pode ser traduzido do contexto de um idioma para o de outro. Isto é, pode ser simplesmente deslocado para um novo contexto e deixado ali, para nele sofrer as modificações que tiver de sofrer (POCOCK, 2003, p.39-41).

[4] É pouco sabido, fora dos círculos intelectuais especializados, que Hayek foi, ao mesmo tempo, amigo e duro crítico de Keynes. Nos anos 1930 e 1931, atacou o *Tratado sobre a Moeda* deste último (ainda não a obra de imenso sucesso, que seria a grande síntese keynesiana, a *Teoria Geral*, que somente apareceria em 1936) (CAMPOS, 1994, p. 50).

Indissociável à recepção da obra de Hayek no Brasil estão as diferentes traduções realizadas, e que não podem passar desapercebidas pelo olhar analítico do historiador. Quando John Pocock fala em "lance", ou seja, como o ato de fala é efetuado em um determinado contexto linguístico, devemos atentar a forma com que os leitores de Hayek no Brasil, como é o caso de Henry Maksoud, dialogam com as obras de Hayek. Maksoud assume a função de supervisor de tradução das obras que são publicadas pela Editora Visão e traduzidas pela equipe do Instituto Liberal. O ato de fala passa a ser um fator inovador no contexto, guiado pelas vozes que se apropriam de Hayek para construir um entendimento do contexto em que vivem e a formular questões baseadas nestas novas linguagens. As traduções de *O Caminho da Servidão* muito podem dizer sobre como se operacionalizavam os "lances" de tradução citados por Pocock, pois temos duas traduções diferentes da obra. A primeira, de 1946, realizada por Leonel Vallandro para a Editora Globo, com a segunda edição da obra em 1977 mantendo a mesma tradução. Entretanto, a edição de 1984, publicada pelo Instituto Liberal, tem a tradução realizada por Liliane de Morais, José Ítalo Stelle e Anna Maria Capovilla, inclusive esta equipe de tradução é responsável pelas outras obras de Hayek publicadas nos anos 1980 pela Editora Visão. A tradução da edição de 1984 de *O Caminho da Servidão* é mantida até as edições atuais. Considerando o contexto de 1946, quando foi realizada a primeira tradução e o contexto de 1984, quando foi realizada a tradução feita pelo Instituto Liberal, temos dois momentos diferentes. Em 1946, o país passava a viver disputas relacionadas à herança varguista e tensões da transição à democracia, onde as ideias econômicas de Hayek eram desconhecidas, todavia, em 1984, o intelectual austríaco já era mundialmente conhecido e suas obras e ideias tinham um alcance muito maior, ao ponto de se tornarem hegemônicas dentro do pensamento econômico. Temos também implícito no ano de 1984 o viés da tradução feita pelo Instituto Liberal de tender para a defesa do modelo neoliberal, e a forma como o livro é traduzido pode evidenciar estes novos "lances" aplicados ao novo contexto. Neste artigo, não pretendemos avançar em detalhes sobre as diferentes traduções das obras, porém, usamos a tradução da edição de 1994, realizada pelo Instituto Liberal, cabendo uma análise mais cuidadosa dos diferentes aspectos das traduções posteriormente.

Diante dos pontos do pensamento contextualista de John Pocock e Quentin Skinner colocados até aqui, cabe ao historiador das ideias refletir sobre o lugar do pensamento ou da obra do autor em um determinado contexto, o qual não é fixo. Para isso, é necessário pensar as ideias do autor em movimento. Ao pensar os movimentos discursivos e narrativos estabelecidos através de

uma determinada obra ou ideia, o historiador pode constituir uma análise mais frutífera de como determinado discurso, através da utilização de palavras-chave e apropriação de conceitos passa, a fazer sentido específico no contexto, a partir de sua utilização. Neste cenário, a utilização de novos "lances" passa a adquirir uma importância ímpar na construção de novas linguagens, as quais podem perder o sentido quando o contexto se modifica, sendo necessária uma reapropriação das ideias do autor para estabelecer novas linguagens e novos "lances". Podemos pensar a análise das obras de Hayek, como *O Caminho da Servidão*, a partir deste viés teórico, pois as diferentes traduções e apropriações da obra podem indicar sentidos específicos de acordo com o contexto e os interesses dos grupos que se apropriam destas ideias.

A utilização metodológica da carta de Henry Maksoud

Para a análise da carta deve-se considerar uma série de fatores que não se descolam dos procedimentos metodológicos, primeiramente, os cuidados que Hayek teve de guardar estas cartas em seus arquivos pessoais revelam o cuidado que teve com suas correspondências.

> Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópias de alguma, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Segundo Phillipe Artières a guarda das cartas se dá em razão de seu conteúdo ou de seu destinatário. Em relação a Friedrich Hayek, o qual possuía as cartas guardadas no seu acervo do Instituto *Hoover*, chamado *Hayek Pappers*, podemos atribuir ao conteúdo a razão pela qual Hayek guardou as correspondências, pois era Henry Maksoud que cortejava o economista austríaco e o convidou para vir ao Brasil, admirando suas ideias e fazendo questão de agradar o ilustre destinatário[5]. Porém, a preocupação de Hayek ao guardar as cartas muito quer dizer, além de mostrar que possuía uma boa organização do seu arquivo pessoal, com cuidado e capricho com as correspondências que trocava com diversas personalidades e intelectuais do período. Sobre o

[5] As correspondências, ou trocas de cartas, também envolvem de alguma maneira uma outra escrita de si, com novas regras e práticas. Não é mais uma "escrita de si", como o diário, nem a "escrita de si para um público", tal como ocorre com o livro de memórias; trata-se, sim, de uma "escrita de si para o outro". Também essa forma de escrita de si – ou melhor, essas "escritas de si cruzadas", em cuja inserção dois indivíduos podem se expor menos ou mais abertamente um para o outro, dependendo do tipo mais específico de correspondências e de sua finalidade – envolve suas próprias histórias (BARROS, 2019, p. 263).

tratamento estabelecido entre remetentes e destinatários, devemos levar em consideração que podem existir intenções ocultas nas correspondências:

> Longe de serem espontâneas, as cartas, ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si, numa imagem pessoal decodificada. [...] Criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância. Mas comportava, como todo diálogo, silêncios, rupturas, retomadas ao sabor dos interesses e das afeições (MALATIAN, 2017, p.197).

É necessário perceber nas cartas interesses implícitos entre os destinatários e remetentes, como a citação aponta, não se deve desconsiderar nas narrativas das cartas os silêncios e as rupturas estabelecidas entre os interlocutores. Além da troca de ideias e informações entre duas pessoas, as cartas podem fomentar toda uma rede de interações a partir das motivações que podem levar a influenciar um grupo de intelectuais[6]. A formação de uma rede pode ser considerada através da troca de cartas entre Henry Maksoud e Hayek, pois, as cartas motivaram a escrita de editoriais de Henry Maksoud para a Revista Visão, o convite para o brasileiro participar de reuniões da Sociedade Mont Pelèrin, e as próprias assertivas das vindas de Hayek para o Brasil. Bem como os acertos a respeito das publicações de obras de Hayek no país. As correspondências trocadas entre Maksoud e Hayek revelam importante porta da entrada do pensamento de Hayek no Brasil por uma série de eventos e publicações que derivaram das conversas estabelecidas entre Hayek e Maksoud. Traz a partir das cartas a formação de redes de comunicações entre grupos e indivíduos:

> Trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos. É o receptor quem irá provavelmente controlar sua preservação ou destruição, numa prática de memória implícita ou explicita no pacto epistolar e seus desdobramentos, os atos de escrever, enviar, receber, ler, responder e guardar cartas. Dentre as questões que se pode colocar a esse tipo de documentação está a de mapear, nas correspondências trocadas, as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes (MALATIAN, 2017, p. 203).

[6] A correspondência comporta trocas de ideias, elaboração de projetos, sela pactos, expõe polêmicas, fixa rupturas. Pode-se detectar por meio dela as intrincadas redes de relações sociais que reúnem os seus autores. Isto é particularmente importante para o caso dos intelectuais, pois envolve sua rede profissional, onde ocorrem trocas de livros, opiniões, sentimentos diversos e firmam-se estratégias de atuação entre os pares. Por essa riqueza, a correspondência dos intelectuais renomados sempre foi valorizada e, mais recentemente, também a dos menos destacados, consideradas relevantes para o entendimento da circulação das ideias e dos homens nos espaços literários. Pelas cartas trocadas, percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum (MALATIAN, 2017, p. 208).

Por fim, outra importante questão metodológica que não pode ser negligenciada é que as cartas devem ser sempre confrontadas com outros documentos e fontes, preocupação que mantenho nesta pesquisa, confrontando a obra *O Caminho da Servidão* com a segunda carta enviada para Hayek por Henry Maksoud.

> Fonte ou objeto, as cartas devem ser sempre confrontadas com outros documentos. Assim se consegue alcançar uma percepção nuançada de seus objetivos, conteúdos e implicações, além de maior conhecimento de seu autor. Conhecer o texto e, sobretudo, unir as duas pontas da correspondência – a passiva e a ativa – entre dois indivíduos permitem a construção de um quadro analítico rico (MALATIAN, 2017, p.204).
>
> [...]
>
> Ainda que as cartas sejam dotadas de grande potencial expressivo, vale aqui a mesma regra de método usualmente empregada na historiografia: nenhum documento pode iluminar por si só um tema. A confrontação com outros documentos se impõe, abrindo ao historiador novas perspectivas e novos ângulos de compreensão. Tal procedimento também evita a ilusão de que o material obtido nas correspondências constitui verdade bruta, e inexplorada, confiável uma vez garantida sua "espontaneidade" e, portanto, sua "veracidade" (MALATIAN, 2017, p.205).

Partindo de tais concepções metodológicas a análise da carta a ser utilizada neste artigo considera estas premissas estabelecidas pelo referencial teórico que trata de tal temática. As cartas são importantes ferramentas de compreensão das ideias dos autores, e é uma forma de enxergar como os intelectuais se comportam fora das apresentações públicas ou das suas obras canônicas, revelando outras faces de um determinado autor ou afirmando suas convicções presentes nas obras.

O caminho da servidão **e a carta de Henry Maksoud para Hayek**

Procurarei, nesta seção, aproximar as ideias de Hayek presentes no capítulo cinco, intitulado *Planificação e Democracia*, da obra *O Caminho da Servidão*[7], com a segunda carta enviada por Henry Maksoud para Hayek na data de 16 de setembro de 1977, na qual o empresário brasileiro convida o economista austríaco para vir ao Brasil proferir palestras e conferências. A proposta é trazer uma interação entre fontes diferentes, com a carta de Henry Maksoud para Hayek dialogando com a

[7] Um livro, ao ser publicizado, interage com a sociedade como um todo, com grupos sociais e também com os indivíduos em sua especificidade. O último ponto da relação literatura-sociedade refere-se ao fato-limite de que, quando um ser humano se posiciona diante de uma obra literária para lê-la e interagir com ela, cada novo ato de leitura estabelece uma nova realidade literária, produto da combinação entre o que o autor escreveu e aquele leitor específico (BARROS, 2019, p. 100).

proposta de "democracia" presente no livro. Henry Maksoud, nesta correspondência, apresenta seu alinhamento ideológico com Hayek e toca em diversos assuntos, mas principalmente através da discussão a respeito da democracia:

> Caro professor Hayek,
>
> Como já mencionamos em nossa carta de 27 de junho, e conversas telefônicas, o Grupo Visão, em seu objetivo de divulgar no Brasil o verdadeiro conceito de democracia, gostaria de realizar um seminário sobre Democracia e liberdade de ação entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 1977, em São Paulo, no Rio de Janeiro e, provavelmente, também em Brasília (MAKSOUD, 1977).

Antes de fazer o convite para Hayek, o início da carta demonstra os temas principais que o remetente intenciona tratar, sobretudo as relações entre democracia e liberdade. Interessante percebermos que Henry Maksoud se refere ao "vedadeiro conceito de democracia". Qual seria então este verdadeiro conceito de "democracia" a que se refere o autor da carta? Compreendo que o conceito de democracia é plural, construído historicamente a partir de diversas apropriações e resignificações, além de se apresentar de forma fluida nas práticas sociais e políticas das mais diferentes sociedades ao longo do tempo. Nesta complexa discussão, Maksoud parece seguro ao afirmar o que para ele é o verdadeiro conceito, e dentro de uma estratégia narrativa, redige sua carta sinalizando que concorda plenamente com os posicionamentos de Hayek a respeito do tema:

> Eu tenho tentado defender o conceito de que devemos ter uma fronteira muito clara entre as fontes de riqueza e poder. Desde que a democracia está sendo confundida com muitas coisas (incluindo o liberalismo europeu ou estilo Frency). Eu tenho tentado ser o mais objetivo e direto possível na definição de democracia como uma ideologia para colocá-lo como o sistema oposto ao socialismo (outra ideologia que hoje em dia também é chamada de capitalismo de Estado, comunismo, etc.). Costumo definir a Democracia como o sistema baseado na liberdade de iniciativa (como condição sine qua non) e em instituições políticas livres. A democracia pressupõe o direito à propriedade privada e também o direito de escolher como consumir, poupar e investir. Tenho enfatizado que a democracia não é igual ao liberalismo pluralista europeu, no qual os partidos totalitários podem usar livremente todos os instrumentos democráticos – normalmente para derrubar ou enfraquecer a democracia. Em nosso país, acredito que essas definições claras são muito importantes (MAKSOUD, 1977).

Maksoud, ao definir o que para ele é democracia, cria um dualismo quando afirma que tenta ser objetivo na definição de democracia como um sistema oposto ao socialismo. Ao fazer esta associação, remete a uma relação direta entre o sistema capitalista e a democracia. Com isto, o

conceito proposto por Henry Maksoud parte da premissa de que é o capitalismo que cria as condições para a democracia. É frágil a estratégia discursiva de Maksoud, pois deixa de fora diversos elementos e tensões que são inerentes ao desenvolvimento e ao jogo de poder capitalista, e que nem sempre estão associados com os regimes democráticos. Um grande erro ao fazer esta aproximação sem os cuidados necessários é que o conceito de democracia de Maksoud não leva em consideração os regimes autoritários em que o capitalismo opera. No ano em que escreveu a carta, o Chile já enfrentava a ditadura de Augusto Pinochet desde 1973, e já passava por uma experiência de aplicação de políticas econômicas neoliberais. Percebe-se que não havia uma preocupação de associar a democracia aos direitos e liberdades individuais dos cidadãos, nem ao direito de votar ou discutir os problemas políticos. Na segunda parte da citação, Henry Maksoud explicita que, para ele, o verdadeiro conceito de democracia existia apenas na esfera econômica. Deixa em evidência os elementos necessários para que exista a democracia, ancorados na iniciativa privada, no direito de poupar, consumir e investir. É evidente neste trecho da carta o alinhamento das ideias de Maksoud com o neoliberalismo e os interesses tácitos de garantir um modelo político em que a democracia está resumida ao benefício do capitalismo nacional, passando assim por uma ressignificação do conceito[8].

Ao associar democracia e liberdade econômica sem tocar na questão do sistema capitalista adotado por ditaduras, o próprio Hayek expõe seu posicionamento no capítulo que discute a democracia em *O Caminho da Servidão*:

> A democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual (...). Tampouco devemos esquecer que muitas vezes houve mais liberdade cultural e espiritual sob os regimes autocráticos do que em certas democracias – e é concebível que, sob o governo de uma maioria muito homogênea e ortodoxa, o regime democrático possa ser tão opressor quanto a pior das ditaduras (HAYEK, 1994, p. 84).

[8] Para Skinner, a questão básica vem a ser a do risco do anacronismo, sempre presente nas tradicionais histórias das teorias políticas e sociais. Este risco tanto existe em textos que tratam de conceitos gerais ou "universais", como os de liberdade, justiça, igualdade, democracia etc., quanto em análises dos chamados "textos fundamentais" de "grandes pensadores". Em um e outro caso, a abordagem tradicional mostra-se "incapaz de recuperar a identidade histórica precisa de um dado texto". Desenvolvendo sua análise, Skinner sublinha um fato para ele essencial: os conceitos ou as "ideias" não se esgotam uma vez (re)conhecido o seu significado; é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os "textos" no seu campo específico de "ação" ou de atividade intelectual (FALCON, 1998, p.146-147).

O descolamento do conceito de democracia de Maksoud pode ser observado em Hayek, quando o autor aponta que podem existir regimes autoritários que promovem mais liberdade aos cidadãos do que algumas democracias. Soa perigoso este argumento de Hayek, pois ele permite interpretar a democracia não como uma condição de liberdade política, reduzindo-a meramente à liberdade econômica de circulação e acumulação de capitais. Neste trecho, é possível compreender a argumentação de Maksoud na carta, ao desvincular democracia de liberdade política e resumi-la apenas à liberdade econômica, existindo uma despreocupação com as violações dos direitos humanos cometidos pelas ditaduras militares. O Brasil vivia o período controverso conhecido como reabertura política do Governo Geisel, porém Maksoud, ao discutir a democracia, estava buscando uma linha argumentativa despreocupada com as violências cometidas pelo terrorismo de Estado, ou com a ilegalidade de pessoas e partidos políticos que confrontavam o aparelho militar. Sua preocupação era o avanço das empresas estatais sobre a economia, que trazia incertezas a respeito do papel da iniciativa privada no processo de acumulação de capitais. Quando Maksoud se preocupa com o avanço do Estado sobre a economia, compreendemos por que, na carta, cita o Capitalismo de Estado como uma forma de socialismo, pois, tanto para Maksoud como para Hayek, qualquer forma de planificação do Estado, incluindo a expansão de empresas estatais, é um caminho para a instalação de regimes socialistas. A argumentação parece contraditória, pois, como ambos defenderam nos seus escritos, e como Hayek descreve na citação anterior, para eles, quanto menor é a intervenção do Estado na economia, maior é a liberdade democrática. O caminho das privatizações e da adoção do sistema de mercado pelos países, pela lógica estabelecida pelo autor, levaria à democracia; no entanto, não é o que observamos, por exemplo, no caso chileno sob o governo de Pinochet.

> Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideias, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre planificação e democracia decorre, simplesmente, do fato de que esta constitui um obstáculo à supressão da liberdade exigida pelo dirigismo econômico (HAYEK, 1994, p.84).

Hayek tenta abordar esta contradição no decorrer do capítulo, e de forma perigosa nega que as ditaduras levam à abolição da liberdade, colocando a planificação como o principal caminho dos estados de exceção. O uso impreciso de conceitos por Hayek provoca uma inversão de significados e, desta forma, ressignifica conceitos como: democracia, liberdade, planejamento e Estado

autoritário. Ao confundir democracia com Estado autoritário, coloca de um mesmo lado valores que eram antagônicos e direciona o planejamento como o oposto à democracia. Temos de um mesmo lado Estado autoritário, democracia e liberdade, o que é contraditório, porém, são aproximações operacionalizadas dentro da argumentação estabelecida por Hayek em *O Caminho da Servidão*:

> Mas, ainda que a democracia deixe de ser uma garantia da liberdade individual, mesmo assim ela pode subsistir em um regime totalitário. Guardando embora a forma democrática, uma verdadeira "ditadura do proletariado" que dirigisse de maneira centralizada o sistema econômico provavelmente destruiria a liberdade pessoal de modo tão definitivo quanto qualquer autocracia (HAYEK, 1994, p. 84).

Hayek cita a "ditadura do proletariado", referindo-se à categoria marxista como um exemplo de ascensão autoritária dentro de um regime democrático, argumentando que haveria restrição das liberdades individuais em democracias que escolhessem uma via contrária ao liberalismo econômico. Percebemos, quando o autor se refere ao planejamento centralizado, oriundo dos modelos de gestão socialistas e do planejamento estatal em economias que adotam a intervenção de tipo keynesiana, o posicionamento homogêneo e sem apresentar uma discussão mais aprofundada sobre o tema, igualando coisas distintas sob um mesmo rótulo. A "ditadura do proletariado" seria a principal vilã da liberdade individual a partir do modelo defendido por Hayek, e demonstra a polarização do seu pensamento ao garantir de forma contundente que os modelos centralizados e contrários ao livre mercado destruiriam as liberdades individuais mais do que uma autocracia que adota os preceitos econômicos liberais. Mais de trinta anos depois, as recomendações de Hayek foram acolhidas pela ditadura chilena de Augusto Pinochet, indo ao encontro do que foi defendido por Hayek no ano de 1944 em *O Caminho da Servidão*. Temos a primeira experiência da adoção de preceitos econômicos neoliberais não em uma democracia, mas sim em uma ditadura de um país periférico do capitalismo mundial. Posteriormente, países centrais do capitalismo adotaram o modelo, sendo aplicado por Margareth Thatcher na Inglaterra no final dos anos 1970 e nos Estados Unidos do governo Ronald Reagan durante os anos 1980. O movimento neoliberal ganha fôlego com a crise do Estado de bem-estar social como uma nova alternativa para as elites econômicas manterem sua hegemonia a partir de um novo modelo de Estado capitalista.

Consideramos que Hayek escreveu seu texto na Inglaterra do ano de 1944, em plena Segunda Guerra Mundial. Portanto, o autor pensava os processos que levaram à formação de ditaduras como

o Nazismo, Fascismo e Stalinismo, diferentemente do contexto em que Maksoud fez as leituras de Hayek e as apropriou para o contexto brasileiro de ditadura militar em 1977[9]. A utilização de palavras-chave como "democracia", "liberdade", "planejamento" e "exceção" são transferidas para o uso argumentativo de Maksoud, apontando para suas preocupações com o caso brasileiro, e operacionalizando estes conceitos no sentido de formar um posicionamento contrário à retórica do governo militar, que, enquanto falava em reabertura política, por outro lado, aumentava a sua intervenção na economia, preocupando homens ligados à iniciativa privada nacional, como Henry Maksoud[10].

Percebemos a definição de "democracia" para Maksoud como derivada das discussões liberais/econômicas do período, principalmente a partir de *O Caminho da Servidão* de Hayek. Considerando que, em 1977, havia apenas a publicação de duas edições de *O Caminho da Servidão* pela Editora Globo nos anos de 1946 e 1977. Os outros livros de Hayek sem tradução no Brasil até então foram publicados pela Editora Visão, de Henry Maksoud, a partir dos anos 1980. Sendo traduzidas as obras *Os Fundamentos da Liberdade* (Visão, 1983) e os três volumes de *Direito, Legislação e Liberdade* (Visão, 1985).

As leituras de Hayek feitas por Henry Maksoud fomentaram o interesse do empresário de trazer o intelectual ao Brasil, bem como foram determinantes para os direcionamentos dos editoriais que escrevia para a Revista Visão, diante disto, percebemos a promoção do pensamento de Hayek em circuitos que ele ainda não se encontrava. Podemos pensar o mecanismo de penetração das ideias de Hayek no Brasil primeiramente através de seu livro *O Caminho da Servidão*, em segundo lugar após um avanço do pensamento do autor transcrito nos editoriais de Maksoud e outros jornais e revistas do período, até sua maior popularização com as vindas de Hayek ao Brasil entre 1977 e 1981. Este

[9] O historiador começa agora a concentrar sua atenção sobre outros textos, escritos e publicados pelos que leram o texto considerado em primeira instância e que estavam respondendo direta ou indiretamente a ele. Sua principal necessidade é compreender como as inovações do primeiro autor, selecionadas em meio ao restante de seus atos de fala, puderam se impor aos leitores, de maneira a compeli-los a respostas congruentes com essas inovações. Ele começa por pressupor que uma enunciação atua sobre a consciência de seu receptor, que o que é lido não pode ser des-lido. Há algo de unilateral no ato de comunicação, que não se realiza por completo entre adultos em comum acordo (POCOCK, 2003, p.44).

[10] Um conhecimento da história de tais ideias pode nos mostrar a medida na qual estas características e nossas próprias organizações, que estamos dispostos a aceitar como verdades "atemporais", podem ser pouco mais do que contingências de nossa história local e nossa estrutura social. Descobrir, a partir da história do pensamento, que de fato não existem tais conceitos atemporais, mas somente a variedade de conceitos diferentes que existiram em diferentes sociedades, é descobrir uma verdade geral não só sobre o passado, mas sobre nós mesmos (SKINNER, 2017, p.398).

período é crucial nas discussões a respeito dos caminhos que a ditadura militar iria seguir e como parte das elites empresariais nacionais passavam a formar um projeto de sociedade para a transição democrática. A adoção do pensamento de Hayek parece ser a saída encontrada por Henry Maksoud para se contrapor ao avanço do capital estatal, não pensando a democracia como um valor a ser conquistado socialmente pela população brasileira, mas apenas um valor referente ao capital e sua liberdade de circulação e acumulação[11]. A relação de Maksoud com as obras de Hayek também se evidencia na carta: "Estes são apenas alguns pensamentos. Espero ouvir de você. Também devo dizer que leio e admiro seus escritos. Também gosto de ler Popper, Von Mises e Schumpetter entre outros" (MAKSOUD, 1977).

Ao citar a leitura de outros autores além de Hayek, conseguimos delimitar as demais leituras feitas por Maksoud, com um núcleo de pensadores que compartilham da mesma visão a respeito da economia e oriundos da escola austríaca como Joseph Schumpeter, Karl Popper e Von Mises, todos entre os principais nomes da sociedade Mont Pèlerin, fundada por Hayek em 1947. A sociedade Mont Pèlerin, existindo por décadas, foi inicialmente formada por três vertentes, sendo uma delas o ordoliberalismo alemão, a outra a corrente monetarista de Milton Friedman, consolidada com a Escola de Chicago, e da qual, mais tarde, Hayek faria parte, e a vertente da Escola Austríaca, que nos anos 1940 era formada por Hayek e Von Mises, principalmente. Notamos, a partir da citação destes autores, o alinhamento de Maksoud, principalmente a partir dos austríacos, pois em nenhum momento da carta aparecem citações ou menções a ideias de economistas neoliberais de outras vertentes.

O combate de Henry Maksoud contra o avanço do Estado sobre a economia através dos planos de desenvolvimento de Ernesto Geisel é confundido com o coletivismo apontado por Hayek em *O Caminho da Servidão*. Ou seja, Maksoud se apropria e ressignifica o pensamento de Hayek para pensar as ações do governo militar como anti-democráticas, restringindo a análise apenas ao campo econômico. Compreendo que temos dois contextos diferentes, o colocado por Hayek em 1944 e o

[11] Tem-se dito, em objeção à posição de Skinner, que as palavras de um autor não são dele próprio, que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos. Até certo ponto isso é inerente à natureza da própria linguagem. A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada (POPOCK, 2003, p.29).

defendido por Maksoud a partir do pensamento do austríaco em 1977. Ao fazer a leitura de Hayek, Maksoud primeiramente passa pelo duplo eclipse da leitura, em que, não estabelecendo uma conversa com o autor, mas ao ter contato com as obras, passa a ter seu pensamento orientado pelo autor e reapropriado no contexto no qual está atuando. David Harlan trata desta questão ao apontar que:

> Não há diálogo entre escritor e leitor: o leitor não interroga o escritor, e o escritor não responde ao leitor. Como explicou Paul Ricoeur em Hermeneutics and the Human Sciences, "o leitor está ausente do ato de escrever; o escritor está ausente do ato de ler. O texto produz, portanto, um duplo eclipse de leitor e escritor" (HARLAN, 2000, p.23).

O duplo eclipse entre escritor e leitor(es) foi marcante neste primeiro momento de popularização entre o meio empresarial do pensamento de Hayek no Brasil através da leitura de seus livros. Em um segundo momento, já com as visitas e palestras do economista austríaco, entre 1977 e 1981, o duplo eclipse é rompido, pois o escritor estabelece diálogos com seus leitores e defensores do seu pensamento, passando também a fazer parte do contexto em que suas ideias estão sendo discutidas e dialogadas com o próprio autor. Este primeiro momento de duplo eclipse serve para compreendermos os posicionamentos de Maksoud e entender por que o empresário se posiciona contra o capital estatal, pois é estabelecido um limite dicotômico em que nenhum modelo diferente do neoliberalismo é possível para a sobrevivencia do capitalismo, sendo todas as outras formas restritivas da liberdade individual e associadas aos estados de exceção:

> Sob diversos aspectos, esta é uma formulação muito clara da questão básica, que nos conduz diretamente ao ponto em que a liberdade individual entra em conflito com o coletivismo. Os vários gêneros de coletivismo – comunismo, fascismo, etc. – diferem entre si quanto ao fim para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade. Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos (HAYEK, 1994, p.74).

O autor contrapõe liberdade individual e coletivismo, também de forma dualista, pois coloca dentro do mesmo espectro político comunismo e fascismo, sem fazer as devidas distinções aproximando regimes de exceção organizados a partir de movimentos políticos antagônicos. Através destas simplificações e composições podemos entender o uso impreciso do discurso do senso comum contemporâneo que tenta aproximar o nazismo e o fascismo como regimes originários de

matrizes do pensamento de esquerda, quando na verdade são constituídos de pensamentos políticos opostos.

Com a passagem em que Hayek observa que a democracia só é possível com a adoção do capitalismo, excluindo qualquer outra forma de coexistência democrática com o planejamento estatal:

> O governo democrático funcionou de modo satisfatório nos casos em que, por força de uma convicção amplamente difundida, as funções governamentais se restringiram aos campos em que se podia alcançar um acordo de maioria pelo livre debate – e só funcionou enquanto isso foi possível. O grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres. Muitos dizem, no atual momento, que a democracia não tolerará o "capitalismo". Se na acepção dessas pessoas "capitalismo" significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível (HAYEK, 1994, p.83).

Através da citação, reforço o posicionamento de Hayek a respeito da relação entre democracia e capitalismo, restringindo o conceito ao campo econômico, mais uma vez em nenhum momento o autor fala em democracia no sentido da liberdade política e conquista dos direitos humanos, algo tão caro se considerarmos o momento histórico em que Hayek escreveu o livro. A preocupação do pensador se ampara na construção de uma sociedade utópica em que o Estado é retirado de todas as suas funções de amparo social e colocado como vilão da liberdade, pois, para o autor, estas funções não são democráticas, mas sim ações que levam ao totalitarismo. A forma com que Hayek molda e muda sentidos consolidados de conceitos já amplamente discutidos nos anos 1940 e que afloram como demandas sociais em períodos de guerra, faz com que uma obra como *O Caminho da Servidão*, se apropriada e interpretada a outra realidade, como no caso do Brasil no ano de 1977, adquira um caráter de fomentar ainda maiores desequilíbrios sociais entre os detentores do capital e a população trabalhadora e carente.

Quando empresários, como Henry Maksoud, passam a ter contato com o pensamento de Hayek, projetam uma sociedade em que a democracia está restrita à manutenção e ampliação do poder econômico das elites e, com isto, as pautas para a redemocratização deixam de fora demandas sociais, e esvazia ainda mais as responsabilidades do Estado no que se refere ao planejamento do desenvolvimento econômico. As intenções evidenciadas por Maksoud fazem sentido apenas para os grupos dominantes, pois, na crise do Estado de bem-estar social dos países centrais do capitalismo europeu, a adoção da retórica do Estado Mínimo é conveniente, redirecionando as funções do

Estado no sentido em que privilegiem as elites[12]. A liberdade também é deturpada, pois a liberdade de investimento e de consumo é a liberdade valorizada, nem Hayek e nem Maksoud defendem a liberdade de pensamento, artística, de credo, e muito menos política, até porque, para eles, a única dimensão da democracia válida é a econômica. Hayek esvazia conceitos que garantem os direitos do cidadão, pois, restringir valores como liberdade e democracia minam a singularidade e a pluralidade que marcou a formulação e a discussão destes conceitos. O caminho para a servidão parece estar muito mais presente no que Hayek defende em seus argumentos do que no que ele critica, pois, reduzir a liberdade das pessoas e a democracia apenas ao aspecto econômico delimita e homogeneíza os sujeitos, esvaziando seus potenciais criativos, suas singularidades e desamparando-as com a adoção do Estado mínimo.

Após a exposição de diversos trechos de *O Caminho da Servidão* para demonstrar o que é a democracia para Hayek, irei complementar a visão de Henry Maksoud sobre o tema com mais alguns trechos da carta enviada pelo brasileiro para o economista austríaco. Maksoud após assumir para si as visões de Hayek sobre a democracia, expressa na carta sua preocupação sobre a incompreensão da maioria dos brasileiros a respeito do que seria a "democracia" neoliberal:

> Temos que admitir com profundo pesar e preocupação que muito poucos brasileiros, funcionários do governo ou cidadãos comuns têm uma noção inequívoca do que significa democracia. A confusão existente no mundo também está presente em seu país. As pessoas não entendem, principalmente, no contexto da democracia, as inter-relações entre os aspectos econômicos e políticos ou, em outras palavras, a importância de limites claros entre as fontes de riqueza e o poder governamental. O Estado no Brasil controla uma parte importante da economia. Dependendo do setor, temos números entre 50% e 75% (MAKSOUD, 1977).

Maksoud coloca na carta que existe uma suposta confusão a nível mundial, a qual também é replicada no Brasil quando o assunto é democracia. Compreendemos agora porque Maksoud faz questão de usar sua publicação, a Revista Visão, para apresentar e discutir assuntos pertinentes ao

[12] Podemos, por exemplo, pensar no autor, caso se trate de uma presença suficientemente dominante, como uma Penélope de dia, entrelaçando os idiomas em uma única peça de tapeçaria e criando uma imagem unitária; mas também podemos perfeitamente pensar nos leitores do texto (que de forma alguma precisam ser tão sofisticados quanto o autor) como uma Penélope de noite, desfiando o desenho e reduzindo-o a uma seleção de idiomas e enunciações. Há autores astutos o bastante para prever e explorar a diversidade das respostas dos leitores, mas nenhum, suspeitamos, que tenha sido capaz de prever todas as respostas que seu texto viria a provocar. Tanto o passado quanto o futuro de um texto, vistos historicamente, nos fornecem campo para sublinhar a diversidade e a heterogeneidade das enunciações que ele pode estar efetuando ou ter efetuado (POCOCK, 2003, p.74).

tema exposto na carta. Como Maksoud tem em mãos uma importante ferramenta de divulgação das ideias de Hayek não exita em usá-la amplamente, tanto que o assunto "democracia" e "liberdade", ambos associados ou discutidos separadamente de forma regular são usados pelos articulista em seus editoriais. Maksoud realiza uma espécie de cruzada para divulgar o pensamento de Hayek no Brasil, e demonstra seu esforço para seu guru intelectual, pois, parece ser importante para Maksoud a aprovação de Hayek em relação a suas ideias e atitudes em replicar o pensamento do austríaco no país[13]. Henry Maksoud se vê na missão de desfazer esta suposta "confusão" no Brasil, e considerando que a Revista Visão tinha uma boa remessa de exemplares, estimados em 1971 em 90 mil assinantes, fora os exemplares vendidos em bancas de jornal, Maksoud acreditava que a ampla divulgação do pensamento hayekiano poderia ser aceito entre seus leitores, os quais, além de homens de negócio e simpatizantes do liberalismo, ainda tinham funcionários públicos, estudantes universitários e políticos, os quais poderiam se posicionar ao lado das teses defendidas por Maksoud com a chancela intelectual de Hayek.

Destaca na carta o grande domínio do capital estatal no Brasil, citando números como 50% a 75% dependendo do setor. Neste tópico Maksoud não aprofunda e nem problematiza os motivos pelos quais o Estado é presente com investimentos internos. O Brasil passava por uma crescente crise impulsionada pela inflação, e a industrialização nacional era basicamente puxada ou pelo investimento internacional, que estava se retraindo após a crise do petróleo em 1974, e o capital privado nacional também sentia os efeitos da retração econômica, vide o encolhimento do Produto Interno Bruto brasileiro após o desgaste do "milagre econômico (1967-1973)". Cabia ao Estado, sob o comando de Delfim Netto, utilizar uma política econômica desenvolvimentista para favorecer a industrialização brasileira. No entanto, a ampliação da participação do Estado na economia, mesmo com o intuíto de promover uma crescente industrialização e fomentar a economia com o aumento dos gastos fiscais, era vista por Maksoud, que adotava as lentes teóricas de Hayek, como um modelo contrário aos preceitos democraticos neoliberais, pois, como Hayek acreditava qualquer ampliação do Estado sobre a economia era um caminho para a servidão. Maksoud desta forma queria "abrir os

[13]Há um clima agora para discussões sobre o assunto. Nossa revista tem repetido permanentemente os fundamentos da liberdade individual, iniciativa privada, democracia, etc., há vários anos e agora já temos um público bastante significativo e mais pessoas pensando e falando sobre o assunto (MAKSOUD, 1977).

olhos" dos leitores de sua revista a respeito da correlação construída por Hayek entre aumento do Estado sobre a economia e a emergência de um Estado totalitário.

Em seguida, Henry Maksoud continua sua argumentação se referindo aos setores da sociedade que não compreendem o que é a democracia, novamente colocando a livre inicitativa acima das outras características de um sistema democrático, no qual também é configurado pela liberdade de expressão, porém, para Maksoud a liberdade econômica está acima de qualquer outra liberdade, assim como a mesma premissa é válida para Hayek:

> Há muitas pessoas responsáveis em nosso país que ainda não entendem o que é democracia e sua relação com a livre iniciativa e não apenas com a liberdade de expressão. Alguns temem que a democracia confunda com desordem. Outros pensam que o subdesenvolvimento e a democracia são incompatíveis. Em suma, sentimentos contraditórios existem contra a democracia. No entanto, a pior reação é que democracia significa apenas "política" aberta que se pensa ser "liberalismo", sem preocupação com o cerne da questão que é econômica, isto é, a democracia é baseada na liberdade ampla, mas não apenas na liberdade de expressão, liberdade para os intelectuais mas também (e basicamente), na liberdade de iniciativa ou liberdade dos "fazedores" (para usar seus próprios pensamentos)(MAKSOUD, 1977).

Maksoud faz a distinção entre dois grupos, de um lado os fazedores, em que coloca os defensores da livre iniciativa, e de outro lado coloca os intelectuais, que pensam a democracia como o acesso à liberdade de expressão, dentre outras formas de manifestação. O centro da discussão "democrática" para Maksoud ao utilizar os referenciais de Hayek resume-se ao econômico, e isto está expresso no trecho selecionado ao colocar como o "cerne da questão que é econômica". Considero que uma discussão a respeito da democracia em um país como o Brasil, que iniciava um processo de reabertura deveria ser mais inclusiva ao considerar que a economia não era a única vertente, principalmente porque vários intelectuais e artistas foram afetados por ações repressivas, sobretudo nos anos de chumbo com a entrada em vigor do AI-5. Maksoud deixa de lado os intelectuais, colocando a liberdade econômica acima da liberdade de expressão simplesmente porque para ele a liberdade dos chamados "fazedores" deve ser maior que a liberdade dos que "apenas" escrevem ou pensam. É uma visão de uma democracia um tanto elitista, em que o econômico supera as outras formas de liberdade, e este era o projeto democrático do empresário Henry Maksoud, que ao copiar Hayek pretendia preparar a mentalidade de seus leitores para este programa constitucional. Ou seja, uma reabertura direcionada para a elite econômica, mantendo a livre iniciativa acima de todas as

outras liberdades humanas. Uma visão não apenas neoliberal, mas também extremamente individualizante, em que o capital econômico se sobrepõe à coletividade e a livre expressão cultural e política. Não é de se estranhar que Hayek cita que a liberdade econômica é a maior que as liberdades, inclusive maior que a liberdade política, podendo um país ser mais livre em uma ditadura do que em uma democracia. Por fim, Maksoud continua a deturpar o conceito de democracia deslegitimando as lutas de outros setores da sociedade que buscavam uma forma de democracia inclusiva, e não a democracia excludente professada por Henry Maksoud:

> Analisando em profundidade o que muitos políticos dizem, ou o que lemos e ouvimos de muitos intelectuais - jornalistas, escritores, diretores de cinema, professores, etc. - chegamos à triste conclusão de que aqueles de quem mais ouvimos ou lemos sobre direitos humanos e liberdade , falta uma noção clara do que deveria ou poderia ser, no Brasil, um regime democrático (MAKSOUD, 1977).

A ideia de democracia é bem delimitada por Maksoud na carta para Hayek, criticando setores da sociedade que lutavam por liberdade, inclusive arriscando suas próprias vidas, para defender a hegemonia econômica dos seus pares, ou seja, dos representantes do capital privado nacional, uma visão mesquinha do verdadeiro ideal democrático. A única referência à democracia válida para Maksoud era a colocada por Hayek em *O Caminho da* Servidão, e procurou na carta ser bem fiel a ela. Maksoud segue à risca a em suas argumentações aos ensinamentos de Hayek em *O Caminho da Servidão*, e a carta enviada, mais que uma expressão das ideias de Maksoud também era uma forma de demonstrar para Hayek que ele tinha um seguidor fiel em terras brasileiras.

Considerações finais

Este artigo foi dividido em duas partes, a primeira buscou discutir o alinhamento teórico e metodológico do objeto de estudos, ou seja, a inserção do pensamento de Hayek no Brasil a partir de suas obras e visitas com o campo historiográfico da História das Ideias. Para tal objetivo discutimos inicialmente as possibilidades e os limites do campo teórico, correlacionando com o fenômeno histórico que envolve a recepção do pensamento de Hayek e os posteriores projetos de sociedade que as elites empresariais brasileiras idealizaram no período de transição da ditadura militar para a democracia. A aceitação do pensamento de Hayek estava envolta também de um contexto mais amplo, em que os empresários nacionais viram a oportunidade de propor um novo projeto de sociedade que pudesse manter a hegemonia do capital privado nacional em meio ao avanço das estatais e do capital internacional. Diante de tal cenário, e considerando as possibilidades teóricas da

História das Ideias, me aprofundei na discussão de autores do contextualismo inglês, com John Pocock e Quentin Skinner.

Após realizada a discussão da primeira parte, em que busquei aprofundar a discussão teórica, na segunda parte, parti para uma análise preliminar de duas fontes que compõem um rol maior de documentos que irão compor um estudo de maior profundidade. Para tal empreitada, relacionei dois textos, o primeiro através de trechos selecionados do capítulo 5, da obra *O Caminho da Servidão* de Friedrich August von Hayek, e o segundo texto referente a trechos da carta enviada por Henry Maksoud para Friedrich von Hayek em setembro de 1977, em que Maksoud constrói sua argumentação baseando-se nos conceitos desenvolvidos por Hayek. Meu objetivo foi identificar os traços em comum nas narrativas, percebendo como Maksoud desenvolveu sua argumentação na carta estabelecendo uma correspondência teórica com o pensamento de Hayek através da semelhança argumentativa e do alinhamento ideológico ao pensar a democracia do ponto de vista da liberdade econômica e contrária a qualquer forma de estatização.

Devo lembrar que Maksoud, no intuito de trazer Hayek ao Brasil, iria tomar os cuidados necessários para alinhar seu discurso com o de Hayek no sentido de persuadir o austríaco para vir ao país, e, logicamente, estabeleceria na carta uma narrativa que tratasse de elogiá-lo e convencê-lo que sua teoria estava sendo bem aceita no Brasil. No entanto, a escolha de Hayek e não de outro intelectual neoliberal para vir ao Brasil revela o interesse das elites empresariais nacionais em propor um novo projeto econômico para o país em que o pensamento do austríaco seria a base para um modelo que visaria substituir o desenvolvimentismo estatal, garantindo a hegemonia dos empresários nacionais.

Fontes

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. Trad. José Ítallo Stelle; Ana Maria Capovilla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

Correspondence to MAKSOUD, Henry and Ilde, Friedrich A. von Hayek papers, Box nº36, Folder nº32, Hoover Institution Archives.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida. In: Escrita de si/Escrita da História.** São Paulo: Revista Estudos Históricos, v.21, 1998.

BARROS, José D'Assunção. **História Cultural e História das ideias – em torno de um domínio historiográfico**. História em reflexão, v. 21, 2005.

BARROS, José D´Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Latino-Americano no século XX: Tomo II – Da Cepal ao neoliberalismo (1950-1990).** Trad. Gilmar Antonio Bedin e Joice Graciele Nielsson. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

FALCON, Francisco. **História das ideias.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história.** Rio de Janeiro, Campus, 1998, p. 91-125.

GRAFTON, Anthony. **La historia de las ideas: preceptos y prácticas, 1950-2000 y más allá**. Buenos Aires: Prismas - Revista de Historia Intelectual, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2007, pp. 123-148.

HARLAN, David**. A história intelectual e o retorno da literatura.** In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). Narrar o passado, repensar a história. Campinas, SP: UNICAMP, 2000, p. 17-62.

LACAPRA, Dominick**. Repensar la historia intellectual y leer textos**. In: PALTI, Elías José (org.). **Giro linguístico e historia intellectual**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 237-293.

MALATIAN, Teresa. **Cartas: Narrador, Registo e Arquivo.** In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2017.

PALTI, Elías José. **"Giro linguístico" e historia intelectual**. In: PALTI, Elías José (org.). Giro linguístico e historia intellectual. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

POCOCK, John.G.A. **Linguagens do Ideário Político.** Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POCOCK, John. G.A. **Pensamiento político e historia: ensayos sobre teoria y método.** Trad. Sandra Chaparro Martinéz. Madrid: Akal, 2011.

ROIZ, Diogo da Silva. **Linguagem, cultura e conhecimento histórico.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SILVA, Rodrigo Oliveira. **História das ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico.** In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS. Vol. 7 Nº 13, julho de 2015. Disponível em: https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/300 Acesso em 15 nov.19.

SKINNER, Quentin. **Significado e interpretação na História das Ideias**. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: **Meaning and Understanding in the History of Ideas.** In: SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57- 89

SKINNER, Quentin. **Visões da política sobre o método histórico.** Algés: Difusão editorial, 2005.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp

Temporalidades

O continente americano e o tempo profundo: uma perspectiva da interface entre história das ciências e história ambiental[1]

The American continent and the deep time: a perspective of interface between history of science and history environmental

Alciniane Lourenço Fernandes Soares
Graduanda em História
Universidade Federal de Ouro Preto
alcinianefernandes@gmail.com

Helena Miranda Mollo
Doutora em Teoria Literária
Universidade Federal do Rio de Janeiro
helenamirandamollo@gmail.com

Recebido em: 17/10/2019
Aprovado em: 07/01/2021

Resumo: O artigo tem como objetivo lançar um olhar sobre a emergência de certos cenários, no contexto das viagens realizadas no início dos oitocentos, no sul da América do Sul ainda desconhecidos, mas que informam sobre passados que levavam a uma história da(s) ancestralidade(s) da natureza. Os relatos geológicos, geográficos e paleontológicos apresentam um papel central para a compreensão do conceito de tempo profundo formado por longas camadas de passado(s).

Palavras-chave: Tempo profundo; Expedições; Continente americano.

Abstract: The article aims to take a look to some scenarios, in the context of Travels in early eighties, in South America still unknown at that time, but inform about the past that led to a history of ancestry (ies) of nature. Geological, geographic or paleontological accounts play a significant role in understanding the concept of deep time formed by long layers of past(s).

Keywords: Deep time; Expeditions; American continent.

[1] O artigo é resultado do primeiro ano da pesquisa "O continente americano e o tempo profundo: uma perspectiva da interface entre a história das ciências", e vem sendo desenvolvido no Departamento de História da UFOP. Esse primeiro ano contou com a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-Pibic do CNPq.

Introdução

O presente artigo se propõe a discutir quais proximidades são possíveis entre a história da ciência e história ambiental, a partir da leitura do momento da descoberta dos fósseis e o que esses vestígios significaram para a descoberta sobre o tempo profundo e os lugares que os animais humanos e não-humanos ocuparam no momento da modernidade caracterizado pelas viagens filosóficas, que significaram intensa interação entre Europa e América. O artigo se volta para a importância que a natureza ocupa na compreensão do tempo a partir da comparação entre os territórios nas viagens dos naturalistas e como se estabelece a comunicação entre eles, que se organizam em uma espécie de rede. Assim, procuramos perceber como o período entre o fim do século XVIII e o início do XIX é fundamental para a organização e explicação do tempo profundo, através "das coisas antigas", da nascente paleontologia e da promessa sobre o que a(s) ancestralidade(s) pode(m) mostrar - e mostra(m) ao longo do século XIX.

Os estudos já clássicos de Antonello Gerbi e Keith Thomas informam a respeito dos aspectos de interação entre homens e natureza, do conhecimento de novas realidades naturais presentes e passadas e qual seria o lugar da humanidade nessas novas realidades descobertas sobre o passado da natureza. Gerbi (1996) expõe – a partir da chamada polêmica do Novo Mundo – que a narrativa de autores europeus de meados do século XVIII imprimia à natureza americana o rótulo da inferioridade, mesmo que entre os próprios autores inseridos nessa Polêmica, como observa Flávia P. G. Oliveira (2011), houvesse matizes em relação às leituras sobre as terras americanas, como, por exemplo, quais textos lidos por esses autores e quais elementos incorporados e como o foram. K. Thomas, por sua vez, ao pensar a relação entre seres humanos e natureza, através das formas como religião e a crescente ciência na modernidade foram organizando pesos e medidas na composição de um mundo em que o ser humano costurava seu predomínio.

As classificações vão organizando animais e plantas ao longo de toda a modernidade, e a de Lineu, nas primeiras décadas dos setecentos, começa a incluir em sua organização as características em comum, e ordená-las de acordo com sua anatomia em grupos, famílias, reinos e utilizou a nomenclatura binominal. Os três grandes reinos da natureza – mineral, vegetal e animal – são uma organização do fixista Carl Lineu.

Incrustrados na pedra ou aflorando no solo, os fósseis mostram um tempo da natureza verticalizado. O historiador italiano Paolo Rossi (1992) denomina como 'sinais do tempo' esses seres que, localizados nas montanhas longe da costa inglesa, mostravam uma ancestral vida marinha. A indagação que esses seres 'marino-montanos' traziam era a da ancestralidade de inúmeros seres da natureza em relação ao próprio ser humano. Os passados da natureza – das plantas e animais – começam a surgir da terra e das rochas. O naturalista francês Georges Cuvier[2], fixista como Lineu, elabora novas perspectivas epistêmicas na construção da nascente Paleontologia, pois assenta os fósseis em um novo patamar nos estudos da História Natural, assim, o que antes era visto como um objeto de curiosidade passa a ter o papel de evidência e documento histórico (FARIA, 2006).

Diferentes informações sobre os fósseis e o passado distante são encontradas por viajantes e naturalistas em expedições que geram um conjunto de informações sobre o passado distante do continente americano colocando, em perspectiva, teorias estabelecidas, como as de Georges Cuvier, e novas descobertas, como, por exemplo, as feitas no sul da América do Sul, pelo cura uruguaio Dámaso Antonio Larrañaga e na região de Lagoa Santa, por Peter Lund (que não é objeto de interesse do presente texto) nas primeiras décadas do século XIX. A natureza se mostra como uma importante fonte de vestígios do tempo e abre-se um novo olhar para um estudo do humano, além do registro documental produzido pelos viajantes naturalistas.

O período que se estende entre a metade dos setecentos e metade dos oitocentos tem-se mostrado importante para reflexão sobre a organização dos estudos a respeito dos fósseis, por meio de formulações sobre o passado distante idealizadas por Georges Cuvier, propositor de uma forma inédita de se investigar esses vestígios. Balzac intitulava Cuvier poeta, segundo Felipe Faria (FARIA, 2010). Essa adjetivação se deve à forma com que o naturalista francês lidou com os vestígios, abrindo um tempo passado larguíssimo, propondo objetivos novos à ciência, que, certamente, proporcionaram leituras de reordenamento do indivíduo no tempo e na Terra. Segundo Frederico Felipe Faria, a alusão de Balzac a Cuvier seria a retração da poesia, da criação e da literatura frente à ciência, que traduziria o mundo (FARIA, 2010). Cuvier foi um poeta do tempo, que começou a mostrar as várias possibilidades de se ver o ser humano e sua trajetória com os demais seres vivos.

[2]Georges Cuvier (1769-1832) foi um naturalista e zoologista francês responsável por novas abordagens nos estudos de Paleontologia, como o sistema de classificação (FARIA, 2006).

Os fósseis foram considerados durante um longo espaço de tempo vestígios do Dilúvio Bíblico (FARIA, 2006); a interpretação religiosa dos fenômenos e a observação naturalista não se contrapunham, necessariamente. Keith Thomas, em *O homem e o mundo natural* discorre com minúcia sobre as interpretações religiosas que entrelaçavam homem e natureza, mas que paulatinamente deram lugar para uma outra forma de leitura, a de que (nos tempos vitorianos) a natureza tinha uma existência própria, independentemente da vida do homem. Contudo, ainda no setecentos, vemos as duas formas entrelaçadas, como mostra Clarete Paranhos Silva:

> No século XVIII, o estudo das montanhas e de suas origens se tornou tema obrigatório, aparecendo praticamente em todos os textos que se dedicavam aos estudos da Terra. Fossem resultados de catástrofes que alteraram a crosta terrestre, ruínas do Dilúvio Universal, como defendiam algumas 'Teorias da Terra', ou imponentes exemplos da glória da Criação, elas eram consideradas uma das chaves para a compreensão das origens da crosta e da própria história da Terra. (SILVA, 2007, p. 194).

A presença da religião não é absoluta como influência nos estudos científicos; como afirma Kawana em sua tese, "apesar de sua profissão de fé em Deus, a distância entre a religião e o pensamento filosófico e científico já se torna um pouco maior." (KAWANA, 2006, p. 30). Nesse momento, os naturalistas já não consideram o Dilúvio como uma explicação completa para o aparecimento dos fósseis. Os mais diversos registros e manuais foram fundamentais para o avanço desses estudos, além de uma possível nova organização dos seres, sua anatomia e sua vida.

A natureza e as expedições

Em meio a uma sociedade europeia em que a modernização acontece com velocidade cada vez mais rápida, a natureza passa a ter outros papéis para o ser humano, e apresenta uma cadeia complexa de relações possíveis. Keith Thomas lembra que, na transformação que ocorre no período que ele investiga – 1500-1800 –, natureza e homem vão adquirindo lugares e ações diferentes, mas a pesquisa e o domínio do ambiente natural é o resultado das transformações modernas. Em sua tese, *Natureza dividida: considerações sobre a ideia de natureza no século XVIII e sua influência na formação do pensamento romântico*, Karen Kazue Kawana assinala como a relação entre humano e natureza se alterou desde a Antiguidade Clássica, concentrando-se nessa relação que se estabelece no século XVIII. A autora enfatiza o papel da razão na construção da realidade dos homens setecentistas e qual seria – por outro lado – o papel que a religião ocupava, inclusive no contexto da descoberta de fósseis, explicados por associação ao Dilúvio.

> No início do século XVIII, ela [a natureza] está associada à ordem, harmonia, universalidade, imutabilidade, criação e expressão divinas, ao longo do mesmo século, entretanto, os conceitos que começam a ser associados a ela com mais freqüência passam a ser os de determinação e inflexibilidade. (KAWANA, 2006, p. 11).

Posteriormente, segundo Kawana, a ciência inicia um processo de assenhoramento do lugar do divino. Os avanços científicos e as descobertas que não cessam na modernidade – nesse contexto – mudam a perspectiva de uma natureza ordenada e harmônica já não se encontra mais no centro da concepção do que é o mundo natural e a centralidade do divino vai sendo substituída por uma natureza mais autônoma (KAWANA, 2006).

Os vestígios de tempo permitem que a humanidade não seja estudada exclusivamente a partir das produções humanas, mas percebendo todas complexas redes de existência de vida antes da presença humana; mesmo após a presença dos homens, que se olhe a complexidade e não necessariamente um destaque. A leitura complexa dessas redes, a partir de uma nova relação entre o humano e a natureza, é defendida por autores, como Stelio Marras, de uma forma diferente, apresentando as características que elencamos acima. Apesar de o autor propor uma relação entre animais humanos e não humanos, propomos a leitura que insere os vestígios do tempo na natureza, que fazem parte de uma história natural que engloba os seres humanos. Vestígios como os fósseis – ossos, conchas, folhas, animais incrustrados em rochas – acrescentam uma verticalização temporal ao debate da *desantropocentralização*[3] proposta por Marras, e apresenta uma outra maneira de compreender o ser humano. Assim, o debate é amplo e perpassa os vários lugares que a natureza e o ser humano ocuparam nos mais variados momentos da modernidade, inclusive provocando os inúmeros deslocamentos, que acabaram por deslocar o próprio ser humano em outras direções, retirando-o de um domínio em relação à natureza, mas como um ser vivo partícipe dela.

> [...] as orientações que de partida experimentam como objeto de investigação ou especulação uma imagem de homem que não tenda a defini-lo por si mesmo, por seu suposto caráter privativo ou exclusivo, suposto caráter autorreferenciado, mas sim por seu caráter, assim dizendo, alterreferenciado. Quer dizer, que tome o humano como agente que emerge das suas relações com outros agentes do mundo, sejam eles animais, plantas, coisas, espíritos, toda e qualquer população do cosmo

[3]O conceito em destaque trabalhado por Marras (MARRAS, 2014, p. 2016) possibilita um diálogo com o de tempo profundo, onde o estudo da natureza, além do humano, torna-se possível. No caso do texto *Virada animal, virada humana: outro aspecto* a construção se dá pelos animais, já no presente texto existe a mobilização dos "sinais de tempo" relatado pelos naturalistas por meio da interpretação dos aspectos geológicos, paleontológicos e botânicos. Faço uso desse termo, muitas vezes, durante o texto para elucidar o campo de estudo proposto no artigo.

> com a qual o humano, em toda a sua diversidade no tempo *e no espaço, relaciona-se e aí mesmo se constitui.* (MARRAS, 2014, p. 223).

Como o antropólogo brasileiro afirma a possibilidade de conexões e diferentes expressões entre humanos e animais, os relatos dos naturalistas esboçam uma conexão entre humano e natureza e juntamente dessas conexões surgem os vestígios de tempo, o que Marras caracteriza como uma cadeia ecológica em que os seres vivos tão conectados de modo vital. Ao levar em conta a construção proposta por Marras e associando à abordagem do continente americano e o tempo profundo, a *desantropocentralização* se mostra importante para pensar quais formas emergem dessa alteridade na modernidade, quando se dá a leitura do mundo pelas teorias propostas na Europa e como são testadas, comprovadas ou não comprovadas pelos naturalistas nesse ambiente em processo constante de conhecimento, ou seja, que espaço de inteligibilidade é aberto pelos naturalistas no Sul da América sobre o tempo, sobre as ancestralidades, através dos afloramentos de ossadas de grandes animais e das espécies que guardam singularidades. Não afirmamos – contudo – que havia nos naturalistas do século XVIII uma referência de desarticulação do lugar de predominância do ser humano. Tal proposta de leitura é atual, e nós a lançamos àquele mundo, àquela organização, para sistematização dos lugares que animais humanos e não humanos vão ocupando na natureza, ao longo da Modernidade. O contato e os estudos dos naturalistas acerca dos fósseis, conchas e rochas possibilitam o uma proximidade do indivíduo com as diferentes camadas do tempo; a partir disso, uma construção da realidade por meio de uma nova perspectiva, onde o humano não assume o papel central, mas os vestígios de tempo encontrados.

A construção da alteridade em relação a um novo mundo e um novo ambiente pode ter se baseado em reflexões antropológicas fundamentalmente comparativas (LEITE; LEITE, 2010). Essa perspectiva pode ser construída por meio de uma articulação entre texto e imagem, o que é recorrente nos relatos dos naturalistas, e possibilita uma leitura das relações entre homem, animal e natureza (KURY, 2001) em viagens que precederam às de Larrañaga e Lund, como as de Alexandre Rodrigues Ferreira[4], João da Silva Feijó[5] e Manuel Aires de Casal[6].

[4]Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) foi um viajante que realizou uma importante expedição na América Portuguesa, devido aos seu acervo iconográfico e descritivo da natureza.
[5]João da Silva Feijó (1760-1824) foi um naturalista e mineralogista português que realizou uma importante expedição na região do atual Ceará. A expedição em questão trouxe contribuições para o campo da Mineralogia e da Geologia.
[6]Manuel Aires de Casal (1754-1821) foi um sacerdote português que teve grande contribuição para estudos da Megafauna e Geografia.

Na expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que possuía uma preocupação voltada para potenciais econômicos coloniais do território, as imagens histórico-geográficas eram utilizadas para um posterior reconhecimento por parte dos engenheiros, arquitetos, naturalistas e administradores (PATACA, 2001). A expedição em questão resultou em um vasto acervo iconográfico, que tinha o intuito de registrar a natureza, o que retoma a constante relação entre o ser humano e os demais seres vivos, por meio da História Natural: organizadora do conhecimento sobre essas existências. A imagem apresenta um papel fundamental na expedição *philosophica*, relacionando-se de forma complementar e – ao mesmo tempo – transformadora do texto, organizando conceitos geográficos e científicos que estavam implícitos ou explícitos nos desenhos (PATACA, 2001), além da preocupação em comprovar o que estava sendo visto durante a viagem.

> As memórias sobre plantas e animais da Amazônia, concebidas pelo naturalista, destacaram sobretudo o caráter econômico e utilitarista, em detrimento dos avanços da ciência setecentista. Esse procedimento torna a Viagem Filosófica um empreendimento singular quando comparado às jornadas científicas empreendidas por Banks, Bougainville, Cook, Lapérouse, La Condamine e Humboldt. (RAMINELLI, 1998, p. 6).

Outra expedição importante para tal construção foi a de João da Silva Feijó, que, a serviço da Coroa portuguesa, investigou os potenciais naturais da região do atual Ceará (SILVA, 2007). Feijó se concentrou em estudos acerca da Mineralogia e da Geologia, aproximando-se das interpretações em voga na época, e contrapondo-se a elas, em certa medida, como, por exemplo, a ideia da inferioridade da natureza do continente americano e sobre as características dos fósseis. Os estudos no campo da Mineralogia e da Geologia reaviva o debate das origens desses elementos e o que eles dizem acerca da natureza do continente americano. Em seu artigo, Clarete Paranhos Silva (2007) traz um trecho onde Feijó expressa alguns posicionamentos sobre qual parte animal seria os fósseis e a sua percepção da natureza:

> Notam-se na serra dos Cariris, onde se diz Milagres, 80 léguas para mais, longe do mar e naquela elevação, as mais raras e curiosas petrificações vagas de peixes e de muitos gêneros de anfíbios, e alguns de grandeza de 4 palmos, incluídos como em uma espécie de Etites, de substância calcária, em cujo âmago se observa o animal totalmente perfeito e reduzido interiormente a uma cristalização espantosa. Que exemplos pois para suas provas não deduzirão destes objetos os sectários do célebre sistema de Buffon? Não menos para aqueles naturalistas que se persuadem que não podem petrificar as substâncias moles ou carnosas dos animais. (FEIJÓ, 1997 apud SILVA, 2007, p. 199).

No território da América portuguesa, os registros de fósseis são numerosos, conforme mostram Antônio Carlos Sequeira Fernandes, Felipe Faria e Miguel Telles Antunes em estudo sobre Manuel Aires de Casal e o beemote de Jó[7] como registro de ocorrência fossilífera nas terras brasílicas (2013). Os autores apresentam uma lista de ocorrências de registros de fósseis em textos de viajantes anteriores ao texto da *Corografia*, de 1817. Na descrição, a ossada encontrada está relacionada ao quadrúpede descrito por Jó, no texto bíblico (ANTUNES; FARIA; FERNANDES, 2013). Ambos os relatos são importantes para estudos da Megafauna tanto da ocorrência americana quanto da europeia; fundamental para os estudos de Cuvier, não só estudioso das espécies, mas um organizador de complexos quadros morfológicos e fisiológicos e referência para as classificações de fósseis. Os autores do estudo sobre os registros fósseis em Aires de Casal salientam a importância do reconhecimento que há no texto de existência de outras camadas de vida diferentes em tempos anteriores aos descobridores, bem como das populações autóctones, sendo impossível determinar a antiguidade desses seres.

> Como homem culto e voraz pesquisador de bibliotecas e arquivos, Aires de Casal demonstrou conhecer outras ocorrências de fósseis de grandes mamíferos, como as da América do Norte, das quais certamente inteirou-se através da leitura de textos publicados na Europa e na América sobre esses animais na segunda metade do século XVIII. (ANTUNES; FARIA; FERNANDES, 2013, p. 140).

Larrañaga e o continente americano

O clérigo uruguaio Dámaso Antonio Larrañaga (1771-1848), além das expressivas contribuições no meio político e religioso também contribuiu com importantes estudos no campo da História Natural no sul do continente americano. Larrañaga era uma figura que transitava por diferentes áreas do conhecimento; com isso, construiu uma rede de contatos, composta tanto por estudiosos como por outros religiosos.

[7]"Sabemos que antigamente houve neste país uma alimária de desmesurada grandeza; porém ignora-se o seu gênero, e figura, como também a época, e a causa de sua extinção. Morse dá a este quadrúpede o nome de mamute, e diz que os índios da América setentrional pretendem que a sua espécie ainda existe nos bosques, que ficam ao norte dos lagos grandes; mas nenhum homem cordato deve conceber a esperança de ver este animal: porque as relíquias, que mostram a sua antiga existência, em toda a parte atestam uma antiguidade remotíssima. Talvez fosse este quadrúpede o Behemoth, de que fala Jó no Cap. XL, v. 10. Quase todos os comentadores deste Sagrado Livro, que se acingem à letra, entendem por Behemoth o elefante, por ser o mais volumoso vivente conhecido entre os terrestres. As expressões do Sagrado Escritor designam um animal de extremosa corpulência; e nenhuma, ao que parece, é exclusivamente particular ao elefante. Se este é hoje o chefe dos quadrúpedes pela sua magnífica corpulência, não o era seguramente enquanto vivia aqueloutro, a cujo respeito era menos, do que um carneiro a respeito do mesmo elefante. Se este já era o maior dos quadrúpedes do Mundo Antigo em tempo de Plínio, o Behemoth vivia ainda nos dias do Escritor Sagrado" (CASAL, 1817a e 1945a apud ANTUNES; FARIA; FERNANDES, 2013, p. 139).

O clérigo uruguaio apresentava uma percepção da natureza onde o novo e a busca pelo conhecimento andam juntos, sendo a natureza considerada uma fonte de inúmeras descobertas. O contato humano com a natureza pode trazer impressões como as registradas (LARRAÑAGA, 1924, Tomo I, II, III) em seus estudos de Botânica, de Paleontologia e de Geologia. Para o próprio Larrañaga, o contato possibilitado pela viagem proporcionou uma nova construção tanto da História quanto da cronologia: pontos fundamentais para se pensar os estudos de História Natural, para o cura uruguaio. A natureza – nesse caso – é o lugar onde se buscam os fenômenos de compreensão da vida e da história dos seres vivos. Em correspondência para o plano de criação de uma academia útil para todas as profissões[8], Larrañaga expressa a seguinte visão:

> 1deleyte y se conservan con utilidad sino se reduce, como dice un sabio, a una mera esencia de hechos y de datos, o a la ciencia de puro diccionario, sino que debe ser ligera y filosofica, que sin cargar la memoria ilustre el espiritu. (LARRAÑAGA, 1924, p. 154).

A troca de correspondências se revelava um importante papel nesse cenário, configurando uma rede de naturalistas que circulavam informações e fortaleciam nomes e estudos. Exemplo disso são as correspondências entre Bonpland – botânico francês com importantes estudos sobre o continente americano – e Larrañaga trocaram. Bonpland se mostrava interessado na coleção de Larrañaga e o clérigo interessava-se por livros de História Natural

No texto *Bonpland, Saint-Hilaire e o Megatherium nas coleções de cartas de Damásio Antônio Larrañafa (1771-1848)*, Maria Margaret Lopes e Alda Lúcia Heizer afirmam como a troca de correspondência entre os naturalistas em questão foi fundamental para que os estudos dos fósseis, principalmente da Megafauna avançassem.

As autoras descrevem essa correspondência da seguinte forma:

> As cartas trocadas entre Larrañaga e Aimé Bonpland (1773-1858), e Larrañaga e Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) justamente atestam que a circulação "dos mesmos dados" (Rudwick, 2005) entre potenciais interessados foi também um dos elementos constitutivos do estudo moderno das ciências botânicas, zoológicas, geológicas e paleontológicas, no sul da América. As cartas e os registros dos encontros que mantiveram deixam saber que os manuscritos de Larrañaga foram lidos, discutidos, referenciados (LOPES; HEIZER, 2011, p. 16).
> A correspondência de Larrañaga permite saber que suas coleções foram examinadas, checadas, classificadas e divulgadas. A correspondência é também um

[8]Larrañaga tinha o desejo de iniciar uma Academia para o fomento da educação e da ciência na América do Sul.

> manancial de informações sobre detalhes das trajetórias percorridas pelos naturalistas viajantes e coletores em suas missões naturalistas, diplomáticas e comercial. (LOPES; HEIZER, 2011, p. 17).

Tal contato também pode ser evidenciado nos registros de Larrañaga, no Diário de História Natural, Tomo I. A partir do intercâmbio de conhecimento, Larrañaga classifica os fósseis encontrados, *Megatherium,* com base em escritos de Cuvier, onde o conhecimento do francês se deu por meio das correspondências de estudiosos com Bonpland. O fóssil comum a Larrañaga e a Cuvier era pertence à Megafauna, tendo traços de uma preguiça-gigante. Ao utilizar a Anatomia Comparada, o cura uruguaio chega a essa classificação.

Vale ressaltar que, na descrição, o fóssil da família do *Megaterium* é tido como novidade aos estudos e às investigações. A partir do contato com os estudos de Cuvier, Larrañaga aproxima o fóssil encontrado ao Megatério. A natureza com a quem tem contato começa a ter maior significado a partir dos estudos de História Natural, o desconhecido passa a ser um elemento mais concreto e influente no conhecimento e nas percepções de tempo.

A classificação, assim como exposto no início do texto, apresenta uma posição central não só no estudo dos fósseis, mas também no da natureza. A classificação permitiria que a natureza se tornasse mais padronizada; assim a comunicação entre os estudos se tornaria mais palpável. Nos escritos de Larrañaga, principalmente o *Diário de História Natural* e nas descrições de Botânica, a classificação é central, pois por meio dela é possível tecer comparações sobre as descobertas.

Além das classificações, as descrições, assim como os desenhos, permitem uma ampliação da realidade investigada. O clérigo uruguaio também utiliza a anatomia comparada, metodologia amplamente exposta nos estudos de Cuvier, para desenvolver os seus estudos e seus relatos. No decorrer da descrição do *Megatherium,* Larrañaga utiliza a anatomia comparada para identificar as características corporais do esqueleto em questão. Tal descrição possibilita um diálogo entre os estudos e a metodologia desenvolvida no campo da História Natural, com as descobertas ambientais durante os séculos XVIII e XIX, principalmente, no que diz respeito aos relatos acerca da natureza do continente americano.

> Este quadrúpede en sus caracteres tomados juntos difiere de todos los animales conocidos, y cada uno de sus huesos considerado por separado, también difiere de todos los huesos correspondientes en los animales conocidos. Esto resulta de una comparación detallada del esqueleto con el de los otros animales, lo que fácilmente

> será advertido por los inteligentes en estas investigaciones; porque ninguno de los animales que se le acercan en volumen tiene uñas puntiagudas ó cabeza de semejante forma: paletillas, clavículas, pelvis o miembros. (LARRAÑAGA, 1924, Tomo I, p. 5).

Além da Paleontologia, a Geologia também esteve presente nos estudos de Larrañaga. Nas suas investigações, as descobertas geológicas possibilitam novidades para a construção da História, o que poderia ser considerado perdido pode ser acessado por essa ciência. Nesse momento, o cura uruguaio tem consciência que pode ter contato com acontecimentos que dizem respeito à história da própria Terra, um tempo anterior ao tempo humano.

> Bastará recurrir a la Naturaleza y consultarla : ella nos pondrá de manifiesto ese libro tan veraz como interesante. Pero desgraciadamente los objetos de esta ciencia se hallan aún en nuestro país ocultos y solo podemos leer el rótulo de este gran libro. Aun el hombre avaro no ha encontrado en él indicios del objeto de su codicia, y aun no ha desentrañado la tierra: ésta tampoco presenta aquellas irregularid.s o alturas que en otros países han sido tan fecundas para los Geólogos. Se advierten solamente algunas minas de conchilla, que apenas se han escarbado en superficie, y ellas son las que fijaron mi atención. (LARRAÑAGA, 1924, p. 7).

Como afirmado por John McPhee, a geologia pode apresentar uma espécie de acúmulo de história(s), desde a sua formação, como o processo que proporcionou sua disposição atual, uma perspectiva de tempo profundo. Com base nos estudos do geólogo James Hutton, Mcphee traz os entrelaçamentos da História e da Geologia. Ao descrever uma paisagem, considera que diante dos seus olhos existe história. Os processos geológicos, segundo a sua perspectiva, possibilitam uma compreensão acerca do tempo e conclui que foi necessário em um movimento longuíssimo do tempo para a formação da terra (a superfície) como a conhecemos, outro espaço de tempo imenso foi necessário para a construção do antigo terreno de onde vieram as formações do presente, e, por fim, está no fundo dos oceanos as bases do futuro (MCPHEE, 1981, p 6 e 7).

A observação do espaço natural é fundamental para Larrañaga, e, a partir dele, a observação da sua formação. O ato de observar, contudo, traz outras camadas que revelam o estranhamento em relação ao afloramento do Megatério. Se aquele espaço é tão novo, não mais que trezentos anos, o que ali faria uma ossada como aquela? Nesse momento, então, recorrer à Geologia é o que deve ser feito pelo naturalista.

> Concluyo, pues, resumiendo mi discurso a pocas palabras: La formación del Rio de la Plata es reciente: él es el autor de estos depósitos y los ha hecho con sus propios

> materiales. A este terreno de aluvión y aun más reciente pertenece nuestro Megatherio. (LARRAÑAGA, 1924, Tomo I, p. 20).
> En un pais cuya historia se estiende poco más allá de três siglos: y en donde nuestros antepasados no nos han dexado monumentos ni vestigios algunos por donde congeturar algo que pueda llenar este gran vacio, parece que no nos queda outro medio que recurrir a la Geología, esta nueva ciencia que se remonta más allá de todas las historias profanas, y con cuyas luces en muy pocos años se han hecho descubrimientos los más interesantes sobre los grandes acontecimientos de nuestro globo. (LARRAÑAGA, 1924, Tomo I, p. 21).

No Tomo III, as descrições das vilas e da realidade das viagens possibilitam uma aproximação com a vivência dos naturalistas. Ao longo de suas descrições, a Geologia vai tomando o cenário, retraindo o elemento humano, e os vestígios de tempo mostram essa realidade dos passados, e a natureza ganha uma história narrada pelos indícios encontrados em suas incrustações, em si mesma. A visão do naturalista, sua descrição dos elementos da paisagem, das espécies botânicas, do relevo está em acordo com as descrições feitas nas viagens filosóficas, mas o que passa a compor a paisagem é a contribuição da Geologia, a composição do espaço através do tempo, das possibilidades de conhecer a historicidade da natureza, de suas outras realidades, dadas a conhecer pelos fósseis, que passaram a compor essas paisagens.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Miguel Telles; FARIA, Felipe; FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira. Manuel Aires de Casal, o beemote de Jó e o registro das ocorrências fossilíferas brasileiras no início do século XIX. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 133-150, 2013.

FARIA, Felipe. **Georges Cuvier e a instauração da Paleontologia como ciência**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FARIA, Felipe. O despontar de um paradigma na Paleontologia. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 1, p. 125-136, 2006.

GERBI, Antonello. **Novo Mundo**: história de uma polêmica (1750-1900). Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KAWANA, Karen Kazue. **Natureza dividida**: considerações sobre a ideia de natureza no século XVIII e sua influência na formação do pensamento. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. História, Ciências, Sade, Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, p. 863-880, 2001.

LARRAÑAGA, Dámaso A. **Escritos de D. Dámaso Antonio Larrañaga**. Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Edición Nacional. Montevideo: Imprenta Nacional, 1924. Tomo I.

LARRAÑAGA, Dámaso A. **Escritos de D. Dámaso Antonio Larrañaga**. Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Edición Nacional. Montevideo: Imprenta Nacional, 1924. Tomo II.

LARRAÑAGA, Dámaso Antonio. **Escritos de D. Dámaso Antonio Larrañaga**. Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Edición Nacional. Montevideo: Imprenta Nacional, 1924. Tomo III.

LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 273-289, 2010.

LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda. (org.). **Colecionismos, práticas de campo e representações** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Coleção Ciência & Sociedade.

MARRAS, Stelio. Virada animal, virada humana: outro pacto. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 215-260, 2014.

MCPHEE, John. **Basin and range**. New York: Farrer, Straus and Giroux, 1981.

OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. Epistemologia, Crônicas e Natureza: uma reflexão sobre a chamada Polêmica do Novo Mundo. *In*: XXVI Simpósio Nacional da Anpuh, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2011.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Arte, ciência e técnica na viagem philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira**: a confecção e utilização de imagens historico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre Setembro de 1783 a Outubro de 1784. 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RAMINELLI, Ronaldo. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Tempo**, Niterói, n. 6, p. 157-182, 1998.

ROSSI, Paolo. **Os sinais do tempo** – História da Terra e História das Nações de Hooke a Vico. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Clarete Paranhos As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760 – 1824) no Ceará. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007.

Temporalidades

O ensino de história e as TIC – análise de dissertações e teses publicadas no banco de teses da capes entre 2015 a 2017

History teaching and TIC - analysis of dissertations and theses published in the capes these bank between 2015 and 2017

Eliane dos Santos Macedo Oliveira
Mestre em Educação
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
esmacedo879@gmail.com

Recebido em: 26/10/2020
Aprovado em: 19/11/2020

Resumo: Este artigo foi elaborado como requisito parcial para a conclusão do curso de segunda licenciatura em História do Centro Universitário de Curitiba. Seu objetivo é analisar as produções científicas, publicadas no Banco de teses da CAPES que discorrem sobre a relação entre o ensino de História e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), publicadas entre os anos de 2015 a 2017. O aporte teórico das discussões aqui realizadas, teve como foco autores como Chartier (2016), Levy (1998) entre outros que se dedicam em desvelar a temática aqui destacada. Buscou-se verificar quais as formas que autores dos trabalhos científicos utilizaram as TIC em sala de aula para o ensino de História e quais foram os resultados obtidos. Desta forma, o trabalho objetivou estabelecer um panorama sobre a produção científica recente e os encaminhamentos para conciliar o ensino de História com a evolução tecnológica. Observou-se que independentemente da plataforma utilizada, a mediação por parte do professor é fundamental para o uso das TIC como ferramenta de ensino, seja profícuo e significativo.

Palavras-chave: História; Ensino; TIC.

Abstract: This article was prepared as a partial requirement for completing the second degree course in History at the Centro Universitário de Curitiba. Its objective is to analyze the scientific, productions published in the CAPES Bank of Theses, which discuss the relationship between the teaching of history and the new information and communication technologies TIC, published between the years 2015 to 2017. The theoretical contribution of discussions held here, focused on authors such as Chartier (2016), Levy (1998) among others who are dedicated to unveiling the theme highlighted here. We sought to verify which ways that authors of scientific works used TIC in the classroom for teaching history and what were the results obtained. In this way, the work aimed to establish an overview of recent scientific production and the guidelines for reconciling the teaching of history with technological evolution. It was observed that regardless of the platform used, mediation on the part of the teacher is fundamental for the use of TICs as a teaching tool, be fruitful and meaningful.

Keywords: History; Teaching; TIC.

Introdução

Este artigo foi desenvolvido como requisito parcial para a conclusão do curso de segunda licenciatura em História ofertado pelo Centro Universitário de Curitiba. Seu objetivo é analisar teses e dissertações que relacionam o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com o ensino de História, observando elementos como o objetivo do trabalho, a TIC analisada, metodologia e os resultados e conclusões obtidos.

Para tanto, foram selecionadas nove dissertações publicadas entre os anos de 2015 e 2017, no repositório digital de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O estudo tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de compreender a importância do uso das TIC no ensino de História na escola contemporânea, cujo aporte assentou-se em autores e documentos, tais como, Lévy (1998), Chartier (2016) e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (Brasil, 2018).

Tecnologias de informação e comunicação e o ensino de história: aspectos teóricos e legais

As tecnologias de informação e comunicação têm sua origem conceitual em três palavras distintas. A primeira é a palavra "tecnologia", que, de acordo com o dicionário de língua portuguesa Aurélio, é o "conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade" (FERREIRA, 2010, p. 664).

A leitura do verbete apresenta um significado para definir o que é uma tecnologia, e permite a inferência desta ser um procedimento para a realização de tarefas, ou como instrumento desenvolvido pelo ser humano.

No que se refere ao termo "informação", o dicionário Aurélio o define como um substantivo feminino, que expressa o "ato ou efeito de informar (se); informe; dados acerca de alguém ou de

algo; instrução, direção; conhecimento extraído de dados" (FERREIRA, 2010, p. 388), sendo necessário que essa informação seja compartilhada.

Durante sua história, o homem tem aprimorado as formas de difundir a informação, de comunicar-se, criando tecnologias, ou seja, procedimentos e ferramentas que facilitem esse processo, desde o aprimoramento da fala, da escrita, da leitura, até os meios mais complexos de comunicação desenvolvidos recentemente, como as televisões, equipamentos de informática, *smartphones*, etc. De acordo com Levy,

> Novas maneiras de pensar e conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. Não se pode mais conceber a pesquisa científica sem uma aparelhagem complexa que redistribui as antigas divisões entre experiência e teoria (LEVY, 1998, p. 4).

A história da humanidade é marcada pela utilização de algum tipo de tecnologia, capaz de transformar e auxiliar em sua relação com a natureza. Toda e qualquer ferramenta criada com base no pressuposto de subsistência e melhoria das condições de vida das pessoas, em qualquer tempo e espaço, são consideradas tecnologias (SERRA, 2009).

No percurso de desenvolvimento das sociedades, suas necessidades modificam-se, conforme os contextos que se manifestam. Cada tempo e sociedade apresentam demandas condizentes com suas inquietações, o que, consequentemente, modifica os instrumentos que são produzidos, isto é, as tecnologias elaboradas para ajudar os sujeitos a se adaptarem a determinados condicionantes.

Bueno (1999) corrobora essa análise ao afirmar que a tecnologia é um processo contínuo em que a humanidade, em um processo dialético, adapta-se e produzem instrumentos com base em suas necessidades, utilizando para tanto, o conhecimento científico como possibilidade para "[...] modificar, melhorar, aprimorar os produtos oriundos do processo de interação deste com a natureza e com os demais seres humanos" (BUENO, 1999, p. 87).

Tendo em vista o exposto, conforme apresentado por Levy (1999), os anos de 1970 foram determinantes no que se refere à inserção de novas tecnologias para o desenvolvimento de processos facilitadores das relações entre os sujeitos e o meio concreto em que se inserem. Para ele, com a

comercialização dos microprocessadores ocorreram vários processos econômicos e sociais que ganharam grande amplitude e vazão no mundo até os dias atuais (LEVY, 1999, p. 31).

Um novo tipo de tecnologia passou a incorporar as relações humanas, ao que Levy (1999) pontua como sendo atreladas à *cibercultura*, marcada pelo encurtamento de distância e facilidade de comunicação por meio das TIC e que dá respaldo para o conceito de sociedade da informação, segundo a qual, há um processo marcado pelo avanço das informações e tecnologias, que para Cruz (2008), exige reflexões pelo fato de terem um fluxo considerável de conteúdos disponíveis na rede. Lévy (1999) destaca que nesta dinâmica ocorre um "dilúvio de informações".

Com base nas discussões aqui apresentadas, neste texto, a compreensão de TIC refere-se ao conjunto de procedimentos e instrumentos desenvolvidos pelo ser humano para guardar, processar e comunicar suas informações independente de sua finalidade.

A transmissão do conhecimento sobre a história atrela-se a estas mudanças tecnológicas. Passamos por distintas fases de sistematização dos conhecimentos, desde os mecanismos orais, pictográficos e escritos, os pergaminhos, os códices e os livros, que foram e, ainda são, utilizadas como forma de transmitir e registrar a história do homem.

Ao pensar neste processo, cabe mencionar que nas últimas décadas surgiram novos instrumentos que permitiram ao homem registrar e comunicar a sua história, seja por meio de vídeos, imagens em ultra definição e textos escritos em diferentes plataformas. Chartier (2016) ressalta como esta nova realidade afeta a relação do indivíduo com a leitura e com a obtenção do conhecimento histórico.

> A textualidade eletrônica de fato transforma a maneira de organizar as argumentações históricas ou não, e os critérios que podem mobilizar um leitor para aceitá-las ou rejeitá-las. Quanto ao historiador, permite desenvolver demonstrações segundo uma lógica que já não é necessariamente linear ou dedutiva, como é a que impõe a inscrição, seja qual for a técnica, de um texto em uma página. Permite uma articulação aberta, fragmentada, relacional do raciocínio, tornada possível pela multiplicação das ligações hipertextuais. Quanto ao leitor, agora a validação ou rejeição de um argumento pode se apoiar na consulta de textos (mas também de imagens fixas ou móveis, palavras gravadas ou composições musicais) que são o próprio objeto de estudo, com a condição de que, obviamente, sejam acessíveis em forma digital. Se isso é assim, o leitor já não é mais obrigado a acreditar no autor; pode, por sua vez, se tiver vontade e tempo, refazer total ou parcialmente o percurso da pesquisa (CHARTIER, 2016, p. 60).

Diante este quadro de mudanças na relação do sujeito com a obtenção de sua história, o ensino formal vem tentando se adaptar a estas novas demandas. No Brasil, esta preocupação está expressa na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que considera que:

> Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, *tablets* e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar (BRASIL, 2018, p.61).

A preocupação com a formação das novas gerações em um contexto digital é outra preocupação expressa na BNCC, ressaltando que o grande acesso à informação deve ser trabalhado pelos professores de maneira a estimular a análise e o pensamento crítico, pois, a escola precisa compreender e agregar " [...] as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação [...] e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital (BRASIL, 2018, p.61).

Diante destas transformações, a escola é chamada a atender novas estruturas de ensino e novas perspectivas metodológicas que contemplem diferentes contextos formativos. Cordeiro (2013) compreende que a escola não pode adotar um único método de ensino, o que requer ampliar as formas como lida com a apropriação do conhecimento.

Lévy (1999, p. 158) aponta que no contexto da evolução das TIC, o professor é convidado a desenvolver uma mentalidade pedagógica que o situa enquanto um "animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de fornecedor direto de conhecimentos".

Apesar da evolução tecnológica ser nítida, no Brasil existe um problema estrutural que limita o acesso a estes recursos, principalmente nas escolas. A morosidade do serviço público brasileiro, limita o acesso de estudantes e professores às TIC, uma vez que, há casos de instituições escolares que se quer tem conexão com a *Internet*, ou mesmo computadores e outros recursos que possibilitem a execução de uma aula utilizando tais ferramentas. Por outro lado, há ainda a questão do despreparo do profissional ou a resistência ao uso de novas tecnologias.

A discussão aqui estabelecida diz respeito, em resumo, às formas pelas quais são transmitidos os conhecimentos historicamente sistematizados às novas gerações, sendo importante refletir o como acontece e como poderá acontecer. Desta forma, Harari (2018) corrobora tais análises ao pontuar que:

> O gênero humano está enfrentando revoluções sem precedentes, todas as nossas antigas narrativas estão ruindo e nenhuma narrativa nova surgiu até agora para substituí-las. Como podemos nos preparar e a nossos filhos para um mundo repleto de transformações sem precedentes e de incertezas tão radicais? Um bebê nascido hoje terá trinta anos por volta de 2050. Se tudo correr bem, esse bebê ainda estará por aí em 2100, e até poderá ser um cidadão ativo no século XXII. O que deveríamos ensinar a esse bebê que o ajude, ou a ajude, a sobreviver e progredir no mundo de 2050 ou no século XXII? De que tipo de habilidades ele ou ela vai precisar para conseguir um emprego, compreender o que está acontecendo a sua volta e percorrer o labirinto da vida? (HAHARI, 2018, p. 229).

Para tanto é mister que os educadores sejam capacitados para compreender que o objetivo em utilizar as tecnologias ultrapassa a simples intencionalidade de alocação de técnicas sem reflexão sobre a dinâmica de um ensino problematizador e crítico, tendo em vista que é necessário que os professores vivenciem o processo tecnológico de maneira crítica e para além da instrumentalização operacional, pois, "a tecnologia enriquece a atividade e permite que os estudantes demonstrem o que sabem de novas e criativas maneiras [...]" (CAMAS, 2012, p. 64).

A partir destas análises, teórica e legal, os próximos tópicos versam sobre as produções científicas coletadas, enfocando a relação entre as TIC e o ensino de História.

Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa analisou estudos científicos produzidos ao longo dos últimos anos sobre o uso das TIC no ensino de História, configurando-se como uma pesquisa bibliográfica. Gil (2002) pontua que este tipo de pesquisa está assentada na busca por materiais já elaborados e presentes em livros, artigos científicos e outros de comunicação científica.

Ao buscar-se nas produções já existentes elementos que se consideraram significativos, compreende-se que está é uma pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que:

> [...] nas abordagens qualitativas, o termo pesquisa ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam

> significativos para o observador-investigador. [...] Assim, não existirá neutralidade do pesquisador em relação à pesquisa - forma de descortinar o mundo -, pois ele atribui significados, seleciona o que do mundo quer conhecer, interage com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo. Também não haverá "conclusões", mas uma "construção de resultados", posto que compreensões, não sendo encarceráveis, nunca serão definitivas (GUARNICA, 1997, p. 111). Grifo do autor.

Para o alcance do proposto neste artigo, foi realizada uma busca por estudos científicos no repositório de dissertações e teses da CAPES.

Utilizou-se os seguintes parâmetros para a delimitação da busca: palavras-chave: TIC e História; anos de publicação 2015, 2016 e 2017; grande área de conhecimento: ciência humanas; área de conhecimento: História; área de concentração: ensino de História.

Esta busca apontou 150 resultados. Porém, dada a extensão e os objetivos deste trabalho, à partir da leitura dos títulos e resumos, foram selecionados nove trabalhos para compor a investigação, dada a sua relevância e vinculação com o tema proposto.

Para a análise foram considerados os seguintes elementos: o objetivo do trabalho, a TIC empregada ou debatida, a metodologia e os resultados e conclusões obtidos.

Análise das produções científicas coletadas

O levantamento permitiu a seleção de nove dissertações para a análise, considerando os objetivos, a TIC observada ou empregada, a metodologia, resultados e conclusões obtidas.

A primeira dissertação analisada, possui como título "Séries televisivas, regimes de sentido e ensino de História: parâmetros críticos para a construção de séries televisivas históricas não-documentais", sendo produzida por Maurício dos Santos Ferreira, no ano de 2017.

De acordo com o autor, a dissertação propôs contribuir como parâmetro para a consultoria histórica em produções de séries televisivas de cunho histórico e não documentais. Deste modo, afirmou que o papel do historiador pode ser fundamental no processo de produção destas, o que, consequentemente, pode ser alocado no processo de interpretação e letramento de conteúdos históricos. Nesta direção, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise da produção de uma série televisiva e a veracidade dos elementos históricos presentes.

Muito embora esta dissertação destoe das demais por focar, em grande parte, na análise da série, foi selecionada para compor esta pesquisa, pois sua conclusão é relevante, ao passo que

possibilita identificar a possibilidade das séries televisas colaborarem com o entendimento do passado.

Em "Jogar com a História: Concepções de tempo e História em dois jogos digitais baseados na temática da Revolução Francesa", Artur Duarte Peixoto (2016), analisou jogos digitais *online*. O autor selecionou dois jogos baseados na temática da Revolução Francesa, "Tríade: liberdade, igualdade e fraternidade" e "*Assassin's Creed Unity*", observando as concepções de tempo e de história presentes nos produtos.

De acordo com sua compreensão, "o foco da pesquisa se concentrou na análise das concepções de tempo e de História presentes nos dois produtos, de modo que isso possa contribuir com professores que pretendam utilizá-los como recursos didático-pedagógicos no ensino de História". (PEIXOTO, 2016, p. 5)

Em suas considerações finais, o autor vale-se da organização de um jogo de vídeo *game*, apresentando-a como "*Game Over*" e expondo as "Fases" de sua pesquisa. Para ele, os jogos devem ser utilizados com a devida mediação pedagógica do professor, sendo um importante recurso para o ensino de conteúdos da disciplina de história.

O trabalho de Peixoto (2016), demonstra além disso que os jogos digitais se constituem como um elemento para o contato com os alunos, ao tentar incorporar uma parte importante da cultura jovem ao ensino dos fatos históricos.

Pereira (2017) discute a utilização de *Podcast* no ensino de História na dissertação "Espaços públicos, saberes públicos, um *podcast* como espaço de ensino de história".

A pesquisa se desenvolve por meio da publicação de um *podcast* e análise dos resultados obtidos quando levado ao conhecimento dos alunos. O autor destaca que:

> [...]o que este estudo propõe é um *podcast*, um produto de mídia digital em formato audiofônico como um projeto de ensino de História em que um grupo de historiadores, em circularidade com o público, ocupa e debate os espaços públicos, principalmente os midiáticos, através de práticas da História Pública. Este projeto é o Sobre História, do qual o podcast é seu produto principal. Para isso, analisaremos este produto em suas implicações teóricas e metodológicas para a História e, principalmente, para a Didática da História (PEREIRA, 2017, p. 8).

Na conclusão do trabalho, busca estabelecer uma discussão sobre a importância da didática para o ensino de História, considerando os impactos da evolução tecnológica sobre a práxis docente, em que o uso das tecnologias pode moldar e influenciar em novas formas de lidar com os saberes históricos.

Destaca-se na dissertação de Pereira (2017), a preocupação em reconhecer a importância de pensar em uma didática para a história em um contexto de generalização dos usos da TIC, articulando com a vida prática e cotidiana do aluno, como fundamento para a elaboração do conhecimento.

Na dissertação "Descobrimento ou encobrimento: como o *Youtube* mostra os indígenas no momento da chegada dos portugueses", Rosa (2017) analisa vídeos postados na plataforma *Youtube*, que tratam da história dos indígenas no século XVI, em sua argumentação a pesquisa "visa compreender como tem se dado o desenvolvimento do ensino de História em tempos de *internet*" (ROSA, 2017, p. 12).

O trabalho é desenvolvido a partir da aplicação de questionários, que buscavam identificar como os alunos utilizavam o *Youtube* como fonte de pesquisa, e verificar quais vídeos eles teriam acesso a partir dos parâmetros mais utilizados.

Desta forma, foram selecionados os vídeos com um número maior de visualizações e que em tese seriam os que os estudantes teriam maior acesso. Neste sentido, o autor identificou que boa parte do material analisado parte de uma visão historiográfica eurocêntrica ou não apresentam um referencial teórico condizente com a produção histórica recente. Porém, defende que, quando mediado de forma crítica pelo professor, o conteúdo do *Youtube*, pode se torna uma importante ferramenta no processo de ensino aprendizagem.

Acredita-se que as mídias digitais da *internet* vieram para ficar, seja no viés formal ou não-formal do ensino. Seu lugar no ensino não-formal é garantido pela aceitação dos usuários. Para que conteúdo do *Youtube* não se torne o "vinho velho" nas "taças novas" é preciso algum tipo de intermédio dos educadores, que devem assinalar, mostrar, sugerir aos estudantes os vídeos condizentes com seu trabalho e com a historiografia presente.

Nessa biblioteca gigantesca, o professor deve auxiliar na procura por vídeos e canais mais adequados ao processo de ensino-aprendizado, podendo transformar a experiência de pesquisa de *internet* muito mais rica e complementar ao ensino formal. Do caso contrário, há chances de estamos servindo "vinho velho em taças novas" (ROSA, 2017, P. 73).

Na dissertação "*Gamificação*, aprendizagem e ensino de história: Construção de estratégias didáticas com ferramentas online", Elton Frias Zanoni (2016), norteia sua análise no uso de dois aplicativos *Socrative* e *Kahoot!*. Desta forma "busca compreender e propor o uso de ferramentas *online* no ensino de História, particularmente no Ensino Médio, com o intuito de obter engajamento dos alunos e potencializar a aprendizagem" (ZANONI, 2016, p. 7).

Demonstrou a utilização em sala de aula dos jogos colaborativos *Socrative* e *Kahoot!* no ensino de História, considerando que a aplicação dos jogos em sala de aula cumpriu o objetivo de estimular os alunos na aprendizagem dos conteúdos da disciplina de História. Para o pesquisador, a utilização destes recursos apontam o engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

"Jogando com a crítica histórica: as novas tecnologias e o desenvolvimento de — os revoltosos ‖", dissertação desenvolvida por Lopes (2016), teve "por objetivo principal desenvolver a base da crítica histórica em alunos dos anos finais do ensino fundamental e médio através da elaboração de um jogo digital (LOPES, 2016, p. 4).

Apresenta uma experiência pedagógica com a utilização do Jogo digital os Revoltosos. De acordo com o autor não foi possível verificar se os objetivos deste foram alcançados plenamente, visto o tempo para a elaboração da dissertação, porém aponta que a utilização do recurso apresentou resultados positivos na apropriação do conhecimento histórico ao estimular a curiosidade dos alunos e a busca por fontes. A pesquisa de Lopes (2016) ressalta ainda que existem uma diversidade de jogos com temáticas históricas, que podem despertar o interesse do aluno e facilitar a compreensão daquela.

Em "Usos e possibilidades do *podcast* no ensino de História", Souza (2016) como o título sugere analisa o uso de *podcast* no ensino de História em que "pretende discutir sobre as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação a partir da mídia *Podcast*, indicando usos e potencialidades para professores de história na Educação Básica" (SOUZA, 2016, p. 8).

Apresenta o projeto "Sobre História *Podcast*" e sua aplicação como ferramenta de pesquisa em sala de aula. Em sua conclusão defende que:

> A História ainda caminha a passos lentos na relação com o digital. Percebemos com o avanço de nossas pesquisas e com a nossa presença através do Sobre História *Podcast* nos espaços digitais e públicos, que o historiador ainda tem dificuldade para se relacionar com o grande público. A popularização de livros, filmes, games e outras mídias produzidas por "não historiadores" são um alerta para os historiadores que se preocupam apenas com a discussão entre seus pares. A democratização do conhecimento através da expansão das universidades, dos repositórios digitais de informação e comunicação, assim como os canais de interconexão como as redes sociais, são e (devem) ser problematizados pelos historiadores ao mesmo tempo que, estes espaços, devem se tornar meios para o diálogo com o grande público. As barreiras entre os espaços Escolar, Público e Acadêmico precisam ser quebradas. Vivemos um momento em que a *internet* pode se tornar um grande catalisador para que este fim seja alcançado. Portanto, afirmamos que os professores se encontram em um lugar de privilégio para a quebra destes paradigmas; é do professor o protagonismo de efetivar uma verdadeira convergência entre estes espaços e, para isso, ele deve contar com o ciberespaço e todas as mídias que são produzidas para o digital (SOUZA, 2017, p. 94).

Dall' Agnol (2015) em ""Produção audiovisual como recurso didático-pedagógico no ensino de História: "como me veem?", "como eu me vejo?" Estudo de caso de adolescentes de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social", discorre sobre a produção de um documentário por adolescentes em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a autora o trabalho teve como finalidade adotar uma metodologia que utilizasse a produção audiovisual no ensino de História, trabalhando conceitos interdisciplinares que pudessem levar os estudantes a se posicionarem como protagonista da produção do contexto a ser reproduzido.

Após a realização do documentário a autora realizou análise de discurso junto aos adolescentes envolvidos na produção e identificou uma mudança na percepção de pertença, já que haviam identificado sua história e de seus familiares nos depoimentos.

Temos consciência de que essa metodologia, com a utilização da produção audiovisual, assim como qualquer outro processo de aprendizagem, nunca será totalizadora. Mesmo que saibamos a potencialidade de formação humana que o audiovisual possibilita, lidamos com o livre arbítrio das pessoas e com a formação cultural das mesmas, além da subjetividade de percepção de cada indivíduo.

Portanto, não buscamos uma transformação nos adolescentes, pois o processo a partir do audiovisual não se resume na transformação da realidade, mas sim, na humanização sobre ela e sobre o próprio adolescente (DALL'AGNOL, 2015, p. 133).

Dall' Agnol (2015), preocupa-se com a exclusão que pode ocorrer em comunidades que não tem ou que o acesso ocorre de forma precária as TICs, defendendo que estas tecnologias devem ser popularizadas para que todos tenham as mesmas possibilidades de acesso.

"A utilização do mecanismo de busca do *Google* na pesquisa e no ensino de História: explorando Possibilidades", dissertação de Marcelo Marcos de Araújo (2017), discorre sobre o uso do *Google* com "o objetivo [de] propiciar aos professores diálogos e possibilidades para a utilização do mecanismo de busca *Google* como ferramenta para a pesquisa e ensino de História" (ARAÚJO, 2017, p. 6).

Apresenta propostas de voltadas a alunos do ensino médio com a utilização da ferramenta de busca, como forma de pesquisa para a disciplina de História. Na conclusão, o autor ressalta o uso da ferramenta, e a liberdade que possibilita o aluno a localizarem uma infinidade de materiais, porém destaca que:

"As atividades propostas requerem um bom planejamento por parte dos professores, a partir da problematização dos conteúdos históricos escolhidos e para que os alunos aprendam História de uma maneira significativa, relacionando a sua vida prática ao aprendizado construído" (ARAÚJO, 2017, p. 108).

Dentre os trabalhos escolhidos destacam-se três pontos que pareceram importantes. O primeiro deles é a diversidade de plataformas ou ferramentas utilizadas pelos pesquisadores. Ao observar as dissertações, pode-se identificar que foram realizadas análises que utilizaram séries televisas, *podcasts*, produção de conteúdo audiovisual, jogos digitais e mecanismos de busca. Utilizaram-se, portanto, de plataformas como computador, celular, televisão e vídeo *grame*, comtemplando a comunicação por meio de imagem e áudio, de forma separada ou somada. Segundo a descrição dos pesquisadores, todos estes recursos possibilitaram uma aprendizagem mais efetiva e colaborativa para os alunos.

O segundo é que há uma visível preocupação entre com articulação entre a ferramenta e o ensino de História. Muito embora pareça redundante esta afirmação, já que o propósito da pesquisa limitou a pesquisa a relação entre as TIC e o ensino de História, vê-se como importante destacar a coerência dos autores, já que em todos os casos houve preocupação em manter-se fiel a proposta, articulando a ferramenta ao ensino dos conteúdos históricos e descrevendo os resultados obtidos, sejam eles positivos ou não.

Neste sentido, chega-se ao terceiro ponto que diz respeito a uma espécie de consenso sobre à importância da mediação, que para Meier & Garcia, (2008, p. 123) é "[...] baseada nas experiências e trajetórias pessoais, contexto familiar, níveis de conhecimento, isto é, na heterogeneidade". Na observação das conclusões ou considerações finais, a maioria dos autores enfatiza a centralidade da figura do professor. Independente da ferramenta utilizada, destacam a importância da mediação, do preparo, do planejamento das atividades, da articulação entre os conteúdos, todas estas funções relacionadas à figura do professor.

Um fato interessante observado é que a maioria das publicações são dissertações de mestrados profissionais em ensino de História, ou seja, voltados a formação de professores.

Considerações Finais

As TIC estão inseridas em nosso cotidiano, e muitas vezes, não refletimos como as informações eram difundidas antes de sua popularização. Como eram registradas e transmitidas as histórias das civilizações e de que forma a maior parte da população acessava esse conhecimento.

O estudo desta evolução leva a perceber que o surgimento de novas tecnologias é um contínuo, ao longo da história, mas que nos últimos anos vem se acelerando, em que, numa velocidade cada vez maior, surgem novas plataformas e formatos que possibilitam a troca de informações entre um número cada vez maior de indivíduos.

Este estudo propôs abordar brevemente as análises tecidas entre os anos de 2015 a 2017 no que diz respeito à utilização das tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramenta metodológica no ensino de História.

As conclusões a que chegou demonstra que ainda são poucos os estudos que tratam especificamente do ensino da História atrelado às tecnologias, pelo fato de que ainda há resistência

por parte dos professores em utilizarem estes recursos ou, pela falta de ferramentas disponíveis na escola.

Para além destes desafios, os estudos apontaram que grandes são os benefícios em utilizar as TIC no ensino de História, pois amplia o espaço de aprendizagem e ressalta um dos pontos essenciais como a mediação, a correta formação do professor, a sua organização e coordenação, como elementos fundamentais para o sucesso do uso das TIC no ensino de História.

De maneira geral, a pretensão com este artigo foi levantar a bibliografia disponível sem a intenção de esgotar o olhar para o tema e, desvelou-se a emergência em consolidar o estudo desta temática em outros níveis de ensino, como no mestrado e doutorado.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Marcos de Araújo. **A utilização de mecanismo de busca do Google na pesquisa e no ensino de história:** explorando possibilidades. 2017. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de História). Universidade Federal do Tocantins.

BRASIL. **Base nacional comum curricular –** Educação é a Base. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 20 ago 2020.

BUENO, José G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores:** generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial, n.º5 set. 1999.

CAMAS, Núria Pons Vilardell. **Tecendo Fios na Educação**: da informação nas redes à construção do conhecimento mediada pelo professor. Curitiba – PR. Editora: CRV, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Tradução de Cristina Antunes.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2013.

DALL' AGNOL, Caroline. **Produção audiovisual com recurso didático-pedagógico no ensino de história:** "Como me veem?", "Como eu me vejo?" estudo de caso de adolescentes de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social. 2015. Dissertação (Mestrado profissional em história) Universidade de Caxias do Sul.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Maurício Dos Santos. **Séries televisivas, regimes de sentido e ensino de história:** parâmetros críticos para a construção de séries televisivas históricas não-documentais**.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em ensino de História). Instituto de Ciência Humanas e Sociais, UFRJ.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997. (p. 109-121)

HAHARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** O futuro do pensamento na Era da Informática. São Paulo: Editora 34, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Lucas Roberto Soares. **Jogando com a crítica histórica:** As novas tecnologias e o desenvolvimento de "Os Revoltosos". 2016. (Mestrado Profissional em Ensino de História) Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: Moran, José Manuel (org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MEIER, Marcos; GARCIA, Sandra. **Mediação da aprendizagem:** contribuições de Feuerstein e de Vygotsky. 4°ed. Curitiba: Kapok, 2008.

PEIXOTO, Artur Duarte. **Jogar com a História:** Concepções de tempo e História em dois jogos digitais baseados na temática da Revolução Francesa. 2016. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) Instituto e filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Daniel Carvalho. **Espaços públicos, saberes públicos: um podcast como espaço de ensino de história.** 2016. Dissertação (Mestrado profissional em História) Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ROSA, Éderson Gaike da. **Descobrimento ou encobrimento:** como o Youtube mostra os indígenas no momento da chegada dos Portugueses. 2017. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) Universidade Federal de Santa Maria.

SERRA, Glades Miquelina Dubei. **Contribuições das TIC no ensino e aprendizagem de Ciências**: tendências e desafios. Dissertação de Mestrado/USP. Orientação Agnaldo Arroio. São Paulo: sn, 2009.

SOUZA, Raone Ferreira de. **Uso e possibilidades do podcast no ensino de história.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em ensino de História). Instituto de Ciência Humanas e Sociais, UFRJ.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ZANONI, Elton Frias. **Gamificação, Aprendizagem e Ensino de História:** construção de estratégias didática com ferramentas online. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Temporalidades

Os centros históricos de Cabo Verde e sua caracterização habitacional - da época colonial

The historic centers of Cape Verde and their housing characterization in the colonial era.

Claudino Borges
Doutorando em História
Universidade de Évora
claudinoborgss@hotmail.com

Recebido em: 07/09/2020
Aprovado em: 23/11/2020

RESUMO: Alguns centros históricos de Cabo Verde remontam ao período proto quinhentista. São representadas pelo seu património arquitetônico uma herança simbólica e singular do período colonial. Estes centros históricos segundo alguns historiadores[1] são uma extensão da vila de Ribeira Grande – Ilha de santiago, e particularizaram – se pelo seu povoamento inicial minoritariamente entre brancos /europeus, (proprietários e armadores), e que pelo seu estatuto simbólico apresentado por meio das suas grandiosas casas senhoriais, que ladeavam as humildes habitações dos negros / africanos. É neste contexto que este artigo propõe uma discussão em torno da evolução da arquitetura colonial nestes territórios, as suas influências e ao mesmo tempo provar que existia uma relação direta entre as estruturas habitacionais edificadas e a estrutura social que se iniciou no período da colonização e que se estendeu até aos nossos dias, mesmo que seja de uma forma diferente.

Palavras-chave: Centro histórico; Arquitetura; Património

Abstract: Some historic centers in Cape Verde date back to the proto sixteenth century, represented by their architectural heritage is a symbolic and unique heritage from the colonial period. These historic centers, according to some historians, are an extension of the town of Ribeira Grande-Island of Santiago, and are distinguished by their initial minority population among white people / Europeans, (owners and ship-owners), and that by their symbolic status presented through their grandiose stately homes, which flanked the humble dwellings of blacks / Africans. It is in this context that this article proposes a discussion of the evolution of colonial architecture in these

[1] CARREIRA António, Cabo Verde – «*Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*», 2ªed., Instituo Cabo-Verdiana do Livro, Lisboa, 1983.

territories, their influences and at the same time to prove that there was a direct relationship between the built housing structures and the social structure that began in the period of colonization and that has extended to the present day, even if in a different way.

Keywords: Historic center; Architecture; Heritage

Enquadramento Geográfico De Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde está situado no Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, nos paralelos 14º 12´ e 14º 48´ de latitude N e o meridiano 22º 44´ e 25º 25´ de longitude WG, ao largo da costa ocidental do continente africano e a 500 km do promontório que lhe deu o nome – o cabo verde que fica no Senegal (Brito Semedo, 2006:50). O seu achamento deu-se nos finais do século XV (datada de 01 de Maio de 1460). É um arquipélago de origem vulcânica, tem 4.033 km2 de superfície e 491.875 mil habitantes (Censo 2010) é composto por "10 ilhas e 5 principais ilhéus". As dimensões das ilhas variam entre 991 Km2 (Santiago) e 35 Km2 (Santa Luzia).

Francisco Xavier Faria (1970) descreve – o, com referencia a sua localização, de modo muito próximo da descrição apresentada por vários estudioso entre os quais Manuel Múrias que, sustenta que cabo verde fica situado a 455km da costa ocidental da África (1939).

Segundo Amaral (1991)[2] o nome de Cabo verde é derivado por se situar frente ao promontório com o mesmo nome. O mesmo corrobora Ernesto de Vasconcelos, num estudo e descrição feita sobre a Costa Ocidental da África do Senegal ao Cabo do Monte, no século XVI em que este descreveu:

> Deste cabo Verde no mar oceano côtra ocidente jaze as ilhas que se chamã ilhas de Cabo verde. Aynda que elas nã sejam verdes, pore tomam ho nome deste Cabo que he sempre verde das quaes ilhas se hirá no quaderno das ilhas do mar perderam oceano (Amaral, 1991:2).

De fato a posição do arquipélago, a 1400Km a sudoeste das canárias fica muito longe da costa o que terá condicionado o alcance destas ilhas por parte de populações africanas, mas fica, convenientemente próximo, para facultar uma localização que viria a desempenhar uma função de placa giratória ou ponto estratégico, no processo do comércio triangular sabendo que o país

[2] AMARAL, Ilídio do. **Cabo Verde: Introdução Geográfica** – In ALBURAUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira – Historia Geral de Cabo Verde, vol. I. Lisboa/praia: Instituto de Investigação Cientifica Tropical de Portugal/Direção Geral do Património de Cabo Verde, 1991,p. 2.

desempenhou a função de entreposto comercial entre Europa, África e América e com outras variantes ao longo do tempo conforme descreveram Iva Cabral e Maria Emília Madeira Santos (2000). Importante realçar que a noção de posição estratégica decorre das funções que o território desempenhou em cada momento. Embora não constituindo escala sistemática, Cabo verde foi ancoradouro para muitas aflições nas rotas atlânticas tais como: as carreiras das minas de São Tomé, ou ainda nas carreiras transatlânticas para as Índias ou para América.

O Período Colonial

Depois da descoberta do arquipélago, dois anos mais tarde começou o processo do povoamento das ilhas de Santiago e Fogo, envolvendo os portugueses e os escravos negros vindos da costa ocidental africana. Segundo Bràsio, (1962:49-97), o Rei D. Afonso V queria que o seu irmão Infante D.Fernando, desencadeasse imediatamente o povoamento das ilhas de Cabo Verde em que consta através da Carta Régia de doação de 19 de Setembro de 1462 *[…] queremos que elle haja livremente as ditas jlhas e senhorio e povoradores d'ellas […]*. Foi então a partir dali que começaram a chegar a ilha de Santiago, juntamente com o genovês António da Noli e sua família, os portugueses do Alentejo e do Algarve (Bràsio,1962: 83-97).

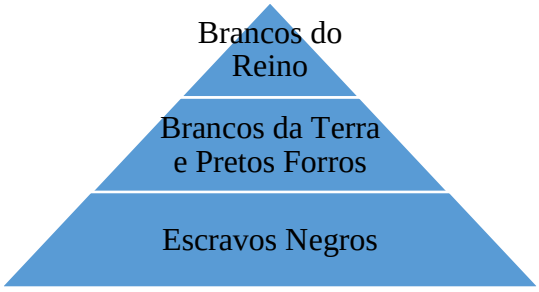
Volvidos quatro anos de tentativa de povoamento sem sucesso, e atendendo a muitas dificuldades encontradas, conforme se testemunha através da carta de privilégios de D. Afonso V, datado de 12 de Janeiro de 1466 em que esta explícito que Santiago se começara a povoar *haverá quatro anos,* a cargo do seu irmão e senhor da ilha; mas *[…] por esta ser tao alongada de nossos reinos a gente não quer em ela viver senão com mui grandes privilégios e franquezas e despesa sua* por isso, autorizou o rei:

> […] que os moradores da dita ilha que dai em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhes prouver poderem ir com navios a tratar e resgatar em todos os nossos tratos das partes da Guiné […] (Bràsio, 1962: 431-435).

Volvidos um ano apos a implementação da carta de privilégios, começou-se a intensificar o processo de povoamento com através das relações comerciais e de miscigenação, originando o aparecimento de três espécies de castas: os brancos descendentes do continente europeu, os pretos da linhagem pura africana (escravos trazidos da costa da Guiné) e os mulatos (mestiços), considerados como *brancos da terra* resultante do cruzamento entre os brancos da europa com as

mulheres negras. Esta casta teve um aumento significativo no século XVI quando começaram a enviar para o arquipélago os degradados a cumprir sentença (Barcelos, 2003:28).

A partir de então a pirâmide social Cabo-verdiana do século XVI passou a ser da seguinte maneira:



De acordo com a construção desta pirâmide social se pode concluir que os escravos negros pertenciam ao grupo maioritário mas sem quaisquer poderes liberdades e garantias, a parte intermédia era composto pelos brancos da terra e pretos forros que pertenciam a elite média e por último no topo se encontrava os brancos do reino que mesmo sendo grupo minoritário eram os detentores do poder. Neste aspeto pode-se afirmar que as diferenças entre as camadas sociais influenciou e muito nas discrepâncias entre os padrões habitacionais durante o período em estudo tendo os Brancos vindos do reino habitados nos imponentes sobrados e nas casas grandes (mais concretamente para os que possuíam grandes propriedades), os brancos da terra e os pretos forros[3] nas casas grandes de pequena dimensão e nas habitações vernaculares e os escravos negros que eram forçados a habitar nos espaços de arrecadação das casas dos seus patrões, nas senzalas e noutros sítios dependendo das funções que estes desempenhavam.

Sendo assim, o processo do povoamento e por toda a época colonial, como era de se esperar, os núcleos históricos urbanos foram edificados dentro dos parâmetros do urbanismo português. Pode-se afirmar que a influência arquitetônica portuguesa foi exportada para as cidades da expansão e esses foram modelos que serviram de base para a criação das cidades atlânticas. Segundo Orlando Ribeiro (1962), o primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores,

[3] Escravos negros livres que receberam do seu patrao a carta de elforria. Estes contruiram as suas proprias casas e familias e também possuiam seus proprios escravos. Por isso durante este periodo estavamos perante uma sociedade escravocrata.

completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o continente desconhece, onde todas as cidades têm um ar de família.

Nuno Portas (1995:430), ao abordar as questões das construções portuguesas durante o período do império ultramarino, centrando-se nos exemplos de Portugal, América latina, Costa da Índia e África diz que existe uma "constância dos modelos urbanísticos adotados", assim como uma "relação com a civilização de origem (..) ". Também José Fernandes (1989:247) é categórico ao afirmar que esses núcleos urbanos, no nosso caso os centros históricos de Cabo Verde, têm "uma influência mais ou menos direta do povoamento português". Por sua vez, Manuel C. Teixeira (1998:57) refere que " (...), todas elas tinham o mesmo modelo de referência eram as cidades existentes construídas em Portugal".

Por isso, atendendo ao exposto, podemos caracterizar a arquitetura habitacional dos centros históricos em Cabo Verde em duas fases distintas, em que o tradicional e o contemporâneo ajustaram-se ao longo do tempo e acompanharam as mudanças globais.

A denominada fase ou período colonial que começou com o povoamento do arquipélago de Cabo Verde em 1462 e se estende até ao século XVIII culminando com o processo da abolição da escravatura em 1850, caracterizada por centros urbanos edificados com um planeamento estruturado, quase homogéneo, com estas construções a atravessarem séculos e hoje a fazerem parte do cartão-de-visita desses centros históricos. Nesta fase (nos primeiros séculos de povoamento) a evolução e adaptação da arquitetura em Cabo Verde passou por muitas dificuldades, visto que, se por um lado as pedras vulcânicas eram abundantes no arquipélago os europeus e os africanos desconheciam as técnicas para a sua utilização. A escassez de pedras de cantaria, madeiras e telhas constitui-se graves problemas construtivos durante alguns séculos de povoamento. As secas cíclicas por que passava o arquipélago não facilitavam na produção de madeira que garantia muitas construções, por isso era necessária a sua importação a larga escala na primeira década do século XVI (Semedo, 2009). Também as construções populares à base de terra (taipas, adobe, tijolo e barro cozido), que eram técnicas de construção dominadas tanto pelos portugueses como pelos africanos, não conseguiram impor-se no arquipélago supostamente por falta de argilas suficientes.

Para a construção de monumentos religiosos, de defesa e proteção, e das casas senhoriais foram feitos baseadas na importação de pedras de cantarias, telhas, cal e algumas delas talhadas com calcarenitos da ilha do Maio.

A consolidação das técnicas de construção em Cabo Verde teve a sua consolidação nos finais do século XIX, com a utilização das rochas vulcânicas na construção das paredes, assim sendo, a utilização do tijolo de barro importado somente era utilizado na construção dos edifícios públicos e nas casas das famílias de elite social, em que utilizavam argamassa cal e areia para o ligamento das pedras. As casas populares pertencentes a outras camadas sociais eram feitas de pedra de junta seca, pedra e barro (argila e areia) e cobertas com palha de cana sacarina e folhas de carrapato (Semedo, 2009). A utilização o cimento mais conretamente do tipo *Portland* nas ilhas de Cabo Verde e a técnica do betão armado, chegou muito tarde mais concretamente a partir do Sèculo XIX, com o reforço das construções das obras públicas (Guedes, Lopes, et al., 2010:78).

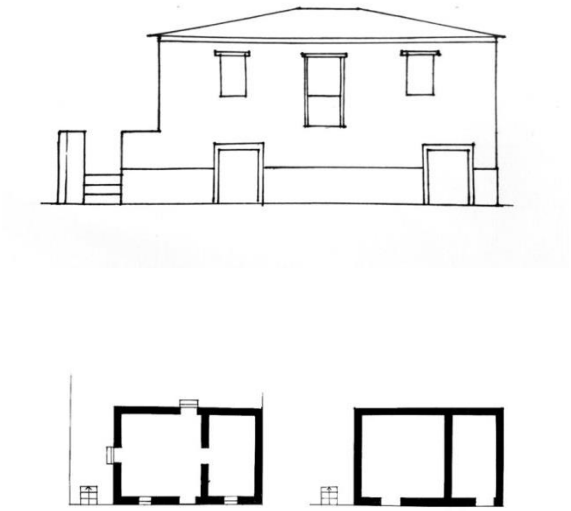
Com a persistência da seca nos finais dos anos sessenta e no início dos anos setenta do Século XX, teve reflexos na carência da palha de cana-sacarina, para a cobertura das casas, pelo que o governo da antiga província criou um programa de assistência pública de distribuição de telha de fibrocimento. Até esta altura o consumo do cimento abrangia apenas as obras públicas (Gomes, 2004).

Assim como a fase que denominamos de pós-independência (a partir de 1975), as construções tradicionais, tanto no meio rural como urbano evoluíram-se, sendo que a utilização do cimento deixou de ser apenas para as obras públicas e passou a ser de domínio popular com a introdução e difusão de blocos de cimento e de cascalho nas construções das paredes em detrimento da pedra. As mudanças ocorridas tiveram reflexos tanto na diversificação dos materiais de construção utilizados como na arquitetura popular. O uso de betão armado nos elementos construtivos permitiram a extensão das casas e o aumento do número de pisos, no meio rural. Nesta fase também é caracterizada por um desenvolvimento urbano inicial sem planeamento, visto que o planeamento urbano chegou muito mais tarde, e também influenciada pelo sistema orográfico do território, visto que os primeiros assentamentos urbanos cresceram perto da orla marítima e também entre os vales que possuíam muitas águas e terrenos propícios para a prática da agricultura.

Imagem n° 1

Exemplar de sobrado na Cidade Velha na Rua de Banana (Claudino Borges, 2017).

Imagem n° 2



Alçado ou vista do sobrado em Cidade Velha (Claudino Borges, 2018).

Estes assentamentos são visíveis não só no coração da cidade como também nas zonas periféricas. Com o passar do tempo, e devido ao processo acelerado do êxodo rural, esses espaços chegam atualmente a fazer confusão sobre qual o espaço que podemos considerar como centro Histórico? Onde termina o assentamento antigo, planeado e urbanizado no período colonial, e começa o originado no período pós-independência? Por este motivo, os centros históricos de Cabo Verde apresentam uma característica específica e multifacetada em termos da arquitetura habitacional edificada em períodos e contextos diferentes. Para melhor compreendermos essa caracterização, procuramos fazer uma ponte com as cidades africanas de influência ultramarina que são produtos de influência das cidades tardo-medievais e renascentistas portuguesas no continente, já que no lote dessas cidades podemos incluir as de Cabo Verde.

Nesta ótica, segundo Izabel Raposo e Cristina Henriques (2005:114), fazendo alusão a cidade de Maputo, em Moçambique, " O aglomerado cresce dual: por um lado a cidade de 'cimento' dos colonos e por outro o 'caniço', sem direito de cidadania, onde se acomodam os seus múltiplos servidores". Na mesma linha de análise, David Leite Viana (2013: 18. v.1,n.1), ao abordar a questão da base construtiva das cidades africanas, diz que:

> O colonial e o pós-colonial, o centro e a periferia, o formal e o informal, o regular e o irregular, e ordem e a desordem, o previsível e o imprevisível, o ordenado e o espontâneo, o macro e o micro, o global e o local, geometrias lineares e geometrias complexas (Viana, 2013:18. v.1,n°1).

Esta é a raiz da condição de indefinição e transição que marca a cidade africana, com destaque para Cabo Verde, e que a consubstancia enquanto o mosaico urbano plural e polimórfico.

Podemos concluir que esta indefinição em distinguir o centro histórico da periferia, este muitas vezes relacionado com o processo do êxodo rural e que por sua vez arrasta consigo o alargamento das malhas urbanas de uma forma desorganizada, sem qualquer planeamento. Nestes espaços são edificados conjuntos habitacionais, lugares onde se realizam pequenos comércios e outros setores de atividades. Mas com o fim do período colonial em 1975[4], com uma forte aposta na introdução da técnica de betão armado e de confeção de blocos do mesmo, começou a diferenciar com mais clareza o período histórico arquitetónico colonial do não colonial.

[4] O periodo colonial vigorou em Cabo Verde desde a época do descobrimento até à queda o regime Salazarista em 1974. Por sua vez, o arauipélago tomou a sua indipendencia em 5 de Julho de 1975.

No seu artigo científico sobre o setor informal em países da áfrica subsariana, Ilídio do Amaral (2005) afirma que "Está provado que nos países em desenvolvimento, com manifestas dificuldades do Estado e do sector dito formal darem respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supere essas faltas (...) ". Daí as cidades manifestarem na sua arquitetura e na sua estrutura urbana essa dualidade, do formal e da resposta informal às necessidades.

No caso de Cabo verde, em termos do desenvolvimento do centro histórico do período colonial, não podemos em rigor afirmar que existiu um crescimento dual, mas sim um sistema trial, evidente nos sistemas construtivos utilizados e tendo em conta a análise que fazemos da estratificação da sociedade no processo de povoamento. Por isso, para este estudo caracterizamos o sistema habitacional dos centros histórico do período colonial em três categorias:

A) Os sobrados pertencentes aos colonos e às famílias abastadas

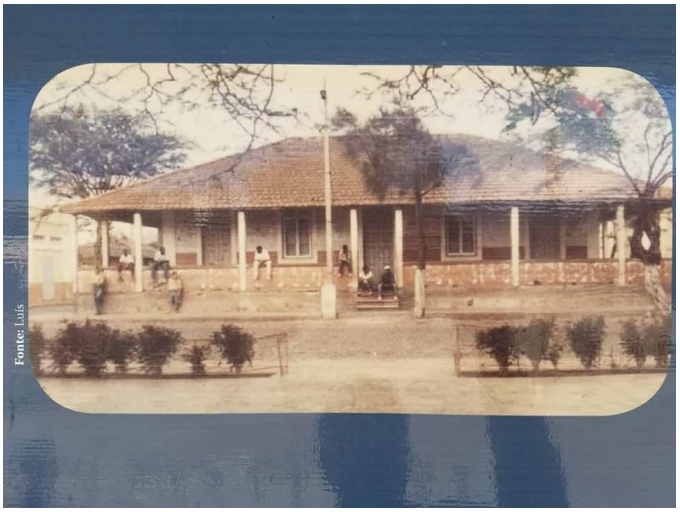
Os sobrados, habitações de dois andares, correspondem à grande percentagem da tipologia histórica. São casas senhoriais com o espaço residencial no primeiro andar, geralmente protegido pelo sol por uma varanda coberta. São construções baseadas no estilo arquitetónico das cidades portuguesas[5], mas com alguns ajustamentos introduzidos em função das condições climatéricas do país. Em alguns casos, o pavimento térreo era ocupado por uma função comercial. No que se refere à fachada, os dois pisos são simétricos, sem reentrâncias ou balanços. Os sobrados mantêm a métrica das casas térreas: as portas e janelas dos pavimentos inferiores correspondem com as dos pisos superiores. A parte frontal era bastante simples, composta por duas portas (piso térreo) e três janelas (no piso superior), com uma de mansarda (ao centro).

[5] Esta tipologia de construções estendeu-se também a outras colónias portuguesas como por exemplo Brasil, em o autor Gilberto freire na sua obra Sobrados e Mucambos (1936), traz como tema principal a decadência do patriarquismo do ambiente rural brasileiro ocorrido no século XIX.

Imagem n° 3

Sobrado da família Macedo no centro histórico de São Filipe – ilha do Fogo
(Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).

Imagem n° 4



Exemplo de casa grande centro cultural Norberto Tavares- Assomada
(Fonte: Cedida gentilmente por Luís Leite).

Mais tarde, no início do século XVII, construíram-se novos tipos de sobrados principalmente na Ilha do Fogo, mais complexos, em que foram introduzidas varandas, com a função de protegerem o interior da casa do efeito do sol abrasador. Ainda é possível encontrar alguns sobrados com platibandas de diversas cores, encimadas por jarrões de cantaria, paredes lisas portas e janelas de mogno. Segundo Jesus, (2007:47)[6]

> utilizando a técnica dos sobrados, as lojas ou cave se localizava no piso térreo da casa de dois pisos destinados no meio rural a armazém de alimentos e diversos materiais de apoio ou mesmo abrigo de animais. Raras vezes poderia ser utilizado como adega, aonde com a evolução urbana as caves dos sobrados passaram a ser usados simplesmente como espaço de armazenamento, ou para ser utilizado como albergar o comércio local (Jesus, 2007:47).

Muitas vezes encontramos sobrados em que a parte do rés-do-chão servia de estábulo e moradia dos escravos pertencente aos proprietários.

Imagem n° 5

Imagem n° 5 -Exemplar de casa grande mais simples no centro histórico de São Salvador do Mundo - Picos (Claudino Borges).

B) As chamadas Casas Grandes pertencentes aos pequenos proprietários

Como dissemos anteriormente, Cabo Verde é composto por dez ilhas e estas, por sua vez, possuem os seus centros históricos considerados como os corações das cidades onde estão localizados. Alguns são classificados como patrimônio mundial, como sucede com a Cidade Velha (ilha de Santiago), outros como património nacional, como sucede com os centros históricos de

[6] PIRES, F. de Jesus Monteiro. **Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde – Análise histórico formal do espaço urbanos séculos XVI-XVIII**. Ed. Universidade de Cabo Verde. Mindelo. 2007.p. 47.

Praia-Santiago, São Filipe – Fogo, Mindelo – São Vicente, Nova Sintra – Brava, Ribeira Brava – São Nicolau. Os não classificados, em maior número, possuem um elevado grau de potencial econômico, social e patrimonial que justificam a sua elevação à categoria dos classificados.

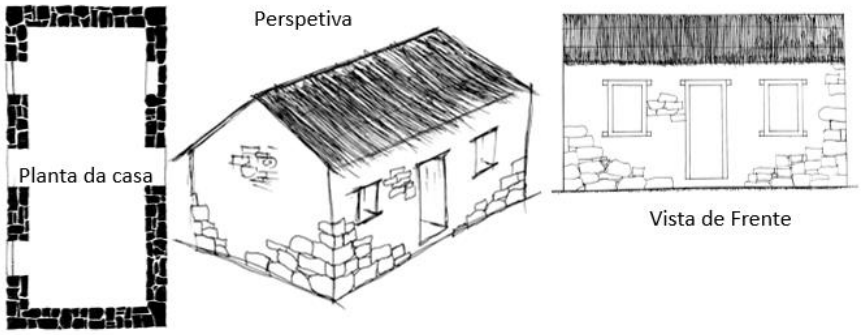
Por ser um país arquipelágico, muitos centros urbanos foram edificados e se desenvolveram juntos dos portos, mas por outro lado existem os centros históricos que pertencem ao meio rural, como é o caso das cidades da ilha de Santiago: São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina – Assomada, Tarrafal. É justamente nesses centros históricos que encontramos um outro tipo de habitação, a chamada "casa Grande"[7], pertencente a proprietários fundiários de escalão médio. Esses senhores implantaram as suas habitações no meio rural por possuírem aí terrenos agrícolas ou serem seus rendeiros, muitas vezes também proprietários de mão-de-obra escrava.

A Casa Grande dividia-se em dois tipos: as que podemos denominar de mais complexa, devido ao sistema construtivo e à capacidade económica do seu proprietário, e as mais simples.

Inicialmente, o termo não era utilizado, todas as casas eram denominadas de moradias ou casas de vivenda. Mas a partir de meados do século XVII passou a ser utlizado para atender à maior dimensão das residências dos donos das grandes propriedades rurais de Cabo Verde no período colonial. As suas principais caraterísticas eram a varanda com o catacrese, que servia como complemento arquitetônico que utilizava pilares e vigotas de madeira para se destacar da fachada, e o pavimento interior revestido de madeira em todos os compartimentos residenciais.

Imagem n° 6

[7] Do ponto de vista arquitetónico assemelha-se as casas grandes brasileiras descritas por Gilberto Freire na sua obra "Casa & Senzala" publicada em 1933 em que apresenta a importância da mesma na formação sociocultural brasileira, assim como na senzala na complementação da primeira mas no nosso estudo de caso convém dizer que em Cabo Verde esta expressão também sempre foi utilizada indo ao ponto em que existem duas localidades (uma na cidade de São Salvador do Mundo e em São Miguel), ambas na ilha de Santiago que possuem este nome.



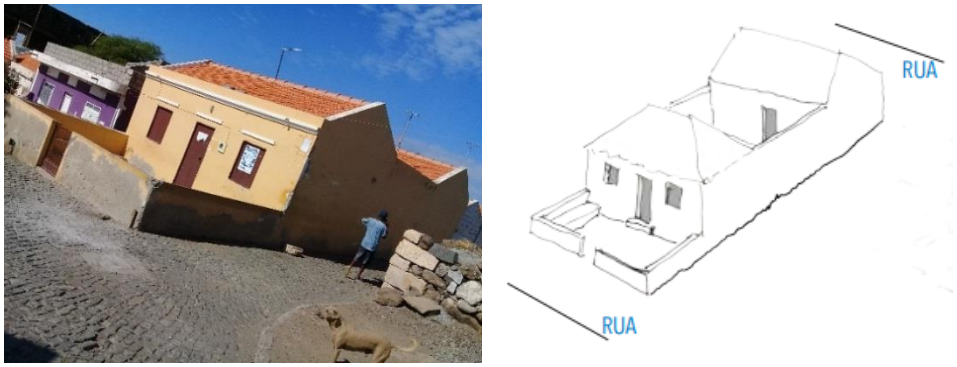
Exemplar de casas ou vernaculares no centro histórico da Ribeira Grande Santiago e vista em perspetiva (Claudino Borges).

A casa grande servia para representar a forma da vida patriarcal do sistema colonial em Cabo Verde, pois todos estavam ligados a sistema da senzala que funcionava como um complemento político, económico e social.

As Casas Grandes mais simples

Também pertencentes a proprietários rurais da época colonial, apresentavam caraterísticas mais simples: não tinham varanda e o seu interior estava organizado por 2 a 3 compartimentos destinados à residência dos senhores, com pavimentos revestidos de cimento queimado. A casa estava interligada por um quintal que servia como espaço de arrumos, criação de animais ou armazenamento dos materiais. Nesse mesmo quintal estava localizada a senzala para os escravos e o piso era de terra batida ou calcetado com pedras rusticas ou basáltica.

Imagem 7º



Construção com duas frentes de rua (fonte: Manual de Cidade Velha Guia de normas urbanísticas e fotografia: Claudino Borges)

C) As casas tradicionais ou vernaculares /casas comuns pertencentes às famílias menos abastadas

A arquitetura popular Cabo-verdiana é considerada a mais simples no período colonial, já que possui traços da arquitetura popular portuguesa e dos funcos originários do continente africano. É constituída por apenas um piso e são os tipos de habitações mais comuns nos centros urbanos (embora nos últimos anos tenham aparecido habitações mais modernas, fruto dos tempos que correm).

As casas de arquitetura tradicionais são as habitações das famílias de baixos recursos econômicos. Normalmente são famílias numerosas que muitas vezes vivem "amontoadas" nessas casas de dimensão reduzidas. Inicialmente, eram casas com um único compartimento e vãos de tamanho reduzido, mas, com o decorrer dos tempos, estas características sofreram modificações significativas, a fim de dar respostas às novas exigências do aumento do número de agregado familiar e de higiene, com a construção de pequenos quartos e casas de banhos.

Observando o sistema construtivo, podemos verificar a existência de uma harmonia em termos da dimensão e do alinhamento com as ruas. São construídas com pedra e cal, têm paredes grossas e rústicas, um formato retangular e possuem uma área total que varia entre os 30 a 70 m2. São cobertas com telhas vindas da ilha do Maio ou com palhas de bananeira, de caniço de bambu, ramos de coqueiro ou folhas da cana-de-açúcar, trançadas e bem amarradas ao caniço com cordas de sisal. Nos finais do século XVI, foi introduzida a técnica dos tabiques (armação de madeira enchida com cascalho argamassa de cal e areia). Segundo Walter Silva (2015:50) partir do século XIX se começou a construir casas com divisórias de pedra e blocos feitos de argamassa em que:

> a fachada frontal é acabada com pedra basáltica ou calcaria e escassilhos à vista com algumas pedras em mármore português ou pedra da ilha do Maio provenientes da Ruina da Sé Catedral ou outros edifícios religiosos mas nas paredes utilizavam essencialmente o barro como ligante (Silva 2015:50).

Essas casas, mesmo construídas com esses materiais, cujo sistema da cobertura é de duas e quatro águas, assemelhando-se às coberturas com telhas, utilizando-se muitas vezes o caniço, as palhas da cana-de-açúcar e os ramos de caqueiro. As suas pavimentações são de argamassa sob sistema de cimento queimado, de pedras rústicas ou, em alguns casos, de terra batida.

Imagens n° 8

Alinhamento das casas em relação as ruas (Claudino Borges)

Arquitetura civil - as habitações tradicionais / familiares nos centros históricos de Cabo Verde – Um caso tipíco da Ribeira grande de Santiago

As casas do centro histórico da Ribeira Grande – santiago, apresentam um tipo de arquitetura rural de influência direta do Norte de Portugal, dos Açores e da Madeira, sem descurar a influência da arquitetura africana. Em termos de implantação no espaço urbano, podemos observar uma harmonia no alinhamento com as ruas, criando perspetivas lineares, e uma homogeneidade de dimensões e escalas.

Estes edifícios são fruto das várias culturas que estiveram na origem da Cidade Velha e traduzem o conhecimento desenvolvido pela população local da sábia utilização dos recursos materiais disponíveis para responder às diferentes necessidades habitacionais, fazendo face aos condicionantes naturais do lugar, como a orografia da cidade. Outro aspeto que consideramos de grande importância neste tipo de arquitetura, que utiliza recursos locais, é a sua sustentabilidade.

São habitações compostas por um só piso, de formato retangular, com uma correspondência total entre a largura do edificado e o terreno disponibilizado para a sua construção conforme tínhamos descrito nos modelos que identificamos no início do nosso trabalho.

Apresenta dois modelos de casa. Ou seja, quando a casa fica situada entre duas ruas paralelas pode ter duas frentes, viradas para cada uma das ruas. Este aspeto facilita muito o processo da extensão e aproveitamento do espaço tendo em conta o aumento progressivo do agregado familiar, assim como a possibilidade da divisão da casa em duas habitações, que podem ser perfeitamente alugadas a terceiros.

O outro modelo de casa é quando a habitação fica situada na confrontação de um outro lote na retaguarda, em que não há qualquer possibilidade de ampliar a extensão do lote, a não ser ocupando a área destinada ao quintal. Aqui estamos perante uma casa que muitas vezes não possui o quintal que desempenhava o papel do espaço da arrecadação.

Estas duas soluções foram se desenvolvendo de acordo com o aumento da população que consequentemente aumentou as construções dos edifícios, mas tiveram o seu ponto auge em 2011 com o sistema de regulamentação através da elaboração, aprovação e implementação do Plano diretor Municipal.

Imagens n° 9

Configuração do espaço interior das habitações (Claudino Borges).

São construções caraterizadas por terem paredes ortogonais e espessas, em que podemos observar um predomínio do cheio em relação ao vazio, isto é, da área da parede construída em relação à área de abertura de vãos.

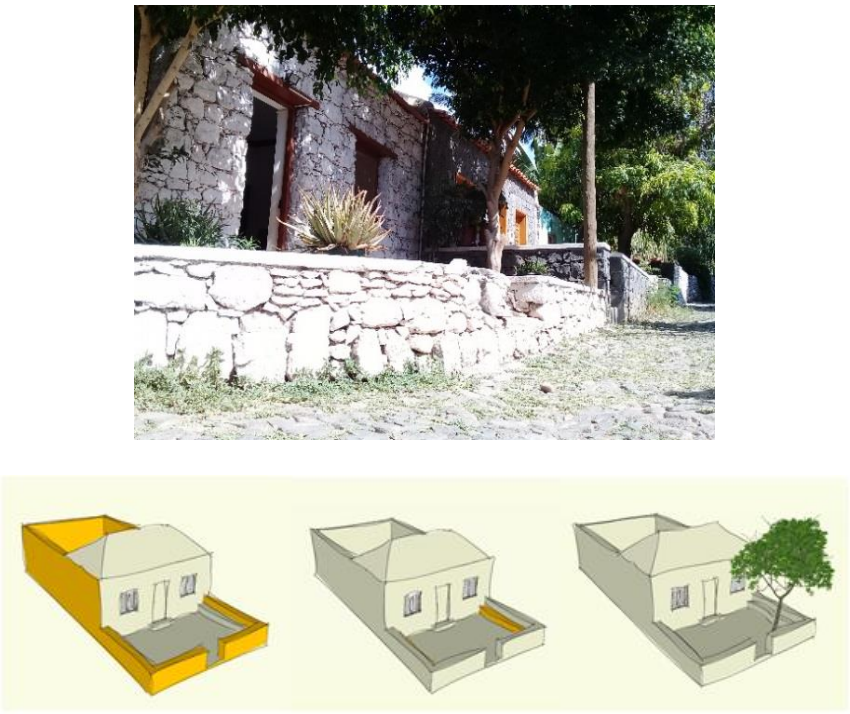
Esta tipologia regular da habitação permite criar alinhamentos do edificado no mesmo plano vertical, mesmo quando a sua implantação é condicionada pela topografia do terreno, o que confere unidade e harmonia ao conjunto urbano.

Imagem n° 10

Tipologias das habitações contemporâneas na Cidade Velha de modo a responder as necessidades atuais (Claudino Borges).

O património histórico-cultural é dinâmico como podemos confirmar na evolução significativa que tiveram as habitações vernaculares no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago. Durante o seu levantamento, verificámos que estas casas apresentavam inicialmente um único espaço que desempenhava múltiplas funções: servia de espaço familiar, de dispensa para guardar objetos e mantimentos e ainda abrigava os animais domésticos. Havia uma comunhão entre as pessoas e os animais no mesmo espaço.

Imagem n° 11

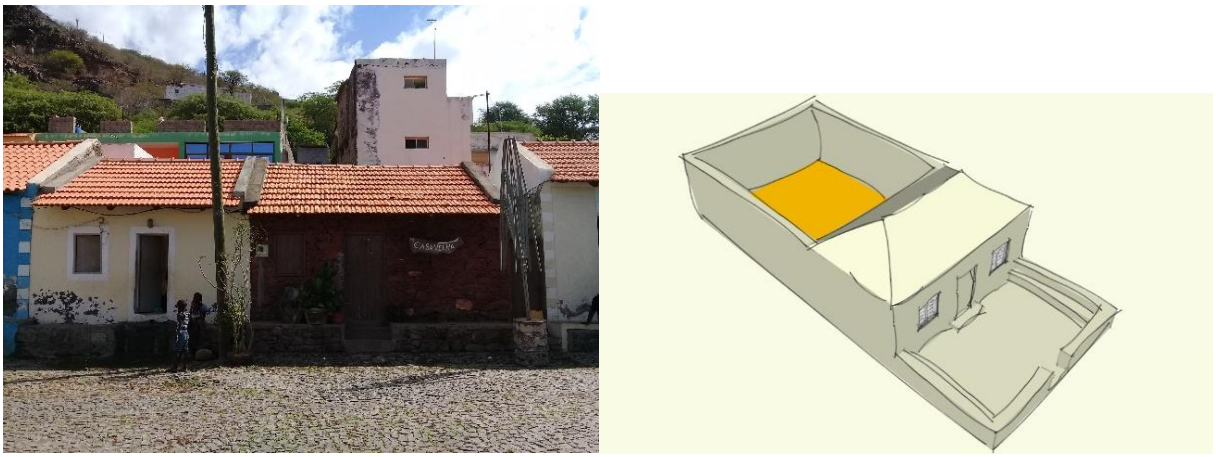


Composição do espaço exterior (Claudino Borges)

O espaço interior era configurado da seguinte maneira: a sala de estar e o quarto eram localizados no volume principal e, estes espaços comunicam, simultaneamente, com a varanda e o quintal através de duas portas frente a frente que dão acesso a ambos os espaços. A cozinha e a instalação sanitária localizavam-se na área exterior do edifício, precisamente no quintal, onde era construído o anexo, no qual os moradores realizam as suas atividades domésticas (Manual Urbanístico Ilustrado da Cidade Velha, 2018).

Com o passar do tempo, mais concretamente no dealbar do período pós-independência, com o aumento dos agregados familiares e o surgimento de novas necessidades e hábitos quotidianos, esta configuração é alterada de forma a responder a essas demandas, seguindo alguns padrões da arquitetura contemporânea.

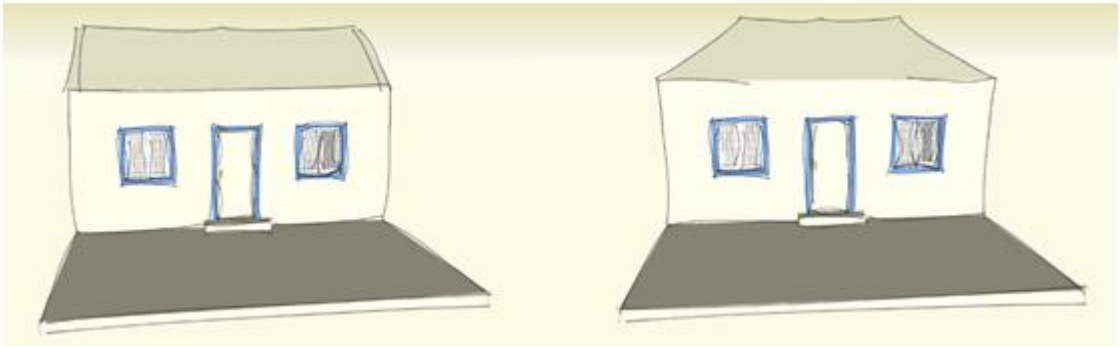
Imagem n° 12



Quintal da casa (Claudino Borges, 2018).

Outros detalhes não menos importantes são a varanda, o pátio e o quintal que servem como espaço de convívio e para a realização de outros trabalhos domésticos. A varanda é construída de pedra rústica ou talhada, tem uma altura delimitada entre 80 a 100 centímetros e muitas vezes comporta lugares de acentos tradicionais para a primeira recepção dos convidados. O quintal é construído com os mesmos materiais, faz parte da extensão da casa e possui uma altimetria igual a da casa. Com o aumento do agregado familiar e outras demandas sociais e familiares pode haver uma restruturação do quintal, que passa a ter uma menor dimensão ou até ser extinto, para dar lugar ao levantamento de novos quartos ou de uma cozinha, como dissemos atrás.

Imagens n° 13



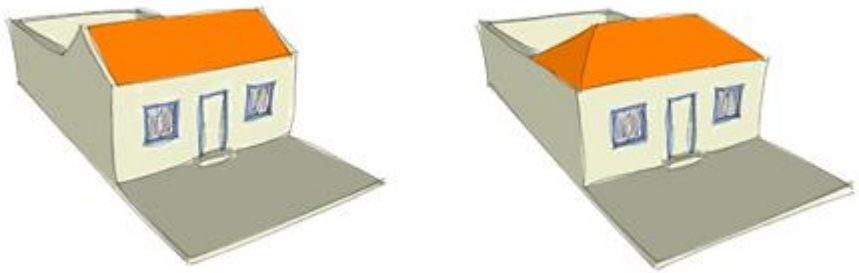
Desenho de fachada da casa (Claudino Borges).

Imagens n° 14

Fachadas de pedras basálticas aparentes e caiadas (Claudino Borges).

Essas habitações apresentam uma fachada simples, com paredes em pedra talhada, bem articulada com a argamassa ou feitas de alvenaria de blocos. A fachada é composta por uma ou duas portas e janelas de menor dimensão, abertas simetricamente, de modo a controlar a entrada das radiações solares e aumentar o conforto dos habitantes.

Imagem n° 15



Coberturas com 2 e 4 águas (Claudino Borges).

O sistema de cobertura das casas tradicionais do centro histórico da Ribeira Grande evoluiu com o decorrer do tempo. Inicialmente eram utilizados materiais locais como o revestimento de palha da cana sacarina, sisal ou de carrapato, ou de ramos de coqueiro e caniço, que trançados e amarrados formavam uma cobertura em sistema de duas ou quatro águas. Com o passar do tempo e

a introdução de novas técnicas de construção, esses materiais locais foram substituídos pelas coberturas em telha cerâmica de tipo marselha, que na parte terminal são rematadas por beirados ou platibandas. Querendo manter as coberturas originais dos edifícios a partir da década de 90 do século XX, sucederam-se algumas iniciativas de intervenções arquitetónicas mais concretamente em 1960 liderado pelo arquiteto português Luís Benavente no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, centrando-se na consolidação das ruínas a partir do processo de anastilosis[8] com o objetivo de garantir a autenticidade arquitetónica do edifício. Todos esses trabalhos foram coordenados pelo arquitetónica dos monumentos do século XVI, e a recuperação de alguns espólios e túmulos da época a partir das escavações arqueológicas (IIPC 2002).

Imagem n° 16

Cobertura com platibanda e beirado (fonte: Cidade Velha Guia de normas urbanísticas e fotografia Claudino Borges).

Neste aspecto pode-se concluir que a caracterização arquitetônica dos centros históricos de Cabo Verde para além de ser fruto do cruzamento das culturas europeias (portuguesa) e africana, desenvolveu-se também num sistema trial em termos dos materiais construtivos em que por um lado

[8] Um conceito arqueológico para uma técnica de reconstrução pela qual um edifício ou monumento em ruínas é restaurado usando elementos arquitetónicos originais em maior quantidade possível.

pode-se encontrar os denominados modelos construtivos de cimento, de pedras basálticas e por último de caniço.

Estes três modelos correspondem a classes sociais diferentes: os senhores que são os grandes proprietários, os proprietários pertencentes a classe média e os rendeiros pertencentes as famílias menos abastadas.

Bibliografias

AMARAL, Ilídio. Cabo Verde: **Introdução Geográfica** – In ALBURAUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira – **Historia Geral de Cabo Verde,** vol. I. Lisboa/praia: Instituto de Investigação Cientifica Tropical de Portugal/Direção Geral do Património de Cabo Verde. 1991.

BARCELOS, S. **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné.** Vol. I -Partes I e II. Edição apresentada com notas e comentários de Daniel Pereira. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2003.

BRASIO, António. **Descobrimento, povoamento evangelização do Arquipélago de Cabo Verde.** In Revista Studia n° 10 de Julho. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

BRITO, Semedo. **A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975. IBNL.** Praia. 2006.

CABRAL, Iva e SANTOS, Maria Emília. **Localização Geográfica e Formação da Sociedade.** In VARIOS – Cabo Verde, gente e paisagem. Bilbau: Agencia Espanhola de Cooperação Internacional. 2000. Praia.

FARIA, Francisco Xavier. **Os solos da Ilha de Santiago**. In Revista Estudos, Ensaios e Documentos n° 124. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica, 1970.

FERNANDES, J. (2012). **As Cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX Arquitetura e Urbanismo.** Atas do Colóquio Internacional. São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar diacrónica e sincrónica. 2012. 73-86. Lisboa.

FREYRE Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Ed. Harriet De Onis. Brasília. 1936.

GUEDES, Manuel Correia (ed). **Arquiterura Sustentàvel em Cabo Verde (Manual de Boas Pràticas).** CPLP. 2011. p. 78.

MANUAL Urbanístico Ilustrado da Cidade Velha. Instituto do Património Cultural. Cabo Verde. 2018.

COMES, Samuel F. **Impactes de apanha e extração de inertes em Cabo Verde segundo o Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II).** República de Cabo Verde: Ministério de Ambiente Agricultura e Pesca. 2004

MURIAS, Manuel. **Cabo Verde: memoria breve.** Lisboa: Agencia Geral das Colonias, 1939.

PIRES, F. de Jesus Monteiro. **Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde – Análise histórico formal do espaço urbanos séculos XVI-XVIII**. Ed. Universidade de Cabo Verde. Mindelo. 2007.

PORTAS, Nuno. **A Habitação Social – Proposta para a Metodologia da sua arquitetura.** Ed. Bertrand Livreiros. Lisboa. 1995.

RAPOSO, Izabel e HENRIQUES, Cristina. (2005). **(Sub) urbanidade e transformação do uso do solo na periferia de Maputo.** UR, Cadernos da Faculdade da Arquitetura da UTL, cidades Africanas. 2005. pp.114-123.

RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e problemas da expansão portuguesa**. Lisboa: J.I:U. 1962.

SILVA, Walter. (2015). **Arquitetura Civil da Cidade Velha.** Universidade de Cabo Verde. Praia. 2015. p. 50.

TEIXEIRA, Manuel. **A História Urbana em Portugal.** Desenvolvimento recentes. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.1993. 57.

VIANA, Davide. **Aprendendo com a forma urbana de Maputo**. Revista de Morfologia Urbana, v.1,n.1 de 1 de Julho. 2013. p.18.

Temporalidades

Padrões culturais da sociedade estadunidense: observações a respeito de uma contra-análise dos conceitos estabelecidos no filme *Beleza Americana*

Cultural standards of us state society: observations about a con-analysis of the concepts established in the *American Beauty* movie

Jairo Carvalho do Nascimento
Doutor em História Social
Universidade do Estado da Bahia
jairocine.uneb@gmail.com

Diego Raian Aguiar Pinto
Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade
Universidade do Estado da Bahia
aguiardiego1403@gmail.com

Recebido em: 11/08/2020
Aprovado em: 29/10/2020

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar criticamente o filme *Beleza Americana* (1999), do diretor inglês Sam Mendes. Ele traz fortes críticas à construção dos padrões culturais de vida norte-americanos, características que aprisionam o cidadão em modelos de perfeição construídos culturalmente. Referenciado por autores como Ferro (1992), Ginzburg (1990), Foucault (1963; 2009), Woodward (2000) e Hall (2000), o artigo procura investigar os padrões de perfeição construídos nos Estados Unidos da América que são popularizados e consumidos no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Beleza Americana; Análise fílmica; Padrões de perfeição.

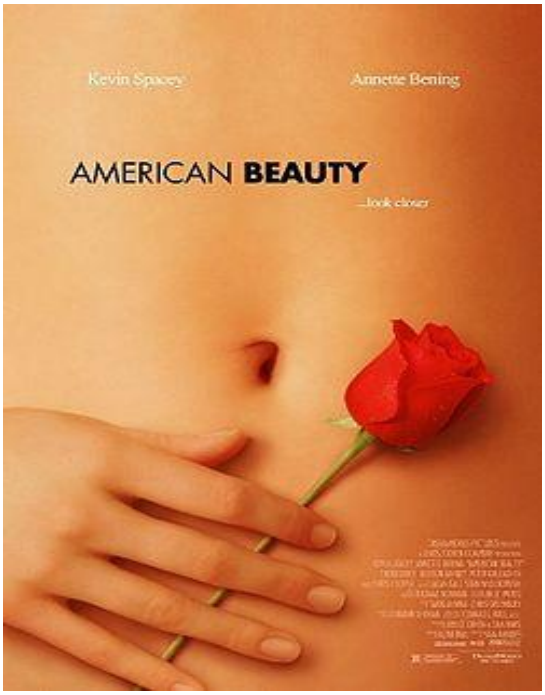
Abstract: The purpose of this article is to critically analyze the film *American Beauty* (1999), by the English director Sam Mendes. He brings strong criticism to the construction of American cultural living standards, characteristics that trap citizens in culturally constructed models of perfection. Referenced by authors such as Ferro (1992), Ginzburg (1990), Foucault (1963; 2009), Woodward (2000) and Hall (2000), the article also seeks to investigate such patterns of perfection built in the United States, which are popularized. and consumed in the contemporary world.

Keywords: American Beauty; Film analysis; Patterns of perfection.

Considerações iniciais

O presente artigo tem por objetivo analisar os padrões culturais de perfeição que são fortemente forjados nos moldes estabelecidos pela sociedade estadunidense e que, em consequência do fenômeno da globalização, são expandidos no mundo atual. A definição desses padrões é a principal temática do filme *Beleza Americana (American Beauty)*, produzido no ano de 1999, nos Estados Unidos da América, com direção de Sam Mendes.

Figura 1: Cartaz original de *Beleza Americana*



Fonte: *www.imdb.com*.

Diante disso, procuraremos mostrar a influência que os Estados Unidos da América têm sobre a definição de padrões culturais na vida de muitos cidadãos do mundo. Para tentar entender esses "padrões", o termo *American way of life* (estilo de vida americano) será tratado nessa produção e, a partir dele, procuraremos perceber o caráter ideológico que é difundido pelas mídias e pela sociedade na formação do estilo de padrão "perfeito", na qual a busca por ascensão social, por um corpo bem-acabado ou pela casa mais bonita do bairro se torna necessidade extrema do homem. O filme de Sam Mendes, por exemplo, apresenta, em cenas e diálogos, discursos que evidenciam elementos do *American way of life*. Isso é bem marcante no núcleo familiar de Lester Burnham (Kevin Spacey). Um exemplo disso, é o lema de sua esposa, Carolyn,

que reforça sempre a ideia de se forjar uma imagem positiva de sucesso, mesmo em situações de dificuldades financeiras.

O *American way of life*, já mencionado acima, é usado para definir a modo de viver que muitas pessoas levam, espelhando-se na grande potência mundial, os Estados Unidos da América. A origem desse termo se dá no forte nacionalismo que envolveu o período da Guerra Fria, na qual as potências EUA e URSS se envolveram em um debate ideológico, procurando estabelecer conceitos de melhor e mais avançada nação como referência para o restante do mundo. O reflexo desse embate de ideologias ocasionou em um estilo de vida liberal e na busca desenfreada pelo consumo, com o cidadão tentando de todas as maneiras pertencer a esse sistema que é alimentado pela circulação de dinheiro e mercadorias[1].

O *American way of life* faz parte de uma ideologia maior pautada no americanismo, na ideologia de superioridade estadunidense nos campos dos direitos individuais, no resplendor de sua democracia, no progressivismo e na "capacidade criativa do homem americano". O *American way of life* foi a versão cultural desse americanismo voltado para dominar o mundo, e o cinema foi um dos instrumentos principais para essa difusão (TOTA, 2000, p. 19-21).

Abordagens teóricas

Para adentrarmos nessa temática, primeiramente foi feita uma análise do filme *Beleza Americana*, entendido neste estudo como representante de crítica direta à cultura estadunidense, por isso adotado como *corpus* de pesquisa desta investigação. Depois, para fundamentarmos teoricamente, foi realizada uma revisão bibliográfica, com o intuito de nos aprofundarmos nas reflexões acerca do tema; para isso utilizaremos artigos e textos.

Quanto aos teóricos analisados, tiveram fundamental importância e foram base para a escrita deste artigo Marc Ferro (1992), Carlo Ginzburg (1990), Michel Foucault (1963; 2009), Kathryn Woodward (2000), Stuart Hall (2000), estes que tratam diretamente da temática proposta. Outros autores também subsidiaram de forma indireta, porém não menos importante; são eles: Mônica Almeida Kornis (1992), Elias Thomé Saliba (2001), Eduardo Morettin (2003) e Pierre Sorlin (1985).

[1] Os Estados Unidos da América, em seu processo histórico de construção, se firmaram como "modelo" de perfeição para o resto do mundo, principalmente para zonas periféricas, a exemplo dos países sul-americanos, que, mesmo sem as mesmas condições e com cidadãos sem o mesmo capital, tendem a seguir o padrão estadunidense de consumo. A renovação constante de mercadorias, o grande movimento do capital financeiro e as apostas na bolsa de valores são as principais características econômicas (e também sociais) dos Estados Unidos da América.

A relevância desse artigo se dá no estudo que ele faz a respeito da propagação de ideologias que reforçam a formação dos padrões norte-americanos de perfeição[2]. Dessa forma, a presente produção tenta trazer a ideia de um sistema que sempre formula conceitos de ideal, o que acaba por colocar de forma traiçoeira e intencional o que se deve comprar, vestir, ouvir, assistir, ler, dentre outros conceitos que serão abordados ao longo desta narrativa. Também tem importância pela análise que faz sobre o filme *Beleza Americana,* produção americana que faz uma crítica ao próprio ideal americano, e que é principal fonte para tratar essa temática.

Para construir uma análise fílmica, é necessário que o interlocutor do filme fique atento a diferentes aspectos que o rodeiam, desde a produção até sua exposição ao público. Assim, ao construir a presente análise, foi necessário entender e procurar em outras fontes diversas informações sobre o filme *Beleza Americana* para, dessa forma, compreender o momento em que foi produzido e sua principal mensagem. É de suma importância entender o filme como uma fonte formidável para compreender o contexto social em que é produzido, pois, mesmo quando ficcional, propicia ao espectador atento grande carga de conhecimento sobre determinado tema, como afirma Marc Ferro:

> É preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme (imagens, imagens sonoras, imagens não-sonorizadas), às relações entre os componentes desses subtratos; analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa. (1992, p. 87).

Não é inoportuno dizer o quanto o filme é importante para a propagação de ideias e conceitos na sociedade. Pelo fato de o filme ser um meio de comunicação de muita circulação entre as pessoas, muitas vezes ele é usado por interessados na propagação de ideologias de dominação, possibilitando, dessa maneira, formas de dominar ou de passar conceitos do que seria o ideal, seja o ideal de beleza, de nação mais desenvolvida, de consumo, dentre tantas outras formas.

Porém, o filme pode ser também um meio de se fazer uma "contra-análise da sociedade", possibilitando ao espectador interrogar a sociedade, confrontar os diferentes discursos para

[2] A força do hábito ocasiona no uso do termo "norte-americano", o que nos faz refletir sobre o quanto somos moldados ideologicamente pelos Estados Unidos da América. Esse termo deveria remeter a todos os países da América do Norte, e o seu uso serve para comprovar que a nação estadunidense tem grande hegemonia na América do Norte e no resto do mundo.

atingir realidades não visíveis presentes nas obras cinematográficas (FERRO, 1992). Acerca dessa questão, Eduardo Morettin, baseando-se na obra de Marc Ferro, escreve:

> [...] A contra-análise da sociedade é fornecida de várias maneiras pelo cinema. Em primeiro lugar, por meio de uma variedade de informações, como gestos, objetos, comportamentos sociais etc., que são transmitidos sem que o diretor queira. Em outros momentos, por meio das "estruturas e organizações sociais, essencialmente nos filmes não documentários que não têm a função de informar". (2003, p.17).

O filme como "contra-análise" da sociedade abre novas fronteiras para o trabalho do historiador com o filme, o que o torna instrumento útil no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, já que hoje em dia as fontes que podem ser usadas na elaboração de uma pesquisa histórica se expandiram de maneira positiva, o que acaba por possibilitar o estudo de determinado assunto por uma fonte diferente das tomadas como tradicionais.

Essa abertura na historiografia deve-se, em grande parte, ao surgimento da Escola dos Annales, na França, na primeira metade do século XX. Essa escola abordava sobre uma nova historiografia e tencionava um estudo diferente da história, até então dominada por modelos positivistas tradicionais. Também houve mudanças que dizem respeito à maneira como pesquisar a história, na qual a Escola dos Annales defendeu que as fontes poderiam ser diversas, incluindo, por exemplo, filmes, obras literárias, fotografias, documentos pessoais, etc.

Alguns teóricos divergem no exercício da análise fílmica. O historiador francês Pierre Sorlin, na mesma perspectiva de Marc Ferro, chama a atenção para o fato de que o filme é uma representação de um dado passado, de uma dada sociedade: "El cine no abre una ventana ante el mundo: filtra y redistribuye algunos de sus aspectos. (...) Los filmes son proposiciones sobre la sociedad: para un historiador, trabajar sobre el cine quiere decir comprender como se construyen esas proposiciones" (1985, p. 245). No entanto, diferentemente de Marc Ferro, que valorizou os aspectos metodológicos da análise, Sorlin destacará a importância de compreender os significados dos elementos internos de um determinado filme a partir da contribuição da semiótica. As propostas de análise de Sorlin e Ferro são complementares, uma não é maior ou melhor do que a outra.

A propósito da maneira como se deve analisar uma fonte histórica, Ginzburg (1990) escreveu sobre o paradigma indiciário que é baseado no "Método Morelliano", que consiste na observação dos pormenores para determinar a verdadeira autoria de uma obra de arte. Ginzburg conseguiu passar a ideia de um conhecimento indiciário, que é baseado na indução de pistas para

se chegar ao produto final, ou descobri-lo. A teoria de Ginzburg também pode ser usada na análise fílmica, em especial nesta presente análise, pois nos guia a observar "os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés" (GINZBURG, 1990, p. 144), ou seja, observar as pequenas situações e gestos no filme

Saliba (2001) faz uma análise sobre o consumo de imagens pelo leitor, o que possibilita entendimento sobre o modo como esse leitor recebe essas imagens (no caso do filme, imagens em movimento). Segundo o autor, o "leitor tem a tendência de estabelecer conexões e de procurar, até na mais espessa sopa de letrinhas, algum tipo de significado" (SALIBA, 2001, p. 119). Assim sendo, pode-se concluir que o telespectador de um filme consegue relacionar elementos presentes na produção cinematográfica com seu contexto social, o que faz do filme um meio importante para se estudar a sociedade.

No que diz respeito à reprodução de imagens, é importante entender que elas não apenas ilustram a realidade, mas também conseguem criar uma linguagem própria, específica de cada imagem, como salienta Mônica Almeida Kornis: "De toda forma, o que é importante registrar é que hoje se admite que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a reconstrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico" (1992, p. 238).

A partir das perspectivas dos autores acima citados, analisamos o conjunto "filme-contexto histórico" na produção cinematográfica de *Beleza Americana*. Isso com o intuito de se observar a invenção, a manutenção e rompimento dos ideais norte-americanos expostos para as pessoas, em um trabalho silencioso, porém altamente ideológico, que tem cumprido bem sua função, observado na quantidade de pessoas "presas" a esse sistema cultural proposto por essa nação.

O filme: diretor, crítica e premiações

Sam Mendes é um diretor inglês. Nasceu na cidade de Reading, em 01 de agosto de 1965. Filho de um professor universitário, James Peter Mendes, e de uma escritora de obras infantis, Valerie Helene. Frequentou a escola secundária no Magdalen College em Oxford, e estudou na Universidade de Cambridge. Iniciou sua carreira artística no teatro, em Londres, no início da década de 1990, dirigindo diversas peças e musicais de sucesso. O sucesso no teatro despertou a atenção de produtores e diretores de cinema, dentre eles Steven Spielberg, que entregou o roteiro de *Beleza Americana*, escrito por Alan Ball, para Mendes dirigir. Um roteiro com uma grande

história para um profissional iniciante no cinema. Um desafio para Mendes, dirigir seu primeiro longa-metragem no cinema. O olhar clínico de Steven Spielberg deu certo[3].

Beleza Americana foi lançado em 17 de setembro de 1999, nos Estados Unidos. Em termos de bilheteria, o filme alcançou sucesso imediato nos Estados Unidos e na Inglaterra, com somas volumosas de arrecadação financeira.

O curioso é que o filme foi lançado um ano depois do escândalo na Casa Branca, o relacionamento sexual entre o Presidente Bill Clinton e a estagiária de 23 anos, Monica Lewinsky. Bill Clinton estava em seu segundo mandato e sofreu processo de *impeachment* que quase o tirou da presidência. O caso foi muito noticiado na imprensa dos Estados Unidos e debatido em sociedade. Embora tenha saído da Casa Branca com boa popularidade, não conseguiu emplacar um sucessor democrata. Do ponto de vista moral, saiu com sua imagem arranhada (MORTON, 1999). É um caso de falso moralismo, elemento presente em *Beleza Americana*.

O cenário de 1999 foi promissor para o cinema norte-americano. Outros bons filmes foram lançados neste ano: *Clube da luta*, de David Fincher, obra que viraria *cult*, que mostra a trajetória dos personagens Jack (Edward Norton) e Tyler Durden (Brad Pitt), que usam a violência gratuita para preencher o vazio de suas vidas; *De olhos bem fechados*, de Stanley Kubrick, último filme desse renomado diretor, que mostra a odisseia do médico Bill Harford (Tom Cruise) em busca de realizar suas fantasias sexuais após a esposa Alice Harford (Nicole Kidman) revelar seus desejos eróticos; *Matrix*, de Lana Wachowski e Lilly Wachowski, ficção científica que virou também uma obra *cult*, ao abordar, com muita cena de luta e efeitos especiais, a vida do hacker Neo (Keanu Reeves) e sua batalha contra a Matrix, um mundo em que ilusão e realidades se confundem; *O sexto sentido*, de M. Night Shyamalan, suspense que narra a história de um garoto que vê espíritos (Haley Joel Osment), que conta com a ajuda de um psicólogo (Bruce Willis) para livrá-lo das visões que o atormentam. Teve também o retorno da franquia *Star wars*, criada por George Lucas na década de 1970, em sua segunda trilogia, com o lançamento de o *Episódio I: A ameaça fantasma*[4].

No Brasil, o filme foi lançado em 25 de fevereiro de 2000. O lançamento foi muito divulgado na imprensa da época. O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 2000, publicou um release na seção Rio Show (p. 21), destacando a informação de que *Beleza Americana*

[3] As informações biográficas do diretor e dados de lançamento e bilheteria do filme foram coletadas dos seguintes sites: www.britannica.com/biography/; www.imdb.com; https://pt.wikipedia.org/wiki/. Acesso: 21/12/2019.
[4] Informações consultadas nos seguintes sites: www.imdb.com e www.adorocinema.com. Acesso: 04/09/2020.

contava com 8 indicações para o Oscar, além de publicar frases de críticos de setores da imprensa mundial que enalteciam e elogiavam o filme: "Uma preciosidade. Uma das mais comoventes e surpreendentes e agradáveis viagens cinematográficas de todos os tempos" (*O Globo*, 2000, p. 21).

Figura 2: Release de lançamento no jornal *O Globo*

Fonte: *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/02/2000. Rio Show, p. 21.

O crítico de cinema Eros Ramos de Almeida elogiou o filme, considerando-o sério candidato a vencer os principais prêmios do Oscar, em função da qualidade do filme, que misturava com propriedade "acidez" e "humor", e a atuação dos atores (*O Globo*, 2000, p. 14). O fato é que o filme venceu em 5 categorias das 8 em que concorreu ao Oscar: Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Roteiro Original, Melhor Ator e Melhor Fotografia. O crítico Pedro Butcher escreveu que *Beleza Americana* foi um dos filmes mais "interessantes" lançados em 1999, que, embora não seja uma "obra-prima" e que tenha tido muito exagero e badalação, é uma história "ousada" e com um "ótimo elenco", em "uma comédia atrevida, com toques dramáticos, capaz de abordar temas delicados e fazer críticas a um determinado modo de vida americano" (*O Globo*, 2000, p. 4).

O certo é que o filme fez muito sucesso de crítica e público, no mundo e no Brasil. No Brasil, no ano de 2000, ficou entre as dez maiores bilheterias do cinema, com 1.836.266 espectadores. O filme com maior público foi Gladiador, com 2.651.462 espectadores[5].

[5] ANCINE. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bilheteria_dos_cinemas_no_Brasil_em_2000. Acesso: 14/12/2019.

Em relação à crítica especializada e ao público, o filme alcançou sucesso imediato. Existem três tipos de leitura fílmica: a tipológica, caracteriza o gênero ao qual o filme se filia; a formal, a qualidade técnica da narrativa; e a conceitual, a forma como o filme aborda determinados temas e se relaciona com áreas de conhecimento, tais como a Antropologia, História e Estudos Culturais (JULLIER, 2012). *Beleza Americana* conseguiu congregar, de forma suficientemente consistente, esses três elementos, motivos pelos quais a crítica enalteceu o filme. Para o pesquisador de cinema Laurent Jullier (2006), diretor de pesquisa no Instituto de Pesquisa em Cinema e Audiovisual (IRCAV) da Sorbonne Nouvelle, um filme é considerado muito bom quando ele atinge alguns critérios estabelecidos por especialistas e pelo público em geral: a obra é original e consistente do ponto de vista narrativo e técnico (especialistas), tem êxito de bilheteria e é edificante e emocionante (público).

Nos anos seguintes, Sam Mendes conseguiu dirigir outros bons filmes, mas sem o mesmo grande impacto dramático. O filme *Foi apenas um sonho* (Revolutionary road), de 2008, com Leonardo DiCaprio e Kate Winslet, história de um casal em crise, recebeu boas críticas e concorreu a prêmios, sendo indicado ao Globo de Ouro. Comercialmente, dirigiu dois filmes para a franquia 007: *007 - Operação Skyfall* (2012) e *007 contra Spectre* (2015).

O filme: sua narrativa dramática

Ao entrar no enredo do filme, percebe-se em *Beleza Americana* a história de uma família norte-americana que está em estado de colapso, tudo isso em decorrência da falta de entendimento entre eles. É observado um marido e pai (Lester Burnhan) que não se entende com a esposa e com sua família; uma mãe (Carolyn Burnhan) paranoica com a perfeição visual de sua casa e sua família e, por último, uma filha (Jane Burnhan), que se enquadra no ideal de adolescente americana, cheia de problemas e com exacerbada rebeldia.

Como se percebe, a família Burnhan é o aspecto principal para o desenvolvimento do filme, no qual as cenas são sempre voltadas para algum desses personagens. Dessa forma, estes serão analisados sob *a perspectiva dos padrões difundidos como ideais naquela sociedade*, em que, para cada *script* social exercido, existe um padrão a ser seguido. Por exemplo: o pai tem o dever de ser responsável e ter um emprego estável. Para todas as estruturas há um padrão a ser seguido, que tem por objetivo passar uma mensagem de felicidade e de prosperidade.

Esses conceitos, que são estabelecidos no decorrer do filme, muitas vezes são observados fora do foco principal do filme, em segundo plano. O olhar atento do telespectador deve

encontrar nas "coisas não ditas" pelo personagem o tema que o diretor deseja tratar, a real ideia passada no contexto interno da produção. Os discursos, segundo Foucault (1963), são sempre carregados de mensagens que muitas vezes não são passadas como se queria ou de forma aberta, deixando subentendidos diversos aspectos. Para Foucault, "O que conta nas coisas ditas pelos homens não é tanto o que teriam pensado aquém ou além delas, mas o que desde o princípio as sistematiza, tornando-as pelo tempo afora, infinitamente acessíveis a novos discursos e abertas à tarefa de transformá-lo" (FOUCAULT, 1963, p. 18). É preciso ficar atento às coisas ditas e aos silêncios, pois a produção do discurso baseia-se em determinados princípios de organização e controle da fala: "[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 2009, p. 8-9).

A primeira percepção que se tem de um filme é ocasionada pelo seu título, e, nesse caso, esse elemento já se torna objeto de análise pelo grande caráter interpretativo que ele proporciona. *Beleza Americana* faz relação direta a uma rosa produzida nos Estados Unidos da América; essa possui características bem próprias, muito por ser moldada e produzida sem o fenômeno do acaso. Dentre suas características, há a perfeição de suas pétalas, a falta de espinhos e a ausência de cheiro, em que cabe uma analogia com a beleza tipicamente americana, como é feito pelo diretor Sam Mendes. A beleza americana seria como essa rosa, perfeita, de cor forte, sem espinhos, porém sem essência, sem o interior, que é a principal qualidade de qualquer outra rosa, pois é a sua essência que a difere de outras plantas. Assim, essa analogia cabe perfeitamente no contexto do que é o filme, pois a falta de essência da rosa diagnostica a falta de essência da perfeição dos padrões estadunidenses, estes que só são bonitos exteriormente.

As rosas vermelhas (beleza americana) têm grande importância na definição de conceitos que se instauram na tensa narrativa do filme. Nas primeiras cenas observa-se, por exemplo, a preocupação dos personagens com os exteriores das casas, que são repletas dessas rosas cuidadas todas as manhãs com muito esmero pelos seus proprietários. A primeira ressalva que se faz é a presença da conservação das aparências, estas que são mantidas pelos exteriores das casas, o que passa a impressão de uma casa em perfeita harmonia. A beleza exterior é o que realmente importa.

O aprisionamento a esse sistema de perfeição é a principal temática no filme, o que perpassa na apresentação de vários personagens durante a sua exibição, principalmente no meio

da família Burnhan. Assim, a figura de Lester não pode deixar de ser citada, tendo em vista o quanto todos esses conceitos definidos o moldam. Esse personagem é aprisionado ao sistema em que vive, o que é visível em uma das cenas que enreda no seu local de trabalho, no qual ele, em frente do seu computador, tem o rosto refletido em meio a um emaranhado de gráficos (faz parecer uma cela); o que presume sua prisão no trabalho e a todos os padrões que determinam que Lester, o pai de família, deva ter um emprego fixo para sustentá-la.

Já Carolyn, esposa de Lester, é uma figura enigmática e talvez a principal representante do sujeito preso às ideologias americanas. Ela vive através da manutenção de aparências, observada em seus gestos, em suas falas, em seu cuidado com a casa, na compra dos móveis caros e na determinação de normas para sua família seguir, normas essas repletas do ideal de beleza exposto pelo sistema de padronização estadunidense.

Na composição da família Burnhan existe a filha do casal Lester e Carolyn, Jane Burnhan, figura que também exprime grande preocupação do autor em mostrar os padrões estadunidenses, dessa vez na formação da adolescência. Essa figura tem preocupação especial do Estado para a determinação de conceitos. Desse modo, existe na personalidade de Jane um "antipadrão" que é difundido entre os adolescentes estadunidenses e que é composto por rebeldia, por consumo de drogas, por dúvidas existenciais, etc. Jane é rodeada por pessoas iguais e, dessa forma, sente a necessidade de se parecer diferente, de mostrar de alguma forma que ela existe na sociedade, o que acaba por gerar conflitos com sua família.

Para sustentar a análise dos personagens do filme, é preciso fazer um estudo a respeito de todos os elementos que os cercam. Assim, é necessário observar atentamente pequenos modos e gestos de cada um para delinear uma perspectiva a respeito da formação desses personagens. Tomando Carolyn Burnhan como exemplo, é perceptível em pequenos gestos do seu cotidiano a prisão dela aos padrões sociais, o que acaba por formar sua identidade. Essas características são observadas nas suas roupas (comuns naquela sociedade), nas suas falas repletas de "slogans" (contaminados com conceitos ideológicos) e na perfeição que busca em sua casa, em que organiza de forma sistemática seus móveis caros, a música do jantar e seus outros familiares, que acabam por se tornar seus objetos.

Kathryn Woodward (2000) vem tratar dessa formação de identidades, que, segundo ela, é marcada por meio de símbolos, associando, por exemplo, o que a pessoa usa à sua identidade:

> A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se

> baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 17)

Sobre a invenção de conceitos ideais estadunidenses, não se pode esquecer o papel da mídia na implantação de tais ideologias, pois através dela é que diferentes ideias são passadas com o intuito de moldar a cabeça do telespectador a favor da classe que domina. A mídia contribui de forma fundamental na formação de identidades, como é citado também por Woodward (2000), que fala sobre o papel das promoções de marketing na formação de "novas identidades":

> Em momentos particulares, as promoções de marketing podem construir novas identidades como, por exemplo, o "novo homem" das décadas de 1980 e de 1990, identidade das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. **A mídia diz como devemos ocupar uma posição – de – sujeito particular – o adolescente "esperto", o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível.** (WOODWARD, 2000, p, 17) *[grifos nossos]*

A partir dessa explicação de Woodward (2000), é possível compreender como a mídia determina os meios a se seguir década após década, propondo (ou impondo) os meios de vestir, de falar, de agir, de comprar, etc. Isso é muito observado no dia a dia de todos os cidadãos do mundo que mantêm contato com a mídia.

Na mídia estadunidense se concentra grande carga ideológica, o que talvez a torne o lugar em que essa ideologia é mais explícita; isso é observado nos filmes, nos desenhos e nos comerciais. Essa intervenção da mídia na cultura estadunidense – algo extremamente intencional – proporcionou um desenvolvimento centrado na formação de cidadãos altamente nacionalistas e que defendem a sua nação com unhas e dentes. Nas produções midiáticas americanas se observa como esse trabalho é construído nas minúcias, nos pormenores; desde o azul e o vermelho nas roupas dos super-heróis da Marvel, até na força do exército "americano", que busca "estabelecer a paz mundial". Com isso, essas ideias vão sendo fixadas aos poucos na cabeça dos estadunidenses, reféns do jogo ideológico das produções midiáticas.

No filme *Beleza Americana,* o caráter ideológico dos EUA é mostrado de forma intencionalmente inversa, pois ele usa dessa prática estadunidense de produzir conceitos de ideal para criticar a forma como os cidadãos são moldados, sendo, por isso mesmo, importante objeto de análise por ser uma produção em solo dos Estados Unidos, que acaba por criticar essa forte ideologia estadunidense.

Na construção dessa crítica, o diretor, Sam Mendes, usa muitos elementos que acabam por passar ao telespectador uma imagem de rompimento com esse sistema ideológico, aspecto que define o rumo que segue a crítica do autor. Existe no roteiro de *Beleza Americana* a libertação dos personagens, estes que começam a passar por mudanças radicais em suas vidas e deixam de se tornar marionetes dos padrões e vivem suas vidas conforme bem entendem.

Primeiramente, para mostrar esse rompimento, existe o personagem Ricky Fitts, um adolescente filho de um ex-combatente americano que vive sob um regime altamente autoritário. O interessante em Ricky é que ele tem que mostrar ao seu pai que vive no padrão, tendo emprego fixo, sem consumo de drogas e com ideias sobre a vida idênticas às de seu genitor. Porém, essas aparências só são mantidas para seu pai, pois o verdadeiro Ricky é um traficante de drogas e tem visão subjetiva sobre a vida, olhando seus pormenores e sem aprisionamento no que o sistema propõe. A figura desse personagem é um enigma. Ele consegue observar a beleza da vida em, por exemplo, um saco plástico em um dia de vento, como é mostrada em uma de suas filmagens que ele denomina de "a verdadeira perfeição da vida". Assim, o rompimento com os padrões norte-americanos começa a ser observado no filme, tendo em vista que a beleza para Ricky não é a mesma beleza que a maioria segue. Ser um ser atemporal em uma sociedade igual é "privilégio" para poucos, por isso, na maioria das vezes, esses seres são taxados de loucos, psicopatas, desvairados.

O simples ato de não usar uma roupa da moda talvez seja motivo para a exclusão desses indivíduos de determinado grupo social (ou grupo padrão). A sociedade vive em formas de padrão, o que, segundo Stuart Hall não permite a criação de identidades, pois ela não é construída na homogeneidade: "Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela" (2000, p. 110).

O que acontece no filme a partir da presença de Ricky Fitts é um completo rompimento dos padrões estabelecidos e seguidos inicialmente por todos os personagens. Existe a relação entre Ricky/Jane e Ricky/Lester, de formas diferentes, porém importantes nas mutações dos conceitos desses integrantes da família Burnhan. Primeiramente, Lester fica encantado com a vida que Ricky leva, baseada na falta de preocupação e no não seguimento dos padrões estabelecidos, o que acaba por fazer Lester querer reviver aquelas sensações, antes vividas apenas em sua juventude. Dessa forma, ele começa a usar maconha, chantageia seu chefe, larga seu emprego estável, compra o carro esportivo dos seus sonhos, começa a malhar, volta a escutar Rock e,

principalmente, revive seus desejos sexuais, agora pela amiga de sua filha, Ângela, uma adolescente padronizada contemplada com todos os moldes de beleza. Essa mudança de Lester tem grande significado no que diz respeito à não aceitação dos ditames que eram estabelecidos em seu modo de viver, o que se entende como rompimento aos padrões de perfeição estadunidense.

A relação entre Lester e Ângela é algo passível de interpretações distintas, porém convergem no que diz respeito à procura de Lester em reviver uma fase já ultrapassada em sua vida: a juventude, composta pela falta de obrigações com os padrões. Ângela é uma garota que tem sonho de ser uma modelo de muito sucesso, e, para isso, mantém ideais de beleza e modos de agir mecânicos. O sucesso para ela é tudo o que sonha atingir, e, por isso, ela se torna comum. O desejo de Lester por Ângela é simbolizado pelas pétalas da rosa beleza americana, analogia também com a perfeição que seria ter um relacionamento com uma menina tão ideal nesse período de sua vida, algo que é frustrado pela sua retomada de consciência.

Essas mudanças atingem também a figura de Carolyn, que, de tanto almejar sucesso em sua vida, não resiste aos encantos de um corretor de imóveis, bem-sucedido, rico, bonito e com fisionomia de boneco (um americano nato), com quem acaba tendo um romance. Fica evidente a preocupação do diretor em deixar a imagem de perfeição daquele homem, que usa a seguinte frase como lema de vida: "Para ter sucesso é preciso projetar uma imagem de sucesso todo o tempo". Não por acaso, o diretor relaciona esses dois personagens com o intuito de unificar os conceitos que eles sempre procuram seguir. A beleza finalmente encontrou o seu complemento.

Assim, o filme chega a sua conclusão e nos mostra tópicos que chamam atenção pelo grande caráter interpretativo que proporciona, nos quais somente o espectador atento consegue observar. A sensação de uma vida conduzida de forma errônea é sentida quando Lester é assassinado com um tiro e, a partir daí, existe uma reflexão sobre aonde tanta "beleza" pode levar uma pessoa, pois o único fim é a morte. Em outro plano, a locução de Lester, já morto e com um sorriso na fisionomia, faz uma ironia que reafirma essa ideia passada: "É difícil ficar bravo quando há tanta beleza no mundo". Afinal, qual a finalidade de parecer ser tão belo? O sistema que nos aprisiona não nos livra de um destino final e comum a todos.

Dessa forma, a percepção que se tem sobre os conceitos determinados como ideais pela nação estadunidense é mostrada nessa produção fílmica, o que ocasiona uma nova fonte para se

estudar como esse sistema age na invenção e manutenção dos padrões de ideal, algo muito discutido devido à atual crescente de pessoas que vivem no que é ditado como o ideal de belo.

Vale pontuar, brevemente, a ideia das noções de "belo" e de "beleza". São terminologias da área de interesse das ciências humanas, particularmente da Filosofia, no campo conceitual da Estética, e servem para qualificar pessoas, objetos ou obras de arte. Segundo André Comte-Sponville, em *Dicionário filosófico*, o belo seria "Tudo que é agradável de ver, de ouvir ou de compreender [...]. O belo é reconhecido antes de mais nada pelo prazer que causa (ser belo é agradar) [...]" (2003, p. 76-77). Ele ainda nos diz que "Não há beleza objetiva ou absoluta. Há apenas o prazer de perceber e a alegria de admirar" (COMTE-SPONVILLE, 2003, p. 77). Neste sentido, o belo é uma atitude contemplativa de quem observa algo, de forma subjetiva e não objetiva, atribuindo determinadas qualidades estéticas. A concepção do que é belo pode variar de pessoa para pessoa, dentro de um mesmo grupo social ou de cultura para cultura, sendo construída social e culturalmente.

Considerações finais

O *Americano way of Life* cresce a cada dia devido ao fenômeno da globalização, que acaba por unir o mundo por linhas de tecnologias que permitem a comunicação instantânea entre grande parte dos cidadãos do mundo. Dessa forma, o padrão de beleza que é difundido como o ideal se expande para quase todos os lugares, provocando uma homogeneização que prejudica a formação de individualidades e de pessoas com identidades próprias.

Entender que é a subjetividade que deve definir o que é o "certo" é algo primordial para a formação de uma sociedade mais plural e sem preconceitos. O cidadão deve ser livre de qualquer amarra que o queira aprisionar. Fazer suas próprias escolhas e não se deixar levar pelo que a mídia ou o sistema determina é um passo importante para aceitarmos as diferenças, e, para isso, o filme *Beleza Americana* traz uma reflexão importante sobre os rumos que levam às vidas que são voltadas para a manutenção de aparências.

Em setembro de 2019, *Beleza americana* fez 20 anos (lançamento nos EUA). As personagens de *Beleza Americana* carregam personalidades e estilos de vida que repousam em aparências veladas: tudo é o que parecer ser, nada é o que parece ser. Essa aparência velada é traduzida perfeitamente numa frase do escritor francês Victor Hugo: "O corpo humano é talvez uma simples aparência, escondendo a nossa realidade, e condensando-se sobre a nossa luz ou sobre a nossa sombra. A realidade é a alma. A bem dizer, o rosto é uma máscara. O verdadeiro homem é o que está debaixo do homem" (1971, p. 59). É uma obra que vale a pena ser sempre revisitada, para analisar a atualidade de seus temas e méritos artísticos, simbólicos e históricos.

Referências bibliográficas

Filme

BELEZA AMERICANA. Direção: Sam Mendes. Produção: Bruce Cohen e Dan Jinks. Roteiro: Alan Ball. Intérpretes: Kevin Spacey, Annette Bening, Thora Birch, Mena Suvari, Wes Bentley e Chris Cooper. EUA. 1999. 122 min. Color.

Sites consultados

www.adorocinema.com

www.ancine.gov.br

www.britannica.com

www.imdb.com

www.wikipedia.org

Jornais

O Globo, Rio de Janeiro, 25 fev. 2000. Rio Show, p. 21.

ALMEIDA, Eros Ramos de. Equação perfeita. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 2000. Rio Show, p. 14.

BUTCHER, Pedro. Simples comédia sobre mazelas americanas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2000. Segundo Caderno, p. 4.

Livros e artigos

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HAAL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HUGO, Victor. **Os trabalhadores do mar**. Tradução de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1971. (Coleção Os Imortais da Literatura Universal).

JULLIER, Laurent. **Qué es uma buena película?** Barcelona: Paidós, 2006.

_____. **Analyser un film**: de l'émotion à l'interprétation. Paris: Flammarion, 2012.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

MORETTIN, Eduardo Victório. O cinema como fonte Histórica na Obra de Marc Ferro. *História:* **Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

MORTON, Andrew. **Monica's story**. St. Martin's Publishing Group. 1999.

SALIBA, Elias Tomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 117-127.

SORLIN, Pierre. **Sociologia del cine**. Traducción de Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor***:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TADEU DA SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e diferença***:* a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Temporalidades

Patrimônio e narrativas museológicas: a cidade

Heritage and narratives: the city

Ivan Gomide Ramos Vaz
Doutorando em Estudos do Patrimônio
Universidade do Porto)
vazivan@gmail.com

Recebido em: 08/03/2020
Aprovado em: 10/01/2021

Resumo: Este artigo discute algumas possibilidades de configuração de um olhar/narrar museológicos para a qualificação/produção de patrimônios nas cidades. A partir da discussão de alguns autores-chave nos Estudos Culturais, busca-se problematizar a atuação dos agentes "especializados" e autorizados no discurso patrimonial, que delimitam não só as interpretações sobre aquilo que se considera herança, mas mesmo as formas de experiências que se estabelecem entre os sujeitos, influindo nos fluxos/dinâmicas, espaços/tempos das cidades e suas narrativas.

Palavras-chave: patrimônio; cidade; narrativa.

Abstract: This article discusses some possibilities of configuration of a museological look/narrative for the qualification/production of heritage in the cities. Based on the discussion of some key authors in Cultural Studies, we seek to problematize the performance of "specialized" and authorized agents in heritage discourse, which delimit not only the interpretations of what is considered inheritance, but even the forms of experience that are established between the subjects, influencing the flows/dynamics, spaces/times of the cities and its narratives.

Keywords: heritage; city; narrative.

Do poema da cidade

atrocaducapacaustiduplielastifeliferofugahistoriloqualubrimendimultipliorganiperiodiplastipubliraparecipprorustisagasimplitenavelovoravivaunivoracidade
city
cité

Augusto de Campos – 1963

Este poema de Augusto de Campos, que pode ser lido linearmente, mas, se nos detivermos, percebemos que, de fato, sua lógica é fragmentária, randômica, virtual, é uma bela imaginação dos sentidos e operações que a cidade pode adquirir. Um poema sobre a cidade e, no caminho a esta palavra-valise (múltipla, pluri-idiomática), prefixos a recompõem em novos substantivos labirínticos, tornando-a diversa, possível, imprevisível. Cada prefixo a altera, cada composição é única, mas, ao mesmo tempo, relacional, pois remete sempre às mesmas terminações: cidade, city, cité. Há, ainda, mais uma sutileza, os prefixos se ajustam às diferentes línguas de grafia – cidade-city-cité –, indicando a universalidade, as relações intrínsecas entre língua e sentido, entre a base comum dos prefixos – gregos, latinos, árabes – e as terminações específicas de cada idioma – globalização.

Como uma experiência *verbivocovisual* [1], este poema diz muito sobre as possibilidades de arranjos materiais e semânticos da cidade. Se em um primeiro momento o tempo decorre no espaço usual de leitura, em uma segunda visada, espaço e tempo são implodidos, coexistem a partir das relações dadas pelo sujeito/leitor: o ritmo de leitura é enviesado, elíptico, avança e retrocede. Neste processo, o leitor se torna, também, autor. É no seu caminho sobre o poema que ele se concretiza, ou desfaz. Da aparente desordem e fragmentação da linha, as composições se cristalizam, justamente, pela quebra da linearidade, pela diacronia do espaço e tempo do poema cidade. E depois se dissolvem, para dar lugar a novos arranjos...

O patrimônio – e os museus por extensão – não funcionaria(m) de forma similar?

[1] Este termo, cunhado por James Joyce, é apropriado por Augusto de Campos e seus companheiros do movimento da poesia concreta, para assim definir as experiências de seus poemas, que buscam trabalhar de forma integrada os elementos sonoros, visuais e semânticos da linguagem.

Da cidade poema/problema

Walter Benjamim, ao pegar Paris como arquétipo da modernidade e, dentro de Paris, eleger como local privilegiado de interpretação as galerias, empreende este tipo de leitura/composição (BENJAMIM, 2009). A fragmentação da cidade moderna encontra seus entrecruzamentos simbólicos e materiais nestes espaços de sociabilidade. O próprio termo – passagens – indica uma metáfora possível da indefinição de acesso à cidade: as passagens, entre o público e o privado, a casa e a rua, entre a tradição e a modernidade, entre o passado e o futuro, entre a narrativa e a informação, entre o *flanêur* e o *homem da multidão* (BENJAMIM, 1994b).

Assim como o poema acima, os sentidos são montados a partir de elementos dispersos, fragmentários e muitas vezes ocultos uns nos outros. Mais do que um mosaico, a cidade moderna é um caleidoscópio onde as possibilidades de arranjo se alteram a cada volta.

São estes imbricamentos que nos interessam, a hibridez da modernidade (CANCLINI, 2000), as possibilidades da cidade como presente, passado e futuro, como centro e periferia, como texto e imagem, como indagação e descoberta. Pois, percorrendo este caminho de passagens e labirintos que Benjamim empreende em Paris, percebemos que há uma figura central para pensarmos as relações entre cidade, hábito cultural e poder: o *flanêur*. Este nos aparece não só como um protótipo do diletante, do indivíduo de conhecimento especializado, fruidor, mas podemos associá-lo também ao detetive, àquele que perscruta, fareja, procura indícios, sinais daquilo que se encontra oculto ou, pelo contrário, tão evidente que invisível.

Sob este viés, utilizando a associação feita por Carlo Ginzburg (1989), podemos torná-lo também um historiador. Pois não seria o historiador uma espécie de detetive em busca da elucidação do passado, utilizando-se de métodos semelhantes de intuição, dedução, análise e rigor com as fontes? Não seria aquele que possui o conhecimento especializado e percorre tempos e espaços em busca de evidências, ou mesmo, puro deleite?

A ampliar ainda mais o leque, o *flanêur* pode representar todo intelectual – e entre estes, especialmente o cientista social – na faina interpretativa do mundo em que vive. Sua relação com o olhar e os signos que o compõem dizem de uma atividade rotineira de pesquisa e deslumbramento.

Busca-se a ordenação narrativa daquilo que vê, é dado como estímulo sensorial e cognitivo. Diluído na "grandicidade", as impressões desse sujeito se tornam sensíveis aos menores estímulos. As imagens daquilo que observa e daquilo que rememora, que servem como referências, são bombardeadas por luzes, cores, informações e novidades de tal forma que se tornam opacas, borradas, desfocadas, se almagamam, tornam-se virtualidades de interpretação. O processo de assimilação, o processo narrativo, começa aí: as imagens formadas nesta dinâmica de observação condicionada ao estímulo, guardam em si uma tentativa de visão, de enxergar os limites deste olhar/lembrar/narrar.

Como o intelectual, portanto, compreende e comunica a cidade atual? Não somente no que se refere aos indícios materiais que a compõem, mas, também, naquilo que diz respeito às mentalidades, aos hábitos, às projeções imaginárias que acabam por configurar o espaço urbano? Sua atuação se amplia para além da mera análise de fatos, às suas interpretações e se insere na própria manipulação destes signos e artefatos que a concretizam. Neste processo, a definição do patrimônio – e suas relações, não nos esqueçamos, com aquilo que *não é* patrimônio – é uma importante operação de delimitação de espaços, práticas, (re)conhecimentos e narrativas, dando vasão a expectativas e realizações de um passado/presente/futuro em constante sobreposição.

Da cidade texto/imagem

Há uma citação do semiólogo italiano Umberto Eco, em um livro intitulado Viagem na Irrealidade Cotidiana (ECO, 1984), em que, visitando a cidade de Las Vegas, comenta que todas as cidades *comunicam* para funcionar, enquanto essa, *funciona* para comunicar. Esta constatação, de uma cidade "mensagem", toda feita de signos artificiais, nos oferece uma interessante chave de leitura para pensarmos como os elementos de uma cidade são arranjados, significados e interpretados, criando narrativas que se espraiam por seus espaços físicos e simbólicos. Esta sentença, ainda, nos fornece uma perspectiva sobre a dinâmica entre organicidade e intencionalidade na construção de símbolos e discursos urbanos (ibidem). Entre uma e outra há todo um repertório performático que se equilibra entre os meandros da tradição e da modernidade.

Pois, se há cidades que comunicam para funcionar, isto implica em uma organicidade que precisa, em algum momento, em alguns casos, ser *intencionalmente* simbolizada, manipulada em

narrativas e marcos que a dotem de sentido e reconhecimento. Se, por outro lado, há cidades que somente funcionam para comunicar, há aí uma intencionalidade que precisa se falsear orgânica, naturalizada, introjetada naqueles que a habitam.

Mesmo que possamos identificar alguns casos extremos, toda cidade guarda, em si, ambas as características. Neste sentido, como sugere Canclini (2000), talvez seja muito difícil falar em uma totalidade urbana e seja mais viável utilizar a ideia de cenários. A cidade (e a nação, por extensão hiperbólica) seria a tessitura de vários cenários, imbricados simbolicamente naquilo que o mesmo autor chama de obliquidade.

Estes cenários se encontram nos limiares de leitura e intervenção de diversos grupos, reconhecidos ou não, que habitam, visitam, interagem no espaço urbano, gerando zonas de contato e conflito a partir de vínculos de cultura e poder. Não obstante, o dilema aqui proposto está na dramatização que estas forças assumem na constituição daquilo que François Hartog entende por *marcas de enunciação* (HARTOG, 1999). Ou seja, como os agentes sociais na cidade moderna operam (ou não) delimitações uns frente aos outros a partir do manejo de capitais, sejam monetários, culturais, políticos, estéticos, simbólicos, afetivos, etc. Neste embate, as *marcas de enunciação* aparecem como a possibilidade de escrita da história, de evidenciação dos marcos de referência, de memórias e constituição de narrativas. A cidade é uma constelação de signos, prenhe de imagens e, como tal, sujeita a leituras, rasuras, citações, destaques e apagamentos.

Andreas Huyssen aponta este mesmo sentido interpretativo ao denominar as cidades como *cidades texto* ou *cidades imagem,* evidenciando a soberania atual da segunda categoria sobre a primeira:

> [...] o discurso da cidade como texto [...] era sobretudo um discurso que envolvia arquitetos, críticos literários, teóricos e filósofos determinados a explorar e criar novos vocabulários para o espaço urbano depois do modernismo. O discurso atual da cidade como imagem é o dos "pais da cidade", empreendedores e políticos que tentam aumentar a receita com turismo de massa, convenções e aluguel de espaços comerciais. (HUYSSEN, 2004, p. 91)

Mas qual destas cidades é mais condizente ou "real"? Como os traços e marcos de uma cidade são manipulados, percebidos e comunicados em um mundo globalizado, mas, ao mesmo tempo, fragmentado, obsessivamente em busca de referência?

Estes dilemas evidenciam a ineficiência atual das narrativas históricas totalizantes, das delimitações hegemônicas de povo, nação, território e trazem em seu bojo a necessidade do redimensionamento dos gestos culturais. As cidades, enquanto construções coletivas simbolizadas através de, e por, seus elementos imaginários e materiais, necessitam criar artifícios a fim de se referenciar em um ambiente em transformação. Neste sentido, se por um lado a falência das grandes narrativas pode ser lida como consequência de uma dinâmica de democratização e de modernidade, por outro, perpetua suas causas (de falência) em um ciclo cada vez mais vertiginoso de tentativas de afirmação. As referências que situavam o sujeito enquanto ser social, político, cultural ou simbólico, se perdem na massa de estímulos que, por sua vez, convocam cada vez mais estímulos na busca de uma definição - *iconoclash*[2].

Há neste jorro uma relação que pode ser ilustrada por aquelas duas figuras esboçadas por Walter Benjamim: o *flanêur* e o *homem da multidão* (BENJAMIM, 1994b). O primeiro, mesmo enquanto um "estranho" (*outsider)* da sociedade, é aquele que habita a cidade, a conhece, frui, usufrui enquanto tradição e, portanto, é capaz de a narrar, significá-la. Já o segundo, não obstante dominante no espaço público e consumidor de tudo aquilo que este oferece, permanece perdido na cascata informacional que a cidade empreende. Incapaz de produzir narrativas, tão somente absorvê-las como signos a serem identificados efemeramente e proto-arquivados em memórias individuais ou coletivas, sua relação com a experiência se funda na mais completa anomia quanto aos sentidos de suas ações.

Esta dinâmica confunde cultura e democracia como se a primeira fosse o único meio necessário de acesso à segunda, ou vice-versa. Cultura, na contemporaneidade, se associa a cidadania, democracia, igualdade, identidade, liberdade, camuflando uma relação de forças introjetada no próprio gesto que define estes mesmos conceitos. A cultura não discute *o que é* cultura e *por que é* cultura, mas somente *o acesso* à cultura como balizador de apropriação (como se ampliação de acesso fosse essencialmente democrático). Não se entra em questão qual cultura é perpetrada e por quê,

[2]. Este termo é utilizado por Bruno Latour para designar um embate entre iconografia, iconofilia e iconoclastia. LATOUR, B. O que é iconoclasch? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun. 2008.

apenas se ela é acessada e através de quais meios – a proeminência da eficiência dos meios de produção, reprodução e distribuição.

Mais uma vez, ao falar da preponderância da cidade imagem sobre a cidade texto, Huyssen nos oferece algumas pistas:

> O que é central para este tipo de política urbana são os espaços estéticos para consumo cultural, *megastores* e megaeventos museicos, festivais e espetáculos de todo tipo, todos tentando atrair novos tipos de turista – desde o visitante de feriado até o incansável caminhador metropolitano, que vieram substituir o velho modelo ocioso do *flanêur*. (HUYSSEN, 2004, p. 91) [Grifos do autor]

No que pode ser completado por Benjamim:

> Tinha-se enfim atingido o grande objetivo perseguido há tanto tempo: fazer de Paris um objeto de luxo e curiosidade mais que de uso, uma *cidade em exposição*, numa redoma de vidro, [...]objeto de admiração e inveja para os estrangeiros, e insuportável para seus habitantes. (BENJAMIM, 2009, p.445) [Grifos do autor]

É neste cenário que a sociedade se aparelha dos mais diversos mecanismos patrimoniais, tendo o museu papel seminal.

Dos textos/imagens das cidades: museus e musealização

Como constituidor de discursos, associado a – e definidor de – categorias como patrimônio, arte, cultura, memória, história, cidade, território, comunidade, objeto, coleção, o museu se multiplica de forma especular em imaginários e práticas de sua função e das funções destas categorias.

Toda uma nova carga performática é manejada na eleição e afirmação de elementos que materializem a pretensa ascensão de novos hábitos históricos, sociais e culturais dentro do concerto das nações. Assim como Benjamim (2009) em suas passagens denuncia uma série de elementos que trazem consigo novas práticas e mentalidades – os transportes públicos, os anúncios e jornais, as feiras mundiais, o cinema, entre outros –, atualmente, há a comunhão cultural, política e mercadologicamente aceita de signos que indiquem ou insiram as cidades dentro da globalidade simbólica... com um toque local.

Já citamos o museu como um desses signos diletos, porém, este apenas faz parte de um processo maior de patrimonialização espe(ta)cular das sociedades (HUYSSEN, 2004). As cidades

hoje são marcadas não só por monumentos históricos – como o *boom* que houve nos fins do século XIX e início do XX –, mas por complexos histórico-culturais que buscam reificar passados ou identidades enquanto objetos de consumo[3].

Não obstante a suposta democratização de acesso a aparelhos de cultura, a positividade desses complexos se perde ao analisarmos os tipos de memória convocados e os artifícios empregados na constituição das narrativas e objetos patrimoniais. Neste ponto, podemos reinvocar Umberto Eco na sua viagem pela irrealidade cotidiana a fim de explorar o seu conceito de falso absoluto:

> [...] para que a realidade histórica passe, ela deve assumir o aspecto de uma reencarnação. Para falar de coisas que se pretende conotar como verdadeiras, essas coisas devem parecer verdadeiras. O "todo verdadeiro" identifica-se com o "todo falso". A irrealidade absoluta se oferece como presença real. […] O signo aspira ser a coisa, e a abolir a diferença do remeter, a mecânica da substituição. Não a imagem da coisa, mas seu decalque, ou melhor, seu duplo. (ECO, 1984, p. 13)

O falso absoluto seria, por analogia, o simulacro, a realização de um fetiche de real que supera a própria realidade (BAUDRILLARD, 1991). Sua eficiência enquanto artifício advém da própria aceitação – e, mais do que aceitação, desejo – de ilusão. Onde a realidade falha em apresentar-se como o discurso da realidade, substitui-se por algo a mais, melhor, maior, mais "condizente". No mesmo sentido, onde a ilusão se faz demasiadamente gritante, adicionam-se efeitos de real para torná-la palpável.

> Onde as fronteiras se movem, podem estar rígidas ou caídas, onde os edifícios são evocados em um lugar diferente do que aquele que representam, todos os dias se renova e amplia a invenção espetacular da própria cidade. O simulacro passa a ser uma categoria central da cultura. Não apenas se relativiza o "autêntico". A ilusão evidente, ostensiva, como as zebras que todos sabem que são falsas ou os jogos de ocultamento de migrantes ilegais "tolerados" pela polícia [...], torna-se um recurso para definir a identidade e comunicar-se com os outros. (CANCLINI, 2000, p.321-322)

[3]. A título de exemplo, pensar nos circuitos históricos e culturais espalhados pelos mais diversos centros urbanos do país e do mundo. No caso de Minas Gerais, o Circuito Cultural da Praça da Liberdade.

Traz-se este conceito para pensarmos como o patrimônio, com sua obsessão pelo "autêntico", pelo "original" ou "verdadeiro", acaba por falsear-se discursiva e/ou materialmente. Nesta operação, a aura cede lugar aos vestígios de algo que um dia sonhamos ser. Mais uma vez, Benjamim:

> Vestígio e aura. O vestígio é aparecimento de uma proximidade, por mais distante que esteja aquilo que o deixou. A aura é o aparecimento de uma distância, por mais próximo que esteja aquilo que a suscita. No vestígio, apossamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós. (BENJAMIM, 1994a, p. 226)

Assim, no caminho de busca de uma aura dos objetos, dos lugares, da sociedade – em suma, na busca de uma transcendência –, as estratégias de patrimonialização se utilizam de um mecanismo onde, dialeticamente, o que é signo aspira ser realidade e o que é realidade, aspira a ser signo. A hiper-realização, seja das condições históricas, seja das memórias, seja dos artefatos ou rituais de determinado grupo são o indício de uma disputa por afirmação, concretização e propagação em um mundo cada vez mais conectado e em transformação, midiatizado, diluído e instantâneo – por isso, o fetiche da *posse*, domínio de suas origens, objetos, tempos, espaços, saberes e fazeres (JEUDY, 2005)

Neste sentido, as estratégias de manipulação não são privilégio de grupos hegemônicos como as elites, grandes corporações ou o Estado. Se inserem nas práticas sociais e políticas como uma naturalização do próprio repertório cultural, como uma forma de reificar os grupos diversos nos espaços de confluência e narrativa, os tornar signos identificáveis, representações, agências.

Desde a década de 70, com a crescente valorização do patrimônio imaterial, existe a intensificação e a promoção da participação dos atores/autores como agentes de seu próprio discurso. A inserção ou não desses discursos dentro da ordem institucionalizada depende cada vez mais de suas capacidades de interação, manipulação e afirmação perante essa. Ao mesmo tempo, como uma reserva de mercado (YÚDICE, 2004) – o conceito de indústrias criativas aliado ao turismo é um sintoma disso –, a cultura ou a identidade como um critério de valorização desses atores passa, também, pelas suas capacidades em produzir performances advindas dessas narrativas.

Pode parecer paradoxal, mas o que está em jogo é a própria noção do processo *versus* a noção de produto. Todo processo pressupõe uma materialização, um suporte, mas, no mundo atual de globalização, interconectividade, reprodução, cada vez mais a *pretensão de originalidade* se dá pelo

processo que realiza um discurso de um contexto verossímil e não pela sua forma material plena e simples. Afinal, o que difere efetivamente um souvenir da Torre Eiffel, por exemplo, feito na Indonésia e comprado na Turquia, daquele comprado aos pés da própria torre – no limite, o que é um souvenir da Torre Eiffel? As representações de ritos e danças populares em eventos turísticos daquelas feitas na própria comunidade?

Sem a possibilidade de serem únicos ou originais, resta contar histórias, se associar a valores que, mesmo estando em si, estão mercantilizados ou quantificados em capitais – como dito anteriormente, sociais, financeiros, culturais, estéticos, simbólicos, afetivos. Em um processo de reinterpretação das possibilidades de memória e referencial, os grupos fazem, através da eleição de representações que os expressem, uma tentativa de volta à aura benjaminiana e, mesmo em série, buscam se remeter a relações que os tornem únicos (DE SETA, 1984), (re)inventam tradições.

A eleição do que seja ou não patrimônio passa por este processo de relações, disputas e narrativas que se reificam institucionalmente (e o mercado é uma destas instituições). O que se aponta, para o campo amplo do patrimônio cultural, é a contestação do sistema de manipulação e reificação, seus limites mais profundos. A manipulação dos espaços/objetos de representação e dos discursos – dos locais de fala (e o museu é um deles) – parece ser, na ironia da modernidade, uma boa saída, uma base – de areia movediça – sobre a qual se movimentar.

Das coleções das cidades: o patrimônio musealizado

Neste sentido, o patrimônio se torna uma categoria a ser compreendida em toda a sua extensão e complexidade (GONÇALVES, 2007), estabelecendo dinâmicas próprias que respondem tanto a urgências internas ao campo quanto a influências externas da sociedade. As políticas públicas relacionadas a estas respostas, dentro da conjuntura atual dos espaços de representação, não podem mais se negar a interpretar o patrimônio sob esta perspectiva: um elemento ativo em constante mutação que, ao mesmo tempo é dotado de significados e os ressignifica ou desenvolve outros.

Para tanto, um olhar sobre a circulação, a economia, o território, o "desenvolvimento", as necessidades, as memórias, enfim, sobre os limites e cruzamentos da cidade em questão deve ser estabelecido. O processo de escolha desse olhar, mais do que uma medida institucional, deve ser

desenvolvido em conjunto com os cidadãos, para que eles possam discutir seus (re)conhecimentos, seus traumas, seus espaços e símbolos. O modelo de cidade a ser seguido é um espaço aberto à dinâmica narrativa daqueles próprios que a constroem. E sob os adornos e desvios das narrativas patrimoniais podemos encontrar sonhos, vontades e vergonhas de uma época, lugar ou grupo.

Estes processos evidenciam os dilemas entre o narrar e o informar, o preservar e o renovar. Entre o moderno e a tradição se interpõem repertórios patrimoniais que traçam os espaços tangíveis ou intangíveis da cidade, fragmentando-a e, ao mesmo tempo, interligando-a em zonas de maior ou menor inclusão social e cultural. Neste mesmo movimento, o estado e outros agentes que possuem o poder de denominação e exploração dos recursos culturais e patrimoniais criam coleções, dotam de sentido objetos, categorizando-os entre funcionais e não funcionais segundo uma lógica que opera entre seu valor de uso, seu valor de guarda ou exposição e, cada vez mais, seu valor de troca.

Esta categorização é importante para percebermos algo que Benjamim (2009) chama o *destino* do objeto, que nada mais seria que o seu sentido histórico, seu vetor de plausibilidade e comprovação enquanto *marca de enunciação* (como coloca HARTOG, 1999). Estas marcas, algumas vezes aleatórias, sobrepostas, indicam, de toda forma, o gesto de reunir marcas, e é este gesto que as políticas de patrimônio buscam eclipsar. Na luta contra a dispersão das coisas do mundo, dos "fatos" e referências, há sempre um critério de valoração, organização e hierarquização perversamente naturalizado enquanto inerência da ciência, cultura ou sociedade. A reunião pura e simples, como sendo mera identificação, seria o ordenamento e a garantia do cumprimento de seu destino enquanto ente total. Neste âmbito, os objetos ou patrimônios são a presentificação de uma ontologia ou mesmo tautologia, são a *prova*, o *exemplo*.

> Pois é preciso saber: para o colecionador, o mundo está presente em cada um de seus objetos e, ademais, de modo organizado. Organizado, porém, segundo um arranjo supreendente, incompreensível para uma mente profana. Este arranjo está para o ordenamento e a esquematização comum das coisas mais ou menos como a ordem num dicionário está para uma ordem natural. Basta que nos lembremos quão importante é para o colecionador não só o seu objeto, mas também todo o passado deste, tanto aquele que faz parte de sua gênese e qualificação objetiva, quanto os detalhes de sua história aparentemente exterior: proprietários anteriores, preço de aquisição, valor, etc. Tudo isso, os dados "objetivos", assim como os outros, forma para o autêntico colecionador em relação a cada uma de suas

> possessões uma completa enciclopédia mágica, uma ordem do mundo, cujo esboço é o *destino* de seu objeto. (BENJAMIM, 2009,p.241)

Ulpiano Bezerra de Menezes (1994) incide indiretamente sobre este ponto ao dizer que o museu é a representação da vida, ou seja, sua função seria *representar* os objetos e não *apresentá-los*. Desta forma, o objeto – e o patrimônio por extensão – não consegue se destacar de seu contexto, seja de produção, uso ou, especialmente, comunicação/exposição. Ele dramatiza tempos, espaços, sujeitos e a sua própria coleção dentro de um ambiente controlado, equilibrado – ou, por vezes, tencionado –, ordenado em narrativas.

As coleções assumem aí, portanto, o status de mediação entre o mundo e algo além (POMIAN, 1984) – seja isto o tempo (passado e, perversamente, o futuro), o distante, o divino, o outro, etc. Se estendermos esta função ao patrimônio em geral, e o considerarmos também uma coleção (de nações, classes, etc), encontramos novamente a busca da realização de um destino. Mas quem delineia o seu vetor e direção? Quais forças estabelecem as linhas de mediações possíveis? O que é, por fim, mediado?

É importante percebermos a figura do colecionador dentro da dinâmica contemporânea de patrimonialização. Não se fala apenas desse colecionador privado, antiquário, especialista, mas, sim, dessa força colecionista que impele cada vez mais nações, instituições e grupos sociais no afã de representarem uma organização de si e do mundo:

> [...]os objetos [...]colecionados inscrevem uma leitura particular da história, mesclando a interpretação da realidade sobre a finalidade e o significado de pequenos objetos à sua funcionalidade recorrente a uma determinada época. Ao organizar uma coleção, o colecionador torna-se um arquivista, na medida em que passa a manusear documentos tomando-os como monumentos de uma época específica. Essa seria a função recorrente ao próprio trabalho do historiador e do crítico da modernidade, qual seja, o de fomentar a construção de um dispositivo historiográfico e polifônico principalmente no que diz respeito à rede de organização textual e imagética capaz de possibilitar a leitura de uma época a partir de seus mínimos detalhes. (RECHDAN, 2007, p.363)

Essa atividade de colecionar nos remete, enquanto também atividade de arquivamento e documentação, de volta às *marcas de enunciação* propostas por Hartog (1999). A legitimidade do discurso histórico deve se basear na comprovação material de sua existência, entretanto, dialeticamente, essa mesma materialidade só se torna evidência a partir dos discursos que incidem

sobre ela e a explicam, garantindo sua salvaguarda enquanto documento válido. Os agentes que processam esta dinâmica, e o museólogo é um deles, são os responsáveis pela validação de algo enquanto evidência documental legítima, enquanto artefato possível a mediar leituras de uma realidade objetiva e, ao mesmo tempo, conjectural.

Isto posto, quanto aos marcos da cidade, não há como encararmos sob a mesma ótica manifestações espontâneas de produção cultural ou patrimonialização – demandas por espaços verdes ou memoriais, o grafite, a defesa de determinado marco em algum bairro (ou mesmo toda uma região), a ocupação de espaços públicos por grupos e artistas –, com aquelas empreendidas pelo poder público ou mesmo por grandes corporações. As capacidades de inserção e atuação sobre os critérios de objetividade e burocracia, e mesmo os intuitos frente a estes, são muito diversos para os colocarmos em pé de igualdade – o dilema entre organicidade e intencionalidade.

Não obstante, o que nos interessa é perceber como a cidade absorve as marcas e demandas de sua pluralidade e pensa suas estratégias de identificação e perpetuação, pois é neste gesto que estão definidos seus projetos de futuro: aquilo que garante sua posteridade é justamente aquilo que é capaz de identificá-la com um passado e instrumentalizar seu presente.

Encarar o museu como uma categoria de pensamento, e não apenas um espaço de práticas, nos auxilia a percorrer os labirintos que esta patrimonialização erige. Ora, uma vez que o museu trata das relações do sujeito com sua herança, como define Waldisa Rússio Guarnieri (1990), limitá-lo ao tratamento circunscrito a objetos dentro de um espaço instituído é muito redutor sobre sua abrangência no cenário atual. Ademais, o museólogo não é tão somente um técnico especializado em determinados campos ou disciplinas correlatas ao trabalho em museus – a pedagogia, o design ou a conservação, por exemplo. Dentro destas relações que o sujeito estabelece com sua herança estão envolvidas questões que vão desde a definição do que seja herança até as operacionalizações do conhecimento enquanto comunicação (ou vice-versa). É função, portanto, do profissional envolvido com a Museologia pensar sobre o estatuto de sua ingerência sobre o real, justamente, como definidor de realidades possíveis.

Neste âmbito, José Reginaldo Gonçalves faz uma distinção entre dois modelos de museus: o museu-narrativa e o museu-informação (GONÇALVES, 2007). O primeiro estaria ligado à *flanêrie* e a

tudo que ela implica – relações pessoais, conhecimento especializado, fruição, narrativa, experiência. O segundo, ao homem da multidão e ao anonimato, à comunicação de massa, ao embotamento, ao estímulo efêmero. Ele percorre este caminho para traçar uma possível atuação do profissional de museus nestes contextos onde não há a predominância de um modelo sobre o outro, mas a sobreposição dos mesmos a partir de demandas que vem da sociedade moderna. Um museu não pode ser apenas voltado para aquele visitante instruído, versado no assunto tratado ou nos paradigmas que expõe. Ao mesmo tempo, os museus não devem ser espaços puros de entretenimento, deglutição do conhecimento e exposições espetaculares e midiáticas.

Há algo nos museus – e consequentemente na Museologia – que é singular, que nenhuma outra instituição humana consegue abarcar, por isso sua força há tanto tempo. Talvez sua especificidade advenha daquilo que contém, talvez, da forma como o contém. Pois são somente os objetos que dotam os museus de sentido (e vice-versa)? É somente como um espaço de salvaguarda, um depósito, no limite, que sua função é explicitada? Não se crê ser esta a resposta.

Assim como os objetos estabelecem relações, o museu também o faz (e mais, altera as relações estabelecidas entre os objetos ao mesmo tempo que estes alteram as relações estabelecidas pelos museus). Neste ponto, sua função se garante justamente no limiar que Gonçalves (2007) problematiza. O museu relativiza o objeto, o patrimônio e, neste sentido, elabora visões, imaginários. Não é o caso discutir sobre o teor destes, mas sua possibilidade.

Há a necessidade de memória e de sua reificação em artefatos que possam ilustrá-la, explicitá-la, presentificá-la, atualizá-la, problematizá-la, seja em um ponto discursivo ou sensorial. Daí a coexistência entre a narrativa e a informação. Se a narrativa lida com o conhecimento através do ocultamento, a informação lida através da explicitação. Cada qual convoca um tipo diverso de relação com o objeto e, portanto, comunica-o diferentemente. Entrementes, nenhum objeto se esgota em qualquer uma das alternativas e as formas de acesso a ele serão dadas, no limite, pelas interações entre, justamente, o sujeito, o objeto e o cenário onde essa interação se realiza.

Das conclusões (?)

Anteriormente falou-se dos possíveis perigos implícitos na democratização dos aparelhos culturais. Não em um sentido de diferenciação e garantia do conhecimento especializado, restrito, segregador, mas, justamente, pela tentativa de imposição de um certo olhar hegemônico como o olhar natural. É aí que incide esta questão. Como garantir o objeto enquanto narrativa e informação? O mundo atual clama por informação, mas, não obstante, não pode se render à homogeneização do conhecimento. Garantir a exposição dos mais diversos grupos – através de seus artefatos, patrimônios em geral – não garante a sua comunicabilidade, o seu diálogo ou mesmo representação. Há problemas que estão incrustados na própria definição destes mesmos grupos e dos meios de acesso e reconhecimento aos seus objetos, às suas vozes, às suas imagens. O museu não consegue totalmente expressá-los e talvez não seja só dentro de um museu que devam se pronunciar.

Pensa-se que a questão do patrimônio enquanto possibilidade de ordenamento de narrativas deve se voltar para o processo de constituição destas mesmas narrativas – o quê e por quê narrar? - para então chegar-se ao como. A falsidade da prerrogativa de que no mundo atual tem-se acesso a tudo, parte do ponto sutil onde os meios a que se tem acesso já estão definidos, apenas permite-se a entrada. Mas, por outro lado, veda-se a criação de novas formas que, por sua vez, gerariam novos espaços aos quais se ter acesso. O museu, por mais que tenha se alterado ao longo do tempo, ainda é museu – se distanciar demais de uma certa característica, uma certa forma, o torna(ria) algo diverso.

Como tanto, são espaços de poder, disputa e representação. A mudança conceitual que a Nova Museologia[4] aponta se insere justamente nessa esfera. De um discurso instituído, busca-se hoje, na crise de identidades engendrada pela globalização e pela midiatização da vida, a problematização dos discursos e o estabelecimento de canais de diálogo. A metáfora do museu como templo, sacrário das representações, onde só resta ao expectador se render à contemplação, fruição e admiração dadas por uma ordem superior, é deixada de lado em prol do museu enquanto fórum,

[4]. Termo criado para definir uma perspectiva prática e conceitual da museologia que, especialmente a partir dos anos 70, trabalha com a ampliação das noções de patrimônio, cultura e museu. Sob este viés, o foco de interpretação está nas relações que a sociedade estabelece entre si, o patrimônio, o território, a cultura e a educação. Foca-se, ainda, como estes elementos podem ser agentes de desenvolvimento social, sustentabilidade e tolerância.

espaço de debates, contatos, conexões, democracia, igualdade, interação: o museu extrapola seus muros, interage no território, convoca outros públicos e espaços.

Os museus, portanto, no século XXI, devem se abrir à sociedade na qual estão inseridos, parte fundamental de sua validade e significado. De expectador, o público se torna sujeito proativo e criativo, inferência necessária à comunicação dialógica. Devem se abrir, também, ao presente, deixar de ser aqueles *lugares que guardam coisas*, para se renovarem, atualizarem seus acervos e seus discursos a partir da contextualização daquilo que representam e para quem representam.

O museu e a cidade guardam similitudes e reciprocidades, um não existe sem o outro, ambos se (re)formaram enquanto espaços da modernidade. As metáforas do templo e do fórum, metáforas advindas da *urbe*, nos permitem encarar a gestualidade empregada nestes espaços. Há a contemplação, há o debate, mas hoje, mais do que nunca, há a circulação.

Quais espaços ocupa(rá)?

Referências Bibliográficas:

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e História da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed.UFMG/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CAMPOS, Augusto. Cidade/City/Cité. In: **Viva Vaia: Poesia 1949-1979**. São Paulo: Ateliê, 2014.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DE SETA, Cesare. Objecto. In: **Enciclopédia Einaude**. vol.3, Artes-Tonal/Atonal. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

ECO, Umberto. **Viagem na Irrealidade Cotidiana.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. O conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, M. C. O (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*:* textos e contextos de uma trajetória profissional** (V.1). São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LATOUR, Bruno. O que é iconoclasch? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun. 2008.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**: N.Ser. v.2, 1994.

POMIAN. Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi** (V.1) Memória e História. Brasília: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

RECHDAN, Luis Henrique. O despertar da modernidade nas *passagens* de Walter Benjamin. In: **Projeto História** (n.34). São Paulo: jun. 2007.

YÚDICE. George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Temporalidades

Reflexões sobre a migração para a princesinha do Atlântico

Reflections on migration to the Atlantic Princess

Henrique Barreiros Alves
Mestrando em Cultura e Territorialidades
Universidade Federal Fluminense
henriquebarreirosalves@gmail.com

Juliana Gomes da Rocha Barreiros Alves
Graduada em Direito
Universidade Estácio de Sá
julianagrb.alves@gmail.com

Recebido em: 10/11/2020
Aprovado em: 21/12/2020

Resumo: O presente trabalho parte das raízes históricas do litoral norte-fluminense após a chegada dos portugueses até a atualidade, realçando a cidade de Macaé. Evoca o desenvolvimento moderno e o território, visando a análise da identidade cultural macaense, alterada pelo fluxo migratório. Em vista disso, realiza revisão bibliográfica sobre o território utilizado por Milton Santos, bem como os lugares e não lugares de Marc Augé, aplicando-os ao entendimento da atual sociedade macaense e suas especificidades. Apresenta, portanto, dados quantitativos da formação social e aspectos culturais da sociedade da cidade para amparar o argumento de que os indivíduos envolvidos no fluxo migratório continuado (movimento pendular e de estabelecimento precário para trabalho) podem ter, no imaginário, essa cidade como um não lugar.

Palavras-chave: Migração; Identidade Cultural; Não lugar.

Abstract: The present work starts from the historical roots of the north fluminense coast after the arrival of the Portuguese until today, highlighting the city of Macaé. It evokes modern development and the territory, aiming to analyze the macaense cultural identity, altered by the migratory flow. In view of this, it carries out a bibliographic review on the territory used by Milton Santos, as well as the places and not places of Marc Augé, applying them in the understanding of the current Macanese society and its specificities. Therefore, it presents quantitative data on social formation and cultural aspects of the city's society to support the argument that individuals involved in the continued migratory flow (commuting and precarious work) may, in the imaginary, have this city as a non place.

Keywords: Migration; Cultural Identity; No place.

Introdução

A década de 1970 marcou a cidade de Macaé pela instalação do polo industrial de exploração de petróleo, originado a partir da Petrobrás, que operaria grandes transformações no cotidiano da, até então, pacata cidade do interior Norte Fluminense do Rio de Janeiro. Esse marco constitui um ponto de partida para uma nova leitura de sociedade, reorganizada pelo alto fluxo migratório, o que passaria a caracterizar sua formação e desenvolvimento.

Nesse esteio, cabe refletir sobre os efeitos de tais modificações sobre a identidade cultural local, na interação que essa nova configuração de habitantes enseja com a projeção do patrimônio cultural característico da cidade. Para realizar essa aproximação, utilizou-se como base o conceito de não lugar proposto por Marc Augé, visando representar uma forma de relação com o território por esses novos elementos que compõem a sociedade.

O texto objetiva, portanto, discutir a relação do fluxo migratório com o patrimônio cultural constituído na localidade. A metodologia constituiu-se numa abordagem documental e bibliográfica, embasadas na pesquisa realizada pelo "Programa Macaé cidadão" e pelos levantamentos do IBGE, visando a análise dos elementos sociais e culturais dispostos por meio do pressuposto teórico de Augé.

Esse movimento tem origem na inquietação empírica provocada pelo desconhecimento manifesto do patrimônio cultural da cidade, reconhecido junto aos alunos participantes do projeto Centro de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – *campus* Macaé, sendo possível constatar que essa peculiaridade se estende à sociedade, de forma mais alargada, como apontam levantamentos realizados, o que incita a necessidade de buscar formas de leitura dessa realidade.

A cidade

Balneário e bucólica cidade, apelidada de Princesinha do Atlântico[1] em razão de suas belezas naturais e de seu extenso litoral situado na região Norte Fluminense, a história de Macaé pós "descobrimento" do Brasil remete ao início do século XVI, com o estabelecimento da Capitania de

[1] Designação afetivamente dada pela população à Cidade de Macaé. (MACAÉ, DO CAOS AO CONHECIMENTO, 2019).

São Thomé, conferida a Pero de Góis da Silveira por meio de Carta de Doação[2] assinada por Dom João III em 28 de janeiro de 1536, e as incipientes tentativas de expansão de povoamentos para a direção norte, rumo aos Goitacás.

Durante a segunda metade do século XVI, a situação da capitania era de abandono após a retirada do primeiro donatário. Como destaca Carvalho (1888, p.72), "depois da retirada de Pero de Góes, em 1548, ficou em completo abandono, e assim esteve até o anno de 1570, epocha em que, aproventando-se d'essa circunstância, bandos de aventureiros inglezes vieram estabelecer-se n'ella".

Nesse período Portugal encontrava-se sob domínio da Espanha e da Dinastia Filipina, que fora avisada pelo governo de Madri por meio de Gondomar, ministro espanhol em Londres, sobre as investias inglesas sobre território brasileiro.

Então, o governo espanhol providenciou o estabelecimento de um povoamento para a defesa da terra, cabendo ao governador-geral Gaspar de Souza estabelecer de cem a duzentos índios numa aldeia sobre o rio Macaé, de frente da Ilha de Santana, e a fundação de um povoamento semelhante sobre o rio Seripe (hoje Rio das Ostras), onde os invasores buscavam as madeiras de Pau-brasil, principal mercadoria contrabandeada (CARVALHO, 1988, p. 327).

Em 1630, período no qual a capitania estava sob domínio da Coroa, padres jesuítas dirigiriam uma petição ao Capitão-Mór Governador da cidade do Rio de Janeiro, Martim Corrêa de Sá, procurador dos donatários ausentes, para que ele lhes concedesse duas sesmarias abrangendo as terras entre a barra do rio Macahé e a do rio Parahyba, e outra entre o rio Macahé e o rio Seripe. Obtendo despacho favorável, foram erguidas a Capela de Santana, um engenho e um colégio, em umlugar posteriormente conhecido como a Fazenda dos Jesuítas de Macaé, até que, em 1759, no reinado de D. José I, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas possessões.

Em 1795, após a expulsão dos jesuítas, as terras foram redistribuídas e a localidade recebeu novos migrantes, provenientes de Cabo Frio e de Campos dos Goytacazes. "Os bens pertencentes aos jesuítas foram adquiridos por meio de leilão por Gonçalo Marques de Oliveira que, por um tempo, foi o dono da cidade." (ANUÁRIO DE MACAÉ, 2012, p. 18).

[2] Transcrição do documento pode ser encontrada na obra "*Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé*" de Augusto de Carvalho, publicada em 1888 em Campos dos Goytacazes.

Em 1813 Macaé foi elevada à vila por D. João VI, príncipe regente na época, após reclamações dos moradores sobre a falta de autonomia e sobre a dependência legal das decisões de Cabo Frio e de Campos. Em abril de 1846, a lei provincial n.º 364 estabeleceu a Vila São João de Macaé na categoria de cidade. Em obra datada de 1944, Alberto Lamego retratava Macaé em sua origem como uma vila de índios aldeados e pescadores (ANUÁRIO DE MACAÉ, 2012, p. 34). Observada sua natural vocação portuária, a região ainda conta, nos dias atuais, com a economia pesqueira.

Em 1910, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Alfredo Baker, criou a Prefeitura Municipal de Macaé e, em 1938, passou a Comarca de Macaé a abranger Macaé e Casimiro de Abreu, o que só seria modificado após vinte anos, com a lei n.º 3.386, compondo o município de Macaé nos distritos de Macaé, Barra de Macaé, Carapebus, Quissamã, Córrego do Ouro, Cachoeiro de Macaé, Glicério e Sana. Posteriormente, foram incorporados os distritos de Vila Paraíso, Frade, Parque Aeroporto e Imboassica.

Até a década de 1960, Macaé, balneário de lazer, podia ser caracterizada como uma economia voltada à produção agrícola e ao comercio urbano dinamizado, naquele momento, pelos operários das Oficinas de Imbetiba e da malha ferroviária.

É após esse período da história recente que talvez esteja o principal divisor de águas para a cidade. A partir da década de 1970, com o estabelecimento da sede da Petrobras na cidade, Macaé experimentou um exponencial crescimento econômico e populacional, com impacto em diversas áreas, o que modificou sobremaneira a sua dinâmica até os dias atuais.

O estabelecimento de alguns marcos temporais, políticos e administrativos se fazem necessários para determinar a posição de onde se fala[3], determinando influências das mais variadas ordens e contextualizando o leitor ao qual se volta o texto. É importante sempre destacar o caráter não linear da história (LE GOFF, 1990), de forma que, embora se estabeleçam pontos de mudança para efeito de melhor entendimento do encadeamento histórico no tempo vivido, esses processos convivam ou apresentem convergência.

[3] Como destaca Pierre Bourdieu (2006 p. 190), "Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social".

Chama a atenção uma correspondência que, possivelmente, poderia ser traçada com relação a extração de pau-brasil e a visita interessada de "aventureiros inglezes", citada por Augusto de Carvalho. Seria a *commodity* um novo pau-brasil que atraiu novos aventureiros à capitania de São Thomé, hoje Macaé[4]? Esse espírito aventureiro, interessado em acumulação de riquezas, e que está no cerne da questão migratória do capital e dos indivíduos, interessa ao presente estudo, pois é esse impulso arriscado que trará os impactos ao território.

Não se trata de buscar o delineamento de proposições circunscritas, mas de analisar as relações que se estabelecem entre os indivíduos e o território, sob a luz de seu tempo histórico, entrelaçado entre a modernidade e a pós-modernidade. É uma clara relação temporal distante, mas desvela o interesse contínuo na exploração econômica, bem como as transformações que se realizam através dela.

Embora até a década de 1960 a cidade já tivesse estabelecido conexões socioculturais com a Capital por meio do cotidiano movimento dos trens, que fez florescer os ferroviários como a principal classe trabalhadora da cidade (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 20), a grande mudança na sociedade ainda estava por vir.

Tal mudança partiria da instalação da Petrobras na cidade, marco que é determinante para a nossa análise, pois é a partir dela que a modificação na paisagem macaense acontece, trazendo contradições entre a modernidade, o desenvolvimento e a sociedade. É inevitável a atenção sobre a constituição do que se pode chamar de sociedade macaense e, para tanto, alguns referentes como desenvolvimento e território podem ajudar a nortear a discussão.

Desenvolvimento e modernidade

É importante destacar o tipo de desenvolvimento pensado pelos gestores públicos para a modernização do Estado do Rio de Janeiro, e que se aplicou a Macaé e a outras localidades do Brasil, apoiando-se na ideia tradicional de desenvolvimento, de que a modernidade de base técnico-produtiva é imperativa para atingir o bem-estar. Deve-se destacar o viés etapista de desenvolvimento de Rostow (1960) onde:

> [...] ainda prevalecente nas perspectivas de gestão pública, em que os espaços rurais, por exemplo, são entendidos como atrasados. Dessa maneira, este tipo de

[4] Parte do território correspondente à antiga capitania.

> organização societária deveria ser extinto para que a modernidade fosse atingida, ou seja, como caminho condicional para uma sociedade industrial. Tal percepção ainda atinge os povos tradicionais como os das florestas, pescadores, caranguejeiros... que desenvolvem atividades artesanais e de subsistência (MOYSÉS, 2010, p. 4).

Sob essa nuance desenvolvimentista de viés econômico, Macaé teve sua paisagem totalmente alterada, o que não implicou necessariamente em impactos positivos para a sociedade nativa da cidade, ou mesmo para a população migratória[5] (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 45). Todo o desenvolvimento econômico que se deu por meio da cadeia produtiva do petróleo trouxe novos habitantes para a cidade, além de uma população flutuante, também responsável por movimentar a economia local. Mas isso não se refletiu no desenvolvimento social. A população flutuante[6] é oscilante, se relacionando a uma época ou demanda determinada, motivada pelo turismo ou pelo trabalho (IBGE, 2011). No caso de Macaé, os embarques e desembarques para as plataformas de petróleo *off-shore* poderiam se enquadrar melhor nesse conceito, diferente da pendularidade, que envolve uma prática cotidiana.

A busca pelo progresso, característica marcante da era moderna e também um propósito macaense, poderia ter atingido um ápice de modelo social desenvolvimentista[7] no Brasil. No entanto, pode-se dizer que isso ainda não se confirmou, vindo a cidade a tornar-se portadora de grande desigualdade, resultado claro do apogeu econômico[8], neste caso, ligado à extração mineral.

Em estudo realizado recentemente verifica-se que, pelo menos até 2014, último ano antes da crise do preço do barril de petróleo, Macaé, a despeito dos elevados indicadores de crescimento econômico, como o PIB e o PIB per capita, e da maior arrecadação de impostos e de emprego

[5] Segundo o IBGE (2010, p. 212), a migração, é uma forma de deslocamento entre unidades geográficas, "envolvendo mudança permanente de residência".

[6] Considera-se aqui também indivíduos que possuem domicílio de uso ocasional ou sazonal na cidade.

[7] Segundo Mercadante (2010, p. 31) *apud* Silva (2018b, p. 15), a estratégia social-desenvolvimentista consiste em elevar a questão social à condição de eixo estruturante do crescimento e desenvolvimento econômico, através da ampliação do mercado de consumo de massa, com políticas de inclusão social e de distribuição de renda: "[…] Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno seria capaz de gerar um novo dinamismo econômico, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado. Essa foi a base do programa de governo apresentado por Lula, em 2002. (MERCADANTE, 2010 *apud* SILVA, 2018b, p. 31).

[8] Encontra-se interessante contradição em notícia veiculada em jornal da cidade "Wilson Witzel: Precisa-se acabar com a dependência da indústria do petróleo", onde o governador ainda entende com solução a indústria que gerou desemprego através da afirmação "Depois da crise, a indústria do petróleo saiu de Macaé, deixando muitos pais de família desempregados. A solução para o reaquecimento da indústria é a exploração dos poços maduros de petróleo e isso será estimulado na nossa gestão. Macaé é uma cidade muito importante economicamente para o nosso estado". (SILVA, 2018a).

formal, não apresentou elevação semelhante de seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico, caindo da 4ª posição no ranking estadual do IDHM em 2000, para a 7ª posição em 2010 (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 45).

É curioso que esse paradoxo também se repita em outra cidade fluminense envolvida com a cadeia do petróleo. Duque de Caxias, cuja economia foi impulsionada na década de 1960 com a instalação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a formação de um complexo industrial composto por petroquímicas e distribuidoras de gás de cozinha e combustível, teve seu IDH-M registrado pelo IBGE em 2000, alcançando a 56ª posição no estado e, em 2010, apresentou pequena melhora, ocupando a 49ª posição-(CAMAZ, 2015).

Chama a atenção o fato desses municípios terem um PIB tão expressivo, contudo, uma colocação paradoxal no IDH-M, o que, infelizmente, consolida a informação de que o desenvolvimento econômico não necessariamente se reflete na melhoria social para a população.

Território

Para entender melhor as relações que se estabelecem na cidade, o presente estudo parte do pensamento de Milton Santos (1999) e sua noção de território, usado como categoria de análise.

A explicitação de território é determinante, embora seja um tema por demais complexo. Considera-se o território usado como balizador, posto que inclui o indivíduo com suas nuances políticas, sociais, culturais e econômicas.

> [...] O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

O autor refuta a ideia marxista da dialética sociedade-natureza, partindo de que a dialética somente se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade, acrescentando que a "sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro". Dessa forma, o território usado adequa-se à noção de território em processo, em mudança, e pode representar o dinamismo social, "constituindo o traço de união entre o passado e o futuro imediatos." (SANTOS, 1999, p. 18-19).

A atenção está sob a dialética que se apreende dos termos valor e identidade, sob a égide do território. Os interesses e representações sobre determinado território caracterizado pela ação presente alinham-se ao valor de forma nítida. Sob este viés, apresente-se a extração mineral, naquele período histórico (pós 1970) como um valor.

Na identidade é percebida uma correlação direta com o território pois, ao se pensar a territorialidade, o indivíduo é inerente ao conceito. Dessa forma, o território é uma construção concreta e abstrata, sendo a primeira, referente à paisagem e, a segunda, ao sentimento do indivíduo (RICETO; SILVA, 2008).

Sociedade

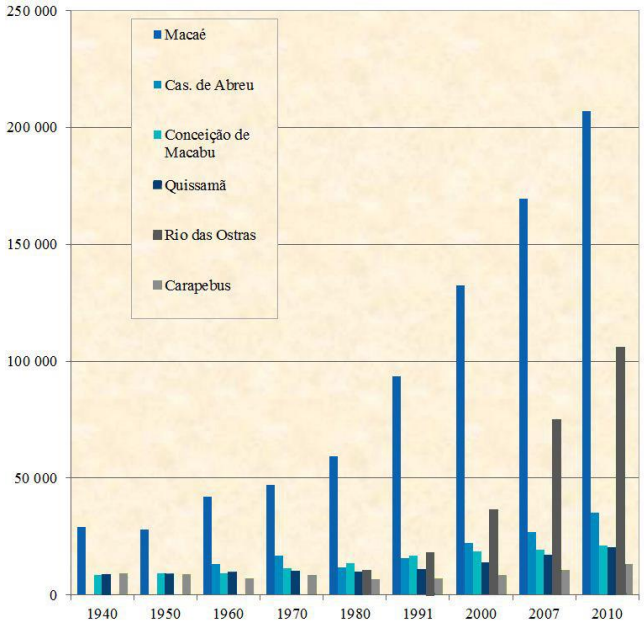
Pode-se dizer que os últimos 50 anos descortinaram para a sociedade macaense rápidas mudanças no campo econômico, trazendo grandes impactos sociais e culturais para os habitantes da cidade. São vários os estudos que foram realizados sobre a economia na cidade, o que não é nossa intenção neste texto.

Um dos maiores impactos foi o fluxo migratório para o município, como destacam Sheila Silva e Teresa Faria (2012, p. 112),

> Em busca do 'ouro negro', da possibilidade de se inserir numa atividade econômica promissora, a cadeia produtiva do petróleo que faz uso de tecnologia de ponta - uma promessa amplamente divulgada em nível nacional e internacional – milhares de pessoas migraram para o município de Macaé, a partir da década de 70. Macaé, em pouco mais de trinta anos, transformou-se numa forte área de atração de migrantes das mais diferentes procedências: regionais, metropolitanos e internacionais.

Conforme exibe o gráfico abaixo, houve um grande fluxo migratório para a cidade e para as proximidades, que se acentuou após a década de 1970, quando a Petrobras se instalou no município.

Gráfico 01: Evolução da população residente no período de 1940 a 2010, nos Municípios selecionados



Fonte: IBGE apud ANUÁRIO DE MACAÉ (2012, p. 171)

Vale ressaltar o caráter atípico dessa migração para Macaé e cidades vizinhas. No ano de 1974 a cidade contabilizava 47.000 habitantes e, já no ano de 2010, último censo realizado, a cidade contava com 206.728 habitantes, dos quais 98,1% concentravam-se nas áreas urbanas. Em 2012, a população era de 217.951 habitantes. Se considerarmos o período entre 1970 e 2010, nota-se um crescimento de 440%, desconsiderados, ainda, os contingentes populacionais, chamados de pendulares, que se deslocaram para Macaé em razão de trabalho e estudo, e que não foram registrados no gráfico. Como estabelece o IBGE (2010, p. 210), esse tipo de deslocamento é o "movimento de pessoas que se deslocam, diariamente, para outros municípios e retornam aos seus domicílios a fim de trabalhar e/ou estudar". É importante salientar que esse movimento não configura um movimento de migração, dado não constituir o estabelecimento permanente de residência na localidade.

Para os movimentos considerados pendulares, o censo de 2010 apresentou dados que reuniram o deslocamento para estudo e trabalho, auxiliando na quantificação desses contingentes.

Tabela 1: Municípios selecionados – Indicadores da Pendularidade Interna (2000 e 2010)

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	2000			2010		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Armação dos Búzios	2.972	258	2.714	7.245	1.027	6.218
Arraial do Cabo	804	1.125	-321	1.334	2.324	-990
Cabo Frio	6.713	6.020	693	15.630	16.298	-668
Carapebus	343	560	-217	338	2.799	-2.461
Campos dos Goytacazes	1.977	3.789	-1.812	4.966	9.183	-4.217
Casimiro de Abreu	1.694	1.370	324	3.472	5.704	-2.232
Conceição de Macabu	107	1.709	-1.602	248	3.321	-3.073
Macaé	7.436	829	6.607	31.248	2.088	29.160
Quissamã	239	649	-410	671	1.630	-959
Rio das Ostras	1.288	1.464	-176	6.548	14.811	-8.263
São João da Barra	434	1.222	-788	1.803	2.417	-614
São Pedro da Aldeia	916	5.928	-5.012	2.088	13.989	-11.901
Total	24.923	24.923	0	75.591	75.591	0

Fonte: IBGE *apud* SOUZA; PASSARELLI-ARAÚJO; VASCONCELOS JÚNIOR (2019, p. 74)

Com o registro de saldo positivo de 29.160, entre entradas e saídas, em 2010 Macaé foi o destino de 41% dos movimentos pendulares, aparecendo, portanto, como o principal destino do contingente do fluxo.

Outro dado de grande importância é a descoberta feita pelo censo realizado em 2010, a qual demonstrou que 42,6% dos habitantes residentes no município não são nativos de Macaé. Entretanto, o mesmo censo demonstra que 83,2% desses habitantes eram naturais do Estado do Rio de Janeiro (ANUARIO DE MACAÉ, 2012, p. 133).

Nesse cenário obtém-se um grande número de indivíduos transitando em um território, onde alguns fixam residência[9] e outros têm domicílio, porém não fixam residência; outros, acessam o território através de movimentos pendulares, considerando principalmente o trabalho e o estudo. Esse dinamismo, natural em qualquer cidade, e que é exacerbado em Macaé, configura elementos interessantes à territorialidade, sob o viés cultural e identitário.

[9] A Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil, nos artigos 70 a 74 trata da definição de domicílio. "Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas. Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde está é exercida; Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem. Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada. Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. Aqui considera-se o termo residência para a intenção do habitante em fixar-se permanentemente na cidade, ainda que o artigo traga o conceito domicílio em seu esteio, para este entende-se o habitante que se fixa na cidade somente para o trabalho.

Traduzindo a sociedade macaense por meio dos dados apresentados, é possível vislumbrar que as rápidas mudanças operadas no território ensejam, consequentemente, alterações em todos os setores da vida social, especialmente nos traços distintivos que caracterizam a cidade. Nesta direção, cabe destacar a indicação da UNESCO, na Declaração do México sobre Políticas Culturais, na qual cultura poderia ser definida:

> Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.39).

Todos esses elementos que caracterizam a sociedade macaense e que abrangem seus modos de vida, os quais podemos chamar de cultura macaense, experimentaram as mudanças decorrentes do afluxo de pessoas que ensejaram um encontro entre uma conjuntura passada e uma atual.

Esses dados amparam a afirmação de que a sociedade macaense sofreria um rápido hibridismo cultural, assemelhado ao que pode ocorrer em alguns territórios que são objetos de atração de capital e decorrente possibilidade de emprego e melhoria das condições de vida, o que, claramente, não é um processo passivo ou livre de contradições. Seguindo a vertente de Bhabha, esse conceito tem relevância para o contexto apresentado, em razão de caracterizar uma nova articulação social que se processa através de uma "negociação complexa", composta das manifestações provenientes das mais variadas áreas da vida social, inscrita no embate de temporalidades pregressas e contemporâneas.

> Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. [...] A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (BHABHA, 1998, p. 20-21).

Não se trata de afirmar a existência de uma crise social deflagrada por histórias de diferença cultural entre detentores de identidade cultural de "essência" e migrantes, dado que os últimos são, em sua maioria, cidadãos da mesma nacionalidade e estado, nem de fetichizar a identidade cultural, mas de resgatar as contradições no âmbito cultural, as quais se dão no bojo dessa transformação histórica, envolvendo novas articulações que resultarão na mudança dos traços distintivos dessa sociedade, chamando a atenção para esse processo de ressignificação. Outro aspecto que merece

menção é que essa ênfase afasta o estabelecimento de identidades "puras", haja vista que a própria hibridização remete ao contato entre colonizador e colonizado, fundante da identidade cultural.

Essa rápida transformação histórica, da bucólica cidade de veraneio à capital nacional do petróleo, deverá ser testemunhada pela expressão identitária, como endossa Canclini (2008, p. xxiii),

> Já não basta dizer que não há identidades caracterizadas por essências autocontidas e aistoricas, nem entendê-las como as formas em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais.

Nestor García Canclini põe em discussão a identidade cultural em meio a hegemonia e resistência, sob a perspectiva da hibridização entre o global e o local, das relações de conservação e descontinuidade, visando explicitar como a cultura se desenvolve.

O autor entende que não existe uma cultura única e homogênea, a qual o individuo teria sua identidade integrada, mas sim um complexo "processo de negociação", – coadunando com Bhabha nesse sentido – "na medida em que são híbridas, dúcteis e multiculturais". (CANCLINI, 1999, p. 175). Isso significa dizer que o patrimônio cultural e a identidade são, de modo geral, objetos de disputa e construção, "mas o relato artístico, folclórico e comunicacional que a constitui se realiza e se transforma em relação a condições sócio-históricas não redutíveis à encenação. A identidade é teatro e é política, é representação e ação" (CANCLINI, 1999, p. 176). Beatriz Sarlo (2000, p. 101). Complementa ainda, afirmando que na contemporaneidade não existem mais culturas populares em estudo puro, dados os avanços na comunicação, e que nada estaria interditado à influências externas, de forma que temos hoje culturas "mescladas" ou "hibridizadas".

A identidade cultural carrega grande variedade de definições conforme a corrente de pensamento adotada, guardando assim uma complexidade inerente que merece espaço próprio, e extenso, de discussão. Sendo assim, cabe indicar, frente aos referenciais apresentados, que se trata de uma construção, uma confluência de dois conceitos, o que implica dizer que:

> [...] a identidade proporciona a compreensão das predileções do indivíduo, e seu pertencimento a determinado espaço ou local, no qual a cultura faz-se presente, englobando várias simbologias, crenças e valores que trazem história. Sendo assim, a cultura em suas diversas abordagens corrobora para a definição dessa identidade, pois de alguma forma os indivíduos, em sua gênese, possuem contato com algum

> modo de cultura, acreditando-se que esse elo inicial seja transmitido e influenciado em seu marco inicial pela família, e depois por outros meios de sociabilização. [Assim] o indivíduo quando envolve-se em um processo de identificação com determinada cultura, ele passa a encaixar-se a elementos estabelecidos através de símbolos, de ideias e principalmente com valores que são consideradas e transmitidas dentre as gerações"(FREITAS JUNIOR; PERUCELLI, 2019, p. 112 e 119).

Retomando Canclini e a metáfora da representação que ele insere, assim como a ideia tradicionalista de identidade cultural – que o autor cita criticamente refletindo sobre legitimação política[10] – , mas que persiste no imaginário e no cotidiano social, também se obtém auxilio na compreensão do estabelecimento dos limites do conceito, quando afirma que a identidade cultural

> [...] se apoia em um patrimônio, constituído através de dois movimentos: a ocupação de um território e a formação de coleções. Ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos. Aqueles que não compartilham constantemente esse território, nem o habitam, nem tem portanto os mesmos objetos e símbolos, os mesmos rituais e costumes, são os outros, os diferentes. Os que tem outro cenário e uma peça diferente para representar (CANCLINI, 2008, p. 190).

Obviamente, como já indicado anteriormente, não se detém aqui a pretensão de apresentar um conceito acabado e hermético mas, sim, formas de aproximação que sejam válidas para interpretação do contexto social apresentado. Entretanto, é possível inferir, a partir dos elementos que compõem a discussão sobre a temática, e também determinar, precipuamente, a associação entre o indivíduo e alguma(s) cultura(s), em permanente transformação, em um determinado território[11].

Lugar ou não lugar

Todas as transformações correntes na vida cotidiana de todos nós, resultantes de um processo de globalização, estão relacionadas ao espaço, ao tempo e a sociedade. As análises de Marc Augé, sobre "lugar e não lugar" permitem-nos "tomar consciência dessas transformações, que surgem de uma forma aparentemente 'natural' e vão substituindo a cidade antiga pela emergência de uma 'nova cidade' " (SÁ, 2014, p. 209).

[10] Nesse trecho Canclini considera que a dessubstancialização do conceito de patrimônio nacional se dá através do questionamento da identidade cultural apoiada no patrimônio, instada enquanto pressuposto do tradicionalismo.
[11] Sem esquecer das convergências e multiplicidades provenientes do mundo virtual, dos deslocamentos, etc.

No caso que se apresenta, essa nova cidade é formada, poder-se-ia dizer mesmo que de forma agressiva, com grande circulação de capital e os desequilíbrios socais que acompanham essa "aventura" do petróleo. A alteridade, com a inclusão de novos elementos e a transformação social, é uma consequência natural em qualquer sociedade, contudo, esse traço tem um reforço conjuntural que não deve ser desprezado. Nesse sentido, Augé (1994, p. 7 *apud* SÁ, 2014, p. 210) "também indica que o que está em jogo na construção dos espaços e na sua própria vivência, que permite a aceleração do tempo e a virtualização do espaço, é a transformação de nós mesmos em outros", uma referência indireta a hibridização na sociedade contemporânea. Também merecem referência e estudos posteriores as possibilidades de acesso às interações entre os indivíduos nascidos no território e os migrantes[12], contudo, tal interface exige a reunião de fontes e formatos diversos de acesso ao campo, não constituindo objeto de estudo neste artigo, que se volta para a leitura que esses migrantes possuem do que é local.

Até o momento, realizou-se um percurso iniciado na origem da cidade, passando pelas definições de desenvolvimento, território e sociedade. A razão motivada de tal percurso se dá pela tentativa de pensar o território usado, composto pelo indivíduo, com suas vertentes políticas, sociais, culturais e econômicas, aludido em Milton Santos, em sua confluência com o lugar antropológico de Marc Augé, em contraposição com o não lugar.

O lugar antropológico, aprofundando-se no aspecto da identidade no território usado, abrange a "possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza" (AUGE, 1994, p. 76) contrapondo-se a ideia de lugar apresentada por Certeau,

> [...] que o opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso. O espaço, para ele, é um "lugar praticado", "um cruzamento de forças motrizes": são os passantes que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar (AUGÉ, 1994, p. 75-76).

[12] Tais questões podem ser abordadas à luz dos estudos sobre relações intergrupais realizados por Tajfel e Turner. Estes autores possuem diversas obras que tratam do estudo da identidade e das relações entre grupos sociais, no campo da psicologia social.

A definição de espaço, neste trabalho, é interpretada pela perspectiva de Marc Augé, de modo mais funcional, ou para designar lugares desqualificados ou pouco qualificáveis, como por exemplo, "espaços-lazeres" ou "espaços-jogos".

Os lugares são simbólicos, identitários, relacionais e históricos, e não se confinam somente aos "lugares de memória" (Pierre Nora) ou monumentos construídos para lembrar. Pensa-se a cidade como um lugar simbólico, sobretudo para os que moram e guardam uma relação afetiva e identitária, ainda que sejam aqueles que têm pouco tempo de moradia, mas que escolheram a cidade para fixar-se permanentemente.

Assim, atinge-se uma distinção que muitos podem considerar perigosa, mas que surge de uma inquietação empírica, cotidiana e que intima a construção deste texto. Entendendo que a sociedade macaense está imersa em uma "hibridização cultural", sendo objeto de grande fluxo migratório de pessoas, cabe questionar até que ponto esses indivíduos se apropriam do patrimônio cultural desse lugar.

As alterações na paisagem são facilmente identificáveis pela iconografia histórica local. Economicamente, também há uma cidade que deixou de ter características predominantemente rurais para, a partir da década de 1980, apresentar uma estrutura urbanizada.

No entanto, os aspectos simbólicos da sociedade são mais difíceis de serem evidenciados. A cultura efetiva-se como dinâmica, em constante movimento de troca, na qual a identidade está imersa. Clássicos como Geertz (1978) buscam trazer diversos conceitos sobre o "modo de vida global de um povo" e "o legado social que o indivíduo adquire do grupo", ajudando a perceber o nítido e natural contato entre os indivíduos, formador de identidade e pertencimento de um grupo.

O que se questiona é como se imprime o valor simbólico identitário do território para o indivíduo que flui para ele, olhando além da perspectiva da valoração meramente econômica.

Para fins de ilustração, se faz necessária a apresentação de alguns dados levantados pela Pesquisa Domiciliar realizada pelo Programa Macaé Cidadão, em 2006, e que identificou as principais características culturais da população macaense.

Tabela 2: Conhecimento ou não da população residente das manifestações culturais do Município de Macaé - 2006-2007

Situação	Total	%
Total	196 152	100,0
Boi Pintadinho	77 038	39,3
Dança do coco	7 238	3,7
Folia de Reis	16 842	8,6
Dança do Fado	3 699	1,9
Jongo	2 737	1,4
Outra	62	0,0
Não conhece nenhum	88 536	45,1

Fonte: Programa Macaé Cidadão - Pesquisa Domiciliar 2006. apud ANUARIO... (2012, p. 367)
Nota: Cada pessoa pode conhecer mais de uma manifestação cultural.

Dados muitos relevantes são apresentados nas tabelas 2 e 3. Nota-se que na tabela 2, 45% dos indivíduos afirmam não conhecer nenhuma das manifestações culturais do município. E, na tabela 3, percebe-se que 10% não conhecem nenhum dos patrimônios culturais da cidade.

Tabela 3: População residente segundo os patrimônios culturais que conhece - Município de Macaé - 2006-2007

Situação	Total	%
Total	580 403	100,0
Igreja de Sant'ana	84 882	14,6
Igreja de São João Batista	70 145	12,1
Farolito	35 106	6,0
Sociedade Musical Nova Aurora	52 245	9,0
Sociedade Musical Lira dos Conspiradores	45 630	7,9
Solar dos Mellos	33 244	5,7
Arquipélago de Sant'ana	35 946	6,2
Teatro Municipal	76 655	13,2
Cine Clube	55 348	9,5
Galeria de Arte Hindemburgo Olive	28 607	4,9
Nenhum	62 595	10,8

Fonte: Programa Macaé Cidadão - Pesquisa Domiciliar 2006. apud ANUARIO... (2012, p. 368)
Nota: Cada pessoa pode conhecer mais de uma manifestação cultural.

As indicações que esses dados apresentam podem endossar a compreensão sobre a aparente falta de integração dos indivíduos com a cultura macaense. É possível que a ausência de projetos do poder público, voltados ao patrimônio histórico, ao longo dos anos, tenha contribuído para tais resultados.

> Esquecidas no tempo ficaram as construções históricas, os bens materiais e imateriais. A ausência de projetos do poder público para preservação destes bens desconsiderados enquanto patrimônio histórico, gerou uma sociedade que desconhece sua essência, não discute o seu passado, não constrói sua identidade a partir da memória do lugar em que vive e, consequentemente, não discute o seu

> presente e o seu futuro. [...] A referência de quem somos é construída pela ligação entre o passado e o presente, utilizando os elementos que os constituem. O registro escrito do espaço urbano, aos poucos modificado com o crescente processo de desenvolvimento, favorece a percepção do descaso e abandono, e mesmo, o desconhecimento da sua história. (SILVA; FARIA, 2012, p.117).

Em um momento histórico em que "uma das maiores dificuldades atuais está em se manter fiel a uma identidade por muito tempo, o que gera uma ausência de pontos de referência duradouros" (FRAGA, 2011, p. 248), é fundamental ligar o passado, ou presente, criando referências por meio das cidades, que "são verdadeiros baús de reminiscências, lugares privilegiados onde as diversas memórias individuais podem se interligar para construir a memória coletiva." (TOCHETO; THIESEN, 2007, p.176) como estratégia para manutenção dessa construção identitária.

Afirmando a identidade como um valor presente no território, retoma-se a ideia de não lugar descrito por Augé, contudo, focando no indivíduo e na relação que ele estabelece com o lugar. O autor determina duas realidades que se complementam para o entendimento dos não lugares: Por não-lugar designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comercio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. (AUGÉ, 1994, p. 87).

Estendendo a definição de não lugar para o caso da cidade de Macaé, ponderar-se-á sobre alguns aspectos, inerentes às duas realidades complementares colocadas. A primeira indagação que se pode levantar é se os indivíduos interagem com a cidade como um espaço constituído em relação a um fim, notadamente o trabalho. Observa-se que dos 42,6% de habitantes não-nativos residentes no município, 83,2% são naturais do Estado do Rio de Janeiro[13]. Logo, suas relações de pertencimento e identidade podem estar voltadas aos seus municípios de origem.

Embora o estudo do Programa Macaé Cidadão apresente seus resultados utilizando o termo "população residente"[14], essa residência pode ser relativizada, visto que muitos indivíduos têm a possibilidade de se estabelecerem de modo transitório, ou mesmo precário, utilizando hotéis, comprando ou alugando um imóvel, manifestando com a cidade apenas uma relação com a finalidade de trabalho.

[13] Dados referentes ao último censo realizado pelo IBGE em 2010.
[14] Observar nota 7. O estudo parece delimitar o conceito de domicílio ao sinônimo de casa, habitação.

A relação que os sujeitos provenientes do fluxo migratório motivado pelo desenvolvimento estabelecem com o lugar, representado neste trabalho pela cidade, poderia ser abordada separando-os em dois grupos: os migrantes e a nova elite da globalização[15]. Assim, "esses grupos, apesar de suas situações econômicas, sociais e culturais diferentes, possuem muita dificuldade de se identificar com o espaço que habitam"-(SÁ, 2014, p. 121 *apud* SENNETT, 2000, p. 181).

É como se a cidade não lugar mediasse "todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só diz respeito indiretamente aos seus fins" (AUGÉ, 1994, p. 85), que seriam, como já colocado, em sua maioria provável, o trabalho.

É necessário esclarecer que se considera, para esses questionamentos, além dos migrantes, a população pendular ou flutuante que acessa a cidade apenas para fins de trabalho e/ou estudo, mantendo, assim, uma relação de distanciamento com a identidade do lugar e, consequentemente, sob esse escopo, podendo considerá-la um não lugar.

Considerações finais

A complexidade da questão parece não caminhar para respostas definitivas. O mais interessante é pensar o lugar, suas contradições e como se processa sua formação no tempo. Este é nosso objetivo geral. Realizar a leitura da cidade, considerando as noções de território usado e sua relação com o lugar/não lugar de Marc Augé, parece fazer sentido para a consideração de tamanhas mudanças provocadas pela fluidez de pessoas estabelecidas de forma temporária ou até permanente.

É necessário um movimento contínuo para recuperar o valor simbólico e identitário da cidade partícipe dessa efervescência cultural, na confluência do passado e atualidade, dinamizando os patrimônios históricos e tornando-os parte da sociedade, abertos à visitação e ao conhecimento de todos, "pois o que parece inquietar Augé é a súbita e rápida substituição dos lugares pelos não lugares" (SÁ, 2014, p. 215).

Não se encerra, aqui, o debate proposto. Apenas encaminham-se questões para reflexão que permeiam o cotidiano dos macaenses e fazem pensar sobre em que cidade se habita, suas distorções

[15] Teresa Sá (2014, p. 222) afirma que embora Marc Augé não associe grupos sociais aos não lugares, "no entanto, em Letempsen ruines, Augé, referindo-se a uma arquitetura que chamou de 'singularidades e dos não lugares', associou-a a uma minoria rica esclarecida." Esse aspecto pontuado, para efeitos desse texto, amplia-se a análise para todos os grupos sociais sob o termo de migrantes.

e como podemos, por meio dessas análises, compreender melhor os caminhos pelos quais podem ser formadas a identidade cultural e territorial.

Referências bibliográficas:

ABRIL: Mês ferroviário em Macaé. **Macaé News**, Macaé, 8 abr. 2015. Disponível em: http://www.macaenews.com.br/artigo/566-abril-mes-ferroviario-em-macae-queremos. Acesso em: 29 jul. 2019.

ANUÁRIO de Macaé 2012. Macaé: Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, 2012.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMAZ, Fernando Ribeiro. Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. **Revista brasileira de geografia econômica**, São Gonçalo, RJ, ano 4, n. 7, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a Historia da Capitania de S.Thomé**. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888.

FRAGA, Marcus Vinicius. Os não lugares não existem: uma visão crítica na pós-modernidade. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 245-259, 2011.

FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de; PERUCELLI, Tatiane. Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. In: E. F. Macaé a Campos (1873-c.1890). **Estações ferroviárias do Brasil**. [S. l.], 1 fev. 2018. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/macae.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

IBGE. **Atlas de saneamento 2011**: glossário. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096_glossario_equipetec.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**: glossário. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990

MERCADANTE, A. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

MOYSÉS, Yana dos Santos. O COMPERJ: modelo de desenvolvimento hegemônico e contradições no espaço local (Itaboraí, Rio de Janeiro). **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 01-24, jan./jun. 2010. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17779/11605, Acesso em? 29 jul. 2019.

RICETO, Alisson; SILVA, Vicente de Paulo da. **O território como categoria de análise da geografia**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 146-152, dez. 2008.

ROSTOW, W. W. Chapter 2, "The Five Stages of Growth-A Summary. In: **The Stages of Economic Growth**: A Non-Communist Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. Disponível em: http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/ipe/rostow.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 209-229, nov. 2014.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13- 21.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local**: algumas categorias de análise. CADERNOS IPPUR, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, ago./dez. 1999.

SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna**: intelectuais, arte e videocultura na Argentina, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SENNETT, Richard. "Street and office: two sources of identity". In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. **On the edge, living with global capitalism**. Londres: Jonathon Cape, 2000. p. 175-190.

SILVA, José Eduardo. Wilson Witzel: "Precisamos acabar com a dependência da indústria do petróleo". **O Debateon**, Macaé, 17 set. 2018a.

SILVA, Laís Capoani da. **A estratégia social-desenvolvimentista: uma análise empírica do governo Lula**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2018b.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Migração em Macaé: Impactos da Industrialização no Processo de Urbanização. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v.14, n. especial 2, p. 111-132, 2012.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de (orgs.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

SOUZA, Joseane de; PASSARELLI-ARAÚJO, Hisrael; VASCONCELOS JÚNIOR, Alex Fabiano da Silva. Macaé: uma cidade em movimento. *In*: ABREU E SILVA, Scheila Ribeiro de;

CARVALHO, Meynardo Rocha de (org.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

TOCCETTO. F.; THIESEN, B. A Memória fora de nós. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 33, 2007.

UNESCO. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Paris: UNESCO, 1982.

Temporalidades

Uma análise da concepção de História em *Guerra e Paz* (1863 – 1869) de Liev Tolstói

An analysis of Leo Tolstoy's conception of history in *War and Peace* (1863 – 1869)

Erick Oliveira da Silva Santos
Graduando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ericks-santos@hotmail.com

Recebido em: 01/02/2020
Aceito em: 18/12/2020

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a concepção de História na obra *Guerra e Paz*. Para isto, foca-se no argumento de François Hartog (1946 -), que detecta uma tendência dos romancistas do século XIX de se concentrarem nas brechas do regime moderno de historicidade. O que seria esse "regime moderno" e suas características? Quais são os fatores que fazem Tolstói se concentrar e adentrar em suas fissuras? E como ele conseguiu isso? Para esclarecer tais questões, vale, primeiro, compreender a relação entre história, literatura e ficção no século XIX; segundo, definir a concepção de História transmitida por *Guerra e Paz*, a partir da investigação de seus elementos histórico-filosóficos; e, terceiro, estudar alguns fragmentos narrativos do romance em evidência, à luz da definição feita na etapa anterior. Assim, torna-se possível defender a importância de analisar as estruturas linguísticas de uma determinada obra para conhecer melhor seu conteúdo.

Palavras-chave: História, Literatura, Forma e conteúdo.

Abstract: The purpose of this article is to analyse the conception of History contained in *War and Peace*. For this, I will focus on an argument by François Hartog (1946 -), which detects a tendency of 19th century novelists to focus on the loopholes of the modern regime of historicity. What would this "modern regime" and its characteristics be? What are the factors that make Tolstoy focus and enter into his fissures? And how did he get that? To clarify these issues, it is worth, first, to understand the relationship between history, literature and fiction in the 19th century; second, to define the conception of History transmitted by *Guerra e Paz*, based on the investigation of its historical-philosophical elements; and, third, to study some narrative fragments of the novel in evidence, in the light of the definition made in the previous step. Thus, it becomes possible to defend the importance of analyzing the linguistic structures of a given work to better understand its content.

Keywords: History, Literature, Form and content.

Introdução

Há diversos trechos de *Guerra e Paz* que possibilitam observar uma clara alusão ao inexorável movimento da História, com uma profundidade inenarrável e, ao mesmo tempo, digna de ser estudada. Sabina Loriga já dizia que o romance em evidência "propõe *outra maneira* de pensar a História" (2011, p. 210) (grifo da autora). Esse fato pode ser um forte fator que suscitou estudos históricos e filosóficos sobre o clássico russo em questão.

Talvez, o trabalho mais famoso sobre Liev Tolstói e sua obra máxima seja o de Isaiah Berlin. Chamado o "O porco-espinho e a raposa", esse ensaio tem o intuito de "encarar a atitude de Tolstói em relação à história com a mesma seriedade que ele pretendia que seus leitores a encarassem" (BERLIN, 2017, p. 1469). Berlin produz um panorama – sobretudo intelectual – para analisar os aspectos que influenciaram a constituição da concepção de História de Tolstói (2017, p. 1466-1467). Patrick Gardiner, em sua antologia *Teorias da História*, também promove uma atenção à concepção de Tolstói, mas vai por um viés diferente do que o de Berlin, na medida em que não analisa as influências do escritor russo e seus motivos pessoais para a escrita das reflexões de *Guerra e Paz* através de um ensaio. Dessa forma, Gardiner produz três pequenos parágrafos para expor suas considerações sobre o romance e seu autor para, mais adiante, separar as páginas destinadas a Tolstói em trechos do romance que abordam duas ideias que parecem ser centrais para a concepção de História do escritor russo (1969). Em 2010, Sabina Loriga publica uma obra cujo objetivo é "fazer uma incursão pela tradição" e, assim, enfraquecer uma visão que exibe o passado historiográfico a partir de uma "experiência monolítica, imbuídas de certezas sobre a verdade e a objetividade", focando em autores do novecentos, como Tolstói, que propõem reflexões sobre as relações entre a História e o indivíduo (LORIGA, 2011, p. 15). François Hartog, em seu livro *Crer em história,* insere a concepção de História de Tolstói no debate marcado pela crise do "regime moderno de historicidade", em que a História atual se depara com novos impasses relacionados à sua efetividade. Hartog vai de encontro com Loriga ao demonstrar algumas características importantes que o autor de *Guerra e Paz* possui e que o ajudam a ir contra, também, aos aspectos comuns da historiografia moderna (HARTOG, 2017). Um artigo que fala sobre a concepção de Tolstói é o de Gustavo Morais Barros, o qual tem a finalidade de analisar a "interpretação do processo histórico segundo Leon Tolstói". Para isto, Barros tem em vista os conceitos de poder, necessidade e livre-arbítrio, assim como a teoria dos infinitesimais passada pelo romance em questão (BARROS, 2010). Outro bom

artigo é o de Mario Newman de Queiroz. A partir da concepção histórica de *Guerra e Paz*, Queiroz reflete sobre questões relacionadas à subjetivação e individualização advindas da filosofia ocidental, sobretudo a de Georg Wilhelm Hegel (1770-1831) (QUEIROZ, 2019). Estes são os trabalhos que abordam mais diretamente a concepção de História de Tolstói. Mas há outros que também discutem tal concepção, entretanto, focam nos aspectos narrativos do romance em evidência.

Fredric Jameson dá-se o dever de investigar o modo com que Tolstói constrói sua narrativa em *Guerra e Paz*, e aponta "tendências estilísticas" caras para o escritor: como a utilização do *ostranyenia*, a qual pode ser vista como "o estranhamento ou distanciamento do familiar, a supressão de denominações consagradas a fim de renovar a percepção" (JAMESON, 2007, p.194). Victor Chklóvski vai pela mesma esteira de Jameson, na medida em que este último destaca a importância para Tolstói de descrever as coisas como se vistas pela primeira vez, mas, ao invés de utilizar a palavra "*ostranyenia*", usa o termo "singularização" (CHKLÓVSKI, 1972, p. 46). Ginzburg fala desses termos com palavras diferentes, utilizando o "estranhamento" como um método importante para o autor de *Guerra e Paz* (GINZBURG, 2001). Incrementando a análise das técnicas tolstoianas, Rubens Figueiredo e Hayden White possuem textos profícuos.[1] O primeiro demonstra como o escritor russo consegue desfazer hierarquias e evidenciar diversas perspectivas em uma mesma narrativa (FIGUEIREDO, 2017, p.10). Já o segundo fala de uma "passividade ativa", ação que é cara para Tolstói (WHITE, 2010, p. 101). Por fim, ressalto um estudo de Jordão Hora Nunes, que destaca aspectos importantes para a composição do romance em evidência, como o afastamento do "papel de narrador onisciente", o que leva ao estranhamento a partir de uma forma de narrar que fomenta a especificidade dos objetos históricos (NUNES, 2016, p. 48).

Todos tentam interpretar a narrativa de *Guerra e Paz* e sua concepção de História, alguns tendem mais para a primeira, já outros, mais para a segunda. O problema é que nenhum garante uma maior atenção na relação existente entre os fragmentos histórico-filosóficos e as partes fundamentalmente narrativas deste clássico da literatura. Em *Guerra e Paz*, a concepção de História está conectada à sua narrativa, ao modo de confeccionar o romance, e é isto que vou defender nesse

[1] Falar "técnica tolstoiana" dar a entender que sua técnica é única, totalmente autêntica, o que é um problema. O ser humano é um ser em constante desenvolvimento e, por isso, influenciado, frequentemente, por algo. Somos, consequentemente, um agregado de diversas ideias que já passaram por nós. O próprio Michel Foucault disse em uma entrevista que, "de fato, todos os discursos que são providos da função autor comportam esta pluralidade de 'eus'" (FOUCAULT, 1969).

artigo. Com efeito, foca-se no argumento de François Hartog, que detecta uma tendência dos romancistas do século XIX de se concentrarem nas "fissuras do regime moderno de historicidade". O que seria esse "regime moderno" e suas características? Quais são os fatores que fazem Tolstói se concentrar e adentrar em suas fissuras? E como ele conseguiu isso? Para esclarecer essas questões vale, primeiro, compreender a relação entre história, literatura e ficção no século XIX; segundo, definir a concepção de História transmitida por *Guerra e Paz*, a partir da investigação de seus elementos histórico-filosóficos; e, terceiro, estudar alguns fragmentos narrativos do romance em evidência, à luz da definição feita na etapa anterior. Assim, torna-se possível defender a importância de analisar as estruturas linguísticas de uma determinada obra para conhecer melhor seu conteúdo.

Uma fragmentação é importante para a organização da minha investigação. Por isso, o romance é separado em duas partes, constituídas em: os componentes fundamentalmente 1) histórico-filosóficos e 2)narrativos. Uma análise crítica de ambos é fundamental. É nesse ponto que a reflexão sobre a relação entre as fronteiras da História, literatura e ficção entra. A comparação é importante, pois, confrontar diferenças e similaridades – relacionadas, sobretudo, às concepções de História – entre alguns pensadores modernos e Tolstói vai me ajudar a esclarecer e delimitar a concepção-foco desse artigo. Não posso esquecer, ademais, de uma análise estrutural, a qual ocorrerá na parte final e fornecerá mais uma base para chegar, de vez, ao meu objetivo. Desenvolvendo, por conseguinte, uma abordagem que atua em diferentes dimensões da escrita de *Guerra e Paz*.

Meu método será baseado em uma "abordagem multidimensional", que "começa por sublinhar na narração os caracteres intrínsecos dos quais se faz uma descrição, para tentar, em seguida, explicá-los relacionando essa narração com seu autor, de um lado, e com uma realidade externa, de outro [...]" (POMIAN, 2003, p. 26). Essa passagem me ajuda na medida em que suscita reflexões sobre possíveis modos de desenvolver uma metodologia para a análise de uma obra literária. Um bom texto que pode dialogar com a ideia de Pomian é o de Antonio Celso Ferreira. Nele, pude detectar pistas importantes para o meu método, como a necessidade de entender o significado e a utilidade da literatura no século XIX. Ademais, Ferreira alerta na necessidade de se fazer um diálogo entre texto e contexto, os quais "não configuram polos incomunicáveis, ao contrário, é possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos e, de outro lado, compreender o significado deles na sociedade" (FERREIRA, 2011, p. 82). Concomitante com essa frase, Jean Starobinski ressalta o dever do pesquisador em destacar tanto os aspectos internos quanto

os externos de uma obra literária: "o movimento centrífugo, que vai da obra a seus antecedentes [...], será apenas uma rota de acaso, se não for guiado pelo conhecimento da obra", na mesma direção: "a análise interna das ideias e das palavras na obra nada lucra em ignorar a sua proveniência e a sua harmonia externa" (STAROBINSKI, 1976, p. 134-135). Creio que, dessa forma, produzindo uma análise em diferentes dimensões de *Guerra e Paz,* é possível chegar ao meu objetivo.

História, literatura e ficção no século XIX

> Regime moderno de historicidade e romance andam, por isso, de mãos dadas? Sim e não [...]. Sim, pois tudo começa por essa experiência irrefutável e comum das sociedades europeias tomada por um novo tempo. E não, pois a literatura concentrar-se-á de preferência nas fissuras do regime moderno [...]. (HARTOG, 2017, p. 128)

O que significa o termo "regime moderno de historicidade" e por que ele anda de "mãos dadas" com o romance? Para responder tal pergunta, desenvolvo uma explicação sobre o conceito em questão criado por François Hartog. Complementando, a análise que Reinhart Koselleck faz do conceito moderno de História terá um papel importante, uma vez que Hartog se baseou nesse estudo para concretizar sua noção. Mais adiante, evidencio uma carência epistemológica que foi um potente motor para o enfraquecimento das tênues fronteiras entre história, ficção e literatura.

Pode-se definir "regime de historicidade" como um instrumento heurístico capaz de tornar inteligíveis as experiências do tempo de pessoas, sociedades e obras literárias. "É apenas uma expressão de uma ordem dominante do tempo" (HARTOG, 2015, p. 139). Quando Hartog estabelece uma ordem dominante do tempo para a modernidade, através do "regime de historicidade", nasce a categoria "regime moderno de historicidade", a qual ajuda a detectar certas formas de fazer e compreender a História.

Quando utilizo o termo "regime moderno de historicidade", parece que todos os historiadores do século XIX detêm uma concepção de História baseada no progresso e na unidade, detentora de um sentido meta-histórico que não varia de tempo e lugar. Na verdade, o que há é algo mais complexo, e percebe-se tal complexidade nas críticas que alguns historiadores brasileiros fazem à categoria "regime de historicidade". Rodrigo Turin apresenta riscos advindos da teoria do historiador francês, sobretudo o perigo de ordenar épocas ou mentalidades em um todo homogêneo e sucessivo. O próprio termo "ordem do tempo", tanto destacada pelo Hartog, dar a entender a

existência de um caráter teleológico (tanto é que é assim que o historiador francês organiza os capítulos de seus *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*) e uma única experiência do tempo, que se sobrepuja sobre as outras, na qual, mais tarde, viria ceder a passagem para outra "ordem". Disso advém a necessidade, advogada por Turin, de "investigar os modos de coexistência, os conflitos e as conexões de distintos regimes de historicidade" (TURIN, 2016, p. 597). Detectam-se pareceres parecidos com os de Turin, que estão relacionados ao problema da generalização entre "escalas individuais" e "dimensões mais [...] globais de experiência do tempo". Isto, por conseguinte, "acaba por abolir certa pluralidade e experiências subalternas/alternativas do tempo" (ARAUJO; PEREIRA, 2018, p. 65). Com isso em mente, tem-se a vantagem de afastar tendências de homogeneização de múltiplas experiências temporais. Ademais, pode-se perceber mais investidas de Araujo e Pereira ao "uso fragmentário e parcial da descrição koselleckiana da modernidade" (2018, p.64). Evidenciam-se apenas três menções ao conceito moderno, ao passo que duas explicam, bem simplesmente, algumas de suas características (HARTOG, 2015, p.12, 103, 137). Partindo do pressuposto de que as características do "regime moderno" são baseadas nas análises que Reinhart Koselleck faz ao conceito moderno de história, atentar às analises do conceito em questão torna-se fundamental. Tal atitude, por sua vez, vai preencher algumas lacunas da categoria "regime moderno de historicidade" e fomentar uma abordagem mais cautelosa dessa categoria.

O conceito moderno de História é uma categoria transcendental, que abrange a "História" (como conjunto de acontecimentos) e "Histoire" (como narrativa e conhecimento) (KOSELLECK, 2006, 119). Sua constituição foi impulsionada pela filosofia da História – reforçada concomitantemente com uma mudança semântica – que ajudou a esvaziar o topos *magistra vitae* e a influenciar um novo conceito de reflexão e realidade, desembocando em uma temporalização representada por uma História única, sujeito de si mesma, múltipla, acelerada, processual e atriz dos feitos históricos. O passado não é mais a categoria que se sobrepujava sobre o presente e o futuro. Nesse momento, foi criado um genuíno tempo histórico, em que o horizonte de expectativa ganha mais força do que as experiências, uma assimetria capaz de fomentar modos de pensar e de ser. É por isso que o final do século XVIII, e o início do XIX, podem ser nomeados como "a grande época das singularizações" (KOSELLECK, 2006, p.52), visto que é possível destruir a ideia "do caráter modelar dos acontecimentos passados, para perseguir em lugar disso a singularidade dos processos históricos e a possibilidade de sua progressão" (KOSELLECK, 2006, p. 54). Esse período não foi

somente o das "singularizações", mas, também, o da multiplicidade, na medida em que a História se tornou um agregado com infinitas histórias, cabendo aos filósofos e aos historiadores fazerem as interconexões.

Esses fatores podem estar conectados à temporalização dos atributos históricos. "A História [...] passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo" (KOSELLECK, 2006, p. 283). A evidência da filosofia idealista alemã, a partir de uma tendência reflexiva, destaca um tempo histórico que é inerente a todos os elementos, aspecto que os dotam de um caráter singular. O que leva à formula da "vivência básica da modernidade": "a contemporaneidade do não contemporâneo" (KOSELLECK, 2013, p. 159). Nesse ponto, é produtivo ressaltar a questão do perspectivismo de Johann Martin Chladenius (1710-1759), o qual defende uma visão na qual a História pode ser concebida por diferentes perspectivas, dependendo da origem, do *status*, dos interesses e posições na sociedade daquele que a escreve, aspecto que levaria à "incontornável relatividade de todos os 'juízos opinativos', de toda a experiência" (KOSELLECK, 2013, p. 193). Se, no começo, as assertivas de Chladenius eram relacionadas apenas ao espaço, aos poucos vão sendo destacados os componentes temporais que, também, demonstram como o conhecimento pode ser relativo dependendo do tempo em que o indivíduo está. Nisto, enxerga-se que "a diferença temporal entre passado e futuro conquistou sua qualidade própria, uma qualidade histórica, que só pode ser avaliada através de abordagens que guardam a consciência de sua relatividade, de sua temporalidade" (KOSELLECK, 2013, p. 201). Daí o entrecruzamento entre poética e história, que chega para amenizar as preocupações teóricas de religar a verdade filosófica e poética, baseada na multiplicidade dos aspectos históricos, e a facticidade da história[2] (KOSELLECK, 2013, p.139).

A profissionalização da prática histórica e a mudança do valor do historiador é, também, um fenômeno que estimulou o impulso do conceito moderno de História. François Dosse vai de encontro com Hartog quando diz que o novecentos foi o século da História. Isto se dá por "duas realidades diferentes e complementares". A primeira é baseada na profissionalização da prática histórica, "que se dota, por toda parte na Europa, de um programa para seu ensino, de regras metodológicas, e que rompe com a literatura para voar com as próprias asas", fator que influencia o nascimento da história como disciplina. Já a segunda refere-se a uma mudança tanto na concepção de

[2] Utiliza-se História com "H" maiúsculo para se referir aos movimentos históricos. Já o "h" minúsculo está relacionado às historiografias.

História quanto no valor do historiador. Este último é encarregado de enunciar "o tempo laicizado, de narrar o *telos*, de afirmar a direção para a qual se dirige a humanidade". Ambas as questões se reforçam mutuamente, na medida em que a disciplina histórica era parte importante para a consciência, a percepção e, sobretudo, para o conhecimento que levaria a sociedade ao progresso (DOSSE, 2010, p. 15). Ambos os processos se deram a partir de uma "tendência generalizada à racionalização", a qual estimulou a "modernização do pensamento histórico". Jörn Rüsen ressalta ondas que serviram para a concretização desse fato (1997, p. 84-85). A primeira é o Iluminismo, fundamental para a reflexão relacionada ao tempo e ao modo de fazer história, uma vez que seguiu um movimento de crítica à tradição, servindo como "fundamento intelectual das reformas políticas de base surgidas na Revolução Francesa" (MARTINS, 2008, p.26). Fato que estimulou uma necessidade prática de orientação da ação humana, através de diagnósticos empíricos e teóricos da História. A segunda é o historicismo, que pode de ser visto como um conceito amplo e um fenômeno que remonta ao desenvolvimento da ciência histórica, na qual se constituiu como ciência humana compreensiva, sob a forma de uma especialidade acadêmica (MARTINS, 2002, p.2). Berber Bevernage, ao destacar versões conflitantes de historicismo, ressalta o da escola histórica alemã; o da "posição filosófica de um 'movimento crítico' anti-iluminismo", isto é, contra o pensamento racionalista do século XVIII; e o de um movimento que vê o mundo como o produto de uma constante mudança histórica (BERVERNAGE, 2018, p. 195-197).

Percebe-se uma tentativa de construir métodos e fundamentos históricos, baseados na tendência crítica dos iluministas. Mas, também, há a defesa de um constante fluxo das verdades do mundo, proporcionada pelo movimento anti-iluminista. Aspectos que transformaram a história em um campo complexo, historicizado, que, apesar da criação de regras para os historiadores pisarem em um solo firme, muitos teóricos perceberam que, com o tempo, tudo muda. Alguns tenderam para a história à la Leopold Von Ranke (1795-1886): nacionalista, "essencialmente política, centrada no Estado-nação, factualista e interessada apenas nos 'grandes homens'" (FALCON, 2002, p.43), estes são mais voltados para o "regime moderno de historicidade". Como exemplo, cito um quadro de Alexandre Veron-Bellecourt. Nesse quadro, aparece Clio (a personificação da História) apontando para o busto de Napoleão e mostrando seus feitos às pessoas, bem provavelmente, não europeias. Hartog, depois de destacar algumas referências históricas na pintura, aponta que Napoleão era representado não somente como "um herói à moda antiga, ele é também a encarnação da História,

essa força que avança, cujos efeitos se fazem sentir até o fim do mundo", é o "Espírito do mundo" à la Hegel, o Destino "jamais em repouso" (para Chateaubriand) (2017, 119-121). Detecta-se, claramente, a figura do grande homem, aquele que exerce uma enorme influencia sobre o destino dos países e dos homens, sendo, ele, representante da História. Entretanto, tiveram escritores que partiram para o lado oposto, para as fissuras do "regime", para a fluidez e multiplicidade dos fatores históricos, assim como para a descontinuidade dos mesmos, o historiador Jacob Burckhardt (1818-1897) é um bom exemplo disso (LORIGA, 2011, p. 157-180).

Algumas historiografias, com suas normas fixas, não podiam captar o mundo em sua plena multiplicidade. Esse dever ficou para a literatura, Hartog que o diga: "o século XIX, século da história e do romance, viu então se impor essa dupla evidência: a da história, concebida como processo, levada por um tempo ator, e vivida em modo de aceleração; a do romance, convocado a revelar esse mundo novo" (2017, p. 127). Além disso, entre os problemas do historicismo destacados acima, ainda há a "atitude timorata [...] na construção de quadros referenciais explícitos para a interpretação histórica" (MARTINS, 2008, p.28), talvez porque a história do século XIX era utilizada mais para fins políticos (HARTOG, 2017, p.119-120). Esta é, também, uma possível causa das aproximações, muitas vezes exacerbadas, entre história e literatura, além da fonte comum que estas últimas bebem para preencher suas bases epistemológicas (LIMA, 2006, p. 115-116).

Para finalizar esta parte, vale diferenciar a história, a literatura e a ficção. Literatura não é sinônimo de ficção, assim como história não é o mesmo que literatura. Ao mesmo tempo em que se detectam diversas obras literárias que não são totalmente ficcionais, encontram-se outras que fogem da realidade com uma disparidade mais radical. A maior diferença seria relativa à responsabilidade com a verdade histórica. A história se aproxima mais dessa responsabilidade com a verdade, enquanto a literatura dá um passo em direção oposta ao real, até bater de frente com a ficção. Esta última não segue o princípio de verdade de acordo com suas irmãs e se apoia na imaginação com mais vigor. O dever com a realidade, com a construção dos fatos é, portanto, o que define as fronteiras entre história, literatura e ficção. O caráter epistemológico torna-se, com efeito, fundamental para a consolidação das barreiras entre tais campos de saber (LIMA, 2006).

Tolstói, ao aproximar a literatura da história, acaba influenciando os debates acerca das relações entre história e ficção. Pode-se afirmar que esse tema incomoda Krzysztof Pomian, visto

que o historiador polonês inicia uma discussão relacionada ao romance histórico, na medida em que tal gênero literário permite "melhor do que quaisquer outras [obras literárias], iniciar uma reflexão sobre as relações complicadas e variáveis que a história entretém com a ficção" (POMIAN, 2003, p.13). Nesse gênero, é possível perceber tanto o conhecimento ficcional quanto o histórico, além de possuir uma fonte comum. Obras como o romance histórico não são ficções puras, pressupõem um saber histórico e detém uma relação com a verdade histórica – com espaços e tempos em um contexto específico da humanidade – pois "uma narrativa é considerada histórica quando exibe a intenção de submeter-se a um controle de sua adequação à realidade extratextual do qual trata" (POMIAN, 2003, p. 21). O romance, como gênero literário, "mesmo reivindicando seu pertencimento à ficção, não se deixa encerrar completamente nela. Pois, nele, a imaginação criadora coabita quase sempre com o conhecimento, a ficção com a realidade, a invenção com a verdade" (POMIAN, 2003, p. 18). Nesse caso, evidencia-se a necessidade de teorização, sem ela, as confusões entre história, literatura e ficção foram – e ainda são – frequentes. Só a partir de uma construção sólida que é possível fincar barreiras entre tais áreas sem excluir uma das outras, simplesmente porque essas áreas podem se ajudar. A história nunca pode exprimir realmente o que passou – isto é, os acontecimentos da História – e, para explicitar uma ideia de como o passado poderia ser, emprega atributos literários e imaginativos (eis a ficção!) a partir da narração. A literatura usa informações proporcionadas pela História (e história) e pela imaginação, para produzir saberes e reforçar uma determinada ideia. Já a ficção, é inegável que ela se porta de atributos literários para seu próprio interesse e, apesar de não utilizar a história científica, tem-se como suporte a História (baseada na concepção moderna), visto que "o conhecimento jamais é, portanto, puro. E a imaginação jamais é privada de toda relação com o real" (POMIAN, 2003, p. 44).

Em síntese, a explicação do "regime moderno de historicidade" foi fundamental para, primeiro, detectar características caras para a modernidade; perceber tendências de historiografias do século XIX, com as heranças do Iluminismo, o historicismo, a constituição da ciência histórica e a profissionalização do oficio do historiador; e, por último, discutir o problema das fronteiras entre história, literatura e ficção. Não é possível tratar de um campo de saber sem o outro, na medida em que tais elementos nasceram lado a lado. A história precisou da literatura e vice-versa. A ficção seria o elemento comum dessas áreas, com uma intensidade diferente em cada uma. Sem ela, não seriam

possíveis romances e nem historiografias. Com isso, é possível detectar conhecimentos históricos a partir de obras literárias.

Adentrando nas fissuras do "regime moderno de historicidade"

Anteriormente, foi preparado o terreno para a investigação da minha fonte de pesquisa. Questão que ajudou a detectar algumas tendências dos historiadores modernos no século XIX, a qual servirá na comparação entre as concepções de História de Tolstói e de alguns historiadores. Como? A partir da categoria "regime moderno de historicidade". François Hartog já dizia que, com tal instrumento, é possível "comparar tipos de histórias diferentes" (HARTOG, 2006, p.263). Porém, surge uma indagação: como utilizar um elemento originado na Europa (o conceito moderno de História) e se servir do "regime moderno de historicidade" para preencher uma das bases de análise de um romance que não veio de um país essencialmente ocidental? *Guerra e Paz* possui grandes influencias europeias, basta observar a quantidade de frases em francês proferidas pelos personagens do romance (suas vestimentas e formas de lazer – como o teatro e a ópera – vão pelo mesmo viés). Além disso, a maioria dos historiadores que Tolstói critica é de origem europeia. Na segunda parte do epílogo, evidenciam-se várias investidas àqueles que fornecem uma História dotada de sentido e unificada, baseada na teoria dos grandes homens. Dentre tais, cita-se: Edward Gibbon (1737-1794), Pierre Lanfrey (1828-1877), Henry Thomas Buckle (1821-1862), Adolphe Thiers (1797-1877), Georg Gottfried Gervinus (1805-1871) e Friedrich Christoph Schlosser (1776-1861) (TOLSTÓI, 2017, p. 1398-1406). Isto não é por mero acaso, obras de intelectuais e artistas vindas da Alemanha, Inglaterra e, sobretudo, da França faziam parte de frequentes leituras da alta sociedade da Rússia. Liev Tolstói, por consequência, não pôde deixar de ser inspirado pelo Ocidente. Não é à toa que Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Joseph de Maistre (1753-1821) são umas de suas principais influências (BERLIN, 2017, p. 1497-1502). Além disso, focando mais na utilização dos "regimes de historicidade", Hartog afirma: "Como categoria (sem conteúdo), que pode tornar mais inteligíveis as experiências do tempo, nada o confina apenas ao mundo europeu ou ocidental" (HARTOG, 2015, p.13). Nesse caso, é possível utilizar atributos vindos do ocidente para analisar o romance em evidência.

Vale destacar algumas características dos historiadores modernos do século XIX. Primeiro, atenta-se ao foco político das histórias produzidas por diversos historiadores, as quais acabaram

desembocando no enaltecimento da nação e até de um "grande homem" (como Napoleão). Segundo, ressalta-se o problema teleológico das historiografias desse período, atributo que forneceu uma única direção e fim para o movimento da humanidade. Terceiro, e último, é bom mencionar as assertivas que reforçavam uma crença na autonomia dos homens, os quais poderiam construir sua própria História. Essas questões influenciam-se mutuamente na medida em que compartilhavam a experiência moderna do tempo. Com efeito, a nação ou o "grande homem" apareciam na História como elementos dotados de sentido, as suas forças produtivas garantiam uma autonomia que quebrava as barreiras que apareciam em suas trajetórias, ajudando-os a movimentarem as engrenagens da máquina da História rumo ao progresso. Tolstói não poderia se contentar com essas concepções. E é possível observar tal fato a partir de suas críticas em diversas partes de *Guerra e Paz*. Patrick Gardiner, em sua antologia, destaca duas ideias importantes que podem ajudar a organizar a minha análise das partes histórico-filosóficas. Para começar, tem-se "a dificuldade de definir as forças que movem as nações" e, mais adiante, vê-se "o problema do livre arbítrio e a necessidade". Em cada um desses temas, detectam-se fragmentos selecionados do romance que dizem respeito a esses assuntos (1969).

Tolstói começa suas reflexões histórico-filosóficas destacando o deslocamento de milhões de pessoas se preparando para a guerra e os consequentes – e inumeráveis – "crimes, embustes, traições, roubos, fraudes [...]". E, adiante, se pergunta: "o que produziu tal acontecimento extraordinário? Quais foram suas causas?". Esta é a deixa para começar suas críticas a alguns historiadores, afirmando que estes últimos mencionam, "com uma segurança ingênua", que as causas desse acontecimento podem ser vistos a partir de um único fato. Como, por exemplo, "a afronta imposta ao duque de Oldenburg, a desobediência ao Sistema Continental, a ambição de Napoleão, a tenacidade de Alexandre, os erros dos diplomatas etc" (2017, p. 738). Nesse momento, entra em cena seu olhar fundamentalmente múltiplo:

> é compreensível que essas, bem como uma quantidade inumerável e infinita de causas, cuja quantidade depende das inúmeras diferenças de ponto de vista, se apresentassem aos contemporâneos; mas para nós, a posteridade, que contemplamos a imensidão dos acontecimentos em todo o seu volume e sondamos o seu sentido simples e terrível, tais causas parecem insuficientes (TOLSTÓI, 2017, p. 739).

Torna-se oportuno destacar a relação entre ordem (no sentido de incumbência, ordem para cumprir um objetivo) e acontecimento para Tolstói. Essa relação só pode ser compreendida a partir do restabelecimento das "condições de tudo o que ocorre: do movimento ininterrupto no tempo tanto do acontecimento quanto da pessoa que dá a ordem; e as condições da relação necessária existente entre a pessoa que dá a ordem e as pessoas que cumprem sua ordem". Essas condições trazem à tona múltiplas causas, pois "nunca uma ordem surge de forma espontânea e tampouco encerra em si uma série de acontecimentos, mas toda ordem decorre de outra e nunca se refere a toda uma série de acontecimentos [...]". Além disso, o rumo dos movimentos humanos também depende das condições em que as ordens são passadas, da possibilidade de concretizá-las, da necessidade de entendimento àqueles que são transmitidas, da vontade de espírito de fazê-las, fatores que são difíceis de controlar (TOLSTÓI, 2017, p. 1416). Características que põem em evidencia a ilusão de que a ordem que precede um acontecimento é a causa deste e destacam a alta probabilidade das arbitrariedades dos fenômenos históricos.

Já é possível pensar na pergunta: o que movimenta os povos? Em *Guerra e Paz*, é entendido que o objetivo da história é compreender os movimentos dos povos a partir da explicação, e da demonstração, de todos os fatores que compõem as ações humanas. Com isso, cabe às pessoas captar as leis históricas, mas Tolstói logo entende que tal objetivo é impossível. Há grandes problemas que giram em torno da questão: como detectar e integrar os infinitos componentes que abarcam as pessoas? E, se houver uma resposta negativa para essa pergunta, como, então, analisar os movimentos dos povos? Talvez, essas perguntas angustiaram Tolstói durante boa parte da sua vida, ficando, possivelmente, sem respostas. Em suas buscas, o autor de *Guerra e Paz* analisa, discorda e, consequentemente, critica "os historiadores de biografias particulares e os historiadores dos povos"; os gerais/universais; os da cultura; e, por fim, os "filósofos historiadores". É perceptível que a crítica de Tolstói está sendo imposta, sobretudo, àqueles que se esforçam na consecução de explicações únicas aos acontecimentos históricos. Os primeiros, os das biografias particulares e dos povos, entendem que a História pode ser vista a partir de "um poder imanente aos heróis e aos chefes"; os segundos veem ora o personagem histórico como um produto do seu tempo, "e seu poder é apenas produto de causas diversas, ora seu poder é uma força que produz os acontecimentos"; os terceiros compreendem a atividade intelectual, "entre o enorme número de traços associados a qualquer fenômeno vivo", como a causa dos movimentos históricos; por último, os filósofos historiadores

destacam que um determinado personagem histórico serve como expressão da vida dos povos, produzindo abstrações obscuras, intangíveis e gerais, "sob as quais é possível abrigar o maior número de acontecimentos" (TOLSTÓI, 2017, p. 1402, 1403, 1404, 1412). Nesse momento, a questão do poder entra em cena, na medida em que historiadores querem ver a causa de um acontecimento na influência de pequenos números de agentes. Estes seriam os que detêm o poder de mudar as coisas, enquanto os infinitos componentes históricos são deixados de lado. Isto, para Tolstói, é um problema. Além disso, um aspecto não muito descrito por Tolstói, mas importante para captar o problema de entender os processos da história, é a questão da narração. Ela produz uma ilusão de sentido, de ordenação dos acontecimentos, de início e fim, quando, na verdade, o que há é algo mais complexo: "a fonte principal de nossa ilusão nesse aspecto decorre do fato de que, na narração histórica, toda uma série de acontecimentos inumeráveis, variados, ínfimos [...] sintetiza-se em um só acontecimento" (TOLSTÓI, 2017, p. 1417).

Tolstói vai alternando seus pensamentos filosóficos, partes são separadas para o problema dos acontecimentos históricos, já, outras, para as questões relacionadas ao livre-arbítrio e à necessidade, as quais se intensificam, também, no final de *Guerra e Paz*. Temos alguma autonomia em relação aos acontecimentos ou somos meros fantoches na mão de um infinito e inexorável devir? Nessa frase, há muito conteúdo que precisa ser destacado. Primeiro, ressalta-se o embate entre o particular e o geral. Segundo, o problema, de novo, do poder. A "vida pessoal" e a vida "elementar, de colmeia", são dois lados de um mesmo plano (TOLSTÓI, 2017, p. 741). Nota-se uma clara alusão àquela famosa História, mãe de todas as histórias possíveis, em que, apesar de as pessoas terem liberdade, são regidas por algo maior, mais forte, isto é, pelas regras da História. Esta é frequentemente mencionada por Tolstói como "Providência": "a providência obrigou todas essas pessoas [...] a colaborar para a concretização de um resultado enorme, que não estava nas expectativas de pessoa alguma" (TOLSTÓI, 2017, p. 830). É de notar uma similaridade com o pensamento moderno, relacionado àquela História viva, em movimento, rumo a um destino, o que, mais uma vez, cai em uma reflexão sobre o tempo. Será que o autor de *Guerra e Paz* não estaria, então, compartilhando uma experiência do tempo dominante no século XIX? Àquela baseada no progresso e na aceleração? O escritor russo até poderia considerar essa experiência, mas a via como uma entre outras possíveis. "Tenho de admitir que a atividade de todo personagem histórico, além de tais objetivos [acelerar para o progresso], tinha outros objetivos, mais gerais e inacessíveis para mim".

Questões que são desenvolvidas por Tolstói para, principalmente, criticar a famosa teoria dos grandes homens, fundamentalmente nacionalista e generalizadora (TOLSTÓI, 2017, p. 1342).

Nesse caso, como o literato em questão compreendia o poder (fator que também dialoga com os problemas da dificuldade de compreender os acontecimentos históricos)? Primeiro, não é somente uma palavra, mas, também, um fenômeno (TOLSTÓI, 2017, p. 1415). Para refletir melhor sobre isso, destaca-se o debate que Tolstói faz com a ciência do Direito: será que o poder "é a totalidade das vontades das massas transferidas, por meio de um acordo tácito ou declaradas, aos governantes escolhidos pelas massas"? (TOLSTÓI, 2017, p. 1409). Esse pensamento traz à tona uma "teoria da transferência", baseada em acordos entre o povo e o soberano, em que o primeiro permite a passagem de suas vontades, objetivos e mentalidades para o segundo. Mas esse fato levaria à conclusão que Tolstói abomina: a generalização e o abafamento das múltiplas características das pessoas que compõem tal povo, ignorando, por conseguinte, inúmeras experiências e dificultando o entendimento das causas dos acontecimentos históricos. Poderia até acontecer a transferência de poder, mas nunca conscientemente e, sim, por meros acasos. Compreende-se, com efeito, que o poder não está em uma pessoa que, por alguns acasos, é visto como representante de um povo ou nação. Um único indivíduo não pode influenciar países e sociedades inteiras. Mas milhares de homens e mulheres, esses sim, podem personificar o movimento da História. Elemento que leva, de novo, ao embate entre o individual e o geral, e, consequentemente, à lei da necessidade tanto explicada por Tolstói, a qual está em consonância com os aspectos relacionados ao indivíduo, às massas e ao poder. O poder pode ser descrito como "a relação entre uma pessoa determinada e outras pessoas, na qual a pessoa em questão participa tanto menos da ação, quanto mais exprime opiniões, hipóteses e justificativas da ação coletiva que se concretizou" (TOLSTÓI, 2017, p. 1421). O que leva à pouca liberdade de alguém considerado como um "grande homem" ou um estadista. Na verdade, estes últimos não faziam quase nada além de seguir o cruel destino dado pela História.

Detecta-se uma "lei da necessidade" que, talvez, faz parte da vida de todas as pessoas que vivem em sociedade. Dessa forma, quanto mais alto as pessoas estão na escala social, menos têm liberdade em suas vidas: "a mesma série de experiências e de raciocínios prova para a pessoa que a liberdade completa, que ela reconhece em si, é impossível, que todas as suas ações dependem de sua organização, de seu caráter e dos motivos que agem sobre ela" (TOLSTÓI, 2017, p. 1424). Entretanto, Tolstói abre espaço para uma pequena parcela de liberdade: "A relação da liberdade com

a necessidade diminui e aumenta conforme o ponto de vista de onde se examina a ação; mas essa relação sempre permanece inversamente proporcional" (TOLSTÓI, 2017, p. 1427). Assim, a liberdade e a necessidade diminuem e aumentam "conforme a maior ou menor ligação com o mundo exterior, conforme a maior ou menor distancia no tempo e a maior ou menor dependência das causas [...], mas [...], nunca conseguimos nem a liberdade total, nem a necessidade total" (TOLSTÓI, 2017, p. 1431). Há, portanto, uma liberdade necessária para que o campo da necessidade não exista sozinho, fato que anda em consonância com as afirmações de Berlin e Loriga, as quais vão contra as ideias de alguns teóricos, como o historiador russo Nikolai Ivanovich Kareiev (?), que dizem que a filosofia tolstoiana é determinista e fatalista. Berlin diz que as preocupações de Tolstói derivam "de uma fonte mais profunda [...]. Ela parece brotar de [...] um amargo conflito interior [...], entre os dados imediatos, que ele era honesto [...] demais para ignorar, e a necessidade de uma interpretação sua que não levasse aos absurdos infantis de todas as visões precedentes" (BERLIN, 2017, p. 1492). Já Loriga defende que o ceticismo do autor de *Guerra e Paz* "deve ser conduzido a proporções mais justas" e promove uma análise que compreende o desenvolvimento da visão de Tolstói através de seu impulso de captar as falsas padronizações dos acontecimentos históricos e atentar à multiplicidade do real (LORIGA, 2011, p. 202). Nisso, vê-se o impulso em compreender o real e a limitação do ser humano que o impede de conseguir tal fim, o que o afasta de concepções abstratas e o aproxima da realidade.

A partir dessas assertivas, é possível possuir uma ideia sobre o que movimenta os povos. Estes são impulsionados não só por uma pessoa, nem pelo poder que ela possui e nem pela sua intelectualidade, "nem mesmo pela união das duas coisas, como pensavam os historiadores, mas pela atividade de todas as pessoas que participam do acontecimento" (TOLSTÓI, 2017, p. 1422). Um bom exemplo desse fato é a atividade militar, não é à toa que Tolstói narra as movimentações dos exércitos russos e franceses. As guerras seriam, praticamente, uma personificação da História, um completo caos em que, por meros acasos, as forças que borbulham dos seres humanos se unem, tomam um rumo e mudam tudo por onde passam: "embora já no fim da batalha os soldados sentissem todo o horror de suas ações [...], uma força inexplicável, misteriosa, continuava a governá-los" (TOLSTÓI, 2017, p. 987).

Para finalizar essa análise, ressalta-se uma frase célebre de *Guerra e Paz*:

> Luís XIV era muito orgulhoso e arrogante [...]. Os herdeiros de Luís também eram fracos e também governaram mal a França [...]. No final do século XVIII, em Paris, reuniram-se duas dezenas de pessoas que começaram a dizer que todas as pessoas eram iguais e livres. Com isso, em toda a França as pessoas passaram a furar e trucidar umas às outras [...]. Ao mesmo tempo, na França, havia um homem genial – Napoleão. Ele derrotou todos e em toda parte, ou seja, assassinou muita gente, porque ele era muito genial [...] (TOLSTÓI, 2017, p. 1400).

Essa passagem é suficiente para mostrar como Tolstói via as histórias de seu tempo. Respostas generalizadoras e simplistas, que não abarcam a profundidade da História.

Com isso, é viável pressupor uma explicação para o motivo de François Hartog proporcionar uma resposta positiva e outra negativa para a pergunta: "Regime moderno de historicidade e romance andam, por isso, de mãos dadas?". Primeiro, o regime moderno de historicidade e o romance andam juntos na medida em que compartilham uma experiência moderna de tempo considerada por Hartog como dominante. Nas passagens anteriores, pôde-se detectar uma História mãe de todas as outras, temporalizada, acelerada, em constante movimento – denominada por Tolstói, frequentemente, como "Providência" – e com uma profundeza inenarrável, características experienciadas por muitos historiadores modernos. Segundo, o motivo de o "regime moderno de historicidade" e a literatura do século XIX, mais especificamente *Guerra e Paz*, andarem separados, é por Tolstói ser um literato, e, por isso mesmo, abarcar dimensões da realidade não abordadas pelas histórias. O múltiplo face às histórias – e, com isso, às verdades – é latente. O que demonstra como a concepção de História de *Guerra e Paz* consegue adentrar nas fissuras do "regime moderno de historicidade". Com suas reflexões, o escritor russo destaca múltiplas perspectivas, causas, sentidos e tempos para os processos da História, as quais divergem com algumas tendências historiográficas do século XIX. "Assim, Tolstói foi levado a pôr de parte as muitas teorias diferentes em que os séculos XVIII e XIX abundavam: as interpretações heroicas, ideológica e a chamada científica, todas lhe pareciam igualmente inaceitáveis" (GARDINER, 1969, p. 204). É possível perceber que a filosofia tolstoiana é 1) multifacetada, na medida em que estimula um olhar múltiplo sobre os fatores históricos e, por isso mesmo, quase incompreensível, simplesmente porque nós, seres humanos, somos limitados ao ponto de ter uma visão parcelada sobre o mundo; 2) temporalizada, uma vez que concebia a História e todos os seus elementos como um processo dotado de especificidades em constante movimento; por conseguinte, 3) infinita e potencializada; 4) não determinista e muito menos fatalista. Alguns desses fatores podem até dialogar com as características da História do

"regime moderno", sobretudo em questões relacionadas à temporalização, aceleração e movimentação da História, mas a profundidade e a complexidade da concepção de História de Tolstói vão além de uma História unificada e com um único sentido para o progresso, como a de alguns historiadores modernos.

A ironia entre a guerra e a paz

O múltiplo está no cerne da concepção de História de Tolstói. Isto está latente nas partes histórico-filosóficas do romance analisado nessa pesquisa. Mas as informações não estão apenas nos conteúdos explícitos de obras escritas! É preciso captar e analisar as estruturas e o modo em que o conhecimento é passado. Assim feito, será possível compreender um modo de argumentação peculiar do conde russo – relacionado à relação entre o conteúdo narrativo e a forma com que este conteúdo é passado – e, consequentemente, reforçar a minha interpretação da concepção de História contida em *Guerra e Paz*.

Nesse caso, destacam-se as implicações de algumas assertivas concernentes à teoria tropológica de Hayden White. Primeiro, detectar uma estratégia tropológica significa revelar um modo de discursar, no qual abarca uma consciência histórica que transmite um saber. Sendo a narrativa uma forma de representação meta-histórica que pode e é, seja qual for sua forma, utilizada em diferentes tempos, torna-se possível, a partir da teoria literária, compreender os diversos tipos de consciência histórica na história da humanidade. Esse fato leva à possibilidade de analisar um discurso não apenas pelas suas informações explícitas, mas, também, pelas suas estruturas que, consciente ou inconscientemente, são postas em prática pelo escritor. A historicidade é fundamental na medida em que, dependendo do tempo e do lugar em que o autor se encontra, tipos diferentes de estratégias narrativas podem nascer. Há, consequentemente, uma relação entre historicidade e narratividade. Por isso que é necessário "não perguntarmos como ou por que o analista falhou em escrever uma 'narrativa', mas que tipo de noção de realidade o levou a representar na forma de anais o que, afinal, ele considerava eventos reais" (tradução minha). Por que anais em vez de crônicas? Por que historiografias em vez destas últimas? A resposta para essas perguntas pode estar no valor histórico das coisas, nos diferentes modos de narrar que estão relacionados a uma determinada concepção de tempo (WHITE, 1980, p.10).

Por conseguinte, é possível interpretar saberes históricos em romances, uma vez que a teoria tropológica do discurso fornece meios para classificar diferentes tipos de discursos através dos modos linguísticos que predominam neles (WHITE, 1994a, p.35). Atentando no caráter "pré-lógico" do discurso, nota-se uma forma de fabricação e construção das informações de um livro que pode ir além da consciência e estar no caráter histórico do indivíduo (WHITE, 1994a, p.19-20). Sendo assim, pode-se captar características que vão além da mera interpretação e atingem tendências de construir narrativas em um determinado espaço e tempo. É isto que pretendo demonstrar na análise dos fragmentos narrativos de *Guerra e Paz*, uma tendência narrativa irônica que começou a se disseminar no final do século XIX e, assim, fomentou determinados tipos de estruturas verbais.

Apesar de a maioria das investidas às reflexões de White referirem-se à pratica do historiador e ao aspecto epistemológico da história, evidenciam-se algumas que se aplicam à teoria dos tropos e à análise do discurso, que vai além do historiográfico. A primeira objeção está no perigo do determinismo e do relativismo linguístico. A segunda aparece no fato de que "a teoria tropológica da linguagem parece dissolver a distinção entre fala figurativa e literal". Terceiro, há a assertiva de que não seria a própria tropologia uma ficção, isto é, uma criação utilizada para investigar outras produções (livros, filmes [...])? Sendo assim, "a teoria tropológica da linguagem parece tornar impossível uma crítica cognitivamente responsável, e como tal mina a própria atividade da crítica" (WHITE, 1994b, p.33-36). As respostas de White para tais objeções são contundentes: a importância da linguagem para a compreensão da realidade é latente, e, por isso mesmo, fomenta atitudes mais sérias face à complexidade das representações linguísticas. É possível captar, com isso, diferentes modos de se expressar e entender os aspectos que nos rodeiam. Dessa forma, "embora assuma que a figuração não pode ser evitada no discurso, a teoria, longe de implicar o determinismo linguístico, procura fornecer o conhecimento necessário para uma escolha livre entre diferentes estratégias de figuração". Esse fato mostra uma característica importante da teoria tropológica, isto é, a sua potencialidade para analisar discursos. Mesmo sendo uma criação, essa teoria ajuda a analisar o conjunto de um texto, que abarca as palavras utilizadas, o modo com que é construído, a forma com que se inicia e termina, dentre outros fatores. Pode-se levantar a objeção sobre a possibilidade de dissolução da diferença entre as dimensões literais e figurativas, factuais e ficcionais (WHITE, 1994b, p. 36-38), mas, no caso dessa pesquisa, a possibilidade de detectar um conhecimento histórico do ficcional é grande e não possui o perigo de cair em armadilhas temidas por tantos historiadores

(como o negacionismo), simplesmente porque meu objetivo aqui é a análise de uma concepção de História e não de um acontecimento ou de um fato.[3]

Qual será o estilo que o autor de *Guerra e Paz* utilizou em seu romance? Qual foi seu protocolo linguístico (ou tropos)? É possível detectar quatro tipos de tropos: 1) a metáfora, em que os "fenômenos podem ser caracterizados em função de sua semelhança ou diferença com um outro, à maneira da analogia [...]", 2) a metonímia, em que "o nome de uma parte de uma coisa pode substituir o nome do todo"; 3) a sinédoque, em que "um fenômeno pode ser caracterizado usando-se a parte para simbolizar alguma qualidade que se presume inerente à totalidade"; 4) e a ironia, em que "é possível caracterizar entidades por meio da negação no nível figurado do que é afirmado positivamente no nível literal" (WHITE, 1992, p.48).

Na ironia, o autor aponta uma "descrença real ou fingida na verdade de seus próprios enunciados [...]. Pressupõe que o leitor [...] já conhece, ou é capaz de reconhecer, a absurdez da caracterização da coisa designada na metáfora, na metonímia ou na sinédoque usada para lhe dar forma" (WHITE, 1992, p.51). White acredita que o estilo irônico começou a ser empregado no final do século XIX, pelo fato de ser o último estado no desenvolvimento de um discurso, o qual detém a consciência da limitação de suas palavras para descrever algo no mundo e critica a si mesmo. Não é à toa que a fase irônica encontra-se no mesmo momento da crise do historicismo, estas andariam lado a lado: "o êxito mesmo dos historiadores da segunda fase [do século XIX] foi suficiente para mergulhar a consciência histórica naquele estado de ironia que é o verdadeiro conteúdo da 'crise do historicismo'" (WHITE, 1992, p.54).

Para demonstrar como Tolstói se aproxima da estrutura básica da "ironia", analiso os componentes fundamentalmente narrativos do romance em evidência, dividindo-os em três características principais: a primeira se baseia no potencial em destruir as hierarquias sociais e históricas. Em muitos casos, a importância dos personagens históricos para os acontecimentos é medida a partir de seu *status* na sociedade. Tolstói mostra exatamente o contrário, fato que evidencia diversas vozes e pessoas que, também, agem e influenciam a História. A segunda característica está na singularização de cada ser humano e acontecimento, a qual torna latente a complexidade dos fatos

[3] Quando digo "fatos" estou me referindo aos fatos históricos, isto é, construções de historiadores para a representação de um determinado período histórico (PROST, 2008, p. 53-73).

e agentes históricos. A terceira característica, por fim, humaniza os personagens e seus destinos, dando a entender, na hora da leitura do romance, que o acaso é somente o que lhes esperam. Apesar de o leitor estar segurando um livro com um suposto início, meio e fim, é difícil adivinhar o destino dos personagens da narrativa de *Guerra e Paz*. Nota-se o valor do contingencial e a inevitável sorte dos seres humanos face às suas trajetórias, que mudam de direção constantemente. Essas três características dão luz ao aspecto múltiplo, essencialmente infinito, da História concebida por Tolstói.

Rubens Figueiredo demonstra uma técnica importante para Tolstói, baseada no "dinamismo com que a [sua] narrativa muda de perspectiva", passando "do soldado russo para o francês, do camponês para o senhor de terras, da filha para o pai, e até animais são envolvidos nesse deslocamento incessante" (FIGUEIREDO, 2017, p.10). Há claros exemplos dessas passagens em diversas partes de *Guerra e Paz*.

Para começar, destaca-se o fim da relação da princesa Mária com seu pai (o velho príncipe Andrei Bolkónski). Ambos estavam em perigo, os franceses adentravam na Rússia e, mais cedo ou mais tarde, chegariam à fazenda de Monte Calvos, onde o príncipe e a princesa estavam. Para piorar, o idoso Bolkósnki teve uma crise de saúde e estava prestes a morrer. Esse cenário ajuda Tolstói a desenvolver a consciência, os sentimentos e os pontos de vista tanto de um pai quanto de uma filha que se amavam. Entretanto, o amor não é a única coisa que o ser humano sente, há também a raiva, esperança e outros sentimentos. O príncipe Bolkonski investia, constantemente, ataques de raiva à sua filha. Mária, por sua vez, sentia uma esperança de que seu pai morresse para ficar livre de tudo que a prendia nele. Porém, nenhum dos dois demonstrava atitudes de que queriam se separar. O velho príncipe, quando estava prestes a morrer, se desculpou por tudo que fez com a princesa Mária. Já a princesa, quando seu pai morreu, sentiu uma dor e um remorso terrível pelo seu desejo que tentava, a todo custo, esconder. Pode-se detectar a complexidade de dois seres humanos que estavam em um intenso conflito interior, tal como a imprevisibilidade de um desfecho. É possível supor que ambos não estavam errados, visto que não podiam lutar com sentimentos involuntários, demasiadamente humanos. Entretanto, ambos tinham perspectivas, verdades e ideias pertinentes, que não podiam ser ignoradas. Nota-se que as questões pessoais – sentimentos, desejos, pensamentos [...] – dos personagens são fundamentais para a História de Tolstói (TOLSTÓI, 2017, p.865-872).

Tolstói demonstra, também, um embate entre os senhores de terras de Monte Calvos e os camponeses que predominavam nessas terras. Com o turbilhão de acontecimentos na Rússia, os mujiques não podiam ficar parados, precisavam agir para não serem prejudicados, como frequentemente eram. Há um conflito, os camponeses não queriam obedecer a seus "senhores" e estavam prestes a fazer um motim. Já os donos de terras, por algum motivo, demoravam a sair de suas fazendas. Por quê? Talvez porque precisavam de "seus" camponeses e, com isso, não queriam deixá-los para trás? Ou estavam com medo? O rumo dos acontecimentos começou a mudar quando Nikolai Rostov chegou e, à força, controlou a situação. Rostov, com mais alguns poucos homens, conseguiu diminuir a tensão da situação através de uma demonstração de coragem frente aos camponeses. Estes, ao contrário de reagir, começaram a dizer:

> Mas a gente não fez mal nenhum a ninguém. Foi assim, só uma bobagem da gente. Uma maluquice que deu na gente... Eu bem que avisei que não estava direito [...]. Bobagem nossa [...]. Imagina se a gente pode falar com os patrões desse jeito! O que você estava pensando? (TOLSTÓI, 2017, p. 891-892).

Como poderia essa mudança de opinião entre os mujiques acontecer tão abruptamente? Mesmo que Nikolai Rostóv possuísse poderio militar, os mujiques tinham força, poderiam resistir, então, por que tal mudança? Do mesmo jeito, pode-se perguntar sobre os senhores de terras, por que não apenas partiram, por que precisavam tanto dos mujiques e por que necessitaram da violência para conseguir o que queriam? Estas perguntas ficarão sem respostas, mas ajudam a entender a dificuldade de compreender as ações de grupos humanos. Estes podem ser influenciados por tendências históricas, e, principalmente, por impulsos pessoais e coletivos, fator que torna cada vez mais difícil analisar os acontecimentos históricos. Ademais, mais uma vez, nota-se que os dois lados possuíam suas verdades, seus modos de agir e conceber o mundo, elementos que estimularam fortemente o conflito em questão (TOLSTÓI, 2017, p.872-894).

Somado a isso, detecta-se um encontro entre um suposto cossaco (Lavruchka) e Napoleão. O primeiro, sendo aprisionado pelos franceses, travou uma conversa de igual pra igual com Napoleão, ao ponto de dar dicas sobre a guerra para alguém que era visto como um "gênio". Lavruchka sequer era um militar, mas um servo que foi capturado e conseguiu passar-se por um integrante do exército russo por sagacidade. É nesse momento que Tolstói iguala um soldado, um servo e um imperador, redefinindo as supostas hierarquias que as pessoas costumam achar que têm. Napoleão, que não ousava falar com quase ninguém, acabou recebendo conselhos de um servo que fingia ser militar.

Este, por sua vez, atuou tão bem que não colocou em risco seu disfarce. A igualdade dos personagens torna-se latente (TOLSTÓI, 2017, p.861-865).

Para ter uma ideia da visão de igualdade de Tolstói, menciono não mais *Guerra e Paz*, mas outro livro seu, chamado *Kholstomér, a história de um cavalo*. Esta é uma obra posterior ao romance analisado aqui, mas serve como um último exemplo. Tolstói proporciona a um cavalo consciência e o papel de narrador principal. Com isso, primeiro, ele põe voz e perspectiva em um ser vivo que, de acordo com o senso comum, nunca teve expressão. Segundo, é atribuído um senso crítico ao animal que pode ser visto melhor do que o dos humanos. Terceiro, a destruição das hierarquias é latente. Por ser algo superficial, isto é, uma criação humana, a hierarquia não existe no mundo selvagem, todos apenas vivem, fazendo o que for para sobreviver (CHKLÓSVKI, 1972, p. 46-50). É isso que Tolstói demonstra em *Guerra e Paz*. Além disso, põe em dúvida "crenças e postulados mentais tidos como naturais [...]. Ganham relevo a debilidade do poder, os preconceitos e a estreiteza do suposto gênio" (FIGUEIREDO, 2017, p.10).

Os seres vivos não só compõem a História, mas são a própria História, pelas suas singularidades. Tolstói demonstra isto ao evidenciar as especificidades de acontecimentos e pessoas a partir de um procedimento chamado de *ostranyenia*, singularização ou estranhamento. Com isto, o escritor russo consegue evidenciar o múltiplo e, ao mesmo tempo, influenciar sua sensação em nós.

O processo de singularização consiste em produzir uma descrição do objeto como se fosse visto pela primeira vez (CHKLÓVSKI, 1972, p. 46). O resultado é um novo olhar sobre o mundo, que acaba deixando para trás velhos postulados para captar, constantemente, outros novos. Nisso, percebe-se como o estranhamento suscita uma forma textual que garante uma percepção múltipla dos objetos históricos, e parecia que Tolstói sabia disso, uma vez que utilizou tal procedimento em *Guerra e Paz*.

Como exemplo, cito a análise que Jameson faz de um trecho do romance, o qual demonstra uma aproximação entre Natacha Rostova e Anatole Kuráguin:

> Ele não desviava os olhos sorridentes do rosto, do pescoço e dos braços nus de Natacha. Ela sabia sem dúvida alguma que Anatole estava encantado com ela. Aquilo agradava a Natacha, mas por algum motivo sentia-se constrangida, acalorada e aflita na presença dele. Quando não estava olhando para ele, Natacha sentia que Anatole olhava para os seus ombros e, sem querer, interceptava o olhar dele para que, em vez disso, olhasse para os seus olhos. Porém, quanto o fitava nos olhos,

> Natacha sentia com tremor que, entre Anatole e ela, não havia aquela barreira que sempre sentira entre ela e outros homens [...]. Quando Natacha se virava e lhe dava as costas, temia que ele segurasse por trás o seu braço nu, a beijasse no pescoço [...] (TOLSTÓI, 2017, p.666-667).

É evidenciada uma "dispersão da consciência", uma "suspensão de identidade" e uma "fragmentação do corpo" de Natacha em que ombros, olhos e pescoço ganham vida própria. Jameson diz: "o que há de particularmente excêntrico nessa passagem é a ausência de versões convencionais da experiência, mais notadamente o rubor das faces e o calor que o acompanha" (JAMESON, 2007, p. 194). Pode-se detectar, com isso, como o escritor russo complexifica o ser humano, fragmenta-o entre milhares de sentimentos e diversas partes do corpo que falam, que querem se exprimir. Eis o estranhamento: como um ombro, ou um braço, poderia agir independentemente de seu corpo? Exprimir algo que, à primeira vista, é incompreensível?

Ademais, vale dizer que a complexa teia histórica, com seus infinitos componentes e embates, formam destinos incertos e incalculáveis. Para desenvolver essa questão, Tolstói narra a trajetória de um comandante do exército russo, Mikhail Ilariónovitch Kutúzov, o qual possuiu, de acordo com White, uma "passividade ativa" (2010, tradução minha). Esta pode ser caracterizada como uma ação que garante meios para conceber os movimentos históricos, para esperá-los e torná-los a nosso favor. É preciso de paciência para desenvolver esse atributo, pois só assim é possível agir de acordo com as circunstâncias (WHITE, 2010, p.101).

Kutúzov foi um comandante que lidou com circunstâncias diversas – dentre tais, a burocracia russa e os movimentos humanos de cento e sessenta mil russos e franceses – para conseguir a vitória da Rússia sobre a França. Ele teve que ir além de seus desejos, dar tempo ao tempo e ter, sobretudo, paciência. Eis um atributo fundamental para ter uma "passividade ativa": paciência. Com isso, é possível olhar melhor ao seu redor, compreender o estado de ânimo das pessoas e agir conforme o movimento das coisas. Para Tolstói, Napoleão não sabia o que fazia, apenas jogava com a sorte. Kutúzov também, mas, contrariamente de Napoleão, tentou compreender quais eram as consequências dela para, enfim, conseguir o máximo de vantagem. Kutúzov não tinha certeza do que viria, nem demonstrava ter, sabia muito bem dos invariáveis fluxos históricos, que poderiam mudar de lugar constantemente, de acordo com a posição e ações de seus elementos (TOLSTÓI, 2017, p. 901,994, 1180, 1182).

Conclusão

Tentei defender que a narrativa de Tolstói possui relações com a sua concepção de História. O escritor russo, a partir de sua narração, demonstra que sua História é, primeiro, multifacetada e temporalizada. Nas narrativas relacionadas aos choques de duas pessoas, de grupos de diferentes camadas sociais e até de um animal, encontram-se diversas perspectivas, sentimentos, ações, agentes e verdades no mundo histórico, em que todos estão em constante mudança e são fundamentais para a concretização de um acontecimento. Segundo, não é determinista, muito menos fatalista, é apenas preocupada com o possível e o real. Assim, apesar das limitações do ser humano em um ambiente em que milhares de forças agem ao seu redor, Tolstói destaca a possibilidade de ação e da compreensão do que acontece no ambiente em que se vive. Por último, é infinita e potencializada, na qual cada elemento histórico possui uma singularidade sem limites. É como se existissem centenas de organismos e, dentro desses seres, outros milhares de agentes, e assim por diante.

A ironia nas narrativas de Tolstói não é ácida, como nos componentes históricos filosóficos de *Guerra e Paz*. É, sim, enredada em uma narrativa simples, que evidencia as escolhas, ações, complexidades, tradições e, por conseguinte, contradições de cada um de seus personagens. Estes não percebem como agem, nem como afirmam algo, mas apenas seguem o fluxo, assim como Napoleão. Tolstói, ao utilizar sua arte, produz uma crítica não só aos historiadores de sua época, mas a todos que participavam de seu mundo. Entre uns, que guerreiam pela busca de seus desejos, e outros, que estão em paz, por saberem que não podem conquistar tudo, a ironia se encontra como um instrumento para aqueles que buscam criticar o desejo excessivo por algo e a consequente cegueira para outros aspectos da vida, assim como as desculpas para disfarçar uma preguiça irremediável e a inevitável negação dos milhares atributos da própria História. Essas questões demonstram como *Guerra e Paz* promove uma concepção de História capaz de ir contra tendências que fomentavam historiografias enviesadas, fundamentalmente políticas, baseadas na ideia de progresso e unicidade.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0** – Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, Minas Gerais: Editora SBTHH, 2018.

BARROS, Gustavo Morais de. Interpretação do processo histórico em Leon Tolstói. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, Ano 1, n. 3, p.123-143, jun. 2010.

BERLIN, Isaiah. O porco-espinho e a raposa. In. TOLSTÓI, Liev. **Guerra e Paz.** Tradução de Rubens Figueiredo. 1º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado:** tempo e justiça. Serra: Milfontes; Mariana: SBTHH, 2018.

CHKLÓVSKI, Victor. A arte como procedimento. In D. Toledo (org.). **Teoria da literatura**: Formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1972.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. Tradução de Domitila Madureira. In. MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História.** O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2010.

FALCON, Francisco José Calazans. Historicismo: antigas e novas questões. **História Revista**, 7 (1/2):23-54, p. 23-59, jan/dez. 2002.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. SP: Contexto, 2011.

FIGUEIREDO, Rubens. Apresentação. In: TOLSTÓI, Liev. **Guerra e Paz.** Tradução de Rubens Figueiredo. 1º ed. SP: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Entrevistador: Jean Wahl. **Sociéte Française de Philosophie.** 1969.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1969.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário. In: **Olhos de madeira:** Nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. 1º ed. Belo Horizonte, Autêntica. 2017.

_____. Tempo e Patrimônio. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol.22, nº36, p.261-273, Jul/Dez 2006.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? **Novos Estudos**, p. 185-203, Março 2007.

KOSELLECK, R. [et. all.]. **O conceito moderno de História**. Tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeira Pereira. Rio de Janeiro, Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

LORIGA, Sabina**. O pequeno x,** da biografia à história. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: **A dinâmica do historicismo:** revisitando a historiografia moderna. ARAUJO, Valdei Lopes de... [et.al.] (org.). Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

_____. Historicismo. Tese, legado, fragilidade. **História Revista**. Goiânia, v.7, n.1/2, p.3, 2002.

NUNES, Jordão Horta. Questões metodológicas em Guerra e Paz: causação, agência e refiguração. **Tempo social**. Revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1, p. 29-53, Abril 2016.

POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Projeto História**. Tradução de Marina Maluf. São Paulo, p.11-45, 26. Jun.2003.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.

QUEIROZ, Mario Newman de. Subjetivação e concepção histórica em Guerra e Paz. Slovo – Revista de Estudos em Eslavística. V.2 N.2, p. 35-50, Jan. – Jun. 2019.

STAROBINSKI, Jean. A literatura. O texto e o seu intérprete. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História.** Novas abordagens. Rio de Janeiro, 1976.

TOLSTÓI, Liev. **Guerra e Paz**. Tradução de Rubens Figueiredo. 1º ed. SP: Companhia das Letras, 2017.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi.** Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p.586-601, jul./dez. 2016.

WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

_____. **Meta-História:** A Imaginação História do Século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n.3, p. 23-48, 1994b.

_____. The value of narrativity in the representation of reality. **Critical Inquiry**, University of Chicago Press, vol.7, nº1, p. 5-27, 1980.

_____. **Trópicos do discurso.** Ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994a.

Temporalidades

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

Jaciel Rossa Valente
Graduando em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
jacielvalente@gmail.com

Recebido em: 14/09/2020
Aceito em: 13/12/2020

Laurentino Gomes, autor de *1808, 1822* e *1889*, lançou em 2019 seu novo trabalho: *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1*. Trata-se do primeiro volume de uma trilogia, fruto de uma pesquisa de seis anos que passou por três continentes (África, América e Europa). Seu objetivo é narrar a história da escravidão pelo viés de longa duração, apresentando diferentes perspectivas historiográficas, a pluralidade de sujeitos históricos e polêmicas. A narrativa de Gomes é marcada pela comunhão de revisão bibliográfica temática com escrita jornalística, conectando apontamentos fundamentais do tempo historiográfico à fluidez narrativa. O foco territorial passa pelas histórias do continente africano (enfatizando Angola), Brasil e Portugal. Seu ponto de partida é o primeiro leilão de escravos em Portugal, em 1444, e finaliza com a mudança de ênfase do trabalho escravo no Brasil no século XVIII, o qual passou do cenário da lida com cana-de-açúcar para a mineração de ouro.

Esse recorte temporal e espacial inicial não é meramente fortuito. Gomes parte da perspectiva de que o tráfico existente no interior do continente africano mudou de configuração em relação ao contato com os portugueses no século XV. Gomes afirma que o tráfico negreiro para o Novo Mundo foi volumoso, organizado, sistemático e duradouro, envolvendo quatro continentes (África, Europa, América e Ásia), no qual conferiu ao tráfico de escravos uma característica econômica global. Mas, não somente; indica que a pele negra passou a ser sinônimo de escravidão, desenvolvendo a segregação e o preconceito racial que ainda assolam muitos países, pontuando principalmente o Brasil e os EUA. Tais afirmações de Laurentino Gomes, advém da reunião de

pesquisas realizadas por diversos historiadores que investigaram afundo documentos, a fim de produzir esses conhecimentos históricos. Dessa forma, começar com o primeiro leilão de escravos em Portugal diz respeito a uma posição crítica de Gomes ao revisionismo histórico, o qual afirma que os portugueses fizeram uso de um comércio já existente, desconfigurando características históricas, e deturpando a história da escravidão negra.

O livro abre com uma linha do tempo linear de acontecimentos pontuados ao longo da narrativa. Essa linha tem como função guiar o leitor não familiarizado com a História do Brasil, principalmente com sua história colonial. Esse recurso é pertinente quando se observa o conjunto de 30 capítulos. Tais se configuram como *ensaios,* na medida em que não seguem uma narrativa linear temporal, mas sim temática. Por mais que o plano de fundo seja sobre a escravidão brasileira, os capítulos apresentam diferentes enfoques. Além disso, Laurentino Gomes emprega o cruzamento de dados, relacionando revisão bibliográfica, pesquisa oral e debates do tempo hodierno.

Como autor, Laurentino Gomes assume a posição de repórter ao longo da narrativa, afirmando: "posso e devo observar e ouvir os diferentes olhares e vozes, admitindo, porém que seria indevido ou falso de minha parte tentar, por exemplo, expressar na sua totalidade a experiência de dor e sofrimento do 'olhar negro', pela qual nunca passei" (p. 39). Com isso, ele apresenta uma consciência de lugar de fala. Indica que está apto a escrever sobre a história da escravidão e tem o dever de reunir a maior quantidade de sujeitos em suas narrativas, contudo não é capaz de explicitar/entender questões como sofrimento causado pelo racismo.

No rol de bibliografia que Laurentino Gomes utiliza, destaca-se *O trato dos viventes* de Luiz Felipe de Alencastro (2000), o qual analisa a formação do Brasil por uma perspectiva atlântica do século XVI e XVII, empregado principalmente ao relacionar as configurações da escravidão brasileira à intensificação do tráfico de escravos, após a tomada de Angola pelos portugueses. Outro recurso importantíssimo que Gomes utiliza, é o banco de dados público: www.slaveyages.org. Trata-se de um mapa do tráfico de escravos negros no Atlântico desde o século XIV até o final do XIX. Parte do livro *Atlas of the Transatlantic Slave Trade,* de David Eltis e David Richardson (2008), com a ampliação do recebimento de informações de todo o mundo para formular gráficos sobre a entrada e saída de escravos negros em todo o mundo.

Dessa forma, por conta do banco de dados estar em constante modificação e pesquisas sobre a escravidão estarem periodicamente trazendo novas óticas, sujeitos e vozes, Laurentino Gomes concebe sua narrativa "como se fosse uma fotografia instantânea de uma paisagem ou cena em rápida mutação" (p. 42) sobre a história da escravidão negra no Brasil.

É possível destacar alguns capítulos chaves para a compreensão do livro. O capítulo 2 - *O leilão* apresenta o primeiro leilão de escravos em Portugal em 1444. Gomes objetiva descrever o registro *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné,* de Gomes Eanes de Azurara (1989). Com base em sua revisão bibliográfica, os historiadores vêm considerando essa fonte um marco, pois apresenta já em 1444 a concepção de salvação das almas dos africanos por meio da escravização. Após, Gomes passa a apresentar a justificativa religiosa que permeou a dominação e escravização dos sujeitos negros. A escravidão como meio de salvação e o dever do bom cristão.

Relacionando com o terceiro capítulo - *As Origens*, Gomes narra sobre a diferenciação de características entre a escravidão negra potencializada pelos europeus e as formas de escravidão da antiguidade. Afirma que na África já existiam redes estruturadas de mercados de escravos e descreve a perspectiva que verifica o aumento do volume e o revestimento ideológico capitalista rudimentar desses mercados. O ponto de diferenciação fundamental é a "completa perda da identidade original do escravo e sua nova condição de submisso à vontade do senhor" (p. 69) na configuração empreendida pelos povos europeus. Ressalta um ponto recorrente nos debates anacrônicos: a escravidão nem sempre esteve ligada à raça ou a cor da pele. Somente no final do século XVII, a população de escravos negros se tornou majoritária e sua cor de pele passou a ser sinônimo de escravo.

Esse debate ganha destaque no capítulo *A cicatriz*, no qual Gomes faz uma crítica a história relativista e a corrente do "politicamente incorreto". Destaca as afirmações de que africanos escravizavam africanos antes dos portugueses e de que o tráfico de escravos era devido a fatores internos e não externos, evidenciando uma falta de compreensão histórica. O autor defende que tais argumentos corroem a compreensão histórica já consolidada de como o escravo, a partir do século XIV, passou a ser um ativo econômico descartável. Apaga a transformação que os europeus realizaram do comércio de escravos, transformando-o em um negócio global. Assim, exemplifica seu objetivo: levar o conhecimento acadêmico para além da academia.

O último capítulo que devemos pontuar com grande destaque é o vigésimo nono, intitulado - *Zumbi*. Gomes descreve a história de Zumbi dos Palmares e sua construção como herói nacional. Indica a presença de Zumbi como único herói nacional negro do período Colonial e a necessidade de reescrever a história das grandes figuras brasileiras. Afirma que Zumbi dos Palmares é figura central no movimento negro brasileiro, como alguém que resistiu à escravidão e lutou contra o sistema escravista. Segundo Gomes (p. 422-423):

> Personagens, datas e acontecimentos históricos são ferramentas de construção de identidade. Funcionam como âncoras lançadas no passado nas quais procuramos alicerçar valores, convicções, sonhos e aspirações do presente, enquanto preparamos a jornada rumo ao futuro.

Referenciais históricos permeiam e são importantes para a construção de identidades no tempo contemporâneo. Seguindo essa linha, Gomes aborda um ponto polêmico, mas fundamental em sua obra. Destaca a pesquisa do *Zumbi gay*, do antropólogo baiano Luiz Mott, que apresenta seis vestígios históricos que sustentam sua pesquisa. Para desenvolver seu raciocínio utiliza os comentários de França e Ferreira (2012) sobre a pesquisa de Mott, indicando que teve contato a obra de Luiz Mott de forma indireta. Gomes após um panorama dos argumentos, afirma que até então não havia mais apoiadores entre os historiadores, cientistas sociais e linguistas que desenvolveram essa temática do *Zumbi gay*. Dessa forma, indica a si mesmo como autor que defende a pesquisa de Mott, criticando à sociedade e academia brasileira, afirmando que os vestígios que indicam que Zumbi dos Palmares era homossexual são ignorados, negados e rebatidos devido ao fato da academia refletir um Brasil machista, homofóbico e patriarcal. Contudo, Laurentino Gomes deixou transparecer falhas na sua argumentação. Primeiro, não ler diretamente a pesquisa de Mott para compreender seus pressupostos/fontes. Segundo, a crítica a academia transparece uma visão parcial do presente e limitada da pesquisa historiográfica, a qual alicerça-se na possibilidade de interpretação, reunião de fontes e bibliografia.

Mesmo com essas falhas, o livro *Escravidão* reúne uma excelente revisão bibliográfica temática e apresenta fontes clássicas, em uma linguagem sintética/popular. Podemos afirmar que este é o maior ganho da obra, levar críticas, descrever acontecimentos e narrar perspectivas historiográficas para à massa da população.

Sendo assim, o livro *Escravidão*, de Laurentino Gomes, é uma abordagem geral com uma rica bibliografia, números, fontes históricas e repleto de críticas à academia, à sociedade e as correntes teóricas no tempo atual. Tornar-se um texto importante entre as pesquisas contemporâneas acerca da escravidão negra no Brasil, configurando-se como uma fotografia de pesquisa contemporânea envolvendo o tema.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e da conquista da Guiné**. Lisboa: publicações Europa-América, 1989.

ELTIS, David.; RICHARDSON, David. **Extending the Frontiers**: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database. New Haven: Yale University Press, 2008.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho.; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi**: a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 480 p.

Temporalidades

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019.

Isaias Borja
Graduando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
borjaestudos@gmail.com

Recebido em: 04/01/2021
Aceito em: 21/01/2021

O livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), resulta da adaptação de duas palestras e uma entrevista, realizadas em Portugal por Ailton Krenak. Detentor do título doutor *honoris causa* concedido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o autor, nascido na região leste do estado de Minas Gerais, possui uma importante trajetória na luta pelos direitos das populações indígenas no Brasil e pertence ao grupo étnico Krenak, que habita o Vale do Rio Doce. Os capítulos da obra receberam os títulos dos respectivos trabalhos em que foram baseados: "Ideias para adiar o fim do mundo", ministrado em uma apresentação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em março de 2019; "Do sonho e da Terra", apresentado em maio de 2017 no Teatro Municipal Maria Matos, em Lisboa – publicado inicialmente pela revista *Flauta de luz* (n. 6, 2019); e, por fim, "A humanidade que pensamos ser", a partir de entrevista concedida também em maio de 2017, em Lisboa, cujo texto foi produzido inicialmente para o catálogo da conferência-dançada *Antropocenas* (2017).

Ailton Krenak inicia a discussão a partir do questionamento do que compreendemos e constituímos ser a humanidade. O desconforto do autor no relato de sua chegada às terras portuguesas ilustra a memória do conhecimento de relações e processos históricos e de medidas injustas que representaram não apenas o adentrar de outros povos em terras ricas e férteis, mas a violência, a perda imensurável de um mundo constituído por identidades. Para sua legitimação, o processo dito civilizatório empreendido pela colonização, trazia consigo uma concepção homogênea de humanidade, centrada na historicidade vivenciada por uma parte específica do globo. A humanidade imposta e comumente reconhecida e vivenciada, desse modo, seria um deslocamento abrupto em relação à própria natureza do ser humano, como as ancestralidades e sua importância na

constituição e identificação do ser e também (e especialmente) a de organismo pertencente ao mundo natural. Esse distanciamento, segundo o autor, produz uma experimentação superficial de nossa humanidade e a alienação. Krenak assinala que formas outras de humanidade eram e são comuns em muitos povos e culturas, mas muitos acabaram sendo forçados a integrar uma expressão globalizante que exclui o homem de seu pertencimento à Terra.

Corre pelo mundo o discurso da sustentabilidade. Mas o autor nos chama a atenção: sustentabilidade para quê, para quem? Esse pensamento parte da proposição colocada por Krenak de duas formas de se pensar a humanidade: a humanidade e a sub-humanidade; essa composta por "caiçaras, índios (sic), quilombolas, aborígenes", por povos tradicionais não apenas das Américas, que possuem uma relação íntima com a terra, na contramão da lógica do capital. A lógica do capital e das grandes corporações, como coloca o autor, consiste em criar espaços, experiências artificiais, que envolvem a exploração da natureza e a descaracterização do mundo em nome do progresso e da razão. Com isso, a humanidade – aquela única – que se institui se torna cada vez mais distante do organismo vivo que se chama Terra.

Desse modo, a crítica presente no livro está na denúncia pelo autor de como nosso tempo tem sido produtor de ausências e em como nossa sociedade e seu projeto de humanidade representam interesses econômicos que consequentemente se chocam com cosmovisões que não abarcam tais anseios ou que não se interessam pela mesma forma de existência. Cabe ressaltar que a leitura que se faz a partir do pensamento do autor não exclui a realidade de que fazemos parte de uma única espécie, a humana; trata-se de mais uma provocação. Portanto, sua ideia para adiar o fim do mundo é pensada nesse sentido, ou seja, na possibilidade de contar mais uma história. Se temos uma única forma engessada de humanidade, talvez estejamos sim fadados a um fim, o que assinala o autor:

> E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos (KRENAK, 2019, p. 26-7).

Pensar em formas outras de humanidade pode nos ser estranho tendo em vista uma tradição histórica que nos condicionou a ver o ser humano como a si mesmo no tempo; mas Ailton Krenak evoca o exemplo de centenas de povos que atravessaram os séculos, resistem – não apenas como

corpos humanos, como também em memória – e que adiaram o fim do mundo pela suspensão do céu.

> Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades (KRENAK, 2019, p. 32).

A metáfora das constelações a que Krenak se atém traz uma estética que nos leva a refletir sobre as formas naturais a que fomos e temos sido influenciados, induzidos, forçados a ir contra; e tamanha diversidade, colocada em uma única "forma", além de contribuir com a negação de diferentes historicidades e memórias, é um meio de supressão da própria vida.

Na história recente do país, o Brasil viveu entre um espaço de pouco mais de três anos duas tragédias ambientais ligadas à mineração. O crime ambiental ocorrido em Mariana afetou o rio Doce, o Watu para os Krenak. Para além de um recurso natural, o rio integrava a identidade desse povo, sendo o desastre uma ameaça não apenas ao meio ambiente, como a uma forma de cultura que tira do Watu sua sobrevivência. Cabe lembrar que os resíduos que atingiram o rio, atravessando Minas Gerais e Espírito Santo, eram tóxicos, afetando a qualidade da água, a natureza ao entorno e os animais que habitam o território. Nas palavras de Krenak, "esse crime – que não pode ser chamado de acidente – atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou" (KRENAK, 2019, p. 42).

Voltamos ao ponto inicial. Que humanidade é essa que se utiliza do discurso da sustentabilidade, mas que se vê separada da natureza? Que humanidade é essa cuja ambição explora a Terra, esgota os recursos e provoca um lamaçal de morte, tristeza e angústia? É comum que tenhamos ouvido sobre o Antropoceno: periodização geológica marcada pela ação humana sobre o planeta; mas pouco temos nos alarmado sobre a incidência de nossas ações sobre o mundo que compartilhamos com outras humanidades, como afirma o autor. Mas prosseguimos com essa humanidade repleta de distanciamentos e efemeridades, que nos cega e nos mata, consumindo juntamente o céu e a Terra. Podemos mencionar, além disso, o pensamento consolidado em nossa sociedade de que formas outras de humanidade, que veem na natureza alguma sacralidade, são folclóricas, nos esquecendo do olhar etnocêntrico que nos atravessa, tendo em vista nossa constituição histórica e cultural pela cristandade ocidental. E como consequência de uma cosmovisão

construída sobre a ideia da subjugação da natureza pelo ser humano, tudo se torna apenas recurso e meio para algo. Diante da dimensão do distanciamento entre os seres humanos, no que tange à forma de vida, o autor propõe como ponto de contato entre as mais diversas comunidades, discutir sobre o sonho e a terra. Enquanto para alguns sonhar possa significar unicamente descanso ou renúncia da realidade, Krenak afirma que outros vivenciam o sonho como uma forma de orientação, na busca de respostas para as coisas práticas da vida, para o autoconhecimento e desenvolvimento das relações interpessoais: "é uma experiência transcendente na qual o casulo do humano implode, se abrindo para outras visões da vida não limitada"; e acrescenta: "alguns xamãs ou mágicos habitam esses lugares ou têm passagem por eles. São lugares com conexão com o mundo que partilhamos; não é um mundo paralelo, mas que tem uma potência diferente" (KRENAK, 2019, p. 66-7)

Por fim, o autor expõe sua visão sobre "o fim do mundo" como um momento de tensão entre o conforto e a ruptura e pensa o Antropoceno como um estado que se naturalizou à medida em que projeções foram feitas sobre a Terra e sobre a vida. Essa naturalização, recebendo como motor o consumo, teria quebrado percepções antes notáveis como a transição humana entre os lugares e a mutabilidade do próprio planeta. Para Krenak, a queda não é algo recente na história da humanidade e, portanto, ela deveria ser tratada de forma a repensarmos nossa forma de existência e nossos valores, considerando, entretanto, que recebemos um mundo de nossos antepassados e que somos responsáveis pelo mundo que entregaremos às próximas gerações.

> Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra (KRENAK, 2019, 62-3).

Tecendo críticas à academia, aos governos e à civilização, Ailton Krenak nos chama a refletir sobre nossa própria humanidade, num exercício que passa por processos marcados pela história e por toda uma lógica que se funda em fugas, distanciamentos e em vazios. Mas, como afirma o autor, por mais que neguemos nossa natureza, algo, ou essa nossa própria natureza, nos chama a olhar para aquilo que nos constitui como pertencentes a esse mundo, refletindo num anseio pelo adiamento do fim. O tensionamento da noção de humanidade é o ponto fundamental deste trabalho e que não se limita apenas a esta obra e a visão de Ailton Krenak lança luz sobre a diversidade humana, propondo

um olhar sensível às humanidades que habitam a Terra – sendo essa, além de um espaço (ainda) habitável, a razão da própria vida; e a privação de outras formas de ser, senão o antropocentrismo constitui-se, portanto, como negação da própria Humanidade que compartilhamos.

Referência bibliográfica:

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

Temporalidades

PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair. (org.). Feminismos e Democracia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

Nicoli Ferreira De Mello
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
nicolau.star68@gmail.com

Recebido em: 18/08/2020
Aprovado em: 15/01/2021

Publicado em 2019, o livro organizado por Joana Maria Pedro e Jair Zandoná conta com dezoito capítulos estruturados em sínteses-soma. Engloba temas diversos para repensarmos a amplitude entre os Feminismos, Democracia –ou na ausência dela- e a própria História. Discorre-se, com isso, o quão plural é o Feminismo -por isso Feminismos- (PAULA; GALHERA, 2019) e a importância das reivindicações e dos debates, tanto em períodos ditatoriais, como em períodos democráticos no sub- Continente. Assim, Dora Barrancos, Olga G. Duhart, Roselane Neckel, Mariana Joffily e Maurício Cardoso evidenciam a relação entre Feminismos e Democracia nos dias atuais. Cristina Scheibe Wolff, Soraia C. de Mello, Jair Zandoná, Heloneida Studart, Ana R. Fonteles Duarte e Lorena Zomer os analisam diante do cenário ditatorial na América Latina. Já Cintia Lima Crescêncio por meio da perspectiva do humor, Elias Ferreira Veras pela operação historiográfica, Claudia Regina Niching pelo Direito, Karina J. Woitowicz diante do Jornalismo, Silvana Maria Pereira pela Medicina, História e Gênero, Ana Maria Marques e Giseli Origuela Umbelino finalizam pela perspectiva do estudo das mulheres na História dentro das escolas. Uma obra que reflete, sem dúvidas, acerca dos Feminismos na História de ontem e de hoje, com debates dos mais diversos Feminismos existentes.

Com base nisso, ainda que pensemos nos debates sobre a Democracia e os Feminismos no presente, é fundamental evidenciar as lutas durante o período ditatorial da América Latina. O feminismo representou um vasto conflito social no Brasil sob esse regime de 1964 a 1985, uma vez que a autonomia em si já pode ser considerada um conflito. Por esse viés, os arquivos dos Feminismos das ditaduras do Cone Sul no Laboratório de Estudos de Gênero e História, embora não seja um arquivo clássico, ajudou a contribuir com a memória dos Feminismos e das ditaduras do

Cone Sul, evidenciando esses conflitos sociais. Além dele, o papel de Heloneida Studart (1932-2007) em seus discursos literários foram fundamentais contra o apagamento ou tentativa de banalização e de esquecimento da memória coletiva. Dessa forma, reforçamos a importância da literatura para a tomada de consciência social, dentre as questões de gênero, as desigualdades e a vontade de romper com discursos conservadores, não apenas do Brasil ditatorial, como do Brasil atual cuja "marca" são os diversos ataques aos Feminismos e a Democracia.

Além disso, durante a Ditadura militar no Brasil, é importante ressaltarmos as questões de gênero na forma em que as mulheres recuperaram suas ações políticas e trajetórias de vida, compreendendo a elaboração das subjetividades por meio da experiência coletiva. Desse modo, consideramos que a própria televisão se somou à crise de uma família confinada a espaços de moradia cada vez menores. Para Soraia C. de Mello, com o seu poder de sedução e divulgação de novos comportamentos, a televisão forneceu elementos poderosos para indagar sobre a partilha de valores em expressivas camadas sociais, permitindo pensar por outras vias os usos e mobilizações do gênero. Envolto nesse debate, no Brasil do século XX, a capital Curitiba destacou-se com questionamentos de algumas mulheres acerca de seus lugares dentro de uma sociedade conservadora. Leonor Castellano (1899-1969) e outras mulheres da época tiveram papeis fundamentais para as conquistas, as quais se deram nos Espaços Literários, o Centro de Letras do Paraná e o Centro Paranaense Feminino de Cultura. Mas tais conquistas só puderam ser acessadas pelas mulheres depois das reivindicações de Castellano e de outras mulheres, alterando ainda, outros comportamentos engessados na época. Há, portanto, uma clara evidência da importância de Castellano às mudanças de comportamentos enraizadas na sociedade curitibana do século XX.

Já ao analisarmos os dias atuais -especificamente 2015- e com vistas ao Cone Sul, os vínculos existentes entre a Democracia e os Feminismos refletem a importância do acordo transversal entre o movimento feminista e as forças políticas progressistas. Como sabemos, um programa antifeminista, autoritário e antidemocrático estava à ocorrer, inclusive no Brasil. Diante dessas dificuldades, a ideia de desestabilização da configuração tradicional das identidades masculinas, aliada à desmoralização intensa da política, configuram elementos centrais à fragilização dos movimentos feministas e da ordem democrática latina.

Ao mesmo tempo, notamos que resistências também ocorreram, reforçando que as mulheres não são "vítimas" da história, mas sujeitos históricos ativos. Ao nos voltarmos ao caso do Brasil, recordemo-nos da "Primavera das Mulheres" nos impasses atuais da Democracia Brasileira. As manifestações de 2015, também consideradas como parte da 4ª Onda Feminista, foram um conglomerado de movimentos sociais de maioria feminista que floresceram e renovaram os Feminismos contemporâneos do maior país sul-americano. Em meio a esse conglomerado de manifestações, as ocupações das escolas em São Paulo, cuja frase "Lute como uma garota" tornou-se imenso símbolo de resistência no país, comprovaram a importância do ativismo que várias mulheres tiveram em um país marcado pela opressão. Desse modo, houve um protagonismo feminino nas ocupações, aprimorando as experiências de sociabilidade e cultura escolar, apesar da inexperiência revolucionária das alunas. E, apesar das controvérsias entre os movimentos feministas e as tradições religiosas, houve a contribuição da teologia feminista da libertação para as mobilizações ocorridas no Brasil, em 2015. Diante disso, o conceito chave da teologia feminista é a própria experiência das mulheres. A teologia *queer* é emancipadora e propositiva ao apontar para relações igualitárias, dignas e justas, não somente na religião, mas também na sociedade, como ressalta Claudete Beise Ulrich. Portanto, mesmo que parecessem divergentes, se complementaram.

Para Cintia Lima Crescêncio, por sua vez, atualmente também há outro debate: o humor e o feminismo. Ao discutir a construção do cômico e do humor como categoria teórica, podemos compreender que o humor feminista é uma forma de subversão da escrita acadêmica e possibilita a construção de uma nova maneira de produzir e difundir a ciência. Assim, romper a oposição entre sério e cômico tem muito a contribuir para a escrita acadêmica de historiadoras engajadas nas lutas feministas. Dentro das Universidades, além do humor, é importante destacar a área da Historiografia. Elias Ferreira Veras demonstra que a operação historiográfica pirotécnica e a História das Mulheres e da relações de gênero, mais do que somente uma operação intelectual ou ferramenta teórico-metodológica, é capaz de desconstruir as fortalezas erguidas sob os pilares do machismo, do racismo, do classismo e da lgbtfobia. Por assim dizer, construirmos uma sociedade efetivamente democrática, afinal, apesar da Democracia ser o regime vigente pela Constituição Federal de 1988, sabemos que diversos grupos ainda são excluídos.

Nesse sentido, destaquemos que na área do Direito o debate sobre Feminismos é pouco presente no país. Portanto, é necessário questionar a pretensa imparcialidade da ciência jurídica

brasileira, porque mesmo que a Constituição Federal de 1988 coloque homens e mulheres como iguais, para Claudia R. Niching, certamente há o controle dos corpos das mulheres quando considerado o aborto. No caso das mulheres transexuais, travestis, prostitutas, etc. o debate se articula diante da Lei Maria da Penha. Elas não deveriam ter proteção segundo essa Lei? Diante desses questionamentos, inferimos que é a partir das determinações e atuações de advogadas, juízas e professoras feministas que uma revolução no campo do Direito será possível, abandonando o Direito misógino, sexista e lgbtfóbico.

Para além do Direito, a área do Jornalismo ainda apresenta vários desafios. Apesar do aumento da participação feminina nos veículos de comunicação após 1980, ainda observamos a desigualdade de gênero nesse ramo, em que o principal desafio é o compromisso para ampliar o debate com os setores da sociedade e falar sobre as diferenças no mercado profissional. Para Karina Janz Woitowicz, somente quando "vencidos" é que será possível visibilizar pesquisas voltadas à temática, fortalecendo iniciativas do jornalismo com foco nas questões de gênero.

E por fim, cabe destacar a importância da educação nesses debates, por meio da construção de caminhos metodológicos que se pautem na perspectiva histórica, feminista e interdisciplinar. É necessário que uma nova forma de escrever História se construa, uma forma que demonstra que o corpo das mulheres pertencem somente a elas mesmas. Assim, Ana Maria Marques e Giseli O. Umbelino argumentam que é necessário levar às salas de aula os estudos das mulheres na História, a fim de desconstruir-se a ideia equivocada de que somente homens participam da História. Com isso, entendemos que é preciso resgatar a ideia de História das Mulheres e descolonizar o pensamento sobre Gênero. Propiciarmos uma formação continuada aos professores para superar o caráter elitista do ensino de História, transformando as práticas educativas. A educação é, com certeza, outra área fundamental para ampliar o debate sobre gênero, Feminismos e a própria Democracia, para que possamos romper e quebrar estigmas de opressão que impera na sociedade atual.

Dessa maneira, as diversas reflexões e debates apresentados nos fazem compreender a multiplicidade Feminista, tanto em regimes políticos ditatoriais, como nos democráticos. Os debates sobre os Feminismos estão em todas as áreas, marcadas pela opressão construída historicamente. Portanto, e necessário resistir nos mais variados campos, como é demonstrado. Mas, não apenas isso.

Também ressalta-se o quão desafiador o campo de estudos feministas pode ser. É de extrema importância que não nos restrinjamos e não nos calemos. Por isso, os Feminismos não podem parar.

Referências bibliográficas:

PAULA, Thaís Vieira; GALHERA, Katiuscia Moreno. **Feminismos plurais:** a América Latina e a construção de um novo feminismo. *Estudos Feministas*, n. 2, v. 27, Florianópolis, jul. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200804. Acesso em: 01 jul. 2020.

Temporalidades

TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. 3°edição. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Samuel Rocha Ferreira
Mestre em História Social
Universidade Federal de São Paulo – USP
samueellrochafe@hotmail.com

Recebido em: 03/09/2020
Aceito em: 06/12/2020

A relação entre o pensamento marxiano e as cosmopolíticas indígenas ainda não foi suficientemente escrutinada nas ciências sociais ou na historiografia brasileiras por um conjunto de razões: primeiro, as sociedades indígenas não foram levadas a sério durante muito tempo; segundo, o alegado caráter eurocêntrico das análises de Marx. Por fim, cabe observar que o marxismo não é uma base teórica usualmente empregada pelos historiadores da "Nova História Indígena".

Mas é justamente este diálogo improvável que encontramos no livro *Marx Selvagem*, de Jean Tible. Originalmente tese de doutorado, *Marx Selvagem* foi publicado pela primeira vez em 2011, conhecendo acolhida positiva. Em 2018 foi publicada a terceira edição do livro, revista e ampliada.

A proposta do livro é confrontar o pensamento de Marx com as "lutas ameríndias e uma certa antropologia" (p.27). Não se trata de uma questão puramente teórica, pois é fato inegável que a "expansão do capitalismo [...] penetrou em todos os espaços do planeta, alcançando mesmo os povos indígenas" (p.28). Neste sentido, o diálogo foi informado pelas lutas geradas por este processo e pelo seu apreender teórico, fossem as teorias- lutas de Marx ou as cosmopolíticas indígenas. A compreensão deste apreender teve como ponto de partida metodológico o conceito de "simetria", isto é, o estabelecimento de análises não eurocêntricas, a intenção de "trabalhar a partir das perspectivas nativas", (p.40).

O argumento que é desenvolvido ao longo do livro é o de que no diálogo entre Marx e a América indígena articula-se "a crítica de duas formas de transcendência, do Estado (divisão entre o representante e o representado) e do capital (divisão entre o produtor e o produto)" (p.288). Se a

crítica ao Estado e ao capital não é exatamente nova, o ponto importante aqui é que ela deve ser feita em bases não eurocêntricas. Isto demanda, em primeiro lugar, romper com o paradigma estatal, que naturaliza o Estado e que cria categorias analíticas e escalas classificatórias nas quais quanto mais próximas as sociedades estão do Estado, mais desenvolvidas elas são. Em segundo lugar, o diálogo também se torna possível e produtivo a partir do questionamento da separação do par natureza e cultura, o que possibilitaria pensar significados outros para a noção de "produção".

O livro é divido em três capítulos. No primeiro, a partir de uma leitura meticulosa dos textos de Marx e Engels, Tible analisa como eles refletiram sobre os "outros". Entre 1840 e 1860, eles pensaram os grupos não europeus ocidentais dentro de um arcabouço evolucionista de estágios de desenvolvimento das sociedades, classificando-os como "semi bárbaros", "sem história" e carentes de civilização (p.55-58).

A partir de 1860, Marx e Engels se tornaram crescentemente críticos do colonialismo, e nos escritos deles a visão evolucionista e linear da História perde força. Neste sentido, é significativo que eles tenham abandonado a noção de "povos sem História" (p.66-69). Após a publicação de *O Capital*, Marx deixou de utilizar a noção de progresso e reconheceu a multiplicidade de desenvolvimentos históricos a partir de dois processos: o contato com as discussões teóricas acerca da comuna rural na Rússia (*mir);* o diálogo com os estudos feitos por antropólogos, especialmente Lewis Morgan. A análise de Tible certamente seria mais rica se tratasse da questão do evolucionismo na obra deste antropólogo, afinal, conforme Tible, ele foi central para Marx se afastar de posições eurocêntricas.

O segundo capítulo *Marx e Clastres contra o Estado* é certamente o melhor do livro. Tible demonstra não apenas que Marx e Clastres associaram o Estado ao capitalismo, mas também à recusa da alteridade e à homogeinização. A partir da leitura das obras de ambos autores, Tible argumenta que tanto Marx quanto Clastres desenvolveram uma visão anti estatal a partir de pontos de partida distintos. Na obra do revolucionário alemão, o Estado é analisado como uma universalidade que seria a mistificação da dominação de classe. De fato, o capitalismo não seria possível sem o Estado. Justamente por isso, a emancipação seria o autogoverno dos trabalhadores, um levante que também seria contra o Estado.

Como Marx, Clastres desenvolveu a sua visão antiestatal através da desnaturalização do Estado. Esta premissa foi central para que o antropólogo francês compreendesse as sociedades

indígenas não como "sociedades sem Estado, mas contra o Estado" (p.160). Isto significa que os ameríndios desenvolveram meios de conjurar os perigos do desenvolvimento de desigualdades que resultassem na relação mando – obediência, própria ao Estado. Neste sentido, o profetismo seria um fenômeno de rejeição ao surgimento de chefias poderosas que poderiam resultar no surgimento do Estado; as chefias indígenas não teriam poder coercitivo e a onipresença da guerra impediria "a mudança social e o surgimento das desigualdades via dispersão dos diferentes grupos" (p.169).

Os dois primeiros capítulos do livro, portanto, desenvolvem o argumento de que Marx se afastou do eurocentrismo a partir de 1867 e que o antiestatismo permeou toda a sua obra. Assim, ao menos teoricamente, haveria possibilidades de um diálogo entre o revolucionário alemão e a América indígena.

Esta possibilidade é experimentada no terceiro capítulo, no qual a aproximação entre Marx e as sociedades indígenas é pensada através das lutas Yonomami e do perspectivismo ameríndio. Os termos desta aproximação não são óbvios. Num ensaio clássico, Eduardo Viveiros de Castro apontou a existência de duas "escolas" antropológicas em relação aos povos indígenas: a "clássica", que se destacou pelo desenvolvimento do perspectivismo ameríndio; e a do contato, cuja principal preocupação seria o contato interétnico ou o "contexto" enquanto Estado ou a expansão do capitalismo. Viveiros de Castro criticou a escola do contato por ser pouco esclarecedora em relação aos povos indígenas, contrastando com a abordagem que ele e outros etnólogos "clássicos" teriam adotado.[1]

É provável que, ao menos em parte, Tible tenha concordado com as críticas de Viveiros de Castro à escola do contato, o que explicaria então a opção de dialogar mais de perto com os etnólogos informados pelo perspectivismo ameríndio. Contudo, as razões da escolha não são explicitadas no livro. Explicá-las certamente facilitaria ao leitor acompanhar os pontos de partida usados para a construção do argumento central da obra.

No terceiro capítulo são desenvolvidos três pontos de aproximação entre o pensamento marxiano e a América indígena. O primeiro são as formas contra o Estado desenvolvidos pela classe operária e grupos indígenas. Aquela desenvolveu a forma-comuna na Comuna de Paris; estes

[1] VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Etnologia brasileira. In: MICELLI, Sérgio. *O que ler nas Ciências sociais* (1970- 1995). v.1. São Paulo: Sumaré/ ANPOCS, 2002. p.109-223.

elaboraram a forma – confederação, e as Confederação dos Tamoios e dos Iroqueses são exemplos disto, e a forma -conselho, que pode ser vista nos conselhos desenvolvidos pelos Yonomamis na Venezuela.

O segundo elemento de aproximação é a crítica da economia política. Aqui, é o pensamento desenvolvido pelo líder Yonomami Davi Kopenawa que entra em cena e fica bem clara a sua potência crítica. Assim, os brancos seriam "o povo da mercadoria", e justamente a mercadoria teria esfumaçado o seu pensamento (p.272). Na verdade, tudo seria conformado por ela, desde as leis, a escrita, a violência urbana e a desigualdade. O ponto de partida é de horror ao capitalismo e o contraste não poderia ser maior: "não temos pobres. Cada um pode usar terra, pode brocar roca, pode caçar, pescar" (p.274).

O terceiro ponto é o mais polêmico deles: o deslocamento do sentido da produção. A partir das contribuições dos autores do perspectivismo ameríndio, Tible argumenta que "produção" no conceitual indígena envolve a interação entre humanos e não humanos, e a predação teria um papel central aqui. Este trânsito entre humanos e não humanos coloca em questão a separação entre natureza e cultura.

Em uma tentativa de aproximação com o pensamento marxiano, Tible afirma que Marx teria desenvolvido "sua concepção da relação homem- mundo na qual o homem é imediatamente um ser do mundo e parte da natureza" (p.267). O homem faz parte da natureza e não produz nada sem ela, de maneira que a produção não o retira do reino dela, da natureza. Ainda assim, estamos distantes do conceitual indígena. Esta distância talvez indique que há limites para a aproximação entre Marx e as sociedades indígenas.

Um aspecto importante do livro foi usar a chamada etnologia "clássica" na confrontação com o pensamento de Marx. Em contraste, os historiadores da "Nova História Indígena" tem privilegiado o diálogo com a "escola do contato", principalmente por causa das dificuldades que a primeira coloca ao historiador. Neste sentido, as contribuições de *Marx Selvagem* podem ajudar na avaliação de potencialidades da investigação histórica sobre sociedades indígenas a partir de um diálogo com a etnologia "clássica".

Referências Bibliográficas

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Etnologia brasileira. In: MICELLI, Sérgio. *O que ler nas Ciências sociais* (1970- 1995). v.1. São Paulo: Sumaré/ ANPOCS, 2002. p.109-223.

Entrevista com Cássia Rita Louro Palha

Cássia Rita Louro Palha – Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996), mestrado em Educação (2000), doutorado em Comunicação (2006), doutorado em História (2008) e pós-doutoramento em História (2017) pela Universidade Federal. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de São João Del-Rei e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Atua nas seguintes áreas: História, mídia e política no Brasil contemporâneo; História do telejornalismo; História e Documentário; Ensino de História e linguagens.

Entrevista concedida via correio eletrônico, em janeiro de 2021, a Carla Drielly dos Santos Teixeira, membra da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e doutoranda na linha de pesquisa História e Culturas Políticas do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

[Revista Temporalidades] - Professora Cássia, agradecemos a sua disponibilidade de nos conceder esta entrevista. Para começar, você poderia mencionar sobre a sua trajetória de pesquisa e quais circunstâncias te levaram a pesquisar sobre televisão?

[Cássia Rita Louro Palha] - Eu que agradeço pelo convite e pela oportunidade de compartilhar com o público da revista um pouco da minha trajetória. Eu costumo brincar com os meus alunos que a minha escolha pela televisão aconteceu de maneira extremamente precoce... Precisamente quando ainda criança eu queimei as duas mãos na válvula acesa de um televisor que estava com a caixa aberta, na bancada de trabalho do meu pai. Eu nasci numa cidade do interior da zona da mata mineira chamada Mar de Espanha - "o mar de Minas" - e cresci sendo a "filha do Zé Palha", o "consertador" de rádio e de televisão da comunidade. A oficina funcionava no porão da nossa casa e tenho na memória as pessoas chegando ao nosso portão com seus televisores enormes, relatando com detalhes para o meu pai aquilo que não estava funcionando bem em seus aparelhos, como quem

explica os sintomas da doença de um filho para o médico. Para além dessa minha relação afetiva com a oficina eletrônica que era a principal fonte de sustento da minha família, sou de uma geração que ao crescer junto com a popularização da televisão no país, pôde acompanhar seus estreitos vínculos com a cena política nacional, em especial no contexto que inaugurou a redemocratização. A primeira vez em que de maneira mais refletida eu voltei meu olhar para a televisão foi nessa ocasião, ao ingressar efetivamente no mercado de trabalho. Foram as questões enfrentadas na minha vida profissional em sua dimensão "prática e cotidiana" - como diria Rüsen - que me impulsionaram. Fiz meu curso de história na UFJF no período noturno, entre os anos de 1990/96, enquanto trabalhava como bancária em um já extinto banco privado, localizado no famoso "calçadão", o coração da cidade de Juiz de Fora. Trabalhava na linha de frente do setor das cadernetas de poupança quando o governo Collor confiscou as contas bancárias dos brasileiros. Aquela experiência me marcou profundamente e me fez vivenciar de maneira única a importância da mediação televisiva na vida das pessoas. O tumulto na frente da agência no dia seguinte ao anúncio do Plano Collor foi enorme e enquanto tentávamos inocentemente acalmar os poupadores - em sua maioria pessoas idosas, que viram suas economias de uma vida sendo retidas - as perguntas se multiplicavam. Mas não só as perguntas. As respostas àquela tormenta econômica também eram disparadas pelos próprios clientes em tom de desespero (é essa a palavra que cabe) e elas vinham invariavelmente da narrativa televisiva. Vinham do âncora do telejornal da noite, que didaticamente apresentava a versão oficial do governo, por mais absurda que esta lhes parecesse naquele instante. Os desdobramentos desse período político em meio à mídia corporativa e o meu ingresso anos depois como professora de história na educação pública foram burilando ainda mais o meu interesse pelas telas e por sua relação com o grande público. Parte significativa daquilo que meus alunos traziam para a escola como conhecimento de mundo, como percepção de nosso passado recente e como desejos de ser/ter passavam pelos programas de entretenimento e de informação que eles consumiam pela televisão. Foi quando eu me interroguei sobre a necessidade de entender e de questionar esses produtos como fontes históricas, ingressando então na pós-graduação com uma proposta mais voltada para a perspectiva pedagógica da televisão, o que depois acabou se desdobrando num diálogo mais diretivo com a história política. Na historiografia brasileira, contudo, apesar dos campos da imprensa e do cinema já ocuparem espaços significativos, ainda eram pouquíssimos os trabalhos sobre televisão.

Além disso, pesquisar televisão a partir de um recorte do tempo presente ainda soava como algo fora do nosso *métier*, um objeto mais afeito a cientistas políticos ou a pesquisadores da comunicação social. Outra batalha em particular foi travada: o acesso às fontes. Em princípio, meu desejo era o de trabalhar com as veiculações do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão no contexto da abertura política nacional. A total inacessibilidade ao acervo da emissora no CEDOC do Rio de Janeiro fez com que eu procurasse caminhos alternativos e em uma das muitas visitas que fiz à afiliada da emissora, em Juiz de Fora, cheguei ao catálogo de programas do Globo Repórter. Esses programas estavam disponíveis (a partir de pedidos pontuais de empréstimo de fitas em VHS) para a comunidade escolar e pelo meu vínculo com a rede pública de educação pude viabilizar as minhas pesquisas. A riqueza desse material me permitiu mapear entre a década de 1970 até meados de 1990 a linha editorial do GR. Por meio da história oral e de obras/bancos de memórias me aproximei da trajetória de seus integrantes, conhecendo um pouco das permanências e mudanças na constituição interna do programa, além de suas relações/tensões com a central de jornalismo da empresa. Muito embora meu foco fosse a análise do texto televisivo, fontes de recepção também foram integradas ao trabalho, com o acompanhamento da imprensa especializada e de registros de audiência do IBOPE, estes últimos, através do arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP. Nessa experiência, tão importante quanto a análise pontual das veiculações em torno dos candidatos/presidentes eleitos no período em questão foi a possibilidade de identificar na linha editorial do GR, uma base de sustentação ao projeto político neoliberal em curso no país. A orientação e o contato não só com historiadores, mas com generosos interlocutores também das áreas da comunicação social, da educação e da sociologia foram fundamentais nesse processo para a minha formação. Já a partir de 2004, quando ingressei no curso de história da UFSJ como professora, minhas pesquisas estiveram mais atreladas à formação de professores, em que não faltou uma atenção especial sobre o papel do universo midiático na aprendizagem histórica. Meus alunos e orientandos foram cruciais para a discussão sobre as novas pautas colocadas pelo avanço das tecnologias, possibilitando o uso de variadas fontes e linguagens midiáticas na sala de aula, o que se somou à parceria com pesquisadores/professores da educação pública através dos estágios docentes e junto ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES). Mais recentemente, integrando ao lado de colegas do campo da história e da sociologia o Laboratório de Imagem e Som

(LIS/DECIS), temos investido num espaço de compartilhamento mais amplo com as nossas comunidades através de projetos de pesquisa em sintonia fina com o campo da extensão universitária. Parte desses trabalhos tem originado a produção de documentários em que o desafio da "operação historiográfica" pelo audiovisual tem aberto novas possibilidades de aprendizado para nossa equipe. Neste momento estou envolvida numa produção documentária que tem por objetivo o registro de uma pesquisa voltada para as memórias televisivas. Mais precisamente através do olhar da trajetória de audiência e dos saberes de um grupo de professores de história. Depois de anos privilegiando a análise dos produtos televisivos, trabalhar com o universo da recepção tem sido um exercício extremamente instigante e enriquecedor.

[R. T.] - É notável a importância da televisão no Brasil enquanto vetor de disseminação de culturas políticas que atua significativamente nas definições dos comportamentos e ações de seus espectadores. Na sua opinião, qual o papel desempenhado pela televisão na construção de uma sociedade republicana e democrática, sobretudo após a redemocratização?

[C. R. L. P.] - Ao longo do período ditatorial os monopólios privados na área das comunicações e da televisão em particular tomaram forma e no contexto da redemocratização essa questão passou a balizar aspectos e relações políticas mais complexas, intimamente ligadas aos caminhos da consolidação democrática. Deixamos de ser uma audiência consumidora para sermos também uma audiência eleitora dos quadros políticos do país e da cobertura dada. Da campanha das "Diretas já" ao golpe de 2016, tivemos muitos episódios políticos em que o peso das telas eletrônicas figurou com destaque. Ainda no início da redemocratização, o número expressivo das concessões de rádio e de televisão distribuídas a parlamentares durante o governo Sarney nos deu o tom da renovação clientelista dentro do setor a partir dos parâmetros ditos democráticos da chamada "Nova República". Os interesses eleitorais dos políticos que receberam as concessões no balcão que foi instalado nesta ocasião alavancaram uma projeção capilar única, com a gerência das retransmissões televisivas em níveis locais e regionais - o que foi reforçado pela Constituição de 1988 - fortalecendo o papel da indústria eletrônica na mediação do cenário político brasileiro. Porém, sabemos que não

há uma relação diretiva entre o discurso midiático/televisivo e o voto, especialmente em seus vínculos puramente partidários. O universo em que as preferências políticas são construídas é altamente complexo, multifacetado e sujeito a hierarquias, pressões e contradições que dizem respeito não só ao campo midiático (que tão pouco é homogêneo) em sua interação com o campo político *stricto sensu*. A esse universo também correspondem uma série de outras instâncias, agentes e movimentos da base social nos quais a disputa pela construção do consenso se processa, sempre calcados em contextos historicamente situados e atingindo, em níveis distintos, públicos diferenciados. A televisão no Brasil da redemocratização tem atuado nessa esfera de forças de maneira expressiva e mesmo que não seja viável se falar em determinação de voto - embora seu peso seja inegável - seu grande potencial reside na veiculação em larga escala de concepções, valores e compreensões do mundo político. No caso dos telejornais, esse tipo de narrativa possui camadas mais densas, sendo construído cotidianamente, organizando a lógica valorativa do próprio noticiário em seu contato com o espectador ao longo do tempo. Um tipo de rotina que reforça junto à recepção vínculos mais fortes e duradouros dessas referências simbólicas. Assim, tão significativo quanto uma edição pontual e altamente tendenciosa como foi a do debate entre Lula X Collor em 1989, realizada pela Rede Globo às vésperas da eleição é, por exemplo, a contínua associação feita nos telejornais da prática política à corrupção, sob um viés quase sempre de tom personalista e moralizante. A espetacularização seletiva em torno das denúncias da Operação Lava Jato é o nosso exemplo mais recente. Sem aqui me enveredar pelo mérito da questão em nível partidário, o que se silencia nesse processo de contato com o grande público é o lado sistêmico da própria corrupção - para nós historiadores, sua longa duração - na mediação entre o campo político e o poder econômico. Aliás, atores e entidades do mundo econômico/financeiro raramente aparecem nos noticiários, apesar de exercerem do alto da pirâmide uma enorme influência junto ao Estado e no jogo político como um todo. Outra ausência também comum é a dos representantes dos movimentos e das identidades sociais, como se as desigualdades gritantes do país não gerassem conflitos políticos. Ou seja, os extremos da balança nem sempre estão à vista no noticiário... Sob a promessa da objetividade e da imparcialidade os telejornais ajudam a constituir em sua rotina de edição um "gerenciamento" dos atores e daquilo que se torna ou não relevante no plano político. Se formos para o outro extremo da programação televisiva - na sua área de ficção - encontramos em

diversos autores/pesquisas sobre as telenovelas brasileiras a sua referência como uma espécie de "*agenda setting",* capaz de mobilizar diferentes grupos do tecido social em torno de determinados temas/debates. Uma tendência que se consolidou na Rede Globo a partir dos anos noventa, com as chamadas "novelas de intervenção". Novelas que se pautam pelo o que alguns colegas entendem como um "*merchandising social",* com os enredos assumindo um espaço de debates mais pontual na esfera pública - a função social da TV- abarcando temas sobre racismo, homossexualidade, imigração, o papel feminino... Com viés nitidamente mais progressista em seus valores, esse tipo de produção tem provocado polêmicas junto a bancada evangélica e a grupos religiosos e de direita nos últimos anos. Novelas que atacariam a honra e os valores da "família de bem", uma "Rede Globo comunista"... Por outro lado, as pesquisas apontam que esse mesmo gênero ao longo das décadas seguiu um tipo de enquadramento focado na representação das classes altas e médias e em seu padrão de consumo, no mito da ascensão social e na crença inconteste do mérito em nossa sociedade capitalista. O que nos leva para seus vínculos mais estreitos com a pauta econômica liberal. É em meio a esse jogo que não pode ser reduzido a simplificações maniqueístas que a televisão e seus produtos - ainda que aqui eu esteja partindo de um exemplo da emissora hegemônica do país - se inserem numa luta simbólica mais complexa, com interesses e relações multifacetadas em nossa sociedade. Uma luta em que não existem posições permanentes e que tem como mira um público entendido pelo o que o antropólogo Néstor Canclini chamou de "cidadão-consumidor". Diante do oligopólio do setor em seus simulacros de pluralidade, temos por certo um desafio para a nossa democracia. Ao menos, para a democracia que queremos...

[R. T.] - Atualmente há uma noção de que a televisão está perdendo espaço para outras mídias, fazendo com que as empresas que antes atuavam com programação aberta, por exemplo, tenham de se reinventar. Essa situação nos leva a refletir sobre o papel desempenhado pela televisão hoje frente às mídias sociais. Como você vê a articulação e a disputa pela hegemonia entre os diferentes meios de comunicação no presente?

[C. R. L. P.] - Acho que a palavra "reinventar" é precisa. Da era de Gutemberg à digital, não faltaram ao longo da história das mídias anúncios sobre a morte seja da imprensa, do rádio ou da televisão... E estão todos aí, reinventando-se em estratégias e formatos adequados as condições de consumo contemporâneas. No que diz respeito à televisão aberta, um primeiro desafio enfrentado pelo setor foram os canais pagos dos anos noventa e hoje as plataformas de *streaming* demarcam mais pontualmente uma condição diferenciada de se "estar diante das telas". Com um cardápio de produtos numeroso e diversificado (envolvendo produções de vários países) as plataformas digitais, como a famosa Netflix, possibilitam a escolha de horários, um certo controle sobre o ritmo/conteúdo da assistência (é possível assistir apenas determinados episódios, voltar em uma cena, ou "maratonar" toda a série/produto de uma só vez...) e a interação com grupos de recepção/avaliação daquilo que é disponibilizado. Além disso, a internet e as novas plataformas tem gerado a oportunidade de variados segmentos políticos e sociais construírem suas redes de conteúdo e de compartilhamento próprios, algo de extrema importância na produção alternativa de sentidos do mundo social. O ativismo político daí resultante "tanto para o bem, quanto para o mal"- haja visto a massificação das fake news e a "cultura do ódio" disseminadas pelo Watsapp desde as últimas eleições presidenciais - marca com certeza uma fase diferenciada dos embates políticos em nossa democracia. Contudo, junto com a ampliação desses espaços de expressão política proporcionados pela internet não se pode perder de vista "os donos dos feudos", representados por grupos como o Google, o Facebook, Amazon e a Microsoft. Alguns destes estão presentes, inclusive, nas parcerias feitas com instituições de ensino públicas e privadas em variados níveis no país, nesse momento pandêmico em que realizamos o "ensino remoto emergencial". Esses grandes grupos fazem hoje uma gestão privilegiada - compra de direitos autorais, controle digital de edição e transmissão - de uma enorme parte das informações e registros de tudo o que já produzimos na nossa experiência como humanidade. Algo que terá implicações diretas na forma como vamos lidar com as nossas experiências, com a construção de nossas memórias individuais e coletivas. Os grandes grupos empresariais do setor da radiodifusão atentos a essa rede mais ampla e ao mercado aberto tanto pelas plataformas de *streaming* quanto pela rede móvel 5G já se encontram em franca articulação para a atualização de seus interesses junto ao espectro da digitalização dos sinais. Mas geralmente ao falarmos sobre essas mudanças e sobre o seu impacto no grande público consumidor temos como

referência as nossas próprias bolhas. Desconsideramos por vezes o peso e a desigualdade de acesso aos recursos digitais de grande parte da população brasileira. No grande campo midiático nacional a televisão aberta ainda é uma potência. A cobertura televisiva dos acontecimentos do país entre os anos 2013 e 2016 provam o quanto as telas eletrônicas continuam "ativas e operantes" na batalha simbólica pelo campo político.

[R. T.] - O acesso ao conteúdo audiovisual transmitido pela Televisão e pelo Rádio nem sempre estão disponíveis ao pesquisador, dificuldade que justifica a lentidão com que os historiadores integram as mídias aos seus objetos de pesquisa. Como é possível superar esse problema?

[C. R. L. P.] - Esse é um problema sério que precisa ser enfrentado coletivamente pelos pesquisadores e pelas entidades profissionais. Trata-se da total ausência de uma política pública de preservação do patrimônio da radiodifusão nacional. Nos encontros e congressos de nossa área muito se tem discutido sobre possíveis encaminhamentos, embora o atual contexto nos seja pouco animador. Conteúdos e fontes originários de concessões públicas pressupõem o acesso público e não podem ser gestados como propriedade particular. Somada a essa situação em que nossas empresas de comunicação não prezam por seus arquivos ou simplesmente se recusam a abrir suas portas à pesquisa, têm-se o profundo descaso do governo com os poucos espaços institucionalizados que nós temos, como o drama que hoje vive a Cinemateca Brasileira. Campos alternativos de acesso às fontes nos últimos tempos podem ser encontradas principalmente através da internet (Youtube), que apesar da fragmentação, nos oferece registros variados do material da radiodifusão. Os canais pagos e a adesão às plataformas digitais que algumas emissoras já incorporaram também abriram possibilidades, inclusive com uma maior margem de manipulação das fontes de sua programação. Além disso, muitos produtos em DVD´s (séries/programas de entretimento em geral) começaram a ser lançados pelas empresas, ao mesmo tempo em que o mercado editorial a partir do aniversário de 50 anos da televisão também publicou livros de memórias, almanaques e catálogos, que podem servir de apoio aos pesquisadores. A constituição de acervos midiáticos em laboratórios, centros de pesquisa e instituições universitárias podem ainda nos garantir bancos de registros próprios, mesmo

que de uma temporalidade mais recente. Mas a luta pela democratização dos meios e do acesso aos seus conteúdos é um desafio imprescindível que temos pela frente como pesquisadores e como cidadãos.

[R. T.] - Para finalizar, a partir do seu contato com a pesquisa científica na área da História e da Comunicação, qual a sua opinião a respeito da produção historiográfica brasileira sobre as mídias, em geral, e a televisão, em específico? Quais as perspectivas de pesquisa você pode apontar para jovens historiadores que possuem interesse em se debruçar sobre esses objetos?

[C. R. L. P.] - A consolidação de grupos de pesquisa e de trabalho com obras qualificadas em ambas as áreas sinalizam que a produção historiográfica sobre as mídias no Brasil fortaleceu-se consideravelmente. Hoje ela agrega trabalhos com enfoques variados, dando amplitude para as muitas relações, formas e linguagens através das quais as empresas e os produtos/gêneros midiáticos (envolvendo televisão, rádio, imprensa, plataformas digitais, redes sociais ...) atuam no campo social e na produção/socialização generalizada do sentido histórico do nosso e de outros tempos. Como consumidora e também acompanhando de perto a recepção midiática e as propostas de pesquisa de alunos(as) e orientandos(as) nos últimos anos tenho me defrontado com uma riqueza única na variedade dos produtos em circulação. Só a enorme repercussão de algumas séries e documentários veiculados nas plataformas de *streaming,* atingindo públicos dos quatro cantos do planeta, gerando redes de comunidades virtuais e repercutindo em pautas sociais em contextos totalmente diversos, abre perspectivas inumeráveis para a reflexão histórica. Da mesma forma, a intermitente onda de fake news, de revisionismos e negacionismos históricos que estamos vivenciando - especialmente nas redes sociais - nos provoca à abordagem do esgarçamento dos "usos" do nosso passado na luta política pela qual atravessamos. Junto à televisão aberta, os caminhos também são férteis junto a uma produção que afastou-se de vez de sua perspectiva tradicional e mais memorialista de tempos atrás. Da análise de seus variados produtos/gêneros (jornalismo, ficção, programas educativos, de humor, de auditório, esportes...) ao estudo das audiências; das relações dos empresários do setor com o campo político/partidário regional e nacional às muitas perspectivas da história comparada das

empresas e de suas programações; das suas interseções com outras textualidades e nichos midiáticos ao universo de seus agentes e de suas produções, muitas são as possibilidades abertas ao historiador.

Entrevista com Wellington Amarante Oliveira

Wellington Amarante Oliveira - Doutor (2017), mestre (2011) e graduado (2009) em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. É professor adjunto do curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU) e docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Núcleo UFT/Araguaína. É membro dos Grupos de Pesquisa História e Mídias Eletrônicas, Mídia e Saúde, História Política Contemporânea e Laboratório de História Digital (LAHISD). É docente orientador do Núcleo História/Geografia Pontal do Programa Residência Pedagógica.

Entrevista concedida no dia 18/11/2020 a Carla Drielly dos Santos Teixeira, membra da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e doutoranda na linha de pesquisa História e Culturas Políticas do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. A versão integral está disponível no IGTV Instagram (@revistatemporalidades).

[Revista Temporalidades] – Bem-vindas, todas e todos! Essa é mais uma live da Revista Temporalidades! Hoje nós temos aqui o professor Wellington Amarante, que vai tratar sobre o tema "Televisão e História Pública: usos do passado e o papel do historiador". O professor Wellington Amarante, que é Mestre e Doutor pela UNESP de Assis, fez o estágio no exterior, no *Laboratoire de Recherche Historique Rhône-Alpes*, em Lyon na França, trabalha com televisão, especialmente com televisão educativa e História da República. Professor da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. Wellington, por favor, fique à vontade para cumprimentar a todos e iniciar a sua fala. Nós combinamos de ter uma fala inicialmente de 20 minutos (...) Wellington, a palavra é sua, por favor!

[Wellington Amarante Oliveira] – Obrigado, Carla! Boa noite a todos e a todas que estão aqui com a gente acompanhando! Tem muitos conhecidos aparecendo aí. Cumprimentar a todos e todas! Gostaria de agradecer a Revista Temporalidades pelo convite, parabenizar pela iniciativa

das lives. A gente sabe que tocar uma revista discente por si só não é uma atribuição simples e ainda buscar outras alternativas, outras possibilidades, como esse trabalho que vocês têm nas redes sociais, demonstra a força do grupo que vocês têm e a preocupação em levar esse conhecimento acadêmico para além dos muros também na universidade, expandir o quanto for possível, a partir das redes sociais. Então parabenizo a revista por todo esse trabalho que vem sendo feito, ainda mais nesse período de grave crise que vivemos neste ano de 2020 com a pandemia. Bom, gostaria inicialmente de, conforme a gente tinha combinado, falar um pouco sobre a minha trajetória. A Carla pontuou alguns elementos dela em relação à formação e aí eu gostaria de tratar um pouco dessa trajetória acadêmica e pensar um pouco já o nosso tema, a temática que eu me coloquei à disposição para conversar um pouco hoje com vocês, que é essa discussão sobre a televisão e a história pública, essa possibilidade de interface entre essas duas temáticas. Eu, particularmente, tenho trabalhado com a televisão enquanto fonte, objeto da historiografia da história desde o meu mestrado, ainda no final da graduação, mas precisamente a partir do mestrado, quando eu investiguei a criação do programa Telecurso segundo grau, programa criado pela Fundação Roberto Marinho em parceria com a TV Cultura de São Paulo em 1978, ali no período final da ditadura militar. E esse programa, que depois ficou muito conhecido até por suas novas versões como Telecurso 2000 e o Novo Telecurso, ele na verdade serviu como uma espécie de legitimação política da Rede Globo, no momento que a emissora tinha uma imagem muito associada ao regime militar, à ditadura. E, neste sentido, o programa teve um papel importante enquanto um prestador de serviço para a comunidade, para a sociedade e se tornou um paradigma de Tele-Ensino, a gente pode chamar de Tele-Ensino. E hoje vivemos esse momento de ensino remoto (...) a gente, na verdade, olha para trás e a questão dessa educação à distância tem uma longa história, uma longa trajetória. Naquele momento do mestrado eu tive a oportunidade de ter contato tanto com fontes impressas da televisão, relatórios do programa, parte da imprensa, a imprensa escrita também foi uma fonte importante com alguns grandes jornais do eixo Rio-São Paulo e da fonte audiovisual, que é um grande desafio para o historiador. Então, eu tive a oportunidade, em tratativas com a TV Cultura, de acessar esse material audiovisual, tendo em vista que a TV Cultura era uma das parceiras da produção do Telecurso, então eles detinham esse material nos seus arquivos e eu consegui ter acesso a esse material. Não de forma muito tranquila, na verdade foi uma novela, para usar uma metáfora da televisão, porque como eles não detinham os direitos autorais do material, que na verdade é cedido a Fundação Roberto Marinho exclusivamente, eles não podiam me ceder esse

material para eu trazer, levar para casa, nada disso, eu precisei fazer esse visionamento na própria instituição, mediante, inclusive, pagamento do tempo de horário que eu ficasse visualizando ali, porque eles adotavam uma política comercial neste departamento de marketing da TV Cultura, na comercialização dessas imagens. Eu consegui acessar ali algumas horas do programa, mas foi o suficiente para eu concluir a minha análise, a minha dissertação. Eu não fui desavisado. Um dos grandes desafios, e aí a Carla citou o professor Áureo Busetto - que já vem de longa data alertando para esse desafio dos historiadores que querem trabalhar com a televisão -, sobre o acesso às fontes, então, esse realmente é um desafio há tempos, que de certa forma tem tido alguma mudança com a questão da digitalização dos acervos, com essa virada digital que vivemos na última década, então isso coloca, talvez, uma nova condição de acesso. Mas ainda assim nós temos, no caso da televisão brasileira, basicamente, o monopólio das comunicações. Então você tem na mão de algumas empresas comerciais privadas uma porcentagem muito alta dos meios de comunicação. E aí, claro, eles tratam esse produto como um produto comercial, então, dificultando qualquer tipo de acesso, e esse é um problema muito grande. Por outro lado temos, como eu disse em relação às possibilidades digitais, a criação das plataformas de Streaming. Já tinha o YouTube, no final dos anos 2000, e hoje é muito maior do que muitas produções televisivas, contamos com trechos de programas, então é possível garimpar através do YouTube. Então, isto dá algumas possibilidades, algumas brechas, mas ainda assim a gente tem uma dificuldade, sobretudo, porque a gente não tem aqui no Brasil um acervo, um arquivo, digamos assim, um arquivo nacional do audiovisual voltado, exclusivamente, como a gente tem, por exemplo, o Arquivo Nacional que está basicamente voltado para documentos impressos. Então você tem ali documentos impressos e até documentos ligados à televisão, mas documentos que passam, por exemplo, pelo Governo Federal, documento de censura, tudo isso você tem em alguma medida no Arquivo Nacional. Mas em termos de audiovisual isso é muito raro, mesmo o Museu da Imagem e do Som, também, o acervo é muito restrito. Nós temos o caso mais emblemático, recentemente, que é o caso da Cinemateca, que encontra-se, infelizmente, fechada, numa crise. Ali está algum material, o material do telejornalismo da TV Tupi, bastante interessante, que vem sendo trabalhado pelos pesquisadores que lá estão, que lá se encontram, mas que no momento também não pode ser acessado. Então esse é o quadro, de forma geral, que eu encontrei em relação ao trabalho no mestrado. (...) Quando eu vou para o doutorado eu continuo trabalhando com a TV educativa, mas aí já é uma perspectiva comparada. Então eu faço uma análise do canal Futura, que é da Fundação Roberto Marinho, com um canal educativo

francês chamado *La Cinquième***,** que surge também na década de 1990, o Canal Futura é de 1997 e a *La Cinquième* é de 1994. Então, eles surgem mais ou menos na mesma época tentando responder, de certa forma, a problemas parecidos. No Brasil nós temos, por exemplo, uma crise educacional praticamente crônica, então nos anos 1990 isso não era diferente. Havia uma dificuldade de acesso e permanência na escola, e o Canal Futura surgiu um pouco com essa missão de tentar dar acesso, de chegar às escolas, de chegar à população. A França também passava por uma crise de emprego muito grave nos anos 1990 e eles criam esse canal educativo no intuito de primeiro integrar alguns setores da sociedade francesa que estavam apartados e, sobretudo, os imigrantes, os filhos de imigrantes - e a gente vê o quanto essa questão é um problema ainda mais grave hoje - e aí essa TV vai ser criada. Então aqui no Brasil, no caso do acesso à fontes para essa pesquisa, eu consegui no caso do Canal Futura por ser um canal educativo, tem um diálogo e uma interface muito melhor com os pesquisadores e me disponibilizaram o acesso a parte do material de audiovisual e da documentação, também, do momento de fundação. Documentação não tão extensa, mas que eu consegui de certa forma historicizar um pouco esse processo inicial. Quando eu vou para França, para Lyon, onde eu fiquei fazendo meu estágio de pesquisa, lá eu vou encontrar um cenário bastante diferente em relação ao acesso e ao acervo televisivo. Primeiro porque lá na França existe o Instituto Nacional do Audiovisual, o INA. Esse Instituto tem basicamente tudo que foi veiculado na televisão francesa nas últimas décadas, então é um grande acervo nacional do audiovisual e você pode consultar o programa, assistir o programa. Então quando eu volto da França, na verdade eu retorno com muito mais material da emissora francesa do que da emissora brasileira, isso me colocou o desafio para tentar equilibrar essas fontes. Então, perceba, até esse momento do doutorado eu estava trabalhando nessa perspectiva, nessa relação história e televisão, pensando os elementos políticos, também de organização política dessas emissoras e até aqui não tinha surgido para mim essa perspectiva da História Pública e dessa relação que seria possível estabelecer. Mas ainda no doutorado essa reflexão não entra na tese, mas já começo a pensar de certa forma o quê que poderia aproximar. Eu vou ter um contato aí com a História Pública e eu começo a pensar o que eu consigo aproximar da televisão para essa relação com a História Pública. E aí só para situar um pouco os nossos seguidores aqui, Carla, a História Pública surge no Brasil no começo dos anos 2010, basicamente, o marco de fundação da História Pública no Brasil é o curso que vai ocorrer na USP de Introdução à História Pública. De lá para cá, houve a realização de alguns eventos, a criação da Rede Brasileira de História Pública e vários

pesquisadores que foram se juntando, de certa forma, e formando a rede para pensar esse campo de pesquisa, que fora do Brasil já tem uma data aí pelo menos dos anos 1970. A História Pública surge, pelo menos nos países de língua inglesa, nos Estados Unidos, mesmo na inglaterra, na Austrália, a partir dos anos 1970, fruto, sobretudo, de uma de uma grave crise de emprego, porque a escassez de vagas no sistema escolar e no sistema universitário vai obrigar esses historiadores formados a ocuparem outros espaços. A História Pública dialoga justamente com essa atuação do historiador para além dos muros da universidade. Neste sentido, as discussões de História Pública começaram, aqui no Brasil, a se incrementar, e eu tento pensar um pouco essa relação História Pública, televisão, de que forma a televisão se apropria dessa história, como ela pensa história. Por isso que eu trago aqui, no caso da nossa fala de hoje, esse subtítulo "Usos do passado e o papel do Historiador", porque a gente cai justamente no meu projeto atual que eu tenho desenvolvido aqui na Universidade Federal de Uberlândia, no Campus do Pontal, no nosso Instituto de Ciências Humanas, que é justamente pensar qual o espaço que o historiador tem no jornalismo brasileiro. Então, eu fiz um recorte um pouco mais circunscrito, para ter a possibilidade de fazer uma primeira reflexão dentro desta temática que é muito ampla. Quando falamos em história, História Pública e televisão, podemos pensar em um mundo de possibilidades, e aí a minha ideia foi justamente circunscrever um pouco a esse aspecto do telejornalismo. Só para deixar vocês um pouco a par, quando pensamos nessa relação entre História Pública e televisão, e como eu enxergo pelo menos, primeiro é pensando qual a relação que a gente pode estabelecer, considerando que esses conteúdos que são produzidos na televisão seguem uma determinada lógica de produção que tem a ver com a própria televisão, com a forma que a televisão produz os seus conteúdos. Então, eu parto, na verdade, da premissa de que não podemos ter uma hierarquização, o que temos são histórias sendo produzidas em espaços distintos. Então há: a história acadêmica, que é essa história produzida no âmbito da universidade; nós temos uma história escolar, produzida no âmbito das escolas, na dinâmica do próprio ensino de história; e nós temos uma história que podemos classificar, como uma história midiática ou uma história televisiva, que vai ser produzida justamente nesses espaços, nos meios de comunicação. Essa produção segue os padrões desses meios, por isso é importante a compreensão da televisão enquanto um meio de comunicação, a História Pública tem me ajudado a entender a forma como esses agentes vão pensar a história dentro da televisão. O mais importante, precisamos ver a forma como nós, enquanto historiadores, devemos ou podemos pensar e lançar mão para produzir história voltada a esses meios ou nesses meios, é a questão de

se colocar. A minha preocupação, quando eu faço esse recorte de pensar o telejornalismo, é o fato de ser muito corriqueiro vermos economistas, advogados, médicos, cientistas, ainda mais nesse contexto de pandemia, então tem todas essas pessoas, esses profissionais, eles estão ali na frente das câmeras, eles aparecem, eles têm esse espaço na televisão. E a minha pergunta é: e o historiador? Qual o espaço que o historiador ocupa na televisão? Os primeiros levantamentos que eu tenho - essa pesquisa, particularmente, se iniciou agora em abril deste ano [2020], então a minha perspectiva é de encerramento até 2022, trabalhamos com projetos de dois anos aqui na UFU -, trazem a necessidade de fazer esse apanhado para saber qual o espaço que esses historiadores têm ocupado. Em termos de acesso às fontes há a possibilidade do *streaming*. Eu tenho utilizado o Globoplay, plataforma da Rede Globo, justamente para ter acesso a essas reportagens. Esse acesso tem se dado no primeiro momento de pesquisa através de palavras-chaves, então eu tenho feito a busca por palavras-chaves "historiador", "historiadora" e depois essa busca vai ser cruzada com outros termos, a partir deste levantamento inicial. Mas já nesse primeiro levantamento encontrei 318 reportagens com historiadores, tanto em jornais, telejornais nacionais da Rede Globo, como "Bom dia Brasil", "Jornal Hoje", "Jornal Nacional", "Jornal da Globo", ou telejornais das emissoras afiliadas. O que eu percebi, o que eu tenho percebido nesse levantamento, é que as emissoras afiliadas, as emissoras locais, têm uma perspectiva de praticar um telejornalismo comunitário, abrindo um espaço maior para os historiadores e as historiadoras. Então, o que tenho feito até o momento, é tentar compreender, tentar fazer esse mapeamento para perceber quais são as temáticas que aparecem, quem são esses historiadores, os próprios telejornais também, quais são os mais corriqueiros que acabam abrindo esse espaço. Nesse levantamento prévio que conta com as 318 reportagens foi possível fazer uma categorização. Foram estabelecidas 20 categorias que aparecem nessas reportagens. Vou dar um exemplo para você, aparece, por exemplo: reportagem sobre patrimônio histórico, então tem o historiador que vai comentar; aparece reportagem que eu classifiquei como acervo pessoal, geralmente eles pegam a figura de algum historiador, então vão ali falar um pouco quem que é essa pessoa; outra categoria que aparece é história regional, que tem a ver ali com o aniversário da cidade, com o aniversário de criação do Estado, então isso aparece de forma bastante significativa; divulgação de eventos também é muito comum aparecerem, então vai ocorrer um evento, vai ocorrer um lançamento de livro, o telejornal, geralmente, vai dar essa notícia, vai falar, muitas vezes, vai entrevistar o historiador, abre espaço para divulgar o lançamento do livro etc; e uma nota bastante curiosa nesse levantamento, que é uma categoria que me chamou bastante atenção, é a

categoria de falecimento, então, se por um lado os historiadores aparecem pouco em vida, o espaço maior é dedicado ao episódio da morte, porque, geralmente, quando os historiadores morrem eles vão ganhar uma nota, uma reportagem no telejornal. Para citar o exemplo mais mais concreto, o caso da morte de Eric Hobsbawm, que foi veiculado tanto nos quatro telejornais da Rede Globo e, inclusive no Jornal Nacional e com correspondente internacional, Marcos Losekann, fazendo a externa da porta do hospital onde o Hobsbawm morreu. Claro que o Hobsbawm é um ponto fora da curva, estamos falando de um dos principais historiadores do século XX, mas só para termos uma dimensão, e eu achei muito curioso, é que aparece muito, então a pessoa morreu aparece lá e aí vai mostrar a obra, quais foram os livros que publicou, a importância, então é bastante interessante. Eu já falei da pesquisa, então eu queria falar um pouco dessa dimensão mais geral das possibilidades que a gente tem para pensar a história, a História Pública e a televisão. Como eu disse, podemos pensar a partir dos gêneros televisivos, quando eu falei gênero televisivo eu estou pensando na teledramaturgia ou na telenovela, no telejornalismo, nos humorísticos, então, para ficar nesse três, o telejornalismo que eu já dei o exemplo da pesquisa que eu tenho desenvolvido agora, mas, por exemplo, a telenovela, há também muitos elementos que podemos pensar, não são poucas as tramas que têm utilizado e feito usos do passado, como eu classifiquei. Então, para dar dois exemplos, eu tenho uma orientanda que está trabalhando com a telenovela "Novo Mundo", que foi exibida em 2017 pela pela Rede Globo, mostra o contexto da chegada de Dom João, depois de Dom Pedro, todo aquele momento da Independência. O trabalho dela está com o foco voltado, especificamente, para discutir a questão da escravidão e pensar as representações da escravidão nessa telenovela. Tinha uma trama central mais focada na família real, mas de certa forma, em alguns momentos a escravidão aparecia, então queremos entender um pouco como que ela parece, quais as representações que são mobilizadas. Uma outra telenovela que podemos tomar como exemplo e que foi exibida não na Rede Globo, mas no SBT "Amor e revolução", lá em 2010, justamente no outro contexto político, nos espantamos com os movimentos políticos ds Silvio Santos, mas ele sempre esteve ali coladinho com o poder, tanto que naquele período, na transição do governo Lula e Dilma, ele vai exibir, colocar em rede nacional uma telenovela sobre a ditadura militar, uma telenovela bastante contundente em mostrar a ditadura, inclusive, com depoimentos de pessoas que foram torturadas após a exibição da novela. Então, é um outro exemplo de telenovela que trabalhou com essa temática histórica, aliás foi a primeira telenovela a discutir de forma mais aprofundada a questão da ditadura militar. Então, o que precisamos pensar: o quê que é a telenovela? Quais são as

características? Então, tem a questão do melodrama? Tem a questão do melodrama, faz parte do gênero, então vai ter o casal, o par romântico, não adianta nós, enquanto historiadores, olharmos para aquilo de forma a tentar desqualificar o produto, faz parte da característica daquele produto. A mesma coisa nos humorísticos, no caso dos humorísticos temos vários exemplos de usos da história, então a história é a todo momento trabalhada, é usada para criação de chistes**,** de piadas. Posso citar o exemplo, do "Tá no ar a TV na TV", um programa recente exibido pela Rede Globo, vários quadros, várias esquetes trabalharam com elementos históricos, com elementos da história. E mesmo o "Zorra", outro programa da Rede Globo que também, vez ou outra, fazia piadas com o contexto do regime militar. Trouxe esses elementos para nós realmente pensarmos que são gêneros distintos e que cada um vai trabalhar com a história de uma forma. Para pensar numa análise comparativa desses três gêneros, é possível considerar, por exemplo, uma cena de "Amor e Revolução" que está falando da ditadura e poderia pegar uma reportagem sobre a ditadura no Jornal Nacional quando completou 50 anos do golpe em 2014 e fazer essa comparação. Ou posso pegar uma esquete do Zorra ou de outro programa humorístico que também trabalha a ditadura. Então, perceba, todos eles estão trabalhando a mesma temática, mas respeitando a lógica própria desse gênero. Tem um autor francês chamado François Jost, que discutiu justamente essa questão da relação que o telespectador estabelece com o programa, é uma espécie que ele chama de promessa. Se eu ligo a televisão que está passando uma telenovela eu vou esperar determinada situação daquela telenovela, se o que está passando é um telejornal, a minha expectativa pelo que o gênero promete para mim é outra coisa. É importante, ao fazer essa análise, também estar atento a esse elemento de distinção entre os gêneros, para pensar de que forma essa história está sendo construída, quais os elementos e as possibilidades que são múltiplas. Eu entro no caso da telenovela: pensar a construção desses personagens, a trilha sonora, pensar o próprio figurino, o cenário, os planos de câmera, ou seja, há uma infinidade de elementos que dizem respeito a esses aspectos técnicos da produção televisiva.

[R.T] – Eu queria retomar vários aspectos que eu achei muito importantes da sua exposição, mas um ponto que toca muito para nós que estudamos mídias, em geral, é o acesso à fonte. E você mencionou que durante o seu trabalho na dissertação, no mestrado, você não teve acesso a todos os programas do Telecurso, mas algumas edições foi o suficiente para fazer a narrativa, construir a história daquele programa, enfim, desenvolver o seu objeto. Então, eu queria que você mencionasse um pouco isso, é

possível fazer a pesquisa em mídia ou em audiovisual mesmo sem ter acesso ao conteúdo integral do material transmitido? Como funcionaria o tratamento dado a essa fonte?

[W. A. O] – Muito pertinente a sua questão, Carla. E, de fato, a regra é não ter o acesso a íntegra dos programas, partimos deste pressuposto que não teremos a íntegra. Primeiro que é um material muito vasto a depender do programa que você selecionar. Para alguns casos temos, por exemplo, se pensamos algumas telenovelas, algumas minisséries... hoje, com os streamings, você tem acesso à íntegra dos capítulos e aí é possível fazer um trabalho com esse audiovisual na íntegra. Mas, para outros programas, isso é praticamente impossível e, se pensarmos, inclusive, em períodos anteriores da televisão, anos 1970, anos 1960, isso fica ainda mais raro, o que há são fragmentos desses programas, por isso é importante se cercar dessas fontes, desse entorno. Então, seja por um lado, como eu disse, a imprensa escrita. A imprensa serve como esse elemento (...). A partir dos anos 1950-60, os jornais escreveram sobre a televisão. Depois vão criar, inclusive, cadernos especiais sobre a televisão, cadernos específicos para tratar a televisão, vão dar espaço a críticos de televisão. Então é possível utilizar essas informações para remontar o contexto e mesmo a obra, e o mesmo vale para o caso quando temos acesso a fontes impressas da televisão, às vezes é possível ter acesso a algum relatório, a algum roteiro, algum script. Só para dar um exemplo, no caso eu citei o telejornalismo da TV Tupi que está disponível na Cinemateca, o que tem lá são os roteiros de locução do telejornalismo, então eles não têm todo o audiovisual, mas esse roteiro de locução. Através desse material é possível saber qual notícia foi veiculada. É importante compreender que a televisão segue alguns padrões, então nossa análise parte um pouco disso, desse pressuposto. Eu entendendo qual que é o gênero do meu programa, quais são as práticas que são recorrentes daquele programa, de que forma que esse programa geralmente é construído, como esse programa geralmente é apresentado ao público, eu consigo sim, mesmo tendo alguns episódios, fazer uma discussão mais ampla, remontar um pouco essa história. Só para ficar no exemplo que você citou em relação à dissertação, você imagina que o Telecurso tinha ali 30-40 aulas, agora me fugiu o número de aulas por disciplina. Então, assim, era um número vastíssimo de material. Se eu fosse acessar as aulas de língua portuguesa, de matemática, de ciências, biologia, no caso, de química, de física... porque como eu analisei o programa como um todo eu não estava preocupado só com os conteúdos de história, estava preocupado em pensar o programa. Então seria praticamente impossível eu fazer essa análise assistindo todas

essas aulas, primeiro pela questão do acesso, eles não dariam esse acesso, e segundo pela questão de tempo mesmo, para quem está no mestrado aqui sabe o quanto o tempo é curto. O que eu fiz, busquei assistir uma ou duas Teleaulas de cada disciplinas, porque as disciplinas tinham diferenças entre si porque o programa estava no começo, então ainda não havia uma padronização e, a partir daí, eu busquei fazer algumas considerações sobre esse programa. Então, reforço, é possível a partir de alguns fragmentos no audiovisual, no cruzamento com outras fontes, a gente remontar essa história desse programa. O professor Igor Sacramento tem feito, ultimamente, um mapeamento do que há de programação televisiva no YouTube, justamente pelo YouTube ser uma fonte importante de acesso a esse audiovisual. Então, às vezes você pode ir lá, digitar no YouTube "Novela 1970" ou digitar "Fantástico 1980", e, de repente, você encontra uma reportagem, você encontra uma cena de uma novela. Vai encontrar na íntegra? Não, não vai, mas você vai encontrar fragmentos e aí, a partir disso, a partir do conhecimento da história da televisão naquele período, é possível, sim, remontar esse cenário. Ainda tem outro ponto que eu pessoalmente não trabalhei nem no mestrado e nem no doutorado, mas acho plenamente válido, que é a possibilidade de uso da História Oral. Então, é possível entrevistar também esses agentes televisivos, esses artistas, esses produtores, esses diretores e, a partir dali, ter mais uma possibilidade de fonte. Claro, vai ter que problematizar a discussão da memória, da construção da memória, de como essa memória televisiva vai sendo reconstruída por esses agentes, mas também é uma fonte que pode ser uma forma muito interessante para pesquisa histórica.

[R.T] – O professor entende que a televisão é um espaço possível para a ocupação de historiadores públicos? A internet assumiu o protagonismo das mídias ou a televisão ainda é de alguma forma essencial? E aí eu quero chamar atenção sobre o papel desempenhado por alguns YouTubers (...). Então, eu queria que você mencionasse um pouco sobre o papel da televisão e a possibilidade de ocupação desse espaço pelo Historiador em contraposição a essas redes sociais e esses YouTubers que também têm uma grande influência e muitas vezes acabam comentando e validando uma narrativa histórica a respeito dos fatos.

[W.A.O] – O historiador da mídia, quem trabalha com mídia, precisa entender que esses

processos são históricos e não há substituição definitiva de uma mídia por outra, então esse é o primeiro ponto. Posso citar aqui o livro do Peter Burke e Asa Briggs, "Uma história social da mídia", eles vão estudar desde a imprensa de Gutenberg, passando pelo desenvolvimento das mídias chegando até o Ciberespaço. E o que eles demonstram ali, de uma forma bastante clara, que as mídias coexistem, a cada surgimento de uma nova mídia é anunciada a morte da mídia anterior. Foi assim quando surgiu o cinema, depois quando surgiu o rádio, a televisão surgiu e aí foi decretada a morte dele, com a televisão é decretada a morte do cinema, porque: quem vai se deslocar para assistir um filme, sendo que o filme está ali na casa?. E aí, da mesma forma, quando do advento da internet, a televisão também foi, claro, a bola da vez, no sentido de: bom, agora acho que é o fim da televisão. Inclusive, tem inúmeros livros com esse título assim "Fim da televisão", colocando esse cenário catastrófico, mas o que sabemos e podemos apontar, enquanto historiadores, claro, é que houve mudanças no consumo televisivo, alterações. Se você pensar que a TV foi hegemônica durante muito tempo e hoje ela tem essa concorrência desses outros meios, nesses meios digitais, então, claro, isso está colocado, está posto, mas não indica a morte do meio anterior, então não é a morte da televisão. E ainda assim, eu posso afirmar que a televisão, no nosso contexto social, é muito influente, ainda tem um papel muito importante. Primeiro porque ela está também nas redes, muitas vezes a gente está lá comentando, a gente está lá brigando nas redes sociais por conta do Big Brother. Muitas vezes quem está pautando esses conteúdos são esses grupos que detém esse monopólio nas mídias tradicionais, tanto impressa quanto eletrônica. Este é um ponto que não podemos deixar de lado. Nosso contexto atual de pandemia evidenciou isso, escancarou. Quando os alunos precisaram ficar em casa, não ir para a escola, descobriu-se, como num passe de mágica, que os alunos não têm internet banda larga, mas têm uma televisão. Inclusive, várias Secretarias de Estado optaram por esse caminho da televisão para levar os conteúdos educativos, porque é o meio que está ali na sala, a TV está ali na sala de estar, enquanto a internet, o acesso hoje se dá, majoritariamente, via celular e muitas pessoas não têm o melhor aparelho, não têm o plano de dados que vai contemplar. Então, a Pandemia escancarou de uma forma brutal as nossas desigualdades. Desse ponto de vista, claro, temos esse elemento de concorrência, mas ainda assim a televisão cumpre um papel bastante importante. Neste sentido, eu vejo a importância e a possibilidade, sim, de atuação do historiador nesses meios. A gente tem, claro, por ser um meio, digamos, monopolizado, os acessos são mais restritos. É muito diferente, você, por exemplo, pode criar um canal seu no YouTube, um perfil aqui no Instagram e passar a difundir o seu conteúdo enquanto professor de história, enquanto historiador, isso é uma coisa.

Outra coisa é você ser contratado pela CNN. Então, assim, claro que o acesso muitas vezes é limitado a algumas personalidades, mas sobre isso também estamos nos referindo ao âmbito nacional, porque o que a minha pesquisa tem indicado é que, justamente, há um espaço sim que os historiadores vão ocupando nesse telejornalismo regional. É o historiador que está ali, a pessoa que está fazendo a pesquisa sobre a cidade no qual a universidade está inserida, tem essa dimensão local, essa dimensão regional. Por exemplo, os jornalistas adoram uma efeméride (Risos). Nós tivemos o 15 de de Novembro, que ficou meio ofuscado pelas eleições, então ninguém lembrou que era a Proclamação da República. Mas, normalmente, os jornalistas tematizam isso. Tem o sete de setembro, como essas datas aparecem na TV? Outro exemplo, qual foi o papel de determinada cidade no processo de Independência? Então, esses conteúdos também são regionalizados, também são deslocados. Eu vejo, sim, como uma possibilidade. Nós tivemos, em 2017, um programa bastante interessante, de âmbito nacional, que foi produzido pela Bandeirantes, o "Era uma vez uma história", que tinha uma encenação, uma dramatização, que foi com a Lilia Schwarcz, ela fez a apresentação e participou de toda a produção do programa. Foi uma série bastante interessante que trouxe a história do Brasil para um público mais amplo, sem criar nenhum tipo de constrangimento, de negacionismo, como a gente vê em alguns casos. Para citar o caso mais emblemático, inclusive, problematizado por alguns historiadores, o "Guia Politicamente Incorreto", a série produzida pela History e que coletou depoimentos de alguns historiadores sem falar qual que era a série, simplesmente: "ah, estamos produzindo uma série sobre história do Brasil; ah, que legal!" E aí, de repente, quando foi ao ar era uma série do "Guia Politicamente Incorreto" do [Leandro] Narloch, e apresentado pelo [Felipe] Castanhari - novamente, a questão do Youtuber - e que, simplesmente, distorcia a fala desses historiadores, usava o nome desses historiadores como forma de legitimar aquela história, nos dizeres do Narloch "politicamente incorreta", que nada mais é do que, na verdade, um amontoado de casos e citações fora de contexto para legitimar uma dada visão de história. Então, claro, há esses exemplos e, perceba, esses casos estão na televisão e na internet também vão aparecer, e acho que o fato justamente de estarmos neste momento de disputas, de possibilidades, é necessário que nós, enquanto historiadores, **ocupemos as redes**. Acho que é agora que precisamos ocupar mesmo, porque como a gente diz: em mídia 'não há espaço vazio', então no jornal não há página em branco, à exceção dos momentos de censura, na televisão também não há período em que a imagem não aparece, no rádio não vai ter nenhum momento sem som. Se nós, enquanto historiadores não falarmos, outros vão falar, essa lógica é simples, se virarmos as

costas, como muito tempo se colocou como "ah, não, são meios de comunicação alienante a serviço do capital", está tudo bem, então eles vão continuar fazendo esse serviço do capital, vão continuar alienando e nós continuaremos excluídos. Eu tenho a visão de que precisamos ocupar de alguma forma esses meios. Claro, através do nosso arcabouço metodológico, mas entendendo a lógica, a linguagem da própria mídia. Não adianta eu querer expor a minha tese em um programa, por exemplo, de entrevistas com a Fátima Bernardes, não vai dar, eu vou simplesmente fazer alguns comentários. Mas há possibilidade de ser um historiador fazendo um comentário do que ser um outro sujeito. Enfim, eu acho que há sim espaços para a gente ocupar esses meios.